SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 14 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3636

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO 3567.2026 - DFD

DECRETO Nº 3567/2026

Institui e padroniza o Documento de Formalização de Demanda (DFD), no âmbito da Administração Pública Municipal.

GIVANILDO TRUMI, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Art. 18, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a formalização das demandas na fase preparatória das licitações;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar a solicitação de contratações, DECRETA:

Art. 1° Fica instituído o Documento de Formalização de Demanda (DFD), conforme modelo constante no Anexo I deste Decreto, como documento obrigatório para o início de qualquer processo de contratação no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 2° O DFD é o instrumento que formaliza a necessidade de uma unidade requisitante e serve de base para a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA).

Art. 3° O preenchimento do DFD (Anexo I) é de responsabilidade da unidade requisitante e deve conter, obrigatoriamente, todos os campos do modelo.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 13 de outubro de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito do Município

ANEXO I
MODELO PADRÃO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD
MODELO SIMPLIFICADO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE REQUISITANTE
Secretaria/Departamento:

Unidade requisitante:

Responsável pela demanda:

Cargo/Função:

2. OBJETO
Descrever de forma clara e objetiva

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE
Descrever de forma clara e objetiva a necessidade administrativa que pretende ser atendida:

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
Demonstrar a razão pela qual a contratação é necessária, indicando o problema a ser solucionado e os prejuízos decorrentes da ausência da contratação:

5. NATUREZA E ENQUADRAMENTO PRELIMINAR

( )Material de Consumo	( )Material Permanente/equipamento
( )Serviço	( )Obra ou Serviço de Engenharia
( )Locação	( )Outro:_____

6. QUANTITATIVOS PRETENDIDOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01			
02			
03			

Justificativa dos quantitativos:

7. ESTIMATIVA PRELIMINAR E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
Valor estimado/preliminar: R$ _____
Metodologia/fonte utilizada, quando disponível:

8. PREVISÃO DA DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO
Data ou período previsto: //_____

9. GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO
( ) Alto.
( ) Média.
( ) Baixa.
Justificativa da prioridade:

10. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES BÁSICAS:
Prazo de Entrega/Execução:

Local de Entrega/Execução:

Horário, se relevante:

Vigência Estimada da Contratação:

11. FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA

( )Pregão Eletrônico	( )Dispensa de Licitação
( )Concorrência Eletrônica	( )Inexigibilidade de Licitação
( ) Concorrência Presencial	( )Outra:_____

Justificativa
Indicar, de forma preliminar, a solução de contratação que se entende adequada para atendimento da demanda, considerando as características do objeto, sua natureza, os quantitativos estimados, a possibilidade de competição entre fornecedores e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021. A forma de contratação poderá ser revista durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos da fase preparatória.

12. FONTE DE RECURSOS
Dotação/Fonte, quando disponível:

13. DISPOSIÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTO
Declara que a demanda acima representa necessidade da unidade requisitante e que as informações apresentadas são suficientes para o início do planejamento da contratação, sem prejuizo de complementação no ETP, TR/Projeto Básico e demais documentos da instrução processual.

Boa Esperança do Iguaçu/PR,___ de_____ de____.

Responsável pela elaboração do DFD:
Nome: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

Responsável pela aprovação da demanda:
Nome: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:B2929E59

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3.566 DE 10 DE OUTUBRO DE 2026.

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por Enxurradas (12200).

O(A) Senhor(a) **Givanildo Trumi**, Prefeito(a) do município de **Boa Esperança do Iguaçu**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

Que ocorreu chuvas torrenciais - 87 mm, em curto espaço de tempo, a partir das 20h50min, de terça-feira 29 de setembro de 2026 em Boa Esperança do Iguaçu, com fortes rajadas de vento e principio de granizo.
Com isso, a estrutura de drenagem das águas pluviais no município não deram conta, havendo enxurradas em diversos locais.
No interior do Município, houveram danos severos e de grande monta nas estradas rurais, pontes, e principalmente nas áreas de agricultura em todo o interior do Município, além de afetação em residências gerando danos. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Enxurradas (12200)**.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 10 de Outubro de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:270B31EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
EDITAL Nº 004/2026

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DA ELEIÇÃO UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR constituída na forma de Resolução nº 003/2026, juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, conforme Lei Municipal nº 137/2015:
I - Convoca os Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para atuarem no Processo Eleitoral do Conselho Tutelar de Boa Esperança do Iguaçu, no dia 15 de outubro de 2026, das 08h00min às 17h30min.
II - Torna pública a convocação dos servidores relacionados, para atuarem como Presidentes de Mesa, Mesários e Secretários na eleição do Conselho Tutelar de Boa Esperança do Iguaçu, bem como,

convocação da Assessora Jurídica Dra. Alessandra Jeronimo Paganini, e Secretária Eliandra Gabrrielli, nesta mesma portaria, para acompanhamento do processo eleitoral, o qual ocorrerá no dia 15 de outubro de 2026, das 08h00min às 17h00min.
III - No dia da eleição, os conselheiros e servidores deverão estar nos respectivos locais de votação com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos.
IV - Ficam desde já nomeadas e convocadas as pessoas abaixo relacionadas para trabalhar no dia do Pleito em questão:

FISCAIS DOS CANDIDATOS:

Nome	Função
Eduarda Cristiane Batista	**Fiscal**
Direceu Junior de Lara Belentini	**Fiscal**

MESA RECEPTORA DE VOTOS:
As pessoas abaixo relacionadas irão compor a Mesa Receptora de Votos dos eleitores que começam seus nomes com a Letra "A" até a letra "Z", a saber:

Função	Nome
Presidente	Franciele de Souza
Secretária	Claudia Regina Pissaia
Mesário	Geovani Sampaio

MESA APURADORA DE VOTOS:
As pessoas abaixo relacionadas irão compor a Mesa apuradora de Votos:

Função	Nome
Presidente	Marizangela Trumi
Mesário	Juliane Machado Biavatti
Secretário	Maria Helena Candido Begnine

EQUIPE DE APOIO:

Função	Nome
Secretária Executiva	Eliandra Gabrielli
Assessora Jurídica	Alessandra Jeronimo Paganini
Secretário da Câmara Municipal de Boa Esperança do Iguaçu	Givanildo Rizelo

Boa Esperança do Iguaçu, 13 de outubro de 2026.

_____
Presidente da Comissão Organizadora
Presidente CMDCA

ALESSANDRA NASCIMENTO

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:217013E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1894, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Concede licença prêmio por assiduidade ao servidor público municipal Jacir Beletini, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n° 12.06/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio por assiduidade de 30 (trinta) dias, de acordo com a Lei Municipal n° 12.06/2005, sendo concedida no período compreendido entre os dias 13 de outubro de 2026 a 11 de novembro de 2026, ao servidor público abaixo relacionado:

Nome	CPF	Cargo	Ref. Período Aquisitivo
Jacir Beletini	047.051.529-56	Inseminador Artificial	2019/2024

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 13 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:6A751CB0

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90034/2026 - DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório: nº 149/2026
Concorrência Presencial: nº 90034/2026

OBJETO: Contratação de empresa para a execução de obras de implantação e adequação de passeios públicos (calçadas) na região central do Município de Chopinzinho/PR, incluindo serviços de demolição, regularização de base, execução de pavimentação de passeios, adequações de acessibilidade e demais intervenções necessárias à padronização e melhoria da mobilidade urbana.

O Prefeito de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, declara que, quanto a Concorrência Presencial acima referenciada, resta à licitação **DESERTA**.

Chopinzinho- PR, 13 de outubro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:629F4CFC

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO 90065/2026 - AQUISIÇÃO DE MOCHILAS E ESTOJOS ESCOLARES PARA FORNECER AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90065/2026. (SRP 987503 - 29/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 27 de outubro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Aquisição de Mochilas e Estojos escolares para fornecer aos alunos regularmente matriculados na pré-escola e no ensino fundamental da rede municipal de ensino de Chopinzinho, para o ano letivo de 2027. Valor máximo estimado: R$ 132.050,00 (cento e trinta e dois mil e cinquenta reais). Gênero: Material de Consumo. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:3ADB9162

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 318-2026 - EXONERA MARIA ANTONIA SCHIZZI

DECRETO Nº 318/2026

Exonera servidor efetivo a pedido.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o término do procedimento do Memorando Eletrônico n.º 5.583/2026,

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Maria Antonia Schizzi, RG nº 8.***.*80-5 SESP/PR, matrícula nº 2259-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a partir de 14 de outubro de 2026, a pedido.

Art. 2º. Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 63 da Lei Complementar nº 068/2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 13 DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:7114104C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 319-2026 - EXONERA CC MARIA ANTONIA SCHIZZI

DECRETO Nº 319/2026

Exonera Assessora Executiva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.583/2026,

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Maria Antonia Schizzi, RG nº 8.***.*80-5 SESP/PR, matrícula nº 2259-1, do Cargo em Comissão de Assessora Executiva, a partir de 14 de outubro de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 13 DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:2C54219B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1110-2026 - REPUBLICAÇÃO FOLGA COMPENSATÓRIA SERVIÇOS ELEITORAIS RAFAEL TASCA

PORTARIA Nº 1.110/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.488/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Folga Compensatória por serviços prestados à Justiça Eleitoral, para o servidor Rafael Tasca, matrícula funcional nº 1073- 6, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, durante os dias 08 e 09 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:20B8C4C5

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1117-2026 - EXONERA ELI DE FATIMA ZANELLA

PORTARIA Nº 1.117/2026

Exonera servidor temporário a pedido.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e o Decreto 090/2018, de 21 de março de 2018,

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 2.291/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora Eli de Fatima Zanella, RG nº 6.***.*60-3 SESP/PR, matrícula funcional nº 3846-5, do cargo Temporário de Auxiliar de Creche, a partir de 13 de outubro de 2026, a pedido.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE CHOPINZINHO, PR, 13 DE OUTUBRO DE 2026.

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:2B432FB1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026: SELEÇÃO DE PROPONENTES PARA PARTICIPAÇÃO NO AMBIENTE REGULATÓRIO EXPERIMENTAL (SANDBOX REGULATÓRIO) DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR, VISANDO A TESTAGEM DE MODELOS DE NEGÓCIO INOVADORES, PRODUTOS OU SERVIÇOS QUE DEMANDEM A DISPENSA TEMPORÁRIA DE NORMAS MUNICIPAIS VIGENTES, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL N.º 85/2026, QUE REGULAMENTA O AMBIENTE REGULATÓRIO EXPERIMENTAL (SANDBOX REGULATÓRIO)

Em virtude da existência do Chamamento Público nº 02/2026, o Comitê de Gestão da Inovação (CGI) realizou a análise da proposta técnica apresentada pela proponente interessada e comunica que foi **CLASSIFICADA** a seguinte proponente:

EMPRESA	CNPJ	PONTUAÇÃO FINAL	SITUAÇÃO
SHAMMAH - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	52.285.424/0001-43	85,75	CLASSIFICADA

A aprovação fica condicionada ao cumprimento das seguintes providências: **1. Seguro de Responsabilidade Civil**: A proponente deverá apresentar ao CGI a apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, com cobertura compatível com os riscos e a abrangência do experimento, para análise e validação antes da assinatura do Termo de Participação e Compromisso e, obrigatoriamente, antes do início dos testes. **2. Continuidade operacional e suporte:** Recomenda-se que a empresa apresente plano de continuidade, com procedimentos para atendimento em caso de indisponibilidade do responsável, canais de suporte, prazos de resposta e medidas de recuperação do serviço.**3. Proteção de dados e segurança da informação:** Recomenda-se a apresentação e validação das informações sobre os dados tratados, finalidades, permissões de acesso, importação de cadastros, armazenamento, cópias de segurança e resposta a incidentes. Deverão ser definidas as responsabilidades da empresa e do Município antes da utilização de dados reais de pacientes. **4. Implantação, capacitação e escopo da experimentação:** O instrumento de formalização deverá definir os módulos utilizados, o prazo de experimentação, o cronograma de implantação, as capacitações, as condições de suporte e os ajustes incluídos. Deverá contemplar o acesso dos profissionais responsáveis pelas entregas, inclusive fora do horário administrativo, conforme a necessidade apresentada pela Secretaria de Saúde. **5. Monitoramento dos resultados:** Recomenda-se o acompanhamento de indicadores relacionados ao controle de cilindros, entregas e devoluções, rastreabilidade de materiais esterilizados, utilização pelas equipes, ocorrências de indisponibilidade e atendimento de suporte. Os resultados deverão subsidiar a avaliação da continuidade e de eventual extensão da experimentação. **A proponente selecionada deverá comprovar a inscrição no CMIOI no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da publicação do ato de seleção, sob pena de decadência do direito à assinatura do Termo de Participação e Compromisso (TPC), hipótese em que será convocada a proponente subsequente na ordem de classificação. A comprovação do mecanismo de ressarcimento é condição para a assinatura do Termo de Participação e Compromisso (TPC).**

JOSÉ FRANCISCO GREZZANA
Presidente do Comitê de Gestão de Inovação

Publicado por:
Alana Patrícia Locatelli
Código Identificador:BC1E0837

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 1.115 - 2026 - DIARIAS ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO

PORTARIA Nº 1.115/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor Prefeito, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, matrícula nº 3669-1, CPF nº 009.***.***-40, 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem, no valor total de R$ 900,00, conforme Art. 11, § 1º e § 2º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, alterada pela Lei nº 4.028/2023, com pernoite, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 15 de outubro de 2026, para Curitiba PR, a serviço da Administração Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 13 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:2CC023EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 1.116 - 2026 - DIARIAS JOSÉ FRANCISCO GREZZANA

PORTARIA Nº 1.116/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor José Francisco Grezzana, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia, CPF nº 554.***.***-72, 03 (três) diárias de viagem, no valor total de R$ 1.680,00, conforme Art. 11, § 1º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, alterada pela Lei nº 4.028/2023, com pernoite, com saída no dia 16 de novembro de 2026 e retorno no dia 18 de novembro de 2026, para São Paulo- SP, para participar do Evento Connected Smart Cities, o CSC GovTech e o Parque da Mobilidade Urbana, reunindo gestores públicos, especialistas e soluções focadas na transformação digital e eficiência municipal, a serviço da Administração Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 13 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:BE513C3E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05-2025 – CONCORRÊNCIA Nº 03-2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: EDSON PAULO**

MANUTENÇÃO ELÉTRICA, CNPJ nº 36.832.682/0001-46, localizada na Rua Guarani, nº 153, centro cep: 86.970-000, Corumbataí do Sul - Pr, representada por seu Administrador Sr. **EDSON PAULO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade R.G. n. º 3.640.691-7/Pr, inscrito no CPF sob n. º 446.415.679-72.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO – Fica prorrogado o prazo de execução estabelecido na Cláusula Quarta do Contrato Primitivo para 06 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DA VIGÊNCIA – Fica prorrogado o prazo de vigência estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato Primitivo para 04 de junho de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes do Contrato Primitivo.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Contrato, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 08 de julho de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeita Municipal

EDSON PAULO MANUTENÇÃO ELÉTRICA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:6B2C80FC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE FAZENDA
DECRETO 2321/2026

DECRETO Nº 2321/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	13	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3319094000000000000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00000	60.000,00
			Total		**60.000,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Anulação Dotação	175	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00000	60.000,00
		Total		**60.000,00**

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superávit**	**Excesso**
0	60.000,00	0,00	0,00
Total	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 13 de outubro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Simoni Pereira Rydz
Código Identificador:D23E5DA6

DEPARTAMENTO DE GESTÃO SUAS
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação dos instrumentais do Serviço de Acolhimento Familiar e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Enéas Marques – PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 883 de 26 de setembro de 2013, em conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerando o ofício nº 490/2026 MPPR – 4ª PJFB e considerando a necessidade de aprovação dos instrumentais desenvolvidos e atualizados no âmbito do Serviço de Acolhimento Familiar,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *ad referendum* do plenário, os seguintes instrumentais:

• PLANO DE FORMAÇÃO PERMANENTE DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS;
• PROCEDIMENTO DE REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA;
• REFORMULAÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA) COM BASE NA NOTA TÉCNICA Nº 02/2024;
• ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) COM BASE NA NOTA TÉCNICA Nº 003/2024;
• IMPLANTAÇÃO DA METODOLOGIA "ALBUM DA MINHA HISTÓRIA".

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Enéas Marques, 13 de outubro de 2026.

LUIZA FERNANDA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Jiselli Marchesi Pissaia
Código Identificador:964C5203

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2026
O Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL, em modo de disputa ABERTO e sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná e das condições estabelecidas no edital e em seus anexos.
OBJETO: Execução de Praça Municipal na Avenida Joaquim Bonetti, Centro, no Município de Enéas Marques/PR, com área de 7.700,00 m², contemplando paisagismo, banheiros, edificação para evento natalino, playground e colocação de placas de comunicação visual, conforme projetos, especificações técnicas, memoriais e demais documentos integrantes do edital. Referência: SAM 70.
VALOR MÁXIMO: R$ 1.242.555,33 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 270 (duzentos e setenta) dias, conforme as condições do edital e da minuta contratual.
RECURSOS: Tesouro do Estado e adicional financeiro do Município.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Exclusivamente pelo sistema eletrônico, até as 07h59 do dia 29 de outubro de 2026.
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 29 de outubro de 2026, às 08h30.
LOCAL DA SESSÃO: Portal BLL Compras - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil: https://bll.org.br/.
Todas as referências de tempo constantes deste aviso, do edital e da sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
ACESSO AO EDITAL E ANEXOS: O inteiro teor estará disponível no Portal BLL Compras (https://bll.org.br/), no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (https://www.gov.br/pncp/) e no sítio eletrônico oficial do Município: https://eneasmarques.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo.
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Deverão ser apresentados pelo sistema eletrônico BLL, até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme o edital.
INFORMAÇÕES: Departamento de Planejamento e Contratações do Município de Enéas Marques, Avenida Joaquim Bonetti, nº 579, Centro, Enéas Marques/PR. E-mail: licitacao.eneas@gmail.com. Telefone: (46) 92000-7392.
Enéas Marques/PR, 13 de outubro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:B40734A4

SETOR DE PESSOAL
EXONERA MARISTELA

PORTARIA 4264/2026

Declara a vacância de cargo público de provimento efetivo em virtude de aposentadoria da servidora MARISTELA DIDO MICHELS e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71, II, "b", da Lei Orgânica Municipal e ainda:

CONSIDERANDO que, com fundamento no § 14 do art. 37 da Constituição Federal: "A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição";

CONSIDERANDO que, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal na ocasião do julgamento da questão de repercussão geral do Tema n.º 1.150: "O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade";

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal n.º 106/2023, em seus arts. 93, III, parágrafo único, e 95, II, "b", estabelece que a aposentadoria do servidor pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) acarreta o rompimento do vínculo administrativo utilizado para o cômputo de tempo de contribuição previdenciária, ensejando a vacância do cargo a partir da data do ato de aposentadoria do seu ocupante;

CONSIDERANDO que consta no Sistema Único de Benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) a informação de concessão de benefício de aposentadoria em nome da servidora municipal **MARISTELA DIDO MICHELS**, sob o n.º 230.336.544-3, conforme declaração fornecida pela autarquia previdenciária;

RESOLVE:

Art. 1° Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de AGST Tesoureiro, integrante do Plano de Cargos, Carreira e Remunerações dos Servidores Públicos do Município de Enéas Marques de que trata a Lei Complementar Municipal n.º 107/2023, até então ocupado por **MARISTELA DIDO MICHELS** sob a matrícula funcional n.º 2291-0, em virtude de concessão de aposentadoria pelo RGPS, com a utilização de tempo de contribuição decorrente do referido cargo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/10/2026.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENEAS MARQUES/PR
EM 13 DE OUTUBRO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:FF75A26C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 04/2025

TERMO DE ADITIVO

4º Termo aditivo do contrato 04/2025 decorrente da Concorrência nº 01/2025 de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DAS PRAÇAS CONCÓRDIA E AIRTON CÂNDIDO.

O **MUNICIPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. **EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, e a empresa **INOVACON ENGENHARIA E PRÉ MOLDADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 32.167.986/0001-85, com sede no endereço Rua 7 De Setembro, 490, Centro, Fênix-Pr, neste ato representada por **MURILO DOURADO JAMPIETRO,** portador do CPF sob nº 043.977.909-06, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Supressão (Redução de Valor) na importância de R$ 98.057,11 (noventa e oito mil, e cinquentas e sete reais e onze centavos). A supressão do item "Deck de Madeira" justifica-se pela inviabilidade de execução do projeto original, decorrente de falhas no dimensionamento estrutural e da

interferência de raízes de árvore de grande porte, conforme parecer técnico. A medida possui respaldo no art. 124, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, observados os limites do art. 125, visando adequar o objeto às condições do local e resguardar o interesse público.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	REFORMA DAS PRAÇAS CONCÓRDIA E AIRTON CÂNDIDO	SERV.	1	98.057,11	98.057,11

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix 05 de outubro de 2026.

Município De Fênix	Inovacon Engenharia E Pré Moldados LTDA
Contratante	Contratada
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***MURILO DOURADO JAMPIETRO***
Prefeito Municipal	Representante Legal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:1657EBBD

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
312/2026

PORTARIA Nº 312/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º -Exonerar por motivo de aposentadoria conforme benefício nº 2441018722 na data de 14 de outubro de 2026**, ESTER DE ARAUJO COSTA BERNARDES,** do cargo de **Serviços Gerais Zelador,** do quadro de servidores efetivos do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 13 de outubro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:07A4C20D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 120/2026

Dispõe sobre a nova composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, para o biênio 2026/2028, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Fica atualizada a composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, para o biênio 2026/2028, passando a ser constituído pelos seguintes representantes:
I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:
a) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Rosiana Silva Sousa de Almeida
Suplente: Maria Fátima Costa de Almeida
b) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Titular: Edinei Junior Southier
Suplente: Paulo Maratti de Matos
c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Titular: Denise da Silva Marques
Suplente: Jackeline Souza Oliveira
d) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Marli Aparecida dos Santos
Suplente: Jania Carvalho
II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
a) Agricultura Familiar de Nossa Senhora das Graças
Titular: Junio Ferrara
Suplente: João Thieres Ferrara
b) Associação dos Produtores Rurais de Nossa Senhora das Graças
Titular: Valdenice Dutra Soares
Suplente: Angela Maria de Oliveira Lima Silva
c) Associação Comunitária da Vila Rural Antônio Jorge de Souza
Titular: Sebastião Afonso Vieira
Suplente: Milton Cesar da Mota
d) Associação Comunitária da Vila Rural Wilson Volpato
Titular: Marcia Regina Rodrigues da Silva
Suplente: Rogério Francischetti Herpz
e) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora das Graças
Titular: Vagmar Martioli
Suplente: Thayná Silva de Souza
f) Associação das Mulheres Empreendedoras de Nossa Senhora das Graças
Titular: Ketlellin Maria Sores da Silva
Suplente: Ednalva Silva dos Anjos
g) Sociedade São Vicente de Paula – Vicentinos / Igreja Católica
Titular: Lusimara Aparecida Di Martini de Jesus
Suplente: Eronize da Silva Gomes
h) Associação Comercial de Nossa Senhora das Graças
Titular: Margareti Rocha
Suplente: Eliana Guimarães da Silva Santos
Art. 2º Fica constituída a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, para o biênio 2026/2028, conforme segue:
I – **Presidente:** Edinei Junior Southier;
II – **Vice-Presidente:** Paulo Maratti de Matos;
III – **1ª Secretária:** Maria Fátima Costa de Almeida;
IV – **2ª Secretária:** Rosiana Silva Sousa de Almeida.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 55/2026.
Nossa Senhora das Graças/PR, 13 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:DE1363A9

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 621/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor da Sra. Vanessa da Silva Maziero, motorista, referente ao pagamento de 1/2(meia) diária, face a viagem do dia 13/10/2026 à 13/10/2026 para Cornélio Procópio -PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 13 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:02E8CFA0

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO Nº 119/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais) nas seguintes dotações:

07.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.724	-MANTER A UNIDADE 24 HORAS		
3.3.90.14.00.00-288	-DIÁRIAS -CIVIL		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
3.3.90.47.00.00-303	-Obrigações Tributárias e Contribuitivas		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	3.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.705	-Manter UBS Saúde da Família		
3.3.90.47.00.00-230	-Obrigações Tributárias e Contribuitivas		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	3.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.303.0007.2.713	-Manter os Programas da Farmácia Básica		
3.3.90.32.00.00-326	-Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	30.000,00
13.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.002.00.000.0000.0.000	-DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
13.002.08.243.0009.6.136	-Manter o Conselho Tutelar		
3.3.90.30.00.00-607	-Material de consumo		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**56.000,00**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

Provável excesso de arrecadação no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
1119	PROG.NAC.DE ALIM.ESCOLAR - PENAE	10.000,00

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante ao cancelamento parcial das seguintes dotações:

07.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.717	-Manter o Programa de Saúde Bucal		
3.3.90.30.00.00-260	-Material de Consumo		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	15.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.303.0007.2.719	-Manter a Academia da saúde		
3.3.90.39.00.00-341	-Outros Serviços de Terceiros -PJ		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.303.0007.2.713	-Manter os Programas da Farmácia Básica		
3.3.90.30.00.00-322	-Material de Consumo		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	**-DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.705	-Manter UBS Saúde da Família		
3.3.90.39.00.00-227	-Outros Serviços de Terceiros -PJ		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	6.000,00
3.3.90.39.00.00-226	-Outros Serviços de Terceiros -PJ		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**46.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 13 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:06F970C8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2026

Ref: Inexigibilidade nº 31/2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças – Estado do Paraná – com sede à Praça Nilson Batista Ribas, 131, centro, inscrito no CNPJ: 76.970.300/0001-65, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor Clodoaldo Aparecido Rigieri.

CONTRATADA: GREZIELE CRISTINA GONÇALVES, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 46.174.372/0001-46, sediado(a) na Rua Mato Grosso, nº 448 – centro – CEP: 86.690-00 na cidade de Colorado/PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por GREZIELE CRISTINA GONÇALVES, conforme atos constitutivos da empresa.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de apresentações artísticas da dupla: "Elder e Greziele" na Festa de Confraternização de Fim de Ano (Jantar dos Funcionários Públicos) e Baile dos Idosos em atendimento das necessidades do município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

VALOR TOTAL: R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: 13 de outubro 2026

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2026

FORO: Comarca de Santa Fé – estado do Paraná.

Nossa Senhora das Graças (Pr), 13 de outubro de 2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:0F3C3A7F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 620/2026

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo para apuração de possível inadimplemento do Contrato Administrativo nº 016/2024, eventual rescisão contratual e aplicação de sanções à empresa USINAGEM VALE DO IVAÍ LTDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, Senhor Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 77 a 80, 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observados o art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal e as disposições da Concorrência Pública nº 003/2023 e do Contrato Administrativo nº 016/2024,

CONSIDERANDO que a empresa USINAGEM VALE DO IVAÍ LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353/0001-60, foi contratada no âmbito do Processo Licitatório nº 165/2023, Concorrência Pública nº 003/2023, para execução de recapeamento asfáltico em CBUQ de vias urbanas, em área de 22.409,39 m², incluindo serviços preliminares, revestimento, meio-fio com sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos;

CONSIDERANDO que a contratação permanece regida pela Lei Federal nº 8.666/1993, conforme registrado no Parecer Jurídico nº 238/2026, não se aplicando ao presente procedimento o regime sancionatório da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Relatório Técnico e Encaminhamento para Providências Jurídicas, de 06 de setembro de 2026, subscrito pelo Engenheiro Civil Rafael Dezotti de Almeida, os ensaios tecnológicos, os relatórios de fiscalização e as vistorias do Paranacidade, que apontam desconformidades na execução do pavimento, reincidência de patologias após sucessivas correções e ausência de condições para o recebimento técnico dos serviços;

CONSIDERANDO os registros técnicos relativos às intervenções realizadas em agosto de 2026, após a manifestação da Engenharia de 29 de julho de 2026 indicar a necessidade de solução integral mediante fresagem e reconstrução, bem como as pendências de calçadas, rampas de acessibilidade e demais serviços complementares;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 238/2026, que recomenda a instauração de processo administrativo para análise de rescisão contratual e aplicação de sanções, e a manifestação da Controladoria Interna de 15 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração formal e individualizada dos fatos, sem antecipação de responsabilidade, assegurados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo de Apuração de Inadimplemento Contratual, Eventual Rescisão e Aplicação de Sanções em face da empresa USINAGEM VALE DO IVAÍ LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353/0001-60, relativo ao Contrato Administrativo nº 016/2024, decorrente da Concorrência Pública nº 003/2023, Processo Licitatório nº 165/2023.

§ 1º A apuração compreenderá as desconformidades dos serviços de recapeamento, a persistência de patologias após as correções, o possível desatendimento às determinações da fiscalização, inclusive nas intervenções de agosto de 2026, e a não conclusão de calçadas, rampas e demais serviços contratuais, consideradas as justificativas e provas apresentadas pela contratada.

§ 2º Os fatos serão examinados à luz dos arts. 77, 78, incisos I, II, III, VII e VIII, 79, inciso I, 80, 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 e das disposições contratuais pertinentes, especialmente as Cláusulas Sexta, Décima Nona e Vigésima Primeira, conforme o enquadramento que resultar da instrução.

§ 3º A instauração deste processo não importa reconhecimento definitivo de inadimplemento, aplicação de penalidade ou rescisão do contrato, medidas que dependerão de decisão motivada da autoridade competente após o exercício do direito de defesa.

Art. 2º Fica designada a seguinte Comissão Processante, composta pelos servidores indicados abaixo, para condução dos trabalhos:

Presidente: André Vinicius Ladislau – Matrícula nº 470;

Membro: Elton da Silva – Matrícula nº 919;

Membro: Paulo Cesar Pereira Rocha – Matrícula nº 971.

Art. 3º A Comissão ora constituída deverá promover a regular instrução do processo, assegurando à empresa o contraditório e a ampla defesa, inclusive a produção de provas e a apresentação de defesa e recursos cabíveis, e, ao final, apresentar relatório conclusivo à autoridade competente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças, 13 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:69533AD7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE – PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 23/2026

Estabelece horário especial de expediente no âmbito da Câmara Municipal de São Jorge D'Oeste – PR e dá outras providências.

A Exma. Sra. **ROSANE FÁTIMA LOTTI**, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no art. 28, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e no art. 30, incisos XII, XIX e XXIV, do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO a competência da Presidência para dirigir, disciplinar e executar os trabalhos administrativos e legislativos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 101, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar Municipal nº 04/2025, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 5.060/2026, que estabelece horário especial de expediente no âmbito do Poder Executivo Municipal e da necessidade do Poder Legislativo adequar-se à contingência de gastos,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido horário especial de expediente no âmbito da Câmara Municipal de São Jorge D'Oeste – PR, no período de 14 de outubro de 2026 a 30 de janeiro de 2027, observadas as seguintes jornadas:

I – Servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais: das 7h às 13h, com intervalo de 15 (quinze) minutos;
II – Servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais: das 8h às 11h, sem intervalo.

Art. 2º. O Diretor Administrativo e os servidores lotados no Departamento Jurídico deverão comparecer às dependências da Câmara Municipal nos dias em que houver sessões ordinárias ou extraordinárias do Plenário, bem como reuniões das Comissões Permanentes, ainda que realizadas fora dos horários estabelecidos no art. 1º.

Parágrafo único. As atividades extraordinárias previstas no caput constituem exceção à limitação de horário estabelecida nesta Portaria, devendo eventual realização de horas extras observar a legislação aplicável, podendo ser computadas somente para fins de banco de horas, vedado o pagamento em pecúnia.

Art. 3º. O horário especial previsto nesta Portaria possui caráter temporário e não altera a carga horária legal dos respectivos cargos, que permanecerá aplicável após o encerramento de sua vigência.

Art. 4º. Ficam revogadas a Portaria nº. 09/2025 e a Portaria nº. 23/2025.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2026.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de São Jorge D'Oeste – PR, 13 de outubro de 2026.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente da Câmara de Vereadores

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:C82FE2E9

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO CONTRATO 75/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 75/2026**, parte integrante do(a) Dispensa nº 19/2026
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**EQUIPLANO SISTEMAS LTDA – CNPJ nº. 76.030.717/0001-48**
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto; I - a prorrogação do prazo constante da clausula quarta - da vigência do contrato, aditado por 04 (quatro) meses, até 12/02/2027.**
Prazo de vigência	**12/02/2027**
Prazo de execução	**12/02/2027**
Data assinatura	12/10/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:357F24DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 5061 /2026 EXONERA A SRA. GESSICA CRISTINA CASANI PERIN, DO CARGO TEMPORÁRIO ENFERMEIRA.

DECRETO Nº 5061 /2026

Exonera a Sra. Gessica Cristina Casani Perin, do cargo temporário Enfermeira.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a Sra. **GESSICA CRISTINA CASANI PERIN,** portadora do CPF n.º 058.452.089-12, do cargo temporário de Enfermeira.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13 de Outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSARIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:1BD1A161

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 5062 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026. DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL /CONVECTIVA - VENDAVAL (13215).

Prefeitura do Município de São Jorge do Oeste

DECRETO Nº 5062 de 13 de Outubro de 2026.

Declara Situação de Emergência nas áreas do município afetadas por Tempestade Local /Convectiva - Vendaval (13215).

O(A) Senhor(a) Gelson Coelho do Rosário , Prefeito(a) do município de São Jorge do Oeste , localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

Que ocorreu registro de fortes ventos, com velocidade estimada de aproximadamente 120 km/h, durante cerca de 30 minutos, acompanhados de chuva intensa, com acumulado de 53 milímetros, e ocorrência de granizo. O evento meteorológico ocasionou danos na área urbana e no interior do município.

O evento meteorológico, provocou danos significativos nas áreas urbana e rural do município, sendo os maiores danos em decorrência do vendaval, com avarias em edificações públicas e privadas, danos em coberturas, estruturas e propriedades rurais, prejuízos à produção agropecuária, bem como queda de árvores. Os danos afetaram a população, a infraestrutura municipal e as atividades econômicas locais, demandando ações emergenciais de limpeza, desobstrução, recuperação e restabelecimento das condições de normalidade. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;

Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;

Situação de Emergência Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de .

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autorizase o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:43A1D068

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
PORTARIA Nº. 3269/2026 DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL E DAS COMISSÕES INSTITUCIONAIS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO, COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE

PORTARIA Nº. 3269/2026

Designa os membros da Comissão Central e das Comissões Institucionais responsáveis pelo acompanhamento, coordenação e organização do Processo de Escolha de Diretores das instituições de ensino da Rede Municipal de São Jorge D'Oeste – PR, para o ano de 2026, e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em especial pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.058/2022;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 5.052/2026, que regulamenta o Processo de Escolha de Diretores das instituições de ensino da Rede Municipal de São Jorge D'Oeste;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição da Comissão Central e das Comissões Institucionais para a realização do Processo de Escolha de Diretores das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os membros da Comissão Central e das Comissões Institucionais responsáveis pelo Processo de Escolha de Diretores das instituições de ensino da Rede Municipal de São Jorge D'Oeste – PR, para o ano de 2026, conforme a composição estabelecida nos artigos seguintes, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.058/2022 e do Decreto Municipal nº 5.052/2026.
Art. 2º A Comissão Central será composta pelos seguintes representantes, titulares e suplentes:

Representação
Secretaria Municipal de Educação – 1º integrante
Titular
Neide Lorencena
Suplente
Alexsandra Miri
Representação
Secretaria Municipal de Educação – 2º integrante
Titular
Claudia Elaine Zgoda da Silva
Suplente
Marilce Colaça

Representação
Conselho Municipal de Educação – CME
Titular
Clair Mariano da Costa
Suplente
Juliane Guarnieri Panasolo

Representação
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB
Titular
Simone Pollermann
Suplente
Diandra Rizzo

Representação
Sindicato dos Servidores Públicos
Titular
João Paulo Moreira
Suplente
Miriam Mendes

Representação
Gestão Municipal
Titular
Jean de Souza Silva
Suplente
Camille Sangaletti

Art. 3º As Comissões institucionais serão compostas pelos seguintes membros:

Escola Municipal São Jorge
REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titulares:
Andréia Nalon Welter
Marcelo Hoffmann
Suplentes:
Loraynne Abraão
Daniela Merlo
REPRESENTANTES DOS FUNCIONÁRIOS
Titular:
Andriane Corti
Suplente:
Claudia Muchinski
REPRESENTANTES DA APMF
Titular:
Francieli Eschemback
Suplente:
Ana paula Ribeiro

Escola Municipal Sant'Ana
REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titulares:
Mirna Lucia Pauli.
Aline Aparecida Rebonato Bellorini
Suplentes:
Daniela Ester Rodrigues de Lima
Elisani Bertoncello
REPRESENTANTES DOS FUNCIONÁRIOS
Titular:

Juliana Alves
Suplente:
Cláudia Coelho de Souza.
REPRESENTANTES DA APMF
Titular:
Ediane Batista
Suplente:
Cassiane Derivane Macedo

Escola Municipal La Salle
REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titulares:
Maura Bratti
Camila Livi Belusso
Suplentes:
Ana Luisa de Brito
Eliana Simioni
REPRESENTANTES DOS FUNCIONÁRIOS
Titular:
Andrieli Ferreira
Suplente:
Silvana Vanelli
REPRESENTANTES DA APMF
Titular:
Vanessa Noss
Suplente:
Miriam Dalmolin

Escola Municipal Nossa Senhora da Lapa
REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titulares:
Elizabete Crestina Pegorini Matei
Loreni Maria Balbinot
Suplentes:
Maria Salete Rodrigues Tussi
Willian Cesar Kachmiasz
REPRESENTANTES DOS FUNCIONÁRIOS
Titular:
Angela Quadros Nodari
Suplente:
Gessi Roegelin
REPRESENTANTES DA APMF
Titular:
Daoana Francielli Basso
Suplente:
Fabricio de Mattos Klering

Escola Municipal Jorge Guimarães
REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titulares:
Rafaela De Cól
Irene Célia Ruviario de Mello
Suplentes:
Gabriela Aparecida Dalmagro Galon
Danielly Terezinha Sarturi
REPRESENTANTES DOS FUNCIONÁRIOS
Titular:
Viviane do Carmo Alves Schimoller
Suplente:
Rosiane Alves
REPRESENTANTES DA APMF
Titular:
Elizabet de Fátima Barbosa de Lima
Suplente:
Renate Apel

CMEI Monsenhor Guimarães Jorge
REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titulares:
Clarice Bohrer
Aline Carolina Kanoff de Lima
Suplentes:
Andrilei Batista dos Santos Colla
Maira de Souza
REPRESENTANTES DOS FUNCIONÁRIOS
Titular:
Juliana de Fátima Almeida Bernardini
Suplente:
Nair Maria Denti
REPRESENTANTES DA APMF
Titular:
Jonica Maria Caetano
Suplente:
Solange Kratz Balsan

CMEI Pingo de Gente
REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titulares:
Fabieli Maria Espruencio
Keli Cristina Batistella
Suplentes:
Vanessa Teza
Joice Kethelin Holscher
REPRESENTANTES DOS FUNCIONÁRIOS
Titular:
Francieli Fátima Rezedi Schmidt
Suplente:
Daiana Carolina Di Domenico Ariotti
REPRESENTANTES DA APMF
Titular:
Adriana Aparecida Adriano Gambin
Suplente:
Tania de Fátima Deon
CMEI Professora Sunta Salete Martini
REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titulares:
José Inacio Beliski
Keila Cassieli Dutra Faust
Suplentes:
Danieli Mattiolo Potulski
Ana Carolina Porn Mangoni
REPRESENTANTES DOS FUNCIONÁRIOS
Titular:
Genecir Da Silva
Suplente
Lediane Aparecida Petry.
REPRESENTANTES DA APMF
Titular:
Brenda Yara Scheffer Oldoni
Suplente:
Bruna Dresch Debortoli

Art. 4º As atribuições, competências, regras de funcionamento, hipóteses de impedimento, substituição de membros e demais disposições relativas à Comissão Central e às Comissões Institucionais observarão integralmente o disposto na Lei Municipal nº 1.058/2022, no Decreto Municipal nº 5.052/2026 e nas demais normas aplicáveis ao Processo de Escolha de Diretores.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:0D53B15E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
PORTARIA N. º3270 /2026 DESIGNA A SERVIDORA SRA. GESSICA APARECIA CELESKI, COORDENADORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Portaria n. º3270 /2026

Designa a Servidora Sra. Gessica Aparecia Celeski, Coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS e dá outras providencias.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 70 da Lei 776 de 31 de janeiro de 2017, Lei 825/2017 e pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Sra. **GESSICA APARECIDA CELESKI**, portadora do RG nº 10.476.731-1/PR e inscrita no CPF nº 070.593.229-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função de Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, pelo período de 20 (vinte) horas semanais, permanecendo as 20 (vinte) horas semanais restantes destinadas ao desempenho de suas atribuições como Psicóloga junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 13 de Outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:0BBCCA16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 95/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 95/2026
Processo Adm: Nº 370/2026

Objeto: Locação temporária de sanitários móveis, banheiros químicos padrão e unidades sanitárias acessíveis, incluindo transporte, montagem, instalação, higienização, reposição de insumos, manutenção, esgotamento, coleta, transporte e destinação adequada dos efluentes, desmontagem e retirada, destinados ao atendimento do público, artistas, equipes de apoio, trabalhadores e demais participantes da EXPÔ ABATIAZÃO 2026, programada para os dias 15 a 18 de outubro de 2026.
Empresas vencedoras valor total: R$ 28.957,00 (vinte e oito mil e novecentos e cinquenta e sete reais): DESENTUPIDORA HIDROSANI LTDA ME (22934680000153) com os lotes: 1, 2, 3 no valor total de R$ 28.957,00 (vinte e oito mil e novecentos e cinquenta e sete reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), terça-feira, 13 de outubro de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:8515A6DD

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL - RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ/PR – SAMAE
CONTRATADA: T. R. F. GIANJACOMO LTDA.
CNPJ Nº 35.569.538/0001-04
VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ/PR – SAMAE, autarquia municipal, inscrita no CNPJ sob nº 80.505.431/0001-49, com sede na Rua XV de Novembro, nº 477, Centro, Abatiá/PR, neste ato representada por seu Diretor, Sr. WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA, doravante denominada CONTRATANTE, e T. R. F. GIANJACOMO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 35.569.538/0001-04, com sede na Rua Xavier da Silva, nº 776, Setor 2, Ibiporã/PR, neste ato representada por sua sócia-proprietária, Sra. DAIANE CRISTINA BENGOZI, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo e observadas as formalidades legais, formalizar o presente TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL do Contrato Administrativo nº 032/2026, nos termos das cláusulas seguintes.

CONSIDERANDO:
I – Que as partes celebraram o Contrato Administrativo nº 032/2026, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 011/2026, no âmbito do Processo Administrativo nº 027/2026, cujo objeto consiste na prestação de serviços técnicos de geologia, hidrogeologia e estudos geofísicos, destinados à elaboração de estudo de viabilidade hidrogeológica e à locação técnica de poço tubular profundo para abastecimento público no Município de Abatiá/PR;
II – Que o valor global originalmente contratado é de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais);
III – Que a CONTRATADA, por comunicação eletrônica encaminhada à Administração, solicitou que fosse avaliada a convocação do próximo licitante classificado, justificando o pedido pela urgência na realização dos testes de eletroresistividade/geofísicos necessários ao atendimento da demanda do SAMAE;
IV – Que a CONTRATADA condicionou sua solicitação à inexistência de sanções administrativas ou de outros impedimentos legais que a impossibilitem de requerer a medida;
V – Que a Cláusula Décima Segunda, item 12.3, do contrato prevê a possibilidade de extinção contratual amigável, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e remete aos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021;
VI – Que a continuidade e a adequada prestação do serviço público exigem a adoção tempestiva das providências administrativas cabíveis, sem prejuízo da observância da legislação aplicável, da ordem de classificação e das condições do procedimento de contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar a extinção consensual do Contrato Administrativo nº 032/2026, celebrado entre o SAMAE de Abatiá/PR e a empresa T. R. F. Gianjacomo Ltda., observadas as condições e ressalvas deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO
2.1. A extinção é motivada pela solicitação expressa da CONTRATADA, que propôs a avaliação da convocação do próximo licitante classificado diante da urgência na execução dos testes de eletroresistividade/geofísicos, bem como pelo interesse da Administração em assegurar a continuidade e a tempestiva satisfação da necessidade pública.
2.2. A formalização deste Termo fica condicionada à autorização da autoridade competente, à juntada da comunicação da CONTRATADA ao processo administrativo e à manifestação dos setores competentes, inclusive quanto à execução contratual, aos pagamentos eventualmente devidos e à existência de impedimentos legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DATA DE EFICÁCIA
3.1. A extinção produzirá efeitos a partir da data da assinatura por ambas as partes, se posterior, conforme definido no ato de aprovação da autoridade competente, vedada a atribuição de efeitos retroativos sem justificativa e autorização legal.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E DO ACERTO FINANCEIRO
4.1. Antes da conclusão do processo de extinção, o gestor e/ou fiscal do contrato deverá registrar o estágio de execução do objeto, indicando se houve mobilização, prestação parcial ou entrega de produtos técnicos, bem como atestar a conformidade dos serviços eventualmente executados.
4.2. Os pagamentos eventualmente devidos limitar-se-ão aos serviços efetivamente executados e regularmente atestados, observadas as condições contratuais e a legislação aplicável. Caso não tenha havido execução, entrega ou pagamento, tal circunstância deverá ser expressamente certificada nos autos.
4.3. O presente Termo não importa quitação genérica de obrigações que ainda dependam de apuração, nem afasta eventual direito a indenização legalmente cabível, desde que devidamente demonstrado e reconhecido pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES E RESPONSABILIDADES
5.1. A extinção consensual não constitui, por si só, declaração de inexistência de infração, sanção ou responsabilidade. A Administração deverá verificar e certificar nos autos a existência de sanções, impedimentos ou fatos que demandem apuração, assegurados, quando cabíveis, o contraditório e a ampla defesa.
5.2. A eventual não aplicação de sanções somente poderá decorrer de decisão motivada da autoridade competente, após análise dos fatos, das justificativas apresentadas e das disposições legais e contratuais pertinentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA EVENTUAL CONVOCAÇÃO DE OUTRO LICITANTE
6.1. A solicitação da CONTRATADA para convocação do próximo licitante classificado será apreciada em procedimento próprio, observadas a legislação aplicável, a validade e as condições da contratação originária, a ordem de classificação, a habilitação do eventual convocado e a autorização da autoridade competente.
6.2. Este Termo não constitui, isoladamente, autorização para contratação direta de outro licitante, nem garante a convocação ou contratação de qualquer participante do procedimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE E DA FORMALIZAÇÃO
7.1. A eficácia e a publicidade do presente instrumento observarão os requisitos legais aplicáveis, cabendo ao SAMAE providenciar sua juntada ao Processo Administrativo nº 027/2026 e as publicações ou divulgações exigidas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
8.1. Permanecem resguardadas as obrigações e responsabilidades que, por sua natureza ou por determinação legal, devam subsistir à extinção contratual.
8.2. O presente Termo é celebrado com fundamento na Cláusula Décima Segunda, item 12.3, do Contrato Administrativo nº 032/2026 e nos arts. 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme a hipótese legal efetivamente reconhecida e motivada no processo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, após a autorização da autoridade competente e o cumprimento das formalidades legais.

Abatiá – Paraná, 13 de outubro de 2026

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Diretor SAMAE

DAIANE CRISTINA BENGOZI
Proprietária

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:496773D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 07/2026 - APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PAS, 2027

RESOLUÇÃO 07/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS, 2027.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal n°. 797 de 17 de abril de 2013.

Considerando:
Lei Orgânica da Assistência Social n°. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.
Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004.
Nob/SUAS 2012.

RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS, para o ano de 2027.

Art. 5°: Essa resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Sala de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em 13 de outubro de 2026.

Adrianópolis, 13 de outubro de 2026.

GERSON LUIS SOBOL
Presidente do CMAS
CPF: 606.070.509-00

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:1A8E3BFF

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 08/2026 - APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO REPASSE: SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS

RESOLUÇÃO 08/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação do Plano de Ação do Repasse: Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal n°. 797 de 17 de abril de 2013.

Considerando:
Lei Orgânica da Assistência Social n°. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.
Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004.
Nob/SUAS 2012.

RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar Plano de Ação do Repasse: **Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.**

Art. 5°: Essa resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Sala de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em 13 de outubro de 2026.

Adrianópolis, 13 de outubro de 2026.

GERSON LUIS SOBOL
Presidente do CMAS
CPF: 606.070.509-00

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:ACC581DA

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/2026 - INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE 2026

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/2026

Dispõe sobre a instituição da Comissão Organizadora da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de 2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do Município de Adrianópolis- PR, no uso de suas atribuições legais, considerando a legislação municipal vigente, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as orientações aplicáveis à Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente de 2026, sob o tema: **"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Democracia Participativa".**

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Organizadora da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de 2026.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes representantes: I – Representantes governamentais:
Sabrina Kelly de Pontes Gonçalves
Adeline da Rosa dos Santos
Heloísa Dantas Santos
Marisete Rodrigues Straub
Bruna Oliveira Garcia Dias Batista II – Representantes da sociedade civil:
Djanira Antunes Gonçalves
Adriana Ferreira Ribeiro
Marini Rejane Santos Oliveira Alves
Adriana Ferreira Ribeiro
Celina Ferreira Ribeiro

III – Representantes ou colaboradores para participação de crianças e adolescentes, conforme metodologia adequada e segura:

Gladys Aparecida Cordeiro Grativol
Francinete dos Santos Moraes
Lucimara Belchor Cardoso dos Santos
Angelita Fernanda de Lima

DAS COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 3º Compete à Comissão Organizadora da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

– Planejar, organizar e coordenar as atividades necessárias à realização da Conferência Municipal;

– Elaborar a programação, definir o cronograma e organizar a metodologia dos trabalhos;

– Propor o local, a data e o horário de realização da Conferência, submetendo-os à aprovação do CMDCA, quando necessário;

– Promover a divulgação do evento e mobilizar crianças, adolescentes, famílias, órgãos públicos, entidades da sociedade civil e demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

– Providenciar a infraestrutura, os materiais e os recursos necessários à realização das atividades;

– Organizar as inscrições e orientar os participantes quanto à programação e ao funcionamento da Conferência;

– Assegurar condições de acessibilidade e participação efetiva de crianças e adolescentes;

– Articular a participação dos palestrantes, facilitadores, convidados e representantes dos órgãos e entidades envolvidos;

– Organizar os grupos de trabalho e as atividades de discussão dos eixos temáticos;

– Sistematizar as propostas aprovadas pelos participantes durante a Conferência;

– Organizar os registros, as listas de presença, as atas e os demais documentos relativos ao evento;

– Elaborar o relatório final da Conferência e encaminhá-lo ao CMDCA para as providências cabíveis;

– Realizar os procedimentos relativos à escolha dos delegados para as etapas subsequentes, quando previstos nas orientações oficiais;

– Acompanhar os encaminhamentos das deliberações aprovadas, em articulação com o CMDCA e os órgãos competentes;

– Executar outras atividades necessárias à realização da Conferência, respeitadas as atribuições do CMDCA e as orientações dos Conselhos Estadual e Nacional.

Art. 4º A Comissão deverá atuar em articulação com o CMDCA e com o órgão gestor municipal responsável pela política dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, 13 de outubro de 2026.

CLEUNICE DOS SANTOS OLIVEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:53615C5C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
ATA DE ABERTURA - CREDENCIAMENTO Nº 009/2026 - FESTA DO MORANGO

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – CREDENCIAMENTO 009/2026.
Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, a Agente de Contratação Sandra Maria Cumin, designada pela Portaria nº 442/2026, procedeu com a análise da documentação referente ao Credenciamento Público 009/2026, o qual tem por objeto o "Credenciamento de produtores rurais de Almirante Tamandaré, para a utilização de 1 (um) espaço coberto 3x3 m, total 9 m2, nos dias 06 (das 18h às 23h), 07 (das 10h às 00h) e 08 de novembro de 2026

(das 09h às 23h), no Parque Municipal Ambiental Aníbal Khury, durante o evento 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO, para comercialização de morangos in natura e seus derivados e outros produtos da terra, conforme produtos listados no Anexo IX".

Foi registrada a apresentação da documentação pelos seguintes interessados:

Nº	NOME	Nº DO PROTOCOLO	ESPAÇO/LOTE DE INTERESSE
1	ZORAIDE APARECIDA STRAIOTTO	0018.000014943/2026	01 (MORANGO)
2	ZORAIDE APARECIDA STRAIOTTO	0018.000014961/2026	02 (MORANGO)
3	ROSILENE DO ROCIO VIEIRA DE JESUS MARTINS	0018.000014959/2026	03 (MORANGO)
4	VANUZA STIVAL DE JESUS	0018.000014949/2026	04 (MORANGO)
5	LOURIVAL VIEIRA DE JESUS	0018.000015001/2026	05 (MORANGO)
6	VANILDA COSTA ROZA	0018.000014939/2026	06 (MORANGO)
7	CLAUDIO MARCELO PUPIA	0018.000014954/2026	07 (MORANGO)
8	CLAUDIO MARCELO PUPIA	0018.000014953/2026	08 (MORANGO)
9	CLAUDIO MARCELO PUPIA	0018.000014952/2026	09 (MORANGO)
10	FRANCIELE GREICE MORBIS	0018.000014956/2026	10 (MORANGO)
11	BRENNER STIVAL DE JESUS	0018.000014999/2026	01 (TERRA)
12	PAULINO ROSNER MACHADO	0018.000014823/2026	02 (TERRA)
13	ANDRIELLY FREITAS CORDEIRO	0018.000015098/2026	03 (TERRA)
14	PHILIPE XAVIER BEIRA	0018.000014828/2026	04 (TERRA)
15	PHILIPE XAVIER BEIRA	0018.000014828/2026	05 (TERRA)
16	FRANCIELE GREICE MORBIS	0018.000014955/2026	06 (TERRA)
17	DRIELI CRISTINA VALLE GAVELIK	0018.000014960/2026	07 (TERRA)
18	JEFERSON JOSÉ DA SILVA MATOS	0018.000014947/2026	08 (TERRA)
19	JEFERSON JOSÉ DA SILVA MATOS	0018.00001498/2026	09 (TERRA)
20	ADRIANE DE PAULA DINA	0018.000014946/2026	10 (TERRA)

Os envelopes foram abertos e os documentos analisados. Após análise detalhada, verificou-se que todos os interessados cumpriram com a documentação exigida pelo edital de Credenciamento Público, não havendo irregularidades. Assim, foram declarados **HABILITADOS PARA O CREDENCIAMENTO.**

Fica assegurado o prazo recursal conforme a legislação vigente. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a análise foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que será assinada pela Agente de Contratação.

SANDRA MARIA CUMIN
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:1E486F4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 153/2026

Convoca e regulamenta o processo de Consulta à Comunidade Educacional para designação de Gestores Educacionais das unidades educacionais (Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs), da Rede Municipal da Educação de Almirante Tamandaré, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e considerando o disposto nos artigos 1º, 2º, 14, 15, 17, 18 e 20, da Lei Municipal nº 2.603, de 2026 e pela Lei Complementar nº 087/2019, DECRETA:

CAPÍTULO I
DA CONVOCAÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DA PUBLICIDADE

Art. 1º Fica convocado o processo de Consulta à Comunidade Educacional para escolha e designação de Gestores Educacionais das unidades educacionais da Rede Municipal de Educação de Almirante Tamandaré, compreendendo Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, para o mandato de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2029, nos termos da Lei Municipal nº 2.603/2026.
Parágrafo único. O processo de escolha observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, isonomia, participação democrática, legitimidade e lisura em todas as suas etapas.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação divulgará, por meio dos canais oficiais, a legislação e os atos normativos que regulamentam o processo de Escolha dos Gestores Educacionais.
§ 1º O Gestor Educacional da unidade educacional deverá providenciar a divulgação e afixação da Lei Municipal nº 2.603/2026 e deste Decreto em local visível e de fácil acesso à Comunidade Educacional, no prazo mínimo de 48 quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação da Comissão Central Organizadora.
§ 2º Todos os atos relativos ao processo de escolha serão divulgados pela Secretaria Municipal de Educação, observados os princípios da publicidade, transparência, impessoalidade e acesso à informação.
§ 3º A divulgação compreenderá, no mínimo:
I – o Decreto de Convocação e o Cronograma do Processo;
II – homologação das inscrições;
III – o local e horário da Avaliação de Mérito e Desempenho;
IV - resultados da Avaliação de Mérito e Desempenho;
V – a relação das inscrições deferidas e indeferidas, com o respectivo resultado da análise da documentação comprobatória dos requisitos para a candidatura;
VI - a lista das unidades educacionais que ocorrerão o Processo de Escolha do Gestor Educacional;
VII – os resultados da votação e da apuração;
VIII – as decisões relativas aos recursos administrativos;
IX – a homologação do resultado final;
X – o ato de designação do Gestor Educacional.

§ 4º A divulgação dos atos ocorrerá, preferencialmente, no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré e em outros meios oficiais que assegurem amplo acesso à comunidade educacional.
§ 5º As informações divulgadas deverão observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, preservando-se a intimidade, a vida privada e as informações de caráter sigiloso dos candidatos e eleitores.

CAPÍTULO II
DOS CANDIDATOS

Art. 3º Poderá participar do processo de escolha para a função de Gestor Educacional o servidor integrante do Quadro Efetivo do Magistério Municipal, ocupante do cargo de Professor da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental, que atenda aos requisitos estabelecidos no art. 6º da Lei Municipal nº 2.603/2026.
Art. 4º O candidato poderá registrar apenas uma candidatura, vinculada a uma única unidade educacional da Rede Municipal de Educação, sendo permitida exclusivamente na unidade em que estiver vinculado ao cargo efetivo estável.
Art. 5º É vedada a candidatura à função de Gestor Educacional ao servidor que se enquadra em qualquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 9º da Lei Municipal nº 2603, de 2026.

CAPÍTULO III
DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 6º O processo de escolha dos Gestores Educacionais será constituído pelas seguintes etapas:

I – Avaliação de Mérito e Desempenho, de caráter eliminatório e classificatório;
II – análise da documentação comprobatória dos requisitos para a candidatura;
III – Consulta à Comunidade Educacional.
§ 1º A Avaliação de Mérito e Desempenho será realizada previamente à análise da documentação comprobatória, como procedimento inicial de seleção dos candidatos, observados os critérios estabelecidos neste Decreto. O qual deve-se realizar a Inscrição via protocolo para a realização da Avaliação, utilizando-se da Ficha de inscrição (ANEXO 1)
§ 2º Somente os candidatos habilitados na Avaliação de Mérito e Desempenho serão convocados para a apresentação e análise da documentação comprobatória dos requisitos para a candidatura.

§ 3º A aprovação na Avaliação de Mérito e Desempenho não dispensa o candidato do cumprimento dos requisitos legais e da apresentação da documentação comprobatória exigida para a candidatura.
§ 4º Somente os candidatos considerados habilitados na análise da documentação comprobatória poderão participar da Consulta à Comunidade Educacional.

Seção I
Da Avaliação de Mérito e Desempenho

Art. 7º A Avaliação de Mérito e Desempenho terá caráter eliminatório e classificatório, será composta por Prova Objetiva e Prova Discursiva, as quais serão realizadas no dia 28 de outubro de 2026, das 18h às 22h, na Escola Municipal Coronel João Candido de Oliveira, localizado à Travessa José Ferreira, nº 93 - Jardim São Venâncio - Cachoeira.

Art. 8º A Prova Objetiva será composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha, contendo 4 (quatro) alternativas cada, com valor de 1 (um) ponto por questão.

Art. 9º A Prova Discursiva será constituída de 1 (uma) questão, com valor de 2 (dois) pontos sobre um tema relacionado à área educacional, com extensão mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 linhas.

Parágrafo único. A correção da Prova Discursiva observará os seguintes critérios:

I - coerência, progressão, articulação, informatividade, não-contradição - 0,6 (seis) décimos;
II - coesão referencial e sequencial: atendimento à modalidade gramatical - 0,6 (seis) décimos;
III - atendimento à proposta, demonstrando conhecimento sobre o tema apresentado. 0,8 (oito) décimos;
Art. 10 Os conteúdos da Prova Objetiva e Discursiva serão relacionados às Políticas e Legislação Educacional vigente.
Art. 11 Será considerado aprovado na Avaliação de Mérito e Desempenho o candidato que:
I – obtiver aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva;
II – não obtiver nota zero na Prova Discursiva.

Parágrafo único. A aprovação na Avaliação de Mérito e Desempenho não dispensa a análise e a comprovação dos requisitos legais para a candidatura, ficando a habilitação para a Consulta à Comunidade Educacional condicionada ao deferimento da documentação comprobatória
Art. 12 A Comissão Central Organizadora publicará, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, o resultado dos candidatos habilitados na etapa de Avaliação de Mérito e Desempenho.

Seção II
Da Análise da Documentação Comprobatória

Art. 13 Na etapa da Análise da Documentação Comprobatória, o candidato deverá apresentar as seguintes documentações:
I - Ficha devidamente preenchida, conforme modelo constante do Anexo 3;
II - Cópia do documento de identificação e do CPF;
III - Certidão emitida pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos, que comprove o exercício do cargo de Professor de Educação Básica - Educação Infantil ou Professor de Educação Básica - Anos Iniciais, bem como a conclusão do estágio probatório, conforme determina o caput do Art. 41 da Constituição Federal com a Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998;
IV - Certidão emitida pela Secretaria Municipal da Educação, que comprove o exercício na Unidade Educacional para a qual o candidato pretende concorrer, conforme os artigos 7º e 8º, da Lei Municipal nº 2.603/2026;
V - Cópia do certificado ou declaração de conclusão de formação específica em Gestão Educacional, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, concluída no período de até 1 (um) ano anterior à data da inscrição.
VI - Plano de Gestão Escolar correspondente ao período do mandato de 2027 a 2029.

§ 1º O Plano de Gestão Escolar deverá estar fundamentado na gestão democrática e nos princípios da concepção de Educação Integral, contemplando, no mínimo, a gestão do ensino e das aprendizagens, a articulação com o Conselho Escolar, a APMF, a comunidade e Território, bem como as principais ações pedagógicas administrativas a serem desenvolvidas durante o mandato (Anexo 3);

$ 2º O candidato à recondução do cargo deverá apresentar Parecer Técnico emitido pela Secretaria Municipal de Educação, que ateste o cumprimento mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) das metas, ações e resultados previstas no Plano de Gestão Escolar referente ao mandato anterior;

$ 3º A documentação deverá ser entregues em envelope lacrado, devidamente identificado e dirigido à Comissão Central Organizadora do Processo de Escolha de Gestor Educacional (Secretaria Municipal de Educação);

$ 4º A documentação deverá ser protocolada junto no Setor de Protocolo do Centro Administrativo Dirceu Pavoni, localizado à Rua Mauricio Rosemann, nº 15 - São Venâncio, no horário das 8h às 16h30min, conforme cronograma estabelecido pela Comissão Central Organizadora do Processo de Escolha de Gestor Educacional.

Art. 14 A Comissão Central Organizadora publicará, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, a relação dos candidatos aptos na etapa de Análise da Documentação Comprobatória.

Seção III
Consulta à Comunidade Educacional

Art. 15 A Consulta à Comunidade Educacional será realizada em 27 de novembro de 2026 das 7h às 19 horas, presencialmente, mediante votação física, para escolha dos Gestores Educacionais para o mandato de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2029.

Art. 16 A Consulta à Comunidade Educacional será considerada válida quando houver participação mínima correspondente ao quórum de 33% (trinta e três por cento) mais 1 (um) do total de eleitores aptos, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 87/2019.

Art. 17 Será considerado escolhido o candidato que obtiver o maior número de votos válidos.

§1º Em caso de empate, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I - maior tempo de efetivo exercício na unidade educacional;
II - maior tempo de efetivo exercício no Magistério Público Municipal;
III - possuir especialização em Gestão Escolar ou Gestão Educacional;
IV - maior idade.

§ 2º Cada eleitor terá direito a apenas 1 (um) voto por unidade educacional, conforme disposto nos artigos 24 e 25 da Lei nº 2603, de 2026.

CAPÍTULO IV
DA CAMPANHA

Art. 18 A campanha eleitoral somente poderá ser iniciada após o deferimento do registro da candidatura pela Comissão Central Organizadora.

Art. 19 Durante o período de campanha, o candidato será dispensado do exercício de suas funções na unidade educacional nos 3 (três) dias que antecedem a data da Consulta à Comunidade Educacional (01 a 03 de dezembro), sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 20 A Comissão Eleitoral Executora convocará 1 (uma) assembleia, que deverá ocorrer no dia 23 de novembro de 2026, sendo destinada aos trabalhadores da unidade educacional; e aos pais ou responsáveis pelos educandos.
Parágrafo único. O horário deverá acontecer no período da noite, no qual os candidatos apresentarão o Plano de Gestão Educacional, possibilitando à comunidade educacional o conhecimento das propostas
Art. 21 É vedado aos candidatos durante o período de campanha:
I - realizar ofensas pessoais ou manifestações que atentem contra a dignidade dos demais candidatos;
II - realizar propaganda verbal ou por meio de material impresso, nas dependências da unidade educacional, em desacordo com as normas estabelecidas pela Comissão Eleitoral Executora;
III - utilizar, para fins de campanha, recursos materiais, equipamentos, espaços, bens ou quaisquer outros recursos pertencentes ou disponibilizados pela unidade educacional em benefício de candidatura;
IV - realizar campanha eleitoral durante reuniões de pais ou responsáveis em eventos festivos da unidade educacional;
V - realizar atividades de propaganda eleitoral durante o horário de trabalho de modo a prejudicar o trabalho pedagógico e a aprendizagem;
VI - utilizar imagens de educandos da Rede Municipal de Educação;
VII - distribuir brindes, camisetas ou congêneres;
VIII - praticar qualquer outra conduta que comprometa os princípios de isonomia, impessoalidade e transparência e regularidade do processo de escolha.

§ 1º A propaganda deverá observar as normas estabelecidas pela Comissão Central Organizadora, monitoradas pela Comissão Eleitoral Executora;

§ 2º O material de campanha será de inteira responsabilidade do candidato, sendo vedada a utilização de materiais ou da estrutura da unidade educacional em benefício de candidatura.

§ 3º A propaganda eleitoral deverá ser encerrada até às 18h (dezoito) horas do dia que antecede a votação.
§ 4º Não será permitida propaganda cujo conteúdo represente desrespeito aos demais candidatos.
§ 5º O descumprimento das disposições deste artigo poderá ensejar a aplicação das medidas previstas neste Decreto, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO ELEITORAL EXECUTORA

Art. 22 Cada unidade educacional deverá constituir uma Comissão Eleitoral Executora responsável pela organização e execução da Consulta à Comunidade Educacional no âmbito da respectiva unidade, conforme art. 28 da Lei nº 2603/2026, sob a orientação da Comissão Central Organizadora, sendo:
I – 2 (dois) representantes da APMF;
II – 2 (dois) representantes de Professores;
III – 2 (dois) representantes do Quadro Geral;
IV – 2 (dois) representantes do Conselho Escolar.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral Executora será constituída mediante assembleia convocada pelo Gestor Educacional.
Art. 23 Cada Unidade Educacional contará com 1 (uma) Mesa Receptora de Votos, composta por 3 (três) a 5 (cinco) membros, designados pela Comissão Eleitoral Executora.
§ 1º A composição da Mesa Receptora de Votos poderá contemplar a atuação de seus membros em turnos, desde que asseguradas, durante todo o período de votação:
I – a continuidade dos trabalhos no horário estabelecido;
II – a presença do número mínimo de membros previsto no caput deste artigo.
§ 2º Preferencialmente, os membros da Mesa Receptora não deverão integrar a Comissão Eleitoral Executora da respectiva unidade educacional.
§ 3º É vedada a participação de candidatos como membros da Mesa Receptora de Votos.

Art. 24 Compete à Comissão Eleitoral Executora providenciar para o dia da votação:
I - os materiais necessários a votação, tais como: canetas, cédulas eleitorais, placas indicativas, dentre outros;
II - a relação dos eleitores aptos, previamente preparada pela Secretaria da unidade educacional, conforme artigos 24 e 25 da Lei nº 2603/2026;
III - as credenciais para identificação dos fiscais e dos membros da Mesa Receptora;
IV - as cédulas devidamente carimbadas e assinadas pela Comissão Central Organizadora, com identificação correta dos nomes dos candidatos, chapas e demais informações necessárias;
VI - a instalação da Mesa Receptora, da urna e da cabine de votação;

CAPÍTULO VI
DA MESA RECEPTORA DE VOTOS

Art. 25 Compete à Mesa Receptora de Votos:
I – apresentar-se no local de votação 1 (uma) hora antes do início da votação;
II – receber, conferir e zelar pela integridade da urna e dos materiais destinados ao processo de votação;
III – eleger, entre seus membros, o Presidente da Mesa, a quem caberá coordenar os trabalhos e assegurar a ordem durante o processo de votação;
IV – receber os votos dos eleitores habilitados, observando as normas e os procedimentos estabelecidos;
V - proceder à inclusão ou exclusão de nomes na lista de votantes, mediante verificação da procedência da solicitação e registro correspondente;
VI – assegurar a continuidade e a regularidade dos trabalhos durante todo o período de votação;
VII – registrar em ata as ocorrências verificadas durante o processo de votação e as providências adotadas;
VIII – ao término da votação, providenciar o fechamento e o encaminhamento da urna e toda documentação à Comissão Central Organizadora, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 26 No momento da votação, a Mesa Receptora, observará os seguintes procedimentos:
I - o eleitor deverá identificar-se perante a Mesa Executora mediante documento oficial de identificação;
II - os membros da Mesa Receptora localizarão o nome do eleitor na lista de votantes, que deverá registrar sua presença mediante assinatura;
III - após assinatura, o eleitor, este receberá a cédula de votação devidamente carimbada e assinada pela Comissão Central Organizadora;
IV - o eleitor dirigir-se-á a cabine de votação para o preenchimento da cédula, a qual deverá dobrar e depositada na urna correspondente.

Art. 27 Os trabalhos da Mesa Receptora de Votos poderão ser acompanhados pelos candidatos e pelos fiscais regularmente designados, observadas as normas estabelecidas pela Comissão Central Organizadora e vedada qualquer interferência no regular funcionamento da votação.

CAPÍTULO VII
DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 28 A Mesa Apuradora de Votos será constituída pela Comissão Eleitoral Executora e composta por 3 (três) a 5 (cinco) membros, preferencialmente, escolhidos entre os integrantes da Mesa Receptora de Votos.

Art. 29 Compete a Mesa Apuradora de Votos:
I - iniciar a apuração imediatamente após o encerramento da votação;
II - zelar pela integridade da urna e dos votos nela depositados;
III - designar, entre seus membros, o Presidente da Mesa, responsável pela condução dos trabalhos;
IV - assegurar a continuidade dos trabalhos de apuração dos votos;
V - registrar em ata o resultado da votação e as ocorrências verificadas durante a apuração.

Art. 30 Encerrada a votação, a Mesa Apuradora iniciará a contagem de votos, considerando-se nulas as cédulas que:
I - não corresponderem ao modelo oficial;
II - assinalarem mais de uma candidatura;
III - não estiverem devidamente rubricadas pela Comissão Central Organizadora;
IV - não apresentarem o carimbo com a identificação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 31 Após a apuração, a Mesa Apuradora encaminhará à Comissão Central Organizadora:
I – a ata de votação, devidamente preenchida e assinada, contendo o registro das ocorrências;
II – a lista de votantes da unidade educacional, com as respectivas assinaturas;
III – as cédulas de votação, acondicionadas em envelope lacrado e devidamente vistado pelo Presidente da Mesa e pelos fiscais e/ou candidatos;
IV – a urna utilizada na votação.

CAPÍTULO VIII
DAS CONDUTAS NO DIA DA VOTAÇÃO

Art. 32 No dia da votação, é vedado ao candidato:
I - realizar boca de urna;
II - permanecer na unidade educacional em atitude de campanha eleitoral;
III - praticar qualquer conduta incompatível com os princípios que regem o processo de escolha.
Parágrafo único. O descumprimento das disposições deste artigo sujeitará o candidato às medidas previstas neste Decreto, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO IX
DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES
Art. 33 Caberá recurso administrativo ou impugnação, nos prazos estabelecidos neste Decreto, em face dos atos praticados durante o processo de escolha, especialmente:
I- do resultado da Avaliação de mérito e Desempenho;
II - do indeferimento da análise da documentação comprobatória;
III - de irregularidade ocorridas durante a Consulta à Comunidade;
IV - do resultado da apuração dos votos;
V - da homologação do resultado final;
VI - da aplicação de medidas decorrentes do descumprimento das normas deste Decreto.

Art. 34 O recurso ou a impugnação deverá ser dirigido à Comissão Central Organizadora, mediante requerimento escrito, devidamente fundamentado e protocolado junto ao Setor de Protocolo do Centro Administrativo Dirceu Pavoni.

§ 1º O recurso deverá ser interposto no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da publicação do ato ou da divulgação oficial do resultado objeto da impugnação.

§ 2º Compete à Comissão Central Organizadora analisar e julgar os recursos administrativos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado do encerramento do prazo para sua interposição.
§ 3º A decisão da Comissão Central Organizadora deverá ser fundamentada e publicada nos meios oficiais de divulgação do processo de escolha.
§ 4º A interposição de recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando a Comissão Central Organizadora, mediante decisão fundamentada, reconhecer que a manutenção do ato recorrido poderá comprometer a regularidade ou a legitimidade do processo de escolha.
§ 5º Verificada irregularidade capaz de comprometer a legalidade, a lisura ou a legitimidade do processo de escolha, à Comissão Central Organizadora poderá determinar, mediante decisão fundamentada, as medidas necessárias ao saneamento da irregularidade, inclusive a revisão ou anulação dos atos praticados, observados o contraditório, a ampla defesa e a legislação vigente.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 35 Compete à Comissão Central Organizadora publicar os resultados de cada etapa do processo de escolha no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré.
Art. 36 A Comissão Eleitoral Executora poderá solicitar esclarecimentos à Comissão Central Organizadora sempre que necessário ao fiel cumprimento da Lei Municipal nº 2.603/2026 e deste Decreto.
Art. 37 Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da execução deste Decreto serão dirimidos pela Comissão Central Organizadora, observada a legislação vigente.
Art. 38 A designação dos Gestores Educacionais observará o resultado final do processo de escolha e os demais requisitos estabelecidos na legislação municipal vigente.
Art. 39 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 40 Fica revogado o Decreto Municipal nº 2.395/2023, de 31 de agosto de 2023, bem como as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR, 06 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

ANEXO 1
CRONOGRAMA DO PROCESSO

Etapa/Procedimento	Prazo/Período
Constituição das Comissões Eleitorais Executoras nas unidades	05/10 a 08/10
Período de inscrição para a Avaliação de Mérito e Desempenho	14/10 a 15/10/2026
Homologação das inscrições para a Avaliação de Mérito e Desempenho;	20/10/2026
Realização da Prova Objetiva e Discursiva	28/10/2026 às 18 horas
Divulgação do gabarito da Prova Objetiva	29/10/2026
Publicação do resultado da Avaliação de Mérito e Desempenho	05/11/2026
Prazo para recurso da Avaliação de Mérito e Desempenho	06/11/2026
Publicação do Resultado da Avaliação de Mérito e Desempenho	09/11/2026
Prazo da Inscrição para a entrega da Documentação Comprobatória dos requisitos para a candidatura;	10/11/2026 á 12/11/2026
Publicação do resultado da análise documental;	17/11/2026
Prazo para recurso/impugnação da análise documental	18/11/2026
Publicação do resultado definitivo da habilitação;	19/11/2026
Período de Realização da assembleia com trabalhadores e pais/responsáveis	23 /11/2026
Período de campanha eleitoral (início e encerramento)	24/11 a 26/11/2026
Consulta à Comunidade Educacional	27/11/2026
Publicação do resultado da Consulta	02/12/2026
Prazo para recurso/impugnação do resultado	03/12/2026
Publicação da homologação do resultado final;	11/12/2026

ANEXO 2
FICHA DE INSCRIÇÃO (ETAPA I)

INSCRIÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO
PROCESSO DE ESCOLHA PARA GESTORES EDUCACIONAIS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS (2026–2029)
(Regulamentado pela Lei Municipal nº 2.603/2026)

1. DADOS PESSOAIS E DE CONTATO DO CANDIDATO

- Nome Completo: _____
-
- CPF: _____ RG / Órgão Expedidor /UF:_____
- Data de Nascimento: ____ / ____ / _____
- Telefone / WhatsApp: _____
- E-mail Pessoal: _____
- Endereço Residencial Completo: _____

2. DADOS FUNCIONAIS E VÍNCULO COM O MAGISTÉRIO MUNICIPAL

•
Cargo Efetivo:

•
[ ] Professor de Educação Básica – Educação Infantil

•
[ ] Professor de Educação Básica – Anos Iniciais

•
Matrícula / Registro Funcional (RF): _____

3. OPÇÃO DE CANDIDATURA (UNIDADE EDUCACIONAL PRETENDIDA)
Nome da Unidade Educacional Pretendida (Escola Municipal ou CMEI):

•
_____

•

•
Modalidade da Candidatura:

•
[ ] CANDIDATURA NOVA (Primeira candidatura na unidade)

•
[ ] RECONDUÇÃO DA GESTÃO (Candidatura para a mesma unidade educacional)

•
Atenção: É vedada a inscrição simultânea em mais de uma unidade educacional (Art. 7º da Lei nº 2.603/2026 e Art. 4º do Decreto).

Almirante Tamandaré – PR, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO 3

DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA - (ETAPA II)

PROCESSO DE ESCOLHA PARA GESTORES EDUCACIONAIS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS (2026–2029)
(Regulamentado pela Lei Municipal nº 2.603/2026)
Análise da Documentação Comprobatória dos requisitos para a candidatura;

1. DADOS PESSOAIS E DE CONTATO DO CANDIDATO

•
Nome Completo: _____

•
CPF: _____

2. DADOS FUNCIONAIS E VÍNCULO COM O MAGISTÉRIO MUNICIPAL

•
Data de Admissão no Concurso público : ____ / ____ / _____

•
Conclusão do Estágio Probatório: [ ] Sim [ ] Não

•
Unidade Educacional de Lotação Atual: _____

•
Tempo de Efetivo Exercício na Unidade Educacional Atual: _____ anos e _____ meses

•
Tempo Total de Efetivo Exercício no Magistério Público Municipal: _____ anos e _____ meses

3. OPÇÃO DE CANDIDATURA (UNIDADE EDUCACIONAL PRETENDIDA)
Nome da Unidade Educacional Pretendida (Escola Municipal ou CMEI):
_____

•
Modalidade da Candidatura:

•
[ ] CANDIDATURA NOVA (Primeira candidatura ou mudança de unidade)

•
[ ] RECONDUÇÃO DA GESTÃO (Candidatura para a mesma unidade educacional)

•
Atenção: É vedada a inscrição simultânea em mais de uma unidade educacional (Art. 7º da Lei nº 2.603/2026 e Art. 4º do Decreto).

4. TERMO DE DECLARAÇÃO DE REQUISITOS E IMPEDIMENTOS
(Assinale confirmando o atendimento às disposições legais e regulamentares)

•
[ ] Sou ocupante de cargo efetivo do Magistério Municipal e concluí o estágio probatório (Art. 6º, I e IV da Lei nº 2.603/2026).

•
[ ] Encontro-me em efetivo exercício na unidade educacional para a qual pretendo candidatar-me (Art. 6º, II da Lei nº 2.603/2026).

•
[ ] Possuo graduação em Pedagogia ou curso de Licenciatura Plena (Art. 6º, III da Lei nº 2.603/2026).

•
[ ] Possuo certificado/declaração de curso de formação específica em Gestão Educacional (carga horária mínima de 20h), concluído em até 1 ano anterior à inscrição (Art. 11 da Lei nº 2.603/2026 e Art. 13, V do Decreto).

•
[ ] NÃO sofri penalidade administrativa definitiva em processo disciplinar nos últimos 5 anos (Art. 9º, I da Lei nº 2.603/2026).

•
[ ] NÃO usufruí de licença sem vencimentos nos últimos 2 anos (Art. 9º, II da Lei nº 2.603/2026).

•
[ ] NÃO permaneci afastado(a) por período superior a 45 dias alternados nos últimos 12 meses (Art. 9º, III da Lei nº 2.603/2026).

•
[ ] Encontro-me em pleno gozo dos direitos políticos (Art. 9º, IV da Lei nº 2.603/2026).

•
[ ] (Exclusivo para Recondução) Cumpri no mínimo 75% das metas do Plano de Gestão Escolar anterior, respaldado por Parecer Técnico da SME (Art. 9º, V da Lei nº 2.603/2026 e Art. 13, § 2º do Decreto).

•

[ ] Estou apta da Prova Objetiva e Discursiva no dia 28 de outubro de 2026, das 18h às 22h, na Escola Municipal Coronel João Candido de Oliveira (Art. 7º do Decreto).

5. CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA ANEXA (ENVELOPE LACRADO)
(Entrega no Setor de Protocolo do Centro Administrativo Dirceu Pavoni, Rua Mauricio Rosemann, nº 15 – São Venâncio, das 8h às 16h30)

•
[ ] Cópia do documento oficial de identificação com foto (RG) e do CPF.

•
[ ] Certidão emitida pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH) comprovando o cargo e a conclusão do estágio probatório.

•
[ ] Certidão emitida pela Secretaria Municipal de Educação (SME) comprovando o exercício na Unidade Educacional pretendida.

•
[ ] Cópia do certificado/declaração do curso de Formação Específica em Gestão Educacional (mínimo de 20h, até 1 ano anterior).

•
[ ] Plano de Gestão Escolar correspondente ao mandato de 2027 a 2029 (Anexo 4).

•
[ ] Parecer Técnico da SME atestando o cumprimento de no mínimo 75% das metas anteriores (se candidato à recondução).

Almirante Tamandaré – PR, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO 4
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Comissão Central Organizadora
MODELO DO PLANO DE AÇÃO PARA O TRIÊNIO DE GESTÃO (2027–2029)
Estrutura Base Orientada pelo Capítulo 4 do Referencial de Gestão Escolar (MEC)

Candidato(a) a Gestor(a):	
Unidade Educacional Pretendida: Modalidade: [ ] Nova Candidatura [ ] Recondução	Etapa: [ ] Escola Municipal [ ] CMEI
2027 a 2029 (Triênio)	

Instruções de preenchimento: Este modelo foi estruturado em estrita observância às 6 Dimensões e 22 Subdimensões de Atuação da Gestão Escolar apresentadas no Capítulo 4 do Referencial para Qualidade e Equidade da Gestão Escolar (MEC). O candidato à gestão deve preencher cada campo identificando as ações prioritárias, metas mensuráveis, resultados esperados, recursos necessários e o cronograma anual de execução (2027, 2028 e/ou 2029) para a sua unidade educacional.
O documento contempla as 6 dimensões e 22 subdimensões do Referencial. O próprio MEC indica que o documento pode subsidiar processos de seleção de diretores e a elaboração de instrumentos de avaliação de candidatos.

Estrutura da tabela: Para cada subdimensão, o candidato deverá preencher: Ações propostas / O que fazer? Meta e indicadores/ Como medir? Resultados esperados/ Qual o impacto? Recursos, Parcerias/ Com quê, quem; Cronograma /2027, 2028, 2029 e Indicadores

DIMENSÃO 1: GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Subdimensão	Ações Propostas (O que fazer?)	Metas e Indicadores (Como medir?)	Resultados Esperados (Qual o impacto?)	Recursos / Parcerias (Com o quê/quem?)	Cronograma (2027 | 2028 | 2029)
[D1.1] Construção e compartilhamento de visão estratégica (PPP e Planejamento Estratégico)					[ ] 2029
[D1.2] Avaliação institucional e melhoria contínua	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D1.3] Articulação com a rede (equipamentos) e representação institucional	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D1.4] Estabelecimento de parcerias com o território e rede de proteção	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029

DIMENSÃO 2: GESTÃO PEDAGÓGICA

Subdimensão	Ações Propostas (O que fazer?)	Metas e Indicadores (Como medir?)	Resultados Esperados (Qual o impacto?)	Recursos / Parcerias (Com o quê/quem?)	Cronograma (2027 | 2028 | 2029)
[D2.1] Ciclo de aprendizagem Contínua (Trabalho colaborativo e desenvolvimento docente)	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D2.2] Liderança e coordenação do trabalho pedagógico (Observação de sala e currículo)	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D2.3] Acompanhamento sistemático das aprendizagens e recomposição (Monitoramento)	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D2.4] Liderança para justiça social, equidade	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
Inclusão (PDI, AEE	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	
Ações antirracistas	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	

DIMENSÃO 3: LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Subdimensão	Ações Propostas (O que fazer?)	Metas e Indicadores (Como medir?)	Resultados Esperados (Qual o impacto?)	Recursos / Parcerias (Com o quê/quem?)	Cronograma (2027 | 2028 | 2029)
[D3.1] Coordenação das equipes de trabalho e distribuição de atribuições	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D3.2] Gestão dos relacionamentos interpessoais, clima e bem-estar	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D3.3] Autodesenvolvimento pessoal e profissional do gestor	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D3.4] Formação de lideranças e protagonismo de docentes e estudantes	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029

DIMENSÃO 4: GESTÃO DEMOCRÁTICA

Subdimensão	Ações Propostas (O que fazer?)	Metas e Indicadores (Como medir?)	Resultados Esperados (Qual o impacto?)	Recursos / Parcerias (Com o quê/quem?)	Cronograma (2027 | 2028 | 2029)
[D4.1] Clima escolar, convivência respeitosa e prevenção de violências	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D4.2] Governança democrática e instâncias colegiadas (Conselho Escolar, APMF)	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D4.3] Comunicação e transparência institucional com as famílias e comunidade	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029

DIMENSÃO 5: GESTÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Subdimensão	Ações Propostas (O que fazer?)	Metas e Indicadores (Como medir?)	Resultados Esperados (Qual o impacto?)	Recursos / Parcerias (Com o quê/quem?)	Cronograma (2027 | 2028 | 2029)
[D5.1] Coordenação de atividades administrativas, registros e vida escolar	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D5.2] Uso estratégico de recursos financeiros (PDDE e Fundo Escolar)	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D5.3] Gestão do patrimônio, infraestrutura, espaços físicos e serviços de apoio	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029

DIMENSÃO 6: GESTÃO DE DADOS E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Subdimensão	Ações Propostas (O que fazer?)	Metas e Indicadores (Como medir?)	Resultados Esperados (Qual o impacto?)	Recursos / Parcerias (Com o quê/quem?)	Cronograma (2027 | 2028 | 2029)
[D6.1] Uso estratégico de dados e governança da informação	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D6.2] Integração de tecnologias digitais e diário eletrônico à gestão escolar	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D6.3] Transformação digital e recursos tecnológicos a serviço da aprendizagem	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029
[D6.4] Governança e uso responsável da Inteligência Artificial (IA, LGPD e ECA Digital)	(Preencher ações)	(Preencher metas)	(Preencher resultado)	(Preencher recurso...)	[ ] 2027 [ ] 2028 [ ] 2029

Almirante Tamandaré – PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Candidato(a) a Gestor(a) Educacional

OBS. Fornecemos à Comissão Eleitoral Executora o link com o Plano de Ação editável

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:74743EFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 628/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 58 da Lei 087/2019, referente ao processo 0018.0000017841/2026.

RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER a servidora GRACI DO ROCIO MURARO, Matrícula n° 2558, Professora de Educação Básica - Educação Infantil e Anos Iniciais, referente a elevação de nível 2ª pós-graduação, incentivo de mérito correspondente a 3% (três por cento), sobre o vencimento básico, a partir de 01 de outubro de 2026.
Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:0DE0646E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 634/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias ao servidor abaixo relacionado, no período respectivo indicado:

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
9574	ALESSANDRO FERREIRA	12/06/2025 à 11/06/2026	23/09/2026 à 22/10/2026

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 08 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:230CA79F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 635/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER, nos termos do art. 177, da Lei Complementar 19/2011, a licença para o trato de interesses particulares ao servidor SUELEN CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 9014, servidora efetiva a partir de 01 de setembro de 2026, pelo período de um (1) ano, devendo retornar a partir de 31/08/2027 conforme encaminhamento da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, através do protocolo sob n˚ 0018.000015145/2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 08 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:FAD4B5D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 636/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a servidora, Sra. EVELLY CAROLINE RODRIGUES DA SILVA, matrícula n° 6187, CPF nº 078.611.379-02, do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, processo n° 18.000019034/2026 a partir do dia 06 de outubro de 2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 13 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:1BBE86F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 637/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR, os membros abaixo relacionados, para constituírem a Comissão Central Organizadora do Processo do Concurso de Remoção e Fixação de Padrão, dos professores da Educação Básica, Educação Infantil e Anos Iniciais pertencentes ao quadro próprio da Secretaria Municipal de Educação, tendo os seguintes membros:
I - Anne Caroline Skora;
II - Claudia de Fatima Lima Duarte;
III - Dirlene Cordeiro Vaz;
IV - Isabelli Honório Sopa;
V - Jennifer Samanta Pinheiro;
VI - Tatiana Souza Santos Rosa;
VII - Vitória Magalhães.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.
Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 09 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:9FCA5831

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 615/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições dos artigos 173 e 174, da Lei Complementar n° 019/2011,

RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER licença com vencimentos à servidora, Sra. MARIA CAROLINA DOS SANTOS ANTUNES, matrícula n° 9025, por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 29 de julho de 2026 à 29 de agosto de 2026, conforme processo sob nº 0018.0000016552/2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 30 de setembro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:B87270C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECRETO Nº 050/2026

Súmula: Dispõe sobre a transferência da comemoração do Dia do Servidor Público e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, **ELZA APARECIDA DA SILVA,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é consagrado ao Servidor Público do Município de Altamira do Paraná, conforme o art. 217, da Lei nº 130/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Altamira do Paraná);

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de estabelecer, no exercício de 2026, o dia 30 de outubro como ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais, em razão das comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público, cuja data oficial permanece em 28 de outubro;

DECRETA

Art. 1º - A comemoração do Dia do Servidor Público, fica transferida para o dia 30 (trinta) de outubro de 2026, sexta-feira, sendo neste dia **PONTO FACULTATIVO** nas repartições públicas municipais.

Art. 2º - O disposto neste artigo não se aplica às unidades e serviços considerados essenciais no atendimento à população, devendo ser mantidas as escalas de serviços, para que sua paralisação não traga prejuízos à Comunidade.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE... PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE...

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ – PR, em 13 (treze) de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:1B156F0D

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 390/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares à servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*

CONSIDERANDO a Lei nº 680/2022 que regulamenta a possibilidade de fracionamento do período das férias dos servidores;

RESOLVE
***Art. 1º - CONCEDER** férias à servidora **MARIA LUIZA CARVALHO FERNANDES DE LIMA,** ocupante de cargo efetivo de VETERINARIO, matrícula funcional nº **508900,** lotada na Unidade Básica de Saúde, de acordo com os períodos abaixo:*

PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO DE FÉRIAS
04/07/2024 à 03/07/2025	10 DIAS	13/10/2026 à 22/10/2026
04/07/2025 à 03/07/2026	10 DIAS	23/10/2026 à 03/11/2026

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 13 (treze) dia do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:3DC784AE

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 391/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares a servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 13 (treze) de outubro de 2026, 30 (trinta) dias de FÉRIAS a servidora **VERONICA NAYARA DE SOUZA BEZERRA,** matrícula funcional nº **508990,** ocupante do cargo em comissão de **DIRETOR DE HABITAÇÃO**, lotada no Paço Municipal, referente ao período aquisitivo 01/07/2025 à 30/06/2026, nos termos da Lei nº 680/2022.*

Art. 2º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE*.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:EBE6A582

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 392/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares à servidora pública municipal.

ELZA APARECIDA DA SILVA*, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*
CONSIDERANDO a previsão legal de fracionamento do período das férias.

RESOLVE
Art. 1º *- CONCEDER a partir do dia 13 (treze) de outubro de 2026, 15 (quinze) dias de férias à servidora* ***SAMARA MATOS DA SILVA,*** *matrícula funcional nº* ***509055,*** *ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, lotada na CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, referente ao período aquisitivo 08/09/2025 à 07/09/2026, nos termos da Lei nº 680/2022.*
Art. 2º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE*.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 13 (treze) dia do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:E197BC59

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 393/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidora em cargo em comissão.

ELZA APARECIDA DA SILVA*, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

R E S O L V E

Art. 1º *-* ***EXONERAR*** *a pedido, a partir do dia 13 (treze) de outubro de 2026, a servidora* ***RAFAELA DE SOUZA VAZ****, matrícula nº* ***509111,*** *do cargo em comissão de* ***DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CC-III****, lotada no Paço Municipal.*

Art. 2º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE*.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:BCF530D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
PORTARIA N°283/2026

Comissão de Processo Disciplinar

PORTARIA N° 283 /2026

EMENTA: PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA SOB N° 01/2026, PARA FINS DE APURAR RESPONSABILIDADE FUNCIONAL EM TESE PRATICADA PELO SERVIDOR MUNICIPAL DE MATRÍCULA N° 3000.

O Presidente da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista as informações recebidas pela comissão, RESOLVE:

Art 1° Prorrogar o procedimento administrativo disciplinar (Sindicância) sob o n° 01/2026, por 30 (trinta) dias, para conclusão da apuração de responsabilidade funcional que configura infração disciplinar, em tese praticada pelo servidor de matrícula n° 3000.

Art 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 13 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2026.

GILMAR ADRIANO BASILIO

Assinado de forma digital por GILMAR ADRIANO BASILIO OLIVEIRA:02459128940

OLIVEIRA:02459128940Dados: 2026.10.13 11:16:46 -03'00'

GILMAR ADRIANO BASILIO OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Publicado por:
Gabriel Bento Galdino
Código Identificador:A396EA7C

LICITAÇÃO
CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2026

OBJETO: Credenciamento de **Microempreendedores** Individuais (MEI) para prestação de **serviços de monitoria no transporte escolar**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação no acompanhamento dos estudantes transportados pela rede pública municipal de ensino.

CERTIFICO, para os devidos fins, que, após análise do Processo Administrativo nº 077/2026 e considerando o Parecer Jurídico nº 157/2026, que apontou a inviabilidade e a inadequação do enquadramento da contratação por Credenciamento (nos termos do art. 74, IV, c/c art. 79 da Lei nº 14.133/2021) e **recomendou a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, foi decidido encerrar e arquivar o presente procedimento, bem como promover a abertura de novo processo administrativo sob a modalidade Pregão Eletrônico**, com a instrução e documentação correspondentes, observadas as orientações jurídicas e a legislação aplicável.
Diante disso, certifica-se o encerramento da tramitação do presente procedimento, para fins de organização e registro administrativo,

devendo ser juntados aos autos os documentos pertinentes à decisão de encerramento e ao encaminhamento para **instauração do novo certame licitatório**.
Após as providências cabíveis e a conferência da documentação, proceda-se ao arquivamento destes autos, sem prejuízo da utilização das peças pertinentes no novo processo, quando juridicamente cabível.

Amaporã/PR, 13 de Outubro de 2026.

AMANDA GOMES DOS SANTOS
Chefe da Divisão de Compras e Licitação

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:FE2CFB15

LICITAÇÃO
CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de capacitação técnica continuada na área de Proteção Social Básica, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – **SUAS**, com carga horária de 12 (doze) horas.

CERTIFICO, para os devidos fins, que, no âmbito do Processo Administrativo nº 094/2026, referente à contratação acima descrita, foi emitido o Parecer Jurídico nº 179/2026 pela Procuradoria Jurídica Municipal, o qual apontou a necessidade de ajustes na instrução processual e recomendou, entre outras providências, a definição expressa da data de início e do cronograma de execução do curso.
O parecer consignou que a previsão de vigência contratual de 90 (noventa) dias, sem indicação da data de início dos serviços e sem cronograma de realização das aulas/módulos, não demonstrava urgência suficiente para justificar o afastamento do procedimento licitatório regular. Assim**, recomendou que, caso não fosse possível estabelecer cronograma imediato e compatível com a necessidade administrativa, a Administração se abstivesse de realizar a contratação direta por dispensa e promovesse o devido procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônic**o, além de providenciar as correções indicadas no Termo de Referência e na minuta contratual.
Considerando os apontamentos constantes do Parecer Jurídico nº 179/2026 e a decisão administrativa de não prosseguir com o presente procedimento de dispensa na forma em que se encontra, **certifica-se o encerramento de sua tramitação e, para fins de organização e registro administrativo, o encaminhamento destes autos ao arquivamento**, observadas as formalidades pertinentes.
O arquivamento do presente processo não impede a instauração de novo procedimento administrativo, inclusive mediante Pregão Eletrônico, caso assim decida a Administração, com a devida instrução processual e observância da legislação aplicável.

Amaporã/PR, 13 de outubro de 2026.

AMANDA GOMES DOS SANTOS
Chefe da Divisão de Compras e Licitação

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:AD0997A7

LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO PREGÃO 038/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2026

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2026

Menor Preço Por Lote

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DIGITAL DE GESTÃO DAS CAPACITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, COMPREENDIDA COMO IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DE SOLUÇÃO EM SOFTWARE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, HOSPEDAGEM, DO MUNICIPIO DE AMAPORÃ, conforme Termo de Referência Anexo I, deste Edital, para 12 meses.

Valor Máximo de R$ 113.272,08

Data da sessão: 29/10/2026.
Horário: 14h00min (**Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF**).
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as **13h59min** do dia **29/10/2026.**
Local de Realização do Pregão: (https://comprasbr.com.br/)

Amaporã/PR, 13 de outubro de 2026.

ROSANGELA ALEXANDRE DE ANDRADE
Pregoeira

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:F23000ED

RECURSOS HUMANOS
DECRETO NO 218/2026

DECRETO No 218/2026

SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal, tendo em vista a Habilitação em Concurso Público, e da outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e, em Especial ao contido nas Leis Municipais no 100/2004, 955/2022 e na Lei Orgânica do Município de Amaporã**.**

DECRETA:
Art.1o - Nomeia a Sra. **JULIA MOLOSSI**, portadora da Cédula de Identidade nº 082.642.829-03 e inscrita no CPF nº 082.642.829-03, para o cargo efetivo de **MÉDICO CLINICO GERAL – 20H**, previsto na Lei Municipal no 100/2004 e tendo em vista a habilitação em Concurso Público, aberto pelo Edital nº 054/2025, e respectiva convocação feita pelo Edital no 054/2026 a partir de **13/10/2026**.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:B291FD36

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 219/2026

DECRETO N.º 219/2026

Súmula: Concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA INTEGRAL POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

O Prefeito de Amaporã, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,
Considerando o processo de aposentadoria voluntária integral, da servidora **MARCIA RODRIGUES FERREIRA.**
D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedido a partir **14/10/2026** a servidora **MARCIA RODRIGUES FERREIRA**, brasileira, servidora público municipal, ocupante do cargo professora, matricula 930, residente e domiciliada na cidade de Amaporã–PR, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS – ESPECIAL DE PROFESSOR,** nos termos do artigo 52-A Lei Complementar 07/2023.
Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria, o valor de R$ 6.521,88 (seis mil, quinhentos e vinte e um reais e oitenta e oito centavos), conforme cálculo de proventos.
Art. 3º - Os proventos de aposentadoria da servidora serão revistos nos termos do artigo 65, inciso I da Lei Complementar 07/2023.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã – Estado do Paraná, aos treze (13) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:3579909A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 284/2026

PORTARIA Nº 284/2026

SÚMULA: Concede a Servidor(a) Público(a) Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:
Art. 1o – Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares a Sra **AIRAM NIERE DA SILVA BARBOSA,** lotada no Departamento de Saúde, no cargo de **FARMACEUTICO,** relativas ao período de **03/07/2022 a 02/07/2023,** a partir de **13/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:BC463A62

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 285/2026

PORTARIA No 285/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra. **MARTA ROZANIA PALOMBO,** portadora da Cédula de Identidade nº 4.040.374-4 e do CPF nº 783.178.009-20, lotada no Departamento de Administração, no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **11/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 11/10/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:24032361

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 286/2026

PORTARIA No 286/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra. **VILMA NUNES DE SOUZA BARBOSA,** portadora da Cédula de Identidade nº 7.244.446-9 e do CPF nº 783.191.889-20, lotada no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, no cargo de **COZINHEIRA(O)** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **11/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 11/10/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:9A798D8D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 287/2026

PORTARIA No 287/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra. **GLAUCIANE DOS SANTOS MICHELS D' AVIZ,** portadora da Cédula de Identidade nº 051.509.389-04 e do CPF nº 051.509.389-04, lotada no Departamento de Assistência Social, no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **11/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 11/10/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:9C48DC15

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 287/2026

PORTARIA No 287/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra.
VIVIANE PEREIRA FRANÇA, portadora da Cédula de Identidade nº 041.119.959-50 e do CPF nº 041.119.959-50, lotada no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, no cargo de **COZINHEIRA(O)** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **11/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 11/10/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:8B2B8E1E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 288/2026

PORTARIA No 288/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra.
VIVIANE PEREIRA FRANÇA, portadora da Cédula de Identidade nº 041.119.959-50 e do CPF nº 041.119.959-50, lotada no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, no cargo de **COZINHEIRA(O)** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **11/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 11/10/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:10A22948

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 289/2026

PORTARIA No 289/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado do Sr.
RODOLPHO ANTONIO LAGUNA, portador da Cédula de Identidade nº 10.856.121-1 e do CPF nº 076.905.359-92, lotado no Departamento de Saúde, no cargo de **MOTORISTA** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **11/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 11/10/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:FBACF5F1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 290/2026

PORTARIA No 290/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra.

FERNANDA PERIN COSTA FERREIRA, portadora da Cédula de Identidade nº 7.200.444-2 e do CPF nº 035.356.319-63, lotada no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, no cargo de **MOTORISTA** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **11/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 11/10/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:5682A458

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 291/2026

PORTARIA No 291/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, a pedido do servidor, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra.
ALINE ESTEVAM DE SOUZA SANTOS, portadora da Cédula de Identidade nº 91712601 e do CPF nº 075.652.049-51, lotada no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, no cargo de **PROFESSORA 20H** a pedido, a partir de **01/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 01/10/2026

Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:CCB87058

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 013/2026 - CMDCA

SÚMULA – Dispõe sobre a constituição da Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do município de Anahy/PR e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES DE ANAHY/PR, no uso de suas atribuições legais, conforme o Artigo 35 da Lei Municipal nº 655, de 26 de maio de 2015, e

CONSIDERANDO a Nota Informativa no 01/2026 do Conselho Nacional de dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) sobre a 13a Conferência Nacional de dos diretos da Criança e do Adolescente e definiu a etapa para as Conferências municipais;

CONSIDERANDO A Resolução Conjunta no 01/2026 – CEDCA/SEDEF referente à Convocação da XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Deliberação no 023//2026 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR) que deliberou pela organização da XII Conferência Estadual, bem como sobre as orientações aos municípios do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que a Conferência Municipal seguirá as diretrizes temáticas do Conselho Nacional e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelecido nos materiais orientadores;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação do atual panorama de execução das políticas públicas referentes aos direitos das crianças e adolescentes, seus avanços, retrocessos e perspectivas de trabalho em todas as esferas de governo;

CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária do CMDCA realizada na data de 12 (doze) de agosto de 2026, após discussão sobre a IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anahy/PR;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o nome dos membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Anahy/PR:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:
- Vanessa de Freitas Jacomel
- Silvia Leodato da Silva Carvalho
- Simone Schinato de Souza
- Lucilene do Nascimento Alves

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:
- Luciene Aparecida Nunes Estevão
- Edevaldo dos Santos
- Simone de Gusmão Gussão
- Elaine Jandrey Bezerra

REPRESENTANTES DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
- Laura da Silva Correa
- Lucas Gabriel de Vasconcelos Casado

Artigo 2º - Aprovar o nome da Conselheira **Vanessa de Freitas Jacomel** para a Presidência da Comissão Organizadora.

Parágrafo Único. O Departamento Municipal de Ação Social e a Secretaria Executiva dos Conselhos prestarão apoio técnico e administrativo à organização da Conferência Municipal.

Anahy, 09 de outubro de 2026.

VANESSA DE FREITAS JACOMEL
Vice Presidente do CMDCA

Publicado por:
Danielle Cristina Fernandes Alves
Código Identificador:2869AEF1

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 088/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 035/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos e câmaras de ar novas, destinados aos veículos e máquinas da frota municipal de Anahy-PR, com fornecimento parcelado, conforme a necessidade dos diversos Departamentos da

Administração Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 14/10/2026 das 09h até às 08h do dia 26/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h às 09h do dia 26/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h do dia 26/10/2026

ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. **VALOR ESTIMADO:** R$ 2.543.204,10 (dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil, duzentos e quatro reais e dez centavos). Edital disponível no site da Prefeitura www.anahy.pr.gov.br ou por e-mail:licitacaoanahy.pr@gmail.com.
INFORMAÇÕES: (45) 98806-4345.

Anahy-PR, 13 de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:25E2100D

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 088/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

Aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano 2026, o MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto do a instituição do Sistema de Registro de Preços, destinado à eventual aquisição de equipamentos hospitalares e materiais permanentes, abrangendo mobiliário clínico, aparelhos de suporte, dispositivos de tecnologia assistiva à mobilidade e acessórios correlatos, com a finalidade de estruturar e modernizar a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Anahy, no Estado do Paraná.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.1.Fornecedor Registrado: A empresa **MEDICAL IMPORT LTDA-EPP, CNPJ 67.680.402/0001-55,** com sede à Rua Rio Grande Do Sul, Centro, Nº431, Ivaiporã-PR, CEP 86870.000, por intermédio de sua proprietária, a Sra. Carmolucia Gomes Jardim Carvalho, Portador(a) do RG 1256718-9 SESP/PR e CPF 307.005.159-68, Whatsapp (43) 99612-8615, E-mail: medicalimportbr@hotmail.com.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
5, 6	MEDICAL IMPORT LTDA CNPJ: 67.680.402/0001-55	R$ 3.020,00 (três mil e vinte reais).
VALOR TOTAL		**R$ 3.020,00 (três mil e vinte reais).**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos da Ata serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:FFC4D4AB

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2026 VINCULADO A CONCORRÊNCIA Nº 005/2026 | PROCESSO ADMINISTRATIVO N°067/2026

CONTRATANTE: o MUNICÍPIO DE ANAHY, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 95.594.800/0001-94, localizado na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Arilson Batista de Souza,brasileiro, residente na Rua Duque de Caxias, Município de ANAHY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.341.856-2, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 764.217.169-20. **CONTRATADA:** a empresa **CONSTRUTORA TREVISAN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 43.819.213/0001-52, sediada na Estrada Iguatu, por intermédio do seu representante legal, o Sr. Vanderlei Antonio Trevisan, portador da Carteira de Identidade nº 5.729.544-9 e do CPF nº 810.281.059-91, WhatsApp (45) 99852-7282; e-mail: construtoratrevisanltda@gmail.com. **DO OBJETO:** O presente contrato tem como objeto, em conformidade com o Convênio pactuado, desenvolver ações em parceria objetivando a implementação de empreendimento habitacional de interesse social, consistente na edificação de até 10 (dez) unidades habitacionais no município de Anahy, por meio de cooperação mútua entre a COHAPAR e o referido MUNICÍPIO, através do Programa Casa Fácil PR, modalidade Municípios. **DO VALOR:** O presente contrato poderá atingir o valor total de R$ 1.695.000,00 (um milhão e seiscentos e noventa e cinco mil reais. **PRAZOS PARA COMEÇAR A EXECUTAR OS SERVIÇOS:** O prazo máximo para o início dos serviços é de 05 (cinco) dias a contar da data de publicação da Ordem de Serviço. O prazo de execução do objeto será contado a partir do 5° (quinto) dia da data de publicação da Ordem de Serviço. **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** O prazo para execução da obra é de 510 (quinhentos e dez) dias. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** A vigência do Contrato é de 20 (vinte) meses contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura. **DOTAÇÃO**: Vide contrato originário. **FORO:** Comarca de Corbélia, Estado do Paraná. **Anahy-Pr, 08 de outubro de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:9C67C8C5

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 103/2025 VINCULADO AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 040/2025

Nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir expressas, firmam o presente Termo Aditivo: **CONTRATANTE**: O **MUNICÍPIO DE ANAHY** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, n°. 591, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. **ARILSON BATISTA DE SOUZA**, brasileiro, residente na Rua Duque de Caxias, Município de ANAHY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.341.856-2, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 764.217.169-20. **CONTRATADA**: **PROENERGY ENGENHARIA LTDA**, inscrito no **CNPJ/CPF sob o n.º 40.772.278/0001-00**, com sede Na Rua Silvio Sotomaior, 337 - Bairro Três Bandeiras - Foz do Iguaçu – PR, CEP: 85862-295, neste ato representado por seu Representante Técnico o Sr. Maycon Fioreze, inscrito(a) no CPF sob o n.º 053.795.769-31, portador da carteira de identidade n.º RG: 6.122.073-9 Emissor: SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Francisco Fogaça do Nascimento, 2983. Bairro

São Roque, Foz do Iguaçu, PR, e-mail mayconfioreze@proenergybrasil.com.br e telefone (45) 9 9996-6599 Celular: (45) 9 9996-6599. **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**: Contratação de empresa visando o fornecimento e instalação de 02 (dois) Sistemas de Geração de Energia Fotovoltaica, conectados à rede ON-GRID da concessionária de energia, de acordo com o Instrumento de Repasse 4500072043 celebrado entre Itaipu e o Município de Anahy, conforme especificações contidas no Termo de Referência. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO:** Fica prorrogado o prazo contratual por 03 (três) meses, com início em 21 de outubro de 2026, compreendendo o período de 21/10/2026 à 21/01/2027, para possibilitar a conclusão integral do objeto contratado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:** A prorrogação se faz necessária em razão de situações técnicas e operacionais que interferiram no andamento e na conclusão dos serviços, conforme relatado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Anahy embasado no Parecer jurídico nº 243/2026 autorizado através do memorando nº 270/2026 da secretaria de coordenação geral: **Sistema 1 (Centro de Eventos):** necessidade de reparos na cobertura da edificação, devido a telhas quebradas/danificadas, impedindo a instalação segura dos módulos fotovoltaicos. **Sistema 2:** instalação concluída, porém pendente de entrada em operação, condicionada à substituição do transformador pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, conforme protocolo nº 20265088862795. **CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato ficando este Termo parte integrante e complementar do original, a fim de que juntos produzam um só efeito. **Anahy-PR, 13 de outubro de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:B436FDF7

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO AO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

A Prefeitura Municipal de Anahy, CNPJ nº 95.594.800/0001-94, **torna pública a Retificação do Aviso de Licitação** – Processo Administrativo nº 087/2026, Pregão Eletrônico nº 034/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 08 de outubro de 2026 – Edição 3633, pág. 31; no jornal *O Paraná* em 08 de outubro de 2026 – Edição 14.959, pág. Editais 14; e no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE, em 08 de outubro de 2026 – Edição nº 12.233, pág. 58, conforme segue:

ONDE LÊ-SE:

Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento	Modo de Disputa	Forma de Adjudicação
SIM	NÃO	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	ABERTO	MENOR PREÇO POR ITEM

.

LEIA-SE:

Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento	Modo de Disputa	Forma de Adjudicação
NÃO	NÃO	CONTRATO	ABERTO	MENOR PREÇO POR ITEM

Permanecem inalteradas as demais disposições do Aviso de Licitação.

Anahy-PR, 13 de outubro 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:9489FDB9

LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO E AVISO DE ALTERAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N°. 002/2026

OBJETO: Credenciamento de Pessoas Jurídicas especializadas para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e reparação elétrica e eletrônica veicular, executados sob demanda, para atender à frota de veículos leves e pesados pertencentes à Administração Direta do Município de Anahy/PR.
O **MUNICÍPIO DE ANAHY**, Estado do Paraná, por intermédio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital de Credenciamento nº 002/2026, do Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos correlatos, nos termos e justificativas a seguir expostos:

I – DA SUPRESSÃO DE EXIGÊNCIA HABILITATÓRIA No Item 7 (DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO):

Fica **SUPRIMIDO** em sua totalidade o subitem **7.3.4.6 Certificado de Licenciamento ou Vistoria do Corpo de Bombeiros** (CLCB/AVCB) válido para o estabelecimento da oficina.

II – DAS ALTERAÇÕES NO TEXTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS Diante do exposto, altera-se a redação dos itens correspondentes no Termo de Referência (Anexo I) e seus Apêndices, conforme segue:

No Item 5 (MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO) do Termo de Referência, especificamente no subitem 5.2.2 (Formação da Lista de Rodízio):

ONDE SE LÊ:

5.2.2. Formação da Lista de Rodízio:

• À medida que forem homologados os credenciamentos e assinados os Termos de Adesão/Contrato, as empresas credenciadas serão inseridas em uma Lista Oficial de Rodízio, cuja ordem inicial será definida por sorteio público, previamente divulgado no Portal do Município e lavrado em ata pela Comissão de Contratação/Agente de Contratação.
• Os novos prestadores credenciados ao longo da vigência do edital aberto serão automaticamente incluídos ao final da Lista de Rodízio vigente no momento de sua habilitação e assinatura contratual.

LEIA-SE:

5.2.2. Formação da Lista de Rodízio:
• Competência: A formação e a manutenção da Lista de Rodízio são de responsabilidade do Diretor de Administração, que supervisionará todo o processo, garantindo sua transparência e fiel cumprimento.
• Ordem Inicial: À medida que forem homologados os credenciamentos e assinados os Termos de Adesão ou Contratos, as empresas credenciadas serão inseridas na Lista Oficial de Rodízio pelo Diretor de Administração. A ordem inicial da lista será definida mediante sorteio público, previamente divulgado no Portal do Município e lavrado em ata pela Comissão de Contratação / Agente de Contratação.
• Inclusões Posteriores: Os novos prestadores credenciados ao longo da vigência do edital aberto serão incluídos pelo Diretor de Administração automaticamente ao final da Lista de Rodízio vigente no momento de sua habilitação e assinatura contratual.

No Item 6 (MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO) do Termo de Referência, especificamente no subitem 6.1 (Designação dos Agentes Públicos):

ONDE SE LÊ:

6.1.2. As funções de **Gestor do Contrato** e **Fiscal do Contrato** serão exercidas por servidores distintos ou pelo setor de Gestão de Frotas, cujas atribuições abranjam:

• **Gestor do Contrato:** Coordenar as atividades de fiscalização, gerenciar o saldo orçamentário e quantitativo de horas do credenciamento, instruir processos de aditamentos, repactuações, prorrogações ou aplicação de sanções administrativas.

Fiscal do Contrato: Acompanhar *in loco* a rotina de prestação dos serviços, conferir e atestar as Ordens de Serviço (OS), controlar a contagem do rodízio, registrar as ocorrências e verificar a qualidade técnica do reparo efetuado.

LEIA-SE:

6.1.2. As funções de **Gestor do Contrato** e **Fiscal do Contrato** serão exercidas por servidores distintos ou pelo setor de Gestão de Frotas, cujas atribuições abranjam:
• **Gestor do Contrato:** Competência para coordenar a fiscalização, gerenciar saldos orçamentários/quantitativos, instruir processos administrativos (aditamentos, prorrogações e sanções) e gerir a formação e manutenção da Lista de Rodízio.
• **Fiscal do Contrato:** Competência para acompanhar a execução in loco, atestar Ordens de Serviço (OS), verificar a qualidade técnica dos reparos e controlar operacionalmente o rodízio.

III – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS Informa-se que as alterações ora promovidas não afetam a formulação das propostas e documentos de habilitação (art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), haja vista que importam em mera supressão de exigência e detalhamento administrativo de competências internas. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas, itens e condições do Edital nº 002/2026 e de seus Anexos que não foram expressamente modificados por este Termo de Retificação.

Anahy/PR, 13 de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:AFF1A3C2

SECRETARIA GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026 - CONCURSO PÚBLICO 01/2022

O Prefeito municipal de Anahy, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Homologação do resultado do Concurso Público nº 01/2022 pelo Edital nº 05/2022 de 21 de outubro de 2022; CONVOCA a candidata aprovada e relacionada abaixo para comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal com seus documentos pessoais num prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação deste Edital.

CONVOCA:

CANDIDATO(A)	CARGO
ANA PAULA BATISTA DE SOUZA	CONTADOR

O não comparecimento ou a falta de apresentação dos documentos ensejará a desclassificação do candidato.

Anahy/PR, 13 de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:F6BC9826

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.615/2026.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder férias ao servidor efetivo José Maria Rotta, portador do RG. 4.344.107-8/PR, ocupante do cargo de trabalhador braçal, matrícula funcional nº 10812-5, lotado no Departamento de Saúde.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 20 de agosto de 2025 a 19 de agosto de 2026, que serão gozadas de: 13 à 27 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:5356F132

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.617/2026.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora efetiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder férias a servidora efetiva Zilda de Oliveira, portadora do RG. 7.005.048-0/PR, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 2763/1, lotada no Departamento de Saúde.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 14 de setembro de 2023 a 13 de setembro de 2024, que serão gozadas de: 14 à 23 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:D52CB564

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.618/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Gabinete do Prefeito Municipal deste poder e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;
RESOLVE:
Art. 1° Conceder em favor do Senhor Arilson Batista de Souza, Prefeito Municipal, portador do RG. 5.341.856-2/PR, 01 (uma) diária para empreender viagem a serviço do Município, sendo:

Data:	13 e 14 de outubro de 2026.
Destino:	Curitiba/PR.
Objetivo:	Justifica-se a concessão de diárias ao Prefeito Municipal, Sr. Arilson Batista de Souza, para custear viagem oficial a Curitiba/PR. A ida foi antecipada para

	13 de outubro, e o prefeito permanecerá na capital até 15 de outubro de 2026. Durante o período, participará de reuniões institucionais com os deputados estaduais Gugu Bueno, Ademar Traiano e Marcio Nunes, com o objetivo de acompanhar demandas administrativas, convênios, investimentos e projetos de interesse do município junto ao Governo do Estado. O deslocamento será realizado com o veículo TRACKER placa: SEP1B95.
Protocolo nº	438/2026.
Quant. de diárias:	01 (uma) diária
Valor Total:	R$ 700,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:151A219B

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.619/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Gabinete do Secretário de Coordenação Geral e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do Senhor Carlos Antonio Reis, Secretário de Coordenação Geral, portador do RG. 3.926.005-0/PR, matrícula funcional nº 9083-7, lotado na Secretaria de Coordenação Geral, 01 (uma) diária, para empreender viagem a serviço do Município, sendo:

Data:	13 e 14 de outubro de 2026.
Destino:	Curitiba/PR.
Objetivo:	Viagem oficial à cidade de Curitiba/PR. A ida foi antecipada para 13 de outubro, e o secretário permanecerá na capital até 15 de outubro de 2026. Durante o período, participará juntamente com o Prefeito Arilson, de reuniões institucionais com os deputados estaduais Gugu Bueno, Ademar Traiano e Marcio Nunes, com o objetivo de acompanhar demandas administrativas, convênios, investimentos e projetos de interesse do município junto ao Governo do Estado. O deslocamento será realizado com o veículo TRACKER placa: SEP1B95.
Protocolo nº	439/2026.
Quant. de diárias:	01 (uma) diária.
Valor total	R$ 500,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:F4A99A91

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.620/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor comissionado Marlon Raffael Pinto, Diretor do Depto. de Administração, portador do RG. 9.102.893-0/PR, lotado no Departamento de Administração, matrícula funcional nº 12085-1, 01 (uma) diária, para empreender viagem a serviço do Município de Anahy, sendo:

Data:	13 e 14 de outubro de 2026.
Destino:	Curitiba – Pr.
Objetivo:	Justifica-se a concessão de diária ao servidor Marlon Raffael Pinto, em razão de viagem oficial à cidade de Curitiba/PR., com a finalidade de transportar o Prefeito Arilson e o Secretário Geral Carlos que irão participar de reuniões institucionais com os Deputados Estaduais Gugu Bueno, Ademar Traiano e Marcio Nunes, visando o acompanhamento de demandas administrativas, convênios, investimentos e projetos de interesse da municipalidade junto ao Governo do Estado. A ida foi antecipada para 13 de outubro, e o prefeito e o secretário geral permanecerão na capital até 15 de outubro de 2026.
Protocolo nº	440/2026
Quant. de Diária:	01 (uma) diária.
Valor Total:	R$ 500,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:AD039690

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.616/2026.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora comissionada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora comissionada Dulcilene de Souza, portadora do RG. 10.417.420-0-PR, ocupante do cargo de chefe de divisão, matricula funcional nº 11240-5, lotada no departamento de Cultura.

Parágrafo único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 13 de janeiro de 2026 a 12 de janeiro de 2027, e serão gozadas de 13 à 27 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:4B889E33

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.621/2026.

Nomeia para Cargo de Provimento em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 337/2005 e Lei nº. 339/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 13 de outubro de 2026, Milton Santos da Rocha, portador do RG. 3.764.937-6/PR, para o cargo de Chefe de Equipe, matrícula funcional nº 10642-4, lotado no Departamento de Obras e Urbanismo, CC – VI, Grupo de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Lei Municipal nº 337/2005 de 27 de abril de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:CFC8AD15

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.622/2026.

Nomeia para Cargo de Provimento em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 337/2005 e Lei nº. 339/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 14 de outubro de 2026, Diana Alves Capuchinho, portadora do RG 14.737.727-4/PR, para o cargo de Chefe de Equipe, matrícula funcional nº 12136-1, lotada no Departamento Rodoviário, CC – VI, Grupo de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Lei Municipal nº 337/2005 de 27 de abril de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:1C92B231

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 13/2026

P O R T A R I A N.º 13/2026
O Presidente da Câmara Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais previstas *no artigo 16, Inciso VII, Alínea "H" do Regimento Interno*,

1) Considerando o Artigo 65 da Lei Municipal 2.194/2011;

2) Considerando o disposto no Artigo 40, § 19, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1º. – CONCEDER, ao Servidor **Leônidas de Resende Teixeira,** Secretário Parlamentar**,** a partir de 23 de agosto de 2026, **ABONO DE PERMANÊNCIA**, por ter atingido os requisitos para a aposentadoria conforme regra do art. 40, § 1.º, inciso III, "a" da Constituição Federal, conforme requerimento em anexo;

2º. – AUTORIZAR, o pagamento retroativo do **ABONO DE PERMANÊNCIA** desde 23/08/2026, data em que o Servidor atingiu os requisitos para aposentadoria.

Cumpra-se
Publique-se
Arquive-se

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Andirá, 13 de outubro de 2026.

GILMAR ROBERTO DE REZENDE
Presidente Biênio 2025/2026

Publicado por:
Anderson Cesar do Carmo Zeneratto
Código Identificador:A173F32F

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA DEFINITIVA DE ANULAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA 021/2026 - PROCESSO 352/2026

Processo Administrativo nº 352/2026
Dispensa Eletrônica nº 021/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE 8 (OITO) MINI INCUBADORAS PARA INDICADORES BIOLÓGICOS, DESTINADAS AO MONITORAMENTO E CONTROLE DOS PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO REALIZADOS EM AUTOCLAVES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANDIRÁ, por intermédio de sua prefeita, EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, no exercício de suas atribuições e na qualidade de autoridade competente, considerando os elementos constantes do Processo Administrativo nº 352/2026, passa a proferir a presente DECISÃO ADMINISTRATIVA DEFINITIVA, nos seguintes termos:

I – DOS FATOS E DA IRREGULARIDADE IDENTIFICADA

A Dispensa Eletrônica nº 021/2026 foi instaurada com a finalidade de adquirir 8 (oito) mini incubadoras para indicadores biológicos, tendo sido fixado o valor máximo global de R$ 2.502,16, correspondente ao valor unitário de R$ 312,77, apurado mediante utilização da média aritmética dos preços pesquisados.
No decorrer do procedimento, apenas uma empresa apresentou proposta. Durante a análise da documentação técnica, foi promovida diligência para esclarecimento e complementação das informações apresentadas, não tendo a participante apresentado resposta no prazo concedido, circunstância que ocasionou sua desclassificação e o consequente fracasso do procedimento.
Após o ocorrido, por ocasião do reexame da fase preparatória, verificou-se que o orçamento estimativo havia sido formado a partir dos valores unitários de R$ 232,83, R$ 189,00, R$ 410,25 e R$ 419,00, mediante aplicação da média aritmética, sem que constasse motivação técnica específica e contemporânea demonstrando as razões pelas quais essa metodologia seria a mais adequada às particularidades da contratação.
O Parecer Jurídico nº 425/2026, emitido pela Procuradoria-Geral do Município, reconheceu que a utilização da média aritmética, isoladamente considerada, não constitui irregularidade, pois se trata de metodologia admitida pela regulamentação municipal. Contudo, identificou deficiência na ausência de motivação específica e contemporânea para a escolha dessa metodologia diante da expressiva dispersão dos valores pesquisados, inclusive com valores classificados na própria pesquisa como excessivamente elevados.
A Procuradoria concluiu, ainda, que a irregularidade não pode ser adequadamente corrigida nesta etapa mediante simples inclusão posterior de justificativa, uma vez que nova análise crítica da pesquisa

poderá modificar a metodologia utilizada e o próprio preço máximo anteriormente divulgado ao mercado.
Dessa forma, o vício alcança elemento substancial da fase preparatória e apresenta, no âmbito do procedimento atualmente desenvolvido, natureza insanável, para fins do art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

II – DA MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DA INTERESSADA

Em observância ao disposto no art. 71, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi assegurada à única empresa participante da Dispensa Eletrônica nº 021/2026 oportunidade de manifestação prévia acerca da intenção de anulação.
A interessada foi formalmente comunicada, tendo apresentado resposta acusando ciência da providência administrativa, sem formular oposição, impugnação ou apresentar argumentos contrários aos fundamentos da intenção de anulação.
Transcorreu regularmente o prazo concedido para manifestação, sem apresentação de qualquer oposição ou fundamento capaz de afastar as razões técnicas e jurídicas que sustentam o desfazimento do procedimento.
Considera-se, portanto, observado o direito à prévia manifestação dos interessados previsto no art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

III – DOS FUNDAMENTOS PARA A ANULAÇÃO

A Procuradoria-Geral do Município, por intermédio do Parecer Jurídico nº 425/2026, concluiu expressamente pela inadequação da revogação e pela possibilidade jurídica de anulação da Dispensa Eletrônica nº 021/2026, reconhecendo que a deficiência na formação do orçamento estimativo atingiu elemento essencial da fase preparatória e repercutiu sobre o preço máximo constante do Termo de Referência e sobre as condições econômicas posteriormente apresentadas ao mercado.
O art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a possibilidade de anulação quando presente ilegalidade insanável, cabendo à autoridade competente, ao pronunciar a nulidade, indicar expressamente os atos atingidos pelo vício e tornar sem efeito os atos subsequentes que deles dependam.
No caso concreto, a deficiência não se restringiu a aspecto meramente formal, pois a formação do orçamento estimativo serviu diretamente de fundamento para definição do preço máximo da contratação, sua incorporação ao Termo de Referência e a posterior divulgação da Dispensa Eletrônica ao mercado.
A elaboração posterior de justificativa para ratificar a metodologia já utilizada não se mostra juridicamente adequada, sobretudo porque uma nova análise técnica poderá conduzir a tratamento distinto dos preços pesquisados, adoção de metodologia diversa ou formação de novo orçamento estimativo. A Procuradoria, por essa razão, concluiu que a situação ultrapassa a possibilidade de simples saneamento formal.
Registra-se, igualmente, que não houve adjudicação, homologação em favor de fornecedor, celebração de contrato ou emissão de instrumento equivalente, inexistindo vínculo contratual ou prestação executada a ser desconstituída.

IV – DA DECISÃO

Diante de todo o exposto, ACOLHO integralmente, como razões de decidir, os fundamentos e conclusões constantes do Parecer Jurídico nº 425/2026, e, com fundamento no art. 71, inciso III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas disposições aplicáveis do Decreto Municipal nº 9.858/2023, **DECIDO PELA ANULAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 021/2026**, em razão do vício insanável identificado na formação do orçamento estimativo da contratação.
Para os fins do art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, ficam expressamente atingidos pela nulidade:

a) o ato de formação do orçamento estimativo, especificamente quanto à definição do valor unitário de R$ 312,77 e do valor global máximo de R$ 2.502,16, mediante metodologia cuja escolha não foi objeto de motivação específica e contemporânea;
b) as disposições do Termo de Referência e dos demais documentos da contratação diretamente dependentes desse orçamento estimativo, especialmente aquelas relativas ao preço máximo da contratação;
c) a divulgação da Dispensa Eletrônica nº 021/2026, realizada com fundamento no orçamento estimativo atingido pelo vício; e
d) os atos subsequentes praticados no âmbito da Dispensa Eletrônica nº 021/2026 que dependam dos atos acima indicados, os quais ficam, consequentemente, sem efeito.

A presente decisão não importa declaração genérica de nulidade de todos os documentos integrantes do Processo Administrativo nº 352/2026, permanecendo materialmente válidos os elementos que não tenham sido atingidos pelo vício, especialmente aqueles destinados à demonstração da necessidade administrativa, identificação das unidades destinatárias, quantitativos e demais informações técnicas que permaneçam corretas e pertinentes, conforme expressamente consignado no Parecer Jurídico nº 425/2026.

V – DAS PROVIDÊNCIAS SUBSEQUENTES

DETERMINO:

I – a publicação desta decisão nos meios oficiais legalmente exigidos e sua disponibilização no sítio eletrônico oficial do Município, bem como a atualização da situação da Dispensa Eletrônica nº 021/2026 nos demais meios em que o procedimento tenha sido divulgado;
II – o encaminhamento dos autos ao Departamento de Licitações e Contratos para adoção das providências necessárias à conclusão do procedimento de anulação;
III – após a conclusão definitiva da anulação, o encerramento do presente procedimento de contratação, preservando-se integralmente os autos do Processo Administrativo nº 352/2026 para fins de registro, controle e transparência;
IV – após o encerramento definitivo do presente procedimento, seja a Secretaria Municipal de Saúde cientificada para que, permanecendo a necessidade administrativa, promova a instauração de novo e autônomo processo administrativo de contratação, com nova instrução desde a fase preparatória;
V – no novo procedimento, deverá ser realizada nova pesquisa de preços, acompanhada de análise crítica dos valores coletados, avaliação e tratamento fundamentado dos preços discrepantes e justificativa expressa e contemporânea da metodologia utilizada para formação do novo orçamento estimativo, antes da definição do preço máximo e da divulgação da contratação ao mercado, conforme orientação constante do Parecer Jurídico nº 425/2026.

Por fim, quanto ao disposto no art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, encaminhem-se os elementos pertinentes para avaliação quanto à necessidade e forma de eventual apuração de responsabilidade pela ocorrência que deu causa à nulidade, sem qualquer antecipação de juízo quanto à existência de dolo, culpa ou responsabilidade individual, asseguradas, se cabíveis, as garantias do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Publique-se. Registre-se. Cientifique-se. Cumpra-se.

Andirá, 07 de outubro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:7657C7B4

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESCRIÇÃO - DCT Nº. 010/2026

Andirá, 02 de Outubro de 2026.

Ref.: Processo nº 3662/2026, no qual a requerente, srª. Emanuele Katrin Claro de Carvalho, CPF nº ***.578.***-07, em nome de Arraial Turismo Ltda CNPJ: 07.371.585/0001-03, solicita a

"*Prescrição dos débitos de Taxas", referentes aos períodos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2011*.

A contribuinte supracitada requereu o instituto da prescrição tributária1, o qual ocorre quando não há propositura de ação de execução fiscal pela fazenda pública dentro do prazo estabelecido pelo Código Tributário Nacional – CTN2.
O prazo para que se promova a ação de execução fiscal é de cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário. E, por constituição definitiva do crédito tributário, considera-se o momento em que a constituição do lançamento não puder mais ser discutida na via administrativa3.
Quanto o objeto desta análise, foi identificado que no cadastro da contribuinte em referência constam créditos tributários vencidos e não pagos relativos às "Taxas de Fiscalização do Cumprimento das Normas Administrativas Acerca do uso e Ocupação do Solo Urbano, da Higiene, Saúde,
Segurança, Ordem e Tranquilidade Pública, de Fiscalização Sanitária e ISS homologado zerado4 , referentes aos períodos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e

1 Art. 156. Extinguem o crédito tributário:
V - a prescrição e a decadência;

2 Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

3STJ 622 - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.

2011, conforme relatório exposto a seguir.

Figura I – Relatório Débito x Contribuinte

De forma imprescindível, a contribuinte apresentou a via original da Certidão Positiva emitida pelo Distribuidor Judicial (anexo), com data de 01 de outubro de 2026, a qual atesta CONSTAR registros de execuções fiscais nº 0001754-19.2012.8.16.0039 e 0001284-122017.8.16.0039 e a contribuinte está em trâmite de negociação e não contemplam as dívidas em questão.

Diante do exposto, este Fisco Municipal vê, no presente caso, defeso o direito Municipal de ingressar na esfera judicial no propósito de ter esses créditos tributários adimplidos, fundamentado no instituto da prescrição, e, dessa forma DEFERE5 o pleito do contribuinte e, seguidamente, providencia a baixa dos créditos prescritos.

FÁBIO BIANCARDI BALDINI
Diretor do Departamento de Tributação

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal
Prefeitura Municipal de Andirá

4 II - É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, que, nos casos de lançamento de ofício, ocorre quando já não caiba recurso administrativo ou quando se haja esgotado o prazo para sua interposição. (...) V – Agravo Interno improvido. (STJ - AgInt no REsp nº 1.558.016/PR. DJe 12/08/16)
5 "...créditos prescritos não podem sequer ser cobrados administrativamente e nem mesmo recebidos pelo fisco..." Francisco Ramos Mangieri, Manual do Fiscal Tributário, pág. 114.

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:8064A4EF

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESCRIÇÃO - DCT Nº. 011/2026

Andirá, 02 de Outubro de 2026.

Ref.: Processo nº 3698/2026, no qual o requerente, sr. Sidnei Carlos de Andrade, CPF nº ***.410.***-53, em nome de 12.859.758 Sidnei Carloso de Andrade, CNPJ nº 12.859.758/0001-69, solicita a "*Prescrição dos débitos de ISS- PGFN - Simples Municipal, referente ao período de 2016* ".

O contribuinte supracitado requereu o instituto da prescrição tributária1, o qual ocorre quando não há propositura de ação de execução fiscal pela fazenda pública dentro do prazo estabelecido pelo Código Tributário Nacional – CTN2.

O prazo para que se promova a ação de execução fiscal é de cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário. E, por constituição definitiva do crédito tributário, considera-se o momento em que a constituição do lançamento não puder mais ser discutida na via administrativa3.

Quanto o objeto desta análise, foi identificado que no cadastro do contribuinte em referência constam créditos tributários vencidos e não pagos relativos a *ISS- PGFN - Simples Municipal, referente ao período de 2016",* conforme relatório exposto a seguir.

1 Art. 156. Extinguem o crédito tributário:
V - a prescrição e a decadência;

2 Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
3STJ 622 - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.

Figura I – Relatório Débito x Contribuinte

De forma imprescindível, o contribuinte apresentou a via original da Certidão Negativa emitida pelo Distribuidor Judicial (anexo), com data de 01 de outubro de 2026, a qual atesta NÃO CONSTAR em andamento nenhum registro de execuções fiscais, para o contribuinte em questão, pois foram verificadas e identificado que não constam as dívidas para o período de 20 (vinte anos) objeto deste requerimento.

Diante do exposto, este Fisco Municipal vê, no presente caso, defeso o direito Municipal de ingressar na esfera judicial no propósito de ter esses créditos tributários adimplidos, fundamentado no instituto da prescrição, e, dessa forma DEFERE5 o pleito do contribuinte e, seguidamente, providencia a baixa dos créditos prescritos.

4 II - É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, que, nos casos de lançamento de ofício, ocorre quando já não caiba recurso administrativo ou quando se haja esgotado o prazo para sua interposição. (...) V – Agravo Interno improvido. (STJ - AgInt no REsp nº 1.558.016/PR. DJe 12/08/16)
5 "...créditos prescritos não podem sequer ser cobrados administrativamente e nem mesmo recebidos pelo fisco..." Francisco Ramos Mangieri, Manual do Fiscal Tributário, pág. 114.

FÁBIO BIANCARDI BALDINI
Diretor do Departamento de Tributação

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal
Prefeitura Municipal de Andirá

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:80E33BAD

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.377 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Prorroga o atual mandato 2024-2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Andirá/PR até a posse da nova gestão.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deste Município e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 3.851 de 27 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO o Edital nº 02/2026 que prorrogou o processo de escolha dos representantes de organizações da sociedade civil para compor o CMDCA (mandato 2027-2029);

CONSIDERANDO a realização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Andirá, convocada pelo Decreto nº 11.376 de 09 de outubro de 2026

DECRETA:

Art. 1º Prorrogar o atual mandato 2024-2026 do CMDCA até 15 de janeiro de 2027, data da posse da nova gestão conforme cronograma determinado pelo Edital nº 02/2026.

Art. 2º o CMDCA é composto pelas seguintes representações:

PODER PÚBLICO:

- Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante:
Titular: Rebeca Gonçalves
Suplente**:** Claysse Danielle Morimoto

- Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Camila Juliana Claro de Carvalho
Suplente: Ana Helena Pereira de Campos Bernardini

- Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Gabriela Fantinatti de Campos Carvalhatti
Suplente: Mayara Oliveira Miranda Paludetto

- Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Magna Cristina Marchioni Benfica
Suplente: Aurenilson Cipriano

- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:
Titular: Rafael Vital dos Santos
Suplente: Marcos Antônio Aparecido Cipriano

SOCIEDADE CIVIL:

- APMF Centro Municipal de Educação Infantil Profª Elza Christiani Cervi:
Titular: Talita Dayane da Cruz
Suplente**:** Josiane Birelo

- Rotary Clube de Andirá:
Titular: Lídia Maria Garcia
Suplente: Arlene Terezinha Dias dos Santos

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Andirá – APAE:
Titular: Valdete Aparecida Bento Cavalheiro Bonacin
Suplente: Andréa Regina Fantinelli de Souza

- AMPF Colégio Estadual Durval Ramos Filho – EFMP:
Titular: Silvia Renata Picelli
Suplente: Karla Marianne Estaropolis Leite

- APMF Escola Municipal Santa Inês – Educação Infantil e Ensino Fundamental:
Titular: Ana Paula Arioso dos Santos
Suplente: Edson Cristino de Paula

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026; 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

REBECA GONÇALVES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:4315336B

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.378 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, a partir do dia 14 de outubro de 2026, o Servidor Público Municipal **ADRIANO MASSACHI OKABE** ocupante do cargo de **MOTORISTA – PSS.**

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:8C07EABB

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.20.380 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias finais, a partir do dia 03 de novembro de 2026, ao Servidor Público Municipal**ADILSON LUIZ ARAUJO MADOGLIO** ocupante do cargo de**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 02-04-2024 a 01-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:EC200DAB

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.381 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a Portaria 20.359 de 28 de setembro de 2026, a qual concedeu 30 dias de férias, a partir do dia 28 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **AMABILA GABRIELE GANDRA LINO TACONI**

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper**,** a partir do dia 13 de outubro de 2026**,** o período das férias da Servidora Pública Municipal **AMABILA GABRIELE GANDRA LINO TACONI** ocupante do em comissão de **CHEFE DA DIVISÃO DE BENEFÍCIOS DA AGÊNCIA DO TRABALHADOR.**

Art. 2°. Esta Portaria entrará em vigor nesta data,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:74AE86F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051 – 2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS NATALINOS DESTINADOS ÀS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS VOLTADAS ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: A partir do dia 14/10/2026.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 29/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 29/10/2026.
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes
ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 229) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 13 de outubro de 2026.

STEPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:659692E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECISÃO

Requerimento nº 250/2026
Assunto Principal: Isenção de IPTU
Requerente: Lucia Aparecida Paladini de Melo
Valor da Causa: R$ 321,27

DECISÃO

I – RELATÓRIO:

No dia 02 de Outubro de 2026, Lucia Aparecida Paladini de Melo, viúva de Santino de Melo, conforme Certidão de casamento com anotação de óbito nº 082537 01 55 1962 2 00012 029 0003285 18, solicitou a isenção do IPTU para o ano de 2026, referente ao imóvel registrado sob a matrícula 12.168 no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, com cadastro imobiliário 1-4006. A propriedade está situada na Rua Tupinambas, número 862, no bairro denominado Jardim América I.

Lucia Aparecida Paladini de Melo e seu falecido esposo são proprietários do imóvel, segundo registro da matrícula supracitada. Segundo as Certidões de Propriedades nº 39483/2026 e nº 39567/2026 ambos são proprietários apenas do imóvel que solicita a respectiva isenção.

Com base nos Demonstrativos de Créditos fornecidos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) referente à competência do mês de setembro de 2026, a requerente é beneficiária do respectivo Instituto de Previdência, aposentadoria por idade, recebendo mensalmente R$ 1.621,00 e pensão por morte previdenciária, recebendo R$1.621,00, totalizando R$ 3.242,00.

De acordo com a Folha Resumo do Cadastro Único, usando o Código Familiar 20653883315, emitida em 02/10/2026, o grupo familiar correspondente exclusivamente pela requerente. O endereço, segundo a folha resumo, é Rua Tupinambas, número 862. A fatura do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) referente ao imóvel, com mês de referência de 09/2026 e a ficha cadastral atualizada, confirmam que Lucia é a proprietária da ligação, reforçando que ela reside no mencionado imóvel, conforme indicado na Folha Resumo.

Após análise do cadastro imobiliário, as edificações no lote apresentam 124,36m² e é destinada para fins residenciais, conforme o Boletim de Cadastro Imobiliário do respectivo registro. As imagens obtidas através do Google Maps corroboram a área da edificação registrada, demonstrando consistência entre as informações cadastradas e a observação visual

II – FUNDAMENTAÇÃO:

De acordo com o art. 1º da Lei nº. 3.263 de 18 de dezembro de 2019 e o inciso I desse artigo, ficam isentos do IPTU os aposentados e pensionistas do sistema previdenciário oficial (INSS ou outros), inclusive aqueles que se aposentaram por invalidez, que possuam apenas um imóvel no município de Andirá com área de até 150 m²:

Art. 1º - São isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, os aposentados e pensionistas do sistema previdenciário oficial (INSS ou outros), aposentados por invalidez pelo sistema previdenciário oficial (INSS ou outros), inclusive na condição auxílio doença, beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, trabalhadores rurais, proprietários ou possuidor de 01 (um) único imóvel no Município de Andirá ou possuidor de imóvel da COHAPAR que tenha posse de um único imóvel no Município de Andirá, que comprovem:
I - Ser proprietário de 01 (um) único imóvel urbano destinado à sua própria moradia, com área de até 150 (cento e cinquenta) metros quadrados construídos.

[...]

Além disso, de acordo com o §1º e §2º do art. 1º da Lei nº. 3.263 de 18 de dezembro de 2019, os proprietários devem estar cadastrados no Cadastro Único (CADUNICO) em Andirá e possuir fonte de renda igual ou inferior a dois salários mínimos nacionais na época do vencimento do tributo:

§1º - O(s) proprietário(s), o(s) possuidores de imóvel referente aos incisos I, II, e III deste artigo deverá(ão) estar cadastrado(s) no Cadastro Único (CADUNICO) no Município de Andirá.
§2º - O(s) proprietário(s) e o(s) possuidores de imóvel referente aos incisos I, II, e III da COHAPAR deverá(ão) ter fonte de renda cujo valor seja igual ou inferior ao equivalente a 2 (dois) salários mínimos nacional, vigente à época do vencimento do respectivo tributo

Não obstante, de acordo com o Art. 6º da lei correspondente, o período de isenção será de 5 (cinco) exercícios:

Art. 6º - O contribuinte que atender aos requisitos desta Lei ficará isento pelo período de 5 (cinco) exercícios, iniciando a contagem no exercício da concessão do benefício. [...]

III – DECISÃO

Diante do exposto, fica deferido a isenção do IPTU referente o exercício de 2026 com fulcro no Art. 1 da Lei nº. 3.263 de 18 de dezembro de 2019, bem como fica isento o IPTU dos exercícios de 2026 a 2030 nos termos do Art. 6 da respectiva lei.

FÁBIO BIANCARDI BALDINI
Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:3B61E537

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO N° 07/2026 - DISPENSA Nº 09/2026

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ, E GENTE SEGURADORA S.A.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO DE VIDA COLETIVO, ABRANGENDO OS SERVIDORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

PREÇO: Pela contratação dos serviços o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor de 6.199,38 (seis mil, cento e noventa e nove reais e trinta e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12(doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, o qual poderá, a critério da Administração Superior, ser prorrogado, mediante elaboração de termo aditivo, aplicando-se no que couber a Lei nº 14.133/2021.

VIGÊNCIA: **08/10/2026 a 07/10/2027.**

ASSINATURAS:
MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente
LEONARDO MASIERO DUARTE
Representante Legal

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:C28F0A8E

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N° 1.576 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 324 de 11 de abril de 2019 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	**THAYLA NAYARA OLIVEIRA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**DIEGO CAMPOS DE MELO**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
CONTRATO Nº:	**007-2026**	**Vigência:**	**08/10/2026 A 07/10/2027**
ID DO CONTRATO:	**065-2026**		
Modalidade:	**DISPENSA ELETRÔNICA**		
Nº Licitação:	**09/2026**		
Contratado:	**GENTE SEGURADORA S/A**		
Objeto:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO DE VIDA COLETIVO, ABRANGENDO OS SERVIDORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**		
Valor:	**R$ 6.199,38 (Seis mil, cento e noventa e nove reais e trinta e oito centavos)**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o SAMAE perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Andirá, 13 de outubro de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:80A27DC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CMA /INFODIGI - ADITIVO 005 PRAZO E VALOR

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
5º Aditivo de Prazo e Valor

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 019/2021
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
Contratada: INFODIGI INFORMAÇÕES DIGITAISEIRELLI;
CNPJ nº 04.196.147/0001-50
Objeto: RENOVAÇÃO DE CONTRATO COM A EMPRESA ESPECIALIZADA NA BUSCA E RECORTE DE PUBLICAÇÕES EM DIÁRIOS OFICIAIS
Índice inflacionário aplicado: 3.34% - (IGP-M) acumulado no período
Valor Total do Contrato: R$ 1.373,44(um mil trezentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos)
Prazo de Execução do Contrato: 12 (doze) meses de 15/10/2026 a 14/10/2027.
DATA: 05/10/2026.

Antonina, 05 de outubro de 2026.

YURI YORIAKI OSAKI
Presidente da Câmara Municipal de Antonina

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:6908F8CB

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO -CMA/SOFTCAM - ADITIVO 001 PRAZO E VALOR

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
1º Aditivo de Prazo e Valor

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 003/2025
Contrato nº 001/2025
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
Contratada: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA EPP
CNPJ nº 24.092.271/0001-82
Objeto: Contratação de empresa para a locação de Soluções de Softwares prontas, aplicações para o ambiente web, que compreendem módulos que integram o Portal Institucional, Portal da Transparência, Portal Legislativo, Gestão do Processo Legislativo e E-mails Corporativos acompanhados dos serviços de implantação; atualização corretiva e evolutiva, conversão de atos assim como de serviços de hospedagem (hosting) das Soluções de Softwares em Centros de Dados (datacenter) que proverão o seu acesso via internet do sistema atualmente utilizado; treinamento de pessoal; prestação de serviços técnicos correlatos e suporte técnico especializado durante toda extensão do contrato.
Índice inflacionário aplicado: 4,11% - (IPCA-IBGE) acumulado no período
Valor Total do Contrato: R$ 31.399,58 (trinta e um mil trezentos e noventa e nove reais e reais e cinquenta e oito centavos)
Valor Mensal do Contrato: R$ 2.616,64 (dois mil seiscentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos)
Prazo de Execução do Contrato: 12 (doze) meses de 24/10/2026 a 23/10/2027.
DATA: 07/10/2026.

Antonina, 07 de outubro de 2026.

YURI YORIAKI OSAKI
Presidente da Câmara Municipal de Antonina

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:ED655C7D

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
TERMO DE POSSE DO PRESIDENTE DA CÂMARA NO CARGO DE CHEFE INTERINO DO PODER EXECUTIVO

TERMOS DE POSSE

Aos (dez)10 dia do mês de outubro de 2026, às 11:00 horas da manhã, nas instalações da Câmara Municipal de Antonina, sito a Rua Valle Porto, nº 15, Centro, em cumprimento da decisão constante do Ofício nº 032/2026 6ª ZE/PR, Poder Judiciário/Tribunal Regional Eleitoral/Juízo da 6ª Zona Eleitoral de Antonina /Pr, datado de 07 de outubro de 2026, recebido por via eletrônica em 08/10/2026, após prestar Compromisso e Juramento, foi empossado perante a Câmara Municipal de Antonina/PR, nos termos previstos na legislação vigente, na condição de Chefe Interino do Poder Executivo Municipal o Excelentíssimo Senhor Vereador:

YURI YORIAKI OSAKI
PARTIDO UNIÃO BRASIL – UNIÃO

Antonina, 10 de outubro de 2026.

YURI YORIAKI OSAKI
Chefe Interino do Poder Executivo Municipal
Empossado

VALMIR JOSÉ DE GODOI
Vice-Presidente da Câmara em Exercício

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:A8727B9C

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
TERMO DE POSSE - VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA EMPOSSADO

TERMOS DE POSSE

Aos (dez)10 dia do mês de outubro de 2026, às 11:00 horas da manhã, nas instalações da Câmara Municipal de Antonina, sito a Rua Valle Porto, nº 15, Centro, em cumprimento da decisão constante do Ofício nº 032/2026 6ª ZE/PR, Poder Judiciário/Tribunal Regional Eleitoral/Juízo da 6ª Zona Eleitoral de Antonina /Pr, datado de 07 de outubro de 2026, recebido por via eletrônica em 08/10/2026, assumiu perante a Câmara Municipal de Antonina/PR, nos termos previstos na legislação vigente na condição de Vice-Presidente em Exercício o Excelentíssimo Senhor Vereador:

VALMIR JOSÉ DE GODOI
PARTIDO LIBERAL -PL

Antonina, 10 de outubro de 2026.

VALMIR JOSÉ DE GODOI
Vice-Presidente da Câmara
Empossado

YURI YORIAKI OSAKI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:1F41E11C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 019/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 019/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 186/2026

OBJETO: "**Contratação de empresa especializada para a realização de viagem turística destinada à população idosa do Município, em atendimento à Deliberação nº 004/2026 – CEDI/PR, referente ao Incentivo do Projeto "Paraná Viaja Mais 60", visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social",** nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 43.600,00 (quarenta e três mil, seiscentos reais)
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 15/10/2026 as 08h30m do dia 21/10/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: das 09h00m. do dia 21/10/2026 as 15h00m do dia 21/10/2026.
O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil https://bll.org.br . Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 13 de outubro de 2026.

RENATA WENCELOSKI COSTA
Agente de Contratação
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Cósta
Código Identificador:B19F0090

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LISTA PROVISÁRIA DA PROVA PRÁTICA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL Nº 15/2026 – CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 19244/2026

LISTA PROVISÁRIA DA PROVA PRÁTICA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL Nº 15/2026 – CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 19244/2026

Prefeitura do Município de Balsa Nova

O Prefeito do Município de Balsa Nova, em conformidade com o Edital nº. 15/2026, que estabelece instruções destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS**, para contratações temporárias para exercer a função de **CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO**, em conformidade com a Lei Municipal nº 879/2015, e demais legislações cabíveis a espécie, de acordo com este ato convocatório, divulga a lista:

1 DO RESULTADO PROVISÓRIO DA PROVA PRÁTICA. Através do item 7 do edital 15/2026, publica-se o resultado que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado – PSS:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO
1°	JAIR STOCO	22142/2026	02/03/1974	Classificado
2°	ALDENIS JO DOS REIS	22483/2026	13/05/1984	Classificado
3°	MARCELO MOREIRA DO NASCIMENTO	22642/2026	20/11/1985	Classificado
4°	ISMAEL RIBEIRO DA SILVA	22803/2026	14/06/1978	Desclassificado
5°	ERIC IVANICHE CORDEIRO	22207/2026	08/06/1994	Classificado
6°	KELLEN GOMES PIRES	22397/2026	09/09/1995	Classificado

2. Os candidatos interessados em interpor recurso contra o resultado ora divulgado, poderão fazê-lo no período de 14/10/2026 a 15/10/2026, através do link disponibilizado no edital **https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno** Código do assunto "**831 - "RECURSO – PSS CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO"** ou no Protocolo Geral instalado no átrio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, localizado na Avenida Brasil nº. 665, Centro.

Balsa Nova, 09 de outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:39BF51D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 55/ 2026
b) Objeto Homologado:	INSCRIÇÕES DESTINADA À PARTICIPAÇÃO DE AGENTE PÚBLICO NO CURSO DE CAPACITAÇÃO AVANÇADA EM IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ACADEMIA DE ITR, EVENTO DE CAPACITAÇÃO A SER REALIZADO NOS DIAS 21 E 22 DE OUTUBRO DE 2026

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
MAXXI SERVICOS E CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA	17.968.915/0001-98	R$ 2.500,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Taxa de inscrição do Curso de Capacitação avançada em Imposto Territorial Rural – ACADEMIA DE ITR, evento de capacitação a ser realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 2026, em Curitiba/PR.	UNID	1	2.500,00	2.500,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

Barbosa Ferraz, 13 de Outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:D0BB2D0B

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 54/ 2026
b) Objeto Homologado:	INSCRIÇÕES DESTINADAS À PARTICIPAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS NA IMERSÃO NACIONAL GESTOR PÚBLICO BLINDADO BRASIL, EVENTO DE CAPACITAÇÃO A SER REALIZADO NOS DIAS 03, 04 E 05 DE NOVEMBRO DE 2026, EM SÃO PAULO/SP

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
CALLIL SOLUCOES LTDA	57.335.570/0001-50	R$ 3.994,00

ORDEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Taxa de inscrição do Curso de Capacitação Imersão Nacional Gestor Público Blindado Brasil, evento de capacitação a ser realizado nos dias 03, 04 e 05 de novembro de 2026, em São Paulo/SP	UNID	2	1.997,00	3.994,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 3.994,00 (TRES MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS)

Barbosa Ferraz, 6 de Outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:760CA862

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 55/ 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 155/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14133/2021 Art. 74 - III - contratação dos seguintes serviços técnicos

especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE RATIFICA** a **INEXIGIBILIDADE** em favor MAXXI SERVICOS E CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 17.968.915/0001-98, com sede/domicílio na(o) Rua Sagrado Coração de Jesus, 67, BAIRRO SÃO CRISTOVÃO, Campo Erê/ SC - CEP:89980-000.
OBJETO**: INSCRIÇÕES DESTINADA À PARTICIPAÇÃO DE AGENTE PÚBLICO NO CURSO DE CAPACITAÇÃO AVANÇADA EM IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ACADEMIA DE ITR, EVENTO DE CAPACITAÇÃO A SER REALIZADO NOS DIAS 21 E 22 DE OUTUBRO DE 2026.**

Pelo **VALOR DE R$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 13/10/2026.

Ratifico por este termo a **INEXIGIBILIDADE Nº 55/ 2026**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:7E97BCA0

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
PORTARIA Nº 321/2026

PORTARIA Nº 321/2026

SÚMULA: Nomeia Membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente COMAT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **SR. CARLOS ROSA ALVES,** no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal n°. 1.734/2009, de 25 de setembro de 2009:

NOMEIA:

Art. 1° - Ficam nomeados os cidadãos a seguir relacionados para constituírem o ***CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:***

I – Representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

		CPF
Titular	EDUARDO MATHEUS SANCHES	086.584.799-19
Suplente	MARCILIO PINTO BARBOSA	282.139.399-72

II – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo

		CPF
Titular	JOSÉ SERGIO APARECIDO MILIOSSI	007.943.579-38
Suplente	VALDEMAR FRANCISCO BRANDALISE	191.397.132-53

III – Representantes da Secretaria Mun. de Educação, Cultura, Esporte e lazer :

Titular	JOVELINA MARIA CESAR SILVA	708.572.299-15
Suplente	ANA CATARINA BLESSA PEGORARO	021.021.639-54

IV – Representantes da Secretaria Mun. de Administração e Finanças:

Titular	FÁBIO CAPARROZ	618.601.079-15
Suplente	ALISSON GARCIA LIMA	066.732.729-02

V– Representantes da Secretaria Municipal de Viação, Obras Urbanismo:

Titular	MÁRCIO YOITI FUKURO	460.550.291-20
Suplente	JOSÉ GERALDO DA SILVA	025.993.119-50

VI– Representante Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IDR:

Titular	MARCELO AGENCIANO DE FREITAS	050.270.366-04

VII– Representantes do Rotary Clube de Barbosa Ferraz:

Titular	ADRIALDO FRAMARTINO	057.551.199-02
Suplente	LUCAS ANDRADE TEIXEIRA	094.942.689-03

VIII – Representantes do Clube dos Diretores Lojistas de Barbosa Ferraz:

Titular	RENAN GONZALES PAVAN	068.119.749-82
Suplente	PAULO SERGIO PETERNELLI	581.691.219-49

IX – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular	LEANDRO DE MELO SILVA	080.537.819-77
Suplente	SIRLEY DA ROSA	865.273.989-72

X– Representantes dos Produtores Rurais:

Titular	SEBASTIÃO LUIS CAMPOS RAMOS	144.372.879-91
Suplente	VALDEIR DE OLIVEIRA GOMES	869.603.779-00

XI– Representantes de Órgãos Religiosos:

Titular	JARBAS DE VILLAS BOAS GARCIA	424.356.769-72
Suplente	FABIO FERNANDES GARCIA VILLAR	268.102.998-82

XII– Representantes Cooperativa Agroindustrial Mourãoense - COAMO:

Titular	ELICEU JOSE AIOLFI	543.707.879-04
Suplente	JOSÉ RONALDO MOREIRA	387.672.799-53

XIII– Representantes – Associação Mista Agropecuária de Barbosa Ferraz AMIAGRO:

Titular	LEANDRO BELINATO	029.237.949-82
Suplente	JONAS ALVES DE LIMA	797.832.449-49

XIII– Representantes – Distritos de Bourbônia, Paraíso do Sul, Tereza Breda, Ourilândia e Pocinho

Titular	CICERO GOMES DE SOUZA	634.088.729-53
Suplente	IVANA SOLANGE CILIÃO GIONGO	847.142.399-53
Titular	RUBENS ELIAS FERREIRA	601.949.879-49
Suplente	VALDECIR VIEIRA DE SOUZA	031.019.049-51

Titular	LAZARO FRANCISCO DE ASSIS	163.684.019-15
Suplente	THEODORO DOS SSANTOS	566.052.269-68

Titular	CIPRIANO JOSÉ BARRETO NETO	653.992.939-00
Suplente	LUIZ CARLOS CAFISSO	616.561.359-49

Titular	ADENIR PINTO LOPES	917.628.209-00
Suplente	MIGUEL EMILIO ALVES	281.281.689-91

XIV– Representantes do Sindicato Patronal Rural

Titular	PACIFICO DESANTI	129.247.099-20
Suplente	ANA PAULA LUCIANI DA FONSECA	044.574.389-10

XV– Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular	PAULO CÉSAR BAHIA	498.124.839-34
Suplente	SEVERINO DA FONSECA	023.760.599-68

XV– Representantes da Loja Maçônica

Titular	ESTEVÃO BELINATO BENITZ	055.614.239-08
Suplente	MARCIO APARECIDO DA COSTA	020.868.829-39

Art. 2º - Os serviços dos Conselheiros não serão remunerados, mas considerados de relevante interesse público.

Art. 3º - Fica revogado na integra a Portaria 081/2023 de 05 de abril de 2023.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz,09 de outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:283CBFE5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (PPCI), NA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS E NO GINÁSIO MUNICIPAL 7 DE SETEMBRO, ATENDENDO AOS INTERESSES DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.

Em virtude da retificação do edital e a impossibilidade da realização do certame no dia 07/10 fica estabelecida nova Data de Abertura:
NOVA DATA DE ABERTURA dia 29/10/2026, às 08:00 horas,
LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.

Bela Vista da Caroba, 13 de outubro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:7B7A8F3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO E NOVA DATA DO CERTAME

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (PPCI), NA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS E NO GINÁSIO MUNICIPAL 7 DE SETEMBRO, ATENDENDO AOS INTERESSES DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.

Em virtude de necessidade frente a impugnação interposta, retifica-se o edital e anexos, com isso fica estabelecida nova data para realização do certame:
Nova data: 29/10/2026 às 08:00 horas
A retificação encontra-se disponível no portal de licitações www.licitanet.com.br, portal de transparência do Município

Bela Vista da Caroba, 13 de outubro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:D320A837

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0154/2026

DECRETO Nº 0154/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve:

NOMEAR

Art.1º: Nomear **LIOMAR REINALDO KNEBEL** , portador da Cédula de Identidade sob nº 9.xxx.xxx-0 SSP-PR e CPF nº 054.xxx.xxx-07, aprovado em Concurso Público Municipal, realizado em conformidade com o Edital de Concurso nº 01/2026 de 27 de abril de 2026, homologado pela Publicação n° 14.1/2026 de 04 de agosto de 2026 – Classificação Final, no cargo de Provimento Efetivo de Motorista, nível "10", do Grupo Ocupacional – Administração Geral – do Quadro de Pessoal, constante na Lei 445/2013 de 18 de junho de 2013.

Art. 2º: O presente Decreto entra em vigor a partir da presente data,retroagindo seus efeitos a 08 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:A2B82681

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0155/2026

DECRETO Nº 0155/2026

Regulamenta o reconhecimento da não incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU sobre imóvel localizado na zona urbana ou de expansão urbana utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 57, de 18 de novembro de 1966.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a prevista no art. 65, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos arts. 4º e 22 da Lei Municipal nº 329, de 7 de dezembro de 2009 (Sistema Tributário do Município);

CONSIDERANDO que o art. 15 do Decreto-Lei nº 57/1966 exclui da incidência do IPTU o imóvel que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, sujeitando-o ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;

CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.112.646/SP, sob o rito dos recursos repetitivos;

CONSIDERANDO que a hipótese é de não incidência do imposto, e não de isenção, a qual dependeria de lei específica, nos termos do art. 150, § 6º, da Constituição Federal e do art. 176 do Código Tributário Nacional;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º - Este Decreto regulamenta o procedimento de reconhecimento da não incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU sobre imóvel localizado na zona urbana ou de expansão urbana do Município, definidas nos arts. 24 e 25 da Lei Municipal nº 329/2009, que seja comprovadamente utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial pelo proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 57/1966.

Parágrafo único. O reconhecimento de que trata este Decreto não constitui isenção nem benefício fiscal, limitando-se a declarar que o imóvel, em razão de sua destinação econômica, não está sujeito ao IPTU.

CAPÍTULO II
DO REQUERIMENTO

Art. 2º - O interessado deverá requerer o reconhecimento da não incidência até o último dia útil do mês de outubro do exercício a que se refere o lançamento do IPTU, por meio do requerimento padronizado constante do Anexo I deste Decreto, protocolado no Departamento de Tributação.

§ 1º - O requerimento deverá vir acompanhado dos seguintes documentos:
carnê do IPTU do imóvel ou segunda via, quando possível;
cópia da matrícula, se o requerente for proprietário, ou cópia da escritura pública ou do contrato de compra e venda, se for possuidor;
cópia do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR;
comprovante ou declaração de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;
cópia do Cadastro de Produtores Rurais – CAD/PRO;
cópia de nota fiscal de produtor rural, expedida preferencialmente no exercício do requerimento;
se pessoa física, cópias do RG e do CPF do requerente;
se o requerimento for apresentado por terceiro, procuração original com firma reconhecida, outorgada por quem tenha legitimidade perante o Cadastro Imobiliário;
cópia da certidão de casamento ou da declaração de união estável, se for o caso;
cópia da certidão de óbito do cônjuge ou companheiro falecido, se for o caso.

§ 2º - A falta de qualquer dos documentos exigidos neste artigo poderá ocasionar o indeferimento do requerimento.

§ 3º - As intimações sobre o resultado dos requerimentos serão feitas por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, contando-se os prazos recursais a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação, cabendo ao contribuinte acompanhar as publicações.

Art. 3º - O Departamento de Tributação processará o requerimento e verificará o preenchimento dos requisitos, podendo exigir outros documentos ou esclarecimentos e realizar vistoria no imóvel para confirmar sua destinação econômica.

CAPÍTULO III

DA DECISÃO E DA CERTIDÃO

Art. 4º - A decisão sobre o requerimento compete ao Secretário Municipal de Finanças, que poderá delegar as atividades de inserção de informações no sistema eletrônico e de pré-análise dos requisitos, confirmando posteriormente, no sistema informatizado, os atos praticados pelos subordinados.

Art. 5º - O resultado será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, em listagem contendo o número do cadastro imobiliário, o nome do contribuinte, o fundamento legal, o exercício do IPTU e o resultado "deferido" ou "indeferido", conforme o Anexo II deste Decreto.

Parágrafo único. A cópia do inteiro teor da decisão poderá ser obtida mediante requerimento protocolado no Departamento de Tributação.

Art. 6º - Deferido o requerimento, o Departamento de Tributação emitirá, pelo sistema informatizado, Certidão de Não Incidência do IPTU, que será arquivada no processo, podendo ser fornecida cópia ao requerente.

Art. 7º - O reconhecimento produz efeitos para o exercício indicado no requerimento, devendo ser renovado a cada exercício, na forma do art. 2º.

CAPÍTULO IV

DO RECURSO

Art. 8º - Da decisão de indeferimento caberá impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do resultado, observado o rito do Capítulo III do Decreto nº 45/2023, que regulamenta o Processo Administrativo Fiscal.

§ 1º - A impugnação será julgada em primeira instância pelo Procurador Jurídico do Município, nos termos do art. 25, inciso I, do Decreto nº 45/2023.

§ 2º - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário, no prazo de 30 (trinta) dias, julgado pelo Prefeito Municipal enquanto não constituído o Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos dos arts. 25, parágrafo único, 32, § 1º, e 34 do Decreto nº 45/2023.

§ 3º - Os extratos das decisões serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município, valendo como intimação.

Art. 9º - O requerimento formulado no prazo para impugnação do lançamento suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, inciso III, do Código Tributário Nacional e do art. 43 do Decreto nº 45/2023.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 10 - O reconhecimento da não incidência fica condicionado à atualização cadastral da inscrição imobiliária, na forma da legislação em vigor.

Art. 11 - O reconhecimento será cancelado a qualquer tempo, com o lançamento do IPTU devido, observado o art. 16 da Lei Municipal nº 329/2009, quando:
I – o imóvel deixar de ser utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial;
II – o interessado deixar de atender aos requisitos deste Decreto; ou
III – o interessado não atender à convocação da Administração Tributária.

Art. 12 - A Administração Tributária poderá exigir outros documentos ou esclarecimentos e realizar as diligências que entender pertinentes, mediante representação ou de ofício.

Parágrafo único. Constatada má-fé ou fraude no requerimento, antes ou depois do reconhecimento, os fatos serão encaminhados pelo Diretor do Departamento de Tributação à autoridade policial, para apuração da responsabilidade criminal, com o cancelamento do reconhecimento e a cobrança do IPTU com os acréscimos legais.

Art. 13 - O requerimento apresentado fora do prazo do art. 2º ou sem observância da forma prevista neste Decreto não será conhecido, sem prejuízo da impugnação do lançamento nos termos do Decreto nº 45/2023.

Art. 14 - O reconhecimento da não incidência não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação.

Art. 15 - Os requerimentos já protocolados e ainda não decididos na data de publicação deste Decreto serão processados na forma deste Decreto.

Art. 16 - Ficam revogados o Decreto nº 0110, de 3 de agosto de 2022, e a Instrução Normativa SF nº 01, de 3 de agosto de 2022.

Art. 17 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO DE NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU
(Art. 15 do Decreto-Lei nº Federal 57/1966)

Exercício do IPTU	
Nº do cadastro imobiliário	
Requerente (proprietário ou possuidor)	
CPF / RG / UF	
Naturalidade / Nascimento	
Endereço (rua, nº, bairro, cidade)	
Telefone / Celular	
E-mail (opcional)	
Estado civil: ( ) casado(a) ( ) solteiro(a) ( ) divorciado(a) ( ) união estável ( ) viúvo(a)	
Cônjuge ou companheiro(a) / CPF / RG / UF	
Atividade exercida no imóvel: ( ) extrativa vegetal ( ) agrícola ( ) pecuária ( ) agroindustrial	

DECLARAÇÃO

Eu, [NOME], portador(a) da Carteira de Identidade nº [XXX], CPF nº [XXX], declaro, para fins de reconhecimento da não incidência do IPTU, que o imóvel acima indicado é utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial e que as informações prestadas são verdadeiras, estando ciente de que a falsidade sujeita o declarante às penas do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

Declaro, também, estar ciente de que:
– a falta da documentação exigida poderá ocasionar o indeferimento do requerimento;
– as intimações serão feitas por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, contando-se dela o prazo de 30 (trinta) dias para impugnação, sem intimação por AR, telefone ou outro meio;
– o Departamento de Tributação poderá realizar vistoria no imóvel para verificar sua destinação econômica;
– eventual impugnação ou recurso deverá ser apresentado no Protocolo Geral do Município;
– o requerimento por procurador somente será aceito com procuração com firma reconhecida.

Bela Vista da Caroba, [XX] de [XXXXX] de [XXXX].

_____
Assinatura do requerente

ANEXO II
MODELO DE PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nº do cadastro imobiliário	Exercício do IPTU	Contribuinte	Fundamento legal	Resultado
[XXXXXX]	[XXXX]	[NOME]	Art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 57/1966	Deferido
[XXXXXX]	[XXXX]	[NOME]	Art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 57/1966	Indeferido

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:393A13D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0156/2026

DECRETO Nº 0156/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve:

EXONERAR, a pedido

Art.1º: VANEILA GIZELI MARTINS HORST, RG 12.xxx.xxx-46 SSP/PR, CPF 108.xxx.xxx-50, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Oficial Administrativo.

Art. 2º: O presente Decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:A7B4ACA5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – N.º 025/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – N.º 025/2026

O Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do Concurso Público n° 01/2026, constante do Edital n° 14.1/2026, publicado em 04 de agosto de 2026 – Homologação do resultado final e classificação.

RESOLVE:

CONVOCAR

O candidato aprovado no Concurso Público e classificado conforme relação anexa, para que seja cumprida a exigência do item 4 e 20 do Edital 01/2026, se manifeste no prazo determinado sobre a aceitação ou não do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da documentação exigida para sua nomeação.

O não pronunciamento dos candidatos aprovados no prazo estabelecido de 30 (trinta) dias para esse fim, facultará à Administração a convocação dos (das) candidatos (as) seguintes, perdendo a mesmo o direito de investidura no cargo ao qual se habilitou.

A posse dar-se-á dentro de 30 dias a contar da publicação deste edital.

Bela Vista da Caroba, 13 de outubro de 2026

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

EDITAL N° 01/2026
PUBLICAÇÃO N° 025/2026

MOTORISTA (AFRO)

INSC	NOME DO CANDIDATO	D.NASC.	NOTA FINAL
0041722	LUIZ HENRIQUE VIDORI	20/02/1996	57,00

Bela Vista da Caroba – PR, 13 de outubro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:5B880330

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2026

Licitação: Pregão PR3/2026
Contratante: Bela Vista da Caroba - Paraná
Contratada: 2887 - RECAPADORA MARRECAS LTDA (05.689.415/0001-38) 5667 - F. D. COMERCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA (60.122.813/0001-86) 5668 - DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40) , com o valor total de R$ 303.517,79
Vigência: Início: 10/10/2026 Término: 10/04/2027

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO

A QUENTE DE PNEUS A SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 09/10/2026

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:A4EA2B3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0193/2026

PORTARIA Nº 0193/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 05 dias de férias a partir de 13 de outubro de 2026, a servidora **DEBORA GOULART MARQUES**, portadora da Cédula de Identidade nº 40.xxx.xxx.74 SSP/RS, ocupante do cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:08DB8567

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0194/2026

PORTARIA Nº 0194/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 10 dias de férias a partir de 14 de outubro de 2026, a servidora **PAMELA CRISTINA SILVA**, portadora do RG nº 10.XXX.XXX-7 SSP/PR e CPF 067.XXX.XXX-22, ocupante do cargo em comissão de diretora de departamento dos recursos humanos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:FC9A7F4D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 362/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 362/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 362/2026

SÚMULA: Designa servidores para as funções de Gestor e Fiscais de Contratos no âmbito da Administração Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

RESOLVE: Art. 1º Designar o servidor **FLÁVIO AUGUSTO GONZALES BATISTA** para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATOS,** competindo-lhe a coordenação, o controle administrativo e o acompanhamento do ciclo de vida dos contratos celebrados por este Município.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de **FISCAIS DE CONTRATOS**, conforme suas respectivas áreas de atuação e especialidades:
I – Fiscal de Obras e Serviços de Engenharia: THIAGO ADRIANO DE BRITO;
II- Fiscal de Obras e Serviços de Engenharia Substituto:JOSEMAR CEZAR MIRANDA
II – Fiscal de Recursos de Convênios, no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura: VILMAR CERINEU DA SILVA.
III – Fiscal de Serviços de Transporte Escolar: JONAS JOSE MOREIRA DE SOUZA;
IV – Fiscais de Bens e Serviços Gerais (Departamento de Compras):

ELIANE DE SOUZA SANTIN;
JEFFERSON OLIVEIRA CORREA
ANGELA FATIMA STRAPASSON;

V – Fiscal do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto;
ALICE TEREZINHA GLODEN;

VI – Fiscal do Fundo Municipal de Previdência;
JOÃO VERCI MOREIRA MATHIAS;

Art. 3º Nas contratações que demandem conhecimento técnico específico para o adequado acompanhamento e fiscalização, o(a) Secretário(a) Municipal da pasta requisitante indicará formalmente ao Gestor de Contratos o servidor que atuará como fiscal técnico da respectiva demanda.

Art. 4º Os servidores designados nesta Portaria exercerão suas atribuições em conformidade com a legislação vigente, especialmente o disposto no Decreto Municipal nº 28/2023, competindo-lhes, entre outras atribuições, registrar ocorrências, atestar notas fiscais e comunicar imediatamente ao Gestor de Contratos quaisquer irregularidades constatadas.

Art. 5º As atribuições do Gestor de Contratos e dos Fiscais de Contrato estão disciplinadas no Decreto Municipal nº 28/2023, bem como em normas supervenientes que venham a substituí- lo, complementá-lo ou alterá-lo, devendo os agentes designados observar integralmente tais disposições no exercício de suas funções.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias nº **131 de 2026,** esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:95AF4459

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 035/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 035/2026
Contratação: 456578 – EDITAL Nº 19/2026 – Sistema COMPRAS.GOV.BR.
O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "**MENOR PREÇO POR ITEM**", visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CONCRETO USINADO BOMBEADO, CONES BALIZADORES E CONES/BARRIS DE SINALIZAÇÃO, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS, INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA E SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA E ORGANIZAÇÃO DO TRÁFEGO EM VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR.**

- DATA DE ABERTURA: 27/10/2026
- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.
Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

P U B L I Q U E - S E

Boa Vista da Aparecida – PR, em 13 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:202F994F

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 61/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 61/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: EMPRESAS FL LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE VIA WEB DE BANCO DE DADOS COM PREÇOS DE PEÇAS DE MONTADORA/GENUÍNA E FABRICANTE/ORIGINAL, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZ VALOR - MÓDULO ALL MOEDA, A SER UTILIZADO COMO FERRAMENTA DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA PARA LICITAÇÃO E CONTROLE DE CUSTOS DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS, MOTOCICLETAS E MÁQUINAS PESADAS QUE INTEGRAM A FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO REMOTO PARA OS USUÁRIOS.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: 23.244,24 (vinte e três mil, duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)
VALOR DO CONTRATO ADITADO: 24.169,32 (vinte e quatro mil, cento e sessenta nove reais e trinta e dois centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINAL: 15 de outubro de 2026

PRAZO DE VIGÊNCIA ADITADO: 15 de outubro de 2027.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **13 de outubro de 2026**

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:CB4AB741

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2025

EXTRATO DO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR.

CONTRATADA: AUTO POSTO BOA VISTA LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E LOCADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

VALOR ATUAL POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL (R$)
01	ETANOL	LTS	R$ 3,79
02	GASOLINA COMUM	LTS	R$ 6,09
03	DIESEL S10	LTS	R$ 6,99

VALOR REAJUSTADO POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA (%)	VALOR REAJUSTADO (R$)
01	ETANOL	LTS	4,50%	R$ 3,79
02	GASOLINA COMUM	LTS	2,50%	R$ 6,09
03	DIESEL S10	LTS	3,00%	R$ 7,09

Boa Vista da Aparecida - PR, 13 de outubro de 2026

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:819C4AE0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2025

EXTRATO DO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR.

CONTRATADA: M.B. GRACIANI COMBUSTIVEIS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E LOCADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

VALOR ATUAL POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL (R$)
01	DIESEL COMUM S500	LTS	R$ 6,57

VALOR REAJUSTADO POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR AMP (R$)	DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA (%)	VALOR REAJUSTADO (R$)
01	DIESEL COMUM S500	LTS	R$ 6,88	3,00%	R$ 6,67

Boa Vista da Aparecida - PR, 13 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:627BCC69

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO C.E. 013/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista o parecer do Agente de Contratações, do departamento jurídico e autorização do PARANACIDADE, e estando cumpridas todas as exigências da Concorrência Eletrônica n° 013/2026.

HOMOLOGO E ADJUDICO

O resultado da licitação referente à **contratação de empresa especializada para construção de Infraestrutura Urbana (Lazer) com execução de serviços preliminares; campo de futebol com grama sintética, alambrado, rede de cobertura, iluminação e demais serviços; calçadas, paisagismo, equipamentos externos; serviços complementares; limpeza final e demais itens e especificações constantes no projeto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento,** conforme abaixo:

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	VALOR GLOBAL
ÚNICO	CONSTRUTORA DE OBRAS LUNICA LTDA CNPJ 15.566.795/0001-77	R$ 429.900,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 429.900,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e novecentos reais).

Boa Vista da Aparecida, em 13 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:2C3A732B

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 257/2026

DECRETO nº 257/2026
Data: 13/10/2026

SÚMULA: Dispõe sobre prorrogação de contrato de trabalho de servidora municipal temporária, de acordo com o Processo Seletivo nº 02/2025 e da outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos prestados por esta Administração Municipal, bem como a manutenção da regularidade e eficiência das atividades desenvolvidas pelo setor, evitando prejuízos ao atendimento da demanda existente;

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de duração do contrato de Servidora Pública Temporária, contratada por tempo determinado para desempenho de atividades, através do Processo Seletivo nº 02/2025, até a data de 31/01/2027, conforme abaixo relacionada:

Servidor (a)	Cargo	CPF
Idenisia Carvalho Vicini	Auxiliar De Serviços Gerais - Temporário	882.406.069-20

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 13 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:CB984184

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **IDENISIA CARVALHO VICINI.**

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – TEMPORÁRIO**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 1.783,10 (um mil, setecentos e oitenta e três reais e dez centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025.

Boa Vista da Aparecida, em 13 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:15232E79

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 212/2026

PORTARIA nº 212/2026
Data: 13/10/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a servidora municipal efetiva e dá outras providências.

Eduardo José Henrichs, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o memorando interno da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida férias a servidora municipal efetiva, abaixo relacionada pelo período de 10 (dez) dias, conforme segue:

Servidor (a)	Dias de férias	Período de gozo	Período Aquisitivo
ELIZABETE RODRIGUES DA SILVA	10	13/10/2026 a 22/10/2026	2025/2026

Art. 2º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 13 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:FF6FBF4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
PORTARIA 028/2026

PORTARIA Nº 028/2026

Designa servidor público para exercer a função de Ouvidor da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul – Paraná, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Art. 4º da Resolução nº 003, de 05 de outubro de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º Fica designada para exercer a função de Ouvidora da Câmara Municipal a seguinte servidora pública:

• Nome: Ana Paula Pazin
• Matrícula: 845
• Cargo: Assessor Parlamentar
• Lotação: Câmara Municipal
• Período de Vigência: 13/10/2026 a 31/12/2026

Art. 2º No exercício de suas funções, compete à Ouvidora as seguintes atribuições institucionais:

• I - Receber, triar, catalogar e classificar as manifestações recebidas por quaisquer dos canais oficiais da Ouvidoria;
• II - Encaminhar as manifestações à Presidência da Câmara Municipal e aos setores administrativos competentes, acompanhando diligentemente a instrução e o cumprimento dos prazos de resposta;
• III - Elaborar ou encaminhar resposta conclusiva quanto ao tratamento dado à manifestação e às providências adotadas pela unidade competente, de forma clara, objetiva e com linguagem acessível, abstendo-se de decidir sobre responsabilidade disciplinar, aplicar sanções ou substituir a autoridade competente;
• IV - Sugerir à Presidência da Câmara Municipal a adoção de medidas administrativas corretivas, preventivas ou de simplificação de procedimentos regulamentares;
• V - Elaborar e publicar os relatórios de gestão periódicos exigidos pela legislação vigente, incluindo o relatório estatístico mensal e o Relatório de Gestão Anual.

Art. 3º A Ouvidora processará as demandas de acordo com as seguintes classificações normativas:

• I - Reclamação: Insatisfação relativa à prestação de serviço público ou atendimento;
• II - Sugestão: Proposição de ideia ou aprimoramento de políticas e procedimentos;
• III - Elogio: Reconhecimento, satisfação ou agradecimento por atendimento;
• IV - Denúncia: Comunicação de prática de irregularidade ou ilegalidade no âmbito da administração pública;
• V - Solicitação de Informação: Pedido fundado na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei Federal nº 12.527/2011);
• VI - Solicitação de Providência: Pedido de adoção de ação administrativa concreta ou prestação de serviço ordinário;
• VII - Crítica: Avaliação negativa e fundamentada sobre atos ou serviços;
• VIII - Dúvida: Pedido de esclarecimento conceitual ou procedimental sobre o funcionamento da Casa.

Art. 4º Os prazos máximos para envio de resposta formal, contados em dias corridos, deverão seguir rigorosamente o teto legal estabelecido:

• I - Até 30 (trinta) dias para Reclamações, Sugestões, Elogios, Denúncias, Solicitações de Providência e Críticas, prorrogável uma única vez por igual período mediante justificativa expressa e formal fundamentada na complexidade da matéria;
• II - Até 20 (vinte) dias para Solicitações de Informação (LAI), prorrogável por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa anterior ao vencimento;
• III - Até 15 (quinze) dias para Dúvidas de caráter geral, vedada a prorrogação.

Art. 5º No tratamento de dados e trâmite das demandas, a Ouvidora deverá assegurar o estrito cumprimento das salvaguardas de confidencialidade:

• I - Garantir o sigilo da identidade do manifestante (alcançando nome, dados qualificadores e meios de contato) desde o recebimento até a conclusão da demanda, em conformidade com a LGPD e a Lei Federal nº 13.460/2017, salvo nas hipóteses taxativas de mitigação previstas em lei;
• II - Conferir tratamento prioritário e regime de estrita confidencialidade às manifestações classificadas como Denúncia, realizando o juízo de admissibilidade no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias corridos antes do encaminhamento do relatório preliminar à Presidência.

Art. 6º O atendimento da Ouvidoria será realizado de forma integrada pelos seguintes canais oficiais, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h:

• I - Atendimento Presencial: Realizado em sala específica na sede do Poder Legislativo;
• II - Atendimento Telefônico: Por meio da central telefônica institucional (41) 3658-1479;
• III – Atendimento Eletrônico: Através do e-mail institucional ouvidoria@cmbs.pr.gov.br, portal da Câmara www.cmbs.pr.gov.br, formulário eletrônico https://www.cmbs.pr.gov.br/ouvidoria/ ;

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul - Estado do Paraná, 13 de outubro de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:C0509FDE

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 811/2026

DECRETO N.º 811/2026

Súmula: Declara luto oficial no Município de Bocaiuva do Sul em razão do falecimento do ex-Prefeito Municipal Floresmundo Alberti.
.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o falecimento do ex-Prefeito Municipal Floresmundo Alberti, que exerceu a chefia do Poder Executivo Municipal no período de 1969 a 1972;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados pelo homenageado ao Município de Bocaiuva do Sul e à sua população durante toda sua vida o qual atuou no ramo de farmácia de forma justa e honrosa;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado luto oficial no Município de Bocaiuva do Sul, pelo período de 3 (três) dias, em razão do falecimento do ex-Prefeito Municipal Floresmundo Alberti.

Art. 2º Durante o período de luto oficial, as bandeiras hasteadas nas repartições públicas municipais deverão permanecer a meio-mastro, observadas as disposições aplicáveis.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:E46F6244

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 812/2026

DECRETO Nº 812/2026

Súmula: Exonera Cargo em Comissão.

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º -Exonerar a partir de 13 de outubro de 2026**, MOACIR DE JESUS CPF Nº ***304.239**,** ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:BAA4B83E

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 813/2026

DECRETO Nº 813/2026

Súmula: Nomeia Cargo em Comissão.

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 14 de outubro de 2026**, RAFAEL DA CRUZ VIDAL CPF Nº ***253.399**,** para ocupar o Cargo de Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:B3C8990F

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2024 INEXIGIBILIDADE 04/2024

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2024, referente à **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO CARGO DE MONITOR, MOTORISTA, AUXILIAR DE LIMPEZA, AUXILIAR ADMINISTRATIVO E VIGIA**

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Educação, via memorando interno 210/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:8829B226

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 03/2022

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 03/2022, referente à **CHAMAMENTO PÚBLICO** para **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE**

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, via memorando interno 243/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:94631938

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 03/2024 INEXIGIBILIDADE 16/2024

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 03/2024, referente à **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS**

FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS E MOTORISTA COM CNH DE, NO MÍNIMO CATEGORIA "C", COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS CADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Agricultura, via memorando interno 113/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:4D425C2F

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 05/2023

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 05/2023, referente à **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, RECONHECIDAS COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, CUJAS ATIVIDADES SEJAM DIRIGIDAS À ÁREA DA SAÚDE, PARA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, VISANDO A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO NO EXERCÍCIO DE 2023 E 2024, TORNANDO-AS APTAS A CELEBRAR CONTRATOS DE GESTÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL-PR.**

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, via memorando interno 243/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:33E6FC32

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 05/2024 INEXIGIBILIDADE 19/2024

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 05/2024, referente à **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS FÍSICAS NAS ÁREAS DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E EDUCADOR SOCIAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Assistência Social, via memorando interno 176/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:92A3235A

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 06/2022

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 06/2022, referente à **CHAMAMENTO PÚBLICO** para **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS EM SAÚDE TEM COMO OBJETIVOATENDER AS NECESSIDADES E URGÊNCIAS DO SISTEMA DE SAÚDE MUNICIPAL, ABRANGENDO TODOS OS SETORES QUE USUFRUEM DESTA FUNÇÃO**

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, via memorando interno 243/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:2414D07D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 07/2023

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 07/2023, referente à **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS FÍSICAS DEVIDAMENTE HABILITADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO CARGO DE MOTORISTA E TRATORISTA COM CNH DE CATEGORIA MÍNIMA "C", COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS.**

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Agricultura, via memorando interno 113/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:4B1DE44D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 07/2024 INEXIGIBILIDADE 28/2024

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 07/2024, referente à **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BIÓLOGO**

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, via memorando interno 243/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:794022F4

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 10/2024 INEXIGIBILIDADE 44/2024

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 10/2024, referente à **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA MODALIDADE CASA DE PASSAGEM DO TIPO MISTA**

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Assistência Social, via memorando interno 176/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:0FF359D4

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 12/2023

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 12/2023, referente à **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO CARGO DE SEPULTADOR, COLETOR, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, SERVENTE DE LIMPEZA, TÉCNICO AMBIENTAL E AUXILIAR ADMINISTRATIVO, TODOS COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS CADA.**

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Agricultura, via memorando interno 113/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:4DB4AE7A

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 13/2023

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 13/2023, referente à **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO(A)**

O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Assistência Social, via memorando interno 176/2026, no qual a secretaria solicita o cancelamento do chamamento.

Bocaiúva do Sul, 13 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:25DEB611

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 53/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026
PROCESSO Nº 101/2026

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CORRIDA DE RUA TEMÁTICA, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CRONOMETRAGEM, KITS, NUMERAÇÃO, MEDALHAS, TROFÉU, PÓRTICO E DEMAIS ESTRUTURAS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO EVENTO, EM ALUSÃO AO DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E ÀS AÇÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, ATENDENDO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: **R$ 39.350,00 (trinta e nove mil, trezentos e cinquenta reais).**
Emissão: 13/10/2026
A sessão de julgamento eletrônico da licitação será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, iniciando-se no dia **29 de outubro de 2026**, às **08:30 horas** e será conduzido pelo Agente de contratação, designados nos autos do processo em epígrafe.
IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO NO PORTAL: ***21/2026*** *- UASG:* **987459**
O **Edital e seus Anexos** estarão disponíveis aos interessados no Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura, e através da Internet pelos endereços eletrônicos: Portal de Compras Governamentais no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br, Portal de Transparência, no endereço eletrônico: https://bocaiuva.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e sitio da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul no endereço eletrônico: https://bocaiuvadosul.pr.gov.br/licitacao/.
As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações: E-mail: licitacaobocaiuvadosul@gmail.com, Telefones: (41) 92003-9870, Endereço: Rua Carlos Alberto Ribeiro, nº 21, Bairro Centro, Bocaiúva do Sul – PR.

ESTEFANIA TAVARES FREITAS SILVA BUSATO
Agente de Contratação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:5E03F9A8

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO RESCISÃO DE CONTRATO –CHAMADA 43/2024 - INEXIGIBILIDADE 13/2024 CONTRATO 123/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL, COM CARGA HORÁRIA DE 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS E PSICÓLOGO COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, NA FORMA E ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ABAIXO

ESTABELECIDAS E NOS DEMAIS DISPOSITIVOS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE SOCIAL
CONTRATADO: GEINE LARICE TABORDA DE CASTRO
CPF: XXX.495.XXX-40
DATA DA RESCISÃO: 01/10/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 13 DE OUTUBRO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:E6334730

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
1507

DECRETO Nº 1507/2026

SÚMULA: Exonera Servidor Público Municipal nomeado para o cargo temporário Técnico de Enfermagem.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a pedido a Servidora Senhora MARIEDA SCHMIDT**,** matrícula nº 2810, ocupante do Cargo temporário de Técnico de Enfermagem, nomeada através do Decreto nº 1363/2025 de 08 de outubro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 13 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:2A68DC22

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1505/2026

Nomeia Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis.

HÉLIO JOSÉ SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Senhores: **CELSO WITCEL DIAS**, CPF nº 525.051.389-15, **MIGUEL MUNIZ DA SILVA**, CPF nº 003.995.059-03, **ELOIR PAZUCH,** CPF nº 904.918.749-87 para, sob a presidência do primeiro nomeado, comporem a Comissão Especial para avaliação do bem móvel abaixo relacionado:

01 – CHEVROLET CRUZE LTZ NB AT ANO: 2021/2021 PLACA FINAL 2 (PR, bem patrimonial nº 5642,

02 – VOLKSWAGEN NOVO GOL 1.6 ANO: 2013/2014 PLACA FINAL 5 (PR), bem patrimonial nº 2746,

03 – VOLKSWAGEN SAVEIRO CS ST MB ANO: 2014/2015 PLACA FINAL 6 (PR), bem patrimonial nº 3314,

04 – ROLO COMPACTADOR JCB 116D ANO: 2022, bem patrimonial nº 6391,

05 – ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CATERPILLAR 315DL ANO: 2010, bem patrimonial nº 2265,

06 – MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K ANO: 2013, bem patrimonial nº 3284,

07 – CAPA PÉ DE CARNEIRO PARA ROLO COMPACTADOR JCB, sem patrimônio,

08 – PLANTADEIRA SEMEATO SAM200 PARA PLANTIO DE INVERNO, bem patrimonial nº 4778.

09 – PLANTADEIRA PLANTI CENTER, bem patrimonial nº 3367,

10 – PLANTADEIRA SFIL POPULAR PPA645L ANO: 2008, bem patrimonial nº 1820,

11 – COLHEDORA DE FORRAGENS PINHEIRO MAX-GOLD PREMIER ANO: 2021, bem patrimonial nº 4972,

12 – COLHEDORA DE FORRAGENS CREMASCO CUSTOM 950-C III, bem patrimonial nº 6037,

13 – COLHEDORA DE FORRAGENS NOGUEIRA PECUS 9004 GERAÇÃO 4, bem patrimonial nº 6436,

14 – SEGADEIRA DE TAMBOR AGRITECH LAVRALE SU170 ANO: 2012, bem patrimonial nº 2644,

15 – SUCATA DE RESFRIADOR DE LEITE WH WHINOX ANO: 2020, bem patrimonial nº 5192,

16 – SUCATA DE RESFRIADOR DE LEITE WH WHINOX ANO: 2020, bem patrimonial nº 3368,

17 – SUCATA DE RESFRIADOR DE LEITE WH WHINOX ANO: 2020: 2020, bem patrimonial nº 3369,

18 – SUCATA DE RESFRIADOR DE LEITE WH WHINOX ANO: 2020, bem patrimonial nº 5191,

19 – SUCATA DE RESFRIADOR DE LEITE WH WHINOX ANO: 2016, bem patrimonial nº 3424.

20 – SUCATA DE RESFRIADOR DE LEITE WH WHINOX ANO: 2020, bem patrimonial nº 5187,

21 - SUCATA DE RESFRIADOR DE LEITE METALINOX, bem patrimonial nº 1551,

22 - BALCÃO EXPOSITOR REFRIGERADO, sem patrimônio,

23 – BUFFET SELF-SERVICE METALÚRGICA VENÂNCIO, bem patrimonial nº 6442,

24 – MOSTRUÁRIO DE ALUMÍNIO PARA LANCHES OU PEQUENOS PRODUTOS, sem patrimônio,

25 – BALCÃO EXPOSITOR REFRIGERADO, sem patrimônio,

26 – MESA DE AÇO INOX E COFRE DE AÇO METÁLICO, bem patrimonial nº 74 e 5235,

27 – SUCATA DE MÁQUINAS DE COSTURA SUN SPECIAL, sem patrimônio,

28 – ITENS PARA BANHEIROS, sem patrimônio,

29 – SUCATA DE ELETRODOMÉSTICOS, bem patrimonial nº 2737, 2738, 2739, 2740, 3280, 3446, *3768, 3769, 3881, 3882,3891 3911, 4218 e 4694*.

30 – SUCATA DE MÓVEIS, bem patrimonial nº 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 3289, 3869 e 3870,
31 – SUCATA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, bem patrimonial nº 1745, 1370, 1372, 1373, 1374, 1732, 1733, 1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1753, 1754, 1755, 1848, 1859, 1863.1864, 2038, 2042, 2656, 3289, 3975, 4753, 4754, 4755, 4756, 4757, 4769, 4770, 4771, 4772 e 4773,

32 – SUCATA DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS, bem patrimonial nº *6426, 4656, 4657, 6021, 6022, 9127, 3583, 3586, 3587, 3588, 3589, 3590, 3591, 3592, 4300, 4301, 4302, 4797, 4798, 4799, 4800, 4801, 4802, 4803, 4804, 4806, 4807, 5617, 5618, 5619, 5620, 5621, 5622, 5624, 5625, 5626, 5627, 5628, 5629, 5630, 5631, 5633, 5634, 5635, 5636, 5637, 5639, 5640, 5906, 5907, 5908, 5909, 4255, 4256, 4421, 4542, 4543, 4641, 4642, 4643, 4724, 5589, 5590, 5593, 5594, 5596, 5597, 5598, 5599, 5600, 5601, 5602, 5603, 5611, 5612, 5613*, 3420 e 6426;

33 – SUCATA DE MOBÍLIA ESCOLAR, bem patrimonial nº 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2707, 2708, 2709, 2710, 2711, 2712, 2713, 2714, 2715, 2716, 2717, 2718, 2719, 31,93, 3194, 3195, 3196, 3197, 3198, 3199, 3200, 3201, 3202, 3203, 3204, 3205, 3206, 3207, 3208, 3209, 3210, 3211, 3212, 3213, 3214, 3215, 3216, 3217, 3218, 3219, 3220, 3221, 3222, 3223, 3224, 3225, 3226, 3227, 3228, 3229, 3230, 3231, 3232, 3233, 3234, 3235, 3236, 3237, 3238, 3239 3240 e 1353,

Art. 2º - A comissão ora nomeada será convocada à reunir-se no dia 16 de outubro de 2026 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal, para proceder a referida avaliação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul – PR, 08 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:98BFAFB5

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°2-2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº2/2026.

FORNECEDORES REGISTRADOS:
SERGIO NERIS DA SILVA LTDA CNPJ:75.057.687/0001-09
INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA CNPJ: 32.668.268/0001-92
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ: 51.740.794/0001-60
META COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI CNPJ: 27.518.373/0001-05
ROSA CAFE IMPORTS LTDA CNPJ: 51.053.659/0001-47
EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMAÇÃO EIRELI CNPJ: 32.005.178/0001-11
ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA CNPJ: 46.423.434/0001-03
MADELO LTDA CNPJ: 42.499.357/0001-06
MR OBRAS & SOLUÇÕES LTDA CNPJ: 68.513.411/0001-14
SOUZA & RICETTI ESTRATEGIA PUBLICA LTDA CNPJ: 61.772.337/0001-01

OBJETO: Aquisição e fornecimento parcelado de materiais de construção, hidrossanitários, acessórios, materiais para lixamento, corte, pinturas e ferragens e ferramentas em geral.

VIGÊNCIA: 13/10/2026 à 12/10/2027.

VALOR: R$ 544.252,68 (quinhentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°55/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 122/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1A716B04

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6021/2026

Nomeia Leiloeiro e Equipe de Apoio.

HÉLIO JOSÉ SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores ROGERIO CARLOS FORNZARI, CPF nº 825.815.419-20 e RG nº 4.515.420-3–SSP-PR, ALCIONE MAZZOCATO, CPF nº 021.834.729-44 e RG nº 2.647.522 SSP-SC, VILSON ROBERTO DOS SANTOS, CPF nº 022.234.849-64 e RG nº 7.031.434-7 SSP-PR para exercer as funções de Leiloeiro e Equipe de Apoio, sob a presidência do primeiro, de conformidade com as normas expressas no Edital de Licitação nº 1/2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul – PR, 08 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:BE222063

ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇAO DE EDITAL PR62/2026

RETIFICAÇÃO DO EDITAL E REABERTURA DOS PRAZOS LEGAIS DA SESSÃO PÚBLICA
(Art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021)
O **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, por intermédio do Agente de Contratação e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública a presente **retificação de edital** referente ao Pregão Eletrônico nº 62/2026 (Processo Administrativo nº 133/2026), destinado à aquisição de 200 kg de bolo comemorativo confeitado.
1. RETIFICAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO (ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA)
Fica alterado o descritivo técnico do **Item 01 (Bolo Comemorativo - 200 kg)** no Termo de Referência (Anexo I do Edital), que passa a vigorar com o detalhamento estrutural retificado:
ONDE SE LÊ:
"Quantidade total: 200 kg (duzentos quilogramas) de bolo pronto, montado e confeitado, no sabor Quatro Leites com Bombom;"
LEIA-SE:
"Quantidade total: 200 kg (duzentos quilogramas) de bolo pronto, montado e confeitado, no sabor Quatro Leites com Bombom picados; Os bolos deverão ser produzidos com ingredientes de qualidade superior, conter massa do tipo pão de ló (3 camadas de

massa) medindo no mínimo 37 centímetros de comprimento, 26 cm de largura e 3 de altura, montadas como descrito. O recheio deverá ser em 2 camadas, e deverão ter medidas aproximadas de no mínimo 2 cm cada. A decoração deverá ser nas cores do município, com chantilly em espessura aproximada entre 1 a 2 cm. Maiores detalhes deverão ser planejados previamente com a equipe responsável da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Os bolos retangulares devem ser montados em camadas perfeitamente alinhadas, com técnica de montagem de massa dispostas longitudinalmente (em formato de tiras longas), garantindo uma distribuição homogênea de recheio e uma fatia visualmente impecável e estável ao cortar."

2. NOVO CRONOGRAMA E REABERTURA DE PRAZOS (ITEM 1.2 DO EDITAL)

Tendo em vista a retificação promovida nas especificações técnicas e no modo de montagem do objeto constante do Termo de Referência (Anexo I) — alteração que afeta diretamente a elaboração das propostas comerciais pelas empresas licitantes —, procede-se à REABERTURA INTEGRAL DOS PRAZOS LEGAIS do certame, nos exatos termos do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo-se a ampla competitividade e a isonomia do processo licitatório.

- **Recebimento de propostas: Até às 08:00h do dia 27/10/2026.**
- **Abertura e Julgamento: Às 08:15h do dia 27/10/2026.**
- **Disputa de Lances: Às 08:30h do dia 27/10/2026.**

3. RATIFICAÇÃO

Ficam **RATIFICADAS** e inalteradas todas as demais cláusulas, condições, disposições e anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 62/2026 que não foram expressamente modificados por esta Errata.

Bom Jesus do Sul – PR, 13 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:C23C368C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 540, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento a servidoras municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:

RESOLVE

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionados auxílios deslocamento em razão do deslocamento à cidade de **Dois Vizinhos– PR**, a serviço do Departamento de Saúde, para participação de Oficina do Método das Atividades de Vacinação de Alta Qualidade e do Processo de Microplanejamento.

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Indianara Duarte de Souza da Silva	Enfermeira	**06/10/2026 07/10/2026 08/10/2026 09/10/2026** Saída: 07:00h Retorno:20:00h	03 - (três) Auxílios deslocamento	Veículo Oficial
Detania Kraus de Souza	Enfermeira	**06/10/2026 07/10/2026 08/10/2026 09/10/2026** Saída: 07:00h Retorno:20:00h	03 - (três) Auxílios deslocamento	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 06 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:7402F8A4

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 541, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede auxílio deslocamento ao servidor Diego Baltokoski.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **Diego Baltokoski**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **739-0/1**, **01 (um) auxílio deslocamento de viagem**, retroativo ao dia **09 de outubro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Francisco Beltrão/PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Assistência Social, para transporte de alunos do projeto de Karatê.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:BA0E3EDF

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 542, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento a servidoras municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:

RESOLVE

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionados auxílios deslocamento em razão do deslocamento à cidade de **Francisco Beltrão– PR**, a serviço do Departamento de Assistência Social, para participação de Evento: Seminário Regional Trabalho Infantil no Sudoeste do Paraná.

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Jaine Fátima Grein Cararo	Psicóloga	**15/10/2026** Saída: 08:00h Retorno:17:00h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Luciane Dias Teixeira	Assistente Social	**15/10/2026** Saída: 08:00h Retorno:17:00h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:76941BF5

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 20/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 20/2026 - *Processo Licitatório 102/2026*
Expirado o prazo recursal, de acordo com o parecer jurídico e considerando ainda e Classificação das Propostas e o julgamento da documentação, referente a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 20/2026, que teve como objeto a contratação de empresa para a Execução, sob regime de empreitada global tipo Menor Preço, a seguinte obra: Local: Estrada Rural - Com. Cerro Azul - Comunidade Mundo Novo. Objeto: Pavimentação de Estrada Rural em CBUQ, 30.680,69 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trechos: - Estrada Rural - Com. Cerro Azul - Comunidade Mundo Novo. Área Pavimentada: 30.680,69 m², sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos, HOMOLOGO por seus próprios fundamentos determinando que seja ADJUDICADO o seu objeto a favor da empresa: EMBRAPAV - EMPRESA BRASILEIRA DE PAVIMENTACAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.022.153/0001-19, com o valor global de R$ 4.005.050,30 (quatro milhões, cinco mil e cinquenta reais e trinta centavos).
Bom Sucesso do Sul, 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:E2072D70

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 520, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidor público municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, sem concessão de novo adicional pelo exercício de encargo especial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidor efetivo para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação do servidor;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **NESTOR CLÓVIS CITTON**, matrícula nº **644-0/1**, ocupante do cargo efetivo de **MÉDICO ESF**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Responsável Técnico Médico**, vinculado ao Departamento de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão da limitação remuneratória aplicável, não será concedido adicional pelo exercício de encargo especial enquanto a remuneração do servidor, acrescida do respectivo percentual, implicar superação do subsídio do Prefeito Municipal, observada a informação administrativa constante do processo
§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete ao servidor designado exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A presente designação possui natureza transitória, precária e vinculada ao efetivo exercício da função, não gerando incorporação, vantagem permanente ou direito adquirido à percepção de adicional pelo exercício de encargo especial.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o exercício das atribuições do encargo especial quando houver o afastamento do servidor, a revogação do ato ou a cessação da necessidade administrativa.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais do servidor, sem lançamento do adicional enquanto o respectivo pagamento implicar superação do teto remuneratório aplicável, observados os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:E897DE44

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 521, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidor público municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede adicional pelo exercício de encargo especial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional do servidor e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidor efetivo para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação do servidor;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **LAERTI RISSO**, matrícula nº **490-1/1**, ocupante do cargo efetivo de **FARMACÊUTICO**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Responsável Técnico da Farmácia Municipal**, vinculado ao Departamento de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida ao servidor gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial, no percentual de **50% (cinquenta por cento) do vencimento básico do servidor**, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete ao servidor designado exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições

ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento do servidor para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.
Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração do servidor.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais do servidor e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:0D48F7B6

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 522, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidora pública municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede gratificação pelo exercício da função e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional da servidora e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidora efetiva para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação da servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **ROSANGELA RUFATTO DALPONTE**, matrícula nº **393-0/1**, ocupante do cargo efetivo de **FISIOTERAPEUTA**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Responsável Técnico da Fisioterapia**, vinculada ao Departamento de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.

§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida à servidora gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial, **no percentual de 25% (vinte e cinco por cento)** do vencimento básico da servidora, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.

§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete à servidora designada exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento da servidora para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.
Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração da servidora.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais da servidora e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:798444AA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 523, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidor público municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede adicional pelo exercício de encargo especial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional do servidor e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidor efetivo para o exercício de atribuições específicas de

coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Designar **GLADIMIR SALCHER**, matrícula nº **1670-5/1 e 1670-5/2**, ocupante do cargo efetivo de **CIRURGIÃO DENTISTA**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Responsável Técnico da Odontologia**, vinculado ao Departamento de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.

§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida ao servidor gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial, no percentual de **25% (vinte e cinco por cento)** do vencimento básico do servidor, em cada uma das matrículas indicadas, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.

§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.

Art. 2º Compete ao servidor designado exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.

Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento do servidor para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.

Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.

Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais do servidor e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:B944485F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 524, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidora pública municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede gratificação pelo exercício da função e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;

CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;

CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional da servidora e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidora efetiva para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Designar **DETÂNIA KRAUS DE SOUZA**, matrícula nº **615-7/1**, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRA**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Coordenador da Atenção Básica**, vinculada ao Departamento de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.

§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida à servidora gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial, no percentual de **50% (cinquenta por cento) do vencimento básico** da servidora, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.

§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.

Art. 2º Compete à servidora designada exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.

Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento da servidora para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.

Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração da servidora.

Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.

Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais da servidora e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:B52A5950

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 525, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidor público municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, sem concessão de novo adicional pelo exercício de encargo especial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidor efetivo para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação do servidor;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **JOAREZ TELLES DE RAMOS JUNIOR**, matrícula nº **417-0/1**, ocupante do cargo efetivo de **CIRURGIÃO DENTISTA ESF**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Coordenador da Saúde Bucal, de Coordenador de Regulação, Controle e Avaliação e de Coordenador de Planejamento da Saúde**, vinculado ao Departamento de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão de o servidor já perceber gratificação pelo exercício de outra função, a designação de que trata o caput não acarretará concessão de novo adicional ou pagamento cumulativo pelo exercício das funções ora designadas, enquanto persistir a situação funcional impeditiva.
§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete ao servidor designado exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A presente designação possui natureza transitória, precária e vinculada ao efetivo exercício da função, não gerando incorporação, vantagem permanente ou direito adquirido à percepção de adicional pelo exercício de encargo especial.

Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o exercício das atribuições do encargo especial quando houver o afastamento do servidor, a revogação do ato ou a cessação da necessidade administrativa.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais do servidor, sem lançamento de novo adicional pelo exercício de encargo especial enquanto persistir a situação funcional impeditiva indicada no processo administrativo.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:3487BA5C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 526, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidora pública municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede gratificação pelo exercício da função e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional da servidora e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidora efetiva para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação da servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **FRANCIELLE BET RODRIGUES**, matrícula nº **638-6/1**, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Coordenadora do CRAS**, vinculada ao Departamento de Assistência Social, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida à servidora gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial, no percentual de **25% (vinte e cinco por cento)** do vencimento básico da servidora, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete à servidora designada exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento da servidora para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.
Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração da servidora.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais da servidora e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:294DE591

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 527, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidora pública municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede gratificação pelo exercício da função e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional da servidora e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidora efetiva para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação da servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **PATRICIA LUZIA CECATTO DO PRADO**, matrícula nº **668-8/1**, ocupante do cargo efetivo de **PSICÓLOGA**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Coordenadora do Serviço Família Acolhedora**, vinculada ao Departamento de Assistência Social, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida à servidora gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial, no percentual de **25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico** da servidora, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete à servidora designada exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento da servidora para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.
Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração da servidora.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais da servidora e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:BB1C290C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 528, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidora pública municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede gratificação pelo exercício da função e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional da servidora e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidora efetiva para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação da servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **TALISE LARISE DE ANDRADE VERNEKI**, matrícula nº **676-9/3**, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Responsável pela Vigilância Socioassistencial e de Coordenadora de Planejamento da Assistência Social**, vinculada ao Departamento de Assistência Social, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão das designações de que trata o caput, fica concedida à servidora gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observado o pagamento de somente uma gratificação, pelo percentual correspondente à maior função designada atualmente equivalente ao percentual de **25% (vinte e cinco por cento)** do vencimento básico da servidora, vedado o pagamento cumulativo, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.

§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete à servidora designada exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento da servidora para qualquer efeito, não

constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.
Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração da servidora.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais da servidora e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:0700A748

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 529, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

exercício de Função por Encargo Especial, concede adicional pelo exercício de encargo especial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional do servidor e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidor efetivo para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação do servidor;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **CLÓVIS STOROSTZ KREDENS**, matrícula nº **63-9/2**, ocupante do cargo efetivo de **PEDREIRO**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Responsável pela Iluminação Pública e Predial**, vinculado ao Departamento de Obras e Serviços Rodoviários, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida ao servidor gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial, no percentual de **50% (cinquenta por cento)** do vencimento básico do servidor, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete ao servidor designado exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento do servidor para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.
Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração do servidor.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais do servidor e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:347DF5F9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 530, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidora pública municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede gratificação pelo exercício da função e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional da servidora e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidora efetiva para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação da servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Designar, **INGRIDI FERNANDA DE BONA PIRES**, matrícula nº **587-8/1**, ocupante do cargo efetivo de **MÉDICA VETERINÁRIA**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Responsável Técnico do Programa Leite Bom, Inseminação Artificial e do SIM/POA**, vinculada ao Departamento de Agricultura,

Pecuária e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida à servidora gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial, **no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico** da servidora, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete à servidora designada exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento da servidora para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.
Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração da servidora.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais da servidora e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:1BEA2D04

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 067/2026 EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 067/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 067/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: contratação de empresa especializada para o recebimento, tratamento e destinação final de resíduos de construção civil e volumosos inservíveis, com aferição de massa por balança e destinação em local devidamente licenciado, visando atender às necessidades do Município de Braganey/PR.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 72.406,80 (setenta e dois mil, quatrocentos e seis reais e oitenta centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 23/11/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 23/11/2026.

Braganey – PR, 13 de outubro de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:DB35C160

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 068/2026 EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 068/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 068/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reforma de pneus (recapagem), vulcanização e consertos tipo Tip Top, destinados à manutenção da frota de veículos leves, pesados, máquinas agrícolas e de construção do Município de Braganey – PR.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 783.866,44 (setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 18/11/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 18/11/2026.

Braganey – PR, 13 de outubro de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:8542F85C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 169/2026

Autoriza o pagamento de diárias e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Braganey, Estado do Paraná, Sr. VALDIR ZIELINSKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido na Lei Municipal nº 914/2025.
R E S O L V E:
Artigo 1º - AUTORIZA o pagamento de 02 (duas) diárias ao Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, CPF nº 031.***.849-22, prefeito, para seu deslocamento do Município até a cidade de Curitiba, na data de

13/10/2026 a 15/10/2026, para visita ao gabinete do Deputado Estadual Marcio Nunes, Insituto Água e Terra – IAT, Secretaria da Agricultura e Abasteciimento – SEAB e Deputado Alexandre Curi – Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, conforme solicitação.

Artigo 2º - Fica determinado ao departamento de contabilidade e de tesouraria que proceda o pagamento das respectivas diárias, de acordo com o que preceitua a legislação pertinente.

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:8387A61C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE REVOGAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89/2026

O MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, a REVOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 33/2026, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Tendas Pirâmides e Jogo de Mesa com 04 (quatro) cadeiras destinadas à utilização em eventos, feiras, festividades, apresentações culturais e demais ações promovidas pelos setores da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo e Administração Municipal.
A revogação fundamenta-se em razões de interesse público, diante da necessidade de reavaliação e adequação das especificações técnicas e descrições dos itens, visando conferir maior clareza, precisão e objetividade ao objeto, assegurar a adequada formulação das propostas e ampliar a competitividade do certame.

A medida observa o disposto no art. 71, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a devida motivação nos autos e observância das garantias legais aplicáveis.

Após as adequações necessárias, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório, com a devida publicação.

Cafeara/PR, 13 de outubro de 2026.

THAIS FERNANDA TOMADON
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Fernanda Tomadon
Código Identificador:DD354FF7

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 96/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 43/2025.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Cafeara/PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
DETENTORA DA ATA: AUTO POSTO PICCININI LTDA., CNPJ nº 07.749.604/0001-84.
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 88/2025 por mais 12 (doze) meses e renovação parcial de 458,26 unidades de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijas de 13 kg, que, somadas ao saldo remanescente de 169,74 unidades, recompõem o quantitativo original de 628,00 unidades.
PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO: R$ 115,03 (cento e quinze reais e três centavos), valor já reajustado informado para o aditivo, sem aplicação de novo percentual.
VALOR ESTIMADO DA RENOVAÇÃO: R$ 52.713,65 (cinquenta e dois mil, setecentos e treze reais e sessenta e cinco centavos).
PRAZO: Prorrogação por 12 (doze) meses, condicionada à regularidade e tempestividade da formalização.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as condições e exigências constantes do processo administrativo.
RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da ata originária não modificadas pelo termo aditivo.

Cafeara/PR, 06 de outubro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:8B157B13

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 80/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 91/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 40/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAFEARA – ESTADO DO PARANÁ, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.

CONTRATADA: SVC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA., CNPJ nº 63.175.015/0001-00.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de uniformes para atender às demandas dos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cafeara-PR, visando atender às necessidades das campanhas realizadas pela Secretaria e às atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

VALOR CONTRATUAL: R$ 19.319,00 (dezenove mil, trezentos e dezenove reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

PRAZO DE ENTREGA: Até 10 (dez) dias úteis, contado do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente art. 75, inciso II, e demais disposições aplicáveis.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme consignada no Contrato nº 78/2026 e no Processo Administrativo nº 91/2026.
Cafeara, 13 de outubro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:DE14E7C0

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 92/2026

Súmula: Dispõe sobre a nomeação do responsável pela UMC no Município de Cafeara-PR.

ELTON FÁBIO LAZARETTI, Prefeito Municipal de Cafeara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor **AILTON DE JESUS**, Matrícula nº 12995, como responsável pela **UMC – Unidade Municipal de Cadastro** no Município de Cafeara-PR.

Art. 2º - Ficam expressamente revogadas a **Portaria nº 09/2022, de 31 de janeiro de 2022,** e a **Portaria nº 64/2025, de 29 de julho de 2025**, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Cafeara, 09 de outubro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:ECEB2874

GOVERNO MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 91/2026

Dispensa Nº. 40/2026

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Dispensa nº 40/2026, de 05/10/2026, para o qual tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAFEARAPR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS CAMPANHAS REALIZADAS PELA SECRETARIA E ÀS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)" pelo critério de menor preço por LOTE, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
SVC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA CNPJ Nº 63.175.015/0001-00 no valor total de R$19.319,00 (Dezenove Mil, Trezentos e Dezenove Reais).

Cafeara - PR, treze dias de outubro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal
CAFEARA – PR

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:DFFFBC12

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 070.2026 - MÉDICO PEDIATRA

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 070/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 155/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 070/2026**, **PROCESSO COMPRASGOV: Contratação:987985 - 33/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por item, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos na especialidade de Pediatria, mediante disponibilização de profissional médico devidamente habilitado, com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Pediatria, para cumprimento de carga horária de 20 (vinte) horas semanais nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Cafelândia/PR, em apoio às equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), conforme necessidade e programação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 298.772,40 (duzentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá no dia **29 de outubro de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 13 de outubro de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:07941AD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO Nº 071.2026 - CORTE DE GRAMA E VARRIÇÃO

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 071/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório nº 156/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 071/2026**, por meio da plataforma **BBMNET LICITAÇÕES – BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, adotando-se o critério de julgamento de **menor preço global por lote**, com modo de disputa **Aberto e Fechado**, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de limpeza pública, compreendendo varrição manual de vias e logradouros públicos, capina, rastelamento, recolhimento de resíduos, limpeza de bocas de lobo, jardinagem, plantio, replantio e manutenção de jardins, supervisão de equipes, corte de grama e roçada em áreas públicas do Município de Cafelândia/PR, mediante disponibilização de mão de obra sob regime de dedicação exclusiva, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I) do Edital e demais anexos. **VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 5.580.311,28 (cinco milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e onze reais e vinte e oito centavos).** O Edital completo encontra-se disponível no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, bem como nos sites www.cafelandia.pr.gov.br, www.gov.br/pncp e www.bbmnet.com.br. A abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá no dia 29 de outubro de 2026, às 14h00min (horário de Brasília)**, por meio da plataforma BBMNET LICITAÇÕES, nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 13 de outubro de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 – DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:88BB9A0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 194/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026 CREDENCIAMENTO 011/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 194/2026 – Inexigibilidade nº 36/2026 CREDENCIAMENTO 011/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: 60.408.567 OSCARLYS DEL VALLE AGUILARTE BRITO, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 60.408.567/0001-23, RUA FAMÍLIA ZANATTA, 40 QD-01 / LT-02 - CEP: 85415000 - BAIRRO: POR DO SOL, E-MAIL: oscarlysdelvalleaguilartebrito@gmail.com, Telefone, (45) 9 9836-3057 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) OSCARLYS DEL VALLE AGUILARTE BRITO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, REPAROS, REGULAGENS, RECUPERAÇÃO, SUBSTITUIÇÕES, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, ATENDIMENTO DE SOCORRO, CARGA DE BATERIAS, GUINCHO/REBOQUE, TAPEÇARIA E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO LOTE 01, COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS E MATERIAIS PREVISTOS NO LOTE 02..

Valor Total: R$ 619.996,05 (Seiscentos e Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Seis Reais e Cinco Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, OSCARLYS DEL VALLE AGUILARTE BRITO.
Vigência: 07/10/2026 a 06/10/2027.
Data da Assinatura:07/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:0517C6EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 195/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 195/2026 – Inexigibilidade nº 36/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: 68.377.919 EDUARDO HENRIQUE CHAVES DA ROSA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 68.377.919/0001-32, RUA INTES DOLAR FONTANA, 1132 GL-10 / LT-42-C9 - CEP: 85417066 - BAIRRO: SETOR 04 - CHÁCARAS CAFELÂNDIA, E-MAIL: autocarservicecafelandia@gmail.com, Telefone, (45) 99991-2858 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) EDUARDO HENRIQUE CHAVES DA ROSA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, REPAROS, REGULAGENS, RECUPERAÇÃO, SUBSTITUIÇÕES, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, ATENDIMENTO DE SOCORRO, CARGA DE BATERIAS, GUINCHO/REBOQUE, TAPEÇARIA E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO LOTE 01, COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS E MATERIAIS PREVISTOS NO LOTE 02..

Valor Total: R$ 540.056,39 (Quinhentos e Quarenta Mil e Cinquenta e Seis Reais e Trinta e Nove Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, EDUARDO HENRIQUE CHAVES DA ROSA.
Vigência: 07/10/2026 a 06/10/2027.
Data da Assinatura:07/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:FB7CB0A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/2026 – Inexigibilidade nº 36/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: ADEMIR G. CARRILHO & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 02.125.534/0001-70, RUA IVO SKOWRONSKI, 81 SALA 02 - CEP: 85415000 - BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL, E-MAIL: juditeeising@hotmail.com, Telefone, (45) 9 9965-3141 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) ADEMIR GUILHENS CARRILHO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, REPAROS, REGULAGENS, RECUPERAÇÃO, SUBSTITUIÇÕES, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, ATENDIMENTO DE SOCORRO, CARGA DE BATERIAS, GUINCHO/REBOQUE, TAPEÇARIA E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO LOTE 01, COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS E MATERIAIS PREVISTOS NO LOTE 02..

Valor Total: R$ 590.078,00 (Quinhentos e Noventa Mil e Setenta e Oito Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, ADEMIR GUILHENS CARRILHO.
Vigência: 07/10/2026 a 06/10/2027.
Data da Assinatura:07/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:7EFE96A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2026 – Inexigibilidade nº 36/2026.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: B.B DE CRISTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 00.451.109/0001-45, RUA MOACIR ANTONIO CLEMENTE, 71 - CEP: 85415000 - BAIRRO: CHÁCARAS CAFELÂNDIA, E-MAIL: rbdecristo@hotmail.com, Telefone, (45) 9 9941-1848 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) BONIFÁCIO BERNARDINI DE CRISTO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, REPAROS, REGULAGENS, RECUPERAÇÃO, SUBSTITUIÇÕES, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, ATENDIMENTO DE SOCORRO, CARGA DE BATERIAS, GUINCHO/REBOQUE, TAPEÇARIA E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO LOTE 01, COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS E MATERIAIS PREVISTOS NO LOTE 02..

Valor Total: R$ 1.600.498,09 (Um Milhão, Seiscentos Mil, Quatrocentos e Noventa e Oito Reais e Nove Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, BONIFÁCIO BERNARDINI DE CRISTO.
Vigência: 07/10/2026 a 06/10/2027.
Data da Assinatura:07/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:02AE3D7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2026 – Inexigibilidade nº 36/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: D MEURER - AUTO PEÇAS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 06.375.854/0001-39, AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 1430 - CEP: 85415000 - BAIRRO: CHÁCARAS CAFELÂNDIA, E-MAIL: dmeurerautopecas@hotmail.com, Telefone, (45) 9 9992-0306 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) DARLI MEURER.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, REPAROS, REGULAGENS, RECUPERAÇÃO, SUBSTITUIÇÕES, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, ATENDIMENTO DE SOCORRO, CARGA DE BATERIAS, GUINCHO/REBOQUE, TAPEÇARIA E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO LOTE 01, COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS E MATERIAIS PREVISTOS NO LOTE 02..

Valor Total: R$ 697.897,16 (Seiscentos e Noventa e Sete Mil, Oitocentos e Noventa e Sete Reais e Dezesseis Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, DARLI MEURER.
Vigência: 07/10/2026 a 06/10/2027.
Data da Assinatura:07/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:570521B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 199/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 199/2026 – Inexigibilidade nº 36/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: ERN E CONSTANTINI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 10.316.862/0001-81, RUA INTES DOLAR FONTANA, 178 SALA 01 - CEP: 85415000 - BAIRRO: PARQUE SÃO PAULO, E-MAIL: cobrapecas.caf@hotmail.com, Telefone, (45) 3241-1779 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) ANDERSON ERN.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, REPAROS, REGULAGENS, RECUPERAÇÃO, SUBSTITUIÇÕES, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, ATENDIMENTO DE SOCORRO, CARGA DE BATERIAS, GUINCHO/REBOQUE, TAPEÇARIA E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO LOTE 01, COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS E MATERIAIS PREVISTOS NO LOTE 02..

Valor Total: R$ 1.048.013,31 (Um Milhão, Quarenta e Oito Mil e Treze Reais e Trinta e Um Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, ANDERSON ERN.
Vigência: 07/10/2026 a 06/10/2027.
Data da Assinatura:07/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:E6447D76

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 200/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 200/2026 – Inexigibilidade nº 36/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: FELLIZZETTI & OLIVEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 46.334.717/0001-70, AV MARECHAL LOTT, 410 QD58 LT13-A -

CEP: 85415000 - BAIRRO: CENTRO, E-MAIL: eduardofellizzetti730@gmail.com, Telefone, 45 999965582 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) EDUARDO FELLIZZETTI DE OLIVEIRA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, REPAROS, REGULAGENS, RECUPERAÇÃO, SUBSTITUIÇÕES, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, ATENDIMENTO DE SOCORRO, CARGA DE BATERIAS, GUINCHO/REBOQUE, TAPEÇARIA E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO LOTE 01, COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS E MATERIAIS PREVISTOS NO LOTE 02..

Valor Total: R$ 738.010,36 (Setecentos e Trinta e Oito Mil e Dez Reais e Trinta e Seis Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, EDUARDO FELLIZZETTI DE OLIVEIRA.
Vigência: 07/10/2026 a 06/10/2027.
Data da Assinatura:07/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:36D052E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2026 – Inexigibilidade nº 36/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: FÓRMULA DIESEL PR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 66.477.603/0001-97, RUA LUIZ PASQUALI, 1665 QD-23 / LT-24 - CEP: 85416120 - BAIRRO: SETOR 03 - NOVO HORIZONTE, E-MAIL: formuladieselpr@gmail.com, Telefone, (45) 9 8428-3117 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) MATEUS DOS SANTOS DE SANTANA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, REPAROS, REGULAGENS, RECUPERAÇÃO, SUBSTITUIÇÕES, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, ATENDIMENTO DE SOCORRO, CARGA DE BATERIAS, GUINCHO/REBOQUE, TAPEÇARIA E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO LOTE 01, COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS E MATERIAIS PREVISTOS NO LOTE 02..

Valor Total: R$ 570.907,42 (Quinhentos e Setenta Mil, Novecentos e Sete Reais e Quarenta e Dois Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, MATEUS DOS SANTOS DE SANTANA.
Vigência: 07/10/2026 a 06/10/2027.
Data da Assinatura:07/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:7A18EE05

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2026 – Inexigibilidade nº 36/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: K&S AUTOPEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 32.149.848/0001-73, RUA IVO SKOWRONSKI, 62 - CEP: 85815000 - BAIRRO: PARQUE SÃO PAULO, E-MAIL: pecasks@gmail.com, Telefone, (45) 3241-1097 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) DARCI KERMOUNAR.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, REPAROS, REGULAGENS, RECUPERAÇÃO, SUBSTITUIÇÕES, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, ATENDIMENTO DE SOCORRO, CARGA DE BATERIAS, GUINCHO/REBOQUE, TAPEÇARIA E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO LOTE 01, COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS E MATERIAIS PREVISTOS NO LOTE 02..

Valor Total: R$ 1.963.340,87 (Um Milhão, Novecentos e Sessenta e Três Mil, Trezentos e Quarenta Reais e Oitenta e Sete Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, DARCI KERMOUNAR.
Vigência: 07/10/2026 a 06/10/2027.
Data da Assinatura:07/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:8AA15BF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ERRATA

ERRATA: Referente à Portaria n. º 472/2026-DRH, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 08 de outubro de 2026, Edição nº3633 página 67/68, a qual concede GTIDE a servidor efetivo.

Onde se lê:
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 07 de outubro de 2025.

Leia-se:

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 07 de outubro de 2026.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:50A9CC19

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 478/2026 - DRH

PORTARIA N.º 478/2026-DRH

SÚMULA: Exonera a pedido Servidora Ocupante de Cargo de Provimento de Contratação Temporária - PSS.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º EXONERAR a pedido em 13/10/2026 a Servidora **JESSICA DAIANI STEINHORST DA CRUZ** matrícula 767322766 contratada para ocupar o Cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO I - PSS,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 13 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:B5A62545

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 479/2026 - DRH

PORTARIA N. º 479/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde aos servidores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Avaliação Médica Ocupacional expedida por Médico do Trabalho,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER Licença para tratamento de saúde aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo abaixo relacionados.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	INÍCIO	TÉRMINO
MARIA ELIZABETE CASAROTTO WISENTHEINER	EDUCADOR INFANTIL	74881	21/09/2026	16/11/2026
SELONI TILLMANN DE MATIA	TELEFONISTA	80171	13/10/2026	16/11/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 13 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:8E69227B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 035.2026 - OFICINAS CRAS - CREDENC. 010.2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 035/2026
CREDENCIAMENTO N° 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 137/2026

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** de interessados aptos à prestação de serviços de profissionais oficineiros para realização de oficinas socioeducativas, culturais, artísticas, esportivas, profissionalizantes e de desenvolvimento humano, destinadas aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Objeto: CREDENCIAMENTO de profissionais oficineiros para prestação de serviços destinados à realização de oficinas socioeducativas, culturais, artísticas, esportivas, profissionalizantes e de desenvolvimento humano, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cafelândia/PR, especialmente no âmbito do CRAS, CREAS, SCFV, PAIF e PAEFI, inclusive no Distrito de Central Santa Cruz, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
.

CREDENCIADO	ITENS CREDENCIADOS
63.000.486 LARISSA DEMARCO BRAGA CNPJ nº 63.000.486/0001-88	Item 10 – Instrutor(a) de Psicomotricidade
63.092.443 EDIUSON APARECIDO COSTA CNPJ nº 63.092.443/0001-70	Item 03 – Instrutor(a) de Marcenaria
68.184.265 RAFAELA VENANCIO DA SILVA CNPJ nº 68.184.265/0001-20	Item 04 – Instrutor(a) de Horticultura
68.284.886 MIRIAN FABIOLA DOMINGUEZ CASANOVA CNPJ nº 68.284.886/0001-86	Itens 05 – Pintura em Tela; 06 – Pintura em Tecido; e 14 – Pulseira de Miçangas
TEREZA FERNANDES ALBA 82204268968 CNPJ nº 29.466.782/0001-30	Itens 05 – Pintura em Tela; 06 – Pintura em Tecido; 08 – Laço de Fita; e 09 – Patchwork

Cafelândia/PR, 06 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:874CEB78

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 038.2026 - PRANCHA - CREDENCIAMENTO 012.2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 038/2026
CREDENCIAMENTO N° 012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 144/2026

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** de empresas para futura e eventual aquisição, sob demanda, de pranchas de madeira serrada.

Objeto: **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas para futura e eventual aquisição, sob demanda, de pranchas de madeira serrada de Eucalipto Vermelho (Eucalyptus camaldulensis ou Eucalyptus tereticornis), constituídas predominantemente por madeira de cerne, com dimensões mínimas de 6,00 metros de comprimento, 25 centímetros de largura e 6 centímetros de espessura, serradas nas quatro faces, destinadas à manutenção, recuperação, reforma e execução de superestruturas de pontes, pontilhões e demais estruturas de madeira sob responsabilidade do Município de Cafelândia/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
MADEIREIRA FICAGNA LTDA CNPJ nº 02.200.044/0001-90	Item 01
ZANELLI & BARROS DE SOUZA LTDA CNPJ nº 84.806.264/0001-27	Item 01

Cafelândia/PR, 06 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:CA9FAC49

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
REQUERIMENTO DE DIÁRIA Nº 32/2026

REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES E VEREADORES - Nº 32/2026

Lei de Concessão: Lei nº 2129/2025 – Publicada em: 10/04/2025
IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
( ) SERVIDOR (X) VEREADOR: Luis Antonio Domingues Neto**.**
DESLOCAMENTO: -
Local de origem: - Califórnia-PR **Local de Destino: -** Curitiba – PR
Data e horário para saída: 10h00min do dia 13.10.2026.
Data e horário para retorno: 18h00min do dia 14.10.2026.
Quantidade de diárias: 01 diária com pernoite.
Valor pago: - R$ 600,00.
OBJETIVO DA VIAGEM: - Viagem a Curitiba com audiência agendada na Assembleia Legislativa com o Deputado Delegado Jacovós, para tratar da captação de recursos para o município e outros assuntos de interesse público, conforme documentos comprobatórios que serão apresentados após retorno.
MEIO DE TRANSPORTE.
( ) AÉREO ( ) VEÍCULO OFICIAL (X) VEÍCULO PRÓPRIO.
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: - apresentar e acompanhar pedidos de recursos para o nosso município.
Excelentíssimos Senhores Membros da Mesa Diretora da Câmara - Requeiro autorização para viagem conforme descrito neste formulário, bem como o recebimento da respectiva diária.
Declaro estar ciente de que a importância recebida, não poderá ser aplicada em despesas alheias ao fim a que se destina e que não irei utilizar desta viagem para fins particulares, bem como não residi na localidade de destino.

Data e assinatura do Requerente:
Data: - -13/10/2026. Requerente: - _____
Data e assinatura da Concessão:
Data: - 13/10/2026. Presidente da Mesa: - _____

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:B8AAD2EE

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
REQUERIMENTO DE DIÁRIA Nº 33/2026

REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES E VEREADORES - Nº 33/2026

Lei de Concessão: Lei nº 2129/2025 – Publicada em: 10/04/2025
IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
( ) SERVIDOR (X) VEREADOR: Vlademiro Soares dos Santos.
DESLOCAMENTO: -
Local de origem: - Califórnia-PR **Local de Destino: -** Curitiba – PR
Data e horário para saída: 10h00min do dia 13.10.2026.
Data e horário para retorno: 18h00min do dia 14.10.2026.
Quantidade de diárias: 01 diária com pernoite.
Valor pago: - R$ 600,00.

OBJETIVO DA VIAGEM: - Viagem a Curitiba com audiência agendada na Assembleia Legislativa com o Deputado Delegado Jacovós, para tratar da captação de recursos para o município e outros assuntos de interesse público, conforme documentos comprobatórios que serão apresentados
MEIO DE TRANSPORTE.
( ) AÉREO ( ) VEÍCULO OFICIAL (X) VEÍCULO PRÓPRIO.
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: - apresentar e acompanhar pedidos de recursos para o nosso município.
Excelentíssimos Senhores Membros da Mesa Diretora da Câmara - Requeiro autorização para viagem conforme descrito neste formulário, bem como o recebimento da respectiva diária.
Declaro estar ciente de que a importância recebida, não poderá ser aplicada em despesas alheias ao fim a que se destina e que não irei utilizar desta viagem para fins particulares, bem como não residi na localidade de destino.
Data e assinatura do Requerente:
Data: 13/10/2026. Requerente: - _____
Data e assinatura da Concessão:
Data: - 13/10/2026. Presidente da Mesa: - _____

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:E7B77C32

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
REQUERIMENTO DE DIÁRIA Nº 34/2026

REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES E VEREADORES - Nº 34/2026

Lei de Concessão: Lei nº 2129/2025 – Publicada em: 10/04/2025
IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
( ) SERVIDOR (X) VEREADOR: Ronaldo Onesino Martins.
DESLOCAMENTO: -
Local de origem: - Califórnia-PR **Local de Destino: -** Curitiba– PR
Data e horário para saída: 10h00min do dia 13.10.2026.
Data e horário para retorno: 18h00min do dia 14.10.2026.
Quantidade de diárias: 01 diária com pernoite.
Valor pago: - R$ 600,00.

OBJETIVO DA VIAGEM: - Viagem a Curitiba com audiência agendada na Assembleia Legislativa com o Deputado Delegado Jacovós, para tratar da captação de recursos para o município e outros assuntos de interesse público, conforme documentos comprobatórios que serão apresentados, após retorno.
MEIO DE TRANSPORTE.
( ) AÉREO (X) VEÍCULO OFICIAL ( ) VEÍCULO PRÓPRIO.
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: - apresentar e acompanhar pedidos de recursos para o nosso município e protocolar documentos.
Excelentíssimos Senhores Membros da Mesa Diretora da Câmara - Requeiro autorização para viagem conforme descrito neste formulário, bem como o recebimento da respectiva diária.
Declaro estar ciente de que a importância recebida, não poderá ser aplicada em despesas alheias ao fim a que se destina e que não irei utilizar desta viagem para fins particulares, bem como não residi na localidade de destino.
Data e assinatura do Requerente:
Data: - 13/10/2026. Requerente: - _____
Data e assinatura da Concessão:
Data: - 13/10/2026. Presidente da Mesa: - _____

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:BD9DCEE4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 147/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 29 de outubro de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br,** PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço e fornecimento de estrutura, equipamento, infraestrutura e serviços de apoio destinado à realização de eventos promovidos pelo Município de Califórnia/PR, compreendendo locação, montagem, desmontagem de estruturas, sonorização, iluminação, painéis de led, tendas, gerador de energia, banheiros químicos, serviços de apoio técnico, alimentação, hospedagem e transporte.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min

às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 13 de outubro de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:9336A989

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE

CONVÊNIO Nº 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA-PR E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS PARA A SAÚDE PARA O MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Califórnia**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 75.771.279/0001-06, com sede à Rua Rua 17 de dezembro, 149 CEP 86820-000 – Centro nesta cidade de Califórnia - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Paulo Sérgio Chileide, portador da cédula de identidade RG n.º 9306997-8 PR e do CPF n.º 049.302.529-46, residente e domiciliado em Califórnia-PR, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar as ações envolvendo produtos para a saúde, através da aquisição e distribuição para o município

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários: I – PREFEITURA MUNICIPAL:
repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 40.000,00 em parcela única, sendo que a mesma deverá ser depositada em conta corrente nº 11.571-1 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 do mês de novembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

estruturar as ações envolvendo a utilização dos produtos para a saúde no município;

garantir que a utilização seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional;
manter dados consistentes sobre o consumo de produtos para a saúde e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

efetuar a programação de produtos para a saúde utilizando-se consumo histórico e oferta de serviços;

quantificar os materiais definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

monitorar a qualidade dos materiais recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;
receber, armazenar e distribuir, adequadamente os materiais;

organizar a distribuição dos materiais, exclusivamente na rede SUS, garantindo utilização adequada dos mesmos;

disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde.

II - AO CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE:

seguir o elenco proposto na pactuação aprovado pela Conselho Deliberativo;
adquirir os materiais de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

incentivar os municípios a participarem e a organizarem sua estrutura no município;

manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;
efetuar as aquisições de produtos para a saúde dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.
CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrá à conta da Dotação Orçamentária n. º05.001.10.301.0010.2023, elemento de despesa - 3.3.72.30.00.00 e 3.3.71.70.00.00, Fontes: 303, 1000 e 3000.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.
CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir,

assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Califórnia, 09 de outubro de 2026.

PAULO SERGIO

Assinado de forma digital por PAULO SERGIO CHILEIDE:04930252

CARLOS ROBERTO KALCKMANN

Assinado de forma digital por CARLOS ROBERTO KALCKMANN SETTI:87649225968

CHILEIDE:04 946

SETTI:876492

Dados: 2026.10.13

930252946

Dados: 2026.10.09 16:58:03 -03'00'

25968

09:38:44 -03'00'

Prefeito Municipal

Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

– Nome, cargo e CPF:
.....

– Nome, cargo e CPF:
.....

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:6D16EF75

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 193/ 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 193/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/ 2026

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de caixas ossuário para atendimento das necessidades do Município.
FORNECEDOR: ROSILENE VIEIRA LOPES EPP
CNPJ/CPF: 10.279.430/0001-48
REPRESENTANTE LEGAL: ROSILENE VIEIRA LOPES
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 55.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 13/10/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:765A2CE6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO 008/2026

RESOLUÇÃO 008/2026

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº 2160/2025 de 04/08/2025;
Considerando que a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 230 que "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida";

Considerando que o Estatuto do Idoso estabelece a Garantia da Proteção Integral e dos Direitos Fundamentais aos Idosos;

Considerando a Lei Federal n° 8.842 de 1994 que instituiu a Política Nacional do Idoso que assegura os direitos sociais e amplo amparo legal a pessoa idosa;

Considerando a Lei Municipal nº 2160/2025 de 04/08/2025 que institui o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI/PR, reunido ordinariamente em 05 de outubro de 2026,

RESOLVE:
Art. 1° - **APROVAR** a Prestação de Contas **FINAL** – Anual 2025 - Do pagamento até 31/12/2025 – Incentivo Cuida Mais Paraná – Acolhimento – Del. 033/2024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Califórnia, 13 de outubro de 2026.

JULIANA ELIZA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:2C6DFF46

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO CHAMADA PÚBLICA 06/2026

AVISO DE CHAMAMENTO

O **Município de Campina do Simão** leva ao conhecimento do público em geral que se encontra aberto o edital de **CHAMAMENTO PUBLICO Nº. 06/2026** para o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), DESTINADAS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO/PR, PARA ATENDIMENTO DE SERVIDORES EM DESLOCAMENTO A SERVIÇO NA CIDADE DE GUARAPUAVA – PR.**

Local para entrega dos documentos: das 08h00min às 11h50min e das 13h00min às 16h50min, sito a Rua José Pedro Seleme, 3516, Centro, Cep: 85.148-000 Campina do Simão-PR, prédio do Paço Municipal no Setor de Licitação.

O edital e seus anexos estarão à disposição de **todos os interessados** e deverão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço supracitado, junto ao Setor de Licitações ou no site oficial do município (http://www.eprefeituras.com.br/portal/campinadosimao/portal-licitacoes.php?v=1&modulo=40).

Mais informações no setor de Licitações na Rua José Pedro Seleme, 3516, Centro, CEP 85.148-000, Campina do Simão – Pr (Paço Municipal) ou solicitados através do e-mail: licitacoes@campinadosimao.pr.gov.br.

Campina do Simão - Pr, 09 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:D2F378A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026-PMCS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2026

PRIMEIRO ADITIVO – ACRÉSCIMO DE 25%

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO CILINDROS E DE RECARGAS DE GÁS MEDICINAL OXIGÊNIO.

CONTRATANTE/LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: OXIGÊNIO RAPIDO DO BRASIL GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **07.866.557/0001-59**, situada a Avenida Manoel Ribas, Nº 4504, Município de Guarapuava, estado do Paraná – CEP 85055-010, doravante designada **CONTRATADA.**

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R$ 20.245,82 (vinte mil, duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos)

VIGÊNCIA: 07 DE JUNHO DE 2027.
DATA ASSINATURA: 13 DE OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:85912125

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2024-PMCS
CONTRATO 47/2024

QUINTO ADITIVO – PRAZO E VALOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL, CREDENCIADO NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024, PROFISSIONAL DE NUTRIÇÃO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NA NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: BARBARA CAMPOS DA SILVA, nutricionista, inscrita no CPF sob nº **102.469.359-79**, RG sob nº 12.424.616-4 SSP/PR e CRN/PR 8ª região, sob n ° 14620/PR, residente e domiciliada em Campina do Simão – Pr**.**

VALOR ADITIVADO: R$ 16.295,10 (Dezesseis Mil Duzentos e Noventa e Cinco Reais e Dez Centavos).

VIGÊNCIA: 14 DE ABRIL DE 2027.
DATA ASSINATURA: 13 OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:9E79D5D7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2024-PMCS
CONTRATO 48/2024

QUINTO ADITIVO – PRAZO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL, CREDENCIADO NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024, PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NA NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: ANA PAULA DOS SANTOS, residente e domiciliada na Rua Antônio Kramer, 757, centro, CEP: 85.148-000 Campina do Simão – PR, **psicóloga**, inscrita no CPF sob nº **097.759.169-76**, RG sob nº 12.349.076-2 SSP/PR e CRP/PR sob n ° 31268**.**

VALOR ADITIVADO: **R$ 13.612,68** (Treze Mil Seiscentos e Doze Reais e Sessenta e Oito Centavos)
PRAZO ADITIVADO: 6 (seis) meses.

VIGÊNCIA: 14 DE ABRIL DE 2027.
DATA ASSINATURA: 13 DE OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:C4225501

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

INEXIGIBILIDADE Nº 17/2024-PMCS
CONTRATO 135/2024

TERCEIRO ADITIVO – PRAZO E VALOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE MEDICINA – CLINICO GERAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: TALES BELFORT CARVALHO LUSTOSA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº **47.826.214/0001-85**, sediada na Av. Engenheiro Domingos Ferreira, 1097, Boa Viagem, CEP: 51.111-020 Recife/PE, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Tales Belfort Carvalho Lustosa**, brasileiro, casado, empresário, sócio administrador.

PRAZO ADITIVADO: 12 (doze) meses.

VALOR ADITIVADO: de **R$ 401.381,28** (Quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos).

VIGÊNCIA: 13 DE OUTUBRO DE 2027.
DATA ASSINATURA: 13 DE OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:C2DA1530

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO FINAL DE SELEÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMAO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 05/2026

Objeto: **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022).**

RESULTADO FINAL DE SELEÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Torna-se público que, após a divulgação do Resultado Preliminar de Seleção do Chamamento Público nº 05/2026, publicado em 05 de outubro de 2026, e transcorrido o prazo para interposição de recursos, compreendido entre os dias 06 e 08 de outubro de 2026, conforme cronograma estabelecido no Edital, não houve interposição de recursos por parte dos interessados dentro do prazo estabelecido.

Dessa forma, considerando a ausência de recursos e a manutenção do resultado preliminar anteriormente publicado, torna-se público o **RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO**, permanecendo classificada a empresa:

1ª CLASSIFICADA
GUILHERME DOS SANTOS NEUMANN EVENTOS - ME, inscrita no **CNPJ Nº 46.199.244/0001-46**, localizada na Rua Pedro Sydor n° 695, Térreo, Centro, Campina do Simão-PR, estado do Paraná, CEP 85148-000, neste ato representada por seu Sócio Administrador **Sr. Guilherme Dos Santos Neumann**.

Item	DESCRIÇÃO/PROJETO
01	ACORDES – MÚSICA, VIOLÃO E CIDADANIA

Diante do exposto, fica a empresa acima identificada **CONVOCADA** para apresentar a documentação necessária à etapa de habilitação, especialmente os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista, conforme as exigências estabelecidas no item 9.1 do Edital de Chamamento Público nº 05/2026.

A documentação deverá ser apresentada **no período de 15 a 21 de outubro de 2026**, conforme previsto no cronograma do Edital, mediante protocolo presencial na Prefeitura Municipal de Campina do Simão, junto ao Setor de Licitações e Contratos, localizada na Rua José Pedro Seleme, nº 3516, Centro, Campina do Simão/PR, durante o horário de expediente, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

Ressalta-se que a apresentação da documentação deverá observar integralmente as exigências previstas no instrumento convocatório, ficando a continuidade do procedimento condicionada à análise e à comprovação do atendimento dos requisitos de habilitação.

Campina do Simão - PR, 13 de outubro de 2026.

LEOMARCIO DE LIMA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:DAE4F515

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 105, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Designa servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social como responsável pela formulação e pelo acompanhamento dos programas do PPA 2026-2029.

O Prefeito do Município de Campina do Simão no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e pela Lei Municipal nº 273/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Leila Fabiane Zimerman** Matricula n° 1602-1, Secretária Municipal de Assistência social, para atuar como responsável pela formulação e pelo acompanhamento dos programas dessa área no PPA 2026-2029.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando todas disposições em*contrário.*

Registre-se e publique-se em, 13 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:57C31C3A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 106, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Designa servidor da Secretaria Municipal de Educação como responsável pela formulação e pelo acompanhamento dos programas do PPA 2026-2029.

O Prefeito do Município de Campina do Simão no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e pela Lei Municipal nº 273/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Crislaine de Paula Freitas** Matricula n° 770-1, Secretária Municipal de Educação, para atuar como responsável pela formulação e pelo acompanhamento dos programas dessa área no PPA 2026-2029.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando todas disposições em*contrário.*

Registre-se e publique-se em, 13 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:CDA5BDE7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Designa servidor da Secretaria Municipal de Saúde como responsável pela formulação e pelo acompanhamento dos programas do PPA 2026-2029.

O Prefeito do Município de Campina do Simão no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e pela Lei Municipal nº 273/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Josmar Soares** Matricula n° 159-1, Secretário Municipal de Saúde, para atuar como responsável pela formulação e pelo acompanhamento dos programas dessa área no PPA 2026-2029.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando todas disposições em*contrário.*

Registre-se e publique-se em, 13 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:A3770D0A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Designa servidores para comissão de acompanhamento da implementação da Reforma Tributária.

O Prefeito do Município de Campina do Simão no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e pela Lei Municipal nº 273/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados como responsáveis pelo Acompanhamento da Implementação da Reforma Tributaria (EC n° 132/2023) no âmbito da administração municipal, sendo;

Rui Alves Ferreira matricula n° 207-1,
Anderson Scheller, matricula n° 210-1,
Juliano Mexco, matricula n° 960-1,
Silvia Duda Hardt, matricula n° 578-1

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando todas disposições em*contrário.*

Registre-se e publique-se em, 13 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:EE29D644

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
EDITAL Nº 28/2026

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DEPTRAN CAMPINA GRANDE DO SUL

Ref.: Notificação de Imposição de Penalidade de Advertência

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN**, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA** em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª **oferecer recurso contra a infração junto ao DEPTRAN – CAMPINA GRANDE DO SUL,** o qual será remetido à JARI para julgamento, conforme prazos abaixo:

a) Até 05/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
TAL4B45	274770T000007645	09/07/2026	54600	1149141698

b) Até 13/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
ADF5991	274770T000016406	15/07/2026	55500	6457542901
AFP0E84	274770T000016402	15/07/2026	55500	
AGI3182	274770T000003757	18/07/2026	53800	
NMK2J08	274770T000016405	15/07/2026	55500	
TAT5C96	274770T000009361	20/07/2026	55250	

c) Até 19/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
BBF8B50	274770T000003873	24/07/2026	73662	7729692526

Campina Grande do Sul, 09 de outubro de 2026.

ANDRÉ HENRIQUE DE MOURA VIDOLIN
Diretor de Trânsito
Portaria n. 222/2025

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:369D42FA

GABINETE
TERMO DE DISTRIBUIÇÃO E INCLUSÃO EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

Em conformidade com o art. 15 c/c art. 18, inc. II, ambos do Decreto 965/2018, ficam distribuídos aos membros integrantes, de forma equitativa pela Secretaria da Junta, os seguintes recursos para relatoria:

Nº. AUTO DE INFRAÇÃO	RECORRENTE	PROTOCOLO	MEMBRO RELATOR
274770-NIC0000808	ADAIR ANTONIO DA SILVA	274770.10000001594-1	JOHNNY BARROS JÚNIOR
274770-T000007639	IZAEL MARTINS MARCONDES	274770.10000001620-4	ALEXANDRE FRANCISQUELI PETZOLD

Aos membros serão disponibilizadas cópias digitalizadas de todos os processos, haja vista a vedação prevista no art. 16 do Decreto 965/2018.
Os recursos distribuídos neste ato serão analisados e julgados na Vigésima Terceira Reunião Ordinária, a ser realizada no dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, nas dependências da sala de reuniões da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, com endereço na Rodovia do Caqui, 4943, Araçatuba, Campina Grande do Sul, PR.
Todos apresentarão seus relatórios ou requisitarão as diligências que acharem cabíveis, para que então os recursos possam ser conduzidos e julgados com sensatez, coerência e ética, levando sempre em consideração o Código de Trânsito Brasileiro, as normas estabelecidas pelo CONTRAN e demais normas aplicáveis a cada caso.
Publique-se.

Campina Grande do Sul, PR, em 13 de outubro de 2026.

ELISIANE BELLO JAKYBALIS
Presidente

SILMARA LIMA DE AZEVEDO
Secretária da JARI

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:7EBAF263

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 93/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº. 93/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, ZERO QUILÔMETRO, CATEGORIA 3/4, COM TRAÇÃO 4X4, CARROCERIA MODULAR EM CHAPA DE AÇO E CESTO AÉREO ARTICULADO ISOLADO, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
COMUNICO que, em razão do pedido de impugnação apresentado e após a reanálise do instrumento convocatório, a Secretaria requisitante identificou a necessidade de promover alterações no edital, especificamente quanto à potência mínima exigida para o veículo e à

condição de fornecimento de veículo zero-quilômetro, com primeiro emplacamento em nome do Município de Campina Grande do Sul/PR. O edital retificado poderá ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná, no endereço www.campinagrandedosul.pr.gov.br, na opção Transparência – Licitações, bem como no site do sistema eletrônico de julgamento ComprasBR, no endereço www.comprasbr.com.br
Nova data de abertura: 04/11/2026.
Horário de abertura: 09:00 horas.
Local da realização: Sistema Eletrônico ComprasBR - www.comprasbr.com.br.
Valor Máximo: R$ 925.000,00 (novecentos e vinte e cinco mil reais)).
Critério de julgamento: Menor Preço Por Lote.P
Dúvidas enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br ou entrar em contato pelo número: (41) 3162-7000.
Campina Grande do Sul, 09 de outubro de 2026

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:2B2C093F

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 63/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 63/2026
Processo nº 93/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 63/2026, que tem por objeto a SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS , em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	30.082.076/0001-74	R$ 6.248,00
ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	35.626.812/0001-21	R$ 22.173,58
BH DENTAL COMERCIAL EIRELI - EPP	29.312.896/0001-26	R$ 6.950,00
DENTAL MED PLUS LTDA	55.675.690/0001-70	R$ 17.555,50
DENTAL UNIVERSO EIRELI EPP	26.395.502/0001-52	R$ 5.302,62
DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA	44.223.526/0001-06	R$ 3.750,00
E.C.S. TECNOLOGIA EM SAUDE, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	35.706.397/0001-16	R$ 1.728,00
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	46.884.097/0001-43	R$ 1.617,90
J10 COMERCIAL DO BRASIL LTDA -ME	11.300.287/0001-91	R$ 2.920,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Campina Grande do Sul, 30/09/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:D2F03A58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº036/2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, devidamente autorizado pela Lei 1189/2025.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 3.932.308,67 (três milhões novecentos e trinta dois mil e trezentos e oito reais e sessenta e sete centavos):

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
0400 – 3.3.30.93.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....R$ 30.000,00
0000 - Recursos Ordinários (Livres)
0510 – 3.3.90.47.00.00 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS.....R$ 25.000,00
0000 - Recursos Ordinários (Livres)
***0550* - 3.3.90.93.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....R$ 100.000,00**
0000 - Recursos Ordinários (Livres)

04- SECRETARIA DE SAÚDE
04.001 – SECRETARIA DE SAÚDE
10.301.0004.2007 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
0670 - 3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL .....R$ 140.000,00
0303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
***0820* - 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 30.000,00**
0494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
***0860* - 3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA FÍSICA .....R$ 210.000,00**
0303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
***0900* - 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA .....R$ 60.000,00**
0494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
***0985* - 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 27.000,00**
0304 - Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros
0980 – 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 65.000,00
0518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde
10.302.0004.2006 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1001 – 3.3.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO.....R$ 10.000,00
0494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
10.303.0004.2038 – Assistência farmacêutica
1110 –3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA...R$ 75.000,00
0303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
1120 - 3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA R$ 30.000,00
0494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

05.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.365.0005.2015 – Manutenção Educação Infantil – Modalidades Regular e Integral
2080 – 3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL .....R$ 135.000,00
0101 - Fundeb 70%
2130 **- 3.1.91.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 66.000,00**
0101 - Fundeb 70%
27.612.0005.2018 – Manutenção da Divisão de Esporte
2220 **- 3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 1.000,00**
0000 - Recursos Ordinários (Livres)
2290 **- 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA .....R$ 8.000,00**
0000 - Recursos Ordinários (Livres)

06 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
06.001 – DEPARTAMENTO DE DEVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
08.244.0008.2020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
2610 **- 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA .....R$ 10.000,00**
0000 - Recursos Ordinários (Livres)
2735 **- 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 24.000,00**
0501 - Receitas de Alienações de Ativos
2730 **- 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 72.000,00**
0934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS

07 – SECRETARIA DE OBRAS, RODOVIÁRIO E INFRA-ESTRUTURA
07.001 – SECRETARIA DE OBRAS, RODOVIÁRIO E INFRA-ESTRUTURA
15.451.0007.2025 – Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos
3140 - 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA .....R$ 90.000,00
0000 - Recursos Ordinários (Livres)
3160 - **3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA .....R$ 80.000,00**
0507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF

08 – *SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE*
08.001 - *SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE*
20.608.0008.2030 – Manutenção do Departamento de Fomento Agropecuário
3580 **- 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 30.000,00**
0000 - Recursos Ordinários (Livres)
3585 **- 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 131.929,04**
0510 - - Taxas - Exercício Poder de Polícia
3586 **- 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 112.379,63**
0511 - - Taxas - Prestação de Serviços
3625 - 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA .....R$ 30.000,00
0504 - - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
3665 - 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 2.340.000,00
0792 - MAQUINÁRIO SEAB 2025.
TOTAL…….....R$ 3.932.308,67

Art. 2º. – Para cobertura do valor previsto no art. 1º., serão utilizados recursos de excesso de arrecadação do exercício, cancelamentos e superávit de exercícios anteriores nas fontes abaixo especificado:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0003.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
0450 **- 3.3.90.35.00.00 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA.....R$ 30.000,00**
0000 - Recursos Ordinários (Livres)
0560 – 3.3.91.97.00.00 – APORTE P/ COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL DO RPPS.....R$ 343.000,00
0000 - Recursos Ordinários (Livres)

04- SECRETARIA DE SAÚDE
04.001 – SECRETARIA DE SAÚDE
10.301.0004.2007 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
0710 **- 3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 30.000,00**
0494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
0810 **- 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 85.000,00**
0303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
0890 **- 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA .....…R$ 200.000,00**
0303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

07 – SECRETARIA DE OBRAS, RODOVIÁRIO E INFRA-ESTRUTURA
07.001 – SECRETARIA DE OBRAS, RODOVIÁRIO E INFRA-ESTRUTURA
15.451.0007.2025 – Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos
3170 - 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA .....…R$ 100.000,00
0510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia
3180 **- 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA .....….....R$ 70.000,00**
0511 - Taxas - Prestação de Serviços
3240 - 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 24.000,00
0501 - Receitas de Alienações de Ativos
TOTAL…….....,...R$ 882.000,00

FONTE	RECEITA	VALOR R$
0000	*Recursos Ordinários (Livres) 1*	1.000,00
0101	*FUNDEB 70%*	201.000,00
0303	*Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)*	140.000,00
0304	*Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros*	27.000,00
0494	*Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde*	100.000,00
0504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	30.000,00
0510	*Taxas - Exercício Poder de Polícia*	31.929,04
0511	*Taxas - Prestação de Serviços*	42.379,63
0518	*Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde*	65.000,00
0792	*MAQUINÁRIO SEAB 2025.*	2.340.000,00
0934	*Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS*	72.000,00
Total		3.050.308,67

Art. 3º. Conforme art. 6º Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a abrir créditos adicionais suplementar por Decreto, até o limite fixado no Art. 33, inciso III da Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos termos do artigo 43, § 1º, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, não podendo ultrapassar o total do orçamento de cada entidade.

Art.4º. – Este decreto entra em vigor nesta data, revogado as disposições em contrário.

Campo do Tenente, PR, 10 de setembro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Dê-se Ciência. Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:0AF9A48A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°335/2026

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica designada a servidora pública municipal **Caroline Tiburski Bonamigo**, matrícula nº 8831, ocupante do cargo efetivo de Educador Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, para exercer a função de **Coordenação Pedagógica junto à Escola Municipal Professor Gunther Urban**, sendo concedida à gratificação correspondente a 40% (quarenta por cento), calculada sobre o vencimento inicial da carreira de Professor, Classe C.

Art. 2°. Esta Portaria entrará em vigor nesta data, com efeitos financeiros a contar de 09 de Outubro de 2026.

Campo do Tenente – PR, 13 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:FBD72ADC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°336/2026

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os termos do parágrafo 1º, do Art. 84º da Lei 221/93 Estatuto dos Servidores Municipais de Campo do Tenente, **RESOLVE:**

Art. 1º – Concede gratificação de FG IV, ao servidor efetivo Robson Ribeiro da Silva**,** matrícula nº 991141640, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo, em razão do desempenho das atribuições de responsável pelo Posto de Identificação de Campo do Tenente, de Agente de Crédito do Fomento Paraná e de Coordenador da Sala do Empreendedor de Campo do Tenente.

Art. 2° – Esta Portaria entrará em vigor nesta data, com efeitos financeiros a contar de 01 de Outubro de 2026.

Campo do Tenente – PR, 13 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:3EB710DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°337/2026

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os termos do parágrafo 1º, do Art. 84º da Lei 221/93 Estatuto dos Servidores Municipais de Campo do Tenente, **RESOLVE:**

Art. 1º – Concede gratificação de FG IV, à servidora efetiva Julia Rodrigues**,** matrícula nº 991141667, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Municipal de Administração e Finanças, em razão de exercer atividades de auxílio à coordenação dos trabalhos realizados à área de Segurança do Trabalho.

Art. 2° – Esta Portaria entrará em vigor nesta data, com efeitos financeiros a contar de 13 de Outubro de 2026.

Campo do Tenente – PR, 13 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:BB218884

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°338/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Nomear e empossar, em decorrência de aprovação no Concurso Público Edital nº. 01/2024, Tânia Mara Marques dos Santos, inscrita no CPF sob nº 050.XXX.799-XX, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime de Trabalho Estatutário, nos termos da Lei Municipal 221/1993, sendo lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Art. 2º – O servidor admitido no *caput* do art. 1º será submetido a Estágio Probatório, pelo prazo estipulado no art. 41 da Constituição Federal, podendo haver demissão por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 3º – Ao Servidor Público nomeado nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.

Art. 4º – As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º – O Departamento de Recursos Humanos fica encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 6º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 14 de Outubro de 2026.

Campo do Tenente – PR, 13 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:8EB84CA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°339/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Nomear e empossar, em decorrência de aprovação no Concurso Público Edital nº. 01/2024, Maria Salete Lavandoski Feltrin, inscrita no CPF sob nº 053.XXX.339-XX, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime de Trabalho Estatutário, nos termos da Lei Municipal 221/1993, sendo lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Art. 2º – O servidor admitido no *caput* do art. 1º será submetido a Estágio Probatório, pelo prazo estipulado no art. 41 da Constituição Federal, podendo haver demissão por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 3º – Ao Servidor Público nomeado nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.

Art. 4º – As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º – O Departamento de Recursos Humanos fica encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 6º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 14 de Outubro de 2026.

Campo do Tenente – PR, 13 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:DB5F7D98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°340/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Nomear e empossar, em decorrência de aprovação no Concurso Público Edital nº. 01/2024, Paola Alves dos Santos, inscrita no CPF sob nº 112.XXX.979-XX, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime de Trabalho Estatutário, nos termos da Lei Municipal 221/1993, sendo lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Art. 2º – O servidor admitido no *caput* do art. 1º será submetido a Estágio Probatório, pelo prazo estipulado no art. 41 da Constituição Federal, podendo haver demissão por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 3º – Ao Servidor Público nomeado nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.

Art. 4º – As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º – O Departamento de Recursos Humanos fica encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 6º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 14 de Outubro de 2026.

Campo do Tenente – PR, 13 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:3DDFF0BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°341/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Nomear e empossar, em decorrência de aprovação no Concurso Público Edital nº. 01/2024, Luzia de Fátima Ribeiro, inscrita no CPF sob nº 032.XXX.559-XX, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime de Trabalho Estatutário, nos termos da Lei Municipal 221/1993, sendo lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Art. 2º – O servidor admitido no *caput* do art. 1º será submetido a Estágio Probatório, pelo prazo estipulado no art. 41 da Constituição Federal, podendo haver demissão por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 3º – Ao Servidor Público nomeado nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.

Art. 4º – As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º – O Departamento de Recursos Humanos fica encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 6º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 14 de Outubro de 2026.

Campo do Tenente – PR, 13 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:70F2D008

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°342/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Nomear e empossar, em decorrência de aprovação no Concurso Público Edital nº. 01/2024, Ana Caroline Veiga Wosniacki, inscrita no CPF sob nº 106.XXX.489-XX., para exercer o cargo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, sob o Regime de Trabalho Estatutário, nos termos da Lei Municipal 221/1993, sendo lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Art. 2º – O servidor admitido no *caput* do art. 1º será submetido a Estágio Probatório, pelo prazo estipulado no art. 41 da Constituição Federal, podendo haver demissão por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 3º – Ao Servidor Público nomeado nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.

Art. 4º – As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º – O Departamento de Recursos Humanos fica encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 6º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 04 de Novembro de 2026.

Campo do Tenente – PR, 13 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:5C92F6D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº333/2026

REVOGA A PORTARIA Nº 104/2025, QUE DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º Fica revogada a portaria nº 104/2025, que designou como Coordenador no Planejamento de Execução de Trabalhos dos Operadores de Máquinas, o servidor estatutário Irineu Drewenak, matrícula nº 4571, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros até 17 de Setembro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 09 de Outubro de 2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:5663850B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº334/2026

REVOGA EM PARTE A PORTARIA Nº 194/2026, QUE DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º Fica revogada em parte, a portaria nº 194/2026, que designou como Coordenador da Defesa Civil servidor estatutário Thiago José Barbosa, matrícula nº 991141556, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo do Tenente, 13 de Outubro de 2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:51AC1A3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE - PORTARIA Nº010/2026

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

VALDIR MAZUR, Secretário de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar a prestação de serviço o extraordinário (Hora Extra) em conformidade com o Decreto n.º 5/2018, aos seguintes servidores municipais:

Aluísio Martins	Jornada máxima de 60 horas
Amilton Feltrin	Jornada máxima de 60 horas
Antonio Benedito A dos Santos	Jornada máxima de 60 horas
Eliseu da Rosa Gomes	Jornada máxima de 60 horas
Irineu Drewenak	Jornada máxima de 60 horas
João Victor Falkievicz de Almeida	Jornada máxima de 60 horas
José Osmar Moreira Santana	Jornada máxima de 60 horas
Rafaela Heide Alves	Jornada máxima de 40 horas
Mary Stela da Silva Bogarim	Jornada máxima de 40 horas

Art. 2º – A realização de serviço extraordinário será cumprida no período de 15/10/2026 a 14/11/2026.

Art. 3º – A realização de serviço extraordinário, será realizada na coleta de lixo, serviços agrícolas e serviços administrativos, sendo necessário muitas vezes a permanência em período extra.

Campo do Tenente – PR, 5 de outubro de 2026.

VALDIR MAZUR
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Dê-se Ciência. Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:E27B3C36

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º ADITIVO DO CONTRATO 021/2026
ORIGINÁRIO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 007/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADA: CESAR VIANA & VIANA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 43.597.024/0001-82
OBJETO DO ADITIVO CONTRATUAL: Pelo presente termo aditivo, referente ao protocolo nº 4919/2026 e com fundamento no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, fica prorrogado o prazo de execução contratual pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do término do prazo originalmente estabelecido, de modo que o vencimento, anteriormente previsto para 04 de agosto de 2026, passa a ocorrer em 18 de setembro de 2026.
DATA DE ASSINATURA: 09 de setembro de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/2021, Artigo n.º 105 e Decreto Municipal n.º 22/2024.

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:AD7ADF1E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

CÂMARA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 12/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 12/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 024/2026
A CÂMARA MUNICIPAL DECANDÓI – PR, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 75 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 6º da Resolução da Mesa n. 003/2025, visando à busca da proposta mais vantajosa, pelo critério do **Menor preço GLOBAL**, nos termos a seguir.
O objeto consiste na **"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, correspondente à 6ª revisão periódica de 60.000 quilômetros, em veículo oficial Chevrolet Cruze LT, ano/modelo 2021/2022, placa RHR2E43, chassi nº 8AGBB69S0NR106000, com fornecimento, quando necessário, de peças, componentes, fluidos, materiais e demais insumos indispensáveis à execução dos serviços, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência"**, em conformidade com a legislação vigente, conforme especificações constantes do Termo de Referência integrante do processo administrativo.
A Administração manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, que deverão ser apresentadas por meio eletrônico no endereço **licitacoes@camaracandoi.pr.gov.br**, na forma e prazo indicados neste aviso, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.
O prazo para apresentação das propostas será de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Candói.
As propostas deverão contemplar o valor global para a execução do objeto, em conformidade com as exigências técnicas e administrativas previstas no Termo de Referência, sendo selecionada aquela que apresentar o **Menor preço Global**, desde que atendidos os requisitos de habilitação e qualificação mínima exigidos. Os interessados poderão obter acesso integral ao Termo de Referência e aos demais documentos do processo junto ao sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Candói ou mediante solicitação pelo e-mail institucional **licitacoes@camaracandoi.pr.gov.br**. O resultado da dispensa eletrônica será divulgado nos meios oficiais, e a contratação observará as disposições da Lei n. 14.133/2021 e da Resolução da Mesa n. 003/2025.
Candói, 13 de outubro de 2026.

RICARDO DE OLIVEIRA
Agente de Contratação
Câmara Municipal de Candói – PR

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:5826CF0F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 492/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Remanejar a servidora **REBECA MIRELLA JANKE ALVARENGA**, brasileira, inscrita no CPF nº 088.xxx.xxx-02, ocupante do cargo em comissão de **CHEFE DE SETOR –** Nível D1-10, nomeada pela Portaria nº 244/2025, matrícula nº 4090-1, com jornada de trabalho de 40 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Administração, para exercer suas funções na Secretaria de Cultura no **SETOR DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E MÍDIAS**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 08 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:FE77F93F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 493/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor **MATHEUS JEAN CAMARGO**, brasileiro, inscrito no CPF nº 098.xxx.xxx-65, ocupante do cargo em comissão de **CHEFE DE SETOR**, nomeado pela Portaria n°

182/2025, matrícula: 4070-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Administração, para exercer suas funções no **SETOR DE COMUNICAÇÃO INTERNA E INSTITUCIONAL** na referida secretaria.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 09 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:CBD9BD19

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 494/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Nomear **JOSÉ FAUSTINO REIS DA SILVA FILHO,** brasileiro, inscrito no CPF nº 861.xxx.xxx-18, para o cargo em comissão de **CHEFE DE SETOR – NÍVEL D1-10**, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria de Administração.
Art. 2º Designar o servidor acima mencionado para exercer suas funções no **SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO,** na referida secretaria.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:E8F3C7A5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 495/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **MERLIN SUZANA RITTER**, brasileira, inscrita no CPF nº 062.xxx.xxx-78, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR,** nomeada pela Portaria nº 148/2016 (1° padrão) e Portaria n° 072/2017 (2° padrão), lotada na Secretaria de Educação, **AVANÇO VERTICAL:**
- Matrícula: 2846-1 com nível B05 para o nível C05.
- Matrícula: 3002-1 com nível B05 para o nível C05.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 13 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:63B843A8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 496/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **MARIA LUIZA RIBEIRO BARBOSA,** inscrita no CPF nº 009.xxx.xxx-52, ocupante do cargo efetivo de **FISIOTERAPEUTA –** Nível 11, nomeada pela Portaria nº 296/2024, matrícula nº 3918-1, lotada na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **08/05/2025 a 08/05/2026**, como segue:

- 23/11/2026 a 12/12/2026
- 17/05/2026 a 26/05/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 13 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:36292CAA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 497/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Remanejar o servidor **DOUGLAS ISAC DOS SANTOS BARBOSA**, brasileiro, inscrito no CPF nº 122.xxx.xxx-78, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO –** Nível 10, nomeado pela Portaria n° 295/2023, matrícula: 3716-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, para exercer suas funções na Secretaria de Administração no setor de Licitação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:A99A4A04

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 498/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Remanejar o servidor **RONALDO SOUZA GOMIDES JUNIOR**, brasileiro, inscrito no CPF nº 088.xxx.xxx-32, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO –** Nível 10, nomeado pela Portaria n° 465/2023, matrícula: 3750-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Finanças, para exercer suas funções na Secretaria de Educação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a Portaria n° 328/2025.

Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:A535EDAF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 499/2026

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com as Normas e procedimentos para utilização dos veículos da Prefeitura Municipal de Candói, instituído pelo Decreto nº084/2002,

RESOLVE

Art.1º Credenciar o servidor abaixo relacionado, para conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Candói, desde que não se encontre com a Carteira Nacional de Habilitação vencida.

LOTAÇÃO	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIDOR (A)	JOSÉ FAUSTINO REIS DA SILVA FILHO
CARGO	CHEFE DE SETOR
CPF Nº	861.xxx.xxx-18

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, em 13 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:E9C88698

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
6° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 028/2025

TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 3.882/2026

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E PEDREIRA SANTIAGO LTDA**.**

O MUNICÍPIO DE CANDÓI, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói/PR, inscrito no CPF sob o nº. 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 SESP/SC, e a pessoa jurídica de direito privado denominada CONTRATANTE, PEDREIRA SANTIAGO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 77.744.134/0001-41, com sede na Rua 13 de Maio, n° s/n, Barracão, Bairro São Miguel, 85.560-000, Chopinzinho-PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado pelo Sr. MOISÉS DE GASPERIN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF n° 518.634.809-00, com residência e domicilio na Rua 14 de dezembro, n° 4682, Bairro Centro, CEP: 85.560-000, Chopinzinho-PR, endereço eletrônico compraspedreirasantiago@gmail.com, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Prorrogação do prazo de vigência contrato nº 028/2025 da Concorrência Eletrônico nº 014/2024, Processo Licitatório n° 2.955/2024, que trata da Pavimentação de estrada rural em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 42.848,60 m², na estrada de acesso à comunidade Santa Clara, trecho entre rodovia PR-560 e a ponte sobre o rio Caracu, compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; base e sub-base; revestimento; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico (lote 1).

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 111 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA MOTIVAÇÃO

A presente prorrogação de prazo de vigência justifica-se pela necessidade de conclusão dos procedimentos técnicos, administrativos e documentais indispensáveis ao encerramento regular do Contrato nº 028/2025, cujo objeto consiste na pavimentação em CBUQ da estrada de acesso à Comunidade Santa Clara. Embora a execução física da obra esteja concluída, permanecem pendentes procedimentos relacionados ao aditamento do convênio junto à SEAB, à tramitação e aprovação da medição final perante o Paranacidade, por meio do Portal dos Municípios, bem como à formalização dos termos de recebimento e demais providências necessárias ao encerramento contratual. Considerando que tais procedimentos dependem de análises e manifestações de órgãos externos ao Município, mostra-se necessária a prorrogação da vigência contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, passando o termo final de 14 de outubro de 2026 para 11 de fevereiro de 2027, sem alteração do objeto contratado, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PRAZOS

Fica prorrogado o prazo de vigência Contrato nº 028/2025 por mais **120 (cento e vinte) dias**, encerrando-se no dia 11 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato e em seus termos aditivos anteriores, que não conflitarem com as disposições deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA
PUBLICAÇÃO
O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:3DDCA8E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 407, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, GESTÃO 2026/2027, DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e institui diretrizes para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação da comunidade na fiscalização e no acompanhamento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no âmbito do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE para a gestão 2026/2027;
DECRETA
Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, para a gestão 2026/2027, conforme a seguinte composição:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO	
Maria Eduarda da Silva	Titular
Elaine Maria de Moura de Oliveira	Suplente
REPRESENTANTES DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E DISCENTES	
Diana Antunes Moreira	Titular
Fabiane Salete Zielinski	Suplente
Rafael Rodrigues	Titular
Juliane Boni Barea	Suplente
REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS	
Tatiana Grasiela Thomazi	Titular
Vanessa Dagostini de Lima	Suplente
Anna Paula dos Santos	Titular
Marcia De Chechi Afonso	Suplente
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
Idonez Maria Gugel Konrad	Titular
Ercilia Maciel Meurer	Suplente
Candila Poliana Pires	Titular
Marcia Raulino Barea	Suplente

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE terá início em 11 de outubro de 2026 e término em 31 de outubro de 2027, em observância à regra de transição prevista na regulamentação federal aplicável.
Art. 3º O Conselho de Alimentação Escolar – CAE exercerá suas competências, observará os impedimentos e funcionará nos termos da legislação federal e municipal aplicável, bem como de seu Regimento Interno.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de outubro de 2026.

Capitão Leônidas Marques - PR, em 13 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:A6982019

GABINETE PREFEITO
DECRETO N.º 415/2026 DATA: 13-10-2026

SÚMULA: Concede Gratificação Especifica aos profissionais que manipulam alimentos no âmbito das cozinhas – GEMA, que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 2.677/2023, de 20 de setembro de 2023,
D E C R E T A
Art. 1º- Fica concedido a servidora abaixo relacionada, Gratificação Especifica aos profissionais que manipulam alimentos no âmbito das cozinhas – GEMA, que desempenham a atividade de manipulação de alimentos, encarregadas de preparo, distribuição e de todas as atividades que desenvolvem a produção de refeições servidas nas escolas e centros de educação infantil da Rede Municipal de Ensino, nos termos da Lei Municipal n.º 2.677/2023.

Matrícula	Nome	Cargo
124523/1	Lucimar Conte Antunes	Merendeira

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro retroativo ao dia 18 de setembro de 2026 em atendimento ao Oficio nº 151/2026/SEMED.

Capitão Leônidas Marques, Pr., 13 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:FC206794

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 403/2026

DATA: 07.10.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 1.672,65 (Um Mil Seiscentos e Setenta e Dois Reais e Sessenta e Cinco Centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
06.011 - EDUC BASICA PROG/CONVENIOS MDE/FNDE/ EST
06.011.12.361.1018.2141-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out S R$1.672,65 11044/01044.09.01.06.00.2.569.0000 (SF) - Prog ETI - 1.672,65
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com o Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro parcial apurado no encerramento do Exercício Anterior, na seguinte Fonte de Recurso:

11044 R$ 1.672,75

Total.....R$ 1.672,75

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 07 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Moretti Iop
Código Identificador:20A7089D

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 404/2026

DATA: 07.10.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 126,76 (Cento e Vinte e Seis Reais e Setenta e Seis Centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
06.011 - EDUCAÇÃO BASICA PROGRAMAS/CONVENIOS MDE/FNDE/ EST
06.011.12.361.1018.2141-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA R$126,76
11044/01044.09.01.06.00.1.569.0000 Programa - ETI - Escola em Tempo Integral 126,76

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação no valor de R$ 126,76 (Cento e Vinte e Seis Reais e Setenta e Seis Centavos), de acordo com o Inciso II do Artigo 43, da Lei Federal 4.320 e alterações, a ocorrer nas alíneas de Receita e Fonte de Recursos abaixo:

Receita:	Fonte:	Valor:
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00	11044	126,76

Total.....R$ 126,76

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 07 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Moretti Iop
Código Identificador:100E9D67

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - FNHIS SUB 50
MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - ESTADO DO PARANÁ

O **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.208.834/0001-59, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves, nº 502, Centro, CEP: 85.790-007, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Maxwell Scapini**, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** para seleção de famílias beneficiárias de **25 (vinte e cinco) unidades habitacionais** do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1, modalidade **MCMV FNHIS Sub 50**, em conformidade com:

• **Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023** (Institui o Programa Minha Casa, Minha Vida);
• **Portaria MCID nº 1.416, de 6 de novembro de 2023** (Dispõe sobre as diretrizes para habilitação e seleção de beneficiários);
• **Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025** (Estabelece normas para o Trabalho Social);
• **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
• **Constituição Federal de 1988**;
• **Legislação Municipal aplicável**.

DO OBJETO
1.1. O presente Edital tem por objeto a seleção de famílias em situação de vulnerabilidade social para serem beneficiárias de **25 (vinte e cinco) unidades habitacionais** a serem construídas no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - FNHIS Sub 50.
1.2. As unidades habitacionais serão destinadas aos candidatos selecionados, observados os seguintes percentuais mínimos de reserva, conforme deliberação:

5% (01 unidade) para famílias cujo titular seja **pessoa idosa**, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa;
5% (01 unidades) para famílias que possuam em seu núcleo familiar **pessoa com deficiência**;
20% (04 unidades) para famílias cuja titularidade seja exercida por **mulher chefe de família** declarada no CADUNICO.
70% (19 unidades) destinadas à **demanda geral**, observados os critérios objetivos de pontuação e classificação previstos neste Edital.

1.3. As unidades habitacionais terão as seguintes características mínimas (conforme projeto aprovado):
área construída: 53,86 m² (área bruta) / **47,46 m²** (área líquida);
composição: 2 (dois) quartos, sala integrada à cozinha (estar/cozinha), banheiro, lavanderia e varanda;
localização: Lote 11 da Quadra 04. Próximo Bairro Padovani e Lote 10 da quadra 71 Bairro santa Rita.

2. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO
2.1. Poderão participar do processo seletivo as famílias que atendam **CUMULATIVAMENTE** aos seguintes requisitos na data de publicação deste Edital:
2.1.1. Requisitos Obrigatórios:
a) ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado nos termos da legislação civil;
b) possuir cadastro **ativo e atualizado** no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), atualizado nos últimos 12 meses.
c) possuir renda familiar mensal bruta de até **R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)**, comprovada por meio do CadÚnico, Holerite**,** declaração de renda.
d) residir no Município de Capitão Leônidas Marques/PR de forma **ininterrupta há no mínimo 4 (quatro) anos**, comprovados mediante documentação hábil;
e) não possuir, o candidato ou qualquer membro do núcleo familiar, imóvel (urbano ou rural), casa, apartamento, sala, loja, terreno ou qualquer outro bem imóvel, em qualquer localidade do território nacional;
f) não ter sido beneficiado anteriormente, o candidato ou qualquer membro do núcleo familiar, por programas habitacionais de qualquer esfera governamental (Federal, Estadual ou Municipal) ou por programas de regularização fundiária e REURB.
g) comprometer-se a residir no imóvel a ser recebido como domicílio permanente, sendo vedada a transferência, venda, doação, locação ou qualquer outra forma de alienação pelo prazo mínimo estabelecido em contrato;
h) apresentar toda a documentação exigida neste Edital, dentro dos prazos estabelecidos.
2.1.2. Composição do Núcleo Familiar:
2.1.2.1. Considera-se núcleo familiar, para fins deste Edital:
o candidato (titular);
cônjuge ou companheiro(a);
filhos e enteados menores de 18 anos ou até 24 anos, se estiverem cursando ensino superior ou técnico;
pais, sogros, avós;
irmãos, cunhados, genros e noras solteiros ou viúvos;
netos menores de 18 anos;
pessoas com deficiência, independentemente da idade;
2.1.2.2. Todos os membros do núcleo familiar deverão estar cadastrados no **CadÚnico.**
2.1.3. Prioridades e Critérios Especiais:
2.1.3.1. Serão reservadas unidades habitacionais para os seguintes grupos prioritários, conforme deliberação do Conselho Municipal de Habitação:
5% (01 unidade) para famílias cujo titular seja **pessoa idosa**, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa;
5% (01 unidades) para famílias que possuam em seu núcleo familiar **pessoa com deficiência**;
20% (04 unidades) para famílias cuja titularidade seja exercida por **mulher chefe de família**, declaração no CADUNICO.
70% (19 unidades) destinadas à **demanda geral**, observados os critérios objetivos de pontuação e classificação previstos neste Edital.

2.1.3.2. Após o preenchimento das cotas específicas, as demais unidades serão destinadas à demanda geral, observada a ordem de pontuação.
2.1.3.3. Caso as cotas específicas estabelecidas no item 1.2 não sejam integralmente preenchidas por falta de candidatos habilitados que atendam aos requisitos de cada categoria, as vagas remanescentes serão **automaticamente redirecionadas para a demanda geral**, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação por pontuação.
2.1.3.4. O não preenchimento de cotas específicas poderá ocorrer nas seguintes situações:
a) ausência de candidatos inscritos na categoria específica;

b) desclassificação de todos os candidatos inscritos na categoria por não atendimento aos requisitos;
c) desistência de candidatos classificados na categoria sem candidatos remanescentes na lista de reserva da mesma cota.
2.1.3.5. A redistribuição das vagas será realizada da seguinte forma:
a) **1ª prioridade:** candidatos da lista de reserva da mesma categoria específica, se houver;
b) **2ª prioridade:** candidatos da demanda geral, respeitando a ordem decrescente de pontuação;
c) a Comissão de Seleção documentará formalmente cada redistribuição, justificando tecnicamente a impossibilidade de preenchimento da cota.
2.1.3.6. A redistribuição de vagas será divulgada juntamente com a Lista de Classificação Final, garantindo-se transparência e publicidade ao processo.

3. DOS IMPEDIMENTOS
3.1. Não poderão participar deste processo seletivo:
a) candidatos que não atendam aos requisitos estabelecidos no item 2 deste Edital;
b) servidores públicos municipais efetivos ou comissionados, seus cônjuges, companheiros e parentes até o segundo grau, que atuem diretamente na seleção, análise ou execução do programa habitacional;
c) candidatos que tenham prestado declarações falsas ou apresentado documentos inidôneos em qualquer fase do processo;
d) famílias que apresentem renda familiar incompatível com os critérios de elegibilidade da modalidade habitacional objeto deste edital, ou que possuam condições de adquirir imóvel por recursos próprios;
e) candidatos que tenham sido excluídos de programas habitacionais anteriores por descumprimento de normas ou obrigações contratuais;
f) famílias que possuam financiamento habitacional ativo em qualquer instituição financeira.
g) Titular de contrato de financiamento obtido com recursos do FGTS ou em condições equivalentes às do Sistema Financeiro da Habitação, em qualquer parte do País.
H) Recebeu, nos últimos 10 (dez) anos, benefícios similares oriundos de subvenções econômicas concedidas com recursos do Orçamento-Geral da União
I) É proprietário (a), promitente compradora ou titular de direito de aquisição, de arrendamento, de usufruto ou de uso de imóvel residencial, regular, com padrão mínimo de edificação e de habitabilidade.

4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. Do Período e Local de Inscrição:
4.1.1. As inscrições serão realizadas no período de **19 de Outubro de 2026 a 19 Novembro de 2026,** através de **senhas distribuídas no CRAS de segunda a quinta-feira das 08:00 as 11:00hs e das 13:00 as 16:00hs.**
4.1.2. Local de inscrição:

• **Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano**
• Endereço: Avenida Tancredo Neves, 502- Centro, Capitão Leônidas Marques/PR
• Telefone: (45) 3286-8400

4.1.3. As inscrições serão realizadas **presencialmente** pelo candidato ou por procurador legalmente constituído, mediante apresentação de procuração pública ou particular com firma reconhecida e documento de identidade do procurador.
4.2. Da Documentação para Inscrição:
4.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar **OBRIGATORIAMENTE** os seguintes documentos **ORIGINAIS:**
1 – Identidade e CPF do responsável pela família;
2 – Identidade e CPF do cônjuge (marido ou esposa se houver)
3 - Comprovante Estado Civil; (casamento ou certidão nascimento, o divórcio)
4 - Certidão de Nascimentos ou Identidade dos Filhos;
***5* - Comprovante de residência atual**;
6 - Comprovante de rendimento; HOLERITE - DECLARAÇÃO DE RENDA
7 - Comprovante do CADÚNICO* atualizado *anualmente.
8 - Existência de integrante na família que recebe BPC (APRESENTAR O LAUDO QUE COMPROVE A DEFICIÊNCIA COM O CID)
9-Existência de pessoa com câncer, doença rara crônica e degenerativa (APRESENTAR O LAUDO QUE COMPROVE A DOENÇA COM O CID VÁLIDO NO PERÍODO DE 12 MESES.)
10 - Algum integrante da família possui microcefalia, conforme Lei nº 13.985 de 07 de abril de 2020 apresentar Laudo.
11 - Mulher vítima de violência doméstica e familiar na composição de seu cadastro único, que possua comprovante de registro da denúncia pelo Ministério Público junto ao cadastro nacional de violência doméstica, registro realizado no PRAZO DE 06 MESES, contados da publicação do edital.
12 - Documentação para Comprovação de Residência no Município a mais de 04 anos, mínimo de 1 (um) comprovantes que demonstrem residência ininterrupta há pelo menos 4 anos, podendo ser:
Contas de água, luz, telefone em nome do candidato ou familiar;
Contratos de aluguel anteriores;
Histórico escolar de filhos menores;
Comprovantes de atendimento em postos de saúde do município;
Declaração de trabalho com registro em CTPS;
Outros documentos que comprovem a residência.
4.2.2. Todos os documentos deverão ser apresentados em **original**. Os originais serão devolvidos após a inscrição.
4.2.3. A documentação incompleta ou apresentada fora do prazo acarretará a **DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA** do candidato.
4.2.4. Documentos rasurados, ilegíveis ou que apresentem indícios de adulteração serão desconsiderados.
4.2.5. É de exclusiva responsabilidade do candidato a veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
4.2.6. Cada família poderá realizar **apenas uma inscrição**. Em caso de duplicidade, será considerada válida apenas a primeira inscrição realizada.
4.3. Disposições Gerais sobre as Inscrições:
4.3.1. A inscrição implica o conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
4.3.2. Não serão aceitas inscrições por correio, e-mail, fax ou qualquer outro meio que não o presencial no local indicado.
4.3.3. O Município poderá realizar busca ativa de famílias em situação de vulnerabilidade através da área de Assistência Social, orientando-as sobre o processo de inscrição.
4.3.4. Informações incorretas, inverídicas ou a apresentação de documentos falsos ou adulterados implicarão na **ELIMINAÇÃO AUTOMÁTICA** do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

5. DA ANÁLISE E SELEÇÃO
5.1. Da Comissão de Análise e Seleção:
5.1.1. Será constituída **Comissão Municipal de Análise e Seleção de Beneficiários**, através de Portaria específica, composta por no mínimo 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes, representantes de:
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
Área técnica (Assistente Social e/ou Psicólogo).
5.1.2. Compete à Comissão:
analisar a inscrição e os documentos apresentados pelos candidatos;
verificar o atendimento aos requisitos deste Edital;
realizar visitas domiciliares;
aplicar os critérios de pontuação;
elaborar a lista de classificação;
julgar recursos;
encaminhar relatórios ao gestor municipal.
5.1.3. Os membros da Comissão atuarão de forma isenta e imparcial, devendo declarar impedimento em caso de parentesco ou interesse direto.
5.2. Da Análise Documental:
5.2.1. Após o encerramento do prazo de inscrição, as 40 primeiras famílias classificadas serão convocadas, entre os dias **01 a 10 de dezembro 2026** por telefone, para apresentar os documentos relacionados abaixo:
1 – Identidade e CPF do responsável pela família;
2 – Identidade e CPF do cônjuge (marido ou esposa se houver)

3 - Comprovante Estado Civil;(casamento ou certidão nascimento, o divórcio)
4 - Certidão de Nascimentos, Identidade dos Filhos e CPF
***5* - Comprovante de residência atual**;
6 - Comprovante de rendimento; HOLERITE - DECLARAÇÃO DE RENDA
7 - Comprovante do CADÚNICO* atualizado *anualmente.
8 - Existência de integrante na família que recebe BPC (APRESENTAR O LAUDO QUE COMPROVE A DEFICIÊNCIA COM O CID)
9-Existência de pessoa com câncer, doença rara crônica e degenerativa (APRESENTAR O LAUDO QUE COMPROVE A DOENÇA COM O CID VÁLIDO NO PERÍODO DE 12 MESES.)
10 - Algum integrante da família possui microcefalia, conforme Lei nº 13.985 de 07 de abril de 2020 apresentar Laudo.
11 - Mulher vítima de violência doméstica e familiar na composição de seu cadastro único, que possua comprovante de registro da denúncia pelo Ministério Público junto ao cadastro nacional de violência doméstica, registro realizado no PRAZO DE 06 MESES, contados da publicação do edital.
12 - Documentação para Comprovação de Residência no Município a mais de 04 anos, mínimo de 1 (um) comprovantes que demonstrem residência ininterrupta há pelo menos 4 anos, podendo ser:
Contas de água, luz, telefone em nome do candidato ou familiar;
Contratos de aluguel anteriores;
Histórico escolar de filhos menores;
Comprovantes de atendimento em postos de saúde do município;
Declaração de trabalho com registro em CTPS;
Outros documentos que comprovem a residência.

5.2.3. A Comissão realizará a análise da documentação apresentada entre os dias **11 a 15 dezembro de 2026.**
5.2.4. Serão verificados:
regularidade e autenticidade dos documentos;
atendimento aos requisitos obrigatórios;
informações prestadas na Ficha de Inscrição;
dados cadastrais junto ao CadÚnico;
existência de imóveis em nome dos membros da família;
participação anterior em programas habitacionais.
5.2.5. A Comissão poderá solicitar documentação complementar, concedendo prazo de **2 (dois) dias úteis** para apresentação.
5.2.6. Os candidatos que não atenderem aos requisitos mínimos serão **DESCLASSIFICADOS**.
5.3. Da Visita Domiciliar:
5.3.1. Caso seja necessário a equipe técnica realizara **visita domiciliar** aos candidatos habilitados na análise documental.
5.3.2. Objetivos da visita:
confirmar a residência no endereço informado;
verificar a composição familiar;
avaliar as condições de moradia atual;
constatar situações de vulnerabilidade social;
validar informações prestadas.
5.3.3. A visita será agendada com antecedência mínima de **48 horas**, devendo o candidato ou membro adulto da família estar presente.
5.3.4. Será elaborado **Relatório de Visita Domiciliar** (modelo da Comissão), assinado pela equipe técnica e pelo candidato.
5.3.5. A recusa ou ausência injustificada na data agendada (após 2 tentativas) acarretará **DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA**.
5.3.6. Constatação de informações divergentes ou falsas durante a visita resultará em **ELIMINAÇÃO** do candidato.

5.4. Dos Critérios de Pontuação:
5.4.1. Os candidatos habilitados serão pontuados de acordo com os critérios estabelecidos na **Tabela de Pontuação**, que considera situações de maior vulnerabilidade social e habitacional.
5.4.2. A pontuação será aplicada pela Comissão com base nas informações prestadas, documentos apresentados e visita domiciliar.
5.4.3. Em caso de empate, serão aplicados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

• Família com maior número de crianças e adolescentes (até 16 anos);
• Família com maior número de pessoas com deficiência;
• Família com maior número de idosos;
• Família com menor renda per capita;
• Família com maior tempo de residência no município;
• Candidato com maior idade;
• Sorteio público.

5.5. Tabela de Pontuação:
A classificação dos inscritos e habilitados dar-se-á segundo o grau de necessidade socioeconômica e a influência dos seguintes critérios, considerados para todos eles, a situação existente no dia da inscrição:
- Renda familiar per capita;
- Condição de moradia atual;
- Composição familiar;
- Presença grupos vulneráveis;
- Condição de saúde;
6 - Tempo de residência no município.

5.6. Tabela de Pontuação:

CRITÉRIO	SITUAÇÃO	PONTOS
1. RENDA FAMILIAR PER CAPITA	Até R$ 218,00 (extrema pobreza)	25
	De R$ 218,01 a R$ 759,00 (até meio S.M)	20
	De R$ 759,01 a R$ 1.518,00 (até 1 S.M)	15
	De R$ 1.518,01 a R$ 2.277,00 (até 1,5 S.M)	10
	De R$ 2.277,01 a R$ 3.200,00	5
2. CONDIÇÕES DE MORADIA ATUAL		
	Área de risco (enchente, deslizamento)	20
	Coabitação involuntária (mais de uma família no mesmo domicílio)	15
	Aluguel social	10
	Ocupação irregular	10
	Locação(aluguel)	05
3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR	Família com 5 ou mais pessoas	15
	Família com 3 a 4 pessoas	10
	Família com 2 pessoas	5
	Pessoa sozinha	1
4. PRESENÇA DE GRUPOS VULNERÁVEIS	Mulher chefe de família declarada no CADUNICO	15
	Pessoa com deficiência no núcleo familiar recebendo BPC	15
	Idoso (60 anos ou +) no núcleo familiar	10
	Vítima de violência doméstica (comprovada)	10
	Criança com até 6 anos	05
5. CONDIÇÕES DE SAÚDE	Membro com câncer, doença rara crônica, degenerativa (comprovada)	15
	Microcefalia	15
6. TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO	10 anos ou mais	10
	De 4 a 9 anos	7
	4 anos	5

5.6.1. - Os critérios enumerados no item anterior (5.6) fornecerão os pontos para classificação.
5.6.2. Documentos comprobatórios específicos poderão ser solicitados para validação da pontuação.
5.6.3. Os critérios de pontuação são CUMULATIVOS ENTRE DIFERENTES QUESITOS, permitindo que o candidato some pontos de critérios distintos.
5.6.4. Regras de acumulação DENTRO de cada critério:
a) Critérios que pontuam apenas UMA situação (mesmo que a família se enquadre em várias):
Critérios 1, 2, 3, 5 e 6: A família se enquadra em apenas uma faixa.
Critério 2 exemplo: (Condições de moradia): Pontua-se apenas pela situação de maior gravidade. Exemplo: família em área de risco (20 pontos) e ocupação irregular (10 pontos) recebe apenas 20 pontos.
Critério 5 (Condições de saúde): Pode acumular quando há diferentes membros em condições especiais. Se o mesmo membro possui doença crônica e depende de cuidados, pontua-se apenas uma vez.
b) Critérios que permitem acumular pontos de todas as situações aplicáveis:

• Critério 4 (Grupos vulneráveis): Pode acumular todos os pontos (mulher chefe + deficiência + idoso + criança + violência doméstica).

5.6.5. Exemplo ilustrativo:
Família com: mulher chefe (15 pts), filho com deficiência (15 pts), criança de 6 anos (05 pts), renda per capita R$ 218,00 (25 pts), moradia em área de risco (20 pts - conta apenas o maior), 4 pessoas (10 pts), 10 anos no município 10 pts) = 100 pontos totais.

5.7. Da Lista de Classificação Preliminar:

5.7.1. Após análise das inscrições, visitas e pontuação, será elaborada **Lista de Classificação Preliminar** contendo:
número de inscrição;
nome completo do candidato;
pontuação obtida;
classificação geral;
enquadramento (cota específica ou demanda geral).
5.7.2. A lista será dividida em:
Lista Principal: 40 (quarenta) candidatos selecionados, respeitadas as cotas previstas neste Edital;
5.7.3. A convocação para apresentação dos documentos será realizada via telefone e email no período de **01 a 10 de dezembro 2026**.
5.7.4. Após a análise da documentação pela Comissão, será elaborada a relação preliminar dos 25 beneficiários selecionados. Na sequência, os dados serão obrigatoriamente verificados junto ao SIGDH (Sistema de Gestão de Demandas Habitacionais), plataforma online da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades destinada à centralização e ao gerenciamento da seleção de famílias beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).
O sistema realizará o cruzamento automático das informações cadastrais, habitacionais e de benefícios, em conformidade com as diretrizes nacionais do programa. Somente após a conclusão desta etapa será possível confirmar a elegibilidade de cada família e consolidar a lista definitiva dos beneficiários.

6. DOS RECURSOS
6.1. Da publicação da Lista de Classificação Preliminar, caberá **RECURSO ADMINISTRATIVO** no prazo de **2 (dois) dias úteis**.
6.2. O recurso deverá ser:
protocolado pessoalmente no Setor de protocolo do município, localizado no Paço Municipal.
dirigido à Comissão de Análise e Seleção;
devidamente fundamentado e acompanhado de documentos comprobatórios, se for o caso;
assinado pelo candidato ou procurador legalmente constituído.
6.3. Não serão aceitos recursos:
fora do prazo estabelecido;
enviados por e-mail, correio ou outros meios que não o presencial;
sem fundamentação;
de caráter genérico ou sem especificação dos pontos contestados.
6.4. A Comissão terá prazo de **2 (dois) dias úteis** para análise e julgamento dos recursos, emitindo decisão fundamentada.
6.5. A decisão da Comissão será publicada nos mesmos meios da Lista Preliminar e terá caráter **TERMINATIVO**, não cabendo novo recurso na esfera administrativa.
6.6. Após julgamento dos recursos, será elaborada a **Lista de Classificação Final**.

7. DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL
7.1. A Lista de Classificação Final será publicada no Diário Oficial do Município, link (https://www.diariomunicipal.com.br/amp**), (https://capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/), Após a conclusão da etapa de análise realizada por meio do Sistema SIGDH da Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade confirmar a elegibilidade das famílias e consolidar a lista definitiva dos beneficiários, o Município comunicará as famílias classificadas, por meio de contato telefônico, acerca do resultado final e dos procedimentos subsequentes.**

7.2. A lista conterá:

• **Lista Principal**: 25 beneficiários selecionados, identificados por:

número de inscrição;
nome completo;
pontuação final;
classificação;
enquadramento (se cota específica).

• **Lista de Reserva**: demais candidatos habilitados, em ordem decrescente de pontuação, para substituição em caso de desistência ou inabilitação.

7.3. A Lista Final terá validade de **12 (doze) meses**, prorrogável por igual período, a critério da Administração Municipal.
7.4. Os candidatos classificados na Lista Principal serão convocados para a próxima fase do processo.

8. DA CONVOCAÇÃO E HABILITAÇÃO FINAL
8.1. Da Convocação:
8.1.1. Os candidatos selecionados na Lista Final serão convocados através de:
publicação oficial nos meios estabelecidos;
telefone (se informado);
visita domiciliar pela equipe técnica.
8.1.2. A convocação indicará:
data, horário e local para comparecimento;
documentação a ser apresentada;
consequências da não apresentação.
8.1.3. O candidato convocado terá prazo de **5 (cinco) dias úteis** para comparecer, na Secretaria de Planejamento, sob pena de **PERDA DA VAGA**.
8.2. Da Habilitação Final:
8.2.1. Na data agendada, o candidato deverá:
confirmar todos os dados cadastrais;
apresentar documentação atualizada (se solicitada);
receber orientações sobre o Trabalho Social.
8.2.2. Serão realizadas novas verificações junto a:
CadÚnico (atualização de dados);
Cartório de Registro de Imóveis (certidões atualizadas);
Receita Federal (CPF, situação cadastral);
Outros órgãos, conforme necessário.
8.2.3. Constatação de alteração nas condições que geraram a classificação ou identificação de informações falsas resultará em **DESCLASSIFICAÇÃO**.
8.3. Das Substituições:
8.3.1. Em caso de desistência, desclassificação ou não comparecimento de candidato da Lista Principal, será convocado o próximo da Lista de Reserva, respeitando-se as cotas quando aplicável.
8.3.2. A substituição seguirá rigorosamente a ordem de classificação.

9. DO TRABALHO SOCIAL
9.1. Os beneficiários selecionados deverão **OBRIGATORIAMENTE** participar das atividades do **Trabalho Social**, em conformidade com a Portaria MCID nº 75/2025.
9.2. O Trabalho Social compreende:
9.2.1. Fase Pré-Ocupação:
mobilização e comunicação social;
formação de grupos representativos;
orientações sobre direitos e deveres;
preparação para a mudança;
educação financeira;
orientações sobre manutenção do imóvel.
9.2.2. Fase Pós-Ocupação (mínimo 6 meses):
acompanhamento das famílias;
atividades socioeducativas;
fortalecimento de vínculos comunitários;
articulação com políticas públicas;
sustentabilidade da intervenção.
9.3. A participação nas atividades do Trabalho Social é **OBRIGATÓRIA**, sendo a ausência injustificada passível de:
advertência formal;
em caso de reincidência, rescisão do benefício conforme legislação aplicável.
9.4. Cronograma e calendário das atividades serão divulgados oportunamente pela equipe responsável.
9.5. O Trabalho Social será executado conforme Plano de Trabalho Social – PTS previamente aprovado pela Caixa Econômica Federal.

10. DA ASSINATURA DO CONTRATO E ENTREGA DAS UNIDADES
10.1. Concluída a habilitação final e iniciado o Trabalho Social, os beneficiários serão convocados para **assinatura do contrato** de cessão/concessão de uso ou outro instrumento jurídico adequado.
10.2. O contrato estabelecerá:
direitos e deveres do beneficiário;

prazo de carência para alienação (mínimo 10 anos, conforme legislação);
obrigação de residência permanente;
vedação de locação, venda ou cessão;
sanções pelo descumprimento;
condições de reversão ao Município.
10.3. A **entrega das chaves** ocorrerá após:
conclusão da obra;
vistoria técnica de recebimento;
assinatura do contrato;
vistoria conjunta do imóvel pelo beneficiário.
10.4. O beneficiário receberá:
manual do proprietário;
termo de entrega de chaves;
orientações sobre manutenção preventiva;
contatos para assistência técnica (período de garantia).
10.5. O não comparecimento para assinatura do contrato ou recebimento das chaves, após 3 (três) convocações, implicará em **DESISTÊNCIA TÁCITA** e perda da vaga.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS
11.1. São obrigações dos beneficiários selecionados:
a) manter atualizados os dados cadastrais junto ao CadÚnico e ao Município;
b) residir permanentemente no imóvel recebido como domicílio da família;
c) conservar o imóvel em boas condições de habitabilidade, realizando manutenções necessárias;
d) arcar com todas as despesas decorrentes do imóvel (água, luz, impostos, taxas);
e) cumprir as normas de convivência e regulamentos do condomínio/loteamento;
f) participar das atividades do Trabalho Social;
g) comunicar ao Município qualquer alteração na composição familiar;
h) não transferir, vender, alugar, ceder ou permutar o imóvel pelo prazo estabelecido em contrato;
i) permitir visitas de fiscalização e acompanhamento pela equipe técnica municipal;
j) zelar pelo patrimônio público e áreas comuns.
11.2. O descumprimento das obrigações poderá acarretar:
advertência formal;
rescisão contratual;
reversão do imóvel ao Município;
responsabilização civil e criminal, se cabível.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1. A inscrição neste processo seletivo não gera direito adquirido ao recebimento de unidade habitacional, mas mera expectativa de direito.
12.2. A seleção está condicionada à efetiva disponibilidade das unidades e conclusão das obras.
12.3. A definição da unidade habitacional (lote, quadra e localização específica) destinada a cada beneficiário será realizada exclusivamente por meio de sorteio público, previamente divulgado nos canais oficiais do Município. O sorteio ocorrerá em ato público, na data da assinatura dos contratos ou na ocasião da entrega das unidades habitacionais, assegurando a transparência, a impessoalidade e a igualdade de condições entre os contemplados.
12.4. O Município reserva-se o direito de:
cancelar ou adiar o processo seletivo por razões de interesse público;
alterar cronograma, mediante publicação de aditamento ao Edital;
excluir candidatos que incorram em irregularidades;
solicitar documentação complementar.
12.5. Casos omissos ou situações excepcionais serão analisados pela Comissão de Seleção e, se necessário, submetidos ao Gestor Municipal.
12.6. As informações prestadas pelos candidatos têm caráter de declaração, sujeitando-se às penalidades legais em caso de falsidade.
12.7. A qualquer tempo, constatada irregularidade ou ilegalidade na concessão do benefício, este será cancelado, sem prejuízo de outras sanções.
12.8. O processo seletivo respeita rigorosamente a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, sendo os dados utilizados exclusivamente para finalidade do programa habitacional.
12.9. Para dúvidas ou informações adicionais:

• **Atendimento presencial**: Av. Tancredo Neves 502 – Capitão Leônidas Marques/PR
• **Telefone**: (45) 3286-8400

12.10. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
12.11. Integram este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - DECLARAÇÃO

13. CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO/DATA
Publicação do Edital	14/10/2026
Período de Inscrições	19/10/2026 a 19/11/2026
Convocação apresentação documentos	01/12/2026 a 10/12/2026
Análise Documental	11/12/2026 a 15/12/2026
Publicação da Lista Final	JANEIRO
Convocação dos Selecionados	FEVEREIRO
Início do Trabalho Social	FEVEREIRO

OBS: As datas poderão ser alteradas por razões de interesse público, mediante publicação de aditamento ao Edital.
Capitão Leônidas Marques/PR, 14 de outubro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques/PR

Publicado por:
Joice Sorok Larsen
Código Identificador:4B72BE11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATOS PE 093/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 432/2026 de 13.10.2026.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 093/2026 de 21.09.2026,** destinado a aquisição de materiais de construção, materiais hidráulicos, elétricos, ferramentas, equipamentos e demais itens correlatos, destinados à manutenção preventiva e corretiva, conservação, reparos, adequações e pequenas intervenções nos prédios, instalações, espaços e demais bens públicos municipais, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais participantes da contratação do município de Capitão Leônidas Marques-Pr, em atendimento a Solicitação de Compra nº 301/2026 e conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o ***"Menor Preço Por lote",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, ficam declaradas vencedoras do processo, com seus respectivos itens, as empresas: ***DPL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA*** com os lotes nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 15, 16, 19, 20, 21, 22 e 23 no valor de R$ 649.986,18 – ***ATRIUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA*** com o lote nº 13 no valor de R$ 13.530,40 – ***J. J. VITALLI*** com os lotes nº 17 e 18 no valor de R$ 4.386,20, , conforme registrados no Mapa. Sendo esta a classificação de cada participante, o valor total do certame, resultou em ***R$ 667.902,78 (Seiscentos e sessenta e sete mil novecentos e dois reais e setenta e oito centavos),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS
N. º 456/2026 ao 458/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 093/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADAS: DPL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ATRIUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA – J. J. VITALLI.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de construção, materiais hidráulicos, elétricos, ferramentas, equipamentos e demais itens correlatos, destinados à manutenção preventiva e corretiva, conservação, reparos, adequações e pequenas intervenções nos prédios, instalações, espaços e demais bens públicos municipais, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais participantes da contratação do município de Capitão Leônidas Marques-Pr, em atendimento a Solicitação de Compra nº 301/2026 e conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.
VALOR: R$ 667.902,78 (Seiscentos e sessenta e sete mil novecentos e dois reais e setenta e oito centavos), conforme classificação pertinente a cada empresa vencedora.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:
*** 60 - 03.001.04.122.1004.2111.3.3.90.30.00;**
*** 284 - 07.001.27.812.1026.2156.3.3.90.30.00;**
*** 306 - 08.001.13.392.1027.2200.3.3.90.30.00;**
*** 313 - 08.001.13.392.1027.2201.3.3.90.30.00;**
*** 331 - 09.001.10.301.1038.2160.3.3.90.30.00 - fontes 303 e livre;**
*** 405 - 10.001.08.245.1028.2183.3.3.90.30.00;**
*** 468 - 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.30.00 - fontes 504 e livre;**
*** 485 - 13.001.15.451.1056.2205.3.3.90.30.00;**
*** 494 - 13.002.26.782.1011.2208.3.3.90.30.00 - fontes 504 e livre;**
*** 511 - 14.001.20.606.1015.2209.3.3.90.30.00;**
*** 532 - 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.30.00;**
*** 551 - 16.001.22.661.1012.2218.3.3.90.30.00;**
*** 559 - 16.001.22.661.1083.2220.3.3.90.30.00.**
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:7A1AD86C

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 014 2026

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026.

Processo Adm. Nº 281/2026.
Solicitação Nº 344/2026.

Dispenso a licitação, com fundamento no artigo 75, inciso III, "a", da Lei n. º 14.133/2021, e arts. 207 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023, no valor de R$ 24.250,00 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), a favor da empresa ***SEDEMIR PIRES DOS SANTOS LTDA,*** com sede na Rua Inglaterra, nº 2455, sala 01, Centro, município de Realeza, estado do Paraná, CEP: 85.770-000, inscrita no CNPJ sob nº 04.244.353/0001-98, para prestação de serviços de turismo para organização e execução de viagem destinada a trabalhadores rurais do Município de Capitão Leônidas Marques/PR, com destino ao Município de Turvo/PR, incluindo transporte rodoviário, guia de turismo, seguro-viagem, hospedagem, alimentação e ingressos para visitação ao Projeto Gralha Azul e demais pontos previstos no roteiro, em atendimento ao Convênio nº 196/2026, celebrado no âmbito do Programa Paraná Mais Viagens, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e orçamento que passa a integrar este instrumento, como proposta contratada, em atendimento a solicitação nº 344/2026 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Capitão Leônidas Marques – Pr, em 13 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 459/2026.

REF:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026.
Processo Adm. Nº 281/2026.
Solicitação Nº 344/2026.

Fundamentação: Artigo 75, inciso III, "a", da Lei n. º 14.133/2021, arts. 207 do Decreto n. º 385, de 11 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: SEDEMIR PIRES DOS SANTOS LTDA.

OBJETO: O presente termo tem como objeto a prestação de serviços de turismo para organização e execução de viagem destinada a trabalhadores rurais do Município de Capitão Leônidas Marques/PR, com destino ao Município de Turvo/PR, incluindo transporte rodoviário, guia de turismo, seguro-viagem, hospedagem, alimentação e ingressos para visitação ao Projeto Gralha Azul e demais pontos previstos no roteiro, em atendimento ao Convênio nº 196/2026, celebrado no âmbito do Programa Paraná Mais Viagens, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e orçamento que passa a integrar este instrumento, como proposta contratada, em atendimento a solicitação nº 344/2026 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

VALOR: R$ 24.250,00 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: Os recursos para custeio do presente Contrato serão provenientes da seguinte classificação orçamentária:
*** 324 – 08.001.23.695.1084.2217.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 13 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:68BE6B8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 4.356 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: *"Dispõe sobre declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de imóvel e, dá outras providências."*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, **Nilton Douglas de Meira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal da República e pelo inciso IV, Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Carlópolis, e

CONSIDERANDO o disposto no art.5º, XXIV, da Constituição Federal, e que, inequivocamente, restam mais que comprovados o binômio da "necessidade e da utilidade pública" em relação aos objetivos materiais do presente Decreto; O SR. NILTON DOUGLAS DE MEIRA, Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Orgânica Municipal (LOM);

Declara de "Necessidade e Utilidade Pública", para fins de construção de UBS Unidade Básica de Saúde, a integralidade do imóvel urbano medindo **1.189,50 M2 (Um mil cento e oitenta e nove metros e cinquenta centímetros quadrados)**, objeto da Matrícula nº 6.315, do Livro 2 do SRI da Comarca de Carlópolis PR, devidamente

descrita e localizada nos mapas e memoriais descritivo anexos e que compõe o presente Decreto;

DECRETA

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de intervenção por Desapropriação, com a finalidade da construção de UBS Unidade Básica de Saúde, o Lote urbano A (Área de Reserva do Proprietário), Quadra nº 32, do loteamento Jaboticabal, Avenida Elson Soares, cruzamento com a Rua Delfino Mendes, nº 1.380 Município e Comarca de Carlópolis - Estado do Paraná, Cadastro Imobiliário: 680. Área medindo **1.189,50 M2 (Um mil cento e oitenta e nove metros e cinquenta centímetros quadrados),** objeto da Matrícula nº 6.315, do Livro 2 do SRI da Comarca de Carlópolis PR, de propriedade de MADALENA MITSUYO ITO.

Parágrafo único. Limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V 01, de coordenadas latitude -23º25’19,400” e longitude -49º43’03,446”, altitude 481,38 metros, situado no limite predial da Avenida Elson Soares, deste, segue confrontando com o Lote urbano nº 01, (Matrícula nº 6.316) e parte do imóvel em titularidade Gervásio & Gervásio, ou a quem de direito, ambos Quadra A, Loteamento Jaboticabal, rumo NO 50º14’ SE a distância de 30,50 metros, até o vértice V 02, de coordenadas latitude -23º25’20,027” e longitude -49º43’02,614”, altitude 482,91 metros, deste, segue confrontando com lote urbano objeto da Matrícula nº 1.038, rumo NE 39º47’ SO a distância de 39,00 metros, até o vértice V 03, de coordenadas latitude -23º25’21,009” e longitude -49º43’03,484”, altitude 483,86 metros, deste, segue limitando com a Rua Delfino Mendes, rumo SE 50º14’ NO a distância de 30,50 metros, até o vértice V 04, de coordenadas latitude -23º25’20,381” e longitude -49º43’04,316”, altitude 483,30 metros, deste, segue limitando com a Avenida Elson Soares, rumo SO 39º47’ NE a distância de 39,00 metros, até o vértice V 01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas foram georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema Latitude e Longitude, referenciadas ao Meridiano Central 51º WGr, tendo como Datum SIRGAS 2000, assegurando todas as distâncias, áreas e perímetros, interpretados e calculados no plano de projeção UTM e referem-se ao Norte Verdadeiro, a parte desapropriada possui o polígono definido pelos vértices, localizados sob as coordenadas conforme mapa e memorial descritivo anexo e que compõe o presente decreto.

Art. 2º Todas as intervenções previstas no presente Decreto obrigatoriamente serão precedidas das devidas autorizações e licenças dos órgãos ambientais competentes, servindo o presente decreto como autorização para início dos trabalhos aos responsáveis por sua obtenção.

Art. 3º Fica disponibilizado para consulta no site oficial do município, no link **http://164.163.96.58:8090/portaltransparencia/1/publicacoes (Menu: Leis Municipais Aba: Decretos** anexos que são parte integrantes ao presente decreto.

Parágrafo único. São parte integrante deste decreto os anexos abaixo descritos:

I- ANEXO 1: Matrícula nº 6.315;
II- ANEXO 2: MAPA DA ÁREA DELARADA UTILIDADE PÚBLICA;
III - ANEXO 3: MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA DELARADA UTILIDADE PÚBLICA;
IV – ANEXO 5: ART área desapropriação;

Art. 4º. As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente e dos exercícios vindourouros se necessário, incluindo despesas de cartório para transferência e registro da escritura.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:83D3F56B

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 4.357 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: *“Desapropria imóvel Declarado de Utilidade Pública através do Decreto nº 4.356 de 13 de outubro de 2026, que consta pertencer a MADALENA MITSUYO ITO e, dá outras providências”.*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, **Nilton Douglas de Meira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal da República e pelo inciso IV, Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Carlópolis, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 4.356 de 13 de outubro de 2026 que declarou de Utilidade Pública a integralidade do imóvel objeto da Matrícula nº 6.315, do Livro 2 do SRI da Comarca de Carlópolis PR, medindo 1.189,50 M2 (Um mil cento e oitenta e nove metros e cinquenta centímetros quadrados);

CONSIDERANDO o laudo da Comissão Especial para fins de Avaliação, que apurou o valor da indenização da desapropriação em R$ 825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil reais), correspondente a um valor médio de R$ 693,56/m² (seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos o metro quadrado);

DECRETA

Art. 1º Fica desapropriado com a finalidade da construção de UBS Unidade Básica de Saúde, pelo valor de R$ 825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil reais), pela integralidade do Lote urbano A (Área de Reserva do Proprietário), Quadra nº 32, do loteamento Jaboticabal, Avenida Elson Soares, cruzamento com a Rua Delfino Mendes, nº 1.380 Município e Comarca de Carlópolis - Estado do Paraná, Cadastro Imobiliário: 680. Área medindo 1.189,50 M2 (Um mil cento e oitenta e nove metros e cinquenta centímetros quadrados), objeto da Matrícula nº 6.315, do Livro 2 do SRI da Comarca de Carlópolis PR, de propriedade de MADALENA MITSUYO ITO.

Parágrafo único. Limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V 01, de coordenadas latitude -23º25’19,400” e longitude -49º43’03,446”, altitude 481,38 metros, situado no limite predial da Avenida Elson Soares, deste, segue confrontando com o Lote urbano nº 01, (Matrícula nº 6.316) e parte do imóvel em titularidade Gervásio & Gervásio, ou a quem de direito, ambos Quadra A, Loteamento Jaboticabal, rumo NO 50º14’ SE a distância de 30,50 metros, até o vértice V 02, de coordenadas latitude -23º25’20,027” e longitude -49º43’02,614”, altitude 482,91 metros, deste, segue confrontando com lote urbano objeto da Matrícula nº 1.038, rumo NE 39º47’ SO a distância de 39,00 metros, até o vértice V 03, de coordenadas latitude -23º25’21,009” e longitude -49º43’03,484”, altitude 483,86 metros, deste, segue limitando com a Rua Delfino Mendes, rumo SE 50º14’ NO a distância de 30,50 metros, até o vértice V 04, de coordenadas latitude -23º25’20,381” e longitude -49º43’04,316”, altitude 483,30 metros, deste, segue limitando com a Avenida Elson Soares, rumo SO 39º47’ NE a distância de 39,00 metros, até o vértice V 01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas foram georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema Latitude e Longitude, referenciadas ao Meridiano Central 51º WGr, tendo como Datum SIRGAS 2000, assegurando todas as distâncias, áreas e perímetros, interpretados e calculados no plano de projeção UTM e referem-se ao Norte Verdadeiro, a parte desapropriada possui o polígono definido pelos vértices, localizados sob as coordenadas conforme mapa e memorial descritivo anexo e que compõe o presente decreto.

Art. 2º. A desapropriação que trata o presente Decreto é Declarada de Natureza URGÊNTE para efeitos do Art. 15 do Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

Art. 3º. São parte integrante deste decreto os anexos, os documentos relativos ao imóvel objeto da desapropriação, ficando disponibilizado para consulta no site oficial do município, no link **http://164.163.96.58:8090/portaltransparencia/1/publicacoes (Menu: Leis Municipais Aba: Decretos).**

Parágrafo único. São parte integrante deste decreto os anexos abaixo descritos:

I- ANEXO 1: Matrícula nº 6.315;
II- ANEXO 2: MAPA DA ÁREA DELARADA UTILIDADE PÚBLICA;
III - ANEXO 3: MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA DELARADA UTILIDADE PÚBLICA;
IV – ANEXO 4: LAUDO DE AVALIAÇÃO Comissão Especial Para Fins de Avaliação;
V – ANEXO 5: ART área desapropriação;

Art. 4º. As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:5D87AA76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 302/2026 - NOMEIA CANDIDATO(S) APROVADO(S) EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 302/2026

Súmula: Nomeia candidato(s) aprovado(s) em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público realizado pelo Município,
DECRETA:
Art. 1º Fica(m) nomeado(s) em razão de aprovação e convocação via Concurso Público:

NOME	CPF	CARGO	Admissão
Isabelly De Lara Duarte	***.025.009 -**	Assistente Educacional	14/10/2026
Sonia Cristiane Silvestre	***.608.499-**	Assistente Educacional	14/10/2026

Art. 2º O(s) servidor(es) nomeado(s) deverá(ão) entrar em exercício no dia da admissão fixado no artigo anterior, sob pena de tornar-se sem efeito o presente ato de nomeação.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:582F2F78

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2026

CONTRATANTE: Município de Catanduvas, Estado do Paraná, com sede à Avenida dos Pioneiros, 500, centro, inscrito no CGC/MF nº 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Ademar Luiz Burckhardt, portador da Cédula de Identidade RG nº 9152917-3 e do CPF/MF nº 065.XXX.XXX-01, e

CONTRATADA: PETROCON CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ SOBRE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR, CONFORME CONVÊNIO Nº 959/2026-SECID, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, NA CONDIÇÃO DE INTERVENIENTE, E O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES.**

VALOR: R$ 4.522.000,00 (quatro milhões quinhentos e vinte e dois mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 300 dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 600 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de outubro de 2026.

FORO: Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná.

Catanduvas, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:ED1E943D

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 8/2026

O município de Catanduvas, por intermédio da Agente de Contratação, designada pela portaria nº 2/2026, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 8/2026, tipo menor preço, visando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E MELHORIAS DA PRAÇA MUNICIPAL EMÍLIO JOÃO BERNARTT, NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR, CONFORME CONVÊNIO Nº 791/2026, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID E O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR**, pela sessão de julgamento realizada às 09h00min do dia 08/09/2026 na plataforma compras.gov.br foi considerada **FRACASSADA**.

Catanduvas- PR, 13 de outubro de 2026.

NATIELLY SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:B902A213

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ SOBRE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA EM VIAS URBANAS

DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR, CONFORME CONVÊNIO Nº 959/2026-SECID, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, NA CONDIÇÃO DE INTERVENIENTE, E O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES.

Em cumprimento ao disposto na lei, ADJUDICO o objeto a empresa vencedora e HOMOLOGO o processo em epígrafe, tornando-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério Menor Preço:

EMPRESA: PETROCON CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA CNPJ: 80.337.868/0001-10		
ITEM	**DESCRITIVO**	**VALOR TOTAL**
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ SOBRE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR, CONFORME CONVÊNIO Nº 959/2026-SECID, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, NA CONDIÇÃO DE INTERVENIENTE, E O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES.**	**4.522.000,00**

Homologo a presente licitação,

Catanduvas – PR, 13 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:191F6B65

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE AJUSTE DE PREÇO REGISTRADO/FIXADO

INEXIGIBILIDADE N° 14/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2024

Conforme itens 1, 2, 3, 4 e 5 do edital supracitado, ficam reajustados os preços dos combustíveis, passando a vigorar os seguintes valores:

ITEM	UNID	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO VÁLIDO DA SEMANA DE 14/10/2026 À 20/10/2026
1	Litro	ARLA	R$ 3,29
2	Litros	Diesel comum – S500	R$ 6,69
3	Litros	Diesel S10	R$ 7,29
4	Litros	Etanol	R$ 3,89
5	Litros	Gasolina comum	R$ 5,99

Catanduvas – PR, 13 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:39E69C31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ATO DA MESA 058/2026

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias conforme as Resoluções 002/2018 e 001/2022 para o Vereador MARLON CRUZ PRÊMOLI**,** para ir até a cidade de CURITIBA-PR nos dias 12 a 14 de outubro, para ir em diversas Secretarias Estaduais e Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Gabinete da Presidência, 09 de outubro de 2026

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:95145137

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ATO DA MESA 059/2026

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias conforme as Resoluções 002/2018 e 001/2022 para o Vereador VALDIR CORREA DA SILVA**,** para ir até a cidade de CURITIBA-PR nos dias 12 a 14 de outubro, para ir em diversas Secretarias Estaduais e Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Gabinete da Presidência, 09 de outubro de 2026

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:26B474A3

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ATO DA MESA 060/2026

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias conforme as Resoluções 002/2018 e 001/2022 para o Vereador NOEL DE MOURA NETO**,** para ir até a cidade de CURITIBA-PR nos dias 12 a 14 de outubro, para ir em diversas Secretarias Estaduais e Assembléia Legislativa.
Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Gabinete da Presidência, 09 de outubro de 2026

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:21A28C0E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 270/2026

DECRETO Nº 270/2026

SÚMULA: Admissão do(a) servidor(a): ISABELA DE QUEIROZ ANTIVERI COUTINHO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - A admissão, a partir de 09 de Outubro de 2026, em face à aprovação e conseqüente habilitação em Concurso Público Municipal, aberto pelo edital nº 001/2025, de 05 de Dezembro de 2025.
ISABELA DE QUEIROZ ANTIVERI COUTINHO, para ocupar o cargo de **FISIOTERAPEUTA**.

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 07 de Outubro de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:2E2A3609

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 084/2026

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 084/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, através do presente **EDITAL**, torna público a **DESCLASSIFICAÇÃO** do(a) candidato(a), no concurso publicado pelo edital nº 001/2025.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
JONATHAN GUSTAVO DE PAULA	4º	Agente Administrativo

Centenário do Sul/PR, 08 de Outubro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:0E209915

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2026

CONVENENTES: Município de Cerro Azul/PR, inscrito no CNPJ nº 76.105.626/0001-24, e Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 77.821.841/0001-94.

OBJETO: Cooperação mútua visando agilizar e melhorar a qualidade da prestação jurisdicional no Fórum da Comarca de Cerro Azul/PR, mediante a cessão de 01 (um) servidor ou empregado público efetivo do Município, para exercer atribuições compatíveis com seu cargo de origem.

ÔNUS: O Município de Cerro Azul/PR arcará, por conta de seu próprio orçamento, com os vencimentos do agente público cedido e com as obrigações trabalhistas e os encargos previdenciários, sociais e fiscais decorrentes do convênio.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados da última assinatura dos representantes legais, realizada em 28 de julho de 2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 15.608/2007, Lei Complementar Municipal nº 002/2026 e Instrução Normativa TJPR nº 127/2022.

DATA DA ASSINATURA: 28 de julho de 2026.

SIGNATÁRIOS: Edson Cordeiro do Nascimento, Prefeito do Município de Cerro Azul/PR, e Gresieli Taise Ficanha, Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Cerro Azul/PR.

PROCESSO: SEI!TJPR nº 0059825-71.2015.8.16.6000.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:F29F6419

SECRETARIA DE GOVERNO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 06/2026
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 04.06/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, por intermédio da Comissão Especial de Seleção de Pessoal, instituída pela Portaria nº 637, de 20 de maio de 2026, **TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO** do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 006/2026, regido pelo Edital de Abertura nº 01.06/2026, nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam alteradas as datas previstas no **Anexo II – Cronograma de Execução** do Edital de Abertura nº 01.06/2026, referentes às etapas de homologação das inscrições, divulgação do resultado preliminar da prova de títulos e período para interposição de recursos contra o resultado preliminar, passando a vigorar conforme o cronograma abaixo:

Etapa ou atividade	Datas
Publicação Edital de Abertura	25/09/2026
Período para solicitação de inscrição	28/09/2026 a 02/10/2026
Divulgação do deferimento da inscrição	07/10/2026
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	08/10/2026 a 09/10/2026
Homologação das inscrições	**14/10/2026**
Divulgação do resultado preliminar da prova de títulos	**14/10/2026**
Período para recurso contra resultado preliminar da prova de títulos	**15/10/2026 a 16/10/2026**
Divulgação do resultado final e classificação	**19/10/2026**

Art. 2º A alteração do cronograma tem por finalidade assegurar a adequada conclusão das etapas de análise das inscrições e avaliação dos títulos apresentados pelos candidatos, bem como garantir o regular exercício do direito de interposição de recursos administrativos.
Art. 3º Fica mantida a data de 19 de outubro de 2026 para a divulgação do resultado final e da classificação dos candidatos, conforme originalmente estabelecido no Edital de Abertura.
Art. 4º Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições, condições e exigências estabelecidas no Edital de Abertura nº 01.06/2026 que não tenham sido expressamente modificadas por esta retificação.

Art. 5º Este Edital de Retificação entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser divulgado nos meios oficiais de comunicação do Município de Cerro Azul, para conhecimento de todos os interessados.
.

Cerro Azul, 13 de Outubro de 2026.

COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL
Portaria n° 637/2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:525AC1A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1287, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1287, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme o memorando n°502/2026 o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, no dia 07 de outubro do ano em curso, para acompanhar paciente de menor em tratamento. Saída as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 09 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:F15B8D46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1288, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1288, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme o memorando n°503/2026 o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, no dia 05 de outubro do ano em curso, para acompanhar paciente de menor em tratamento. Saída as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 09 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:DD652CAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1289, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FABIO BRIATORI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 2 (DUAS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1289, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Fabio Briatori, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 2 (duas) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Fabio Briatori, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Controladoria Geral, conforme o memorando n°057/2026 o pagamento de 02 (duas) diárias no valor de R$ 145,16 (cento e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, nos dias 13 e 14 de outubro do ano em curso, para participar de evento sobre melhorias

em políticas públicas induzidas pelo progov. Saída as 08:00 e retorno as 22:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 09 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:8D35CE51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1290, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALTER JOSÉ DO VALE, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 3 (TRÊS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1290, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Walter José do Vale, ocupante do cargo de Motorista 3 (três) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Walter José do Vale, ocupante do cargo de Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°448/2026 o pagamento de 03 (três) diárias no valor de R$ 217,74 (duzentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, nos dias 07, 08 e 09 de outubro do ano em curso, para transportar pacientes em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 09 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:26C2ACF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1291, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECI FARIA, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS 3 (TRÊS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1291, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Claudeci Faria, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos 3 (três) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerandoo preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Claudeci Faria, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°450/2026 o pagamento de 03 (três) diárias no valor de R$ 217,74 (duzentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, nos dias 06, 07 e 09 de outubro do ano em curso, para transportar pacientes em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 13 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:626F842B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1292, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 2 (DUAS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1292, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Motorista 2 (duas) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Motorista, vinculado à

Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°449/2026 o pagamento de 02 (duas) diárias no valor de R$ 145,16 (cento e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, nos dias 07 e 08 de outubro do ano em curso, para transportar pacientes em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 13 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:9F42D682

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 015/2026, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação referente ao recurso estadual destinado ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, do Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação vigente, e considerando a deliberação dos conselheiros em reunião realizada no dia 08 de novembro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, sem ressalvas, o Plano de Ação referente ao recurso estadual destinado ao **Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências**, no valor de R$ 76.200,00 (setenta e seis mil e duzentos reais).
Art. 2º O recurso será destinado ao pagamento de aluguel social às famílias que se enquadrem nos critérios estabelecidos, visando garantir proteção social e condições de moradia às famílias em situação de vulnerabilidade decorrente de calamidades públicas e emergências, conforme as disposições e os critérios aplicáveis ao benefício.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Cerro Azul – PR, 08 de outubro de 2026.

HUGO ASSIS DE OLIVEIRA FERNANDES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Josemara da Guia Araújo
Código Identificador:467B1FCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 16/2026

SÚMULA: Aprova o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social para o exercício de 2027, no valor previsto de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 31/2013, e considerando a deliberação de seus membros em reunião realizada no dia 08 de outubro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, sem ressalvas, o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social para o exercício de 2027, cujo valor previsto para o repasse é de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), destinado ao financiamento das ações e dos serviços da Política Municipal de Assistência Social do Município de Cerro Azul – PR, no próximo exercício.
Art. 2º Os recursos previstos deverão ser aplicados conforme as finalidades estabelecidas no Plano de Ação aprovado, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes à Política de Assistência Social.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Cerro Azul – PR, 08 de outubro de 2026.

HUGO ASSIS DE OLIVEIRA FERNANDES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Município de Cerro Azul – PR

Publicado por:
Josemara da Guia Araújo
Código Identificador:4E2C54FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO N.372/2026

LEI Nº 372/2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 16.712,00 NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o dispõe o paragrafo 2º do artigo 167 da CFB e o artigo 45 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964:

DECRETO

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 16.712,00 (dezesseis mil e setecentos e doze reais), para inclusão na Lei Municipal nº 61 de 18 novembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cerro Azul para o exercício financeiro de 2026, de projeto orçamentário com a respectiva classificação institucional, classificação por funções, subfunções e programas, e classificação da despesa segundo a sua natureza e por fontes, conforme abaixo descriminado:

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária:	10.01	Departamento de Assistência Social	
08.122.0040.2.019		Manutenção da Secretaria de Assistência Social	
Fonte:	000	Recursos Ordinários Livres – Exercícios anteriores	
3.3.50.43.06		Subvenções Sociais	R$ 16.712,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO			R$ 16.712,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R$ 16.712,00

Art. 2° Constitui recurso para cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1°, os recursos conforme especificados abaixo:

I – Superávit financeiro no valor de R$ 16.712,00 na fonte 000 – Recursos Ordinários Livres de Exercícios anteriores.

Art. 3° O Poder Executivo fica autorizado a suplementar por Decreto, o crédito a que se refere o art. 10, conforme estabelece o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4° Fica incluída no Anexo II – Metas da Administração Lei de Diretrizes Orçamentárias, previsto na Lei Municipal nº 39/25 e na Lei Municipal nº 40/25 – Plano Plurianual, a ação discriminada no art. 10, desta Lei.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 13 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:E2EECF14

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
DECRETO: 245/2026

DECRETO: 245/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento de 2026, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2929 de 22 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2026, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de anulação parcial no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

05 - Secretaria Municipal de Saúde
05.002 - Fundo Municipal de Saúde
05.002.0010.0302.0015.2010 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica R$ 2.000.000,00 Total: R$ 2.000.000,00

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Anulação
05 - Secretaria Municipal de Saúde
05.002 - Fundo Municipal de Saúde
05.002.0010.0302.0015.2011 - Consórcio Intermunicipal de Saúde
3171700000 - Rateio pela participação em consórcio público R$ 2.000.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário. Total: R$ 2.000.000,00

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 13 de outubro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:A81CCD21

GABINETE
DECRETO N°243/2026

DECRETO N°243/2026

Declara Vacância de cargo Público de ASSISTENTE DE CRECHE, em decorrência de falecimento de servidora.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELANDIA, no uso de usas atribuições legais previstas no art.43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 67, inciso V da Lei Municipal 1.240/1990,
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarada a vacância do cargo de ASSISTENTE DE CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ocupado pela servidora **LOREDETE BARBIERI GONÇALVES,** com a matrícula N°13811-3, em razão de seu falecimento ocorrido em 06/10/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 06/10/2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 13 DE OUTUBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:45B904B5

GABINETE
DECRETO N° 244 /2026

DECRETO N° 244 /2026

Nomeia, Rudinei de Freitas Souza, para o cargo de Chefe do Departamento de Cultura.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, Rudinei de Freitas Souza, CPF sob nº 041.445.499-50, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Cultura.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 13 DE OUTUBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:E28BE5C7

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº. 017/2026

Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente
Clevelândia-Pr

RESOLUÇÃO Nº. 017/2026

SÚMULA: Institui a comissão intersetorial de elaboração deste Plano Decenal;

Institui a Comissão Intersetorial para Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Clevelândia – PR (2026–2036) e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CLEVELÂNDIA – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.067, de 4 de outubro de 2007, e conforme deliberação da plenária realizada em 08 de outubro de 2026,

CONSIDERANDO o art. 227 da Constituição Federal, que assegura à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os dos direitos fundamentais;

CONSIDERANDO os arts. 86 e 88 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que estabelecem a política de atendimento por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 171, de 4 de dezembro de 2014, que estabelece os parâmetros para discussão,

formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal;

CONSIDERANDO a competência do CMDCA para formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e elaborar o Plano de Ação Municipal, prevista no art. 10 da Lei Municipal nº 2.067/2007;

CONSIDERANDO o encerramento do período do Plano Municipal para a Infância e Adolescência de Clevelândia (2019–2024);

CONSIDERANDO a Rede de Atenção e Proteção Social (Decreto Municipal nº 277/2021), a Rede Municipal Intersetorial de Prevenção, Atendimento e Enfrentamento às Violências (Decreto Municipal nº 216/2022) e o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência (Decreto Municipal nº 196/2023);

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Intersetorial para Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Clevelândia – PR, para o decênio 2026–2036.

Art. 2º A Comissão Intersetorial será composta pelos seguintes representantes, com seus respectivos suplentes:

I – 02 (dois) conselheiros do CMDCA representantes do governo e 2 (dois) representantes da sociedade civil;

II – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, preferencialmente da gestão do SUAS ou da Vigilância Socioassistencial;

III – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social;

IV – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

V – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para acompanhamento orçamentário;

VI – 02 (dois) representantes do Conselho Tutelar;

VII – 02 (dois) representantes da Rede Municipal Intersetorial de Prevenção, Atendimento e Enfrentamento às Violências;

VIII – 02 (dois) adolescentes, indicados pelas escolas ou pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com participação garantida nos termos da Resolução CONANDA nº 171/2014.

§ 1º Os membros foram indicados pelos órgãos e entidades e a contar da publicação desta Resolução estarão nomeados conforme o Anexo Único.

§ 2º A Comissão será coordenada por um conselheiro do CMDCA, eleito entre seus membros na primeira reunião.

§ 3º A Comissão poderá contar com assessoria técnica especializada e convidar representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, das polícias, da Câmara Municipal e de organizações da sociedade civil para contribuir com seus trabalhos.

§ 4º A participação na Comissão é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 3º Compete à Comissão Intersetorial:
I – elaborar o diagnóstico socioterritorial da situação de crianças e adolescentes do Município, com base nos dados das políticas setoriais, do Conselho Tutelar e dos sistemas oficiais de informação;

II – organizar a escuta de crianças e adolescentes, com atenção aos que vivem na área rural, aos negros e aos indígenas, para que contribuam na definição das prioridades do Plano;

III – formular as ações, os prazos, os responsáveis e os indicadores de monitoramento, organizados nos eixos do Plano Nacional Decenal e nas diretrizes da Resolução CONANDA nº 171/2014;

IV – articular as ações do Plano com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e os planos municipais setoriais;

V – submeter a minuta do Plano à consulta pública e à apreciação da plenária do CMDCA;

VI – propor ao CMDCA a forma de monitoramento e avaliação do Plano durante sua vigência.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de 15 dias, a contar da posse de seus membros, para apresentar a minuta do Plano Decenal ao CMDCA. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante justificativa aprovada em plenária.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o apoio administrativo e logístico necessário ao funcionamento da Comissão.

Art. 6º A Comissão será extinta com a aprovação do Plano Decenal pelo CMDCA. O monitoramento do Plano passará a ser feito pela Comissão Intersetorial de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação, a ser instituída por resolução própria.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia – PR, 08 de outubro de 2026.

CAMILA SERPA BALENA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

ANEXO ÚNICO

Composição da Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano Decenal

Representação:

CMDCA – governamental Titular : Camila S. Balena
CMDCA – governamental Suplente : Neusa Serpa
CMDCA – sociedade civil Titular : Zeli Daneluz
CMDCA – sociedade civil Suplente : Aline da Maia

Secretaria Municipal de Assistência Social - Titular: Keli Roberta A. Anhaia Ruaro
Suplente: Gláucia Riane Marquat Berno
Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social : Titular: Rafael Barbosa
Suplente: Maria Hartmann

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte: Titular: Andréa S. I. Batistella
Suplente: Gleismery Flores

Secretaria Municipal de Administração e Finanças Titular: André Henrique R. Bueno
Suplente: Alex Fernando da Silva
Conselho Tutelar : Titular: Sabrina da Cunha Macedo
Suplente: Falzia Elen do Amaral

Rede Intersetorial de Enfrentamento às Violências - Titular: Janaína Nayara da Silva
Suplente: Isabela Grellert Branco
Adolescente : Titular: Isabely Renata Serpa de Farias
Adolescente : Suplente: Luana Eduarda de Moraes Farias

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:F0AE5554

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
RESUMO DO CONTRATO

Processo Administrativo nº. 870/2026.
Dispensa de Licitação (art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021).
Contrato nº. 04/2026.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO, órgão independente do Município de Colombo, com sede e foro nesta cidade de Colombo/PR, na Rua Francisco Busato, nº 8005, Centro, CEP: 83.414-290, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.093.241/0001-82, neste ato representada pelo seu Presidente, Joel Bueno da Rocha, portador da Cédula de Identidade R.G nº *0.730.***-SESP/PR e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob nº ***.695.87*-**.

Fiscalização: A fiscalização da execução de serviços deste Contrato será realizada pela CONTRATANTE, na pessoa do Senhor MARCELINO SCROK, portador da cédula de identidade RG nº *.051.6**-* SSP/PR e do CPF/MF sob nº ***.014.31*-**.

Contratada: INNON TELECOM LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.784.762/0007-63, com sede na Rua José Leal Fontoura, nº 843, Centro, CEP: 83.414-190, Colombo/PR, neste ato representada por seu administrador, Pablo Antonio Ferreira Rosin, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob nº ***.015.54*-**.

Objeto: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviço de conexão à internet e gerenciamento de acessos, com 01 (um) link IP dedicado em fibra óptica de, no mínimo, 200 Mbps, com 01 (um) IP fixo, e 02 (dois) links de alta velocidade em fibra óptica de, no mínimo, 800 Mbps cada, com fornecimento, em regime de comodato, de 02 (dois) gerenciadores de acesso e 08 (oito) Access Points Wi-Fi 6 Dual Band AX1800, incluídos instalação, configuração, suporte técnico e manutenção, para atendimento à Câmara Municipal de Colombo, conforme especificações constantes do Termo de Referência (
Anexo I) que integra este instrumento.
Valor: O valor mensal da contratação é de R$ 1.780,41 (mil, setecentos e oitenta reais e quarenta e um centavos), totalizando R$ 21.364,92 (vinte e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos) no período de 12 (doze) meses, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA.

Dotação: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 3339040970000000000 – Despesas de Teleprocessamento (elemento 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica), consignada na Lei Orçamentária Anual vigente da Câmara Municipal de Colombo.

Prazo: O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados do início da prestação dos serviços, fixado em ordem de serviço para data não posterior a 08/12/2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, condicionada a prorrogação à comprovação de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Contratante.

Colombo, 13 de outubro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:D0C83451

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023

Pelo presente instrumento contratual, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO, órgão independente do Município de Colombo, com sede e foro nesta cidade de Colombo/PR, na Rua Francisco Busato, 8005, Centro, CEP: 83.414-290, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.093.241/0001-82, neste ato representada pelo seu Presidente, Joel Bueno da Rocha, portador da Cédula de Identidade R.G nº. **.730.***/SESP/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob o nº. ***.695.87*-**, nos termos do Processo Administrativo nº 768/2025, Inexigibilidade nº 01/2023, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **LEIS LTDA.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 240, nº 400, Sala 02, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. **CARLITO MELLO DE LIZ**, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº ***.488.08*-** e da cédula de identidade nº **0.5*, de ora em diante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo, ADITAR contrato original de nº 05/2023, cujo objeto consiste na **SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE CONSOLIDAÇÃO, COMPILAÇÃO, VERSIONAMENTO E GERENCIAMENTO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, COM INTEGRAÇÃO DAS LEIS ESTADUAIS NO RESULTADO DAS PESQUISAS REALIZADAS NAS MUNICIPAIS**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Sétima do contrato original, decidem reajustar o valor que será considerado a partir de 10/10/2024, a quantia de R$ 12.138,73 (Doze mil, cento e trinta e oito reais e setenta e três centavos) ano, a ser pago em **Parcela Única.** O valor será reajustado anualmente de acordo com o IPCA (IBGE) ou, na impossibilidade de aplicá-lo, conforme o índice que vier oficialmente substituí-lo. Será considerada aplicação de percentual "zero" no caso de índice negativo, mantendo o valor do contrato inalterado.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas.
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Colombo, 10 de outubro de 2025.

Câmara Municipal de Colombo
JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Liz Serviços Online LTDA
CARLITO MELLO DE LIZ
Sócio Administrador

Fiscalização: A fiscalização do presente Contrato será de responsabilidade do fiscal do servidor MARCELINO SCROK,portador da cédula de identidade RG nº *.*051.6**-* SSP/PRe do CPF/MF sob nº. ***.014.31*-**.

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:CFAE4F6B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 871/2026

PORTARIA N.º 871/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para estudos com vencimentos ao servidor público municipal **JOSE RIBEIRO JUNIOR,** inscrito no RG n.° 8.XXX.XXX-4, CPF n.º 037.XXX.XXX-18, matrícula n.º 11283, do cargo de Engenheiro Agrônomo, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegocio, pelo período de 11 de novembro a 11 de dezembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 13 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:1672BDD4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 873/2026

PORTARIA N.º 873/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **nomeados** os servidores abaixo relacionados, sem prejuízo do exercício de suas atribuições, para comporem a **Comissão de Avaliação da Documentação de Habilitação, Qualificação e do Plano de Oficina**, com a responsabilidade de análise da documentação de habilitação, da qualificação profissional e dos planos de oficina apresentados pelos consiste no credenciamento de oficineiros para atuação nas unidades de ensino do Município que ofertam Educação em Tempo Integral (ETI), conforme segue:

Jucélia da Silva Amaral, matrícula n.º 5629;
Ana Paula Magalhães Strapasson, matrícula n.º 12.214;
Vanessa Bonin Kovalski, matrícula n.º 2169.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 13 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:D0A88610

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 024/2026

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Construção de Complexo Cidade da Pessoa Idosa, localizado na Rua Alexandre Guebur, nº 184, Jardim Monza, Colombo/PR, com área de intervenção de 2.214,51 m² a construir.
Recebimento das Propostas: das 09:00 horas do dia 15 de outubro de 2026 até às 08:00 horas do dia 29 de outubro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 29 de outubro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link: bllcompras.org.br.
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor Preço "Empreitada por Preço Global"
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro nº 105, Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656–8001 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br

Colombo, 13 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janile de Freitas Milistete Chemin
Código Identificador:7B75F996

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 086/2026.

Processo:	33190/2026 – Dispensa Nº 086/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR,* **NAVIX GESTAO E QUALIDADE LTDA.** **CNPJ**: 28.315.411/0001-95
Objeto:	Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços para aferição de desempenho e controle de qualidade dos equipamentos de Raio-X, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 12.000,00 (Doze mil reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75 - II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	13/10/2026.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:4FEDEEC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 060/2026.

Processo:	40314/2026 - Inexigibilidade Nº 060/2026
Partes:	*Município de Colombo/PR,* **TAVERNA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.** **CNPJ: 49.241.901/0001-64.**
Objeto:	Serviço de Locação de Imóvel situado na Rua Roberto Lambach Falavinha, nº 108 - Jardim Nossa Senhora de Fátima - Colombo/PR, a ser utilizado pela Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos.
Valor:	O valor máximo da Inexigibilidade será de R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).
Embasamento Legal:	Artigo 74, V - Lei Nº 14.133/2021
Data:	195/10/2026.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:0FFA8D32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 426/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 010/2026

Processo n.º 23.805/2026
CONTRATANTE: Município de Colombo/PR, com sede à Rua XV de Novembro n.º 105, CNPJ n.º 76.105.634/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr Helder Luiz Lazarotto, portador do RG n.º 03.xxx.xxx-5 e do CPF n.º 552.xxx.xxx-91;
CONTRATADA: ***KMS INCORPORADORA LTDA***, CNPJ n.º 33.248.214/0001-30
OBJETO: O objeto do presente contrato é "Pavimentação de estrada vicinal municipal em CBUQ, 15.037,81 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, ensaios tecnológicos e placa de obra – Trecho: Estrada Antônio Fiorese (entre a Rua João Gusso e o limite do município com Almirante Tamandaré)", sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 010/2026.
VALOR: R$ 4.761.109,67 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, cento e nove reais e sessenta e sete centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: O início da execução do objeto, sem prejuízo do estabelecido no item anterior, deverá ocorrer em, no máximo 21 (vinte e um) dias da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal n.º 14.133/21.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato é de 600 (seiscentos) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em

conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal n.º 14.133/21.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:
FORO: Comarca de Colombo/Paraná
LOCAL E DATA DE EMISSÃO: Colombo, 17 de setembro de 2026

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:CBBA9499

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 053/2026 - SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS

HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Obras e Viação do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhes são conferidas.

RESOLVE:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 478/2026, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026**, cujo objeto consiste na Contratação de Prestação de Serviços, por meio do Sistema de Registro de Preços, de LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Viação.

EMPRESAS VENCEDORAS:

- AMORIM DE MELO CONSTRUTORA LTDA – CNPJ: 10.285.071/0001-31 para o lote: 5 no valor total de R$ 347.100,00 (trezentos e quarenta e sete mil e cem reais).
- DUPLA AÇÃO LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME – CNPJ: 05.543.349/0001-93 para os lotes: 7, 9 e 11 no valor total de R$ 867.789,40 (oitocentos e sessenta e sete mil e setecentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos).
- ALAN HENRIQUE TONELLO – CNPJ: 28.434.532/0001-56 para os lotes: 1, 3, 8, 10 e 12 no valor total de R$ 2.809.671,00 (dois milhões e oitocentos e nove mil e seiscentos e setenta e um reais).
- PUMA INFRAESTRUTURA E PAVIMENTAÇÃO LTDA – CNPJ: 04.649.327/0001-40 para os lotes: 2 e 6 no valor total de R$ 1.149.850,00 (um milhão e cento e quarenta e nove mil e oitocentos e cinquenta reais).
- JJA ENGENHARIA – CNPJ: 06.196.967/0001-77 para o lote: 4 no valor total de R$ 2.038.680,00 (dois milhões e trinta e oito mil e seiscentos e oitenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 7.213.090,40 (sete milhões e duzentos e treze mil e noventa reais e quarenta centavos
PRAZO DE VIGÊNCIA: conforme edital
PRAZO DE EXECUÇÃO: conforme edital
PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo máximo será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da finalização da liquidação da despesa.
Dê-se publicidade.

Colombo, 13 de outubro de 2026

ALCIONE LUIZ GIARETTON
Secretário Municipal de Obras e Viação

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:01C93111

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 072/2026 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ORIGEM GRANÍTICA E CALCÁRIA

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 072/2026
Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais agregados de origem granítica e calcária, incluindo rejeito de pedra calcária britado, saibro de pedra calcária e pedra marroada/rachão, incluindo transporte, por meio do Sistema de Registro de Preços, destinados à execução dos serviços de manutenção, conservação e recuperação das vias não pavimentadas do Município de Colombo – PR, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.
Recebimento das Propostas: Das 09:00 horas do dia 15 de outubro de 2026 até às 08:00 horas do dia 29 de outubro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 29 de outubro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço “POR ITEM”.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8102 ou pelo site: www.prefeitura.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 13 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Amaral de Mello
Código Identificador:E15B630A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026

HOMOLOGAÇÃO
O Secretário Municipal de Obras e Viação do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhes são conferidas.
R E S O L V E:
HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 478/2026, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026**, cujo objeto é a Aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços, para fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), faixas "C" e "F", e massa asfáltica para aplicação a frio, destinados à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da malha viária do Município de Colombo.
EMPRESAS VENCEDORAS: BRASIL MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA (14877413000163) com os lotes: 1, 2 no valor total de R$ 4.732.500,00 (quatro milhões e setecentos e trinta e dois mil e quinhentos reais).
RENOVA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E ASFALTICO LTDA (49149027000130) com os lotes: 3, 6 no valor total de R$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais)
VALOR TOTAL: R$ 6.942.893,75 (seis milhões e novecentos e quarenta e dois mil e oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).
GUARICANA TRANSPORTE E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (19013506000163) com os lotes: 4, 5 no valor total de R$ 2.115.893,75 (dois milhões e cento e quinze mil e oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, conforme os termos do Art. 84, da Lei nº 14.133/2021 e Artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
PRAZO DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, em depósito bancário em até **30 (trinta) dias** após a entrega do pedido e emissão das notas fiscais com aceite do fiscal técnico, acompanhada dos documentos fiscais.

Dê-se publicidade.

Colombo, 13 de outubro de 2026.

ALCIONE LUIZ GIARETTON
Secretário Municipal de Obras e Viação

Publicado por:
Alexandre Amaral de Mello
Código Identificador:EF41D82D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 002/2024
MEMORANDO N° 1450/2026

Ficam prorrogados os contratos de trabalho oriundos do Processo Seletivo Público Simplificado n° 002/2024, por mais 180 dias, nos termos do art. 6° da Lei Municipal n° 1244/2011, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	1ª PRORROGAÇÃO (180 dias) A PARTIR DE:
20113	JOSIANE TANNOURI ARMACOLO	PSICÓLOGO	13/10/2026

Colombo, 13 de outubro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:B04A8377

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 014/2026

PORTARIA Nº 014/2026

Súmula: "Declara a vacância de cargo público efetivo em decorrência de falecimento de servidor".

Marcos Schinda da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando as disposições da Lei Municipal Nº 1.976/2022,
RESOLVE

Art. 1º Declarar a vacância do cargo público efetivo de Técnico Legislativo, ocupado pelo servidor EDSON LUIS FERREIRA, em decorrência de seu falecimento ocorrido em 09 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026, revogando as Portarias Nº 005/2026, nº 009/2023 e demais disposições em contrário.

Contenda, 13 de outubro de 2026

MARCOS SCHINDA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Marina Schultz Fragoso Padilha
Código Identificador:AED1A6BE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 015/2026

PORTARIA Nº 015/2026

Súmula: "Nomeia Comissão de Análise das Ouvidorias conforme prevê a Resolução Nº 005/2026 e dá outras providências".

Marcos Schinda da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando as disposições da Resolução Nº 1.811/2019 e Resolução Nº 005/2026,

RESOLVE

Art. 1º Ficam nomeados, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 005/2026, os seguintes membros para compor a Comissão de Análise das Ouvidorias da Câmara Municipal de Contenda:

I. Membros Titulares:
Alessandra Suota Cavalim – Ouvidora
Angela Kovalski Batista – Membro
Cristiane Denega – Membro
Agostinho José Wojcik – Membro
Mário Augusto Bubniak (Gugu) – Membro

II. Ordem de Suplência dos Vereadores:
1. Simone Nunves Javorski
2. Ana Tereza Piel Franco de Carvalho Szczypior
3. Alexsandra Maria dos Santos Lima (Índia)
4. Vanessa Cristina Patla da Silveira
5. Alexsandro Miguel Tulilk de Freitas
6. Adauto Cordeiro de Souza

Art. 2º Compete à Comissão de Análise das Ouvidorias:

I. Analisar as demandas complexas encaminhadas pelo (a) ouvidor (a);
II. Encaminhar ao Presidente da Câmara Municipal as manifestações que se fizerem necessárias, bem como acompanhar o tratamento e a efetiva conclusão das demandas;
III. Analisar as sugestões e críticas construtivas recebidas pelos canais da Ouvidoria e encaminhá-las à Presidência para avaliação e eventual implementação, conforme viabilidade;
IV. Elaborar relatórios mensal e anual, conforme previsto na Resolução Nº 005/2026;
V. Reunir-se sempre que necessário para análise das demandas recebidas;

Art. 3º As disposições relativas ao trâmite, ao funcionamento, aos prazos e aos demais procedimentos da Comissão estão estabelecidas na Resolução nº 005/2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficando revogada a Portaria Nº 006/2026 e demais disposições em contrário.

Contenda, 13 de outubro de 2026

MARCOS SCHINDA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Marina Schultz Fragoso Padilha
Código Identificador:8DDEC571

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 340/2026

MUNICÍPIO DE CONTENDA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO 340/2026

Súmula: "Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 59.614,63 (cinquenta e nove mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e três centavos) no Orçamento do Município de Contenda para o exercício 2026".

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Federal nº 4.320/64 e conforme Lei Municipal 2293/2025 de 09/12/2025,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Exercício nas rubricas orçamentárias de despesa abaixo discriminadas, no valor de R$ 59.614,63 (cinquenta e nove mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e três centavos):

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CONTA DE DESPESA	FONTE	VALOR
05	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE			
05.001	DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA			
20.606.0008.2.015.	MANUTENCAO DOS SERVICOS AGROPECUARIOS			
3.3.90.93.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	150	3883	29.996,68
3.3.90.93.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	150	883	29.617,95
TOTAL				59.614,63

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados os seguintes recursos: I – O valor de R$ 29.996,68 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos) com superávit financeiro das seguintes fontes:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
3883	CONVENIO MAPA Nº 957259	29.996,68
TOTAL		29.996,68

II – O valor de R$ 29.617,95 (vinte e nove mil, seiscentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos) com excesso de arrecadação das seguintes contas de receita e fontes:

CONTA	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
1.3.2.1.01.1.1.01	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	883	29.617,95
TOTAL			29.617,95

Art. 3º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:758F325F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 055/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 239/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 055/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 239/2026

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Bolas Esportivas de diversas modalidades, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$ 211.601,30 (Duzentos e onze mil, seiscentos e um reais e trinta centavos**).
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 15/10/2026 as 08h30m do dia 28/10/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 28/10/2026 as 09h:00m do dia 28/10/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 28/10/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 13 de outubro de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:525A9AA2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 203/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 147/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 203/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 147/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais).
CONTRATADA: JANAINA DA LUZ SANTANA CNPJ: 62.602.825/0001-33
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 14/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:9C8544A0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 209/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 154/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 228/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 209/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 154/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 228/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$30.504,00 (trinta mil, quinhentos e quatro reais).
CONTRATADA: LENI DE JESUS NASCIMENTO DOS SANTOS OLIVEIRA CNPJ: 62.604.526/0001-38
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 07/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:B2E14130

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 210/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 155/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 248/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 210/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 155/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 248/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$30.504,00 (trinta mil, quinhentos e quatro reais).
CONTRATADA: SALETE RUCHINSKI DA SILVA CNPJ: 62.695.123/0001-41
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES

DATA: 14/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:A528D7C2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 211/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 156/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 247/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 211/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 156/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 247/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais).
CONTRATADA: GERLEY CRISTINA SOARES DA SILVA CNPJ: 62.628.824/0001-68
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 14/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:238643C3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 212/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 157/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 246/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 212/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 157/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 246/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais).
CONTRATADA: LUIZA APARECIDA TOMACZSKI CNPJ: 68.921.151/0001-16
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 14/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:5226184B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 213/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 158/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 213/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 158/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 30.504,00 (trinta mil, quinhentos e quatro reais).
CONTRATADA: ANDREA APARECIDA GANZERT DE OLIVEIRA CNPJ: 62.668.347/0001-64
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 14/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:4B4EBD6A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 214/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 159/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 233/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 214/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 159/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 233/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais).
CONTRATADA: SILVIA SILVEIRA SIQUEIRA CNPJ: 62.624.732/0001-32
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 14/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:2DB2286D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 215/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 160/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 234/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 215/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 160/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 234/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais).
CONTRATADA: ANA MERI MARIANO GODOI CNPJ: 62.645.236/0001-32
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 14/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:27EC8DE2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 219/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 162/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 253/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 219/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 162/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 253/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente

ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: ELIEGE PADILHA ALVES CNPJ: 62.676.766/0001-48
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 14/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:2038730B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 220/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 163/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 220/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 163/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: MARCIA JANETE ROMPAVA CNPJ: 62.781.595/0001-17
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 14/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:7F912A22

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 165/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 243/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 165/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 243/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MERENDEIRA CONFORME CHAMADA PUBLICA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA- 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
VALOR: R$ 30.504,00
CONTRATADA: IVONE DE APARECIDA PINTO DE ALMEIDA **- CNPJ:** 62.654.008/0001-29
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 13/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:FCC2811F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 166/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 245/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 166/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 245/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MERENDEIRA CONFORME CHAMADA PUBLICA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.365.0012.2.029.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
VALOR: R$ 30.504,00
CONTRATADA: JAQUELINE APARECIDA BARBOSA GUIMARAES **- CNPJ:** 62.785.219/0001-09
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 13/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:57060D93

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 167/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 232/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 167/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 232/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MERENDEIRA CONFORME CHAMADA PUBLICA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
VALOR: R$ 30.504,00
CONTRATADA: TALITA JOELISE DE SIQUEIRA **- CNPJ:** 61.318.539/0001-88
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 13/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:ED5ED59C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 168/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 235/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 168/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 235/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: contratação de serviços gerais através de chamada publica
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
VALOR: R$ 27.576,00
CONTRATADA: LEONILDA DE FATIMA OLIVEIRA **- CNPJ:** 62.766.170/0001-39
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 13/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:6714AD86

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 169/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 237/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 169/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 237/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: contratação de merendeira através de chamada publica
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
VALOR: R$ 30.504,00
CONTRATADA: ADRIANA MACHADO DOS SANTOS - **CNPJ:** 62.636.233/0001-32
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 13/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:5F7DA832

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2026

O Município de Contenda, por meio do Departamento de Recursos Humanos no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Concurso Público Edital nº 001/2024, de 17 de junho de 2024 e obedecida à classificação homologada pelo Edital nº 017/2024 de 10 de outubro de 2024, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir o cargo e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados desistentes os candidatos que não atenderem a presente convocação.

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
82°	ELIETE PADILHA

Obs.: 49° vaga.

Contenda, 13 de outubro de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO EFETIVO OU EMPREGO PÚBLICO.

O candidato deverá comprovar todos os requisitos elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no concurso ou processo seletivo público.

• Apresentar fotocópia dos documentos abaixo autenticados em cartório, ou apresentar os originais para conferência da autenticidade:

a) Hemograma completo, glicemia de jejum, creatinina sérica, ureia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina; anti HBS, ácido úrico - com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica;
b) Carteira de identidade;
c) CPF;
d) Título de Eleitor;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) Certidão de Nascimento ou RG e CPF de dependentes;
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social com cópias do número do PIS/PASEP, qualificação e das páginas dos contratos anteriores. No caso de Carteira de Trabalho Digital, impressão da carteira onde constem os dados pessoais e os contratos de trabalho.
i) 01 (uma) foto 3x4;
j) Diploma ou Certificado, que comprove a conclusão do curso e a escolaridade exigida para o cargo ao qual foi convocado;
k) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo assim exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
l) Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (apenas para candidatos do sexo masculino);
m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça Federal emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Estadual emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tjpr.jus.br/certidao-de-2-grau-para-pessoa-fisica ;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05(cinco) anos emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor ;
p) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, emitido no seguinte endereço eletrônico: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral ;
q) Relação de empregos anteriores, na forma de apresentação de Extrato – CNIS, emitido em portal específico do INSS, no seguinte endereço eletrônico: https://meu.inss.gov.br/#/login;
r) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
s) Declaração de bens (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos), ou apresentar a declaração completa do imposto de renda do ano anterior à nomeação;
t) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
u) Ficha de Cadastro funcional. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
v) O (a) candidato (a) convocado (a) para vagas reservadas a candidatos Afrodescendentes, deverá apresentar, fotografias coloridas, datadas e tiradas há menos de um mês. Conforme Art.2º. da Instrução Normativa Nº 001/2025 – Comissão de Heteroidentificação.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

• Os candidatos aprovados terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do edital de convocação, para apresentar-se e entregar a documentação comprobatória da qualificação para posse do cargo. O candidato que não obedecer a este prazo perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município de Contenda o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.
• Caso o candidato não deseje ou esteja impedido de assumir a vaga, poderá, mediante requerimento próprio ou fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitar sua inclusão para o final da lista dos aprovados, e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do concurso ou processo seletivo público, a novo chamamento uma só vez.

AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

• O candidato deve obter atestado que comprove boa saúde física e mental, a ser fornecido por Médico ou Junta Médica do Município de

Contenda, ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
• Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
• Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

• Para a realização da avaliação médica, o candidato deve apresentar o laudo/resultado dos seguintes exames:

- Hemograma completo, glicemia em jejum, creatinina sérica, uréia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina, anti HBS, e ácido úrico, todos com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica.

• A avaliação médica e psicológica será agendada conforme orientação do Departamento de Recursos Humanos.

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:84E15C35

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 341/2026

Dispõe sobre a alteração da data do ponto facultativo relativo às comemorações do Dia do Servidor Público no exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, incisos IV daLei OrgânicaMunicipal;
DECRETA:

Art. 1º Ficam transferidas as comemorações relativas ao Dia do Servidor Público, previstas no Decreto Municipal nº 018/2026, do dia 28 de outubro de 2026 para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos serviços de saúde e demais atividades essenciais de interesse público, cujo funcionamento e escalas de plantão serão regulamentados pelas respectivas secretarias municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Contenda Paraná, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:CCE5EDD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 051/2026 DE 13/10/2026 - PSS 001/2026

EDITAL Nº. 051/2026, de 13 de outubro de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2026 DE 10/02/2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 10/02/2026 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 007/2026 de 30/03/2026 (homologação) e a Leis Municipais nº. 071/2025, 072/2025 e 073/2025;

Considerando a necessidade do Município de Coronel Vivida, **RESOLVE,**
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A ***convocação*** de candidato(a)s habilitado(a)s no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 10/02/2026, para o provimento de vaga temporária de **Professor Municipal**, conforme abaixo:
Cargo: **PROFESSOR MUNICIPAL**

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Margarete Fatima Pigozzo	12º	921/26

Art. 2º. Os(As) Candidatos(as) convocados(as), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **14 (quatorze) de outubro de 2026**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.
Art. 3º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 001 de 10/02/2026, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.
Art. 4º. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, do endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:7CA9BF72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 117/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 117/2026

Contrato	461/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Belinki & Souza Ltda - CNPJ/MF nº 08.831.603/0001-47.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 75.622,50 (setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	463/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Dipar Distribuidora de Papeis e Revistas Ltda - CNPJ/MF nº 82.803.230/0001-53.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições

	estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 36.715,00 (trinta e seis mil, setecentos e quinze reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	464/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Display Painéis Eletrônicos Ltda - CNPJ/MF nº 02.648.737/0001-40.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 7.188,00 (sete mil, cento e oitenta e oito reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	466/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Eletromáquinas Astec Ltda - CNPJ/MF nº 02.995.568/0001-15.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 123.175,80 (cento e vinte e três mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	467/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Hause Neon Painéis Luminisos Ltda - CNPJ/MF nº 47.782.287/0001-12.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 20.185,20 (vinte mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	471/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	S & K Comércio De Produtos Ltda - CNPJ/MF nº 03.655.629/0001-68.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 102,00 (cento e dois reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	472/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Telecopy Equipamentos Ltda - CNPJ/MF nº 04.303.600/0001-80.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 13.173,00 (treze mil, cento e setenta e três reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	473/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Y S Dias Comércio de Papelaria - CNPJ/MF nº 36.310.930/0001-99.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 9.576,00 (nove mil, quinhentos e setenta e seis reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	478/2026 – Pregão Eletrônico nº 90044/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Vertice Comércio de Artigos de Plásticos Ltda - CNPJ/MF nº 66.712.923/0001-84.
Objeto	Aquisição, montagem e instalação de mobiliário e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, com vistas à reposição e ao atendimento das necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 37.640,00 (trinta e sete mil, seiscentos e quarenta reais).
Prazo de Vigência	24 (vinte e quatro) meses.
Data de Assinatura	09 de outubro de 2026.

Contrato	479/2026 – Pregão Eletrônico nº 90044/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Vittaly Bordados e Matelados Ltda - CNPJ/MF nº 38.027.007/0001-70.
Objeto	Aquisição, montagem e instalação de mobiliário e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, com vistas à reposição e ao atendimento das necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 33.020,00 (trinta e três mil e vinte reais).
Prazo de Vigência	24 (vinte e quatro) meses.
Data de Assinatura	09 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	030/2026 – Chamamento Público nº 017/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Panificadora Damarsi Ltda - CNPJ nº 01.563.784/0001-29.
Objeto	Fornecimento de lanches prontos, doces, salgados e bolos, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, nas condições estabelecidas neste instrumento e no Edital de Chamamento Público nº 90017/2025.
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	06 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	037/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Elizangela Ines de Freitas - CPF nº 025.xxx.xxx-41.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Viz inhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	07 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	039/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Vitorino Rodrigues dos Santos - CPF nº 371.xxx.xxx-68.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Viz inhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	07 de outubro de 2026.

Dois Vizinhos, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:83653B99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0026/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0026/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, conforme segue:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0026/2026 TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA ABERTO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E REPAROS EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, FURGÕES, VANS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E MOTOCICLETAS, DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS, INTEGRANTES DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DOUTOR ULYSSES/PR, VINCADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, OBRAS, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNO, CULTURA E TURISMO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRANSPORTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E PAISAGISMO E SAÚDE, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR MÁXIMO: R$ 1.758.016,90 (UM MILHÃO, SETECENTOS E CINQUENTA E OITO MIL E DEZESSEIS REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 29/10/2026 às 09h:00m.

ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA: dia 29/10/2026 a partir das 09h: 05m.

LOCAL: Portal: plataforma de Pregões Eletrônicos da empresa LICITANET no Site: https://www.licitanet.com.br/

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/EQUIPARADAS COM PRIORIDADE PARA MICROEMPRESAS E EQUIPARADAS LOCAIS E PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EQUIPARADAS REGIONAL

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Poderá ser obtidas junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 17h00minh. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações, plataforma de Pregões Eletrônicos da LICITANE no Site: https://www.licitanet.com.br/, e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, em https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 13 de outubro de 2026.

HELISSON PATRICK BESTEL
Agente de Contratação

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F9205425

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SMS N º 013/2026. SÚMULA: DISPÕE SOBRE REGRAS PARA O DESLOCAMENTO, CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES, HORÁRIO DE ENCERRAMENTO E RETORNO DOS PROFISSIONAIS DESIGNADOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE

PORTARIA SMS N º 013/2026.

Súmula: Dispõe sobre regras para o deslocamento, cumprimento das atividades, horário de encerramento e retorno dos profissionais designados para atendimento nas Unidades de Saúde da zona rural do Município de Doutor Ulysses/PR, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e administrativas que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO a competência da Secretaria Municipal de Saúde para organizar, planejar, coordenar e acompanhar a execução dos serviços públicos municipais de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança dos serviços prestados à população nas Unidades de Saúde da zona rural;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios uniformes para o deslocamento das equipes, cumprimento das escalas de trabalho e controle da jornada dos profissionais;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 33/1993 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Doutor Ulysses, bem como a legislação específica aplicável aos demais vínculos funcionais;

RESOLVE:

Art. 1º Os profissionais designados para prestar atendimento nas Unidades de Saúde da zona rural deverão realizar o deslocamento a partir da Unidade de Saúde da Sede, em regra, às 07h30, conforme escala e organização dos serviços estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os profissionais deverão cumprir integralmente as atividades previstas para a respectiva Unidade Rural, observando a escala de trabalho, o horário de atendimento, os intervalos e a jornada de trabalho estabelecidos de acordo com a legislação, contrato ou demais normas aplicáveis ao respectivo vínculo funcional.
Art. 3º Fica estabelecido, como regra geral, o horário de 15h00 para encerramento das atividades presenciais nas Unidades Rurais e início do deslocamento de retorno à Unidade de Saúde da Sede.

§ 1º O horário previsto no caput poderá ser ajustado quando houver necessidade do serviço, alteração de escala previamente autorizada ou situação excepcional devidamente justificada.

§ 2º O deslocamento realizado entre a Unidade de Saúde da Sede e a respectiva Unidade Rural, ou no sentido inverso, quando realizado durante a jornada e por determinação da Administração, será considerado para fins de organização e controle da jornada, observadas as disposições legais, contratuais e regulamentares aplicáveis ao respectivo vínculo funcional.

Art. 4º Não será permitida a saída antecipada da Unidade Rural antes do horário estabelecido no art. 3º, salvo mediante autorização da chefia imediata ou da autoridade competente, ou diante de situação excepcional que envolva risco à segurança dos profissionais, usuários ou terceiros.

§ 1º As saídas antecipadas autorizadas deverão ser registradas e justificadas no sistema oficial de controle de frequência ou no instrumento de controle adotado pelo Município.

§ 2º Nas situações de emergência ou risco decorrentes de condições climáticas, condições das estradas, acidentes, interdições, problemas mecânicos ou outras circunstâncias que possam comprometer a segurança, o profissional deverá comunicar a ocorrência à chefia imediata ou à autoridade competente tão logo seja possível.

Art. 5º Os profissionais abrangidos por esta Portaria deverão realizar o registro de frequência de acordo com o sistema oficial adotado pelo Município, observando a jornada e os horários estabelecidos para o respectivo vínculo e escala de trabalho.

Parágrafo único. Eventuais inconsistências ou impossibilidades de registro decorrentes de deslocamento, ausência de conexão, falha do sistema ou outras situações devidamente justificadas deverão ser comunicadas à chefia responsável para regularização.

Art. 6º Eventual atraso no retorno à Unidade de Saúde da Sede decorrente de condições climáticas, condições das estradas, trânsito, acidentes, emergências, problemas mecânicos, necessidade do serviço ou outras circunstâncias alheias à vontade do profissional deverá ser comunicado e registrado, para fins de análise e justificativa da ocorrência, observada a legislação aplicável.

Art. 7º Compete às chefias imediatas e às coordenações responsáveis acompanhar o cumprimento das escalas, dos horários e da jornada de trabalho, bem como registrar e comunicar à Secretaria Municipal de Saúde as ocorrências que demandem providências administrativas.

Art. 8º As disposições desta Portaria não alteram nem prejudicam as jornadas, intervalos, direitos, deveres ou demais condições estabelecidas em lei, contrato, edital, escala ou outro instrumento jurídico aplicável ao respectivo vínculo funcional.

Art. 9º Nenhuma disposição desta Portaria será interpretada como obrigação de realização ou continuidade de deslocamento quando houver risco concreto à integridade física dos profissionais, usuários ou terceiros, devendo a situação ser imediatamente comunicada à chefia responsável para adoção das providências cabíveis.

Art. 10. A presente Portaria deverá ser observada em conjunto com as escalas de trabalho e demais normas internas vigentes da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Doutor Ulysses, 13 de outubro de 2026.

ANDERSON LEME DA SILVA
Secretario Municipal de Saúde
Decreto nº 0008/2025

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:C18B00B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 054/2026 PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA N° 059/2026

Contratante: Município de Fernandes Pinheiro
CNPJ nº 01.619.323/0001-20.
Contratada: SIRLEI PEPE MARTINS ME
CNPJ nº 05.257.922/0001-00
Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de ampliação de muro pré-fabricado no cemitério da localidade de Bituva dos Machados.
Prazo de execução: 60 (sessenta) dias.
Valor global: R$ 53.990,00 (cinquenta e três mil, novecentos e noventa reais)
Data: 13/10/2026
Dispositivos legais: Lei Federal nº 14.133/2021e legislações complementares.

OZIEL NEIVERT
Município de Fernandes Pinheiro
Contratante

SIRLEI PEPE MARTINS ME
Contratada

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:8443FD4A

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026 PROCESSO ADM: Nº 00000144

Objeto: Aquisição de cadeiras de rodas motorizadas, destinadas ao atendimento de pessoas idosas com mobilidade reduzida, em atendimento à Deliberação COEDE nº 05/2026 – Incentivo ao Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.
Empresas vencedoras valor total: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais): MEDWAY SOLUCOES PARA A SAUDE LTDA (58980514000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

FERNANDES PINHEIRO (PR), terça-feira, 13 de outubro de 2026

OZIEL NEIVERT
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:3637A773

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026 PROCESSO ADM: Nº 00000144

Objeto: Aquisição de cadeiras de rodas motorizadas, destinadas ao atendimento de pessoas idosas com mobilidade reduzida, em atendimento à Deliberação COEDE nº 05/2026 – Incentivo ao Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.
Empresas vencedoras valor total: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais): MEDWAY SOLUCOES PARA A SAUDE LTDA (58980514000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FERNANDES PINHEIRO (PR), terça-feira, 13 de outubro de 2026

OZIEL NEIVERT
Autoridade Competente

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:5F782349

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.661, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.661, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diárias para o Prefeito do Município de Flórida/PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Municipal n° 616 de 18/11/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 2 (duas) diárias no valor unitário de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) totalizando R$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), ao Senhor **ANTONIO EMERSON SETTE**, Prefeito Municipal de Flórida, a título de custeio com despesas de alimentação e hospedagem em Curitiba/PR, com partida no dia 13 de outubro de 2026 e retorno previsto para o dia 15 de outubro de 2026, para onde se desloca para tratar de assuntos de interesse desta municipalidade.

Parágrafo único - A viagem tem como finalidade a visita ao gabinete do deputado estadual senhor Ademar Traiano e ao gabinete do deputado estadual senhor Soldado Adriano José.

Art. 2º - Determinar à Secretaria de Controle Interno e Divisão de Contabilidade, que tomem conhecimento e as providências legais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da data de sua emissão.

Edifício da Prefeitura Municipal de Flórida, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:FA1A3B48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – SRP- Nº 38/2026-PMF

I. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, materiais permanentes, equipamentos, mobiliários e demais bens necessários para atender às demandas das Secretarias Municipais de Flórida/PR.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir do dia 14 de outubro de 2026 até às

08h45min do dia 28/10/2026, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
III. REALIZAÇÃO: dia **28 de outubro de 2026** às 09:00h, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço por lote".
V. VALOR TOTAL MÁXIMO: R$ 990.669,46 (novecentos e noventa mil e seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos).
Demais informações pelo fone: (44) 3136-0200 na Prefeitura Municipal de Flórida/PR, na Divisão de Licitação, no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Flórida: www.florida.pr.gov.br e no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.

Flórida, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:0E8EB686

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 70/2025-PMF

Pelo presente, de um lado o **MUNICIPIO DE FLÓRIDA** (contratante) e, de outro, a empresa REGIANE CALIXTO ALVES, (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira — O presente termo tem por objetivo aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação contratual da Contratação de empresa para prestação de serviços de poda e erradicação de árvores, até o dia 05 de outubro de 2027.

Cláusula Segunda – Fundamenta-se, este aditivo, no disposto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, haja vista a vantagem administrativa consistente na continuidade dos serviços prestados em razão da oportunidade e conveniência para o contratante devidamente expostos na solicitação formulada.

Cláusula Terceira - Fica ainda concedido no importe de 3,41 % (três inteiros e quarenta e um centésimos) do acumulado do INPC do período de novembro de 2025 a agosto de 2026, perfazendo os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ORIGINÁRIO	VALOR RECOMPOSTO
01	Serviço de Poda Ornamental de Árvores	R$ 70,00	R$ 72,39
02	Serviço de erradicação de Árvores	R$ 200,00	R$ 206,83

Cláusula Quarta - Em decorrência do presente aditivo previsto na Cláusula Segunda e Quarta, fica acrescido ao valor original a importância de **R$ 59.876,96 (cinquenta e nove mil oitocentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos)**, perfazendo o valor global do contrato de **R$ 117.776,96 (cento e dezessete mil setecentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos).**
Parágrafo único. No exercício de 2026, a contratação onerará a respectiva dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Quinta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor, com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 18 de setembro de 2026.

De acordo:

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratante

REGIANE CALIXTO ALVES
Contratada

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:EBC555DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2024-PMF

Pelo presente, de um lado o **MUNICÍPIO DE FLÓRIDA**, parte contratante, e de outro a empresa **EXTRACON – MINERAÇÃO E OBRAS LTDA**, parte contratada, ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo aditivo, resolvem, na forma da Lei nº 8.666/93, firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do objeto do contrato administrativo n° 01/2024, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, **estendendo o prazo de execução do objeto até 8 de outubro de 2026.**

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato.

E para firmeza e como prova de assim haver entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Flórida, 11 de maio de 2026.

De acordo:

Contratante
MUNICÍPIO DE FLÓRIDA

Contratada
EXTRACON – MINERAÇÃO E OBRAS LTDA

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:163CBD5A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇAO CREDENCIAMENTO 009/2024
INEXIGIBILIDADE 28/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 118/2024

TERMO DE AUTORIZAÇAO
CREDENCIAMENTO 009/2024
INEXIGIBILIDADE 28/2024
Processo Administrativo: Nº 118/2024

Objeto:"CONTRATAÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER A DEMANDA DA SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO"
Empresas Credenciadas que atenderam ao solicitado em edital

LABORATORIO MANGUEIRENSE DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, CNPJ: 31.254.369/0002-35

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 Inciso VIII, e suas alterações, resolve autorizar a contratação por Inexigibilidade (Contratação

direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), 13 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa da Silva de Souza
Código Identificador:8C5112F4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO – 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO/PR

CONVOCAÇÃO – 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO/PR

O Município de Foz do Jordão -Pr , em parceria com a FAU – Fundação de Apoio a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), responsável pela assessoria técnica do processo de revisão e elaboração do Plano Diretor Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), CONVOCA toda a comunidade, representantes de associações de bairro, entidades de classe, organizações não governamentais e demais cidadãos interessados, para participar da **3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.**
Esta etapa tem como objetivo principal apresentar, debater e validar as propostas consolidadas, as diretrizes de zoneamento e as minutas das leis que integrarão o novo Plano Diretor, garantindo a participação popular democrática no planejamento e no desenvolvimento futuro do município.
A audiência também visa coletar contribuições da comunidade para a consolidação dos produtos da etapa.
A participação popular é essencial para garantir a transparência, a efetividade e a legitimidade do processo de planejamento urbano.
Informações do Evento:
Data: 04 de novembro de 2026
Horário: 18h30
Local: Câmara Municipal de Foz do Jordão

Foz do Jordão, 13 de Outubro de 2026

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:89DB59BA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 084/2026

DECRETO Nº 084/2026

Aprova o Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa de Foz do Jordão para o quadriênio 2027-2030, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO a aprovação do município nas etapas anteriores do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa - PAPI, especificamente no Passo 5 (Diagnóstico Situacional) e no Passo 6 (Plano Municipal);
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o fortalecimento e qualificação das políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo, saudável e com qualidade de vida;
CONSIDERANDO que o Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa foi elaborado de forma intersetorial, participativa e em consonância com o Diagnóstico Situacional local da população idosa;
CONSIDERANDO a necessidade de formalização do Marco Legal, correspondente ao Passo 7 do referido Programa, exigido pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI),
DECRETA:
Art. 1º Fica oficialmente aprovado o Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa de Foz do Jordão para o quadriênio 2027-2030, estruturado em consonância com as diretrizes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa - PAPI.
Parágrafo único. O Plano de Ação Municipal aprovado por este Decreto passa a constituir a base para a implementação, o monitoramento e a execução das políticas e metas públicas direcionadas à população de 60 anos ou mais no âmbito do Município.
Art. 2º O Plano de Ação aprovado por este ato é composto por 9 (nove) eixos estratégicos obrigatórios:
I – Eixo 1: Espaços Abertos e Edificações;
II – Eixo 2: Transporte;
III – Eixo 3: Moradia;
IV – Eixo 4: Participação Social;
V – Eixo 5: Respeito e Inclusão Social;
VI – Eixo 6: Participação Cívica e Emprego;
VII – Eixo 7: Comunicação e Informação;
VIII – Eixo 8: Apoio Comunitário e Serviços de Saúde;
IX – Eixo 9: Cuidado e Apoio às Famílias.
Art. 3º As ações decorrentes do Plano de Ação Municipal serão executadas de forma articulada e intersetorial pelas secretarias e órgãos da administração municipal, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social e com acompanhamento direto do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI).
Art. 4º O monitoramento do cumprimento das metas será realizado continuamente, com reuniões de avaliação semestrais registradas em ata e com a elaboração de Relatórios Anuais de Monitoramento, os quais deverão ser apresentados ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa até o último dia útil de fevereiro do ano seguinte ao período avaliado.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, em 8 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:486D617A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 428 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA N° 428 de 09 de outubro de 2026

Ementa: Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar n° 002/2005,

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n° 001/2025 por meio da Portaria n° 531/2025;

CONSIDERANDO a designação da Comissão Processante pela Portaria n° 532, de 23 de dezembro de 2025; e Portaria 095/2026;

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Comissão Processante, que aponta a necessidade de continuidade das diligências, realização de oitivas e demais atos instrutórios indispensáveis à adequada apuração dos fatos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n° 002/2005, que estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão de Processo Administrativo Disciplinar, admitida prorrogação quando devidamente justificada;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar n° 001/2025.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:F58123FC

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.233 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.233 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir e sinalizar vagas destinadas à operação de carga e descarga em vias públicas municipais, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Legislativo Nº. 010/2026, e Eu, Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar, regulamentar e sinalizar vagas destinadas exclusivamente às operações de carga e descarga de mercadorias em vias públicas municipais, em frente ou nas proximidades de estabelecimentos comerciais.

Art. 2º A implantação das vagas de carga e descarga dependerá de estudo técnico realizado pelo órgão municipal competente, observando, entre outros, os seguintes critérios:
I – Segurança viária;
II – Fluxo de veículos e pedestres;
III – Largura da via;
IV – Necessidade operacional do estabelecimento;
V – Interesse público e mobilidade urbana.

Art. 3º As vagas serão devidamente identificadas por meio de:
I – Sinalização vertical, mediante instalação de placas indicativas;
II – Sinalização horizontal, com pintura específica sobre o pavimento;
III – outras formas de sinalização previstas na legislação de trânsito.

Art. 4º As vagas destinam-se exclusivamente às operações de embarque e desembarque de mercadorias, sendo vedada sua utilização para estacionamento comum, exceto nos horários e condições definidos em regulamento.

Art. 5º O Poder Executivo poderá estabelecer dias, horários máximos de permanência, tipos de veículos autorizados e demais critérios para utilização das vagas, observadas as normas do Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Art. 6º A criação das vagas poderá ocorrer:
I – Por iniciativa do Poder Executivo;
II – Mediante solicitação do estabelecimento interessado;
III – Mediante requerimento fundamentado de entidades representativas do comércio.
Parágrafo único. A solicitação prevista neste artigo não gera direito automático à implantação da vaga, ficando sua aprovação condicionada ao parecer técnico favorável do órgão competente.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.
Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Executivo Municipal, 13 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueidi Budnhak
Código Identificador:5745BE67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 176/2026

O Município de General Carneiro, Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Compras e Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL** referente ao procedimento licitatório acima identificado, em razão da publicação do Decreto Municipal nº 561/2026, que declarou ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 30 de outubro de 2026, data anteriormente prevista para a realização da sessão pública.

Dessa forma, fica alterada a data de abertura e disputa do certame, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

Data de abertura e disputa: 30/10/2026.

LEIA-SE:

Data de abertura e disputa: 03/11/2026.

Permanecem inalteradas as demais disposições do edital e de seus anexos, inclusive o horário da sessão pública, desde que não conflitantes com a presente retificação.

General Carneiro - PR, 13 de outubro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:62B53D2F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
ATO DE ANUÊNCIA Nº 001/2026

EMENTA: Transfere a data de realização da Sessão Ordinária do Poder Legislativo Municipal de Goioerê em decorrência do feriado da Padroeira do Brasil, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e
CONSIDERANDO que o dia 12 de outubro de 2026 é feriado nacional relativo ao dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil;
CONSIDERANDO o acordo e a anuência de todos os Vereadores e Vereadoras integrantes desta Casa de Leis para a adequação do calendário das sessões legislativas da presente semana;
RESOLVE / DECLARA:
Art. 1º Fica transferida a realização da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Goioerê, originalmente prevista para ser realizada no dia 13/10 da presente semana, para o dia **15 de outubro de 2026 (quinta-feira)**, com início às **19h00min**, a ser realizada no Plenário do Poder Legislativo.
Art. 2º Registre-se a anuência unânime dos Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal de Goioerê constante das assinaturas firmadas no presente instrumento.
Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser dada a devida publicidade pelos meios oficiais da Câmara Municipal de Goioerê.

Edifício da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente

Anuência:

ALINE SUELLEM BATISTA
Vereadora

AMARILDO ALVES
Vereador

FABIANO APARECIDO BARBOZA
Vereador

IVONETE AVELINA DA ROCHA
Vereadora

LEONILDO DE OLIVEIRA SOUZA
Vereador

MARCELO CONCENCIO ZAIA
Vereador

MAY RAMALHO DOS SANTOS
Vereador

PATRIK PELOI FLÁVIO
Vereador

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:D28378CC

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 011/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova de títulos** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Fica divulgado por intermédio do **ANEXO ÚNICO** deste Edital, o resultado preliminar da prova de títulos.

Art.2° O candidato poderá consultar individualmente o seu desempenho na prova de títulos, acessando o campo "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3° Em face do resultado da prova de títulos divulgado neste expediente, caberá interposição de recurso no período das **0h do dia 08/10/2026 até às 23h59min do dia 09/10/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goioerê (PR), 07 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:564282EB

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 013/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado final e classificação** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art. 1° Fica divulgado por intermédio do presente edital, o Resultado Final e Classificação do Concurso Público do Município de Goioerê, Estado do Paraná, na seguinte ordem:
O **ANEXO I** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas à Pessoa com Deficiência (PcD), conforme os critérios estabelecidos no item 14.
O **ANEXO II** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas aos Afrodescendentes (AFRO), conforme os critérios estabelecidos no item 14.
O **ANEXO III** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas a Ampla Concorrência (AC), conforme os critérios estabelecidos no item 14.
Art. 2º Comunicamos que a partir das **0h do dia 14/10/2026 às 23h59min do dia 16/10/2026**, observado o horário oficial de Brasília - DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o Resultado Final e Classificação, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 3° O candidato poderá consultar individualmente seu desempenho na "Área do Candidato", a partir do dia **13/10/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goioerê (PR), 13 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:2CCD4305

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 022/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026 - RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado definitivo da prova de títulos** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Após análise dos recursos administrativos interpostos contra o resultado preliminar da prova de títulos, fica **MANTIDA** a listagem

divulgada através do Edital n.º 11.001/2026, em 07 de outubro de 2026.

Os candidatos que interpuseram recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos poderão consultar a resposta individualmente na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, consulta esta, que deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias, a contar a partir desta publicação.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

Goioerê (PR), 13 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:E4164B2B

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DO DECRETO Nº. 10.018/2026

Na Edição nº. 3.635, ano XV, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, veiculado na data de 13 de outubro de 2026, foi publicado o Decreto nº. 10.018/2026, onde, na súmula, foi mencionado erroneamente o número do decreto:

Onde se lê:

ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO DECRETO Nº 9.136/2025, DE 14 DE JANEIRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leia-se:

ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO DECRETO Nº 9.135/2025, DE 14 DE JANEIRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 13 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:2D04130A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 10.019/2026

REVOGA O DECRETO Nº. 9.976/2026, QUE DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA E EXTINÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DE SERVIDORA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, INCISO VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

CONSIDERANDO a necessidade de reavaliar os efeitos administrativos decorrentes do Decreto nº 9.976/2026, de 16 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção das providências administrativas pertinentes à situação funcional da servidora ELIDA BERNARDINO RODRIGUES, matrícula nº 105601, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da segurança jurídica e do interesse público que devem orientar os atos da Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 9.976/2026, de 16 de setembro de 2026, que declarou a vacância do cargo de Agente Comunitário de Saúde por motivo de aposentadoria de invalidez da servidora ELIDA BERNARDINO RODRIGUES, matrícula nº 105601.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá adotar as providências administrativas necessárias à adequação dos registros funcionais da servidora, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 13 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:2215DBEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2026

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-066, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e de outro lado, a empresa PIRES LIMPEZA AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 27.561.875/0001-19, situada na Rua Angelo Favaretto nº 133, Jardim Pires, CEP 87.083.420, no Município de Maringá, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Srº FERNANDO RAMOS PIRES, resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar a Ata de Registro de Preços nº 59/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 14/2026, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração na Ata de Registro de Preços:
1.1.1. Acréscimo quantitativo equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), no item nº 1, da Ata de Registro de Preços nº 59/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará a ter o seu quantitativo aumentado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde Original	Qtde Aditivada	Valor Unit (R$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE CHORUME Produzidos na Lagoa Anaeróbica do Aterro Sanitário de Goioerê. A contratada deverá possuir licenciamento ambiental de operação do local de disposição final de disposição final dos resíduos.	M³	600	150	586,00

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 87.900,00 (oitenta e sete mil novecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
498	16.003	1.201	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
498	16.003	1.201	3.3.90.39.00.00.00.00	00002

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 09 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

FERNANDO RAMOS PIRES
Pires Limpeza Ambiental LTDA

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:8E3EC21C

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E HABILITAÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS NAS OFICINAS CULTURAIS

Projetos contemplados nas Oficinas Culturais

A Secretaria Municipal de Cultura de Goioerê parabeniza os proponentes selecionados no Edital nº 003/2026 – Lei Aldir Blanc, que tem como objetivo fomentar a cultura e incentivar a realização de oficinas e projetos culturais em nosso município.

Conheça os projetos contemplados:

AUDIOVISUAL
* Mariane de Souza Feliz – Meu Olhar, Minha História
* Ezequiel Pereira Sales – Goioerê em Foco
* Manoel de Andrade Correa – Toda História Pode Virar um Filme
* Luiz Carlos Oliveira - Técnica de Palco Luz e Som

ARTESANATO
* Caroline Aparecida Marques de Brito – Arte em EVA
* Manoel de Andrade Correa – Oficina de Cerâmica: Modelagem, Esmaltação e Queima
* Eliane Cristina Pereira – Oficina de Macramê: Arte e Criatividade
* Cristina Aparecida Sales de Melo - Entre Fios e Afetos - Artesanato

TEATRO
* Andressa de Santana Nunes – Histórias que Ganham Vida

MÚSICA
* Edimilson Ferreira da Silva – Oficina de Flauta Doce

A Secretaria Municipal de Cultura parabeniza todos os selecionados e deseja muito sucesso na realização dos projetos!

A Lei Aldir Blanc representa um importante instrumento de incentivo à cultura, possibilitando que ideias, talentos e conhecimentos sejam compartilhados com a comunidade e contribuam para o fortalecimento da cultura em Goioerê.

Cultura que transforma, inspira e aproxima!

Atenciosamente,

Secretaria Municipal de Cultura
Prefeitura Municipal de Goioerê – PR

Goioerê-PR, 05 de Outubro de 2026

Atenciosamente;

WALDERLENES SANTOS DE SOUSA
Secretária Municipal de Cultura
Portaria nº 170/2026

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:D6CBC097

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 54 DE 2026 - DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR

SÚMULA: Dispõe sobre a suspensão temporária do transporte escolar no Município de Goioxim, em razão das condições meteorológicas adversas e dos riscos decorrentes das fortes chuvas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, especialmente quanto à adoção de medidas preventivas destinadas à redução dos riscos de desastres e à proteção da população;
CONSIDERANDO o Boletim de Gestão de Riscos nº 044/2026, emitido pelo Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná – SIMEPAR, atualizado em 13 de outubro de 2026, às 10h41, com vigência entre os dias 13 e 14 de outubro de 2026, que alerta para a ocorrência de condições meteorológicas adversas no Estado do Paraná;
CONSIDERANDO as condições climáticas adversas que atingem o Município de Goioxim, ocasionando o isolamento de comunidades e comprometendo as condições de trafegabilidade de estradas rurais, com riscos à circulação dos veículos escolares;
CONSIDERANDO a necessidade de preservar a integridade física e a segurança dos alunos, motoristas, monitores e demais profissionais envolvidos na execução do transporte escolar;
DECRETA
Art. 1º Fica determinada a suspensão temporária do serviço de transporte escolar no âmbito do Município de Goioxim, nos dias **14 e 15 de outubro de 2026**, em razão das condições meteorológicas adversas que atingem o Município, ocasionando o isolamento de comunidades, comprometendo a trafegabilidade das estradas e colocando em risco a segurança dos estudantes e profissionais envolvidos no transporte.
Art. 2º A medida estabelecida neste Decreto possui caráter excepcional, preventivo e temporário, tendo como finalidade resguardar a integridade física dos alunos da rede de ensino atendidos pelo transporte escolar municipal, considerando os riscos de deslizamentos de terra, alagamentos, enxurradas, quedas de árvores, rolamento e deslocamento de bueiros, danos às estruturas de drenagem, comprometimento das condições de trafegabilidade das estradas e demais situações decorrentes das condições climáticas adversas, que possam representar perigo à circulação dos veículos escolares e à segurança de seus ocupantes.
Parágrafo único. Caso persista a situação de risco ou sejam identificadas condições que comprometam a segurança do transporte escolar nos dias subsequentes, o Poder Executivo Municipal poderá

editar novos atos administrativos, estabelecendo a prorrogação da suspensão ou outras medidas preventivas que se fizerem necessárias.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação deverá promover, em articulação com as instituições de ensino competentes, as orientações necessárias quanto aos eventuais ajustes no calendário escolar, observada a legislação educacional vigente.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:CE46FD75

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026 | DISPENSA ELETRÔNICA Nº 049/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, CNPJ nº 01.607.627/0001-78.
CONTRATADA: SUPER GAS BRAS GOIOXIM LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.111.458/0001-44, estabelecida na Rua João Pedroso, nº 71, Centro, Goioxim/PR.
PROCEDIMENTO: Dispensa Eletrônica nº 049/2026 - Processo Administrativo nº 100/2026.
FUNDAMENTO: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 002/2024 e demais normas pertinentes.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de recargas de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, em recipientes P13 de 13 kg e P45 de 45 kg, mediante troca de recipientes vazios por recipientes cheios, para atendimento das Secretarias e demais unidades do Município de Goioxim/PR.
ITENS/VALORES: Item 01 - GLP P13, 300 recargas, R$ 120,40 por recarga, total R$ 36.120,00; Item 02 - GLP P45, 10 recargas, R$ 443,00 por recarga, total R$ 4.430,00.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 40.550,00 (quarenta mil, quinhentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 13/10/2026 a 12/10/2027, considerando assinatura em 13/10/2026 e observada a publicação exigida para eficácia.
REGIME DE EXECUÇÃO: fornecimento parcelado, mediante ordem de fornecimento/requisição e prévio empenho, sem garantia de consumo integral.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 1093 - fonte 00303; 740 - fonte 00107; 720 - fonte 00103; natureza da despesa 3.3.90.30.00.00.
DATA DE ASSINATURA: 13/10/2026.
ASSINAM: EDER DOS SANTOS, pelo Município, e LAUDELINA LOPES, pela contratada.

Goioxim/PR, 13 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Goioxim/PR

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:9C37EC76

MUNICIPIO DE GOIOXIM
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DISPENSA 049 2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026 | DISPENSA ELETRÔNICA Nº 049/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, EDER DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, à vista dos documentos do Processo Administrativo nº 100/2026, Dispensa Eletrônica nº 049/2026, com fundamento nos arts. 72, VIII, e 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 002/2024 e no Parecer Jurídico Referencial nº 002/2026;
CONSIDERANDO o objeto de fornecimento parcelado de recargas de GLP P13 e P45, à base de troca, destinado ao atendimento das Secretarias Municipais por 12 (doze) meses;
CONSIDERANDO a proposta final da empresa SUPER GAS BRAS GOIOXIM LTDA, a conclusão favorável da habilitação comunicada pelo Agente de Contratação, o relatório de julgamento eletrônico, a justificativa de escolha e de preço, o exame da disponibilidade orçamentária e o ateste de adequação ao parecer jurídico referencial;
RESOLVE:
Art. 1º ADJUDICAR os itens 01 e 02 à empresa SUPER GAS BRAS GOIOXIM LTDA, CNPJ nº 48.111.458/0001-44, conforme quadro:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	Recarga GLP em recipiente P13 (13 kg), à base de troca, com entrega e atendimento às exigências da ANP, INMETRO e normas técnicas.	300 UN	R$ 120,40	R$ 36.120,00
02	Recarga GLP em recipiente P45 (45 kg), à base de troca, com entrega e atendimento às exigências da ANP, INMETRO e normas técnicas.	10 UN	R$ 443,00	R$ 4.430,00
	VALOR GLOBAL ESTIMADO			R$ 40.550,00

Art. 2º HOMOLOGAR o resultado da Dispensa Eletrônica nº 049/2026, Processo Administrativo nº 100/2026, para os itens e valores descritos no artigo anterior.
Art. 3º AUTORIZAR a contratação direta da adjudicatária, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, pelo valor global estimado de R$ 40.550,00 (quarenta mil, quinhentos e cinquenta reais), em conformidade com a proposta final e os documentos do processo.
Art. 4º DETERMINAR a assinatura do Contrato Administrativo nº 128/2026, com prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da assinatura e fornecimento parcelado, mediante ordens, requisições e notas de empenho, sem obrigação de consumo integral dos quantitativos estimados.
Art. 5º DETERMINAR à Secretaria Municipal de Administração e ao Departamento de Licitações que providenciem as publicações no PNCP e sítio oficial, os registros no sistema competente e os encaminhamentos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, observados os prazos legais e a condição de eficácia do contrato.
Art. 6º A execução observará o Termo de Referência, as condições de habilitação e de regularidade perante a ANP, as dotações orçamentárias e a vedação de realização de despesa sem prévio empenho.
Goioxim/PR, 13 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Goioxim/PR

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:8F6FA806

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 296/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 517/2025, Contrato nº 808/2025, decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 130/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **RAFACHO CONSULTORIAS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 50.541.724/0001-10**

Objeto do Contrato: Locação de salão para eventos, palestras e outras atividades institucionais, de modo a suprir a necessidade descrita pelas Secretarias Municipais.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor da Ata de Registro de Preços nº 517/2025 - Contrato nº 808/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **17 de outubro de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo de **R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 13 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Jose Junior Bezerra da Costa
Código Identificador:617B33EC

CONSAMU
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

OBJETO: O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, consórcio público, sem fins lucrativos, com pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 17.420.047/0001-07, torna público, que realizará no dia **26/10/2026** às **08h31min** a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** que tem por objeto **"**Aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares.". Início da sessão de disputa de preços às **09h00min** do dia **26/10/2026.** A retirada do edital poderá ser realizada através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@consamu.com.br, pelo site www.novobbmnet.com.br ou na Sede Administrativa do CONSAMU, situado à Rua Uruguai, nº 283, Setor de Compras/Licitação, Bairro Alto Alegre, Cascavel – PR. Telefone: (045) 3036-7117 – Site: https://www.consamu.com.br/

Cascavel – PR, 13 de outubro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:40546F12

CONSAMU
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026

OBJETO: O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, consórcio público, sem fins lucrativos, com pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 17.420.047/0001-07, torna público, que realizará no dia **28/10/2026** às **08h31min** a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** que tem por objeto **"**Contratação empresa especializada para fornecimento de Gases Medicinais: óxido nitroso, dióxido de carbono e nitrogênio medicinal para o Hospital de Retaguarda Allan Brame Pinho". Início da sessão de disputa de preços às **09h00min** do dia **28/10/2026.** A retirada do edital poderá ser realizada através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@consamu.com.br, pelo site www.novobbmnet.com.br ou na Sede Administrativa do CONSAMU, situado à Rua Uruguai, nº 283, Setor de Compras/Licitação, Bairro Alto Alegre, Cascavel – PR. Telefone: (045) 3036-7117 – Site: https://www.consamu.com.br/

Cascavel – PR, 13 de outubro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:5B570AF2

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 028/2026 – PREGÃO Nº 24/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: VIDALIMP PRESTADORA DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
OBJETO: Para execução do objeto contratado, considerando o disposto no item 5.17 do Termo de referência, do edital de Pregão Eletrônico nº 24/2026, as partes em comum acordo celebram termo aditivo com a nova composição de valores oriunda das planilhas e custos e formação de preços, elaboradas com base nos percentuais de insalubridade definidos no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, conforme Protocolo nº 5.911 de 17 de agosto de 2026. Fica observado que os quantitativos constantes nas novas planilhas permanecem inalterados, pois não houve qualquer ajuste no quantitativo de postos e/ou profissionais. Fica estabelecido que o item 1 teve seu valor unitário inicial corrigido em razão de erro material de digitação. Ademais, foram corrigidos os valores totais de todos os itens, tendo em vista inconsistências nos somatórios das planilhas originais, sem alteração dos quantitativos originalmente contratados. Os novos valores têm vigência retroativa, a partir de 24 de julho de 2026, data em que o contrato passou a vigorar. O valor total do termo aditivo será de R$ 1.446.202,20 (um milhão e quatrocentos e quarenta e seis mil e duzentos e dois reais e vinte centavos), ficando o valor total global do contrato em R$ 6.436.202,16 (seis milhões e quatrocentos e trinta e seis mil e duzentos e dois reais e dezesseis centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO DO CARGO	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR ESTIMATIVO MENSAL	VALOR ESTIMATIVO ANUAL
1	Encarregado-Diurno (8h)	1	R$ 8.424,71	R$ 8.424,71	R$ 101.096,52
2	Recepção - Diurno	3	R$ 14.403,19	R$ 43.209,57	R$ 518.514,84
3	Recepção-Noturno	2	R$ 16.208,95	R$ 32.417,90	R$ 389.014,80
4	Copeira - Diurno	3	R$ 13.499,35	R$ 40.498,05	R$ 485.976,60
5	Copeira -Noturno	1	R$ 15.162,86	R$ 15.162,86	R$ 181.954,32
6	Auxiliar de Manutenção Predial Diurno	2	R$ 15.090,13	R$ 30.180,26	R$ 362.163,12
7	Auxiliar de Limpeza (diurno)	12	R$ 13.647,15	R$ 163.765,80	R$ 1.965.189,60
8	Auxiliar de Limpeza (noturno)	7	R$ 15.311,34	R$ 107.179,38	R$ 1.286.152,56
9	Camareira Hospitalar (diurno)	1	R$ 13.499,35	R$ 13.499,35	R$ 161.992,20
10	Camareira Hospitalar (noturno)	1	R$ 15.162,86	R$ 15.162,86	R$ 181.954,32
11	Controlador de Acesso (diurno)	2	R$ 15.824,73	R$ 31.649,46	R$ 379.793,52
12	Controlador de Acesso (noturno)	2	R$ 17.599,99	R$ 35.199,98	R$ 422.399,76

FIRMADO EM: 09 de outubro de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 5.911/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Lucas Zang Machado

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:058A0F55

PROJUR
DECRETO Nº 478/2026 DATA: 13.10.2026 EMENTA: REGULAMENTA A APURAÇÃO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PRATICADAS POR LICITANTES E CONTRATADOS, INCLUSIVE NAS FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO, DISCIPLINA OS PROCESSOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E A APLICAÇÃO DE SANÇÕES

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e,

Considerando que os arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 disciplinam infrações e sanções administrativas aplicáveis tanto a licitantes quanto a contratados;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimento uniforme para a apuração de infrações ocorridas durante os procedimentos licitatórios, inclusive nas fases de julgamento de propostas e habilitação, e durante a execução dos contratos administrativos;

Considerando a observância do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da motivação, da proporcionalidade, da segurança jurídica e da segregação de funções;

Considerando a necessidade de compatibilizar a atuação da Comissão Permanente de Apuração e das autoridades administrativas com as competências e garantias previstas na legislação federal;

Considerando o memorando online sob o n° 4.191/2025,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Guaíra, Estado do Paraná, o fluxo de comunicação, instauração, instrução, decisão, recurso, registro e acompanhamento dos processos administrativos destinados à apuração de infrações cometidas por licitantes e contratados, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º O procedimento abrange fatos ocorridos nos procedimentos licitatórios, inclusive nas fases de apresentação e julgamento de propostas, habilitação, adjudicação e convocação para contratação, nas contratações diretas e na execução dos contratos administrativos e instrumentos equivalentes.

§ 2º A aplicação deste Decreto limita-se às licitações e contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as regras pertinentes à incidência temporal da legislação e as condições do edital e do contrato.

§ 3º A apuração da responsabilidade administrativa é autônoma em relação às providências de julgamento, classificação, desclassificação, habilitação, inabilitação e fiscalização contratual, sem prejuízo da utilização compartilhada dos elementos de prova validamente produzidos.

Art. 2º Os procedimentos de que trata este Decreto observarão, em todas as suas fases, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, contraditório, ampla defesa, segurança jurídica e segregação de funções.

Parágrafo único. A desclassificação de proposta, a inabilitação de licitante, a perda de prazo ou a ocorrência de inadimplemento não importam, por si sós, aplicação automática de sanção, devendo ser examinadas as circunstâncias concretas e as justificativas do interessado, mediante procedimento específico.

Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I – licitante: pessoa física ou jurídica que participe de procedimento licitatório, inclusive na condição de interessada em contratação, desde que possa ser responsabilizada por conduta abrangida pela Lei nº 14.133/2021;
II – contratado: pessoa física ou jurídica vinculada à Administração por contrato administrativo ou instrumento equivalente;
III – agente de contratação ou pregoeiro: agente público responsável pela condução do procedimento licitatório, na forma da legislação e do ato de designação;
IV – comissão de contratação: colegiado incumbido de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações, nos limites de sua designação;
V – fiscal e gestor do contrato: agentes designados para acompanhar a execução e a gestão do contrato, respectivamente;
VI – Comissão Permanente de Apuração: colegiado designado em portaria específica para instruir processos administrativos sancionadores, em especial os que possam resultar em impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade;
VII – autoridade competente: agente ou autoridade com atribuição legal ou delegada para instaurar ou decidir os processos disciplinados neste Decreto, respeitadas as competências privativas previstas em lei;
VIII – notícia de infração: comunicação documentada de fatos que, em tese, possam configurar infração administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO II
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 4º Constituem infrações administrativas imputáveis ao licitante ou ao contratado as condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Art. 5º A indicação inicial de uma ou mais infrações deverá considerar a descrição individualizada da conduta, a disposição legal correspondente, as exigências editalícias ou contratuais aplicáveis e os elementos que evidenciem, em tese, a responsabilidade do interessado.

§ 1º A eventual infração relacionada à documentação de habilitação será apurada segundo as exigências efetivamente estabelecidas no edital e a situação concreta, inclusive eventuais diligências, decisões administrativas e justificativas apresentadas.

§ 2º Não será presumida falsidade documental, fraude ou má-fé exclusivamente da inabilitação, do equívoco sanável ou da apresentação de documentação insuficiente, sem prejuízo da apuração quando houver elementos concretos da infração legalmente prevista.

§ 3º O mesmo fato poderá ensejar providências no procedimento licitatório ou na execução do contrato e, quando cabível, processo sancionador próprio, com observância dos respectivos objetos, competências e garantias legais.
CAPÍTULO III
DA NOTÍCIA DE INFRAÇÃO E DA ANÁLISE PRELIMINAR

Art. 6º A notícia de possível infração poderá decorrer:

I – de registro ou relatório elaborado pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, quando o fato ocorrer durante a licitação ou a contratação direta;
II – de relatório do fiscal ou gestor do contrato, quando o fato estiver relacionado à execução contratual;

III – de informação encaminhada pela unidade demandante, pelo setor de compras, pela unidade de contratos ou por outro órgão municipal;
IV – de auditoria, controle interno ou externo, representação, reclamação, denúncia ou outros elementos idôneos, devidamente documentados.

Art. 7º A comunicação da ocorrência será formalizada em relatório circunstanciado, acompanhado, sempre que disponíveis, dos seguintes elementos:

I – identificação do procedimento licitatório, da contratação direta ou do contrato, com o respectivo número e objeto;
II – identificação do licitante ou contratado e de seu representante, quando conhecidos;
III – descrição objetiva dos fatos, com indicação de datas, prazos, atos praticados e consequências observadas;
IV – especificação das disposições legais, editalícias ou contratuais potencialmente violadas;
V – documentos disponíveis, inclusive atas, mensagens da plataforma eletrônica, convocações, propostas, documentos de habilitação, notificações, ordens de compra, relatórios técnicos e registros de execução;
VI – esclarecimento sobre as justificativas previamente apresentadas pelo interessado e sobre diligências realizadas, quando houver;
VII – identificação do agente responsável pelo relato e de eventuais providências urgentes necessárias.

§ 1º A unidade comunicante não deverá propor penalidade como consequência automática do julgamento da licitação, podendo indicar, de modo fundamentado, a necessidade de apuração.

§ 2º Quando os fatos ocorrerem no procedimento licitatório, a comunicação será encaminhada à autoridade competente por intermédio da unidade responsável pelas licitações, sem que isso retire do agente de contratação sua competência para conduzir e decidir os atos do certame.

Art. 8º Recebida a notícia de infração, a autoridade competente realizará análise preliminar quanto à existência de elementos mínimos que justifiquem a instauração de processo sancionador, podendo:

I – requisitar documentos, informações ou esclarecimentos complementares;
II – determinar o saneamento de impropriedade meramente formal, quando juridicamente admissível e sem prejuízo de eventual apuração de conduta autônoma;
III – determinar o arquivamento fundamentado da notícia quando manifestamente ausentes elementos mínimos de infração;
IV – instaurar o procedimento sancionador adequado, delimitando os fatos a apurar e identificando a comissão processante, quando exigível.

Parágrafo único. A análise preliminar não substitui a defesa do interessado nem autoriza antecipação de juízo definitivo de responsabilidade.

CAPÍTULO IV
DA INSTAURAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS

Art. 9º O processo administrativo sancionador será instaurado por despacho ou ato formal da autoridade competente, autuado em procedimento próprio ou em autos apartados vinculados ao processo originário, com indicação:
I – do interessado e dos dados cadastrais disponíveis;
II – dos fatos objeto da apuração e de sua provável capitulação legal, sem prejuízo de requalificação motivada, assegurada nova oportunidade de defesa quando houver modificação relevante da imputação;
III – dos documentos iniciais que sustentam a instauração;
IV – do rito adotado e, quando exigível, da comissão competente para a instrução;
V – das providências para intimação do interessado.

Art. 10. A intimação para defesa deverá indicar, de forma clara:
I – o número do processo, a identificação do interessado e o procedimento licitatório ou contrato relacionado;
II – a descrição individualizada dos fatos imputados e a indicação preliminar dos dispositivos legais aplicáveis;
III – as sanções legalmente possíveis conforme o enquadramento indicado;
IV – o prazo e o meio de apresentação da defesa, com acesso aos autos e possibilidade de juntar documentos e indicar provas;
V – a indicação do órgão, da comissão ou da unidade perante a qual a defesa deverá ser apresentada.

§ 1º A intimação será realizada por meio eletrônico idôneo, preferencialmente no sistema oficial utilizado na licitação ou no processo administrativo, ou por outro meio que permita comprovar a ciência, inclusive correspondência com aviso de recebimento.

§ 2º Frustradas as tentativas razoáveis de ciência pessoal ou eletrônica nos endereços constantes dos autos, poderá ser utilizada intimação por edital, com registro das diligências efetuadas e observância da legislação aplicável.

§ 3º Será garantida vista e obtenção de cópia dos elementos indispensáveis ao exercício da defesa, ressalvados os dados legalmente protegidos.

CAPÍTULO V
DOS RITOS E DA COMISSÃO PROCESSANTE

Seção I – Do Procedimento Simplificado

Art. 11. A apuração destinada exclusivamente à eventual aplicação de advertência e/ou multa observará procedimento simplificado, assegurada a defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º A instrução será realizada pela unidade responsável pela licitação, quando a infração ocorrer antes da contratação, ou pela unidade gestora do contrato, quando se tratar de inadimplemento contratual, sem prejuízo da atuação da Comissão Permanente de Apuração por determinação da autoridade competente.

§ 2º A atuação da unidade licitatória no procedimento sancionador não altera a competência do agente de contratação ou da comissão de contratação para a prática dos atos de julgamento do certame.

Art. 12. Encerrado o prazo de defesa no procedimento simplificado, a unidade instrutora elaborará manifestação fundamentada sobre os fatos, os argumentos e as provas, indicando a inexistência de infração ou a eventual sanção cabível, com a respectiva motivação e dosimetria.

§ 1º Havendo necessidade de prova complementar, a autoridade instrutora poderá promovê-la, assegurando ao interessado manifestação sobre os novos elementos relevantes para a decisão.

§ 2º O processo será submetido à autoridade competente para decisão, com consulta ao órgão de assessoramento jurídico sempre que necessária e obrigatoriamente nas hipóteses previstas em lei.

Seção II – Do Processo de Responsabilização e da Comissão

Art. 13. A apuração de infrações sujeitas, em tese, às sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade dependerá da instauração de processo de responsabilização, na forma do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º O processo será conduzido por comissão integrada por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, designados por portaria, podendo ser utilizada a Comissão Permanente de Apuração do Município, desde que atendidos os requisitos legais de composição.

§ 2º A comissão designada poderá atuar em infrações ocorridas durante a fase de propostas, a habilitação, a convocação para

contratação, as contratações diretas e a execução contratual, independentemente de haver sido celebrado contrato administrativo.

§ 3º A comissão não substituirá o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação nas decisões de julgamento, classificação, habilitação e condução do certame.

§ 4º O impedimento, a suspeição, o afastamento ou a ausência de integrante da comissão exigirá substituição formal, observados o número mínimo de membros e o requisito de estabilidade previsto na legislação.

Art. 14. Compete à Comissão Permanente de Apuração, nos processos para os quais for designada:

I – receber os autos instaurados e verificar a delimitação dos fatos e a instrução documental inicial;
II – intimar o licitante ou contratado para defesa escrita, com prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da intimação;
III – apreciar as alegações apresentadas e deliberar sobre as provas requeridas, mediante decisões fundamentadas;
IV – promover diligências e instrução complementar, quando necessárias;
V – oportunizar alegações finais nas hipóteses previstas em lei;
VI – elaborar relatório final fundamentado, com avaliação de fatos, provas, defesas, enquadramento legal e proposta motivada de arquivamento ou sanção;
VII – remeter o processo à autoridade decisória competente, sem praticar atos privativos dessa autoridade.

Art. 15. O processo de responsabilização observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I – instauração por ato formal da autoridade competente;
II – designação ou indicação da comissão regularmente composta;
III – intimação do interessado para, em 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
IV – instrução e apreciação motivada dos requerimentos probatórios;
V – concessão de prazo de 15 (quinze) dias úteis para alegações finais, na hipótese de deferimento de produção de novas provas ou de juntada de provas consideradas indispensáveis pela comissão;
VI – elaboração do relatório final fundamentado pela comissão;
VII – manifestação jurídica obrigatória previamente à declaração de inidoneidade e nos demais casos em que a lei a exigir;
VIII – decisão motivada da autoridade competente, intimação do interessado e processamento dos meios de impugnação cabíveis;
IX – registro e publicidade da decisão sancionadora nos termos da legislação.

Art. 16. A comissão poderá indeferir, mediante fundamentação específica, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas, na forma do art. 158, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. É vedada a utilização de elementos probatórios sigilosos ou não submetidos ao contraditório como fundamento exclusivo da decisão sancionadora, ressalvados os limites legais de acesso e assegurada a possibilidade efetiva de defesa.

CAPÍTULO VI
DAS SANÇÕES, DA DOSIMETRIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 17. As infrações previstas no art. 4º poderão ensejar, observados os arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes sanções:

I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º As sanções de advertência, impedimento e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, nas hipóteses permitidas pela legislação.

§ 2º A responsabilização administrativa não afasta o dever de reparação integral dos danos causados à Administração, nem as demais medidas contratuais ou legais cabíveis, inclusive a extinção do contrato quando presentes seus pressupostos.

Art. 18. A advertência será aplicada exclusivamente à hipótese prevista no art. 4º, inciso I, deste Decreto, correspondente ao art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Art. 19. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, observados os limites mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º A aplicação de multa por infração verificada na fase licitatória depende de fundamento legal e previsão editalícia pertinente, devendo a decisão explicitar a base de cálculo e os critérios utilizados, observados os limites legais.

§ 2º A multa moratória por atraso injustificado na execução observará a disciplina do edital ou do contrato e o art. 162 da Lei nº 14.133/2021, vedada a fixação de percentual ou base de cálculo sem amparo no instrumento aplicável.

Art. 20. O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado às infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 4º deste Decreto, quando não se justificar penalidade mais grave, e terá prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo único. A sanção produzirá efeitos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do ente federativo que a aplicar, na forma do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 21. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada às infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 4º deste Decreto, bem como às hipóteses dos incisos II a VII que justifiquem penalidade mais grave, na forma do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º A sanção impedirá o responsável de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

§ 2º A declaração de inidoneidade será obrigatoriamente precedida de análise jurídica e decidida pela autoridade definida no art. 23, inciso III, deste Decreto.

Art. 22. Na definição e dosimetria da sanção, serão considerados, motivadamente:

I – a natureza e a gravidade da infração;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos decorrentes da infração para a Administração Pública;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando pertinente, de acordo com a legislação e as orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo único. O relatório instrutório e a decisão deverão indicar os elementos concretos que justifiquem a sanção escolhida e, quando cabível, sua duração e valor, vedados automatismos ou critérios que contrariem a lei.

Art. 23. A competência decisória observará as seguintes disposições:

I – advertência e multa: autoridade administrativa competente do órgão ou entidade, inclusive o Diretor de Compras quando houver delegação expressa válida, conforme a organização administrativa municipal;
II – impedimento de licitar e contratar: autoridade administrativa competente do órgão ou entidade, inclusive o Diretor de Compras

quando houver delegação expressa válida, observado o ato municipal de atribuição ou delegação;
III – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: competência exclusiva do Secretário Municipal de Administração, no âmbito da Administração Direta, e da autoridade máxima da entidade, no âmbito de autarquia ou fundação municipal, nos termos do art. 156, § 6º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º Não se admite delegação da competência para aplicação da sanção prevista no inciso III a autoridade hierarquicamente inferior àquela prevista na lei federal.

§ 2º A competência para instaurar, instruir e decidir poderá recair em autoridades ou unidades distintas, conforme os atos de organização administrativa e as designações vigentes, preservadas a segregação de funções e as competências legais.

§ 3º A Comissão Permanente de Apuração possui atribuição instrutória e opinativa, não lhe competindo aplicar sanções ou decidir definitivamente os processos.

CAPÍTULO VII
DA DECISÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS

Art. 24. Encerrada a instrução, os autos serão submetidos à autoridade decisória competente, que proferirá decisão motivada e individualizada, contendo:

I – resumo dos fatos e dos atos processuais relevantes;
II – análise das alegações e das provas apresentadas;
III – conclusão sobre a existência ou inexistência da infração e o enquadramento legal;
IV – fundamento da eventual sanção, com dosimetria, prazo de duração e/ou base de cálculo da multa;
V – determinação sobre a reparação de danos, quando cabível, e registros nos cadastros oficiais;
VI – indicação do recurso ou do pedido de reconsideração cabível, prazo e autoridade destinatária.

Art. 25. A ausência de prova suficiente da infração ou de sua imputação ao interessado, ou a existência de justificativa legalmente apta a afastar a responsabilidade, determinará o arquivamento fundamentado do processo, sem prejuízo de medidas administrativas não sancionatórias cabíveis.

Art. 26. Da decisão que aplicar advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, nos termos do art. 166 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que poderá reconsiderá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou encaminhá-lo, com sua motivação, à autoridade superior, a qual decidirá no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Art. 27. Da decisão que aplicar declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá exclusivamente pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, devendo ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento, nos termos do art. 167 da Lei nº 14.133/2021.
Art. 28. O recurso administrativo e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Na elaboração das decisões sobre recursos e pedidos de reconsideração, a autoridade decisória será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, nos termos da legislação federal.

CAPÍTULO VIII
DOS EFEITOS E DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 29. A aplicação de multa e demais obrigações pecuniárias observará a legislação e as disposições do instrumento convocatório ou contratual quanto a pagamento, compensação, desconto de valores, garantias e eventual cobrança administrativa ou judicial.

Art. 30. Os atos que também configurem atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito e a autoridade competente definidos nessa legislação, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 31. A desconsideração da personalidade jurídica, quando juridicamente admissível, dependerá dos pressupostos previstos no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, assegurados contraditório, ampla defesa e análise jurídica prévia obrigatória.

Art. 32. A pretensão punitiva observará a prescrição quinquenal, contada da ciência da infração pela Administração, e as hipóteses legais de interrupção e suspensão previstas no art. 158, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 33. A reabilitação do licitante ou contratado observará os pressupostos cumulativos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento à autoridade que aplicou a penalidade e prévia análise jurídica conclusiva.

Parágrafo único. Nas infrações dos incisos VIII e XII do art. 4º deste Decreto, a reabilitação exigirá, adicionalmente, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, na forma da lei.

Art. 34. Havendo indícios concretos de ilícito penal, ato de improbidade ou outro fato sujeito à competência de órgãos externos, a autoridade administrativa providenciará o encaminhamento fundamentado dos elementos pertinentes aos órgãos competentes, preservando a autonomia do procedimento sancionador municipal.

CAPÍTULO IX
DO REGISTRO, DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 35. As sanções aplicadas serão registradas no processo administrativo correspondente e nos sistemas internos de controle de fornecedores, observado o dever de publicidade e os limites legais de proteção de dados.

§ 1º Os dados relativos às sanções serão informados e mantidos atualizados no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme o caso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da aplicação, observado o art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Os registros deverão indicar, conforme os campos exigidos pelo sistema, o sancionado, a autoridade decisória, a infração, a sanção, sua duração e o estado atual de eficácia, inclusive os efeitos suspensivos de recursos e decisões supervenientes.

Art. 36. A unidade responsável pelas licitações e a unidade gestora dos contratos, conforme a origem dos fatos, deverão acompanhar os processos de apuração e promover a integração das informações com a Comissão Permanente de Apuração, a autoridade sancionadora, o controle interno e os sistemas oficiais.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. Integra este Decreto o Anexo Único, contendo modelos orientativos para a notícia de infração, instauração, intimação, instrução, decisão e registro de sanções administrativas, os quais deverão ser adaptados às peculiaridades de cada processo e às exigências legais.

Parágrafo único. Os modelos poderão ser complementados por atos administrativos internos, desde que não alterem competências, prazos, garantias ou requisitos previstos na legislação.

Art. 38. Os casos omissos serão apreciados com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, nas demais normas aplicáveis e, quando necessário, mediante consulta à Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 39. Os processos sancionadores em curso na data de entrada em vigor deste Decreto observarão, quanto aos atos futuros, suas disposições procedimentais compatíveis, preservados os atos regularmente praticados e assegurados o contraditório e a ampla defesa, vedada a aplicação retroativa de disciplina material sancionadora mais gravosa.

Art. 40. Revoga-se o Decreto Municipal nº 039/2026 de 19 de janeiro de 2026.

Art. 41. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Ref. Decreto n° 478/2026 de 13/10/2026
Registrado no memorando online sob o n° 4.191/2025

MODELOS ORIENTATIVOS PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

Os modelos a seguir são instrumentos de apoio. Devem ser adaptados à infração e ao rito aplicável, com indicação correta dos dispositivos legais, dos documentos disponíveis, dos prazos e da autoridade competente.

MODELO 1 – COMUNICAÇÃO DE POSSÍVEL INFRAÇÃO DURANTE A LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA – DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA / NOTÍCIA DE INFRAÇÃO EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Procedimento: [Pregão / Concorrência / Outro] nº [____/____]
Processo administrativo originário: [_____]
Objeto: [_____]
Empresa/licitante: [Razão social – CNPJ]
Agente responsável pela comunicação: [Nome – função]

1. DESCRIÇÃO DOS FATOS
[Descrever objetivamente a ocorrência: convocação, exigência editalícia, prazo, documentos, proposta, atos e manifestações do licitante, com indicação de datas e registros do sistema.]

2. ENQUADRAMENTO PRELIMINAR
[Indicar o inciso pertinente do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e o dispositivo do edital; registrar que o enquadramento é preliminar e será apreciado no processo próprio.]

3. DOCUMENTOS E REGISTROS ANEXADOS
[ ] Edital e anexos pertinentes.
[ ] Ata ou registros eletrônicos da sessão.
[ ] Convocações e comprovantes de ciência.
[ ] Documentos ou propostas apresentados.
[ ] Diligências, manifestações e respostas.
[ ] Outros: [_____].

4. PROVIDÊNCIA PROPOSTA
Encaminham-se os elementos à autoridade competente para análise preliminar e eventual instauração de processo de responsabilização, sem prejulgamento da conduta e sem prejuízo do julgamento da licitação.
Guaíra/PR, [data].
[Assinatura, nome e cargo do responsável]

MODELO 2 – COMUNICAÇÃO DE POSSÍVEL INFRAÇÃO CONTRATUAL

MUNICÍPIO DE GUAÍRA – UNIDADE GESTORA DO CONTRATO
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA / NOTÍCIA DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Contrato ou instrumento equivalente nº: [_____]
Processo originário / edital: [_____]
Objeto: [_____]
Contratada: [Razão social – CNPJ]
Fiscal/Gestor responsável: [Nome – matrícula]

1. DESCRIÇÃO OBJETIVA DO FATO
[Descrever atrasos, falhas de qualidade, não fornecimento, inexecução, ordens de fornecimento, quantidades, datas e comunicações anteriores.]

2. OBRIGAÇÕES E DISPOSITIVOS ENVOLVIDOS
[Indicar cláusulas contratuais, editalícias e dispositivos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, em caráter preliminar.]
3. ELEMENTOS PROBATÓRIOS
[ ] Ordem de compra / serviço.
[ ] Notificações e respostas da contratada.
[ ] Fotografias, relatórios técnicos e medições.
[ ] Notas fiscais ou outros documentos.

4. ENCAMINHAMENTO
Encaminha-se a ocorrência à autoridade competente para apreciação quanto à necessidade de processo sancionador, observados o contraditório e a ampla defesa.
Guaíra/PR, [data].
[Assinatura, nome e cargo do fiscal/gestor]

MODELO 3 – DESPACHO DE INSTAURAÇÃO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA – AUTORIDADE COMPETENTE
DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Processo de apuração nº: [_____]
Interessado: [Razão social – CNPJ]
Procedimento licitatório ou contrato relacionado: [_____]
Considerando a comunicação de ocorrência constante do processo e os documentos que a instruem, DETERMINO a instauração de processo administrativo sancionador para apurar, sem prejulgamento, os seguintes fatos: [descrição objetiva].
Enquadramento preliminar: art. 155, inciso(s) [___], da Lei Federal nº 14.133/2021.
Rito: [ ] simplificado, para advertência e/ou multa, quando juridicamente cabível; [ ] processo de responsabilização, para possível impedimento ou inidoneidade.
Responsável pela instrução / comissão designada: [_____].
Determino a intimação do interessado, assegurando-lhe o prazo legal de defesa de 15 (quinze) dias úteis e acesso aos documentos pertinentes, bem como as demais garantias do procedimento aplicável.
Guaíra/PR, [data].
[Assinatura, nome, cargo e competência da autoridade]

MODELO 4 – INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA

MUNICÍPIO DE GUAÍRA – PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR
INTIMAÇÃO Nº [____/____]

Destinatário: [Razão social – CNPJ]
Processo de apuração nº: [_____]
Procedimento licitatório ou contrato relacionado: [_____]
Por determinação da autoridade competente / Comissão Permanente de Apuração, fica Vossa Senhoria INTIMADA da instauração do procedimento acima identificado, relativo, em tese, aos seguintes fatos: [descrição clara dos fatos].
Enquadramento preliminar: art. 155, inciso(s) [___], da Lei nº 14.133/2021, em correspondência com o(s) item(ns) [___] do edital e/ou cláusula(s) [___] do contrato.

Sanções em tese possíveis: [identificar apenas as legalmente compatíveis com a imputação].
Fica assegurado o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da ciência desta intimação, para apresentação de DEFESA ESCRITA, documentos e especificação das provas pretendidas, com justificativa de pertinência.
A defesa deverá ser encaminhada por [sistema/protocolo/e-mail oficial], com identificação do processo, assegurado acesso aos autos por [meio de consulta].
O não oferecimento de defesa no prazo não implica confissão, prosseguindo o processo com apreciação motivada dos elementos disponíveis.
Guaíra/PR, [data].
[Autoridade/Presidente da Comissão – nome e cargo]

MODELO 5 – RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA – COMISSÃO PERMANENTE DE APURAÇÃO

RELATÓRIO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO
Processo nº: [_____] | Licitante/Contratado: [_____]
Comissão: [identificar os membros designados e o ato de designação; conferir que ao menos dois são servidores estáveis].

I – DA INSTAURAÇÃO E DO OBJETO
[Descrever o ato de instauração, a origem da notícia e as imputações individualizadas.]
II – DAS GARANTIAS PROCESSUAIS
[Indicar a intimação, a data de ciência, o prazo de 15 dias úteis, a defesa e, quando cabíveis, a produção de provas e as alegações finais.]
III – DA ANÁLISE DOS FATOS E DAS PROVAS
[Confrontar objetivamente documentos, diligências, argumentos de defesa e elementos probatórios; explicitar razões para acolhimento ou rejeição das teses.]
IV – DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO
[Indicar a ocorrência ou não da infração e sua correspondência ao art. 155 da Lei nº 14.133/2021.]
V – DA DOSIMETRIA
[Analisar os critérios do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e, se cabível, propor espécie, duração e fundamentos da sanção; multas apenas nas bases e percentuais admissíveis.]
VI – DA CONCLUSÃO
[Propor motivadamente o arquivamento ou a sanção cabível, sem caráter decisório.]
Guaíra/PR, [data].
[Assinaturas dos integrantes da Comissão]

MODELO 6 – DECISÃO ADMINISTRATIVA SANCIONADORA

MUNICÍPIO DE GUAÍRA – AUTORIDADE DECISÓRIA COMPETENTE
DECISÃO ADMINISTRATIVA – PROCESSO SANCIONADOR Nº [_____]

Interessado: [Razão social – CNPJ]
Origem: [Licitação nº ____ ou Contrato nº ____]

I – RELATÓRIO
[Relatar a instauração, o objeto, as notificações, a defesa, a instrução e o relatório final, com referência às peças relevantes.]
II – FUNDAMENTAÇÃO
[Analisar os fatos, provas e argumentos; indicar dispositivos legais pertinentes; demonstrar os critérios de dosimetria, com motivação individualizada.]
III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, DECIDO [PELO ARQUIVAMENTO / PELA APLICAÇÃO DA SANÇÃO] em razão de [fundamento].
Sanção, se aplicada: [espécie, valor/base de cálculo da multa, prazo, abrangência legal, data e condições de eficácia].
Determino a intimação do interessado, com indicação do meio impugnativo cabível, prazo de 15 (quinze) dias úteis e órgão de protocolo, assegurados os efeitos legais do recurso ou da reconsideração.
Após as providências processuais e recursais, procedam-se aos registros e comunicações legalmente exigidos.
Guaíra/PR, [data].
[Assinatura, nome e cargo da autoridade competente]

MODELO 7 – FICHA DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DA SANÇÃO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA – CONTROLE DE SANÇÕES

Identificação do sancionado: [Razão social – CNPJ]
Processo sancionador nº: [_____]
Licitação / contrato relacionado: [_____]
Infração: art. 155, inciso(s) [___], da Lei nº 14.133/2021.
Decisão nº/data: [_____] | Autoridade: [_____]
Sanção: [ ] advertência [ ] multa [ ] impedimento [ ] inidoneidade
Valor e base de cálculo da multa: [_____]
Prazo de vigência / alcance territorial: [_____]
Data da intimação: [_____]
Recurso ou reconsideração: [ ] interposto [ ] não interposto
Efeito suspensivo: [ ] sim [ ] não se aplica; observação: [_____]
Decisão final: [_____] | Data: [_____]
Registros: [ ] cadastro interno [ ] CEIS [ ] CNEP [ ] outros sistemas exigíveis
Data do lançamento e responsável: [_____]
Observações, alterações posteriores e reabilitação: [_____]
[Assinatura e identificação do responsável

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:3E7DF2DD

PROJUR
DECRETO Nº 479/2026 DATA: 13.10.2026 EMENTA: APROVA O PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o direito à educação e à alfabetização das crianças, nos termos da Constituição Federal e da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e as ações desenvolvidas em regime de colaboração para a garantia do direito à alfabetização;

Considerando a Política Estadual de Alfabetização do Paraná;

Considerando a Lei Municipal nº 2.499/2026 da Política Municipal de Alfabetização do Município de Guaíra e as disposições da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando o Decreto Municipal nº 464/2026, que institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização;

Considerando a necessidade de organizar, sistematizar e fortalecer as ações de comunicação interna e externa relacionadas à Política Municipal de Alfabetização, ampliando a transparência, a participação das famílias, a mobilização da comunidade escolar e a divulgação das ações e dos resultados educacionais;

Considerando o memorando online sob o n° 2.215/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização – 2026, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º O Plano Municipal de Comunicação tem por finalidade organizar, sistematizar e fortalecer a comunicação interna e externa das ações destinadas à garantia do direito à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino de Guaíra.

Art. 3º São objetivos do Plano Municipal de Comunicação:

I – ampliar a divulgação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – fortalecer a comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades educacionais, os profissionais da educação, as famílias e a comunidade;
III – promover a transparência das ações, programas, projetos e resultados relacionados à alfabetização;
IV – ampliar a participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes;
V – divulgar programas, projetos, metodologias, formações e ações voltadas à alfabetização;
VI – socializar, de forma institucional e responsável, os resultados das avaliações e indicadores educacionais;
VII – fortalecer a mobilização da comunidade escolar em torno da garantia do direito à alfabetização; e
VIII – valorizar e divulgar práticas pedagógicas desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino. Esses objetivos correspondem aos que já estão estabelecidos no Plano.

Art. 4º As ações de comunicação previstas no Plano deverão contemplar, entre outros:

I – comunicação institucional;
II – comunicação pedagógica;
III – comunicação com as unidades educacionais e profissionais da educação;
IV – comunicação e mobilização das famílias;
V – divulgação de programas, projetos e ações da Política Municipal de Alfabetização;
VI – divulgação de resultados e indicadores educacionais;
VII – utilização de canais oficiais de comunicação e transparência do Município; e
VIII – divulgação de ações de incentivo à leitura, boas práticas e experiências desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino.

Art. 5º A divulgação de informações e resultados educacionais deverá observar os princípios da transparência, clareza, acessibilidade, finalidade pública e proteção dos dados pessoais dos estudantes.

Parágrafo único. A divulgação pública dos resultados deverá priorizar dados consolidados, resguardando a identificação individual dos estudantes e observando a legislação aplicável à proteção de dados pessoais. Essa previsão fica coerente com a diretriz de proteção dos dados dos estudantes que o próprio Plano já estabelece.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e monitoramento das ações previstas no Plano Municipal de Comunicação.

Art. 7º As unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino participarão da execução das ações previstas no Plano, de acordo com suas atribuições e com as orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º Para execução do Plano poderão ser utilizados os canais oficiais de comunicação do Município, Portal da Transparência, redes sociais institucionais, grupos institucionais das unidades educacionais, grupos de pais e responsáveis, boletins informativos, reuniões, eventos, materiais impressos e digitais e outros meios institucionais adequados à finalidade da comunicação.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação manterá registros das ações desenvolvidas no âmbito do Plano Municipal de Comunicação, para fins de acompanhamento, monitoramento, transparência e comprovação das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 10. O Plano Municipal de Comunicação poderá ser atualizado pela Secretaria Municipal de Educação sempre que necessário, observadas as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização e as normas aplicáveis.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, quando necessárias.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Ref. Decreto 479/2026 de 13/10/2026
Registrado no memorando online sob o n° 2.215/2026

PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO – 2026

Alinhado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e à Política Estadual de Alfabetização do Paraná

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de Guaíra, no exercício de suas atribuições legais e em consonância com a Política Municipal de Alfabetização, institui o presente Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização, com a finalidade de organizar, sistematizar e fortalecer a comunicação das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização das crianças da rede municipal de ensino.
O Plano constitui instrumento estratégico de gestão para orientar a comunicação interna e externa da Política Municipal de Alfabetização, promovendo transparência, mobilização da comunidade escolar, participação das famílias e ampla divulgação das ações, programas, projetos e resultados educacionais desenvolvidos pelo Município.
Sua elaboração está alinhada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, à Política Estadual de Alfabetização do Paraná e à Lei Municipal nº 2.499/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização, fortalecendo a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, as famílias e a comunidade.

2. JUSTIFICATIVA

A comunicação constitui elemento essencial para o fortalecimento das políticas públicas educacionais, pois amplia a transparência das ações desenvolvidas pela administração pública, favorece a participação da comunidade escolar e fortalece o compromisso coletivo com a aprendizagem dos estudantes.
No âmbito da Política Municipal de Alfabetização, a comunicação permanente possibilita o compartilhamento de informações, resultados, estratégias pedagógicas e indicadores educacionais, promovendo maior integração entre Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, estudantes, famílias e comunidade.
O Município de Guaíra desenvolve ações permanentes voltadas ao acompanhamento da alfabetização, entre elas o monitoramento da fluência leitora, o acompanhamento semanal da leitura e do índice de escrita, a utilização do Alfabetômetro, o Programa Mãos Dadas**:** Leitura Diária, a atuação dos Professores de Leitura e a divulgação dos resultados das avaliações internas e externas. Este Plano organiza a comunicação dessas ações, seus canais, públicos, periodicidades, responsabilidades e formas de registro.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nos seguintes instrumentos legais e normativos:
• Constituição Federal de 1988;
• Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
• Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

• Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
• Política Estadual de Alfabetização do Paraná;
• Lei Municipal nº 2.499/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização;
• Decreto Municipal nº 464/2026, que institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização;
• demais normas aplicáveis à educação básica e à proteção de dados pessoais.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Planejar, organizar e fortalecer a comunicação institucional das ações da Política Municipal de Alfabetização, garantindo ampla divulgação das iniciativas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, promovendo transparência, participação da comunidade escolar e fortalecimento do compromisso coletivo com a alfabetização.

4.2 Objetivos Específicos

• divulgar amplamente as ações da Política Municipal de Alfabetização;
• fortalecer a comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e a comunidade escolar;
• ampliar a participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes;
• divulgar programas, projetos, metodologias e ações voltadas à alfabetização;
• socializar os resultados das avaliações internas e externas;
• promover a transparência das ações desenvolvidas pela rede municipal de ensino;
• incentivar a cultura da leitura e da escrita;
• divulgar boas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas unidades escolares;
• fortalecer o acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização por meio da comunicação permanente.

5. PÚBLICOS-ALVO

A comunicação contempla os segmentos envolvidos no processo educacional, com informações claras, acessíveis e adequadas às necessidades de cada público.

Público-alvo	Objetivo da comunicação
Secretaria Municipal de Educação	Coordenar, divulgar e monitorar as ações da Política Municipal de Alfabetização.
Diretores escolares	Alinhar estratégias de gestão, acompanhar indicadores e divulgar orientações institucionais.
Coordenadores pedagógicos	Compartilhar orientações pedagógicas, resultados das avaliações e estratégias de intervenção.
Professores alfabetizadores	Receber orientações pedagógicas, formações, cronogramas, avaliações e resultados da aprendizagem.
Professores de Leitura	Compartilhar estratégias de intervenção, acompanhamento da fluência leitora e ações específicas da política.
Professores da Educação Infantil	Receber orientações relacionadas às práticas de oralidade, leitura, escrita e transição para o Ensino Fundamental.
Estudantes	Incentivar a leitura, valorizar conquistas e divulgar projetos e ações da alfabetização.
Pais e responsáveis	Informar sobre o acompanhamento da aprendizagem, orientar a participação da família e divulgar ações e resultados da rede.
Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização	Acompanhar, monitorar e divulgar periodicamente as ações e os resultados da Política Municipal de Alfabetização.
Conselho Municipal de Educação	Acompanhar e fortalecer a transparência das ações desenvolvidas pela rede municipal.
Comunidade em geral	Conhecer ações, programas, projetos, indicadores e resultados da Política Municipal de Alfabetização.

6. DIRETRIZES DA COMUNICAÇÃO

• transparência na divulgação das ações e dos resultados;
• fortalecimento da participação da comunidade escolar;
• integração entre Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares e famílias;
• valorização das boas práticas pedagógicas;
• divulgação permanente dos programas e projetos relacionados à alfabetização;
• incentivo à cultura da leitura e da escrita;
• utilização de informações baseadas em evidências e indicadores educacionais;
• linguagem clara, acessível e objetiva;
• respeito à legislação vigente quanto à proteção dos dados pessoais dos estudantes.

7. ANAIS OFICIAIS DE COMUNICAÇÃO

Canal	Finalidade	Público-alvo
Portal Oficial do Município	Divulgação de ações, programas, projetos, notícias e resultados.	Comunidade em geral
Portal da Transparência	Publicação de documentos oficiais, planos, relatórios e resultados consolidados.	Comunidade em geral
Redes sociais oficiais da Prefeitura	Divulgação de campanhas, eventos, programas, projetos e resultados.	Comunidade em geral
Grupos institucionais das unidades escolares	Compartilhamento de orientações, cronogramas e comunicados oficiais.	Gestores, coordenadores e professores
Grupos de pais e responsáveis	Divulgação de orientações, campanhas, projetos, ações e acesso aos resultados divulgados oficialmente.	Famílias
Boletim "Alfabetização em Foco"	Divulgação trimestral das ações da Política Municipal de Alfabetização.	Comunidade escolar
Eventos educacionais e projetos escolares	Divulgação das ações e valorização das boas práticas da rede municipal.	Comunidade escolar

8. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

8.1 Comunicação institucional

A comunicação institucional dará visibilidade à Política Municipal de Alfabetização, às ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, aos programas e projetos da Secretaria, às reuniões, formações, eventos pedagógicos, ações do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização, campanhas de incentivo à leitura, concursos, projetos educacionais e experiências exitosas das unidades escolares.

8.2 Comunicação pedagógica

A comunicação pedagógica contemplará o Programa Mãos Dadas: Leitura Diária, o acompanhamento semanal da leitura e o índice de escrita, os consolidados mensais da evolução da escrita, o monitoramento da fluência leitora, o Alfabetômetro, as ações dos Professores de Leitura, as observações pedagógicas, as formações continuadas e as estratégias de intervenção pedagógica.

8.3 Comunicação dos resultados

A Secretaria Municipal de Educação divulgará periodicamente resultados das avaliações internas e externas, de forma consolidada e com observância à proteção dos dados pessoais dos estudantes. A divulgação poderá contemplar resultados da Prova Paraná, avaliações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, indicadores de fluência leitora, Alfabetômetro, Programa Mãos Dadas: Leitura Diária, IDEB, experiências exitosas, boas práticas e reconhecimentos educacionais.

Para ampliar o acesso das famílias e da comunidade, os resultados consolidados poderão ser disponibilizados no Portal da Transparência e divulgados por materiais informativos com link direcionando para a publicação oficial, preservando a identidade dos estudantes e dos profissionais.

8.4 Comunicação com as famílias

A participação das famílias será incentivada por meio de reuniões periódicas, orientações sobre o acompanhamento da aprendizagem, campanhas de incentivo à leitura, materiais informativos, grupos de pais e responsáveis e participação nos projetos de leitura desenvolvidos pelas unidades escolares.

9. PERIODICIDADE E PLANO DE AÇÃO DA COMUNICAÇÃO

As ações de comunicação serão desenvolvidas de forma contínua ao longo do ano letivo. A periodicidade abaixo organiza as ações já previstas no Plano e poderá ser ajustada de acordo com os calendários oficiais, cronogramas de avaliações e necessidades da Rede Municipal de Ensino.

Ação	Periodicidade	Responsáveis	Evidências/Registros
Consolidados da evolução da escrita	Mensal	SMED / equipes pedagógicas	Consolidados mensais
Boletim "Alfabetização em Foco"	Bimestral	SMED	Boletim e registros de divulgação
Fluência leitora	Conforme cronograma de aplicação	SMED / unidades escolares	Resultados e registros de acompanhamento
Avaliações internas e externas	Após cada ciclo/edição e consolidação dos dados	SMED	Relatórios, publicações e materiais informativos
Formações, reuniões e orientações pedagógicas	Conforme cronograma anual	SMED / unidades escolares	Convites, pautas, atas, listas e registros
Campanhas, projetos e ações de leitura	Durante o ano letivo	SMED / unidades escolares	Cards, fotos, relatórios e publicações
Comunicação com as famílias	Periodicamente e sempre que houver ação ou resultado a divulgar	SMED / unidades escolares	Comunicados, materiais informativos e registros de envio
Portal da	Sempre que houver	SMED	Página/publicação oficial e

Transparência / Portal Oficial	documento ou resultado consolidado para publicação		documentos disponibilizados

10. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

A mobilização da comunidade escolar ocorrerá de forma articulada entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares, buscando ampliar o conhecimento e a participação dos diferentes públicos nas ações da Política Municipal de Alfabetização.

• compartilhamento de informações e orientações nos canais institucionais;
• envolvimento de diretores, coordenadores e professores na disseminação das ações;
• participação das famílias em reuniões, campanhas e projetos de leitura;
• divulgação de materiais informativos em linguagem acessível;
• uso de recursos de acesso direto às publicações oficiais, quando pertinente;
• socialização de experiências exitosas e boas práticas;
• articulação com o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização e o Conselho Municipal de Educação.

11. MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação dos resultados educacionais observará os princípios de transparência, clareza, acessibilidade e proteção de dados. Sempre que destinados ao público externo, os dados serão apresentados de forma consolidada, sem identificação nominal de estudantes ou profissionais.

• publicação de relatórios e resultados consolidados no Portal Oficial e/ou Portal da Transparência;
• produção de materiais informativos destinados às famílias;
• divulgação nos grupos de pais e responsáveis e demais canais institucionais;
• socialização de indicadores e resultados em reuniões e momentos de acompanhamento;
• registro das publicações e materiais produzidos como evidências da execução do Plano.

12. MONITORAMENTO E REGISTRO DAS AÇÕES

A Secretaria Municipal de Educação realizará o acompanhamento da execução deste Plano por meio do registro das ações de comunicação desenvolvidas ao longo do ano. Serão considerados, entre outros, publicações oficiais, materiais gráficos, boletins, comunicados, registros de envio, atas, relatórios, registros fotográficos e documentos disponibilizados nos canais oficiais.

O acompanhamento permitirá verificar a execução das estratégias previstas, a regularidade da comunicação e o alcance dos diferentes públicos, subsidiando ajustes quando necessários.

13. RESPONSABILIDADES

Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, organizar, divulgar e monitorar as ações previstas neste Plano, em articulação com as unidades escolares. Às equipes gestoras e pedagógicas cabe apoiar a comunicação junto aos profissionais, estudantes e famílias, observando as orientações institucionais e a proteção dos dados pessoais.

14. VIGÊNCIA

O presente Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização terá vigência até o ano de no ano de 2026, podendo ser atualizado sempre que necessário para adequação aos cronogramas, ações e orientações da Política Municipal de Alfabetização, da Política Estadual de Alfabetização do Paraná e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Comunicação reafirma o compromisso do Município de Guaíra com a transparência, a participação da comunidade escolar e a garantia do direito à alfabetização. A organização sistemática da comunicação interna e externa fortalece o acompanhamento das ações, amplia o acesso das famílias e da comunidade às informações e contribui para a consolidação da Política Municipal de Alfabetização.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:DF18380B

PROJUR
PORTARIA Nº 621/2026 DATA: 13.10.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 1.764/2025, 3.751/2025, 3.753/2025 e 2.836/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Anibal Tavares Simoes Junior	31133-01	2025/2026	17/11/2026 a 26/11/2026
Gicelma Moraes de Oliveira	28886-02	2024/2025	24/11/2026 a 23/12/2026
Gracielli Borri Bittencourt	30188-01	2024/2025 e 2025/2026	24/11/2026 a 08/12/2026 e 09/12/2026 a 23/12/2026
Lucineia Raimunda de Souza	27235-01	2025/2026	03/11/2026 a 17/11/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:FC59B016

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 163/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o feriado do dia 28 de outubro, em comemoração ao Dia do Servidor Público;

CONSIDERANDO a prerrogativa da Administração Pública Municipal de estabelecer medidas administrativas que visem à organização e à melhoria da prestação dos serviços públicos;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida, em caráter excepcional, a comemoração do Dia do Servidor Público, do dia 28 de outubro para o dia **30 de outubro de 2026 (sexta-feira)**, no âmbito da Administração Pública Municipal de Guaraci, Estado do Paraná.

Art. 2º Caberá aos dirigentes das Secretarias Municipais assegurar a continuidade e o funcionamento dos serviços essenciais e daqueles cuja paralisação possa comprometer o atendimento à população ou a eficiência dos serviços públicos, conforme as necessidades de cada área de competência.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 13 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:B0C82D3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 115/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 061/2025, resultado divulgado pelo Edital nº 063/2025, homologado pelo Decreto nº 068/2025 e prorrogado pelo Decreto nº 084/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixa relacionado para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 14/10/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Técnico em Enfermagem
Ana Beatriz Vaz Teixeira

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:A5701D74

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 116/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 034/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 034/2026 e homologado pelo Decreto nº 062/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 14/10/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Auxiliar de Serviços Gerais
Maria de Lourdes Ferreira dos Santos

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:A8B01E83

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 175/2026

PORTARIA Nº 175/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Conceder 20 diárias, no valor de 35,00 cada, a favor do servidor municipal, Antonio Correa da Silva Filho, para levar usuários do Cras, em viagens para atendimento de pessoas em vulnerabilidade Social, no mês de outubro de 2026.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Ednilson da Silva, para participar do 26º Campeonato Cobrinhas 2026, no dia 08 de agosto de 2026, das 06:50 as 14:20, na cidade de Colorado - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Rafael Vitore, para participar do 26º Campeonato Cobrinhas 2026, no dia 08 de agosto de 2026, das 06:50 as 14:20, na cidade de Colorado - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Jivago José Lucas de Souza, para participar do 26º Campeonato Cobrinhas 2026, no dia 08 de agosto de 2026, das 06:50 as 14:20, na cidade de Colorado - Pr.

Conceder 03 diárias, no valor de 350,00 cada, a favor da servidora municipal, Mismonia Gomes Ferreira para participar do Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial, do dia 20 de outubro de 2026 as 10:00 até o dia 23 de outubro de 2026 as 10:30, na cidade de Curitiba - Pr.

Conceder 02 diárias, no valor de 35,00 cada, a favor do servidor municipal, Ricardo José Amaro, para participar do Evento: Transferências Voluntárias: Resolução 140-26, do dia 27 de outubro de 2026 08:00 até o dia 28 de outubro de 2026 12:00, na cidade de Marialva - Pr.

Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Guaraci, Estado do Paraná
Aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo José Amaro
Código Identificador:53D95A25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

CAMARA MUNICIPAL
CONCLUSÃO DOS PROCEDIMENTOS PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

Após análise dos documentos constantes nos autos do Processo Administrativo nº 017/2026, verificou-se o atendimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 para a contratação direta por inexigibilidade de licitação.

Constatou-se que a demanda foi devidamente justificada, que o objeto atende ao interesse público, que a empresa **UNICURSOS Capacitação e Treinamentos Ltda.** apresentou documentação de habilitação regular, bem como capacidade técnica compatível com o objeto contratado.

Verificou-se, ainda, a adequação do Termo de Referência, a existência de dotação orçamentária, a compatibilidade dos preços praticados e a emissão de pareceres favoráveis quanto à legalidade e regularidade do procedimento.

Dessa forma, conclui-se que o presente processo encontra-se regularmente instruído e apto para ratificação, homologação e demais atos necessários à efetivação da contratação.

Determino a publicação do respectivo extrato.

Guaraqueçaba/PR, 13 de outubro de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara

ALDINEI SOARES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:1B836F45

CAMARA MUNICIPAL
DESPACHO DO PRESIDENTE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

Objeto:- A capacitação permanente dos agentes políticos constitui medida essencial para o fortalecimento do controle da administração pública, transparência, fiscalização legislativa e prevenção de irregularidades apontadas pelos órgãos de controle externo;

Considerando a necessidade de observância aos princípios da eficiência, legalidade, economicidade e aperfeiçoamento contínuo da gestão pública;

Considerando as disposições contidas no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021;

AUTORIZO a instauração do PROCESSO ADMINISTRATIVO, visando à contratação da empresa UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA, mediante Inexigibilidade de Licitação, para fornecimento de inscrições no referido curso de capacitação.

Encaminhem-se os autos ao Agente de Contratação para adoção das providências necessárias à instrução processual.

Guaraqueçaba/PR, 13 de outubro de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:D9307C60

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

Contratante: Câmara Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA
Objeto: Capacitação de vereadores através da participação no curso "Cumprimento das Principais Determinações do TCE: Orientações, Medidas de Correção e Penalidades".
Valor Total: R$ 18.130,00.
Fundamento Legal: Artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Guaraqueçaba/PR, 13 de outubro de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:2EF8F9ED

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 029/2026

Sumula:- Institui a Comissão Especial de Levantamento, Diagnóstico, Planejamento, Adequação Normativa e Implementação das Ações Relacionadas ao Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal - PROLEGIS, no âmbito da Câmara Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, Estado do Paraná, Sr. Julhardy Costa de Arruda, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal,

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e accountability previstos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a competência constitucional do Poder Legislativo Municipal para exercer as funções legislativa, fiscalizadora, administrativa, julgadora e de controle externo;

CONSIDERANDO a necessidade de constante aperfeiçoamento da gestão pública, da estrutura administrativa, dos mecanismos de governança, gestão de riscos, integridade, controle interno e transparência institucional;

CONSIDERANDO as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por intermédio do Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal - PROLEGIS, destinado ao fortalecimento institucional das Câmaras Municipais paranaenses;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de diagnóstico institucional, levantamento documental, revisão normativa e implementação de procedimentos administrativos e legislativos voltados à melhoria contínua da gestão pública e ao atendimento das boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle;

CONSIDERANDO ser indispensável a atuação integrada dos setores jurídico, contábil, legislativo, administrativo e de controle interno para o cumprimento das metas e diretrizes estabelecidas pelo Programa

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Levantamento, Diagnóstico, Planejamento, Adequação Normativa e Implementação das Ações Relacionadas ao Programa PROLEGIS, com a finalidade de coordenar, desenvolver, acompanhar e monitorar as medidas necessárias ao atendimento dos critérios de avaliação, indicadores de desempenho e boas práticas de gestão estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I - Presidente:

• Dr. Adalberto Cordeiro Rocha - Advogado.

II - Membros:

• Sr. Emerson Roberto de Miranda Mendes - Contador;
• Sr. Aldinei Soares dos Santos - Assessor Legislativo;

III - Acompanhamento:

• Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guaraqueçaba;

Art. 3º A presidência da Comissão será exercida pelo Dr. Adalberto Cordeiro Rocha, a quem competirá coordenar os trabalhos, convocar reuniões, distribuir atividades, consolidar relatórios e representar a Comissão perante a Presidência da Câmara Municipal.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete à Comissão:

I - Avaliar o grau de aderência do Poder Legislativo Municipal aos critérios, indicadores e exigências previstos no Programa PROLEGIS;

II - Propor a criação, alteração ou atualização de normas internas, resoluções, portarias, instruções normativas, manuais, regulamentos e procedimentos administrativos;
III - Propor ações voltadas à ampliação da transparência pública, da participação popular e do controle social;
IV - Auxiliar na implantação de mecanismos de gestão de riscos, controles internos e procedimentos de conformidade;
V - Elaborar relatórios técnicos, pareceres, recomendações e documentos necessários ao acompanhamento dos trabalhos;
VI - Acompanhar permanentemente os resultados obtidos pela Câmara Municipal perante o Programa PROLEGIS;

CAPÍTULO III
DOS DEVERES DOS SETORES ADMINISTRATIVOS

Art. 5º Todos os órgãos, departamentos, servidores efetivos, comissionados e agentes políticos da Câmara Municipal deverão fornecer à Comissão, sempre que solicitados, documentos, informações, relatórios e demais elementos necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 6º A Comissão poderá solicitar apoio técnico dos setores jurídico, contábil, administrativo, legislativo e de controle interno, bem como requisitar informações complementares indispensáveis à execução de seus trabalhos.

Art. 7º As reuniões da Comissão serão registradas em atas e poderão resultar na elaboração de recomendações, relatórios, pareceres técnicos e propostas de adequação institucional.

CAPÍTULO IV
DOS RELATÓRIOS E RESULTADOS

Art. 8º Ao final de cada etapa de trabalho, a Comissão encaminhara à Presidência da Câmara relatório circunstanciado contendo:

I - Medidas implementadas;
II - Pendências identificadas;
III - Recomendações de melhoria;

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 09 O exercício das funções dos membros da Comissão não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante prestado ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 10 A Comissão terá caráter enquanto perdurarem as ações de adequação, monitoramento e aperfeiçoamento relacionadas ao Programa PROLEGIS, com prazo de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado, efetuar revisão ao fim de cada ciclo de avaliação do Prolegis.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:BF635D81

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

HOMOLOGO o Processo Administrativo nº 017/2026 e ADJUDICO o objeto à empresa UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA, pelo valor total de R$ 18.130,00 (dezoito mil, cento e trinta reais).

Guaraqueçaba/PR, 13 de outubro de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara

ALDINEI SOARES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:3455A5EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1ª HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 35/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede travessa Sete de Setembro, Bairro Centro, Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende homologar os credenciados habilitados considerando ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026, inexigibilidade 35/2026, do objeto a seguir especificado:

1. HOMOLOGO, O Chamada pública é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, MEDIANTE ENCAMINHAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAQUEÇABA/PR, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.** o credenciado abaixo:

EMPRESA R B S ALBUQUERQUE LTDA, inscrita no CNPJ 60.396.141/0001-05

2. PRAZO DE VIHENCIA E EXECUÇÃO:O prazo de vigência do contrato 21/09/2027, a contar da data de sua assinatura do contrato.

Guaraqueçaba/PR, 09 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:13C21E1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 013.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
AVISO DE CREDENCIAMENTO N° 013/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 037/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 151/2026
O **MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA**, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Saude torna público que realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N° 013/2026** (Inexigibilidade nº 037/2026), regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 001/2024.
OBJETO: Credenciamento de profissionais qualificados para prestação de serviços de oficinas culturais, conforme as necessidades da Administração Municipal e as condições estabelecidas no instrumento de credenciamento e nos respectivos instrumentos contratuais.
PERÍODO DE INSCRIÇÕES: As inscrições e o recebimento das documentações para credenciamento dos interessados iniciarão no dia **15 de Outubro de 2026** e permanecerão abertas até o dia **15 de outubro de 2027**.
LOCAL DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: Os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser protocolados no Setor de Licitações/Protocolo da Prefeitura Municipal, localizado na

Trav. Sete de Setembro, s/n, Centro, Guaraqueçaba-PR, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, em dias úteis.
AQUISIÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Disponível gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do Município (www.guaraquecaba.pr.gov.br). Informações: *licitacao@guaraquecaba.pr.gov.br*.

Guaraqueçaba – PR, 13 de outubro de 2026.

MIGUEL PERIM
Agente de Contratação

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:D9CF85B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA N.º 1.061 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL
Gabinete do Prefeito

LEI ORDINÁRIA N.º 1.061 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, do Estado do Paraná-PR, Sr. ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI, no uso das atribuições legais e de acordo com o que dispõe o artigo 77, inciso V da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação	
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS	
07.001 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E OBRAS	
07.001.04.122.0002.2.152 SERVICO DE LIMPEZA PUBLICA	
226 - 3.3.90.39.00.00 1000 — OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA —	100.000,00
Total Suplementação:	100.000,00

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, será utilizada a anulação parcial de dotação orçamentária;

Redução	
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS	
07.001 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E OBRAS	
07.001.15.451.0002.1.003 REFORMA, CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESPACOS PUBLICOS	
242 - 4.4.90.39.00.00 1000 — OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA —	100.000,00
Total Redução:	100.000,00

Art. 3º - Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, em 09 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:DA58ADF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 252/2023 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA K.J.R. GESTÃO, VIDA E SAÚDE S.A.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede na Travessa a Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA K.J.R. GESTÃO, VIDA E SAÚDE S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 35.157.507/0001-38, com sede à Rua Visconde do Rio Branco n.º 123 - Bairro Centro – Morretes/PR representada pela senhora Rosemeire Belo da Silva, portadora do RG nº 7.899.9519 e CPF nº 047.246.369-12, residente e domiciliada na Rua dos Imigrantes, 47, sobrado 02, Centro, Morretes/PR, CEP:83.350-000

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA K.J.R. GESTÃO, VIDA E SAÚDE S.A, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e com base na Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.1993, no Protocolo Administrativo n.º 4414 de 11.08.2025, no Contrato Administrativo n.º 252/2023 oriundo do Pregão Presencial n.º 46/2023, celebrado em 26.12.2023**, cujo objeto é a prestação de serviços de saúde complementar, atendimento médico, odontológico e farmacêutico para as comunidades e áreas marítimas e rurais, além das Unidades Básicas de Saúde, pelo prazo de 12 meses,** conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.
De comum acordo procedem à renovação de prazo e valor do Contrato Administrativo n.º 252/2023, mantendo a quantidade necessária sem reajuste do valor, período de 12 (doze) meses, iniciando-se em 26.10.2026 e terminando-se em 25.10.2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual e do aumento qualitativo previstos deste termo aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.39.00.00. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 252/2023, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 08 de outubro de 2026.

Municipio De Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

K.J.R. Gestão, Vida E Saúde S.A
CNPJ n.º 35.157.507/0001-38
ROSEMEIRE BELO DA SILVA
CPF nº 047.246.369-12

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:6297C451

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O SENHOR WILLIAN DO ROSARIO XAVIER

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede na Travessa Sete de Setembro, Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO**

CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADO WILLIAN DO ROSARIO XAVIER, inscrito no CPF/CNPJ nº 072.557.039-33, residente/sediado na Barra de Ararapira, detentor da embarcação KEVIN E LUAN

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar a**rescisão do Contrato 61/2026 da Inexigibilidade 13/2026,** cujo objeto consiste em **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE LOGÍSTICO FLUVIAL DE APOIO À SAÚDE (PACIENTES, EQUIPES E CARGAS/INSUMOS) NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – PR.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO
2.1. Fica rescindido, a partir de**08/10/2026**, o Contrato 61/2026, Inexigibilidade de Licitação 13/2026, ficando o(a) CREDENCIADO(A), a partir dessa data, desvinculado(a) das obrigações contratual

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS JÁ PRESTADOS E DOS PAGAMENTOS
3.1. As partes declaram que os serviços realizados até a data da rescisão serão devidamente apurados e, estando regulares, serão objeto de pagamento pelo Contratante, observadas as condições estabelecidas no contrato da Inexigibilidade 13/2026 e na legislação aplicável.
3.2. Caso existam valores pendentes de pagamento, estes serão quitados após a regular liquidação da despesa e apresentação dos documentos exigidos pela Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUSÊNCIA DE PENALIDADES
4.1. A presente rescisão, não decorrendo de infração contratual, inadimplemento ou aplicação de penalidade administrativa, razão pela qual não serão aplicadas penalidades ao(à) CREDENCIADO(A), ressalvadas eventuais irregularidades ou obrigações já constituídas e que venham a ser regularmente apuradas.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO
5.1. Cumpridas as obrigações financeiras eventualmente existentes e após a regular apuração dos serviços/fornecimentos realizados até a data da rescisão, as partes darão entre si plena quitação quanto às obrigações decorrentes ao contrato

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
6.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 61/2026, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo de Prorrogação.
E, por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 08 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba/PR

WILLIAN DO ROSARIO XAVIER
CPF: 072.557.039-33

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:8B6AAE76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026
PORTAL COMPRAS.GOV.BR / CONTRATAÇÃO: 989981-13/2026
O município de Honório Serpa, por intermédio da sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pelo Portaria nº 04/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor preço por item, em sessão pública eletrônica a partir das **09h00min horas** (horário de Brasília-DF) do dia **27 de Outubro de 2026**, através do site www.comprasnet.gov.br, destinado a ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS DESTINADOS À PROGRAMAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA/PR, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.*** Conforme termo de referência que é parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima citado ou no site www.honorioserpa.pr.gov.br, informações complementares podem ser obtidas pelo e-mail licitacao@honorioserpa.pr.gov.br ou pelo telefone (46) 3245-1130.

Honório Serpa, 13 de Outubro de 2026

ÉRICA PATRÍCIA VIEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:5C1980B5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 43/2026

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2026

Com base nas justificativas e anexos, **AUTORIZO e RATIFICO** o Processo Licitatório nº 95/2026, modalidade Dispensa de Licitação nº 43/2026 da Prefeitura Municipal de Honório Serpa com o seguinte objeto: **Contratação via dispensa de licitação segundo o que prevê a Lei N° 14.133/2021, Art 75, inciso IV, alinea "a", para serviços de revisão através de Rede Credenciada Citroen, para o VEICULO CITROEN C3 AIR CROSS FL 7, PLACAS TBU-7H23,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. E **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa**:** Dados do contratado: **LE LAC VEICULOS SA - FCB CNPJ: 73.402.711/0009-13** situada na Rua Vereador Romeu Lauro Werlang, n°520, Francisco Beltrão – PR. Valor da contratação: de **R$ 700,00 (setecentos reais).**

Honório Serpa, 13 de Outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:2FA739F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CAMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU
PORTARIA N° 016/2026

PODER LEGISLATIVO DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N° 016/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares à Servidor do Poder Legislativo do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná e dá outras providências.

SIDNEI ROBERTO FEDRIGO, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, em especial, o art. 27, XX, do Regimento Interno c/c a Lei n.º 004/2023 c/c Art. 90 e 91 da Lei 005/1997 (Estatuto dos Servidores de Iguaraçu) e art. 7º, XVII, c/c art. 39, §3º. da CF,

RESOLVE:

Conceder a Servidora **ROSIMARA DE OLIVEIRA** (Mat.: 10003), detentora do cargo de provimento efetivo de **OFICIAL LEGISLATIVO** da Câmara Municipal de Iguaraçu/PR., 20 (vinte) dias de férias regulamentares a serem usufruídos no período de 03/11/2026 à 22/11/2026 e 10 dias como abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 à 31/12/2023.

Determinar à baixa, nos assentos funcionais da Servidora acima descrita, dos períodos de férias alcançados por esta Portaria, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidas, para fins de registro e controle interno.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos e financeiros a partir de 03 de novembro de 2026 (inclusive), revogados as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná,
13 de outubro de 2026.

SIDNEI ROBERTO FEDRIGO
Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Decio Vicente Galdino Cardin
Código Identificador:D74B673D

CAMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU
RESOLUÇÃO Nº 004/2026 (AUTORIA: MESA DIRETORA)

PODER LEGISLATIVO DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 004/2026
(Autoria: Mesa Diretora)

SÚMULA: Regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Iguaraçu, o controle eletrônico de frequência, a jornada de trabalho, o serviço extraordinário e os meios alternativos de controle funcional, e disciplina a adoção de banco de horas quando houver autorização legal específica.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno e a legislação municipal aplicável, especialmente as normas de organização administrativa e de pessoal do Poder Legislativo, apresenta ao Plenário o seguinte Projeto de Resolução:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Esta Resolução regulamenta o controle de frequência e a organização dos horários de trabalho dos servidores da Câmara Municipal de Iguaraçu, observadas a carga horária legal de cada cargo, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Poder Legislativo, a Estrutura Administrativa da Câmara e as demais normas aplicáveis.

As disposições desta Resolução aplicam-se aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão da Câmara Municipal e, no que couber, aos servidores cedidos, requisitados ou postos à disposição do Poder Legislativo, respeitadas as peculiaridades de cada vínculo e as hipóteses de controle funcional diferenciado previstas nesta Resolução.
Parágrafo único. Os Vereadores, na condição de agentes políticos, não se submetem ao controle de frequência funcional previsto nesta Resolução.

CAPÍTULO II
DO CONTROLE ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA

Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Iguaraçu, o Sistema Eletrônico de Controle de Frequência, destinado ao registro, à apuração e à fiscalização da jornada dos servidores submetidos ao controle eletrônico ordinário.

O registro da frequência será realizado, preferencialmente, por biometria, sem prejuízo da adoção de outro meio tecnológico oficialmente homologado pela Administração da Câmara, inclusive sistema informatizado integrado, aplicativo institucional, cartão eletrônico ou mecanismo equivalente.
Parágrafo único. A administração operacional do sistema competirá à Diretoria Geral, quando provida, ou, enquanto não houver titular, a servidor formalmente designado pela Presidência, cujas atribuições sejam compatíveis com a atividade, permanecendo sob responsabilidade da Presidência a supervisão administrativa, a homologação dos registros e as decisões relativas à jornada funcional.

O servidor submetido ao controle eletrônico ordinário deverá efetuar pessoalmente os registros correspondentes ao início e ao término de sua jornada e, quando aplicável, às saídas e retornos de intervalos, bem como às demais ocorrências definidas pela Administração.
O registro é pessoal e intransferível, sendo vedado o registro por terceiro.
O sistema deverá permitir a identificação e a justificativa de ocorrências, ajustes autorizados e atividades externas, de modo a preservar a fidedignidade do histórico funcional.

Falhas técnicas, indisponibilidade do equipamento ou impossibilidade justificada de registro deverão ser comunicadas, tão logo possível, à autoridade ou ao servidor responsável pela gestão do sistema, para anotação da ocorrência e adoção do meio substitutivo de comprovação da frequência.

CAPÍTULO III
DAS HIPÓTESES DE CONTROLE FUNCIONAL DIFERENCIADO E DOS MEIOS ALTERNATIVOS

Não se submetem ao registro eletrônico ordinário de entrada e saída, sem prejuízo do integral cumprimento das atribuições, deveres funcionais e da jornada legalmente estabelecida:
o servidor efetivo ocupante do cargo de Advogado da Câmara Municipal, em razão da natureza técnica, intelectual, consultiva, contenciosa e extrajudicial das atribuições legalmente previstas para o cargo;
o servidor que desempenhe atividades predominantemente externas incompatíveis, de modo habitual, com o registro eletrônico ordinário, desde que a adoção de meio alternativo seja previamente autorizada por ato administrativo motivado;
o servidor submetido a eventual regime de teletrabalho ou programa de gestão por resultados, somente quando instituído e autorizado em norma específica;
o ocupante de cargo em comissão cujas atribuições concretas, por sua natureza e mediante decisão administrativa expressamente motivada, sejam incompatíveis com a marcação eletrônica ordinária, devendo o ato indicar o meio alternativo de controle.
A dispensa do registro eletrônico ordinário alcança exclusivamente a forma de aferição da frequência, não constituindo redução de carga horária, dispensa de trabalho, autorização genérica de trabalho remoto ou afastamento do dever de comparecimento quando a presença for necessária.
Os agentes abrangidos por este artigo deverão comparecer presencialmente quando convocados pela autoridade competente ou quando a natureza da atividade exigir, inclusive para reuniões, sessões, audiências, diligências, atendimento institucional e demais atos relacionados às atribuições do cargo.

As dispensas previstas nos incisos II a IV serão formalizadas por ato motivado da Presidência, com indicação do agente ou cargo abrangido, fundamento, instrumento alternativo de controle e autoridade responsável pelo acompanhamento.
A realização eventual de diligências, protocolos, reuniões, atendimentos ou outros serviços externos não caracteriza, por si só, a hipótese prevista no inciso II, permanecendo o servidor submetido ao controle eletrônico ordinário, com o registro ou comprovação da atividade externa na forma do art. 12 desta Resolução.
A condição de ocupante de cargo em comissão, por si só, não constitui fundamento para dispensa do registro eletrônico ordinário.

O controle das atividades dos servidores submetidos a regime diferenciado poderá ser realizado, isolada ou cumulativamente, por meio dos seguintes instrumentos:
relatório periódico de atividades;
controle de produtividade e desempenho;
registro de distribuição, andamento e conclusão de processos, expedientes, projetos e demandas;
comprovação de participação em reuniões, sessões, audiências, diligências, compromissos externos e atendimentos;
acompanhamento do cumprimento de prazos e encargos institucionais;
ordens de serviço, registros de atendimento, comunicações institucionais e outros documentos idôneos que demonstrem o efetivo exercício das atribuições.
O instrumento adotado deverá guardar correspondência com as atribuições do cargo e permitir aferição objetiva do efetivo exercício funcional.
Os relatórios e documentos de controle serão apresentados à autoridade responsável na periodicidade definida nesta Resolução ou no ato específico, para conferência e arquivamento.

O controle funcional do servidor efetivo ocupante do cargo de Advogado será realizado prioritariamente mediante aferição de produtividade, desempenho, atendimento das demandas institucionais e cumprimento das atribuições legais do cargo.
Para fins do *caput*, poderão ser considerados, entre outros elementos:
pareceres, manifestações, informações e estudos jurídicos elaborados;
petições, defesas e demais atos processuais ou extrajudiciais;
acompanhamento e cumprimento de prazos judiciais, administrativos e perante órgãos de controle;
participação em reuniões, sessões, audiências e diligências;
atendimento e assessoramento à Presidência, à Mesa Diretora, aos Vereadores, às Comissões e às unidades administrativas;
elaboração ou revisão de minutas de atos normativos, contratos, editais, convênios, respostas institucionais e demais instrumentos jurídicos;
atuação em processos administrativos, judiciais e extrajudiciais e demais atividades correlatas previstas na legislação do cargo.
O servidor apresentará relatório mensal sucinto de atividades à Presidência, admitida a referência aos documentos e processos correspondentes, sem necessidade de reprodução de conteúdo protegido por sigilo profissional ou processual.
A flexibilidade quanto ao horário e ao local de execução das atividades não afasta a obrigação de cumprimento da jornada legal do cargo, de atendimento das demandas institucionais e de comparecimento presencial sempre que necessário ou convocado.
O regime previsto neste artigo não caracteriza, por si só, teletrabalho ou home office e não autoriza redução informal da jornada legalmente fixada.

CAPÍTULO IV
DA JORNADA E DOS HORÁRIOS DE TRABALHO

A carga horária dos servidores observará estritamente aquela fixada na legislação específica do respectivo cargo, vedada sua redução ou ampliação por esta Resolução fora das hipóteses e procedimentos expressamente autorizados em lei.

Os horários de trabalho e sua distribuição ao longo da semana serão estabelecidos pela Presidência, de acordo com a legislação vigente, as necessidades do serviço e as peculiaridades das atividades legislativas e administrativas, sem alteração da carga horária legal.

Poderão ser estabelecidos horários diferenciados, escalas ou ajustes de expediente para compatibilização com sessões ordinárias e extraordinárias, audiências públicas, reuniões de comissões, reuniões administrativas e outros atos institucionais, desde que preservada a carga horária do cargo e observadas as regras legais de descanso e serviço extraordinário.
O período de participação do servidor, quando convocado ou necessário ao exercício de suas atribuições, em sessões, audiências, reuniões e demais atos oficiais constitui tempo de serviço e deverá receber o tratamento funcional correspondente.

A realização de atividade externa durante a jornada deverá ser identificada no sistema ou comprovada por meio documental idôneo, conforme procedimento definido pela Administração, não se confundindo com ausência injustificada.

CAPÍTULO V
DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Considera-se serviço extraordinário aquele prestado além da jornada normal legalmente fixada para o cargo, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e da legislação específica da Câmara.
O serviço extraordinário somente poderá ser prestado em situações excepcionais e temporárias, mediante autorização prévia da autoridade competente, ressalvadas situações emergenciais ou determinações supervenientes devidamente justificadas.
Deverão ser observados os limites de duração, a forma de registro e a remuneração estabelecidos no Estatuto dos Servidores e na legislação vigente.
A mera permanência nas dependências da Câmara fora do horário regular ou o registro eletrônico desacompanhado de autorização e efetiva necessidade do serviço não gera, por si só, direito ao reconhecimento de serviço extraordinário.
Aos servidores designados para função gratificada ou função de confiança aplicam-se as regras específicas da legislação da Câmara quanto à prestação e remuneração de serviço extraordinário.

CAPÍTULO VI
DO BANCO DE HORAS E DA COMPENSAÇÃO

A presente Resolução não institui, por si só, sistema de banco de horas nem substitui o regime legal de remuneração do serviço extraordinário.
A implantação de banco de horas ou de regime geral de compensação de jornada dependerá de prévia e expressa autorização em lei, devendo eventual regulamentação observar integralmente os critérios, limites, prazos e efeitos financeiros legalmente estabelecidos.
Enquanto não houver fundamento legal específico suficiente para instituição do banco de horas, o serviço extraordinário será tratado na forma do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e da legislação própria da Câmara.
Ajustes de horário realizados dentro da mesma carga horária legal e previamente autorizados, destinados à compatibilização do expediente com sessões, audiências ou reuniões, não constituem, por si sós, banco de horas, desde que não impliquem supressão de direito remuneratório previsto em lei.

CAPÍTULO VII
DA PROTEÇÃO DOS DADOS BIOMÉTRICOS

O tratamento de dados biométricos para fins de controle de frequência observará a Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, limitando-se à finalidade de identificação, autenticação e gestão funcional dos servidores submetidos ao sistema.
O acesso aos dados e registros de frequência será restrito aos agentes autorizados e às finalidades administrativas legítimas, observadas medidas adequadas de segurança e confidencialidade.
A contratação de empresa para fornecimento, hospedagem, suporte ou tratamento do sistema deverá prever obrigações de segurança, confidencialidade, uso restrito à finalidade contratada, controle de acesso e observância da LGPD.
A Administração deverá disponibilizar aos servidores informação clara sobre a finalidade do tratamento, os procedimentos utilizados, os

responsáveis pelo sistema e os canais para comunicação de incidentes ou inconsistências.

CAPÍTULO VIII
DAS RESPONSABILIDADES E DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO

Compete ao servidor submetido ao controle eletrônico registrar corretamente sua frequência, comunicar inconsistências, apresentar justificativas e observar as regras desta Resolução e da legislação aplicável.

Compete à Presidência, diretamente ou por intermédio da unidade ou servidor formalmente designado:
supervisionar a implantação e a gestão do sistema;
definir e manter atualizados os horários administrativos, observada a legislação de cada cargo;
orientar os servidores e homologar ou determinar a conferência dos registros e justificativas;
acompanhar os meios alternativos de controle e os relatórios de atividade;
determinar a apuração de irregularidades quando houver elementos concretos;
assegurar a manutenção do histórico funcional e a adequada proteção dos dados pessoais.

É vedado adulterar registros de frequência, registrar ponto em nome de terceiro, permitir que terceiro registre sua frequência ou inserir informação sabidamente falsa em relatório ou documento de controle funcional.
Parágrafo único. Eventuais irregularidades serão apuradas conforme o Estatuto dos Servidores e demais normas aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, não sendo esta Resolução fundamento autônomo para criação de penalidade não prevista em lei.

CAPÍTULO IX
DA IMPLANTAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Antes do início da obrigatoriedade do registro eletrônico ordinário, a Administração adotará as providências necessárias à adequada implantação do sistema, incluindo:
cadastramento dos servidores sujeitos ao registro;
configuração e testes do equipamento e do sistema de gestão;
definição formal dos responsáveis pela administração e conferência dos registros;
orientação dos servidores e das chefias quanto aos procedimentos operacionais;
adoção das medidas necessárias à proteção dos dados pessoais;
definição do procedimento para justificativas, falhas, atividades externas e ajustes autorizados.
Parágrafo único. Os registros eventualmente realizados durante a fase de cadastramento, configuração e testes terão caráter exclusivamente experimental e não produzirão efeitos funcionais, remuneratórios ou disciplinares até a data estabelecida na Portaria prevista no art. 21.

A data de início da utilização oficial e obrigatória do controle eletrônico será definida por Portaria da Presidência, após a conclusão das providências previstas no artigo anterior, devendo o ato ser publicado e amplamente comunicado aos servidores.
Parágrafo único. A Portaria de que trata o *caput* poderá estabelecer procedimentos operacionais complementares, desde que não altere a carga horária legal, não crie vantagem remuneratória e não amplie ou restrinja direitos e deveres previstos em lei ou nesta Resolução.

Os atos e procedimentos administrativos anteriormente adotados para controle funcional permanecem aplicáveis, no que forem compatíveis, até o início oficial do sistema eletrônico e a consolidação dos mecanismos previstos nesta Resolução.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão decididos pela Presidência, ouvida a unidade administrativa competente e, quando necessário, a Assessoria Jurídica e o Controle Interno, sempre com observância da legislação vigente.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando a obrigatoriedade do registro eletrônico ordinário condicionada à publicação da Portaria prevista no art. 21.

Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná,16 de setembro de 2026.

SIDNEI ROBERTO FEDRIGO
Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu

JOSUÉ DE LUCAS
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu

ROSELI DAS GRAÇAS ESTEVÃO
Primeira Secretária Câmara Municipal de Iguaraçu

MARCOS DA SILVA AGLIO
Segundo Secretário Câmara Municipal de Iguaraçu

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo instituir disciplina normativa própria, geral e transparente para o controle de frequência e a organização da jornada dos servidores da Câmara Municipal de Iguaraçu, compatibilizando a implantação do registro eletrônico com a legislação municipal aplicável e com as peculiaridades do Poder Legislativo.

A proposição considera a necessidade de regulamentar o funcionamento do equipamento de ponto biométrico adquirido pela Câmara, os procedimentos de registro, as atividades externas, as sessões e reuniões realizadas fora do expediente ordinário, as responsabilidades pela gestão do sistema e as hipóteses em que, pela natureza das atribuições, o controle funcional deve ocorrer por instrumentos alternativos objetivos.

No caso do cargo efetivo de Advogado, a minuta adota controle por produtividade, desempenho e documentação das atividades, sem afastar a carga horária legalmente estabelecida, preservando o comparecimento presencial quando necessário e a comprovação do efetivo exercício das atribuições institucionais.

Quanto ao banco de horas, a proposição não cria regime compensatório por ato infralegal. Sua adoção fica condicionada à existência de autorização legal específica, preservando-se, enquanto isso, o tratamento do serviço extraordinário estabelecido no Estatuto dos Servidores e na legislação vigente.

A regulamentação também contempla a proteção dos dados biométricos, a orientação prévia dos servidores e a necessidade de ato posterior da Presidência para declarar o início oficial da utilização obrigatória do sistema, após sua adequada configuração e operacionalização.

Com isso, busca-se conferir segurança jurídica, transparência, impessoalidade e efetividade ao controle funcional, sem criar ou suprimir direitos por ato regulamentar e sem confundir controle de frequência com alteração da carga horária legal dos cargos.

Diante disso, a Mesa Diretora submete o presente Projeto de Resolução à apreciação do Plenário, contando com o apoio dos Nobres Vereadores para sua aprovação.

Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 16 de setembro de 2026.

SIDNEI ROBERTO FEDRIGO
Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu

JOSUÉ DE LUCAS
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu

ROSELI DAS GRAÇAS ESTEVÃO
Primeira Secretária Câmara Municipal de Iguaraçu

MARCOS DA SILVA AGLIO
Segundo Secretário Câmara Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Decio Vicente Galdino Cardin
Código Identificador:A83FD1C4

CHEFIA DE GABINETE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/ 2026

RESOLUÇÃO Nº 05/ 2026

Súmula: Ratifica a aprovação e consolida a versão final do Protocolo Municipal do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, do Fluxo Municipal de Atendimento e dos respectivos instrumentos de registro do Município de Iguaraçu – Paraná.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Iguaraçu**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e pela Lei Municipal nº 006, de 26 de março de 2015,

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer e organizar a Rede de Proteção do Município de Iguaraçu – Paraná, promovendo a atuação articulada e integrada dos órgãos, serviços e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;

CONSIDERANDO a aprovação do Protocolo Municipal do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, do Fluxo Municipal de Atendimento e dos respectivos instrumentos de registro, anteriormente deliberada pelo CMDCA;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de ajustes formais, redacionais e de organização documental na versão anteriormente aprovada, sem alteração dos fundamentos, diretrizes e procedimentos essenciais estabelecidos;

CONSIDERANDO a apresentação da versão final consolidada dos documentos, contemplando os ajustes realizados para fins de padronização, adequação formal e publicação;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 02 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **ratificada a aprovação** do Protocolo Municipal do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Iguaraçu – Paraná, anteriormente deliberada pelo CMDCA, passando a vigorar em sua **versão final consolidada**, com os ajustes formais e redacionais realizados.

Art. 2º Fica igualmente **ratificada a aprovação** do Fluxo Municipal de Atendimento e dos respectivos instrumentos de registro, que passam a integrar a versão final consolidada dos documentos orientadores da Rede de Proteção.

Art. 3º A versão final consolidada do Protocolo, do Fluxo Municipal de Atendimento e dos respectivos instrumentos de registro deverá ser publicada e disponibilizada para conhecimento dos órgãos, serviços e instituições integrantes da Rede de Proteção.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Iguaraçu, 02 de outubro de 2026.

SARAH CRISTINA GODOY FERREIRA DA FONSECA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:534DE42B

CHEFIA DE GABINETE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 07/2026

RESOLUÇÃO Nº 07/2026

Súmula: Constitui a Comissão de Organização e Convoca a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Iguaraçu – Paraná.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Iguaraçu**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e pela Lei Municipal nº 006, de 26 de março de 2015, e suas alterações (Lei nº25/2016. 07/2017,09/2018 e 02/2019).

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 02 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a **Comissão de Organização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Iguaraçu – Paraná**, composta pelos seguintes representantes:I – **Bárbara Lucena Chaiene**.II – **Berenice Morais Ferreira**;III – **Franciele Izabel da Rocha Bento**;IV – **Hericleia Abrantes Xavier;** V – **Sarah Cristina Godoy Ferreira da Fonseca**;VI – **João Marcos Fontoura**;VII – **Simone C. Barbosa Correia**;VIII – **Joanie Salles Campos Marques**;IX- Mariana Carla Pinheiro.-XI Kellen Dantas XII Raquel Olivo.

Art. 2º Fica convocada a **X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Iguaraçu Pr** a ser realizada nos dias **10 e 11 de novembro de 2026**, nos períodos da **manhã e da tarde**, nas dependências do **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**, situado na **Avenida Manoel Abrantes Filho, nº 201, Iguaraçu – Paraná**.

Art. 3º A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como finalidade promover a participação social e a discussão de propostas voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, conforme as orientações e diretrizes estabelecidas para a realização da Conferência.

Art. 4º Compete à Comissão de Organização coordenar e acompanhar as providências necessárias à realização da Conferência, incluindo a mobilização dos participantes, articulação com os órgãos, serviços, entidades e setores envolvidos, organização da programação e demais providências necessárias à realização do evento.

Art. 5º A Comissão poderá articular-se com os órgãos públicos, entidades, serviços e demais integrantes da Rede de Proteção, visando à mobilização e participação de crianças e adolescentes, famílias, profissionais, entidades e demais segmentos da sociedade na Conferência.

Art. 6º Os trabalhos da Comissão serão desenvolvidos em articulação com o CMDCA, devendo os encaminhamentos que dependam de deliberação do Conselho ser submetidos à sua apreciação.

Art. 7º A Comissão permanecerá responsável pelos trabalhos de organização da Conferência até a conclusão do evento.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Iguaraçu, 02 de outubro de 2026.

SARAH CRISTINA GODOY FERREIRA DA FONSECA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CC757251

CHEFIA DE GABINETE
RESOLUÇÃO CMS Nº 009/2026

RESOLUÇÃO Nº 009/2026, de 09 de outubro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde do Município de Iguaraçu.

Dispõe sobre a Prestação de contas do 2º quadrimestre do Relatório de Gestão(2° RDQA)do Orgão Executor da Saúde do Municipio de IGUARAÇU, relativas ao exercício de 2026, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de IGUARAÇU, em audiência pública realizada em 29 de setembro de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n°8.080,de 19/09/90,Lei Federal n°8.142, de 28/12/90,e pela Lei Municipal n°20/1993.

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n° 141, de 13/01/2012.

Considerando o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal Nº 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;

Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal Nº8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º Quadrimeste do Relatório de Gestão de lguaraçu, referente ao ano de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ALEX SANDRO DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução nº 009/2026 -CMS- nos termos do § 2°, Art. 1°, da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

KÁTIA DE LUCAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:FEFE0B26

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 229/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026

O Município de Iguaraçu/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **10/11/2026 às 08h00min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 053/2026**.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, pedagógicos e de artesanato, destinados a atender às necessidades das Secretarias Municipais nas atividades educacionais, socioassistenciais, culturais e administrativas, conforme condições, quantidades e especificações detalhadas no Termo de Referência.
Valor Estimado: R$ 168.207,25 (cento e sessenta e oito mil, duzentos e sete reais e vinte e cinco centavos).
O presente Edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://www.iguaracu.pr.gov.br/ e no site da Plataforma **BLL COMPRAS** - www.bll.com.br.

Iguaraçu/PR, 13 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:ADB21945

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2026

O Município de Iguaraçu/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **12/11/2026 às 09h00min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 054/2026**.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cadeiras de rodas motorizadas e de carrinho postural infantil, destinados ao atendimento de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida do Município de Iguaraçu/PR, sob o regime de cessão de direito de uso previsto na Lei Municipal nº 032/2024. As aquisições serão custeadas com recursos das Emendas Individuais Saúde nº 202602004 e nº 202602001, complementados, quando necessário, por recursos próprios do Município, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento.
Valor Estimado: R$ 116.170,66 (cento e dezesseis mil, cento e setenta reais e sessenta e seis centavos).
O presente Edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://www.iguaracu.pr.gov.br/ e no site da Plataforma **BLL COMPRAS** - www.bll.com.br.

Iguaraçu/PR, 13 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:FD0E4A4F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL DO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 149/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: IMPACTO GESTÃO PROFISSIONAL - CNPJ: 05.306.560/0001-92
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL, INFRAESTRUTURA URBANA E MANUTENÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA SOB DEMANDA, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA POR 12 (DOZE) MESES, RESTRITA AOS ITENS 10 - SERVENTE DE PEDREIRO (1.125 HORAS) E 12 - AUXILIAR DE PINTOR (900 HORAS), NOS TERMOS DOS ARTS. 106 E 107 DA LEI Nº 14.133/2021.
VALOR DO ADITIVO: R$ 61.200,00 para o período prorrogado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 242 - 08.001.15.452.0013.2015.33.90.39.00.00
INÍCIO: 15/10/2026

VIGÊNCIA: 15/10/2026 a 14/10/2027.
Iguaraçu, 13 de outubro de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:DCFB44D5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 045/2026 – Processo Administrativo nº 202/2026
ÓRGÃO: Município de Iguaraçu/PR – CNPJ nº 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: REALIZZE PLANEJADOS LTDA – CNPJ nº 53.645.597/0001-98
OBJETO: Aquisição de móveis planejados sob medida, compreendendo, quando necessário, a realização de vistoria técnica para conferência das medidas, fabricação, fornecimento, transporte, montagem e instalação, destinados ao CMEI Gente Pequena e à Escola Municipal Elena Bruski de Vasconcelos, visando atender às necessidades da Secretaria e da Sala da Direção do CMEI Gente Pequena, bem como da Secretaria Escolar, Sala da Direção, Sala da Coordenação Pedagógica e Sala dos Professores da Escola Municipal Elena Bruski de Vasconcelos (Lotes 1 e 3).
VALOR TOTAL: R$ 52.300,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
387 – 10.001.12.361.0006.2025.44.90.52.00.00
449 – 10.001.12.365.0008.2029.44.90.52.00.00
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, de 13/10/2026 a 11/01/2027
DATA DA ASSINATURA: 13/10/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 045/2026 – Processo Administrativo nº 206/2026
ÓRGÃO: Município de Iguaraçu/PR – CNPJ nº 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA – CNPJ nº 93.234.789/0001-26
OBJETO: Aquisição de móveis planejados sob medida, compreendendo, quando necessário, a realização de vistoria técnica para conferência das medidas, fabricação, fornecimento, transporte, montagem e instalação, destinados ao CMEI Gente Pequena e à Escola Municipal Elena Bruski de Vasconcelos, visando atender às necessidades da Secretaria e da Sala da Direção do CMEI Gente Pequena, bem como da Secretaria Escolar, Sala da Direção, Sala da Coordenação Pedagógica e Sala dos Professores da Escola Municipal Elena Bruski de Vasconcelos (Lote 2).
VALOR TOTAL: R$ 4.168,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
387 – 10.001.12.361.0006.2025.44.90.52.00.00
449 – 10.001.12.365.0008.2029.44.90.52.00.00
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, de 13/10/2026 a 11/01/2027
DATA DA ASSINATURA: 13/10/2026
Iguaraçu/PR, 13 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:238B70A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 030/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 134/2025.
MODALIDADE DE ORIGEM: Chamamento Público nº 008/2025 – Inexigibilidade nº 23/2025.
CREDENCIANTE: Município de Iguaraçu/PR, CNPJ nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, Centro, Iguaraçu/PR.
CREDENCIADA: LAGONDINHA RESTAURANTE LTDA, CNPJ nº 77.929.362/0001-96, com sede na Rua Neo Alves Martins, nº 2.087, Centro, Maringá/PR.
OBJETO DO CREDENCIAMENTO: Fornecimento de alimentação pronta, na modalidade de refeições in loco (self-service), destinada aos servidores públicos municipais de Iguaraçu/PR, no Município de Maringá/PR.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses e renovação integral das quantidades credenciadas e do valor para o período prorrogado, com reajuste de 4,471810% pelo IPCA, mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento.
VIGÊNCIA: 18/10/2026 a 17/10/2027.
VALOR DA PRORROGAÇÃO: R$ 27.222,00.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 99-05.001.04.121.0004.2010.33.90.39.00.00.
FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 13/10/2026.
SIGNATÁRIOS: Claudio Aparecido Bernin, pela Credenciante, e Mario Friedrich, pela Credenciada.

Iguaraçu/PR, 13 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:0F179D1F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 147/2025.
MODALIDADE DE ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 24/2025.
CONTRATANTE: Município de Iguaraçu/PR, CNPJ nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, Centro, Iguaraçu/PR.
CONTRATADA: Nelson Ferrari Ltda., CNPJ nº 24.859.617/0001-25, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, nº 178, Centro, Dois Vizinhos/PR.
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de apoio técnico-operacional, infraestrutura urbana e manutenção predial, com dedicação exclusiva de mão de obra.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses e renovação do valor contratual para o período prorrogado, com atualização dos insumos (EPIs e uniformes) em 4,576120% pelo IPCA, mantidos os custos de mão de obra da última repactuação e resguardado à contratada o direito de requerer a repactuação dos custos de mão de obra cuja data-base tenha ocorrido durante a vigência anterior, mantidas as demais cláusulas e condições contratuais.
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 14/10/2027.
VALOR DA PRORROGAÇÃO: R$ 2.318.820,36.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
284 – 08.002.26.782.0013.2020.33.90.39.00.00;
526 – 12.002.10.301.0010.2044.33.90.39.00.00;
390 – 10.001.12.361.0006.2025.33.90.39.00.00;
149 – 07.001.08.244.0011.2050.33.90.39.00.00.
FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 106, 107 e 135 da Lei nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 13/10/2026.
SIGNATÁRIOS: Claudio Aparecido Bernin, pelo Contratante, e Nelson Ferrari, pela Contratada.

Iguaraçu/PR, 13 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:7A24505A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026- PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU/PR

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: MEDINGA COMERCIAL LTDA – CNPJ 57.742.953/0001-42
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 50.892,60 (cinquenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ 48.368.182/0001-84
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 43.468,86 (quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: SANTINI MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ 58.676.108/0001-89
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 48.144,00 (quarenta e oito mil, cento e quarenta e quatro reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA – CNPJ 24.586.988/0001-80
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 68.928,86 (sessenta e oito mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA – CNPJ 61.828.536/0001-94
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 297.353,78 (duzentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 42.092.374/0001-24
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 3.398,35 (três mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ 21.438.123/0001-89
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 5.958,00 (cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: MHL MEDICAL LTDA – CNPJ 66.392.375/0001-52
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 85.797,04 (oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e sete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS – CNPJ 35.250.918/0001-73
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 40.931,82 (quarenta mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ 48.097.911/0001-05
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 61.372,50 (sessenta e um mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA – CNPJ 32.282.308/0001-63
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 4.983,50 (quatro mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: CIRÚRGICA PARANAVAÍ LTDA – CNPJ 30.766.874/0001-15
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 114.531,70 (cento e quatorze mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: PRO-SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 07.344.756/0001-05
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 11.440,00 (onze mil, quatrocentos e quarenta reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA – CNPJ 02.816.696/0001-54
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 61.581,86 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA – CNPJ 28.643.008/0001-95
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 71.700,00 (setenta e um mil e setecentos reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: G2 COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ 47.647.493/0001-10
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 22.920,00 (vinte e dois mil, novecentos e vinte reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: MAX MED – PRODUTOS CIRURGICOS LTDA – CNPJ 06.114.172/0001-72
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 23.822,00 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e dois reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 00.656.468/0001-39
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil e setecentos reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: VIGMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ 63.190.163/0001-02
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 6.145,00 (seis mil, cento e quarenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: FARMÁCIA IRMÃOS NOGUEIRA LTDA – CNPJ 07.071.740/0001-68
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 4.146,00 (quatro mil, cento e quarenta e seis reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 12.418.191/0001-95
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 41.625,00 (quarenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2026
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026 – Registro de Preços nº 013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Iguaraçu – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: MAMED COMERCIAL LTDA - EPP – CNPJ 21.608.296/0001-06
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 15.966,00 (quinze mil, novecentos e sessenta e seis reais).
VIGÊNCIA: 14/10/2026 a 13/10/2027

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:588351D8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO – TERMOS DE PRORROGAÇÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156, 157, 159, 161, 165, 166 E 167/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 181/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025

1. Extrato de Termo de Prorrogação de Ata de Registro de Preços nº 156/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DO REGISTRO: MHFH PAPELARIA LTDA – CNPJ 77.556.116/001-36
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 181/2025 | PREGÃO ELETRÔNICO: 34/2025
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 156/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 34/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente diversos, destinados aos departamentos e secretarias do Município de Iguaraçu/PR, por mais 12 (doze) meses, com reajuste de preços pelo IPCA (4,22%), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei nº 14.133/2021; art. 22 do Decreto nº 11.462/2023; item 7.1.3.1 da ata.
VALOR REGISTRADO: R$ 389.163,00
VALOR REAJUSTADO (período prorrogado): R$ 405.585,68
ACRÉSCIMO: R$ 16.422,68
VIGÊNCIA PRORROGADA: 18/10/2026 a 17/10/2027
DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2026

2. Extrato de Termo de Prorrogação de Ata de Registro de Preços nº 157/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DO REGISTRO: LUKAPEL ATACADO DE PAPELARIA LTDA – CNPJ 61.337.969/0001-47
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 181/2025 | PREGÃO ELETRÔNICO: 34/2025
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 157/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 34/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente diversos, destinados aos departamentos e secretarias do Município de Iguaraçu/PR, por mais 12 (doze) meses, com reajuste de preços pelo IPCA (4,22%), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei nº 14.133/2021; art. 22 do Decreto nº 11.462/2023; item 7.1.3.1 da ata.
VALOR REGISTRADO: R$ 125.984,00
VALOR REAJUSTADO (período prorrogado): R$ 131.300,52
ACRÉSCIMO: R$ 5.316,52
VIGÊNCIA PRORROGADA: 18/10/2026 a 17/10/2027
DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2026

3. Extrato de Termo de Prorrogação de Ata de Registro de Preços nº 159/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DO REGISTRO: R & R NEGOCIOS E SOLUCOES EMPRESARIAS LTDA – CNPJ 52.094.857/0001-11
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 181/2025 | PREGÃO ELETRÔNICO: 34/2025
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 159/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 34/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente diversos, destinados aos departamentos e secretarias do Município de Iguaraçu/PR, por mais 12 (doze) meses, com reajuste de preços pelo IPCA (4,22%), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei nº 14.133/2021; art. 22 do Decreto nº 11.462/2023; item 7.1.3.1 da ata.
VALOR REGISTRADO: R$ 21.216,00
VALOR REAJUSTADO (período prorrogado): R$ 22.107,50
ACRÉSCIMO: R$ 891,50
VIGÊNCIA PRORROGADA: 18/10/2026 a 17/10/2027
DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2026

4. Extrato de Termo de Prorrogação de Ata de Registro de Preços nº 161/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DO REGISTRO: RC RAMOS COMÉRCIO LTDA – CNPJ 07.048.323/0001-02
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 181/2025 | PREGÃO ELETRÔNICO: 34/2025
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 161/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 34/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente diversos, destinados aos departamentos e secretarias do Município de Iguaraçu/PR, por mais 12 (doze) meses, com reajuste de preços pelo IPCA (4,22%), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei nº 14.133/2021; art. 22 do Decreto nº 11.462/2023; item 7.1.3.1 da ata.
VALOR REGISTRADO: R$ 53.181,00
VALOR REAJUSTADO (período prorrogado): R$ 55.432,80
ACRÉSCIMO: R$ 2.251,80

VIGÊNCIA PRORROGADA: 18/10/2026 a 17/10/2027
DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2026

5. Extrato de Termo de Prorrogação de Ata de Registro de Preços nº 165/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DO REGISTRO: INDÚSTRIA FENIX CORTE A LASER LTDA – CNPJ 13.759.849/0001-95
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 181/2025 | PREGÃO ELETRÔNICO: 34/2025
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 165/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 34/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente diversos, destinados aos departamentos e secretarias do Município de Iguaraçu/PR, por mais 12 (doze) meses, com reajuste de preços pelo IPCA (4,22%), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei nº 14.133/2021; art. 22 do Decreto nº 11.462/2023; item 7.1.3.1 da ata.
VALOR REGISTRADO: R$ 1.404,00
VALOR REAJUSTADO (período prorrogado): R$ 1.462,80
ACRÉSCIMO: R$ 58,80
VIGÊNCIA PRORROGADA: 18/10/2026 a 17/10/2027
DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2026

6. Extrato de Termo de Prorrogação de Ata de Registro de Preços nº 166/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DO REGISTRO: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA – CNPJ 14.292.313/0001-75
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 181/2025 | PREGÃO ELETRÔNICO: 34/2025
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 166/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 34/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente diversos, destinados aos departamentos e secretarias do Município de Iguaraçu/PR, por mais 12 (doze) meses, com reajuste de preços pelo IPCA (4,22%), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei nº 14.133/2021; art. 22 do Decreto nº 11.462/2023; item 7.1.3.1 da ata.
VALOR REGISTRADO: R$ 5.000,00
VALOR REAJUSTADO (período prorrogado): R$ 5.211,00
ACRÉSCIMO: R$ 211,00
VIGÊNCIA PRORROGADA: 18/10/2026 a 17/10/2027
DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2026

7. Extrato de Termo de Prorrogação de Ata de Registro de Preços nº 167/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – CNPJ 75.772.525/0001-44
DETENTORA DO REGISTRO: LALUH COMERCIO DE PAPELARIA E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – CNPJ 27.084.275/0001-07
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 181/2025 | PREGÃO ELETRÔNICO: 34/2025
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 167/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 34/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente diversos, destinados aos departamentos e secretarias do Município de Iguaraçu/PR, por mais 12 (doze) meses, com reajuste de preços pelo IPCA (4,22%), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei nº 14.133/2021; art. 22 do Decreto nº 11.462/2023; item 7.1.3.1 da ata.
VALOR REGISTRADO: R$ 53.250,00
VALOR REAJUSTADO (período prorrogado): R$ 55.497,50
ACRÉSCIMO: R$ 2.247,50
VIGÊNCIA PRORROGADA: 18/10/2026 a 17/10/2027
DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:67BBFFF2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IGUARAÇU**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 045/2026, cujo objeto é a aquisição de móveis planejados sob medida, compreendendo, quando necessário, a realização de vistoria técnica para conferência das medidas, fabricação, fornecimento, transporte, montagem e instalação, destinados ao CMEI Gente Pequena e à Escola Municipal Elena Bruski de Vasconcelos, visando atender às necessidades da Secretaria e da Sala da Direção do CMEI Gente Pequena, bem como da Secretaria Escolar, Sala da Direção, Sala da Coordenação Pedagógica e Sala dos Professores da Escola Municipal Elena Bruski de Vasconcelos, e constatada a regularidade dos atos praticados no procedimento, **RESOLVE HOMOLOGAR** o resultado do certame e **ADJUDICAR** o seu objeto às empresas vencedoras, conforme segue:

LOTE	DESCRIÇÃO	EMPRESA ADJUDICATÁRIA	VALOR TOTAL
1	Escola Municipal Elena Bruski de Vasconcelos – Móveis Planejados	REALIZZE PLANEJADOS LTDA CNPJ nº 53.645.597/0001-98	R$ 28.500,00
3	CMEI Gente Pequena – Móveis Planejados		R$ 23.800,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO			**R$ 52.300,00**

LOTE	DESCRIÇÃO	EMPRESA ADJUDICATÁRIA	VALOR TOTAL
2	Escola Municipal Elena Bruski de Vasconcelos – Conjunto Escolar	MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA CNPJ nº 93.234.789/0001-26	R$ 4.168,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO			**R$ 4.168,00**

Iguaraçu/PR, 13 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B1500629

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 066/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para aquisição de 50 (cinquenta) metros de tecido percal 200 fios, 100% algodão, destinado à confecção de lençóis sob medida para utilização no CMEI Vamos Crescer Junto (Pré-Escola), do Município de Iguaraçu/PR, em favor da empresa **FA MARINGÁ LTDA** sob CNPJ N° 79.124.079/0006-27, situada na Rod PR – 317 – km 6, nº 5539 – Gleba Ribeirao Pinguim – na cidade de Maringá/PR, no valor de R$ 1.325,00 (hum mil trezentos e vinte e cinco reais) com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 13/10/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:BFBB5DF3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 067/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para aquisição de 12 (doze) refletores LED de 200 W,

destinados à recomposição e melhoria do sistema de iluminação do Estadio Municipal Antônio Milani, no Município de Iguaraçu/PR, em favor da empresa **C.B. DE MORAES & CIA LTDA** sob CNPJ N° 75.316.265/0001-00, situada na Avenida José Alves Nendo, nº 32 – Jardim Internorte – na cidade de Maringá/PR, no valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 13/10/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F53FD7EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 217/2026

DECRETO Nº 217/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e com base no Artigo 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artº 1º - Fica nomeada, **a partir de 13/10/2026**, a senhora **ANGELICA PAULA DANTAS – MATRICULA 80000771**, para exercer o cargo em Comissão de **ASSESSOR TECNICO– Símbolo C5.**

Artº 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Inácio Martins, 13 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:B8F0CDA6

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 021/2026
EXCLUSIVO A MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP
O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, CNPJ nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, N° 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Agente de Contratação juntamente com a Equipe de Apoio designados pelo Decreto no 185/2026, nos termos dos Decretos Municipais n° 174/2023 e 090/2025, Lei Complementar Federal n° 123/2006 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÁS 09H00MIN, DO DIA 20/10/2026, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO, O PORTAL DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, LOCAL DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO: WWW.BLL.ORG.BR, DISPENSA DE LICITAÇÃO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO - ARLA, DESTINADO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** O Termo de Dispensa encontra-se disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br e em www.bll.org.br. Demais informações estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Inácio Martins/PR no endereço indicado acima ou poderão ser solicitadas pelo e-mail licitacoes@inaciomartins.pr.gov.br

Inácio Martins/PR, 13 de Outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:E5F4730F

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 051/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2025.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDO E COMODATO DE EQUIPAMENTO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: TELECLINIC ONLINE SERVICOS MEDICOS LTDA - CNPJ da Contratada n° 34.354.716/0001-09. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses, com prazo de execução até à data de 12/10/2027 e prazo de vigência até à data de 12/11/2027, e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,97%. ficando o valor total do Aditivo em R$ 31.486,00 (Trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), conforme solicitação da Contratada, da Secretaria Municipal de Saúde, do Parecer Jurídico, nos termos conforme Art. 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021. Assinatura: 13/10/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:3A558550

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 104/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR VANDERLEI DE JESUS ANTUNES A VIAJAR À CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **VANDERLEI DE JESUS ANTUNES,** brasileiro, casado, Empresário, Vereador desta Casa de Leis, inscrito no CPF N° 555.XXX.XXX-53, Matrícula 63, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, à viajar a Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 16 de outubro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos), para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:

Art. 5º ....
a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;
c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".

(....)

A autorização foi concedida, haja vista a manifestação do vereador conforme o protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

LEONARDO FLORES DOS SANTOS
Secretário "Ad Hoc"

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:669415A7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 229/2026

SÚMULA: DETERMINA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI) DO MUNICÍPIO DE IPORÃ – PR, INSTITUI A COMISSÃO INTERSETORIAL DE COORDENAÇÃO E A REDE INTERSETORIAL PARA SUA ELABORAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ, Estado do Paraná, ROBERTO DA SILVA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Iporã, e;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), que prevê a municipalização das políticas de atendimento dos direitos e a prioridade absoluta na destinação de recursos públicos;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), especificamente seu artigo 8º, que estabelece diretrizes e parâmetros para a elaboração de planos para a Primeira Infância no âmbito dos entes federados;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.574, de 5 de agosto de 2025, que institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância, estabelecendo a articulação intersetorial, a territorialização das ações e a necessidade de alinhamento dos planos locais às diretrizes nacionais;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.617, de 10 de julho de 2023, que institui o Mês da Primeira Infância no Brasil;
CONSIDERANDO as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) e do Plano Estadual pela Primeira Infância do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a necessidade de estruturação de articulação intersetorial entre Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Demais Políticas Públicas do Município de Iporã visando à atenção integral às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Fica determinada a elaboração do **Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI)** do Município de Iporã – PR, instrumento político e técnico com vigência decenal, destinado a orientar e integrar as ações, serviços e políticas públicas dirigidas às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade e suas famílias residentes no território municipal.
Art. 2º O processo de elaboração do PMPI observará as seguintes diretrizes essenciais:
I - Prioridade absoluta do interesse e dos direitos das crianças na primeira infância;
II - Transversalidade e intersetorialidade nas ações governamentais de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente, esportes e direitos humanos;
III - Participação democrática da comunidade, de especialistas, dos conselhos de direitos e a escuta qualificada das próprias crianças;
IV - Redução das desigualdades sociais e regionais dentro do município e a proteção especial a crianças em situação de vulnerabilidade;
V - Transparência, monitoramento e previsão de metas avaliáveis no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).
CAPÍTULO II
DA COMISSÃO INTERSETORIAL E SUAS ATRIBUIÇÕES
Art. 3º Fica instituída a **Comissão Municipal Intersetorial de Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância**, com a finalidade de planejar, coordenar, diagnosticar e elaborar a minuta do PMPI de Iporã.
Art. 4º A Comissão Intersetorial será composta por representantes (titulares e suplentes) dos seguintes órgãos governamentais e entidades municipais:
I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV - 1 (um) representante da Secretaria/Departamento Municipal de Finanças e Planejamento;
V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes;
VI - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
VII - 1 (um) representante do Conselho Tutelar do Município de Iporã;
VIII - 1 (um) representante de organizações da sociedade civil atuantes no atendimento à infância local.
IX – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;

Parágrafo único. Os membros da Comissão serão indicados pelos respectivos órgãos e nomeados via Portaria do Poder Executivo no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a publicação deste Decreto.
Art. 5º Compete à Comissão Intersetorial:
I - Elaborar e executar o plano de trabalho e cronograma das etapas de construção do PMPI;
II - Promover o diagnóstico quantitativo e qualitativo da situação da primeira infância no município de Iporã;
III - Organizar oficinas, audiências públicas e processos de consulta pública com a sociedade e com crianças;
IV - Consolidar o texto final da proposta do Plano Municipal pela Primeira Infância e submetê-lo à apreciação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), bem como do Chefe do Executivo Municipal, visando à posterior remessa do Projeto de Lei à Câmara Municipal.
CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 6º Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Comissão Intersetorial serão considerados de relevante interesse público e não ensejarão remuneração aos seus membros.
Art. 7º O prazo limite para conclusão dos trabalhos da Comissão e apresentação da minuta final do Plano Municipal pela Primeira Infância é de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa fundamentada.
Art. 8º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Executivo Municipal.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos **treze** dias do mês de **outubro** de **dois mil e vinte e seis**.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:F23AD035

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1596/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR WILLIAM HENRIQUE BATTISTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34 da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 09 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** ao Servidor **WILLIAM HENRIQUE BATTISTI,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 092.xxx.xxx-10, residente e domiciliado na cidade e comarca de Cascavel, Estado do Paraná, ocupante do Cargo de **FISIOTERAPEUTA,** lotado na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 09 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:BDB3C176

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1597/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO SIQUEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 06 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO SIQUEIRA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 066.xxx.xxx-65, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SANBRA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 06 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:DEA46B26

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1598/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ANA PAULA OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 07 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ANA PAULA OLIVEIRA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 086.xxx.xxx-40, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 07 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9CEE6283

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1599/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA RITA HELENA FURLANETTO ALBORGHETI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 08 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **RITA HELENA FURLANETTO ALBORGHETI,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 918.xxx.xxx-53, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 08 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:7621A309

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1600/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA KELLE RENATA ALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 08 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **KELLE RENATA ALVES,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 057.xxx.xxx-04, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SANBRA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 08 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:149933E4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1601/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA SUZANA COUTINHO PILONETTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 05 de outubro de 2026, 02 (dois) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **SUZANA COUTINHO PILONETTO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 884.xxx.xxx-34, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 05 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2559BB24

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1602/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ANA PAULA OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 05 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ANA PAULA OLIVEIRA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 086.xxx.xxx-40, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 05 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:21475BF4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1603/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA BARBARA PRISCILA DUCATTI SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 09 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **BARBARA PRISCILA DUCATTI SILVA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 060.xxx.xxx-85, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **FARMACÊUTICO BIOQUIMICO**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 09 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:37E777C1

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1604/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA CAMILA FERNANDA DA SILVA VALÊNCIO VILVERT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 07 de outubro de 2026, 12 (doze) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **CAMILA FERNANDA DA SILVA VALÊNCIO VILVERT,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 080.xxx.xxx-94, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, em regime de Jornada Suplementar, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 07 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:88AA2446

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1605/2026

AUTORIZA O SECRETÁRIO DO EXECUTIVO A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;
I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO DO EXECUTIVO**, o Senhor **AGNALDO CORREIA DOS SANTOS**, a viajar nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2026, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, junto ao Palácio Iguaçu e Gabinete de Deputado, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 03 (três) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D8CCA00C

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1606/2026

AUTORIZA O SECRETÁRIO DE PROMOÇÃO AO ESPORTE, LAZER E TURISMO A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO DE PROMOÇÃO AO ESPORTE, LAZER E TURISMO**, o Senhor **CRISTHIAN CANDIL**, a viajar nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2026, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, junto ao Palácio Iguaçu e Gabinete de Deputado, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 03 (três) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 13 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2D0A4B41

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
DECRETO Nº 766/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
DORA LEANDRA WOLANIUK	Orientador Social Pss 2025	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.929-00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data, produzindo efeitos retroativos à 12/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 13 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:8C50B74A

PROCURADORIA
DECRETO Nº 767/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
CIBELE NAIARA BRUSINISKI	Assessor De Imprensa	Assessoria de Imprensa	XXX.XXX.519-83

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 13 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:87B641FD

PROCURADORIA
DECRETO Nº 768/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e demais disposições aplicáveis,

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa instaurada pelo Decreto nº 663/2026, de 10 de setembro de 2026;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica prorrogado, por mais 30 (trinta) dias, o afastamento preventivo do servidor J. M. F., determinado pelo art. 2º do Decreto nº 663/2026, contados a partir do término do prazo originalmente concedido.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data desta publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 13 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:8EEF8A40

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 010/2026/CMDPI

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Incentivo ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos) – FIPAR, referente ao período de execução de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE IRATI – CMDPI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.190/2016 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre políticas públicas destinadas à promoção, à proteção e à garantia dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos destinados ao atendimento da pessoa idosa, em conformidade com as finalidades do Incentivo ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos);

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em reunião ordinária realizada em 7 de outubro de 2026, conforme registrado na Ata nº 125/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Incentivo ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos) – FIPAR, referente ao período de execução de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 13 de outubro de 2026.

RAMONA FERREIRA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:22F48F65

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 011/2026/CMDPI

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e Outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa – FIPAR, referente ao exercício de 2025, conforme Deliberação CEDI/PR nº 019/2023.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE IRATI – CMDPI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.190/2016 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre políticas públicas destinadas à promoção, à proteção e à garantia dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 019/2023, referente ao Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e Outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos destinados ao atendimento da população idosa;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em reunião ordinária realizada em 7 de outubro de 2026, conforme registrado na Ata nº 125/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e Outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa – FIPAR, referente ao exercício de 2025, conforme Deliberação CEDI/PR nº 019/2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 13 de outubro de 2026.

RAMONA FERREIRA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:350A78CA

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 012/2026/CMDPI

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Incentivo Cuida Mais Paraná – Acolhimento para Pessoas Idosas – FIPAR, referente ao exercício de 2025, conforme Deliberação CEDI/PR nº 033/2024.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE IRATI – CMDPI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.190/2016 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre políticas públicas destinadas à promoção, à proteção e à garantia dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO a Deliberação CEDI/PR nº 033/2024, referente ao Incentivo Cuida Mais Paraná – Acolhimento para Pessoas Idosas – FIPAR;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos destinados ao atendimento e ao acolhimento da população idosa;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em reunião ordinária realizada em 7 de outubro de 2026, conforme registrado na Ata nº 125/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Incentivo Cuida Mais Paraná – Acolhimento para Pessoas Idosas – FIPAR, referente ao exercício de 2025, conforme Deliberação CEDI/PR nº 033/2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 13 de outubro de 2026.

RAMONA FERREIRA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:927D9533

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 013/2026/CMDPI

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência – FIPAR, referente ao exercício de 2025.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE IRATI – CMDPI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.190/2016 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre políticas públicas destinadas à promoção, à proteção e à garantia dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO a importância dos serviços de convivência para a promoção do envelhecimento digno, da socialização e da garantia dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos destinados ao atendimento da população idosa;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em reunião ordinária realizada em 7 de outubro de 2026, conforme registrado na Ata nº 125/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência – FIPAR, referente ao exercício de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 13 de outubro de 2026.

RAMONA FERREIRA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:871CACD6

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 014/2026/CMDPI

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Incentivo Paraná Viaja Mais 60 – FIPAR, referente ao exercício de 2025, conforme Deliberação CEDI/PR nº 024/2023.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE IRATI – CMDPI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.190/2016 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre políticas públicas destinadas à promoção, à proteção e à garantia dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO a Deliberação CEDI/PR nº 024/2023, referente ao Incentivo Paraná Viaja Mais 60;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos destinados ao atendimento da população idosa;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em reunião ordinária realizada em 7 de outubro de 2026, conforme registrado na Ata nº 125/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Incentivo Paraná Viaja Mais 60 – FIPAR, referente ao exercício de 2025, conforme Deliberação CEDI/PR nº 024/2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 13 de outubro de 2026.

RAMONA FERREIRA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:DF7405EF

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 015/2026/CMDPI

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II – FIPAR, referente ao exercício de 2025, conforme Deliberação CEDI/PR nº 034/2024.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE IRATI – CMDPI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.190/2016 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre políticas públicas destinadas à promoção, à proteção e à garantia dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO a Deliberação CEDI/PR nº 034/2024, referente ao Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II;

CONSIDERANDO a importância de promover o acesso da população idosa ao turismo, ao lazer, à cultura e à convivência social, contribuindo para a garantia de seus direitos;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos destinados à população idosa;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em reunião ordinária realizada em 7 de outubro de 2026, conforme registrado na Ata nº 125/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II – FIPAR, referente ao exercício de 2025, conforme Deliberação CEDI/PR nº 034/2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 13 de outubro de 2026.

RAMONA FERREIRA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:EDDA08FC

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 016/2026- CMAS

SÚMULA: Aprova o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao ano de 2027, e dá ciência ao Termo de Adesão de 2027.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO a apresentação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao ano de 2027, e do Termo de Adesão de 2027;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social na reunião ordinária realizada em 8 de outubro de 2026, registrada na Ata nº 418;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao ano de 2027.

Art. 2º - Dar ciência ao Termo de Adesão de 2027.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 8 de outubro de 2026.

KAMILA KURCKBAUER GUIMARÃES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:4941EB05

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 017/2026 – CMAS

SÚMULA: Aprova o Plano de Ação e dá ciência ao Termo de Adesão à Residência Inclusiva Estadual Regionalizada, referentes ao exercício de 2027.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais no Estado;

CONSIDERANDO a importância do serviço de acolhimento institucional destinado a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, ofertado na modalidade regionalizada;

CONSIDERANDO a apresentação do Plano de Ação e do Termo de Adesão à Residência Inclusiva Estadual Regionalizada, referentes ao exercício de 2027;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social na reunião ordinária realizada em 8 de outubro de 2026, registrada na Ata nº 418;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação da Residência Inclusiva Estadual Regionalizada, referente ao exercício de 2027.

Art. 2º Dar ciência ao Termo de Adesão à Residência Inclusiva Estadual Regionalizada, referente ao exercício de 2027.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 8 de outubro de 2026.

KAMILA KURCKBAUER GUIMARÃES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:E9923D51

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 018/2026 – CMAS

SÚMULA: Aprova o Plano de Ação e dá ciência ao Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência – Expansão, referente ao exercício de 2027.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO a importância do acolhimento institucional para a proteção de mulheres em situação de violência, garantindo acolhimento e segurança;

CONSIDERANDO a apresentação do Plano de Ação e do Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência – Expansão, referente ao exercício de 2027;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social na reunião ordinária realizada em 8 de outubro de 2026, registrada na Ata nº 418;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação do Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência – Expansão, referente ao exercício de 2027.

Art. 2º Dar ciência ao Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência – Expansão, referente ao exercício de 2027.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 8 de outubro de 2026.

KAMILA KURCKBAUER GUIMARÃES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:C1802FC8

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
ERRATA AO EDITAL

Concorrência Eletrônica nº 009/2026. Processo Administrativo n° 198/2026.
Objeto: Implantação do Centro de Inovação e Tecnologia Terra dos Pinheirais no município de Irati/PR, visando a estruturação de um ambiente promotor de inovação de abrangência regional para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, contemplando espaços de coworking, incubação e aceleração de startups, laboratórios de P&D, ambientes de capacitação e auditórios, conforme Convênio nº 002/2026- SETI.
Tipo: Técnica e Preço.
Recebimento das propostas**: Até as 09h00min do dia 19 de novembro de 2026**.
Sessão pública/lances: após o encerramento do prazo de recebimento das propostas.
Fica corrigida a data estabelecida na minuta do edital para a data acima, a qual foi devidamente publicada e encontra-se dentro do prazo legamente previsto à partir da publicação inicial para a modalidade e tipo.

Irati, 13 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:F87F5CF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
AVISO DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026
(Processo Administrativo Nº 005/2026)

A Câmara Municipal de Itambaracá, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados. que se encontra em andamento processo administrativo de Dispensa de Licitação com o critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, que tem por objeto a "Contratação de empresa para fornecimento de lanches diversos para as sessões legislativas, reuniões, audiências públicas e palestras da Câmara Municipal de Itambaracá-PR."
Visando atender o disposto no inciso II e §3º do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.
As propostas serão encaminhadas para endereços eletrônicos de e-mails contato@camaraitambaraca.pr.gov.br, ou camaraitca@gmail.com e/ou, entregue em mãos no escritório da Câmara Municipal de Itambaracá/PR, na Avenida Interventor Manoel Ribas, Nº 06, a partir desta Publicação, até 20 de outubro de 2026 às 11:30 horas.
O Edital com o Termo de referência, modelo de proposta, seus anexos e este aviso poderão ser encontrados no site oficial da Câmara Municipal de Itambaracá através do site: https://camaraitambaraca.pr.gov.br nas abas> Portal da Transparência> Licitações/Administração> Licitações> e/ou através do link: https://itambaraca.eloweb.net/portaltransparencia/2/licitacoes.
Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos de segunda a sexta feira, das 08:00 min às 11:30 min e das 13:30 min às 17:00min, através do telefone (43) 3543-1613, e/ou e-mail camaraitca@gmail.com.
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Itambaracá, Estado do Paraná será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.
Itambaracá, 13 de outubro de 2026.

ULYSSES FERNANDO LORDANI PEREIRA
Agente de Contratação

LUIZ AUGUSTO DO VALE
Presidente

Publicado por:
Fernanda Regina Zanata
Código Identificador:FDDAF39E

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Referente: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026
Dispensa de Licitação Nº 002/2026
Contratante: Câmara Municipal de Itambaracá (PR).
Contratada: IBIPORÃ ADESIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.005.979/0001-29, situada na Rua Vitoriano Valente, nº 2.120, Jd. Boa Vista, no Município de Ibiporã, Estado do Paraná, CEP 86.206-018.
Objeto: Contratação de empresa para confecção de brasão oficial em aço inox escovado para a Câmara Municipal de Itambaracá – PR.
Base legal: Art. art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021.
Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato.
Valor total: R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)
Dotação orçamentária: 01.001.01.031.0001-2001 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.
Foro: Comarca de Andirá/PR.

Itambaracá, 14 de outubro de 2026.

LUIZ AUGUSTO DO VALE
Presidente da Câmara Municipal de Itambaracá (PR)

Publicado por:
Ulysses Fernando Lordani Pereira
Código Identificador:FBE6F487

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Referente: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026
Dispensa de Licitação Nº 003/2026
Contratante: Câmara Municipal de Itambaracá (PR).
Contratada: "W. A. MARQUES & MARQUES LTDA ME", inscrita no CNPJ sob o nº. 13.786.783/0001-22, situada na Rua José Mendonça, nº 298, no Município de Itambaracá, Estado do Paraná, CEP 86.375-150.
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene, copa e cozinha para a Câmara Municipal de Itambaracá – PR.
Base legal: Art. art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021.
Prazo de Execução: 12 (doze) meses.
Valor total: R$ 12.945,45 (doze mil e novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)

Dotação orçamentária: 01.001.01.031.0001-2001 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Foro: Comarca de Andirá/PR.

Itambaracá, 13 de outubro de 2026.

LUIZ AUGUSTO DO VALE
Presidente da Câmara Municipal de Itambaracá (PR)

Publicado por:
Fernanda Regina Zanata
Código Identificador:CDEAE37D

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Diante aos documentos acostados no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026, Dispensa de Licitação Nº 002/2026, inclusive Termo de Referência, pareceres emitidos pela Agente de Contratação, bem como pela Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal, estando em conformidade com a legalidade exigida para o ato, HOMOLOGO o presente processo para contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 37, XXI da Constituição Federal, e art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021, no valor total de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) referentes à contratação da empresa IBIPORÃ ADESIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.005.979/0001-29, situada na Rua Vitoriano Valente, nº 2.120, Jd. Boa Vista, no Município de Ibiporã, Estado do Paraná, CEP 86.206-018, para "Contratação de empresa para confecção de brasão oficial em aço inox escovado para a Câmara Municipal de Itambaracá – PR".

Itambaracá, 13 de outubro de 2026.

LUIZ AUGUSTO DO VALE
Presidente da Câmara Municipal de Itambaracá (PR)

Publicado por:
Ulysses Fernando Lordani Pereira
Código Identificador:E99D14AF

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Diante aos documentos acostados no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026, Dispensa de Licitação Nº 003/2026, inclusive Termo de Referência, pareceres emitidos pela Agente de Contratação, bem como pela Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal, estando em conformidade com a legalidade exigida para o ato, HOMOLOGO o presente processo para contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 37, XXI da Constituição Federal, e art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021, no valor total de R$ 12.945,45 (doze mil e novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) referentes à contratação da empresa "W. A. MARQUES & MARQUES LTDA ME", inscrita no CNPJ sob o nº. 13.786.783/0001-22, situada na Rua José Mendonça, nº 298, no Município de Itambaracá, Estado do Paraná, CEP 86.375-150, para "Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene, copa e cozinha para a Câmara Municipal de Itambaracá – PR".

Itambaracá, 13 de outubro de 2026.

LUIZ AUGUSTO DO VALE
Presidente da Câmara Municipal de Itambaracá (PR)

Publicado por:
Fernanda Regina Zanata
Código Identificador:6603F4DD

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026
Objeto: Ata é o Registro de Preços para aquisição e fornecimento de Material de Expediente, em atendimento às Secretarias diversas da Administração Municipal, para um período de 12 (doze) meses.
Contratante: o MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08.
Contratada: Carlos Eduardo de Souza Borges, com sede na cidade de Guapirama-Estado do Paraná, sito à Rua: Sebastião Ribeiro da Silva, nº 40, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.067.855/0001-89.
Valor total registrado: **R$ 1.755,50**
Vigência: 13/10/2026 a 13/10/2027
Itambaracá, 13 de outubro de 2026.
Fiscal do Contrato: Cleberson Pereira

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:F0C62540

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026
Objeto: Ata é o Registro de Preços para aquisição e fornecimento de Material de Expediente, em atendimento às Secretarias diversas da Administração Municipal, para um período de 12 (doze) meses.
Contratante: o MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08.
Contratada: Dageal-Comercio de Material de Escritório Ltda, com sede na cidade de Barão de Cotegipe-RS, sito à Rua: Princesa Isabel, nº 26, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.245.458/0001-50.
Valor total registrado: **R$ 1.982,20**
Vigência: 13/10/2026 a 13/10/2027

Itambaracá, 13 de outubro de 2026.

CLEBERSON PEREIRA
Fiscal do Contrato

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:72F5F8EE

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026
Objeto: Ata é o Registro de Preços para aquisição e fornecimento de Material de Expediente, em atendimento às Secretarias diversas da Administração Municipal, para um período de 12 (doze) meses.
Contratante: o MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08.
Contratada: M3 Business Group Ltda, com sede na cidade de Porto Belo-SC, sito à Av. Colombo Machado Salles, nº 232, inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.494.740/0001-50.
Valor total registrado: **R$ 2.335,05**

Vigência: 13/10/2026 a 13/10/2027

Itambaracá, 13 de outubro de 2026.

CLEBERSON PEREIRA
Fiscal do Contrato

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:F9AA4508

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026
Objeto: Ata é o Registro de Preços para aquisição e fornecimento de Material de Expediente, em atendimento às Secretarias diversas da Administração Municipal, para um período de 12 (doze) meses.
Contratante: o MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08.
Contratada: 35739822 Gedielson Pinto da Silva, com sede na cidade de Itambaracá-Estado do Paraná, sito à Rua: Lázaro Gomes, nº 805, inscrita no CNPJ/MF sob nº 35.739.822/0001-73.
Valor total registrado: **R$ 412,45**

Vigência: 13/10/2026 a 13/10/2027

Itambaracá, 13 de outubro de 2026.

Fiscal do Contrato: Cleberson Pereira

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:63143ABC

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2026

Processo Administrativo n° 040/2026
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2026
Ata de Registro de Preços n° 151/2026
Demandante: Secretaria Municipal de Educação
Objeto:A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a Contratação de empresa para o fornecimento de eletrodomésticos, eletroportáteis, colchões, enxovais de cama, mesa e banho, e bicicletas, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Itambaracá/PR.
Contratante: MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08
Fornecedor: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA, com sede na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, sito à Rua Juliete Waldrich, nº 663, Bairro Encano, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.481.118/0001-96, CEP: 89086-580;
Valor Total Registrado: R$ 26.911,60 (vinte e seis mil novecentos e onze reais e sessenta centavos)
Vigência:12 (doze) meses, ou seja 06/10/2027.
Data de Assinatura:06 de outubro de 2026.
Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato: Andréia Soares Alexandre
Fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato: Cláudia Mariel Parralego

Itambaracá/Pr, 06 de outubro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:ADD610E0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025
CONTRATANTE: Município de Itambaracá/PR.
CONTRATADA: Seguros Sura S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.065.699/0001-27
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 045/2025, inicialmente previsto para encerramento em 30 de outubro de 2026, por mais 12 (doze) meses, passando seu término para 30 de outubro de 2027 ficando o valor contratual de **R$ 8.462,83 (oito mil quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos) para R$ 8.819,96 (oito mil oitocentos e dezenove reais e noventa e seis centavos)** anual
VIGÊNCIA: Prorrogada até 30 de outubro de 2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 92, 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Itambaraca; 13 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:1D631602

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 001/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 001/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Simoni Cristina dos Santos Merli

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Auxiliar de Serviços Gerais — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.741,72, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:093D666D

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 002/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 002/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Regina Marcia Lanzone

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Auxiliar de Serviços Gerais — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.741,72, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:0B7899D9

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 003/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 003/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Edina Socorro de Souza

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Auxiliar de Serviços Gerais — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.741,72, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:A4A759A2

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 004/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 004/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Paulo Gonçalves de Souza

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Auxiliar de Serviços Gerais — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.741,72, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:8058C503

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 005/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 005/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Maria Luiza Machado

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Auxiliar de Serviços Gerais — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.741,72, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:6CD10386

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 006/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 006/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Marcos Roberto da Silva.

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Motorista — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.916,56, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:C517E856

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 007/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 007/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Rafael de Almeida.

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Motorista — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.916,56, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:7732635F

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 008/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 008/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Matheus Carvalho.

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Motorista — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.916,56, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:69144237

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 009/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 009/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Hélio Wilson da Costa.

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Motorista — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.916,56, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:F57D0D43

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 010/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 010/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Rogério Aparecido de Azevedo.

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Motorista — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.916,56, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:AF7D3A82

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 011/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 011/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Ricardo José dos Santos.

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Motorista — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.916,56, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:6243AFF8

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 012/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 012/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Everton Santos da Silva.

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Motorista — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.916,56, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:829ECB5F

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 013/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 013/2026

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná.

CONTRATADO: Douglas José Bueno da Silva.

OBJETO: Prorrogação do contrato temporário para o exercício da função de Motorista — Temporária, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 meses com início em 14/10/2026 e término em 13/10/2027, observado o limite legal.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.916,56, mantidas as condições do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.078/2026, em conjunto com a Lei Municipal nº 2.030/2025.

ASSINATURAS:

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Itambaracá - PR, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:62BACA28

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
PORTARIA 008.2026

PORTARIA Nº 008/2026

SÚMULA: Designa advogado para responder pelas atribuições da PROCURADORA JURIDICA durante o período de licença-maternidade e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Dr. **ALCIDES CAETANO VIEIRA**, inscrito na OAB/PR sob o nº **13.905**, para responder pelas atribuições da Dra. **ALLMIRIAN VITTÓRIA SILVA AQUINO**, procuradora jurídica do poder legislativo Municipal, inscrita na OAB/PR sob o nº **101.907**, durante o período de seu afastamento em razão de licença-maternidade.

Art. 2º - A presente designação compreende o período de **20 de julho de 2026 a 15 de janeiro de 2027**, em substituição à advogada afastada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 20 de julho de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itambé, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO RIBEIRO DA COSTA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Sonia Saade Youssef Said
Código Identificador:0CE78132

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2026

PROCESSO Nº 67/2026

REF.: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.

1ª RELAÇÃO DE ANÁLISE DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2026.

PROTOCOLO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ	ORDEM	SITUAÇÃO
1138/2026	MARCELO ESTACIO DOS SANTOS	56.964.746/0001-70	1º	Credenciado

1. PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO

1.1. Serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos neste Edital;

1.2. Das decisões da Comissão de Contratação e da Secretaria de Administração caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da ciência da decisão.

1.3. Critério de Contratação:

2.3.1. Convocação dos credenciados nos termos do item 8.5 do edital.

Itambé/PR, 09 de outubro de 2026.

FLÁVIA VICENZI
Chefe da Divisão de Licitação

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:9607BBE2

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 09/2026

Para que produzam-se os efeitos legais em sua plenitude e com respaldo no inciso IV do art. 71 da Lei n° 14.133/2021, **HOMOLOGO** o Credenciamento **nº 09/2026**, com objeto ora licitado, o qual resume-se por: credenciamento de pessoa física para prestação de serviço de motorista**,** em favor de ROSANA ALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.***.119-** no valor global de R$ 25.470,72 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos); ROQUE AMANCIO, inscrito no CPF/MF sob o nº 911.***.899-** no valor global de R$ 25.470,72 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos);

Edifício da Prefeitura Municipal, em Itambé/PR, aos 13 de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:FE7B2A9A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 10/2026

Para que produzam-se os efeitos legais em sua plenitude e com respaldo no inciso IV do art. 71 da Lei n° 14.133/2021, **HOMOLOGO** o Credenciamento **nº 10/2026**, com objeto ora licitado, o qual resume-se por: **Credenciamento de empresa para a prestação de serviços de instalação, reinstalação e manutenção preventiva de aparelhos de ar condicionado para as Unidades Administrativas do Município,** em favor da empresa MARCELO ESTACIO DOS SANTOS, inscrito no CNPJ sob o nº 56.964.746/0001-70 no valor global de R$ 402.460,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais).

Edifício da Prefeitura Municipal, em Itambé/PR, aos 09 de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:017DA605

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 158 2026 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
02.001.00.000.0000.0.000. GABINETE E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

02.001.04.122.0009.2.002. MANUTENÇÃO DO GABINETE E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
795 - 4.4.90.52.00.00 01501 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 200.000,00
Total Suplementação: 200.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:2.2.1.3.01.01.00.00000000 Fonte: 1049 200.000,00
Total da Receita: 200.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná,
em 13 de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:61A46E72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 4097/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato de Aditivo de Contrato Nº 4097/2025
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Copy Printer Multifuncionais Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.027.555/0001 – 05.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas multifuncionais e impressoras, para uso dos Departamentos da Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o previsto no Edital de Pregão Eletrônico Nº 90033/2025.
Fica aditivado o valor contratual do item nº 04, passando de R$ 260,55 (Duzentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos) para R$ 325,67 (Trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos).
Data do Aditivo de Contato: 07 (sete) de Outubro de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:6C2FED34

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4382/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 4382/2026-PMID'O
CONTRATANTE: Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, com sede à Avenida Manoel Ribas, 620, Centro no Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrita no CNPJ/MF nº 76.995.430/0001 - 52, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Vilmar Schmoller, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.384.665 - 3 SSP/PR e do CPF/MF nº 786.910.449 - 34, e
CONTRATADA: Pedreira Santiago Ltda, CNPJ 77.744.134/0001 - 41, localizada a Rua 13 de Maio, Bairro São Miguel, no Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, a seguir denominada CONTRATADA**,** representada por Moises de Gasperin, sócio administrador, portador da cédula de identidade R.G. n. º 3.519.935 – 7 SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 518.634.809 - 00, residente na cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná.
OBJETO: Pavimentação sobre pedras irregulares e pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 26.809,74 m2, incluindo serviços preliminares, fresagem e demolição do pavimento existente, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra - lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 90013/2026.
VALOR: R$ 5.899.000,00 *(*Cinco milhões, oitocentos e noventa e nove mil reais*).*
PRAZO DE EXECUÇÃO: 210 (duzentos e dez) dias.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 420 (quatrocentos e vinte) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 23 (vinte e três) de Setembro de 2026.
FORO: Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.

Itapejara D'Oeste - PR, 23 (vinte e três) de Setembro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

MOISES DE GASPERIN,
Pedreira Santiago

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:1C66D726

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4390/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4390/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: R2T Tecnologia Ltda – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.305.083/0001 – 10.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de kits de Chromebooks e Headsets destinados a utilização da Escola Municipal Professor Pedro Viriato Parigot de Souza pertencente a Rede Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste – PR em conformidade com Convênio firmado com o Governo do Estado do Paraná através do Programa Paraná Mais Cidades, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90026/2026.
Valor do Contrato: R$ 49.450,00 (Quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses.
Data do Contrato: 13 (treze) de Outubro de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:6592784F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4391/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4391/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Nash Tech Distribuidora Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.138.217/0001 - 87.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de kits de Chromebooks e Headsets destinados a utilização da Escola Municipal Professor Pedro Viriato Parigot de Souza pertencente a Rede Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste – PR em conformidade com Convênio firmado com o Governo do Estado do Paraná através do Programa Paraná Mais Cidades, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90026/2026.
Valor do Contrato: R$ 4.247,50 (Quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses.
Data do Contrato: 13 (treze) de Outubro de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:659EA709

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

DECRETO Nº 72/2026
DATA: 13.10.2026

SÚMULA: *Declara ponto facultativo na Câmara Municipal e dá outras providências.*

JOÃO CARLOS VENTURIN, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere:

DECRETA:

Art. 1º) Fica decretado Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Vereadores de Itapejara D' Oeste, Estado do Paraná, no dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), referente ao dia do Servidor Público.

Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 13 de outubro de 2026

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:F52D3795

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2510/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 2510/2026
DATA: 13.10.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 82 da Lei Orgânica do Município.
CONSIDERANDO a concessão de aposentadoria a servidora **Adriane Prochnow da Silva**;
CONSIDERANDO que a servidora comunicou a concessão de sua aposentadoria por meio do Protocolo RH nº 50/2026, em 13 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica formalizado o **rompimento do vínculo funcional** da servidora **Adriane Prochnow da Silva**, ocupante do cargo de Serviços de Limpeza, matrícula nº 101.289-4, em razão da concessão de aposentadoria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2026.

Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:19C31C93

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico Nº 90034/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na comercialização de óleo lubrificante, aditivos e graxa destinados a manutenção dos veículos, ônibus, micro-ônibus, vans, caminhões e máquinas pesadas integrantes da frota pertencente a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90034/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, Item Nº 01, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 259,00 (Duzentos e cinquenta e nove reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 02, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 352,00 (Trezentos e cinquenta e dois reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 03, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 369,00 (Trezentos e sessenta e nove reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 04, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 329,90 (Trezentos e vinte e nove reais e noventa centavos), para o Lote Nº 01, Item Nº 05, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 343,00 (Trezentos e quarenta e três reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 06, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 379,00 (Trezentos e setenta e nove reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 07, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 399,00 (Trezentos e noventa e nove reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 08, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 369,00 (Trezentos e sessenta e nove reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 09, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 319,00 (Trezentos e dezenove reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 10, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 399,00 (Trezentos e noventa e nove reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 11, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 3.629,00 (Três mil, seiscentos e vinte e nove reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 13, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 377,00 (Trezentos e setenta e sete reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 14, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 485,90 (Quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos), para o Lote Nº 01, Item Nº 15, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 411,90 (Quatrocentos e onze reais e noventa centavos), para o Lote Nº 01, Item Nº 16, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 289,90 (Duzentos e oitenta e nove reais e noventa centavos), para o Lote Nº 01, Item Nº 17, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 269,90 (Duzentos e sessenta e nove reais e noventa centavos), para o Lote Nº 01, Item Nº 18, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 349,00 (Trezentos e quarenta e nove reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 19, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 349,00 (Trezentos e quarenta e nove reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 20, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 482,50 (Quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), para o Lote Nº 01, Item Nº 21, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 527,00 (Quinhentos e vinte e sete reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 22, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 317,90 (Trezentos e dezessete reais e noventa centavos), para o Lote Nº 01, Item Nº 23, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 369,90 (Trezentos e sessenta e nove reais e noventa centavos), para o Lote Nº 01, Item Nº 24, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 365,00 (Trezentos e sessenta e cinco reais) e para o Lote Nº 01, Item Nº 27, a empresa Lubrimult Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 433,90 (Quatrocentos e trinta e três reais e noventa centavos). Ficando nesta data HOMOLOGADO.
Itapejara D'Oeste, 13 (treze) de Outubro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:773375A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 024/2026 – CMAS DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA NOVA LISTA DE ITENS REFERENTE À EMENDA DE PROGRAMAÇÃO 411125820210002, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPERUÇU/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS DE ITAPERUÇU/PR, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 629/2019 de 20 de agosto de 2019 e lei Municipal 688/2021 de 12 de março de 2021.

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da lista de itens a serem adquiridos com recursos provenientes da Emenda de Programação nº 411125820210002;

CONSIDERANDO a apresentação da nova lista de itens destinados à Estruturação do SUAS e utilização na Proteção Social Básica;

CONSIDERANDO reunião ordinária realizada às 09h00min do dia 08 de outubro de 2026, na Sala de Reuniões dos Conselhos da Assistência Social, conforme deliberação registrada na Ata nº 017/2026.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a Nova Lista de Itens referente à emenda de programação nº 411125820210002, destinada à Estruturação do SUAS e utilização na Proteção Social Básica do município de Itaperuçu/PR, conforme relação apresentada ao Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu/PR, 13 de outubro de 2026.

MARA LUCIA PIASSA
Presidente do CMAS
Itaperuçu/PR

Publicado por:
Larissa Fernanda de Bomfim
Código Identificador:CFF6B04A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 68/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DURANTE A VÉSPERA E FERIADO DO DIA DE FINADOS.

O Prefeito Municipal de Itaperuçu, Estado do Paraná,EDILSON RUIZ DE FREITAS, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e:

CONSIDERANDO a necessidade de organização do Cemitério Municipal durante a véspera e o feriado do Dia de Finados,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o dia **29 de outubro** de cada ano como prazo limite para a execução de quaisquer serviços, obras, construções, reformas, pinturas, limpezas ou melhorias nos jazigos localizados nos Cemitérios Municipais, tendo em vista o feriado do Dia de Finados.

Parágrafo Único: Após o dia 02 de novembro, fica reestabelecida a realização de qualquer tipo de obra, serviço ou limpeza nos jazigos localizados nos Cemitérios Municipais.
Art. 2º Este decreto entrará em vigor na sua data de publicação.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Vargas da Rosa
Código Identificador:63AFAD94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 234/2026

CONTRATO Nº 234/2026.
MODALIDADE PREGÃO: Nº 73/2026.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: ALL WORK COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 18.007.154/0001-70.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS/PARQUE INFANTIL – LOTE 01 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2026, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
DO VALOR: R$22.538,00 (VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E OITO REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 05 DE OUTUBRO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:EC8A4CDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 235/2026

CONTRATO Nº 235/2026.
MODALIDADE PREGÃO: Nº 73/2026.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: MONICA REGINA DE MELLO FARIA LTDA.
CNPJ: 17.353.208/0001-97.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS – LOTE 02 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2026, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
DO VALOR: R$12.357,50 (DOZE MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 05 DE OUTUBRO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:0E079FC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 237/2026

CONTRATO Nº 237/2026.
MODALIDADE PREGÃO: Nº 85/2026.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: DRS MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA.
CNPJ: 58.892.523/0001-70.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
DO VALOR: R$7.450,00 (SETE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 07 DE OUTUBRO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:B34449A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 238/2026

CONTRATO Nº 238/2026.
MODALIDADE PREGÃO: Nº 85/2026.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: IMPACTO ADMINISTRAÇÃO E EFICIÊNCIA LTDA.
CNPJ: 60.173.263/0001-24.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
DO VALOR: R$1.992,87 (UM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 07 DE OUTUBRO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:FFCBBD0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 240/2026

CONTRATO Nº 2402026
MODALIDADE PREGÃO: Nº 83/2026.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: GÁS VALLE LTDA.
CNPJ: 53.147.001/0001-20.
OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA MINERAL PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS.*
DO VALOR: R$194.982,96 (CENTO E NOVENTA E QUATRO MIL NOVECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 09 DE OUTUBRO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:969DE964

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1ºTERMO AO CONTRATO Nº 106/2026- ADITIVO DE ACRÉSCIMO

CONTRATO Nº 106/2026.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: SERVIGRAF MATERIAIS GRAFICOS LTDA.
CNPJ: 75.290.973/0001-01.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO GRÁFICO PARA IMPRESSÃO, MONTAGEM E GRAMPEAMENTO DAS AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS E AVALIAÇÕES CNCA (COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA) DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM ENTREGA DAS PROVAS PRONTAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO.
DO VALOR: R$ 2.742,64 (DOIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:76073C8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1 º TERMO AO CONTRATO Nº 284/2025- ADITIVO DE PRAZO

CONTRATO Nº 284/2025
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 41/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES DO VALE- PROVALE.
CNPJ: 26.163.104/0001-00.
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NAS MODALIDADES ORGÂNICOS E CONVENCIONAIS, PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DE ACORDO COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 03/2025.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
DATA DA ASSINATURA: 08 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:14387856

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2026

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP NO ÂMBITO REGIONAL DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 04/11/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 04/11/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Aquisição de bebidas para atendimento das demandas relacionadas a reuniões, eventos, encontros, capacitações e demais atividades institucionais promovidas ou apoiadas pela Secretaria."***
VALOR MÁXIMO: R$ 61.404,50 (sessenta e um mil quatrocentos e quatro mil e cinquenta centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC*
Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.
Itaperuçu/PR, 13 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:2C108599

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2026

EXTRATO TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2026
Processo Administrativo 0140.2026
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço educacional especializado consistente na realização de experiência imersiva em astronomia por meio de planetário móvel;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, art. 75, II)
CONTRATADA: J A MERLO LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.185.134/0001-98, com endereço na Rua Aldo Kath, nº 184, Casa 02, Bairro Nova Barra Velha, Barra Velha, Santa Catarina, CEP 88390-000
VALOR TOTAL: R$5.348,99
VIGÊNCIA: 12 MESES.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 13 de outubro de 2025
Ratificação: O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente ratifica a Dispensa de Licitação, determinando a

formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.
Pesquisa de preço: VALDIRENE LUCAS DA SILVA – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
Publicação: Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

EXTRATO CONTRATO 070.2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2026
Processo Administrativo 0140.2026
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço educacional especializado consistente na realização de experiência imersiva em astronomia por meio de planetário móvel;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, art. 75, II)
CONTRATADA: J A MERLO LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.185.134/0001-98, com endereço na Rua Aldo Kath, nº 184, Casa 02, Bairro Nova Barra Velha, Barra Velha, Santa Catarina, CEP 88390-000,
VALOR TOTAL: R$5.348,99
VIGÊNCIA: 12 meses.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 13 de outubro de 2025.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:4DDB4B4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
7º TERMO ADITIVO LICITAÇÃO Nº 096/2024 PREGÃO Nº 090/2024 CONTRATO Nº 019/2025

O Município de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, Centro, Ivaí – PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob nº 5.175.278-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 715.210.549-91, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **TRANSPORTES ZATCERKONEY LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.315.734/0001-09 sediado na Est Principal Linha Ajudante Coutinho, S/N, Bairro Zona Rural, Ivaí - PR, Cep: 84.460-000 doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo **EUGENIO ZATCERKONEY**, resolvem, de comum acordo, firmar o presente **TERMO ADITIVO**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de correção dos itens "Coeficientes de consumo de combustível", "vida útil do pneu" e "vida útil da recapagem";
Vida útil do pneu: 30.000KM.
Vida útil recapagem: 30.000KM.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL E MOTIVAÇÃO:
A presente alteração contratual ampara-se juridicamente nos seguintes dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021:
No artigo 124, inciso I, alínea "a", haja vista tratar-se de modificação unilateral ou por acordo das especificações técnicas originais para melhor adequação qualitativa do objeto e alinhamento do projeto à realidade fática da execução dos serviços;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:
Em virtude do reajuste, conforme tabela:

LOTE	LINHA	REPACTUAÇÃO
3	1	17,1214
3	2	13,7046
3	3	19,6416
3	4	7,7321
3	5	12,7594
3	6	49,6714
3	7	14,2353
3	8	46,4904
3	9	16,4964

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original que não conflitem com o presente instrumento.

Ivaí – PR, 09 de outubro de 2026

Prefeitura Municipal De Ivaí - PR
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal
Contratante

Transportes Zatcerkoney LTDA
EUGENIO ZATCERKONEY –
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:DA1D0293

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 082/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 082/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: M E PAES SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Prestação de serviços de enfermagem.
Dotação orçamentária:
08.001.10.301.1001.2042.3.3.90.39.00.00
VALOR R$38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 09/10/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:DD566FB0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 290/2026

PORTARIA Nº 290/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 395/92,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr **MAURICIO NASCIMENTO, OPERADOR DE MÁQUINAS**, **LICENÇA ESPECIAL**, no período de 14 de outubro de 2026 a 12 de novembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 13 de outubro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:806DF591

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 025/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°. 001/2025

CONTRATANTE: Município de Ivatuba, inscrito no CNPJ nº 76.285.337/0001-54.
CONTRATADA: Fernando Soares Henrique, inscrito no CPF/MF sob nº. ***.775.729-**.
OBJETO: Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público, no cargo de **Monitor de alunos (temporário)** no Município de Ivatuba, na Escola Municipal Afrânio Peixoto, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
VALOR MENSAL: R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).
VIGÊNCIA: 14 de outubro de 2026 à 13 de outubro de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal n°. 032/2020 e Lei Complementar Municipal nº. 049/2025.
FORO: Comarca de Paiçandu, Estado do Paraná.

Ivatuba, 09 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:767DD383

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2026-PMI

CONTRATO Nº. 123/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **LUBE GESTAO E VENDAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 54.319.950/0001-02.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para as UBS do Município de Ivatuba, conforme adesão do Recurso Financeiro Resolução SESA N° 515/2024.**
FISCAL DESIGNADO: **Amanda Camila Mansano, Adriana Aparecida Pinto Zulato e Priscila Oliveira Martins Gomes, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde.**

Item	Undd	Qtdd	Descrição / Especificação	Valor Unt. R$	Valor Total R$
01	UNDD	10	**Ar Condicionado**: Tipo: SPLIT, Capacidade / Capacidade de refrigeração: mínima de 12.000 BTUs. Função: Quente e Frio. **Especificações Técnicas: Tipo:** Split (unidade evaporadora interna e condensadora externa). **Capacidade de Refrigeração:** apacidade de refrigeração: mínima de 12.000 BTUs. **Ciclo de Operação:** Quente e Frio. **Voltagem:** 220 V. **Controle Remoto:** Incluso. **Classificação Energética:** Selo Procel categoria A ou equivalente. **Gás Refrigerante:** Conforme normas ambientais vigentes. Instalação: **Deverá estar incluída no fornecimento a Instalação completa do equipamento; Fornecimento de suportes e materiais necessários; Testes de funcionamento; Orientação básica quanto ao uso adequado. Garantia mínima de 12 (doze) meses.**	2.565,93	25.659,30

VALOR: **R$ 25.659,30 (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **13 de outubro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **13 de outubro de 2027**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 13 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:41D47B7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2026-PMI

CONTRATO Nº. 124/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 57.498.660/0001-61.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para as UBS do Município de Ivatuba, conforme adesão do Recurso Financeiro Resolução SESA N° 515/2024.**
FISCAL DESIGNADO: **Amanda Camila Mansano, Adriana Aparecida Pinto Zulato e Priscila Oliveira Martins Gomes, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde.**

Item	Undd	Qtdd	Descrição / Especificação	Valor Unt. R$	Valor Total R$
3	UNDD	1	**DEA – Desfibrilador Externo Automático (DEA):** Equipamento portátil destinado à identificação automática dos ritmos cardíacos passíveis de desfibrilação e à aplicação de choque elétrico terapêutico, quando indicado, por meio de desfibrilação externa automática. Deve realizar análise automática do ritmo cardíaco, identificar a necessidade de desfibrilação e impedir a aplicação de choque quando não houver indicação. O equipamento deverá possuir operação automática, com comandos de voz em português e indicadores visuais que orientem o operador durante todas as etapas do atendimento, incluindo posicionamento dos eletrodos, análise do ritmo cardíaco, aplicação do choque e auxílio à Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP), com instruções sobre compressões torácicas e tempo de reanimação. Deverá dispor de sistema de autoteste automático para verificação das condições de funcionamento, indicador de carga da bateria, memória interna para registro dos eventos e atendimentos realizados e alimentação por bateria de longa duração, com autonomia mínima de 50 (cinquenta) choques, conforme especificação do fabricante. contribuindo para uma resposta rápida e adequada em situações de parada cardiorrespiratória, até a chegada de atendimento especializado. Deverá acompanhar **eletrodos adesivos descartáveis compatíveis com pacientes adultos e pediátricos, em quantidade suficiente para permitir o uso imediato do equipamento, conforme configuração e especificação técnica do fabricante**, além de bolsa ou maleta para transporte e proteção do equipamento, manual de operação em português, **registro ou notificação válida na ANVISA, conforme o enquadramento regulatório aplicável ao produto**, garantia mínima de 12 (doze) meses e ser fornecido novo, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento e, preferencialmente, em linha de fabricação.	5.499,00	5.499,00

VALOR: **R$ 5.499,00 (cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **13 de outubro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **13 de outubro de 2027**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 13 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:CF37E76C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2026-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº. 036/2026-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para as UBS do Município de Ivatuba, conforme adesão do Recurso Financeiro Resolução SESA N° 515/2024, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, declarando como vencedoras as empresas BETANIAMED COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº. 09.560.267/0001-08., no valor total de R$ 15.645,00 (quinze mil seiscentos e quarenta e cinco reais), LUBE GESTAO E VENDAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 54.319.950/0001-02, no valor total de R$ 25.659,30 (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos) e STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no valor total de R$ 5.499,00 (cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais).

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 13 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:68CAA1C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 037/2026-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº. 037/2026-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de tintas, toners e recargas de toners, em atendimento as demandas das Secretarias do Município de Ivatuba, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, declarando como vencedora a empresa WP DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº. 04.483.808/0001-28, no valor total de R$ 89.195,70 (oitenta e nove mil centos e noventa e cinco reais e setenta centavos).

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 13 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:D84BBC83

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 128/2026 DE 08/10/2026

MUNICIPIO DE IVATUBA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 128/2026 de 08/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 10/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 602.351,01 (seiscentos e dois mil trezentos e cinqüenta e um reais e um centavo)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
06.001.12.365.0005.2.024.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
728 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
06.002.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0005.2.025.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL	
732 - 3.3.90.30.00.00	03000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
731 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
733 - 4.4.90.51.00.00	3016	OBRAS E INSTALAÇÕES	362.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
07.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE LAZER, RECREAÇÃO E TÉCNICA ESPORTIVA	
07.001.27.812.0007.2.033.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE LAZER, RECREAÇÃO E TÉCNICA ESPORTIVA	
719 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001.10.301.0011.2.035.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE	
707 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.243.0014.2.042.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	
724 - 3.3.90.39.00.00	34934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.950,00
09.002.08.244.0014.2.044.		MANUTENÇÃO DO CRAS	
734 - 3.3.90.32.00.00	33940	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.901,01
		Total Suplementação:	**602.351,01**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

ERIC ANDERSON TIHARA
Contador

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:D55E13DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 129/2026 DE 08/10/2026

MUNICIPIO DE IVATUBA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 129/2026 de 08/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 129/2026 de 08/10/2026.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 31.080,00 (trinta e um mil e oitenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PODER EXECUTIVO	
02.002.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA	
02.002.02.061.0002.2.004.		MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	
37 - 3.3.90.46.00.00	01000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.040,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE COMPRAS	
03.002.04.122.0002.2.008.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE COMPRAS	
101 - 3.3.90.46.00.00	01000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.040,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001.10.301.0011.2.036.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA	
446 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.244.0014.2.044.		MANUTENÇÃO DO CRAS	
564 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
		Total Suplementação:	**31.080,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGROPECUARIA	
10.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE AGROPECUARIA	
10.001.20.605.0004.2.047.		MANUTENÇÃO DOS ABASTECEDOUROS COMUNITÁRIOS	
578 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.080,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
12.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE	
12.001.17.512.0012.1.125.		RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS	
610 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
611 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.000,00
12.001.17.512.0012.2.051.		MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	
619 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
		Total Redução:	**31.080,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

ERIC ANDERSON TIHARA
Contador

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:2F6A4E14

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de Jaguapitã, Estado do Paraná, através de seu Presidente Sr. **Juvaldi Ferreira Tomaz**, vem através deste, **CONVOCAR** os vereadores e demais população, para **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO**, no dia **15** de outubro de 2026 (quinta-feira)**, no horário das 10:00**, no Auditório da Casa de Cultura. Em cumprimento ao estabelecido em Regimento Interno.

Jaguapitã, 13 de outubro de 2026.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ
Presidente

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:3EE13C1A

GOVERNO MUNICIPAL
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ.

CONTRATADA: HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº **55.187.334/0001-08**.

LICITAÇÃO: Pregão nº 28/2024.

OBJETO: Registro de preço objetivando futura e eventual aquisição de cestas básicas destinadas a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

ADITIVO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 19/2024, com término em **08 de abril de 2027**, pelo período de **6 (seis) meses**, para assegurar a continuidade do fornecimento de cestas básicas destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social. A prorrogação será considerada efetuada na respectiva data de vencimento do contrato, admitindo-se nova prorrogação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Termo aditivo 4 - Extrato

Jaguapitã - PR, 13 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:FDA30631

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 030/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026.

Objeto: REGITRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CREMAÇÃO DE CADÁVERES DE CÃES E GATOS SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ-PR ABRANGENDO ANIMAIS PROVENIENTES DO ABRIGO MUNICIPAL, BEM COMO ANIMAIS ERRANTES RECOLHIDOS OU ATENDIDOS PELO MUNICÍPIO, MEDIANTE ÁS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta da empresa vencedora, conforme segue:

FORNECEDOR: O M S AMBIENTAL LTDA
CNPJ: 09.251.694/0001-04
VALOR TOTAL: R$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Valor Total desta Dispensa Eletrônica: R$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:8B687480

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR.

CONTRATADA: RLG CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.437.573/0001-43.

LICITAÇÃO: Concorrência Eletrônica nº 006/2025.

PROTOCOLO: nº 2409/2026.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do Contrato nº 173/2025, cujo objeto é a construção de creche do Programa Infância Feliz Paraná, compreendendo a execução dos serviços e demais itens previstos nos projetos, especificações técnicas e documentos integrantes da contratação.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, com término previsto em 23 de novembro de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Mantido até 22 de abril de 2027.

GARANTIA CONTRATUAL: Deverá ser renovada ou adequada, conforme as disposições contratuais aplicáveis e as condições estabelecidas no termo aditivo.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e disposições pertinentes do Contrato nº 173/2025.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:139AE350

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO Nº 081/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 064/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.457.341/0001-90.

CREDENCIADA: INSTITUTO SÃO JOSÉ, inscrito no CNPJ nº 77.461.507/0001-77.

OBJETO: Credenciamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), visando à prestação de serviços de acolhimento institucional para pessoa idosa com grau III de dependência, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, conforme as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 003/2026 e no respectivo Termo de Referência.

VALOR UNITÁRIO: R$ 4.714,19 (quatro mil, setecentos e quatorze reais e dezenove centavos), conforme a unidade de medida e os critérios de medição previstos no edital e no contrato.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 56.570,28 (cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta reais e vinte e oito centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 13 de outubro de 2026 e término em 12 de outubro de 2027.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso IV, e art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 040/2025 e Edital de Chamamento Público nº 003/2026.

Jaguapitã – PR, 13 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:1C15FD56

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA N.º 685/2026

"Determina a instauração do Processo Administrativo Sancionador e nomeação dos membros da Comissão Processante."

WILSON CORREA NETO, Secretário de Administração do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 4º do Decreto 044/2026:
R E S O L V E:
Art. 1º Determinar a instauração do **Processo Administrativo Sancionador nº 003/2026**, a fim de apurar os fatos narrados nos documentos de origem carreados ao bojo do protocolo nº 4648/2026 os quais noticiam a pratica "*in these*" de descumprimento de obrigação contratual, por parte da empresa OPEN BRASIL GESTÃO DE CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO LTDA, com base nos incisos II e III do Art. 2º do Decreto 044/2026.
Art. 2º Ficam nomeados os seguintes servidores efetivos do quadro permanente do Município de Jaguapitã para compor a Comissão Processante:

Item	Função	Indicação/lotação	Nome	Matrícula	Cargo efetivo
I	Presidente titular	Secretaria de Saúde	**CHRISTIANE RODRIGUES DE CAMPOS TRAPP**	72101	ESCRITURÁRIA
II	Membro	Secretaria de Administração	**MARIUZA JOSÉ RIBEIRO**	40301	ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO
III	Membro	Secretaria de Administração	**MARIA APARECIDA DIAS**	37001	ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

Art. 3º A Comissão processante deverá observar as disposições legais emanadas pela Lei. 14.133 e Decreto 044/2026;
Art. 4º As atividades da Comissão serão exercidas sem prejuízo das atribuições ordinárias dos cargos efetivos de seus integrantes;
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Jaguapitã - PR, 09 de outubro de 2026.

WILSON CORREA NETO,
Secretário de Administração.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:D363EB3A

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 688/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 37,89**(trinta e sete reais e oitenta e nove centavos) a favor da Secretária Municipal de Saúde, Sra. **IVANI ALVES DE SOUZA**, referente ao pagamento de 01 (uma) diária para arcar com as despesas de alimentação, face ao deslocamento a Londrina – Pr., para participar de reunião ordinária CRESEMS e participar da Reunião Ordinária da

Comissão Intergestores Regional – CIR – realizada no IAPAR. Saída às 07h30 do dia 09/10/2026 e retorno no mesmo dia às 18h00, conforme Processo nº.4615/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 13 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:CCE74B13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 56. 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 217/2026
ID CONTRATO 2350
PROCESSO ADM 105/2026
CERTAME DISPENSA 56/2026
CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: ARAMAS TURISMO LTDA - ME
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, incluindo o fornecimento de pacotes turísticos para os municípios de Curitiba e Morretes PR, compreendendo transporte adequado e demais serviços necessários à execução dos roteiros turísticos, com finalidade de atender às ações desenvolvidas no âmbito da política Municipal de Assistência Social, especialmente aquelas vinculadas ao Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos(SCFV), ofertado pelo (CRAS).
DO VALOR TOTAL: R$ 52.500,00(cinquenta e dois mil e quinhentos reais)
RED. 718. 07.002.08.241.0705.1.193.3.3.90.39.00.00 – 30934 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
RED. 724. 07.008.08.245.0702.1.192.3.3.90.39.00.00 – 31934 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
DA VIGÊNCIA: 13 DE OUTUBRO DE 2026 A 31 DE DEZEMBRO DE 2026.
DO FISCAL DE CONTRATO: IZILDA PORTO REIS PACHECO – Agente Administrativo
DO FORO: COMARCA DE PARANACITY/PR.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:5C42A983

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREGÃO 26-2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 317/2025
Processo Administrativo nº 159/2025 – Pregão nº 26/2025
Gerenciador: MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR.
Gerenciada: UARLEITILMA SOUZA DA SILVA – ME – CNPJ nº 14.340.903/0001-26.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 317/2025 por mais **12 (doze) meses**, compreendendo o período de **13/10/2026 a 13/10/2027**, bem como a **renovação de 100% (cem por cento) dos quantitativos originalmente registrados**, mantidos os mesmos preços unitários registrados.
Valor estimado renovado: R$ 80.991,20 (oitenta mil, novecentos e noventa e um reais e vinte centavos).
Fundamentação: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 135/2025 e Cláusula 3.1 da Ata de Registro de Preços nº 317/2025.
Data de assinatura: 13 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 319/2025
Processo Administrativo nº 159/2025 – Pregão nº 26/2025
Gerenciador: MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR.
Gerenciada: ROSENEIDE FAGUNDES DA SILVA JARDIM OLINDA – CNPJ nº 07.310.349/0001-79. ARP - ROSENEIDE-FRUTAS
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 319/2025 por mais **12 (doze) meses**, compreendendo o período de **13/10/2026 a 13/10/2027**, bem como a **renovação de 100% (cem por cento) dos quantitativos originalmente registrados**, mantidos os mesmos preços unitários registrados.
Valor estimado renovado: R$ 88.284,50 (oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).
Fundamentação: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 135/2025 e Cláusula 3.1 da Ata de Registro de Preços nº 319/2025.
Data de assinatura: 13 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:E04B8624

LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 105/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo administrativo: 105/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA*, Prefeito Municipal de Jardim Olinda, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, especialmente pelo inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/21, e:*

Considerando o Documento de Formalização de Demanda da Diretora do Departamento Municipal de Assistência Social, em que justificadamente solicita a contratação da empresa **ARAMAS TURISMO LTDA - ME** para **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, incluindo o fornecimento de pacotes turísticos para os municípios de Curitiba e Morretes PR, compreendendo transporte adequado e demais serviços necessários à execução dos roteiros turísticos, com finalidade de atender às ações desenvolvidas no âmbito da política Municipal de Assistência Social, especialmente aquelas vinculadas ao Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos(SCFV), ofertado pelo (CRAS)**, pelo valor de **R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)**, conforme proposta constante dos autos;
Considerando que foi procedida a realização de pesquisa de preços atestando que os valores da pretensa contratação refletem os praticados pelo mercado bem como haver saldo orçamentário suficiente para a despesa, conforme atestado pela Divisão de Contabilidade;

Considerando finalmente que o Agente de Contratação e a Assessoria Jurídica opinaram por ser dispensável a realização de licitação, **resolve:**

AUTORIZAR a contratação da empresa **ARAMAS TURISMO LTDA - ME** para **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, incluindo o fornecimento de pacotes turísticos para os municípios de Curitiba e Morretes PR, compreendendo transporte adequado e demais**

serviços necessários à execução dos roteiros turísticos, com finalidade de atender às ações desenvolvidas no âmbito da política Municipal de Assistência Social, especialmente aquelas vinculadas ao Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos(SCFV), ofertado pelo (CRAS), pelo valor de **R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)** por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** em conformidade com o disposto no art. 75 inciso II, da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.
Sem prejuízo:
a) proceda-se o devido registro da dispensa;
b) certifique-se a existência de débitos de natureza tributária e não tributária em nome da empresa junto a Divisão de Tributação;
c) convoque-se a empresa para assinatura do contrato no prazo legal, devendo apresentar as certidões negativas relativas à sua regularidade fiscal nos termos do § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/21;
d) publique-se este ato nos termos do Parágrafo único do art. 72 c.c. inciso I do Parágrafo único do art. 176 ambos da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda, 13 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:4C78CE56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 81/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional, no orçamento geral do município de Jundiaí do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 802 de 22 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1°. Fica aberto no orçamento corrente, um Crédito Adicional no valor de R$ 263.767,26 (Duzentos e Sessenta e Três Mil, Setecentos e Sessenta e Sete Reais e Vinte e Seis Centavos), no exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	Departamento de Administração Geral	
05.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0010.2006	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
05.003	RECURSOS HUMANOS	
04.128.0010.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
720	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.455,53
	SUBTOTAL	107.455,53
08	Depto. de Agricultura, Abast. e Meio Ambiente	
08.001	AGRICULTURA	
20.606.0018.2016	PROGRAMA DE INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
	SUBTOTAL	14.000,00
13	Departamento de Saneamento	
13.001	SANEAMENTO	
17.512.0031.2056	REPASSE RECURSO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATERRO SANITARIO - CIAS	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
3430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	21.311,73
	SUBTOTAL	21.311,73
14	Departamento de Assistência Social	
14.001	ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0030.2069	PROGRAMA MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - SCFV C/C 22.247-X	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4011	00957-B.B C/C 27.709-6 VIAJA MAIS 60 FASE 2 FR 957	26.000,00
	SUBTOTAL	26.000,00
15	Depto. de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas	
15.002	URBANISMO	
15.451.0018.2071	PROGRAMA MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE URBANISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	95.000,00
	SUBTOTAL	95.000,00
	TOTAL	263.767,26

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:

I - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso 957.

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
05	Departamento de Administração Geral	
05.002	COMPRAS E LICITAÇÕES	
04.122.0010.2008	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
05.003	RECURSOS HUMANOS	
04.128.0010.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	11.000,00
07	Departamento de Finanças	
07.003	TESOURARIA	
04.123.0010.2014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TESOURARIA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
08	Depto. de Agricultura, Abast. e Meio Ambiente	
08.003	MEIO AMBIENTE	
18.541.0018.2021	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
811	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
13	Departamento de Saneamento	
13.001	SANEAMENTO	
17.512.0018.2055	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	21.311,73
	SUBTOTAL	21.311,73
15	Depto. de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas	
15.002	URBANISMO	
15.452.0018.2077	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO URBANO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.584,63
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
15.003	OBRAS	
15.451.0018.2080	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OBRAS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.075,90
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	55.000,00
	SUBTOTAL	79.660,53
16	Departamento de Transportes Rodoviário	
16.001	SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	

26.606.0031.2081	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E ABERTURA DE ESTRADAS VICINAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
26.782.0031.2082	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES MUNICIPAIS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	41.795,00
	SUBTOTAL	105.795,00
	TOTAL	237.767,26

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os valores declarados no Artigo 2º, inciso II.

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul, 13 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:2643EB4F

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°313/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 313/2026 - De 13/10/2026 à 14/10/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Paulo Roberto Pedro	Prefeito	Curitiba	13/10/2026	Em viagem para Ir na SECID e Assembléia Legislativa, para tratar de assuntos do Município.	R$ 1.035,00
Gleison de Souza Alves	Vice-Prefeito	Curitiba	13/10/2026	Em viagem para Ir na SECID e Assembléia Legislativa, para tratar de assuntos do Município.	R$ 1.035,00
Juliano Aparecido Pedro	Diretor do Dp. Municipal da Administração Geral	Curitiba	13/10/2026	Em viagem para Ir na SECID e Assembléia Legislativa, para tratar de assuntos do Município.	R$ 660,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:D893308A

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°316/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 316/2026 – De 08/10/2026 .
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Eliezer Teles de Oliveira	Motorista	Jacarezinho	08/10/2026	Levar os alunos da Escola Estadual Nicanor Bueno Mendes, para participarem do evento Geniuscon 2026.	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:E0A17CB9

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 103/2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a empresa NEXXA FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ nº 61.812.902/0001-17
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 005/2026, derivado do Processo Administrativo nº 046/2026, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar, destinados ao atendimento do Programa Saúde da Família e da Unidade Mista de Saúde São Francisco de Assis, com fornecimento realizado conforme a necessidade, no decorrer do período de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação na Lei Orçamentária nº. 802/2025 de 22/12/2025.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 5.191,75 (cinco mil cento e noventa e um reais e setenta e cinco centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – PR, 13 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:31662EAC

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 105/2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a empresa **ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA** – CNPJ: 19.336.532/0001-22
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 005/2026, derivado do Processo Administrativo nº 046/2026, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar, destinados ao atendimento do Programa Saúde da Família e da Unidade Mista de Saúde São Francisco de Assis, com fornecimento realizado conforme a necessidade, no decorrer do período de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação na Lei Orçamentária nº. 802/2025 de 22/12/2025.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 25.261,97 (vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e um reais e noventa e sete centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – PR, 13 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:76416D8F

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 106/2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a empresa **EPG COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **60.860.141/0001-06**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 005/2026, derivado do Processo Administrativo nº 046/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar, destinados ao atendimento do Programa Saúde da Família e da Unidade Mista de Saúde São Francisco de Assis, com fornecimento conforme a necessidade, durante o período de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária nº 802/2025, de 22/12/2025.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 77.125,99 (setenta e sete mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e nove centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – PR.
Jundiaí do Sul – PR, 13 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:D688207C

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 120/2026

PARTES: : Município de Jundiaí do Sul e a empresa **OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA** – CNPJ: **61.828.536/0001-94**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 005/2026, derivado do Processo Administrativo nº 046/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar, destinados ao atendimento do Programa Saúde da Família e da Unidade Mista de Saúde São Francisco de Assis, com fornecimento conforme a necessidade, durante o período de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária nº 802/2025, de 22/12/2025.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 132.917,56 (Cento e trinta e dois mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos.)
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – PR.

Jundiaí do Sul – PR, 13 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:285A0A56

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 121/2026

PARTES: : Município de Jundiaí do Sul e a empresa **PHOENIX DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E CORRELATOS LTDA** – CNPJ: **45.107.793/0001-80**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 005/2026, derivado do Processo Administrativo nº 046/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar, destinados ao atendimento do Programa Saúde da Família e da Unidade Mista de Saúde São Francisco de Assis, com fornecimento conforme a necessidade, durante o período de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária nº 802/2025, de 22/12/2025.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 13.755,00 (**treze mil, setecentos e cinquenta e cinco reais)**

DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – PR.

Jundiaí do Sul – PR, 13 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:5903BD9C

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 123/2026

PARTES: : Município de Jundiaí do Sul e a empresa **RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA** – CNPJ: 35.042.079/0001-06

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 005/2026, derivado do Processo Administrativo nº 046/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar, destinados ao atendimento do Programa Saúde da Família e da Unidade Mista de Saúde São Francisco de Assis, com fornecimento conforme a necessidade, durante o período de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária nº 802/2025, de 22/12/2025.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 13.283,15 **(**treze mil, duzentos e oitenta e três reais e quinze centavos)
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – PR.
Jundiaí do Sul – PR, 13 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:FCB3EC2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA SEM DISPUTA 20 /2026

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA: O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Acyr Hoffmann, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer exarado pelo Departamento Jurídico, desta Casa de Leis, AUTORIZO a Dispensa de Licitação Eletrônica sem disputa 20/2026, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

FONTE: Compras.gov.br

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios.

CONTRATADA: Maurício Silva Kliszez – Gula
CNPJ 49.038.592/0001-20

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$2.539,80 (dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)

DATA DA CONTRATAÇÃO: 08/10/2026

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO: o menor valor.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL : Artigo 75, inciso II da Lei federal 14.133/2021.

Lapa, 08 de outubro de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:27819A7D

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 82/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno,
CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro de 2026, quarta-feira, é consagrado ao Dia do Servidor Público;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de estabelecer ponto facultativo no âmbito do Poder Legislativo Municipal em razão da referida data;
RESOLVE:

Art. 1º– Fica instituído PONTO FACULTATIVO, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, no dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), em virtude do Dia do Servidor Público.

Art. 2º–A determinação do artigo 1º não abrangerá os serviços essenciais.

Art. 3º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Lapa, em 13 de outubro de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E811D772

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA 20/2026

CONTRATANTE
Câmara Municipal da Lapa – Pr, sito á Alameda David Carneiro, n°363, Centro, Lapa/Pr, Cep 83 750 095.

CONTRATADA: Maurício Silva Kliszez – Gula

CNPJ 49.038.592/0001-20

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, conforme especificado no termo de referência;

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$2.539,80 (dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)

DATA DA CONTRATAÇÃO

09/10/2026

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA /PR
Dispensa eletrônica 20/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal da Lapa, realizará CONTRATAÇÃO DIRETA, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da resolução 132/2024, e demais normas aplicáveis, SENDO CONTRATADA a empresa Maurício Silva Kliszez – Gula,CNPJ 49.038.592/0001-20, localizada na Rua Senador Souza Naves, bairro Ronda, n°329, na cidade da Lapa, Paraná.

Critério de Julgamento: Menor preço
Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
Aquisição de gêneros alimentícios.

1.2. A contratação ocorrerá conforme TERMO DE REFERENCIA abaixo.

TERMO DE REFERÊNCIA
1- OBJETO
Aquisição de gêneros alimentícios.
20 pacotes de café, de 500 gramas; valor unitário R$21,99 a unidade
240 rolos de papel higiênico, ou 60 fardos com 04 unidades, folha dupla; R$5,80 o fardo com 04 rolos;
480 unidades de água mineral com gás, embalagem de 500 ml; R$1,95 a unidade de 500 ml;
480 unidades de água mineral sem gás, embalagem de 500 ml; R$1.70 a unidade de 500 ml;

1.1 – LOCAL DE ENTREGA /EXECUÇÃO
Câmara Municipal da Lapa, Paraná
1.2.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A contratação objeto desse termo de referência, tem amparo legal na Lei Federal n° 14.133/2021, Resolução 132/2024 e demais legislações aplicáveis.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
A necessidade de aquisição dos produtos para consumo nos três prédios da Câmara.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO – lei 14.133/21, artigo 75, inciso II.
Processo de contratação direta por Dispensa de Licitação.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR
- Qualidade dos produtos oferecidos;

5.FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO.
Não se aplica
6.MODELO DE GESTÃO
A fiscalização e o acompanhamento do recebimento dos produtos serão efetuados pelos servidores abaixo, a fim de verificar a conformidade com as especificações técnicas dispostas neste instrumento

Gestora do contrato – Joelma Aparecida Pinto Polato
Fiscal do contrato – Leonilda do Rocio Pinto Javorski
A fiscalização de que se trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, ainda que resultem de condições técnicas ou execução inadequada do referido serviço, e na ocorrência

desta, não implica a responsabilidade da Administração e seus agentes e prepostos.

7. PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO
APÓS EMISSÃO DE ORDEM DE COMPRA (entrega imediata)

8- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
Conforme especificado em anexo a requisição.

8.1 OBRIGAÇÕES COMUNS ÀS PARTES
Todos e quaisquer acordos verbais com referência a este termo de referência necessitam de confirmação por escrito de ambas as partes.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Executar os serviços conforme requisição.

8.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
9. REGIME DE EXECUÇÃO
Por contratação direta, através de dispensa de licitação conforme Lei 14.133/2021.

10. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
Conforme Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas.

11. PREVISÃO DE ADOÇÃO DE ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)
Não se aplica

12. FORMA DE PAGAMENTO até 15 dias após a CONTRATADA apresentar a Nota Fiscal dos serviços.

13.CONDIÇÕES DE REAJUSTE
Não se aplica.
14. GARANTIA CONTRATUAL

– A parte que der causa à rescisão, total ou parcial, deste contrato, fica obrigada a indenizar a outra parte, imediatamente, com o valor correspondente à 20% (vinte por cento) do valor dos ENCARGOS MENSAIS, que seriam devidos até a data do término do contrato, ainda que prorrogado após o período inicial, corrigidos nos moldes dos encargos mensais.

- Todos e quaisquer acordos verbais com referência a este termo de referência necessitam de confirmação por escrito de ambas as partes.

15. PLANO DE CONTRATAÇÕES
-O objeto a ser contratado está previsto no Plano anual de contratações 2026.

16. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS
20 pacotes de café, de 500 gramas; valor unitário R$21,99 a unidade
240 rolos de papel higiênico, ou 60 fardos com 04 unidades, folha dupla; R$5,80 o fardo com 04 rolos;
480 unidades de água mineral com gás, embalagem de 500 ml; R$1,95 a unidade de 500 ml;
480 unidades de água mineral sem gás, embalagem de 500 ml; R$1.70 a
unidade de 500 ml;

17. QUANTIDADE DE ITENS A SEREM CONTRATADOS
04

18.CÓDIGO NO CATÁLOGO DE MATERIAIS OU NO CATÁLOGO DE SERVIÇOS DOS ITENS.
Não se aplica

19.CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE
A Contratada deverá atender, no que couber , o critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução Normativa SLTI/MPOG n°01, de 19/01/2010.

20. PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAL
20 pacotes de café, de 500 gramas; valor unitário R$21,99 a unidade
240 rolos de papel higiênico, ou 60 fardos com 04 unidades, folha dupla; R$5,80 o fardo com 04 rolos;
480 unidades de água mineral com gás, embalagem de 500 ml; R$1,95 a unidade de 500 ml;
480 unidades de água mineral sem gás, embalagem de 500 ml; R$1.70 a unidade de 500 ml;

21. VALOR DA CONTRATAÇÃO
R$2.539,80 (dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)

22. DECLARAÇÕES
- Não existe Ata de Registro de Preços vigente para aquisição do objeto.
- O valor do objeto se adequar a lei 14.133/2021 conforme artigo 75, inciso II.

Lapa, 09 de outubro de 2026

JOELMA APARECIDA PINTO POLATO
Gestora do Contrato

LEONILDA DO ROCIO PINTO JAVORSKI
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BE29B327

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO C.M.S. LAPA/PR Nº 036/2026

APROVA

O Conselho Municipal de Saúde da Lapa – CMS/PR, regulamentado conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 141, da Lei Orgânica do Município da Lapa em 04 de abril de 1990, art. 1º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal Nº 3911, de 24 de fevereiro de 2022 que altera o §1º, do Art. 2º da Lei Municipal nº 1070 de 06 de março de 1991, regulamentado pelo Decreto n° 28724, de 30 de abril de 2025 e Decreto n° 28725, de 30 de abril de 2025, no uso de sua competência regimental, reunido na 8ª REUNIÃO ORDINARIA de 2026 – 357ª RO, por unanimidade dos conselheiros presentes,
RESOLVE:

APROVAR a Linha Guia de Saúde Mental.

Lapa, PR 28 de setembro de 2026.

ADÃO GOMES DOS ANJOS
Presidente do CMS Lapa – PR

GIOVANNE COLAÇO HORNING
Secretário Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS/LAPA n.º 036/2026, nos termos do Parágrafo 2º, artigo 1º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e Resolução CNS n° 453, de 10 de maio de 2012.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:EA6C4729

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO C.M.S. LAPA/PR Nº 037/2026

APROVA

O Conselho Municipal de Saúde da Lapa – CMS/PR, regulamentado conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 141, da Lei Orgânica do Município da Lapa em 04 de abril de 1990, art. 1º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal Nº 3911, de 24 de

fevereiro de 2022 que altera o §1º, do Art. 2º da Lei Municipal nº 1070 de 06 de março de 1991, regulamentado pelo Decreto n° 28724, de 30 de abril de 2025 e Decreto n° 28725, de 30 de abril de 2025, no uso de sua competência regimental, reunido na 8ª REUNIÃO ORDINARIA de 2026 – 357ª RO, por unanimidade dos conselheiros presentes,
RESOLVE:

RETIFICAR a Resolução nº 032/2026 e APROVAR a devolução do recurso financeiro proveniente da Resolução SESA nº 931/2021, vinculado ao E-protocolo nº 17.790.022-2, cujo saldo correto disponível a ser devolvido é de R$ 114.436,38.

Lapa, PR 28 de setembro de 2026.

ADÃO GOMES DOS ANJOS
Presidente do CMS Lapa – PR

GIOVANNE COLAÇO HORNING
Secretário Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS/LAPA n.º 037/2026, nos termos do Parágrafo 2º, artigo 1º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e Resolução CNS n° 453, de 10 de maio de 2012.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:0DFF063F

GABINETE
DECRETO N° 29975, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Demite, o(a) servidor(a) GUILHERME JOHANNES HENDERIKX.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

• Considerando o PD 23736/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

• Considerando o requerimento protocolado,

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica DEMITIDO (A), a pedido, a partir de 31.10.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

GUILHERME JOHANNES HENDERIKX
RG: 13410659-0/PR
CPF: 068.362.949-26
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 13 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:41EBFECE

GABINETE
DECRETO N° 29976, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) JESSICA APARECIDA FIOR DE LIMA.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 25022/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

• Considerando o requerimento protocolado,

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 01.10.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

JESSICA APARECIDA FIOR DE LIMA
RG: 13327230-5/PR
CPF: 112.484.909-24
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL
CLASSE B REFERENCIA 1
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 13 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:ED1465D9

GABINETE
DECRETO N° 29977, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) FRANCIELI DA APARECIDA PONTES DOS SANTOS.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 25023/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

• Considerando o requerimento protocolado,

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 08.10.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

FRANCIELI DA APARECIDA PONTES DOS SANTOS
RG: 9981692-9/PR
CPF: 075.939.799-62
COZINHEIRA
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL
CLASSE B REFERENCIA 1
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 13 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:380C51D6

GABINETE
DECRETO Nº 29973, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Torna SEM EFEITO o Decreto nº 29.936, de 22.09.2026, que nomeou o candidato JOHNNY HYMOWSKI LEANDRO SILVA.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e com base no Edital n.º 010/2022 de 19 de maio de 2022, que homologou o resultado do Concurso Público nº 01/2022, aberto pelo Edital nº 001/2022 e Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

Considerando o Processo Digital nº 13957/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

Considerando que o servidor em epígrafe apresentou Termo de Desistência na data de 08.10.2026;

D E C R E T A :

Art. 1º - Tendo em vista que o candidato JOHNNY HYMOWSKI LEANDRO SILVA apresentou Termo de Desistência na data de 08.10.2026, torna-se SEM EFEITO o Decreto nº 29.936, de 22.09.2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 13 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:264F4FF5

GABINETE
DECRETO Nº 29974, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Institui o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância do Município da Lapa – CIPI/LAPA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 227, o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a doutrina da proteção integral e reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos;
CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância;
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.257, de 2016, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança;
CONSIDERANDO que o art. 6º da Lei Federal nº 13.257, de 2016, determina que as políticas públicas para a primeira infância sejam formuladas e implementadas mediante abordagem e coordenação intersetorial, articulando as diversas políticas setoriais;
CONSIDERANDO que o art. 7º da Lei Federal nº 13.257, de 2016, autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, com a finalidade de assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, garantida a participação social por meio dos Conselhos de Direitos;
CONSIDERANDO o Plano Nacional pela Primeira Infância – PNPI, revisado e atualizado para o período de 2020 a 2030, como instrumento orientador das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças na primeira infância;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.083, de 27 de junho de 2024, que institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância e estabelece a articulação intersetorial das políticas públicas destinadas à proteção e à promoção dos direitos da criança na primeira infância;
CONSIDERANDO a necessidade de integrar as ações municipais ao Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI e às demais políticas, planos, programas e instrumentos de planejamento municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre o Poder Executivo Municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e os demais Conselhos de Direitos e órgãos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância – CIPI/LAPA, no âmbito do Município da Lapa, com a finalidade de promover a articulação e integração das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças na primeira infância e ao seu desenvolvimento integral.

Art. 2º - Compete ao CIPI/LAPA:
I – articular as políticas públicas municipais destinadas à primeira infância, promovendo a atuação intersetorial entre os órgãos e serviços;
II – coordenar, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância – PNPI e da legislação vigente;
III – acompanhar as ações e metas estabelecidas no PMPI e propor seu aperfeiçoamento;
IV – promover a articulação e o fortalecimento das redes de proteção e cuidado da criança e de sua família;
V – fomentar a participação das famílias, da sociedade civil e dos Conselhos de Direitos na formulação e acompanhamento das políticas públicas para a primeira infância;
VI – estimular ações destinadas à redução das desigualdades e à atenção prioritária às crianças e famílias em situação de vulnerabilidade, risco ou violação de direitos;
VII – promover o acompanhamento de dados e indicadores relacionados à primeira infância, visando subsidiar o planejamento e a avaliação das políticas públicas;
VIII – propor estratégias e ações intersetoriais para a promoção do desenvolvimento integral da criança.

Art. 3º - O CIPI/LAPA será composto por representantes titulares e suplentes, indicados pelos respectivos órgãos e instituições e designados por ato do Poder Executivo Municipal, dos seguintes órgãos e entidades:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher;
II – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
III – Secretaria Municipal de Saúde;
IV – Secretaria Municipal de Cultura;
V – Secretaria Municipal da Fazenda;
VI – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transporte;
VII – Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;
VIII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
IX – Conselho Tutelar;
X - Outros órgãos, entidades ou instituições que venham a ser considerados necessários à articulação das políticas públicas para a primeira infância.
§ 1º - Cada órgão ou instituição indicará 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente.
§ 2º - Poderão ser convidados a participar das reuniões do CIPI/LAPA, sem direito a voto, representantes de outros órgãos públicos, entidades da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, especialistas e demais instituições cuja contribuição seja considerada relevante.

§ 3º - A participação no CIPI/LAPA será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 4º - O CIPI/LAPA será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Publicas para a Mulher, ao qual caberá promover a articulação necessária ao seu funcionamento.

Art. 5º - O CIPI/LAPA reunir-se-á ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Coordenação ou por requerimento da maioria de seus membros.
Parágrafo único. - O funcionamento, a organização das reuniões, o quórum, as deliberações, a composição de grupos de trabalho e demais procedimentos serão definidos em Regimento Interno próprio.

Art. 6º - O CIPI/LAPA deverá elaborar e aprovar seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da publicação do ato de designação de seus membros.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 13 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:365C59EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL

Pelo presente instrumento, de um lado, como CONTRATANTE, o Município da Lapa, PR, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, representado neste ato por seu Secretário Municipal de Administração, Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 12300733-6/PR, inscrita no CPF sob o nº 058.122.469-80, domiciliado nesta cidade, residente na Rua Treze de Maio, 49, Centro e de outro, como CONTRATADO(A), INES KULKA, BRASILEIRO (A), Casado, portador (a) da Cédula de Identidade nº 8308172-4, inscrito (a) no CPF sob o nº 041.346.339-74, residente em RUA SENADOR SOUZA NAVES, 0, CENTRO, CEP 83.750-075 - Lapa - PARANÁ, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato de Prestação de Serviços por Prazo Determinado em Regime Especial, para fazer constar as seguintes alterações:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGENCIA
O prazo contratual fica prorrogado por mais 113 (cento e treze) dias, com término em 01 de fevereiro de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Lapa, 09 de outubro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

INES KULKA
Contratado (a)

Testemunhas:

CAROLINE MURBACK BORA
RG: 12821743-6/PR

DHOUGLAS STANISK MAGALHAES
RG: 13253169-2/PR

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:5874C8C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 058/2026 - UASG 987657-SRP

OBJETO: Aquisição de produtos alimentícios perecíveis HORTIFRUTIGRANJEIROS para atender o Programa Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para o período de um ano, através do Sistema de Registro de Preços.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 03/11/2026 às 09:30 horas.
DATA DA SESSÃO: 03/11/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço Unitário por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 4.161.270,00(Quatro milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e setenta reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.

Lapa, 13 de outubro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C8A966D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 059/2026 - UASG 987657-SRP

OBJETO: Aquisição de ração para o centro de controle de zoonoses e Canil Santo Antônio pelo período de 12 meses, conforme demanda, para animais sob responsabilidade do Município da Lapa.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 04/11/2026 às 09:30 horas.
DATA DA SESSÃO: 04/11/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço Unitário por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 1.789.000,00(um milhão, setecentos e oitenta e nove mil reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.

Lapa, 13 de outubro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0C13F7A1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 060/2026 - UASG 987657-SRP

OBJETO: aquisição de telhas onduladas fabricadas em fibrocimento sem amianto, com espessura nominal de 4mm e dimensões de 2,44 metros de comprimentopor 0,50 metro de largura. Produto resistente conforme normas técnicas vigentes da ABNT.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 05/11/2026 às 09:30 horas.
DATA DA SESSÃO: 05/11/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço Unitário por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$.764.280,00 (setecentos e sessenta e quatro mil e duzentos e oitenta reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.
Lapa, 13 de outubro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:CEA4C4EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 04/2026, de 06 de agosto de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
SANDRA APARECIDA BARBOSA KOBACHUK	PROFESSOR

Lapa, 09 de outubro de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7B002CC7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 149/2025

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 53/2025 (PD Nº 20828/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
CONTRATADO: BENIN PERICIAS CONTÁBEIS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 05.263.883/0001-46, REPRESENTADO(A) POR SUA TITULAR, SRA. LAURA BENIN.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS EM PROCESSOS DE COBRANÇA DE PAGAMENTO RETROATIVO DE PROGRESSÕES SALARIAIS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1361/2026 (PD Nº 22468/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; A MANIFESTAÇÃO DA GESTORA DO CONTRATO DATADA DE 08.09.2026 E CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 924/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 149/2025 POR 06 (SEIS) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10.10.2026 E 09.04.2027, TENDO EM VISTA EXISTIR SALDO CONTRATUAL.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 09/10/2026
DATA ASSINATURA: 09/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:62DBB0B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 172/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SÉRGIO KULKA TRANSPORTES - EPP, CNPJ SOB Nº 17.310.583/0001-50, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. SÉRGIO KULKA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR – INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 39 LINHAS. ITEM 3 - LINHA 06.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1397/2026 (PD Nº 23356/2026) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER COM A MANIFESTAÇÃO DA GESTORA DO CONTRATO, SRA. CAMILA LOPATA SIMÃO E O COMUNICADO DE NECESSIDADE DE ADITIVO DO SR. GESTOR DE TRANSPORTE ESCOLAR E SANITÁRIO, SR. ROSDAEL PICULSKI PAES E CONSIDERANDO O PARECER Nº 869/2026/PGM, CONFORME ART. 65, DA LEI 8666/93:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE ***ACRÉSCIMO*** NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 172/2023, ATÉ O VALOR DE ***R$4.300,80 (QUATRO MIL, TREZENTOS REAIS E OITENTA CENTAVOS)***, PERCENTUAL 3,2% (TRÊS VÍRGULA DOIS POR CENTO).
JUSTIFICA-SE O ACRÉSCIMO TENDO EM VISTA A MANIFESTAÇÃO DA GESTORA DO CONTRATO, SRA. CAMILA TRINDADE LOPATA NA REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1397/2026 (PD Nº 23376/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E COMUNICADO DE NECESSIDADE DE ADITIVO DO SR. GESTOR DE TRANSPORTE ESCOLAR E SANITÁRIO, SR. ROSDAEL PICULSKI PAES:
“ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR N.º 172/2023, LINHA 06 PARA AUMENTO DA QUILOMETRAGEM DIÁRIA, DEVENDO PASSAR DE 140 KM DIA PARA 144 KM DIA, A PARTIR DE 16.09.26, O QUE DARÁ O MONTANTE DE R$ 4.300,80, SENDO 4 KM AO DIA, 192 DIAS LETIVOS, R$ 5,60 POR KM RODADO.” O ITINERÁRIO PASSARÁ A SER O SEGUINTE:
"ROTA 1: SAÍDA AS 5H50MIN PRÓXIMO A IGREJA DA PEDRA ALTA, SEGUE ATÉ O ESPIGÃOZINHO ATÉ A ENTRADA DA CASA DA CÉLIA, RETORNA ATÉ A GRANJA 3 IRMÃOS, RETORNA E SEGUE PARA A BR 476, ENTRA NA ESTRADA DA GRANJA DO ALOÍSIO, SEGUE ATÉ OS FAGUNDES, PRÓXIMO A CASA DA SANDRA; RETORNA NA BR 476, SEGUE SENTIDO FAXINAL, ENTRA NA ESTRADA DO PRIMEIRO FAXINAL DOS CASTILHOS, SEGUE ATÉ A ANTIGA ESCOLA, RETORNA PARA A BR 476, SEGUINDO POR ELA ATÉ A ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO GUSTAVO KUSS. ROTA 2: ÀS 10H E 30 MIN SAI DE PRÓXIMO A IGREJA DA PEDRA ALTA, SEGUE ATÉ O ESPIGÃOZINHO ATÉ A ENTRADA DA CASA DA CÉLIA, RETORNA PARA A BR 476, ENTRA NA ESTRADA DA GRANJA DO ALOÍSIO, SEGUE ATÉ OS FAGUNDES, PRÓXIMO A CASA DA SANDRA; RETORNA NA BR 476, SEGUE SENTIDO FAXINAL, ENTRA NA ESTRADA DO PRIMEIRO FAXINAL DOS CASTILHOS, SEGUE ATÉ A ANTIGA ESCOLA, RETORNA PARA A BR 476, SEGUINDO POR ELA ATÉ A ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO GUSTAVO KUSS COM CHEGADA AS 12:00H. DESEMBARCA DOS ALUNOS DA TARDE E EMBARCA OS ALUNOS DA MANHÃ, SEGUE PELA BR 476, ENTRA NO FAXINAL DOS CASTILHOS, SEGUE ATÉ A ANTIGA ESCOLA, RETORNA PARA A BR 476,SEGUE SENTIDO FAGUNDES, PRÓXIMO A CASA DA SANDRA, RETORNA PARA A BR 476, ENTRA NA ESTRADA DO ESPIGÃOZINHO, SEGUE ATÉ A GRANJA 3 IRMÃOS, RETORNA ATÉ A CASA DA CÉLIA, RETORNA ATÉ PRÓXIMO A IGREJA DA PEDRA ALTA COM CHEGADA AS 13H E 20 MIN. ROTA 3: AS 16:00H SAI DO PONTO PRÓXIMO A IGREJA DA PEDRA ALTA, SEGUE PELA BR 476,ATÉ A ENTRADA DA ESTRADA DA BERNECK, ONDE CARREGA OS ALUNOS QUE DESEMBARCAM DO ÔNIBUS QUE VEM DO JK (ÔNIBUS DA FROTA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO DA LAPA), SEGUE PELA ESTRADA DA PEDRA ALTA ATÉ OS FAGUNDES, PRÓXIMO A CASA DA SANDRA, RETORNA PARA A BR 476, ENTRA NA ESTRADA DA IGREJA DA PEDRA ALTA, SEGUE ATÉ O ESPIGÃOZINHO, ENTRA ATÉ A GRANJA 3 IRMÃO, RETORNA ATÉ PRÓXIMO A CASA DA CÉLIA, RETORNA ATÉ O PONTO INICIAL DA LINHA COM CHEGADA AS 17H E 40 MIN. OBS: O VEÍCULO PERMANECE PRÓXIMO A IGREJA DA PEDRA ALTA."
PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS A CONTRATANTE PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE ***R$4.300,80 (QUATRO MIL, TREZENTOS REAIS E OITENTA CENTAVOS)***.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 08/10/2026
DATA ASSINATURA: 09/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:68F9E44C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 164/2025

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 55/2025 (PD 23858/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SR. AARON DAVID CORNIELES COVAULT, CPF Nº 713.205.972-62.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **ITEM 10 OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO**.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1423/2026 (PD Nº 24012/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 875/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 164/2025 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 16.10.2026 E 15.10.2027 DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 53.259,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS), SENDO R$ 25,98 (VINTE E

CINCO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/10/2026
DATA ASSINATURA: 09/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B52B4A96

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 238/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 57/2026 (PD 17141/2026) PROCESSO LICITÁRIO Nº 83/2025 E EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2025 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2025 DO CONSÓRCIO INTERMUNCIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO DO SAPUCAÍ-CIMASP.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: UNIFORT COMÉRCIO E CONFECÇÃO DO VESTUÁRIO LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 38.478.458/0001-23, REPRESENTADO(A) POR SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR. JOÃO RICARDO HERPIS GONÇALVES.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E EPI'S, A SEREM DESTINADOS AOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2025, ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025, REALIZADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO DO SAPUCAÍ – CIMASP, CONSOANTE ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 057/2026 ITENS 01 AO 11.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (UM) ANO, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).
VALOR CONTRATUAL: R$ 180.186,50 (CENTO E OITENTA MIL, CENTO E OITENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 186
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 1 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AÇÃO: 2265 - MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES OPERACIONAIS DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E EXTENSÕES E REDE DE ENSINO
ELEMENTO: 3339030230000000000 - MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES
RECURSO: 186
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 1 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AÇÃO: 2265 - MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES OPERACIONAIS DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E EXTENSÕES E REDE DE ENSINO
ELEMENTO: 3339030280000000000 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 17141/2026 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 18/09/2026
DATA ASSINATURA: 09/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3E593762

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 038/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 038/2026

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei n° 020/2024, resolve **CONCEDER** diária ao Vereador/servidor, conforme especificado abaixo:
NOME DO SOLICITANTE: LUIZ FERNANDO NUNES

CPF: 089.065.149-30 **Banco: Agência: Nº Conta:**
CARGO/FUNÇÃO: VEREADOR - ORIGEM DA VIAGEM: LARANJAL/PR
DESTINO DA VIAGEM: CURITIBA /PR
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Saída: 13/10/2026 Horário Previsto:08:00
Retorno:14/10/2026 Horário Previsto: 18:00
NATUREZA DA DIÁRIA (assinalar com x no □):

Destinos	Estado do Paraná □		Outros Estados □	
	Sem pernoite	Com pernoite	Sem pernoite	Com pernoite
Até 200 km	R$ 209,67 x	R$ 419,33 □	R$ 838,67 □	R$ 1.677,35□
Acima de 200 km	R$ 419,33 □	R$ 838,67 □		

OBJETIVO DA VIAGEM E/OU ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA:
13/10- terça feira- Agenda na Assembleia Legislativa do estado do Paraná, no gabinete do Deputado Alexandre Curi.
14/10-quarta feira- Agenda na assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no Gabinete do deputado Ademar Traiano.

QUANTIDADES DE DIÁRIAS:
01 Diária com pernoite

VALOR TOTAL COM PERNOITE: R$ 838,67
VALOR TOTAL SEM PERNOITE: 00
MEIO DE TRANSPORTE:
( ) Veículo Oficial do Legislativo
(x) Outros Veículo/Modelo: Veículo/Modelo: Veículo/Modelo:

Laranjal/PR, 13 de outubro de 2026

_____
Presidente

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira Santos
Código Identificador:A6A249A2

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 039/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 039/2026

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei n° 020/2024, resolve **CONCEDER** diária ao Vereador/servidor, conforme especificado abaixo:

NOME DO SOLICITANTE: ANOLDO MACIEL MACHADO
CPF: 917.707.189-15 Banco: Agência: Nº Conta:

CARGO/FUNÇÃO: VEREADOR - ORIGEM DA VIAGEM: LARANJAL/PR
DESTINO DA VIAGEM: CURITIBA /PR
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Saída: 13/10/2026 Horário Previsto:08:00
Retorno:14/10/2026 Horário Previsto: 18:00
NATUREZA DA DIÁRIA (assinalar com x no □):

Destinos	Estado do Paraná □		Outros Estados □	
	Sem pernoite	Com pernoite	Sem pernoite	Com pernoite
Até 200 km	R$ 209,67 x	R$ 419,33 □	R$ 838,67 □	R$ 1.677,35□
Acima de 200 km	R$ 419,33 □	R$ 838,67 □		

OBJETIVO DA VIAGEM E/OU ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA:
13/10- terça feira- Agenda na Assembleia Legislativa do estado do Paraná, no gabinete do Deputado Alexandre Curi.
14/10-quarta feira- Agenda na assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no Gabinete do deputado Ademar Traiano.

QUANTIDADES DE DIÁRIAS:
01 Diária com pernoite

VALOR TOTAL COM PERNOITE: R$ 838,67
VALOR TOTAL SEM PERNOITE: 00
MEIO DE TRANSPORTE:
( ) Veículo Oficial do Legislativo
(x) Outros Veículo/Modelo: Veículo/Modelo: Veículo/Modelo:

Laranjal/PR, 13 de outubro de 2026

_____
Presidente

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira Santos
Código Identificador:F3099A4F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 083/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: MEDEIROS VETERINARIA LTDA inscrito no CNPJ: 59.786.602/0001-69 com sede na Avenida Paraná SN saída para Altamira Laranjal Paraná CEP 85.275-000, neste ato representado pela Socia Administradora Maria Estela Rodrigues Medeiros.
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO VETERINÁRIO PARA ATUAR JUNTO À VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL E À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR.
3º Termo Aditivo Contratual, Procedimento Licitatório 98/2025 INEXIGIBILIDADE 16/2025
DATA DO CONTRATO: 07 de outubro de 2026
VIGÊNCIA: 90 dias
O Valor de 25.336,35 (vinte e cinco mil trezentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos).
FORO: Comarca de Palmital – Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:9933DAC9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 424/2026 - FUMPDEC

Portaria nº 424/2026

SUMULA: Designa Servidor como Responsável pelo Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), e da outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
Resolve
Art.1º- Designar a servidora **Estefany de Paula Dias,** portadora da cédula de identidade nº 14.877.221-5, Cpf nº 157.237.239-79 para responder pelo **Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC)** do município.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, ao 13 do mês de outubro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Alves Palhano
Código Identificador:EBEECC20

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
PUBLICA RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

O Agente de Contratação, designado através da Portaria nº 15/2026, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público o Resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 12/2026.

MODALIDADE: PROCESSO DE DISPENSA Nº 12/2026

OBJETO: Aquisição de água mineral sem gás (galão e copo) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Loanda, com base no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme termo de referência.

PROPOSTA APRESENTADA: NENHUMA PROPOSTA ENVIADA

Conforme dispõe o item 8.1.2 do presente edital, a contratação se dará com base no orçamento obtido na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, sendo classificada para tanto a empresa: **HM TRANSPORTE E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA (CNPJ 03.779.425/0001-39).**

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto em edital, bem como no Termo de Referência, estando para tanto **HABILITADA E DECLARADA VENCEDORA DO CERTAME.**

Loanda, 13 de outubro de 2026.

RENATO YUJI OBANA
Agente de Contratação

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:9B60B676

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ANALISE DE AMOSTRA PREGÃO Nº021/2026-PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA - ESTADO DO PARANA

RELATORIO DE ANÁLISE DE AMOSTRA
PREGÃO ELETRONICO Nº021/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2026-PML

Eu, Fábio Henrique de Oliveira, Secretário Municipal de Esporte e Lazer, juntamente com o Sr. Érico Ivo da Silva Lima e o Sr. Donizete Dercival Ferri, declaramos, para os devidos fins, que realizamos a análise das amostras apresentadas pelas licitantes participantes do Pregão Eletrônico nº 021/2026-PML, cujo objeto consiste na aquisição de materiais esportivos.
A análise ocorreu no dia 13 de outubro de 2.026, a partir das 09h00min, nas dependências da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, sendo verificados os aspectos de qualidade, especificações técnicas, características físicas e demais requisitos exigidos no Termo de Referência.
Após a avaliação, foi emitido parecer quanto à conformidade das amostras apresentadas, conforme planilha abaixo, para fins de prosseguimento do procedimento licitatório.
O resultado das análises das amostras apresentadas foram os seguintes:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	EMPRESA ARREMATANTE	SITUAÇÃO
2	Bola de Vôlei de quadra adulto, em microfibra com 18 gomos matrizada, com câmara de ar, construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível. Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A bola com peso entre 260-280 e circunferência entre 65-67. Produzida no Brasil. Aprovada pela FIVB, aprovada pela Federação Paranaense de Voleibol. Ou apresentar qualidade superior	UN	FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA CNPJ:41.227.145/0001-07	APROVADO
5	Bola de futsal adulto, em PU com 8 gomos, sistema de fusão com 0 % de absorção de agua, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola, Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, camada de amortecimento (NEOGEL), composto de amortecimento interno com 3,8 a 4,5 mm de espessuras que proporciona maior conforto nos chutes e diminui o impacto nos cabeceios e domínios, sem perder a velocidade da bola, com câmara ar simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A bola com peso entre 400 a 440 e circunferência entre 62 a 64 cm, fabricado no Brasil. Aprovado pela Federação Paranaense de Futsal. Ou apresentar qualidade superior	UN	FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA CNPJ:41.227.145/0001-07	APROVADO
8	Bola de Futebol de campo oficial, adulto Profissional, em poliuretano PU, costura: termotec, câmara da bola está composta por 6d, com válvula substituível, acabamento texturizado. feita com 14 painéis. Peso de 410g a 450g, tamanho de circunferência 68 a 70cm. Bola aprovada pelas Federações, usada nos campeonatos Nacionais.	UN	FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA CNPJ:41.227.145/0001-07	APROVADO

Após a avaliação das amostras apresentadas, constatou-se que:
As amostras consideradas APROVADAS atenderam integralmente às especificações técnicas, aos requisitos de qualidade, resistência, acabamento, funcionalidade e demais exigências previstas no Edital, estando aptas para o atendimento do objeto licitado;
As amostras consideradas REPROVADAS não atenderam aos padrões mínimos de qualidade exigidos no Edital e Termo de Referência, apresentando características incompatíveis com as especificações estabelecidas para os respectivos itens, motivo pelo qual não foram aprovadas;
As licitantes que, dentro do prazo estabelecido, não apresentaram as amostras solicitadas, deixaram de cumprir exigência expressa do instrumento convocatório, razão pela qual ficam desclassificadas dos respectivos itens, em conformidade com as regras previstas no Edital.
Diante do exposto, esta Comissão de Análise de Amostras manifesta-se pela aprovação das amostras que atenderam às exigências editalícias, pela reprovação das amostras que não demonstraram conformidade com os padrões mínimos de qualidade exigidos e pela desclassificação das licitantes que não apresentaram amostras para avaliação.

Loanda, 13 de outubro de 2.026.

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Secretario de Esporte Lazer e Turismo

DONIZETE DERCIVAL FERRI
Técnico Desportivo

ÉRICO IVO DA SILVA LIMA
Diretor Geral - SEEL

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:8F9535CF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2026-PML
PROCESSO Nº. 141/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada em promoção de eventos para execução de serviços de som, palco, telões, filmagem, locação de tendas instaladas, banheiros químicos, geradores de energia e camarim container, para atender as necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Loanda e das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes e Lazer, Cultura e Turismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00h do dia 05 de novembro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 4.656.717,30 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e dezessete reais e trinta centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 09de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:18F6F947

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 068/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de vasilhames e recargas de gás liquefeito de petróleo (GLP) P45, destinados ao abastecimento do Hospital Municipal e das Unidades de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-PR, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I, que integra o presente Edital.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **NIKKEI COMÉRCIO DE GÁS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº08.116.834/0001-79, vencedora dos Lotes 01, 02, perfazendo o valor global de R$81.780,00(oitenta e um mil, setecentos e oitenta reais);

Loanda, 13 de outubro de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:CFFA078A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 010/2026.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 010/2026.
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 010/2026

DOCUMENTO: Termo de Fomento
CONCEDENTE: Município de Loanda – Paraná
CNPJ SOB N.º 76.972.074/0001-51
PROPONENTE: CASA DE ABRIGO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS
CNPJ -**76.971.282/0001-36**
OBJETO: Constitui objeto do presente Termo de Fomento, decorrente de **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO**, a conjugação de esforços entre a **Administração Pública MUNICIPAL** e a **ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL** objetivando a aplicação dos recursos, oriundos do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (Deliberação nº 033/2024), com a finalidade especifica da promoção da autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida de todos os seus assistidos, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo, o qual será parte integrante e indissociável desta parceria.

VALOR DO INSTRUMENTO DE PARCERIA: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado de acordo com cronograma de desembolso.
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGENCIA: O prazo de execução iniciar-se-à na data da assinatura do presente instrumento e encerrar-se á em 31/01/2028.

A vigência do Termo de Fomento inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se 30 (trinta) dias após o prazo de execução.

FORO: Loanda – Paraná

Loanda-PR, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:5F223738

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 041/2026-L

CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 041/2026-L

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no Art. 8º da Lei Municipal nº 1.406/2019, com atualização determinada pela Lei nº 1.603/2025-L bem como com o deferimento da Mesa Executiva desta Casa de Leis,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o deslocamento do Vereador APARECIDO FIALHO DE CARVALHO à cidade de Curitiba/PR, nos dias 13 e 14 de outubro de 2026, para acompanhar o Prefeito Municipal e tratar de assuntos de interesse do Município de Lobato/PR.

Art. 2º Fica deferida à concessão de **02 (duas) diárias** ao vereador, no valor total de **R$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais**), conforme previsto na Lei nº 1.603/2025-L.

Lobato-PR, 09 de outubro de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:7D049398

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: UBIMED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob nº **18.161.599/0001-00**, com sede à **Av. Ascânio Moreira de Carvalho, 662, Centro, Ubiratã- PR. CEP 85.440-047**, neste ato representada por **Thyago de Oliveira.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NA RENAME VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2026: R$ 464.999,50 (QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E CIQNUENTA CENTAVOS).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 13 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ 13 DE OUTUBRO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 13 DE OUTUBRO de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:93E438CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **03.652.030/0001-70**, com sede à **BR – 480, nº 795 – Barão de Cotegipe- RS, CEP 99740-000**, neste ato representada por **Edivar Szymanski.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NA RENAME VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2026: R$ 4.900,00 (QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 13 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ 13 DE OUTUBRO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 13 DE OUTUBRO de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:86113791

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **24.586.988/0001-80**, com sede à **Rua Pavão, 540, Bairro: Jardim Bandeirantes, Arapongas - PR. CEP 8673-250**, neste ato representada por **LARA CARDOSO MACHADO.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NA RENAME VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2026: R$ 4.537,00 (QUATRO MIL QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS)
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 13 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ 13 DE OUTUBRO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 13 DE OUTUBRO de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:FC0F8BC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **02.520.829/0001-40**, com sede à **ROD. BR 480, Nº 180 Bairro: Centro, Barão de Cotegipe - RS. CEP 99.740-000**, neste ato representada por **Suema Tussi Brunelo.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NA RENAME VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2026: R$ 21.530,00 (VINTE E UM MIL QUINHENTOS E TRINTA REAIS)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 13 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ 13 DE OUTUBRO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 13 DE OUTUBRO de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:CDB55A9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº **04.470.877/0001-05**, com sede à **Rua Itacolomi, 365, Bairro: La Salle, Pato Branco - PR. CEP 85505-050**, neste ato representada por **Andrea Leticia Grams.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NA RENAME VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2026: R$ 8.030,00 (OITO MIL E TRINTA REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 13 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ 13 DE OUTUBRO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 13 DE OUTUBRO de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:1CC42F4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP:

86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **02.816.696/0001-54**, com sede à **Rua Padre Arnaldo Janssen, Ponta Grossa- PR. CEP 84.032-300**, neste ato representada por **Rafael Rizental Raicoski.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NA RENAME VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2026: R$ 5.250,00 (CINCO MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 13 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ 13 DE OUTUBRO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 13 DE OUTUBRO de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:955D8796

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **81.706.251.0001-98**, com sede à **Rua João Amaral de Almeida**, **nº100**, **Bairro: Cidade Industrial, Curitiba- PR.** neste ato representada por **Jeferson Campos Mastaler.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NA RENAME VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2026: R$ 6.330,00 (SEIS MIL TREZENTOS E TRINTA REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 13 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ 13 DE OUTUBRO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 13 DE OUTUBRO de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:22CD39D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **09.944.371/0005-20**, com sede à **Av. Rocha Pombo, 2561, Bloco 3, Bairro: Aguas Belas, São José dos Pinhais - PR. CEP 83.010-620**, neste ato representada por **José Paulo Gesser.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NA RENAME VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026: R$ 1.050,00 (UM MIL E CINQUENTA REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 13 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ 13 DE OUTUBRO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 13 DE OUTUBRO de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:1B02A257

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
DECRETO Nº 56/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lupionópolis – CMDCA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 16/1990, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e cria o Conselho Municipal, o Fundo Municipal e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, e suas alterações posteriores;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, visando assegurar a representação do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, observada a paridade prevista na legislação municipal;
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, conforme segue:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
a) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Lilia Castro de Souza;
Suplente: Lorena Ribeiro da Cruz Santos.
b) Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Titular: Elisangela Faramilio Sana;
Suplente: Luciana Neves da Silva Alves.
c) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Léia Cristina Leite;
Suplente: Edicléia de Oliveira Silva.
d) Secretaria Municipal de Administração
Titular: Lucinéia Aparecida Toffani;
Suplente: Yone Zanon Augusto.
e) Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo
Titular: Renato Cezar Zaine;
Suplente: José Alexandre Dias.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Titular: Sandra Regina Ignotti Oliveira Zanon;
Suplente: Suellen Sávio.
b) Associação de Proteção à Maternidade e Infância – APMI
Titular: Francielli Celina Araujo;
Suplente: Danielle Antônio.
c) Associação Comercial e Industrial de Lupionópolis – ACOLUP
Titular: Mônica Carvalho Vilas Boas;
Suplente: Maria Stefany Ferreira Rocha.
d) Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Lupionópolis – ADECOL
Titular: Paulo Sidney de Castro e Souza;
Suplente: José Prado.
e) Sociedade Beneficente Santa Catarina de Sena
Titular: Shelliane Merici Lourenção Sanches;
Suplente: Celiana Aparecida Bonfim.
Art. 2º Os membros titulares e suplentes exercerão suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal nº 16/1990, suas alterações posteriores, demais disposições legais aplicáveis e normas de funcionamento do CMDCA.
Art. 3º Fica revogado o Decreto Municipal nº 08/2025, que anteriormente dispunha sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lupionópolis, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Henrique Santos de Oliveira
Código Identificador:1EE7F96B

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, torna público que às 09 horas do dia 05 de novembro de 2026, fará realizar em sua sede, situada na Praça Padre Antonio Pozzato, nº 880, certame licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA NAVAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL E CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO , PARA EXECUÇÃO INTEGRAL DA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, TESTES E ENTREGA DE 01 (UMA) BALSA E 01 (UM) REBOCADOR, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, documentação técnica, ensaios, testes e demais serviços necessários à perfeita conclusão do empreendimento, conforme Projeto Básico/Executivo, Memorial Descritivo, Especificações, Orçamento e demais documentos técnicos vinculados ao Convênio nº 078/2026-SEIL. O Edital completo, estará à disposição dos interessados na Plataforma BLLCOMPRAS, disponivel também na Prefeitura Municipal, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site: http://lupionopolis.pr.gov.br/licitacao/ , PNCP - Portal Nacional de Portal Nacional de Contratações Públicas
Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3660-1100 horário das 08h às 12h e das 14h às 16h email: licitacaolupionopolis@gmail.com

Lupionópolis, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:EAFF4F0B

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DISPENSA ELETRÔNICA N° 29/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2026

O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, torna público que às 09 horas do dia 19 de OUTUBRO de 2026, fará realizar em sua sede, situada na Praça Padre Antônio Pozzato, nº 880, certame licitatório, na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE COLETA SELETIVA, ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA LIMPEZA EM ESPAÇOS PÚBLICOS, CONFORME ANEXO I /TERMO DE REFERÊNCIA. O Edital completo, estará à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site: http://lupionopolis.pr.gov.br/licitacao/, PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas, Maiores informações poderão ser obtidas pelo email: licitacaolupionopolis@gmail.com pelo telefone 43-36601100, no endereço acima citado no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h.

Lupionópolis, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:ED1ADAD4

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 05/2026

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 05/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2026

OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO ONEROSA, COM ENCARGOS, DE IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração.

DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR

No uso das atribuições legais que me são conferidas, considerando que a sessão pública agendada para o dia 29/09/2026, cumpriu todos os requisitos de publicidade exigidos pela legislação vigente, com publicações regulares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial;

Considerando o teor da Ata da Sessão Pública e o Relatório Final apresentado pela Agente de Contratação, os quais constatam de forma inequívoca que não houve o comparecimento de nenhum fornecedor interessado e tampouco o cadastramento de propostas no sistema eletrônico (BLL COMPRAS);

RESOLVO:

INFORMAR formalmente que o procedimento da licitação em referência, restou declarado como DESERTO, em razão da ausência de propostas conforme ata de sessão pública e relatório final.

Lupionópolis/pr, 13 de outubro de 2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:4C8E727E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 316/2026 CONVOCAÇÃO - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CLASSIFICADA ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 316/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação da classificada através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação da candidata abaixo relacionada a comparecer no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munida dos documentos, com vista a assumir a vaga para o cargo no qual foi aprovada no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
34	FRANCIELI FERNANDA SILVA BARRETO	54

Mandaguari, 13 de outubro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:0DCA84D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 216/2026 - CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR DOENTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISABEL CRISTINA DE SOUZA SILVA RAMOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 216/2026

Súmula: Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente* à servidora pública municipal ISABEL CRISTINA DE SOUZA SILVA RAMOS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Nº. 2.136/2013, de 17/05/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente*, com vencimentos, pelo período de **07 de outubro de 2026 à 07 de outubro de 2026**, à servidora pública municipal 10668 **– *ISABEL CRISTINA DE SOUZA SILVA RAMOS*** ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40H.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 07/10/2026.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (18/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:F12ABD04

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 298/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 298/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SK DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.718.488/0001-34, com endereço na RUA CONSELHEIRO RAMALHO, 715, Vila Bela Vista, CEP: 1325001, na cidade de São Paulo/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **SILVIA KARLA LIMA RAMOS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob o nº 172.636.258-22.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PSICOPEDAGÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 20.552,87.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 18 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:103F0566

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: CMTV TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 38.433.743/0001-28, com endereço na AVENIDA INGLATERRA, 204, Jardim IGAPÓ, CEP: 86046-002, na cidade de Londrina/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **VIVIAN CAROLINA BENETTI JACINTO SANTOS**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.631.735-4 SSP/PR, e inscrito no CPF sob o nº. 054.824.209-73.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços integrados de telecomunicações e segurança digital para o atendimento das Secretarias do Município de Mandaguari, compreendendo o fornecimento, implantação, configuração, gerenciamento e suporte técnico continuado de links de internet dedicada via fibra óptica (Link Full) em ultravelocidade simétrica e internet banda larga para redundância, infraestrutura de telefonia fixa modernizada via tecnologia (VoIP) com recursos de ramais DDR e franquia de minutos ilimitada, serviços de telefonia móvel corporativa (SMP) com tecnologia 5G e franquias de dados (sem fornecimento de aparelhos), solução de segurança de rede gerenciada através de Firewall de Próxima Geração, filtro de conteúdo web, conectividade segura via VPN e gestão de caixas de e-mails corporativos com proteção anti-spam, garantindo a conformidade integral com as diretrizes da LGPD (Lei nº 13.709/2018), os indicadores de qualidade RQUAL da ANATEL e os ditames da Lei nº 14.133/2021 para assegurar a disponibilidade, integridade e eficiência da infraestrutura tecnológica municipal.
VALOR: 444.233,70.
FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 2 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:F2352E7E

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2026

DISPENSA Nº 38/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.541.088/0031-62, com endereço na GASTAO VIDIGAL, 185, CENTRO, CEP: 86800-500, na cidade de Apucarana/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **JEFERSON VANDERLEI BASSO**, portador da cédula de identidade RG nº 5.905.493-7 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.990.149-05.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC PARA A REALIZAÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR: 30.200,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 5 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:B99CCB68

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 90/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2024
PROCESSO Nº 143/2024

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções o **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade, residente e domiciliado nesta cidade, e do outro lado a pessoa jurídica empresa **C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.745.254/0001-92, com endereço na Rua Marcio Rodrigues de Oliveira, 220, Parque Industrial II, CEP: 84280-000, na cidade de Curiúva/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **JOSE FELIPE CARNEIRO KULIK**, inscrito no CPF sob o nº 004.351.179-12, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo contratual, nos termos do Pregão eletrônico nº 64/2024, bem como pela legislação vigente em a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 90/2024, referente ao Pregão Eletrônico 64/2024, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 14/10/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA - Fica reajustado de acordo com índice IPCA-E (IBGE) (cálculo em anexo) e solicitação da secretaria, conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRICAO	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS DOMICILIARES COM DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS ATÉ O ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL DE MANDAGUARI - PR	Mês	12	172.918,11	2.075.017,32

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais disposições.
Mandaguari (PR), 13 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:7F7FE6CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 90 2026 - RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 090/2026 - RETIFICAÇÃO
De 06 de outubro de 2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA, REQUERIMENTO 035/2026.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal. Considerando a solicitação contida no Requerimento de Diária 035/2026, de 15 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. PEDRO HENRIQUE BÜHRER, matrícula n° 279, Cargo: Controlador Interno, uma diária, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.02.00; conforme item V, do Anexo I, da Lei 1.447/2025, para participação no evento Painel ProLegis, do TCE-PR, na Câmara Municipal da Lapa/PR, no dia 09 de outubro de 2026

Art. 2º Ao final do referido compromisso, o servidor deverá apresentar a prestação de contas, conforme instrução normativa conjunta 01/2025 – DG – PG – UCI, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena da Lei.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 06 de outubro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:93933FDB

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 91 2026 - RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 091/2026 - RETIFICAÇÃO
De 06 de outubro de 2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA, REQUERIMENTO 036/2026.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal. Considerando a solicitação contida no Requerimento de Diária 036/2026, de 15 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. ADALBERTO JULIATTO VOSGERAU, matrícula n° 322, Cargo: Assessor de Comunicação, uma diária, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.02.00; conforme item V, do Anexo I, e § 1º do Art. 3º da Lei 1.447/2025, para participação no evento Painel ProLegis, do TCE-PR, na Câmara Municipal da Lapa/PR, no dia 09 de outubro de 2026

Art. 2º Ao final do referido compromisso, o servidor deverá apresentar a prestação de contas, conforme instrução normativa conjunta 01/2025 – DG – PG – UCI, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena da Lei.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 06 de outubro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:6D2CA26E

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 92 2026 - RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 092/2026 - RETIFICAÇÃO
De 08 de outubro de 2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA, REQUERIMENTO 037/2026.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal. Considerando a solicitação contida no Requerimento de Diária 037/2026, de 06 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. ADILSON NOGUEIRA DE LIMA, matrícula n° 94, Cargo: Contador, duas diárias, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.02.00; conforme itens III e IV, do Anexo I, da Lei 1.447/2025, para participação no evento ProGov, do TCE-PR, no Centro de Eventos Sistema FIEP, nos dias 13 e 14 de outubro de 2026, em Curitiba.

Art. 2º Ao final do referido compromisso, o servidor deverá apresentar a prestação de contas, conforme instrução normativa conjunta 01/2025 – DG – PG – UCI, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena da Lei.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 08 de outubro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:10CB217E

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 93 2026

PORTARIA Nº 093/2026
De 13 de outubro de 2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR WEDERSON NEVES DUARTE

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Regimento Interno (Resolução n°. 01, de 13 de maio de 1992), e com a Lei Complementar nº. 004 de 26 de abril de 2011, e Lei Complementar nº 005 de 26 de Abril de 2011 e Lei Complementar 042/2019 de 06 de novembro de 2019, pela presente,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias de 20 dias ao servidor abaixo nominado, relativo ao período aquisitivo que menciona, e converter um terço das referidas férias em Abono Pecuniário, nos termos por ele solicitados:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
WEDERSON NEVES DUARTE	01/07/2025 – 30/06/2026	09/11/2026 - 28/11/2026

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 13 de outubro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:CE52903E

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 94 2026

PORTARIA Nº 094/2026
De 13 de outubro de 2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR GABRIEL DA CRUZ DE LIMA

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Regimento Interno (Resolução n°. 01, de 13 de maio de 1992), e com a Lei Complementar nº. 004 de 26 de abril de 2011, e Lei Complementar nº 005 de 26 de Abril de 2011 e Lei Complementar 042/2019 de 06 de novembro de 2019, pela presente,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias de 30 dias ao servidor abaixo nominado, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
GABRIEL DA CRUZ DE LIMA	02/01/2025 – 01/01/2026	16/11/2026 - 15/12/2026

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 13 de outubro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:9653B019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 35/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 97/2026
CONTRATAÇÃO COMPRASGOV N.º 455978 – 136/2026

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES, CONFORME INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4114302/2023 PELA ITAIPU - PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA.
Data da Sessão: 03 de novembro de 2026 às 09h00.
Valor Máximo Estimado: R$ **28.000,00** (vinte e oito mil reais).
Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1

Mandirituba, 09 de Outubro de 2026

LAERCIO DA CRUZ
Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Gisele Kimiecik
Código Identificador:2C228368

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATOS – PE 29/2026

EXTRATO DE CONTRATOS – PE 29/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: GAIATEC COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMACAO E SISTEMA DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.176.620/0001-62
MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2026**
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - BIODIGESTOR PARA ATIVIDADES DESTINADAS A MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONFORME INSTRUMENTO DE REPASSE N.° 4114302/2023 PELA ITAIPU - PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA**
VALOR TOTAL: R$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais)
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA: 08/10/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:0E366091

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 396/2026 DE 09 DE OUTUBRODE 2026

SÚMULA*: "Institui Comissão Técnica de Análise de Parcelamento Irregular do Solo em Zona Rural com Indícios de Finalidade Urbana e dispõe sobre a verificação de núcleos urbanizados passíveis de regularização".*

O **Prefeito Municipal de Mandirituba**, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pelo art. 93, II, "c" da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO que o parcelamento do solo para fins urbanos deve observar os requisitos previstos na Lei Federal n.º 6.766/1979, sendo admitido apenas em áreas urbanas ou de expansão urbana;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 81/2024, que disciplina o parcelamento do solo no Município, vedando expressamente o parcelamento de imóvel rural com finalidade urbana, inclusive com formação de núcleos habitacionais irregulares;

CONSIDERANDO a competência do Município para fiscalizar, coibir e sancionar parcelamentos irregulares do solo, inclusive mediante embargo, comunicação ao registro de imóveis e ao Ministério Público;

CONSIDERANDO, por outro lado, a existência de ocupações consolidadas e assentamentos informais que, nos termos da legislação urbanística e fundiária, podem ser enquadrados como núcleos urbanizados passíveis de regularização fundiária;

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída a Comissão Técnica de Análise de Parcelamento Irregular do Solo em Zona Rural com Indícios de Finalidade Urbana, com finalidade de:

I – identificar e analisar parcelamentos irregulares do solo rural com destinação urbana;
II – apurar a existência de infrações urbanísticas, ambientais e administrativas;
III – subsidiar a adoção de medidas administrativas, judiciais e extrajudiciais cabíveis;
IV – avaliar a existência de áreas que possam ser caracterizadas como núcleos urbanizados consolidados, passíveis de regularização fundiária, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Compete à Comissão Técnica de Análise de Parcelamento Irregular do Solo em Zona Rural com Indícios de Finalidade Urbana:

I – realizar levantamentos técnicos, vistorias in loco e análise documental das áreas suspeitas;

II – verificar a existência de características típicas de parcelamento urbano irregular, tais como:

a) subdivisão de glebas em lotes com dimensões inferiores à fração mínima rural;
b) implantação de infraestrutura urbana, ainda que precária;
c) comercialização de lotes com finalidade urbana;

III – avaliar o grau de consolidação da ocupação, considerando:

a) densidade populacional;
b) existência de edificações permanentes;
c) presença de vias de circulação e serviços públicos;
d) tempo de ocupação;

IV – emitir relatório técnico conclusivo, indicando:

a) a configuração de parcelamento irregular passível de repressão; ou
b) a caracterização de núcleo urbanizado consolidado, sugerindo sua inclusão em programas de regularização fundiária;

V – sugerir a adoção das medidas previstas na legislação municipal, inclusive embargo, aplicação de sanções e comunicações aos órgãos competentes;

VI – propor, quando cabível, o enquadramento da área como Setor Especial de Núcleos Urbanizados (SENU) ou outro instrumento urbanístico pertinente, conforme legislação municipal vigente.

VII – Analisar os processos em fase inicial, especialmente aqueles decorrentes de autos de infração por parcelamento irregular do solo em zona rural com indícios de finalidade urbana, considerando as defesas administrativas apresentadas pelos autuados.

Art. 3º Comissão Técnica de Análise de Parcelamento Irregular do Solo em Zona Rural com Indícios de Finalidade Urbanaserá composta pelos seguintes membros:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
III –01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças.

§1º A coordenação da Comissão caberá, preferencialmente, ao representante da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

§2º Poderão ser convidados a participar dos trabalhos representantes de outros órgãos e entidades, inclusive do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Ministério Público, dos Cartórios de Registro de Imóveis, dos Tabelionatos de Notas, da AMEP e de órgãos ambientais estaduais.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão Técnica de Análise de Parcelamento Irregular do Solo em Zona Rural com Indícios de Finalidade Urbana deverão observar, entre outros:

I – a vedação ao parcelamento do solo rural com finalidade urbana;

II – os parâmetros da fração mínima de parcelamento definidos pelo INCRA;

III – a legislação urbanística municipal;

IV – os princípios da função social da cidade, da propriedade e do ordenamento territorial;

V – as normas de regularização fundiária urbana aplicáveis.

Art. 5º Os relatórios da Comissão Técnica de Análise de Parcelamento Irregular do Solo em Zona Rural com Indícios de Finalidade Urbana servirão de base para:

I – instauração de processos administrativos sancionadores;

II – adoção de medidas judiciais cabíveis;

III – encaminhamentos ao Ministério Público;

IV – eventual recomendação de procedimentos para regularização, quando tecnicamente viável.

Art. 6º A Comissão Técnica de Análise de Parcelamento Irregular do Solo em Zona Rural com Indícios de Finalidade Urbana poderá estabelecer procedimentos internos, cronogramas e fluxos de análise, mediante aprovação de seu coordenador.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 181, de 04 de maio de 2026.

Mandirituba, 09 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:327424F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 397/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA*:* "Nomeação dos membros para compor a Comissão Técnica de Análise de Parcelamento Irregular do Solo em Zona Rural com Indícios de Finalidade Urbana e dispõe sobre a verificação de núcleos urbanizados passíveis de regularização".

O **Prefeito Municipal de Mandirituba**, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pelo art. 93, II, "c" da Lei Orgânica,
RESOLVE

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros abaixo relacionados, para compor a Comissão Técnica de Análise de Parcelamento Irregular do Solo em Zona Rural com Indícios de Finalidade Urbana instituída por esta Portaria:

EDUARDO DE SOUZA RANSOLIM - Representante da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
ALYNY VASCONCELOS DE ALMEIDA - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
JACKSON FERNANDO BARAN BUHRER – Representante da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 201, de 19 de maio de 2026.

Mandirituba, 09 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:4B1331A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 398 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA,no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, nos termos do artigo 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil e Lei Municipal n.º 619 de 08 de julho de 2011,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar o contrato determinado, por mais 12 (doze) meses da candidataaprovada no Processo Seletivo Público n.° 001/2025, mencionada abaixo que exerce função em caráter temporário, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

Mat.	Nome	Cargo	Prorrogado a partir de
500449	Natalia Novack dos Santos	Educador Infantil	13/10/2026

Art. 2º Ocontratado temporário deverá respeitar na íntegra o instrumento de Aditivo de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em13 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:A25203E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 400 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração pelo término de contrato, da função em caráter temporário, de Educador Infantil, a servidora **JOSIANE DA SILVA CORREIA**, matrícula 500443, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 09 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:79107B68

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 62-2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 62 de 2026.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Contratação de empresa provedora de internet fibra ótica e via rádio para disponibilizar links de acesso incluindo equipamentos e assistência técnica para atendimento das diversas Secretarias e Departamentos da Administração Municipal, conforme processo de Pregão - Eletrônico nº 31/2026.
CONTRATADO: GILSON GONÇALVES DOS SANTOS MONITORAMENTO. CNPJ: 12.084.019/0001-42
VALOR CONTRATADO: 38.055,96 (Trinta e Oito Mil e Cinquenta e Cinco Reais e Noventa e Seis Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/10/2026.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 12/11/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Mensalmente, até 30 dias após a entrega dos serviços e missão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses após a assinatura do contrato**.**

Manfrinópolis, 13/10/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:247F0D3C

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0316/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0316/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 0316/2026
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	EDER RAIMUNDO		**MATR.**	**1012202**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

	VÍNCULO			**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT ARGO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UCA-9B06
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
02/10/2026	09/10/2026	CASCAVEL GUARAPUAVA	PR PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	06

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	

PACIENTES CASCAVEL/PR ;
SEBSTIÃO CRUGUER (DIA 02/10/2026) .
AGAPITO RODRIGUES (DIA 06/10/2026) .
JAIR CRUGUER (DIA 07/10/2026) .
REINALDO DE ALMEIDA (DIA 08/10/2026) .
AGAPITO RODRIGUES (DIA 09/10/2026) .
PACIENTE GUARAPUAVA/PR ;
CELSO DOS SANTOS (DIA 05/10/2026) .

Manfrinópolis – PR, 08 de outubro de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:861A8684

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 201/2026 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 045/2024 – PMM – SALDO REMANESCENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 110/2024 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADA: MANG DIESEL MECÂNICA LTDA
CNPJ/MF: 37.869.236/0001-79
OBJETO: Contratação do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços n.º 110/2024 – PMM, prorrogada pelo seu Primeiro Termo Aditivo, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços de torno e solda, destinados às balsas e rebocadores e à frota de máquinas das marcas LS e Massey Ferguson do Município de Mangueirinha, compreendendo os Itens 11, 12, 15, 16, 17 e 18 registrados em favor da contratada.
VALOR: R$ 378.994,49 (trezentos e setenta e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos), correspondente à soma dos saldos remanescentes dos itens registrados.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, observados os empenhos a serem emitidos no exercício.
EXECUÇÃO: De forma parcelada, conforme a demanda, mediante ordem de serviço ou requisição emitida pela secretaria requisitante.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, ou até o esgotamento do saldo contratado, o que ocorrer primeiro.
DATA DE ASSINATURA: 08 de outubro de 2026.
Mangueirinha, 13 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 074/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: EDEVALDO PETKOVICZ 04601837960
CNPJ: 33.948.967/0001-59
CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e a renovação do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços n.º 074/2025 – PMM, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual contratação de serviços de sonorização de eventos, iluminação cênica, filmagem/edição, transmissão ao vivo (streaming), captação aérea por drone, fotografia, bem como locação de carro de som e moto de som, destinados a atender às demandas das Secretarias Municipais do Município de Mangueirinha/PR, sem alteração dos valores unitários registrados, das especificações técnicas e das demais condições estabelecidas na Ata originária.
PRAZO DE VIGÊNCIA – Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termo final da vigência originária, nos termos do art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ficando igualmente renovado, pelo mesmo período, o saldo remanescente dos quantitativos registrados.
RECURSOS FINANCEIROS – Os recursos financeiros decorrentes das contratações oriundas desta Ata correrão à conta do Município de Mangueirinha, alocados nas dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente das Secretarias requisitantes, a serem indicadas nas respectivas notas de empenho.
DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 13 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO DE CONTRATOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 265/2025 – PMM
REFERENTE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2025 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADA: G VENITES EMPREENDIMENTOS
CNPJ: 43.885.766/0001-03
CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do Contrato n.º 265/2025 – PMM (construção de Unidade Básica de Saúde – UBS, com área total de 86,46 m², padrão Apoio Rural, na Comunidade do Itá I), por mais 60 (sessenta) dias, com fundamento no art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021, sem alteração do valor contratual e permanecendo inalteradas as demais condições pactuadas.
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA – Fica prorrogado o prazo de execução da obra, que passa a ter termo final em 12 de dezembro de 2026, permanecendo inalterado o prazo de vigência do contrato, com término previsto para 12 de dezembro de 2026.
RECURSOS FINANCEIROS – O presente Termo Aditivo restringe-se à prorrogação do prazo de execução, não acarretando alteração de valor, permanecendo mantidas as dotações orçamentárias consignadas no contrato original.
DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2026.

Mangueirinha, 13 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO DE CONTRATOS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 265/2025 – PMM
REFERENTE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2025 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADA: G VENITES EMPREENDIMENTOS
CNPJ: 43.885.766/0001-03
CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração qualitativa e quantitativa do Contrato n.º 265/2025 – PMM (construção de Unidade Básica de Saúde – UBS, com área total de 86,46 m², padrão Apoio Rural, na Comunidade do Itá I), mediante o acréscimo de serviços cujos quantitativos se mostraram insuficientes no orçamento original e a inclusão de serviços não previstos na planilha contratual, indispensáveis à execução da edificação conforme os projetos aprovados, no valor de R$ 48.833,39 (quarenta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos), correspondente a 21,37% do valor inicial do contrato, com fundamento nos arts. 124, inciso I, alíneas “a” e “b”, e 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021, passando o valor global do contrato de R$ 228.488,71 (duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos) para R$ 277.322,10 (duzentos e setenta e sete mil, trezentos e vinte e dois reais e dez centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA – Permanecem inalterados o prazo de execução e a vigência contratual fixados no Segundo Termo Aditivo.
RECURSOS FINANCEIROS – Os recursos financeiros para cobertura da alteração promovida por meio deste Termo Aditivo

correrão à conta da dotação orçamentária indicada na Cláusula Terceira do contrato original, mediante empenho complementar no exercício vigente.
DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2026.

Mangueirinha, 13 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO DE CONTRATOS

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 188/2024 – PMM
REFERENTE CONCORRÊNCIA N.º 010/2024 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADA: J A PEREIRA EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 33.933.734/0001-82
CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação dos prazos de vigência e de execução do Contrato n.º 188/2024 – PMM (construção e instalação de abrigos de passageiros – pontos de ônibus), por mais 180 (cento e oitenta) dias, com fundamento nos arts. 107 e 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021, permanecendo inalteradas as demais condições pactuadas.
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA – Fica prorrogada a vigência do contrato de 06 de fevereiro de 2027 para 05 de agosto de 2027, e o prazo de execução dos serviços, a contar do término do prazo anteriormente fixado (30 de setembro de 2026), até 29 de março de 2027.
RECURSOS FINANCEIROS – O presente Termo Aditivo restringe-se à prorrogação dos prazos, não acarretando alteração de valor, condições financeiras, fontes de recursos ou dotação orçamentária, que permanecem inalterados.
DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2026.

Mangueirinha, 13 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Thiago José Costa
Código Identificador:50EB675D

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026 – PMM

OBJETO: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais gráficos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Edital e em seus anexos.
DATA E HORA DA ABERTURA: 29 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 14 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 29 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 07H59MIN;
Local da sessão pública: https://www.gov.br/compras/pt-br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.
Mangueirinha – PR, 13 outubro de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:6B817CEF

PROCURADORIA
RESOLUCÃO N. 0 22/2026

RESOLUCÃO N. 0 22/2026

Deliberação da apresentação do segundo Relatório Detalhado Quadrimestral Anterior (RDQA) 2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:
Art. 1 0 - Aprovar em reunião ordinária, realizada no dia 24/09/2026, Deliberação da apresentação do segundo Relatório Detalhado Quadrimestral Anterior (RDQA) 2026.

Mangueirinha, 24 de setembro de 2026.

IZANI
Presidente o Conselho

Homologo a Resolução n.0 22/2026 - crvls — nos termos do Art. 1 0, S 20 da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:EE5780A8

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.0 23/2026

RESOLUÇÃO N.0 23/2026
Alteração da Programação Anual de Saúde — PAS 2026

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1 0 Alteração em Reunião Ordinária, realizada no dia 24/09/2026 a Programação Anual de Saúde PAS 2026.

Mangueirinha, 24 de setembro de 2026.

IZANI FRANK
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução n.0 23/2026 - cMs — nos termos do Art. 1 0, S 20 da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:9913C24C

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 24/2026

RESOLUÇÃO Nº 24/2026

Deliberação alteração da Apreciação das Diretrizes do Plano Municipal de Saúde 2026-2029.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1 0 - Aprovar em reunião ordinária, realizada no dia 24/09/2025, Deliberação da Apreciação das Diretrizes Plano Municipal de Saúde 2026 — 2029.

Mangueirinha 24 de setembro de 2026.

IZANI FRANK
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução n. 0 24/2026 — CMS — nos termos do Art. 1 0 S 20 da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:18365118

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILENA
PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA
O Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 010/2024 de 13 de junho de 2024, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de Licitação.
MODALIDADE: DISPENSA Nº 006/2026
PROCESSO Nº 007/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia destinados à realização de levantamento cadastral in loco, elaboração de planta baixa de imóvel com área aproximada de 204,91 m² e levantamento detalhado com elaboração de quantitativo de materiais, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Marilena/PR.

ITEM01
DESCRIÇÃOContratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, compreendendo levantamento cadastral in loco para elaboração de planta baixa de imóvel com área aproximada de 204,91 m², bem como levantamento detalhado e compilação de quantitativo de materiais, incluindo todos os serviços técnicos necessários à elaboração e entrega dos respectivos documentos técnicos, destinados à Câmara Municipal de Marilena/PR.
UNDServiço
QTD01
VALOR UNT.R$ 4.500,00
VALOR TOTALR$ 4.500,00

PROPOSTA APRESENTADA: CONSTRUTORA E ENGENHARIA CAVALCANTI LTDA.
CNPJ Nº 39.652.083/0001-39
VALOR DA PROPOSTA: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto **HABILITADA**.

Com a publicação do presente Aviso de Contratação Direta, inicia-se a contagem do prazo de 3 (três) dias úteis previsto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Durante esse período, permanecerá aberta a oportunidade para apresentação de propostas adicionais, as quais deverão serem encaminhadas para o e-mail: licitacao@marilena.pr.leg.br, devendo constar, no campo "Assunto", o número da Dispensa de Licitação correspondente

Marilena-PR, 13 de outubro de 2026

EVERALDO DOMINGUES JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Everaldo Domingues Junior
Código Identificador:2C6B53EC

COMPRAS E LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO; ATO DE DESIGNAÇÃO Nº106/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os Contrato Administrativo nº 106/2026, oriundo do Processo Licitatório na modalidade Dispensa nº030/2026, Processo Administrativo nº 087/2026, firmado com a empresa **NFR CONFECÇÕES LTDA**;
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR a servidora Darlene de Souza Barbosa, matrícula nº 6336, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura, como GESTOR DO CONTRATO nº 106/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o servidor Ademílson de Souza, matrícula nº 6429, ocupante do cargo de Secretário de Administração, como FISCAL DO CONTRATO nº106/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 09 de Outubro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:D49A2097

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE IGUAL PERIODO AO CONTRATO Nº 175/2025.

ESPÉCIE: CONTRATO FORNECIMENTO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE MARILENA-PR, CNPJ Nº09.205.479/0001-77 E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CNPJ 30.750.469/0001-09.

CONTRATADA: ESSENCIAL CAMISETARIA LTDA, CNPJ N.º 49.368.341/0001-03;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADO TIPO TÊNIS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE

EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 15.600,00 (QUINZE MIL E SEISCENTOS REAIS).

VALOR COM REAJUSTE MEDIANTE COMPROVAÇÃO DE NOTAS FISCAIS: R$ 18.300,00 (DEZOITO MIL E TREZENTOS REAIS).

05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.39 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. FONTES DE RECURSOS: 140 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.
05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.30 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – MATERIAL DE CONSUMO.
FONTES DE RECURSOS: 137 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E REAJUSTE DE VALOR: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 175/2025 POR IGUAL PERÍODO AO ORIGINALMENTE CONTRATADO, MEDIANTE OS ARTS. 106 E 107 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, O PRAZO DE VIGÊNCIA PASSARÁ DE 18/10/2026 PARA 18/10/2027, MANTENDO-SE INALTERADAS AS DEMAIS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES NELE ESTABELECIDAS. EM RAZÃO DA PRORROGAÇÃO, O VALOR CONTRATUAL SERÁ REAJUSTADO COM BASE NA VARIAÇÃO ACUMULADA DO **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA**, DIVULGADO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, APLICANDO-SE O PERCENTUAL DE REAJUSTE DE 21,43% (VINTE E UM VIRGULA QUARENTA E TRÊS POR CENTO), SENDO CONSEQUENTEMENTE O VALOR DE R$ 3,00 (TRÊS REAIS), SOBRE O VALOR UNITÁRIO DE CADA PEÇA DO LOTE N° 02 ATUALMENTE VIGENTE. O VALOR FOI ESTIMADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO DA CONTRATADA, NO QUAL ENVIOU COMPROVAÇÕES DE NOTAS FISCAIS COM VALORES COMERCIAIS. AJUSTANDO O VALOR UNITÁRIO DO LOTE N° 02 PROMOVENDO O VALOR DO REAJUSTE DE R$ 2.700,00 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS), SOBRE O VALOR DO CONTRATO. A PARTIR DE 18/10/2026, O VALOR DO CONTRATO PASSARÁ DE R$ 15.600,00 (QUINZE MIL E SEISCENTOS REAIS) PARA R$ 18.300,00 (DEZOITO MIL E TREZENTOS REAIS), PERMANECENDO VIGENTE DURANTE O PERÍODO DE PRORROGAÇÃO, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DE NOVO REAJUSTE PREVISTAS NO CONTRATO E NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO O REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATUAIS E O ACRÉSCIMO QUANTITATIVO DO OBJETO CONTRATADO. EM RAZÃO DO REAJUSTE APLICADO AO ITEM BERMUDA, O VALOR UNITÁRIO PASSOU DE R$ 14,00 PARA R$ 17,00, TOTALIZANDO R$ 17.000,00 **PARA 1.000 UNIDADES**. QUANTO AO ITEM CAMISETA, FOI REALIZADO O ACRÉSCIMO QUANTITATIVO, MANTENDO-SE O VALOR UNITÁRIO DE R$ 25,00, PASSANDO DE **120 PARA 235 UNIDADES**, TOTALIZANDO R$ 5.875,00. DESSA FORMA, O VALOR TOTAL DO CONTRATO COM ACRÉSCIMO DE 25% PASSA A SER DE **R$ 22.875,00 (VINTE E DOIS MIL OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).**

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO E PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:A205DBEC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE IGUAL PERIODO AO CONTRATO Nº 177/2025.

ESPÉCIE: CONTRATO FORNECIMENTO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE MARILENA-PR, CNPJ Nº09.205.479/0001-77 E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CNPJ 30.750.469/0001-09.

CONTRATADA: L.M DE SOUZA ZANOLLI & CIA LTDA, CNPJ N.º 00.147.268/0001-50;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADO TIPO TÊNIS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 14.902,50 (QUATORZE MIL NOVECENTOS E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

VALOR COM REAJUSTE MEDIANTE INPC(IBGE): R$ 15.496,50 (QUINZE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.39 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. FONTES DE RECURSOS: 140 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.
05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.30 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – MATERIAL DE CONSUMO.
FONTES DE RECURSOS: 137 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E REAJUSTE DE VALOR: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 176/2025 POR IGUAL PERÍODO AO ORIGINALMENTE CONTRATADO, MEDIANTE OS ARTS. 106 E 107 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, O PRAZO DE VIGÊNCIA PASSARÁ DE 18/10/2026 PARA 18/10/2027, MANTENDO-SE INALTERADAS AS DEMAIS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES NELE ESTABELECIDAS. EM RAZÃO DA PRORROGAÇÃO, O VALOR CONTRATUAL SERÁ REAJUSTADO COM BASE NA VARIAÇÃO ACUMULADA DO **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – INPC**, DIVULGADO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, APLICANDO-SE O PERCENTUAL DE REAJUSTE DE 3,98% (TRES VIRGULA NOVENTA E OITO POR CENTO) SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO LOTE ATUALMENTE VIGENTE, AJUSTANDO O VALOR UNITÁRIO DO LOTE PROMOVENDO O VALOR DO REAJUSTE DE R$ 594,00 (QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS) SOBRE O VALOR DO CONTRATO. A PARTIR DE 18/10/2026, O VALOR DO CONTRATO PASSARÁ DE R$ 14.902,50 (QUATORZE MIL NOVECENTOS E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) PARA R$ 15.796,50 (QUINZE MIL SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), NÃO HOUVE ALTERAÇÕES DE QUANTIDADES PODENDO SER PRORROGADO SUCESSIVAMENTE, RESPEITADA A VIGÊNCIA MÁXIMA DECENAL, NA FORMA DO ART. 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO E PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:2ABCCC7C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE IGUAL PERIODO AO CONTRATO Nº 173/2025.

ESPÉCIE: CONTRATO FORNECIMENTO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE MARILENA-PR, CNPJ Nº09.205.479/0001-77 E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CNPJ 30.750.469/0001-09.

CONTRATADA: BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA, CNPJ Nº 30.759.356/0001-74;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADO TIPO TÊNIS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 57.105,00 (CINQUENTA E SETE MIL CENTO E CINCO REAIS).

VALOR COM REAJUSTE MEDIANTE INPC(IBGE): R$ 59.517,00 (CINQUENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS). **VALOR COM ACRESCIMO DE QUANTIDADES:** R$ 71.949,44 (SETENTA E UM MIL NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E QUATRO)**.**

05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.39 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. FONTES DE RECURSOS: 140 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.
05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.30 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – MATERIAL DE CONSUMO.
FONTES DE RECURSOS: 137 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E REAJUSTE DE VALOR: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 173/2025 POR IGUAL PERÍODO AO ORIGINALMENTE CONTRATADO, MEDIANTE OS ARTS. 106 E 107 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, O PRAZO DE VIGÊNCIA PASSARÁ DE 18/10/2026 PARA 18/10/2027, MANTENDO-SE INALTERADAS AS DEMAIS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES NELE ESTABELECIDAS. EM RAZÃO DA PRORROGAÇÃO, O VALOR CONTRATUAL SERÁ REAJUSTADO COM BASE NA VARIAÇÃO ACUMULADA DO **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA**, DIVULGADO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

ACRESCENTA-SE O VALOR DE **R$ 2.409,83 (DOIS MIL QUATROCENTOS E NOVE REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS)** REFERENTE AO ÍNDICE ANUAL APROXIMADAMENTE 4,22%, E O VALOR DE **R$ 14.844,44 (QUATORZE MIL OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)**, REFERENTE AO AUMENTO DE QUANTIDADES PARA SUPRIR A DEMANDA. A PARTIR DE 18/10/2026, O VALOR DO CONTRATO PASSARÁ DE **R$ 57.105,00 (CINQUENTA E SETE MIL, CENTO E CINCO REAIS)** PARA **R$ 71.949,44 (SETENTA E UM MIL NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E QUATRO)**, NO TOTAL FORAM ADITIVADOS MAIS 188 (CENTO E OITENTA E OITO) PARES DE TÊNIS, PERMANECENDO VIGENTE DURANTE O PERÍODO DE PRORROGAÇÃO, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DE NOVO REAJUSTE PREVISTAS NO CONTRATO E NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, PODENDO SER PRORROGADO SUCESSIVAMENTE, RESPEITADA A VIGÊNCIA MÁXIMA DECENAL, NA FORMA DO ART. 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO E PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:0824876B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE IGUAL PERIODO AO CONTRATO Nº 174/2025.

ESPÉCIE: CONTRATO FORNECIMENTO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE MARILENA-PR, CNPJ Nº09.205.479/0001-77 E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CNPJ 30.750.469/0001-09.

CONTRATADA: NT INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA, CNPJ N.º 40.754.191/0001-00;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADO TIPO TÊNIS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 17.132,50 (DEZESSETE MIL, CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.39 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. FONTES DE RECURSOS: 140 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.
05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.30 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – MATERIAL DE CONSUMO.
FONTES DE RECURSOS: 137 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E REAJUSTE DE VALOR: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 174/2025 POR IGUAL PERÍODO AO ORIGINALMENTE CONTRATADO, MEDIANTE OS ARTS. 106 E 107 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, O PRAZO DE VIGÊNCIA PASSARÁ DE 18/10/2026 PARA 18/10/2027, MANTENDO-SE INALTERADAS AS DEMAIS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES NELE ESTABELECIDAS. EM RAZÃO DA PRORROGAÇÃO, O VALOR CONTRATUAL SERÁ REAJUSTADO COM BASE NA VARIAÇÃO ACUMULADA DO **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – INPC,** DIVULGADO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, APLICANDO-SE O PERCENTUAL DE REAJUSTE DE APROXIMADAMENTE **3,98% (TRÊS VIRGULA NOVENTA E OITO POR CENTO)** QUE REFERE-SE AO VALOR DE **R$ 0,39 (TRINTA E NOVE CENTAVOS)** EM CADA PEÇA, E O AJUSTE DE **R$ 2,22 (DOIS REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS)** POR PEÇA REFERENTE A MUDANÇA DE COR DAS CAMISETAS QUE PASSARAM A SER **AZUL ROYAL**, NO QUAL FOI FEITO UMA VOTAÇÃO DOS PAIS DOS ALUNOS.

APLICA-SE O ACRÉSCIMO QUANTITATIVO DO OBJETO CONTRATADO. EM RAZÃO DO REAJUSTE APLICADO, O VALOR INICIAL DO CONTRATO, DE **R$ 17.132,50 (DEZESSETE MIL CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, FOI ATUALIZADO PARA **R$ 21.700,00 (VINTE E UM MIL E SETECNTOS REAIS)**. SOBRE ESSE VALOR ATUALIZADO, FOI CALCULADO O ACRÉSCIMO QUANTITATIVO DE **R$ 4.340,00 (QUATRO MIL TREZENTOS E QUARENTA REAIS)**, CORRESPONDENTE A 20%, RESULTANDO NO VALOR CONTRATUAL FINAL DE **R$ 26.040,00 (VINTE E SEIS MIL E QUARENTA REAIS)** PARA AUMENTO DE MAIS 350 (TREZENTOS E CINQUENTA) CAMISETAS. O ACRÉSCIMO QUANTITATIVO OBSERVA O LIMITE LEGAL PREVISTO NO ART. 125 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, TOMANDO-SE COMO BASE O VALOR INICIAL ATUALIZADO DO CONTRATO, SEM PREJUÍZO DA DEVIDA FORMALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO E PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:5F86BB60

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE IGUAL PERIODO AO CONTRATO Nº 176/2025.

ESPÉCIE: CONTRATO FORNECIMENTO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE MARILENA-PR, CNPJ Nº09.205.479/0001-77 E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CNPJ 30.750.469/0001-09.

CONTRATADA: BRENS CONFECCOES LTDA, CNPJ n.º 49.747.727/0001-26;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADO TIPO TÊNIS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 14.902,50 (QUATORZE MIL NOVECENTOS E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). **VALOR COM REAJUSTE MEDIANTE INPC(IBGE):** R$ 15.496,50 (QUINZE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.39 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. FONTES DE RECURSOS: 140 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.
05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.30 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – MATERIAL DE CONSUMO.
FONTES DE RECURSOS: 137 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E REAJUSTE DE VALOR: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 176/2025 POR IGUAL PERÍODO AO ORIGINALMENTE CONTRATADO, MEDIANTE OS ARTS. 106 E 107 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, O PRAZO DE VIGÊNCIA PASSARÁ DE 18/10/2026 PARA 18/10/2027, MANTENDO-SE INALTERADAS AS DEMAIS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES NELE ESTABELECIDAS. EM RAZÃO DA PRORROGAÇÃO, O VALOR CONTRATUAL SERÁ REAJUSTADO COM BASE NA VARIAÇÃO ACUMULADA DO **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – INPC**, DIVULGADO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, APLICANDO-SE O PERCENTUAL DE REAJUSTE DE 3,98% (TRES VIRGULA NOVENTA E OITO POR CENTO) SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO LOTE ATUALMENTE VIGENTE, O REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATUAIS E O ACRÉSCIMO QUANTITATIVO DO OBJETO CONTRATADO. EM RAZÃO DOS REAJUSTES APLICADOS, O VALOR UNITÁRIO DO ITEM 01 PASSOU DE **R$ 37,90 (TRINTA E SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS**) PARA **R$ 39,41 (TRINTA E NOVE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS)**, E O VALOR UNITÁRIO DO ITEM 02 PASSOU DE **R$ 23,55 (VINTE E TRÊS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS)** PARA **R$ 24,49 (VINTE E QUATRO REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS)**, RESULTANDO NO VALOR CONTRATUAL ATUALIZADO DE **R$ 15.496,50 (QUINZE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, CONSIDERANDO AS QUANTIDADES ORIGINALMENTE CONTRATADAS. SOBRE ESSE VALOR ATUALIZADO, FOI CALCULADO O ACRÉSCIMO QUANTITATIVO DE R**$ 3.195,00 (TRÊS MIL CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS)**, CORRESPONDENTE A APROXIMADAMENTE 20,62%, RESULTANDO NO VALOR CONTRATUAL FINAL DE **R$ 18.691,50 (DEZOITO MIL SEISCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**. FORAM ACRESCENTADOS MAIS 50 (CINQUENTA) UNIDADES DO LOTE 04 E MAIS 50 (CINQUENTA) UNIDADES DO LOTE 06.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO E PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:126AE938

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE IGUAL PERIODO AO CONTRATO Nº 172/2025.

ESPÉCIE: CONTRATO FORNECIMENTO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE MARILENA-PR, CNPJ Nº09.205.479/0001-77 E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CNPJ 30.750.469/0001-09.

CONTRATADA: BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ N.º 40.035.561/0001-40;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADO TIPO TÊNIS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS).

FONTES DE RECURSOS:

05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.39 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. FONTES DE RECURSOS: 140 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.
05.001.12.361.0003.2027.3.3.90.30 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – MATERIAL DE CONSUMO.
FONTES DE RECURSOS: 137 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO.

PRORROGAÇÃO IGUAL PERIODO DO PRAZO DE VIGENCIA: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 172/2025 POR IGUAL PERÍODO AO ORIGINALMENTE CONTRATADO, MEDIANTE OS ARTS. 106 E 107 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, O PRAZO DE VIGÊNCIA PASSARÁ DE 18/10/2026 PARA 18/10/2027, MANTENDO-SE INALTERADAS AS DEMAIS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES NELE ESTABELECIDAS. PODENDO SER PRORROGADO SUCESSIVAMENTE, RESPEITADA A VIGÊNCIA MÁXIMA DECENAL, NA FORMA DO ART. 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.
NO ENTANTO ACRESCENTA-SE EM QUANTIDADES DE 900 (NOVECENTAS) UNIDADES PARA 1.100 (UM MIL E CEM) UNIDADES. DEVIDO O AUMENTO DE QUANTIDADES O VALOR DO CONTRATO PASSA A SER DE **R$ 72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)** PARA **R$ 88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)**.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO E PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:499D2716

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
ATA Nº01 - CREDENCIAMENTO Nº03/2026

ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2026

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h00, nas dependências do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Mato Rico, Estado do Paraná, reuniu-se o(a) responsável pela condução do procedimento de credenciamento, juntamente com os demais membros designados, quando houver, para proceder à análise e ao julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas pessoas jurídicas interessadas no Chamamento Público em epígrafe.
Objeto: credenciamento de pessoas jurídicas aptas ao fornecimento parcelado e contínuo de óleo diesel S10, óleo diesel S500, gasolina comum, etanol e ARLA 32 em galões de 20 litros, destinados ao abastecimento e à manutenção da operacionalidade da frota de veículos, ônibus, ambulâncias, caminhões, máquinas e equipamentos das Secretarias, fundos, departamentos e demais unidades administrativas do Município de Mato Rico/PR.

O procedimento fundamenta-se nos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, nas disposições do Edital e de seus anexos, bem como nas demais normas aplicáveis.

1. DAS EMPRESAS PARTICIPANTES
Foram recebidos os documentos de habilitação das seguintes pessoas jurídicas:

1. ODAIR DAL SANTO E CIA LTDA - CNPJ: 18.329.138/0001-02
Data de apresentação da documentação: 10 de setembro de 2026. Horário: 13h58.

2. AUTO POSTO VIEIRA LTDA - CNPJ: 60.626.191/0001-23
Data de apresentação da documentação: 11 de setembro de 2026. Horário: 08h50.

3. C. A. P. MENDES SEGURO – COMBUSTÍVEIS - CNPJ: 06.296.435/0001-01
Data de apresentação da documentação: 30 de setembro de 2026- Horário: 15h23.

2. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO
Após a conferência dos documentos apresentados pelas empresas acima identificadas, e considerando o atendimento às exigências de habilitação estabelecidas no Edital do Chamamento Público e em seus anexos, foram analisados os documentos pertinentes à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômico-financeira, quando exigida, e à qualificação técnica aplicável ao objeto.
Verificado o atendimento aos requisitos exigidos no instrumento convocatório, as empresas relacionadas foram consideradas habilitadas para prosseguir no procedimento de credenciamento, observados os itens para os quais cada uma tenha comprovado o cumprimento das condições exigidas.

3. DO RESULTADO DO JULGAMENTO

Após a análise da documentação apresentada, fica registrado o seguinte resultado:

Nº	Razão social	CNPJ	Resultado
1	ODAIR DAL SANTO E CIA LTDA	18.329.138/0001-02	HABILITADA
2	AUTO POSTO VIEIRA LTDA	60.626.191/0001-23	HABILITADA
3	C. A. P. MENDES SEGURO – COMBUSTÍVEIS	06.296.435/0001-01	HABILITADA

Dessa forma, as três empresas acima relacionadas ficam **HABILITADAS** no presente procedimento, por terem atendido aos requisitos de habilitação estabelecidos no Edital, ficando aptas ao credenciamento nos itens para os quais comprovaram o atendimento às condições exigidas.

4. DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O CREDENCIAMENTO
O presente credenciamento caracteriza-se como procedimento auxiliar, na hipótese de contratação paralela e não excludente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, permitindo o credenciamento de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas no Edital.
O credenciamento não implica exclusividade, garantia de quantitativo mínimo de fornecimento ou contratação imediata, ficando os fornecimentos condicionados às necessidades da Administração Municipal, às requisições ou autorizações competentes e às demais condições previstas no instrumento convocatório.
As contratações decorrentes do credenciamento serão formalizadas na forma legal cabível, observadas as disposições do Edital e a legislação vigente.

5. DO ENCERRAMENTO
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente Ata de Análise e Julgamento dos Documentos de Habilitação, que, após lida e considerada conforme, será assinada pelo(a) responsável pela condução do procedimento e pelos demais membros.

Mato Rico/PR, 02 de outubro de 2026.

MARCIO ADALBERTO BECHER
Agente de Contratação

MARCELO BEDNARCZUK
Membro Equipe de Apoio

BRUNO BINI
Membro Equipe de Apoio

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:5D619E78

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº130/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATO RICO – PR, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.510/0001-31.

CONTRATADA: 53.339.274 DEGIANE MORAES DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 53.339.274/0001-76.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação, montagem, operação/monitoramento e desmontagem de brinquedos recreativos (infláveis e mecânicos), além da disponibilização de máquina de algodão-doce com insumos e operadores, para atender às atividades comemorativas do Dia das Crianças em diversos bairros do Município de Mato Rico/PR.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorrogação da vigência do Contrato nº 130/2025 por mais 06 (seis) meses, passando seu vencimento para o dia 09 de abril de 2027.

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2026.

FORO: Comarca competente do Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:CCC7E58C

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 325 2026 LIC TRATAMENTO DE SAUDE PESSOA DA FAMILIA PATRICIA ANDRIELE WIENCE

PORTARIA Nº 325/2026

SÚMULA – Licença tratamento de saúde pessoa da família.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – A servidora municipal a Sra. PATRICIA ANDRIELE WIENCE, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.979.250 SESP-SP e inscrição no CPF/MF nº 078.263.739-64, lotada na Secretaria de Meio Ambiente cargo comissionado de "CHEFE DE PARQUES, PRAÇAS E JARDINS", admitida em 08/06/2006, matricula nº 400890, licença por motivo de doença em pessoa da família de acordo com a Lei 067/1997 – Capitulo IV – Inciso V – Seção VI – Art. 142, por 10 (dez) dias a contar de 11/10/2026, de acordo com atestado médico – Dr. ERICK FELIPE SOUZA E SILVA – CRM/SC 34.890 CNS 7005011731990154 e parecer da Assistência Social.

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a **11/10/2026**, revogada as disposições em contrário.

Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,13 de OUTUBRO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:C2010C85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 46/2026

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA PARTICIPAR DE REUNIÃO NA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E REALIZAR VISITA INSTITUCIONAL EM GABINETE DE DEPUTADO ESTADUAL".

O Presidente da Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei e, em conformidade com os dispostos na Lei Municipal nº 600/2018, com as alterações decorrentes da Lei Municipal n° 732/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER duas diárias, cada uma no valor R$ 700,00 (setecentos reais), totalizando R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), em favor do vereador Edgar Francisco da Silva, para, acompanhando o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Miraselva, participar de reunião na Secretaria de Estado do Turismo e realizar visita institucional em gabinete de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 14 e 15 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
AFIXE-SE,
CUMPRA-SE.

Miraselva, 13 de outubro de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente - Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:832DA9CA

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 23/2026

SÚMULA: Institui o Plano Anual de Fiscalização da Câmara Municipal de Miraselva, estabelece normas para sua elaboração, aprovação, execução, acompanhamento e atualização, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, aprovou e eu, Valdair Aparecido Palla, Presidente desta Casa Legislativa, promulgo a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Resolução institui o Plano Anual de Fiscalização da Câmara Municipal de Miraselva, estabelecendo normas para sua elaboração, aprovação, execução, acompanhamento e revisão.

Art. 2º. O Plano Anual de Fiscalização constitui o instrumento de planejamento das atividades fiscalizatórias da Câmara Municipal de Miraselva para cada exercício, destinado à definição das ações de fiscalização prioritárias, dos responsáveis por sua execução, do cronograma previsto e das demais informações necessárias ao

adequado desenvolvimento das atividades de controle externo exercidas pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º. A elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano Anual de Fiscalização observarão, além do disposto nesta Resolução:
I – a Resolução nº 21/2026 – "Regulamenta os processos de trabalho das Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara Municipal de Miraselva para o exercício das atividades de fiscalização, acompanhamento de políticas públicas e demais atribuições correlatas";
II – a Resolução nº 22/2026 – "Regulamenta a execução das atividades de fiscalização no âmbito da Câmara Municipal de Miraselva e dá outras providências";
III – o Regimento Interno;
IV – a legislação aplicável e as orientações expedidas pelos órgãos de controle externo.

CAPÍTULO II
DA ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 4º. O Plano Anual de Fiscalização será elaborado para cada exercício financeiro e conterá, no mínimo:
I – a relação das fiscalizações previstas;
II – a identificação dos responsáveis pela execução de cada atividade de fiscalização, mediante indicação da Comissão Permanente ou, quando cabível, da equipe de fiscalização competente;
III – o cronograma de execução das atividades fiscalizatórias previstas para o exercício, com a indicação dos respectivos prazos estimados;
IV – os objetivos e os resultados esperados de cada atividade de fiscalização, compreendendo, sempre que possível, os aspectos a serem avaliados, os riscos ou situações passíveis de verificação, bem como as políticas públicas, programas, serviços ou atos administrativos objeto do acompanhamento.
V – a forma de acompanhamento da execução das atividades planejadas, quando cabível;
VI – outras informações consideradas necessárias ao adequado planejamento das atividades fiscalizatórias.

Art. 5º. Na elaboração do Plano Anual de Fiscalização serão consideradas, sempre que possível:
I – as demandas apresentadas pelos vereadores, inclusive por meio de indicações, requerimentos ou outros instrumentos regimentais;
II – as demandas encaminhadas pelas Comissões Permanentes;
III – as manifestações provenientes da Ouvidoria Legislativa, do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), de audiências públicas e dos demais canais institucionais de comunicação da Câmara Municipal de Miraselva;
IV – as reivindicações apresentadas por cidadãos ou por organizações da sociedade civil;
V – os resultados de fiscalizações anteriores e das atividades de acompanhamento realizadas pela Câmara Municipal de Miraselva;
VI – os indicadores, diagnósticos, avaliações e demais informações disponibilizadas pelos órgãos de controle, especialmente os graus de implementação de políticas públicas constantes do Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (ProGov), do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR);
VII – outros elementos considerados relevantes para a definição das prioridades fiscalizatórias.

Art. 6º. O Plano Anual de Fiscalização priorizará, sempre que possível, ações de fiscalização relacionadas às seguintes áreas:
I – Educação;
II – Saúde;
III – Assistência Social;
IV – Meio Ambiente;
V – Administração Financeira;
VI – Aquisições e Contratações Públicas;
VII – Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão.

Parágrafo único. A definição das atividades de fiscalização em cada uma das áreas previstas no caput observará as prioridades identificadas pelas Comissões Permanentes, as demandas institucionais, os indicadores disponibilizados pelos órgãos de controle e os demais critérios previstos nesta Resolução.

Art. 7º. A proposta do Plano Anual de Fiscalização será elaborada pelas Comissões Permanentes, com o apoio da Unidade de Apoio Legislativo, e consolidada pela Mesa Diretora para posterior apreciação do Plenário.

Parágrafo único. O Plano Anual de Fiscalização será elaborado, preferencialmente, antes do início do exercício a que se refere ou, quando isso não for possível, nos primeiros meses do respectivo exercício.

CAPÍTULO III
DA APROVAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 8º. Concluída sua elaboração, a proposta do Plano Anual de Fiscalização será submetida à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Miraselva.

Parágrafo único. O Plano Anual de Fiscalização será aprovado por meio de Projeto de Resolução, observadas as disposições regimentais aplicáveis.

Art. 9º. Após a promulgação da respectiva Resolução, o Plano Anual de Fiscalização será publicado no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, assegurado o acesso público ao seu conteúdo.

Parágrafo único. A publicação do Plano observará as normas relativas à transparência administrativa, à proteção de dados pessoais e às hipóteses legais de sigilo, quando aplicáveis.

CAPÍTULO IV
DAS ALTERAÇÕES DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 10. O Plano Anual de Fiscalização poderá ser alterado durante o exercício para inclusão, exclusão, substituição ou reprogramação de atividades de fiscalização, quando houver fato superveniente, alteração das prioridades institucionais ou outras circunstâncias devidamente justificadas.

§ 1º. A proposta de alteração poderá ser apresentada pelas Comissões Permanentes, pela Mesa Diretora ou por vereador.

§ 2º. A aprovação das modificações observará, no que couber, o mesmo procedimento previsto para aprovação do Plano Anual de Fiscalização.

§ 3º. As alterações aprovadas serão incorporadas ao Plano Anual de Fiscalização e publicadas na forma prevista nesta Resolução.

CAPÍTULO V
DA EXECUÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 11. A execução das atividades previstas no Plano Anual de Fiscalização observará as disposições da Resolução nº 22/2026, que regulamenta a execução das atividades de fiscalização no âmbito da Câmara Municipal de Miraselva.

Art. 12. As Comissões Permanentes acompanharão a execução das atividades de fiscalização sob sua responsabilidade, promovendo, quando necessário, a atualização do cronograma, a adoção de medidas destinadas ao cumprimento do Plano e a comunicação de eventuais intercorrências à Mesa Diretora.

Art. 13. O acompanhamento da execução do Plano Anual de Fiscalização compreenderá, sempre que possível:
I – o controle das atividades concluídas, em andamento e não iniciadas;
II – a verificação do cumprimento dos prazos estabelecidos;

III – a avaliação do atendimento dos objetivos e dos resultados esperados;
IV – a identificação da necessidade de inclusão, exclusão ou reprogramação de atividades;
V – outras informações consideradas relevantes ao monitoramento da execução do Plano.

Art. 14. Ao término do exercício, a execução do Plano Anual de Fiscalização será consolidada no Relatório Anual das Atividades de Fiscalização, observado o disposto na Resolução nº 22/2026.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O Plano Anual de Fiscalização poderá ser complementado por documentos, cronogramas, quadros demonstrativos ou outros instrumentos administrativos destinados a facilitar sua execução, acompanhamento e atualização, desde que não alterem o conteúdo aprovado pelo Plenário.

Art. 16. O modelo constante do Anexo I desta Resolução constitui referência para a elaboração do Plano Anual de Fiscalização, podendo ser adaptado às peculiaridades de cada exercício, preservadas sua finalidade e as informações essenciais previstas nesta Resolução.

Art. 17. Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Resolução serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Miraselva.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, 13 de outubro de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente

LUIZ CARLOS MAETIASI
1° Secretário

ANEXO I
MODELO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Exercício: _____.

Base Normativa: Resolução n° ___/2026.

1 - INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Fiscalização objetiva estabelecer as atividades fiscalizatórias previstas para o exercício de referência, constituindo instrumento de planejamento destinado à definição de prioridades, à coordenação das ações de fiscalização e à organização dos trabalhos das Comissões Permanentes e, quando cabível, das equipes de fiscalização especialmente constituídas.

Sua elaboração observa as competências constitucionais e legais atribuídas ao Poder Legislativo, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), buscando fortalecer a função fiscalizatória desta Casa Legislativa, aprimorar os mecanismos de controle externo, promover o acompanhamento das políticas públicas municipais e contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública.

Na definição das atividades previstas foram considerados, sempre que possível, as demandas apresentadas pelos vereadores, pelas Comissões Permanentes, pelos canais institucionais de participação social da Câmara Municipal de Miraselva, pelos cidadãos e organizações da sociedade civil, bem como informações provenientes de fiscalizações anteriores, indicadores oficiais e avaliações disponibilizadas pelos órgãos de controle.

O presente Plano possui caráter orientador e poderá ser alterado durante o exercício, na forma prevista na Resolução nº __/2026, sempre que fatos supervenientes, novas demandas institucionais ou alterações das prioridades administrativas justificarem a revisão das atividades inicialmente planejadas.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

A elaboração do presente Plano observa, especialmente:
I - Constituição Federal;
II - Lei Orgânica do Município;
III - Regimento Interno da Câmara Municipal;
IV - Resolução nº 21/2026 – Regulamenta os processos de trabalho das Comissões Permanentes e Temporárias para o exercício das atividades de fiscalização;
V - Resolução nº 22/2026 – Regulamenta a execução das atividades de fiscalização no âmbito da Câmara Municipal de Miraselva.

3 - OBJETIVOS

Constituem objetivos específicos do Plano:
I – definir as atividades de fiscalização prioritárias para o exercício;
II – estabelecer cronograma estimado para execução das ações fiscalizatórias;
III – identificar dos responsáveis pela execução de cada atividade de fiscalização, mediante indicação da Comissão Permanente ou, quando cabível, da equipe de fiscalização competente;
IV – assegurar que a definição das atividades de fiscalização considere, sempre que possível, as manifestações, demandas e contribuições apresentadas pelos vereadores, pelas Comissões Permanentes, pelos canais institucionais de comunicação da Câmara Municipal de Miraselva e pela sociedade;
V – orientar o desenvolvimento das fiscalizações mediante critérios previamente definidos;
VI – contribuir para o fortalecimento do controle externo exercido pela Câmara Municipal;
VII – promover maior eficiência, transparência e racionalidade na execução das atividades fiscalizatórias;
VIII – subsidiar o acompanhamento das recomendações decorrentes das fiscalizações realizadas e o aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

4 - METODOLOGIA

A definição das atividades previstas neste Plano observa os critérios estabelecidos na Resolução nº ___/2026 e considera, sempre que possível, informações técnicas, indicadores oficiais e demais elementos que auxiliem na definição das prioridades fiscalizatórias da Câmara Municipal de Miraselva.

Na elaboração do Plano foram considerados, entre outros, os seguintes critérios:
I – relevância da matéria para o interesse público;
II – recursos públicos envolvidos;
III – riscos relacionados à prestação dos serviços públicos ou à gestão administrativa;
IV – demandas apresentadas pelos vereadores, pelas Comissões Permanentes, pela Ouvidoria Legislativa, pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), por cidadãos ou por organizações da sociedade civil;
V – resultados de fiscalizações anteriores e das atividades de acompanhamento desenvolvidas pela Câmara Municipal;
VI – indicadores, diagnósticos, avaliações e demais informações disponibilizadas pelos órgãos de controle, especialmente os graus de implementação de políticas públicas constantes do Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (ProGov), do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR);
VII – necessidade de acompanhamento das áreas prioritárias de fiscalização previstas na Resolução nº ___/2026.

5 - PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

A execução das atividades previstas neste Plano observará o disposto na Resolução nº 22/2026, que regulamenta a execução das atividades de fiscalização no âmbito da Câmara Municipal de Miraselva.

Conforme a natureza de cada fiscalização, poderão ser adotados, entre outros, os seguintes procedimentos:
I - requisição de informações, documentos e esclarecimentos;
II - realização de diligências, inspeções ou visitas técnicas;
III - reuniões com gestores públicos para discussão dos achados de fiscalização;
IV - audiências públicas;
V - estudos técnicos ou levantamentos específicos;
VI - elaboração de relatórios preliminares e finais;
VII - expedição de recomendações;
VIII - solicitação de Plano de Ação ao Poder Executivo;
IX - acompanhamento da implementação das recomendações;
X - encaminhamento de achados aos órgãos competentes, quando cabível;
XI - outros procedimentos previstos na Resolução nº 22/2026.

6 - DIRETRIZES UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO DO PLANO

Na definição das atividades fiscalizatórias foram considerados:
☐ demandas apresentadas pelos vereadores;
☐ demandas das Comissões Permanentes;
☐ manifestações da Ouvidoria Legislativa e do SIC;
☐ contribuições da sociedade civil;
☐ resultados de fiscalizações anteriores;
☐ indicadores e informações disponibilizados pelos órgãos de controle, especialmente o ProGov/TCE-PR.

Justificativa quanto aos elementos não considerados na elaboração do Plano:
_____

7 - PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

Neste capítulo são apresentadas as atividades de fiscalização previstas para o exercício. Serão indicados seu objeto, os responsáveis pela execução, o período estimado de realização, a metodologia a ser empregada, os objetivos da fiscalização, os principais indicadores a serem avaliados, os resultados esperados e outras informações consideradas relevantes para o adequado planejamento dos trabalhos.

7.1. Educação

Objeto da Fiscalização:
_____

Comissão Permanente ou Equipe de Fiscalização Responsável:
_____

Período Previsto para Execução:
_____

Metodologia:
_____

Principais indicadores ou aspectos a avaliar:
_____

Resultados esperados:
_____
Observações:
_____

******A estrutura deste tópico deverá ser reproduzida para cada atividade de fiscalização prevista na área de **Educação**.

7.2. Saúde

Objeto da Fiscalização:
_____

Comissão Permanente ou Equipe de Fiscalização Responsável:
_____

Período Previsto para Execução:
_____

Metodologia:
_____

Principais indicadores ou aspectos a avaliar:
_____

Resultados esperados:
_____

Observações:
_____

******A estrutura deste tópico deverá ser reproduzida para cada atividade de fiscalização prevista na área de **Saúde**.

7.3. Assistência Social

Objeto da Fiscalização:
_____

Comissão Permanente ou Equipe de Fiscalização Responsável:
_____

Período Previsto para Execução:
_____

Metodologia:
_____

Principais indicadores ou aspectos a avaliar:
_____

Resultados esperados:
_____

Observações:
_____

******A estrutura deste tópico deverá ser reproduzida para cada atividade de fiscalização prevista na área de **Assistência Social**.

7.4. Meio Ambiente

Objeto da Fiscalização:
_____
Comissão Permanente ou Equipe de Fiscalização Responsável:
_____

Período Previsto para Execução:
_____

Metodologia:
_____

Principais indicadores ou aspectos a avaliar:
_____

Resultados esperados:
_____

Observações:
_____

******A estrutura deste tópico deverá ser reproduzida para cada atividade de fiscalização prevista na área de **Meio Ambiente**.

7.5. Administração Financeira

Objeto da Fiscalização:
_____

Comissão Permanente ou Equipe de Fiscalização Responsável:
_____

Período Previsto para Execução:
_____

Metodologia:
_____

Principais indicadores ou aspectos a avaliar:
_____

Resultados esperados:
_____

Observações:
_____

******A estrutura deste tópico deverá ser reproduzida para cada atividade de fiscalização prevista na área de **Administração Financeira**.

7.6. Aquisições e Contratações Públicas

Objeto da Fiscalização:
_____

Comissão Permanente ou Equipe de Fiscalização Responsável:
_____

Período Previsto para Execução:
_____

Metodologia:
_____

Principais indicadores ou aspectos a avaliar:
_____

Resultados esperados:
_____

Observações:
_____

******A estrutura deste tópico deverá ser reproduzida para cada atividade de fiscalização prevista na área de **Aquisições e Contratações Públicas**.

7.7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão

Objeto da Fiscalização:
_____

Comissão Permanente ou Equipe de Fiscalização Responsável:
_____

Período Previsto para Execução:
_____

Metodologia:
_____

Principais indicadores ou aspectos a avaliar:
_____

Resultados esperados:
_____

Observações:
_____

******A estrutura deste tópico deverá ser reproduzida para cada atividade de fiscalização prevista na área de **Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão**.

*** **Observação:** As áreas de fiscalização exemplificadas neste Plano não impedem a inclusão de outras atividades fiscalizatórias, devendo, nesses casos, ser adotada a mesma estrutura de planejamento prevista neste capítulo.

8 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

O cronograma abaixo estabelece a previsão para execução das atividades de fiscalização constantes deste Plano, indicando os responsáveis por sua condução e os respectivos períodos estimados de realização.

	Área	Atividade de Fiscalização	Comissão Permanente ou Equipe Responsável	Início Previsto	Conclusão Prevista
01	Educação				

9 - RESPONSABILIDADES PELA EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A execução das atividades previstas neste Plano observará a distribuição de competências estabelecida na Resolução nº ___/2026, competindo, conforme o caso:
I – às Comissões Permanentes: promover a execução das atividades de fiscalização sob sua responsabilidade, coordenar os trabalhos, acompanhar seu desenvolvimento e elaborar os respectivos relatórios de fiscalização;
II – às equipes de fiscalização especialmente constituídas: quando designadas, executar as atividades para as quais forem instituídas, observadas as atribuições definidas no respectivo ato de designação;
III – à Unidade de Apoio Legislativo: prestar apoio técnico e administrativo às atividades de fiscalização, quando solicitado, bem como auxiliar na organização dos procedimentos e documentos relacionados ao Plano;
IV – aos órgãos e entidades fiscalizados: disponibilizar os documentos e os esclarecimentos solicitados no âmbito da fiscalização; participar da discussão dos achados de fiscalização, apresentando manifestações, justificativas ou documentos pertinentes; apresentar plano de ação para atendimento das recomendações decorrentes da fiscalização; observar as demais disposições e determinações previstas na Resolução nº 22/2026.

10 – PRODUTOS ESPERADOS

As atividades previstas neste Plano Anual de Fiscalização deverão resultar, sempre que cabível, nos seguintes produtos:
I – elaboração de Relatório de Fiscalização, observado o modelo constante do Anexo I da Resolução nº __/2026;
II – realização da discussão dos achados de fiscalização com os responsáveis pela matéria fiscalizada, quando recomendada pela natureza das constatações, na forma da Resolução nº 22/2026;
III – expedição de recomendações, sugestões, determinações ou outros encaminhamentos decorrentes dos achados de fiscalização, quando cabíveis;
IV – apresentação de Plano de Ação pelo órgão, entidade ou agente responsável, quando solicitado pela Comissão Permanente ou pela equipe de fiscalização;
V – publicação dos relatórios de fiscalização, do relatório anual das atividades de fiscalização e dos demais documentos cuja divulgação seja exigida ou recomendada, no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, observadas as hipóteses legais de sigilo e de restrição de acesso à informação;
VI – acompanhamento das providências adotadas em decorrência das recomendações formuladas, quando a natureza da fiscalização assim exigir.

11. PODER LEGISLATIVO

OPoder Legislativotem um importante papel para a sociedade. Essencial para o funcionamento de qualquer regime democrático, é o Parlamento que estabelece um elo entre o povo e seus representantes

nos municípios, nos estados e no país. As informações são da Agência Câmara.

É o responsável, substancialmente, por produzir as leis (legislar) que irão orientar nossa sociedade, com o objetivo regular a vida em comum. Além disso, cabe ao Poder Legislativofiscalizar, representar o povo brasileiro e sediar os debates de interesse nacional.

De acordo com o disposto no Art. 1º, do Regimento Interno, da Câmara Municipal de Miraselva, o Poder Legislativo local é exercido pela Câmara que possui funções legislativas, de fiscalização orçamentária e de controle externo do Poder Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão de assuntos de sua economia interna.

Função Legislativa

Conforme o Art. 2º, do Regimento Interno, a**função legislativa**consiste na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, de Leis Complementares, de Leis Ordinárias, de Decretos Legislativos e de Resoluções. Outrossim, compete aos pares desta Casa de Leis a apreciação de Projetos de Lei encaminhados pelo Poder Executivo Municipal.

Incumbe à Câmara, com a sanção do prefeito (Art. 23, da Lei Orgânica do Município), legislar sobre matérias de competência do Município, em especial no que se refere à assuntos de interesse local, notadamente no que diz respeito à saúde, à assistência social e à garantia dos direitos das pessoas com deficiência; ao incentivo à indústria e ao comércio; à proteção ao meio ambiente; tributos municipais; uso e ocupação de solo; alienação de bens imóveis, entre outros.

Ressalta-se ainda que, privativamente, concerne ao Poder Legislativo, entre outros, as seguintes atribuições: fixar a remuneração do prefeito, do vice-prefeito, e dos vereadores; solicitar informações ao prefeito sobre assuntos inerentes à Administração; autorizar referendo e convocar plebiscito e conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município.

Função Fiscalizadora

De acordo com o Art. 31, da Constituição Federal, a**fiscalização**do Município é exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, bem como pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

O controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), órgão responsável pelo envio de Parecer Prévio (opinativo) pela aprovação ou reprovação das contas. Pontua-se que, caso a deliberação do plenário seja contrária ao Parecer Prévio, o Projeto de Decreto Legislativo deverá conter os motivos da discordância.

Segundo material institucional da Agência Câmara, referente à função fiscalizadora, os vereadores devem acompanhar as ações do Poder Executivo (prefeito, secretários e chefes de divisão, por exemplo), a fim de garantir o uso adequado do dinheiro público. "Exemplos desse trabalho são as análises do Plano Diretor e da atuação das comissões permanentes com o objetivo de discutir e aprovar o orçamento anual do município".

Destaque ainda para o acompanhamento da execução das ações e atos da prefeitura, tais como a execução orçamentária, contas e contratos, além da fiscalização operacional e patrimonial e o cumprimento dos objetivos institucionais nas ações de governo.

Separação de Poderes

Salienta-se que, conforme o Art. 2º, da Carta Magna, "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Em um sistema de freios e contrapesos, o princípio da separação dos poderes busca limitar as competências para garantir a democracia, impedindo que um poder se sobreponha a outro. Neste contexto, evidencia-se que, inclusive, cabe ao parlamento sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa.

Composição

O Poder Legislativo de Miraselva é composto por nove vereadores, eleitos por sufrágio universal e direto, mediante o sistema proporcional, para o exercício de mandato com duração de quatro anos. Entre os parlamentares, é eleita a Mesa Diretora, responsável pela condução dos trabalhos legislativos e administrativos da Casa, com mandato bienal.

A Mesa Diretora é composta de Presidente, Vice-Presidente, 1° Secretário e 2° Secretário, sendo para a gestão atual os seguintes vereadores: _____ (Presidente), _____ (Vice-Presidente), _____ (1º Secretário) e _____ (2° Secretário).

12. APROVAÇÃO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

O Plano Anual de Fiscalização foi aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal de Miraselva durante a ___ª Sessão do Período Legislativo _____, realizada no dia ___ de _____ de 202__, por meio do Projeto de Resolução nº __/202__, posteriormente convertido na Resolução nº __/202__, promulgada em ___ de _____ de 202__.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

O Plano Anual de Fiscalização orientará a execução das atividades fiscalizatórias da Câmara Municipal de Miraselva durante o exercício de referência, servindo como instrumento de planejamento, organização e acompanhamento das ações previstas, sem prejuízo das adequações que se mostrarem necessárias ao atendimento do interesse público e das prioridades institucionais.

Aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal de Miraselva, o presente documento será subscrito pelos membros da Mesa Diretora para fins de formalização, registro e publicação.

Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, ___ de _____ de 202__.

_____
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente – Câmara Municipal de Miraselva

_____
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Vice-Presidente – Câmara Municipal de Miraselva

_____
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
1º Secretário – Câmara Municipal de Miraselva

_____
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
2º Secretário – Câmara Municipal de Miraselva

****Observação**
Este modelo constitui referência para a elaboração do Plano Anual de Fiscalização, podendo ser adaptado às peculiaridades de cada exercício, observado o disposto nas Resoluções nº 22/2026 e nº ___/2026.

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:FFE23EA9

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 24/2026

SÚMULA: Altera o art. 85 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miraselva, para compatibilizá-lo com a reestruturação do procedimento de

julgamento das contas do Prefeito e prever a participação das demais Comissões Permanentes na instrução do processo.

A Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, aprovou e eu, Valdair Aparecido Palla, Presidente desta Casa Legislativa, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O art. 85 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 85**. Serão distribuídos à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual e o processo referentes às contas do Município, este acompanhado do respectivo parecer prévio exarado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), para análise, instrução, realização de diligências, emissão dos respectivos pareceres e elaboração do projeto de decreto legislativo, na forma estabelecida na Seção I – Do Julgamento das Contas; do Capítulo II – Dos Procedimentos de Controle; do Título VII - Da Elaboração Legislativa Especial e dos Procedimentos de Controle; deste Regimento Interno.

§ 1º. Na análise e instrução do processo de julgamento das contas do Prefeito, a Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas poderá solicitar a participação das demais Comissões Permanentes quando a matéria examinada envolver aspectos relacionados às respectivas áreas de competência.

§ 2º. A participação dos órgãos colegiados referidos no § 1º poderá ocorrer mediante a emissão de manifestações técnico-opinativas, a realização de reuniões conjuntas ou outras formas de colaboração compatíveis com suas atribuições regimentais, destinando-se a subsidiar a análise, a instrução do processo e a elaboração dos pareceres pela Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas.

§ 3º. As manifestações e contribuições das demais Comissões Permanentes deverão permanecer circunscritas às respectivas áreas de competência e serão juntadas aos autos do processo de julgamento das contas para conhecimento e consideração da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, 13 de outubro de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente

LUIZ CARLOS MAETIASI
1° Secretário

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:ECF03507

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 125/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 47/2025

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 125/2025
Pregão Eletrônico n.º 47/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de oficinas de música e dança; em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 01 (um) ano, conforme especificações no Termo de Referência.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pela Senhora Maria Cristina Moraes Da Costa Pinto, Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026 – ID 304/2026
21.368.138 SAIMENTON SANTOS PEREIRA.
CNPJ n.º21.368.138/0001-18.
Lote 1, 2 e 3.
Valor total de R$ 29.754,24 (vinte e nove mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).
Assinatura: Luana Ellen Genegim Nunes, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 01 (um) ano contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes do Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

Lote	Produto/ Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Música - Oficina de Violão Básico e Intermediário. Conforme Memorial Descritivo	HORA	192	R$36,99	R$7.102,08
2	Música - Oficina de Teclado Básico e Intermediário. Conforme Memorial Descritivo	HORA	192	R$56,99	R$ 10.942,08
3	Música - Oficina de Flauta Doce. Conforme Memorial Descritivo	HORA	192	R$60,99	R$ 11.710,08

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:433E7A0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2024 – ID Nº 183/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2024 – ID Nº 183/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA VIAÇÃO CIDADE IVAIPORÃ

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa
jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10- Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, a Sra. **MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO,** brasileira, portadora do CPF/MF n° 063.XXX.XXX-50, com domicílio profissional neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.
CONTRATADA VIAÇÃO CIDADE IVAIPORÃ, pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.274.593/0001-84, estabelecida na Rua Casemiro de Abreu, nº 95, Vila Nova Porã, Cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná, CEP: 86.870-000, neste ato representada pela Sra. **LUCIANA FRAGA MATIAS,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 009.XXX.XXX-90, portador do RG nº 9.XXX.XXX-2.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA VIAÇÃO CIDADE IVAIPORÃ**, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, no Contrato Administrativo nº 062/2024 – ID nº 183/2024, cujo objeto é a "*contratação de empresa especializada, visando a prestação de serviços de transporte público coletivo, em que estão inclusos veículos, motorista, combustível e demais insumos, manutenções, seguros e similares, em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo*" oriundo do Pregão Eletrônico nº 22/2024, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

As partes de comum acordo procedemà prorrogaçãodo PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO do Contrato Administrativo nº 062/2024IDnº 183/2024, pelo período de até 12 (doze) meses, iniciando-se o prazode vigência em 21/11/2026 e encerrando-se em 21/11/2027e o prazo de execução iniciando-se em **21/10/2026 e encerrando-se em 21/10/2027**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da **prorrogação do** Contrato Administrativo nº 062/2024 – ID nº 183/2024 e da aplicação do reajuste de preços previsto neste Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Manutenção da Divisão de Urbanismo
421 10.001.15.451.2185.2.250.3.3.90.39.00.00 fonte 1000 outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DO VALOR CONTRATUAL
Em decorrência da aplicação do reajuste de preços previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 062/2024 – ID nº 183/2024, o valor contratual correspondente ao período objeto da presente prorrogação passa a ser de R$ 723.598, 44(Setecentos e vinte e três mil e quinhentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos) conforme memória decálculo devidamente certificada pelo setor técnico ou financeiro competente."

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor máx. unit. (R$)	Valor máximo total (R$)
1	Serviços de transporte coletivo público [...] (conforme descrição do contrato administrativo)	mês	12 meses/ 9 .188 Km	R$ 60.299,87	R$ 723.598,44

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam Ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 062/2024 – ID 183/2024, que estejam em conformidade com o presente termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 0 9 d e o u t u b r o de 2026 .

MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO	*LUCIANA FRAGA MATIAS*
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Representante da Viação Cidade de Ivaiporã LTDA
Gestora	Contratada

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:5A34F9F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO UNIFICADO Nº 1º/2026

ÓRGÃO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA – PR (CNPJ nº 75.827.204/0001-08).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 136, inciso IV, c/c Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e vigência por mais 12 (doze) meses, a contar do término da vigência originária de cada instrumento, com a manutenção integral dos saldos quantitativos e financeiros remanescentes, bem como dos valores unitários pactuados.
INSTRUMENTOS APOSTILADOS E CREDENCIADOS:

• **Termo de Credenciamento nº 95/2025** – BRUNO DE MATOS AQUINO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ nº 55.605.632/0001-70). Saldo Remanescente: R$ 71.213,52.
• **Termo de Credenciamento nº 98/2025** – ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA (CNPJ nº 47.826.214/0001-85). Saldo Remanescente: R$ 301.547,30.
• **Termo de Credenciamento nº 99/2025** – DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA (CNPJ nº 42.435.382/0001-26). Saldo Remanescente: R$ 58.898,57.
• **Termo de Credenciamento nº 100/2025** – ADM MÉDICA GESTÃO E SAÚDE LTDA (CNPJ nº 49.303.261/0001-70). Saldo Remanescente: R$ 15.996,60.
• **Termo de Credenciamento nº 101/2025** – MARIA FERNANDA CALDEIRA (CPF nº 012.238.969-09). Saldo Remanescente: R$ 53.410,14.
• **Termo de Credenciamento nº 102/2025** – CECILIA WILCKEN KAZUMA (CPF nº 105.463.739-33). Saldo Remanescente: R$ 106.820,28.
• **Termo de Credenciamento nº 103/2025** – RODRIGUES, NUNES E CIA LTDA (CNPJ nº 12.134.214/0001-30). Saldo Remanescente: R$ 22.920,30.

JUSTIFICATIVA: Garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais de saúde médica e ambulatorial do Município e otimização dos recursos orçamentários previstos e não consumidos.
DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2026.
ASSINA: TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO – Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:2492830A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 1/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 61/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 21/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Nova América da Colina - PR (CNPJ nº 75.827.204/0001-08).
OBJETO: Prorrogação da vigência das Atas de Registro de Preços nº 87/2025, 88/2025, 89/2025 e 90/2025, referentes ao registro de preços para aquisição de material de limpeza, higiene pessoal e utensílios domésticos.
NOVA VIGÊNCIA: 23/10/2026 a 22/10/2027 (Prorrogação por 12 meses).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 84 e Art. 136, III, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Municipal nº 15/2023.
EMPRESAS BENEFICIÁRIAS E VALORES REGISTRADOS:

• **ARP 87/2025:** E A DOS SANTOS - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS (CNPJ: 45.736.454/0001-63) – R$ 202.784,71;
• **ARP 88/2025:** AGUIA DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ: 52.423.265/0001-04) – R$ 100.395,90;
• **ARP 89/2025:** KDN COMERCIO ATACADISTA LTDA (CNPJ: 39.346.590/0001-44) – R$ 86.560,00;
• **ARP 90/2025:** RPG COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA (CNPJ: 54.205.260/0001-22) – R$ 26.633,00.

VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 416.373,61.
DATA DE ASSINATURA: 13 de outubro de 2026.
ASSINA: Tania Cristina da Silva Basso – Prefeita Municipal.

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:3F7F53BC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 1/2026 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 97/2025

Credenciante: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA (CNPJ nº 75.827.204/0001-08)
Credenciada: AR SANTOS E CIA LTDA (CNPJ nº 08.434.728/0001-33)
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 97/2025, referente à prestação de serviços de locação de carrinhos e fornecimento de produtos alimentícios (algodão-doce, pipoca, churros e sorvete/picolé) com entrega gratuita aos munícipes em eventos e festividades promovidos pelo Município.
Prorrogação de Vigência: O Termo de Credenciamento fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, passando o seu termo final a vigorar até 08 de outubro de 2027.
Amparo Legal: Art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e Cláusula Segunda do Termo de Credenciamento nº 97/2025.
Data de Assinatura: 07 de outubro de 2026.
Signatária: Flávia Costa de Paula Santos – Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação.

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:23A485FE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 1/2026 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 96/2025.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO — TERMO ADITIVO
Termo Aditivo nº 1/2026 ao Termo de Credenciamento nº 96/2025.
CONTRATANTE: Município de Nova América da Colina - PR.
CONTRATADA: Clínica Ciclo Vital S/S Ltda ME.
OBJETO: Prorrogação da vigência e do prazo de execução do Termo de Credenciamento nº 96/2025, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados (consulta especializada com médico ginecologista) na Unidade Básica de Saúde Willian Francisco da Silva.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 (doze) meses, com início em 08/10/2026 e encerramento em 08/10/2027.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 120.193,92 (cento e vinte mil, cento e noventa e três reais e noventa e dois centavos), referentes a 1.008 consultas especializadas.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Despesas correntes por conta da dotação própria da Secretaria Municipal de Saúde.
Data da Assinatura 07 de outubro de 2026
Responsável Tania Cristina da Silva Basso (Prefeita Municipal)

Nova América da Colina - PR, 07 de outubro de 2026.

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:870DB8D8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO UNIFICADO Nº 01/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO UNIFICADO Nº 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 89/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 27/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA – PR (CNPJ nº 75.827.204/0001-08)

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS / DETENTORAS:

Ata nº 83/2025: E A DOS SANTOS - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS (CNPJ: 45.736.454/0001-63)

Ata nº 84/2025: HERNANDES & CIA LTDA EPP (CNPJ: 20.798.806/0001-84)

Ata nº 85/2025: PAPEL & SOLUCAO MULTI ITENS LTDA (CNPJ: 46.547.400/0001-12)

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência das Atas de Registro de Preços nº 83/2025, 84/2025 e 85/2025, relativas ao registro de preços para eventual e futura aquisição de material de expediente para atendimento das Secretarias Municipais

NOVA VIGÊNCIA: De 15/10/2026 a 14/10/2027 (prorrogação por 12 meses)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Item 3.1 das Atas de Registro de Preços e Lei Federal nº 14.133/2021

DATA DE ASSINATURA: 13 de outubro de 2026

AUTORIDADE RESPONSÁVEL: Tânia Cristina da Silva Basso – Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:3D16E61D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2026

A Câmara Municipal de Paiçandu/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto: **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de móveis planejados, destinados a atender às necessidades das dependências da Câmara Municipal de Paiçandu**, conforme especificações e dimensões estabelecidas no ETP e Termo de referência.

Visando atender o disposto no § 3º, do art. 75 da Lei 14.333/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à Câmara.

As propostas deverão ser encaminhadas no endereço eletrônico licitacao@cmpaicandu.pr.gov.br do dia **14 de outubro de 2026 até às 23h59min do dia 16 de outubro de 2026**, ou entregues mediante protocolo ao setor de Licitações **até às 17h do dia 16 de agosto de 2026 (horário de expediente).**

O Edital, modelo de proposta e este aviso podem ser visualizados no site oficial da Câmara Municipal, sendo http://cmpaicandu.pr.gov.br/ na aba Licitações a partir do dia **14 de agosto de 2026**.

Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone (44) 3127-1200.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Paiçandu-PR, será contatada para o envio de documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Paiçandu – PR, 13 de outubro de 2026.

MICHAEL BRUSTULIN
Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:3D139B0E

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026 AVISO DE RATIFICAÇÃO

Torna-se pública a **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**, para contratação da empresa Porto SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ 61.198.164/0001-60, especializada em **SEGURO DE VEÍCULOS**, para atender às necessidades da Fundação de Saúde de Paiçandu, no valor de **R$ 11.143,33 (onze mil cento e quarenta e três reais e trinta e três centavos)**, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

Paiçandu, 09 de outubro de 2026.

THIAGO ALVES CÉFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:2F613FE9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 345-2026

DECRETO N.º 345/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 130.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias
Suplementação(ões)
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS
Funcional - 15.452.1401.2010000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERV. PUBLICOS

Despesa - 272 - 339030 - 00510 - MATERIAL DE CONSUMO
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade - 03001 - DEPARTAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
Funcional - 04.122.0301.2008000 - MANUTENCAO DO GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO Despesa - 540 - 339046 - 00510 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

14.700,00

115.300,00
TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 130.000,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução(ões)
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS
Funcional - 15.452.1401.2010000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERV. PUBLICOS
Despesa - 276 - 339039 - 00510 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA **130.000,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES => 130.000,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 7 de outubro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:3B767D9F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 348-2026

DECRETO N.º 348/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 110.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias
Suplementação(ões)
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Unidade - 17009 - ENSINO INFANTIL (CRECHE)
Funcional - 12.365.0909.2422000 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL (CRECHE)

Despesa - 802 - 339046 - 00104 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

110.000,00
TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 110.000,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução(ões)
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
Funcional - 12.361.0913.2405000 - MANUT ENSINO FUNDAMENTAL - TRANSPORTE ESCOLAR
Despesa - 684 - 339039 - 00104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA **110.000,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES => 110.000,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 13 de outubro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:3ABBD907

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 337/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **MARIA CLAUDINA BAQUETA,** portador(a) do RG sob n° *.80*.7**-3 SSP/PR, inscrito(a) no CPF ***.788.***-04, ao avanço nº 7 (sete), nível 8 (oito), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 06 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:B4C4C9E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - ESTADO DO PARANÁ CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026 NOTA ESCLARECEDORA CONSOLIDADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - ESTADO DO PARANÁ CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026 NOTA ESCLARECEDORA CONSOLIDADA

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Paiçandu, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública a presente NOTA ESCLARECEDORA CONSOLIDADA aos licitantes e demais interessados na Concorrência Presencial nº 07/2026 (Processo Administrativo nº 93/2026). O presente ato tem por finalidade integrar o respectivo Edital para todos os efeitos de direito.

I – 1. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA

A sessão pública para recebimento e início da abertura dos envelopes dar-se-á no dia 16 de outubro de 2026, às 09:00 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal de Paiçandu, localizado na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, Paiçandu - PR. Não haverá prorrogação ou alteração da referida data.

II – 2. DA RETIRADA DOS INVÓLUCROS PADRONIZADOS (ENVELOPE 01)

A obtenção e retirada dos invólucros padronizados destinados à apresentação da Proposta Técnica (Envelope nº 01) deverá ser formalizada presencialmente no Departamento de Licitações ou mediante requisição pelo e-mail licitacao@paicandu.pr.gov.br, impreterivelmente até o dia 15 de outubro de 2026, às 17:00 horas.

III – 3. DO DESCONTO MÍNIMO SINAPRO/PR E CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL

Esclarece-se que prevalece de forma estrita o percentual de desconto mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento) sobre a tabela SINAPRO/PR, consoante previsão dos itens 6.4.1, II, e 8.12.1, 'd', do Edital. Eventuais referências ao percentual de 50% (cinquenta por cento) constituem inequívoco erro material, restando retificadas para fixar-se o patamar correto de 30%.

IV – 4. DA VERBA SIMULADA DE MÍDIA

O montante de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) estabelecido a título de verba simulada destina-se com exclusividade ao custeio de mídia, calculada a tabela cheia. Os eventuais custos atinentes à produção e itens de não mídia deverão ser detalhados em planilha orçamentária autônoma e apartada, restando expressamente vedada a dedução de tais despesas do montante global simulado de mídia.

V – 5. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, admitindo-se prorrogações sucessivas até o limite máximo de 5 (cinco) anos, em estrita observância ao disposto no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante demonstração de vantagem técnica e econômica para a Administração.

VI – 6. DAS PENALIDADES E LIMITES DE MULTA

Conforme disposto na Cláusula 13 da Minuta Contratual integrante do instrumento convocatório, o somatório das multas pecuniárias aplicadas decorrentes de infrações e inadimplementos contratuais terá como limite máximo o patamar de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato.

VII – 7. DA FORMATAÇÃO DO RELATO DE SOLUÇÃO

O documento relativo ao Relato de Solução deverá observar a extensão máxima improrrogável de 2 (duas) laudas. É exigida a aposição de rubrica em todas as suas folhas, devendo a conclusão do relato conter a identificação formal do responsável, mediante assinatura, indicação clara de nome, cargo e respectiva função técnica.

VIII – 8. DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

A licitante adjudicatária e vencedora do certame disporá do prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da formalização da assinatura do instrumento contratual, para prestar a garantia de execução estipulada no edital, em qualquer das modalidades previstas na legislação de regência.

IX – 9. DOS RECURSOS PRÓPRIOS DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Encontra-se franqueada e disponível aos proponentes a relação dos recursos próprios e canais de comunicação institucional mantidos pela Prefeitura Municipal (plataformas digitais, redes sociais oficiais, murais informativos e veículos de som municipais), facultando-se sua inclusão sinérgica e integrada no planejamento das propostas de comunicação.

X – 10. DA RATIFICAÇÃO E CONCLUSÃO

Ficam expressamente ratificados todos os demais termos, condições, especificações e prazos do Edital da Concorrência Presencial nº 07/2026 que não conflitem com os pontos ora consolidados. Reafirma-se a manutenção da data da sessão de abertura para o dia 16 de outubro de 2026, às 09:00 horas.

Paiçandu - PR, 26 de fevereiro de 2026.

VERONICA SIMÃO
Comissão de Contratação
Prefeitura Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Alan de Souza Miranda
Código Identificador:89189A4B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 69

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Josiani Silva Leão Barreto, brasileira, Auxiliar Administrativo – PSS, CPF ***.589.329-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 13 de abril de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 12 de outubro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 12 de abril de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 1 de outubro de 2026.

_____
Assinatura do Secretário Municipal de Serviços Públicos

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:D41B5F46

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 12/2026 – CMDM

Dispõe sobre a Prestação de Contas da Deliberação n°008/2023 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná referente ao período do ano de 2025.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM** de Paiçandu-PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.883/2019; como instância normativa, consultiva, e deliberativa da Política dos Direitos da Mulheres;

CONSIDERANDO a apresentação da prestação de contas do repasse Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher referente a Deliberação 008/2023;

CONSIDERANDO a respectiva deliberação de sua plenária, ocorrida em 07/10/2026, e registrada na ata n° 10/2026 da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paiçandu-PR;
RESOLVE:

Art. 1° Deliberar pela aprovação da prestação de contas do repasse Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher referente a Deliberação 008/2023.
Art. 2. Esta Deliberação entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Paiçandu, 08 de outubro de 2026.

TATIANE ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMDM

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:558A2FD2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 13/2026 – CMDM

Dispõe sobre a Prestação de Conta do REPASSE: Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres Del. 04/2024. Referente ao período do pagamento até dezembro de 2025

O **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM** de Paiçandu-PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.883/2019; como instância normativa, consultiva, e deliberativa da Política dos Direitos da Mulheres;

CONSIDERANDO a apresentação da prestação de contas do repasse: Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres Del. 04/2024;

CONSIDERANDO a respectiva deliberação de sua plenária, ocorrida em 07/10/2026, e registrada na ata n° 10/2026 da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paiçandu-PR;
RESOLVE:

Art. 1° Deliberar pela aprovação da prestação de contas do repasse Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres Del. 04/2024;
Art. 2. Esta Deliberação entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Paiçandu, 08 de outubro de 2026.

TATIANE ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMDM

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:640142F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 10/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 10/2026
Nº PROC. ADM. 21/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI.

PUBLICAÇÃO: 15/09/2026 10:36
INÍCIO REC. PROPOSTA: 15/09/2026 11:00
FIM REC. PROPOSTA: 29/10/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 29/10/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 147.553,4500

OBJETO DO PROCESSO

1.1 O presente instrumento visa através de REGISTRO DE PREÇOS, a aquisição de SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO (cartuchos de tinta e toners) para atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Fundação de Educação do Município de PaiçanduO critério de julgamento adotado será o menor preço por ITEM, observados as exigências, quanto às especificações do objeto.

Para demais informações contato via e-mail: compras.eucacao@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432441049 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DSvWDSbT6E5BG%2FPTCnNxgcP1FAldGXnmdYWltl_yNsmLaQNQ06t3PnNavspYJmhLEEegtCLFpAlLNFf7rKgYrCmhtMuGwKH3oCuM%2FDjaA_OY%3D

_____
VERÔNICA SIMÃO BENATTI

PAIÇANDU-PR - 13/10/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:C7931894

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 29/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: DUSOL PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.161.796/0001-13.
OBJETO: O objeto é a Contratação de empresa especializada na produção e apresentação de espetáculos de teatro audiovisual, contação de histórias, atividades literárias e oficinas, compostos por produções artísticas próprias e exclusivas da empresa DUSOL, os

espetáculos e demais atividades serão destinados ao desenvolvimento de ações socioeducativas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, contemplando atividades junto às escolas municipais e estaduais, aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, crianças, adolescentes e demais integrantes da rede de proteção social, realizada do dia 09 a 13 de outubro, promovendo atividades artísticas, culturais e socioeducativas, buscando a integração e a convivência familiar e comunitária, fortalecendo vínculos sociais e contribuindo para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente voltadas às famílias acompanhadas pelos serviços da Assistência Social, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V. UNIT.	V.TOTAL
01	Dia das Crianças - espetáculo "Perdidos no Gibi". Duração: 40 a 45 min.	UNID	02	R$ 5.900,00	R$ 11.800,00
Total:					R$ 11.800,00

VALOR: R$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: 6 (seis) meses.
Paiçandu, 08 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:F3C9CE21

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA - 29/09/2026

Ata da 35ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura. Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 (dezenove) horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, foi realizada a 35ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura, presidida pelo Vereador **Diego Fabrício Zanetti**, secretariada pelos Vereadores **Fabíola Mereles** 1ª Secretária e **Edenir José Gaio Flores** 2º Secretário, e presentes os Vereadores, **Fabiano da Conceição Catharina, Gilmar Costa, João Savi, Jovane Sebastião Ferreira, Lucas dos Santos** e **Roberto Bueno Marques**. Havendo número legal de Vereadores, o Senhor Presidente abriu a sessão e convidou todos a acompanharem a execução do Hino à Palmeira.
Discussão das Atas: O senhor Presidente informou que a ata da sessão anterior, 34ª Sessão Ordinária, foi disponibilizada previamente e submetida ao conhecimento de todos os vereadores, a ata foi colocada em discussão e não havendo nenhum questionamento, foi aprovada.
Expediente: O Senhor Presidente solicitou que o senhor 2º Secretário procedesse à leitura do expediente, o qual constou o seguinte: • Do Excelentíssimo senhor Altamir Sanson, Prefeito Municipal: - Ofício nº 590/2026, informando que o Poder Executivo comunicou veto parcial ao Projeto de Lei nº 6.844/2026, que institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia no Município de Palmeira. O veto é exclusivamente ao artigo 13, que estabelece prazo para a regulamentação da lei por decreto, sob o argumento de que a definição do momento e das condições para a regulamentação é competência própria do Poder Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes. Os demais dispositivos do projeto permanecem inalterados;
- Ofício 598/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6889/2026 que "Altera o nexo IV da Lei nº 4.132, de 17 de maio de 2016, e dá outras providências.";
- Ofício 599/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6890/2026 que "Altera dispositivo da Lei Ordinária Municipal nº 6.418, de 14 de agosto de 2026 e dá outras providências";
• Ofício 11/2026 do Excelentíssimo Senhor Arthuro Antoniassi, Presidente da OAB - Subseção de Irati, solicitando a realização conjunta de Audiência Pública para apresentação e discussão de dados atualizados sobre a estrutura dos serviços de segurança pública e de Justiça no Município e na Comarca de Palmeira. A OAB propõe a participação de representantes do Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Poder Judiciário, Poder Executivo, Câmara Municipal, OAB e demais entidades da sociedade civil, com apresentação de dados preferencialmente referentes aos anos de 2025 e 2026. Sugere a realização da audiência em 02/12/2026, às 18h, visando promover o diálogo institucional e subsidiar discussões sobre o aprimoramento dos serviços públicos e a elevação da Comarca;
• Da Escola Municipal Cívico Militar Professor Gabriel Prestes, convite para prestigiar a Solenidade de Formatura Militar e Entrega de Certificados de Honra e Mérito aos alunos da instituição, referente ao 2º trimestre, no dia 05 de outubro às 18h no Cineteatro;
• Da secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: - Ofício 24/2026 em resposta ao requerimento 66/2026 da vereadora Fabíola informando que a empresa KAPA assumiu a execução dos serviços de pavimentação da Rua Nossa Senhora do Rocio, no Bairro Rocio I, com início das obras em 24 de julho de 2026. Os serviços encontram-se em andamento, com execução de novo pavimento asfáltico;
• Da Secretaria Municipal de Saúde: - Ofício 626/2026 por meio da Assessoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, solicitando a disponibilização da data de 06 de outubro de 2026, às 18 horas, para a apresentação, perante a Câmara Municipal, do Relatório Detalhado Quadrimestral de 2026 – 2º Quadrimestre;
- Ofício 628/2026 em resposta ao requerimento 70/2026 do vereador Roberto Marques informando que a Campanha de Doação de Sangue é realizada anualmente em Palmeira, conforme agenda do Hemepar/Hemonúcleo de Ponta Grossa, responsável pela estrutura e equipe técnica. Em 2025 foram realizadas duas campanhas, em fevereiro e agosto, e em 2026 houve uma campanha em fevereiro. A Secretaria realiza a divulgação e mobilização da população e mantém articulação com o Hemepar para a realização de novas campanhas conforme disponibilidade de agenda e estrutura;
• Projeto de Lei 6888/2026 do vereador Lucas Santos, Fica concedido o Prêmio "Cidade Clima do Brasil", ao Restaurante Girassol, pelo destaque em sua área de atividade;
• Requerimento 97/2026 do vereador Irmão Fabiano, de iniciativa da Parlamentar Jovem Vitória, requer ouvido plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, solicitando informações se existe espaço destinado a construção de áreas de convivência e lazer no bairro Jardim das Araucárias;
• Requerimento 98/2026 do vereador Vane, de inciativa da Parlamentar Jovem Byanca, requer ouvido plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, solicitando informações sobre o prazo de conclusão do recapeamento asfáltico na Rua Johannes Jansen – Vila Rosa;
• Indicação 240/2026 do vereador Vane, indica à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que verifique a possibilidade de realizar vistoria e os devidos reparos nas goteiras existentes nos três ginásios de esportes do Município, especialmente no Ginásio Durval Antônio de Freitas (Central), no Ginásio Sebastião Amâncio dos Santos e no Ginasinho, localizado ao lado do Ginásio Sebastião Amâncio dos Santos;
• Indicação 241/2026 da vereadora Fabíola Mereles, indica à Secretaria Municipal de Meio Ambiente a realização de limpeza de terreno baldio localizado na Rua VII, no bairro Rocio II, bem como a instalação de placas de conscientização para coibir o descarte irregular de lixo e resíduos no local;
• Indicação 242/2026 da vereadora Fabíola Mereles, indica à Secretaria Municipal de Obras a realização de nivelamento e adequação do acesso em frente à residência do Sr. Acir Saides, na comunidade de Quero-Quero, bem como a execução de manilhamento para o adequado escoamento das águas pluviais no local;
• Indicação 243/2026 da vereadora Fabíola Mereles, indica à Secretaria Municipal de Obras a reconstrução do meio-fio na esquina das Ruas David Przybysewki e Jacob João Mayer, no bairro Rocio II, visando melhorar o direcionamento das águas pluviais e evitar a entrada de água das chuvas em residência próxima;
• Indicação 244/2026 do vereador Sargento Gaio, indica a Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura, que sejam realizadas, em caráter de urgência, patrolamento e cascalhamento, bem como providências necessárias para a manutenção da estrada localizada na região do Pugas;
• Indicação 245/2026 de autoria do vereador Lucas Santos de iniciativa da Parlamentar Jovem Stéfany, indica à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que veja da possibilidade de

disponibilizar tendas aos espectadores e alunos, nas proximidades das quadras ao ar livre, durante os Jogos Estudantis de Palmeira – JEPAL;
• Indicação 246/2026 de autoria do vereador Lucas Santos de iniciativa da Parlamentar Jovem Stéfany, indica à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que veja da possibilidade de ofertar aulas gratuitas de ginástica à população, ao menos uma vez por semana, em praças ou outros espaços públicos do Município;
• Indicação 247/2026 do vereador Sargento Gaio, de iniciativa da Parlamentar Jovem Nicolli, indica à Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, que veja da possibilidade de realizar a implantação de uma linha do tempo contando a história do Município, na calçada da Praça Marechal Floriano Peixoto;
• Indicação 248/2026 do vereador Sargento Gaio, de iniciativa da Parlamentar Jovem Nicolli, indica à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que sejam realizados estudos para a implantação de recipientes educativos contendo materiais com diferentes tempos de decomposição, acompanhados da indicação do período necessário para sua decomposição;
• Indicação 249/2026 do vereador Roberto Marques, de iniciativa da Parlamentar Jovem Amanda, indica à Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação que veja da possibilidade de criar o Concurso Municipal "Minha Cidade em uma Foto";
• Indicação 250/2026 do vereador Roberto Marques, de iniciativa da Parlamentar Jovem Amanda, indica à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, que realize a revitalização e adequação do Parque Infantil localizado na comunidade de Vilinha;
• Indicação 251/2026 do vereador João Savi, de iniciativa da Parlamentar Jovem Emilly, indica à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que realize a manutenção e substituição dos brinquedos do parque infantil e academia ao ar livre do bairro Rocio II;
• Indicação 252/2026 do vereador João Savi, de iniciativa da Parlamentar Jovem Emilly, indica à Secretária Municipal de Meio Ambiente, que veja da possibilidade de ser instalado totem que apresente clima em pontos estratégicos de nossa cidade;
• Indicação 253/2026 do vereador João Savi, de iniciativa da Parlamentar Jovem Emilly, indica à Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, que sejam realizados estudos para verificar a possibilidade de realizar a criação de um espaço com acervo cultural destinado ao uso da população;
• Indicação 254/2026 do vereador João Savi, de iniciativa da Parlamentar Jovem Emilly, indica à Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura, que veja da possibilidade de ser feita a instalação de redutores de velocidade - travessias elevadas, na Avenida Sete de Abril, em frente ao Colégio Estadual Cívico Militar São Judas Tadeu e a Escola Municipal Eurides Teixeira de Oliveira;
• Indicação 255/2026 do vereador Vane, de iniciativa da Parlamentar Jovem Byanca, indica à Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, que veja da possibilidade de realizar a criação de um Projeto Municipal de Comunicação Jovem;
• Indicação 256/2026 do vereador Gilmar Costa, de iniciativa do Parlamentar Jovem André, indica à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, que veja da possibilidade de realizar a instalação de painéis solares fotovoltaicos em imóveis públicos do município;
• Indicação 257/2026 do vereador João Savi, de iniciativa da Parlamentar Jovem Emilly, indica à Secretária Municipal de Turismo, que veja da possibilidade de realizar a instalação de mapa que mostre a localização dos pontos turísticos de Palmeira;
• Indicação 258/2026 do vereador João Savi, de iniciativa da Parlamentar Jovem Emilly, indica à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, que realize o recapeamento asfáltico na Rua José Adriano de Freitas, próximo a igreja Nossa Senhora do Rocio;
• Indicação 259/2026 do vereador Diego Zanetti, indica à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura que sejam adotadas, com urgência, as providências necessárias para a realização de desassoreamento e alargamento do leito do rio nas proximidades da Ponte do Caniú, na comunidade de Papagaios Novos, neste Município;
• Da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação: - Emenda Aditiva ao Projeto de Resolução nº 204/2026 com protocolo nº 689/2026 que "Altera o art. 2º, art. 3º e art. 4° do Projeto de Resolução nº 204/2026";
- Emenda Aditiva Nº 2 AO Substitutivo do Projeto de Resolução Nº 198/2026 com protocolo nº 690/2026 que "Insere no art. 1° do Projeto de Resolução n° 198/2026 (Substitutivo), as alterações no art. 65, art. 182 e art. 184 do Regimento Interno da Câmara Municipal";
- Emenda Aditiva nº 3 ao Substitutivo do Projeto de Resolução Nº 198 com protocolo nº 713/2026 que "Insere no art. 1º do Projeto de Resolução nº 198/2026 (Substitutivo), as alterações no art. 83 do Regimento Interno da Câmara Municipal";
• Requerimento de Abono de Falta protocolo nª 687/2026 do vereador Vane, requere o abono de faltas na 34ª Sessão ordinária e 5ª Sessão de Julgamento, realizada no dia 22 de setembro de 2026, em razão da impossibilidade de comparecimento, tendo em vista compromisso previamente agendado para a mesma data e horário.

Presenças e Uso da Palavra: Concluída a leitura das matérias do expediente, **foi registrada a presença de todos os senhores vereadores.** Não houve vereadores inscritos para fazer uso da palavra.

Ordem do Dia: Seguindo para a Ordem do Dia, **presentes todos os senhores vereadores**, em discussão e votação única o **Requerimento de Abono de Falta em Sessão** com protocolo nº 687/2026 foi aprovado por todos em votação nominal. A **Emenda Aditiva ao Projeto de Resolução 204/2026** protocolada com nº 689/2026 foi aprovada por todos. As **Indicações 235 a 239/2026** em discussão e votação única e em bloco foram aprovadas por todos. Em 2ª discussão e votação os **Projetos de Lei 6852/2026 Substitutivo, 6854, 6864, 6865, 6866** e **6870/2026** e o **Projeto de Resolução 203/2026** foram aprovados por todos, sendo o 6852/2026 Substitutivo, 6854 e 6870/2026 em votação nominal.

Em 1ª discussão foram os **Projetos de Lei 6867, 6868, 6872, 6873, 6874, 6875/2026** e o **Projeto de Lei Complementar 52/2025 Substitutivo.**

Encaminhamentos: Finalizada a discussão e votação das matérias da ordem do dia, o senhor Presidente encaminhou para a **Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação** os **Projetos de Lei 6888 ao 6890/2026** e o **Ofício nº 590/2026** do Poder Executivo, comunicando **Veto Parcial** ao **Projeto de Lei 6844/2026**; para a **Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização** os **Projetos de Lei 6876 ao 6887/2026**, os **Projetos de Resolução 204** ao **2026/2026** e as **Emendas** protocoladas com os nº 690 e 713/2026; para a **Comissão de Educação, Cultura, Bem-Estar Social e Meio Ambiente** e **Comissão de Urbanismo e Obras Públicas** os **Projetos de Resolução 204** ao **2026/2026** e as **Emendas** protocoladas com os nº 690 e 713/2026 para análise e emissão de pareceres. Encaminhou ainda para a **Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação** o **Projeto de Lei 6854/2026** para redação Final.

Explicação Pessoal: não houve vereadores inscritos em explicação pessoal.

Não havendo mais nada para ser tratado, o senhor Presidente lembrou aos senhores vereadores que a próxima sessão ordinária seria no dia 06 (seis) de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 horas, constando na ordem do dia a discussão e votação única dos **Requerimentos 97 e 98/2026,** das **Indicações 240 a 259/2026 e 2ª discussão e votação dos Projetos de Lei 6867, 6868, 6872, 6873, 6874, 6875/2026** e do **Projeto de Lei Complementar 52/2025 Substitutivo**, agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelo senhor Presidente e senhora 1ª Secretária.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:D2C46278

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA 6ª SESSÃO DE JULGAMENTO - 29/09/2026

Ata da 6ª sessão de julgamento da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura. Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 18 (dezoito) horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, foi realizada a 6ª sessão de julgamento da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura, convocada para apreciação, em segunda discussão e votação do **Projeto de Decreto Legislativo 727/2026**, presidida pelo Vereador **Diego Fabrício Zanetti**, secretariada pelos Vereadores **Fabíola Mereles** 1ª Secretária, e **Edenir José Gaio Flores** 2º Secretário, e presentes os Vereadores **Fabiano da Conceição Catharina, Gilmar Costa, João Savi, Jovane Sebastião Ferreira, Lucas dos Santos e Roberto Bueno**

Marques. Havendo número legal de Vereadores, o Senhor Presidente abriu a sessão e cumprimentando os demais vereadores, o público presente e aqueles que acompanham os trabalhos pelos meios de comunicação, declarando aberta a sessão destinada à segunda discussão e votação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 727/2026**, que "Reconhece a inexistência dos pressupostos necessários à incidência da causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea "g", da LC nº 64/1990, em relação às contas tratadas no Processo nº 107291/13 do TCE/PR.".
Discussão das Atas: O senhor Presidente informou que a ata da sessão anterior, 5ª Sessão de Julgamento, foi disponibilizada previamente e submetida ao conhecimento de todos os vereadores, a ata foi colocada em discussão e não havendo nenhum questionamento, foi aprovada.
Expediente: O senhor presidente convidou o Vereador **Sargento Gaio**, 2º Secretário, para proceder à leitura do expediente. Não houve expediente para a sessão.
Presenças e uso da Palavra: Foi registrada a presença de todos os senhores vereadores e não houve vereadores inscritos para fazer uso da palavra.
O senhor presidente informou que o gestor das contas, senhor Altamir Sanson, foi oficiado que conforme o disposto no artigo 83 do regimento interno da Câmara Municipal, o mesmo teria o direito ao uso da palavra para defesa oral, porém o mesmo não se utilizou dessa prerrogativa.
Ordem do Dia: Seguiu-se à ordem do dia, presentes todos os senhores vereadores, em segunda discussão e votação **o Projeto de Decreto Legislativo 727/2026** foi aprovado por todos em votação nominal.
Finalizada a discussão e votação das matérias da ordem do dia não houve vereadores inscritos em explicação pessoal. Não havendo mais nada para ser tratado, o senhor Presidente agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelos senhores Presidente e 1ª Secretária.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:E558C315

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS ATUALIZADOS SOBRE OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA EM PALMEIRA

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, por meio de seu Presidente, Diego Zanetti, convida toda a população palmeirense para participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 2 de dezembro de 2026, em atendimento ao solicitado no Ofício nº 11/2026 da OAB – Subseção de Irati.

A audiência será conjunta com a OAB - Subseção de Irati, para apresentação e discussão de dados atualizados sobre a estrutura dos serviços de segurança pública e de Justiça no Município e na Comarca de Palmeira.

Data: 2 de dezembro de 2026
Local: Câmara Municipal de Palmeira
Endereço: Rua Coronel Vida, nº 211, Centro, Palmeira/PR
Horário: 18 horas

A participação da população é fundamental, visando promover o diálogo institucional e subsidiar discussões sobre o aprimoramento dos serviços públicos e a elevação da Comarca;

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná em 13 de outubro de 2026.

DIEGO ZANETTI
Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, PR.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:8250A903

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1529/2026 - CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA ANNA CAROLINA AMORIM DA COSTA TOPANOTTI

PORTARIA Nº 1529/2026

Ementa: Concede férias à servidora Anna Carolina Amorim da Costa Topanotti

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o processo nº 11918/2026,

RESOLVE

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora Anna Carolina Amorim da Costa Topanotti, matrícula nº 20, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Jurídica da Câmara Municipal, no período de 10/11/2026 a 24/11/2026.

Art. 2º Esta portaria tem vigência a partir da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:843C488C

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1530/2026 - CONCEDE E CONVERTE FÉRIAS AO SERVIDOR JOÃO ERALDO MARTINS PADILHA

PORTARIA Nº 1530/2026

Ementa: Concede e converte férias ao servidor João Eraldo Martins Padilha

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o processo nº 11283/2026,

RESOLVE

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor João Eraldo Martins Padilha, matrícula nº 67, ocupante do cargo efetivo de Contador e atualmente ocupante do cargo em comissão de Diretor Financeiro da Câmara Municipal, no período de 06/11/2026 a 15/11/2026.

Art. 2º Converter 2/3 do período de férias (20 dias) em pecúnia, nos termos do art. 103 da Lei Municipal nº 1.700/1994, conforme requerimento do servidor e interesse deste Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º Esta portaria tem vigência a partir da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:C6D7932D

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1531/2026 - DESIGNA SERVIDORA SUBSTITUTA PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR FINANCEIRO

PORTARIA Nº 1531/2026

Ementa: Designa servidora substituta para ocupar o cargo de Diretor Financeiro

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base nos artigos 40 a 45 da Lei Municipal nº 1.700/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores)

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Elielma Ferreira dos Santos, matrícula nº 126, para substituir o servidor João Eraldo Martins Padilha, matrícula nº 67, no cargo de Diretor Financeiro, no período de 06/11/2026 a 15/11/2026.

Parágrafo único. A substituição de que trata o *caput* deste artigo decorre das férias regulamentares do substituído, e perdurará até que esse retorne as suas atividades normais.

Art. 2º A substituta perceberá o valor da diferença entre o vencimento do seu cargo e do que substituirá, conforme prevê o art. 42 da Lei Municipal n.º 1.700/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores).

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:F6FEC5D6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N°.97.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 26/10/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de insumos para estomias e acessórios para proteção da pele II.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

13 de outubro de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:89FF8AA9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N°.98.2026

O Município de Palmeira torna público que às **10:00 do dia 26/10/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de Curativos Especiais II.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

13 de outubro de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:379CD88E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº. 01/2026 – UNINTER EDUCACIONAL S/A

A Autoridade Competente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Credenciamento de Instituições de Ensino para celebração de parceria com a Prefeitura Municipal de Palmeira, visando à realização de estágios obrigatórios não remunerados, em nome de **UNINTER EDUCACIONAL S/A,** inscrita no CNPJ nº. 02.261.854/0001-57, através do processo administrativo n°. 10644/2026.

Publique-se.

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

CARLA BEATRIZ TURMINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:86848B28

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 05/2026 CASA DE REPOUSO REPOUSARE LTDA PROCESSO DIGITAL Nº 10720/2026

CREDENCIAMENTO Nº. 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 172/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 13204/2026

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 05/2026, cujo objeto prevê o credenciamento de instituição para contratação de vagas destinadas ao atendimento de pessoas idosas do sexo feminino, com grau de dependência II e III, conforme classificação da Resolução RDC nº 502/2021, para Instituição para prestação de Serviço de Acolhimento Institucional, em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo	Resultado

		Administrativo	
CASA DE REPOUSO REPOUSARE LTDA	**54.867.896/0001-30**	**10720/2026**	**HABILITADO**

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 03 (três) dias para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:61BF9105

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES RETIFICAÇÃO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.51.2026

O Município de Palmeira torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **redesignada a sessão pública** referente à **Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item**, para o dia **19/10/2026, às 09h00**, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**, visando à execução do seguinte objeto:

OBJETO: Aquisição de console vídeo game, mesa de aero hockey e jogos de tabuleiro.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

13/10/2026.

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:9B60D191

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REPUBLICADA POR ERRO MATERIAL - PORTARIA Nº 26.669, DE 09/10/2026 - ADIANTAMENTO NATASHA SAIDES CAMARGO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 11530/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 08.002.08.245.0017.6.050.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	***CPF***	***VALOR DO ADIANTAMENTO***
Natasha Saides Camargo	*118.xxx.xxx-45*	*R$ 100,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6BE2793B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DE MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR

A Comissão Especial Eleitoral, constituída nos termos da Resolução nº 08/2026 e suas alterações, responsável pela condução do Processo de Escolha de membro suplente do Conselho Tutelar do Município de Palmeira, torna público o resultado da final do processo de escolha de membro suplente do Conselho Tutelar.
Após a realização da votação e a apuração dos votos, foi obtido o seguinte resultado:

Nº	CANDIDATOS	Nº DE VOTOS	COLOCAÇÃO
01	Tatiane Cordeiro	04 VOTOS	1º SUPLENTE
02	Jean Carlos da Silva	03 VOTOS	2º SUPLENTE

Diante do resultado da votação, fica Tatiane Cordeiro como a candidata mais votada, com 04 (quatro) votos, e Jean Carlos da Silva com 03 (três) votos, observadas as disposições previstas no edital e na legislação aplicável.

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

FRANCIELLE SOVINSKI
Secretária Executiva do CMDCA

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:E1157794

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DECRETO Nº 19.633 DE 13/10/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$20.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.460/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação a ser criada

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
11.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal do Esporte
11.002.27.812.0026.6.129. Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Esporte
687 – 3.3.90.30.00.00 569 MATERIAL DE CONSUMO R$20.000,00

Total Suplementação: R$20.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
11.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal do Esporte
11.002.27.812.0026.6.129. Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Esporte
659 - 3.3.90.39.00.00 569 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$20.000,00

Total Redução: R$20.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:FFAA8E7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.460 DE 13/10/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$20.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação a ser criada

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
11.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal do Esporte
11.002.27.812.0026.6.129. Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Esporte
687 – 3.3.90.30.00.00 569 MATERIAL DE CONSUMO R$20.000,00

Total Suplementação: R$20.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
11.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal do Esporte
11.002.27.812.0026.6.129. Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Esporte
659 - 3.3.90.39.00.00 569 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$20.000,00

Total Redução: R$20.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:D7474C7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026

Palmeira, 13 de outubro de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 15 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelos imediatos classificados, conforme processo nº. 3732/2026.

Auxiliar de Cuidador De Acolhimento Institucional:

KARINA GREMSKI

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:CDDA279E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA EDUCADOR SOCIAL II PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026

Palmeira, 13 de outubro de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 15 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Educador Social II, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 3723/2026.

Educador Social II:

ESTEISER DOS SANTOS IACHINSKI DE FRANCA;
DANIELE WROBEL SILVA

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:2F903459

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA ENGENHEIRO AMBIENTAL CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2023

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 15 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para assumir o cargo de Engenheiro Ambiental, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na

sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 3958/2026

Engenheiro Ambiental:

CLEVERSON LUIZ DIAS MAYER

Atenciosamente,

JOSLEI SEQUINELI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:D7377C16

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA PSICÓLOGO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2026

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 15 de outubro de 2026, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Psicólogo, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 7829/2026.

PSICÓLOGO:

DIEGO APARECIDO DE GASPERI ALVES;
JOYCE MOSSMANN OLIVEIRA;
ESTEFÂNIA CORREA BORELA

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:21A5541B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2026

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 15 de outubro de 2026, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Técnico em Enfermagem, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 7830/2026.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

VALDECI BRITO;
AMAURI CESARIO DE SOUZA

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:0211B8D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2026

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 15 de outubro de 2026, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Técnico em Enfermagem, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 8676/2026.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

FRANCINE HAAS

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:BB92D17D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 – ASSISTÊNCIA SOCIAL - EDUCADOR SOCIAL II

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 001/2026 – Assistência Social, de 04 de março de 2026, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou,** resultando em sua **eliminação da lista geral de classificados**, conforme previsto no item 7.9 do edital acima indicado.

Nome completo: **DALCELIZ DOS SANTOS**
Inscrição: 275
Emprego público: EDUCADOR SOCIAL II

JOCELI GOMES CUNHA
Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:FB736C80

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 – ASSISTÊNCIA SOCIAL - EDUCADOR SOCIAL II

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 001/2026 – Assistência Social, de 04 de março de 2026, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou,** resultando em sua **eliminação da lista geral de classificados**, conforme previsto no item 7.9 do edital acima indicado.

Nome completo: **PATRÍCIA DE FÁTIMA PEREIRA DE LIMA**
Inscrição: 318
Emprego público: EDUCADOR SOCIAL II

JOCELI GOMES CUNHA
Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8FBDEA06

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - PSICÓLOGO

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: RAYSSA CRISTINA MODESTO DA ROCHA
Inscrição: 64
Emprego público: PSICÓLOGO

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:D4FDCDF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - PSICÓLOGO

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: GILMARA DOS SANTOS MARTINS
Inscrição: 43
Emprego público: PSICÓLOGO

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8800B143

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - PSICÓLOGO

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: LUCIANA MANUEL DOS SANTOS
Inscrição: 48
Emprego público: PSICÓLOGO

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:EA3C8F26

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: ELISANGELA DE FÁTIMA GARCIA FERREIRA
Inscrição: 1304
Emprego público: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:1412620E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: INGRID CAROLINE COCHINSKI SANSON
Inscrição: 1336
Emprego público: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8D158B63

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: ANA MARIA DE LIMA ALVES DE GOES
Inscrição: 1323
Emprego público: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:B3CEFEDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026 - AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 001/2026 – Assistência Social, de 04 de março de 2026, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou,**

resultando em sua **eliminação da lista geral de classificados**, conforme previsto no item 7.9 do edital acima indicado.

Nome completo: **TAISE VOINARSKI**
Inscrição: 159
Emprego público: AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

JOCELI GOMES CUNHA
Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:3302D8C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - CONCURSO PÚBLICO 01/2023 - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Concurso Público nº 01/2023, homologado no Decreto nº 16.712 publicado em diário oficial no dia 29/12/2023, realizado pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na data de 13 de outubro de 2026, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunhas que adiante também assinam.

Nome completo: **LIANA DO ROCIO BASTOS DE MORAIS**
Inscrição: 222363
Emprego público: ENGENHEIRO AMBIENTAL

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8B35B839

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 065/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 065/2026

SÚMULA: Concede Diária (s) ao Vereador da Câmara Municipal e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais nº 1.110/2018 e nº 1.322/2025, resolve CONCEDER diária ao Vereador desta Casa de Leis, conforme especificado abaixo:

Nome do Vereador: MOACIR PEREIRA
Data início: 13/10/2026
Data fim: 14/10/2026
Nº de Diárias:
01 (UMA) DIÁRIA COM PERNOITE DENTRO DO ESTADO VALOR UNIT. R$ 700,00 (setecentos reais).
01 (UMA) DIÁRIA SEM PERNOITE DENTRO DO ESTADO VALOR UNIT. R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais).
Município de destino/UF: CURITIBA/PR
Código do IBGE do Município destino: 4106902
Tipo objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
Objetivo da viagem: Cumprir agenda no gabinete da Deputada Estadual Cristina Silvestri, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Meio de Transporte: Veículo Oficial do Legislativo.

Palmital, 13 de Outubro de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:3F082AF9

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 066/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 066/2026

SÚMULA: Concede Diária (s) à Servidor da Câmara Municipal e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais nº 1.110/2018 e nº 1.322/2025, resolve CONCEDER diária à Servidor desta Casa de Leis, conforme especificado abaixo:

Nome do Servidor: FERNANDO CARNEIRO
Data início: 13/10/2026
Data fim: 14/10/2026
Nº de Diárias:
01 (UMA) DIÁRIA COM PERNOITE DENTRO DO ESTADO VALOR UNIT. R$ 600,00 (seiscentos reais).
01 (UMA) DIÁRIA SEM PERNOITE DENTRO DO ESTADO VALOR UNIT. R$ 270,00 (duzentos e setenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).
Município de destino/UF: CURITIBA/PR
Código do IBGE do Município destino: 4106902
Tipo objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
Objetivo da viagem: Realizar o transporte do vereador Moacir Pereira, Cumprir agenda no gabinete da Deputada Estadual Cristina Silvestri, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Meio de Transporte: Veículo Oficial do Legislativo.

Palmital, 13 de outubro de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:F73D8A72

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA Nº 22, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 22, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Férias a Servidora Pública e dá outras providências.

a Presidente da Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, parágrafo único, inciso XIX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital, resolve:

Art. 1º Conceder 5 (cinco) dias de férias à servidora pública INDIANARA DE ANDRADE, referente ao período aquisitivo de 14 de dezembro de 2024 a 14 de dezembro de 2025, para serem usufruídas no período de **19 à 23 de outubro de 2026**, conforme requerimento da servidora e de acordo com os artigos 78 a 81 da Lei Municipal 14/91 – Estatuto do Funcionário Público de Palmital.

Art. 2º Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no próximo dia útil subsequente (**26 de outubro de 2026)**.

Art. 3º Revogadas às disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:88B95083

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DE DISPENSA ELETRONICA 36/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 36/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 106/2026

OBSERVAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE KIT LANCHES, PELO PERÍODO ESTIMADO DE 03 (TRÊS) MESES, DESTINADOS AOS PACIENTES E RESPECTIVOS ACOMPANHANTES USUÁRIOS DO TFD (TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO) EM DESLOCAMENTO PARA CAMPO LARGO E CURITIBA/PR EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITAL/PR.**
DATA DE ABERTURA: 20/10/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote Global.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 13 de outubro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:D419B80A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RESOLUÇÃO 07/2026 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS

Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação referentes ao repasse do Piso Único de Assistência Social – PAS, para o exercício de 2027, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Palmital/PR**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.279/2024, pela Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pelas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e demais disposições legais vigentes;
Considerando a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre a execução da Política Municipal de Assistência Social;
Considerando a importância do cofinanciamento da Política de Assistência Social para o fortalecimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados no município;
Considerando o repasse de recursos financeiros referente ao **Piso Único de Assistência Social – PAS**, destinado ao exercício de 2027, no valor de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)**;
Considerando a necessidade de formalização da adesão do Município ao referido repasse, bem como de aprovação do respectivo Plano de Ação, observadas as normativas e orientações do órgão gestor competente;
Considerando a análise e deliberação favorável do colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião realizada em 13de outubro 2026, conforme Ata nº 04/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão referente ao repasse do Piso Único de Assistência Social – PAS, destinado ao Município de Palmital/PR, para o exercício de 2027,
Art. 2º Aprovar o Plano de Ação referente ao repasse do Piso Único de Assistência Social – PAS, no valor de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)**, para o exercício de 2027.
Art. 3º Os recursos deverão ser executados em conformidade com o Plano de Ação aprovado, observadas as finalidades estabelecidas para o repasse, as normativas aplicáveis à Política de Assistência Social e a legislação vigente.
Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, no âmbito de suas atribuições legais, bem como apreciar as informações relativas à execução do Plano de Ação.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

CLÁUDIA GABRIELA TOMEN MÜLLER
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Viviane Aurélio Dutra Franco
Código Identificador:2F6FF779

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RESOLUÇÃO 08/2026- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS

SÚMULA: Aprova o Termo de Aceite e a adesão do Município de Palmital/PR ao cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – 2026.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 1.279/2024 e demais normativas aplicáveis ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e prevê o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências;
CONSIDERANDO a importância da oferta de proteção socioassistencial às famílias e aos indivíduos atingidos por situações de calamidade pública e emergência, visando à garantia de acolhida, sobrevivência, segurança e acesso aos direitos socioassistenciais;
CONSIDERANDO a necessidade de formalização do Termo de Aceite para adesão dos entes municipais ao cofinanciamento federal

destinado à oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – 2026;
CONSIDERANDO a apreciação da matéria pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Palmital/PR, em reunião realizada em 13 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite e a adesão do Município de Palmital/PR ao cofinanciamento federal destinado à oferta do **Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – 2026**, observadas as normativas e orientações técnicas vigentes.
Art. 2º A adesão de que trata esta Resolução tem por finalidade viabilizar a organização e a oferta de atendimento socioassistencial às famílias e aos indivíduos atingidos por situações de calamidade pública e emergência, assegurando proteção social, acolhida e encaminhamentos necessários, conforme as diretrizes do SUAS.
Art. 3º O órgão gestor municipal da Política de Assistência Social deverá observar os compromissos e as responsabilidades estabelecidos no Termo de Aceite, adotando as providências necessárias à organização, à execução e ao acompanhamento do serviço, bem como à adequada aplicação dos recursos do cofinanciamento federal, quando disponibilizados.
Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar e fiscalizar, no âmbito de suas atribuições legais, a execução das ações e a aplicação dos recursos vinculados à oferta do serviço, observadas as normas do controle social do SUAS.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palmital/PR, 13 de outubro de 2026.

CLÁUDIA GABRIELA TOMEN MÜLLER
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS Palmital/PR

Publicado por:
Viviane Aurélio Dutra Franco
Código Identificador:139BFA78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 08/2026 - COMPRA DIRETA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo: nº 30.211/2026.
Dispensa de Licitação: nº 8/2026.
Contratante: Câmara Municipal de Paranaguá.
Contratada: Fundação de Apoio ao Campus de Paranavaí – Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA.
CNPJ da contratada: 05.566.804/0001-76.
Objeto: Contratação de instituição especializada para o planejamento, organização e execução de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos e à formação de cadastro de reserva da Câmara Municipal de Paranaguá, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
Fundamento legal: Art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.
Valores autorizados: R$ 162.650,00 para execução do concurso com até 5.000 inscrições homologadas, acrescidos de R$ 29,75 por inscrição homologada excedente, limitada a 1.000 inscrições excedentes, correspondendo ao valor máximo estimado da contratação de R$ 192.400,00. O pagamento das inscrições excedentes dependerá de sua efetiva ocorrência e comprovação, conforme o Termo de Referência e o contrato.
Vigência contratual prevista: 18 (dezoito) meses, contada na forma definida no instrumento contratual.
Dotação orçamentária: 3.3.90.39.48 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica/Serviços de Treinamento e Seleção.
Data da autorização: 13/10/2026.
Autoridade responsável: Adalberto Marcos de Araujo, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá.
O Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá autorizou a contratação direta da instituição acima identificada, com fundamento no art. 72, inciso VIII, e no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, conforme os documentos integrantes do Processo Administrativo nº 30.211/2026.
Paranaguá, assinado digitalmente.

ADALBERTO MARCOS DE ARAUJO
Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá

Publicado por:
Rogerio Hainocz da Veiga
Código Identificador:C90005FC

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2026

ORIGEM: Processo Administrativo nº 28.942/2026
MODALIDADE:DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ.
CONTRATADA: DURAMASTER COMÉRCIO DE GÁS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento, sob demanda, de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha), acondicionado em botijão P13 (13 kg), visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Paranaguá, pelo período de 12 (doze) meses
VALOR TOTAL: R$ 3.000,00 (Três mil reais)
Paranaguá, datado e assinado digitalmente.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Rogerio Hainocz da Veiga
Código Identificador:05E93698

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 8/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 30.211/2026
Dispensa de Licitação nº 8/2026
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, no exercício de suas atribuições, considerando a instrução do Processo Administrativo nº 30.211/2026, as manifestações técnicas, as justificativas da escolha da contratada e do preço, o parecer jurídico de 02 de outubro de 2026 e os documentos comprobatórios do atendimento de suas condicionantes, bem como a autorização da contratação direta, fundamentada nos arts. 72, inciso VIII, e 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021;
RESOLVE:
1. ADJUDICAR à **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA**, inscrita no **CNPJ nº 05.566.804/0001-76**, o objeto relativo ao planejamento, organização e execução de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos e à formação de cadastro de reserva da Câmara Municipal de Paranaguá, conforme o Termo de Referência consolidado e a proposta aceita, pelos seguintes valores:
Item 01: R$ 162.650,00 (cento e sessenta e dois mil seiscentos e cinquenta reais), para execução do concurso público com até 5.000 (cinco mil) inscrições homologadas.
Item 02: R$ 29,75 (vinte e nove reais e setenta e cinco centavos) por inscrição homologada excedente a 5.000 (cinco mil), limitada a 1.000 (mil) inscrições excedentes, com valor máximo estimado de R$ 29.750,00 (vinte e nove mil setecentos e cinquenta reais).
Valor máximo estimado da contratação: R$ 192.400,00 (cento e noventa e dois mil e quatrocentos reais), ficando o pagamento do Item 02 condicionado à efetiva ocorrência e comprovação das inscrições homologadas excedentes.
2. HOMOLOGAR o procedimento de contratação direta por dispensa de licitação nº 8/2026, com fundamento no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, acolhendo as razões da escolha da contratada e a justificativa de preço constantes dos autos.
3. DETERMINAR o prosseguimento das providências necessárias à formalização contratual, à publicidade dos atos e aos registros perante os órgãos competentes.
Paranaguá, assinado digitalmente.

ADALBERTO MARCOS DE ARAUJO
Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá

Publicado por:
Rogerio Hainocz da Veiga
Código Identificador:F94954B3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO N° 32 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$105.000,00 (cento e cinco mil reais)**, destinados ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.002		**SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU**	
01.002.10.302.0902.2002		**Gestão de Serviços de Saúde - SAMU**	
31 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100.000,00
37 3.1.90.49.00.00	1000	AUXILIO TRANSPORTE	5.000,00
		Total da Suplementação:	**105.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° desta Resolução, servirá como recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução:

01.002		**SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU**	
01.002.10.302.0902.2002		**Gestão de Serviços de Saúde - SAMU**	
28 3.3.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	105.0000,00
		Total da Suplementação:	**105.000,00**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito orçamentário a partir do dia 30/09/2026

PARANAGUÁ, Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS	***RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM***
Presidente Do CISLIPA	Diretor Executivo

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:AA37AC37

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 199/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

NOME DO SEGURADO: **MARCIA KEIKO TSUCHIYA SATO**

CARGO OCUPADO: **MÉDICA CLINICO GERAL**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
3.203.763-1	830.382.059-15	03741-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente Normal, Art. 40, §1º, inciso III, "a" da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 8.893,02 (Oito mil, oitocentos e noventa e três reais e dois centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
49714/2026	07/07/2026	08/10/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:	**CNPJ:**	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	76.017.458/0001-15	

PARANAGUÁ, 08 de outubro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:14CF332D

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 200/2026

PORTARIA Nº 200/2026 – PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

"RETIFICA A PORTARIA Nº 048/2024, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA A SERVIDORA MARIA LUCIA PIRES."

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 053/2006, e em atenção às determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná relativas ao **Processo nº 395447/24 (Instrução nº 11494/2026 – COAP)**,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a **Portaria nº 048/2024**, de 02 de maio de 2024, referente à concessão de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição a servidora **MARIA LUCIA PIRES**, Matrícula nº **2691-01**, ocupante do cargo de Técnico em Administração, no campo relativo ao **VALOR DO PROVENTO**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**VALOR DO PROVENTO: R$ 7.886,51** (sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos), conforme Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012."

Art. 2º Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições contidas na Portaria nº 048/2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros e operacionais a partir do corrente mês.

Paranaguá, 09 de outubro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor-Presidente

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:A1BE6725

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.221

DECRETO Nº 2.221

"Exonera Claudiane dos Santos Carvalho do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

EXONERAR,

CLAUDIANE DOS SANTOS CARVALHO, do cargo de provimento em comissão de Diretor, Símbolo DAS-2, da Secretaria Municipal de Administração.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 13 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:29115FE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.737

LEI Nº 4.737, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

"Estabelece a criação de bolsões de proteção para motocicletas nas vias providas de semáforo no Município de Paranaguá e das outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a criação de bolsões de proteção para motocicletas nas vias providas de semáforo no Município de Paranaguá.

Parágrafo único. Para o fim desta Lei, considera-se bolsão de proteção o espaço livre demarcado antes da faixa de retenção, exclusivo para que motocicletas se posicionem à frente dos demais veículos automotores enquanto aguardam a liberação do semáforo para transitar.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 13 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F343D7F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.904

PORTARIA Nº 2.904

"Concede estabilidade à servidora Jorgia Stefany Pereira dos Santos."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos incisos I a VIII do artigo 21, artigo 22 e incisos I a V do artigo 23 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), tendo em vista o contido no protocolado sob nº 35.718/2024,

CONSIDERANDO o relatório final de avaliação dos componentes da Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório,

RESOLVE:

MATRÍC.	NOME	ADMISSÃO	CARGO EFETIVO
97.977-1	JORGIA STEFANY PEREIRA DOS SANTOS	06/07/2023	ENFERMEIRO

I - Conceder estabilidade à servidora abaixo relacionada, aprovada na avaliação de desempenho, onde consta a efetiva aptidão, conforme relatório final da Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório:

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 13 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:4AB9D535

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 063/2025
CONSTRUÇÕES LM LTDA CNPJ: 31.358.436/0001-80

EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 063/2025
CONSTRUÇÕES LM LTDA
CNPJ: 31.358.436/0001-80

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSTRUÇÕES LM LTDA

Data: 14/10/2026

Objeto: Aditivo 02 ao Contrato nº **063/2025**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo, por mais **120 (CENTO E VINTE) DIAS**, a partir de **11 DE OUTUBRO DE 2026**, devendo encerrar-se em **07 DE FEVEREIRO DE 2027**, conforme autorização, pereceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."
Concorrência n°: 052/202
Processo Administrativo n°: 77835/2026
Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
LEANDRO MACHADO DE OLIVEIRA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:B1136EE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 11 AO CONTRATO N° 154/2023
VIGFOZ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA ME CNPJ: 27.259.485/0001-99

EXTRATO DE ADITIVO 11 AO CONTRATO N° 154/2023
VIGFOZ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA ME
CNPJ: 27.259.485/0001-99

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
VIGFOZ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA ME

Data: 14/10/2026

Objeto: Aditivo 11 ao Contrato nº **154/2023**."Fica aditivado o valor total de R$ 30.033,44 (trinta mil, trinta e três reais e quarenta e quatro centavos), correspondente ao reajuste porcentual do contrato, de 6,97% baseado nos cálculos da Convenção Coletiva de Trabalho registrada sob n° MTE PR000251/2026, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Pregão Eletrônico n°: 061/2023
Processo Administrativo n°: 36317/2026

Valor: R$ 30.033,44 (trinta mil, trinta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
PRISCILA CRISTIANE TIBÚRCIO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:A49859FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO-PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROJETOS SUBSIDIADOS PELAS LEIS CITADAS

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO, realizada no dia dois de julho de dois mil e vinte e seis, nas dependências da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sito a Rua Dr. Leocádio, nº 393 - Centro Histórico, no Município de Paranaguá, estado do Paraná, com o objetivo de tratar assuntos relacionados aos projetos habilitados através das Leis de Incentivo Cultural fomentados com recursos federais, sendo a Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo e a Lei nº 14.399/2022 – Política Nacional Aldir Blanc. No que se refere a prestação de contas dos projetos subsidiados pelas Leis citadas, cujos Termos firmados com o Município de Paranaguá se encontram vencidos, observou-se que até o presente momento não foram encontrados registros que comprovem a execução do projeto subsidiado. Esta Comissão recomenda que os proponentes citados na lista abaixo prestem os devidos esclarecimentos que demonstrem comprovação da execução do objeto de modo a serem cumpridos todos os procedimentos regulamentados pelos instrumentos legais e pelos Termos firmados com o Poder Público. Segue a lista de projetos pendentes:

•
Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo:

Edital de Chamada Pública Nº 017/2023

Nome/Razão Social	PF/PJ	CPF/CNPJ	Projeto
Matheus Cardoso de Freitas	PF	099.015.609-50	Jongo Slam
Matheus Cardoso de Freitas	PF	099.015.609-50	O Preto em Paranaguá – Memórias, Contribuições Históricas e Resistências
Marianna Christina do Amaral	PF	073.535.139-26	Bagrinhos

Edital de Chamada Pública Nº 018/2023

Nome/Razão Social	PF/PJ	CPF/CNPJ	Projeto
Wilson Leandro	PJ	25.202.593/0001-08	Entre Fantasias
Wilson Leandro	PJ	25.202.593/0001-08	I-Timberê
Silvia da Costa Maria	PJ	50.237.557/0001-19	Mar e Fé
Ronaldo dos Santos Damasceno	PJ	41.077.247/0001-93	A República o Retorno
Wanderlem Firmo da Silva Júnior	PJ	21.509.589/0001-28	Vídeo Clipe – História de Pescador
Eduardo Maia C. de Paula	PJ	45.148.594/0001-10	Sama Itiberê

Edital de Chamada Pública Nº 019/2023

Nome/Razão Social	PF/PJ	CPF/CNPJ	Projeto
Brunna Cristina Rosa de Lima	PF	048.516.729-85	Curso de Produção Audiovisual Online Academia Internacional de Cinema
Brunna Cristina Rosa de Lima	PF	048.516.729-85	Curso Documentário Online Academia internacional de cinema

Edital de Chamada Pública Nº 002/2024

Nome/Razão Social	PF/PJ	CPF/CNPJ	Projeto
Opa Produtora Audiovisual	PJ	28.649.924/0001-32	Elas Por Acaso

Edital de Chamada Pública Nº 003/2024

Nome/Razão Social	PF/PJ	CPF/CNPJ	Projeto
Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Filhos da Gaviões	PJ	05.932.633.0001/51	Vibração Afro
Edison Afonso Domingues	PF	71.121.692-15	Festa Caiçara Família Domingues
Thayna Nascimento De Paulo	PF	116.573.349-88	O Incrível Circo Sambaqui
Breno Oberdan Da Silva Alves	PF	078.184.889- 01	11º Aniversário Da Cia Cultural Rainha Maçã
Eduardo Soares Maia Carvalho De Paula	PJ	45.148.594/0001-10	Mulheres Cantam Mulheres

•
Lei nº 14.399/2022 – Política Nacional Aldir Blanc:

Edital de Chamada Pública Nº 013/2024

Nome/Razão Social	PF/PJ	CPF/CNPJ	Projeto
Angélica Ripari	PF	324.128.258-90	Café com o Mestre
Antonio Ricardo Farracha Labut Filho	PF	006.707.929-69	Reciclando Pensamentos
Associação Casa de Fandango Carijós – Mestre Eugênio	PJ	34.389.301/0001-07	Descentralizando o Fandango
Eduardo Soares Maia C.de Paula	PJ	45.148.594/0001-10	Samba Itiberê
Jhenifer Wendy dos Santos Valentim	PF	085.293.319-31	Ilha do Mel, paraíso poético no olhar do Poeta pescador Nilton Agostinho
José Luiz Rodrigues	PF	530.510.769-53	Mulheres da Ilha
José Martins Filho	PJ	28.212.075/0001-55	Mestre Zeca Martins

Edital de Chamada Pública Nº 015/2024

Nome/Razão Social	PF/PJ	CPF/CNPJ	Projeto
Associação Cultural Candeias de Capoeira Paranaguá	PJ	27.784.634/0001-39	Iniciativa Cultural: Ginga Paranaguá
Thiago Douglas Moreira da Silva	PF	045.899.379-48	Iniciativa Cultural: Alauza Cultural

A Comissão encaminha a listagem dos projetos pendentes a autoridade superior para que delibere sobre o teor desta ata. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, lavrada a Ata, encaminha-se para a autoridade competente para devida publicização e as suas devidas considerações e decisões.

Paranaguá, 02 de julho de 2026.

ANGÉLICA ESCOMAÇÃO DE ALMEIDA
Membro

RODRIGO LUÍS SCREMIN SANT'ANA
Membro

CRISTIAN RAFAEL MENDES
Secretário

LUÍS FERNANDO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:F560046E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026
PROCESSO Nº 74.849/2026
OBJETO: Serviços de Reparos e Revitalização de Vias Públicas contemplando Serviços de Reciclagem Profunda de Pavimento Asfáltico Deteriorado com utilização de Recicladora, Imprimação, Pintura de Ligação e Aplicação de Revestimento em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), Sinalização Horizontal de Trânsito, Realização de Ensaios Tecnológicos durante a Realização dos Serviços em Vias no Município de Paranaguá, mediante a Utilização de Serviços e Materiais, apresentado em Planilha anexa, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras Públicas.
TIPO: Maior Desconto Total do Lote
DATA DA ABERTURA: 28/10/2026 – **HORÁRIO:** 10:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 6.965.738,38 (seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos).
ENDEREÇO: O edital estará disponível nos seguintes endereços: https://paranagua.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes, www.bll.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nºs 4.319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e leandro.rolim@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 13 de outubro de 2026.

LEANDRO LINO ROLIM
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:6D43F4C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
COMERCIAL SÃO JOSÉ – COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•
PROCESSO Nº 37.804/2026

•
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2026

•
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

Aos dois dias de outubro do ano de 2026, a **Prefeitura do Município de Paranaguá/PR**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, situada na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Segurança, Senhor **Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da Licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026**, cujo objetivo fora a formalização de **AQUISIÇÃO DE CINTO DE GUARNIÇÃO E MATERIAIS DE SEGURANÇA, DESTINADOS À GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE PARANAGUÁ,** conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, pelo período de 12 (doze) meses, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decretos Municipais nº 683/2018 e 4.319/2023, demais legislações aplicáveis, que se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA: Comercial São José – Comércio Distribuição e Prestação de Serviços Ltda
CNPJ: 24.540.648/0001-19 — FONE/FAX: (31) 3243-0757
ENDEREÇO: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 1080 – Bairro Glória, Belo Horizonte/MG CEP: 30870-100
REPRESENTANTE LEGAL: Helder Majella Nogueira
CPF Nº: 374.764.676-04 — RG Nº: MG-3.332.932
E-MAIL: vendas@comercialsaojose.com.br

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	Bastão tipo Tonfa	CSJ	100	R$ 31,98	R$ 3.198,00
VALOR TOTAL				**R$ 3.198,00**	

1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da ata de registro de preços, podendo ser prorrogada nos moldes do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. As especificações técnicas, Revisão dos Preços Registrados, do Cancelamento do Registro de Preços e demais exigências constantes no Edital e anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026** integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.
1.1. Os quantitativos fixados da Ata de Registro de Preços poderão ser renovados na forma da Lei.
2. A Comissão Permanente de Contratação/Agente de Contratação, ente integrante da Administração Direta do Município, será o gerenciador da Ata de Registro de Preços.
3. A fiscalização do objeto adquirido ficará a cargo dos servidores designados pelo órgão gestor participante.
4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, ficando o licitante obrigado ao fornecimento nos limites do quantitativo por ele ofertado.
4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.2.1. Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.4. O registro a que se refere o item 4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.5. Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 4.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e
4.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.
4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
4.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.
4.10. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no §5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no art. 301 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.
4.11. Demais condições constam nas disposições editalícias.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pela autoridade competente e pelo particular fornecedor.

•FRANCISCO LEUDOMAR NÓBREGA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Segurança

Comercial São José – Comércio Distribuição E Prestação De Serviços LTDA
HELDER MAJELLA NOGUEIRA

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:6E891BB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 078/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP Ltda - CNPJ nº 10.498.974/0002-81

Objeto: "Contratação por inexigibilidade de licitação, de empresa de notória especialização para prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, destinados ao treinamento, capacitação e aperfeiçoamento de servidores municipais, mediante aquisição de 11 (onze) inscrições para participação no evento "20º Pregão Week", a ser realizado no período de 19 a 23 de outubro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, promovido pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP Ltda, com fundamento nos arts. 6º, XVIII, "f", XIX e XXIII; 23; 72; e 74, III, "f", §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 4.319/23, e, **inteiro teor do processo administrativo digital nº 72.298/2026, em atendimento às Secretarias Municipais.**

Processo Administrativo nº: 72.298/2026

Valor da Inscrição: R$ 6.180,00 (seis mil cento e oitenta reais).

Dotação orçamentária: As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas nos autos, incluindo, conforme documento de origem: 3339039 – SGVOM • 3339039 – SEMSA • 3339039 – SEMSEG • 3339039 – SEMEDI

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 13/10/2026

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Segurança

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:FD44E596

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - P.E 054 - R.P 043 - 2026

O Secretário Municipal de Obras Públicas de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.

R E S O L V E:

I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os lotes do objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026, REGISTRO DE PREÇO N° 043/2026** proferido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2129/2026, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Fica adjudicado e homologado o julgamento dos lotes do referido processo licitatório às licitantes vencedoras: **Lote:** 01 – **Empresa:** TUBOS PALMEIRA LTDA – **CNPJ/MF** nº 12.097.090/0001-60; **Lote:** 02 – **Empresa:** CONCRELEAL IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – **CNPJ/MF** nº 37.177.090/0001-09. Ficando assim adjudicado e homologado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026**, **REGISTRO DE PREÇO N° 043/2026** que tem por objeto: "**Contratação da empresa especializada para aquisição de tubos e aduelas de concreto para drenagem urbana visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas**", de acordo com o quantitativo e especificações contemplados no Termo de Referência do edital licitatório, e inteiro teor do Processo Administrativo 45.113/2026
III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 13 de outubro de 2026.

EDUARDO FELIPE MIRANDA
Secretário Municipal de Obras Públicas - SEMOP

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:02DF588A

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE INFRAÇÕES – CPAI DE 2026 REUNIÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2026

Aos nove dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e seis, às 09:00 horas, reuniram-se presencialmente na Secretaria Municipal de Urbanismo, a presidente da comissão e Secretária de Urbanismo e Planejamento Territorial, **Vania Pessoa Rodrigues Foes** o Fiscal de Urbanismo e Secretário executivo da CPAI Sr. **Bruno Victor Kobiski** o membro e Fiscal de Urbanismo Sr. **Marcelo Zanicoski Moscardi,** o membro e Coordenador de Uso e Ocupação do solo **Milton Rodrigues dos Santos Filho,** e a membra e arquiteta **Geisamaria Ferreira de Freitas da Silva.**
O Secretário executivo abriu a reunião agradecendo a presença de todos, na sequência passou a explanar sobre os processos em pauta, sendo sobre eles deliberado o que segue:
Processo nº 81230/2026 – Anexo Processo 80354/2026
Ref. defesa – Auto de Infração 141/2026
MOACIR DOS SANTOS MEIRA

A Comissão deliberou, e decidiu por unanimidade, pelo indeferimento da defesa, pois o autuado iniciou a obra sem licença e não possuía os documentos exigidos pelo Código de Obras do Município vigente na data da autuação, Lei Complementar 300/2022, de 07 de dezembro de 2022, autuado pela falta do projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra, art. 30, incorrendo na penalidade capitulada no Art. 352 da mesma lei multa de 0,5 UFM/ m², e pelo início de execução de obra sem licença. Art. 3º, 24 e 39, incorrendo na penalidade capitulada no Art. 352 da Lei Complementar 300/2022 multa de 1 UFM/ m².
Resta indicada a possibilidade de continuidade do processo, com a aplicação de multa no processo fiscalizatório. Quanto ao embargo, será dado um prazo de 15 dias para apresentação de Projeto de Aprovação, sem o qual a obra será embargada, sendo que o pagamento da multa não exime o autuado da necessidade de apresentação do projeto aprovado.

Processo nº 79918/2026 - Anexo Processo 78708/2026
Ref. defesa – Auto de Infração 3331/2026, Notificação 3331/2026
ARJ – TRANSPORTES DE CARGAS LTDA

A Comissão deliberou, e decidiu por unanimidade, pelo encaminhamento do processo à CTEPLAN, para verificação de informações detalhadas à respeito do EIV da empresa (data de solicitação e emissão do termo de referência, de apresentação do EIV, e a fase em que se encontra). Após, retornar à CPAI para reanálise.

Processo nº 82223/2026 – Anexo Protocolo 78103/2026
Ref. defesa – Auto de Infração 148/2026
UNINCOR INCORPORADORA.

A Comissão deliberou, e decidiu por unanimidade, pelo indeferimento da defesa, pois o autuado iniciou a obra sem licença e não possuía os documentos exigidos pelo Código de Obras do Município vigente na data da autuação, Lei Complementar 300/2022, de 07 de dezembro de 2022, autuado pela falta do projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra, art. 30, incorrendo na penalidade capitulada no Art. 352 da mesma lei multa de 0,5 UFM/ m², e pelo início de execução de obra sem licença. Art. 3º, 24 e 39, incorrendo na penalidade capitulada no Art. 352 da Lei Complementar 300/2022 multa de 1 UFM/ m².
Resta indicada a possibilidade de continuidade do processo, com a aplicação de multa no processo fiscalizatório. Quanto ao embargo, será dado um prazo de 15 dias para apresentação de Projeto de Aprovação, sem o qual a obra será embargada, sendo que o pagamento da multa não exime o autuado da necessidade de apresentação do projeto aprovado.

Processo nº 56168/2026 – Anexo Protocolo 77706/2026
Ref. defesa – Notificação 6028/2026, Auto de Infração 6014/2026
EDUARDO JEAN TEIXEIRA

A Comissão deliberou, e decidiu por unanimidade, pelo indeferimento da defesa, pois o autuado iniciou a obra sem licença e não possuía os documentos exigidos pelo Código de Obras do Município vigente na data da autuação, Lei Complementar 300/2022, de 07 de dezembro de 2022, autuado pela falta do projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra, art. 30, incorrendo na penalidade capitulada no Art. 352 da mesma lei multa de 0,5 UFM/ m², e pelo início de execução de obra sem licença. Art. 3º, 24 e 39, incorrendo na penalidade capitulada no Art. 352 da Lei Complementar 300/2022 multa de 1 UFM/ m².
Resta indicada a possibilidade de continuidade do processo, com a aplicação de multa no processo fiscalizatório. Quanto ao embargo, será dado um prazo de 15 dias para apresentação de Projeto de Aprovação, sem o qual a obra será embargada, sendo que o pagamento da multa não exime o autuado da necessidade de apresentação do projeto aprovado.

Processo nº 56870/2026 – Anexo Protocolo 57463/2026
Ref. defesa – Auto de Infração 3326/2026, Notificação 3326/2026
ANTONIO GALLI NETO

A Comissão deliberou, e decidiu por unanimidade, pelo indeferimento da defesa, pois o autuado iniciou a obra sem licença e não possuía os documentos exigidos pelo Código de Obras do Município vigente na data da autuação, Lei Complementar 300/2022, de 07 de dezembro de 2022, autuado pela falta do projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra, art. 30, incorrendo na penalidade capitulada no Art. 352 da mesma lei multa de 0,5 UFM/ m², e pelo início de execução de obra sem licença. Art. 3º, 24 e 39, incorrendo na penalidade capitulada no Art. 352 da Lei Complementar 300/2022 multa de 1 UFM/ m².
Resta indicada a possibilidade de continuidade do processo, com a aplicação de multa no processo fiscalizatório. Quanto ao embargo, será dado um prazo de 15 dias para apresentação de Projeto de Aprovação, sem o qual a obra será embargada, sendo que o pagamento da multa não exime o autuado da necessidade de apresentação do projeto aprovado.

VANIA PESSOA RODRIGUES FOES
Presidente da Comissão

Publicado por:
Bruno Victor Kobiski
Código Identificador:596701CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIO - FONTE 013

PORTARIA Nº 131/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar, Prefeito Ulisses de Souza no uso da atribuições legais que lhe são conferidas,

ARTIGO 1º - Fica a Contadora do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR na importância de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Fonte de Recurso	Valor
01.001.0010.0302.2009.2001.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	013	R$ 400.000,00
Total Crédito Suplementar		**R$ 400.000,00**

ARTIGO 2º – A cobertura do crédito autorizado no artigo anterior será realizada mediante utilização do superávit financeiro apurado na fonte de recurso 013, referente ao exercício de 2025.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, revogada as disposições contrarias.

Paranavaí, 13 outubro de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente /CIS-AMUNPAR

Publicado por:
Katia Simone Soares
Código Identificador:43BAC0AF

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 138/2026

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR. Contratada: LORAC SMILE DESING LTDA,
CNPJ: 58.532.874/0001-70
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS ODONTOLÓGIOS
Dotação Orçamentária: [2026] - 35 - 01.001.0010.0302.2009.2002.3.3.90.39.00.00.
Prazo de Vigência: 07/10/2026 a 28/02/2027.
Valor: RR527.036,00 (QUINHENTOS E VINTE E SETE MIL, TRINTA E SEIS REAIS).
Modalidade do Processo: Inexigibilidade.
TIPO/Nº: Termo de Credenciamento nº 138/2026.
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 09 de outubro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:7DE6481C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR EXT TERMO CREDENCIAMENTO 137/2026

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR. **Contratada:** VIVIANE BARBALHO VIANA.
CNPJ:12.333.086/0001-53.
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS EM ESPECIALIDADES E/OU TERAPIAS DE FORMA COMPLEMENTAR - EM ESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS
Dotação Orçamentária: [2026]- 35 - 01.001.0010.0302.2009.2002.3.3.3.90.39.00.00
Prazo de Vigência: 02/10/2026 a 28/02/2027.
Valor: R$2.471.902,20 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E SETENTA E UM MIL, NOVECENTOS E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS).
Modalidade do Processo: Inexigibilidade.
TIPO/Nº: Termo de Credenciamento nº137/2026.
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 09 de outubro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:CE18771A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 129/2026

PORTARIA Nº 129/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestora e Fiscais das contratações originadas a partir da **CHAMADA PÚBLICA 01/2026 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E TERAPIAS NAS UBS DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS, EXERCÍCIO 2026**, visando atender a demanda do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços, nos termos da Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
NATÁLIA DA COSTA	FISCAL	Nº 478-1
TERMO DE CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS COMO SEGUE:		
INSTITUTO NOVA MENTE PSICOPEDAGOGICO E DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA		

Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Paranavaí, 09 de outubro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:66BF73B0

PROCURADORIA
EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO PURA E SIMPLES DE SERVIÇOS DE OBRAS E REFORMAS PREDIAIS SEM ENCARGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL: Processo Digital nº 54143/2026.

DONATÁRIO:MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.977.768/0001-81, representado pela Secretária Municipal de Saúde, Senhora Andreia Martins de Souza.

DOADORA:M. GEHLEN CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.051.390/0001-50, representada por sua Administradora, Alana Della Pria de Souza.

OBJETO: Custeio integral e execução de obras especializadas e reparos de manutenção predial corretiva, sem ônus financeiro, encargo ou condição contraprestacional, em 3 (três) Unidades Básicas de Saúde da rede pública municipal de Paranavaí: Unidade Básica de Saúde Coloninha (Rua Guarani, nº 540, Jardim São Jorge, conforme proposta orçamentária nº 064); Unidade Básica de Saúde Monte Cristo (Rua Sinésio Torres, s/n, Jardim Monte Cristo, conforme orçamento nº 063); e Unidade Básica de Saúde Panorama (Rua Vladislau Gaida, nº 294, Jardim Panorama, conforme proposta orçamentária nº 062), abrangendo fornecimento integral de mão de obra técnica qualificada, materiais, ferramentas e insumos.

VALOR ESTIMADO DA LIBERALIDADE: Valor global inicialmente orçado de **R$ 121.590,00 (cento e vinte e um mil, quinhentos e noventa reais)**, distribuído em R$ 44.610,00 para a UBS Coloninha, R$ 39.450,00 para a UBS Monte Cristo e R$ 37.530,00 para a UBS Panorama, admitindo acréscimos técnicos supervenientes até o limite máximo de **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, sob exclusiva responsabilidade financeira da doadora, sem gerar qualquer desembolso pelo Município.

NATUREZA JURÍDICA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Doação pura e simples sem encargo, com fundamento no **artigo 538 do Código Civil** e nas manifestações técnicas e administrativas constantes do Processo Digital nº 54143/2026.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO: Coordenação conjunta entre a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU) para definição de turnos e garantia da continuidade dos atendimentos assistenciais, e a área de engenharia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) para a fiscalização técnica dos materiais, solidez e acabamento das obras.

VIGÊNCIA E EFICÁCIA: Efeitos imediatos a partir de sua assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí/PR, 06 de outubro de 2026.

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Município de Paranavaí

M. Gehlen Consultoria e Representação LTDA
ALANA DELLA PRIA DE SOUZA
Administradora

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:6F9CB473

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 150/2026 (ACRÉSCIMO DE META FÍSICA)

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 150/2026
(ACRÉSCIMO DE META FÍSICA)

Concorrência Eletrônica Nº 008/2026

1º (Primeiro) Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global nº 150/2026 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa EXPERTPRIME SERVICOS LTDA, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, situado na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, PR, CNPJ 76.977.768/0001-81, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MAURICIO GEHLEN**, portador da cédula de identidade R.G. n. º 7.268.394-3, inscrito no CPF sob n. º 326.653.340-20, e a empresa **RW TORRE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ 28.719.312/0001-79, localizada na Rua Paulo Antonio da Costa, 362, Jd Simara, CEP: 87.707-210, na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por **RAFAEL JOÃO MARIANO MARQUES**, portador da cédula de identidade R.G. n. º 10246528-8, inscrito no CPF sob n. º 084.503.699-83, residente na Avenida Paraná, 2174, Térreo, Centro, na Cidade de Tamboara, Estado do Paraná, resolvem firmar o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL
1.1. O objeto do presente contrato é a "contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de construção do CMEI Infância Feliz, no âmbito do Programa Paraná Cidade, conforme Termo de Adesão, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 008/2026.".

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO DE META FÍSICA
2.1. Através do presente aditivo e considerando as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano através do Memorando nº 687/2026/SEDUR, o Parecer Jurídico nº 423/2026/PGM, o Parecer Técnico, a anuência da Gestora do Contrato e, as declarações de adequação orçamentária e contrapartida, **promove o acréscimo de meta física**, representando acréscimo percentual de 1,77% (um vírgula setenta e sete), correspondente ao montante de **R$ 45.149,26 (quarenta e cinco mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos)**, conforme a Cláusula 21ª do Contrato nº 150/2026.
Parágrafo Único: Os custos provenientes do presente acréscimo serão cobertos com recursos provenientes da seguinte Contrapartida:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 07.003.08.243.0007.5601 – 4.4.90.51.01.99 – Outras edificações – 000 – Recursos Livres – REF 1084.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO
3.1. Após o acréscimo firmado através deste termo aditivo, o valor global atualizado do Contrato de Empreita Global nº 150/2026, passa a ser de: **R$ 2.592.149,26 (dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
4.1. A empresa CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura deste aditivo, nova garantia de execução contratual ou garantia complementar à existente, destinada à garantia para fiel execução deste contrato, no percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual atualizado, nos termos da Cláusula 10ª, do Contrato nº 150/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
5.1. Este aditivo entra em vigor na data de sua publicação.
5.2. Os documentos que integram a formalização do presente termo aditivo encontram-se encartados no Processo Digital IPM nº 50293/2026/IPM.
5.3. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 150/2026).

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Município de Paranavaí
Contratante

RW Torre Engenharia e Consultoria LTDA
Representada Por
RAFAEL JOÃO MARIANO MARQUES
Contratado

LUCAS VINÍCIUS RODRIGUES DOS SANTOS
Fiscal

SANDRA STORCK
Gestora

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:BDD84D9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144/2026 (INCLUSÃO DE REPRESENTANTE E ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS)

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144/2026
(INCLUSÃO DE REPRESENTANTE E ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS)

Inexigibilidade nº 056/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº 011.609.069-39, pela Procuradora-Geral do Município, **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF nº 628.560.499-15 e pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, **GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ**, inscrito no CPF nº 101.727.179-81.
CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.419.181/0001-77, estabelecida à RUA OLIMPIO DE ASSIS, 77, CIDADE JARDIM, na cidade de BELO HORIZONTE–MG, CEP 30.380-150, e-mail inscricao@ibda.com.br, neste ato representada por **RODRIGO VALGAS DOS SANTOS**, inscrito no CPF 707.388.589-00.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL
1.1. O objeto do presente contrato é a "contratação de inscrição para participação de servidores municipais no congresso "40º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo (CBDA), nos dias 25, 26 e 27 de Novembro de 2026, com carga horária de 30 horas, na modalidade presencial, na cidade de Curitiba-PR.".

CLÁUSULA SEGUNDA – INCLUSÃO DE REPRESENTANTES DO CONTRATANTE
2.1. Através do presente termo aditivo, as partes resolvem incluir a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano como representante do licitante/contratante: Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, **GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ**, inscrito no CPF nº 101.727.179-81, tendo em vista a solicitação apresentada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, por meio do Memorando n° 743/2026/SEDUR e a autorização e justificativa assinada pelos demais Representantes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO DE SERVIÇO
3.1. Através do presente aditivo, considerando as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano através do Memorando nº 743/2026/SEDUR, conforme a autorização e justificativa, **promove o acréscimo do item (01 inscrição)**, representando acréscimo monetário o montante de **R$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais)**, conforme o art. 125 da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO
4.1. Após o acréscimo firmado através deste termo aditivo, o valor global atualizado da Licitação nº 056/2026 passa a ser de: **R$ 24.750,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), correspondente a 11 (onze) inscrições**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
5.1. Este aditivo entra em vigor na data de sua publicação.
5.2. Os documentos que integram a formalização do presente termo aditivo encontram-se encartados no Processo Digital IPM nº 54203/2026/IPM.
5.3. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Licitação correspondente.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 13 DE OUTUBRO DE 2026.

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora-Geral do Município
Contratante

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração
Contratante

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
Contratante

Instituto Brasileiro de Direito Administrativo
Representada Por
RODRIGO VALGAS DOS SANTOS
Contratada

THAIS ROBERTA TOKUZUMI
Recebimento de Bens – Procuradoria-Geral do Município

DEBORAH AVILA SAIZ
Recebimento de Bens – Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:70FE841C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 1877/2026

PORTARIA Nº 1877/2026

Designa servidores para exercer a função de Gestor(es) e Fiscal(is) das Atas de Registro de Preçosnº 278/2025.

O Diretor Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização das Atas de Registro de Preçosnº 278/2025 celebradas em outubro de 2025, entre o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio das Secretarias Municipais e a empresa **ENTULHOS PARANAVAI LTDA**, cujo objeto é Registro de Preços para Serviço de limpeza de fossas sépticas e caixas de gordura pertencentes aos prédios públicos do município de Paranavaí, bem como coleta, transporte e destinação final dos resíduos por meio da Secretaria Municipal de Educação e demais Secretarias do Município, oriundas do Pregão Eletrônico nº 51/2025, Processo Administrativo nº 125/2025:

Secretaria Municipal de Educação
Ordenador de Despesa (Secretaria): Wanessa Durante
Gestor (a) da Ata: Mateus Sposito
Fiscal Titular: Sandra Márcia Barbarlli Morgado
Fiscal Suplente: Paulo Pereira Almeida Júnior

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito
Ordenador de Despesa (Secretaria): Ademir Giandotti Junior
Gestor (a) da Ata: Matheus Buchner Garcia
Fiscal Titular: Cristiane Souza Seleguim
Fiscal Suplente: Marcelo Gomes de Souza

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Ordenador de Despesa (Secretaria): Alex Roberto Fernandes Romera
Gestor (a) da Ata: Gilberto da Silva de Castro
Fiscal Titular: Gilmar Silva de Castro
Fiscal Suplente: Luiz Carlos Alves de Oliveira

Secretaria Municipal de Saúde
Ordenador de Despesa (Secretaria): Andreia Martins de Souza
Gestor (a) da Ata: Rosana Letícia de Oliveira Franco
Fiscal Titular: André Aparecido da Silva Araújo
Fiscal Suplente: Golam Remberto Pereyra Melgar

Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação
Ordenador de Despesa (Secretaria): Felipe Cesca Vilasboa de Vasconcelos (Interino)
Gestor (a) da Ata: Patrícia Falasz Bertate
Fiscal Titular: Felipe Cesca Vilasboa de Vasconcelos
Fiscal Suplente: Anderson Cardoso de Oliveira

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Ordenador de Despesa (Secretaria): Jane Nunes de Lima
Gestor (a) da Ata: Marcio Assakawa
Fiscal Titular: Diego Fernando Rodrigues
Fiscal Suplente: Fabrício Henrique Machado dos Santos

Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família
Ordenador de Despesa (Secretaria): Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas
Gestor (a) da Ata: Rafaela dos Santos Silva
Fiscal Titular: Maria Marques de Freitas
Fiscal Suplente: Denise Meneghetti Chaparro

Secretaria Municipal de Administração
Ordenador de Despesa (Secretaria): Lucas de Oliveira
Gestor (a) da Ata: Ricardo dos Santos Padilha
Fiscal Titular: Dalita Batista Moura
Fiscal Suplente: Luciano Aparecido Ribeiro
Fundação Cultural de Paranavaí
Ordenador de Despesa (Secretaria): Rafael Lucas Torrente
Gestor (a) da Ata: Jéfter Soares Sorti
Fiscal Titular: Jesus Rodrigues Soares
Fiscal Suplente: Daniel Coelho Virmond
Art. 2º A designação formal do fiscal do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constante na Autorização e Justificativa para Aditivo contido no Processo.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

DYERON SOUZA SANTOS
Diretoria Especial de Compras

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:5C153149

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026 (CADASTRO DE TERMO PARA REMANEJAMENTO DE SALDO/ITEM NO SISTEMA IPM) PROCESSO DIGITAL Nº 57515/2026 REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026
(Cadastro de Termo para Remanejamento de saldo/item no sistema IPM)
PROCESSO DIGITAL Nº 57515/2026

REF.:INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, WANESSA DURANTE, inscrita no CPF 025.577.729-92, doravante denominado contratante e a empresa BRINCARTTE EDITORA DE LIVROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.924.833/0001-74,
estabelecida à Rua Elirio de Gregori, 358 – Centro - na cidade de Irani – SC, CEP 89680-000, e-mail vendasbrincartte@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. DIRLEID'AGHETTI PASQUALOTTO, inscrito no CPF 021.440.359-97, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA1ª:OBJETODO CONTRATO
1.1.O objeto do presente contrato é Aquisição de materiais didáticos, para os anos de2026 até 2029, previamente inscritos, avaliados, selecionados e homologados por meiodo Chamamento Público nº 011/2025 - SME, destinados aos estudantes e professoresdo Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano) da rede pública municipal de ensino
de Paranavaí.

CLÁUSULA 2ª: CADASTRO DE TERMO PARA REMANEJAMENTO DE SALDO /ITEM NO SISTEMA IPM
2.1 Em conformidade cadastro no sistema IPM, remenaja-se o saldo do **item 02 (LIVRO COLEÇÃO: RAÍZES DO RESPEITO: EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL PARA CIDADÃOS DO FUTURO)**, ou seja, o presente termo tem por objetivo de remanejamento de saldo em razão da rotina do sistema IPM, portanto, trata-se de termo meramente *Pro Forma* para continuidade das atividades administrativas, conforme **Memorando nº 977/2026/SEDUC**, sobre as dotações:

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026), datada em 09de setembrode 2026.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná,13 de outubro de 2026.

WANESSA DURANTE
Secretário Municipal de Educação
Contratante

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:371C75AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026 (CADASTRO DE TERMO PARA REMANEJAMENTO DE SALDO/ITEM NO SISTEMA IPM) PROCESSO DIGITAL Nº 57609/2026 REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026
(Cadastro de Termo para Remanejamento de saldo/item no sistema IPM)
PROCESSO DIGITAL Nº 57609/2026

REF.:INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, WANESSA DURANTE, inscrita no CPF 025.577.729-92, doravante denominado contratante e a empresa BRINCARTTE EDITORA DE LIVROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.924.833/0001-74,estabelecida à Rua Elirio de Gregori, 358 – Centro - na cidade de Irani – SC, CEP 89680-000, e-mail vendasbrincartte@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. DIRLEID'AGHETTI PASQUALOTTO, inscrito no CPF 021.440.359-97, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA1ª:OBJETODO CONTRATO
1.1.O objeto do presente contrato é Aquisição de materiais didáticos, para os anos de2026 até 2029, previamente inscritos, avaliados, selecionados e homologados por meiodo Chamamento Público nº 011/2025 - SME, destinados aos estudantes e professoresdo Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano) da rede pública municipal de ensino
de Paranavaí.

CLÁUSULA 2ª: CADASTRO DE TERMO PARA REMANEJAMENTO DE SALDO /ITEM NO SISTEMA IPM
2.1 Em conformidade cadastro no sistema IPM, remenaja-se o saldo do **item 03 (LIVRO COLEÇÃO: APRENDENDO O CALOR DAS COISAS)**, ou seja, o presente termo tem por objetivo de remanejamento de saldo em razão da rotina do sistema IPM, portanto, trata-se de termo meramente *Pro Forma* para continuidade das atividades administrativas, conforme **Memorando nº 980/2026/SEDUC**, sobre as dotações:

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026), datada em 09de setembrode 2026.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná,13 de outubro de 2026.

WANESSA DURANTE
Secretário Municipal de Educação
Contratante

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:8629A891

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026 (CADASTRO DE TERMO PARA REMANEJAMENTO DE SALDO/ITEM NO SISTEMA IPM) PROCESSO DIGITAL Nº 57613/2026 REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026
(Cadastro de Termo para Remanejamento de saldo/item no sistema IPM)
PROCESSO DIGITAL Nº 57613/2026

REF.:INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, WANESSA DURANTE, inscrita no CPF 025.577.729-92, doravante denominado contratante e a empresa BRINCARTTE EDITORA DE LIVROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.924.833/0001-74, estabelecida à Rua Elirio de Gregori, 358 – Centro - na cidade de Irani – SC, CEP 89680-000, e-mail vendasbrincartte@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. DIRLEID'AGHETTI PASQUALOTTO, inscrito no CPF

021.440.359-97, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA1ª:OBJETODO CONTRATO
1.1.O objeto do presente contrato é Aquisição de materiais didáticos, para os anos de2026 até 2029, previamente inscritos, avaliados, selecionados e homologados por meiodo Chamamento Público nº 011/2025 - SME, destinados aos estudantes e professoresdo Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano) da rede pública municipal de ensino
de Paranavaí.

CLÁUSULA 2ª: CADASTRO DE TERMO PARA REMANEJAMENTO DE SALDO /ITEM NO SISTEMA IPM
2.1 Em conformidade cadastro no sistema IPM, remenaja-se o saldo do **item 03 (LIVRO COLEÇÃO: APRENDENDO O CALOR DAS COISAS)**, ou seja, o presente termo tem por objetivo de remanejamento de saldo em razão da rotina do sistema IPM, portanto, trata-se de termo meramente *Pro Forma* para continuidade das atividades administrativas, conforme **Memorando nº 981/2026/SEDUC**, sobre as dotações:

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026), datada em 09de setembrode 2026.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná,13 de outubro de 2026.

WANESSA DURANTE
Secretário Municipal de Educação
Contratante

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:37CC3F8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79/2022

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79/2022
(Alteração de Dotação Orçamentária – Processo Digital nº57568/2026 - SESAU)

REF.: DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2022

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos Secretários Municipais descritos no contrato administrativo. Por outro lado, encontra-se o CONTRATADO **THEMIS CAROLINA WASSANO MATUNAGA**, brasileira, casada sob comunhão universal de bens, inscrita no CPF nº 041.429.459-98, portadora do RG nº 8.252.635-8 SESP/PR, residentes e domiciliados a rua Comandatuba, nº 1104, Residencial Carpe Diem – SINOP/MT, CEP 78550-000.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 Dispensa de Licitação para Locação de Imóvel para funcionamento de parte do CAPS II, situado na Rua Paraíba, n º 1904 - fundos (Lote nº 10 da quadra nº 97), Centro de Paranavaí - Paraná, pelo período de 12 (doze) meses, renováveis por iguais e sucessivos períodos, de acordo com a lei.

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1 Em conformidade com o disposto no art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93, fica registrado que a dotação orçamentária vinculada ao Contrato nº 79/2022, passa a ser alterada sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 433/2026 (SESAU), conforme dotações abaixo:

Dotação Orçamentária
• Referência: 226
• Ação: 2242- MAC - Média e Alta Complexidade
• Sub elemento: (333903615) – Locação de imóveis

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79/2022), datada de 03 de outubro de 2022.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:64643C02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2022

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2022
(Alteração de Dotação Orçamentária – Processo Digital nº57568/2026 - SESAU)

REF.: DISPENSA DE LICITAÇÃO 25/2022

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos Secretários Municipais descritos no contrato administrativo. Por outro lado, encontra-se o CONTRATADO **MARCOS ROMERO VILAÇA JUNIOR**, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF nº 807.777.759-72, portador do RG nº 4.656.991-1 PR, e FERNANDA FIATES VILAÇA, brasileira, inscrita no CPF nº 018.014.949-08, portadora do RG nº 6.967.838-6 PR, casados entre si, residentes e domiciliados na Avenida Lázaro Figueiredo Vieira, nº 330, casa 08, Jardim Avaré, cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1Dispensa de Licitação para Locação de Imóvel para funcionamento de parte do CAPS II, situado na Rua Pernambuco, n º 624 (Lote nº 005 da quadra nº 004), Centro de Paranavaí - Paraná, pelo período de 12 (doze) meses, renováveis por iguais e sucessivos períodos, de acordo com a lei.

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1 Em conformidade com o disposto no art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93, fica registrado que a dotação orçamentária vinculada ao Contrato nº 80/2022, passa a ser alterada sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 433/2026 (SESAU), conforme dotações abaixo:

Dotação Orçamentária
• Referência: 226
• Ação: 2242- MAC - Média e Alta Complexidade
• Sub elemento: (333903615) – Locação de imóveis

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2022), datada de 03 de outubro de 2022.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:26C49CBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 101/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 101/2025 (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)
(PROCESSO DIGITAL56737/2026)

INEXIGIBILIDADE Nº 14/2025

CONTRATO Nº 101/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO ao Contrato de Prestação de Serviços nº **101/2025** da empresa **TORMENA E GERALDI ATIVIDADES MÉDICAS-,** na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela **Secretária Municipal ANDREIA MARTINS DE SOUZA** residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado **contratante** e a empresa **TORMENA E GERALDI ATIVIDADESMÉDICAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.249.054/0001-04, estabelecida à Rua Pará , 1934 - centro – Paranavaí/PR – CEP 87.701-100, e-mail 1: contato@gsumuarama.com.br e E-mail 2: amanda.geraldi@gmail.com, neste ato representada pela Srª AMANDA MARIA BITTENCOURT GERALDI TORMENA, inscrita no CPF 046.940.209-19, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O objeto do presente contrato é o CREDENCIAMENTO de empresas prestadora de serviços médicos para prestação de consultas e exames na especialidade de oftalmologia, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS de Paranavaí.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Por meio do presente Terno de Apostilamento em conformidade com o disposto no **art. 136 da 14.133/2021**, fica registrado que a **dotação orçamentária** vinculada ao **Contrato nº 101/2025**, passa a ser incluída **sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais**, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 320/2026, somente para a Secretaria Municipal de Saúde:

• Referência: 2148- Incremento MAC - Emenda Individual -Beto RichaCód da Emenda
202643140001
• Ação: 2242- MAC - Média e Alta Complexidade
• Elemento: 333903900 (Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 101/2025), datado de 25 de julho de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:B77E1B0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2026

Eu, DYERON SOUZA SANTOS, Diretor Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas por delegação, por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Agente de Contratação:

HOMOLOGO

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Concorrência Eletrônica 14/2026, o participante:

RW TORRE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA					
Lote: 1 - Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de construção da "Casa da Mulher Paranaense", no âmbito do Programa Paraná Cidade, conforme Termo de Adesão.					
Item	**Produto**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Contratação de Empresa Especializada em Construção Civil para Construção da "Casa da Mulher Paranaense", localizada na Rua João Graff Schreiber, 362, Lote nº 19-R-16G/2, Quadra 09, Vila Operária, Paranavaí-PR	UND	1	R$ 2.665.000,00	R$ 2.665.000,00
Total Geral					**R$ 2.665.000,00**

Paranavaí, 13 de outubro de 2026.

DYERON SOUZA SANTOS
Diretor Especial de Compras

Publicado por:
Fabiana Hillmann Militão
Código Identificador:99BBF381

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 146/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) ELIELMA LINO DA SILVA MORAES - AGENTE DE CONSERVAÇÃO(PRAZO DETERMINADO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 12026/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): ELIELMA LINO DA SILVA MORAES
CPF/MF: ***.155.079-**
SALÁRIO BASE: R$ 1.568,19
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 10 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:4888F29A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1882/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente de Apoio Educacional.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) SOLANGE ALVES FERREIRA DA CRUZ, protocolado sob n° 57081/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **SOLANGE ALVES FERREIRA DA CRUZ,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL –** Matrícula n° 8237-2 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 24/11/2014 A 23/11/2019 (20 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 57081/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 01 dia, com início em 29/09/2026 e término em 29/09/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 13 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:DC11D48B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1883/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Enfermeiro.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) GRAZIELI NEVES BARBACO, protocolado sob n° 57267/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **GRAZIELI NEVES BARBACO,** efetivo (a) no cargo de **ENFERMEIRO –** Matrícula n° 5418-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 07/01/2017 A 06/01/2022 (40 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 57267/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 04 dias, com início em 13/10/2026 e término em 16/10/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 13 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:19C9D36E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1884/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Ajudante Geral.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) VANESSA REGINA MAFRA, protocolado sob n° 57284/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **VANESSA REGINA MAFRA,** efetivo (a) no cargo de **AJUDANTE GERAL –** Matrícula n° 10370-1 lotado (a) na **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO,** referente ao período aquisitivo de 09/03/2021 A 08/03/2026 (20 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 57284/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 10 dias, com início em 13/10/2026 e término em 22/10/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 13 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:CB71247E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1885/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Técnico de Enfermagem.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) JOSMARA APARECIDA BUCHNER DA ROSA FAXINA, protocolado sob n° 57334/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **JOSMARA APARECIDA BUCHNER DA ROSA FAXINA,** efetivo (a) no cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM –** Matrícula n° 8103-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 25/06/2014 A 24/06/2019 (30 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 57334/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 01 dia, com início em 19/09/2026 e término em 19/09/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 13 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:972D8AB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA N° 45 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de diárias

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno desta Casa de Leis e a Lei nº 1.135/2011, em atendimento a solicitação descrita na Requisição de Diária nº 49/2026
RESOLVE:

Art. 1º **AUTORIZAR** o pagamento de 3,5 (três e meia) diárias (Cidades localizadas no Estado do Paraná, inclusive sua Capital) a

Vereadora Andressa Talita Kuzma, pelos motivos e termos a seguir especificados:

VALOR DIÁRIA: R$ 493,84 X 3,5 = R$ 1.728,44
VALOR TOTAL: R$ 1.728,44 (mil setecentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos).
DESTINO: CURITIBA-PR
MOTIVO: Participação no curso "Legislação de Gestão Municipal da causa animal, aspectos práticas para formulação, implantação, execução e fiscalização das políticas públicas" realizado pela Gestão Pública Brasil Ltda., entre os dias 27 a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas, PR, 13 de outubro de 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:CCFF9E36

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 002/2026/CMDM

EDITAL Nº 002/2026/CMDM

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM DE PAULO FRONTIN, ESTADO DO PARANÁ**, por meio de sua Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a Lei Municipal nº 1.388/2023, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.522/2026; o Regimento Interno do CMDM, aprovado pela Resolução nº 004/2025/CMDM; e a Resolução nº 005/2026/CMDM, de 5 de outubro de 2026, que reconhece a vacância de vaga da representação da Sociedade Civil e determina a realização de processo de escolha para seu preenchimento,

TORNA PÚBLICA a convocação de Assembleia para eleição de representante da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de Paulo Frontin/PR, conforme as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto convocar mulheres da comunidade para participarem do processo de escolha de representante da Sociedade Civil para ocupar **1 (uma) vaga de conselheira titular e sua respectiva suplente** no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de Paulo Frontin/PR.

1.2. O processo de escolha será realizado por meio de Assembleia convocada pelo CMDM, observadas as disposições legais e regimentais aplicáveis.

2. DA VAGA E DO MANDATO

2.1. A eleição destina-se ao preenchimento de 1 (uma) vaga titular da representação da Sociedade Civil e de sua respectiva suplência.

2.2. A candidata eleita exercerá a função pelo período restante do mandato em curso, não havendo início de novo mandato em razão desta eleição.

2.3. A representação deverá ser exercida por mulheres, conforme previsto na legislação municipal aplicável ao CMDM.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E ELEGIBILIDADE

3.1. Considerando a possibilidade prevista na Lei Municipal nº 1.522/2026, de participação de mulheres representantes da comunidade quando inexistirem entidades organizadas em número suficiente, poderão candidatar-se mulheres da comunidade que possuam atuação social ou comunitária reconhecida no Município de Paulo Frontin/PR.

3.2. Para fins deste Edital, será permitida a inscrição individual de mulheres da comunidade, não sendo obrigatória a vinculação ou representação formal de associação, organização, movimento social ou coletivo.

3.3. A candidata deverá apresentar informações e, quando solicitado, documentos que permitam verificar sua atuação social ou comunitária e sua vinculação com a comunidade local.

3.4. A inscrição e a candidatura estarão sujeitas à análise de habilitação, conforme as disposições deste Edital e a legislação municipal aplicável.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições poderão ser realizadas antecipadamente junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, em local e horário a serem divulgados pelos canais oficiais do Município.

4.2. Também serão aceitas inscrições presenciais no dia da Assembleia, 29 de outubro de 2026, das 13h30 às 14h, no local indicado neste Edital.

4.3. No ato da inscrição, a interessada deverá apresentar:
I – ficha de inscrição devidamente preenchida;

4.4. A inscrição implica ciência e concordância com as regras estabelecidas neste Edital.

5. DA HABILITAÇÃO DAS CANDIDATAS

5.1. As inscrições serão analisadas pela Presidência do CMDM ou por comissão designada para esse fim, a quem caberá verificar o atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

5.2. A relação das candidatas habilitadas será apresentada aos participantes da Assembleia antes do início da votação.

5.3. Eventuais questionamentos quanto à habilitação deverão ser apresentados antes do início da votação, cabendo ao CMDM deliberar sobre as questões suscitadas, com registro em ata.

6. DA ASSEMBLEIA E DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

6.1. A Assembleia será realizada conforme as seguintes informações:
Data: 29 de outubro de 2026.
Horário: 14h.
Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e Família.
Endereço: Rua 22 de Janeiro, s/n, Centro, Paulo Frontin/PR.

6.2. A Assembleia terá por finalidade a apresentação das candidatas habilitadas e a realização da votação para escolha da representante titular e de sua respectiva suplente.

6.3. A condução dos trabalhos ficará sob responsabilidade da Presidência do CMDM ou de pessoa por ela designada, com registro dos procedimentos e resultados em ata.

6.4. Antes do início da votação, serão apresentados os nomes das candidatas habilitadas e esclarecidas as regras do processo eleitoral.

6.5. Terão direito a voto os conselheiros titulares do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM presentes à Assembleia. Os conselheiros suplentes poderão votar somente na ausência do respectivo conselheiro titular, exercendo, nessa situação, o direito de voto correspondente à representação substituída. Cada representação terá direito a apenas um voto.

6.6. A votação será realizada de forma aberta, mediante manifestação expressa dos conselheiros titulares presentes e dos suplentes habilitados a votar nos termos do item 6.5, com registro dos votos e do resultado em ata.

6.7. Será considerada eleita para a vaga de titular a candidata que obtiver o maior número de votos. A candidata que obtiver o segundo maior número de votos será indicada para a respectiva suplência.

6.8. As demais candidatas, quando houver, serão organizadas em lista de classificação decrescente, conforme a votação obtida, para eventual consideração em caso de futura necessidade de preenchimento da vaga, observadas a legislação municipal e as disposições regimentais aplicáveis.

6.9. Em caso de empate, será adotado o critério previsto na legislação ou no Regimento Interno do CMDM, ou outro critério previamente deliberado e divulgado antes do início da votação, com registro em ata.

7. DO RESULTADO E DA FORMALIZAÇÃO

7.1. O resultado da eleição será registrado em ata, contendo, no mínimo, a identificação das candidatas, o número de votos obtidos por cada uma, a indicação da titular eleita, da respectiva suplente e, se houver, da lista de classificação.

7.2. O resultado será submetido à homologação pelo CMDM, mediante o ato administrativo pertinente, e encaminhado para as providências necessárias à formalização da representação.

7.3. A lista de classificação prevista no item 6.8 não confere às demais candidatas direito automático à nomeação ou posse, devendo eventual convocação observar a legislação municipal, o Regimento Interno e os procedimentos formais aplicáveis.

7.4. O exercício da representação ficará condicionado à conclusão dos procedimentos administrativos necessários à formalização da escolha.

8. DOS QUESTIONAMENTOS E IMPUGNAÇÕES

8.1. Os questionamentos relativos à inscrição, à habilitação das candidatas ou ao procedimento eleitoral deverão ser apresentados à Presidência do CMDM, preferencialmente antes do início da votação, para apreciação e registro em ata.

8.2. As situações não previstas expressamente neste Edital serão analisadas pelo CMDM, observadas a legislação municipal, o Regimento Interno e os princípios da legalidade, da publicidade, da transparência e da participação democrática.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Este Edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e divulgado pelos meios oficiais do Município de Paulo Frontin/PR.

9.2. É de responsabilidade das interessadas acompanhar as informações e orientações relativas ao processo de escolha.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDM, respeitadas as normas legais e regimentais aplicáveis.

9.4. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 14 de outubro de 2026.

DÉBORA CHILANTI
Presidente do CMDM

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO – ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DAS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DO CMDM

Data da Assembleia: 29 de outubro de 2026
Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e Família – Paulo Frontin/PR
Nome da candidata: _____
Data de nascimento:___/___/____
RG: _____
CPF: _____
Endereço:_____
Telefone: _____
Representa alguma entidade, grupo, associação, movimento ou comunidade?
( ) Sim
( ) Não
Se sim, qual? _____
Cargo/Função ou forma de atuação: _____

Declaro que as informações acima são verdadeiras e que tenho interesse em participar da Assembleia de Eleição da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.
Paulo Frontin/PR, _____ de _____ de 2026.

Assinatura da candidata

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:77F79E92

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 017/2026/CMDCA

RESOLUÇÃO 017/2026/CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PAULO FRONTIN – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei Municipal nº 1.378, de 24 de maio de 2023;

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, inciso II, da Lei Municipal nº 1.378/2023, que prevê a existência de Comissões Temáticas e/ou Grupos de Trabalho na estrutura do CMDCA;

CONSIDERANDO o art. 16 da Lei Municipal nº 1.378/2023, que estabelece a composição das comissões e dos grupos de trabalho, assegurando a paridade entre representantes governamentais e da sociedade civil e facultando a participação de convidados, técnicos e especialistas;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os critérios e procedimentos referentes ao registro das organizações da sociedade civil e à inscrição dos programas de atendimento a crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente e nos arts. 19 a 23 da Lei Municipal nº 1.378/2023;

CONSIDERANDO a deliberação do plenário do CMDCA, realizada em reunião no dia 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Temática responsável pela elaboração da proposta de atualização da Resolução CMDCA nº 008/2011, que regulamenta o registro das entidades e a inscrição dos programas de atendimento a crianças e adolescentes no Município de Paulo Frontin/PR.

Art. 2º A Comissão será composta por 4 (quatro) membros do CMDCA, observada a paridade entre representantes governamentais e representantes da sociedade civil, conforme segue:

I – 2 (dois) representantes governamentais:

a) Janete Vieira Nizer - Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

b) Camila Carneiro - Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

II – 2 (dois) representantes da sociedade civil:

a) Gessica Keli Camilo - APMF Escola Municipal Santana

b) Janice Lucia Grando Geller - APAE

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das reuniões, sem direito a voto, técnicos, especialistas e representantes de órgãos públicos ou serviços relacionados à política de atendimento à criança e ao adolescente, conforme previsto no art. 16 da Lei Municipal nº 1.378/2023.

Art. 3º Compete à Comissão:

I – analisar a Resolução CMDCA nº 008/2011 e identificar a necessidade de atualização de seus dispositivos;

II – estudar a legislação aplicável ao registro das entidades e à inscrição dos programas de atendimento;

III – elaborar proposta de resolução que estabeleça critérios e procedimentos para registro, inscrição, renovação, recadastramento, acompanhamento e fiscalização;

IV – considerar, na elaboração da proposta, os programas governamentais e não governamentais, inclusive os programas de aprendizagem profissional e os programas de atendimento socioeducativo, conforme a legislação aplicável;

V – apresentar a proposta ao plenário do CMDCA para discussão, deliberação e eventual aprovação.

Art. 4º A Comissão poderá solicitar apoio técnico e jurídico da Administração Pública Municipal e convidar profissionais com conhecimento na área, observadas as disposições legais e regimentais.

Art. 5º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Resolução, para apresentar a proposta ao plenário do CMDCA, podendo esse prazo ser prorrogado mediante deliberação do Conselho.

Art. 6º A Comissão terá caráter consultivo e ficará vinculada ao CMDCA, nos termos do art. 16, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.378/2023.

Art. 7º A proposta elaborada pela Comissão não produzirá efeitos normativos antes de ser apreciada e aprovada pelo plenário do CMDCA e publicada na forma aplicável.

Art. 9º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 14 de outubro de 2026.

CAMILA CARNEIRO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:26CB443F

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 018/2026/CMDCA

RESOLUÇÃO 018/2026/CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — CMDCA DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Federal nº 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº 1.378/2023, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a necessidade de revisar e atualizar o Regimento Interno do CMDCA, aprovado pela Resolução nº 009/2016, adequando-o à legislação vigente;
CONSIDERANDO a previsão de instituição de comissões temporárias no Regimento Interno do CMDCA, especialmente em seu art. 32, §§ 1º e 2º;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA, em reunião realizada em 22 de setembro de 2026, que definiu os representantes para compor a Comissão Especial Temporária;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação paritária dos representantes governamentais e não governamentais nos trabalhos da Comissão;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial Temporária para Revisão e Atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — CMDCA de Paulo Frontin–PR, com a finalidade de analisar e propor a atualização do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 009/2016, adequando-o à legislação vigente.
Art. 2º A Comissão Especial Temporária será composta pelos seguintes representantes, escolhidos pelo Plenário do CMDCA na reunião realizada em 22 de setembro de 2026:
I — Representantes governamentais:
a) Emilly Raphaella Scheidt Kmita, representante da Secretaria Municipal de Saúde;
b) Vanessa Aparecida Olenka, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família.
II — Representantes não governamentais:
a) Lucia Volski, representante da Pastoral da Criança;
b) Janice Lucia Grando Geller, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE.
Art. 3º Compete à Comissão Especial Temporária:
I — analisar integralmente o Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 009/2016;
II — identificar dispositivos que necessitem de alteração, atualização, complementação ou revogação;
III — verificar a compatibilidade do Regimento Interno com o Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Lei Municipal nº 1.378/2023 e com as demais normas aplicáveis;
IV — revisar as disposições relativas à composição, às competências, ao funcionamento, às reuniões, às deliberações e às comissões do CMDCA;
V — elaborar proposta de atualização ou consolidação do Regimento Interno;
VI — apresentar a proposta ao Plenário do CMDCA para discussão, eventuais ajustes e deliberação.
Art. 4º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta Resolução, para concluir os trabalhos e apresentar a proposta ao Plenário.
Parágrafo único. O prazo poderá ser prorrogado mediante deliberação do Plenário do CMDCA, devidamente registrada em ata.
Art. 5º A Comissão poderá solicitar informações, documentos e esclarecimentos necessários à execução de suas atividades, observadas as competências legais do Conselho.
Art. 6º A proposta de atualização do Regimento Interno será submetida à apreciação e deliberação do Plenário do CMDCA, observando-se o quórum e o procedimento estabelecidos na Lei Municipal nº 1.378/2023 e nas demais normas aplicáveis.
Art. 7º A presente Resolução institui a Comissão Especial Temporária e não altera, por si só, o Regimento Interno vigente.
Parágrafo único. A atualização do Regimento Interno produzirá efeitos após sua aprovação pelo Plenário do CMDCA e a publicação do ato correspondente.
Art. 8º Os casos omissos relativos ao funcionamento da Comissão serão submetidos à apreciação do Plenário do CMDCA.
Art. 9º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Paulo Frontin–PR, 14 de outubro de 2026.

CAMILA CARNEIRO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:D475C15C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES DE PEROLA D' OESTE - CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 04/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a Servidor Efetivo, e dá outras providencias.

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pérola D´Oeste, Estado do Paraná, com fundamento no Artigo 27, inciso VI da Lei Orgânica do Município, combinando com o Artigo 42, inciso XXV do Regimento Interno; Lei Municipal nº300/02 642/09, nº953/15 e demais disposições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder 10(dez) dias de férias, do dia 14.10.2026 até 23.10.2026 para os Servidores efetivos abaixo relacionados, que tenham direito e não gozaram as referidas férias.

NOME DO SERVIDOR CARGO
JAQUELINE CASARIN SILVEIRACONTADORA

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições
em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, em 13de outubro de 2026.

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jaqueline Casarin Silveira
Código Identificador:5C56A6B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
DECRETO Nº 114/2026

SÚMULA: *Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Pérola D'Oeste.*

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A
Art. 1º. Fica decretado **Ponto Facultativo** nas Repartições Públicas Municipais de Pérola D'Oeste, nos dias **28, 29 e 30 de outubro de 2026**, em virtude da comemoração do dia do **Servidor Público,** conforme o disposto no art. 163, da Lei nº 300/2002, de 11.11.2002.
Art. 2º. Os serviços essenciais e de natureza contínua, especialmente os da área da saúde, serão mantidos em funcionamento, mediante escala a ser definida pelos respectivos responsáveis.
Art. 3º. As escolas municipais, estaduais e APAE obedecerão ao Calendário Escolar.
Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste/PR, em 13 de outubro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:C2B5DFE4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
EDITAL Nº 007/2026

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO E A REALIZAÇÃO DA ARGUIÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR DOS CANDIDATOS AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 102/2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº 102/2026 e com as disposições do edital que rege o processo de avaliação de mérito e desempenho para a função de Diretor Escolar,

TORNA PÚBLICA a convocação dos candidatos para a etapa de apresentação e arguição do Plano de Gestão Escolar, conforme as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto regulamentar a convocação e a realização da etapa de apresentação e arguição do Plano de Gestão Escolar dos candidatos participantes do processo de avaliação de mérito e desempenho para a função de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Pérola D'Oeste/PR.

1.2. A etapa será conduzida pela banca avaliadora, observando-se os critérios e a pontuação estabelecidos no Anexo III do Decreto Municipal nº 102/2026.

2. DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL

2.1. A apresentação e a arguição dos Planos de Gestão Escolar serão realizadas conforme o seguinte cronograma:

• **Data:** 14 e 15/10/2026;
• **Local:** Secretaria Municipal de Educação;
• **Endereço:** Rua Pio XII – nº 729;
• **Horário:** Das 13 as 17 horas.

2.2. A ordem de apresentação dos candidatos será estabelecida pela Comissão Organizadora.

2.3. É responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais referentes ao cronograma, aos horários e às orientações para a realização da etapa.

3. DA APRESENTAÇÃO E DA ARGUIÇÃO

3.1. O candidato deverá apresentar e defender seu Plano de Gestão Escolar perante a banca avaliadora, demonstrando conhecimento da realidade da unidade escolar, domínio das propostas apresentadas, capacidade de planejamento e viabilidade das ações propostas.

3.2. A sessão de apresentação e arguição observará o limite de até **30 (trinta) minutos**, conforme previsto no art. 21 do Decreto Municipal nº 102/2026.

3.3. Durante a arguição, a banca poderá formular perguntas relacionadas ao conteúdo do Plano de Gestão Escolar, às metas propostas, às estratégias de execução, aos indicadores de acompanhamento e à capacidade do candidato de fundamentar suas decisões e propostas.

3.4. O candidato deverá demonstrar clareza, objetividade, coerência e consistência nas respostas, bem como conhecimento das atribuições da função de Diretor Escolar e da realidade educacional da unidade pretendida.

3.5. A apresentação deverá manter correspondência com o Plano de Gestão Escolar entregue pelo candidato, não sendo admitida a substituição do documento por outro plano durante a sessão.

4. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

4.1. A avaliação do Plano de Gestão Escolar e da arguição observará os critérios estabelecidos no Anexo III do Decreto Municipal nº 102/2026, conforme o quadro a seguir:

Critério de avaliação	Pontuação máxima
1. Diagnóstico da realidade e uso de indicadores	60 pontos
2. Metas de aprendizagem, alfabetização e recomposição	70 pontos
3. Inclusão, equidade, frequência e permanência	50 pontos
4. Gestão democrática e participação	50 pontos
5. Gestão administrativa, financeira e patrimonial	40 pontos
6. Cronograma, indicadores e monitoramento	40 pontos
7. Arguição perante a banca	40 pontos
Total	**350 pontos**

4.2. Na avaliação do Plano de Gestão Escolar, serão considerados, entre outros aspectos previstos na ficha oficial:

I – o conhecimento da realidade da unidade escolar e a utilização dos indicadores educacionais para definição de prioridades;

II – a definição de metas mensuráveis e de ações concretas para a aprendizagem, a alfabetização e a recomposição das aprendizagens;

III – a previsão de ações de inclusão, acessibilidade, busca ativa, frequência, permanência e redução das desigualdades;

IV – o fortalecimento da gestão democrática e da participação das famílias, dos profissionais da educação e dos órgãos colegiados;

V – a organização dos recursos administrativos, financeiros e patrimoniais, com transparência e prestação de contas;

VI – a definição de prazos, responsáveis, indicadores e mecanismos de acompanhamento e avaliação das metas.

4.3. Na arguição, serão avaliados o domínio do Plano de Gestão Escolar, a consistência das respostas e a viabilidade das propostas apresentadas, conforme o Anexo III do Decreto Municipal nº 102/2026.

4.4. A banca avaliadora deverá registrar a pontuação atribuída e a justificativa da avaliação na ficha oficial correspondente, observando os critérios estabelecidos no Decreto.

5. DA PONTUAÇÃO E DO RESULTADO

5.1. A etapa do Plano de Gestão Escolar e arguição terá pontuação máxima de **350 (trezentos e cinquenta) pontos**, sendo exigido o mínimo de **175 (cento e setenta e cinco) pontos**, conforme o instrumento de avaliação constante do Decreto Municipal nº 102/2026.

5.2. A pontuação será registrada individualmente na ficha de avaliação do Plano de Gestão Escolar e da arguição, integrante do Anexo III do Decreto.

5.3. O resultado desta etapa será considerado para composição do resultado geral do processo, observadas as demais etapas, pontuações mínimas e regras previstas no Decreto Municipal nº 102/2026 e no edital de abertura do processo.

5.4. A divulgação do resultado ocorrerá pelos meios oficiais previstos no edital que rege o processo.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. A Comissão Organizadora e a banca avaliadora deverão assegurar a observância dos critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 102/2026, garantindo a regularidade e a transparência da avaliação.

6.2. Os registros e documentos relativos à avaliação deverão ser preenchidos, assinados e arquivados pela Comissão Organizadora, conforme as normas aplicáveis ao processo.

6.3. Os recursos eventualmente cabíveis observarão os procedimentos e os prazos previstos no edital de abertura e no Decreto Municipal nº 102/2026.

6.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 102/2026 e as competências nele estabelecidas.

6.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola D'Oeste/PR, 10 de outubro de 2026.

ROSANI MARIA HEINTZE GIONGO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Publicado por:
Rosani Maria Heintze Giongo
Código Identificador:169DB266

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, comunica à população que a **Audiência Pública destinada à apresentação e discussão da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2027**, anteriormente prevista para o dia **13 de outubro de 2026**, foi **transferida para o dia 20 de outubro de 2026, às 17h00**.

A audiência será realizada nas dependências da Câmara Municipal de Piên e tem como objetivo apresentar as previsões de receitas e despesas do Município para o exercício financeiro de 2027, promovendo a transparência e incentivando a participação da população no processo de planejamento orçamentário.

Contamos com a participação de todos os cidadãos.

Piên – PR, 13 de outubro de 2026.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
Câmara Municipal de Piên – PR

Publicado por:
Gilson Hilgenstieler
Código Identificador:1BAE1AA7

LEGISLATIVO MUNICIPAL
CRONOGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES E VEREADORES

O presente cronograma anual de capacitação tem por objetivo promover o aperfeiçoamento contínuo dos servidores e vereadores da Câmara Municipal, contribuindo para o aprimoramento da gestão legislativa, administrativa e institucional.

De acordo com o Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo -Prolegis – TCE/PR, instituída por meio da Instrução Normativa do TCE/PR nº 197/2025, as capacitações serão planejadas ao longo do exercício, contemplando temas relevantes para o desempenho das funções públicas, o fortalecimento da atuação parlamentar, a melhoria dos processos administrativos e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão pública.

O programa poderá abranger cursos, palestras, oficinas, treinamentos e seminários, de acordo com as necessidades identificadas pela Câmara Municipal, considerando as alterações legislativas, as demandas dos setores e as competências necessárias ao exercício das atividades.

Entre os temas a serem contemplados, destacam-se: processo legislativo, técnica legislativa, orçamento público, planejamento e execução orçamentária, licitações e contratos, gestão de pessoas, controle interno, transparência e acesso à informação, proteção de dados, fiscalização do Poder Executivo, comunicação institucional, ética e conduta no serviço público, prestação de contas e demais assuntos relacionados às atribuições dos vereadores e servidores.

Cronograma de Capacitação – Nov/2026 a Dez/2027

Distribuição dos participantes
Vereadores: fevereiro, maio, setembro e novembro.
Diretor Financeiro: dezembro, março, julho, novembro.
Diretor Administrativo: novembro, abril, junho, agosto e outubro.
Contador: novembro, março e junho, outubro.
Advogados: fevereiro, maio e agosto.
Assessores e Chefes de Gabinete: fevereiro, maio e setembro
Controlador Interno: novembro, março, maio e outubro.
Técnico Legislativo: fevereiro, maio e setembro.
Agente de Contratação: abril e setembro, novembro.
Patrimônio: julho.
RH: Março e outubro.
Assessor de Imprensa: maio, setembro, novembro.
LGPD: agosto.
Serviços Gerais: fevereiro e agosto e capacitações específicas de segurança e rotinas durante o ano.

Temas propostos:
Planejamento, Gestão Pública e elaboração do PAC 2027
Encerramento do exercício, orçamento e planejamento 2027
Processo Legislativo e Técnica Legislativa
Administração Pública, ética e responsabilidades
Contabilidade Pública e Orçamento
Licitações e Contratos – Lei 14.133/2021
Direito Administrativo e Responsabilidade dos Agentes
Controle Interno, Auditoria e Gestão de Riscos
Gestão de Patrimônio e Almoxarifado
LGPD e Segurança da Informação
Comunicação Pública e Assessoria de Imprensa
Recursos Humanos e Gestão de Pessoas
Gestão Financeira, Orçamento e Planejamento
Avaliação do PAC 2027 e planejamento 2028
Regimento Interno da Câmara Municipal na prática
Comissões Permanentes e Temporárias
Elaboração de Projetos de Lei, Requerimentos, Indicações e Moções
Emendas parlamentares e execução orçamentária
Diárias, adiantamentos e despesas públicas
Gestão documental e arquivo público
Ouvidoria e participação popular
Comunicação e uso responsável das redes sociais por agentes públicos
Condutas e vedações em ano eleitoral
Prevenção e combate ao assédio moral e sexual no serviço público
Acessibilidade e atendimento inclusivo ao cidadão
Inteligência artificial aplicada à Administração Pública
Governança, integridade e gestão de riscos
Prevenção de irregularidades e apontamentos dos Tribunais de Contas
Processo Legislativo Municipal e Técnica Legislativa

O cronograma é uma noção inicial que poderá ser adequado conforme as necessidades institucionais e as atualizações da legislação aplicável. Além dos eventos e cursos são agendados não com muito tempo de antecedência, desta forma podem ser adequados conforme a viabilidade e disponibilidade das empresas de treinamentos e órgãos de controle, fiscalização e outros. Também dentro do cronograma dos servidores e vereadores podem ser realizados os cursos e treinamentos em portais online sendo gratuitos ou com custas.

Instituições de referência
TCE-PR – Escola de Gestão Pública: controle interno, licitações, contratos, contabilidade, orçamento e gestão pública. Escola de Gestão Pública do TCE-PR
CRCPR: contabilidade pública, gestão financeira e atualização profissional. Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

• **OAB –** Conteúdos relacionados ao Direito, legislação, ética, processo administrativos. Ordem dos Advogados do Brasil.

Escola de Gestão do Paraná: capacitações para servidores e gestores públicos. Escola de Gestão do Paraná
Empresas especializadas: podem ser utilizadas para temas específicos como **LGPD, comunicação, RH, patrimônio, processo legislativo e Lei 14.133/2021**, mediante pesquisa de mercado e procedimento de contratação aplicável.
Empresas que podem ser pesquisadas para contratação:

• Unyflex - Tudo em Gestão Pública — capacitação em gestão pública.
• Zênite Informação e Consultoria S/A — destaque para licitações, contratos e compras públicas.
• Unicursos – Capacitação
• Inove Soluções em Capacitação — capacitação profissional.
• SILP Eventos e Treinamentos — treinamentos e eventos.
• Gestão Pública Brasil — capacitação relacionada à gestão pública.

• Liciexpress Licitações — com foco em licitações e capacitação.

Piên, 28 de setembro de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

IVAN CASAGRANDE
Diretor Dpto Contábil e RH.

Publicado por:
Gilson Hilgenstieler
Código Identificador:9F75BB7A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATAS 246/2026 E 247/2026

EXTRATO DE ATAS

ATAS 246/2026 e 247/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 067/2026
Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para execução de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d´água, serviços de controle de vetores e pragas urbanas por meio de desratização, desinsetização, descupinização e desalojamento para atender as Secretarias Municipais.

Ata nº 246/2026 - HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 36.929.401/0001-78, vencedora dos itens conforme relatório disponível no site https://portal-prefeitura-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/contrato/contratos-atas-de-registro-de-preco-por-contrato, resultando no valor total de R$ 22.330,00 (vinte e dois mil e trezentos e trinta reais).
Ata nº 247/2026 - SANECIC SERVIÇOS DE TRANSPORTE LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 27.165.029/0001-80, vencedora dos itens conforme relatório disponível no site https://portal-prefeitura-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/contrato/contratos-atas-de-registro-de-preco-por-contrato, resultando no valor total de R$ 6.720,00 (seis mil e setecentos e vinte reais).

Fiscal Administrativo:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL	Larissa do Carmo Honório/ CRAS Leticia Inez Schroth Gabardo
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Eliane Pimentel Jubainski Streit
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Lidair Osmar Zappe
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Danielli Earth
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
SECRETARIA DE GOVERNO	Maikeli Thaiane Knutz Senn
SECRETARIA DE SAÚDE	Fabiula Gabrielli Sura
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Suelen Surek
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Sandrieli Aparecida Ludvinski

Prazo de Vigência: 12 (Doze) meses a partir da publicação, podendo ser prorrogado conforme Lei 14.133/2021.

Data de assinatura: 08 de outubro de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:B0ECA104

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 149/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 149/2026

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 129/2026

CONTRATADO: MAA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ: 22.316.617/0001-53
OBJETO: Contratação de Show Nacional com a dupla HUMBERTO E RONALDO para abertura do Natal Luz agendado para o dia 20/11/2026, na esquina Avenida Brasil com Avenida Paraná, com duração de 1h30, incluso Transporte terrestre (ônibus, carreta e aeronave), Alimentação (diária de alimentação), Transporte Local (vans), Carregadores, Hospedagem, Camarins, Mão-de-obra equipe técnica e músicos, Encargos, Impostos, Locação backline.
VALOR TOTAL: R$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data da publicação.

FISCAL: Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
DATA DE ASSINATURA: 08 de outubro de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:D4B4E42B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°310 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO N.º 310 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 1.153.900,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 1.153.900,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
03.001	**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
28.843.0.8.5	**DÍVIDA PÚBLICA**	
3.2.90.21.00.00	**JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO**	
840	**0000 Recursos Ordinários (Livres)**	**530.000,00**
4.6.90.71.00.00	**PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO**	
850	**0000 Recursos Ordinários (Livres)**	**420.000,00**
	SUBTOTAL	**950.000,00**
07	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
07.001	**FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**	
18.542.8.2.16	**FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**	
3.3.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	
1630	**0000 Recursos Ordinários (Livres)**	**200.000,00**
	SUBTOTAL	**200.000,00**
10	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL**	
10.002	**DEFESA CIVIL**	
6.182.12.2.30	**DEFESA CIVIL**	
3.3.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	
3450	**0000 Recursos Ordinários (Livres)**	**3.900,00**
	SUBTOTAL	**3.900,00**
	TOTAL	**1.153.900,00**

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....1.153.900,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor

03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
4.122.3.2.4	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
730	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.900,00
	SUBTOTAL	3.900,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
20.606.8.2.17	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1810	0000 Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
	SUBTOTAL	200.000,00
	TOTAL	203.900,00

2. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	**COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL**	**950.000,00**
	TOTAL	**950.000,00**

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....1.153.900,00
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 13 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:CE2D94D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN - PR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTA DA PROVA OBJETIVA, DE TÍTULOS E CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA –
TAF do Edital de Processo Seletivo, conforme segue:

JULGAMENTO DOS RECURSOS

NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE RECURSO NESTE ATO.

Piên, 14 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:06DF22C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERRATA AO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 009/2025

2º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKOPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 18.115.589/0001-39, com sede a Av. Nossa Senhora Aparecida, nº 490, Bairro: Santa Terezinha em Fazenda Rio Grande/PR, telefone: (41) 3060-3177, (41) 99802-0323, e-mail: financeiro@mamnterraplanagem.com; neste ato representado pela **Sra. Micheli de Araujo Martha**, inscrita no CPF sob nº. 000.714.831-36, doravante denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 080/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 3721/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato conforme abaixo:

EXECUÇÃO: 120 dias de 13/07/2026 a 10/11/2026
VIGÊNCIA: 120 dias de 09/01/2027 a 09/05/2027

Cláusula Segunda: Fica acrescido ao contrato o valor de R$ 185.128,73 (cento e oitenta e cinco mil, cento e vinte e oito reais e setenta e três centavos) conforme documentação constante no processo Concorrência 009/2025.

ONDE SE LÊ: Fica acrescido ao contrato o valor de R$ 185.128,73 (cento e oitenta e cinco mil, cento e vinte e oito reais e setenta e três centavos)

LEIA-SE: Fica acrescido ao contrato o valor de R$ 185.308,99 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e oito reais e noventa e nove centavos)

Cláusula Terceira: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO A CLÁUSULA SEGUNDA

Piên/PR, 21 de setembro de 2026

MAICON GROSSKOPF	***MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA***
Contratante	Contratado

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:8F8E79C3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERRATA AO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 009/2025

3º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKOPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 18.115.589/0001-39, com sede a Av. Nossa Senhora Aparecida, nº 490, Bairro: Santa Terezinha em Fazenda Rio Grande/PR, telefone: (41) 3060-3177, (41) 99802-0323, e-mail: financeiro@mamnterraplanagem.com; neste ato representado pela **Sra. Micheli de Araujo Martha**, inscrita no CPF sob nº. 000.714.831-36, doravante denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 080/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 3721/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica suprimido do contrato o valor de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) conforme documentação constante no processo Concorrência 009/2025.

ONDE SE LÊ: Fica suprimido do contrato o valor de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais)

LEIA-SE: Fica suprimido do contrato o valor de R$ 31.225,34 (trinta e um mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos)

Cláusula Terceira: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO A CLÁUSULA PRIMEIRA

Piên/PR, 21 de setembro de 2026

MAICON GROSSKOPF	***MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA***
Contratante	Contratado

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:A0EF5AAB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1344 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1344 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 13 de outubro a 11 de novembro de 2026, ao servidor público **José Ricardo Bonifácio,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 7*******/PR matrícula funcional nº 4765983, ocupante do cargo público de **Operador de Máquina.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:7E8423E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1345, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1345, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença em razão de doença em pessoa da família.

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em razão de doença em pessoa da família, no período de 03 de outubro a 01 de novembro de 2026, ao servidor público **EDÉLCIO GONÇALVES RIBEIRO,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 10***.***.*/PR e matrícula funcional 103701, ocupante do cargo público de **Agente Operacional.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado médico apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 13 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:817ADAAA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1346, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1346, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 28 de dezembro de 2026 a 06 de janeiro de 2027, ao servidor público **WAGNER ALBUQUERQUE,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 046.***.***.**/SC e matrícula funcional 4766366, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Procurador Jurídico.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:CFEB8117

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1348, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1348, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença em razão de doença em pessoa da família.

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em razão de doença em pessoa da família, no período de 08 de outubro a 23 de outubro de 2026, a servidora pública **ILSA DE FATIMA FERREIRA** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 4*********/PR e matrícula funcional 19102, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 13 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:76805ADC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1350, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1350, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **TATIANE CUBAS RIBAS MALCHOVSKI,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 076.***.***-37 matrícula funcional 4766171, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Diretor de Área,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Evento PROGOV	14/10/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 150,00	10304/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data da viagem.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 09 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:B9A7C4D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1354, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1354, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

instauração de sindicância.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar sindicância a fim de averiguar os fatos comunicados pela Secretaria de Educação, através do Memorando nº 356/2026.

Art. 2º Nomear as pessoas abaixo relacionadas para comporem a Comissão Processante:
I – Marily Penteado Wotroba Heiden
II – Rosangela Maidanchen Zappe
III – Noili Fortescki Gassner.

Art. 3º A presidência da comissão sindicante ficará a cargo de Marily Penteado Wotroba Heiden.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:86E8E39D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1355, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1355, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 11 de outubro a 08 de novembro de 2026, ao servidor público **AMAURI MOREIRA GOMES** portador do RG nº 5*******/SC e matrícula funcional 101281, ocupante do cargo público de **Operador de Máquina.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:CAF28CCE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1356, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1356, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 29 de setembro a 09 de outubro de 2026, a servidora pública **LENITA DE LIMA HONORIO** portadora do RG nº 9*******/PR e matrícula funcional 386951, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:F58AA8FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1357, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1357, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Stefan Corniani Aran, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 22 de setembro a 06 de outubro de 2026, ao servidor público **JOSE LUIZ DE BARROS** portador da cédula de identidade civil com RG 7*******/PR e matrícula funcional 350761, ocupante do cargo público de **Contador.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:A1652DE7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1358, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1358, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 07 de outubro a 05 de novembro de 2026, ao servidor público **JOSE LUIZ DE BARROS** portador do RG nº 7*******/PR e matrícula funcional 350761, ocupante do cargo público de **Contador.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:CAE74176

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1359, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1359, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) João Pedro S. S. de Carvalho, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 17 de setembro a 01 de outubro de 2026, ao servidor público **RONALDO ANTONIO MORAIS** portador da cédula de identidade civil com RG 8*******/PR e matrícula funcional 104871, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:3EC88A23

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1360, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1360, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 02 de outubro a 14 de novembro de 2026, ao servidor público **RONALDO ANTONIO MORAIS** portador do RG nº 8*******/PR e matrícula funcional 104871, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:79B117B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1361, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1361, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 04 de outubro a 30 de novembro de 2026, a servidora pública **ARIANE RUIZ PALOMA** portadora do RG/CPF 798.***.***-** e matrícula funcional 4765179, ocupante do cargo público de **Auxiliar de consultório dentário.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:0E20A453

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1362, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1362, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) João Paulo de Oliveira Silva, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 14 de setembro a 28 de setembro de 2026, a servidora pública **VALDICEIA DA SILVA SCHREINER** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 043.***.***-** e matrícula funcional 4766065, ocupante do cargo público de **Motorista.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:7E419533

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1363, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1363, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 29 de setembro a 03 de outubro de 2026, a servidora pública **VALDICEIA DA SILVA SCHREINER** portadora do RG/CPF 043.***.***-** e matrícula funcional 4766065, ocupante do cargo público de **Motorista.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:670E999B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1364, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1364, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025,

considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 13 de outubro a 30 de outubro de 2026, a servidora pública **VALDICEIA DA SILVA SCHREINER** portadora do RG/CPF 043.***.***-** e matrícula funcional 4766065, ocupante do cargo público de **Motorista.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:CB0E7F57

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1365, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1365, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Eri Garcia Buemo, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 14 de novembro a 28 de novembro de 2026, a servidora pública **DOROTI DE FATIMA PIECKOCZ** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 601.***.***-** e matrícula funcional 4766042, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Area I - Contratos.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:6D58475E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1366, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1366, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Rudney Augusto Luciano Icardo, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 18 de setembro a 25 de setembro de 2026, a servidora pública **SILVIA JAQUELINE DOS SANTOS GONÇALVES** portadora da cédula de identidade civil com RG 5.***.***.*/SC e matrículas funcionais 11391/11392, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:1AD15C1D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1367, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1367, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 25 de setembro a 12 de dezembro de 2026, a servidora pública **ROSEMARI TEREZINHA BUBA** portadora do CPF 630.***.***.** e matrícula funcional 17081, ocupante do cargo público de **Agente de serviços gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:238977DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1368, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1368, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Wellington Thiago Zimermann Dias, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 15 de setembro a 24 de setembro de 2026, a servidora pública **AMANDA**

GONÇALVES portador da cédula de identidade civil com RG/CPF 082.***.***-** e matrícula funcional 4766124, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:B44F93F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1369, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1369, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Bruna Fischer, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 17 de setembro a 23 de setembro de 2026, a servidora pública **ILAIR DAS GRACAS DEUNISIO** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF 043.***.***-** e matrícula funcional 10991, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:F5FEDCA2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1370, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1370, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a)

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66 da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **SILVANA TEIXEIRA JUNG**, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 034.***.***-08 e matrícula funcional 4766260, ocupante do cargo de agente político de **Secretária de Administração e Finanças,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Evento PROGOV	13 e 14/10/2026	Curitiba/PR	2 (duas)	R$ 287,00	10377/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 13 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:A0D0AC00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1371, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1371, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Emmanuele de Oliveira Fraga, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A . Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 09 de setembro a 25 de setembro de 2026, a servidora pública **MARTA BUENO DA SILVA MALCHOVSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG 9*******/PR e matrícula funcional 105861, ocupante do cargo público de **Professor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:A19A45E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1372, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1372, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente político(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **MAICON GROSSKOPF**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 080.***.***-** matrícula funcional 4765237, ocupante do cargo público de agente político de **Prefeito,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Evento PROGOV	13 e 14/10/2026	Curitiba/PR	2 (duas)	R$ 287,00	10376/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 13 de outubro de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:DF7F0DCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1373, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1373, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Ruth Maria Gonçalves, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 17 de setembro a 01 de outubro de 2026, a servidora pública **ALZIRA APARECIDA DA CRUZ RUNSCHKA** portadora da cédula de identidade civil com RG 13.***.***.*/PR e matrícula funcional 101311, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:FA388E7B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1373, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1373, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Ruth Maria Gonçalves, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 17 de setembro a 01 de outubro de 2026, a servidora pública **ALZIRA APARECIDA DA CRUZ RUNSCHKA** portadora da cédula de identidade civil com RG 13.***.***.*/PR e matrícula funcional 101311, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:D2F5D69A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1374, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1374, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente político(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **PEDRO GERALDO CAVALHEIRO DA SILVA**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 670.***.***-** matrícula funcional 4765673, ocupante do cargo público de agente político de **Vice-Prefeito,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Evento PROGOV	13 e 14/10/2026	Curitiba/PR	2 (duas)	R$ 287,00	10375/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data da viagem.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:4E135702

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1375, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1375, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 15 de outubro a 24 de outubro de 2026, a servidora pública **Claudiana Lang da Silva,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 5.****.***/SC matrícula funcional nº 105571, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR,13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:46FACCE3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para eventual Prestação de Serviços de Escavadeira Hidráulica conforme necessidade das Secretarias Municipais de Viação e Serviços Rodoviários, Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento, Obras e Urbanismo, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência. **Entrega das propostas**: a partir 14/10/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 30/10/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:40A18C36

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO APURATÓRIO Nº 012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO APURATÓRIO N° 012/2026.
Fornecedor: Geração Y de Resende Comércio Ltda
APLICADA A PENALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: a**) MULTA COMPENSATÓRIA de 5% do valor total do contrato (R$ 31.500,00),** o que perfaz o valor de R$ 1.575,00 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais) conforme prevê a alínea "a" do inciso II do parágrafo quinto da cláusula nona do Contrato nº 108/2025; b**) EXTINÇÃO DO CONTRATO**, com amparo no parágrafo quarto da cláusula décima do Contrato nº 108/2025 c/c art. 137, I, da Lei nº 14.133/21.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:AE433D65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026

COMPRASGOV- Nº 19/2026

AMPLA CONCORRÊNCIA

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

OBJETO: "Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na disponibilização de solução tecnológica integrada para gestão, monitoramento e controle da frota municipal, compreendendo plataforma em ambiente de computação em nuvem (SaaS), fornecimento, instalação e manutenção de dispositivos eletrônicos embarcados (IoT), rastreamento por GPS, suporte técnico, treinamento, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, conforme especificações constantes do Termo de Referência".

O MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 95.590.832/0001-11, torna público que:

Fica alterada a DATA prevista para abertura e julgamento das propostas e início da sessão de disputa de acordo como segue:
Nova data de abertura: 30/10/2026 - **Horário**: 09:00

Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Pinhal de São Bento/PR, 13/10/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:05522F32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1300/2026

DECRETO Nº 1.300/2026

Regulamenta os procedimentos de planejamento, execução, registro de achados e acompanhamento das atividades do Sistema de Controle Interno do Município de Pinhal de São Bento – PR, institui modelos padronizados de matrizes e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, relativos à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública;
CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle interno, prevenção de irregularidades, avaliação de riscos e acompanhamento dos atos administrativos;
CONSIDERANDO a importância da padronização dos procedimentos de auditoria, fiscalização e monitoramento realizados pelo Controle Interno Municipal;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência na Administração Pública;
DECRETA:
Art. 1º Ficam regulamentados, no âmbito do Poder Executivo do Município de Pinhal de São Bento – PR, os procedimentos de planejamento, execução, documentação e acompanhamento das atividades de auditoria, fiscalização e avaliação realizadas pelo Sistema de Controle Interno Municipal, observadas as competências previstas na legislação vigente.
Art. 2º Ficam instituídos os seguintes instrumentos padronizados de trabalho do Controle Interno Municipal:
I – Matriz de Planejamento;
II – Matriz de Achados;
III – Relatório de Auditoria ou Fiscalização;
IV – Plano de Providências e Recomendações;
V – Matriz de Monitoramento e Acompanhamento.
Parágrafo único. Os instrumentos previstos neste artigo poderão ser adaptados pelo responsável pelo Controle Interno, conforme a natureza, a complexidade e os objetivos de cada trabalho, preservados os requisitos essenciais de documentação e rastreabilidade.
Art. 3º A Matriz de Planejamento deverá ser elaborada antes do início da execução de cada trabalho de auditoria ou fiscalização, quando aplicável, e conterá, no mínimo:
I – identificação da unidade administrativa ou secretaria auditada;
II – objeto e objetivo da fiscalização;
III – escopo e período abrangido;
IV – critérios legais, normativos e administrativos aplicáveis;
V – procedimentos e testes que serão realizados;

VI – documentos e evidências necessários;
VII – riscos relevantes a serem avaliados;
VIII – cronograma e responsáveis pela execução.
Art. 4º A Matriz de Achados será utilizada para registrar, organizar e fundamentar as situações identificadas durante os trabalhos de controle interno, contendo, quando aplicável:
I – descrição objetiva da situação encontrada;
II – critério ou norma aplicável;
III – evidências que sustentam o achado;
IV – causa identificada, quando possível;
V – efeitos verificados ou riscos potenciais;
VI – avaliação da relevância e materialidade;
VII – recomendação ou medida corretiva proposta;
VIII – unidade responsável pela providência;
IX – prazo para atendimento;
X – manifestação da unidade auditada e resultado do acompanhamento.
§ 1º Os achados deverão estar fundamentados em evidências suficientes, pertinentes e documentadas.
§ 2º As situações identificadas deverão ser diferenciadas entre irregularidades comprovadas, falhas de controle, riscos potenciais e oportunidades de melhoria.
§ 3º A identificação de um achado não implica, por si só, a conclusão de responsabilidade individual, devendo ser observados os procedimentos legais cabíveis.
Art. 5º Os relatórios elaborados pelo Controle Interno deverão apresentar, conforme a natureza do trabalho:
I – identificação do objeto fiscalizado;
II – metodologia e procedimentos adotados;
III – análise das evidências coletadas;
IV – achados e respectivas fundamentações;
V – recomendações e medidas propostas;
VI – conclusão sobre o objeto examinado;
VII – prazo para adoção das providências, quando necessário.
Parágrafo único. A conclusão deverá corresponder aos procedimentos efetivamente executados e às evidências obtidas, não sendo admitida declaração genérica de regularidade sem suporte documental suficiente.
Art. 6º As unidades administrativas fiscalizadas deverão colaborar com os trabalhos do Controle Interno, disponibilizando documentos, informações, registros e esclarecimentos necessários ao cumprimento das atividades, respeitadas as disposições legais relativas ao sigilo e à proteção de dados.
§ 1º As recomendações serão encaminhadas formalmente ao titular da unidade responsável.
§ 2º A unidade deverá apresentar manifestação sobre as recomendações, informando as providências adotadas ou o planejamento para seu atendimento, dentro do prazo estabelecido pelo Controle Interno, de acordo com a complexidade da matéria.
§ 3º Na impossibilidade de cumprimento do prazo, a unidade deverá apresentar justificativa fundamentada e, quando cabível, solicitar sua prorrogação.
Art. 7º Fica instituída a Matriz de Monitoramento e Acompanhamento, destinada ao controle das recomendações emitidas pelo Controle Interno, contendo:
I – identificação do relatório de origem;
II – descrição da recomendação;
III – unidade responsável;
IV – prazo estabelecido;
V – situação do atendimento;
VI – evidências da providência adotada;
VII – resultado da verificação posterior;
VIII – pendências e encaminhamentos necessários.
Parágrafo único. As recomendações pendentes, não atendidas ou atendidas parcialmente deverão ser objeto de acompanhamento, com registro das justificativas apresentadas e comunicação à autoridade competente, quando necessário.
Art. 8º O Controle Interno poderá estabelecer prioridades de fiscalização considerando, entre outros fatores:
I – materialidade dos recursos envolvidos;
II – relevância administrativa e social;
III – probabilidade e impacto dos riscos;
IV – histórico de falhas e recomendações pendentes;
V – exigências legais e determinações dos órgãos de controle externo.
Art. 9º Os documentos produzidos no âmbito dos trabalhos de Controle Interno deverão ser organizados e mantidos em arquivo físico ou eletrônico, de forma a permitir sua identificação, rastreabilidade e consulta pelos agentes autorizados, observados os prazos legais de guarda documental e as normas de acesso à informação e proteção de dados.
Art. 10. A atuação do Controle Interno possui caráter preventivo, orientativo, avaliativo e corretivo, sem prejuízo das atribuições de fiscalização, apuração e comunicação de irregularidades previstas na legislação.
Parágrafo único. As recomendações do Controle Interno deverão observar as competências legais de cada unidade administrativa e não substituem as atribuições próprias dos gestores, ordenadores de despesas, fiscais de contratos e demais agentes públicos.
Art. 11. O responsável pelo Controle Interno poderá expedir orientações, modelos, roteiros, checklists e instruções complementares necessários à execução deste Decreto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 12. As unidades administrativas deverão observar os procedimentos estabelecidos neste Decreto nos trabalhos de auditoria e fiscalização abrangidos por sua aplicação, sem prejuízo das normas específicas de cada área.
Art. 13. Os casos omissos serão analisados pelo responsável pelo Controle Interno, observada a legislação vigente e, quando necessário, submetidos à apreciação da autoridade competente.
Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:1DC7EB1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA N° 356/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Sergio da Silva Matrícula: 637-1
Órgão de Lotação: Gabinete do Prefeito Cargo ou função: Vice prefeito municipal
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 12/10/2026 á 14/10/2026
Destino: Curitiba/PR
Valor de diárias: 781,99 x 3 = R$ 2.345,97
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Acompanhar o prefeito municipal em visitas aos gabinetes dos deputados que representam o município e Secretarias do Governo do Estado do Paraná.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: SECID- Secretaria das cidades, SEAB- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, SEIL – Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística , SESA – Secretaria de Saúde.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 0 Cta: 170
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 09 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Paulo Sergio da Silva

(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Paulo Sergio da Silva

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:79A0ADC4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA N° 357/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Falcade de Oliveira Matrícula: 637-1
Órgão de Lotação: Gabinete do Prefeito Cargo ou função: Prefeito municipal
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 12/10/2026 á 14/10/2026
Destino: Curitiba/PR
Valor de diárias: 781,99 x 3 = R$ 2.345,97
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Visitar aos gabinetes dos deputados que representam o município e Secretarias do Governo do Estado do Paraná.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: SECID- Secretaria das cidades, SEAB- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, SEIL – Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística , SESA – Secretaria de Saúde.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 0 Cta: 170
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 09 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Paulo Falcade de Oliveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Paulo Falcade de Oliveira

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:DB70AE0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3426/2026

PORTARIA Nº 3.426/2026

Dispõe sobre o enquadramento dos Profissionais do Magistério do Município de Pinhal de São Bento, nos termos do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

O **Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 20 de 06 de outubro de 2026, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Pinhal de São Bento;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o enquadramento dos Profissionais do Magistério, em conformidade com as regras de transição, critérios e parâmetros estabelecidos na referida lei;

CONSIDERANDO o disposto nos art. 75 e seguintes da Lei Complementar nº 20/2026, que tratam do enquadramento dos Profissionais do Magistério no novo plano;

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Ficam enquadrados os Profissionais do Magistério do Município de Pinhal de São Bento, nos termos dos art. 75 e seguintes da Lei Complementar nº 20/2026, observados os respectivos cargos, classes, referências, padrões e demais critérios previstos no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

Art. 2º O enquadramento de que trata esta Portaria não implica, por si só, reconhecimento de direito a diferenças remuneratórias retroativas, salvo previsão legal expressa.

Art. 3º O enquadramento funcional dos Profissionais do Magistério do quadro do Magistério do Município de Pinhal de São Bento dar-se-á **na forma da tabela constante nesta Portaria:**

Matrícula	Enquadramento
4061	NP VIII
3631	NP IX
3001	NP X
611	NP XV
612	NP XV
281	NP XV
282	NP IX
5851	NS I
6421	NS I
3621	NP IX
331	NP XV
2461	NP XII
781	NP XV
782	NP X
2991	NP X
6491	NS I
3691	NP IX
2971	NP X
2972	NP IX
3821	NP IX
861	NP XV
862	NP IX
2961	NP X
2962	NP IX
3651	NP IX
421	NP XV
422	NP X
3231	NP IX
3681	NP IX
6331	NS I
3011	NP X
3321	NP X
2981	NP X
3961	NP VIII
2191	NP XII
1351	NP XV
1352	NP X

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Pinhal de São Bento/PR, 08 de outubro de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito do Município

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:B5AC5515

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3427/2026

PORTARIA Nº 3.427/2026

Exonera servidor efetivo do exercício de Função Gratificada (FG)**.**

O **Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 20/2026, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos profissionais do Magistério do Município de Pinhal de São Bento, com revogação das funções gratificadas anteriormente existentes;
CONSIDERANDO que a Função Gratificada possui natureza transitória e precária, vinculada ao interesse público;
RESOLVE:

Art. 1º Fica **dispensada**, a partir de 01 de outubro de 2026, a Função Gratificada da servidora efetiva:

EVA LUZIA BARCKI MAZUCO, matrículas nº 1351 e 1352, ocupante do cargo efetivo de **Professora**, do exercício da **Função Gratificada de Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo**, vinculada à **Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo**, em razão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério deste Município de Pinhal de São Bento.

Art. 2º A dispensa do exercício da Função Gratificada implica a **cessação do pagamento da respectiva gratificação**, não gerando direito à indenização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data indicada no art. 1º.
Pinhal de São Bento/PR, 07 de outubro de 2026.

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:70A55A99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3428/2026

PORTARIA Nº 3.428/2026

Exonera servidor efetivo do exercício de Diretor de Estabelecimento de Ensino**.**

O **Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 20/2026, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Pinhal de São Bento;
CONSIDERANDO que a gratificação possui natureza transitória e precária, vinculada ao interesse público;
RESOLVE:

Art. 1º Fica **dispensada**, a partir de 01 de outubro de 2026, da Função de Diretora de Estabelecimento de Ensino as servidoras efetivas:

MARCIA CHAVES DA SILVA, matrícula nº 3621, ocupante do cargo efetivo de **Professora,** do exercício da **Função de Diretora de Estabelecimento de Ensino,** da Escola Municipal Primo Savoldi, vinculada à **Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo**, em razão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério deste Município de Pinhal de São Bento.

MARILENE SANDRA BLAUTH, matrícula nº 3991, ocupante do cargo efetivo de **Professora de Educação Infantil**, do exercício da **Função de Diretora de Estabelecimento de Ensino,** do Centro Municipal de Educação Infantil, vinculada à **Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo**, em razão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério deste Município de Pinhal de São Bento

Art. 2º A dispensa do exercício da Função Gratificada implica a **cessação do pagamento da respectiva gratificação**, não gerando direito à indenização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data indicada no art. 1º.
Pinhal de São Bento/PR, 07 de outubro de 2026.

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:D6CF9B56

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3430/2026

PORTARIA Nº 3.430/2026

Dispõe sobre a exclusão de servidor efetivo do regime de tempo integral**.**

O **Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 20/2026, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos profissionais do Magistério do Município de Pinhal de São Bento, com revogação da gratificação de regime de tempo integral anteriormente existentes;
CONSIDERANDO que o regime de tempo integral possui natureza **funcional acessória**, vinculada ao interesse da Administração e à necessidade do serviço público;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam **excluídos do regime de tempo integral**, a partir de 01 de outubro de 2026, os(as) servidores(as):

Marcia Chaves da Silva, matrícula nº 3621, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Fundamental;

Marcia Pettenon Cemin, matrícula nº 3661, ocupante do cargo efetivo de Professora

Marisa Aparecida Marafon Barcki, matrícula nº 3691, ocupante do cargo efetivo de Professora

Art. 2º A exclusão do regime de tempo integral implica a **cessação do pagamento da respectiva vantagem remuneratória**, não gerando direito adquirido ou indenização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data indicada no art. 1º.
Pinhal de São Bento/PR, 07 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito do Município

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:481EFB8F

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIÁRIA N° 358/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 LEI MUNICIPAL N° LEI N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Jeferson Fernando Motta Maciolle **Matrícula:** 6631
Órgão de Lotação: Conselho Tutelar
Função: Conselheiro Tutelar
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 12/10/2026 à 14/10/2026
Destino: Foz do Iguaçu – PR
Valor de diárias:R$ 1.709,49

Transporte utilizado: Carro Oficial
Finalidade da viagem: Participar de formação promovida pela Escola de Conselhos do Paraná, visando ao aprimoramento dos conhecimentos dos Conselheiros Tutelares e ao fortalecimento da atuação profissional no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com foco na proteção integral, no trabalho em rede e no respeito às especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Polo Universitário – Foz do Iguaçu Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, nº 1300 – Polo Universitário, Foz do Iguaçu/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária:
3.3.90.14.00.00 EA F:401 Cta: 3491
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.034/2025 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 13/10/2026

Solicitante da viagem: Jeferson Fernando Motta Maciolle
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Delurdes Derzi Olbermann de Oliveira

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:AAE0D2D8

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIÁRIA N° 359/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026
QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Bruno Valmor Trindade Leal Pettenon **Matrícula**: 6591
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: Assistente Social
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 12/10/2026 à 14/10/2026
Destino: Foz do Iguaçu – PR
Valor de diárias:R$ 1.709,49
Transporte utilizado: Carro Oficial
Finalidade da viagem: Participar de formação promovida pela Escola de Conselhos do Paraná, visando ao aprimoramento dos conhecimentos dos Conselheiros Tutelares e ao fortalecimento da atuação profissional no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com foco na proteção integral, no trabalho em rede e no respeito às especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Polo Universitário – Foz do Iguaçu Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, nº 1300 – Polo Universitário, Foz do Iguaçu/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária:
3.3.90.14.00.00 EA F:401 Cta: 3491
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 13/10/2026
Solicitante da viagem: Bruno Valmor Trindade Leal Pettenon
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Delurdes Derzi Olbermann de Oliveira

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:9B385FA5

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIÁRIA N° 360/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 LEI MUNICIPAL N° 1.034/2025
QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Maiara Fernanda Cordeiro França Matrícula: 5811
Órgão de Lotação: Conselho Tutelar
Função: Conselheira Tutelar
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 12/10/2026 à 14/10/2026
Destino: Foz do Iguaçu – PR
Valor de diárias:R$ 1.709,49
Transporte utilizado: Carro Oficial
Finalidade da viagem: Participar de formação promovida pela Escola de Conselhos do Paraná, visando ao aprimoramento dos conhecimentos dos Conselheiros Tutelares e ao fortalecimento da atuação profissional no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com foco na proteção integral, no trabalho em rede e no respeito às especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Polo Universitário – Foz do Iguaçu Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, nº 1300 – Polo Universitário, Foz do Iguaçu/PR.**Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária:**
3.3.90.14.00.00 EA F:401 Cta: 3491
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.034/2025 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 13/10/2025
Solicitante da viagem: Maiara Fernanda Cordeiro França
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Delurdes Derzi Olbermann de Oliveira

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4C7C2D97

SECRETARIA DE SAUDE
ATA 03/2026

Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis com início às oito horas e quinze minutos, na Câmara Municipal de Vereadores de Pinhal de São Bento – PR, reuniram-se servidores municipais, conselheiros de saúde, vereadores e demais pessoas interessadas para realização de Audiência Pública referente a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao Segundo Quadrimestre do ano de 2026, meses de maio a agosto. A secretária municipal de saúde, Katiuça Mara Pasa saudou a todos os presentes, dando as boas vindas e agradecendo a presença de cada um. Em seguida apresentou os dados da secretaria de saúde, acerca dos resultados obtidos durante o período e a somatória anual das atividades realizadas, bem como os indicadores referentes ao ano de dois mil e vinte e seis. Katiuça

demonstrou os dados demográficos, morbidade hospitalar, mortalidade e natalidade do quadrimestre e o resultado anual explicando que alguns dados são parciais devido ao fluxo da informação dentro do Ministério da Saúde. Em seguida apresentou os resultados referentes aos indicadores da Pactuação de Indicadores 2026 e após o quantitativo de atendimentos realizados pelas equipes de assistência da secretaria de saúde, começando pelos atendimentos médicos e da enfermagem, agentes comunitários de saúde, equipe multiprofissional, atendimento odontológico e farmácia municipal. Após explanação dos dados epidemiológicos e de atendimentos, Katiuça continuou apresentando os dados financeiros da secretaria apresentando os saldos de cada fonte e os gastos realizados no quadrimestre. Encerrando a apresentação do relatório quadrimestral abriu a tribuna para questionamentos. Não havendo questionamentos ou contribuições, Katiuça agradeceu a presença de todos e recordou que a audiência pública foi transmitida através da página Facebook "Câmara Municipal de Pinhal de São Bento". Encerrou-se a audiência pública. Sem mais nada a relatar, a ata será encerrada e assinada por mim e todos os presentes.

Publicado por:
Jean Paulo Pettenon
Código Identificador:C7832B63

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 361/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Roberto Kreiner Silveira Matrícula: 623-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 10/10/2026 (saída as 13:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5= 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Buscar a paciente Leisa Onise Bincoski com acompanhante de alta hospitalar no CEONC em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1*****-4	027.***.***-50

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 13 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Paulo Roberto Kreiner Silveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7E57E5D2

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 362/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 6041
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 09/10/2026 (saída as 16:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar o paciente Deolide Garlet com acompanhante para consulta no CEONC em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	5****-2	063.***.***-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 13 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:E1563DBE

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 363/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 604-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 10/10/2026 (saída as 08:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 569,83 x 0,5 = 284,91
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Buscar a paciente Patrícia dos Santos Stefen com acompanhante no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu em Foz do Iguaçu/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu em Foz do Iguaçu/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	5****-2	063.***.***-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 13 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7EF68B08

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 364/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 604-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 11/10/2026 (saída as 11:00 horas)
Destino: Guarapuava/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,75 = 181,61
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Buscar o paciente Pedro de Macedo Varela com acompanhante de alta hospitalar no Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Órgão/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	5****-2	063.***.***-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 11 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:9072D002

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 365/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Edson Martini de Moraes Matrícula: 6841
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 10/10/2026 (saída as 09:00 horas)
Destino: Céu Azul/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5= 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Buscar os pacientes Tereza dos Santos Olbermann com acompanhante e Jurema da Silva Bento com acompanhante para consulta no Hospital Bom Samaritano em Céu Azul/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Bom Samaritano em Céu Azul/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
0**	1***-6	2****-6	049.***.***-80

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 13 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Edson Martini de Moraes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A0E5EE6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2026 PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 10/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026

Contratante: Câmara Municipal de Piraquara.
Objeto: Aquisição de equipamentos e softwares visando à modernização dos processos realizados e à padronização dos equipamentos utilizados nos diferentes setores da Câmara Municipal de Piraquara.

Contrato Nº: 13/2026

Contratada: Perfil Computacional Ltda, CNPJ**02.543.216/0011-09**, com sede naAv Acesso Rodoviário, S/N, Quadra06 Lm 01 Quadra01 L-M18 A M23 Sala 107, Terminal Intermodal Da Serra, Serra – Es, CEP29.161-376, para o fornecimento de um servidor corporativo, em formato torre, desenvolvido e homologado pelo fabricante para operação contínua em ambiente institucional e de virtualização, pelo valor total deR$ 49.985,00(Quarenta e Nove Mil e Novecentos e Oitenta e Cinco Reais).

Data da Assinatura: 13/10/2026.
Vigência: 14/10/2026 até 14/10/2027.

Câmara Municipal de Piraquara, em 13 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:FFAC59AC

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 047/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 2556/2025, de 13 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CARLOS ALEXANDRE VATRIM JUNIOR, portador do RG n.º 14.906.XXX-3 PR e inscrito no CPF sob n.º 130.724.XXX-02, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor de Segurança Interna – AP – CC2, lotado na Diretoria Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 13 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:A83FE3B9

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 048/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal n.º 2553/2025 e nº 2556/2025, de 13 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CARLOS ALEXANDRE VATRIM, portador do RG n.º 8.331.XXX-0 PR e inscrito no CPF sob n.º 044.511.XXX-093, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Parlamentar – AP – CC4, lotado no gabinete do Vereador Cícero Terraplanagem

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 13 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:7BACFD18

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026 DISPENSA Nº 14/2026

RATIFICO a presente contratação por dispensa de licitação na forma do Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21, fundamentado nas informações exaradas no presente processo, bem como **ADJUDICO** à:

ELETRON ELEVADORES LTDA, com sede na rua Angelo Piotto 57, Cidade Industrial, Curitiba – PR | CEP 81.280-320 - inscrita no CNPJ sob nº **13.938.066/0001-79** para prestação de serviços de manutenção preventiva e de conservação mensal e elevador hidráulico da marca **SOBENO** com 3 paradas/andares na Câmara Municipal de Piraquara, no valor anual de R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais)

Câmara Municipal de Piraquara, em 13 de outubro de 2026

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:FD9FF4A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.099/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 12.253,80 (doze mil e duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.711 de 09 de outubro de 2026, conforme especificado neste Decreto.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento-Programa vigente, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 12.253,80 (doze mil e duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos), conforme especificado nesta Lei.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Especial se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.32.93.00.00	33493	Indenizações e Restituições	R$ 12.253,80
Total			**R$ 12.253,80**

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta lei decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	33493	307	Material de Consumo	R$ 6.936,08
Total				**R$ 6.936,08**

11.001.10.303.0007.2064 – Ações da Assistência Farmacêutica

Rubrica	Fonte	Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	33493	342	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 3,29
Total				**R$ 3,29**

11.001.10.304.0007.2025 – Promover Ações de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

Rubrica	Fonte	Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	33493	307	Material de Consumo	R$ 5.314,43
Total				**R$ 5.314,43**

Art. 4º O valor de que trata esta Lei não será computado para efeitos do artigo 41 da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025, e do artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos da Constituição Federal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 13 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:2701269A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.100/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.710 de 09 de outubro de 2026, conforme especificado neste Decreto.

Art. 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de R$ R$ 1.000,00 (mil reais), conforme especificado neste Decreto.
Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.32.93.00.00	31493	Indenizações e restituições	1.000,00
Total			**R$ 1.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.
Art. 4º O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.
Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos da Constituição Federal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 13 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:307FBF12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 340/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PIRAQUARA. **CONTRATADA:** CONSTRUTORA LOTIZA DO BRASIL, inscrita no CNPJ/MF sob n. 15.045.563/0001-73. **DO OBJETO:** Constitui objeto Contratação de empresa para a obra de pavimentação de via urbana em CBUQ, 4.763,82 m², considerando execução de serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, serviços diversos e ensaios tecnológicos - lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 10/2024. **DO REEQUILÍBRIO:** Aplica-se o reequilíbrio contratual no valor de R$ 43.141,39 (quarenta e três mil, cento e quarenta e um reais e trinta e nove centavos). **Data da assinatura:** 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:FCD2E7A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19.421/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/2025

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência, na aquisição de Uniformes do DESPP, por 12 (doze) meses, iniciando-se no dia 25 de outubro de 2026 e findando em 24 de outubro de 2027**. Contratante:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 216/2025 - Contratada: DUBLASEMPRE DUBLAGEM DE TECIDOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 16.804.051/0001-06, item 4, no valor unitário de R$ 20,77 (Vinte reais e setenta e sete centavos). **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 217/2025 – Contratada: KR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 55.416.530/0001-07, item 2, no valor unitário de R$ 11,43 (Onze reais e quarenta e três centavos), item 5, no valor unitário de R$ 15,42 (Quinze reais e quarenta e dois centavos). **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 218/2025 – Contratada: M.C. COMERCIAL LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.241.023/0001-62, item 1, no valor unitário de R$ 279,34 (Duzentos e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos), item 3, no valor unitário de R$ 18,66 (Dezoito reais e sessenta e seis centavos). **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 219/2025 – Contratada: RP TÊXTIL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 43.715.476/0001-11, item 6, no valor unitário de R$ 187,90 (Cento e oitenta e sete reais e noventa centavos), item 7, no valor unitário de R$ 153,44 (Cento e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos). **Data das assinaturas:** 07/10/2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F093E526

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 26.450.725-1/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, VIII e 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a **Inexigibilidade de Licitação nº 31/2026 - Processo nº 26.450.725-1/2026**, para Adesão a Ata Registro de Preços sob nº 264507251/2026, referente a aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário com acessibilidade, sanitário, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência oriundo do Pregão Eletrônico nº 424/2026, realizado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, sendo vencedora a empresa MARCOPOLO S.A., CNPJ 86.611.835/0001-29, sob o valor máximo estimado de R$ 940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais).Piraquara, 06 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:2592B9BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 192, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Exonerar por Falecimento o servidor Josimar Claudio Cionek, Matrícula nº 25013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR por Falecimento** o Servidor **JOSIMAR CLAUDIO CIONEK**, matrícula nº 25013, no cargo de **Diretor De Atendimento à Criança e ao Adolescente**, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, conforme Certidão de Óbito Matrícula nº 082834 01 55 2026 4 00034 171 0011216 74, expedida pelo Cartório Zitomir Antunes do Município de Pitanga Pr, a contar de 04 de outubro de 2026.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:1C5667F3

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 804, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Revogar a Pedido do servidor a Portaria nº 170/2025 de Redução de Carga Horária que foi concedido ao servidor Valdeci Antônio Cortiano, matrícula nº 51507, no cargo de Motorista 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 784/96, e alterações, que trata da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais responsáveis legais por pessoas portadoras de necessidades especiais, mediante apresentação de Laudo Médico e Perícia Oficial do Município,
R E S O L V E

Art. 1º **REVOGAR a PEDIDO** do servidor **VALDECI ANTONIO CORTIANO**, matrícula nº **51507**, no cargo de Motorista 44 horas semanais, pertencente ao quadro funcional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, a Portaria nº 170/2025, que concedeu a redução de sua jornada de trabalho para 22 (vinte e duas) horas semanais.

Art. 2º A presente revogação refere-se ao benefício de dispensa de **22 (vinte e duas) horas semanais**, anteriormente concedido ao servidor em razão de sua condição de **Família Acolhedora**, nos termos dos artigos 35-A e seguintes da Lei Municipal nº 784/96 e do artigo 35-K, incluído pela Lei Municipal nº 2.081, de 22 de setembro de 2017.

Art. 3º Em decorrência da presente revogação, o servidor retornará ao cumprimento integral da carga horária prevista para o cargo de Motorista, observadas as disposições legais vigentes, a contar de **1º de outubro de 2026**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 07 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:19D3D332

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 805, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Ivone Barankevicz, matrícula nº 50008, no cargo de Conselheiro Tutelar 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art. 1º **CONCEDER 30 (trinta)** dias de **f**érias a servidora **IVONE BARANKEVICZ,** matrícula nº **50008**, no cargo de Conselheiro Tutelar 44 horas, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, a contar de 08 de outubro de 2026.
Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 07 de novembro de 2026.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 07 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:55FD98F5

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 806, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora, Rosilete de Arruda da Silva, matrícula nº 2581, no cargo de Professor Pss 20 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: o atestado médico da Servidora.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder **62 (sessenta e dois)** dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a servidora **ROSILETE DE ARRUDA DA SILVA ,** matrícula nº **2581**, no cargo de Professor Pss 20 horas, a contar de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 06 de dezembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 08 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:A6D5BD90

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 808, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder licença maternidade a servidora Josiane de Lima, matricula nº 2564, no cargo de Professor Pss 20 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: o atestado médico da servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **180 (cento e oitenta)** dias de **LICENÇA MATERNIDADE**, à servidora **JOSIANE DE LIMA**, matrícula nº **2564**, no cargo de Professor Pss 20 horas, a contar de 06 de outubro de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 05 de abril de 2027.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 09 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:542CC8C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Inexigibilidade n° 17/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: J.A.J. BAEZA LTDA
CNPJ: 13.612.920/0001-02
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção da frota municipal, com fornecimento de peças.
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Manutenção das Atividades de Planejamento e Urbanismo
DESP Nº 269 -3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
Manutenção das Atividades de Planejamento e Urbanismo
DESP Nº 271-3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ...
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e José Antônio Januário Baeza
DATA DA ASSINATURA: 13/10/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:C1C59116

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - GUARDA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 033, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026 – CGCM

A **CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL – CGCM,** da **Secretaria Municipal de Segurança Pública – SMSP**, no uso das competências e atribuições conferidas pela Lei Ordinária nº 2.066, de 01 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Pontal do Paraná, e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 da Lei Municipal nº 2.066/2020, segundo o qual a sindicância investigativa poderá ser realizada pelo Corregedor da Guarda Civil Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no § 1º do artigo 67 da Lei Municipal nº 2.066/2020, que estabelece que o Corregedor da Guarda Civil Municipal poderá nomear servidor para auxiliá-lo no procedimento de sindicância;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o adequado desenvolvimento dos procedimentos administrativos de competência da Corregedoria Geral da Guarda Civil Municipal, bem como conferir maior eficiência e organização aos trabalhos correcionais;

RESOLVE:
I – DESIGNAR o servidor **Guarda Civil Municipal GIL CASSIUS CORDEIRO, matrícula nº 317981,** para **auxiliar o Corregedor da Guarda Civil Municipal nos procedimentos de sindicância**, nos termos do artigo 67, § 1º, da Lei Municipal nº 2.066/2020.
II – O servidor designado prestará auxílio nos atos e diligências determinados pelo Corregedor da Guarda Civil Municipal, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditório, ampla defesa e demais normas aplicáveis aos procedimentos administrativos disciplinares.
III – A presente designação não implica transferência das atribuições legais e funcionais próprias do Corregedor da Guarda Civil Municipal, permanecendo sob sua responsabilidade a condução e supervisão dos procedimentos de sindicância, na forma da legislação vigente.
IV – O servidor designado deverá manter sigilo sobre os fatos, documentos, informações e demais elementos a que tiver acesso em razão do exercício da presente função, especialmente quando os procedimentos estiverem submetidos a sigilo legal.
V – A atuação do servidor ora designado ocorrerá sempre em estrita observância às disposições da **Lei Municipal nº 2.066/2020** e demais normas pertinentes, devendo comunicar ao Corregedor qualquer circunstância que possa comprometer a regularidade ou imparcialidade dos procedimentos.
VI – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Cumpra-se.

Pontal do Paraná/PR, 13 outubro de 2026.

CAMILA FERNANDA BINI
Corregedora da Guarda Civil Municipal

Publicado por:
Camila Fernanda Bini
Código Identificador:0BE81E35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13720/2026 DE 09/10/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13720/2026 de 09/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$28.000,00 (vinte e oito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.08.246.0009.2.017		APOIO A ORGANIZACAO E GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA IGDPBF	
171 - 3.3.90.40.00.00	973	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO- PESSOA JURIDICA	28.000,00
		Total Suplementação:	28.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.08.246.0009.2.017		APOIO A ORGANIZACAO E GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA IGDPBF	
167 - 3.3.90.14.00.00	973	DIARIAS - CIVIL	3.500,00
170 - 3.3.90.39.00.00	973	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
172 - 4.4.90.52.00.00	973	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.500,00
		Total Redução:	28.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 9 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:6D416EDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13721/2026 DE 09/10/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13721/2026 de 09/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$60.000,00 (sessenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.001		DIRETORIA GERAL	
13.001.27.812.0032.2.060		ACOES DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
689 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00
13.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.002.13.392.0033.2.061		ACOES DE POLITICAS CULTURAIS	
702 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	40.000,00
		Total Suplementação:	60.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.002.13.392.0033.2.061		ACOES DE POLITICAS CULTURAIS	
701 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	60.000,00
		Total Redução:	60.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 9 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2449DA05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.726 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula "Institui a Política Municipal de Alfabetização de Pontal do Paraná e estabelece princípios, diretrizes, objetivos, ações e mecanismos de acompanhamento e monitoramento da alfabetização na Rede Municipal de Ensino.".

RUDISNEY GIMENES FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis e conforme solicitado no **Memorando nº 23.506/2026.**

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, especialmente nos princípios e garantias relacionados ao direito à educação e à garantia do padrão de qualidade do ensino;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, observadas as metas e diretrizes aplicáveis à alfabetização e à aprendizagem;

CONSIDERANDO o disposto na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e nas demais normas nacionais que orientam a organização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, no que couber;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a todas as crianças o direito à alfabetização, com equidade e qualidade, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como promover a recomposição das aprendizagens das crianças matriculadas nos anos subsequentes;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no processo de transição da pré-escola para o Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação, a avaliação da aprendizagem, o acompanhamento dos resultados e a implementação de intervenções pedagógicas;

CONSIDERANDO os documentos orientadores, o Plano Municipal de Educação, a Proposta Pedagógica Curricular e os instrumentos de planejamento e acompanhamento da Rede Municipal de Ensino de Pontal do Paraná;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar uma política municipal permanente, articulada e baseada em evidências para a garantia do direito à alfabetização.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Pontal do Paraná, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com a finalidade de assegurar o direito de todas as crianças à alfabetização, promovendo o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade, da compreensão e das habilidades relacionadas à numeracia, respeitadas as especificidades de cada etapa e modalidade de ensino.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será implementada em regime de colaboração com a União e o Estado do Paraná, articulando-se às políticas nacionais e estaduais de alfabetização e às demais políticas educacionais do Município.

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização abrangerá, prioritariamente:

•
a Educação Infantil, especialmente a pré-escola;

•
os anos iniciais do Ensino Fundamental;

•
as ações de recomposição das aprendizagens nos anos subsequentes;

•
a educação inclusiva;

•
as ações de formação continuada dos profissionais da educação;

•
os processos de avaliação, monitoramento e acompanhamento da aprendizagem;

•
as ações de participação das famílias e da comunidade escolar.

Art. 4º A Política Municipal de Alfabetização deverá estar articulada ao Plano Municipal de Educação, à Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Ensino, aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares e aos demais instrumentos de planejamento educacional e orçamentário do Município.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS

Art. 5º Para fins deste Decreto, considera-se:

•
alfabetização: processo de apropriação do sistema de escrita alfabética e de desenvolvimento das capacidades de leitura, escrita, oralidade, compreensão e produção de textos, considerando a progressão das aprendizagens;

•
literacia: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas às práticas sociais de leitura, escrita e oralidade;

•
consciência fonológica: capacidade de perceber, identificar e manipular unidades sonoras da língua;

•
consciência fonêmica: capacidade de reconhecer e manipular conscientemente os fonemas da língua;

•
fluência leitora: capacidade de realizar a leitura com precisão, automaticidade, velocidade adequada e prosódia, favorecendo a compreensão;

•
compreensão leitora: capacidade de construir sentidos, realizar inferências, localizar informações, relacionar ideias e interpretar textos;

•
produção escrita: capacidade de produzir textos de acordo com diferentes finalidades, gêneros e situações comunicativas;

•
numeracia: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e à utilização dos conhecimentos matemáticos em diferentes situações;

•
avaliação diagnóstica: processo destinado a identificar conhecimentos, habilidades já desenvolvidas e necessidades de aprendizagem dos estudantes;

•
avaliação formativa: processo contínuo de acompanhamento da aprendizagem utilizado para orientar o planejamento e as intervenções pedagógicas;

•
recomposição das aprendizagens: conjunto de ações pedagógicas destinadas a assegurar o desenvolvimento de habilidades que não foram consolidadas em etapas anteriores;

•
intervenção pedagógica: conjunto planejado de estratégias e ações destinadas a atender às necessidades específicas de aprendizagem identificadas por meio do acompanhamento pedagógico e das avaliações.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 6º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

•
garantia do direito à alfabetização de todas as crianças;

•
equidade e igualdade de oportunidades educacionais;

•
respeito à diversidade e às especificidades dos estudantes;

•
valorização da infância e respeito aos processos de desenvolvimento e aprendizagem;

•
articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

•
alfabetização baseada em conhecimentos científicos e evidências educacionais;

•
integração entre alfabetização, literacia e numeracia;

•
valorização dos profissionais da educação e da formação continuada;

•
utilização da avaliação como instrumento de acompanhamento e promoção da aprendizagem;

•
utilização pedagógica dos resultados das avaliações;

•
acompanhamento sistemático e individualizado dos estudantes que apresentem necessidades de intervenção;

•
participação das famílias e da comunidade escolar;

•
inclusão e acessibilidade;

•
gestão democrática e participação dos profissionais da educação na implementação da política;

•
regime de colaboração entre os entes federativos;

•
articulação entre políticas, programas, projetos e ações educacionais desenvolvidos pela Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO IV
DOS OBJETIVOS

Art. 7º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

- assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças;
- garantir que as crianças desenvolvam as habilidades essenciais de leitura, escrita e compreensão ao longo do ciclo de alfabetização;
- assegurar a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em consonância com as políticas nacionais vigentes;
- reduzir as desigualdades de aprendizagem entre estudantes, turmas e unidades escolares;
- promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos subsequentes que ainda não tenham consolidado as habilidades de alfabetização;
- fortalecer a articulação pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
- fortalecer as práticas de leitura, escrita, oralidade e compreensão em toda a trajetória escolar;
- desenvolver a fluência leitora dos estudantes;
- promover o desenvolvimento da produção escrita e da compreensão textual;
- fortalecer o desenvolvimento da numeracia nos anos iniciais;
- ampliar a formação continuada dos profissionais da educação;
- fortalecer a utilização pedagógica das avaliações;
- acompanhar sistematicamente os indicadores de aprendizagem da Rede Municipal de Ensino;
- apoiar as escolas na elaboração e implementação de planos de intervenção pedagógica;
- promover práticas pedagógicas inclusivas e adequadas às necessidades dos estudantes;
- fortalecer a participação das famílias nas ações de leitura, escrita e aprendizagem;
- identificar, valorizar e disseminar práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas pelas unidades escolares;
- produzir e utilizar dados educacionais para subsidiar a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

Art. 8º As ações pedagógicas da Política Municipal de Alfabetização deverão assegurar o desenvolvimento articulado de conhecimentos, habilidades e práticas relacionadas à linguagem oral, leitura, escrita e compreensão.

Art. 9º No processo de alfabetização deverão ser consideradas, entre outras, as seguintes dimensões:

- desenvolvimento da oralidade;
- consciência fonológica e fonêmica;
- apropriação do sistema de escrita alfabética;
- leitura de palavras e textos;
- fluência leitora;
- ampliação do vocabulário;
- compreensão leitora;
- produção escrita;
- desenvolvimento da ortografia;
- práticas sociais de leitura e escrita;
- literatura e formação do leitor;
- desenvolvimento da numeracia.

Art. 10. As práticas pedagógicas deverão considerar os conhecimentos prévios dos estudantes, seus diferentes ritmos e modos de aprender, as características socioculturais das comunidades escolares e os resultados das avaliações realizadas pela Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VI
DA ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 11. A Política Municipal de Alfabetização promoverá a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, garantindo continuidade e progressão das aprendizagens.

Art. 12. Na Educação Infantil deverão ser asseguradas experiências significativas de:

- oralidade e comunicação;
- escuta e produção de narrativas;
- contato com diferentes gêneros textuais;
- literatura infantil;

- exploração de livros e diferentes portadores textuais;
- ampliação do repertório linguístico;
- experiências com sons, palavras, rimas e outros elementos da linguagem, respeitadas as especificidades da etapa;
- experiências com diferentes linguagens e formas de expressão.

Art. 13. A articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental deverá contemplar ações de transição, compartilhamento de informações pedagógicas e planejamento integrado entre os profissionais das duas etapas.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO

Art. 14. A Rede Municipal de Ensino realizará processos sistemáticos de avaliação da alfabetização, articulando avaliações diagnósticas, formativas e demais instrumentos de acompanhamento da aprendizagem, sem reduzir a avaliação a um único instrumento ou resultado.

Art. 15. As avaliações deverão possibilitar a identificação:

- das aprendizagens consolidadas;
- das habilidades em processo de desenvolvimento;
- das habilidades ainda não consolidadas;
- dos estudantes que necessitam de acompanhamento específico;
- das turmas e unidades escolares que demandem ações pedagógicas prioritárias.

Art. 16. O acompanhamento da alfabetização poderá contemplar, conforme os instrumentos adotados pela Rede Municipal:

- leitura;
- fluência leitora;
- compreensão;
- escrita;
- produção textual;
- conhecimentos relacionados ao sistema de escrita;
- conhecimentos relacionados à numeracia.

Art. 17. Os resultados das avaliações deverão ser utilizados como subsídio para:

- planejamento docente;
- replanejamento das ações pedagógicas;
- organização de intervenções;
- acompanhamento individual dos estudantes;
- formação continuada;
- definição das prioridades da Secretaria Municipal de Educação;
- acompanhamento das unidades escolares.

CAPÍTULO VIII
DO MONITORAMENTO E DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 18. A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá mecanismos de acompanhamento dos resultados da alfabetização, observados os princípios da finalidade pedagógica, da equidade, da transparência e da proteção de dados pessoais, considerando, sempre que possível, os níveis:

- municipal;
- unidade escolar;
- turma;
- estudante.

Art. 19. As unidades escolares deverão analisar periodicamente os resultados de aprendizagem e identificar os principais pontos de atenção.

Art. 20. A partir dos resultados, as unidades escolares deverão elaborar e implementar estratégias de intervenção pedagógica, considerando:

- habilidade ou aprendizagem a ser desenvolvida;
- estudantes envolvidos;
- estratégias pedagógicas;
- período de intervenção;
- profissionais responsáveis;
- recursos pedagógicos necessários;
- forma de acompanhamento;
- nova avaliação dos resultados.

Art. 21. O acompanhamento deverá observar o seguinte ciclo:

diagnóstico → análise dos resultados → identificação dos pontos de atenção → planejamento → intervenção → acompanhamento → reavaliação.

Art. 22. As unidades escolares consideradas prioritárias em razão dos resultados de aprendizagem poderão receber acompanhamento pedagógico específico da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO IX
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 23. A Rede Municipal de Ensino desenvolverá ações de recomposição das aprendizagens para estudantes dos anos iniciais que não tenham consolidado habilidades essenciais de leitura, escrita e compreensão.

Art. 24. As ações de recomposição deverão ser planejadas a partir de diagnóstico das necessidades de cada estudante ou grupo de estudantes.

Art. 25. As estratégias de recomposição poderão envolver:

• atendimento pedagógico diferenciado, sendo este, em período regular ou em contraturno;

• agrupamentos temporários;

• ampliação de oportunidades de leitura e escrita;

• atividades de intervenção específicas;

• acompanhamento individualizado;

• utilização de materiais pedagógicos complementares;

• articulação entre professor, equipe pedagógica e gestão escolar;

• outras estratégias definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO X
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 26. A Secretaria Municipal de Educação promoverá formação continuada dos profissionais da educação, considerando as necessidades identificadas a partir do acompanhamento da aprendizagem.

Art. 27. As ações de formação poderão contemplar:

• alfabetização;

• consciência fonológica e fonêmica;

• leitura e fluência leitora;

• compreensão textual;

• produção escrita;

• literatura e formação do leitor;

• avaliação e análise de resultados;

• planejamento e intervenção pedagógica;

• recomposição das aprendizagens;

• educação inclusiva;

• práticas pedagógicas na Educação Infantil;

• articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

• numeracia;

• uso pedagógico de materiais e recursos educacionais.

Art. 28. A formação continuada deverá articular conhecimentos teóricos, práticas pedagógicas e análise dos resultados de aprendizagem da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO XI
DOS MATERIAIS E RECURSOS PEDAGÓGICOS

Art. 29. A Secretaria Municipal de Educação promoverá a disponibilização e utilização de materiais e recursos pedagógicos adequados ao desenvolvimento da alfabetização.

Art. 30. Deverão ser fortalecidos os espaços e práticas de leitura nas unidades escolares, incluindo bibliotecas, salas e cantinhos de leitura e demais ambientes destinados à formação do leitor.

Art. 31. A seleção e utilização de materiais pedagógicos deverão considerar:

• adequação à faixa etária;

• qualidade pedagógica;

• alinhamento às orientações curriculares da Rede;

• diversidade de gêneros textuais;

• acessibilidade;

• potencial para desenvolvimento da leitura, escrita e compreensão;

• necessidades identificadas nas avaliações.

CAPÍTULO XII
DA EQUIDADE E DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Art. 32. A Política Municipal de Alfabetização deverá assegurar condições de aprendizagem a todos os estudantes, considerando suas características, necessidades e especificidades.

Art. 33. As ações de alfabetização deverão contemplar estratégias acessíveis e recursos pedagógicos adequados aos estudantes públicos da Educação Especial.

Art. 34. As intervenções pedagógicas deverão considerar as barreiras que possam dificultar a aprendizagem e buscar estratégias para garantir a participação e o desenvolvimento dos estudantes.

CAPÍTULO XIII
DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE

Art. 35. A Política Municipal de Alfabetização promoverá a participação das famílias no processo de aprendizagem das crianças.

Art. 36. Poderão ser desenvolvidas ações de:

- incentivo à leitura em família;
- empréstimo de livros;
- projetos de leitura;
- orientação às famílias sobre o processo de alfabetização;
- comunicação dos resultados de aprendizagem;
- atividades de integração entre escola, família e comunidade.

CAPÍTULO XIV
DA GESTÃO E DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA

Art. 37. A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 38. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- estabelecer diretrizes para implementação da política;
- coordenar as ações de alfabetização;
- promover formação continuada;
- acompanhar os indicadores de aprendizagem;
- organizar e/ou coordenar os processos de avaliação;
- apoiar as unidades escolares;
- analisar os resultados da Rede Municipal;
- promover ações de intervenção e recomposição das aprendizagens;
- acompanhar a execução dos planos de intervenção;
- disseminar práticas pedagógicas exitosas;
- articular ações com os demais entes federativos;
- elaborar relatórios periódicos de acompanhamento da política.

Art. 39. Compete às equipes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação:

- apoiar as unidades escolares;
- acompanhar os resultados de aprendizagem;
- orientar a elaboração dos planos de intervenção;
- promover estudos e formação junto às equipes escolares;
- acompanhar as ações de alfabetização.

Art. 40. Compete às equipes gestoras das unidades escolares:

- assegurar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
- acompanhar os resultados de aprendizagem;
- promover a análise coletiva dos resultados;
- apoiar os professores no planejamento das intervenções;
- acompanhar os estudantes que necessitem de apoio pedagógico;
- garantir o registro e acompanhamento das ações realizadas.

Art. 41. Compete aos professores:

- planejar e desenvolver práticas pedagógicas de alfabetização;
- realizar avaliações diagnósticas e formativas;
- acompanhar o desenvolvimento dos estudantes;
- analisar os resultados das avaliações;
- implementar intervenções pedagógicas;
- registrar os avanços e necessidades de aprendizagem;
- participar das ações de formação continuada.

CAPÍTULO XV
DOS INDICADORES E DAS METAS

Art. 42. A Política Municipal de Alfabetização será acompanhada por indicadores de acesso, permanência, participação, aprendizagem, equidade e processos pedagógicos.

Art. 43. Poderão ser considerados, entre outros, os seguintes indicadores:

- percentual de estudantes alfabetizados ao final do 2º ano;

•
resultados de avaliações de alfabetização;

•
indicadores de fluência leitora;

•
resultados de escrita;

•
resultados de compreensão leitora;

•
indicadores de numeracia;

•
percentual de estudantes em processo de recomposição das aprendizagens;

•
participação dos profissionais nas ações de formação continuada;

•
implementação dos planos de intervenção pedagógica;

•
evolução dos resultados por escola e por turma.

Art. 44. As metas anuais da Política Municipal de Alfabetização serão definidas pela Secretaria Municipal de Educação, considerando os resultados anteriores da Rede, os indicadores nacionais e estaduais, as características do território e a capacidade de implementação das ações.

Art. 45. As metas poderão ser revisadas periodicamente, mediante análise dos resultados e das condições de implementação da política.

CAPÍTULO XVI
DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 46. A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração com a União e o Estado do Paraná, observadas as competências de cada ente federativo.

Art. 47. O Município poderá aderir e participar de programas, projetos e ações federais e estaduais destinados à alfabetização, formação continuada, avaliação, infraestrutura, materiais pedagógicos e reconhecimento de boas práticas.

CAPÍTULO XVII
DO ACOMPANHAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA REVISÃO DA POLÍTICA

Art. 48. A Política Municipal de Alfabetização será acompanhada e avaliada periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 49. O acompanhamento deverá considerar:

•
resultados de aprendizagem;

•
evolução dos indicadores;

•
execução das ações previstas;

•
impacto das intervenções pedagógicas;

•
participação nas formações;

•
necessidades identificadas pelas unidades escolares;

•
desigualdades de aprendizagem entre diferentes grupos e territórios.

Art. 50. A Secretaria Municipal de Educação poderá elaborar relatório anual de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, contendo avanços, desafios, pontos de atenção e encaminhamentos para o período subsequente, observada a legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

Art. 51. A Política Municipal de Alfabetização poderá ser revisada sempre que os resultados do monitoramento, alterações normativas ou mudanças nas necessidades educacionais do Município indicarem essa necessidade.

CAPÍTULO XVIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52. A implementação da Política Municipal de Alfabetização observará as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, bem como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e os demais instrumentos de planejamento e orçamento vigentes.

Art. 53. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares necessárias à implementação deste Decreto.

Art. 54. Os casos omissos serão regulamentados ou resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, no âmbito de suas competências, observada a legislação educacional vigente e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 55. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 13 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

CINTIA MENDES DA SILVA
Secretaria Municipal de Educação

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A1267E4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.729 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula:"EXONERA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, considerando as **Leis Municipais n° 2.634/2024 e 2.635/2024** e dá outras providências **.**

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica exonerado do seu respectivo cargo de provimento em comissão **CD – CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, o **Sr. (a). FÁBIO DA COSTA COLAÇO,** brasileiro, portador do **RG nº 8.274.133-0 PR e CPF n.º 052.188.289-39.**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da exoneração do referido servidor a partir desta data .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 13 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B082FD15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 705 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **§2°, Art. 85 da lei Municipal n°. 075/1997** e contido no **Protocolo nº 22.683/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **ANDREA DE LIMA SOLOCHINSKI - MATRÍCULA- 138381,** ocupante do cargo de **EDUCADOR INFANTIL** , lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação – Prorrogação da Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família**, pelo período de **30 (trinta) dias**, sem prejuízo da remuneração .
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **08 de outubro de 2026.**
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 13 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9218A8AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 706 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ- RUDISNEY GIMENES FILHO, no uso das atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e conforme solicitado no **Memorando nº 18.331/2026 .**

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado (a) o(a) servidor(a) Público Municipal o (a) senhor **Luciano Mendes –** Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, ,firmado pelo Poder Executivo com base na lei acima especificada:

Pregão Nº 13/2026
Contrato: 191/2026
Empresa : NORTE SUL SERVICOS DE SAUDE LTDA
Item: 06 - lote 1
Parágrafo Único – O(a) servidor(a) designado(a) observará no desempenho das atribuições cometidas nesta Portaria as disposições contidas nas leis acima especificadas, bem como nas instruções pertinentes constantes de atos normativos baixados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de **OUTUBRO/2026,** revogando as disposições contrárias.

Art. 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 13 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:71AC683F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 707 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no **Memorando nº 22.625/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar por mais **60 (sessenta)** dias, o prazo para conclusão dos trabalhos referente a **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - PAD** constituída pela Portaria nº 466 de 01 de julho de 2026 **e Protocolo nº 168/2026**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir desta data .

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 13 de outubro de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4C8A2062

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 708 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO
PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2024 - Edital de Convocação n° 130/2026** e conforme solicitado no **Protocolo nº 27.345/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2024** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: ANALISTA FISCAL NOME: DIONE LIMA DA SILVA
CLASSIFICAÇÃO: 1º
ADMISSÃO:13/10/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 130/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,13 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:77782D7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 126/2026

DECRETO Nº 126/2026

Nomeia membros do Conselho Diretor do Fundo Municipal para Calamidades Públicas – FECAP, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2093/2026, de vinte e nove de setembro de 2026,

Artigo 1º - Ficam nomeados, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 2093/2026, sob a presidência do primeiro, os representantes do Conselho Diretor, conforme o abaixo especificado:
Gabinete do Prefeito: *Agamemnon Augusto Araujo Paduan*
Diretoria de Operação da Comissão Municipal de Defesa Civil: *Osvaldo Talieri*
Secretaria Municipal de Serviço Social: *Maria Aparecida de Jesus Souza*
Secretaria de Fazenda: *José Custódio das Mercês*
Assessoria para Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente: *Edvaldo Gozzi*

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (09.10.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:0B406606

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2096/2026

LEI Nº 2096/2026

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.259, DE 04 DE MAIO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Agamemnon Augusto Araujo Paduan, Prefeito do Município de **Porecatu,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

F A Z S A B E R,
QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ, EM SUA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2026, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta Lei altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.259, de 04 de maio de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Porecatu.

Art. 2º - O artigo 5º da Lei nº 1.259/2007 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se os incisos XVIII e XIX:
"Art. 5º - Ao Sistema de Controle Interno, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, compete, além das demais funções previstas nesta Lei:
(...)
"XVIII – acompanhar e fiscalizar, no âmbito de sua competência institucional, as transferências de recursos financeiros do Município para organizações da sociedade civil, sob as formas previstas na legislação, inclusive auxílios, contribuições e subvenções, observando as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, sem prejuízo das atribuições do gestor da parceria, das comissões de monitoramento e avaliação e dos demais órgãos e agentes responsáveis pela execução, acompanhamento e prestação de contas;"
"XIX – exercer suas atribuições de controle interno com independência técnica e funcional, observada a segregação de funções, sendo vedado aos membros da Comissão Permanente de Controle Interno o exercício concomitante de atribuições de contabilidade, gestão de contratos, assessoria jurídica ou outras atividades que estejam sujeitas à fiscalização direta da própria Comissão."

Art. 3º - O artigo 6º da Lei nº 1.259/2007 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se §§ 1º, 2º, 3º e 4º:
"Art. 6º - A Comissão Permanente de Controle Interno – CPCI será presidida e coordenada por um Presidente responsável pela coordenação dos trabalhos e pela representação institucional da Comissão, cujas manifestações se darão por meio de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres, recomendações e outros pronunciamentos destinados a identificar, prevenir e recomendar a correção de possíveis irregularidades."

§ 1º - O Presidente da CPCI será nomeado pelo Prefeito Municipal, por decreto, no final do segundo ano de seu mandato, para início do exercício da função no ano subsequente.
§ 2º - O mandato do Presidente da CPCI será de 04 (quatro) anos, vedada a recondução, visando garantir a rotatividade, a alternância no exercício da função e a independência do órgão de controle interno.
§ 3º - A escolha para a função de Presidente recairá obrigatoriamente sobre servidor detentor de cargo de provimento efetivo, com formação de nível superior e qualificação técnica compatível com as atribuições do controle interno, preferencialmente nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Gestão Pública ou áreas correlatas.
§ 4º - Os demais membros da CPCI (Secretário, Relator e Suplente) serão igualmente nomeados por decreto do Poder Executivo Municipal, observados os mesmos requisitos e vedações previstos para o Presidente, com mandato de igual duração."

Art. 4º - O artigo 15 da Lei nº 1.259/2007 passa a vigorar acrescido do § 6º, com a seguinte redação:
"Art. 15 - (...)
§ 6º - Fica assegurada a atuação exclusiva dos membros da CPCI nas atividades de controle interno, sendo vedado o exercício concomitante de funções de contabilidade, gestão de contratos, assessoria jurídica ou outras similares sujeitas à fiscalização do controle interno."

Art. 5º - O artigo 16 da Lei nº 1.259/2007 passa a vigorar com a seguinte redação do inciso III e acrescido dos incisos VI, VII e VIII:
"Art. 16 - (...)
"III – garantia de permanência no exercício da função durante o respectivo mandato, não podendo ser afastado ou destituído antes de seu encerramento, salvo nas hipóteses legalmente previstas, mediante procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, ou em razão de perda do vínculo efetivo com o Município, observadas as disposições legais aplicáveis;"

VI – acesso aos processos, documentos, informações, sistemas informatizados, bancos de dados e registros do Município necessários ao exercício de suas atribuições, inclusive aqueles relativos a contratações públicas, licitações, contratos, convênios e parcerias, observados os sigilos legalmente protegidos e as normas de proteção de dados pessoais;

VII - prerrogativa de impugnar, mediante representação fundamentada, atos sem fundamentação legal, que não atendam ao interesse público ou que afrontem as leis e princípios constitucionais e administrativos, comunicando ao Prefeito e, caso não adotadas as providências, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público;

VIII - representação direta ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público para adoção de providências, quando a autoridade administrativa não as adotar tempestivamente, visando à atuação corretiva diante de irregularidades, ilegalidades ou desvio de recursos."

Art. 6º - A Lei nº 1.259/2007 passa a vigorar acrescida do artigo 15-A, com a seguinte redação:

"Art. 15-A. - O Poder Executivo Municipal assegurará à Comissão Permanente de Controle Interno condições adequadas de trabalho para o pleno exercício de suas funções, observadas a disponibilidade

orçamentária e financeira e a legislação fiscal aplicável, compreendendo, entre outras medidas:
I – pessoal em quantidade compatível com as atividades e atribuições da Comissão;
II – espaço físico adequado ao funcionamento da Comissão, resguardada a necessária confidencialidade dos trabalhos;
III – equipamentos e recursos tecnológicos adequados ao desempenho das atividades;
IV – acesso aos sistemas informatizados necessários ao exercício das atribuições de controle interno;
V – materiais de expediente e recursos logísticos compatíveis com as necessidades do serviço."

Art. 7º - Fica acrescido o inciso IX ao art. 16 da Lei Municipal nº 1.259/2007, com a seguinte redação:
"IX – declarar seu impedimento e abster-se de participar de auditoria, fiscalização, análise ou manifestação quando possuir interesse pessoal, familiar ou vínculo que possa comprometer sua imparcialidade ou caracterizar conflito de interesses, observada a legislação aplicável."

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (13.10.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:F0E47368

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2097/2026

LEI Nº 2097/2026

Dispõe sobre a reestruturação da Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Porecatu, estabelecendo sua autonomia, prerrogativas e condições de trabalho, em conformidade com a Recomendação Administrativa nº 01/2026 do GEPATRIA/MPPR, e dá outras providências.

Agamemnon Augusto Araujo Paduan, Prefeito do Município de **Porecatu,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

F A Z S A B E R,
QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ, EM SUA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- A Lei Municipal nº 1.756, de 17 de maio de 2017, passa a vigorar com as alterações e acréscimos estabelecidos nesta Lei, com o objetivo de fortalecer a Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Porecatu.

Art. 2º- O**Art. 1º**da Lei nº 1.756/2017 passa a ter a seguinte redação:
"Art. 1º- Fica instituída a Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Porecatu, órgão de assessoramento superior, com autonomia técnica e funcional, diretamente subordinado à Presidência da Câmara Municipal."

Art. 3º- O Parágrafo Primeiro do **Art. 3º** da Lei nº 1.756/2017, passa a ter a seguinte redação:
"Art. 3º-...
Parágrafo Primeiro – O servidor nomeado para a função de Controlador Interno deve ter formação em nível superior, nas áreas de Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito, Administração ou Economia, entre outras afins.

Art. 4º- Ficam acrescentados os**Arts. 4º-A e 4º-B**à Lei nº 1.756/2017, para dispor sobre as vedações, prerrogativas e deveres do Controlador Interno:

"Art. 4º-A- Ficam estabelecidas as seguintes vedações para a designação e exercício da função de Controlador Interno:
I- Realizar atividade político-partidária durante o exercício da função;
II- Exercer outra atividade profissional, pública ou privada, que possa gerar conflito de interesses;
III- Ter sofrido penalização administrativa, cível ou penal, por decisão definitiva, nos últimos cinco anos.

Art. 4º-B- São prerrogativas do Controlador Interno, além das já previstas no art. 4º:
I- Ter acesso irrestrito a todos os processos, documentos, informações, sistemas, bancos de dados e registros da Câmara Municipal, incluindo procedimentos de contratações públicas, ressalvadas as informações sigilosas protegidas por lei;
II- Impugnar, mediante representação fundamentada à Presidência da Câmara, atos que não atendam ao interesse público, que não tenham fundamentação legal ou que afrontem os princípios constitucionais e administrativos;
III- Não ser afastado de suas funções antes do encerramento do mandato ou do período para o qual foi designado, salvo na hipótese de cometimento de ato irregular devidamente apurado em processo administrativo disciplinar, com ampla defesa e contraditório;
IV- Atuar de forma exclusiva na Controladoria Interna, de forma autônoma e independente, sendo vedado o acúmulo de suas atribuições com funções típicas de contabilidade, gestão de contratos, assessoria jurídica ou outras que devam ser por ele fiscalizadas, em observância ao princípio da segregação de funções;
V- Representar, de imediato, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e ao Ministério Público, para adoção das providências cabíveis, quando a autoridade administrativa competente deixar de adotar as medidas corretivas necessárias diante de irregularidades, ilegalidades ou indícios de desvio de recursos, apurados no exercício de suas funções."

Art. 5º- OArt. 5ºda Lei nº 1.756/2017 passa a ter a seguinte redação, para reforçar a interação:
"Art. 5º- A Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal atuará de forma harmônica, integrada e interativa com os sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, quando couber, e com os órgãos de controle externo, especialmente o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Ministério Público e o Poder Judiciário."

Art. 6º - O art. 9º da Lei Municipal nº 1.756/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 9º - O Controlador Interno será nomeado por meio de Portaria do Presidente da Câmara Municipal de Porecatu no final do segundo ano da legislatura, com mandato de 4 (quatro) anos, vigente a partir de 1º de janeiro do ano seguinte, não podendo ser afastado de suas funções antes do encerramento do mandato, salvo na hipótese de cometimento de ato irregular devidamente apurado em processo administrativo."

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (13.10.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:5ED8831E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 071/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº071/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **LUBE GESTÃO E VENDAS LTDA**, CNPJ n° 54.319.950/0001-02, estabelecida à Rua Coelho Neto , n°46, Sagrado Coração de Jesus, Lages, estado de Santa Catarina, CEP 88.508-560, representada por **LEONARDO BAZI**, inscrito no CPF XXX.474.489-XX, portador da cédula de identidade Civil RG XX402XX SSP/SC, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Total
5	**Bola de Futsal para categorias sub 15**, laminado PU, Duotec Híbrida - Mão(gomos costurados e colados), 6D (composta por 6 discos posicionados simetricamente), Airbility(desenvolvida com borracha butílica), Triaxial(câmara enrolada com fios sintéticos, em um sistema de forro Multiaxial), Miolo Removível (miolo de borracha removível), Peso: 400-440g Circunferência: 62-64 cm, Gomos: 32. (Bola Penalty 500). MARCA PENALTY	UND	**93**	R$ 84,55	R$ 7.863,15

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 7.863,15 (sete mil e oitocentos e sessenta e três reais e quinze centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*LUBE GESTÃO E VENDAS LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:DC74C4C3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 074/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº074/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ n° 63.129.821/0001-42, estabelecida à Rua Bueno Aires, n°71, Bairro Batel, Curitiba, estado do Paraná, CEP 80250-070, representada por **BRUNA MONIQUE GUIDI**, inscrita no CPF XXX.425.049-XX, portadora da cédula de identidade Civil RG XX4017XX SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Total

12	**Rede para Futsal (Par).** Medindo 3,20 de comprimento x 2,10 de altura. Peso de cada rede aprox. 1,100kg, sem nó, modelo Véu de Noiva, contém um par, modelo colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado, recuo Superior máximo 0,60cm, recuo inferior máximo de 1,0 metro, fio Seda 4 milímetros, 100% Polipropileno (PP) - sem nós. MARCA VELDEN	PAR	**13**	R$ 248,69	R$ 3.232,97
21	**Kit cones pequeno treino** conjunto composto por 10 cones rígidos para treinamento funcional e agilidade. Confeccionados em polietileno de alta durabilidade e resistência a impactos. Dimensões aproximadas de 14,6 cm de base por 24 cm de altura. Peso unitário aproximado de 30g. Apresentação em cores variadas de alta visibilidade para facilitar a demarcação de percursos e exercícios em diferentes superfícies. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA VELDEN	KIT	**16**	R$ 44,49	R$ 711,84
VALOR **R$ 3.944,81**					

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 3.944,81 (três mil e novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:257DDA51

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 075/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº075/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **RINAMED – COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP**, CNPJ n° 03.583.301/0001-83, estabelecida à Rua Pavão, n°374, Arapongas, estado do Paraná, CEP 86.700-245, representada por **KLEBER ANTONIO TOLOMEU TONIN**, inscrito no CPF XXX.175.569-XX, portador da cédula de identidade Civil RG XX22.02XX SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
16	**Kit Tera Band**. Kit com 5 faixas, cada uma delas com uma resistência, compondo um modelo progressivo. 01Faixa amarela (Ultra Leve) 01 Faixa Verde (Leve) 01 Faixa Azul (Moderada) 01 Faixa Vermelha (Pesada) 01 Faixa Preta (Ultra Pesada) Dimensões: Comprimento: 30cm Largura: 5cm Composição: Borracha Termoplástica 100% TPR Garantia contra defeitos de fabricação: 3 meses. Marca: BWX	UND	**18**	R$ 29,49	R$ 530,82

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 530,82 (quinhentos e trinta reais e oitenta e dois centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*RINAMED – COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:CBD6D1C2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 076/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº076/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **RUBENS BASILIO DE FARIA**, CNPJ n° 28.250.680/0001-10, estabelecida à Alameda Roni Fernando Mendes, n°65, Jardim Serrano, São Lourenço, estado de Minas Gerais, CEP 37470-000, representada por **RUBENS BASILIO DE FARIA**, inscrito no CPF XXX.597.436-XX portador da cédula de identidade Civil RG XX1365XX SSP/MG, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Total	Valor Unitário	Valor Total
18	**Placar de Mesa Marcador Contador de Pontos Manual Dobrável.** Com opção para marcação de sets e pontos, com sistema articulado e um pino de trava, estrutura leve e dobrável, capacidade de registrar até 31 pontos por set e acompanha até 7 sets, com numeração clara e estampada em ambos os lados das placas, fabricado com materiais duráveis como ABS para a estrutura, Cor Preto, Dimensões aproximado aberto: Altura: 18 cm. Largura: 20 cm. Comprimento: 38 cm. Dimensões aproximado fechado: Altura: 21 cm. Largura: 4 cm Comprimento: 38 cm. Marca: Hdsport	UND	**7**	R$ 96,00	R$ 672,00
50	**Aparadores de chute (Taipad)** para treinamento de alta intensidade (Muay-thai, Kickboxing, MMA). Confeccionado em material sintético de alta densidade, projetado para resistência a impactos contínuos. Preenchimento interno em duas camadas de diferentes densidades, garantindo amortecimento e proteção ao atleta. Acabamento com costuras reforçadas em linha especial. Face posterior composta por manopla anatômica e fechamento duplo em velcro ajustável para fixação firme ao antebraço. Possui saídas de ar laterais para alívio de pressão. Dimensões aproximadas: 50 x 20 x 10 cm. Produto novo, de primeira qualidade. Marca: Gorila	UND	**10**	R$ 147,00	R$ 1.470,00
VALOR **R$ 2.142,00**					

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 2.142,00 (dois mil e cento e quarenta e dois reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*RUBENS BASILIO DE FARIA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:E316C960

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 079/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº079/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **LICITA MOURA LTDA**, CNPJ n° 44.737.879/0001-24, estabelecida à rua Estados Unidos, n°2367, Boa Vista, Curitiba, estado do Paraná, CEP 82.540-030, representada por **JAQUELINE PRISCILA SOARES DE MOURA**, inscrita no CPF XXX.864.989-XX, portadora da cédula de identidade Civil RG XX00.08XX SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
23	Kit disco esportivo Conjunto para treinamento funcional e agilidade, composto por 12 discos demarcatórios (tipo "half cone" ou "chapéu chinês") e 01 suporte para transporte e organização. Discos confeccionados em material plástico flexível e resistente a impactos (polipropileno ou similar), com diâmetro aproximado de 18,5 cm e altura de 7,5 cm. O kit deve apresentar cores variadas de alta visibilidade (amarelo, azul, laranja, verde, vermelho e rosa). Acompanha suporte específico com altura aproximada de 23,5 cm. Produto novo, de primeira qualidade. Marca: 365Sports	Kit	16	R$ 25,44	R$ 455,04

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 455,04 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*LICITA MOURA LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:81A51D27

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 080/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº080/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **MARIA MARTE SHITICOSKI**, CNPJ n° 59.031.654/0001-25, estabelecida à rua Colmeia, n°237, Jardim Alvorada, Campo Mourão/PR, CEP 87308-310, representada por **MARIA MARTES SHITICOSKI**, inscrita no CPF XXX.219.269-XX, portadora da cédula de identidade Civil RG XX3448XX SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Total
24	**Bambolê de plástico** Conjunto composto por **48 unidades** de bambolês para atividades recreativas e de iniciação esportiva. Confeccionados em **polietileno** de alta resistência e durabilidade. Cada unidade com diâmetro aproximado de **63 cm** e tubo com espessura de **17 mm**. Apresentação em **cores variadas** e vibrantes. Produto leve, com acabamento liso e sem arestas, garantindo a segurança dos usuários durante o uso escolar ou recreativo. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA REIGIS	KIT	**27**	**R$ 144,33**	**R$ 3.896,91**
25	· **Jogo "Responda se puder" – Brinquedo educativo de entretenimento jogo infantil.** · Idade: A partir de 5 anos. · Contém: 1 roleta, 1 tabuleiro, 4 bolinhas, 52 fichas, 1 casinha centro, (1 quadrado de plástico e 1 cartão). Medidas: 28x28x7cm. MARCA ESTRELA	UND	**17**	**R$ 58,66**	**R$ 997,22**
29	· **Jogo divertirama**. · Idade: A partir de 5 anos. · Contém: 4 tabuleiros, 49 peões, 2 dados, 24 damas e 1 manual de instrução. Medida: 36x5x28cm. MARCA ESTRELA	UND	**17**	**R$ 66,12**	**R$ 1.124,04**
30	· **Jogo gol a gol**. · Idade: livre. Medida: 40x31x0,3cm (CxLxA). Material: Madeira MDF e plástico. MARCA JUNGES	UND	**23**	**R$ 33,33**	**R$ 766,59**
41	· **Tabuleiro xadrez** composto por 32 peças e 01 tabuleiro. Peças confeccionadas em **plástico rígido**, com estrutura interna oca. Dimensões das peças: Rei (10 cm), Rainha (8,2 cm), Bispo (8 cm), Cavalo (8 cm), Torre (6 cm) e Peão (5,2 cm). Tabuleiro fabricado em napa durável, com impressão em silk screen de alta qualidade, dimensões mínimas de 46 x 46 cm. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA ZM ·	UND	**54**	**R$ 44,33**	**R$ 2.393,82**
42	· **Jogo de Damas** composto por 01 tabuleiro e 24 peças. Tabuleiro confeccionado em madeira MDF (engenharia), com dimensões aproximadas de 29 x 29 cm. Peças de jogo fabricadas em plástico rígido resistente, divididas em duas cores para distinção dos jogadores. O conjunto deve acompanhar sacola prática para organização e armazenamento das peças. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA JUNGES	UND	**39**	**R$ 20,12**	**R$ 784,68**
65	· Step para academia. (60 x 30 x 10 cm) Plataforma de step para exercícios aeróbicos e treinamento funcional, confeccionada em E.V.A. (Etil Vinil Acetato) de alta densidade. Dimensões aproximadas de 60 cm de comprimento, 30 cm de largura e 10 cm de altura. O material deve possuir propriedades de absorção de impacto, ser resiliente e apresentar superfície superior antiderrapante. Capacidade de carga para suportar até 150 kg. Produto leve, de fácil higienização, resistente e de primeira qualidade. MARCA EVAMAX	UND	**20**	**R$ 78,33**	**R$ 1.566,60**
VALOR R$ 11.529,86					

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 11.529,86 (onze mil e quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*MARIA MARTES SHITICOSKI*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:B6ED7F83

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 081/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº081/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **MARTIVA COMERCIAL LTDA**, CNPJ n° 58.512.546/0001-01, estabelecida à rua Lennita Maria Scolari, n°84, Parque dos Ipês, Paranavaí, estado do Paraná, CEP 87711-725, representada por **MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS**, inscrita no CPF XXX.932.969-XX, portadora da cédula de identidade Civil RG XX.684.49XX SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Total
26	· **Trava letras – jogo educativo.** · Idade: A partir de 7 anos. Contém: 48 molduras de plástico, 8 cartelas ilustradas, 24 cartas de adivinhação, 1 máquina eletrônica, 02 tabuleiros com suporte, 04 pinos marcadores e 01 manual de instrução. MARCA GGB	UND	**16**	**R$ 58,40**	**R$ 934,40**
35	· **Jogo quebra-cabeça 200 peças**. Idade: A partir de 7 anos. · Dimensão da embalagem 26 x 16,5 x 6,5cm. MARCA GGB	UND	**17**	**R$ 19,97**	**R$ 339,49**
VALOR R$ 1.273,89					

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 1.273,89 (mil e duzentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*MARTIVA COMERCIAL LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:0A85F735

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 082/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº082/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **E ANTONINI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ n° 58.545.693/0001-88, estabelecida à rua Berilo, n°57, Jardim Santa Helena, Maringá, estado do Paraná, CEP

87083-330, representada por **EDINHO ANTONINI**, inscrito no CPF XXX.141.469-XX, portador da cédula de identidade Civil RG XX.1185XX SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	QUANT.	Valor Unitário	Total
55	**Cama elástica Papi Brink** Diâmetro: 3,66mm; Largura do tubo: 1,5 polegadas; Peso suportado: 250kg; Tamanho da mola: 18cm; Material: Aço galvanizado, espuma de alta densidade e tecido bazunzito; Altura total: 2,12m. MARCA PAPI BRINK	UND	**03**	**R$ 1.988,00**	**R$ 5.964,00**

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 5.964,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e quatro reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*E ANTONINI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA*
Prefeito municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:E66C7AAF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 147/2026

DECRETO Nº 147, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Amplia o número de vagas do Concurso PúblicoNº 01/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 64, incisos IX e X da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o Edital Nº 01/2025 – Edital de Abertura do Concurso Público Nº 01/2025;

CONSIDERANDO o Item 2, Subitem 2.9, do Edital Nº 01/2025, do Concurso Público Nº 01/2025, que dispõe que "Durante o período de validade do concurso, a Prefeitura Municipal reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda aos interesses e necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, dentro das vagas existentes ou que possam vir a existir";

CONSIDERANDO a alta demanda dos serviços prestados pela Administração Pública;

CONSIDERANDO o Ofício Nº 358/2026 – DMAS, protocolado nesta administração sob o Nº 1752/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar o número de vagas ofertadas pelo Concurso Público Nº 01/2025, previsto no Edital de Abertura n° 01/2025, conforme Item 3 – Dos Empregos, o qual foi retificado pelo Edital Nº 25/2025.
Art. 2º Fica ampliado o número de vagas ofertadas pelo Concurso Público N° 01/2025, para o cargo de:
I – Auxiliar de Serviços Gerais, de 10 (dez) vagas, para 11 (onze) vagas;
Parágrafo Único. As vagas que se referem o art. 1º serão preenchidas por candidatos aprovados e homologados pelo Edital Nº 15/2025 do Concurso Público Nº 01/2025, observada a ordem de classificação e o prazo de validade desse Concurso Público.
Art.3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:01FF5942

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2026 - EMENDA IMPOSITIVA - APAE - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2026
EMENDA IMPOSITIVA APAE

PARTES: Município de Porto Amazonas e APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas.
OBJETO: O presente Termo tem por objeto a destinação da Emenda Impositiva prevista na Lei Municipal nº 1.344/2025 e na Lei Municipal nº 1.363/2026 destinada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme Ação nº 10, vinculado a Protocolo 1081/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014, especialmente os artigos 31, inciso II, e 32; Decreto Municipal nº 030/2017; Lei Municipal nº 1.344/2025 e Lei Municipal nº 1.363/2026, referentes às Emendas Impositivas de 2026, conforme Ação nº 10, de autoria dos Vereadores Edson Orchanheski, João Eduardo Cordeiro, Luiz Gomes da Costa Junior e Luiz Carlos Chimiloski.
JUSTIFICATIVA: com fulcro no artigo 31, inciso II, combinado com o artigo 32, ambos da Lei Federal 13.019/2014, elencam-se as razões pelas quais não será realizado o processo seletivo por intermédio de chamamento público, para efetivação do Termo de Fomento a ser firmado entre este Departamento Municipal de Assistência Social e pessoa jurídica com sede nesta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.641.524/0001-63**.** A **APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**, é uma Associação Civil, beneficente de Assistência Social, com a atuação nas áreas de Assistência Social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros sem fins lucrativos. A APAE é tradicional em nossa comunidade e tem prestado, ao longo de sua história no Município, relevantes trabalhos voltados ao atendimento da Pessoa com Deficiência. A Entidade proporciona atendimento de habilitação e reabilitação à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, promovendo seu desenvolvimento biopsicossocial e profissional, facilitando sua inclusão junto a família e sociedade para o exercício pleno de sua cidadania A APAE oferta os serviços desde a sua fundação na comunidade de Porto Amazonas, tendo visibilidade no desenvolvimento ao trabalho voltado ao seu público específico.
VALOR: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO: 10 – Departamento de Assistência Social
UNIDADE: 10.001- Fundo Municipal de Assistência Social.
PROJETO/ATIVIDADE – 08.244.0031.2031-Manutenção do Fundo de Assistência Social.
NATUREZA DE DESPESAS – 3.3.50.43.00.00- SUBVENÇÕES SOCIAIS.
VIGÊNCIA: De 06 de outubro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
EXECUÇÃO: Da assinatura até 31 de dezembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de Palmeira, Estado do Paraná.

Município de Porto Amazonas, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:6DD252BE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001/2026 AO CONTRATO Nº008/2026

TERMO ADITIVO Nº001 AO CONTRATO Nº008/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS E VALORES AO CONTRATO Nº008/2026 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS E A EMPRESA HOP FARDAMENTOS LTDA., QUE TEM POR OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONFECÇÃO DE FARDAS ESCOLARES (CAMISAS E CALÇAS) DESTINADAS AOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL CÍVICO-MILITAR MARIA DE LOURDES AFFONSO HEIMBECHER – ENSINO FUNDAMENTAL, SITUADA NO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, portador da C.I.R.G. Nº 4.XXX.X35-6, e do CPF nº 865.XXX.XXX-53, residente e domiciliado a Rua Barão do Cerro Azul, nº447, nesta cidade de Porto Amazonas/PR.

CONTRATADA: **HOP FARDAMENTOS LTDA**, empresa estabelecida na Rua Raul Poitevin, 72, Casa 01, Alto Boqueirão, CEP: 81770-210, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº54.641.491/0001-89, neste ato representada por **FELIPE ANTONIO HAUS DE SOUZA**, inscrito no CPF n°078.XXX.XXX-75 e portador do RG n°3XXXX690/SSP-MT.

GESTORA: MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI, PORTARIA Nº 041/2025.

FISCAL: CAMILA NAYLA MARCONDES, PORTARIA Nº 041/2025.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº008/2026, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativos e valores ao Contrato nº 008/2026, firmado entre as partes em 06/02/2026, decorrente da necessidade de ampliação do fornecimento de kits de fardas escolares, nos termos previstos na sua Cláusula Nona.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

- Serão acrescidos 32 (trinta e dois) kits sendo eles:

a) 29 (vinte e nove) kits no tamanho 08;
b) 03 (três) kits no tamanho 10.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACRÉSCIMO DE VALORES

- Será acrescido o valor total de R$ 5.242,56 (cinco mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), referente à inclusão de 32 (trinta e dois) kits de fardamento escolar.

- O valor unitário será mantido o mesmo do Contrato 008/2026, de R$163,83 (cento e sessenta e três reais e oitenta e três centavos)
- O valor total do Contrato 008/2026 passará a ser de R$26.540,46 (vinte e seis mil, quinhentos e quarenta reais e quarenta e seis centavos), que era de R$ 21.297,90 (vinte e um mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa centavos), o que corresponde a 24,615384%.
- Os efeitos financeiros decorrentes do presente acréscimo ocorrerão a partir da efetiva entrega e recebimento dos respectivos kits de fardas escolares, observada a vigência do Contrato nº 008/2026.

CLÁUSULA QUARTA - DA DESPESA

- A despesa com o presente termo aditivo, no corrente exercício ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO – 05 – Departamento de Educação e Cultura
UNIDADE – 05.001 – Departamento de Educação e Cultura
PROGRAMA – 12.361.0007.2007 Manutenção do Ensino Fundamental
NATUREZA DESPESA 3.3.90.32.00.00 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Reduzido	Programática	Fonte	Desdobramento	Descrição
00655	05.001.12.361.0007.2007	00104	3.3.90.32.06.00	Uniforme escolar

- A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

- O presente termo aditivo decorre de autorização e encontra amparo legal no artigo nº124 c/c o artigo n°125, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

- Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Amazonas, 13 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*HOP FARDAMENTOS LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
NOME:	**NOME:**
CPF:	**CPF:**
RG n.º:	**RG n.º:**

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:2CA906F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA PL 20/2026 (LOA 2027)

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR, representada neste ato pelo Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Conta, Vereador Geovani Ribeiro de Oliveiro, considerando a tramitação do Projeto de Lei nº 20/2026, que **"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2027",** e em atenção ao comando do art. 44 do Estatuto da Cidade, vem, convidar toda população para participar da Audiência Pública, a ser realizada no Plenário desta Câmara Municipal, no dia **21 de outubro de 2026, às 15h30.**
Outrossim, informamos que o momento é oportuno para que os munícipes possam apresentar sugestões de prioridades que entendam ser convenientes para análise da Administração e possível inclusão no Projeto.
Atenciosamente,

Prado Ferreira, 13 de outubro de 2026.

GEOVANI RIBEIRO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4o desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:ABC6E071

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 197/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 046/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Pesquisa de Mercado, a Certidão de Estimativa de Despesa, o Termo de Referência, a Consulta às Condições de Habilitação, o Parecer Contábil e o Parecer Jurídico, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021,
HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação em epígrafe e **AUTORIZO** a contratação direta do objeto abaixo descrito, nos termos do art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição devidamente demonstrada nos autos.

OBJETO: Aquisição de Medidores Multiparâmetros, sondas de pH, condutividade e OD marca Hach para uso do setor de Coleta e Amostragem do Laboratório CISPAR.

CONTRATADA: HEXIS CIENTIFICA LTDA.
CNPJ: 53.276.010/0001-10
VALOR TOTAL: R$ 112.748,55 (cento e doze mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Estando cumpridas as formalidades legais e regulamentares, determino a adoção das providências administrativas subsequentes para a formalização da contratação.

Maringá – PR, 09 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:A3254086

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 203/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 047/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Pesquisa de Mercado, a Certidão de Estimativa de Despesa, o Termo de Referência, a Consulta às Condições de Habilitação, o Parecer Contábil e o Parecer Jurídico, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021,
HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação em epígrafe e **AUTORIZO** a contratação direta do objeto abaixo descrito, nos termos do art. 74, Inciso III da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição devidamente demonstrada nos autos.

OBJETO: Contratação de inscrição para participação no Fórum Eco Expo 2026, em São Paulo/SP, visando à qualificação e à atualização profissional na área de gestão de resíduos sólidos.

CONTRATADA: SAMBA SHOW EVENTOS LTDA
CNPJ: 24.146.344/0001-71
ENDEREÇO: AV BRIGADEIRO FARIA LIMA 2369 CONJ 1315/ JARDIM PAULISTANO / SAO PAULO / SP / 01452-000
VALOR TOTAL: R$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais)

Estando cumpridas as formalidades legais e regulamentares, determino a adoção das providências administrativas subsequentes para a formalização da contratação.

Maringá – PR, 13 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:804085C9

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 207/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 69/2026

DESPACHO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO
(Dispensa de Licitação)

OBJETO: Aquisição de carrinhos tipo industriais destinados ao transporte interno de mercadorias, materiais, caixas e demais itens que serão transportados entre os setores do **Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.**

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 4.394,90 (quatro mil trezentos e noventa e quatro reais e noventa centavos).

SETOR DEMANDANTE: Setor Administrativo do CISPAR.

Considerando a Solicitação da Demanda, a justificativa da necessidade e a estimativa de despesa apurada na pesquisa de preços que instruem os autos, TOMO CIÊNCIA da contratação pretendida e AUTORIZO O PROSSEGUIMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, para análise do enquadramento da contratação e adoção das demais providências administrativas cabíveis**.**

Determino a publicação do presente despacho, para fins de publicidade e transparência da instauração do processo administrativo.

A presente autorização refere-se exclusivamente ao prosseguimento da instrução processual, não constituindo autorização definitiva da contratação, que permanecerá condicionada ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Maringá - PR, 13 de outubro de 2026.

JEFFERSON LAUER VALENDORF
Matrícula nº67

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:630E781E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 284/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com a Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Prefeito Municipal, **SILVIO ANTONIO DAMACENO**, inscrito no CPF nº ***.***.059-91, **1,5 (uma e meia) diária**, no valor unitário de **R$ 527,36 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos)**, totalizando **R$ 791,04 (setecentos e noventa e um reais e quatro centavos)**, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, em razão de viagem oficial ao Município de **Curitiba/PR**, no período de 13 e 14 de outubro de 2026, para cumprimento de agenda institucional junto ao Governo do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade a realização de tratativas institucionais junto à **Secretaria das Cidades (SECID)** e junto ao **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**, em ações de interesse da Administração Pública Municipal.

Art. 2º O beneficiário deverá apresentar relatório de viagem e demais documentos comprobatórios, na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 491/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 13 de outubro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:B127172A

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2026

PERÍODO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS	
INÍCIO	14/10/2026 – às 09h00min
TÉRMINO	16/10/2026 – às 17h00min

E-mail para envio das propostas: compras@samaepradoferreira.com.br
Levamos ao conhecimento dos interessados que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, em obediência ao art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, estará recebendo propostas para a contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva do veículo Chevrolet Montana, placa BDG-2A64, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, de acordo com as especificações indicadas no Termo de Referência.

Dessa forma, solicita-se o envio de uma proposta de preços dentro do período indicado acima, que poderá ser encaminhada por meio do preenchimento do formulário de proposta anexado, ou por modelo próprio que atenda aos requisitos constantes do formulário juntado, documento esse que deverá ser devidamente assinado, carimbado e datado pelo proponente.

Ao formalizar sua proposta, a empresa declara que está de acordo com as condições estabelecidas na versão do Termo de Referência que foi disponibilizado para cotação de preços.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sito a Rua Iguatemi, 511 – Centro, Prado Ferreira/PR, através do e-mail

samaepradoferreira@gmail.com ou pelo telefone (43) 3244-1220, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Prado Ferreira-PR, 13 de outubro de 2026.

EDER JUNIOR MAZAR
Diretor SAMAE

Publicado por:
Fabiana Cristina Neto
Código Identificador:DB28CA3E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 68/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Exonerar CELIA CARDOSO do cargo em comissão de Assessor de Plenário da Presidência, na forma do Anexo V da Lei Municipal nº 691/2011.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 14 de Outubro de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:262174BB

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 69/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Exonerar LINDAIR DE PAULA SILVA do cargo em comissão de Assessor Parlamentar Nivel I, na forma do Anexo V da Lei Municipal nº 691/2011.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 14 de Outubro de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:5B6261CD

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 70/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Exonerar LUCIANE APARECIDA STOKOLOSA do cargo em comissão de Assessor Parlamentar Nivel I, na forma do Anexo V da Lei Municipal nº 691/2011.
Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 14 de Outubro de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:5B3BC1DF

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 71/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Exonerar EDILSON ROBERTO MILA TIVES FILHO do cargo em comissão de Assessor Parlamentar Nivel I, na forma do Anexo V da Lei Municipal nº 691/2011.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 14 de Outubro de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:FAB8362F

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 72/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Exonerar JOÃO GABRIEL DE PAULA SBRISSIA do cargo em comissão de Assessor Parlamentar Nivel II, na forma do Anexo V da Lei Municipal nº 691/2011.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 14 de Outubro de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:544F6CEB

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 73/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Exonerar JOSMAR TAVARES DA ROSA do cargo em comissão de Assessor Parlamentar Nivel I, na forma do Anexo V da Lei Municipal nº 691/2011.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 14 de Outubro de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:ABCB80C5

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 74/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar VINICIUS DOS SANTOS do cargo em comissão de Assessor Legislativo da Mesa Diretora, na forma do Anexo V da Lei Municipal nº 691/2011.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 14 de Outubro de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:1AED07C4

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 75/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Exonerar WILLIAN FELIPE PIRES RIBEIRO do cargo em comissão de Assessor Legislativo Especial, na forma do Anexo V da Lei Municipal nº 691/2011.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 14 de Outubro de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:A1857580

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ITEM FRACASSADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2026 / MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para uma eventual necessidade de fornecimento de artefatos de concreto (tubos, calhas, tampas para caixas armadas, PAVERS, guias, blocos, meio-fio e galeria de concreto), conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, através da Pregoeira Municipal, devidamente autorizada pelo Decreto nº 11.769/2026, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 61/2026, aberto no dia 05 de outubro, às 8h30, com o objeto de licitação em epígrafe, teve o item 23 – ***GALERIA DE CONCRETO tamanho 2,00x2,00x1,20m (...)*** considerado FRACASSADO.

Quatro Barras, 13 de outubro de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:7AEEE120

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
ADITIVO 249/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 249/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N°. 010/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 39/2020
7º termo aditivo de prazo
Vencimento 31/12/2026

A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930000, representado pelo Prefeito Municipal ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.560.979-08 e Cédula de Identidade RG 10.236.514-3 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE**, representado pela Secretária Municipal de Saúde e representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde - Cássia Souza Santos Cruz, brasileira, RG nº 5.***.552-*, CPF nº 925.***.699-** residente e domiciliado na Rua Sergipe, 1450, Centro, Município de Querência do Norte, Paraná e a empresa **LEROUX & RECH LTDA,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à AV CARLOS GOMES, 386 - CEP: 87015200 - bairro: ZONA 05, Maringá/PR, inscrita no CNPJ/MF nº. 12.462.276/0001-70, representado neste ato por ADRIANA MARIA RECH LEROUX, brasileiro, portador da RG nº 90***672** PR e CPF 664.***.150-**, residente e domiciliado em MARINGÁ (PR), denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, Lei 8.666/93 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E META, com base no Art. 65 § 1º, da Lei n º 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo até 31/12/2026, com vigência a partir de 30/06/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA REAJUSTE-
Fica acordado o novo valor da consulta em R$ 145,05, corrigido pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA TERCEIRA
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 13 de outubro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

CÁSSIA SOUZA SANTOS CRUZ
Secretária de Saúde

ADRIANA MARI RECH LEROUX
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F._____

_____
C.P.F. _____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:ABB0A619

LICITAÇÃO
PE 39/2026 VEICULO AGRICULTURA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO – Nº 39/2026
O município de Querência do Norte, Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO na seguinte forma: MENOR PREÇO POR ITEM-
OBJETO: aquisição de 01 veículo automotor tipo hatchback, novo zero km , (deserto PE 28 e 34/2026)- emenda parlamentar 202240740002.
ABERTURA**: 27 de Outubro de 2026 – 09 horas.**
Local da sessão pública: www.comprasbr.com.br

– Prefeitura Municipal de Querência do Norte

Querência do Norte-PR, 13 de Outubro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:CBFC8E54

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 121/2025-PMQ

Extrato de Aditivo ao Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 121/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Jessyca Rochoski Fabianski
Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 13/10/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:A4810D8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 29/2025-PMQ

Extrato de Rescisão de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 29/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha e Thais De Lima Pilaty
Objeto: Rescisão antecipada do Contrato de Trabalho
Data da assinatura: 09/10/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:37EAD89D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 332/09/2026

CONCEDE AFASTAMENTO do trabalho, para tratamento de saúde pelo período a contar de 12/10/2026 à 06/04/2027 (177 dias) por motivos descritos pelo CID I69 com recebimento de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho no período de 12/10/2026 à 06/04/2027, ao Servidor Público Municipal, Sr. CELIO DOS SANTOS SOARES, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, mediante apresentação de atestado e laudo médicos em anexo, apresentados pelo Servidor retro ao Departamento de Administração do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei e com base na Lei Municipal nº 199/03/2001, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Rancho Alegre D'Oeste, e de conformidade ainda com a Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, em seus Artigos 3º e 5º, que dispõem sobre a concessão de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, da referida Lei, bem como, mediante laudo médico avaliativo, apresentado pelo Servidor retro.

R E S O L V E

I – Conceder afastamento de suas atividades do cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS,** ao Servidor Público Municipal, **Sr. CELIO DOS SANTOS SOARES,** no período de **12/10/2026 à 06/04/2027 (177 dias),** conforme solicitado e descrito em laudo médico avaliativo de Especialista que o acompanha, sendo o respectivo afastamento no período de **1612/10/2026 à 06/04/2027 (177 dias), com o recebimento de referido benefício pago pelo Município, no período de 12/10/2026 à 06/04/2027.**

II - A concessão deste afastamento, bem como, do recebimento do benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho pago pelo Município, fica concedido respeitado o prazo legal descrito no Artigo e posteriores da Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, **com o recebimento do referido benefício no período de 12/10/2026 à 06/04/2027.**

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 13 DE OUTUBRO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:29AA88BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.156/2026 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 14 a 23 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106147	Jakciane Cristina Soares	Coordenador de Garagem	08/08/2023 até 07/08/2024

Art. 2º- Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 09 a 23 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106977	Juliana Ross	Auxiliar Administrativo	09/06/2025 até 08/06/2026

Art. 3º- Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 23 de novembro a 02 de dezembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
43321	Loireni dos Santos Agustini	Oficial Administrativo	01/02/2024 até 31/01/2025

Art. 4º- Conceder 05 (cinco) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 03 a 07 de dezembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
43321	Loireni dos Santos Agustini	Oficial Administrativo	01/02/2025 até 31/01/2026

Art. 5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 13 de outubro de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E7B5C908

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO N.º 001/2026
CONTRATO N.º 002/2026
CONTRATO N.º 003/2026
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RENASCENÇA

CONTRATADA: ELETRO CENTRO COMÉRCIO DE PEÇAS E ELETROELETRONICOS
LTDA. CNPJ: 16.779.255/0003-04

CONTRATADA: ALFA GLOBAL LTDA
LTDA. CNPJ: 63.855.8/00/0001-04

CONTRATADA: KC TOMÉ REFRIGERAÇÕES
LTDA. CNPJ: 32.129.494/0001-03

OBJETO: Contratação de empresa especializada para **AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E RETIRADA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO,** para atender a demandas da sede da Câmara Municipal de Vereadores de Renascença-PR, sito à Rua Nilo Peçanha, n.º 129, município de Renascença-Pr.

FUNDAMENTO: De acordo no que dispõe o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

ASSINAM: Marcos Antônio Valandro e Gervásio dos Santos Marques.
ASSINAM: Marcos Antônio Valandro e Ítalo Gabriel Almeida de Carvalho.
ASSINAM: Marcos Antônio Valandro e Kaio Cesar Tomé.

DATA DA ASSINATURA: 08, 09 e 13 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Renascença (PR), 13 de Outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VALANDRO
Presidente

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:6AC3AFEA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 24/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026 – PMR PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço do item.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de MATERIAL ESCOLAR, destinado à formação de kits escolares para os alunos da ESCOLA IDA KUMMER e CMEI GIRASSOL, de acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09 de novembro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.

Renascença, 13 de outubro de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:05D5435B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 333 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Revoga a designação da servidora Edina Cassiane Padilha para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saúde.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica revogada a portaria nº 257 de 30 de julho de 2026, que designou a servidora **Edina Cassiane Padilha**, matrícula nº 15652-1, ocupante do cargo efetivo de **Nutricionista,** para responder interinamente pela **Secretaria Municipal de Saúde,** a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:E9C1636D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 334 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Designar a servidora Elizandra Backof para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saúde.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°- DESIGNAR a servidora **Elizandra Backof**, matrícula nº 1001029, ocupante do cargo em efetivo de **Enfermeira,** para responder interinamente pela **Secretaria Municipal de Saúde,** a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:089DCD39

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 335 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Revoga a Portaria nº 155, de 04 de maio de 2026, que nomeou a servidora Elizandra Backof para exercer a função de Coordenadora de Saúde e Responsabilidade Técnica (RT) de unidade.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica revogada a **Portaria nº 155, de 04 de maio de 2026**, que nomeou a servidora **Elizandra Backof**, matrícula nº 1001029, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Enfermeira**, para exercer a função de Coordenadora de Saúde da unidade de saúde e a Responsabilidade Técnica (RT) do Centro de Saúde de Renascença, a partir desta data.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:44977885

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 336 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Lota a servidora Lucieli Fatima Ramos na Secretaria Municipal de Saúde.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Lotar a servidora **Lucieli Fatima Ramos**, matrícula nº 125481, ocupante do cargo efetivo de **Psicóloga,** na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:F3308E71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

CÂMERA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA

PORTARIA 003/26

O Presidente da Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra. **JOCELIA APARECIDA DOS SANTOS ANTONICHEM,** matricula 051, nomeada no cargo de provimento efetivo de Zeladora, **licença para tratamento de saúde**, nos termos do art. 108 e seguintes da Lei Municipal 682/2010 (Estatuto dos Servidores Municipais), pelo prazo de 90 dias, conforme Atestado Médico, apresentado pela Servidora.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor nesta data revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Reserva do Iguaçu, 05 de outubro de 2026.

EMERSON SEMCHECHEN
Presidente da Câmara

Publicado por:
Joao da Luz Antunes Siqueira
Código Identificador:1076C4D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
02º EXTRATO DE TERMO ADITIVO REFERENTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
02º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 47/2026
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **BASE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no ART. 111 DA LEI N. 14.133/2021, fica prorrogado o prazo de vigência até o dia 31/12/2026.
ASSINATURA: 08/10/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) LEANDRO MIKOVSKI -
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:3049B139

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026

EXTRATO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA NO ESTÁDIO MUNICIPAL PREFEITO ORESTES PALLÚ**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: DAL SANTO & DAL SANTO LTDA
CNPJ.: 36.603.663/0001-48
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 13 de outubro de 2026.
(a) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 076/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: DAL SANTO & DAL SANTO LTDA
CNPJ.: 36.603.663/0001-48

VALOR: R$ **1.485.000,00** (Um Milhão, Quatrocentos e Oitenta e Cinco Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **13/10/2026** à **12/10/2027.**
ASSINATURA: 13/10/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)VALDENEI DAL SANTO
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:52B56123

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
1º EDITAL RETIFICADOR - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

1º EDITAL RETIFICADOR - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, sediado na rua Guilherme Pereira, 482, Centro, Rio Azul/PR, CEP 84.560-000, torna público o presente Edital de Retificação do Anexo I e do prazo de inscrição do Edital de Seleção de Projetos destinados à celebração de Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, instituída pela Lei Federal nº 14.399/2022.

1. Fica retificado o Anexo I, passando a vigorar com a seguinte redação:
O presente edital possui valor total de R$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais) distribuídos da seguinte forma:
a) Até R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para CATEGORIA MÚSICA SOLO INFANTIL/JUVENIL;
b) Até R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para CATEGORIA MÚSICA SOLO ADULTO;
c) Até R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para CATEGORIA MÚSICA - DUPLAS;
d) Até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para CATEGORIA MÚSICA – GRUPOS, BANDAS E CONJUNTOS;
e) Até R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para CATEGORIA ARTESANATO E SABERES TRADICIONAIS;
f) Até R$ 6.000,00 (seis mil reais) para CATEGORIA ARTES VISUAIS – PINTURA E EXPRESSÕES VISUAIS;
g) Até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para CATEGORIA DANÇA;
h) Até R$ 6.000,00 (seis mil reais) para CATEGORIA TEATRO E ARTES CÊNICAS;
i) Até R$ 10.000,00 (dez mil reais) para a CATEGORIA MEMÓRIA CULTURAL – AUDIOVISUAL.
j) Até R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) para CATEGORIA FESTIVAL DE MÚSICA

2. Fica retificado o prazo de inscrição, nos seguintes termos:
Prazo de Inscrição: das 08:00 horas do dia 07/10/2026 até as 17:00 horas do dia 15/10/2026.

3. As demais disposições constantes do edital permanecem inalteradas.

4. Este Edital de Retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul-PR, 13 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:547BE9E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DO DECRETO N° 8.819/2026

ERRATA para corrigir erro material no **Decreto n° 8.819/2026** de 08 de outubro de 2026, publicado em Diário Oficial dos Municípios do Paraná, disponível sob Edição n° 3633a dispõe em seu Artigo 2° nomeação de servidora na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul. Considerando o equívoco constante, informo que o Artigo 2° correto segue abaixo:

Onde se lê: "**Art. 2°** Fica nomeada **MAIARA PAULA DA ROSA,** portadora do CPF n° 092.XXX.XXX-XX para exercer o cargo de Diretor Nível 1, simbologia DAS-1, na Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 03 de outubro de 2026."

Leia-se: "**Art. 2°** Fica nomeada **MAIARA PAULA DA ROSA,** portadora do CPF n° 092.XXX.XXX-XX para exercer o cargo de Diretor Nível 1, simbologia DAS-1, na Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 05 de outubro de 2026."

Rio Branco do Sul, em 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:10FBF9D7

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO080/2024

Extrato:Contratonº291/2026 (convertido da ata de RP nº 019/2025). **Modalidade:**Pregão Eletrônico nº 080/2024.**Objeto**: contratação de empresa especializada para locação de equipamentos e estruturas destinados a atender aos eventos do Município de Rio Branco do Sul.**Dispositivo legal**:Lei nº 14.133/2021. **Detentor doContrato:**MUNDI LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS E TRIOS ELÉTRICOS & COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. **Valor Total doContrato:**R$37.906,99.**Secretaria Responsável:** Secretaria Municipalde Cultura.**Prazo de Execução doContrato:** 13/10/2026 a 12/02/2027.**Prazo de Vigência doContrato:** da data de assinatura até12/06/2026. **Fiscais deContrato:**Jonas Augusto da Silva.**Data de Assinatura:**13/10/2026.

Extrato: Contrato nº 292/2026 (convertido da ata de RP nº 020/2025). **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 080/2024. **Objeto**: contratação de empresa especializada para locação de equipamentos e estruturas destinados a atender aos eventos do Município de Rio Branco do Sul.**Dispositivo legal**:Lei nº 14.133/2021. **Detentor doContrato:**DINASTIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA. **Valor Total doContrato:** R$ 42.617,24. **Secretaria Responsável:** Secretaria Municipal de Cultura. **Prazo de Execução doContrato:** 13/10/2026 a 12/02/2027. **Prazo de Vigência doContrato:** da data de assinatura até 12/06/2026. **Fiscais de Contrato:** Jonas Augusto da Silva. **Data de Assinatura:** 13/10/2026.

CRISLEINE DOS SANTOS LEONART
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:14106F66

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
RESULTADO PRELIMINAR – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 PRÊMIO CULTURA VIVA – RECONHECIMENTO DE PONTOS DE CULTURA

A Secretaria Municipal de Cultura de Rio Branco do Sul torna público o resultado preliminar da avaliação de mérito cultural das inscrições do Edital de Chamamento Público nº 04/2026, observadas as disposições do instrumento convocatório, especialmente os critérios previstos no Anexo III.

1. Critérios de avaliação e fundamentação

A análise das candidaturas observou os sete critérios de mérito cultural previstos no Anexo III do Edital nº 04/2026, totalizando até 100 pontos por parecerista.

Critério	Denominação	Máx.	Elementos de avaliação – Anexo III
I	Histórico e continuidade da atuação cultural	20	Trajetória, tempo, continuidade, regularidade e permanência na comunidade.
II	Relevância cultural para a comunidade	20	Importância cultural, reconhecimento social, identidade local e manifestações culturais.
III	Impacto social e comunitário	15	Público, alcance territorial, inclusão, participação e transformação social.
IV	Contribuição para a Política Nacional Cultura Viva	15	Atuação comunitária, redes, direitos culturais e ações colaborativas.
V	Diversidade cultural, inclusão e acessibilidade	10	Inclusão, acessibilidade, diversidade e públicos prioritários.
VI	Participação em políticas públicas culturais	10	Participação em programas e políticas públicas de fomento cultural.
VII	Qualidade da documentação e do portfólio	10	Organização, clareza, comprovação e consistência do material apresentado.

2. Metodologia de pontuação e classificação

Cada inscrição foi examinada por três pareceristas. A nota final corresponde à média aritmética das pontuações totais atribuídas pelos três avaliadores, observada a pontuação máxima de 100 pontos e a nota mínima de 60 pontos para classificação, nos termos do Edital nº 04/2026.

Em caso de empate na nota final, aplicam-se, sucessivamente: (1) maior média no Critério II – Relevância Cultural; (2) maior média no Critério III – Impacto Social; (3) maior média no Critério I – Histórico e Continuidade; (4) maior tempo comprovado de atuação; e (5) sorteio público, conforme o Edital nº 04/2026.

3. Resultado preliminar e ordem de classificação

Colocação	Inscrição	Instituição cultural	Média final	Resultado
1º	01	Ponto de Cultura Terreiro Casa da Aroeira	77,67	Contemplada
2º	02	Associação de Resgate à Cidadania e Defesa do Meio Ambiente de Rio Branco do Sul	71,67	Contemplada

4. Demonstrativo das notas dos pareceristas

01 – Ponto de Cultura Terreiro Casa da Aroeira

Critério	Parecerista 1	Parecerista 2	Parecerista 3	Média
I	20,00	16,00	15,00	17,00
II	15,00	16,00	15,00	15,33
III	10,00	12,00	10,00	10,67
IV	15,00	15,00	15,00	15,00
V	6,00	7,00	6,00	6,33
VI	6,00	8,00	6,00	6,67
VII	6,00	8,00	6,00	6,67
TOTAL	78	82	73	77,67

02 – Associação de Resgate à Cidadania e Defesa do Meio Ambiente de Rio Branco do Sul

Critério	Parecerista 1	Parecerista 2	Parecerista 3	Média
I	15,00	16,00	15,00	15,33
II	15,00	16,00	15,00	15,33
III	10,00	12,00	10,00	10,67
IV	10,00	12,00	10,00	10,67
V	6,00	7,00	6,00	6,33
VI	6,00	8,00	6,00	6,67
VII	6,00	8,00	6,00	6,67
TOTAL	68	79	68	71,67

5. Critérios de desempate – demonstrativo

Colocação	Média Critério II	Média Critério III	Média Critério I	Tempo de atuação
1º	15,33	10,67	17,00	17 anos
2º	15,33	10,67	15,33	8 anos

A ordem de classificação decorre das notas finais obtidas. O demonstrativo dos critérios de desempate integra a transparência da avaliação, sem alterar a ordem definida pela pontuação total.

6. Disposições finais

O presente resultado tem natureza preliminar, sujeitando-se aos procedimentos, prazos e condições de recurso e às demais etapas previstas no Edital nº 04/2026. A concessão da premiação permanece condicionada ao atendimento dos requisitos editalícios e à regularidade dos atos administrativos pertinentes.

Rio Branco do Sul, 13 de outubro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:E27AD2C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2026

O Município de Rio Branco do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDE), considerando a busca pela aproximação entre administração e administrados, o estímulo à atuação participativa do cidadão na gestão pública, com a necessidade de desenvolvimento econômico da municipalidade, bem como estimular o comércio local, sobretudo no atendimento aos princípios constitucionais (art. 37, caput da Constituição Federal), relativos à impessoalidade, à publicidade, moralidade e à eficiência, **COMUNICA** a todos o **"CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS, VISANDO O PREENCHIMENTO DE ATÉ 12 VAGAS PARA PARTICIPAR DA FEIRA DE FLORES",** para comercializar: flores, velas e gastronomia (confeitaria, doces, salgados, produtos alimentícios de fabricação artesanal ou industrial).
A feira acontecerá no dia 02 de novembro de 2026, das 08h às 18h, na Rua Generoso Marques, em frente ao Cemitério Municipal Divino Espírito Santo – Pedro – Rio Branco do Sul.

Os documentos de habilitação serão recebidos até dia 26 de outubro de 2026, a partir da publicação.

1. **DO OBJETO DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

1.1 Objetiva **"CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS, VISANDO O PREENCHIMENTO DE ATÉ 12 VAGAS PARA PARTICIPAR DA FEIRA DE FLORES", sendo no mínimo 6 (seis) vagas exclusivas para flores e velas e as demais para gastronomia,** que acontecerá nos dias 02 de novembro de 2026, das 08h às 18h, na Rua Generoso Marques em frente ao Cemitério Municipal Divino Espírito Santo – Pedro – Rio Branco do Sul.

1.2 Os interessados deverão manifestar-se, presencialmente, em dias úteis, das 8h às 17h, na Sala do Empreendedor na Rua Horacy Santos, nº 222, Centro, Rio Branco do Sul, a contar da publicação deste instrumento até o dia 23 de outubro de 2026.

2.**DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1 Poderão participar do presente chamamento empreendedores que residam preferencialmente no Município de Rio Branco do Sul e que, para tanto, apresentarem propostas de comercialização de flores, produtos de confeitaria, doces, salgados, produtos alimentícios de fabricação artesanal ou industrial, e apresentem os seguintes documentos:

i) Documento pessoal com foto;
ii)Comprovante de residência no nome do inscrito (caso não possua, apresentar comprovante de 1º grau de parentesco ou contrato de locação de imóvel);
iii) Comprovante de legalidade dos produtos comercializados;
iv)Certificado do curso de Boas práticas e Manipulação de alimentos (exclusivo para gastronomia)

2.2 As despesas relativas à participação neste chamamento serão de responsabilidade do interessado, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Administração Pública.

2.3 Na hipótese do número de interessados, exceder o número de vagas disponibilizadas neste instrumento será adotado como critérios de desempate, em ordem sequencial:

I -Preferência a comercialização de flores e velas;

II -Tempo de experiência na Feira de Flores de Rio Branco do Sul;

III -Sorteio presencial.

2.4 O ultimo critério de desempate, será através de SORTEIO PRESENCIAL, organizado de acordo com vagas e o ramo de atividade.

2.5 O sorteio poderá ser realizado por ramo de atividade ou categoria, para garantir a diversidade de produtos na feira.

2.6 A metodologia do sorteio consistirá na retirada de nomes dos interessados de uma urna, por um representante da SEMDE, na presença dos demais interessados. A presença do interessado ou de seu representante legal é obrigatória. O resultado do sorteio será comunicado imediatamente aos presentes e publicado, juntamente com o resultado geral, no Diário Oficial do Município.

2.7 É vedada a participação de empresas que: estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 14, incisos I a VI da Lei de Licitações n. 14.133/2021.

3.**DA INSCRIÇÃO**

3.1 As inscrições serão feita de maneira única, presencialmente na sala do empreendedor, através do preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso.

3.2 O termo de compromisso assinado pelo feirante é um garantidor de disputa pela vaga no evento.

3.3 O candidato a vaga precisa comparecer munido de documento pessoal com foto e comprovante de endereço.

4.DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 Poderão ser solicitados outros documentos não descritos neste edital de chamamento, desde que devidamente justificados e comunicados com antecedência mínima de 24 horas.

4.2 Os interessados considerados inaptos não serão credenciados.

5.DAS PENALIDADES

5.1 O candidato classificado deverá comparecer no dia do evento, conforme horários previstos pela organização.

5.2 Em caso de não comparecimento, será possível a suspensão de eventos futuros promovidos pela secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEMDE), mediante análise da comissão organizadora COMATEC.

5.3 Caso o candidato deixar de cumprir os requisitos ora estabelecidos junto ao Termo de Compromisso e Edital de Chamamento, por qualquer motivo ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, poderão sofrer as aplicação das sanções abaixo nominadas, sendo apuradas por atos administrativos e processos iniciados com a lavratura de Auto de Infração, sempre garantidas à defesa prévia em processo próprio, conforme o Art. 28, inciso III, do Decreto Municipal nº 6.148/2022.

I -advertência;
II -multa pecuniária;
III -suspensão da permissão de uso;
IV -cassação da permissão de uso.

6.DA ESTRUTURA

6.1 O Município fornecerá uma tenda 3x3m, que poderá ser compartilhada, ou não, pelos classificados conforme planejamento da comissão organizadora.

7.DO RESULTADO

7.1 O resultado será divulgado em Diário Oficial no dia 26 de outubro de 2026, através do link:https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar?busca_avancada%5B__paper%5D=1&busca_avancada%5BentidadeUsuaria%5D=9909

Outras informações: Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, solicitamos que os interessados contatem a Sala do Empreendedor através do e-mail: saladoempreendedor@riobrancodosul.pr.gov.br ou do contato (41) 98884-0144, ou se preferir nos dias úteis, das 8h às 17h, presencialmente, na Sala do Empreendedor, localizada na Rua Horacy Santos, n. 222, Centro – (anexo à sala do Empreendedor).

Rio Branco do Sul, 13 de outubro de 2026.

ELTON CARLOS MARCHIORO SANTOS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:77B93EAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026 – CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO 79º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL – CAPITAL DO CIMENTO

O **MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.105.576/0001-85, por meio da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDE)** e da **Secretaria Municipal de Cultura (SECULT)**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no **Edital de Chamamento Público nº 11/2026**, torna pública a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE RESULTADO FINAL** publicado anteriormente, a fim de **INCLUIR** empresa patrocinadora credenciada e atualizar a relação de homologados.

1. DA RETIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE PATROCINADOR
Fica retificado o item relativo aos patrocinadores da **COTA BRONZE** do Edital de Resultado do Chamamento Público nº 11/2026, passando a vigorar com a seguinte redação atualizada:

1.3. COTA BRONZE (De R$ 1.000,00 a R$ 2.999,99) – ATUALIZADO

Classificação	Razão Social / Nome do Patrocinador	CNPJ / Identificação	Modalidade / Valor da Cota	Status
1º	TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DO SOLO LTDA	77.388.874/0001-92	R$ 1.650,00	SELECIONADO
2º	Indústria e Comércio de Cal Sereia LTDA	91.894.090/0001-72	R$ 1.000,00	SELECIONADO
3º	Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP	81.466.286/0055-90	R$ 1.000,00	SELECIONADO
4º	Mineração Sollocal Ltda	82.224.288/0001-42	R$ 1.000,00	SELECIONADO
5º	Mineração Itafiller LTDA	07.151.116/0001-70	R$ 500,00 *(Valor sob análise de contrapartida especial)*	SELECIONADO

2. CONSOLIDAÇÃO DOS DEMAIS PATROCINADORES
Permanecem inalteradas e ratificadas as demais categorias de apoio e patrocínio constante do edital original:

• **Cota Prata:** MINERACAO RIO BRANCO DO SUL LTDA (CNPJ: 78.420.718/0001-24) – R$ 3.000,00.

• **Apoio Operacional / Serviços:** COPEL Distribuição (Gerador de energia elétrica).

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E CONVOCAÇÃO

3.1. A empresa **Mineração Sollocal Ltda** fica convocada para comparecer à Sala do Empreendedor da Prefeitura Municipal no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da publicação desta retificação para a assinatura do Contrato de Patrocínio.

3.2. O recolhimento do valor da cota (R$ 1.000,00) deverá ser realizado em até **2 (dois) dias corridos** após a assinatura do contrato no Fundo Municipal de Cultura (Banco do Brasil, Ag. 2537-2, C/C 36.470-3, CNPJ 43.834.810/0001-56).

3.3. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 11/2026 e na publicação de resultado anterior.

Rio Branco do Sul/PR, 13 de outubro de 2026.

ELTON CARLOS MARCHIORO SANTOS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDE

ROBSON MAESTRELLI
Secretaria Municipal de Cultura – SECULT

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:21C02533

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 157 /2026

Dispõe sobre alterações no Decreto nº 106, de 23 de junho de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 106, de 23 de junho de 2025, que dispõe sobre nomeação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º...
I - ...
...
...
c)...
1. Titular: Eliz Marieta Duvoisin de Oliveira;
2. Suplente: Priscila do Prado." (NR)

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 106, de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 13 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:746C99B9

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1086/2026

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Assistente de Administração B, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal – Objetiva Concursos, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 14 de outubro do corrente, ***Luciane Arins Calino Wamser,*** matrícula nº 110240-4/1, para o cargo de "Assistente de Administração B", por 40 (quarenta) horas semanais, nível II – A inicial, percebendo mensalmente R$ 2.505,36 (dois mil, quinhentos e cinco reais e trinta e seis centavos), lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2026.

Rio Negro, 13 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9E126B87

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1087/2026

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1346, de 27 de março de 2003 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 13 de outubro do corrente, ***Valéria Cristina Braz Cit***, com matrícula nº 110240-6/1, para exercer o cargo de provimento em comissão de "Assessor Direto do Prefeito", símbolo CC-3, percebendo mensalmente R$ 4.950,50 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2026.

Rio Negro, 13 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:2D16360C

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1088/2026

Dispõe sobre a designação de Responsável de Departamento, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 1346, de 27 de março de 2003, que dispõe sobre a estrutura básica do Poder Executivo do Município de Rio Negro;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 13 de outubro de 2026, a servidora municipal ***Valéria Cristina Braz Cit***, matrícula nº 110240-6/1, como Responsável pelo Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres – DPPM, do Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2026.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 222, de 13 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 13 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:983520D3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1089/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor de Fundo Municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 3310, de 17 de julho de 2023, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher no Município de Rio Negro;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada, a partir de 13 de outubro de 2026, a servidora municipal ***Valéria Cristina Braz Cit***, matrícula nº 110240-6/1, como Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, do Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2026.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 221, de 13 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 13 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:73FFEEA7

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 016/2026

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, consolidada com a Lei nº 12.435/2011 de 06 de julho de 2011; Lei Municipal Nº 2627/2016 e Lei Municipal 2822 de 07 de dezembro de 2017, Art. 7º, §2º, em reunião extraordinária realizada de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à rua Dr. Vicente Machado nº 148 – Centro, Rio Negro PR, no dia 30 de setembro de 2026, sob número de Ata 209:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar justificativa para a não adesão ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GD).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

Sessão Plenária do CMAS de Rio Negro-PR, em 30 de setembro de 2026.

_____
Jacira Schafhauser
Presidente do CMAS

Rio Negro,13 de outubro de 2026.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DE NÃO ADESÃO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA GESTANTES E CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS.

O Município de Rio Negro/PR, após análise das condições operacionais e da capacidade de execução, justifica a não adesão ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos, regulamentado pela Resolução CIT nº 30/2025, considerando a meta de 100 crianças, avaliada como elevada diante das dificuldades de identificação, localização e acompanhamento sistemático do público-alvo, especialmente em razão da rotina escolar das crianças em idade compatível, bem como da necessidade de contratação de orientadores sociais e motorista mediante os procedimentos legais cabíveis.
A decisão considera, ainda, a necessidade de compatibilizar a implantação de novas ofertas com a capacidade técnica e operacional da gestão municipal, em consonância com os princípios de organização e efetividade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Nesse sentido, com fundamento na Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS) e na Resolução CNAS nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Município priorizará o fortalecimento e a qualificação dos serviços já executados no âmbito da Proteção Social Básica, especialmente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visando à continuidade, à qualidade e à efetividade da proteção social ofertada às famílias e aos indivíduos.

LUCIANE MARIA MACHADO LORENZZI
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:2E44C093

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 062/2026 UASG 987823 - CONTRATAÇÃO: 32/2026 REPUBLICAÇÃO

Processo: 293/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 14/10/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 14/10/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **27/10/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 13 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:A8E08F6C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 148 – PROCESSO N°311/2026

Objeto: Revisão preventiva em 3 (três) veículos da marca Renault, modelo Master, pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde. PRAZO DE EXECUÇÃO: 05 (cinco) dias. Em conformidade com o inciso IV, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 13 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:66E8A76A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 312/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 146/2026

OBJETO: Aquisição de uniformes esportivos para a equipe de Futebol feminino da SMEL.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	13,00	UN	BLUSA DE MOLETOM - COM MANGA LONGA COM MODELAGEM RAGLAN, ZÍPER PEITILHO FRONTAL E GOLA ALTA. RECORTES EM CORES PRETO E BRANCO COM DETALHES EM ROXO. PUNHOS E BARRA EM BAINHA SIMPLES. COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER. APLICAÇÃO DE SUBLIMAÇÃO FRONTAL E NAS COSTAS. ESCUDO EM PATCH EMBORRACHADO	129,90	NEXT TEAM CONFECÇÃO LTDA
2	13,00	UN	CALÇA - COM CÓS ELÁSTICO E SISTEMA DE CORDÃO INTERNO PARA AJUSTE, SEM FORRO. SEM BOLSOS E SEM ZÍPER. COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER. ESCUDO EM PATCH EMBORRACHADO.	116,00	NEXT TEAM CONFECÇÃO LTDA
3	16,00	UN	CAMISA - UNIFORME SUBLIMADA COM GOLA E PUNHO PERSONALIZADO. COM ESCUDO EMBORRACHADO. NAS CORES PRETO, ROXO E BRANCO. COM NOME E NÚMERO PERSONALIZADOS, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER.	79,90	NEXT TEAM CONFECÇÃO LTDA
4	15,00	UN	CALÇÃO PARA FUTSAL - UNIFORME SUBLIMADO COM CORDÃO DE AJUSTE INTERNO NAS CORES ROXO PRETO E BRANCO. COM ESCUDO EMBORRACHADO. COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER.	60,10	NEXT TEAM CONFECÇÃO LTDA
5	15,00	PRS	MEIAS - DE FUTSAL, MODELO TAMANHO 7/8, CANO LONGO, MALHA CANELADA, ELASTINA NA BORDA E NA PARTE DO TORNOZELO DO CANO; COMPOSIÇÃO: 70% POLIAMIDA, 27% ALGODÃO, 03% OUTRAS FIBRAS, COR BRANCA.	12,90	NEXT TEAM CONFECÇÃO LTDA
6	13,00	UN	JAQUETA - COM PUNHOS E GOLA EM RIBANA LISTRADA, COM BOLSOS LATERAIS SEM ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO FRONTAL, GOLA ALTA. BARRA COM RIBANA LISTRADA. COMPOSIÇÃO: 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER. APLICAÇÃO DE BORDADO NA LOGO FRONTAL E NAS MANGAS	177,30	JULIANE EVELLIN UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

Rio Negro, 13 de outubro de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:A32913FF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 316/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 147/2026

OBJETO: Aquisição de embalagem para marmitas.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	500,00	UN	EMBALAGEM - Tamanho 750 ml	0,56	COMERCIAL KAZZA E FESTAS LTDA

Rio Negro, 13 de outubro de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:5E274B3C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 07 AO CONTRATO N.º 028/2024 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2023 ADITIVO DE PRAZO E REDIMENSIONAMENTO

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, com sede sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, portador da Cédula de Identidade n.º 2773957 e CPF/MF sob nº 936.249.729-87, e CONTRATADA a **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Chile, nº 1107, LOJA 02 ANDAR TR COND CLAIRE MARIA ED, PRADO VELHO, na cidade de Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 79.283.065/0003-03, neste ato representado por seu representante legal Sr. **RONALDO BENKENDORF**, inscrito no CPF/MF sob n.º 751.256.849-53, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação da CONTRATANTE e anuência da CONTRATADA e conforme prerrogativa legal, fica prorrogado o prazo do referido contrato que tem por objeto a prestação de serviços continuados de recepção **em mais 12 (doze) meses,** a partir do dia **01/07/2025. CLÁUSULA SEGUNDA – REDIMENSIONAMENTO DO OBJETO** Conforme solicitação da CONTRATANTE e anuência da CONTRATADA, considerando a justificativa apresentada pela Secretaria, fica redimensionado em mais **1 serviço mensal**, **a partir de 01/07/2025**, conforme segue:

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
4	192	SRV	RECEPCIONISTA - com insalubridade - 40 horas	R$ 4.935,82	R$ 947.677,44

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total do presente aditivo a importância de **R$ 947.677,44** (novecentos e quarenta e sete mil seiscentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos). **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas provenientes do referido termo correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias: **688 – 11.004.10.301.0007.2.087.3.3.90.37.01 – Fonte 000; 1144 – 11.004.10.301.0007.2.087.3.3.90.37.01 – Fonte 10220 - SUPERÁVIT; 1147 – 11.004.10.301.0007.2.087.3.3.90.37.01 – Fonte 10244 - SUPERÁVIT; 1149 – 11.004.10.302.0007.2.044.3.3.90.37.01 – Fonte 10249 - SUPERÁVIT; 623 – 11.004.10.302.0007.2.044.3.3.90.37.01 – Fonte 303. CLÁUSULA QUINTA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo.

Rio Negro, 23 de Junho de 2025

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:AE677B63

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO X REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 060/2026
CREDENCIAMENTO Nº 010/2026

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 010/2026 do processo de Inexigibilidade nº 060/2026, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 475/2026, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
14°	DIEGO VALERIO DA COSTA CONSTRUCOES	62.698.010.0001-08	17/09/2026

Registre-se que o credenciamento nº 010/2026 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se.

Rio Negro, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:F5D0C447

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 51/2026 – RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 312/2026 de Aposentadoria da servidora Luciana Linhares Machado Maiello.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder à servidora Luciana Linhares Machado Maiello, brasileira, servidora pública da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino básico 20 horas P.E.B. 20H - C, referência 036, conforme quadro de cargos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, média das 80% maiores remunerações, com Proventos Integrais, Sem Paridade, com fundamento no artigo 40, §5º, da Constituição Federal – Prof. Educação Infantil, Fundamental e Médio, a partir de 14 de Outubro de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 4.819,47 (Quatro mil oitocentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Município de Rolândia, Estado do Paraná, 13 de Outubro de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrea Maria Furquim de Siqueira Karam
Código Identificador:EBF79878

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 52/2026 – RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 404/2026 de Aposentadoria do servidor ORLANDO DAMASCENO.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder ao servidor ORLANDO DAMASCENO, brasileiro, servidor Público Municipal da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Agente de Gestão Municipal C MOT-A, referência 025, conforme quadro de cargos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria Voluntária por Idade, média das 80% maiores remunerações, com proventos proporcionais, sem paridade, com fundamento no Art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal, a partir de 14 de Outubro de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 2.913,69 (Dois mil novecentos e treze reais e sessenta e nove centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se e Publique-se.

Município de Rolândia, Estado do Paraná, 13 de Outubro de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:8E551846

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 53/2026 – RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 271/2026 de Aposentadoria da servidora ELAINE CHRISTINA GORLA TENÓRIO.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder a servidora elaine christina gorla tenório, brasileira, servidora pública da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Professor PROF-C1, referência 027, conforme quadro de cargos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, média das 80% maiores remunerações, com proventos integrais, sem paridade, com fundamento no artigo 40, §5º da Constituição Federal – Prof. Educação Infantil, Fundamental e Médio, a partir de 14 de Outubro de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 5.009,11 (Cinco mil e nove reais e onze centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se e Publique-se.
Município de Rolândia, Estado do Paraná, 13 de Outubro de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:7E9E3542

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 504 09 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
32.296/2026	Contribuinte: MAURICIO FRANÇA	Rua Maria Dorotéia Mariani Nº 515, JD. José Perazolo	100% (Cem por cento) dos débitos de IPTU dos anos de 2023 a 2025.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 09 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:0BA69CB0

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 505 09 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
10.224/2026	**Contribuinte: LUZINETE PEREIRA SCHITINE**	AV. Julio Bras Damasceno Nº 2007, Res. Tomie Nagatani	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2023 a 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 09 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:08F4CE04

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 507 13 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de membros para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial o art. 12 da Lei nº 3.844, de 14 de dezembro de 2017,*

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Mobilidade Urbana do Município de Rolândia, Estado do Paraná.
ISAAC JOSÉ ALTINO - representante do órgão ou entidade que impôs a penalidade;
LEANDRO MOZER DE CASTRO – integrante com conhecimento na área de trânsito;
CLÁUDIO ALEXANDRE SPÍMPOLO – representante da sociedade, com conhecimento na área de trânsito.

Art. 2º O mandato dos membros nomeados terá duração de 1 (um) ano, contado da data de publicação deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 13 de Outubro 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:D1920F46

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 3º ADITIVO DO CONTRATO N.º 178/2023

EXTRATO DO 3º ADITIVO DO CONTRATO N.º 178/2023

CONTRATO N.º: 178/2023.

ADITIVO DE N.º: 03.

PROCESSO N.º: Pregão n.º 148/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, conforme publicação da Ata de Sessão Solene n.º 01/2025, do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 06 de janeiro de 2025, edição 3187.

CONTRATADA: GARAGNANI & GARAGNANI LTDA, CNPJ/MF sob n.º 28.306.139/0001-87, localizada na Rua Josefina Montanha de Andrade, n.º 905, Centro, CEP 84940-000, na cidade de SIQUEIRA CAMPOS – PR.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base na Lei 8.666/1993, aplica-se o seguinte aditivo:

DA VIGÊNCIA: Fica aditivada a Cláusula Sétima do Contrato, prorrogando por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência, com início em **21/10/2026** e término em **20/10/2027**, finalizando assim o período máximo de 48 (quarenta e oito) meses de prestação de serviços de software.

DO VALOR: Fica alterada a Cláusula Primeira do Contrato, conforme anexos juntados no protocolo 1doc n.º 31.371/2026, ajustando o valor de acordo com a pesquisa de mercado atualizada. O valor mensal passa de R$ 1.001,15 (um mil e um real e quinze centavos) para **R$ 536,00 (quinhentos e trinta e seis reais)**.
O valor anual do contrato passa de R$ 12.013,80 (doze mil, treze reais e oitenta centavos) para **R$ 6.432,00 (seis mil e quatrocentos e trinta e dois reais)**, sendo este considerado o **"VALOR CONTRATUAL".**

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 de outubro de 2026.

*republicado por erro de digitação.

Publicado por:
Ana Paula Pereira
Código Identificador:77F0ACB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO 085/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2026

REFERENTE AO PREGÃO Nº 092/2026

CONTRATANTE: De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, CEP 86600-067, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON**

APARECIDO MAISTRO, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR.

CONTRATADA: [SHOPPING DA MUSICA INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.662.618/0001-35, estabelecida na Avenida João Muniz Reis, n.º 1187, sala 01, Centro, na cidade de **FREDERICO WESTPHALEN - RS**, CEP 98.400-000, telefone (55) 3744.2454, e-mail: **cardoso@shoppingdamusica.com.br**, neste ato, legalmente representada pelo Senhor **ANTONIO DELAIR CARDOSO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 70244873886 SSP/RS e do CPF/MF n.º 325.046.240-34, residente e domiciliado na cidade de **FREDERICO WESTPHALEN – RS.**

BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de instrumentos musicais e equipamentos eletroeletrônicos, destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Rolândia.

VALOR: R$ **R$ 6.464,00** (seis mil quatrocentos e sessenta e quatro reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) Dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) Meses.

DATA DE EDIÇÃO/ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de outubro de 2026.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:65298610

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO 087/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 087/2026

TIPO DE CONTRATAÇÃO: REFERENTE A PREGÃO Nº 022/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de **ROLÂNDIA – PR**

CONTRATADAHAYAH SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.608.535/0001-18, estabelecida Rua Ana Carvalho Silveira, 316, CEP 31.140-440, na cidade de **BELO HORIZONTE - MG**, telefone (31)99606.5351, e-mail: **soluções.merak@gmail.com**, neste ato, legalmente representada pelo Senhor **TOMAZ ASSIS FERREIRA JUNIOR,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 146420031 SSP/MG e do CPF/MF n.º 109.485.256-22, residente e domiciliado na cidade de **CONTAGEM – MG.**

BASE LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

OBJETO: Trator Agrícola Novo de Pneus, Potência Mínima 80 CV, tração 4X4, 4 cilindros, motor a diesel, com cabine possuindo ar condicionado

VALOR: R$ 137.001,00 (cento e trinta e sete mil e um real).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30(trinta) Dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) Mês.

DATA DE EDIÇÃO/ASSINATURA DO CONTRATO: 09/10/2026.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:EF7A5C1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 075/2026

PORTARIA N.º 075/2026
DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal da Ata nº 207/2026, Pregão nº 094/2026, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 12.799/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – O servidor **RAFAEL ANDRÉ FERREIRA DIAS,** como fiscal.

II – O servidor **FÁBIO MARTINS,** como suplente do fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de Atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 06 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:20D6AB67

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
QUINTO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026

QUINTO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 010-2026 – RC-1CE e RL-1C – P. A. 1.688/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o

preço da empresa CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 06.218.782/0001-16, com sede à Rodovia BR 376, Lote 6/7//7-A-3-1, Bairro Gleba Patrimônio Marialva, na cidade de Marialva – PR, CEP 86.990-000, Fone (44) 3232-4748, e-mail comercial@casadoasfalto.com / matriz@casadoasfalto.com, representada pelo Senhor PAULO FILIPE PIMENTEL, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Fica suprimido o valor do item conforme tabela abaixo:

Item	Und.	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	Marca
1	TON	67596	Emulsão Asfáltica – RC-1CE	4.800,02	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais clausulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 08 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:CB419510

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
PORTARIA N°031/2026

PORTARIA Nº 031/2026

SÚMULA: - Autoriza o pagamento de diária ao Agente Político, abaixo especificado, e dá outras providências.

MARCOS RAVANELI, Presidente da Câmara de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Autoriza o pagamento de diária ao agente político abaixo especificado:

Nome	Cargo	Requisição
MARCOS RAVANELI	Vereador	044/2026
Quantidade / dia da diária e valor	**Destino**	**Motivo e local da viagem**
Uma diária e meia, nos dias 13 e 14/10/2026, no valor total de R$ 927,00.	Curitiba -PR	Reuniões Com o Deputado Vermelho no Gabinete do Deputado Mateus Vermelho.

Nome	Cargo	Requisição
DIEGO ANDERSON PANHO	Vereador	045/2026
Quantidade / dia da diária e valor	**Destino**	**Motivo e local da viagem**
Duas diárias, nos dias 14 e 15/10/2026, no valor total de R$ 1.236,00.	Curitiba -PR	Reuniões no Gabinete do Deputado Mauro Morais.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto do Lontra, em 13 de outubro de 2026.

MARCOS RAVANELI
Presidente

Publicado por:
Vanessa Veloso
Código Identificador:A188036C

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
RESOLUÇÃO N° 040/2026

RESOLUÇÃO N. º 040/2026

SÚMULA: Restabelece as férias regulares da servidora do Legislativo Municipal abaixo especificado, e dá outras providências.

MARCOS RAVANELI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE

Art. 1º - Restabelecer, conforme consta na Resolução nº 039/2026, 5 (cinco) dias de férias regulares a partir do dia 19 de outubro de 2026, da servidora do Legislativo Municipal Andreia Koerig, ocupante do Cargo de Procuradora Jurídica, do quadro efetivo de pessoal, admitida em 02 de janeiro de 2012, restando 19 (dezenove) dias de férias regulares com relação ao período aquisitivo de 2024 - 2025.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

MARCOS RAVANELI
Presidente

Publicado por:
Vanessa Veloso
Código Identificador:7D737B62

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO N° 1463/2026

Decreto nº1463/2026

Súmula: Nomeia membros do Núcleo Municipal de Segurança do Paciente – NSP do Município de Salto do Lontra.

Fernando Alberto Cadore, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;
DECRETA:
Art.1º - Ficam nomeados os membros que compõem o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente – NSP do Município de Salto do Lontra, assim composto:

Representante/organizador do NSP
Titular: Eloize Perão Moro
Suplente: Ernanda Stepaniak de Barros
Representante Serviço Médico
Titular: Mariana Libardi
Suplante: Alessandra da Costa
Representante Serviço de Farmácia
Titular: Liliane Koerig
Suplante: Josi Mara Dallo
Representante Serviço Odontologia
Titular: Sonia Rosane Pieta Anater
Suplente: Clarines Maria
Representante ESF/Epidemiologia

Titular: Catiane Bagio
Suplente: Fernanda de Lima Ribeiro

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto n°1070/2025 em seu inteiro teor.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 07 de outubro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Gonçalves
Código Identificador:6A9EFD08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
ATO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR Nº 09/2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Amélia – PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ½ (meia) diária no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando R$ 300,00 (trezentos reais) ao vereador RAFAEL ABNER SEVERINO, Matricula: 150011, para deslocamento até a cidade de Curitiba/PR, a fim de participar de uma reunião técnica pré-agendada para o dia 14 de outubro de 2026 pela Secretária Municipal de Cultura de Santa Amélia/PR com o Diretor Geral da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná (Setu), no intuito de dar andamento nos protocolos já abertos, que visam o recebimento de repasses ao município. Também tem como objetivo reunir-se, na mesma data, com o Deputado Estadual Moacyr Fadel, em seu Gabinete, situado na Assembleia Legislativa do Paraná, para tratar sobre assunto de interesse público, constante no ofício do vereador, a ser protocolado no Gabinete.

Registre-se e cumpra-se.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Santa Amélia/Pr, 13 de outubro de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente

EVALMIR APARECIDO SIVIERO
Vice-Presidente

MARCIA DE FATIMA MENEGHIN DE SOUZA
1º Secretaria

JURANDIR DE CAMPOS
2º Secretário

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:F5BD6A66

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 70/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 70/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 18.861.730/0001-42, no Pregão - Eletrônico nº 16/2026
OBJETO:Registro de preços para futura aquisição de toners, cartuchos
VALOR REGISTRADO: 11.400,00 (Onze Mil e Quatrocentos Reais)
DATA DO REGISTRO:09/10/2026
VALIDADE: 08/10/2027

Registro de preços para futura e eventual aquisição de toners, cartuchos de tinta, garrafas de tinta e unidades de imagem para atender as demandas do Município

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:60CF6927

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 71/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 71/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa KRJ SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ: 49.043.592/0001-18, no Pregão - Eletrônico nº 16/2026
OBJETO:Registro de preços para futura aquisição de toners, cartuchos
VALOR REGISTRADO: 75.800,00 (Setenta e Cinco Mil e Oitocentos Reais)
DATA DO REGISTRO:09/10/2026
VALIDADE: 08/10/2027

Registro de preços para futura e eventual aquisição de toners, cartuchos de tinta, garrafas de tinta e unidades de imagem para atender as demandas do Município

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:C2C30BA2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 72/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 72/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa N C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 23.496.174/0001-92, no Pregão - Eletrônico nº 16/2026
OBJETO:Registro de preços para futura aquisição de toners, cartuchos
VALOR REGISTRADO: 1.018,31 (Um Mil e Dezoito Reais e Trinta e Um Centavos)
DATA DO REGISTRO:09/10/2026
VALIDADE: 08/10/2027

Registro de preços para futura e eventual aquisição de toners, cartuchos de tinta, garrafas de tinta e unidades de imagem para atender as demandas do Município

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:7B4C604F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 73/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 73/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa VITOR ALFREDO THOMAS LTDA, CNPJ: 53.278.020/0001-95, no Pregão - Eletrônico nº 16/2026
OBJETO:Registro de preços para futura aquisição de toners, cartuchos
VALOR REGISTRADO: 4.750,00 (Quatro Mil, Setecentos e Cinqüenta Reais)
DATA DO REGISTRO:09/10/2026
VALIDADE: 08/10/2027

Registro de preços para futura e eventual aquisição de toners, cartuchos de tinta, garrafas de tinta e unidades de imagem para atender as demandas do Município

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:47462468

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 681/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Agnaldo Ribeiro	Motorista	15 e 16/10/2026	R$ 90,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 13 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:E7389A6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE LICITAÇÃO DESERTA

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Pregão Presencial 30/2026

Aos 13/10/2026 08:30:00 na(no) PREFEITURA reuniram os Pregoeiro e equipe de apoio para o recebimento dos ENVELOPE 1 – PROPOSTA(S) DE PREÇOS e ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO referente ao processo licitatório em epígrafe que tem por objeto: HOSPEDAGEM PROGRRAMA VIAJA +60 e para os procedimentos inerentes à Sessão Pública em epígrafe, conforme o Edital respectivo e seus Anexos.

DA SESSÃO PÚBLICA

No horário preestabelecido, considerando que não apareceram empresas interessadas em participar do certame em epígrafe, Pregoeiro declarou esta Licitação Deserta.

DO MOTIVO

Na 13/10/2026 09:00:14 a presente licitação foi dada por deserta pelo motivo exposto a seguir: NÃO HOUVE PARTICIPANTES NO CERTAME.

DAS OCORRÊNCIAS

Não houve ocorrências de sessão pública.

Nada mais havendo a constar, Pregoeiro encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que vai assinada Pregoeiro e equipe de apoio ficando desde já os autos com vista franqueados aos interessados.

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 13 de outubro de 2026

SANTA CECÍLIA

MAR

MARCOS VINICIUS DUARTE
Agente De Contratação

FABIO CEZAR ALBINO KUROKI
Equipe De Licitação

MARIA EDUARDA DA SILVA SANTOS
Equipe De Licitação

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:E204B078

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA N° 28/2026 - SAMAE

Autorização de Compra Direta N° 28/2026
Regulamentada pela Portaria nº 025/2024 de 20 de agosto de 2024 e o § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Compra Direta n° 28/2026 – Autorizo a despesa e emissão de nota de empenho, referente aquisição de escapamento silencioso traseiro e barra axial para veículo Fiat Strada CE 1.4, no valor total de R$ 498,00 (quatrocentos e noventa e oito reais) com base no DFD - Documento de Formalização de Demanda nº 39/2026.

Santa Cecília do Pavão, 07 de outubro de 2026

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:25E47793

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025

ERRATA AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025
PROCESSO Nº 003/2025

O MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, Estado do Paraná, por intermédio do Agente de Contratação, torna pública a presente ERRATA AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO, referente ao Edital de Chamamento Público nº 003/2025, Processo nº 003/2025, para correção da identificação do profissional convocado para o 3º ITEM – DENTISTA, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

3º ITEM DENTISTA

DATA /HORARIO	NOME	CPF	CARGO	ORDEM	SITUAÇÃO
06/10/2026 10:21	AHMAD RACHEID CHEHADE	098.***.479-**	DENTISTA	6º	Credenciado

LEIA-SE:
3º ITEM DENTISTA

DATA /HORARIO	NOME	CPF	CARGO	ORDEM	SITUAÇÃO
05/06/2025 14:30	BRUNA RIBEIRO NUNES	080.***.279-**	DENTISTA	5º	Credenciado

Ficam mantidas as demais disposições do Edital de Convocação e do Edital de Chamamento Público nº 003/2025, especialmente quanto aos critérios de cadastramento, classificação e comparecimento junto ao Setor de Licitação e Contratos do Município de Santa Cecília do Pavão/PR.

Santa Cecilia do Pavão/PR, 09 de outubro de 2026.

MARCOS VINICIUS DUARTE
Agente de Contratação

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:3667DAAF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO Nº 28/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO Nº 28/2026
CONTRATANTE: Munícipio de Santa Cecília do Pavão pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o número 76.290.691/0001-77, com sede na Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, Centro na cidade de Santa Cecília do Pavão – Paraná, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal**, CLAUDIO COVRE**, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.959.656-0SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o número 848.208.539-53.
CONTRATADA: DIEGO RODRIGUES MARQUES.
CPF nº: 100.955.119-11
RG nº: 10.720.134-3
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDIMENTO GERAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS, JUNTO A REDE DE SAÚDE MUNICIPAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DOS REFERIDOS CARGOS.
VALOR: R$ 2.632,01 (dois mil seiscentos e trinta e dois reais e um centavo), bruto mensal, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para a necessidade da Secretaria Municipal de Ações Públicas e Desenvolvimento Social, em regime de dedicação exclusiva."**.**
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados a partir do dia da data da assinatura do Contrato.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.
Santa Cecília do Pavão, 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:9E4D61A9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2026 - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 10/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

CONTRATANTE:	SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR
CONTRATADA:	C.O. MUELLER COMERCIO DE MOTORES E BOMBAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.511.260/0006-06
OBJETO:	Contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção do conjunto moto bomba n.º 2 da captação do messias (Bomba KSB Meganorm 65-40-200 – 60HZ – Motor Weg trifásico 20CV - 220/380), conforme diretrizes e procedimentos estabelecidos neste contrato.
VALOR:	O valor total da contratação é de R$ 18.973,91 (dezoito mil, novecentos e setenta e três reais e noventa e um centavos).
VIGÊNCIA:	O prazo de vigência será de até 01 (um) ano, vedada a prorrogação além desse limite e vedada a recontratação da mesma empresa com base neste inciso.
DATA:	02/10/2026
JOSELITO DA LUZ	
Diretor Presidente Do SAMAE	

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:2693345B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2026 - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 11/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

CONTRATANTE:	SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR
CONTRATADA:	CICERO C. S. DOS SANTOS MESTRE DAS BOMBAS, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 10.158.159/0001-92
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção do conjunto moto bomba submersa do poço 2 marca Leão – modelo MB S85-08 801 85cv 2T IP68 87501665-00 Franklin, com fornecimento de peças, compreendendo: retifica eixo do rotor, retifica do mancal axial, bobinagem estator, teste, limpeza, montagem, acabamento e pintura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência e seus anexos.
VALOR:	O valor total da contratação é de R$ 20.758,26 (vinte mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos).
VIGÊNCIA:	O prazo de vigência será de até 01 (um) ano.
DATA:	08/10/2026

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente Do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:18AE8F01

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº29-2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº29-2026

CONTRATANTE: Munícipio de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Claudio Covre, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.959.656-0 e do CPF/MF nº 848.208.539-53, **CONTRATADO(A): VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES,** CNPJ Nº 59.104.422/0103-84, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Antônio Singer, N° 6.751, Bairro Campo Largo da Roseira, São José dos Pinhais/PR - CEP: 83090-901, representada por Carolina Almeida Quaquarini Orlandini inscrito no CPF sob n. ° 420.914.268-90.
VALOR: R$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DE 09 DE OUTUBRO DE 2026 A 09 DE OUTUBRO DE 2027.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO 09/10/2026

Santa Cecília do Pavão, 09/10/2026.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:9CB9C002

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2023 - SAMAE

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2023

CONTRATANTE:	SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
CONTRATADA:	NETINFOMAX PROVEDOR DE INTERNET LTDA – CNPJ 33.590.114/0001-98
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e reajuste do preço do contrato nº 006/2023.
VIGÊNCIA:	Fica prorrogado a vigência do contrato original para mais 12 (doze) meses, até a data de 19/10/2027, de acordo com a Cláusula Sexta – Item 6.1 do contrato original e do artigo 57 II da Lei nº. 8.666/93
REAJUSTAMENTO:	Fica o valor do contrato reajustado em 5,10% (cinco virgula dez por cento), passando para o valor de R$ 205,80 (duzentos e cinco reais e oitenta centavos) por mês, para cada link instalado, com valor total estimado de R$ 4.939,20 (quatro mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos), para o período de 12 (doze) meses, em observância a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses, conforme previsto na Cláusula Segunda – Item 2.4 do contrato original.
DATA:	09 de outubro de 2026

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:0BAF4DC1

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2026
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE Nº 13/2026
OBJETO: Aquisição de veículo automotor 0 km, modelo Sedan, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 19/2025, do CIRAU – Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a manifestação favorável do Departamento de Licitações e Compras e a justificativa de necessidade apresentada pelo Secretária Municipal de Educação e Cultura, instruídas com Estudo Técnico Preliminar e comprovação de dotação orçamentária;

CONSIDERANDO que o CIRAU – Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai realizou o Pregão Eletronico nº 23/2025, culminando na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19/2025, processo administrativo nº 025/2025, com a empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES, CNPJ: 59.104.422/0103-84, pelo valor de R$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais), e que o Município de Santa Cecília do Pavão figura como participante da referida ata;

RESOLVE:

RATIFICAR a inexigibilidade de licitação referente ao Processo Administrativo nº 13/2026, com fulcro no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, para a Aquisição de veículo automotor 0 km, modelo Sedan, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 19/2025, do CIRAU, em favor da empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES, pelo valor global de R$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais), observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Santa Cecília do Pavão/PR, 07 de outubro de 2026.

CLÁUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:F1C6260E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 096/2026

PORTARIA N.º 096/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, **FÉRIAS**, a Servidora Municipal **ALESSANDRA CARDOSO DA SILVA,** matricula 100370, no período de 01/11/2026 a 01/12/2026, bem como o pagamento do 1/3 de férias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 13 de outubro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:93B439C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 097/2026

PORTARIA N.º 097/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, **FÉRIAS**, ao Servidor Municipal **JEAN APARECIDO CAMARGO,** matricula 811, no período de 03/11/2026 a 03/12/2026, bem como o pagamento do 1/3 de férias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 13 de outubro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:D096CAAC

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026 - SAMAE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o processo de Dispensa de Licitação nº. 11/2026 e **ADJUDICO** a empresa:

- Cicero C. S. dos Santos Mestre das Bombas – CNPJ 10.158.159/0001-92, no valor total de R$ 20.758,26 (vinte mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos).
Neste mesmo ato, considerando a demanda formalizada, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.
INTERESSADO: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Santa Cecília do Pavão/PR
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção do conjunto motobomba submersa do poço 2, em atendimento as necessidades do SAMAE.
CONTRATADA:
- Cicero C. S. dos Santos Mestre das Bombas – CNPJ 10.158.159/0001-92, no valor total de R$ 20.758,26 (vinte mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos).

Santa Cecília do Pavão/PR, 08 de outubro de 2026.

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:321C3B96

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2838/2026 DE 13/10/2026

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 2838/2026 de 13/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTACRUZDOMONTECASTELO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 883/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
01.000.00.000.0000.0.000.		LEGISLATIVO MUNICIPAL	
01.001.00.000.0000.0.000.		CÂMARA MUNICIPAL	
01.001.01.031.0001.2.001.		Manutenção das Atividades Legislativas	
16 - 3.3.90.93.00.00	01001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.000,00
		Total Suplementação:	**17.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
01.000.00.000.0000.0.000.		LEGISLATIVO MUNICIPAL	
01.001.00.000.0000.0.000.		CÂMARA MUNICIPAL	
01.001.01.031.0001.2.001.		Manutenção das Atividades Legislativas	
10 - 3.3.90.30.00.00	01001	MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00
		Total Redução:	**17.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO , Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

EDINALDO ONORIO DA SILVA
Presidente da Câmara

DEUSDETE LEMES
Contador

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:7BC18BB1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: COMUNICADO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO (PSS) E TÉRMINO DE ESTABILIDADE PROVISÓRIA

O MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº76.291.418/0001-67, com sede na Av. Presidente Kennedy, 717, Centro deste cidade, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal EDSON PALOTTA NETTO, **COMUNICA** a senhora **ROBERTA INÁCIO RIBEIRO**, brasileira, casada, RG nº 13.825.920-0-SESP-PR, CPF nº 075.403.809-26, residente e domiciliada a Rua Isabel Vitola Liberato, nº 647, no Município de Munhoz de Melo – PR, CEP 86760-000, que o seu contrato de trabalho por prazo determinado, sob o regime de Processo Seletivo Simplificado - PSS, nº 001/24, e as condições estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 004/2011, **será encerrado definitivamente no dia 11/10/2026**, em virtude do término do seu período de estabilidade provisória decorrente de gravidez.

Como é de seu conhecimento, as obrigações contratuais haviam sido prorrogadas temporariamente para garantir o cumprimento pleno do seu direito constitucional à estabilidade gestacional, conforme previsto no Artigo 10, II, "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Tendo em vista o transcurso integral do prazo de garantia de emprego — correspondente ao período desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto —, comunicamos que o vínculo administrativo e laboral com Município de Santa Fé dar-se-á por extinto na data supracitada.

Solicitamos o seu comparecimento ao setor de Recursos Humanos, no período de 07 a 09/10/2026, nos horários das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00h, assinatura do termo de encerramento e orientações sobre o recebimento das verbas rescisórias devidas por lei.

Agradecemos imensamente pelos serviços prestados e por toda a dedicação demonstrada ao longo do período em que colaborou com o nosso Município. Desejamos muito sucesso em seus futuros projetos profissionais.

Atenciosamente,

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos 15 dias do mês de setembro de 2026.

ROBERTA INÁCIO RIBEIRO
Contratado

EDSON PALOTTA NETTO
Contratante

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:6675A1D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA FÍSICA nº 57/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2026 – PMSF

I. OBJETO: O objeto da presente dispensa é a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 150 (cento e cinquenta) ingressos de acesso a parque aquático, destinados à realização de um dia de lazer e integração para pessoas idosas do Município de Santa Fé/PR, em comemoração ao Dia Nacional da Pessoa Idosa, celebrado no mês de outubro, visando promover atividades de convivência, lazer, integração social e bem-estar.** Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital de Contratação Direta e seus anexos.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas até as 17h00min do dia 19 de outubro de 2026.

III. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço por item"
Demais informações pelo telefone: (44) 3101-0999, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br.

Santa Fé, 13 de outubro de 2026.

REGINA DORIANA GROLLA
Diretora de Licitação

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:A41207E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 318/2026

Dispõe sobre a nomeação de Pregoeiro e Equipe de Apoio da Licitação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1° Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Equipe de Apoio e atuarem nos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão, no âmbito da Administração Pública Municipal:
I – Adriana Pereira dos Reis dos Santos;
II – Regina Doriana Grolla;
III – Bruno Henrique Peitl;
IV – Cátia Mantuani Masson;
V – Dalvan Tadeu Dourado;
VI – Lívia Paula Medeiros;
VII – Heloisa Righetto Senise;
VIII – Geisislania Oliveira Santos.

Parágrafo único. Fica designada a servidora Adriana Pereira dos Reis dos Santos para exercer as funções de Pregoeira do Município de Santa Fé, competindo aos demais servidores o exercício das funções de membros da Equipe de Apoio.

Art. 2º Nos casos de ausência, impedimento ou afastamento legal da Pregoeira, o Agente de Contratação ou servidor designado assumirá suas atribuições.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 132/2026 e demais disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 09 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:14A479EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 317/2026

Nomeia Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA para o biênio 2026/2028, nos termos da Lei Municipal nº 2.494, de 06 de outubro de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 66 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 16, parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.494, de 06 de outubro de 2026,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado como Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, para o mandato de 02 (dois) anos, correspondente ao período de 2026 a 2028, o servidor SEBASTIÃO ANTÔNIO ROMANATO, matrícula nº 401-590, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento, inscrito no CPF/MF sob nº 734.644.229-68.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 08 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:02D29178

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2026 - PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: 44.090.243 NASSER MEHANNA CHAGAS.
RESUMO DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET PARA REALIZAÇÃO DE JANTAR EM COMEMORAÇÃO AO DIA DOS PROFESSORES, DESTINADO A APROXIMADAMENTE 250 (DUZENTAS E CINQUENTA) PESSOAS, ENTRE PROFESSORES E DEMAIS SERVIDORES INTEGRANTES DO QUADRO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, A SER REALIZADO NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2026, NA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SANTA FÉ/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR TOTAL: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).
DATA DA DISPENSA: 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:7B8C8E29

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA SILVANA VANDRESEN.

PORTARIA Nº 16.086
Data: 14.10.2026

Conceder Licença Prêmio à servidora SILVANA VANDRESEN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora e protocolado sob o n.º 0266/2026;

CONSIDERANDO, o disposto no § 1º, do Art. 158, da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, que regulamenta a concessão de Licença Prêmio aos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO, que a servidora preenche os requisitos para a concessão da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do § 1º, do Art. 158, da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **90 (noventa) dias de Licença Prêmio** à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada:

NOME	Nº. CPF	QUINQ.	PERÍODO AQUISITIVO	A PARTIR
SILVANA VANDRESEN	068.***.***-57	2º	02/08/2015 a 01/08/2020	01.10.2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigência na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 14 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:4E2CD96A

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°12/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE 25% N° 200/2026 AO CONTRATO N° 12/2026
INEXIGIBILIDADE N° 02/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Editora FTD S/A.
OBJETO: Acréscimo de 25%.
DATA: 24/09/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:19D5B5C0

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°546/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE FINANCEIRO N° 215/2026 AO CONTRATO N° 546/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 40/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2024
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Multi Acao - Produtos e Equipamentos para Limpeza LTDA.
OBJETO: Contração de Pessoa Jurídica para o fornecimento de forma parcelada de produtos para Lavanderia Hospitalar - linha líquida - para lavagem de roupas cirúrgicas, de cama e banho da Casa de Saúde Santa Izabel - com COMODATO do dosador, sem ônus adicional, para a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Izabel do Oeste, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 24/10/2027.
DATA: 09/10/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:6112E692

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO: TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 4/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO: TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 4/2026 AO CONTRATO Nº 7/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 8/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2024
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e **FELIPE CORONA MENEGASSI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**
OBJETO: Contratação de Serviços de Assessoria Jurídica, para representar judicial e extrajudicial o Instituto de Previdência do Município de Santa Izabel do Oeste/PR - IPRESIO em processo previdenciário de correção monetária.
VIGÊNCIA:01/11/2027.
DATA:13/10/2026.

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:6665A680

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 04/2026

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 04/2026

Objetivo: O objetivo da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia – ACDCASAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.700.804/0001-54, com sede na Av. Orlando Luiz Zamprônio, nº 177, Bairro Centro, em Santa Lúcia-PR, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

Instrumento: Termo de Fomento com a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia – ACDCASAL.

Dotação Orçamentária: 06.002 – Departamento de Cultura e Esportes
13.392.0015.2-039 – apoio a eventos e promoções culturais
2150-33.50.43.00.00 – subvenções sociais.
Vigência: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.
Valor do repasse: 78.000,00 (setenta e oito mil reais) divididos em 12 parcelas de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Data: 13/10/2026 - Santa Lúcia PR

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:6EE056CE

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 21/2026

SÚMULA: Designa servidor para exercer função gratificada de Liquidador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com

fundamento no Plano de Cargos dos Servidores deste Poder Legislativo,
Considerando o disposto nos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a necessidade de designação de responsável pela liquidação das despesas,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor LUCAS HENRIQUE TUBIN GETRULLIO, portador do CPF: 104.007.149-06, ocupante do cargo efetivo de Secretário-Geral, para exercer a função de Liquidador da Câmara Municipal de Santa Lúcia, competindo-lhe verificar o direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Parágrafo único. O servidor designado para a função de Liquidador fará jus à gratificação correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do salário-base, nos termos do art. 35, inciso III, da Lei Municipal nº 952/2020.

Art. 2º Este Ato da Presidência entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 13 de outubro de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:9B55BD99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
PORTARIA 053/2026

SÚMULA: Concede Diária a servidor efetivo da Câmara Municipal e dá outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal nº 692/2024 de 20 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º - Fica concedida diária ao Servidor desta Casa de Leis conforme especificado abaixo:
Nome do Servidor: Leandro Carlos Boska
Data início: 13/10/2026
Data fim: 14/10/2026
Nº de Diárias: 2 com pernoite
Valor solicitado: R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).
Município de destino: Curitiba-Pr.
Código do IBGE do Município destino: 06902
Tipos padrão de objetivos: 1
Objetivo da viagem: Participar de evento do TCE-PR: PROGOV Gestão que Transforma Políticas Públicas em Curitiba -Pr.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Santa Maria do Oeste, 13 de Outubro de 2026.

TIAGO VARIZA
Vereador-Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:E823DEF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0553/2025 PREGÃO Nº 067/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0553/2025
Pregão Nº 067/2025

OBJETO: Aquisição de grama do tipo esmeralda e sempre verde (em leivas) para atender a Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Santo Antonio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: PEDRO A F FERRONATO GRAMEIRA.
VIGÊNCIA ATUAL: 01/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: PEDRO ANGELO FEDRIGO FERRONATO - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:35E746B2

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0558/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 0132/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0558/2025
Inexigibilidade Nº 0132/2025

OBJETO: Contratação de CLÍNICA PEDIÁTRICA (pessoa jurídica) para prestação de serviços de atendimento ambulatorial a crianças, com ênfase em casos de neurodiversidade (como TEA, TDAH, entre outros), a serem executados no Núcleo Integrado de Saúde (NIS) ou nas dependências da clínica credenciada..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MACM - PRESTADORA DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 05/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: CRISTINA HELENA TEOLOGIDES MARCON FRASSÃO - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:0E1AB112

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0563/2025 DISPENSA Nº 0107/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0563/2025
Dispensa Nº 0107/2025

OBJETO: Execução de obra com fornecimento de material e mão de obra, conforme memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, BDI, planilha orçamentária e projetos em anexo. Obra: BASE PARA FIXAÇÃO DE PARQUINHOS E PLAYGRONDS – VILA AURORA E PRINCESA ISABEL.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: GONZATTI ENGENHARIA LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 06/10/2027.
EXECUÇÃO ATUAL: 06/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026.

PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: LUIS HENRIQUE GONZATTI - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:724816A3

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0572/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 0136/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0572/2025
Inexigibilidade Nº 0136/2025

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Física e Jurídica, qualificada tecnicamente para elaboração de projetos de engenharia para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Santo Antonio do Sudoeste, de acordo com Chamamento Público Nº 012/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: IASMIM STRAPASSON COMINETTI.
VIGÊNCIA ATUAL: 11/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: IASMIM STRAPASSON COMINETTI - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:337F46EB

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 561/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 133/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 561/2025
Inexigibilidade Nº 133/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e socorros para veículos leves, pertencentes à frota do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 013/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: DELVIR SIGOLIN E CIA LTDA.
VIGÊNCIA: 06/10/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 410.000,00 (Quatrocentos e Dez Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: DANIELA ERIKA SCHNEIDER SIGOLIN - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:92873C9A

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 570/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 135/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 570/2025
Inexigibilidade Nº 135/2025

OBJETO: Fornecimento de materiais para manutenção geral, visando atender às demandas contínuas e emergenciais das diversas secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste – PR, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Chamamento Público nº 05/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: FRONSUL ENGENHARIA LTDA -ME - ME.
VIGÊNCIA: 08/10/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 37.765,12 (Trinta e Sete Mil, Setecentos e Sessenta e Cinco Reais e Doze Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: MAURICIO MACHADO DE SOUZA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:8F3D341A

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 574/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 138/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 574/2025
Inexigibilidade Nº 138/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e socorros para veículos leves, pertencentes à frota do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 013/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME.
VIGÊNCIA: 12/10/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 410.000,00 (Quatrocentos e Dez Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 13/10/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: EVANDRO LUIZ SCOPEL - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:294CE39B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
PARECER JURÍDICO 036/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 04/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 15/2026

PARECER JURÍDICO 036/2026
Pregão Eletrônico nº: 04/2026
Ata de Registro de Preço nº: 15/2026

EMENTA: PEDIDO DE REEQUILÍBRIO DE PREÇOS EFETUADA PELA EMPRESA CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA. REDUÇÃO. DEFERIMENTO.

1 – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Diretoria Executiva do CODENOP - Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento

do Território Nordeste do Paraná, pedido de Reequilíbrio de Preços, feito pela Empresa Casa do Asfalto Distribuidora, Indústria e Comércio de Asfalto Ltda.
Sustenta solicitante que o cimento asfáltico CAP 50/70 reduziu de preço.
Que julho o valor de CAP 50/70 custava R$ 3,798,13/ton.
Em 1º de outubro de 2026, houve uma redução de -1,52%, ficando avaliado em R$3.740,20/ton.
Desta feita, tem-se que o CAP 50/70 teve uma redução efetivo de -1,52% desde o último reequilíbrio de preços deferido por este Consórcio.
Sendo assim o valor final da emulsão RC-1C E de R$5.139,56 em setembro/2026, passou para R$ 5.089,16 em outubro/2026.
Sendo sucinto o relato, passa-se à análise solicitada.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Tem-se que, o parecer é meramente opinativo, de caráter técnico auxiliar, não vinculando o interessado a seguir a lume as diretrizes veiculadas, tendo apenas uma função de orientação.
Conforme comprovado a efetiva diminuição do valor, pode-se ser realizado o reequilíbrio econômico-financeiro, sendo recomendável que se reduza o valor solicitado.
Desta forma resta deferido o pedido de reequilíbrio econômico.
Importante salientar o cumprimento da advertência do parecer de reequilíbrio anterior e seu integral cumprimento, com a boa-fé objetiva da empresa Casa do Asfalto Distribuidora, Indústria e Comércio de Asfalto Ltda.
Caso haja novos reajustes e/ou diminuições do preço do CAP 50/70, fica a empresa Casa do Asfalto Distribuidora Indústria e Comércio de Asfalto, advertida que deve informar a este Consórcio para novas correções/alterações dos valores pagos, recomendando que a Empresa emita sempre ofícios referente ao preço do produto, conforme já realizado neste pedido de reequilíbrio.

3 – CONCLUSÃO

De modo suscinto, manifesta-se pela possibilidade da redução do pagamento da solicitação do reequilíbrio econômico e financeiro solicitado conforme supramencionado.
Ressalvo que esta Assessoria Jurídica se atém, tão somente, a questões relativas à legalidade, não competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos produtos entendidas como necessários.

É o parecer, que submeto à apreciação superior.

São Jerônimo da Serra, 08 de outubro de 2026.

JULIANE FERREIRA TRISSOLDI
Advogada, OAB/PR 60.816.
CODENOP.

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:1269134D

SAMAE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa Eletrônica nº 10/2026.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE PARA FATURAMENTO DE ÁGUA na quantidade e especificação conforme descritos no Anexo III - Termo de Referência.

Valor Máximo: R$ 32.743,44 (trinta e dois mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Data de início de recebimento de Proposta: a partir das 08:00h do dia 16/10/2026.

Data fim de recebimento de proposta: até as 08:00h do dia 22/10/2026.

Data do início da Disputa: as 09h00 do dia 22/10/2026. (Horários de Brasília/DF).

Duração da Disputa: 6 horas

Link: https://bll.org.br.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.

Local: https://bllcompras.com/

Edital: O Edital está disponível aos interessados no SAMAE situado à Rua José Batista Proença 680 centro de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, durante o horário de expediente, das 08h00min. às 11h00min. e das 13h00 às 16h00min. ou através do site samaesjs.com.br e no Portal de Compras: https://bllcompras.com

Dúvidas: Por E-mail: licitacao@samaesjsjs.com.br ou pelo Fone: (43) 3267-1437, no horário normal de expediente.

São Jerônimo da Serra-PR, em 13 de outubro de 2026.

LUIZ MARIO FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Luiz Mario Ferreira
Código Identificador:28B43F34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 054/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 054/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia **20/10/2026 às 08:30**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** QUE TEM POR OBJETO **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, FABRICAÇÃO, TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DE BANCADA DE GRANITO SOB MEDIDA, DESTINADA À RECEPÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR, INCLUINDO MEDIÇÃO E CONFERÊNCIA IN LOCO, CORTES, BENEFICIAMENTO, ACABAMENTOS, ENCONTROS, FIXAÇÃO, NIVELAMENTO, ALINHAMENTO, AJUSTES, LIMPEZA FINAL, MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À ENTREGA COMPLETA DO OBJETO, CONFORME PROJETO, DETALHAMENTO TÉCNICO, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS. VALOR ESTIMADO: R$ 4.565,00 (quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais)** A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e www.saojeronimodaserra.pr.gov.br, a partir do dia 14 de outubro de 2026 as 08:00 horas até 20 de outubro de 2026 às 08:30. **AS PROPOSTA DEVERÃO SER ANEXADAS EXCLUSIVAMENTE NO PORTAL COMPRAS.GOV.BR.**

São Jerônimo da Serra, 13 de outubro de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:CF2C38CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIA

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Venicius Djalma Rosa
Cargo/Função	Prefeito Municipal
Data	13/10/2026 a 14/10/2026
Quantidade	2 de R$ 700,00
Valor	R$ 1.400,00
Destino	Curitiba – PR
Motivação	Viajem para a Cidade de Curitiba – PR, para tratar de assuntos de interesse do Município na Assembleia Legislativa do Estado e demais Secretarias do Estado.

Publicado por:
João Elizeu Bernardo
Código Identificador:0D7650C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 251/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;
Considerando o capítulo V, artigos 102 à 109 da Lei 571/2003 de 30/12/2003 - Das Férias
Considerando os requerimentos do servidores municipais, e o ofícios dos Departamentos e Secretarias .
RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER FÉRIAS aos Servidores Municipais abaixo relacionados, conforme respectivos períodos de aquisição e gozo.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
4601	ADRIANA APARECIDA ROSA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	01/08/2011	01/08/2025 à 31/07/2026	28/09/2026 à 27/10/2026
87	LENI MATILDE DA SILVA DIAS	DIRETOR DA DIVISÃO DA SAÚDE	07/10/2021	07/10/2024 à 06/10/2025	13/10/2026 à 22/10/2026
4461	MARIA HELENA BARBOSA DE PAIVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/08/2011	01/08/2025 à 31/07/2026	05/10/2026 à 24/10/2026

Artigo 2º- CONCEDER LICENÇA ESPECIAL para os servidores abaixo relacionados, conforme respectivo período de aquisição e gozo, de acordo com a Seção IX - da Licença Especial - Lei Municipal 571/2003.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
3251	ELISANDRA MARIA BARBOSA	TECNICA EM ENFERMAGEM	03/04/2006	23/10/2018 à 23/10/2023	10/10/2026 à 08/12/2026

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 05 de Outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:60D609E8

PODER LEGISLATIVO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05-2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 16/2026
CONTRATANTE:Câmara Municipal de São José da Boa Vista/PR – CNPJ: 77.778.710/0001-71.
CONTRATADA:DANILO PEREIRA FALCAO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA – CNPJ: 10.685.829/0001-29.
OBJETO: Prorrogação do **prazo de vigência** da Contratação de pessoa jurídica especializada, para serviço técnico, para assessoria administrativa e jurídica, com foco no estudo, análise e elaboração de minutas para revisão e atualização do Regimento Interno (RI) e Código de Ética e Decoro Parlamentar, bem como prestação de consultoria e treinamento técnico on-line voltados à estruturação e condução de Comissão Processante no âmbito do Poder Legislativo Municipal.
ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 60 (sessenta) dias, sem alteração do valor global contratado.
NOVO PRAZO:
Vigência:até 15/12/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA:13 de outubro de 2026.

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Rafael Silva de Azevedo
Código Identificador:8492F972

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a organização e execução de pacote de passeio turístico destinado ao Grupo de Pessoas Idosas do Município de São José das Palmeiras/PR, com destino a Itaipulândia/PR, incluindo transporte rodoviário de ida e volta, alimentação, ingressos, água mineral, seguro-viagem e demais serviços necessários à execução integrada da viagem, no âmbito do Programa Viaja Mais 60 – Fases II e III, conforme Deliberações nº 034/2024 e nº 004/2026 do CEDIPI/PR.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA:CMG MILHAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.908.386/0001-87.
VALOR:R$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinquenta reais).
VIGÊNCIA:04 (quatro) meses.
São José das Palmeiras/PR, 13 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:3F5ADC01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação o Pregão Eletrônico nº 031/2026, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Contratação de empresa especializada para a organização e execução de pacote de passeio turístico destinado ao Grupo de Pessoas Idosas do Município de São José das Palmeiras/PR, com destino a Itaipulândia/PR, incluindo transporte rodoviário de ida e volta, alimentação, ingressos, água mineral, seguro-viagem e demais serviços necessários à execução integrada da viagem, no âmbito do Programa Viaja Mais 60

– Fases II e III, conforme Deliberações nº 034/2024 e nº 004/2026 do CEDIPI/PR, de acordo com o resultado do procedimento licitatório nos termos estabelecido no edital.

A empresa vencedora foi: **CMG MILHAS LTDA,** inscrito no CNPJ nº59.908.386/0001-87com o valor de R$ 31.050,00 (trinta e um mil cinquenta reais), correspondente ao lote adjudicado.

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.
São José das Palmeiras, 08 de Outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:2A066C61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 181/2026 - CONCEDE PAGAMENTO DE DIÁRIA À SERVIDORA BRUNNA SOUSA SANTOS

PORTARIA N° 181 de 13 de outubro de 2026.

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal N° 532/2013 de 20 de agosto de 2013 e Lei Municipal Nº 687/2022 de 30 de agosto de 2022,

RESOLVE:

CONCEDER**,** pagamento de diária ao Servidor abaixo relacionado:

Nome: Brunna Sousa Santos	
Cargo: Psicóloga	
CPF: 116.XXX.XX9-45	**RG:** 5.XXX..XX2-98
Destino: São José das Palmeiras/PR a Foz do Iguaçu/PR.	
Justificativa: Participar da Formação Continuada para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente em Foz do Iguaçu nos dia 13 e 14 de outubro de 2026.	
Veículo: Fiat Argo	**Placa:** UCP-4B40
Saída: 12 de outubro de 2026	**Retorno:** 14 de outubro de 2026
Valor Unitário da Diária: R$ 320,00	**Quantidade de Diária:** 02 (duas)
Valor total da(s) Diária(s): R$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais)	

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:3C20115F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 182/2026 - CONCEDE PAGAMENTO DE DIÁRIA À SERVIDORA ANDRÉIA CRISTINE ZIMPEL

PORTARIA N° 182 de 13 de outubro de 2026.

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal N° 532/2013 de 20 de agosto de 2013 e Lei Municipal Nº 687/2022 de 30 de agosto de 2022,

RESOLVE:

CONCEDER**,** pagamento de diária ao Servidor abaixo relacionado:

Nome: Andréia Cristine Zimpel	
Cargo: Assistente Social	
CPF: 071.XXX.XX9-73	**RG:** 9.XXX..XX4-1
Destino: São José das Palmeiras/PR a Foz do Iguaçu/PR	
Justificativa: Participar da Formação Continuada para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente em Foz do Iguaçu nos dia 13 e 14 de outubro de 2026.	
Veículo: Fiat Argo	**Placa:** UCP-4B40
Saída: 12 de outubro de 2026	**Retorno:** 14 de outubro de 2026
Valor Unitário da Diária: R$ 320,00	**Quantidade de Diária:** 02 (duas)
Valor total da(s) Diária(s): R$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais)	

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:A26ACB39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 180/2026 - CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

PORTARIA Nº 180/2026
DATA:13 de outubro de 2026

SÚMULA: Concede férias aos servidores municipais

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022 e 665/2021,
RESOLVE

Art. 1º Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados

Nome	Matrícula	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
CINIRA LUCIANA PERALTA VITORIO	59221	Auxiliar de Enfermagem	2025 a 2026	13.10.2026 a 27.10.2026
FABRICIO FERNANDES DA ROCHA	61551	Chefe de Divisão de Transporte	2024 a 2025	13.10.2026 a 01.11.2026
SANDRA GONÇALVES DUARTE TAVARES	60881	Conselheiro Tutelar	2025 a 2026	13.10.2026 a 11.11.2026
WESLEY CLAUDINO DA SILVA	62831	Auxiliar Administrativo	2025 a 2026	13.10.2026 a 17.10.2026

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 13 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:936A03EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2026

Resultado da sessão do Pregão Eletrônico n° 031/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a organização e execução de pacote de passeio turístico destinado ao Grupo de Pessoas Idosas do Município de São José das Palmeiras/PR, com destino a Itaipulândia/PR, incluindo transporte rodoviário de ida e volta, alimentação, ingressos, água mineral, seguro-viagem e demais serviços necessários à execução integrada da viagem, no âmbito do Programa Viaja Mais 60 – Fases II e III, conforme Deliberações nº 034/2024 e nº 004/2026 do CEDIPI/PR.

Em cumprimento ao disposto no art. 20, inciso XI, da Lei Municipal nº 402/2009, torna-se público o resultado do **Pregão Eletrônico nº 031/2026 – Processo Licitatório nº 068/2026**, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, com o seguinte resultado:

Proponente Vencedora	CNPJ	Valor Total Adjudicado
CMG MILHAS LTDA	59.908.386/0001-87	R$ 31.050,00

São José das Palmeiras, 08/10/2026.
Publique-se

WESLEY CLAUDINO DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:39ED3EE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 105/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 105/2026
DATA: 13 de outubro de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 7º, do parágrafo único da Lei nº 753 de 07 de outubro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até **R$ 461.200,00 (Quatrocentos e Sessenta e Um Mil e Duzentos Reais)**, incorporando ao Orçamento Geral do município para o exercício financeiro de 2026 a seguinte dotação orçamentária:

02 – GOVERNO MUNICIPAL
001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002-2004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
140 – 3.1.90.11.00.00 – 0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 1.200,00

04 – SECRETARIA DE FINANCAS
001 – DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
04.123.0003-2014 – Manutenção do Departamento de Contabilidade
780 – 3.1.90.11.00.00 –0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 9.000,00

06 – SECRETARIA DE SAUDE
002 – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
10.302.0007-2035 – Manutenção dos Consórcios Intermunicipais de Saúde
2470 – 3.1.71.70.00.00 – 0303 - Rateio pela participação em Consorcio Público R$ 75.000,00
2520 – 3.3.71.70.00.00 – 0303 - Rateio pela participação em Consorcio Público R$ 35.000,00
2610 – 4.4.71.70.00.00 – 0303 - Rateio pela participação em Consorcio Público R$ 1.000,00

07 – SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.452.0008-2042 – Manutenção da Política Municipal de Resíduos Sólidos
2930 – 3.1.90.16.00.00 – 0000 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 10.000,00

15.452.0008-2044 – Manutenção das Atividades do Departamento de Obras e Urbanismo
3060 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 - Contribuições Patronais R$ 12.000,00
3070 – 3.1.90.16.00.00 – 0000 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 44.000,00

08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
002 – DEPARTAMENTO FOMENTO AGROP E MEIO AMBIENTE
20.606.0010-2052 – Manutenção da Secretaria Desen. Econômico e Meio Ambiente
3430 – 3.1.90.11.00.00 – 0000 -Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 135.000,00
3440 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 - Contribuições Patronais R$ 37.000,00
3450 – 3.1.90.1600.00 – 0000 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 24.000,00

09 – SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL
001 – DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0012-2053 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social
3600 - 3.1.90.11.00.00 – 0000 - Vencimentos e Vantagens Ficas – Pessoal Civil R$ 50.000,00
3610 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 - Contribuições Patronal R$ 18.000,00 3620 – 3.1.90.16.00.00 – 0000 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 6.000,00
3631 – 3.3.90.16.00.00 – 0940 - Diárias – Civil R$ 1.000,00

003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESTENCE
08.243.0012.2061 – Manutenção do Conselho Tutelar
4100 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 - Contribuições Patronais R$ 3.000,00

Art. 2º - **Como recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes do cancelamento totalou parcial da seguinte dotação orçamentária:**

02 – GOVERNO MUNICIPAL
001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002-2024 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
150 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 - Contribuição Patronais R$ 9.000,00
160 – 3.1.90.16.00.00 – 0000 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 2.000,00

002 – ASSESSORIAS DIRETAS
04.121.0002.2005 – Manutenção do Planejamento e Assessoria Diretas
230 – 3.1.90.11.00.00 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 14.000,00
240 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 – Contribuições Patronais R$ 17.500,00
250 – 3.1.90.16.00.00 – 0000 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 2.000,00

003 – ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
340 – 3.1.90.11.00.00 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 3.000,00
350 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 – Contribuição Patronal R$ 2.000,00

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002-2011 – Manutenção da Administração
450 – 3.1.90.11.00.00 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 7.000,00
460 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 – Contribuição ao Patronal R$ 18.500,00

002 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
04.123.0003-2013 – Manutenção do Recursos Humanos
610 – 3.1.90.11.00.00 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 22.000,00
620 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 – Contribuição Patronal R$ 5.000,00
630 – 3.1.90.16.00.00 – 0000 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 5.000,00

04 – SECRETARIA DE FINANÇAS
001 –DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA
04.123.0003-2013 – Manutenção do Departamento Receita e Tesouraria
690 – 3.1.90.11.00.00 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 12.000,00
700 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 – Contribuição Patronal R$ 14.000,00

710 – 3.1.90.16.00.00 – 0000 – Outros Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 20.000,00

002 – DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
04.123.0003-2014 – Manutenção do Departamento de Contabilidade
790 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 – Contribuição Patronal R$ 14.000,00
800 – 3.1.90.16.00.00 – 0000 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 4.200,00

05 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
002 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTE
13.392.005.2026 – Manutenção das Atividades Esportivas
1850 –3.1.90.11.00.00 - 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Civil R$ 8.000,00
1860 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 – Contribuições Patronais R$ 19.000,00

07 – SECRETARIA DE OBRA E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.452.0008-2042 – Manutenção da Politica Municipal de Resíduos Sólidos
2910 – 3.1.90.11.00.00 - 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 27.000,00
2920 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 – Contribuição Patronal R$ 16.000,00

15.452.0008-2044 – Manutenção das Atividades do Departamento de Obras e Urbanismo
3050 – 3.1.90.11.00.00 – 0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 50.000,00

09 -SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0012.6054 – Manutenção dos Programas Federal
3750 – 3.3.90.32.00.00 – 0940 -Material. Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita R$ 1.000,00

003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.243.0012.2061 – Manutenção do Conselho Tutelar
4090 – 3.1.90.13.00.00 – 0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 18.000,00

10 – SECRETARIA DE TRANSPORTE
001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
26.782.0009-2066 – Manutenção do Departamento de Transporte
4380 – 3.1.90.11.00.00 – 0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 40.000,00

99 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICIPIO
001 – ENCARGOS E GERAIS DO MUNICIPIO
99.999.0013.9067 – Reserva de Contingencia
4660 – 9.9.99.99.00.00 – 0000 – Reserva de Contingencia R$ 111.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 13 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:DAD98D25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ
AVISO DE LEILÃO DE VEICULOS
LEILÃO Nº. 01/2026 - PMSPPR
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 85/2026
PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 193/2026
O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público, que no dia **23/11/2026(Segunda-feira)** às **09h00m**, licitação sob modalidade **LEILÃO**, do tipo **MAIOR PREÇO POR LOTE**, pelo leiloeiro contratado Joacir Monzon Pouey, matriculado perante a JUCEPAR sob o nº 295, onde será realizado pelo site HTTPS://www.monzonleiloes.com.br/, a fim de escolher a melhor proposta do seguinte objeto:
OBJETIVO: VENDA DE VEICULOS INSERVIVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO.
INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações no horário das 08h00min às
11h00min e das 13h00min as 17h00min ou através do telefone (44) 3900-3747 e pelo e-mail: **licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br, ou com setor responsável pelas avaliações Victor Augusto Datri pelo telefone (44) 99126-5013.**

São Pedro do Paraná - PR, 13 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:A35B181E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ
AVISO DE LEILÃO DE VEICULOS
LEILÃO Nº. 02/2026 - PMSPPR
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 86/2026
PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 194/2026
O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público, que no dia **23/11/2026(Segunda-feira) às10h00m**, licitação sob modalidade **LEILÃO**, do tipo **MAIOR PREÇO POR LOTE**, pelo leiloeiro contratado Joacir Monzon Pouey, matriculado perante a JUCEPAR sob o nº 295, onde será realizado pelo site HTTPS://www.monzonleiloes.com.br/, a fim de escolher a melhor proposta do seguinte objeto:
OBJETIVO: VENDA DE IMÓVEL SOB MATRICULA Nº 40.604 DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO.
INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações no horário das 08h00min às
11h00min e das 13h00min as 17h00min ou através do telefone (44) 3900-3747 e pelo e-mail: **licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br, ou com setor responsável pelas avaliações Victor Augusto Datri pelo telefone (44) 99126-5013.**

São Pedro do Paraná - PR, 13 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:ADD9B4BB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 407/2026

DECRETO Nº 407/2026

SÚMULA – Dispensa de licitação para aquisição de uniformes e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município.

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada DISPENSADA a licitação para Aquisição de uniformes padronizados destinados aos servidores, equipes de apoio, setores administrativos e demais colaboradores vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Saúde, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A empresa a ser contratada é **ALLINE HELLEN DE SOUSA – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 17.377.226/0001-09, com o valor total de **R$ 12.591,50 (doze mil, quinhentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)**.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: DISPENSA Nº 55/2026, de 09 de outubro de 2026
Processo Administrativo nº 192/2026
OBJETO: aquisição de uniformes
07.001.10.301.0022.2060 – PAB – PROGRAMA DE ATENÇAO BÁSICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0022.2059 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.304.0022.2084 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITARIA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.122.0023.2063 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRECARIA MUNICÍPAL DE ASISTÊNCIA SOCIA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.122.0023.2064 CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.243.0024.2184 APOIO FINANCEIRO AO CONSELHO TUTELAR
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0023.2183 AÇÕES DE PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0023.2511 PAIF - PROGRAMA INTEGRAL DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 09 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:FD1E0D25

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO INEXIGIBILIDADE 89/2025

EXTRATO DO 1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E SHEILA MOREIRA ANDRADES, PESSOA FÍSICA, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 031.050.621-22.

Cláusula Primeira – Nos termos do art. 107, da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, as partes resolvem prorrogar o referido contrato por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período compreendido entre 15/10/2026 à 15/10/2027, permanecendo os mesmos valores do contrato original.

Cláusula Segunda – Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 15 de outubro de 2025.

São Pedro do Paraná-PR, 09 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:431B45B0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 406/2026

DECRETO Nº 406/2026

Súmula: Declara vacância de cargo público em virtude de aposentadoria por invalidez junto ao RPPS e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ETC...

Considerando o Decreto nº 401/2026 de 08 de outubro de 2026 que concede aposentadoria por invalidez, publicado no dia 09 de outubro de 2026,

D E C R E T A

Art. 1º Fica declarado a partir desta data, a vacância do Cargo Efetivo de Auxiliar de Enfermagem em decorrência da aposentadoria por invalidez a servidora publica municipal Sra. ROSEANNE CAVENAGHI GALLEA, matrícula nº 599, junto ao RPPS.

Art. 2º Fica determinada a quitação dos direitos sociais previstos em lei, incluindo férias, 13º salário e conversão de licença prêmio em pecúnia, se houver.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 13 de outubro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:36ABB66E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 408/2026

DECRETO Nº 408/2026

SÚMULA: Aprova o Loteamento Jardim Porto Provence, implantado em parte do imóvel objeto da Matrícula nº 51.795 do Cartório de Registro de

Imóveis da Comarca de Loanda, Estado do Paraná, e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, Prefeito do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 038/2025, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo no Município de São Pedro do Paraná, especialmente em seus arts. 9º, 13 a 20, 27, 35, 36 e 39;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 044/2026, especialmente em seu art. 5º, que prevê a compensação mediante créditos de área institucional relativamente parte da área objeto da Matrícula nº 51.794, mediante TAC Urbanístico específico, homologado por lei específica e aprovado pelo Conselho Municipal das Cidades;

CONSIDERANDO que a Matrícula nº 51.795 constitui a matrícula matriz do Loteamento Jardim Porto Provence, objeto da presente aprovação, enquanto a Matrícula nº 51.794 corresponde à área abrangida pela compensação urbanística prevista na Lei Municipal nº 044/2026 e no respectivo TAC Urbanístico;

CONSIDERANDO as obrigações relativas às obras complementares assumidas pelo loteador por meio do Termo de Ajustamento de Conduta Urbanístico - TAC Urbanístico;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos;

CONSIDERANDO a Licença de Instalação nº 387038, expedida pelo Instituto Água e Terra do Paraná - IAT;

CONSIDERANDO a Autorização Direta nº 20/2026, expedida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

CONSIDERANDO a Resolução nº 01/2026 do Conselho Municipal das Cidades;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento Jardim Porto Provence, nos termos da legislação vigente, a ser implantado em uma área de 60.642,06 m² (sessenta mil, seiscentos e quarenta e dois metros quadrados e seis decímetros quadrados), integrante do imóvel objeto da Matrícula nº 51.795 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, Estado do Paraná, cujo perímetro do empreendimento possui a seguinte descrição:

Inicia-se no alinhamento da Canalização Viária 1 com a propriedade objeto da Matrícula nº 51.794; deste ponto, segue em reta por 207,24 m até o ponto HYDZ-P-2871, confrontando com a propriedade objeto da Matrícula nº 51.794; deste ponto, deflete à direita e segue em reta por 347,74 m até o ponto AMD-V-0765, confrontando com a Rodovia PR-577; deste ponto, deflete à direita e segue em reta por 2,32 m até o ponto AMD-M-1002; deste ponto, deflete à direita e segue em reta por 33,19 m até o ponto AMD-M-1004; deste ponto, deflete à direita e segue em reta por 199,06 m, confrontando com a propriedade Porto de Areia, objeto da Matrícula nº 28.707; deste ponto, deflete à direita e segue em reta por 237,85 m, confrontando com a Área Remanescente, até o ponto inicial, encerrando uma área de 60.642,06 m².

Art. 2º O Loteamento Jardim Porto Provence será constituído pelas seguintes áreas:

I - Área dos lotes: 121 (cento e vinte e um) lotes vendáveis, correspondendo a 33.664,02 m², equivalente a 55,51% da área total do empreendimento;

II - Sistema Viário: área de 20.783,99 m², equivalente a 34,27% da área total do empreendimento;

III - Área Verde e Praças: área de 3.097,34 m², equivalente a 5,11% da área total do empreendimento;

IV - Área Institucional e destinada a Equipamentos Públicos: área de 3.096,71 m², equivalente a 5,11% da área total do empreendimento.

Art. 3º O loteador deverá apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação deste Decreto, o cronograma e os projetos referentes às obras complementares assumidas por meio do Termo de Ajustamento de Conduta Urbanístico - TAC Urbanístico, inclusive aquelas relacionadas às obrigações de compensação urbanística previstas na Lei Municipal nº 044/2026, para análise e aprovação dos órgãos municipais competentes.

Parágrafo único. As obrigações previstas neste artigo possuem natureza complementar às obras de infraestrutura ordinariamente exigidas para implantação do Loteamento Jardim Porto Provence e não afastam o cumprimento das demais exigências estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 038/2025, nos projetos aprovados, no TAC Urbanístico e na legislação aplicável.

Art. 4º Como garantia da integral execução das obras de infraestrutura do Loteamento Jardim Porto Provence, ficam caucionados em favor do Município de São Pedro do Paraná os seguintes imóveis:

I - Quadra A: Lotes nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 22 e 23, perfazendo área total de 4.011,55 m²;

II - Quadra B: Lotes nº 2, 3, 4 e 5, perfazendo área total de 989,56 m².

§ 1º Os imóveis caucionados nos incisos I e II perfazem área total de 5.001,11 m², com valor estimado em R$ 5.001.110,00 (cinco milhões, um mil, cento e dez reais), correspondente ao cronograma físico-financeiro aprovado.

§ 2º A caução permanecerá vinculada à garantia da execução das obras e serviços de infraestrutura do empreendimento, somente podendo ser liberada após a comprovação do cumprimento das obrigações garantidas e a expedição da Certidão de Conclusão de Obras pelo Município, observada a legislação aplicável.

§ 3º O instrumento de garantia correspondente à caução deverá ser formalizado e apresentado por ocasião da retirada do Alvará de Licença para execução das obras, na forma do art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025.

Art. 5º Com o registro do loteamento, passarão a integrar o domínio do Município de São Pedro do Paraná as áreas destinadas ao sistema viário, áreas verdes, praças, espaços livres, áreas institucionais e aquelas destinadas a equipamentos públicos constantes do projeto e do memorial descritivo do empreendimento, observadas as disposições da Lei Complementar Municipal nº 038/2025 e da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Parágrafo único. Deverão ser adotadas perante o Cartório de Registro de Imóveis competente as providências registrais necessárias à individualização e ao registro das áreas públicas, na forma da legislação aplicável.

Art. 6º O loteador deverá dar início às obras de infraestrutura do Loteamento Jardim Porto Provence no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da publicação deste Decreto, observados os projetos aprovados, as licenças pertinentes e o cronograma físico-financeiro do empreendimento.

§ 1º A conclusão integral das obras de infraestrutura deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contado da aprovação do projeto pela Prefeitura Municipal, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 038/2025.

§ 2º A execução das obras deverá observar integralmente os projetos aprovados, as licenças ambientais, o cronograma físico-financeiro e as demais exigências técnicas e legais aplicáveis ao empreendimento, sem prejuízo das obras complementares tratadas no art. 3º deste Decreto.

Art. 7º Após a publicação deste Decreto, o loteador deverá firmar Termo de Compromisso com o Município de São Pedro do Paraná, nos termos do art. 16 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025, comprometendo-se ao cumprimento das obras e obrigações constantes dos projetos e cronogramas aprovados, bem como das demais condições estabelecidas na legislação e nos instrumentos vinculados ao empreendimento.

Art. 8º Uma vez aprovado o projeto do parcelamento e assinado o Termo de Compromisso, o loteador deverá submeter o Loteamento Jardim Porto Provence ao Registro de Imóveis no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 18 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025 e da legislação federal aplicável.

Art. 9º O descumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto, nos projetos aprovados, no cronograma físico-financeiro, no TAC Urbanístico, no Termo de Compromisso ou na legislação aplicável sujeitará o loteador às medidas administrativas e legais cabíveis, sem prejuízo da execução das garantias constituídas em favor do Município.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:29A5B299

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 409/2026

DECRETO Nº 409/2026

SÚMULA: Aprova o projeto do Condomínio Horizontal de Lotes Porto Provence, estabelece as obrigações de infraestrutura, as garantias de execução e as condições de transferência de áreas ao Município, e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 038/2025, especialmente os arts. 9º, 13 a 20, 26, 27, 40, 41 e 52 a 56;
CONSIDERANDO o art. 1.358-A do Código Civil e as Leis Federais nº 6.766/1979, nº 10.257/2001, nº 11.445/2007, nº 4.591/1964 e nº 6.015/1973, no que couber;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 044/2026, especialmente seus arts. 3º a 6º;
CONSIDERANDO a Licença de Instalação nº 386407, expedida pelo Instituto Água e Terra – IAT, e a Autorização Direta nº 20/2026, expedida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, observadas sua validade e respectivas condicionantes;
CONSIDERANDO a Resolução nº 01/2026 do Conselho Municipal das Cidades e os projetos, memoriais descritivos e cronograma físico-financeiro constantes do processo administrativo de aprovação;
DECRETA:
Art. 1º Fica aprovado o projeto do Condomínio Horizontal de Lotes PORTO PROVENCE, integrante do empreendimento implantado sobre o imóvel objeto da matrícula nº 51.794 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, Estado do Paraná, cuja área total é de 403.234,00 m² (quatrocentos e três mil, duzentos e trinta e quatro metros quadrados), nos limites definidos nas plantas e memoriais descritivos aprovados.
§ 1º A área total indicada no caput compreende as áreas internas e externas descritas no art. 2º, não se confundindo com a área exclusivamente submetida ao regime condominial.
§ 2º Os lotes comerciais externos, as vias públicas e as áreas destinadas ao Município não integram as partes de propriedade comum dos condôminos e deverão observar o regime urbanístico e registral próprio de sua destinação.
§ 3º A descrição das áreas externas neste Decreto não substitui a aprovação específica do respectivo parcelamento nem os atos registrais exigíveis, quando necessários.
§ 4º Integram a aprovação as plantas, os memoriais descritivos, os projetos de infraestrutura e o cronograma físico-financeiro aprovados e arquivados no processo administrativo, aos quais a execução deverá observar integralmente.
Art. 2º A área total do empreendimento fica distribuída da seguinte forma:
I – áreas internas ao condomínio:
a) 322 lotes residenciais de propriedade exclusiva, constituídos como unidades autônomas, com área total de 158.736,36 m², correspondente a 39,37% do empreendimento;
b) 8 lotes privativos no projeto como lotes de uso comum, com área total de 22.247,72 m², correspondente a 5,52% do empreendimento;
c) 2 áreas destinadas a equipamentos de infraestrutura – estação elevatória de esgoto (EEE), poço e reservatório de água –, com área total de 839,58 m², correspondente a 0,21% do empreendimento;
d) sistema viário interno, com área de 64.106,34 m², correspondente a 15,90% do empreendimento;
e) sistema de lazer, com área de 56.890,76 m², correspondente a 14,11% do empreendimento;
f) faixa paisagística, com área de 14.867,47 m², correspondente a 3,69% do empreendimento;
II – áreas externas ao condomínio:
a) área destinada à construção da estrada que conectará Porto São José a Porto Eucalipto, objeto da Lei Municipal nº 044/2026, com 36.875,18 m², correspondente a 9,14% do empreendimento;
b) 31 lotes comerciais, com área total de 24.091,33 m², correspondente a 5,97% do empreendimento;
c) sistema viário público externo, com área de 21.932,77 m², correspondente a 5,44% do empreendimento;
d) área destinada à estação de tratamento de esgoto (ETE), com 2.646,49 m², correspondente a 0,66% do empreendimento.
§ 1º Os percentuais são aproximados, em razão do arredondamento, prevalecendo as áreas constantes dos projetos e memoriais aprovados.
§ 2º A titularidade e as condições de operação das áreas destinadas aos equipamentos de infraestrutura observarão os projetos aprovados e os instrumentos específicos celebrados com os órgãos ou prestadores competentes.
§ 3º As vias internas e as instalações de uso coletivo permanecerão sob titularidade dos condôminos, aos quais caberão sua conservação e manutenção, nos termos do art. 54 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025, ressalvado o regime específico dos equipamentos referido no § 2º.
Art. 3º O empreendedor responsável pelo projeto aprovado deverá executar, às suas expensas, toda a infraestrutura interna e externa exigida para implantação do empreendimento, nos termos dos projetos aprovados e do cronograma físico-financeiro, observados os arts. 26, 27, 52, § 2º, e 55 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025.
§ 1º As obras compreenderão, conforme os projetos aprovados, abertura de vias, terraplanagem, pavimentação, meios-fios, sarjetas, calçadas, drenagem, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, energia elétrica, iluminação, sinalização, proteção e recuperação ambiental e demais intervenções exigidas pelos órgãos competentes.
§ 2º O prazo máximo para conclusão de toda a infraestrutura será de 24 (vinte e quatro) meses, contado da aprovação do projeto pela Prefeitura Municipal, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 038/2025, devendo a data da aprovação e o termo final constar do Termo de Compromisso.
§ 3º A publicação deste Decreto não reinicia prazo decorrente de aprovação municipal anterior do mesmo projeto, nem afasta prazos e condicionantes ambientais mais restritivos.
§ 4º As intervenções na área destinada à estrada observarão o projeto aprovado e as obrigações expressamente assumidas pelo empreendedor nos instrumentos pertinentes, sem alteração da destinação exclusiva prevista na Lei Municipal nº 044/2026.
Art. 4º Para garantia da execução das obras, será constituída caução sobre os lotes integrantes da quadra BD, com área total de 4.117,36 m², identificados nas plantas e memoriais aprovados, pelo valor estimado de R$ 4.117.360,00 (quatro milhões, cento e dezessete mil, trezentos e sessenta reais), sujeito à confirmação por avaliação técnica e à verificação de suficiência em relação ao custo de todas as obras garantidas.
§ 1º A garantia é equivalente ao custo da execução das obras, nos termos do art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025, exigindo-se complementação se constatada insuficiência.
§ 2º A entrega da escritura pública de caução ou da carta fidejussória observará o art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025 e será exigida na retirada do Alvará de Licença para execução das obras.
§ 3º A liberação da caução dependerá da comprovação da execução das obras, de vistoria municipal e da expedição da Certidão de Conclusão de Obras, nos termos do art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025.
Art. 5º A destinação de área ao Município deverá atender aos arts. 40, VII e § 1º, e 56 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025, observadas as condições legais relativas à localização, ao acesso à via pública e à definição pelo Conselho Municipal das Cidades.
§ 1º A proposta indicada no projeto contempla área de 20.200,60 m², integrante do imóvel objeto da matrícula nº 51.795 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, correspondente a aproximadamente 5,01% da área total do empreendimento.
§ 2º A doação da área de 36.875,18 m², integrante da matrícula nº 51.794, destinada à estrada, observará a Lei Municipal nº 044/2026 e

será formalizada mediante escritura pública e registro imobiliário, respeitada a destinação exclusiva prevista em seu art. 3º.
§ 3º A compensação da doação mencionada no § 2º por créditos de área institucional dependerá de TAC Urbanístico específico, aprovado pelo Conselho Municipal das Cidades e homologado por lei específica, conforme art. 5º da Lei Municipal nº 044/2026, observadas as demais exigências legais aplicáveis.
§ 4º Este Decreto não reconhece automaticamente créditos, não autoriza compensação de área por área em metros quadrados e não declara cumprida ou extinta a obrigação de destinação de área institucional.
§ 5º O eventual abatimento, substituição ou saldo da obrigação institucional deverá ser expressamente definido nos instrumentos e na lei específica referidos no § 3º, evitando-se a duplicidade de exigências sobre obrigação validamente compensada.
Art. 6º Fica fixado o prazo administrativo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação deste Decreto, para que o empreendedor apresente ao Município a documentação necessária à formalização da transferência da área institucional prevista no art. 5º, § 1º, e promova os atos que lhe incumbam para sua efetivação, mediante escritura pública e registro imobiliário, ressalvada eventual compensação regularmente aprovada nos termos do art. 5º, §§ 3º a 5º.
§ 1º Os atos dependentes de providências municipais ou registrais deverão ser acompanhados no processo administrativo, com comprovação das medidas adotadas e justificativa de eventuais pendências.
§ 2º A transferência da área destinada à estrada terá procedimento próprio, observado o art. 4º da Lei Municipal nº 044/2026, correndo as despesas de formalização dessa doação por conta do Município, conforme seu art. 6º.
Art. 7º O empreendedor deverá iniciar as obras de infraestrutura no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da publicação deste Decreto, mediante prévia obtenção do alvará municipal, formalização da garantia e atendimento das exigências ambientais, sem ampliação do prazo final estabelecido no art. 3º.
Parágrafo único. Eventual impedimento ao início das obras deverá ser imediatamente comunicado e comprovado no processo administrativo, para decisão fundamentada do órgão competente, não produzindo prorrogação automática.
Art. 8º Após a emissão deste Decreto, o empreendedor firmará Termo de Compromisso, nos termos do art. 16 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025, contemplando o cronograma, as obras, a garantia, as obrigações de transferência e a fiscalização municipal.
§ 1º O Termo de Compromisso identificará o empreendedor e o proprietário dos imóveis, com sua qualificação completa, e preverá as obrigações do art. 16 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025, inclusive a de não outorgar escritura de venda de lotes antes da conclusão das obras.
§ 2º O interessado deverá submeter o parcelamento ao Registro de Imóveis no prazo de 90 (noventa) dias, na forma do art. 18 da Lei Complementar Municipal nº 038/2025, sob pena de caducidade da aprovação.
Art. 9º A execução será fiscalizada pelo órgão municipal competente, sem prejuízo da fiscalização ambiental e da atuação dos demais órgãos responsáveis.
§ 1º A aprovação urbanística não substitui o registro imobiliário, as licenças ambientais, as outorgas, as autorizações de operação ou a aprovação específica das edificações.
§ 2º A emissão de alvarás de construção para os lotes dependerá da conclusão da infraestrutura exigida, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 038/2025.
§ 3º Alterações dos projetos dependerão de prévia aprovação pelos órgãos competentes, observada a legislação aplicável.
§ 4º O descumprimento das obrigações será apurado em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para aplicação das medidas legalmente cabíveis, sem prejuízo da execução da garantia.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:64C9E3F9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - LEI 68/2026

LEI Nº 068/2026

SÚMULA: Ratifica, quanto à área integrante da Matrícula nº 48.633 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda/PR, a autorização de recebimento por doação prevista na Lei Municipal nº 44/2026, acrescenta condições especiais para sua formalização e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica ratificada, especificamente quanto à área de 37.030,57 m² (trinta e sete mil e trinta metros quadrados e cinquenta e sete decímetros quadrados), correspondente a parte da Matrícula nº 48.633 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda/PR, a autorização conferida pela Lei Municipal nº 44/2026 para seu recebimento em doação pelo Município de São Pedro do Paraná.
Parágrafo único. O recebimento da área referida no caput observará, além das disposições já estabelecidas na Lei Municipal nº 44/2026, as condições especiais acrescidas por esta Lei.
Art. 2º. A Lei Municipal nº 44/2026 passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. **4º-A a 4º-G**:
"Art. 4º-A. *A doação da área de 37.030,57 m² correspondente a parte da Matrícula nº 48.633 será formalizada como doação modal, com encargo essencial de natureza resolutiva, destinação específica, cláusula resolutiva expressa e cláusula de reversão.*
§ 1º *A execução integral da ligação viária entre o Distrito de Porto São José e Porto Eucalipto constitui motivo determinante da liberalidade.*
§ 2º *A transferência será realizada gratuitamente, sem contraprestação pecuniária ou compensação urbanística em favor da doadora, ficando subordinada aos encargos, condições e finalidade estabelecidos nesta Lei, na escritura pública e no respectivo registro imobiliário.*
§ 3º *Para os fins dos arts. 4º-A a 4º-G, considera-se DOADORA a LCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.154.219/0001-24, com sede na Avenida Seis de Junho, nº 543, Parque Industrial, Sertanópolis/PR; bem como quem legitimamente a suceder nos direitos decorrentes da doação.*
Art. 4º-B. *A área doada destina-se exclusivamente à implantação e manutenção da ligação viária pública entre o Distrito de Porto São José e Porto Eucalipto, constituindo essa destinação elemento essencial e permanente da doação.*
§ 1º *O Município deverá concluir integralmente a implantação da via no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado da data lavratura e outorga da escritura pública de doação.*
§ 2º *Não haverá prorrogação tácita do prazo.*
§ 3º *Eventual prorrogação dependerá de prévia e expressa anuência escrita da DOADORA, formalizada antes do término do prazo, mediante instrumento próprio, observadas as formalidades legislativas, notariais e registrais legalmente exigíveis.*
§ 4º *A simples paralisação, suspensão ou atraso da obra, ainda que decorrente de procedimento administrativo, contratual ou financeiro, não implicará prorrogação automática do prazo previsto no § 1º.*
Art. 4º-C. *O encargo previsto no art. 4º-B somente será considerado cumprido com a implantação material e integral da via devidamente pavimentada, em condições definitivas de funcionamento e trafegabilidade.*
§ 1º *Não caracterizam, isoladamente, cumprimento do encargo:*
I – a elaboração ou aprovação de projetos;
II – a instauração ou conclusão de licitação ou outro procedimento de contratação;
III – a contratação de empresa executora ou a emissão de ordem de serviço;
IV – a obtenção de licenças, autorizações ou anuências;

V – a realização de levantamentos topográficos, ambientais ou geotécnicos;
VI – a limpeza, demarcação ou preparação preliminar da área; e
VII – a execução parcial das obras.
***§ 2º** Para os fins desta Lei, a implantação integral da via compreenderá, no mínimo:*
I – Abertura e conformação do leito viário;
II – Terraplenagem;
III – Execução da base e sub-base previstas no projeto executivo;
IV – Sistemas de drenagem e escoamento pluvial;
V – Pavimentação definitiva;
VI – Sinalização viária; e
VII – Demais obras, equipamentos e infraestruturas previstos no projeto executivo aprovado para a ligação viária.
***Art. 4º-D.** O não cumprimento integral do encargo no prazo estabelecido no art. 4º-B fará operar a cláusula resolutiva expressa, resolvendo-se de pleno direito a doação e tornando-se exigível a reversão da propriedade à DOADORA.*
***§ 1º** A execução parcial da obra, bem como a existência de serviços, benfeitorias ou intervenções realizadas pelo Município, não impedirá a resolução da doação nem conferirá direito de retenção do imóvel.*
***§ 2º** Operada a resolução, o Município deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, praticar todos os atos administrativos, notariais e registrais necessários à formalização da reversão da propriedade.*
***§ 3º** Para a hipótese prevista neste artigo, fica desde já autorizada a desafetação da área, na extensão necessária à sua reversão ao patrimônio da DOADORA, independentemente de nova autorização legislativa específica.*
***§ 4º** A obrigação prevista no § 2º compreende a assinatura e o fornecimento de todos os documentos necessários ao cancelamento, averbação ou registro exigido para recomposição da titularidade imobiliária.*
***Art. 4º-E.** A destinação viária da área possui caráter permanente e subsistirá após o cumprimento integral do encargo de implantação da via.*
***§ 1º** Sem prejuízo das demais exigências legais e legislativas aplicáveis, dependerá de prévia e expressa anuência escrita da DOADORA qualquer ato destinado a:*
I – Conferir à área finalidade incompatível com a ligação viária;
II – Desafetá-la para finalidade diversa;
III – aliená-la, permutá-la ou cedê-la para utilização incompatível com a finalidade da doação;
IV – Destiná-la a empreendimento diverso;
V – Suprimir definitivamente a ligação viária; ou
VI – Abandonar definitivamente a finalidade que determinou a liberalidade.
***§ 2º** Especificamente em relação à área da Matrícula nº 48.633, a autorização legislativa prevista no parágrafo único do art. 3º desta Lei não dispensa a anuência prévia, escrita e expressa da DOADORA, constituindo ambas requisitos cumulativos para eventual alteração da destinação.*
***§ 3º** A utilização da área para finalidade incompatível com a doação, sem observância do § 2º, caracterizará inadimplemento do encargo permanente e fará operar a cláusula resolutiva e a consequente reversão da propriedade à DOADORA.*
***Art. 4º-F.** A escritura pública de doação deverá reproduzir expressamente:*
I – A natureza modal da doação;
II – O encargo de execução integral da via;
III – O prazo para seu cumprimento;
IV – A destinação específica e permanente;
V – A cláusula resolutiva expressa;
VI – A cláusula de reversão;
VII – A necessidade de anuência da DOADORA para alteração da destinação, nos termos do art. 4º-E; e
VIII – As obrigações do Município na hipótese de resolução da doação.
***§ 1º** As condições previstas neste artigo deverão constar expressamente do registro imobiliário da aquisição municipal, para fins de publicidade e segurança jurídica.*
***§ 2º** O prazo estabelecido no art. 4º-B somente terá início com o efetivo registro da escritura pública de doação.*
***Art. 4º-G.** Uma vez aperfeiçoada a doação mediante escritura pública e registro imobiliário, eventual alteração legislativa superveniente observará o ato jurídico perfeito e os direitos incorporados ao negócio jurídico, não podendo, por si só, afastar os encargos, condições resolutivas ou a cláusula de reversão assumidos pelo Município.*
***Parágrafo único.** A alteração das condições incorporadas ao título e ao registro dependerá da prévia e expressa anuência da DOADORA, além das demais exigências legais aplicáveis."*
Art. 3º. As despesas decorrentes da individualização da área, lavratura da escritura pública, registros, averbações e demais atos necessários à formalização da doação e, quando for o caso, de sua reversão, correrão por conta do Município, observado o art. 6º da Lei Municipal nº 44/2026.
Art. 4º. Permanecem inalterados e em pleno vigor os demais dispositivos da Lei Municipal nº 44/2026, inclusive as disposições relativas aos demais imóveis nela contemplados.
Parágrafo único. Em relação exclusivamente à área integrante da Matrícula nº 48.633, prevalecem as condições especiais acrescidas pelos arts. 4º-A a 4º-G em caso de eventual incompatibilidade com disposição geral da Lei Municipal nº 44/2026.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná/PR, 13 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:106D98B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 23/2026 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SÃO PEDRO DO PARANÁ – PR

RESOLUÇÃO Nº 23/2026

SÚMULA: Convocar o membro suplente do Conselho Tutelar eleito em 30 de maio de 2026, para cumprir o período de afastamento de conselheiro titular.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 061/2024, de 23 de outubro de 2024, neste ato representado por sua Presidente Phamela Souza Freitas Santana, considerando a deliberação da plenária realizada no dia 13 de outubro de 2026.

Resolve:

Art. 1º - Convoca **DANIELI RAEL DE SOUZA,** para cumprir o período de afastamento por motivo de atestado médico de conselheira titular.

Art. 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 13 de outubro de 2026.

PHAMELA SOUZA FREITAS SANTANA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marcelo Antonio Fernandes Junior
Código Identificador:885B2A44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 24/2026 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SÃO PEDRO DO PARANÁ – PR

RESOLUÇÃO Nº 24/2026

SÚMULA: Aprova o Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) do Município de São Pedro do Paraná – PR, e dá outras providências.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 061/2024, de 23 de outubro de 2024, neste ato representado por sua Presidente Phamela Souza Freitas Santana, considerando a deliberação da plenária realizada no dia 13 de outubro de 2026.

Resolve:

Art. 1º - APROVAR o Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) do Município de São Pedro do Paraná – PR;

Art. 2° - O Programa ora aprovado constitui o documento técnico, normativo e orientador oficial do Município para a gestão, acompanhamento e execução das medidas socioeducativas em meio aberto, sob a responsabilidade direta da Proteção Social Especial vinculada ao Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 3° - A execução das medidas socioeducativas de LA e PSC deverá observar rigorosamente as diretrizes e metodologias fixadas no Programa Municipal;

Art. 4º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 13 de outubro de 2026.

PHAMELA SOUZA FREITAS SANTANA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marcelo Antonio Fernandes Junior
Código Identificador:FDEF01FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 2705/2026

SÚMULA: Dispõe sobre autorização de concessão de diária aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta no Município de Sarandi-PR, na forma que se especifica.

Carlos Alberto de Paula Júnior, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o art. Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023 e Lei Municipal nº 3144/2026:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para a Sr. (a). ELIZABETI FERREIRA DE LIMA SHIGENAGA CPF: 533.XXX.XXX-04, ocupante do cargo/função de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/ASSESSORIA DO SIGPC E PDDE E SIGET da Secretaria Municipal de Educação, sendo concedidas 03 (três) diárias e meia para custeio de despesas decorrentes de viagem, conforme Lei Municipal nº 2754/2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023 de 31 de janeiro de 2023 e Lei Municipal nº 3144/2026.

Art. 2° O valor da diária concedida corresponde ao valor de R$ 710,00 (setecentos e dez reais), sendo que o montante para este valor referente ao período de 13/10/2026 à 17/10/2026, totalizando o montante no valor de R$ R$ 2.485,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) sendo 03 (três) diárias e meia, em evento que ocorrerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Art. 3° Justifica-se a viagem que tem por finalidade de Participação no evento Latinoware Congresso Latino - Americano de Software Live e Tecnologia Aberta que ocorrerá em Foz do Iguaçu/PR entre os dias 14 à 16 de Outubro de 2026 que terá por tema a tecnologia da América Latina.

Art. 4° A previsão de saída deste Município será no dia 13/10/2026 às 00:45 horas e previsão de retorno 17/10/2026 às 06:00 horas (previsão de chegada), e o meio de transporte a ser utilizado será por meio rodoviário.

Art. 5° O evento não terá custos ao Município.

Art. 6° Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de Outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:51A25AEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 2706/2026

SÚMULA: Dispõe sobre autorização de concessão de diária aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta no Município de Sarandi-PR, na forma que se especifica.

Carlos Alberto de Paula Júnior, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o art. Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023 e Lei Municipal nº 3144/2026:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para a Sr. (a). IVONE APARECIDA ZULCAN DE SOUZA CPF: 031.XXX.XXX-61, ocupante do cargo/função de PROFESSORA 40 HORAS /ASSESSORIA DO SIGPC E PDDE E SIGET da Secretaria Municipal de Educação, sendo concedidas 03 (três) diárias e meia para custeio de despesas decorrentes de viagem, conforme Lei Municipal nº 2754/2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023 de 31 de janeiro de 2023 e Lei Municipal nº 3144/2026.

Art. 2° O valor da diária concedida corresponde ao valor de R$ 710,00 (setecentos e dez reais), sendo que o montante para este valor referente ao período de 13/10/2026 à 17/10/2026, totalizando o montante no valor de R$ R$ 2.485,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) sendo 03 (três) diárias e meia, em evento que ocorrerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Art. 3° Justifica-se a viagem que tem por finalidade de Participação no evento Latinoware Congresso Latino - Americano de Software Live e Tecnologia Aberta que ocorrerá em Foz do Iguaçu/PR entre os dias 14 à 16 de Outubro de 2026 que terá por tema a tecnologia da América Latina.

Art. 4° A previsão de saída deste Município será no dia 13/10/2026 às 00:45 horas e previsão de retorno 17/10/2026 às 06:00 horas (previsão de chegada), e o meio de transporte a ser utilizado será por meio rodoviário.

Art. 5° O evento não terá custos ao Município.

Art. 6° Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de Outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:46F88B27

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 2707/2026

SÚMULA: Dispõe sobre autorização de concessão de diária aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta no Município de Sarandi-PR, na forma que se especifica.

Carlos Alberto de Paula Júnior, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o art. Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023 e Lei Municipal nº 3144/2026:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para a Sr. (a). JULIANA HILARIA DE LIMA LOPES CPF: 083.XXX.XXX-79, ocupante do cargo/função de AUXILIAR ADMINISTRATIVO da Secretaria Municipal de Educação, sendo concedidas 03 (três) diárias e meia para custeio de despesas decorrentes de viagem, conforme Lei Municipal nº 2754/2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023 de 31 de janeiro de 2023 e Lei Municipal nº 3144/2026.

Art. 2° O valor da diária concedida corresponde ao valor de R$ 710,00 (setecentos e dez reais), sendo que o montante para este valor referente ao período de 13/10/2026 à 17/10/2026, totalizando o montante no valor de R$ R$ 2.485,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) sendo 03 (três) diárias e meia, em evento que ocorrerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Art. 3° Justifica-se a viagem que tem por finalidade de Participação no evento Latinoware Congresso Latino - Americano de Software Live e Tecnologia Aberta que ocorrerá em Foz do Iguaçu/PR entre os dias 14 à 16 de Outubro de 2026 que terá por tema a tecnologia da América Latina.

Art. 4° A previsão de saída deste Município será no dia 13/10/2026 às 00:45 horas e previsão de retorno 17/10/2026 às 06:00 horas (previsão de chegada), e o meio de transporte a ser utilizado será por meio rodoviário.

Art. 5° O evento não terá custos ao Município.

Art. 6° Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de Outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:E5F8E5C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 2708/2026

SÚMULA: Dispõe sobre autorização de concessão de diária aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta no Município de Sarandi-PR, na forma que se especifica.

Carlos Alberto de Paula Júnior, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o art. Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023 e Lei Municipal nº 3144/2026:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para a Sr. (a). MARIA DE LURDES FARIAS CPF: 527.XXX.XXX-00, ocupante do cargo/função de PROFESSORA 20 HORAS /ASSESSORIA PEDAGÓGICA - COORDENAÇÃO ESTADUAL - ENEC da Secretaria Municipal de Educação, sendo concedidas 03 (três) diárias e meia para custeio de despesas decorrentes de viagem, conforme Lei Municipal nº 2754/2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023 de 31 de janeiro de 2023 e Lei Municipal nº 3144/2026.

Art. 2° O valor da diária concedida corresponde ao valor de R$ 710,00 (setecentos e dez reais), sendo que o montante para este valor referente ao período de 13/10/2026 à 17/10/2026, totalizando o montante no valor de R$ R$ 2.485,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) sendo 03 (três) diárias e meia, em evento que ocorrerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Art. 3° Justifica-se a viagem que tem por finalidade de Participação no evento Latinoware Congresso Latino - Americano de Software Live e Tecnologia Aberta que ocorrerá em Foz do Iguaçu/PR entre os dias 14 à 16 de Outubro de 2026 que terá por tema a tecnologia da América Latina.

Art. 4° A previsão de saída deste Município será no dia 13/10/2026 às 00:45 horas e previsão de retorno 17/10/2026 às 06:00 horas (previsão de chegada), e o meio de transporte a ser utilizado será por meio rodoviário.

Art. 5° O evento não terá custos ao Município.

Art. 6° Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de Outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:4C4100F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.655/2026

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

C O N C E D E

Ao servidor ALISSON GUSTAVO COMECHEN, ocupante do cargo de GUARDA CIVIL MUNICIPAL, matrícula funcional de n.º 6012103, lotado na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Segurança Publica, 20(vinte) dias de férias regulamentares a partir do dia 12/10/2026, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2025 a 31/08/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:5A4D788E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.656/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E

Ao servidor RAFAEL BRAATZ MOREIRA, ocupante do cargo de Profissional em Educação Física, matrícula funcional de nº. 6012089, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, 20(vinte) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 23/07/2025 a 22/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:C7C0D0DF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 3.657/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),*

C O N C E D E
Ao servidor AUGUSTO LUIS SILVA, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula funcional de nº. 972850, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Saneamento, 20(vinte) dias de férias regulamentares, a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 16/04/2024 a 15/04/2025.
Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:674B684E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.658/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
A servidora Francine Mignoso Dib Pinheiro, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula funcional de n.º 15781, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 20(vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 05/07/2023 a 04/07/2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:CA8CF5D6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.659/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 152 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
Ao servidor Alexandre Azevedo de Oliveira, ocupante do cargo de Mecânico II, matrícula funcional de n.º 10891, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Viação, 20(vinte) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 31/01/2025 a 30/01/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:6CB0259D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.660/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 152 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
Ao servidor Eduardo Neineska, ocupante do cargo de Procurador, matrícula funcional de n.º 972619, lotado na Procuradoria Geral, 15 (quinze) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 10/06/2023 a 09/06/2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:8A4D2E5E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5.217/2026

SÚMULA - Exonera Escriturario - LIVIA MARIA VIEIRA WISNIEWSKI

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica o Sra. LIVIA MARIA VIEIRA WISNIEWSKI, brasileira, matrícula funcional de nº. 972870, EXONERADA, a pedido, do cargo de Escriturario, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, deixando de perceber mensalmente os vencimentos correspondentes ao nível 008.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:118D09C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 223, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Institui a Política de pagamento de bolsas para estagiários na Rede Municipal de Ensino de Sertanópolis

ANA RUTH SECCO, Prefeita do Município de Sertanópolis -Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º - Fica instituída a destinação das bolsas já existentes para pagamento de estagiários, para ampliação da capacidade institucional do Sistema Municipal de Ensino e para o fortalecimento da Política de Alfabetização própria do município, em regime de colaboração com a Política de Alfabetização do Território Estadual e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Santo Soriani, 13 de outubro de 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:795B36DF

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 224, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Institui a Política de Reconhecimento de Boas Práticas para docentes e gestores escolares, voltada à Alfabetização e Recomposição de Aprendizagens.

ANA RUTH SECCO, Prefeita do Município de Sertanópolis -Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:
Art.1º - Fica instituída, como forma de valorização às Boas Práticas de Alfabetização e de Recomposição de Aprendizagens, aos professores e gestores escolares, a concessão do Selo Ouro, Prata ou Bronze de reconhecimento.
Art. 2º - Os critérios, indicadores utilizados, público contemplado e cronograma de execução serão disponibilizados pelo Departamento de Educação.
Art. 3º - Aos profissionais da educação que completarem os critérios estabelecidos, será concedido um certificado de ouro, prata ou bronze, que deverá estar publicizado no portal oficial da prefeitura do município de Sertanópolis.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Santo Soriani, 13 de outubro de 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:10187EC2

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
EXTRATO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 005/2026

EXTRATO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 005/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Sertanópolis, sediada à Rua Senador Souza Naves, nº 504, centro - Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento de **menor preço,** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de comunicação institucional.
Data final para entrega de propostas: **19 de outubro de 2026.**
Horário final para entrega de Propostas: 10:00 hrs.
Email: assessoria@camarasertanopolis.pr.gov.br
Endereço: Rua Senador Souza Naves, nº 504, centro – Sertanópolis-Pr

Para fins de elaboração de propostas os interessados poderão obter informações sobre a contratação no site https://sertanopolis.eloweb.net/portaltransparencia/2/licitacoes, através da íntegra do Aviso de Dispensa de Licitação e Termo de Referência. As propostas poderão ser protocoladas de segunda a sexta de 08h00 as 11h30 e 13h30 as 17h00 ou pelo e-mail: assessoria@camarasertanopolis.pr.gov.br, até o prazo final de apresentação.

Sertanópolis-PR, 09 de outubro de 2026.

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:3A6AD136

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 85/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº. 85/2025, decorrente de Pregão n°47/2025 de Registro de Preços para contratação de empresa especializada em locação de grade de isolamento e fechamento em lata, para uso em eventos de pequeno e grande porte realizados e apoiados pelo município de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **DNZ SERVICOS E LOCACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 02.898.065/0001-21, com sede no endereço RUA PEDRO MARIANO CAMARGO, nº 1705, CENTRO, IBIPORA-PR neste ato representada por **Danielli Esteves Pereira,** portador do CPF sob n° 04401498941, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 60.330,00 (sessenta mil trezentos e trinta reais), prorrogando a Ata de Registro de Preço com o reestabelecimento do quantitativo inicial e corrigindo o valor em 3,445381% conforme índice do INPC, atendendo ao Pedido do Departamento de Cultura e

Turismo que comprovou o preço vantajoso, com fundamento nos art. 84 da Lei nº 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Locação de Grade de Proteção para eventos (Gradil), com 3 pés, 1,20 m x 2,20m. - Conforme Termo de Referência.	3.000,00 Metros	R$ 20,11	R$ 60.330,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 13 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*DNZ SERVICOS E LOCACOES LTDA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:35DB4481

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 86/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº. 86/2025, decorrente de Pregão n°47/2025 de Registro de Preços para contratação de empresa especializada em locação de grade de isolamento e fechamento em lata, para uso em eventos de pequeno e grande porte realizados e apoiados pelo município de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **SEA SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E LOCAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº. 06.227.610/0001-09, com sede no endereço OMIR FUZARI, nº 66, CENTRO, PAIÇANDU-PR neste ato representada por **SUSYLEI FERNANDA DORIGAN,** portador do CPF sob n° 02062962908, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), prorrogando a Ata de Registro de Preço com o reestabelecimento do quantitativo inicial e corrigindo o valor em 3,445381% conforme índice do INPC, atendendo ao Pedido do Departamento de Cultura e Turismo que comprovou o preço vantajoso, com fundamento nos art. 84 da Lei nº 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	Locação de fechamento EM LATA, medindo no mínimo 2,00m de altura x 2,00m comprimento - Conforme Termo de Referência.	1.000,00	R$ 30,00	R$ 30.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 13 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*SEA SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E LOCAÇÕES EIRELI*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:1ADB2C3F

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 258/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 258/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR PARA VEÍCULOS DA ASSISTENCIA SOCIAL (SPIN).
VALOR: R$3.341,94(TRÊS MIL, TREZENTOS E QUARENTA E UM REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 09 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:1F83D70A

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 259/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 259/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: L L ARTESANO PIZZARIA LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE RODÍZIO DE PIZZAS DESTINADO AOS ACOLHIDOS DA CASA LAR.
VALOR: R$884,85(OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E CINCO, CENTAVOS).
EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 13 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:0B550A37

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
DESPACHO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade n.o 04/2026
Conforme Lei no 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativo

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

Assunto: Inexigibilidade de Licitação.

Despacho: Procedo à Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa **HEXIS CIENTÍFICA LTDA - ME,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n.º 53.276.010/0001-10, com sede na Avenida Antonieta Piva Barranqueiros, 382, Distrito Industrial, Jundiaí, SP, CEP 13.213-009, devendo a contratada executar os serviços de manutenção preventiva, calibração com emissão de certificado do espectrofotômetro, modelo DR 3900, número de série 1903890 e do turbidímetro 2100Q, número de série 22080D000849 da marca Hach, pertencente ao Laboratório do Serviço Autônomo de Água e Esgoto/SAAE de Sertanópolis, no valor global **Valor total: R$ 15.312,50 (Quinze mil, trezentos e doze reais e cinquenta centavos),** com base no Artigo 74, Inciso I, da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, eis que é empresa exclusiva para fornecer o objeto.

Sertanópolis, 13 de outubro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:7015034F

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 17/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: HEXIS CIENTÍFICA LTDA - ME, CNPJ Nº 53.276.010/0001-10

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CALIBRAÇÃO COM EMISSÃO DE CERTIFICADO DO ESPECTROFOTÔMETRO, MODELO DR 3900, NÚMERO DE SÉRIE 1903890 E DO TURBIDÍMETRO 2100Q, NÚMERO DE SÉRIE 22080D000849 DA MARCA HACH.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 13 DE OUTUBRO DE 2026

TÉRMINO: 13 DE OUTUBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026 – INEXIGIBILIDADE 04/2026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 DE OUTUBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 15.312,50 (QUINZE MIL, TREZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:681442F5

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 82/2026

LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Avenida Seis de Junho, 825, inscrito no CNPJ/MF nº 81.442.428/0001-96 neste ato representado por seu diretor Superintendente, senhor Flávio Marcelino Fantin, e

CONTRATADA: RBR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - SUPRILUZ, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n.º 58.302.351/0001-37.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFLETORES PARA O SAAE SERTANÓPOLIS.

VALOR: R$ 2.060,00 (dois mil e sessenta reais).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 13 de outubro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:C3270038

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N.º 44 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA:Dispõe sobre a nomeação de servidores responsáveis para elaborações de Procedimentos Operacionais Padrão do Serviço Municipal de Saúde.

Giovana Zanin Martins Silva, **Diretora Superintendente**, do Serviço Municipal de Saúde – SERMUSA**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei; – **RESOLVE:**

Artigo 1º: Designar os seguintes servidores para responder pela elaboração, revisão e atualização de regulamentos e procedimentos operacionais padrão (POP's) das unidades básicas de saúde do Serviço Municipal de Saúde:

MATRICULA	NOME	CARGO
100227	ELIEZER DE JESUS ANDRADE	ENFERMEIRO
100195	WILSON CORREIA DOS SANTOS	ENFERMEIRO
100316	GABRIELA MARTINEZ ROMAN	ENFERMEIRO
1000121	ANE FRANCIELE ZAFFALON CAMPOS POCAS SALOMAO	ENFERMEIRO
100316	GABRIELA MARTINEZ ROMAN	ENFERMEIRO
100220	ROBERTA GRAZIELY BOLSONI GUIZELINI FABRIM	FARMACÊUTICO

Artigo 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GIOVANA ZANIN MARTINS
Diretora Superintendente
Decreto Municipal n.º 066/2022

Publicado por:
Johny Jefferson de Ribeiro
Código Identificador:86D0AD67

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N.º 45 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidor responsável pelos protocolos de agendamento e priorização AEE do Serviço Municipal de Saúde.

Giovana Zanin Martins Silva, **Diretora Superintendente**, do Serviço Municipal de Saúde – SERMUSA**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei; – **RESOLVE:**

Artigo 1º: Designar a servidora HEVYLLYN DE ASSIS DOS SANTOS, matrícula 100320, para responder pela elaboração, revisão dos protocolos de encaminhamento, agendamento e priorização AEE (Atendimento Educacional Especializado) do Serviço Municipal de Saúde.

Artigo 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GIOVANA ZANIN MARTINS
Diretora Superintendente
Decreto Municipal n.º 066/2022

Publicado por:
Johny Jefferson de Ribeiro
Código Identificador:84917917

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N.º 46 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA**:** Dispõe sobre a nomeação de servidores responsáveis dos instrumentos normativos do TFD do Serviço Municipal de Saúde.

Giovana Zanin Martins Silva, **Diretora Superintendente**, do Serviço Municipal de Saúde – SERMUSA**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei; – **RESOLVE:**

Artigo 1º: Designar os seguintes servidores para responder pela elaboração, revisão e atualização dos instrumentos normativos referentes ao encaminhamento de usuários para tratamento fora do domicílio (TFD) do Serviço Municipal de Saúde:

MATRICULA	NOME	CARGO
100344	FERNANDA MARIA ARAUJO TERRA BARBIERI	ASSISTENTE SOCIAL
100620	THIMOTEO LUCAS MOREIRA DA SILVA	GERENTE DE UBS I

Artigo 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GIOVANA ZANIN MARTINS
Diretora Superintendente
Decreto Municipal n.º 066/2022

Publicado por:
Johny Jefferson de Ribeiro
Código Identificador:C799A6E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

CÂMARA MUNICIPAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/2026

Disciplina especificamente a aplicação das hipóteses de dispensa de licitação de pequeno valor, cujo valor não extrapole 3% (três por cento) do limite previsto no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar procedimentos relativos às contratações diretas de pequeno valor na Câmara Municipal de Sulina, com base na Nova Lei de Licitações e Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um processo contínuo de melhoria nas rotinas administrativas da Câmara Municipal de Sulina;

CONSIDERANDO o teor dos artigos 22 e 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SULINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, **PEDRO INÁCIO HORN,** PRESIDENTE, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO**:**
RESOLVE:

Art. 1o. Esta Resolução regulamenta especificamente a aplicação das hipóteses de dispensa de licitação de pequeno valor, cujo valor não extrapole 3% (três por cento) do limite previsto no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.
Art. 2o. Tais contratações poderão ser utilizadas diante da necessidade imediata da despesa a bem de não acarretar prejuízo do serviço público, que por sua natureza não possa se subordinar ao processo normal, em especial nos seguintes casos:
I - Demandas que surjam fora dos limites do município, durante viagem de Agente Público;
II - Demandas decorrentes de fato superveniente ou força maior, que não possuam contratos ou atas de registro de preços vigentes, ou com saldo suficiente;
III - Demandas imprevisíveis e cujo atraso possa acarretar prejuízo ao serviço público.

Art. 3º. O processo deverá ser instruído com o DFD – Documento de Formalização de Demanda, estimativa de preços, indicação de dotação orçamentária, e autorização da autoridade competente.

Art. 4º A estimativa de preços poderá ser realizada concomitantemente à seleção da
proposta economicamente mais vantajosa, por meio de solicitação formal de cotações a potenciais fornecedores, podendo ser utilizado outros meios previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º. Fica dispensada na instrução do processo:

I - a publicidade do aviso de dispensa nos termos do § 3º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
II - a elaboração de parecer jurídico, nos termos do § 5º do art. 53 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
III - toda a documentação de habilitação, nos termos do inciso III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 6º. O ato que autoriza a contratação direta, deverá ser divulgado no diário oficial e mantido à disposição do público no sítio eletrônico oficial.
Parágrafo único. O extrato do contrato ou seu substituto, na forma prevista no art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial.

Art. 7o. É competente para autorizar as dispensas de licitação dos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo valor não extrapole 3% (três por cento) do limite previsto no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 8o. As Dispensa de Licitação, em Razão do Valor, previstas no art. 75, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

cujo valor não extrapole 3% (três por cento) do limite previsto no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão formalizadas em processos próprios, não serão incluídas na mesma sequência numérica das dispensas cujo valor extrapole os limites previstos no art. 95 § 2º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual não admite lacuna ou interrupção da ordem.

Art. 9o. Este regulamento se aplica nas contratações dos serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade da Administração, incluído o fornecimento de peças, cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75 § 7o da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando as devidas atualizações de valores nos termos do art. 182 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 10o. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2.026.

PEDRO INÁCIO HORN
Presidente

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:9F137E95

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2026

CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI FEDERAL Nº. 8.742/93 - LEI ESTADUAL Nº. 11.362/96 - LEI MUNICIPAL Nº. 626/2010
RUA TUPINAMBÁ Nº 68
SULINA – PARANA CEP: 85.565-000

RESOLUÇÃO Nº 05/2026

Súmula: Apreciação e Aprovação Do Termo de Adesão e Plano de Ação do Programa PAS – Plano único da Assistência Social do ano de 2027.

O CMAS de Sulina, no uso de suas atribuições legais, em reunião extraordinária realizada na data de 13 de outubro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Apreciar e Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação do Programa PAS – Plano único da Assistência Social do ano de 2027, no valor de R$ 75.000,00.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogadas as disposições contrárias.

Sulina, Pr. 13 de Outubro de 2026.

SIRLEI MINUZZI
Presidente do CMAS

Publicado em: no Jornal Diário De Beltrão, Edição: Página:
Publicado em: no Diário Eletrônico dos Municípios do Paraná, Edição: Página:

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:C1FD3C0A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2026

CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI FEDERAL Nº. 8.742/93 - LEI ESTADUAL Nº. 11.362/96 - LEI MUNICIPAL Nº. 626/2010
RUA TUPINAMBÁ Nº 68
SULINA – PARANA CEP: 85.565-000

RESOLUÇÃO Nº 06/2026

Súmula: Apreciação e Aprovação Do Termo de Adesão e Plano de Ação do Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e/ou Pessoas com Deficiência - Deliberação nº 055/2024 para o ano de 2027.

O CMAS de Sulina, no uso de suas atribuições legais, em reunião extraordinária realizada na data de 13 de outubro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Apreciar e Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação do Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e/ou Pessoas com Deficiência - Deliberação nº 055/2024 para o ano de 2027, no valor de R$ 42.000,00.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogadas as disposições contrárias.

Sulina, Pr. 13 de Outubro de 2026.

SIRLEI MINUZZI
Presidente do CMAS

Publicado em: no Jornal Diário De Beltrão, Edição: Página:
Publicado em: no Diário Eletrônico dos Municípios do Paraná, Edição: Página:

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:DC781264

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA
AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, LOA 2027

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Terra Boa, Estado do Paraná, comunica e convida os vereadores, representantes do Poder Executivo, entidades da sociedade civil e a população em geral para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada à apresentação, discussão e esclarecimentos referentes à **Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2027**.
A audiência será realizada conforme as seguintes informações:
Data: 19 de outubro de 2026 (segunda-feira).
Horário: 09h00min.
Local: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Terra Boa.
Endereço: Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 374, Terra Boa – PR.
Na ocasião, será realizada a apresentação técnica da proposta orçamentária para o exercício de 2027, contemplando a previsão das receitas e a fixação das despesas públicas municipais, com o objetivo de assegurar a transparência da gestão fiscal e incentivar a participação popular na discussão do orçamento público.
A Comissão de Finanças e Orçamento convida toda a população a participar deste importante momento de acompanhamento e discussão das políticas públicas e da aplicação dos recursos municipais.

Terra Boa – PR, 13 de outubro de 2026.

LUIZ ATÍLIO ZANCAN
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:0341A1EF

LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36-2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 36/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a Dispensa Eletrônica, com base no art. Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de prevenção e atendimento pré-hospitalar com ambulância tipo B (básica) e serviços de brigadistas durante as festividades realizadas pelo Município de Terra Boa/PR.

Edital disponível no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.

Data e horário da sessão de abertura: 20/10/2026 das 09h00min as 15h00min (horário de Brasília), através do https://bnc.org.br/

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8031, Setor de Licitações.

Terra Boa, 13 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:E6E84AB2

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 97-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 97/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITARIO.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção de 03 (três) chafarizes localizados em praças públicas do Município de Terra Boa/PR.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 13.10.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 30.10.2026, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 13 de outubro 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:1DBEB362

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 398/2026
REF: PREGÃO N° 58/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: VELHA GRAFICA LTDA, CNPJ nº 04.664.811/0001-48, com sede Tapejara, Rio Grande do Sul, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MARCELO SIMONI, CPF: 977.786.130-34, carteira de Identidade nº 4036920173.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **3.549,50 (três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 29 de setembro de 2026, com vencimento até 29 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:C4D1C661

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 419/2026
REF: PREGÃO N° 84/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: CIAFORT PECAS E ACESSORIOS PARA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA ME, CNPJ nº 85.073.153/0001-11, com sede Cianorte, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). YSNELSON TERABE RIBEIRO DIAS, CPF: 394.220.209-30, carteira de Identidade nº 1970065.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE FILTROS DE AR, FILTRO LUBRIFICANTES, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS SEDIMENTADORES E DIVERSOS FILTROS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **5.553,00 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 09 de outubro de 2026, com vencimento até 09 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:CA9F17DB

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 421/2026
REF: PREGÃO N° 84/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: IMPORPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA, CNPJ nº 76.071.984/0001-63, com sede Curitiba, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). GILBERTO ANTONIO DE SOUZA, CPF: 172.109.509-82, carteira de Identidade nº 8162484.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE FILTROS DE AR, FILTRO LUBRIFICANTES, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS SEDIMENTADORES E DIVERSOS FILTROS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **16.239,63 (dezesseis mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 09 de outubro de 2026, com vencimento até 09 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:519C7603

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 422/2026
REF: PREGÃO N° 84/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: JS LÂMINAS LTDA, CNPJ nº 15.608.150/0001-50, com sede Tubarão, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). JULIO SILVESTRI FILHO, CPF: 912.281.669-00, carteira de Identidade nº 15668053.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE FILTROS DE AR, FILTRO LUBRIFICANTES, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS SEDIMENTADORES E DIVERSOS FILTROS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **3.401,00 (três mil, quatrocentos e um reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 09 de outubro de 2026, com vencimento até 09 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:109E3107

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 424/2026
REF: PREGÃO N° 84/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: LINOPARTS DIESEL PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 64.713.868/0001-11, com sede Imbituba, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). FRANCIELLY POLICARPO LINO, CPF: 142.748.159-86, carteira de Identidade nº 7845770.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE FILTROS DE AR, FILTRO LUBRIFICANTES, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS SEDIMENTADORES E DIVERSOS FILTROS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **39.479,48 (trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 09 de outubro de 2026, com vencimento até 09 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:39240CDE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 919/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 20.01/2025, de 12 de novembro de 2025, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01.01/2025,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 14/10/2026 a Senhora **GISELI ARAUJO DE SOUZA** portadora do CPF 085.151.009-40 para exercer o cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 13 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:26A76B12

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 920/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 dias de férias a(o) senhor(a) **DOMINI RAFAEL BONALDO NOGUEIRA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **15/10/2026** a **03/11/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 13 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:7CC215C4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 921/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 025/2026, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2026, e tendo em vista, a desistência do candidato THELMO LUCIO RIYUJIN, convocado através da Portaria Nº 796/2026,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas nos item n.º 11 do Edital de Concurso nº 001/2026, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:
Cargo: AGENTE DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - MOTORISTA
Nome do Candidato
EDSON CARLOS DA CONCEICAO
Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 13 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:CF50DD01

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 922/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **MARIA DE LOURDES RAMOS GARCIA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E APOIO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **08/10/2026** a **06/11/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 13 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:7C8EEF07

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 923/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Auxílio Natalidade a Senhora **MONIKE PEREIRA,** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 13 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:D241CA61

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 924/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a partir de 14/10/2026, a senhora **ANA CLAUDIA FACIOLI DE SOUZA**, portadora do CPF 100.517.139-42 do cargo eletivo que ocupa, de **CONSELHEIRA TUTELAR.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 13 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:849E138D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº925/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008 de 23/12/2008 e Lei 1732/2022 de 30/11/2022 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 01/10/2026 o(a) senhor(a) **JOSE AUGUSTO GONÇALVES** portador(a) do CPF 072.716.329-99, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO JURIDICO,** lotado na Secretaria de Administração Geral, com vencimentos atribuídos ao símbolo CC-03 da tabela de vencimentos do município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/10/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 13 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:3A6BE835

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 926/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **MELINA VILLAR DALL AGNOL** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **14/10/2026** a **23/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 13 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8D7AB059

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 015/2026

SÚMULA: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação para o ano de 2027, referentes ao Piso Único de Assistência Social – PAS, conforme a Deliberação nº 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE TERRA BOA – PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 1.810, de 18 de fevereiro de 2025,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR, referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS;
CONSIDERANDO a Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 13 de outubro de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o **Termo de Adesão e o Plano de Ação para o ano de 2027**, referentes ao **Piso Único de Assistência Social – PAS**, em conformidade com a Deliberação nº 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR, formalizando o aceite do Município de Terra Boa/PR.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa/PR, 13 de outubro de 2026.

GISELLE CRISTINA COMAR
Presidente do CMAS de Terra Boa - PR

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:69953E12

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 016/2026

SÚMULA: Aprova a justificativa apresentada pelo Município de Terra Boa/PR para a não adesão ao Edital nº 429/2026/MCOM, referente à Conectividade dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE TERRA BOA – PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 1.810, de 18 de fevereiro de 2025,

Considerando, o Edital nº 429/2026/MCOM, referente à Conectividade dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS;

Considerando, a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família de Terra Boa/PR, por meio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, acerca da não adesão ao referido edital;

Considerando, que o CRAS do Município de Terra Boa já dispõe de serviço de acesso à internet com qualidade e desempenho considerados satisfatórios para atender às necessidades de funcionamento da unidade e à execução dos serviços socioassistenciais;

Considerando, a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 13 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a justificativa apresentada pelo Município de Terra Boa/PR, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, para a não adesão ao Edital nº 429/2026/MCOM, referente à Conectividade dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, considerando que a unidade já dispõe de serviço de acesso à internet com qualidade satisfatória para atender às suas necessidades operacionais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa/PR, 13 de outubro de 2026.

GISELLE CRISTINA COMAR
Presidente do CMAS de Terra Boa - PR

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:E8030C09

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 014/2026

VALDIR DE SOUZA BARROS, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal Nº 1.554/2019 de 23/05/2019, e **CONSIDERANDO** o resultado da Eleição Unificada para o Conselho Tutelar de Terra Boa, realizada em 01 de OUTUBRO de 2023, e o Pedido de Exoneração de Ana Claudia Facioli de Souza.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada a 2ª Suplente do Conselho Tutelar, Senhora **ROSANGELA GOMES FERREIRA,** para assumir o cargo de Conselheira Tutelar Titular, em substituição à Conselheira Tutelar **ANA CLAUDIA FACIOLI DE SOUZA**, em razão de sua exoneração a pedido, a partir de 14 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa – Pr, 13 de outubro de 2026.

VALDIR DE SOUZA BARROS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:DF2C775D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 340/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: MARCIA APARECIDA BALDINI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **65.081.933/0001-04**.

DOMICÍLIO: RUA NILO PEÇANHA, 404 - CEP: 85803570 - BAIRRO: , Cascavel/PR.

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados para acompanhamento, formação e orientação na elaboração do novo Plano Municipal de Educação - PME, do Inexigibilidade 22/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 09/10/2026.

VALOR TOTAL: R$ **38.002,00 (Trinta e Oito Mil e Dois Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 09/10/2026(nove dias de outubro de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

Marcia Aparecida Baldini
MARCIA APARECIDA BALDINI
Contratado

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:B3F2B9FC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO 457/2026

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 82 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, autorizado a abrir no orçamento-programa para o exercício de 2026 um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 655.536,52 (Seiscentos e Cinqüenta e Cinco Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Cinqüenta e Dois Centavos)** nas seguintes dotações:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0011.2066	Manutenção do Déficit Atuarial do RPPS - PMTR	
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	260.019,75
	SUBTOTAL	260.019,75
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
04.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0002.2004	Manutenção da Educação Básica - Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1000	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1035	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
1040	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	43.000,00
	SUBTOTAL	123.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0030.2090	Gestão e Manutenção dos Serviços Especializados em Saúde	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2341	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001	GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.122.0026.2047	Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

2865	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
06.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0024.2033	Benefícios Assistenciais/Eventuais	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
06.003	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0027.1052	Aquisição de veículo - FMDCA-PSB-PSE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3236	02963-BB 27310-4 FORT DA POLIT. ESTADUAL CRIANÇA A ADOL. DEL 13/2025 FTE2963	119.516,77
06.004	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
08.241.0001.2030	Manutenção da Divisão do Idoso	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3615	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	172.516,77
	TOTAL	655.536,52

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 655.536,52

Art. 2º -Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado:

I- Superávit Financeiro do Exercício de 2025 no valor de **R$ 479.536,52 (Quatrocentos e Setenta e Nove Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Cinquenta e Dois Centavos**) nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	360.019,75
02963	BB 27310-4 FORT DA POLIT. ESTADUAL CRIANÇA A ADOL. DEL 13/2025 FTE2963	119.516,77
	TOTAL	479.536,52

II- Cancelamento no valor **R$ 176.000,00 (Cento e Setenta e Seis Mil Reais**) nas seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
04.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0002.2004	Manutenção da Educação Básica - Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1010	00970-BB 25430-4 PROG ESCOLA TEMPO INTEGRAL LEI 14640/2023 FTE 970	30.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1050	00970-BB 25430-4 PROG ESCOLA TEMPO INTEGRAL LEI 14640/2023 FTE 970	93.000,00
	SUBTOTAL	123.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001	GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.122.0026.2047	Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2880	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
06.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0024.2033	Benefícios Assistenciais/Eventuais	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2975	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
06.004	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
08.241.0001.2030	Manutenção da Divisão do Idoso	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3620	00900-Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011	15.000,00
	SUBTOTAL	53.000,00
	TOTAL	176.000,00

TOTAL DO CANCELAMENTO R$ 176.000,00

Art. 3º - Ficam incluídas na programação financeira e/ou cronograma de desembolso os seguintes valores como segue:

Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso

Fonte: 0000 OUTUBRO R$ **360.019,75**
Fonte: 2963 OUTUBRO R$ **119.516,77**

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 13 DE OUTUBRO DE 2026 (13/10/2026) .

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Morales Périco de Souza
Código Identificador:CB34D20F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 436/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR LUCAS MATEUS DA SILVA LIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **LUCAS MATEUS DA SILVA LIMA,** matrícula Nº 20202308, ocupante do cargo em comissão de **ASSESSOR DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES (DISTRITO),** referente ao período aquisitivo de 10/03/2025 a 09/03/2026, do Município de Terra Rica, que serão 15 (quinze) dias usufruídos, que compreende entre **08/10/2026 a 22/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/10/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:32851F72

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 437/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA CLEIDIANA OLIVEIRA DE LIMA DE SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **CLEIDIANA OLIVEIRA DE LIMA DE SOUZA,** matrícula Nº 11513, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEM),** referente ao período aquisitivo de 14/04/2024 a 13/04/2025, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **08/10/2026 a 06/11/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/10/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:EEBE5C4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 438/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA JULIA RAMALHO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **JULIA RAMALHO DA SILVA,** matrícula Nº 12885, ocupante do cargo eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, referente ao período aquisitivo de 10/01/2025 a 09/01/2026 do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **09/10/2026 a 07/11/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/10/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D15D5025

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 439/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR VICENTE FELIPACH NETO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **VICENTE FELIPACH NETO,** matrícula Nº 11389, ocupante do cargo efetivo de **BIOQUÍMICO/FARMACEUTICO,** referente ao período aquisitivo de 02/03/2022 a 01/03/2023, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:33CB7E10

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 440/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA ERICA ALINE TAZINASSO PAVÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **ERICA ALINE TAZINASSO PAVÃO,** matrícula Nº 12299, ocupante do cargo efetivo de **BIOQUÍMICO/FARMACEUTICO,** referente ao período aquisitivo de 07/04/2025 a 06/04/2026, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:9A1C6F3F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 441/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA AMANAYARA SILVA BRANCO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **AMANAYARA SILVA BRANCO,** matrícula Nº 20202439, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRO(A) PADRÃO,** referente ao período aquisitivo de 10/10/2025 a 09/10/2026, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS

DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:5B861329

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 442/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA NATALIA ALVAREZ CAZETTA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **NATALIA ALVAREZ CAZETTA,** matrícula Nº 12267, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 24/02/2024 a 23/02/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:3F804819

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 443/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA DAIANE APARECIDA MACHADO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **DAIANE APARECIDA MACHADO DOS SANTOS,** matrícula Nº 12506, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL,** referente ao período aquisitivo de 06/10/2023 a 05/10/2024, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **13/10/2026 a 01/11/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:0CB2B20E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 444/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR JULIANO PERICO TEIXEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **JULIANO PERICO TEIXEIRA,** matrícula Nº 12548, ocupante do cargo efetivo de **MÉDICO,** referente ao período aquisitivo de 17/03/2025 a 16/03/2026, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:B91C948F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 445/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR LEANDRO MAZUTE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **LEANDRO MAZUTE,** matrícula Nº 20202123, ocupante do cargo efetivo de **CONTADOR,** referente ao período aquisitivo de 16/08/2024 a 15/08/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:AEA761BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 446/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA MARIANE WELLER VELASCO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **MARIANE WELLER VELASCO,** matrícula Nº 20202409, ocupante do cargo temporário de **PSICÓLOGO (PSS),** referente ao período aquisitivo de 01/09/2025 a 31/08/2026, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:20BF76E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 447/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ROGERIO CHICIUC, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **ROGERIO CHICIUC,** matrícula Nº 12543, ocupante do cargo efetivo de **PEDREIRO,** referente ao período aquisitivo de 07/03/2025 a 06/03/2026, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:8E9746CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 448/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR DOUGLAS CAVENAGHI MOLINA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **DOUGLAS CAVENAGHI MOLINA,** matrícula Nº 12069, ocupante do cargo efetivo de **ODONTÓLOGO,** referente ao período aquisitivo de 10/12/2023 a 09/12/2024, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:53924276

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 449/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA MAISA BUCH ROCHA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **MAISA BUCH ROCHA DA SILVA,** matrícula Nº 20202154, ocupante do cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PSS),** referente ao período aquisitivo de 18/10/2024 a 17/10/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **07/10/2026 a 16/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/10/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D2658B33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4730/2026

DECRETO Nº 4730/2026

Dispõe sobre a realização de serviços de obras no Cemitério Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Art. 1º Fica estabelecido, que os proprietários de túmulos, jazigos ou mausoléus realizem serviços de construção, reformas, benfeitorias ou quaisquer outros tipos de serviços até o dia 23 de outubro de 2026, com exceção a serviços de lavagem nos túmulos que poderão ser realizados até 30 de outubro de 2026, em preparação ao Dia de Finados.

Art. 2º Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:AD60412F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4731/2026

DECRETO N° 4731/2026

Constitui Comissão de Seleção e Julgamento Permanente, para celebração das Parcerias entre o Município de Terra Roxa-PR e as Organizações da Sociedade Civil, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, nos termos da Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014 e Lei Federal n° 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e Decreto Municipal nº 2892, de dezembro de 2016 e da outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA** no uso de suas atribuições legais, em especial o contido no artigo 22, inciso V e artigo 43, ambos do Decreto n° 2892/2016, DECRETA:

Art. 1ºFica constituída a Comissão de Seleção e Julgamento Permanente, para celebração das Parcerias entre o Município de Terra Roxa-PR e as Organizações da Sociedade Civil, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, nos termos da Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014 e Lei Federal n° 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e Decreto Municipal nº 2892, de dezembro de 2016, que será composta pelos servidores abaixo indicados:

a) **SILVIA HIKARI HATA**, servidora pública municipal, RG: 10.xxx.xxx-5;
b) **CLÁUDIO RAFAEL TEIXEIRA**, servidor público municipal, RG: 23.xxx.51;
c) **DANIELE CRISTINA DA SILVA**, servidora pública municipal, RG: 10.703.924-4;

Art. 2º A competência da Comissão de que trata o caput do artigo 1º, estão previstas na Lei Federal nº 13019/2014 e Decreto nº 2892/2016.

Art. 3º A comissão de seleção e julgamento será constituída por prazo não superior a doze (12) meses, contados a partir da publicação do presente Decreto.

Art. 4º Considerar-se-á de relevância os serviços prestados pelos integrantes desta Comissão, porém sem ônus para o erário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 4296/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 13 dias do mes de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:6351EF4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-38/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 29/10/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 098/2026**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTO, FILMAGENS, GRAVAÇÕES, REVELAÇÕES, AMPLIAÇÕES E ENCADERNAÇÕES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR,** no valor máximo de R$ 590.934,00 (quinhentos e noventa mil, novecentos e trinta e quatro reais), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 13 de Outubro de 2026.

EDER SIMÕES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:0865F68A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-39/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 27/10/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 099/2026**, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRITURADOR DE RESÍDUOS VERDES, URBANO E FLORESTAL, DESTINADO À TRITURAÇÃO DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS E RURAIS, TAIS COMO GALHOS, TRONCOS, ARBUSTOS, FOLHAS, FIBRAS VEGETAIS E MATERIAIS SIMILARES, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TERRA ROXA – PR,** no valor máximo de R$ **357.666,67** (trezentos e cinquenta e sete mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 13 de Outubro de 2026.

HAROLDO BREHN
Secretário Municipal Interino de Meio Ambiente

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:B3A51C50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-40/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 03/11/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 100/2026**, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PR,** no valor máximo de R$ 613.910,30 (seiscentos e treze mil, novecentos e dez reais e trinta centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 13 de Outubro de 2026.

FERNANDA MARTINS DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:403F3614

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°444-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 444/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: A. CARNEVALI LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 18.012.406/0001-50, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ALESSANDRO CARNEVALI, Administrador, portador do RG/CI nº 80735944 e no CPF/MF nº 036.009.599-21, com endereço à Rua ANTONIO HIPOLITO, 121, JARDIM ALVORADA. - 85.990-000, Terra Roxa - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 309.998,27 (trezentos e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1, 8, 9, 11, 15, 22, 28, 29, 30, 32, 36, 37, 42, 45, 46, 49, 57, 59, 64, 71, 77, 78, 81, 85, 89, 90, 93, 94, 95, 100, 103, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 120.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:961082B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°446-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 446/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRONICA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 17.055.604/0001-38, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. BRUNA BEZERRA DA SILVA LEITE, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 421.453.718-18, com endereço à Rua CLAUDIO AUGUSTO BARBIERI, 81, JARDIM PERI - 02.650-040, São Paulo - SP.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E

SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 1.390,50 (um mil, trezentos e noventa reais e cinquenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 2, 3.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:E526153D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°447-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 447/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: RRA COMERCIO ELETRO-FONIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 44.307.153/0001-51, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. HUGO LEONARDO PEDRO DOS SANTOS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 083.251.987-10, com endereço à Estrada DOS BANDEIRANTES, 14797, VARGEM PEQUENA - 22.783-025, Rio de Janeiro - RJ.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 2.562,00 (dois mil e quinhentos e sessenta e dois reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 14.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:37ABA24C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°449-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 449/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: ARF COMERCIO ALIMENTICIOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 63.912.923/0001-30, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. THAYLAINE FERREIRA RICARDO, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 146.274.806-60, com endereço à Rua PANORAMA, 328, UNIVERSITARIO - 85.819-150, Cascavel - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 92.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:DAB9E2D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°451-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 451/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: PORTUGAL EMPREENDIMENTOS GERAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 26.132.614/0001-10, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. VICTOR FREITAS DE OLIVEIRA PORTUGAL, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 035.833.709-70, com endereço à Avenida SANTA LUZIA, S/N, SANTA LUZIA - 24.722-315, São Gonçalo - RJ.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 7.317,52 (sete mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 4, 33, 80, 86.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:89FAC68C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°455-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 455/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: M3. BUSINESS GROUP LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 54.494.740/0001-50, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. MATHEUS ALEXANDRE GRANDO, Administrador, portador do RG/CI nº 3882584 e no CPF/MF nº 075.961.479-25, com endereço à Avenida Colombo Machado Salles, 232, Jardim Dourado - 88.210-000, Porto Belo - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 9.303,18 (nove mil, trezentos e três reais e dezoito centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 19, 54, 56, 62, 65, 72, 97.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:C25A6787

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°456-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 456/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: STELAR TECNOLOGIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 52.750.930/0001-66, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. JOAO EDGARD BUENO DA SILVA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 083.765.449-18, com endereço à Avenida munhoz da rocha, 550, CENTRO - 87.160-000, Mandaguaçu - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 1.792,00 (um mil e setecentos e noventa e dois reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 25.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:FDC5B024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°458-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 458/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: 63.793.510 JHONATAN FELIPE DA CRUZ, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 63.793.510/0001-83, neste ato representada pelo seu proprietário Sr.

JHONATAN FELIPE DA CRUZ, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 147.748.809-06, com endereço à Avenida Betonex, 147, Guarituba - 83.314-180, Piraquara - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 1.425,00 (um mil e quatrocentos e vinte e cinco reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 38.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:2AAFE757

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°460-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 460/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: TWM SOLUCOES EM SUPRIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 62.925.921/0001-12, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. TEREZA WENDLER MORAIS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 696.791.429-49, com endereço à Rua Rua Padre Chagas, 1652, ALTO DA XV - 85.065-050, Guarapuava - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 18.950,00 (dezoito mil e novecentos e cinquenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 47.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:C75D5771

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°465-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 465/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: 56.945.112 ALBERTO DIAS DE SOUZA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 56.945.112/0001-70, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ALBERTO DIAS DE SOUZA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 246.162.118-76, com endereço à Rua João Ângelo Cordeiro, 1047, SÃO PEDRO - 83.020-130, São José dos Pinhais - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 6.228,00 (seis mil e duzentos e vinte e oito reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 74.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:6DD2A743

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°470-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 470/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: METTA DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 27.339.371/0001-59, neste ato representada pelo seu proprietário Sr.

ROBERTO PEREIRA DA SILVA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 032.152.591-41, com endereço à Rua DAS MAES, lt 04, JARDIM NOVA ESPERANÇA - 74.465-440, Goiânia - GO.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 172.160,00 (cento e setenta e dois mil e cento e sessenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 101, 118.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:F0B0DE4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°471-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 471/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: ALFASEGLINS ALARMES E MONITORAMENTO 24 HORAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 44.586.008/0001-57, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. FRANCISCO CARLOS BAGGIO FILHO, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 275.498.228-08, com endereço à Rua Pedro de Toledo, 1139, Centro - 16.400-106, Lins - SP.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 14.998,80 (quatorze mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 102.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:EF239C0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°478-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 478/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: QUALITY ATACAO EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 15.724.019/0001-58, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ROGERIO RAMOS ALVES, Administrador, portador do RG/CI nº 13551837 e no CPF/MF nº 072.641.666-51, com endereço à Rua AFONSO PENA, 262, CENTRO - 30.130-923, Belo Horizonte - MG.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 3.677,68 (três mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 41, 88, 98.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:A70D6FFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°485-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 485/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 91/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: RESILIÊNCIA SOLUÇÕES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 55.836.695/0001-38, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SONIA CASSANIGA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 050.788.599-69, com endereço à Rua RAUL NORONHA DA SILVA, 740, Centro - 85.990-000, Terra Roxa - PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MOTORES, EQUIPAMENTOS E PEÇAS, BEM COMO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM PORTÕES ELETRÔNICOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 55.613,97 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e treze reais e noventa e sete centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1, 2.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:440E2593

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6401, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Nomeia IARA RITA DA CRUZ TELMA para o cargo de auxiliar administrativo

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada **IARA RITA DA CRUZ TELMA**, portadora da cédula de identidade com R.G. sob nº 8515044-8SSP/PR, para o cargo efetivo de auxiliar administrativo, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 01/2022 e da consequente convocação por meio do Edital nº 152, de 23 de setembro de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:B40E123A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 426, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 426, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Substitui temporariamente Membro da Comissão de Licitação.

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º Substituir temporariamente, por motivo de licença paternidade e férias, o servidor Tiago Vinicius da Silva Alves, pela servidora Amanda Gabrieli Moro Waltrick, a qual atuará como Membro da Comissão de Licitação, Decreto n° 6110/2026, pelo período de 30/09/2026 a 30/10/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de junho deste ano.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:C758C365

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 427, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Concede diária ao servidor CHRISTIANO CAMARGO

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diárias, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **CHRISTIANO CAMARGO,** portador da cédula de identidade R.G. nº 8.090.824-5/SSP/PR, ocupante do cargo de Controlador Interno, matrícula funcional nº 350, para os dias 13 e 14 de outubro de 2026, em virtude de sua participação no evento "PROGOV: Gestão que transforma políticas públicas" que acontecerá na cidade de Curitiba-PR, conforme memorando nº 21/2026 – Sistema de Controle Interno.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:071D58F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 428, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder férias a servidora AMANDA VITÓRIA RIBEIRO

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 14 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2026, a servidora **AMANDA VITÓRIA RIBEIRO,** matrícula nº 119863, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 158976137/SSP/PR, ocupante do cargo de Assessor II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:608DFFA5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
ÁREA TRANSITÓRIA DE TRANSBORDO E SECAGEM DE RESÍDUOS VEGETAIS

Súmula: Afeta área pública para a instalação da Área Transitória de Transbordo e Secagem de Resíduos Vegetais no Município de Tomazina/PR, estabelece medidas de contingência operacional para o manejo de galhadas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOMAZINA, Estado do Paraná, em conjunto com o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a necessidade de dar fiel cumprimento às exigências da Obrigação 04 do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado perante o Instituto Água e Terra (IAT) no bojo do Processo nº 17.681.210-9;
CONSIDERANDO as disposições do Decreto Municipal nº 065/2026, que regulamentou o Cronograma Oficial Setorizado de Coleta de Galhadas e vedou o descarte irregular em bota-foras clandestinos;
CONSIDERANDO as prerrogativas de emergência e poder de polícia ambiental outorgadas ao Poder Executivo pelos artigos 153 e 155 da Lei Municipal nº 618/2024 (Código de Posturas de Tomazina), visando impedir episódios críticos de poluição e disciplinar o fluxo de resíduos não-domiciliares;
CONSIDERANDO o projeto administrativo já formalmente protocolado pelo Município de Tomazina/PR junto à Itaipu Binacional para a aquisição subsidiada de equipamento triturador de galhos, cujo trâmite de liberação encontra-se pendente de aprovação externa; e
CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de acionar o Regramento de Contingência Operacional previsto no Art. 11, inciso II, do Decreto Municipal nº 065/2026, a fim de garantir um local público, seguro e isolado para o armazenamento das podas urbanas enquanto a solução primária não é materializada;
RESOLVEM:
Art. 1º Fica instituída e afetada, em caráter excepcional e provisório, a **Área Transitória de Transbordo e Secagem de Resíduos Vegetais** do Município de Tomazina/PR, localizada no imóvel público municipal situado no Parque Industrial de Tomazina, cujas coordenadas são: N 7.367.580,738 - E 607.960,155, tendo como matrícula o n.º 17.537.
Art. 2º A área delimitada no Art. 1º destina-se única e exclusivamente ao recebimento, secagem e armazenamento temporário e controlado de resíduos orgânicos de origem vegetal (poda urbana, galhadas, troncos, folhas e aparas de jardim) recolhidos através do Cronograma Oficial do Município.
Parágrafo único. É terminantemente proibido o descarte, depósito ou mistura de lixo domiciliar comum, resíduos infectantes, rejeitos industriais ou Resíduos da Construção Civil (RCC/entulhos) na referida área, sob pena de caracterização de crime ambiental e aplicação imediata das sanções previstas no Código de Posturas do Município (Lei nº 618/2024).
Art. 3º A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será a responsável direta pelo controle de acesso, isolamento físico (cercamento) e monitoramento do pátio transitório, devendo garantir o enleivamento adequado da massa verde para evitar riscos de incêndio ou proliferação de vetores zoonóticos.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, possuindo prazo de validade provisório de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, período estimado para a aprovação e entrega do maquinário triturador pela Itaipu Binacional ou para a consolidação de contratação terceirizada.
Parágrafo único. O prazo previsto no *caput* poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante justificativa técnica fundamentada expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, atestando o andamento das tratativas externas ou a manutenção da necessidade logística de contingência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, aos 13 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito Municipal de Tomazina/PR

EDVALDO VITO RIBEIRO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:AAB8E8D5

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 379/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, em 13 de outubro de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **JOELMA INOCENCIA CARDOSO DE OLIVEIRA**, portador(a) da matrícula Nº 1623, do Cargo de "**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**", nomeado(a) pela Portaria de nº 290/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 13 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:AF414CD5

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 380/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **GLEICIELE DOS SANTOS BARCELOS**, portador(a) do(a) matrícula de nº 1835, para o Cargo de "**MONITOR**", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 14 de outubro de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 02, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 394/2015 de 05/11/2015, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 13 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:068C0838

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 381/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, em 13 de outubro de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **SILMARA PEREIRA GARCIA DE PONTES**, portador(a) da matrícula Nº 1624, do Cargo de "**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**", nomeado(a) pela Portaria de nº 289/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 13 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:548FA1DE

PODER EXECUTIVO
PORTARIA Nº 382/2026

O senhor **CEZAR BEUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar em 13 de outubro de 2026, a portaria de nº 378/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de hoje, revogando no que couber a Portaria 378/2026, publicada em 13/10/2026, edição 3635.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 13 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:57E2A3A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro para atender a frota de veículos do Município de Tomazina/PR, de acordo com as quantidades e especificações contidas no ETP, TR e neste Edital. O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório, realizado em sessão de 05/10/2026, relativo à Licitação – Modalidade Pregão Eletrônico nº 29/2026, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor do licitante, a empresa:

SEGUROS SURA S/A. – CNPJ 33.065.699/0001-27 – lote: 5 – Sendo Prêmios: R$ 1.499,98 (**um mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)** e Franquias: R$ 4.879,60 (quatro mil e oitocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ 61.198.164/0001-60 – lote: 4 – Sendo Prêmios: R$ 1.710,15 (um mil e setecentos e dez reais e quinze centavos) e Franquias: R$ 26.183,40 (vinte e seis mil e cento e oitenta e três reais e quarenta centavos).
GENTE SEGURADORA S.A. – CNPJ 90.180.605/0001-02 – lotes: 1, 2, 3 e 6 – Sendo Prêmios: R$ 20.557,50 (vinte mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) e Franquias: R$ 35.208,11 (trinta e cinco mil duzentos e oito reais e onze centavos).

Valor total do processo: R$ 90.038,74 (noventa mil e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos)

Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial, podendo ser prorrogado conforme art. 107 da Lei nº 14.133/21.

Junte-se ao procedimento;
Publique-se;
Tomazina, 13 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2026
Contratado: SEGUROS SURA S/A. – CNPJ 33.065.699/0001-27
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro para atender a frota de veículos do Município de Tomazina/PR, de acordo com as quantidades e especificações contidas no ETP, TR e neste Edital.
Valor: R$ 6.379,58 (seis mil e trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos)
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial, podendo ser prorrogado conforme art. 107 da Lei nº 14.133/21.

Tomazina, 13 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026
Contratado: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ 61.198.164/0001-60
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro para atender a frota de veículos do Município de Tomazina/PR, de acordo com as quantidades e especificações contidas no ETP, TR e neste Edital.
Valor: R$ 27.893,55 (vinte e sete mil e oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial, podendo ser prorrogado conforme art. 107 da Lei nº 14.133/21.

Tomazina, 13 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026
Contratado: GENTE SEGURADORA S.A. - CNPJ 90.180.605/0001-02
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro para atender a frota de veículos do Município de

Tomazina/PR, de acordo com as quantidades e especificações contidas no ETP, TR e neste Edital.
Valor: R$ 55.765,61 (cinquenta e cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial, podendo ser prorrogado conforme art. 107 da Lei nº 14.133/21.

Tomazina, 13 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:70A23202

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
REPUBLICAÇÃO DO EDITAL MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2025

CREDENCIAMENTO Nº 11/2025

Objeto: Credenciamento de restaurantes para fornecimento de refeição completa, individual, do tipo self-service, sem vinculação de peso ou quantidade (porções) de alimentos, (servida no próprio restaurante), contendo no mínimo, as seguintes opções: 02 (dois) tipos de proteína (carne bovina, suína, frango ou peixe, conforme determinado pela Secretaria que solicitar a prestação do serviço), arroz, feijão, 01 (uma) salada, guarnições (maionese, legumes refogados ou cozidos, etc.); acompanhada de 01 (uma) bebida não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante, refrigerante zero, água natural) contendo no mínimo 350 ml, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação. A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará o CHAMAMENTO PÚBLICO 11/2025, no portal: (www.bll.org.br).
Valor de Referência: R$ 166.018,60 (cento e sessenta e seis mil e dezoito reais e sessenta centavos).
Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h., e pelo email:licitacaotmz@outlook.com.

Tomazina, 13 de outubro de 2026.

ANDRÉ CIPRIANO DA SILVA DE CAMPOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:539A9498

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 07/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°11/2026

OBJETO:Contratação de empresa para treinamento e curso para a Câmara Municipal de Três Barras do Paraná.
EMPRESA:Instituto Nacional de Licitação HGZ – IA B2G LTDA-CNPJ: 11.032.434/0001-90.
VALOR TOTAL: R$2.952,00

Três Barras do Paraná,13deoutubrode 2026.

LENILCE VITORIANO
Agente de Contratação

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:B94F7ED3

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DEINEXIGIBILIDADEDE LICITAÇÃO Nº07/2026
PROCESSO Nº11/2026

Homologo aInexigibilidadede Licitação a favor da empresa:Instituto Nacional de Licitação HGZ – IA B2G LTDA-CNPJ: 11.032.434/0001-90, sediada naestrada do Jaguaré, 422 - Butantã,São Paulo/SP– CEP:05525-080.
OBJETO:Contratação de empresa para treinamento e curso para a Câmara Municipal de Três Barras do Paraná.
VALOR TOTAL: R$2.952,00.
01.0101 Câmara Municipal.
0103100012.001.000 – Manutenção das Atividades Legislativas.
339039480000 – Serviços de seleção e treinamentos.
Fundamento Legal:Artigo 74, inciso III, letra f da Lei 14.133/2021.

Três Barras do Paraná,13 de outubro de 2026.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:FEADE19B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº7323/2026

DECRETO Nº7323/2026
Data 13.10.2026

Concede Licença Prêmio a servidora efetiva lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o contido no art. 60, da Lei Municipal 2626/2024 (estatuto do servidor),

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio de 90 (noventa) dias, a servidora conforme abaixo descrita:

Matricula	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período da Licença
399-9/1	Daiara Aparecida Brand Guimarães	Professora	03/05/2017 a 07/12/2023	13/10/2026 a 10/01/2027

Art. 2º. A servidora nominada e beneficiada com a licença prêmio deverá retomar suas atividades no primeiro dia trabalhado subsequente ao último dia da licença que ora é concedida, sem qualquer aviso ou notificação.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:4269C346

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DE RESCISÃO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO

OBJETO. As partes identificadas acima, em comum acordo resolvem rescindir o Termo de Permissão de Uso celebrado em 18 de julho de 2023, com base na Lei Municipal nº 2512/2023 de 17 de julho de 2023, que cedeu, 01 (um) caminhão, ano de fabricação/modelo 2010, RENAVAM 22.401890-6, chassi: 9BFVCE1N4ABB58246. Patrimônio: 4064. Cód TCE:4064, placas BCQ-9062.
PARTES: Município de Três Barras do Paraná- e a Associação de Catadores Ambientalistas de Três Barras do Paraná – ACAT
VALOR: Sem valor algum
LEGALIDADE: Lei Municipal nº 3194/2026

Três Barras do Paraná13 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:266B585D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO

PARTES: Município de Três Barras do Paraná e a empresa: Associação de Catadores Ambientalistas de Três Barras do Paraná – ACAT.
OBJETO. Constitui objeto do presente Termo a Permissão de Uso, a título gratuito de:
I – 01 (um) caminhão M Benz/Atego 1419, Carroceria Fechado, ano 2026, Categoria Oficial, 185 cv, motor 924970U1571375, chassi 9BM951500TB454941, placas UBQ9D19, patrimônio IAT.
LEGALIDADE: Lei Municipal nº 3193/2026 de 13/10/2026.
VALOR: Sem valor algum

Três Barras do Paraná 13 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:5BFEBE84

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3192/2026

DATA 13/10/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar parceria e efetuar despesa com a Associação de Trilheiros Os Arranca Toco.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parceria e efetuar despesa, através de "Termo de Colaboração/Parceria" com a "Associação de Trilheiros Os Arranca Toco", inscrita no CNPJ sob o nº 68.270.143/0001-57, com sede na Rua Mato Grosso, 925, cidade de Três Barras do Paraná, com objetivo de realização do encontro de trilheiros de Jeeps e gaiolas.
Art. 2º Para o atendimento ao estabelecido no artigo 1º desta Lei, o Município cede o local para o evento, e pagará no máximo R$ 3.000,00 (três mil reais)**,** a qual executará todos os trabalhos do evento.
Art. 3º A cedência do local será gratuita, sem a cobrança de qualquer valor.
Art. 4º A entidade beneficiada com o incentivo desta Lei é responsável pela limpeza do local, bem como eventuais danos causados ao patrimônio público.
Art. 5º A entidade poderá buscar outros parceiros para a realização do evento
Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com recursos do orçamento municipal vigente, na seguinte dotação:
08.01 278120142.04000 Manutenção do Desporto Amador
3.390.30 Material de Consumo
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica;
3.390.31 Premiações Culturais, artísticas, científicas e outras.
Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:D089102D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3193/2026

Data 13/10/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder bem móvel em Regime de Permissão de Uso.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Três Barras do Paraná autorizado a ceder, em regime de Permissão de Uso, para a Associação de Catadores Ambientalistas de Três Barras do Paraná – ACAT, inscrita no CNPJ sob o nº 30.745.474/0001-23, com sede na Rua das Margaridas, 98, município de Três Barras do Paraná, o seguinte bem móvel:
I – 01 (um) caminhão M Benz/Atego 1419, Carroceria Fechado, ano 2026, Categoria Oficial, 185 cv, motor 924970U1571375, chassi 9BM951500TB454941, placas UBQ9D19, patrimônio IAT.
Art. 2º A PERMISSIONÁRIA se compromete a cumprir as seguintes obrigações, sob pena de rescisão e devolução ao **MUNICÍPIO** do bem móvel descrito no art. 1º desta Lei:
I – uso exclusivo para a PERMISSIONÁRIA nos moldes a ser definido com a celebração de Termo de Permissão de Uso, devendo ser para a coleta de lixo;
II – zelar pela manutenção e conservação do bem;
III – administrar e cuidar para que não ocorram danos materiais no bem ora cedido;
IV – administrar o uso bem;
V – conservar limpo e higienizado o bem;
VI – permitir ao MUNICÍPIO toda e qualquer vistoria.
Art. 3º Fica como obrigação do Município:
I – entregar o bem no estado em que se encontra (novo);
II – orientar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a presente cessão;
III – custear as despesas operacionais, inclusive os gastos referentes a manutenção.
Art. 4º Fica vedado à PERMISSIONÁRIA transferir o bem ora cedido.
Art. 5º O prazo da Permissão de Uso será de 10 (dez) anos, podendo ser renovado por igual período, desde que a PERMISSIONÁRIA manifeste expressamente seu interesse, no prazo prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias do término de vigência, e no caso de o MUNICÍPIO considerar plenamente cumpridas as normas estabelecidas.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Três Barras do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:A7595ED1

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3194/2026

Data 13/10/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a rescindir Termo de Permissão de Uso.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Três Barras do Paraná autorizado a rescindir o Termo de Permissão de Uso celebrado com a Associação de Catadores Ambientalistas de Três Barras do Paraná – ACAT, inscrita no CNPJ sob o nº 30.745.474/0001-23, com sede na Rua das Margaridas, 98, município de Três Barras do Paraná, que cedeu o seguinte bem móvel:
I – 01 (um) caminhão, ano de fabricação/modelo 2010, RENAVAM 22.401890-6, chassi: 9BFVCE1N4ABB58246. Patrimônio: 4064. Cód TCE:4064, placas BCQ-9062.
Art. 2º A rescisão é amigável entre as partes, as quais dão total quitação das obrigações assumidas.
Art. 3º A rescisão é feita sem pagamento de valor algum por qualquer das partes.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Três Barras do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:96E9A1FE

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3196/2026

Data 13/10/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transportar fiéis da Paróquia Nossa Senhora Aparecida até a cidade de Cascavel, Estado do Paraná, para ordenação do seminarista Leandro Pastore.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transportar fiéis da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, inscrita no CNPJ sob o nº 17.641.102/0001-99, com sede na Av. Brasil, nº 144, na cidade de Três Barras do Paraná, até a cidade de Cascavel, Estado do Paraná, para ordenação do seminarista Leandro Pastore.
§ 1º A viagem acontecerá como abaixo especificamos:

Data de Saída	Data de Retorno	Saída	Retorno	Cidade
16/10/2026	16/10/2026	16h30min	21h30min	Cascavel

§ 2º A coordenação e seleção das pessoas ficará a cargo Paróquia Nossa Senhora Aparecida
Art. 2º O transporte será feito com veículo da frota própria, ou terceirizado.
Art. 3º As despesas da viagem, combustíveis, manutenção dos veículos, as despesas dos motoristas, ou o pagamento de fretes, correrão por conta do Município, sendo que as despesas pessoais dos participantes da viagem serão bancadas pelos próprios.
Art. 4º As despesas de responsabilidade do Município serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente nas seguintes dotações:
03.01.04.122.00032.006000 Manutenção do Departamento de Administração Recursos Humanos, Planejamento, Licitação e Compras.
3.190.11 Vencimentos e Vantagens Fixas P. Civil.
3.390.14 Diárias Pessoal Civil
3.390.30 Material de Consumo
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.
Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 13 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:9B145ED6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 336 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Licença Prêmio a Servidor(a) Publico(a) de Provimento Efetivo e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e fundamentado no artigo 127 de Lei Municipal nº 374 de 03 de março de 2008

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a licença prêmio, com período aquisitivo de 31 de maio de 2021 a 30 de maio de 2026, pelo período de 3 (três) meses, iniciando-se em 01 de outubro de 2026 e findando em 29 de novembro de 2026, a servidora **GLORIA DE JESUS BOMFIM**, matrícula n°. 622, ocupante do cargo efetivo de ***AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.***

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 13 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:DF5707F6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 337 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato Temporário e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, chefe do poder executivo, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, torna público o seguinte

DECRETO

Art. 1º. Fica prorrogado, nos termos do respectivo Edital de Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2025, o contrato temporário da servidora **STEFANY SYKACZ GIRO**, matrícula nº 1411, ocupante

do cargo temporário de ***Professor(a)***, lotada na Manutenção da Rede Municipal de Educação, para o período entre 13/10/26 a 12/10/2027.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 13 de outubro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:69EC58F2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 338 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a exoneração de Servidor(a) Temporário(a) e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

DECRETA:

Art. 1º. – A pedido, fica exonerada do cargo em Comissão de ***Diretor(a) de Departamento,*** a Senhorita **MAYARA SCHIMERSKI BERRTOLINI**, matrícula nº 1300, nomeada através do Decreto Municipal nº. 047/2025 de 06 de janeiro de 2025.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 13 de outubro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:6176A7F2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 EDITAL DE CHAMAMENTO 002/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 002/2026, e considerando a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado, **TORNA PUBLICA O CHAMAMENTO DOS(AS) CANDIDATOS(AS) APROVADOS**, relacionados no anexo I deste Edital, para provimento do cargo do quadro temporário da Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná.

O(a) candidato(a) deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, na sede da Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, situado na Rua Eros Ruppel Abdalla, nº 129, CEP 83.480-000, Centro, no prazo de 10 (dez) dias úteis **iniciando-se em 14/10/2026 e encerrando-se em 27/10/2026, no horário das 08h às 11h e 13h às 17h**, para apresentação e entrega dos documentos e exames de saúde pré-admissionais constantes do anexo I deste Edital.

O exame de saúde pré-admissional será realizado após ao protocolo de todos os documentos exigida no Setor de Recursos Humanos, devendo o(a) candidato(a) comparecer ao RH da Prefeitura Municipal e solicitar o encaminhamento para a realização de exame médico.

Fica expressamente vedada a apresentação de segundo pedido de final de fila, bem como qualquer requerimento de adiamento, prorrogação de prazo, suspensão da convocação ou manutenção de expectativa de direito à vaga.

O não comparecimento no prazo estipulado no presente Edital provocará ao candidato a perda da referida vaga.

Por fim, apresenta ao(a) convocado(a) os modelos de declarações que deverão ser preenchidas adequadamente pelo(a) candidato(a), com suas informações pessoais e deverão ser apresentadas no prazo acima descrito. Sendo que, as declarações dos anexos II e III são obrigatórias e a do anexo IV é facultativa, conforme decisão pessoal e espontânea do(a) candidato(a).

Tunas do Paraná, 13 de outubro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

CARGO - TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	POSIÇÃO	PONTUAÇÃO
26-9550	ELISANGELA PEREIRA BARBOSA	2	61

CARGO - MOTORISTA DE AUTOMÓVEL			
INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	POSIÇÃO	PONTUAÇÃO
26-0096	ELIAS VIEIRA MARINHO	4	48
26-0458	RUBENS JOSÉ OTTMANN JUNIOR	5	48

CARGO - MOTORISTA DE CAMINHÃO			
INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	POSIÇÃO	PONTUAÇÃO
26-6799	VICTOR MANOEL DE FRANÇA	2	51
26-8753	ILAN DE MELO SANTOS	3	45

CARGO - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	POSIÇÃO	PONTUAÇÃO
26-4364	MARTA ALVES DOS SANTOS	5	60

CARGO - MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR			
INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	POSIÇÃO	PONTUAÇÃO
26-9753	DANIELE DOS SANTOS BATISTA	7	57

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

01(uma) foto 3X4;
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
Cadastro do PIS/PASEP (se cadastrado);
Cópia Cédula de identidade (RG) e CPF;
Comprovante de regularização do CPF;
Comprovante de residência atual;
Certidão de casamento (se casado for);
Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos (se filhos tiver):

De 0 a 06 (seis) anos, apresentar cópia da Carteira de Vacina (atualizada);
A partir dos 07 (sete) anos, apresentar Atestado de frequência Escolar (decreto nº 3.048/99 – MPS).

Cópia do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
Documentação comprobatória da escolaridade mínima exigida:

Cópia autenticada do Diploma no caso de conclusão de Curso Superior na área de inscrição do candidato, devidamente reconhecido

pelo Ministério da Educação/MEC, e ser devidamente registrado em conselho de classe específico, se houver;

Documento atestando regularidade com conselho profissional;
Preencher e comprovar todos os requisitos básicos para investidura no cargo público exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado 002/2023;
Atestado de Antecedentes Criminais, expedido pela Polícia Civil do Paraná e pela Polícia Federal
Declaração de Bens (conforme modelo anexo III);
Informações bancárias para o pagamento;
Apresentar outros documentos e declarações que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com o Edital de Convocação do Candidato;

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

NOME COMPLETO), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (**número de RG**), inscrito(a) no CPF sob nº (**número do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade, sob as penas da Lei de que não existe qualquer impedimento de ordem legal ou ética e inexiste qualquer incompatibilidade, para o exercício do cargo público temporário em que houve a aprovação e convocação no Processo Seletivo Simplificado 002/2026, regido sob o Edital de abertura do PSS 002/2026 realizado pela Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
Declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE BENS

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (**número de RG**), inscrito(a) no CPF sob nº (**número do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade, sob as penas da Lei de que não existe qualquer impedimento de ordem legal ou ética e inexiste qualquer incompatibilidade, para o exercício do cargo público temporário em que houve a aprovação e convocação no Processo Seletivo Simplificado 002/2026, regido sob o Edital de abertura do PSS 002/2026 realizado pela Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná.
( ) Não possui bens.
( ) Possui os bens, conforme discriminação e valor abaixo especificado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R$

Para os devidos fins de direito, firma data e assinatura.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
Declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (**número de RG**), inscrito(a) no CPF sob nº (**número do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade e sem nenhuma coação, que desiste de tomar posse no cargo público em que houve a aprovação e convocação no Processo Seletivo Simplificado 002/2026 realizado pela Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná; em virtude de ter em emprego público em outro órgão, não podendo assim acumular mais um cargo. Para maior clareza, firma a presente declaração.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
Declarante

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:4FD55C36

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 19/2026

Pelo presente instrumento particular contrato, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dr. João Ferreira Neves, 600 - CEP: 85150000 - BAIRRO: Jardim Filadélfia inscrito no CNPJ/MF sob n°. 00.421.500/0001-05, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. **JOSNEI NEVES**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do CPF. n.º 026.866.299-16 e da Cédula de Identidade Civil n.º 7.660.989-6, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **ECLEIA CHOMA CLERICE, inscrita no CNPJ 68.841.479/0001-99 e com sede na RUA ADAO PINTO GUIMARÃES, 74, VILA BELA, GUARAPUAVA-PR, CEP 85025-330**, neste Ato representada por **ECLEIA CHOMA CLERICE, Cpf: 038.972.559-52**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si como certo e ajustado o presente contrato, em consonância com todos os elementos da Lei Federal 14.133/21 e processo de Processo de Dispensa de Licitação nº. 11/2026, e com as cláusulas e condições a seguir aduzidas:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de novos microfones, sistema de som e realocação do sistema de som existente da Câmara municipal de Turvo – PR.

VALOR: R$ 11.000,00 (onze mil reais).

VIGÊNCIA: O prazo de execução do presente contrato é de 60 dias, podendo ser prorrogado conforme dita a Lei Federal 14.133/21.

FORO: Comarca de Guarapuava-PR.

Turvo - PR, em 09 de outubro de 2026

JOSNEI NEVES
Presidente

ECLEIA CHOMA CLERICE
Representante Legal

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:C93F7DED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 724-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora **Elaine Schinemann Bahls**, inscrita no CPF nº 076.289.489-01, ocupante do cargo efetivo de Secretária Escolar, lotada no CMEI Vó Luiza, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a ausentar-se parcialmente de suas atividades funcionais, no período de 14 de outubro de 2026 a 03 de novembro de 2026, no período vespertino, totalizando 36 (trinta e seis) horas, para a realização de estágio curricular obrigatório do curso de graduação em Pedagogia, ofertado pelo Centro Universitário Cidade Verde – UNICEVE, a ser desenvolvido junto à Escola Municipal Frida Rickli Naiverth. As horas correspondentes à ausência deverão ser compensadas mediante a realização de atividades extraordinárias, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo fundamenta-se na solicitação apresentada pela servidora, acompanhada do Termo de Compromisso de Estágio, protocolado sob nº 3.748/2026, bem como na anuência da Secretaria Municipal de Educação, conforme despacho nº 2-2.311/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:DC13D022

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 725-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar em 09 de outubro de 2026, o servidor **Almir Siqueira de Andrade**, inscrito no CPF nº 989.840.989-49, do cargo comissionado de Assessor II, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo, em atenção à solicitação do mesmo através do protocolo nº 3.750/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:5A746927

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 726-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 05 (cinco) dias de férias para o Secretário Municipal de Saúde Sr. **Anselmo Roque Miranda**, no período de 13 de outubro de 2026 a 17 de outubro de 2026. Conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 258/2026.

Art. 2º Autorizar a conversão em abono pecuniário do remanescente de 05 (cinco) dias de férias do servidor mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:A1B8F185

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 727-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias regulares para a servidora temporária **Daisy Gaitkoski Ferreira,** Cirurgiã Dentista Endodontia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 26 de outubro de 2026 a 04 de novembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 04 de junho de 2025 a 03 de junho de 2026.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 20(vinte) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pela servidora em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:708E5E78

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 728-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 10 (dez) dias de férias para a servidora efetiva **Jocilene Aparecida Kutianski Poczenek**, Agente Comunitária de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03 de novembro de 2026 a 12 de novembro de 2026. Conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1021/2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:F75E04D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 730-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 10 (dez) dias de férias para o servidor efetivo Sr. **Marcelo Henrique Golanoski**, Médico Clinico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 23 de novembro de 2026 a 02 de dezembro de 2026. Conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 180/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:3475CAE9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 731-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 30 (trinta) dias de Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora efetiva **Eunice Martins de Paula,** professora, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada no Cmei Vó Luiza na Secretaria Municipal de Educação, no período de 07 de outubro de 2026 a 05 de novembro de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado através do protocolo nº 3.739/2026 e laudo da perícia médica oficial.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 07 de outubro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:00BAC4A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 729/2026

Determina a instauração de Processo Administrativo para aplicação de sanção e dá outras providências.

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial pelo Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o descumprimento de cláusulas contratuais/condições estipuladas na ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 91/2026 pela fornecedora VELANTRIS GESTAO SOLUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 66.348.188/0001-71, conforme apurado no Processo Administrativo nº 7.421/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo com o objetivo de apurar as infrações contratuais e, se for o caso, aplicar sanções a empresa **VELANTRIS GESTAO SOLUCOES LTDA**, em conformidade com as disposições legais pertinentes na Lei nº 14.133/2021 e as demais normas vigentes aplicáveis.
Art. 2º Fica nomeada a Comissão de Apuração e Aplicação de Sanção, composta pelos seguintes servidores:

•
Gean Pereira Carriel – Diretor do Departamento de Frotas

•
Marcos Antonio Chmilouski – Oficial Administrativo

•
Fabio de Jesus Portela – Mecânico

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação dessa Portaria, podendo ser prorrogado por igual período, se necessário.
Art. 4º A Comissão deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurando à empresa investigada a oportunidade de manifestação e apresentação de provas.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-Paraná, em 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal de Turvo

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:46A1AE99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 212/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/09/853
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 212/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **INOUE & NUNES ODONTOLOGIA LTDA,** prestação de serviços odontológicos, como CIRURGIÃO-DENTISTA CLÍNICO GERAL (40 HORAS SEMANAIS), nas Unidades Básicas de Saúde (urbanas e distritais) e no consultório odontológico da Cadeia Pública de Umuarama – CPUMA. Conforme edital de chamamento público 005/2024 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 125.876,64 (cento e vinte e cinco mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/09/853 de 09 de setembro de 2026, anexo.

Umuarama, 09 de outubro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:9A991561

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 213/2026 - FMS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/09/872
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 213/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **BISSOCHI ODONTOLOGIA LTDA,** prestação de serviços odontológicos, como CIRURGIÃO-DENTISTA CLÍNICO GERAL (20 HORAS SEMANAIS), nas Unidades Básicas de Saúde (urbanas e distritais) e no consultório odontológico da Cadeia Pública de Umuarama – CPUMA. Conforme edital de chamamento público 005/2024 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 62.938,32 (sessenta e dois mil novecentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos)

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/09/872 de 10 de setembro de 2026, anexo.

Umuarama, 09 de outubro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:5CB95144

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 214/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/09/855
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 214/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **J MOSCARDINI ENFERMAGEM LTDA,** para a prestação de serviços de enfermeiro ao Município de Umuarama, atendendo na Secretaria Municipal de Saúde e nas Unidades Básicas de Saúde urbanas e distritais que atuam como porta de entrada do Sistema Único de Saúde do Município de Umuarama-PR., conforme Edital de Chamamento Público nº 014/2024 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Total: **R$ 124.791,12 (cento e vinte e quatro mil e setecentos e noventa e um reais e doze centavos)**.

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/09/855 de 09 de setembro de 2026, anexo.

Umuarama, 09 de outubro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:62D29AAF

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026 – PMU – RELANÇAMENTO II

AVISO DE PREGÃO – RELANÇAMENTO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026 – PMU

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/06/363
PROCESSO DIGITAL Nº 1493/2026

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração e integração de sistema de planetário/domo de projeção digital imersiva, incluindo cúpula e estrutura geodésica, sistema de projeção fulldome, central de processamento e conteúdos digitais licenciados, assentos, sistema de sonorização, climatização, sistema de proteção elétrica, infraestrutura complementar, montagem, instalação, calibração, treinamento e demais componentes necessários ao pleno funcionamento da solução**.**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 13:30 horas do dia 29/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:30 às 14:00 horas do dia 29/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 horas do dia 29/10/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 709.800,00 (setecentos e nove mil e oitocentos reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (**https://bllcompras.com**).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

EDVALDO CERANTO JUNIOR
Secretario Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:F0D26FAF

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.304/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 1.304/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 028/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º Fica cancelado o registro de preços da empresa **AM CLIMATECH LTDA.,** referente ao lote n° 01, em razão sob a declaração de desistência da proponente referente ao lote.

Art. 2º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre as propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 028/2026 – PMU – que tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Umuarama, Unidades de Saúde e Unidades Educacionais. tendo sido declarado vencedora a empresa **V L CLIMATIZAÇÃO LTDA.,** para o lote 01.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:BD5ACB55

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 222/2026 – PMU
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA.
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de execução integral do Processo Seletivo Simplificado (PSS), compreendendo todas as atividades necessárias ao planejamento, organização, divulgação, recebimento das inscrições, elaboração, impressão, aplicação, fiscalização e correção das provas, processamento dos resultados,análise e julgamento dos recursos administrativos, atendimento aos candidatos, divulgação dos atos oficiais, apoio técnico à Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado (PSS) e demais procedimentos indispensáveis à regular execução do certame, até a homologação do resultado final.
Vigência: 07/10/2026 a 02/10/2027.
Valor: R$ 61.975,00 (sessenta e um mil e novecentos e setenta e cinco reais)
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo Digital **3617-26-UMU-LIC**; no **Processo de Dispensa de Licitação n° 022/2026**, autorizado/ratificado em 02 de outubro de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 05 de outubro de 2026, edição nº. 3630, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **em especial no seu art. 75, inciso XV**, bem como na Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 303/2022 e demais legislações aplicáveis.
Umuarama, 13 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:298E75C3

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 315/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: DEL MONACO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, **Profissional Credenciado: ALICE DEL MONACO DOS SANTOS LOPES E AVELAR**
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica na área de saúde, para a prestação de serviços de profissionais de educação física ao município de Umuarama, atendendo na Secretaria Municipal De Saúde e nas Unidades Básicas de Saúde urbanas e distritais que atuam como porta de entrada do sistema único de saúde do município de Umuarama-PR, conforme **Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 66.871,08 (sessenta e seis mil e oitocentos e setenta e um reais e oito centavos).
Vigência: 08/10/2026 a 08/10/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/09/863, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 207/2026, autorizado em 30 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 02 de outubro, edição nº 3.629, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 306/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: J BONATTO PSICOLOGIA LTDA
Profissional Credenciado: JOSIANE BONATTO DA SILVA
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços de Psicoterapia para: ou Tratamento Bariátrico; ou Terapia Individual; ou Terapia em Grupo, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)
Vigência: 01/10/2026 a 01/10/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/08/839, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 205/2026, autorizado em 29 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 01 de outubro de 2026, edição nº 3.628, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 307/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: COSSI & SILVA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Profissional Credenciado: FELIPE FIGUEIREDO DO MONTE E SILVA
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços de ULTRASSONOGRAFIA ABDOMINAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA AORTA ABDOMINAL, ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER ARTERIAL (MEMBRO INFERIOR OU SUPERIOR UNILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER VENOSO (MEMBRO INFERIOR OU SUPERIOR UNILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR, ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO, ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÕES, ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL, ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE PARÓTIDA COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES, ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL), ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO AXIAL C/ DOPPLER,

ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL, ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE, ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA BILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA), ULTRASSONOGRAFIA RENAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA SUBMANDIBULAR, ULTRASSONOGRAFIA SUPRACLAVICULAR COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER E ULTRASSONOGRAFIA PAREDE ABDOMINAL,, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**

Valor: R$ 938.532,00 (novecentos e trinta e oito mil e quinhentos e trinta e dois reais)

Vigência: 01/10/2026 a 01/10/2027.

Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/08/760, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 206/2026, autorizado em 29 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 01 de outubro de 2026, edição nº 3.628, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 314/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: K M GONZAGA
Profissional Credenciado: KEILA MOURA GONZAGA

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de TERAPIA OCUPACIONAL para atendimento no Instituto de Atendimento ao Indivíduo com Transtorno do Espectro Autista - IAITEA, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 007/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**

Valor: R$ 82.349,88 (oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos)

Vigência: 08/10/2026 a 08/10/2027.

Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/09/920, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 211/2026, autorizado em 05 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 08 de outubro de 2026, edição nº 3.633, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 13 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:C9B7D76B

FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
2º CICLO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA O "3º UMUAFRO"
RESULTADO FINAL

O Município de Umuarama, por meio da Fundação Cultural de Umuarama, torna público o Resultado Final das inscrições do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, referente ao 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), para seleção de projetos destinados ao 3º UmuAfro.

O resultado final, contendo a relação dos proponentes selecionados e suplentes, respectivas pontuações e classificações, está disponível para consulta no link:
https://umuarama.pr.gov.br/files/ArquivoDiversos/arquivo/1791900547.pdf

Os proponentes selecionados deverão apresentar os comprovantes de regularidade fiscal correspondentes à modalidade de concorrência (pessoa física ou pessoa jurídica) e o comprovante de conta bancária até o dia 21 de outubro de 2026, por meio do e-mail umuaramapnab@gmail.com, conforme previsto no item 6.4 do edital.

É de responsabilidade dos proponentes acompanhar as informações e os comunicados referentes à seleção, aos prazos e aos cronogramas no site oficial da Fundação Cultural de Umuarama e no Diário Oficial.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora. Dúvidas poderão ser encaminhadas ao e-mail umuaramapnab@gmail.com.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A01811B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 5.004

LEI Nº 5.004

De: 08 de outubro de 2026.

Dispõe sobre a utilização de tecnologias de Inteligência Artificial no âmbito da Câmara Municipal de Umuarama, estabelece diretrizes para sua utilização e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a utilização de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial – IA, no âmbito da Câmara Municipal de Umuarama, visando a modernização administrativa, o aprimoramento das atividades legislativas e o aumento da eficiência dos serviços prestados à população.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se Inteligência Artificial o conjunto de sistemas computacionais capazes de auxiliar na execução de atividades que envolvam processamento de informações, geração de conteúdo, análise de dados, automação de tarefas e apoio à tomada de decisões, sempre sob supervisão humana.

Art. 3º A utilização da Inteligência Artificial observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, proteção de dados pessoais, segurança da informação, acessibilidade e respeito aos direitos fundamentais.

Art. 4º A Câmara Municipal poderá utilizar ferramentas de Inteligência Artificial, entre outras finalidades, para:
I – elaboração de minutas de proposições legislativas;
II – pesquisa legislativa, jurídica e jurisprudencial;
III – revisão e organização de documentos;
IV – gestão documental e arquivamento eletrônico;
V – atendimento ao cidadão por meios digitais;
VI – apoio às atividades administrativas;
VII – apoio aos procedimentos de licitações e contratos;
VIII – elaboração de relatórios e estudos técnicos;
IX – transparência e acesso à informação;
X – outras atividades compatíveis com as atribuições da Câmara Municipal.

Art. 5º A utilização da Inteligência Artificial terá caráter exclusivamente auxiliar, permanecendo sob responsabilidade dos vereadores e dos servidores competentes a análise, revisão, validação e assinatura de todos os atos administrativos e legislativos.

Art. 6º A utilização das ferramentas de Inteligência Artificial deverá observar a Constituição Federal, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), a

Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei de Governo Digital), a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

Art. 7º É vedada a utilização da Inteligência Artificial para:
I – substituir a manifestação de vontade dos vereadores;
II – proferir decisões administrativas ou legislativas sem supervisão humana;
III – utilizar dados pessoais em desacordo com a legislação vigente;
IV – produzir conteúdo discriminatório ou ofensivo aos direitos fundamentais;
V – comprometer a autenticidade, a publicidade ou a integridade dos atos oficiais da Câmara Municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 08 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº 075/2026
Autor: Poder Legislativo Municipal
Vereador: Luiz Antonio Caviquioli

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E9B5A96E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 5.005

LEI Nº 5.005

De: 08 de outubro de 2026.

Declara de utilidade pública a Associação Umuaramense de Desporto e Ginástica Rítmica – AUDGR, no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Umuaramense de Desporto e Ginástica Rítmica – AUDGR, conforme o Estatuto da referida entidade, protocolado sob n° 79.136, averbado ao Registro sob n° 1.552, Livro n° A-023, Arquivo n° 191, do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Umuarama – PR, 23 de janeiro de 2025, selo n° SFTD4xvvW4m9bppVRcEx1225q, inscrito no CNPJ/MF sob nº 21.784.349/0001-31, com sede na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 08 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº 060/2026
Autor: Poder Legislativo Municipal
Vereadora: Enfermeira Rosangela

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EC90E185

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 5.006

LEI Nº 5.006
De: 08 de outubro de 2026.
Declara de utilidade pública a Associação Atlética dos Veteranos de Umuarama – AAVU, com sede no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Atlética dos Veteranos de Umuarama – AAVU, localizada no Município de Umuarama, conforme o Estatuto da referida Associação, protocolado sob n° 82.372, averbado ao Registro sob n° 996, Livro n° A-025, Arquivo n° 198, do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Umuarama – PR, na data de 17 de julho de 2026, selo n° SFTD17eewnCdPWaXh4GC1225q, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.608.152/0001-71, com sede na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 08 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº 072/2026
Autor: Poder Legislativo Municipal
Vereador: Jabá da Carroceria

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:AA11D467

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 5.007

LEI Nº 5.007

De: 08 de outubro de 2026.

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Rural Pedro Urquia, no Distrito de Santa Elisa, Município de Umuarama – PR.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Rural Pedro Urquia, no Distrito de Santa Elisa, Município de Umuarama – PR, conforme o Estatuto da referida entidade, protocolado sob n° 79.936, averbado ao Registro sob n° 1.188, Livro n° A-023, Arquivo n° 295, do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Umuarama – PR, 22 de maio de 2025, selo n° SFTD38QWupC73TTE07IU1225q, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.328.506/0001-12, com sede no Distrito de Santa Elisa, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 08 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº 080/2026
Autor: Poder Legislativo Municipal
Vereadora: Cris das Frutas

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C3240DCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS RESOLUÇÃO Nº 33, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
RESOLUÇÃO Nº 33, de 08 de outubro de 2026
Súmula: Ratifica a Resolução CMAS nº 31, de 29 de setembro de 2026, expedida ad referendum, que aprovou alterações no Plano de Ação do Piso Único

de Assistência Social – PAS, referente ao exercício de 2026.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Umuarama – CMAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Lei Municipal nº 4.081, de 25 de maio de 2015, e o seu Regimento Interno, **e**
CONSIDERANDO o disposto no art. 53, § 5º, do Regimento Interno do CMAS, que estabelece a obrigatoriedade de submissão dos atos *ad referendum* ao Plenário na primeira reunião subsequente;
CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 31, de 29 de setembro de 2026, que aprovou, *ad referendum*, alterações no Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao exercício de 2026;
CONSIDERANDO a apreciação e deliberação do Plenário do CMAS, em Reunião Ordinária realizada em 08 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Ratificar integralmente a Resolução CMAS nº 31, de 29 de setembro de 2026, expedida *ad referendum* pela Presidência do Conselho, que aprovou alterações no Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao exercício de 2026.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Umuarama-PR, 08 de outubro de 2026.

ANNIE CRISTINY LOPES DE ARAUJO DE LIMA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:6155C80C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS RESOLUÇÃO Nº 34, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
RESOLUÇÃO Nº 34, de 08 de outubro de 2026

Súmula: Aprova as adequações realizadas pela Procuradoria-Geral do Município na minuta de projeto de lei aprovada pela Resolução CMAS nº 27/2026.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Umuarama – CMAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Lei Municipal nº 4.081, de 25 de maio de 2015, e o seu Regimento Interno, **e**
CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 27, de 13 de agosto de 2026, que aprovou a minuta de projeto de lei que dispõe sobre a reorganização do CMAS, da Conferência Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 4084/2026, de 15 de setembro de 2026, da Procuradoria-Geral do Município, que encaminhou adequações de organização e renumeração de dispositivos da referida minuta, sem alteração de seu conteúdo material;
CONSIDERANDO a apreciação e deliberação do Plenário do CMAS, em Reunião Ordinária realizada em 08 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar as adequações realizadas pela Procuradoria-Geral do Município na minuta de projeto de lei aprovada pela Resolução CMAS nº 27/2026, conforme Comunicação Interna nº 4084/2026, referentes ao Capítulo II – Do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Seção I – Da Constituição e Composição, consistentes na reorganização e renumeração dos parágrafos do art. 6º, com a incorporação de dispositivos anteriormente previstos no art. 8º, que passa a conter apenas seu *caput*, mantidos os arts. 5º, 7º e 9º, sem alteração do conteúdo material da minuta.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Umuarama-PR, 08 de outubro de 2026.

ANNIE CRISTINY LOPES DE ARAUJO DE LIMA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1456F862

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UMUARAMA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UMUARAMA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Termo de Colaboração nº 048/2026 - SMAS, firmado entre o Município de Umuarama, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.º 3717, Paço Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, com sede na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, 3633, Centro, e a Organização da Sociedade Civil – OSC **Casa de Acolhimento Santa Dulce dos Pobres**, inscrita no CNPJ nº 84.785.294/0001-02, com sede na Estrada Jaborandi, S/N Gleba 14, Figueira - Umuarama, Estado do Paraná.
Objeto: Aquisição de eletrodomésticos destinados à adequação funcional da cozinha da Casa de Acolhimento Santa Dulce dos Pobres, visando aprimorar as condições de preparo, armazenamento e conservação dos alimentos ofertados aos residentes acolhidos, bem como aquisição e instalação de barras de apoio nos banheiros, com a finalidade de promover maior segurança, acessibilidade e prevenção de acidentes durante a higiene pessoal das pessoas acolhidas.
Da contrapartida: A OSC ficará responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos eletrodomésticos e das barras de apoio instaladas, além de assegurar equipe técnica e operacional adequada para utilização dos equipamentos, preparo das refeições e acompanhamento dos acolhidos, contribuindo para a efetiva execução do objeto da parceria.
Para a cobertura das despesas oriundas do presente Termo, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:
14 - Fundo Municipal da Assistência Social
14.001.08.122.0002.1.549 - EI- Repasse Financeiro para a Casa de Acolhimento Santa Dulce do Pobre
Fonte de Recurso: 1000
4.4.50.42.00.00 - auxílios / dotação 732
Valor total: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência: 08 de outubro de 2026 a 31 de agosto de 2027.
Umuarama, 08 de outubro de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:31010D2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026

INSCRIÇÃO DE INTERESSADOS EM COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DURANTE O EVENTO DE FINADOS

DO PREÂMBULO

1.1O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, por meio da **Secretaria Municipal de Fazenda**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco,

nº 3717, CEP 87501-130, na cidade e comarca de Umuarama/PR, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação vigente, torna público o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA INSCRIÇÃO DE INTERESSADOS EM COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DURANTE O EVENTO DE FINADOS**, nos termos deste instrumento e em conformidade com a Lei Complementar nº 439, de 6 de julho de 2017, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Umuarama/PR.

DO OBJETO

2.1. O presente edital tem por objeto a inscrição e a seleção de interessados na comercialização de produtos e serviços durante o **Evento de Finados**, a realizar-se no período de **31 de outubro a 2 de novembro de 2026**, na **Avenida Parigot de Souza**, em frente ao Cemitério Municipal de Umuarama/PR.

3. DAS VAGAS E DIMENSIONAMENTO DOS ESPAÇOS

3.1. As vagas disponíveis estão distribuídas entre os seguintes segmentos:
a) Flores e Velas: 8 (oito) vagas;
b) Planos Assistenciais: 5 (cinco) vagas;
c) Alimentação: 8 (oito) vagas.
3.2. Dimensão máxima por espaço: 3 m x 3 m.
3.3. As barracas, tendas, balcões ou quaisquer estruturas físicas serão de inteira responsabilidade do expositor/participante.
3.4. É proibida a cessão ou sublocação dos espaços.

4. DAS INSCRIÇÕES E DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

4.1. O período de inscrições terá início na data de publicação deste Edital e permanecerá aberto até as 23h59min do dia **23 de outubro de 2026**, observado o horário oficial de Brasília.
4.2. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal de Umuarama, na opção **"Serviços Digitais"**, mediante acesso ao endereço eletrônico "https://umuarama.bbgovernodigital.com.br/home", devendo o interessado selecionar a opção **"Licença Especial para Eventos Promovidos pelo Município"**.
4.3. O interessado deverá preencher integralmente o formulário de solicitação e anexar, no ato da inscrição, a documentação exigida neste Edital, conforme sua natureza jurídica:
4.3.1. Para **Pessoas Jurídicas e Microempreendedores Individuais (MEI)**:
a) Formulário de solicitação devidamente preenchido;
b) Contrato social ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
c) Documento de identificação com foto;
d) Certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais;
4.3.2. Para **Pessoas Físicas**:
a) Formulário de solicitação devidamente preenchido;
b) Documento de identificação com foto;
c) Comprovante de endereço;
d) Certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais;
4.4. As inscrições serão classificadas por **ordem de protocolo**, respeitando os limites de vagas. Os excedentes comporão **lista de espera**.
4.5. A participação é exclusiva a interessados domiciliados ou estabelecidos no **Município de Umuarama/PR;**
4.7. É vedada a participação de:
4.7.1. Servidores da administração municipal (direta ou indireta);
4.7.2. Pessoas impedidas de contratar com a Administração Pública;
4.7.3. Inidôneos por sanção pública vigente;
4.7.4. Interessados com desempenho insatisfatório em eventos anteriores;
4.7.5. Quem não apresentar a documentação exigida.
5. DA MONTAGEM E ESTRUTURA
5.1. A estrutura será responsabilidade do próprio expositor.
5.2. A montagem ocorrerá no dia **31/10/2026, às 08h**, na presença de fiscal.
5.3. A desmontagem deve ocorrer até as **19h do dia 02/11/2026**.
5.4. É vedado instalar estruturas que prejudiquem o fluxo de pessoas, que avancem sobre áreas não autorizadas ou que comprometam a segurança do público.

DAS OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS

6.1. Cumprir integralmente os horários e normas estabelecidas pela Comissão Organizadora.
6.2. Obedecer às normas trabalhistas e sanitárias.
6.3. Responder por danos a terceiros ou à estrutura pública.
6.4. Manter o espaço limpo e organizado, realizando a destinação adequada de resíduos.
6.5. Utilizar equipamentos conforme normas da ABNT e INMETRO.
6.6. Providenciar extintores de incêndio, quando aplicável.
6.7. Comercializar apenas os produtos autorizados no ato da inscrição.
6.8. Apresentar alvará sanitário, quando exigido.
6.9. Observar e cumprir as normas ambientais aplicáveis às atividades desenvolvidas.
6.10. Atender às normas de prevenção e combate a incêndio, incluindo a obrigatoriedade de equipamentos quando previsto.
6.11. Observar os valores de venda compatíveis com o mercado, sujeitos à fiscalização do PROCON.
6.12. É proibida a utilização de fogões, churrasqueiras ou equipamentos que produzam chama aberta fora das áreas permitidas.
6.13. Não é permitida a comercialização de cerveja e bebidas alcoólicas destiladas.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. Fiscalizar a execução do presente edital e o uso adequado dos espaços públicos.
7.2. Fornecer as informações e orientações necessárias.
7.3. Garantir acesso aos espaços conforme normas internas.
7.4. Anular ou revogar o edital, total ou parcialmente, por conveniência administrativa.
7.5. O Município será responsável pelo fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água aos participantes durante a realização do Evento de Finados, no período de 31 de outubro a 2 de novembro de 2026.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A autorização terá caráter **precário e temporário**, válida apenas para os dias **31 de outubro a 2 de novembro de 2026**.
8.2. O descumprimento das regras poderá implicar exclusão imediata, revogação da autorização e impedimento de participação em futuros eventos.
8.3. O Município **não se responsabiliza por furtos, perdas, danos, intempéries ou prejuízos** causados às estruturas ou produtos dos expositores.
8.4. O Município **não disponibilizará vigilantes** ou **serviço de segurança privada**, sendo responsabilidade exclusiva do expositor.
8.5. O credenciado autoriza o uso de sua imagem e informações em peças de divulgação sem ônus ao Município.
8.6. O Município poderá solicitar correções ou documentos adicionais a qualquer momento.
8.7. As solicitações não atendidas poderão resultar na **desclassificação.**
8.8. As autorizações poderão ser **revogadas a qualquer tempo**, por interesse público, sem direito a indenização.
8.9. Dúvidas e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Fazenda, pelo telefone (44) 3621-4141, e à Administração de Cemitérios e Serviços Funerários, pelo telefone (44) 3622-5878.

Umuarama, 13 de outubro de 2026.

ANDREIA DE PAULA GUIMARÃES
Secretária Municipal de Fazenda

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F5CFAA5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 123/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 123/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
01/10/2026	FUNDEB	R$	20.975,36
06/10/2026	FUNDEB	R$	134.139,11
07/10/2026	FUNDEB	R$	373.113,11
09/10/2026	FUNDEB	R$	928.261,84
13/10/2026	FUNDEB	R$	98.159,73

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3760A888

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 124/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
09/10/2026	FPM	R$	3.398.871,00

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:BB003203

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 125/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 125/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
09/10/2026	IPI	R$	46.754,87
09/10/2026	ITR	R$	1.716.372,55

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:81298575

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 126/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 126/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
02/10/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	683.818,88
02/10/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	54.573,36
02/10/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	2.432,64
02/10/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	1.215,00
05/10/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	510,00
05/10/2026	FNS/ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	R$	2.570,85
06/10/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	265.567,90
06/10/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	5.167.451,40

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8EF0875B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A Presidente do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor Público de União da Vitória – PR, Sra.MARLISE CERETTA KUYAVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, referente ao Edital de Chamamento Público 001/2025, resolve:

HOMOLOGAR a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de ANALISES CLINICAS a todos os segurados do IMAS.
CONTRATO Nº22/2026– SEQUENCIAL Nº 972
CONTRATADO(A)**: WH LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA**
VALOR GLOBAL**: R$40.000,00(Quarenta mil reais)**
DATA DE HOMOLOGAÇÃO:**13/10/2026**
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO**:13/10/2026**
PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (doze) meses**
FORO: **Comarca de União da Vitória**.

União da Vitória,13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:0CB8AE7D

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A Presidente do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor Público de União da Vitória – PR, Sra.MARLISE CERETTA KUYAVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, referente ao Edital de Chamamento Público 001/2025, resolve:

HOMOLOGAR a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de ANALISES CLINICAS a todos os segurados do IMAS.
CONTRATO Nº23/2026– SEQUENCIAL Nº 973
CONTRATADO(A)**: LABORATORIO DE ANÁLISES CLINICAS GALILEU LTDA**
VALOR GLOBAL**: R$350.000,00(Trezentos e cinquenta mil reais)**
DATA DE HOMOLOGAÇÃO:**13/10/2026**

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO**:13/10/2026**
PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (doze) meses**
FORO: **Comarca de União da Vitória**.

União da Vitória,13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:48F5D55C

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A Presidente do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor Público de União da Vitória – PR, Sra.MARLISE CERETTA KUYAVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, referente ao Edital de Chamamento Público 001/2025, resolve:

HOMOLOGAR a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de FONAUDIOLOGIA a todos os segurados do IMAS.
CONTRATO Nº24/2026– SEQUENCIAL Nº 974
CONTRATADO(A)**: NOSSA AUDIÇÃO APARELHOS AUDITIVOS LTDA**
VALOR GLOBAL**: R$20.000,00(Vinte mil reais)**
DATA DE HOMOLOGAÇÃO:**13/10/2026**
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO**:13/10/2026**
PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (doze) meses**
FORO: **Comarca de União da Vitória**.

União da Vitória,13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:E3FB750A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

O Prefeito Municipal de União da Vitória - PR, no uso das atribuições e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, à vista do julgamento da Pregoeira e Equipe de Apoio, resolve **HOMOLOGAR,** em 09/10/2026,para que surta os efeitos legais, o resultado do **Pregão Eletrônico nº 45/2026**, cujo objeto é a *Aquisição de materiais esportivos e recreativos destinados às Escolas de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino, bem como de materiais e equipamentos de apoio às atividades esportivas desenvolvidas pelos atletas paralímpicos, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de União da Vitória – PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos,* em favor das empresas:

ICS ESPORTE COMERCIO MATERIAL ESPORTIVO LTDA, **CNPJ Nº 20.525.422/0001-98.** Lotes nº 01 e nº 02, totalizando o valor global de R$ 33.216,90 (Trinta e três mil duzentos e dezesseis reais e noventa centavos);

ANSAH COMERCIO LTDA, **CNPJ Nº 54.496.178/0001-02.** Lotes nº 03, totalizando o valor global de R$ 2.755,00 (Dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais);

ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA, **CNPJ Nº 14.323.297/0001-30.** Lotes nº 04 e nº 06, totalizando o valor global de R$ 13.638,60 (Treze mil seiscentos e trinta e oito reais e sessenta centavos);

ZAMPIERE VOLPATTO SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, **CNPJ Nº 51.954.194/0001-03.** Lote nº 07, totalizando o valor global de R$ 1.064,00 (Um mil e sessenta e quatro reais);

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos e recreativos destinados às Escolas de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino, bem como de materiais e equipamentos de apoio às atividades esportivas desenvolvidas pelos atletas paralímpicos, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de União da Vitória – PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Contratante: Município de União da Vitória / CNPJ nº 75.967.760/0001-71.

CONTRATO Nº 72/2026 - ICS ESPORTE COMERCIO MATERIAL ESPORTIVO LTDA, **CNPJ Nº 20.525.422/0001-98.** Lotes nº 01 e nº 02, totalizando o valor global de R$ 33.216,90 (Trinta e três mil duzentos e dezesseis reais e noventa centavos). Data de Assinatura: 09/10/2026;

CONTRATO Nº 73/2026 - ANSAH COMERCIO LTDA, **CNPJ Nº 54.496.178/0001-02.** Lotes nº 03, totalizando o valor global de R$ 2.755,00 (Dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais). Data de Assinatura: 09/10/2026;

CONTRATO Nº 74/2026 - ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA, **CNPJ Nº 14.323.297/0001-30.** Lotes nº 04 e nº 06, totalizando o valor global de R$ 13.638,60 (Treze mil seiscentos e trinta e oito reais e sessenta centavos). Data de Assinatura: 09/10/2026;

CONTRATO Nº 75/2026 - ZAMPIERE VOLPATTO SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, **CNPJ Nº 51.954.194/0001-03.** Lote nº 07, totalizando o valor global de R$ 1.064,00 (Um mil e sessenta e quatro reais). Data de Assinatura: 09/10/2026;

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, 09/10/2026 à 10904/2027.
LOTE FRACASSADO: Lote nº 05.
FORO: Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná

União da Vitória – PR, 09 e outubro de 2026

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Melissa Banhuk Ribeiro
Código Identificador:6FB99DF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 522/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NAS RESPECTIVAS FONTES.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;
DECRETA

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 125.410,46 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e seis centavos), conforme discriminação abaixo:
ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIV 2.089 – Manutenção do Caps – MAC – Ambulatorial e Hospitalar

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
498	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00

ÓRGÃO 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIV 2.030 – Manutenção da Secretaria Municipal de Ação Social

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
962	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.410,46

TOTAL CRÉDITO	**125.410,46**

Art. 2º - O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação da seguinte dotação orçamentária:
ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIV 2.071 – Manutenção da Atenção Básica

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
498	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – P CIVIL	100.000,00

ÓRGÃO 19 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIV 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
962	3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	25.410,46

TOTAL DA ANULAÇÃO	**125.410,46**

Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 13 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário de Administração

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Municipal de Finanças

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 522/2026

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotações orçamentárias.

Esta suplementação altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º, conforme se apresenta no quadro abaixo:

Valor total do orçamento	286.384.907,02
5 % autorizado	14.319.245,36
Valor utilizado até 10/09/2026	10.087.677,26
Este decreto	125.410,46
Total	**10.213.087,72**
Saldo a utilizar	**4.106.157,64**

As alterações não anulam totalmente os programas estabelecidos na LOA não prejudicando a programação anual aprovada.

União da Vitória, 13 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário de Administração

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:5587E488

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 771/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
KARINE CECCHIN	991505441	2025/2026	ASSISTENTE DE CONTABILIDADE	13/10/2026 A 22/10/2026
SERGIO SENN	1512596	2021/2022	OPERADOR DE MÁQUINAS	07/10/2026 A 16/10/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 13 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:518F8FBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 774/2026

CONVOCA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica(m) convocado(s) CANDIDATO(S) APROVADO(S) para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2025, e conforme PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 15 a 21 DE OUTUBRO DE 2026, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

11º Chamada
Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Colocação	Candidato(a)
24º	ROSANA DE LIMA

Conforme Edital 001/2025, Item 13.15 – **não assumindo a vaga e não havendo o requerimento citado no item 13.14 o candidato será eliminado do concurso público**

Documentação Necessária
01 foto 3X4
Carteira de Trabalho
Fotocópias
Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável

Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
Em caso de PPP e PCD – trazer o Laudo anexado na inscrição do Concurso Público.
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 13 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:6042B27C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 1/2026 DO TERMO DE CONTRATO N.º 45/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2025 – PROCESSO Nº 81/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência e do Quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: *CREDENCIAMENTO do estabelecimento de saúde BIOCLIN LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, compreendendo a coleta de material biológico e a análise dos mesmos, baseados na Tabela Unificada de Procedimentos do SUS-SIGTAP, no Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica – Sub Grupo - Diagnóstico em laboratório Clínico - da Tabela em vigência, para os usuários do Sistema Único de Saúde, oriundos das Unidades de Saúde do Município de União da Vitória ou encaminhados pelos órgãos competentes do SUS.*
CONTRATADO: BIOCLIN LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA – CNPJ Nº 26.648.432/0001-05.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação e justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, o Prazo de Vigência a que se refere à Cláusula 2ª Termo de Contrato n° 45/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 07/10/2026 e a terminar em 06/10/2027.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato nº 45/2025, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula 3ª do Termo de Contrato n.º 45/2025 e Artigos 105 e 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 06 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:98DCD9AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 2/2026 AO CONTRATO N.º 71/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024 – PROCESSO Nº 74/2024

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Quantitativo e do Prazo de Vigência.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa para prestação, de forma contínua, de serviços de varrição manual e de raspagem manual de vias e logradouros públicos, no Município de União da Vitória – PR, conforme cronograma de atuação elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, com fornecimento de todos os equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações contidas no presente Termo de Referência e seus Anexos, pelo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, com possibilidade de prorrogação conforme a Lei n.º 14.133/2021.*
CONTRATADO: ANGEL SERVICES AMBIENTAL LTDA – CNPJ Nº 03.435.654/0001-36.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Parecer Jurídico nº 728/2026 e Parecer Contábil nº 104/2026; o prazo de vigência do Contrato n.º 71/2024 fica prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses, a iniciar 11/10/2026 e a terminar em 10/10/2028.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato n.º 71/2024, para a prorrogação de 24 (vinte e quatro) meses, o valor total de R$ 2.985.447,20 (Dois milhões novecentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos), sendo R$ 124.393,63 (Cento e vinte e quatro mil trezentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos) mensais.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 106º e 107º da Lei Federal n.º 14.133/21 e Cláusula 2ª do Contrato nº 71/2024.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:810D12DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 2/2026 AO CONTRATO N.º 72/2024 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2024 – PROCESSO Nº 105/2024

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Quantitativo e do Prazo de Vigência.
OBJETO DO CONTRATO: *CREDENCIAMENTO de Clínica(s) Veterinária(s) e/ou Hospital(is) Veterinário(s) CLINICA VETERINÁRIA CAN E CAT LTDA para a execução do Projeto de Castração (orquiectomia, ovariossalpingo-histerectomia- OSH e microchipagem) em caninos e felinos, de ambos os sexos, demanda está de interesse público, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Defesa Animal), nos termos e nas condições estabelecidas no edital de chamamento público n° 001/2024*
CONTRATADO: CLINICA VETERINÁRIA CAN & CAT LTDA – CNPJ Nº 43.756.438/0001-07.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; o prazo de vigência a que se refere à Cláusula 2ª do Termo de Contrato n.º 72/2024 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar em 10/10/2026 e a terminar em 09/10/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigos nº 106 e 107 da Lei n.º 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 08 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:0C765F3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 4/2026 DO CONTRATO Nº 166/2022
PREGÃO ELETRÔNICO N.° 88/2022 – PROCESSO 188/2022

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Reajuste, do Quantitativo e do Prazo de Vigência.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR.
CONTRATADO: MIRIAN GREWE BOGUT 02657972926 – CNPJ nº 32.597.921/0001-70.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para prestação de serviços na área de Tecnologia da Informação, referente ao fornecimento de assessoria lógica na adequação, documentação, ampliação e manutenção de rede computacional da Prefeitura Municipal de União da Vitória, sem fornecimento de materiais, em conformidade com o presente Edital e seus anexos.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação do Departamento de Tecnologia da Informação, o prazo de vigência do Termo de Contrato n.° 166/2022 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 12/10/2026 e a terminar em 11/10/2027.
DO REAJUSTE: Conforme cláusula 6ª do Termo de Contrato nº 166/2022, o valor contratual fica reajustado em 4,293630 % de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE), resultando no novo valor mensal de R$ 15.102,93 (Quinze mil cento e dois reais e noventa e três centavos).
DO QUANTITATIVO: Fica aditado ao Contrato n.º 166/2022, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 181.235,16 (Cento e oitenta e um mil duzentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula 8ª do Termo de Contrato nº 166/2022, Artigo 57º, Inciso "II" e Artigo 65º, Inciso "II" alínea "d" da Lei Federal n° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:CA2A950D

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20261003_190812.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAW9A06	279370T000018815	17/09/2026	55412
AJV8F67	279370T000018875	01/10/2026	61810
AJV8F67	279370T000018876	01/10/2026	73150
AZA5D14	279370T000018819	17/09/2026	55412
BDL6D19	279370T000018816	17/09/2026	55412
LYK1531	279370T000018820	17/09/2026	55412
MHT7B47	279370T000018817	17/09/2026	55412
RHC0I29	279370T000018818	17/09/2026	55412
RYH0J90	116100T002275127	25/09/2026	56141

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:7833A68C

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20261006_190913.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACA7766	279370T000018878	18/09/2026	55412
AQM3538	116100T003677816	26/09/2026	55411
ATX1D84	279370T000018877	18/09/2026	55412
AVL2D46	279370T000018884	18/09/2026	55412
BDR1J13	279370T000018889	18/09/2026	55412
BEM8F55	279370T000018890	18/09/2026	55412
DBN4I98	279370T000018881	18/09/2026	55412
EBZ0D64	116100T002275132	27/09/2026	56060
FDI9H97	279370T000018885	18/09/2026	55412
FFA0A43	279370T000018883	18/09/2026	55412
IOY1758	279370T000018888	18/09/2026	55412
IUS3H55	279370T000018895	19/09/2026	55412
LYK1531	279370T000018880	18/09/2026	55412
MGV3771	279370T000018893	18/09/2026	55412
MJH3752	279370T000018887	18/09/2026	55412
QXC9H40	279370T000018891	18/09/2026	55412
RYI1C63	279370T000018886	18/09/2026	55412
SXD0I13	279370T000018894	19/09/2026	55412

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:5B55D6EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20261007_191026.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
JCC9F43	279370NIC0008905	15/09/2026	50020
RLF1H36	279370NIC0008903	15/09/2026	50020
RLF1H36	279370NIC0008904	15/09/2026	50020
TBZ1H64	279370NIC0008907	15/09/2026	50020

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:452A49A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20261009_191204.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ANO8A68	279370NIC0008912	19/09/2026	50020
AZF7F01	279370T000018844	23/09/2026	55412
BBT8B67	279370T000018838	23/09/2026	55412
DUA6F63	279370T000018837	23/09/2026	55412
MBW5601	279370NIC0008910	19/09/2026	50020
MHX6B18	279370T000018836	23/09/2026	55412
PVX8F12	279370NIC0008911	19/09/2026	50020
RYF4E24	279370T000018845	23/09/2026	55412
SEI8G13	279370T000018841	23/09/2026	55412
TQG0B83	279370T000018840	23/09/2026	55412

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:084296AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20261003_190869.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento dainfração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 23/11/2026, o qual será remetidoà JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AWP4H63	279370T000017995	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AZA5154	279370T000017924	13/07/2026	55412	R$ 195,23
BBD1F38	279370T000017989	11/07/2026	55412	R$ 195,23
DGL3E57	279370T000017929	13/07/2026	55412	R$ 195,23
DNU8A63	279370T000017932	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ERP0A72	279370NIC0008792	10/07/2026	50020	R$ 260,32
FCJ8I77	279370T000017987	11/07/2026	55412	R$ 195,23
JQX2318	279370T000017934	13/07/2026	55412	R$ 195,23
KWL4641	279370T000017996	11/07/2026	55412	R$ 195,23
NTC3E38	279370T000017930	13/07/2026	55412	R$ 195,23
QDJ1E38	279370T000018003	11/07/2026	55412	R$ 195,23
SXC8D07	279370NIC0008793	10/07/2026	50020	R$ 390,46
TBM0C49	279370T000017933	13/07/2026	55412	R$ 195,23
TBP9G75	279370NIC0008791	10/07/2026	50020	R$ 390,46
TPP7J76	279370T000017926	13/07/2026	55412	R$ 195,23
UBE2D59	279370T000017925	13/07/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:A151F2E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO CHAMAMENTO 03/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização em sua sede, sito à Rua Barão de Capanema, 134, às 09:00 horas do dia 05/11/2026, **CHAMAMENTO PÚBLICO** sob o nº 03/2026, objetivando-se a "***AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, VISANDO ATENDER AO PROGRAMA PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR), PARA SUPRIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL*".**
O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 13/10/2026, das 08:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas e informações pelo telefone (46) 3227-1222 e e-mails licita@vitorino.or.gov.br, compras@vitorino.pr.gov.br

Vitorino, 13/10/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:9F95A29D

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO DL 34/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2026 –PROCESSO DE COMPRA 113/2026

O MUNICIPÍO VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transmissão ao vivo (streaming), gravação e armazenamento de vídeo e áudio em alta definição (HD), incluindo fornecimento de equipamentos, operação técnica, suporte operacional e disponibilização dos conteúdos produzidos, para atendimento das Audiências Públicas promovidas pelo Município de Vitorino/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Especificação do objeto					
Abreviações: Und: Unidade de medida do bem ou serviço Qtd: Quantidade bem ou serviço, segundo a Und PTL: Preço Total do Lote, com números expressos em reais PUMáx: Preço Unitário Máximo, com números expressos em reais PTMáx: Preço Total Máximo, com números expressos em reais					
Lote				**PTL:**	**R$ 15.450,00**
Item	**Especificação**	**Und**	**Qtd**	**PUMáx**	**PTMáx**
EXCLUSIVO ME E EPP - ART. 48, I, DA LC 123/2006					
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transmissão ao vivo (streaming), gravação e armazenamento de vídeo e áudio em alta definição (HD), incluindo locação de equipamentos (2 câmeras), operação técnica, mesa de corte, suporte operacional e disponibilização de no mínimo 01 (um) operador responsável pela execução dos serviços, destinados às Audiências Públicas (a serem realizadas em datas previamente definidas) promovidas pelo Município de Vitorino/PR.	SER	10	R$ 1.545,00	R$ 15.450,00

Especificações Técnicas E Condições De Execução
Requisitos mínimos
A contratada deverá disponibilizar estrutura técnica suficiente para garantir a adequada execução dos serviços, compreendendo no mínimo:
a) Equipamentos de captação de vídeo em alta definição (HD);
b) Equipamentos de captação de áudio compatíveis com o ambiente da audiência pública;
c) Mesa de corte ou equipamento equivalente para gerenciamento da transmissão;
d) Computadores, softwares e sistemas necessários à transmissão;
e) Conexão de internet adequada para realização da transmissão;
f) No mínimo 01 (um) operador técnico responsável pela execução dos serviços;
g) Gravação integral do evento em formato digital.
Transmissão
A transmissão deverá ocorrer em tempo real, por meio das plataformas indicadas pela Administração Municipal, podendo incluir Facebook, YouTube ou outras mídias digitais oficiais.
Disponibilização dos arquivos
Os arquivos gravados deverão ser disponibilizados à Administração Municipal em formato digital, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a realização do evento.
Suporte técnico
A contratada deverá permanecer disponível durante toda a realização do evento, responsabilizando-se pela correção imediata de falhas técnicas que possam comprometer a transmissão.
1.2.5 Cronograma
Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme calendário das Audiências Públicas e mediante solicitação prévia da Administração.

JUSTIFICATIVA: A contratação se justifica pela necessidade de suprir a demanda da Secretaria municipal de Administração e Planejamento, conforme protocolo 4750/2026.

DESCRIÇÃO:
"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transmissão ao vivo (streaming), gravação e armazenamento de vídeo e áudio em alta definição (HD), incluindo fornecimento de equipamentos, operação técnica, suporte operacional e disponibilização dos conteúdos produzidos, para atendimento das Audiências Públicas promovidas pelo Município de Vitorino/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.**"**
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 05 (cinco) dias úteis, iniciando-se às 15:00h do dia 13/10/2026 e encerrando-se às 10:00 h do dia 22/10/2026, oportunidade em que a Administração escolherá a proposta pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM;

Os interessados em apresentarem propostas, entrar em contato com o Agente de Contratação do município, ou através dos e-mails:licita@vitorino.pr.gov.br , compras2@vitorino.pr.gov.br ;

Após celebração do contrato ou instrumento equivalente, o mesmo será divulgado no Diário Oficial , bem como no sítio eletrônico oficial do Município.

O valor estimado para a contratação é de R$ **15.450,00 (quinze mil, quatrocentos e cinquenta reais)**

FERNANDO SINHORINI
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:9BBA252F

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO PE 50/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização às 08:00 horas do dia 27/10/2026, realização pela BLL, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRONICO, tipo de Licitação MENOR PREÇO POR ITEM sob o n.º 050/2026, objetivando AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, JOGOS PEDAGÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 13/10/2026 e informações pelo telefone (46) 3227-1222, também pelos e_mail: licita@vitorino.pr.gov.br e compras2@vitorino.pr.gov.br , site do município, www.vitorino.pr.gov.br, bllcompras.com .

Vitorino, 13/10/2026

Pregoeiro Oficial do Município

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:5116FFFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.308, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto 6.308, de 13 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Carla Todescatto Gheller, portadora do CPF/MF n.° 066.431.xxx-xx, para ocupar o cargo de Gerente de Proteção Social Especial, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 13 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:80809A3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.309, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto 6.309, de 13 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Mayara Nunes de Almeida, portadora do CPF/MF n.° 130.715.xxx-xx, para ocupar o cargo de Gerente de Saúde em Atenção Básica, junto à Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 13 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:5AB7BCF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.310, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto 6.310, de 14 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Francielle Danielli Madruga, portadora do CPF/MF n.° 035.420.xxx-xx, aprovada no Concurso Público 01/2024, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica Administrativa, junto à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 14 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:D9BFFDE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 492, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria 492, de 13 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 02 (duas) diárias ao Prefeito Municipal Marciano Vottri e ao Secretário Executivo - Gabriel Almeida Stalhbaum, para participar de reuniões e tratativas de assuntos de interesse do Município na Assembleia Legislativa do Estado – ALEP, Secretaria de Estado da Saúde – SESA e no Tribunal de Contas do

Estado – TCE/PR., em Curitiba/PR, nos dias 14 e 15 de outubro de 2026.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, 13 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:B16B4CC6

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 2322/2026

DECRETO Nº 2322/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 584.000,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	178	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00000	183.658,7 1
	Suplementar	178	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00000	254.341,29
2	Suplementar	183	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000	146.000,00
			Total		**584.000,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		41711511100000000000 Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	00000	183.658,71
Anulação Dotação	175	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00000	400.341,29
		Total	**584.000,00**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superávit**	**Excesso**
0	400.341,29	0,00	183.658,71
Total	**400.341,29**	**0,00**	**183.658,71**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 13 de outubro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daise Balotin
Código Identificador:9514407A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
EDITAL Nº. 02/2026

PRORROGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA (MANDATO 2027-2029)

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.851 de 27 de agosto de 2024, e

CONSIDERANDO o Edital nº 01/2026 que convocou o processo de escolha de representantes de organizações da sociedade civil para compor o CMDCA e que caso as vagas estabelecidas para as Organizações da sociedade civil não sejam contempladas dentro do prazo estabelecido, poderá a Comissão Eleitoral abrir novos prazos, procedendo via Edital;

CONSIDERANDO o Decreto nº 11.377 que prorrogou o atual mandato 2024-2026 do CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1 - Prorrogar os prazos do Processo de escolha dos representantes de Organizações da sociedade civil para compor o CMDCA (mandato 2027-2029).

Art. 2º A vigência do mandato foi corrigida para 2027-2029 considerando que os prazos que haviam sido anteriormente estabelecidos no Edital nº 01/2026 foram alterados conforme novo cronograma estabelecido neste Edital.

Art. 3 - O processo será coordenado pela Comissão Eleitoral já definida no Edital nº 01/2026;

Art. 4 - A Comissão Eleitoral fará a divulgação da prorrogação do período da inscrição, para que as organizações da Sociedade Civil tenham conhecimento e as informações necessárias para participação deste processo.

Art. 5 - Poderão habilitar-se a esse processo: cinco representantes de organizações da Sociedade Civil no âmbito municipal, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, eleitas na forma da Lei Municipal nº 3.851 de 27 de agosto de 2024 e Regimento Interno do CMDCA.

Art. 6 - O processo de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente – CMDCA (mandato 2027-2029), acontecerá conforme cronograma:

Data	Denominação da Atividade
14/10/2026 a 13/11/2026	Período de inscrição (habilitação) das organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do CMDCA (mandato 2026-2028) perante a Comissão Eleitoral na Secretaria Executiva do CMDCA na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 190 – Jardim Vésper (Prefeitura) no horário das 08h às 11h30m e das 13h30m às 16h30, em dias úteis, através do preenchimento/protocolo da ficha de inscrição (anexo I); Declaração (anexo II); entrega dos documentos, conforme art. 7º deste Edital.
16/11/2026 a 30/11/2026	Análise da Comissão Eleitoral dos documentos protocolados
Até 04/12/2026	Divulgação do resultado provisório da Habilitação das organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do CMDCA (mandato 2026-2028), através de Edital do CMDCA.
07/12/2026 a 11/12/2026	Prazo para recurso, o qual deverá ser protocolado por escrito à Comissão Eleitoral na Secretaria Executiva do CMDCA na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 190 – Jardim Vésper (Prefeitura), no horário das 08h às 11h30m e das 13h30m às 16h30
14/12/2026 a 18/12/2026	Análise pela Comissão Eleitoral do recurso, se houver.
21/12/2026	Assembleia própria Horário: 14h30 Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante (Prefeitura) ou de forma online pelo aplicativo Google Meet
Até 28/12/2026	Divulgação/Homologação do resultado final das entidades eleitas enquanto representantes da sociedade civil para compor o mandato 2026-2028 CMDCA, através de Edital do CMDCA.
15/01/2027	Reunião do CMDCA/Posse dos Conselheiros e Eleição do Presidente e Vice-presidente. Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante (Prefeitura) – Rua Mauro Cardoso de Oliveira nº 190 – Jardim Vésper. Horário: 14h30

Art. 7 - No ato da inscrição as entidades da sociedade civil deverão apresentar:
a) Formulário de inscrição preenchido (anexo I deste Edital);
b) Cópia do CNPJ;
c) Estatuto da entidade onde constam as finalidades da mesma;
d) Cópia da ata de fundação da entidade registrada em cartório;
e) Ata da última reunião;
f) Declaração comprovando suas atividades há pelo menos 01 (um) ano, conforme anexo II deste Edital.

Art. 8 - Todas as entidades habilitadas deverão participar da Assembleia própria que ocorrerá no dia 21/12/2026.

Art. 9 -. Deverão votar e ser votadas as Organizações da Sociedade Civil habilitadas neste processo para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mandato 2027-2029.

Art. 10 - Serão eleitas as entidades que terão maior número de votos, através de cédula, a partir das considerações da Comissão Eleitoral, no qual será lavrado ata das entidades eleitas.
Parágrafo único. As cédulas serão rubricadas pelos membros da Comissão eleitoral.

Art. 11 - Caso haja empate na votação, será considerado como critério de desempate, a entidade da sociedade civil com mais tempo de atuação, conforme data estabelecida na ata de fundação registrada em cartório e ou outro documento apresentado que consta a informação solicitada.

Art. 12 - Poderá participar da Assembleia própria qualquer pessoa da comunidade interessada na condição de ouvinte.

Art. 13 - Será publicado o resultado final das Organizações da sociedade civil eleitas para compor o mandato 2027-2029 através de Edital do CMDCA, no Diário Oficial dos Municípios e site da Prefeitura Municipal de Andirá, conforme cronograma estabelecido neste Edital.

Art. 14 - Caso as vagas estabelecidas para as Organizações da sociedade civil não sejam contempladas dentro do prazo estabelecido neste Edital, poderá a Comissão Eleitoral abrir novos prazos, procedendo via Edital.

Art. 15 - Os representantes das Organizações da sociedade civil indicados pelas entidades eleitas na Assembleia de escolha, terão sua Posse em reunião ordinária do CMDCA no dia 15/01/2027, bem como, Eleição para Presidente e Vice-presidente.

Art. 16 - O mandato dos membros (titulares e suplentes) do CMDCA será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução, no caso dos conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada.

Art. 17 - A eventual substituição dos representantes das entidades que compõe o CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada, não podendo prejudicar as atividades do Órgão.

Art. 18 - A competência da Comissão Organizadora do processo eleitoral cessará a partir da Posse.

Art. 19 - Os Conselheiros indicados como representantes das Organizações da sociedade civil para compor o CMDCA (mandato 2027-2029), terão as responsabilidades estabelecidas na Lei Municipal nº 3. 851 de 27 de agosto de 2024, bem como, no Regimento Interno do referido Conselho.

Art. 20 - Casos não previstos neste Edital, serão definidos pelo Comissão Eleitoral.

Art. 21 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Andirá, 13 de outubro de 2026.

REBECA GONÇALVES
Presidente do CMDCA

ANEXO I

Número da Inscrição (será preenchido no ato da entrega da documentação)	
Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
E-mail	
Contato telefônico	
Nome do responsável pela entidade	
Nome do Conselheiro Titular, CPF, RG, e-mail, contato telefônico	
Nome do Conselheiro Suplente, CPF, RG, e-mail, contato telefônico	
Representantes de organizações da Sociedade Civil no âmbito municipal, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano	**Descreva brevemente as atividades desenvolvidas:**

Andirá, ___/___/___

_____
Nome e assinatura do responsável pela entidade
CPF

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Declaro, que a entidade _____
está em regular funcionamento no município e exerce as atividades_____
_____
há _____ anos.

Andirá, _____de _____ de 2026.

_____
Nome/assinatura do responsável

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:F0846457

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (08/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 053/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR

Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **12.418.191/0001-95**, com endereço na Rodovia BR 101, Km 131, nº 131, bairro Várzea do Ranchinho, CEP: 88.349-175, na cidade de Camboriú/SC, Telefone (47) 3366-7867, endereço eletrônico e-mail conquistamedicamentos@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. ADRIANO RODRIGUES DA SILVA, inscrito no CPF sob nº 143.179.058-33 e portador do RG nº 25.042.642-0, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"aquisição de medicamentos de uso hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 53/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.
A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 8, subitem 8.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 7.2e no subitem 7.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2 subitem 7.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 8.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.1 subitem 7.1.3 e no item 7.2 subitem 7.2.4.

CADASTRO DE RESERVA

Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 10.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA

A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 12.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.

Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 12.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 053/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 156/2026

Signatário da Ata: Empresa **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **12.418.191/0001-95.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
24	1	Heparina Sódica 5.000UI/mL Solução Injetável 5mL	PARINEX / HIPOLABOR	FR/AMP	150	13,65	2.047,50
48	1	Tramadol 50mg/mL Solução Injetável 2mL	GENÉRICO / HIPOLABOR	AMP	2.000	0,92	1.840,00
VALOR TOTAL: R$ 3.887,50 (três mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:547744EF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (08/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 053/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **56.081.482/0001-06**, com endereço na Rua Paulo de Frontim, nº 25, bairro Vila Virginia, CEP: 14.030-430, na cidade de Ribeirão Preto/SP, Telefone (16) 3519-3170, endereço eletrônico e-mail dimebras@dimebrashospitalar.com.br, neste ato representado pelo Sr. LUIZ CARLOS GELOTTI, inscrito no CPF sob nº 290.459.598-87 e portador do RG nº 4.169.049, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"aquisição de medicamentos de uso hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 53/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.
A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 8, subitem 8.1.3.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 7.2e no subitem 7.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2 subitem 7.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 8.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.1 subitem 7.1.3 e no item 7.2 subitem 7.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 10.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 12.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 12.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 053/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 157/2026

Signatário da Ata: Empresa **DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. **56.081.482/0001-06.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
10	1	Cloreto de Potássio 19,1% Solução Injetável 10mL	SAMTEC	AMP	200	0,42	84,00
13	1	Cloreto de Sódio 20% Solução Injetável 10mL	SAMTEC	AMP	200	0,42	84,00
26	1	Lidocaína 10% (100mg/mL) Frasco Spray 50mL	HIPOLABOR	FR	30	44,60	1.338,00
VALOR TOTAL: R$ 1.506,00 (um mil, quinhentos e seis reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:5BA656DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (08/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 053/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **ITAMARATY CARE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **58.489.781/0001-00**, com endereço na Rua Harrison Jose Borges, nº 1910, bairro: Centro, CEP: 87.303-130, na cidade de Campo Mourão/PR, Telefone (44) 3016-3999, endereço eletrônico e-mail contato@itamaratycare.com.br, neste ato representado pelo Sr. ELISMAR DE SOUZA VIEIRA, inscrito no CPF sob nº 775.452.309-49 e portador do RG nº 3.949.042-0, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"aquisição de medicamentos de uso hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 53/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.

A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 8, subitem 8.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 7.2e no subitem 7.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2 subitem 7.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 8.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.1 subitem 7.1.3 e no item 7.2 subitem 7.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 10.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 12.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 12.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 053/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

ITAMARATY CARE LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 159/2026

Signatário da Ata: Empresa **ITAMARATY CARE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **58.489.781/0001-00.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
49	1	Levomepromazina 40mg/ml - frasco com 20ml	CRISTALIA	FR	100	13,3053	1.330,53
VALOR TOTAL: R$ 1.330,53 (um mil, trezentos e trinta reais e cinquenta e três centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:9BB7E74E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (08/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 053/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **00.656.468/0001-39**, com endereço na Rua Anita Ribas, nº 410, bairro: Bacacheri, CEP: 82.520-610, na cidade de Curitiba/PR, Telefone (41) 3028-2375, endereço eletrônico e-mail contato.pr@somahospitalar.com.br, neste ato representado pelo Sr. LUIZ RENATO GAROFANI, inscrito no CPF sob nº 874.165.659-87 e portador do RG nº 4.541.423-0, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"aquisição de medicamentos de uso hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 53/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.
A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 8, subitem 8.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 7.2e no subitem 7.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2 subitem 7.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 8.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.1 subitem 7.1.3 e no item 7.2 subitem 7.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 10.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 12.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 12.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 053/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.

Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 162/2026

Signatário da Ata: Empresa **SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **00.656.468/0001-39.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	1	Ampicilina Sódica 1g Pó para Solução Injetável	TEUTO	FR/AMP	100	3,19	319,00
6	1	Cetoprofeno 100mg Pó para Solução Injetável.	TEUTO	FR/AMP	3.000	3,19	9.570,00
7	1	Cimetidina 150mg/mL Solução Injetável 2mL	HYPOFARMA	AMPOLA	800	0,83	664,00
8	1	Ciprofloxacino 2mg/mL Solução Injetável 100mL	HALEX	FR/BOL	120	5,55	666,00
15	1	Dobutamina 12,5mg/mL Solução Injetável 20mL	TEUTO	AMPOLA	50	5,15	257,50
16	1	Dopamina 5mg/mL Solução Injetável 10mL	TEUTO	AMP	50	2,99	149,50
17	1	Enoxaparina Sódica 40mg Solução Injetável 0,4mL	VIATRIS	SRG	200	11,25	2.250,00
18	1	Escetamina (cloridrato) 50mg/mL Solução Injetável 2mL	SANTISA	ampola	200	8,14	1.628,00
22	1	Gentamicina 40mg/mL Solução Injetável 2mL	HYPOFARMA	AMP	300	0,83	249,00
23	1	Gliconato de Cálcio 10% Solução Injetável 10mL	HALEX	AMP	200	1,75	350,00
27	1	Meropeném 1g Pó para Solução Injetável	BLAU	FR/AMP	150	11,50	1.725,00
28	1	Metoprolol 1mg/mL Solução Injetável 5mL	TEUTO	AMP	200	10,19	2.038,00
29	1	Midazolam (Cloridrato) 5mg/mL Solução Injetável 3mL	UNIÃO QUIMICA	AMPOLA	200	1,72	344,00
31	1	Midazolam 1mg/mL Solução Injetável 5mL	UNIÃO QUIMICA	AMPOLA	100	1,99	199,00
36	1	Ocitocina 5UI Solução Injetável 1mL	UNIÃO QUIMICA	AMP	100	2,80	280,00
37	1	Omeprazol Sódico 40mg Pó para Solução Injetável com Diluente	UNIÃO QUIMICA	FR/AMP	1.000	7,00	7.000,00
40	1	Rocurônio 10mg/mL Solução Injetável 5mL	UNIÃO QUIMICA	AMP	50	10,95	547,50
41	1	Salbutamol 0,5mg/mL Solução Injetável 1mL	HIPOLABOR	AMPOLA	200	13,00	2.600,00
44	1	Suxametônio 100mg Pó para Solução Injetável	UNIÃO QUIMICA	FR/AMP	100	12,00	1.200,00
46	1	Terbutalina 0,5mg/mL Solução Injetável 1mL	UNIÃO QUIMICA	AMP	400	1,06	424,00
47	1	Tiamina (Vitamina B1) 100mg/mL Solução Injetável 1mL	VMG	ampola	600	4,50	2.700,00
VALOR TOTAL: R$ 35.160,50 (trinta e cinco mil, cento e sessenta reais e cinquenta centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:DEB79508

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (13/10/2026), decorrente do **Pregão ELETRÔNICO Nº 052/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **DANIEL HENRIQUE LAURINDO - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº. **00.134.145/0001-85**, com endereço na Rua Fernandes Vieira, bairro: Capão Raso, CEP: 81.020-650, na cidade de Curitiba/PR, Telefone (41) 3347-8250 / (41) 99666-4587, endereço eletrônico e-mail licitacoesyama@hotmail.com / kimonosyama@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. DANIEL HENRIQUE LAURINDO, inscrito no CPF sob nº 759.647.409-87 e portador do RG nº 4054342-2, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **aquisição de uniformes esportivos para atletas e treinadores do Departamento de Esportes**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 052/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 052/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.
A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo esta condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.

O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 052/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 052/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 052/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

DANIEL HENRIQUE LAURINDO
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 164/2026

Signatário da Ata: Empresa **DANIEL HENRIQUE LAURINDO**, inscrita no CNPJ sob nº. **00.134.145/0001-85.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
6	1	KIMONO PARA KARATÊ – CONJUNTO (JAQUETA, CALÇA E FAIXA BRANCA): Conjunto de Conjunto de vestimenta para a prática de Karatê, composto por jaqueta, calça e faixa branca, devendo atender rigorosamente aos padrões técnicos da modalidade e possuir homologação pela Confederação Brasileira de Karatê (CBK), mediante apresentação de certificado ou documento oficial comprobatório para uso em treinamentos e competições. O produto deve seguir o padrão técnico do Karatê tradicional, confeccionado em tecido tipo sarja com gramatura entre 280 g/m² e 320 g/m², composição mínima de 50% algodão e 50% poliéster, com acabamento pré-encolhido para manutenção das medidas. A JAQUETA deve possuir corte tradicional, gola reforçada com enchimento interno, costuras duplas ou reforçadas nas axilas e aberturas laterais, contendo o Brasão do Município aplicado no lado esquerdo do peito exclusivamente por meio de sistema de aplique	YAMA	Un.	160	149,90	23.984,00

		com velcro (não sendo permitido bordado direto), com arte final sujeita à aprovação prévia do contratante. A CALÇA deve seguir a modelagem tradicional, com sistema misto de ajuste composto por elástico de alta resistência e cordão interno. Acompanha FAIXA branca em tecido resistente com costuras longitudinais paralelas. O fornecedor deverá disponibilizar grade completa de tamanhos, do M00 ao A5, em conformidade com as tabelas de medidas padrão da modalidade. Imagem Ilustrativa no Termo de referência (Anexo XIII).					
VALOR TOTAL: 23.984,00 (vinte e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:7FDC590F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (13/10/2026), decorrente do **Pregão ELETRÔNICO Nº 052/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **D.E.A CALCADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **52.331.094/0001-85**, com endereço na Rua Cel. Joao Rincon, nº 02, bairro: Setor Centro, CEP: 75.200-000, na cidade de Pires do Rio/GO, Telefone (64) 99933-5612, endereço eletrônico e-mail deacalcadoslicitacao@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. DANILO ESTEVAO AMARAL, inscrito no CPF sob nº 008.528.061-59 e portador do RG nº 4666794, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **aquisição de uniformes esportivos para atletas e treinadores do Departamento de Esportes**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 052/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 052/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.

A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo esta condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 052/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 052/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 052/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

D.E.A CALCADOS LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 165/2026

Signatário da Ata: Empresa **D.E.A CALCADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **52.331.094/0001-85.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	KIT MASCULINO ADULTO AZUL: O kit é composto por camisa em tecido Dry Fit 100% poliéster, apresentando trama em padrão quadriculado (estilo colmeia), predominantemente na cor azul marinho, com detalhes em tonalidade azul royal, formando o padrão quadriculado, mangas curtas e gola em "V" na cor bordô. Disponível nos tamanhos entre P e G5 (a definir com a secretaria demandante). A camisa deverá conter o brasão da Prefeitura Municipal de Balsa Nova estampado digitalmente na parte frontal superior esquerda, medindo aproximadamente 10,0 x 8,0 cm (altura x largura), além de numeração de 1 a 22 e a inscrição "BALSA NOVA" na parte superior traseira, ambas na cor branca. O calção deverá compor conjunto com a camisa, acompanhando o mesmo tamanho definido para esta, confeccionado em tecido Dry Fit 100% poliéster na cor azul marinho, contendo detalhes laterais inferiores na cor bordô e o brasão da Prefeitura Municipal de Balsa Nova estampado digitalmente na perna esquerda, medindo aproximadamente 10,0 x 8,0 cm (altura x largura). O meião deverá ser confeccionado em poliéster e elastano, na cor bordô, harmonizando com os detalhes da gola e acabamentos do uniforme, disponível no tamanho G Adulto. As cores, tonalidades, posicionamentos dos elementos gráficos e demais especificações visuais deverão seguir a Tabela de Cores constante no Anexo do Termo de Referência. Os tamanhos e medidas deverão obedecer à Tabela de Medidas constante no Anexo do Termo de Referência, a qual integra este descritivo para todos os efeitos. Imagem Ilustrativa no termo de Referência. (ANEXO III)	TRB	kit	22	85,00	1.870,00
1	2	KIT FEMININO ADULTO AZUL : O kit é composto por camisa feminina em tecido Dry Fit 100% poliéster, apresentando trama em padrão quadriculado (estilo colmeia), predominantemente na cor azul marinho, com detalhes em tonalidade azul royal formando o padrão quadriculado, mangas curtas e gola em "V" na cor bordô. A modelagem deverá ser feminina, proporcionando melhor ajuste ao corpo, disponível nos tamanhos entre PP e G5 (a definir com a secretaria demandante). A camisa deverá conter o brasão da Prefeitura Municipal de Balsa Nova estampado digitalmente na parte frontal superior esquerda, medindo aproximadamente 10,0 x 8,0 cm (altura x largura), além de numeração de 1 a 22 e a inscrição "BALSA NOVA" na parte superior traseira, ambas na cor branca. O calção feminino deverá compor conjunto com a camisa, acompanhando o mesmo tamanho definido para esta, confeccionado em tecido Dry Fit 100% poliéster na cor azul marinho, contendo detalhes laterais inferiores na cor bordô e o brasão da Prefeitura Municipal de Balsa Nova estampado digitalmente na perna esquerda, medindo aproximadamente 10,0 x 8,0 cm (altura x largura). O meião feminino deverá ser confeccionado em poliéster e elastano, na cor bordô, harmonizando com os detalhes da gola e acabamentos do uniforme, disponível em tamanho adulto adequado à numeração feminina. As cores, tonalidades, posicionamentos dos elementos gráficos e demais especificações visuais deverão seguir a Tabela de Cores constante no Anexo do Termo de Referência. Os tamanhos e medidas deverão obedecer à Tabela de Medidas constante no Anexo do Termo de Referência, a qual integra este descritivo para todos os efeitos. Imagem Ilustrativa no termo de Referência. (ANEXO III)	TRB	kit	22	85,00	1.870,00
1	3	KIT INFANTIL AZUL: O kit é composto por camisa infantil em tecido Dry Fit 100% poliéster, apresentando trama em padrão quadriculado (estilo colmeia), predominantemente na cor azul marinho, com detalhes em tonalidade azul roya formando o padrão quadriculado, mangas curtas e gola em "V" na cor bordô. Disponível nos tamanhos 06 ao 16 (a definir com a secretaria demandante). A camisa deverá conter o brasão da Prefeitura Municipal de Balsa Nova estampado digitalmente na parte frontal superior esquerda, medindo aproximadamente 10,0 x 8,0 cm (altura x largura), além de numeração de 1 a 22 e a inscrição "BALSA NOVA" na parte superior traseira, ambas na cor branca. O calção infantil deverá compor conjunto com a camisa, acompanhando o mesmo tamanho definido para esta, confeccionado em tecido Dry Fit 100% poliéster na cor azul marinho, contendo detalhes laterais inferiores na cor bordô e o brasão da Prefeitura Municipal de Balsa Nova estampado digitalmente na perna esquerda, medindo aproximadamente 10,0 x 8,0 cm (altura x largura). O meião infantil deverá ser confeccionado em poliéster e elastano, na cor bordô, harmonizando com os detalhes da gola e acabamentos do uniforme, disponível em tamanho infantil compatível com os tamanhos infantis, tonalidades, posicionamentos dos elementos gráficos e demais especificações visuais deverão seguir a Tabela de Cores constante no Anexo do Termo de Referência. Os tamanhos e medidas deverão obedecer à Tabela de Medidas constante no Anexo do Termo de Referência, a qual integra este descritivo para todos os efeitos. Imagem Ilustrativa no termo de Referência (ANEXO III)	TRB	kit	22	80,00	1.760,00
1	4	KIT MASCULINO ADULTO BRANCO: Camisa: confeccionada em tecido tecnológico Dry Fit, 100% poliéster, predominantemente na cor branca, apresentando padrão quadriculado em tons de branco e cinza-claro, manga curta e gola em formato "V" na cor vermelho vivo. Grade de tamanhos variando do P ao G5 (a ser definida pela secretaria solicitante no ato do pedido). Deverá conter o Brasão Oficial da Prefeitura Municipal de Balsa Nova aplicado por estamparia digital na	TRB	kit	22	85,00	1.870,00

		região frontal superior esquerda, com dimensões aproximadas de 10,0 x 8,0 cm (altura x largura), numeração sequencial de 1 a 22 gravada no dorso na cor azul royal e inscrição com o nome do município "BALSA NOVA" centralizada na parte superior traseira, também na cor azul royal. Calção: confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% poliéster, na cor branca, acompanhando o padrão visual da camisa, com grade de tamanhos variando do P ao G5. Deverá conter o Brasão Oficial da Prefeitura Municipal de Balsa Nova aplicado por estamparia digital na região frontal inferior esquerda, com dimensões aproximadas de 10,0 x 8,0 cm (altura x largura). Meião: confeccionado em composição de poliéster e elastano, tamanho G Adulto, na cor azul royal, harmonizando com a numeração, a inscrição do município e os demais detalhes do uniforme. As cores, tonalidades, posicionamentos dos elementos gráficos e demais especificações visuais deverão seguir a Tabela de Cores constante no Anexo do Termo de Referência. Os tamanhos e medidas deverão obedecer à Tabela de Medidas constante no Anexo do Termo de Referência, a qual integra este descritivo para todos os efeitos. Imagem Ilustrativa no termo de Referência (ANEXO IV)					
1	5	KIT FEMININO ADULTO BRANCO: Camisa Feminina: confeccionada em tecido tecnológico Dry Fit, 100% poliéster, predominantemente na cor branca, apresentando padrão quadriculado em tons de branco e cinza-claro, manga curta e gola em formato "V" na cor vermelho vivo. Grade de tamanhos variando do P ao G5 (a ser definida pela secretaria solicitante no ato do pedido). Modelagem deverá ser feminina. Deverá conter o Brasão Oficial da Prefeitura Municipal de Balsa Nova aplicado por estamparia digital na região frontal superior esquerda, com dimensões aproximadas de 10,0 x 8,0 cm (altura x largura), numeração sequencial de 1 a 22 gravada no dorso na cor azul royal e inscrição com o nome do município "BALSA NOVA" centralizada na parte superior traseira, também na cor azul royal. Calção Feminino: confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% poliéster, na cor branca, com grade de tamanhos variando do P ao G5. Deverá conter o Brasão Oficial da Prefeitura Municipal de Balsa Nova aplicado por estamparia digital na região frontal inferior esquerda, com dimensões aproximadas de 10,0 x 8,0 cm (altura x largura). Meião: confeccionado em composição de poliéster e elastano, tamanho G Adulto, na cor azul royal, harmonizando com a numeração, a inscrição do município e os demais detalhes do uniforme. As cores, tonalidades, posicionamentos dos elementos gráficos e demais especificações visuais deverão seguir a Tabela de Cores constante no Anexo do Termo de Referência. Os tamanhos e medidas deverão obedecer à Tabela de Medidas constante no Anexo do Termo de Referência, a qual integra este descritivo para todos os efeitos. Imagem Ilustrativa no termo de Referência (ANEXO IV).	TRB	kit	22	74,50	1.639,00
1	6	KIT INFANTIL BRANCO: Camisa Infantil: confeccionada em tecido tecnológico Dry Fit, 100% poliéster, predominantemente na cor branca, apresentando padrão quadriculado em tons de branco e cinza-claro, manga curta e gola em formato "V" na cor vermelho vivo. Grade de tamanhos variando do 06 ao 16 (a ser definida pela secretaria solicitante no ato do pedido). Deverá conter o Brasão Oficial da Prefeitura Municipal de Balsa Nova aplicado por estamparia digital na região frontal superior esquerda, com dimensões aproximadas de 10,0 x 8,0 cm (altura x largura), numeração sequencial de 1 a 22 gravada no dorso na cor azul royal e inscrição com o nome do município "BALSA NOVA" centralizada na parte superior traseira, também na cor azul royal. Calção: confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% poliéster, na cor branca, acompanhando o padrão visual da camisa, com grade de tamanhos variando do 06 ao 16. Deverá conter o Brasão Oficial da Prefeitura Municipal de Balsa Nova aplicado por estamparia digital na região frontal inferior esquerda, com dimensões aproximadas de 10,0 x 8,0 cm (altura x largura). Meião: confeccionado em composição de poliéster e elastano, em tamanho infantil compatível com os tamanhos solicitados, na cor azul royal, harmonizando com a numeração, a inscrição do município e os demais detalhes do uniforme. As cores, tonalidades, posicionamentos dos elementos gráficos e demais especificações visuais deverão seguir a Tabela de Cores constante no Anexo do Termo de Referência. Os tamanhos e medidas deverão obedecer à Tabela de Medidas constante no Anexo do Termo de Referência, a qual integra este descritivo para todos os efeitos. Imagem Ilustrativa no termo de Referência (ANEXO IV).	TRB	kit	22	70,00	1.540,00
4	1	COLETES PARA TREINO: Colete de treinamento confeccionado em tecido 100% Poliéster com tecnologia Dry Fit, garantindo leveza e rápida absorção de suor; a peça deverá apresentar marcação numérica de 01 a 22 nas costas na cor preto , aplicada através do processo de sublimação; acabamento em preto nas laterais e gola, as cores utilizadas serão azul claro, verde limão, vermelho vivo e laranja; a distribuição dos tamanhos (dentro da grade do 04 infantil ao GG adulto) será definida e fornecida pela Secretaria solicitante no ato da emissão da nota de empenho ou ordem de serviço, atendendo plenamente aos requisitos de durabilidade e conforto para a prática esportiva. As cores, tonalidades, posicionamentos dos elementos gráficos e demais especificações visuais deverão seguir a Tabela de Cores constante no Anexo do Termo de Referência. Os tamanhos e medidas deverão obedecer à Tabela de Medidas constante no Anexo do Termo de Referência, a qual integra este descritivo para todos os efeitos. Imagem Ilustrativa no termo de Referência (ANEXO XI).	TRB	Un.	88	19,88	1.749,44
VALOR TOTAL: R$ 12.298,44 (doze mil, duzentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:56678FD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 58/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR58/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 09/10/2026
d) Objeto da licitação: aquisição de itens que visam, ao final da campanha "Abrace essa ideia, compre no comércio local 2026", premiar os munícipes sorteados
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7943 - PINHA MOTOS ELETRICAS LTDA (57.524.320/0001-68)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	34275 - Motocicleta Eletrica modelo 2026, motor minimo 1000W, bateria 60V 25Ah recarregavel bivolt, autonomia de 40 a 80km, painel digital de LED, freios a disco, capacidade de carga de 150 a 200kg, nova	UN	ECOVIVA	2	8.050,00	16.100,00
Total (R$):						16.100,00

7204 - PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (62.110.122/0001-98)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	34276 - Geladeira Refrigerador Frost Free 410L cor inox duas portas, controle de temperatura de 3 niveis, filtro antiodor, freezer minimo 99L, geladeira minima 311L, voltagem 110V, eficiencia energetica A+	UN	CONSUL	1	3.078,99	3.078,99
3	34277 - Smart TV LED 55 polegadas 4K Ultra HD 3840x2160, min 60Hz, sistema Web OS 23 ou mais recente, HDR10, HLG, AI Sound, conexoes 3 HDMI, 2 USB, Wi-Fi, Bluetooth, controle Smart Magic, bivolt, nova	UN	LG	1	2.879,80	2.879,80
4	34278 - Lavadora de roupas Maquina de lavar 12Kg, abertura superior, 16 ciclos de lavagem, 4 niveis de agua, display digital, consumo de agua aprox 135L, cesto em inox com base plastica, voltagem 110V, nova	UN	CONSUL	1	1.998,72	1.998,72
Total (R$):						7.957,51

Bom Jesus do Sul-PR, 09/10/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:639D1CFC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 235/2026 - INEXIGIBILIDADE 15/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 235/2026
INEXIGIBILIDADE 15/2026 – (Processo Licitatório 112/2026). DATA DO AVISO: 01/10/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: INGA CAMINHOES LTDA – CNPJ: 23.008.729/0001-00.
OBJETO: Formação de registro de preços para aquisição de 01 (um) veículo automotor tipo minibus/micro-ônibus, teto alto, com capacidade para 20 (vinte) passageiros + 01 (um) motorista), destinado ao atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal, especialmente para utilização no transporte escolar de alunos da rede pública de ensino. Será realizada mediante adesão à **Ata de Registro de Preços nº 031/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 031/2024, conduzido pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região DO Alto Uruguai – CIRAU., conforme descrito no Anexo I, parte inseparável deste Edital**, de acordo com as condições e especificações constantes no edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTD	VALOR UNITÁRIO
003	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS TETO ALTO 20+1 LUGARES COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: NOVO, ZERO KM, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2024/2025, COR PREDOMINANTE BRANCA, 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO) E PORTA PARA EMBARQUE DE PASSAGEIROS, CABINE/CARROCERIA PARA 20+1 OCUPANTES, MINIBUS TETO ALTO DE SÉRIE, DIESEL, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 71 LITROS, TRANSMISSÃO MANUAL DE 6 VELOCIDADES À FRENTE E UMA A RÉ, DIREÇÃO, ELÉTRICA, COMPRIMENTO TOTAL DE 7367 MM, LARGURA DE 2020 MM, ALTURA DE 2857 MM, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4325 MM, MOTOR DIANTEIRO COM 4 CILINDROS, POTÊNCIA DE 170 CV, TORQUE DE 40,8 KGFM, SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO INJEÇÃO ELETRÔNICAASPIRAÇÃO TURBOCOMPRESSOR, FREIO COM SISTEMA ANTIBLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS, DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD), AIRBAGS FRONTAIS, ALARME (SISTEMA ANTIFURTO) COM TRAVAMENTO DAS PORTA VIA CONTROLE, CÂMERA TRASEIRA, CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS PARA OCUPANTES DOS ASSENTOS DIANTEIROS, ENCOSTO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, FARÓIS DE NEBLINA, CONTROLE DE ESTABILIDADE, CONTROLE DE TRAÇÃO, TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS, ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA, SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, AR CONDICIONADO, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA, AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES, CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS, POLTRONAS RECLINÁVEIS PARA PASSAGEIROS COM EXCEÇÃO DAS DUAS POLTRONAS LOCALIZADAS NAS EXTREMIDADES DA ÚLTIMA FILEIRA E DO PASSAGEIRO NA CABINE DO MOTORISTA, PONTO DE FORÇA 12V, KIT MULTIMIDIA, CONEXÃO BLUETOOTH, COMPUTADOR DE BORDO, TACÓGRAFO, PROTETOR DE CÁRTER/CAIXA DE CÂMBIO PARA OS MODELOS QUE SE APLICAR, COM PNEUS 195/75 R 16C, PESO BRUTO TOTAL (PBT) DE 5.000 KG, PESO BRUTO TOTAL COMBINADO (PBTC) DE 7.000 KG, JOGO DE TAPETES, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS E EXIGIDOS PELOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO PARA O MODELO.	MERCEDESBENZ SPRINTER MINIBUS 517	01	R$ 403.620,00
Total da adesão R$ 403.620,00 (quatrocentos e três mil seiscentos e vinte reais)				

VALOR E PAGAMENTO: Pela aquisição do veículo a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 403.620,00 (quatrocentos e três mil seiscentos e vinte reais).** O pagamento será efetuado pelo Ente Participante/CIRAU via crédito bancário na conta corrente de titularidade da Pessoa Jurídica declarada do fornecedor registrado em até 30 (trinta) dias após o atestado definitivo do responsável pelo recebimento, conferência do bem e também da Nota Fiscal.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O pagamento será efetuado pelo Ente Participante/CIRAU via crédito bancário na conta corrente de titularidade da Pessoa Jurídica declarada do fornecedor registrado em até 30 (trinta) dias após o atestado definitivo do responsável pelo recebimento, conferência do bem e também da Nota Fiscal.
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

Bom Sucesso do Sul, 13 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:35378909

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 110/2026
Pregão Eletrônico nº 56/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: Registro de preço para eventual aquisição de caixas ossuário para atendimento das necessidades do Município.

FORNECEDOR: ROSILENE VIEIRA LOPES EPP
CNPJ: 10.279.430/0001-48

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES						
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição**	**R$ Unitário**	**R$ Total**	**MARCA**
01	125	UND	Caixa para ossos, confeccionado em poliestireno, Medidas externas 26 altura, 59 comprimento e 27 de largura. Lacre de segurança e cartão de identificação. **COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVO ME/EPP.**	R$ 110,00	R$13.700,00	FUNEART
02	375	UND	Caixa para ossos, confeccionado em poliestireno, Medidas externas 26 altura, 59 comprimento e 27 de largura. Lacre de segurança e cartão de identificação. **COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.**	R$ 110,00	R$41.250,00	FUNEART
TOTAL					**R$55.000,00**	

Califórnia 21/09/2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente De Contratação

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:10BEB4C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO 056/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 110/2026
Nº Licitação: 056/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de caixas ossuário para atendimento das necessidades do Município.

FORNECEDOR: ROSILENE VIEIRA LOPES EPP
CNPJ: 10.279.430/0001-48

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES						
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição**	**R$ Unitário**	**R$ Total**	**MARCA**
01	125	UND	Caixa para ossos, confeccionado em poliestireno, Medidas externas 26 altura, 59	R$ 110,00	R$13.700,00	

			comprimento e 27 de largura. Lacre de segurança e cartão de identificação. **COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVO ME/EPP.**			FUNEART
02	375	UND	Caixa para ossos, confeccionado em poliestireno, Medidas externas 26 altura, 59 comprimento e 27 de largura. Lacre de segurança e cartão de identificação. **COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.**	R$ 110,00	R$41.250,00	FUNEART
TOTAL					**R$55.000,00**	

Valor Total do Pregão: R$ 129.875,00 (cento e vinte e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Total Homologado do Processo: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO:
Manutenção do Cemitério e Capela Mortuária
04.001.15.452.0005.2015 – 3.3.90.30 Fonte 1000 - Red. 141 Valor Total R$ 129.875,00.
Valor Total R$ 129.875,00 (cento e setenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Califórnia, 13 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:8F4F5CA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
EDITAL Nº 29/2026

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DEPTRAN
CAMPINA GRANDE DO SUL

Ref.: Notificação de Imposição de Penalidade de Multa

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, **notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA** em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª **oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN – CAMPINA GRANDE DO SUL,** o qual será remetido à JARI para julgamento, conforme prazos abaixo:

a) Até 05/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
ABG9I36	274770NIC0000868	20/06/2026	50020	R$ 390.46
AJH2E20	274770T000016206	10/07/2026	76331	R$ 293.47
ANB5A64	274770NIC0000865	20/06/2026	50020	R$ 390.46
AVJ2334	274770NIC0000866	20/06/2026	50020	R$ 390.46
BDL9F31	274770T000016207	10/07/2026	76331	R$ 293.47
BVD6J77	274770NIC0000869	20/06/2026	50020	R$ 390.46
BWM4D97	274770NIC0000870	20/06/2026	50020	R$ 390.46
HGO4908	274770T000016209	10/07/2026	54521	R$ 195.23
JDL1901	274770NIC0000872	23/06/2026	50020	R$ 586.94
MHH8574	274770NIC0000873	23/06/2026	50020	R$ 390.46
SEN1E49	274770NIC0000864	20/06/2026	50020	R$ 260.32
SEV5F32	274770NIC0000867	20/06/2026	50020	R$ 586.94
TAL4B45	274770T000007644	09/07/2026	55411	R$ 195.23
TAP9I09	274770NIC0000871	23/06/2026	50020	R$ 586.94

b) Até 09/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
BBD7J65	274770NIC0000875	26/06/2026	50020	R$ 586.94
FVO8F25	274770NIC0000876	26/06/2026	50020	R$ 586.94
TPT9I01	274770NIC0000877	26/06/2026	50020	R$ 260.32
TBQ5E73	274770NIC0000878	27/06/2026	50020	R$ 586.94

c) Até 13/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AED2299	274770T000015751	21/07/2026	58191	R$ 880.41
AED2299	274770T000015100	21/07/2026	51851	R$ 195.23
AGF5I88	274770T000001142	15/07/2026	76331	R$ 293.47
AHP3838	274770T000008712	18/07/2026	65300	R$ 195.23
AHZ0A26	274770T000016093	15/07/2026	55680	R$ 195.23
AKM6908	274770T000009357	16/07/2026	76331	R$ 293.47
AML7410	274770T000015401	18/07/2026	70301	R$ 293.47
ANU2873	274770T000016091	15/07/2026	55680	R$ 195.23
AOU9194	274770T000008711	18/07/2026	76331	R$ 293.47

AQA0G09	274770T000016404	15/07/2026	55500	R$ 130.16
ATO1I80	274770T000016502	14/07/2026	76331	R$ 293.47
AUY9070	274770T000016503	15/07/2026	65300	R$ 195.23
AVB4D66	274770T000016504	15/07/2026	55250	R$ 130.16
AVJ5C55	274770T000016210	10/07/2026	76331	R$ 293.47
AWF4C90	274770T000003077	12/07/2026	54522	R$ 195.23
AWI6A26	274770T000016410	19/07/2026	70301	R$ 293.47
AWS3524	274770T000016089	15/07/2026	55680	R$ 195.23
AXI0D24	274770T000009355	16/07/2026	58191	R$ 880.41
AXT6839	274770T000016094	15/07/2026	55680	R$ 195.23
AZY5A70	274770T000016097	15/07/2026	55500	R$ 130.16
BAB0G21	274770T000009356	16/07/2026	76331	R$ 293.47
BAX0H01	274770T000016211	14/07/2026	76331	R$ 293.47
BBG6H65	274770T000016408	15/07/2026	55500	R$ 130.16
BBP9J23	274770T000000830	20/07/2026	66700	R$ 195.23
BCW2593	274770T000003244	11/07/2026	54526	R$ 195.23
BEL0233	274770T000009362	20/07/2026	65300	R$ 195.23
BEU7I40	274770T000016407	15/07/2026	55500	R$ 130.16
CYQ8J65	274770T000003756	18/07/2026	65300	R$ 195.23
HXK3447	274770T000016095	15/07/2026	55680	R$ 195.23
MFZ0828	274770T000003076	12/07/2026	54522	R$ 195.23
MIC3299	274770NIC0000881	30/06/2026	50020	R$ 390.46
MLD3C84	274770T000003078	12/07/2026	51930	R$ 293.47
PXH3B79	274770NIC0000882	30/06/2026	50020	R$ 260.32
QIC2F74	274770T000009358	20/07/2026	76331	R$ 293.47
QNX7J39	274770T000016452	16/07/2026	55414	R$ 195.23
SEA4G93	274770T000016403	15/07/2026	55500	R$ 130.16
TBU5B52	274770T000016090	15/07/2026	55680	R$ 195.23
UAW2A49	274770T000016099	15/07/2026	55500	R$ 130.16
UBF7I64	274770T000000827	16/07/2026	70301	R$ 293.47

d) Até 19/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AHO6I05	274770T000016422	27/07/2026	55680	R$ 195.23
AOZ7538	274770T000016425	27/07/2026	55680	R$ 195.23
APK9302	274770T000016427	27/07/2026	55680	R$ 195.23
APT7C31	274770T000016852	28/07/2026	54521	R$ 195.23
AQV2B46	274770T000016411	27/07/2026	55500	R$ 130.16
ATV1E24	274770T000003245	27/07/2026	65300	R$ 195.23
ATW8810	274770T000015556	23/07/2026	55414	R$ 195.23
AUN8J70	274770T000016419	27/07/2026	55680	R$ 195.23
AUQ2788	274770NIC0000883	07/07/2026	50020	R$ 390.46
AVA4903	274770T000009364	24/07/2026	51930	R$ 293.47
AVQ4F13	274770T000016423	27/07/2026	55680	R$ 195.23
AWE8502	274770T000016421	27/07/2026	55680	R$ 195.23
AWW8F88	274770NIC0000886	07/07/2026	50020	R$ 390.46
AZO9C74	274770T000016851	28/07/2026	55411	R$ 195.23
BAO6J35	274770T000016412	27/07/2026	55500	R$ 130.16
BAZ7H93	274770T000016413	27/07/2026	55500	R$ 130.16
BCQ8G56	274770T000016426	27/07/2026	55680	R$ 195.23
BER5G53	274770T000016429	27/07/2026	51851	R$ 195.23
BEU7I40	274770T000016417	27/07/2026	55500	R$ 130.16
DFK7B00	274770T000016420	27/07/2026	55680	R$ 195.23
JHP2877	274770T000015752	25/07/2026	55414	R$ 195.23
SDP3J18	274770T000016853	28/07/2026	55414	R$ 195.23
TDH7G32	274770NIC0000884	07/07/2026	50020	R$ 260.32
UBL9C08	274770T000015753	25/07/2026	55414	R$ 195.23

e) Até 23/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
APW3507	274770T000016214	30/07/2026	76331	R$ 293.47
AUI4E24	274770T000009368	28/07/2026	76331	R$ 293.47
AXV4C64	274770T000016854	28/07/2026	55414	R$ 195.23
BCN4D92	274770T000016213	30/07/2026	76331	R$ 293.47
RHE7C40	274770T000009366	28/07/2026	66531	R$ 195.23
SFK8B28	274770T000006924	31/07/2026	60502	R$ 293.47
SHJ0J95	274770T000003758	30/07/2026	57380	R$ 293.47

Campina Grande do Sul, 09 de outubro de 2026.

ANDRÉ HENRIQUE DE MOURA VIDOLIN
Diretor de Trânsito
Portaria n. 222/2025

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:49ABD35B

GABINETE
EDITAL Nº 30/2026

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DEPTRAN
CAMPINA GRANDE DO SUL

Ref.: Notificação de autuação de infração de trânsito

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, **notificamos que foi lavrada a autuação de infração** cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª **indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto ao DEPTRAN - CAMPINA GRANDE DO SUL,** conforme prazo abaixo:

a) Até 03/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AXK5730	274770NIC0000896	25/08/2026	50020
BCP4G42	274770NIC0000899	25/08/2026	50020
BEA4D97	274770NIC0000900	25/08/2026	50020
TCY0H26	274770NIC0000898	25/08/2026	50020
UBA6J04	274770NIC0000901	25/08/2026	50020
UBF2H22	274770NIC0000897	25/08/2026	50020

b) Até 06/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
BBY5F42	274770NIC0000902	29/08/2026	50020
TAJ3D91	274770NIC0000903	29/08/2026	50020

c) Até 09/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AHW9A21	274770T000009621	12/09/2026	65300
AJL1H96	274770T000016826	03/09/2026	51851
AKX4404	274770T000016802	03/09/2026	54100
AMP6J33	274770T000016821	03/09/2026	51851
ANM0529	274770T000016809	03/09/2026	54521
ANM0529	274770T000016810	03/09/2026	76842
AOR0F64	274770T000016626	16/09/2026	54281
AOR5J04	274770T000009623	12/09/2026	51851
AOR5J04	274770T000009624	12/09/2026	51930
APE0A68	274770T000017453	15/09/2026	76331
APU3H72	274770T000016805	03/09/2026	51851
AQJ5B38	274770T000009618	07/09/2026	55250
AQX5101	274770T000016815	03/09/2026	51851
ASD6E86	274770T000016647	20/09/2026	54527
ATD4818	274770T000009395	14/09/2026	58191
AUO5C17	274770T000017201	04/09/2026	55414
AUS2E41	274770T000016632	16/09/2026	55500
AVH3329	274770T000016645	20/09/2026	54527
AVN8I04	274770T000016818	03/09/2026	51851
AVP2911	274770T000017203	04/09/2026	55414
AWC6J63	274770T000017456	19/09/2026	51851
AWD4A66	274770T000016629	16/09/2026	55500
AWL6B46	274770T000003735	08/09/2026	51851
AXA2253	274770T000016627	16/09/2026	55500
AXC8H33	274770T000016814	03/09/2026	51851
AYB9E10	274770T000016646	20/09/2026	54527
AZG1J18	274770T000016808	03/09/2026	54521
AZP3D54	274770T000016644	20/09/2026	73232
BBG3928	274770T000001145	12/09/2026	55414
BDH2E76	274770T000016649	20/09/2026	54527
BDV2A27	274770T000016641	16/09/2026	55680
BEX4A76	274770T000017402	11/09/2026	76331
BYJ4C94	274770T000017454	19/09/2026	57200
CYW9497	274770T000016639	16/09/2026	55680
DIO3I56	274770T000016831	03/09/2026	65300
DJE9I33	274770T000016822	03/09/2026	51851
EBK9F30	274770T000016829	03/09/2026	76331
EBK9F30	274770T000016828	03/09/2026	51851
EFW7A08	274770T000016630	16/09/2026	55500
ENM4E06	274770T000017554	20/09/2026	55250
EPI2H69	274770T000016823	03/09/2026	51851
ETL2566	274770T000016637	16/09/2026	55680
EUP7B20	274770T000009622	12/09/2026	65300
FEF7F14	274770T000016817	03/09/2026	51851
GXY4246	274770T000003088	06/09/2026	54522
HLG6944	274770T000011010	08/09/2026	76251
IOY0383	274770T000001146	21/09/2026	76332
IUG2G54	274770T000003086	06/09/2026	53980
IVA4F95	274770T000017202	04/09/2026	76331
KGN3G78	274770T000016804	03/09/2026	51851
KGN3G78	274770T000016803	03/09/2026	54870
KGW4G41	274770T000016625	16/09/2026	54281
LAN2A88	274770T000009619	08/09/2026	55250
LZP8492	274770T000017551	20/09/2026	54527
LZP8492	274770T000017552	20/09/2026	66020
MAZ1705	274770T000016825	03/09/2026	51851
MBC0D59	274770T000003087	06/09/2026	55250
MHB7I39	274770T000016824	03/09/2026	51851
PZF7H51	274770T000008726	15/09/2026	65300
QJX6H07	274770T000017553	20/09/2026	55250

QJX6H07	274770T000016648	20/09/2026	54527
RHY3G34	274770T000016633	16/09/2026	55500
RYS6A64	274770T000016634	16/09/2026	55500
SEK6A91	274770T000016807	03/09/2026	54521
SFY3J17	274770T000011012	08/09/2026	55414
TBA3H26	274770T000016642	16/09/2026	51851
UAW4A16	274770T000017351	10/09/2026	70481
UBW9E22	274770T000016628	16/09/2026	55500
AJH2E20	274770NIC0000905	01/09/2026	50020
AHW9A21	274770T000009621	12/09/2026	65300
AJL1H96	274770T000016826	03/09/2026	51851
AKX4404	274770T000016802	03/09/2026	54100
AMP6J33	274770T000016821	03/09/2026	51851
ANM0529	274770T000016809	03/09/2026	54521
ANM0529	274770T000016810	03/09/2026	76842
AOR0F64	274770T000016626	16/09/2026	54281
AOR5J04	274770T000009623	12/09/2026	51851
AOR5J04	274770T000009624	12/09/2026	51930
APE0A68	274770T000017453	15/09/2026	76331
APU3H72	274770T000016805	03/09/2026	51851
AQJ5B38	274770T000009618	07/09/2026	55250
AQX5101	274770T000016815	03/09/2026	51851
ASD6E86	274770T000016647	20/09/2026	54527
ATD4818	274770T000009395	14/09/2026	58191
AUO5C17	274770T000017201	04/09/2026	55414
AUS2E41	274770T000016632	16/09/2026	55500
AVH3329	274770T000016645	20/09/2026	54527
AVN8I04	274770T000016818	03/09/2026	51851
AVP2911	274770T000017203	04/09/2026	55414
AWC6J63	274770T000017456	19/09/2026	51851
AWD4A66	274770T000016629	16/09/2026	55500
AWL6B46	274770T000003735	08/09/2026	51851
AXA2253	274770T000016627	16/09/2026	55500
AXC8H33	274770T000016814	03/09/2026	51851
AYB9E10	274770T000016646	20/09/2026	54527
AZG1J18	274770T000016808	03/09/2026	54521
AZP3D54	274770T000016644	20/09/2026	73232
BBG3928	274770T000001145	12/09/2026	55414
BDH2E76	274770T000016649	20/09/2026	54527
BDV2A27	274770T000016641	16/09/2026	55680
BEX4A76	274770T000017402	11/09/2026	76331
BYJ4C94	274770T000017454	19/09/2026	57200
CYW9497	274770T000016639	16/09/2026	55680
DIO3I56	274770T000016831	03/09/2026	65300
DJE9I33	274770T000016822	03/09/2026	51851
EBK9F30	274770T000016829	03/09/2026	76331
EBK9F30	274770T000016828	03/09/2026	51851
EFW7A08	274770T000016630	16/09/2026	55500
ENM4E06	274770T000017554	20/09/2026	55250
EPI2H69	274770T000016823	03/09/2026	51851
ETL2566	274770T000016637	16/09/2026	55680
EUP7B20	274770T000009622	12/09/2026	65300
FEF7F14	274770T000016817	03/09/2026	51851
GXY4246	274770T000003088	06/09/2026	54522
HLG6944	274770T000011010	08/09/2026	76251
IOY0383	274770T000001146	21/09/2026	76332
IUG2G54	274770T000003086	06/09/2026	53980
IVA4F95	274770T000017202	04/09/2026	76331
KGN3G78	274770T000016804	03/09/2026	51851
KGN3G78	274770T000016803	03/09/2026	54870
KGW4G41	274770T000016625	16/09/2026	54281
LAN2A88	274770T000009619	08/09/2026	55250
LZP8492	274770T000017551	20/09/2026	54527
LZP8492	274770T000017552	20/09/2026	66020
MAZ1705	274770T000016825	03/09/2026	51851
MBC0D59	274770T000003087	06/09/2026	55250
MHB7I39	274770T000016824	03/09/2026	51851
PZF7H51	274770T000008726	15/09/2026	65300
QJX6H07	274770T000017553	20/09/2026	55250
QJX6H07	274770T000016648	20/09/2026	54527
RHY3G34	274770T000016633	16/09/2026	55500
RYS6A64	274770T000016634	16/09/2026	55500
SEK6A91	274770T000016807	03/09/2026	54521
SFY3J17	274770T000011012	08/09/2026	55414
TBA3H26	274770T000016642	16/09/2026	51851
UAW4A16	274770T000017351	10/09/2026	70481
UBW9E22	274770T000016628	16/09/2026	55500
AJH2E20	274770NIC0000905	01/09/2026	50020

d) Até <u>12/11/2026</u>:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AEG1990	274770T000016834	23/09/2026	51851
APJ0C69	274770T000000842	22/09/2026	51851
ATG7787	274770T000009625	23/09/2026	76332
AUD4A19	274770T000009626	23/09/2026	51851
AVM4H97	274770T000016832	23/09/2026	70301
JAR5J31	274770T000016833	23/09/2026	54521

e) Até 13/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AHG0E02	274770T000017566	24/09/2026	55680
ARK8C43	274770T000017558	24/09/2026	55500
ATS4H24	274770T000017562	24/09/2026	55500
AXX3525	274770T000017567	24/09/2026	55680
AYQ2675	274770T000009629	24/09/2026	65992
AYQ2675	274770T000009628	24/09/2026	57380
AYQ2675	274770T000009630	24/09/2026	66020
BDJ0J07	274770T000017571	24/09/2026	55680
ERV3F78	274770T000017568	24/09/2026	55680
FTN8C74	274770T000017561	24/09/2026	55500
IOQ1E21	274770T000017565	24/09/2026	55680
JHV8D64	274770T000017569	24/09/2026	55680
LPV3455	274770T000017563	24/09/2026	55500
MKS5F50	274770T000017570	24/09/2026	55680
OCM6F44	274770T000017559	24/09/2026	55500

f) Até 16/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AKR9A13	274770T000003250	25/09/2026	65300
ARS4C40	274770T000017587	28/09/2026	55500
AWE1A32	274770T000016841	27/09/2026	65300
AWG8E32	274770T000017584	28/09/2026	55500
BCW2593	274770NIC0000906	09/09/2026	50020
BDG5B89	274770T000017597	28/09/2026	55680
DDS1B86	274770T000017580	26/09/2026	57200
DJP1C90	274770T000017578	26/09/2026	76332
ELS0A67	274770T000003090	26/09/2026	76332
FVK8B63	274770T000017579	26/09/2026	76332
HMY9J84	274770T000017592	28/09/2026	55680
JGB7738	274770T000017585	28/09/2026	55500
KPX0322	274770T000017582	28/09/2026	55500
LNF5F32	274770T000016842	27/09/2026	55250
MGK3I41	274770T000017590	28/09/2026	55500
OZT2J06	274770T000017577	26/09/2026	76332
RHG1G61	274770T000016217	29/09/2026	76331
SEZ4D39	274770T000008551	25/09/2026	73400
TBN3E10	274770T000017595	28/09/2026	55680
TBU5B52	274770NIC0000908	09/09/2026	50020
TPT3I55	274770T000017588	28/09/2026	55500
UAW2A49	274770NIC0000907	09/09/2026	50020

g) Até 19/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
APY6H22	274770T000009396	30/09/2026	55500
RHL6H95	274770T000000844	30/09/2026	54790

h) Até 23/11/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AMZ3F81	274770T000009397	30/09/2026	51930
ALO2059	274770T000017603	02/10/2026	55500
AMR2801	274770T000017602	02/10/2026	55500
ARF1017	274770T000009631	01/10/2026	76842
ASD9F86	274770T000009634	01/10/2026	76331
AXN1G47	274770T000017616	02/10/2026	55680
BAE9F07	274770T000001149	02/10/2026	76331
BAJ4879	274770T000017599	02/10/2026	55500
BBV6526	274770T000017610	02/10/2026	55500
DLP9750	274770T000009632	01/10/2026	51851
ETS9D54	274770T000017600	02/10/2026	55500
EZA2581	274770T000017607	02/10/2026	55500
IRB9C81	274770T000017619	02/10/2026	55680
ISB1G58	274770T000016843	01/10/2026	54521
MGK3I41	274770T000017609	02/10/2026	55500
OYX9E86	274770T000017612	02/10/2026	55500
RUE3E63	274770T000017613	02/10/2026	55680
SDW9F82	274770T000017621	02/10/2026	55680
SEQ8G99	274770T000001147	02/10/2026	70301
SFD9H61	274770T000016845	01/10/2026	51851
SFD9H61	274770T000016846	01/10/2026	65300
SFN9H65	274770T000017601	02/10/2026	55500
SFO4H74	274770T000017608	02/10/2026	55500

Campina Grande do Sul, 09 de outubro de 2026.

ANDRÉ HENRIQUE DE MOURA VIDOLIN
Diretor de Trânsito
Portaria n. 222/2025

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:7123854F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO Nº001/2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº056/2026 (ATO DE PROVIMENTO – NOMEAÇÃO)

O Município de Campo do Tenente – PR, por intermédio de seu Prefeito, Weverton Willian Vizentin, no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO o determinado parecer jurídico n° 91/2026 e da decisão homologatória do prefeito municipal no protocolo n° 2185/2026, convoca-se:

1 – **DA CONVOCAÇÃO**

Convoca-se os seguintes servidores:

Cargo: Motorista

Classif	Lista	Nome
20°	AC	Iderson Gledson Nania

1.1 O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio a ser requisitado no Departamento de Recursos humanos e protocolar impreterivelmente até o dia anterior ao exame admissional. Após o exame, não serão aceitos pedidos de final de lista.
1.2 Caso o candidato não tenha interesse na vaga, deverá assinar o termo de desistência da vaga, que será fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos.

2 – DOS DOCUMENTOS E DAS DECLARAÇÕES:
2.1 O convocado deverá apresentar e protocolar ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Campo do Tenente – PR, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, contados da data da publicação deste Edital de convocação, os documentos abaixo elencados:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar, para o sexo masculino (dispensável caso o candidato tenha 46 anos ou mais).
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Título de Eleitor;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade, com histórico escolar, exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos, se houver;
i) Cópia do comprovante de residência;
j) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
l) Número do PIS/PASEP;
m) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos cinco anos;
n) Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral;
o) Atestado médico que comprove a deficiência alegada (somente para candidatos optantes pelas vagas PCD).
p) Apresentar ao Departamento de Pessoal as declarações a seguir, devidamente assinadas e reconhecidas em cartório, conforme modelos dos Anexos 1, 2 e 3 (Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992; Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a cargo público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um, sob pena de desclassificação; Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
q) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
r) Carteira de Trabalho e PIS/PASEP
s) Comprovante de residência atual
t) Certidão de Casamento e CPF do cônjuge, se houver.
u) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores, se houver.
v) Dados de conta corrente na Instituição Financeira indicada pelo município.
x) Consulta à Qualificação Cadastral do e-Social.
2.3 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação, sem justo motivo, será considerado como desistente, independentemente da assinatura do termo de desistência.
2.4 Protocolada toda a documentação, o candidato será submetido a inspeção médica, para atestar aptidão ao exercício do cargo.

3. DO EXAME MÉDICO
3.1 – Apresentados os documentos elencados no item 2, será designado o exame admissional perante a junta médica do Município de Campo do Tenente.
3.2 – De acordo com o cargo, cada candidato deverá apresentar os exames exigidos conforme o **ANEXO 4 no ato do exame admissional.**
3.3 – O exame clínico e o de acuidade visual serão realizados pelo Município, os demais deverão ser providenciados pelo convocado.
3.4 – O candidato convocado somente será nomeado se for julgado **APTO** física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.

3.5 Os candidatos com deficiência serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
3.6 Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato de mesma condição, conforme a ordem de classificação.

4. DA POSSE E DO EXERCÍCIO
4.1 A posse será precedida da apresentação dos documentos (item 2) e de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal (item 3).
4.2 Estando correta a documentação solicitada no item 2, bem como sendo considerado apto pela inspeção médica, será emitida a portaria de nomeação e o candidato assinará o termo de posse.
4.3 A contar da assinatura do termo de posse o servidor terá 30 dias para entrar em exercício.

Campo do Tenente, PR, 06 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

ANEXO 1
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome:	
CPF:	
Endereço:	

Relação de bens, direitos e valores	
Especificação	Valor (R$)
Total:	R$

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a Administração a proceder, por meio eletrônico, a guarda das informações constantes neste formulário, bem como das informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 2
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS E/OU FUNÇÕES

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro, nos termos do art. 37, inciso XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações desta são expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo.
Não ocupar outro cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos das esferas Federal, Estadual ou Municipal, no âmbito da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.
Ser detentor do cargo/emprego de _____ , na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas semanais e remuneração de R$ _____.
Receber proventos de aposentadoria, por ter se inativado(a) no cargo, emprego e/ou função pública de _____, na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas e proventos de R$ _____.
Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 3
DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro:
Não ter exercido cargo efetivo ou em comissão, ou emprego de natureza temporária (PSS), nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo efetivo ou em comissão nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo temporário federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 4

Funções	**Exames** **ADMISSIONAL**
•ADVOGADO •ARQUITETO •ASSISTENTE SOCIAL •AGENTE ADMINISTRATIVO •ANALISTA ADMINISTRATIVO •TÉCNICO DE CONTABILIDADE •AUXILIAR DE FARMÁCIA •CONTADOR •ENGENHEIRO •FISCAL GERAL •MONITOR DE ALUNO •ORIENTADOR EDUCACIONAL •TÉCNICO ADMINISTRATIVO •TÉCNICO AGRIMENSURA •TÉCNICO AMBIENTAL •TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO •TÉCNICO DE INFORMÁTICA, •TÉCNICO DE RECURSOS HUMANOS •TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO •TESOUREIRO •VIGIAS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296
•MÉDICO CLÍNICO GERAL •CIRURGIÃO DENTISTA •ENFERMEIRO •TÉCNICO ENFERMAGEM •TÉCNICO HIGIENE BUCAL •AUXILIAR DE ENFERMAGEM •AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo:• TGO: • TGP • Ureia • Creatinina: •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV:
•MOTORISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536• ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999 Exame toxicológico – PODERÁ SER DISPENSADO SE VIGENTE O CONSTANTE NA CNH
•FISIOTERAPEUTA •FARMACÊUTICA •FONOALDIOLOGA •PROFESSOR •PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA •PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL •PSICOLOGO PROFESSOR CMI •VIGILANTE SANITARIO •EDUCADOR INFANTIL	Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693
•AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV: 9999
•TÉCNICO EM RADIOLOGIA	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 • TGO: 9999 • TGP: 9999 • Ureia: 1242 • Creatinina: 0456 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Contagem de plaquetas: 9999
•MECÂNICO GERAL •GARI •SEPULTADOR	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999
•NUTRICIONISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EPF: 0974 VDRL
•OPERADOR DE MAQUINAS	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Audiometria: 0281 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536 • ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:B1B97209

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PORTARIA Nº009/2026

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

ROSEMARI PEREIRA RIBAS, Secretária Municipal de Saúde do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Portaria 001/2025, **RESOLVE:**

Art. 1º – Autorizar a prestação de serviços extraordinários (horas extras) em conformidade com o Decreto nº 071/2021.

Ordem	**Matrícula**	**SERVIDOR**	**Quantidade de**	**Local**

			Horas	
1	991141591	ADEMAR ROGALSKI	60 HORAS	São Luiz - Motorista
2	00367-1	ALCEMIR RODRIGUES DE OLIVEIRA	60 HORAS	SMS - Motorista
3	14031	ANGELA SANTOS DIAS	40 HORAS	Assistência Social – São Luiz
4	01188-1	CAROLINE SCHAFHAUSER SENNA	60 HORAS	ESF Divino - Tec. Enf.
5	01281-1	CAROLINE STELMACH DORIA	60 HORAS	São Luiz - Enfermeira
6	6981	CHINTIA MARIA ROSA	20 HORAS	ESF Waldomiro – Saúde Bucal
7	00759-1	CLARISSE RENATA DA SILVA	60 HORAS	São Luiz - Serv Gerais
8	991141799	CONALY SUELLEM ARCÍLIO	60 HORAS	São Luiz - Tec. Enf.
9	10391	CRISTIANE ELIAS PORTELA	60 HORAS	ESF Waldomiro - Tec. Enf.
10	1209-1	DIVANIR APARECIDA DOS SANTOS	60 horas	ESF Eloy – Tec. Enf.
11	01046-1	ELAINE CHRISTIE JUNGLE RAUTH	60 HORAS	ESF Divino - Tec. Enf.
12	6521	ELIZABETE APARECIDA CORREA	20 HORAS	ESF Divino – Saúde Bucal
13	991141565	ELVIS ETELMAR TEIXEIRA	60 HORAS	São Luiz - Motorista
14	991141646	FERNANDA ANTOCEVICZ DOS SANTOS	60 HORAS	São Luiz – Serv Gerais
15	01289-1	FRANCIELI RODRIGUES	60 HORAS	São Luiz - Tec. Enf.
16	991141603	GEOVANE MARTINS CARNEIRO	30 HORAS	São Luiz - Radiologia
17	9991	GILSON ANTONIO ARRUDA	20 HORAS	ESF Divino – Saúde Mental
18	00876-1	HEDINA DO CARMO DE LIMA RODRIGUES NAGEL	60 HORAS	São Luiz - Serv. Gerais
19	00076-1	JANETE AP VENTURA DOS SANTOS	60 HORAS	São Luiz - Aux. Enf.
20	00872-1	JANETE DO ROCIO XAVIER DA SILVA DOMINGUES	60 HORAS	São Luiz - Tec. Enf.
21	991141668	JOSÉ PEDRO KAIS	60 HORAS	São Luiz – Enfermeiro
22	991141593	JOSMAEL ELIAS PORTELA	60 HORAS	SMS - Motorista
23	00360-1	JUCIANE BARBOSA DA SILVA	60 HORAS	São Luiz - Serv. Gerais
24	991141648	LARISSA ANDRIELLY VIEIRA MACHADO	20 HORAS	ESF Divino – Saúde Mental
25	991141664	LARISSA DOMINGUES	60 HORAS	São Luiz - Enfermeira
26	01341-1	LOURIVAL MOREIRA DOS SANTOS	60 HORAS	São Luiz - Motorista
27	6501	MARCIA APARECIDA DA SILVA RIBEIRO	20 HORAS	ESF Eloy - Saúde Bucal
28	13411	MARCIO MOREIRA DOS SANTOS	60 HORAS	São Luiz - Motorista
29	991141803	MARCIO NAGEL	60 HORAS	SMS - Motorista
30	3621	MARENI SCHAFHAUSER	60 HORAS	São Luiz - Serv. Gerais
31	00639-1	MARIA ANGELICA DA SILVA	60 HORAS	ESF Eloy - Serv. Gerais
32	0371-1	MARIA CLAUDIANA FAGUNDES	60 HORAS	São Luiz - Aux. Enf.
33	01255-1	MARLON SCHMIDMEIER	60 HORAS	São Luiz - Motorista
34	6491	MEIRE LUCINETE SOARES VIEIRA	20 HORAS	ESF Divino - Saúde Bucal
35	991141674	NATALIA FIGUEIRA VIDAL	20 HORAS	ESF Eloy - Saúde Bucal
36	991141585	NATHAN KRAUSE ZANCHI	20 HORAS	ESF Divino - Saúde Bucal
37	991141652	NILDA DA SILVA MEDEIROS	60 HORAS	São Luiz - Tec. Enf.
38	6511	PATRICIA CASSIANE DA SILVA	20 HORAS	ESF Waldomiro - Saúde Bucal
39	9911411673	RENAN MIGUEL DE ANDRADE CARDOSO	60 HORAS	SMS - Motorista
40	991141768	RICARDO DE FREITAS OLIVEIRA	60 horas	ESF Eloy – Tec. Enf.
41	01195-1	ROBERTO LEUCH	30 HORAS	São Luiz - Radiologia
42	5721	ROXANE TREVISAN ALVES DE OLIVEIRA	60 HORAS	São Luiz – Aux. Enf.
43	01053-1	SABRINA CORDEIRO	60 HORAS	São Luiz - Enf.
44	00852-1	SANDRO NOENDORF	60 HORAS	SMS - Motorista
45	991141677	SIDMAR VAZ	60 HORAS	SMS - Motorista
46	673-1	SIRLENE DA APARECIDA CHEIN	60 HORAS	ESF Waldomiro - Enfermeira
47	991141592	STEFANY MARIA BAUMGARTNER	60 HORAS	ESF Eloy - Enfermeira
48	1197-1	TATIANA EUKO QUEGE	60 HORAS	São Luiz - Enfermeira
49	00459-2	VERENICE APARECIDA DOS SANTOS CARDOSO	60 HORAS	São Luiz - Tec. Enf.

Art. 2º – A realização de serviços extraordinários ocorrerá no período de 15/10/2026 à 14/11/2026;

Art. 3º – A realização de serviços extraordinários pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde se justifica pela necessidade de cumprir a escala de trabalho, compensar faltas e ausências por atestados médicos, bem como pela insuficiência de pessoal no quadro da saúde, visando assegurar a continuidade e a qualidade dos atendimentos à população;

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor no período estabelecido.

Campo do Tenente – PR, 09 de outubro de 2026.

ROSEMARI PEREIRA RIBAS
Secretária Municipal de Saúde

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:C19D085A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 0010/2026 - DEFAT

(prazo de 30 dias)

O **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.607.539/0001-76, com sede na Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, km 20, Sede, Campo Magro – PR, através da Secretaria Municipal de Fazenda, vem com fundamento no artigo 142 do Código Tributário Nacional – CTN, c/c nos termos do Artigo 79, alínea "c" da Lei Municipal nº 294/2003, em razão da impossibilidade de fazê-lo pessoalmente, **NOTIFICA** os contribuintes cujos Alvarás de Funcionamento possuem vencimento em **30/11/2026**:

CÓDIGO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
8364	ALEX SANDRO ALVES	045.453.599-65
6511	ANGELUS INDUSTRIA E COMERCIO DE VELAS LTDA	08.582.362/0001-40
26377	ANPAQUE - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA LTDA	35.263.260/0001-34
3916	ARI VIEIRA DA SILVA	04.849.418/0001-29
2667	ARJ TRANSPORTES ESCOLAR LTDA	03.778.176/0001-67
7269	ARTESANALMAIS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – EPP	09.648.884/0001-60
2323	ARTGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REVESTIMENTOS LTDA – EPP	84.968.452/0001-51
29680	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CAMPOMAGRENSES	52.069.151/0001-08
2591	AUGUSTO CARACHENSKI – ME	76.620.129/0001-64
2557	AUTO CENTER CECÍLIA LTDA – ME	82.623.539/0001-61
26380	AVANTE COMÉRCIO DE PAPÉIS - LTDA	34.736.831/0001-48
7245	AVS LOCAÇÃO DE STANDS E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS EIRELI	09.621.611/0001-21
5228	B R DE LARAS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	07.150.108/0001-00
4458	B.S FOODS COMÉRCIO DE CARNES - EIRELI - EPP	01.734.733/0001-12
2528	BAR DO PAULO LTDA	75.709.287/0001-22
2342	BARGAS & CUNHA LTDA	68.784.602/0001-10
7495	BLANC E ROCHA BAR E LANCHONETE LTDA - ME	10.327.606/0001-90
4888	BLUM TRANSPORTE ESCOLAR LTDA	06.001.243/0001-20
3621	BOZA E SANTOS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO E TRANSPORTE	02.163.057/0001-37
25307	BRUNA ANDRADE DE LIMAS BOING MÓVEIS – ME	20.443.699/0001-71
27089	BV FERNANDES AGROPECUÁRIO LTDA FILIAL	22.921.226/0002-49
3422	CALCIT CALCÁREOS INDUSTRIALIZADOS TAMANDARÉ S/A	76.522.366/0004-35
22967	CAMARGO & GONÇALVES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	11.077.461/0001-89
28699	CASA DA CEBOLA LTDA	11.439.814/0002-24
7350	CASA DE REPOUSO DE IDOSOS NOSSA SENHORA DO ROCIO LTDA- ME	09.720.711/0001-05
26422	CASA DE REPOUSO NONA ALBINA - EIRELI	35.549.866/0001-30
23012	CATIVA NATUREZA INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA	20.438.997/0001-73
2359	CÉLIA KUDLAWIEC KMIECIK	02.231.005/0001-50
3606	CELSO LUIZ VALENTE & CIA LTDA - EPP	04.322.861/0001-47
3582	CHRISKAU TERRAPLENAGEM LTDA - ME	04.371.474/0001-09
23677	CLARO S.A	40.432.544/0001-47
7150	CLIPPING EXPRESS - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA	05.886.896/0001-71
30624	CLUBE BELVEDERE LTDA	48.055.632/0001-89
4473	CLUBE FENIX DE RADIOAEROMODELISMO	81.911.117/0001-29
4063	COBRASP - EMPRESA BRASILEIRA DE SACOS DE PAPEL LTDA - EPP	01.682.908/0001-95
3571	COLONHESI MÓVEIS ARTESANAIS LTDA	04.414.415/0001-62
24455	COM. DE TINTAS, MATERIAL ELÉTRICO E HIDRAÚLICO VERGÍNIA LTDA	84.866.342/0022-03
2358	COMERCIAL AGRÍCOLA LOVATO LTDA	80.581.622/0001-90
2538	COMERCIAL SANTOS TENÓRIO LTDA	01.502.809/0001-84
3948	COMÉRCIO DE GESSO MINAS GERAIS EIRELI – ME	04.793.452/0001-29
24040	COMÉRCIO DE TECIDOS LUZ LTDA	20.460.419/0001-33
7376	COMÉRCIO DE TINTAS MATERIAL ELET. E HIDRAÚLICO VERGINIA LTDA	84.866.342/0008-55
2460	CONTRISO GESTÕES VISUAIS LTDA	03.223.155/0001-85
4843	COSTA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S/C LTDA	81.130.809/0001-30
30601	CRYSTAL EVENTOS LTDA	46.568.817/0001-61
27065	DAYMA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL LTDA	36.639.071/0001-86
27939	DELTA FRIO ARMAZENAGEM E LOGÍSTICA LTDA	43.375.522/0001-80
3559	DESIGAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP	04.571.372/0001-29
5421	DG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	07.411.642/0001-22
3589	DILVA SOUZA FRONZA - ME	82.419.276/0001-73
2378	DISTRIBUIDORA DE INSUMOS LUGARINI LTDA	75.152.165/0001-88
27142	DMT SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	16.927.395/0003-74
3587	EDERSON MANOEL VIEIRA DE JESUS	04.358.303/0001-31
2325	EDITORA & COMUNICAÇÃO CAMPO MAGRO LTDA	01.736.135/0001-82
6907	EDNA DO ROCIO CONSTANTINO ME	09.149.633/0001-30
4209	EDUARDO PASSARELA BORTOLETTO & CIA LTDA	05.221.186/0001-22
4407	EJR PRODUTOS PARA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	05.460.057/0001-97
23696	ELO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	23.257.814/0001-01
7317	EMBUTIDOS BRAGANHOLO LTDA - ME	07.820.910/0001-60
7275	EMERSON FRANCISCO OSORIO - ME	09.661.188/0001-93
27120	ESTÚDIO DO CORPO LTDA	21.107.455/0002-61
25314	EXITO FABRICAÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA EIRELI	27.958.337/0001-62
3835	FÁBRICA DE BANHA E LINGUIÇA SANTO ANTONIO LTDA	76.546.886/0002-16
27169	FARMÁCIA STRAMED LTDA	32.087.616/0002-19
4125	FERNANDO MARCHAUEK JUNIOR OFICINA E SERVIÇOS	04.990.612/0001-20
22956	FMG PAINÉIS LTDA	20.888.203/0001-73
26439	FORTES E COELHO AUTOPLACAS LTDA	19.097.884/0001-72
5564	FORTUNA PRODUTOS HIDROPÔNICOS LTDA	07.257.351/0001-21
3588	FRANCISCO NOGUEIRA	498.680.639-49
4644	FUNDAÇÃO SOLIDARIEDADE	81.652.513/0001-89
3446	FUNERÁRIA CECÍLIA EIRELI	04.408.494/0001-07
5938	GARDIN MÓVEIS DECORATIVOS LTDA- ME	07.777.460/0001-70
2265	GRANJA CASAGRANDE LTDA	95.427.324/0001-17
2303	GRANJA CASAGRANDE LTDA	95.427.324/0002-06
21887	GRANVALLE INDUSTRIAL E COMERCIAL EIRELI	18.792.256/0001-44
32139	HO PERFORMANCE LTDA	62.446.793/0001-24
26418	HYDRAU CESTOS AÉREOS LTDA - ME	35.453.300/0001-00
3860	ILIO SEBASTIÃO PINHEIRO DA SILVA - ME	85.489.524/0001-40
25057	INDOCHINE MÓVEIS E OBJETOS LTDA	12.550.492/0001-78
2730	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES FRIGOSANTOS LTDA- ME	75.075.390/0001-68
4373	IOTO INTERNATIONAL IND. E COM. DE PROD. AROM. LTDA	02.989.474/0001-33
32129	IRMÃOS SCHMIDT LTDA	36.418.619/0001-68
23688	JAIR APARECIDO DE JESUS SILVA - ME	23.217.208/0001-62
22152	JF NEW COLLOR IND. E COM. DE REVESTIMENTOS ACRÍLICOS LTDA-ME	17.690.212/0001-40
6806	JOANA D ARC BRUGNOLO JACOSKI	84.979.376/0002-60
32198	JOSÉ CELSO MENDES	63.287.298/0001-82

3529	JOSE ELIAS NATEL MENEGUSSO & CIA LTDA-ME	04.246.673/0001-87
20747	JUCELEY GONÇALO FELIZARDO - ME	17.004.933/0001-50
8689	KAVA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO LTDA - ME	11.339.674/0001-31
22998	KEILA CRISTINA GONÇALVES DA SILVA - ME	21.153.554/0001-07
2438	LASS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME	03.451.124/0001-81
29620	LIBEMO CABANAS LTDA	51.360.388/0001-72
5202	LINCOLN M CUNHA & CIA LTDA ME	07.213.262/0001-83
2703	LOJA MIVESTE LTDA - ME	03.551.148/0001-02
30621	LOJA VIRTUAL MINOSSO LTDA	57.652.812/0001-39
3419	LOJAS CAMPO MAGRO LTDA	02.175.632/0001-11
4997	LOTÉRICA DANIELLE & YOLANDA LTDA - ME	06.321.380/0001-42
7291	LOUSART IND E COM DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS LTDA - EPP	01.997.775/0001-46
6240	LOVATO MOVEIS LTDA	08.157.485/0001-33
26448	LUCIANO JORGE PEREIRA MARIA CONSTRUÇÃO CIVIL - ME	35.329.916/0001-74
2705	LUGARINI COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	03.558.291/0001-26
3943	LUGARINI COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA - ME	04.842.059/0001-88
30612	M.R. COMÉRCIO LTDA	57.467.696/0001-88
4712	MACHADO E LEDIO LTDA - ME	05.636.413/0001-80
2292	MADEIREIRA LUGARINI LTDA	77.540.078/0001-23
25633	MADEXP COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRA E PRODUTOS DERIVADOS	30.228.503/0001-80
27077	MAGDALENA KOZECHEEN FARIAS	38.949.333/0001-34
3978	MARGARETE CANEI - ME	04.680.067/0001-75
7235	MARIA MADALENA DA SILVA DOS SANTOS - ME	09.585.051/0001-05
4599	MARIELA MINIMERCADO E ARMAZÉM VAREJISTA LTDA - ME	05.770.226/0001-95
2415	MARIINHA CONFECÇÕES LTDA - ME	01.839.314/0001-45
6344	MARIZA COSTA ME	08.283.344/0001-67
2554	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COCHENSKI LTDA - ME	95.408.530/0001-80
4406	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO KMIECIK LTDA - ME	05.436.486/0001-29
28695	MCM MÓVEIS EIRELI	39.753.846/0001-38
5034	MEG` ARTE MÓVEIS, DECORAÇÕES E TRANSPORTES EIRELI	06.954.761/0001-69
7199	MERCADO BOM PASTOR LTDA	09.422.177/0001-50
2301	MERCADO JUNINHO LTDA	97.464.051/0001-06
7709	METALÚRGICA VIVIANE LTDA - ME	01.848.238/0001-34
27150	MHC ARTIGOS DE VIDRO LTDA	39.350.493/0001-25
2577	MIGUEL LEAL MERCADO - ME	02.352.697/0001-95
20764	MINAS D'ÁGUA BUFFET E EVENTOS LTDA - ME	17.062.970/0001-14
2483	MINERAÇÃO REI DO CAL LTDA	78.608.726/0002-80
2296	MINI MERCADO E SORVETERIA YANNICK LTDA – ME	74.018.417/0001-18
2312	MINI MERCADO PIECZEKOLAN LTDA- ME	81.128.563/0001-61
2336	MOINHO SIKORA LTDA - ME	75.023.168/0001-11
3577	MONTAES ESPAÇO MÓVEIS LTDA-ME	04.359.409/0001-50
2238	MOTEL ITATIAIA LTDA - EPP	75.014.522/0001-41
19622	MULTFIBRA INDUS E COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA - EPP	14.688.362/0001-21
3824	MZ PALLETS E EMBALAGENS LTDA	01.476.114/0001-75
26412	NICOLI RAIMUNDO PEREIRA - EIRELI	35.430.323/0001-08
27927	NOGUEIRA GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	43.861.280/0001-35
5166	NOVA POLSKA RESTAURANTE E LAZER LTDA	07.070.200/0001-60
29675	NVTY COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	33.539.492/0001-47
2615	OFICINA DE LATARIAS E PINTURAS PAULIN LTDA	04.021.836/0001-23
2372	OGG & FILHOS LTDA	76.256.023/0001-23
2305	OSVALDO MOREIRA SCHIMIDT- ME	84.870.294/0001-00
7588	OXY COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA - ME	10.355.280/0001-04
32196	PANETERIA E CONFEITARIA CAFÉ COM ROSAS LTDA	52.138.916/0001-06
30642	PARAÍSO DAS CESTAS LTDA	45.377.628/0001-49
26451	PARANACAMPO FIOS E FIBRAS TEXTEIS - EIRELI	35.328.082/0001-82
4465	PEITER & KUDLAWIEC LTDA	04.840.189/0001-81
32125	PETSANA LTDA	27.239.042/0001-36
6263	PIZZARIA TRADIÇÃO LTDA - ME	08.150.710/0001-00
8180	POSTO CANAL MONZA LTDA	11.368.822/0001-46
27173	PR SOLOS ENGENHARIA LTDA	39.592.525/0001-07
25470	PRIME MLN EIRELI	12.700.477/0001-69
26383	R A SILVA LOGIÍSTICA LTDA - ME	34.322.121/0001-71
22896	R.M.C CLÍNICA ODONTOLOGICA LTDA - ME	21.110.928/0001-07
27083	R3. TRADE COMÉRCIO DE FERRAGENS E ACESSÓRIOS LTDA.	29.915.391/0001-56
4767	RCUMIN ALIMENTOS EIRELLI	06.027.854/0001-48
3610	REAL MOBILI MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA- EPP	00.406.309/0001-86
30617	RECANTO DOS MANACÁS LTDA	33.266.530/0001-35
2090	RECOA REVESTIMENTOS COLONIAIS ACRÍLICOS - EIRELI	79.475.752/0001-69
6974	RESTAURANTE E LANCHONETE PEDRA CHATA LTDA	09.192.668/0001-52
27949	RESTAURANTE NONA JULIA LTDA	37.504.486/0001-05
26407	ROSANGELA DE JESUS PRADO - AUTONOMO	065.497.108-04
3595	ROZALINA APARECIDA DO LAGO - ME	86.864.071/0001-58
6562	RUSTFER MÓVEIS ARTESANAIS LTDA - EPP	07.486.262/0001-57
20537	S.E.T. REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	16.525.656/0001-68
27145	SALINAS MÓVEIS LTDA	38.148.655/0001-84
2626	SALIX FIBRAS NATURAIS LTDA	03.522.704/0002-01
6416	SERIGRAFIA CAMPO MAGRO LTDA.	08.412.011/0001-90
28682	SOCIEDADE EDUCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - FILIAL	17.056.103/0004-19
30672	SOLANGE A. FRANZEN BECKER E ALEXANDRE J. BECKER LTDA	58.097.967/0001-13
2346	STIVAL & KRAFT LTDA	79.991.535/0001-21
30651	SUPERGYPE COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA	40.258.228/0002-81
2647	TAMBAÚ IND. E COM. DE MÁRMORES E REVES. LTDA ME	82.420.159/0001-20
5291	TELMO DENILSON BASSO	07.292.199/0001-18
25612	TOPP LIMP LTDA	29.738.919/0001-69
20771	TRANSPORTADORA FALCONE LTDA	17.031.662/0001-21
2348	TRANSPORTE E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM AE LTDA-ME	01.926.334/0001-53
6309	TRANSPORTES MANOSSO LTDA	02.296.213/0001-38

3813	VALDERI DE SOUSA BARBOSA & CIA. LTDA	04.705.049/0001-09
23683	VALEMAR DISTRIBUIDORA DE FRIOS E CARNES LTDA RECUP JUDICIAL	79.972.246/0001-85
2639	VALENGA & VALENGA LTDA	03.785.901/0001-24
7820	VANELI FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	10.865.502/0001-39
6998	VILMAR CORREIA PALHANO - MÓVEIS E ESQUADRIAS PALHANO - ME	05.869.489/0001-56
2526	VIVERN & VIVERN LTDA	02.672.803/0001-18
23672	WOOD DOOR LTDA - ME	21.370.767/0001-82
24453	ZIO CASTORO MARCENARIA LTDA	06.992.741/0001-82

Para que tomem conhecimento do vencimento de sua licença comercial e, caso o contribuinte acima nominado pretenda renovar seu Alvará Comercial para o ano de 2026/2027, deverá comparecer ao Departamento de Fiscalização e Administração Tributária – DEFAT deste Município, situado na Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, Sede, Campo Magro – PR, de segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, para retirada da competente Guia de Recolhimento da Taxa de Localização e Verificação Anual (art. 3º, inciso IV da Lei Municipal nº 36/1997 e art. 10, inciso IV da Lei Municipal nº 294/2003).

Caso prefira, o contribuinte poderá expedir a aludida Guia de Recolhimento através do site eletrônico oficial da Prefeitura (www.campomagro.pr.gov.br), acessando o link “Cidadão Web”.

Procedido ao recolhimento tributário, o contribuinte deverá requerer a renovação de seu Alvará Comercial junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura, oportunidade na qual lhe serão exigidos os seguintes documentos:

Comprovante de pagamento da taxa;
Cópia do último Alvará (2025);
Documento de Identificação do contribuinte ou de seu representante legal (RG);
Cadastro de Pessoa Física contribuinte ou de seu representante legal (CPF);
Comprovante do endereço comercial, com data de expedição não superior a três meses;
Cópia do Contrato Social ou da última alteração contratual da empresa;
Certificado do corpo de bombeiros ou, na falta deste, apresentar protocolo de vistoria perante aquele órgão;
Contrato de prestação de serviços contábeis e Certidão de regularidade do contador expedido pelo CRC/PR (caso seja de substituição);
Cartão CNPJ de igual teor do Contrato Social ou da última alteração contratual.

O conteúdo deste Edital poderá ser impugnado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Campo Magro, 09 de outubro de 2026.

RODRIGO NASCIMENTO COSTA
Secretário Municipal De Fazenda

DIUCELIA APARECIDA COSTA ALEIZ
Diretora Do Departamento De Fiscalização E Administração Tributária

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:A3625695

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO 01 DO EDITAL Nº 03/2026

EDITAL PARA PREMIAÇÃO CULTURAL Nº 04/2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 – PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI.

RETIFICAÇÃO 01 DO EDITAL Nº 03/2026
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, REMANEJAMENTO DE VAGAS E ASSINATURA DO RECIBO DE PREMIAÇÃO

O**MUNICIPIO DE CANDÓI**, por meio da Secretaria de Cultura, **DIVULGA** Homologação do Resultado Final dos Projetos Culturais, Remanejamento das vagas e convocação para assinatura do Termo de Premiação Cultural do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 –** POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI, conforme a seguir:

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
O Resultado Final para os projetos selecionados no Edital de Chamamento nº 04/2026 – PNAB, após análise dos recursos interpostos, será conforme a seguir**.**

PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI.					
OR.	**Nº INS.**	**NOME DO PROPONENTE**	**CPF**	**DADOS DO PROJETO**	**VALOR FINAL POR PROJETO**
01	01	Anna Karollyna Lopes de Oliveira	872.XXX.XXX-15	Premiação Extra: Categoria Gospel	R$ 674,20
02	02	João Luiz Claudino	300.XXX.XXX-87	Premiação Extra: Categoria Sertanejo	R$ 842,75
03	03	Bruno Henrique dos Santos	105.XXX.XXX-20	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
04	04	Dircelene Saldanha	008.XXX.XXX-31	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
05	05	Oeliton Carlin Borges	117.XXX.XXX-08	Premiação Extra: Categoria Gospel	R$ 674,20
06	06	Pedro Henrique Kruk Faoth	137.XXX.XXX-83	Premiação Extra: Categoria Gauchesca	R$ 674,20
07	07	Eva Antunes	647.XXX.XXX-49	Premiação Extra: Categoria Gauchesca	R$ 674,20
08	08	Leonardo da Silva	103.XXX.XXX-94	Premiação Extra: Categoria Sertanejo	R$ 842,75
09	09	Paolla Maia Mandu	009.XXX.XXX-69	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57

10	10	João Pedro Ferreira Vigo	135.XXX.XXX-60	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
11	11	Maria Eduarda dos Santos e Silva	124.XXX.XXX-13	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
12	12	Amanda Trento de Quadros	116.XXX.XXX-64	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
13	13	Cristian Padilha	122.XXX.XXX-54	Premiação Extra: Categoria Sertanejo	R$ 842,75
14	14	Gilson Emanuel Quadros	099.XXX.XXX-98	Premiação Extra: Categoria Sertanejo	R$ 842,75
15	15	Tiago da Costa	043.XXX.XXX-41	Premiação Extra: Categoria Gospel	R$ 674,20
16	16	Camili Zambonin	107.XXX.XXX-46	Premiação Extra: Categoria Gospel	R$ 674,20
17	17	Gabriely Martins Kegler	119.XXX.XXX-16	Premiação Extra: Categoria Infanto – Juvenil	R$ 435,90
18	18	Ana Beatriz Fagundes	112.XXX.XXX-02	Premiação Extra: Categoria Gauchesca	R$ 674,20
19	19	Luiz Gustavo Murawski	117.XXX.XXX-07	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
20	20	Fernando Junior Barbosa	076.XXX.XXX-12	Premiação Extra: Categoria Gospel	R$ 674,20
21	21	Laura Lima	144.XXX.XXX-07	Premiação Extra: Categoria Mirim	R$ 581,21
22	22	Francisco de Assis Pires	763.XXX.XXX-15	Premiação Extra: Categoria Gauchesca	R$ 674,20
23	23	Miguel Ferreira da Rocha	130.XXX.XXX-77	Premiação Extra: Categoria Infanto – Juvenil	R$ 435,90
24	24	Emilia Ferreira da Rocha	138.XXX.XXX-20	Premiação Extra: Categoria Mirim	R$ 581,21
25	25	Helena de França Smolak	151.XXX.XXX-16	Premiação Extra: Categoria Mirim	R$ 581,21
26	26	Maria Eduarda de Oliveira de Lima	153.XXX.XXX-81	Premiação Extra: Categoria Infanto – Juvenil	R$ 435,90
27	27	Maria Julia Goes	045.XXX.XXX-83	Premiação Extra: Categoria Infanto – Juvenil	R$ 435,90
28	28	Anne Caroline de França	086.XXX.XXX-06	Premiação Extra: Categoria Gauchesca	R$ 674,20

Os agentes culturais com projetos selecionados neste Edital, terão **do dia 13 até o dia 15 de outubro de 2026**, em horário comercial, para assinatura do Recibo de Premiação Cultural, presencialmente na Secretaria Municipal de Cultura - **Centro Cultural Doridin Antunes**, situado a **Avenida Jose Antunes Fabricio, 1944,** conforme **Edital de Chamamento Público nº 04/2026**.

REMANEJAMENTO DAS VAGAS

Os valores por categoria e projeto, após o remanejamento previsto no Edital de Abertura nº 04/2026, PNAB, será conforme a seguir:

CATEGORIA	TOTAL DE VAGAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS	VALOR
MIRIM	8	3	581,21
INFANTO	8	4	435,9
GOSPEL	8	5	674,2
POPULAR	8	7	481,57
GAUCHESCA	8	5	674,2
SERTANEJO	8	4	842,75
TOTAL	**48**	**28**	**16.971,23**

O município ajustará as peças orçamentárias efetuando o remanejamento dos valores, conforme os projetos selecionados neste edital.
Fica igualmente alterado o ANEXO I – Categorias, do edital de abertura nº 04/2026 – PREMIAÇÃO EXTRA CANTA CANDÓI – PNAB.

Candói, 13 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:A5CFF8FE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
6º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 127/2024

TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 3.954/2026

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E JOAO TUR TRANSPORTES LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói/PR, inscrito no CPF sob o nº. 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 SESP/SC, e a pessoa jurídica de direito privado denominada **JOAO TUR TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 30.480.732/0001-97, com sede social na Estrada Principal, s/n, Bairro Rio Bonito, CEP 85.150-000, Turvo-PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo Sr. JOÃO GALVÃO DOS ANJOS, , brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 015.840-799-75, com residência e domicilio na Rodovia PR 466, s/n, km 51, Bairro Zona Rural, CEP 85.225-000, Boa Ventura do São Roque-PR, endereço eletrônico: joaoturtransportes@outlook.com, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Constitui objeto deste termo aditivo, a prorrogação de prazo do Contrato nº 127/2024, decorrente da Ata Registro de Preços nº 114/2024, Pregão Eletrônico nº 021/2024 e do Processo Licitatório nº 3.127/2023. “Contratação de fretamento de veículo destinado ao transporte rodoviário intermunicipal de pacientes da Secretaria de Saúde até a cidade de Curitiba - PR e região”.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 137 do Decreto Municipal nº 296 de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA MOTIVAÇÃO

O presente Termo Aditivo se deu início a partir do memorando juntado nos autos do Processo administrativo nº 2.184/2026, o qual a Secretaria de Saúde solicitou a prorrogação do contrato conforme demanda justificada.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PRAZOS

Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato por mais 6 (seis) meses, conforme previsto em sua cláusula segunda, ou seja, até **14 de abril de 2027.**

CLÁUSULA QUINTA
DO VALOR E REAJUSTE

Considerando o 5º Termo Aditivo, por meio do qual foi concedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, passando o valor do quilômetro rodado a ser de R$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos), e considerando a presente prorrogação de prazo contratual, o valor do quilômetro rodado fica reajustado para **R$ 3,37** (três reais e trinta e sete centavos), em conformidade com a variação do índice INPC/IBGE, conforme estabelecido na Cláusula Quarta, § 1º, do contrato.

Em decorrência do reajuste e da prorrogação contratual, o valor global do contrato passa a ser de **R$ 435.151,25** (quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), destinado à cobertura das despesas decorrentes da execução contratual durante toda a vigência do presente instrumento.

Item	Código	Características detalhada do serviço	Qtde	Un	Preço Unit.	Preço Total
1	42774	**Fretamento de veículo para transporte intermunicipal de passageiros**. Linha: **Candói x Curitiba**. Periodicidade estimada: 5 vezes por semana, nos dias úteis. **Primeiro embarque**: 01:00 ou 01:30min, conforme cronograma diário a ser expedido pela Secretaria de Saúde. **Embarque**: Ginásio de Esportes da sede do Município de Candói e Unidade Básica de Saúde (UBS) da comunidade Lagoa Seca, conforme cronograma diário a ser expedido pela Secretaria de Saúde. **Desembarque**: Conforme cronograma diário a ser expedido pela Secretaria de Saúde. **Itinerário:** O veículo deverá realizar o transporte de ida e volta até os hospitais e clínicas de Campo Largo/PR, Curitiba/PR e Campina Grande do Sul/PR, realizando as paradas necessários ou solicitadas durante o trajeto. Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 750 km. Especificações mínimas do veículo: 18 passageiros + motorista; ar condicionado para motorista e passageiros, tacógrafo digital; sistema de som para passageiros; sistema de internet móvel; sistema de rastreabilidade; veículo com ano de fabricação 2023/2024. Veículo deverá vir equipado com Frigobar, e disponibilizar o serviço de fornecimento de água mineral à todos os passageiros	129.125,00	KM	3,37	435.151,25

CLÁUSULA SEXTA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas das parcelas contratuais vincendas em 2026/2027 serão pagas com os créditos orçamentários de dotação e empenhos anteriores já vinculadas nesse contrato conforme solicitação da Secretária de Saúde constado no despacho 4, Processo n° 3.954/2026.

Havendo-se a necessidade de realizar um novo empenho, a secretária gestora do contrato deverá solicitar a realização do empenho, em contas consignadas na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2026, ou a que venha substituir, conta:

08 - SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)
003 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
10.301.0007.2029 - MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SS
02400 00000 E 08.003.10.301.0007.2029 - 3390390000

CLÁUSULA SÉTIMA
DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp) e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:5BDBF917

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL Nº 04/2026 PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE GESTORES ESCOLARES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANDÓI – PARANÁ

EDITAL Nº 04/2026
PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE GESTORES ESCOLARES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANDÓI – PARANÁ
A Secretaria de Educação de Candói, no uso de suas atribuições legais, em observância à Lei Complementar Municipal nº 031/2017, ao Decreto Municipal nº 268/2026 e às demais disposições legais aplicáveis e Edital n.° 01/2026.

TORNA PÚBLICA a convocação dos candidatos habilitados para a Etapa 1 – Formação em Gestão Escolar, da Fase I – Seleção Técnica de Mérito e Desempenho, e estabelece as datas, os horários, o local, a carga horária, a frequência mínima e os conteúdos do curso municipal, nos termos deste Edital Complementar.

1. DA CONVOCAÇÃO
1.1. Ficam convocados para a Etapa 1 – Formação em Gestão Escolar os candidatos com inscrição deferida na relação definitiva publicada em 09/10/2026, relacionados no Anexo II deste Edital Complementar.
1.2. A participação no curso municipal é obrigatória para todos os convocados, inclusive para aqueles que apresentaram certificado de curso externo de Gestão Escolar, conforme o item 8.2.3 do Edital nº 01/2026.

2. DAS DATAS, HORÁRIOS E LOCAL
2.1. O curso será realizado em cinco encontros online, conforme o quadro abaixo:

Encontro	Data	Horário	Módulo
1º	14/10/2026 (quarta-feira)	**18** às **20h**	Gestão escolar, governança democrática e planejamento da unidade
2º	15/10/2026 (quinta-feira)	**18** às **20h**	Liderança pedagógica, aprendizagem, indicadores e uso de dados
3º	16/10/2026 (sexta-feira)	**18** às **20h**	Frequência, permanência, proteção integral e educação inclusiva
4º	19/10/2026 (segunda-feira)	**18** às **20h**	Gestão de pessoas, gestão financeira e prestação de contas
5º	20/10/2026 (terça-feira)	**18** às **20h**	Serviços escolares, infraestrutura, registros e Plano de Gestão

2.2. Os encontros serão realizados via aplicativos de videoconferências.
2.3 As participantes deverão ingressar no grupo de WhatsApp oficial do processo, por meio do link: https://chat.whatsapp.com/GnaJpuPgD8763otPAWiKBc?s=cl&p=a&mlu=4&ilr=4 Disponibilizado pela organização, a fim de acompanhar os comunicados, orientações, informações e demais atualizações pertinentes.
2.4 É de responsabilidade das participantes acompanhar as informações divulgadas no referido grupo, não podendo alegar desconhecimento dos comunicados regularmente publicados nesse canal de comunicação.
2.5. Para fins do cronograma constante do item 28 do Edital nº 01/2026, o período do curso obrigatório compreende exclusivamente as datas indicadas no item 2.1, não havendo atividades em 17 e 18/10/2026.

3. DA CARGA HORÁRIA E DA FREQUÊNCIA
3.1. O curso terá carga horária total de 10 (dez) horas, distribuídas em cinco encontros de 2 (duas) horas.
3.2. Será exigida frequência mínima de 80% (oitenta por cento) da carga horária total, correspondente a 8 (oito) horas, nos termos do item 8.3.2 do Edital nº 01/2026.
3.3. A ausência em um encontro completo corresponde a 2 (duas) horas e representa o limite máximo de ausência admitido. Qualquer ausência adicional, ainda que parcial, resultará em frequência inferior ao mínimo exigido.
3.4. Será considerado APTO na Etapa 1 o candidato que possuir curso externo validado nos termos do item 8.2 do Edital nº 01/2026 e cumprir a frequência mínima no curso municipal, conforme o item 8.3.3 do mesmo Edital.

4. DO CONTROLE DE PRESENÇA
4.1. A presença será registrada por entrada no Aplicativo, no início e ao término de cada encontro.
4.2. Será admitida tolerância de 05 (cinco) minutos para o início de cada encontro. O atraso superior à tolerância e a saída antecipada serão registrados com o horário e computados como ausência no período correspondente.
4.3. Não haverá reposição de encontros.

5. DO CONTEÚDO DO CURSO
5.1. A ementa de cada encontro consta do Anexo I deste Edital Complementar e abrange os temas do conteúdo programático da Avaliação Objetiva (Anexo III do Edital nº 01/2026).
5.2. O curso tem caráter formativo. O conteúdo programático da Avaliação Objetiva permanece o definido no Anexo III do Edital nº 01/2026.
5.3. As orientações sobre o Plano de Gestão Escolar serão idênticas para todos os candidatos e tratarão da estrutura e dos critérios publicados nos Anexos IV e V do Edital nº 01/2026, sem análise individual de planos.

6. DO RESULTADO E DOS RECURSOS
6.1. O resultado preliminar da Etapa 1 será publicado em 21/10/2026, com a indicação APTO ou NÃO APTO.
6.2. Caberá recurso no prazo de 1 (um) dia útil, em 22/10/2026, mediante o Formulário de Recurso (Anexo VIII do Edital nº 01/2026), protocolado na Secretaria Municipal de Educação.
6.3. O resultado definitivo da Etapa 1 será publicado em 26/10/2026.

7. DO CERTIFICADO
7.1. Será emitido certificado aos candidatos que cumprirem a frequência mínima, com indicação da carga horária, do período de realização e do conteúdo programático.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
8.1. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital nº 01/2026.
8.2. Os casos omissos serão decididos pela Comissão Municipal, observados o Decreto nº 268/2026 e a legislação aplicável.
8.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Candói, 13 de outubro de 2026.

RAFAEL MORGENTALE DISCONZI
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I — EMENTA DOS ENCONTROS
1º encontro – 14/10/2026 – Gestão escolar, governança democrática e planejamento da unidade (2 h). Papel e atribuições da direção e da vice-direção. Legislação educacional: Constituição Federal, LDB, ECA, PNE 2026–2036, Lei Complementar Municipal nº 031/2017 e Decreto Municipal

nº 268/2026. Ética e responsabilidade na gestão pública. Gestão democrática, Conselho Escolar e APMF. Projeto Político-Pedagógico: elaboração, revisão e registro da participação. Plano de Ação da unidade: metas, ações, entregas, prazos e responsáveis.

2º encontro – 15/10/2026 – Liderança pedagógica, aprendizagem, indicadores e uso de dados (2 h). A direção como liderança pedagógica. Currículo e expectativas de aprendizagem. Indicadores educacionais. Avaliações diagnósticas, internas e externas e leitura de resultados. Metas e plano de intervenção. Recomposição das aprendizagens. Assessoramento pedagógico da rede e apoio multiprofissional.

3º encontro – 16/10/2026 – Frequência, permanência, proteção integral e educação inclusiva (2 h). Acompanhamento e registro da frequência. Contato com a família e fluxo de intervenção. Busca ativa escolar e abandono. Rede de proteção, referência e contrarreferência. Relação escola–família–comunidade. Educação especial na perspectiva inclusiva: estudo de caso, PEI, PAEE, AEE e profissional de apoio escolar.

4º encontro – 19/10/2026 – Gestão de pessoas, gestão financeira e prestação de contas (2 h). Diagnóstico da necessidade de pessoal e organização das turmas. Liderança, comunicação, mediação de conflitos e clima escolar. Saúde e bem-estar dos profissionais. Recursos sob responsabilidade da escola, APMF, execução financeira, prestação de contas, patrimônio e transição de gestão.

5º encontro – 20/10/2026 – Serviços escolares, infraestrutura, registros e Plano de Gestão (2 h). Alimentação escolar e educação alimentar e nutricional. Transporte escolar. Infraestrutura, segurança, acessibilidade e manutenção. Gestão documental e registros. Estrutura e critérios de avaliação do Plano de Gestão Escolar (Anexos IV e V do Edital nº 01/2026).

ANEXO II — RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

Candidatos com inscrição deferida na relação definitiva publicada em 09/10/2026, em ordem alfabética.

	CANDIDATO (A)	CARGO	INSTITUIÇÃO
1.	Andreia Savoldi Teixeira	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva
2.	Carla Simone Winter Seibert Pereira	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva
3.	Eliane Malinoski	Direção	CMEI Professor Mugnol Ribeiro Andrei
4.	Eliza Fátima Graubner de Ramos	Direção	CMEI Pequeno Príncipe
5.	Janaina Aparecida da Luz	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva
6.	Jaqueline Pinheiro Zarpelon	Direção	CMEI Maria Irene Alves Araújo
7.	Jiuvana da Silva	Direção	Escola Municipal do Campo São Pedro
8.	Joseane Teixeira Viana Barbosa	Direção	Escola Municipal do Campo Emílio Francisco Silva
9.	Joslaine Fátima da Silva	Vice-direção	Escola Municipal França Araújo Ormi
10.	Juliana Ferreira	Direção	Escola Municipal França Araújo Ormi
11.	Luciane Gonçalves Fatima de Ramos	Direção	Escola Municipal do Campo Francisco Solano Bueno
12.	Luciane Keli Cecchi Giacomin	Direção	Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo
13.	Luciane Maxcimovicz Ramos	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva
14.	Lucimara Ramos Martin	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva
15.	Maria Cleuza da Rocha	Vice-direção	Escola Municipal Ormi França Araújo
16.	Maria Madalena Dias dos Santos	Direção	Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo
17.	Merlin Suzana Ritter	Direção	CMEI Professor Andrei Mugnol Ribeiro
18.	Rosane de Fátima da Silva	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva
19.	Sirlei Maria Pinheiro	Direção	Escola Municipal do Campo Emílio Francisco Silva
20.	Valderi Muhlenbruck	Direção	Escola Municipal do Campo Francisco Solano Bueno
21.	Valéria de Fátima Deschk	Direção	Escola Municipal do Campo São Pedro
22.	Vera Lucia Bayer	Direção	Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:3B3A0043

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 2º QUADRIMESTRE

Câmara Municipal de Colombo - PR	
Poder Legislativo	
Relatório de Gestão Fiscal	
Demonstrativo da Despesa com Pessoal	
Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	
SETEMBRO DE 2025 a AGOSTO 2026	
SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026	
LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R$ 1,00
Unidade Gestora: Câmara Municipal de Colombo	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	
Pessoal Ativo	20.227.926,25
Pessoal Inativo e Pensionistas	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-
(-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF)(II)	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-
Convocação Extraordinária(Inciso II, § 6º, art.57 da CF)	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	20.227.926,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	**871.887.142,57**
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE -	
TDP sobre a RCL(IV/V)*100	2,32
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6%	52.313.228,55
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 5,7%	49.697.567,13
FONTE:	
[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.	
JOEL BUENO DA ROCHA	***GABRIEL H.REZENDE E SILVA GROHS*** / ***ALCEU LUIZ MOTTIN***
Presidente	Controlador / Contador

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:4CA83BF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 870/2026

PORTARIA N.º 870/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º -Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, para o **Conselho Municipal de Educação de Colombo,** para o mandato correspondente ao período de 2023 a 2027, em conformidade com a legislação em vigor, conforme segue:

Segmento / Representação	Titular	Suplente
Poder Executivo Municipal – Secretaria de Educação – Livre Escolha	**Luciane Dala Valle Correia de Freitas** – Secretária da Educação	**Wiliam José Arcie** – Diretor Executivo da SEMED
Poder Executivo Municipal – Secretaria de Educação – Livre Escolha	**Daniele Cristiane Chaves** – Assistente Administrativa	**Adriano Aparecido Vieira Lopes** – Assistente Administrativo
Poder Executivo Municipal – Ensino Fundamental	**Luciane das Neves da Silva** – Diretora do Departamento de Educação	**Vanessa Bonin Kowalski** – Coordenadora do Ensino Fundamental
Poder Executivo Municipal – Educação Infantil	**Marcia Eluisa Contente Estevam** – Coordenadora da Educação Infantil	**Iane de Almeida Oliveira** – Coordenadora Núcleo de Formação
Poder Executivo Municipal – Educação Especial	**Sueli Maria Tobias Siqueira –** Coordenadora da Educação Especial	**Anizoele de Camargo Martinez Miltos** – Assessora Pedagógica da Educação Especial
Colegiado dos Diretores da Rede Municipal de Ensino	**Paulo Ricardo Lopes Itelvani** — Escola Municipal Santa Terezinha	**Vanessa de Fatima Moreira**— Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Crisálida
Colegiado dos Professores da Rede Municipal de Ensino	**Henrique Rodrigues Neto** – Professor do CMEI Maria Magdalena Chiquin Pavin	**Maria Carolina de Oliveira dos Santos** – Professora da Escola Municipal João Batista Stocco
Colegiado dos Técnicos Administrativos em Educação	**Daniele Amaral Ferreira da Silva Ribeiro** – Técnica Administrativa em Educação – SEMED	**Daniela Sokacheski dos Santos** – Técnica Administrativa em Educação – Escola Municipal Cristóvão
Pais de alunos da Rede Municipal de Ensino	**Ricardo Antonio Ribeiro Pinto** – Representante dos pais de alunos da Escola Zilda Arns	**Larissa Evelyn da Costa Pussinini** – Representante dos pais de alunos da Escola Municipal Vereador André Naldony
Rede Estadual de Ensino – SEED/NRE Área Metropolitana Norte	**Vivian Thes** – NRE/SEED – Área Metropolitana Norte	**Carmem Bueno**– SEED/NRE – Área Metropolitana Norte
Conselho Tutelar / CMDCA	**Julio Baglioli** – Conselheiro Tutelar	**Tânia Guedes** – Conselheira Tutelar
APMC Sindicato	**Claudinei Duarte de Lima** – APMC	**Jucelia Gonçalves de Lima** – APMC

Art. 2º -Fica revogada a Portaria n.º 630/2022.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo Em, 13 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:F8C2CFA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL N.º 07.001/2026 - DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, CADERNO DE QUESTÕES E PRAZO PARA RECURSO

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Gabarito preliminar, caderno de questões e prazo para recurso** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado no **ANEXO ÚNICO** deste edital o gabarito preliminar da prova objetiva aplicada na data de **11/10/2026.**
Art.2º Comunicamos que a partir das **0h do dia 14/10/2026 às 23h59min do dia 15/10/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o caderno de questões e o gabarito preliminar da Prova Objetiva aplicada na data em referência, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
Art.3º Registra-se que os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio na "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, observando-se as seguintes ressalvas:
Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada questão;
Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados;
Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.

Art.4º Os Cadernos de Questões ficarão disponíveis para download na "Área do Candidato", do dia **13/10/2026 até às 23h59min do dia 22/10/2026**.
Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda (PR), 13 de outubro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 07.001/2026 - GABARITO PRELIMINAR

8709 - ATENDENTE INFANTIL									
01: A	02: A	03: A	04: D	05: B	06: C	07: A	08: C	09: C	10: D
11: A	12: A	13: D	14: D	15: A	16: A	17: C	18: D	19: B	20: D
21: A	22: A	23: C	24: A	25: B	26: B	27: D	28: C	29: C	30: B
31: A	32: D	33: B	34: D	35: B	36: B	37: D	38: A	39: C	40: B
8710 - AUXILIAR DE FARMÁCIA									
01: A	02: A	03: A	04: D	05: B	06: C	07: A	08: C	09: C	10: D
11: A	12: A	13: D	14: D	15: A	16: A	17: C	18: D	19: B	20: D
21: A	22: A	23: C	24: A	25: B	26: D	27: B	28: A	29: B	30: C
31: A	32: A	33: D	34: B	35: B	36: A	37: D	38: C	39: A	40: C
8711 - AUXILIAR DE ODONTOLOGIA									
01: A	02: A	03: A	04: D	05: B	06: C	07: A	08: C	09: C	10: D
11: A	12: A	13: D	14: D	15: A	16: A	17: C	18: D	19: B	20: D
21: A	22: A	23: C	24: A	25: B	26: B	27: D	28: A	29: C	30: B
31: A	32: B	33: B	34: A	35: B	36: B	37: B	38: A	39: C	40: A
8712 - AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS									
01: D	02: D	03: B	04: B	05: D	06: D	07: A	08: A	09: A	10: C
11: C	12: D	13: A	14: C	15: B	16: B	17: B	18: C	19: C	20: C
21: A	22: A	23: A	24: C	25: B	26: A	27: B	28: C	29: D	30: C
31: C	32: A	33: B	34: A	35: B	36: A	37: C	38: C	39: A	40: C
8713 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS									
01: D	02: D	03: B	04: B	05: D	06: D	07: A	08: A	09: A	10: C
11: C	12: D	13: A	14: C	15: B	16: B	17: B	18: C	19: C	20: C
21: A	22: C	23: D	24: A	25: A	26: B	27: D	28: B	29: C	30: B
31: A	32: C	33: D	34: D	35: C	36: A	37: D	38: D	39: A	40: C
8714 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL									
01: D	02: D	03: B	04: B	05: D	06: D	07: A	08: A	09: A	10: C
11: C	12: D	13: A	14: C	15: B	16: B	17: B	18: C	19: C	20: C
21: A	22: B	23: C	24: A	25: B	26: B	27: B	28: C	29: C	30: D
31: A	32: B	33: A	34: D	35: B	36: C	37: B	38: A	39: C	40: D

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:3ACCE4FB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL N.º 07.002/2026 - DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, CADERNO DE QUESTÕES E PRAZO PARA RECURSO

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Gabarito preliminar, caderno de questões e prazo para recurso** do Concurso para Emprego Público n.º 002/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado no **ANEXO ÚNICO** deste edital o gabarito preliminar da prova objetiva aplicada na data de **11/10/2026.**
Art.2º Comunicamos que a partir das **0h do dia 14/10/2026 às 23h59min do dia 15/10/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o caderno de questões e o gabarito preliminar da Prova Objetiva aplicada na data em referência, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
Art.3º Registra-se que os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio na "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, observando-se as seguintes ressalvas:
Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada questão;
Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados;
Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.

Art.4º Os Cadernos de Questões ficarão disponíveis para download na "Área do Candidato", do dia **13/10/2026 até às 23h59min do dia 22/10/2026**.
Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda (PR), 13 de outubro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 07.002/2026 - GABARITO PRELIMINAR

8707 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE									
01: C	02: C	03: B	04: D	05: C	06: A	07: C	08: A	09: A	10: D
11: A	12: A	13: A	14: C	15: D	16: D	17: D	18: B	19: D	20: D
21: A	22: A	23: A	24: D	25: D	26: B	27: D	28: D	29: C	30: C
31: A	32: B	33: C	34: D	35: D	36: B	37: A	38: B	39: B	40: A
8708 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS									
01: C	02: C	03: B	04: D	05: C	06: A	07: C	08: A	09: A	10: D
11: A	12: A	13: A	14: C	15: D	16: D	17: D	18: B	19: D	20: D
21: A	22: A	23: A	24: D	25: D	26: D	27: B	28: A	29: A	30: B
31: A	32: A	33: D	34: A	35: C	36: A	37: A	38: A	39: D	40: C

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:1DD7BCA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL PR 33/2026

E X T R A T O C O N T R A T U A L

Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado a empresa abaixo qualificada. **Processo licitatório sob nº 270/2026**; na modalidade licitatória Pregão na forma Eletrônica por **Registro de Preços sob nº 33/2026**; **Contratação 989915-13/2026**; **menor preço por item**. Objeto: **aquisição de materiais de expediente, atendendo a demanda das diversas Secretarias do Município de Diamante D´Oeste/Pr.;** observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos. Contrato de Fornecimento, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data do contrato, ou seja, até 13/10/2027.

EMPRESA CONTRATADA	Item	Valor Global R$
"ALINE WOLF DOS SANTOS" CNPJ sob nº. 31.158.552/0001-56. Contrato nº 270/2026.	02, 02, 03, 05, 08, 10 ,11, 12, 19, 20, 21, 28, 30, 34, 36, 51, 54, 55, 60, 61, 63, 64, 71, 73, 79, 80, 91, 95, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 118, 119, 123, 128, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 141, 143, 145, 148, 150, 151 ,155, 156, 157, 162, 175, 177, 185, 191, 192, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 251	324.603,40
"DAMAZIO LICITAÇÕES E SERVIÇOS LTDA" CNPJ sob nº. 41.730.450/0001-17. Contrato nº 271/2026.	04, 06, 09, 13, 15, 18, 22, 23, 24, 29, 33, 37, 38, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 62, 66, 82, 84, 86, 88, 89, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 109, 111, 112, 117, 120, 121, 122, 125, 130, 147, 158, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 176, 178, 180, 182, 183, 184, 186, 189, 190, 202, 207, 216, 222, 230, 231, 248, 249, 250	576.939,01
"KATIA ALESSANDRA CEQUINATTO FRONZA" CNPJ sob nº. 31.841.467/0001-98. Contrato nº 272/2026.	14, 16, 17, 25, 31, 32, 35, 39, 40, 41, 45, 47, 56, 57, 58, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 83, 87, 90, 94, 106, 108, 115, 124, 126, 127, 129, 133, 139, 142, 144,146, 149, 165, 170, 171, 179, 181, 187, 193, 208, 209, 217, 225, 227, 232, 233, 241, 242	122.334,05
"60.088.537 JEFFERSON VORPAGEL KLEIN" CNPJ sob nº. 60.088.537/0001-87. Contrato nº 273/2026.	01, 26, 27, 59, 65, 107, 114, 116, 135, 152, 153, 154, 159, 160, 169, 188, 197, 210, 228,	24.962,40
"62.347.742 LIANDRA AMORIM DE SOUZA" CNPJ sob nº. 62.347.742/0001-45. Contrato nº 274/2026.	07, 140	1.834,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:0B534B62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 312/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 312/2026 de 06/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 222.584,08 (duzentos e vinte e dois mil quinhentos e oitenta e quatro reais e oito centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.04.122.0001.2.007.		Manutenção do Departamento de Administração	
56 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.116,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	

07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.122.0013.2.039.		Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
93 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.298,75
95 - 3.1.90.94.00.00	01303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	692,02
96 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	489,75
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
115 - 3.3.90.14.00.00	1494	DIÁRIAS - CIVIL	9.378,55
601 - 3.3.90.14.00.00	2250	DIÁRIAS - CIVIL	104.709,30
648 - 3.3.90.30.00.00	11017	MATERIAL DE CONSUMO	21.444,88
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO	
08.004.08.241.0009.2.076.		Assistência à Pessoa Idosa	
649 - 3.3.90.39.00.00	900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0006.2.026.		Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental	
257 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
09.001.12.365.0003.2.085.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola	
613 - 3.3.90.39.00.00	11038	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.000,00
09.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.003.12.122.0002.2.013.		Manutenção da Secretária Municipal de Educação	
301 - 3.3.90.39.00.00	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.343,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS	
11.002.26.782.0016.2.050.		Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	
340 - 3.3.90.30.00.00	01504	MATERIAL DE CONSUMO	1.111,83
Total Suplementação:			**222.584,08**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.3.03.11.01.00000000	Fonte: 1001	30.000,00
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1026	3.922,00
Receita:1.7.2.1.51.01.00.00000000	Fonte: 1001	3.421,00
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 2250	4.709,30
Receita:1.7.1.3.50.11.01.01000000	Fonte: 2250	100.000,00
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1494	9.378,55
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1504	1.111,83
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 11017	21.444,88
Receita:1.7.1.5.50.01.00.00000000	Fonte: 1001	14.000,00
Receita:1.7.1.1.51.11.00.00000000	Fonte: 1001	4.480,52
Receita:1.1.1.9.99.04.01.00000000	Fonte: 1001	5.116,00
Receita:1.7.2.9.99.01.01.00000000	Fonte: 900	25.000,00
Total da Receita:		**222.584,08**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F68260C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 011/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026 - ANEXO ÚNICO - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

8586 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - GOIOERÊ

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0044558	ADÉLIA HONÓRIO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042644	ALESSANDRA PEREIRA DA CRUZ	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0043954	ALINE APARECIDA TEODORO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044185	ALINE HEIDRICH SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043875	ALYCE ANNY DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041881	AMANDA NARCIZO LOBO DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043520	ANA LAURA DE TOLEDO BARROS	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0043961	ANDREA FRANCISCA DE AGUIAR LAGES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043852	ANDRÉIA APARECIDA DE OLIVEIRA PEREIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0044332	ANDREIA DE SOUZA OLIVEIRA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044622	ANDRÉIA DO NASCIMENTO SALETE ROCHA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042570	ANDRÉIA PATRÍCIA MONTILHA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044753	ANDRIELE VENTURA MARTINS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0042385	ANE CAROLINE TOLENTINO DE SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043682	ANTONIO CESAR EVANGELISTA MENDES	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0041990	ASSISVANIA REALI LEITE	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0044527	BEATRIZ GABRIELA DOS SANTOS FERREIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043011	BEATRIZ MARQUES GUTIERRES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042187	BRUNA APARECIDA CAMPOS DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

0044926	BRUNA DE OLIVEIRA VIEIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0043823	BRUNA RAFAELLA COMIN DA COSTA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0042804	BRUNNA CAROLINA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043756	BRUNNA CRISTHINA DOS SANTOS GUIMARAES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043991	CAMILA DANIELLE DE SOUZA FELIX	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0043928	CAMILA DE SOUZA BENETOLLI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042819	CARLA CAROLAINE GRAÇA DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041949	CARLA RAFAELA CARDOSO DE SOUZA PELOI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041857	CARLA VANESSA DOS SANTOS CHAVES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042106	CASSIA NATIELI CARDOSO LIMA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0043379	CHRISTYANE BATISTA DE NOVAIS PACAGNAN	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043916	CILNEI DE FÁTIMA HOFFMANN	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0042531	CLAUDIA APARECIDA DE BARROS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043093	CRISLAINI BERTASOLI FRANCIOSI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043490	DAIANE CRISTINA FERNANDES DA CUNHA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043915	DALILA CAROLAINE DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043196	DANIELA CAROLINE DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042256	DAYANE CAROLINE ALVES DE MORAES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042929	DAYANI ANGELISTA DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044366	DÉBORA MARA MENDES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043371	DEJANILSA TAVARES SILVA DIAS DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043867	DORVALINO RIBEIRO DE ALCANTARA JUNIOR	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0042887	EDINEIA MATEUS LIMA EVANGELISTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042874	EDIVAINE EVANGELISTA TEIXEIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0043866	ELAINA ROCHA DOS SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Afrodescendente
0044294	ELIS CRISTINA MARIANO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043972	ELISAMAR DIAS MEIRA MENDES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043264	EMANUELLE CAROLINA DO NASCIMENTO MOURA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0044932	EVELYN CAROLLAYNE DOS SANTOS DE OLIVEIRA PIRES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

0043290	FABIANA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042224	FERNANDA CARDOSO COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043907	FLÁVIA PRISCILA NOGUEIRA FONSECA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0043510	FRANCIELE FORTUNATO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043751	FRANCIELE SOARES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0044094	FRANCIELI QUEVEDO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0043845	FRANCIELLY RIBEIRO CAVALHEIRO RICOLDI	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041864	GABRIELA RODRIGUES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0044529	GABRIELLA CRISTINA DOS SANTOS REGINALDO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044462	GEICY APARECIDA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042378	GISELE DE SOUZA CONCEIÇÃO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042580	GRACIELLE FERREIRA SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044546	GRAZIELE DA SILVA SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043949	HELOÍSA DA SILVA LAGO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044419	HELOIZE FRANCIELI ZEMIANI DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044233	IVANILDE RODRIGUES DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0043846	JANAINA APARECIDA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043029	JANAINA DE LIMA PEREIRA FIALHO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043668	JAQUELINE BISPO DOS REIS TIMOTEO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044234	JAQUELINE FRANCISCA DE MOURA DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0042346	JAQUELINI DE ANDRADE	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042167	JESSICA CRISTINA DOS SANTOS CARLUCCI	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0041937	JOCIMARA MISLAINE CAMPOS RAMIRO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0043111	JULIA SANTANA MOURAO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042610	JULIANA CAJU DE ANDRADE	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041967	JULIANA DA SILVA MARTINS NESPOLI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044126	JULIANA ROSSI DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044679	JULIANI DE OLIVEIRA DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043113	KAREN CAROLINE DE OLIVEIRA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0041924	KAROLINE CRISTINA BATISTA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043902	LARISSA DE QUEIROZ DANTAS SOARES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042225	LAYLA MONIC DE MATTOS EVANGELISTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042019	LAYRA TAMIRES PONTES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0042646	LENICE DE LIMA BALBINO DOS SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0042001	LIGIA DANIELA SCHMIDT	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0043524	LOANA REGINA LEPERES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044132	LUANA BENEDITA DA CONCEICAO ARAUJO	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0043134	LUANA VANESSA DE AMORIM	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042905	LUCINEIA DOS SANTOS ALVES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044717	LUDEMILA REGINA PICCIRILO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043345	LUZIA DOS SANTOS GONÇALES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044420	MARI SANDRA SCHMITZ BARROS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044059	MARIA APARECIDA DOS SANTOS ROCHA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042737	MARIA DE LOURDES CARARO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0042400	MARIA HELENA DE E	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0042947	MARIA LUCIA VIDAL VARGAS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042514	MARIANA ARAUJO FERREIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042389	MATHEUS NICOLETTE FERNANDES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

0042230	MERIELLE ELAINE CLARO DE PAULA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042695	MERILIN GONÇALVES MIRANDA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042140	MICHELI DOS SANTOS GOMES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

0042901	MILENE DE PAULA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0044034	MIRIÃ TAVARES LOURENÇO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041973	NAGILA DA SILVA BRITO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044388	NATALIA MORAES AMORIM	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

0042857	NATIELE DA SILVA BRITO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042784	NEUSA PESSOA DE MORAES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043350	ORINEIDE DE OLIVEIRA FRAGOSO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044631	PATRICIA BARBOSA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043569	PATRICIA SILVA JESUS BARROS	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0042219	PAULA APARECIDA LOPES GONÇALVES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044416	POLIANI CRISTINA CRISTINA FERREIRA CAVALIER	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044843	QUETIALINE ARAGÃO COQUEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043301	RAFAELA NUNES KLEIN	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044274	RENATA CECÍLIA DE SOUZA MARTINS	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0044580	RENATA FERREIRA DE SOUZA OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044755	RONALDO MENEZES SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Afrodescendente
0042077	ROSANA BENFICA FERNANDES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044144	ROSANGELA DOMINGOS DOS SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0044458	SANDRA BORTOLUZZI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042741	SILVANA APARECIDA RIBEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041987	SILVANA NUNES MACHADO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042816	SIMÔNICA DA SILVA FERREIRA HAUBT	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042477	SUELI TERESINHA FERREIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043231	TÂNIA APARECIDA KOZAEN SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042071	TANIA TATIANA COLARES DE BARROS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044146	TATIANE MEDEIRO DOS SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0043810	THAINÁ RAMOS CONRADO DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044117	THAIS MOREIRA MOURÃO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043763	THAÍS REGINA CANDIDO DE VASCONCELOS DE ALMEIDA DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041970	VANESSA APARECIDA MONTEIRO DA SILVA DOS SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0044154	VANESSA BISPO DE CAMPOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0044113	VANESSA MOREIRA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044505	VANESSA MOURA COTRIN	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043368	VÂNIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042793	VIVIAN KARLA MOREIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042099	VIVIANE MARQUES DOS SANTOS KRACHINSKI	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente

8587 - PROFESSOR DE INGLÊS - GOIOERÊ

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0043306	AMANDA CARINI MESTRE VERDAM	0,00	0,00	1,50	1,50	PcD - Pessoa com Deficiência
0041905	ANDREIA APARECIDA ROQUE	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043941	EDNA APARECIDA DE MATTOS EVANGELISTA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0042922	HUGO CALIARI VELASCO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0043813	JOYCE OLIVEIRA BERNARDO FERREIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042484	MARINILZA CRISTINA BOTARELI FREI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041901	THAUANE CAROLINE FLÁVIO CARDOSO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0044415	VALDEREZ DE LIMA MARTINS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0044858	VALMIR LOPES DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0043757	VIVIANE DA SILVA STANCZAK	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:2D478C5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 10.020/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 62.640,00 (sessenta e dois mil e seiscentos e quarenta reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.28.846.0.3004-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$55.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	55.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$1.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$1.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.20.608.4.2072-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$5.640,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.640,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
11.002.4.121.2.2023-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$13.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.004 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
11.004.4.129.2.2025-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$42.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	42.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$1.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R$1.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.20.608.4.2072-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$5.640,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.640,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 13 de outubro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:321FDB54

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
REPUBLICAÇAO DECRETO CONTABIL 21/2026

DECRETO CONTÁBIL N.º 21/2026

Abre um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 378.192,36 (Trezentos e setenta e oito mil, cento e noventa e dois reais e trinta e seis centavos) no orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização na Lei nº 945/2025 de 05 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar por Anulação de Dotações no valor de R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais) nas seguintes contas de despesas:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
10.001.10.301.0010.2023	33.90.14.00.00	DIARIAS – PESSOAL CIVIL	01050	00303	15.000,00
09.002.27.812.0009.2021	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	00980	00000	20.000,00
09.001.13.392.0009.2020	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	00940	00000	15.000,00
08.001.12.367.0008.2019	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	00930	00000	100.000,00

Art. 2 º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos de anulação parcial de dotações, conforme demonstrado abaixo:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
07.001.15.451.0007.2016	33.90.14.00.00	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	00550	00000	15.000,00
09.002.27.812.0009.2021	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	00990	00000	20.000,00
09.001.13.392.0009.2020	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	00960	00000	15.000,00
08.001.12.365.0008.2049	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	00900	00000	100.000,00

Art. 3º - Fica aberto um crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 228.192,36 (duzentos e vinte e oito mil, cento e noventa e dois reais e trinta e seis centavos) nas seguintes contas de despesas:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
06.001.26.782.0006.2013	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	00460	00000	100.000,00
05.001.04.122.0002.2009	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	00350	00000	128.192,36

Art. 3º - Para dar cobertura ao credito aberto no art. 3º , serão utilizados os recursos de Excesso de arrecadação, em conformidade com o inciso II, § 1º e 3º do artigo 43, da Lei nº 4320/1964, conforme quadro abaixo:

Conta receita	Denominação	Fonte de REcursos	Valor Excesso
11.12.53.01.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	00000	R$: 38.626,92

17.11.52.01.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	00000	R$: 189.565,44

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 13 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jocelio Kordiaki
Código Identificador:C5DA7F4D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 114/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	10626	56	Unidade	**Beliche** Requisitos mínimos: • madeira maciça de alta resistência para colchão de 188x88cm; • Capacidade de carga mínima de 130 kg por leito. • Tamanhos aproximados: altura 160 cm, largura aproximada 190 cm, profundidade de 95 cm. • Acabamento na cor madeira ou pintura equivalente (tom de madeira natural ou tonalidade escura) • Superfícies lisas, sem farpas, rachaduras ou imperfeições. • Deve possuir escada de acesso firme e resistente. • Deve possuir grade de proteção no leito superior, garantindo segurança do usuário. • Fornecimento com todas as ferragens, acessórios e manual de montagem. • Deve possuir estrado em madeira resistente, compatível com as dimensões do colchão, com ripas bem fixadas e espaçamento uniforme, garantindo adequada ventilação e suporte de carga. • Garantia de 12 meses;	JM MOVEISMILAO	990,00	55.440,00

VALOR TOTAL: R$ 55.440,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Andre L. Schnorrenberger

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:E6D0D394

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 115/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: B9 BEBEDOUROS E COMERCIO LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
10	10635	2	Unidade	**BEBEDOURO INDUSTRIAL 50L EM INOX – 50 LITROS** Requisitos mínimos: • Produto certificado pelo INMETRO ou em conformidade com regulamentação vigente aplicável; • Estrutura externa confeccionada em aço inoxidável, com resistência à corrosão; • Pés reguláveis confeccionados em material de alta resistência (ex.: ABS injetado ou equivalente); • Serpentina interna em aço inoxidável AISI 304 ou material de desempenho equivalente; • Reservatório interno confeccionado em material atóxico e próprio para contato com água potável (ex.: polipropileno ou equivalente); • Isolamento térmico em EPS, poliuretano injetado ou material equivalente; • Utilização de gás refrigerante ecológico, livre de CFC (ex.: R134a ou equivalente); • Termostato com controle de temperatura ajustável; • Aparador/coletor de água removível e reforçado, com dreno ou mangueira para escoamento; • Equipado com 2 (duas) saídas de água, sendo: o 01 (uma) para água natural; o 01 (uma) para água gelada; • Sistema de refrigeração por compressor hermético ou tecnologia equivalente; • Tomada com 3 pinos, conforme padrão brasileiro vigente (ABNT NBR 14136 ou norma que a substitua); • Componentes em contato com a água fabricados em material atóxico e próprio para consumo humano; • Produto adequado para uso institucional/industrial contínuo. • Capacidade: reservatório com capacidade mínima de 50 litros. • Alimentação elétrica: 127 V (monofásico). • Garantia: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, em todo o território nacional.	A4 EXPOSITORES/ BELFRIO – BEL 50 127V 1TN 1TG	1.999,97	3.999,94

VALOR TOTAL: R$ 3.999,94 (três mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Wilerson Veriano Da Silva

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:7640F0A1

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 116/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: BELMICRO TECNOLOGIA S/A
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
77	10685	32	Unidade	**Ar-condicionado 12.000BTU** Requisitos mínimos: • Capacidade de refrigeração de 12.000 BTU/h; Ciclo quente e frio; • Tensão de alimentação 220 Volts; Tecnologia Inverter, com controle eletrônico de rotação do compresso; • Gás refrigerante R-32; • Classificação de eficiência energética mínima "A", conforme regulamentação vigente; • Cor branca; • Deve acompanhar controle remoto com visor digital e funções compatíveis com o equipamento; • Deve possuir display ou indicação luminosa de funcionamento na unidade interna; • Fornecimento com todos os acessórios necessários para instalação e pleno funcionamento; • Equipamento novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	HQ	1.754,54	56.145,28

VALOR TOTAL: R$ 56.145,28 (cinquenta e seis mil e cento e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Aroldo De Vasconcelos Costa Ker

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:14274573

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 117/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: CARIOCA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
06	10631	21	Unidade	**Balcão de cozinha com pia** Requisito mínimos: • Estrutura do gabinete confeccionada em aço, com tratamento anticorrosivo; • Pintura eletrostática a pó, acabamento uniforme, na cor branca; • Pia superior integrada, confeccionada em aço inoxidável, com escorredor lateral; • Portas com dobradiças metálicas resistentes; • Gavetas com corrediças metálicas de deslizamento suave; • Puxadores em material resistente (plástico de engenharia ou metálico); • Pés com sapatas niveladoras ou base elevada que permita afastamento do piso; • Compartimentação interna adequada para armazenamento doméstico/institucional; • Produto deve suportar uso contínuo em ambiente de cozinha. • Cor: branca. • Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões aproximadas: • Altura: 83,5 cm • Largura: 105 cm • Profundidade: 43,2 cm	Itatiaia	1.225,84	25.742,64
17	10642	20	Unidade	**TANQUE DE LOUÇA SANITÁRIA MÉDIO:** Requisitos mínimos: • Fabricado em louça sanitária de alta resistência; • Acabamento esmaltado liso, de fácil limpeza e higienização; • Possuir esfregadeira integrada (superfície com relevo ou ranhuras) própria para fricção manual de roupas; • Capacidade volumétrica aproximada entre 29 litros e 35 litros; • Acompanhado de coluna tipo pedestal compatível, para sustentação do conjunto; • Superfície resistente a manchas e produtos de limpeza domésticos; • Cor branca padrão; • Produto adequado para uso doméstico ou institucional. • Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões aproximadas do tanque • Altura: 29,5 cm • Largura: 53,5 cm • Profundidade: 51 cm	Incepa	1.185,01	23.700,20
18	10643	15	Unidade	**PIA INÓX CUBA DUPLA.** Requisitos mínimos: •	Ghelplus	834,74	12.521,10

				Fabricada em aço inoxidável AISI 430 ou material de desempenho equivalente; • Acabamento superficial polido ou escovado, de fácil higienização; • Cor/acabamento: inox natural; • Tipo de instalação: sobrepor em bancada ou gabinete; • Possuir 2 (duas) cubas centrais integradas; • Possuir escorredores laterais estampados (mínimo um por lado ou configuração equivalente do fabricante); • Cubas com rebaixo e furação padrão para válvula de 3 1/2" (três e meia polegadas); • Espelho traseiro (frontão) integrado para proteção contra respingos; • Bordas dobradas ou acabadas para maior rigidez estrutural e segurança; • Formato retangular; • Produto adequado para uso doméstico ou institucional; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões aproximadas do conjunto • Comprimento (largura frontal): entre 180 cm e 210 cm • Profundidade frontal: aproximadamente 56 cm • Altura da peça: aproximadamente 11 cm • Profundidade das cubas: aproximadamente 14 cm			
23	10648	19	Unidade	**Seladora de embalagens plásticas** Requisitos mínimos: • Seladora com sistema de selagem e corte simultâneos (sela e corta); • Acionamento por pedal mecânico ou elétrico, permitindo operação manual com as mãos livres; • Comprimento mínimo de selagem de 40 cm (400 mm); • Capacidade para selagem de embalagens com espessura mínima de até 0,20 mm, considerando a soma das faces do material; • Sistema com controle de tempo de selagem (temporizador regulável), permitindo ajuste conforme o tipo e espessura do material; • Sistema de aquecimento com acionamento rápido (aquecimento instantâneo ou tempo de prontidão reduzido); • Estrutura resistente, estável e adequada ao uso contínuo. O equipamento deverá ser compatível, no mínimo, com os seguintes materiais: • Polietileno (PE); • Polipropileno (PP); • Tensão: bivolt (110V/220V), automático ou com chave seletora; • Frequência: compatível com o padrão nacional (60 Hz). • Produto novo, sem uso e em linha de fabricação; • Garantia mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação;	Isamaq	932,94	17.725,86
28	10653	120	Unidade	Chaleira Elétrica Requisitos mínimos: • Capacidade mínima de 2 (dois) litros; • Estrutura ou acabamento externo predominante em aço inoxidável (inox) ou material com revestimento equivalente de alta durabilidade; • Design que permita uso seguro e estável sobre superfícies planas. • Sistema de aquecimento elétrico para fervura de água; • **Desligamento automático** após atingir o ponto de ebulição; • Indicador luminoso de funcionamento; • **Filtro removível e lavável**, destinado à retenção de resíduos ou impurezas provenientes da água (ex.: filtro anticalcário ou equivalente funcional). • Jarra removível, com sistema **sem fio (cordless)**; • Base independente com conexão elétrica; • Base com **porta-fio;** • Rotação mínima de 360° sobre a base ou sistema equivalente que facilite o manuseio. • Tensão: **127V** • Frequência: 60 Hz.	Startools	119,99	14.398,80
29	10654	32	Unidade	**Chaleira em Aço Inoxidável** Requisitos mínimos: • Capacidade mínima de 3 (três) litros. • Corpo confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão e adequado ao uso doméstico ou institucional; • Fundo do tipo triplo, compatível com fogões por indução; • Estrutura resistente ao uso contínuo. • Compatível com fogões por indução. • Cabo confeccionado em material resistente ao calor, podendo ser emborrachado, nylon ou material equivalente; • Cabo ergonomicamente projetado para manuseio seguro; • Sistema de apito ou dispositivo sonoro para indicação de fervura. • Produto com certificação de conformidade emitida por organismo acreditado pelo INMETRO	Art	190,00	6.080,00
30	10655	9	Unidade	**Suporte Universal para Forno Micro-ondas** Requisitos mínimos: • Suporte destinado à fixação de forno micro-ondas em parede, compatível com modelos de dimensões variadas (padrão universal ou ajustável). • Confeccionado em aço carbono com pintura eletrostática na cor branca • Estrutura resistente, adequada para uso contínuo; • Acabamento uniforme, sem rebarbas ou arestas cortantes. • Capacidade mínima de suporte de 40 kg, devidamente comprovada por especificação técnica do fabricante; • Estrutura projetada para distribuição uniforme de carga. • Sistema ajustável que permita adaptação a diferentes larguras e profundidades de aparelhos de microondas (quando aplicável ao modelo ofertado).	Brasforma	110,69	996,21
31	10656	12	Unidade	**Suporte de Parede Articulável para Televisor/Monitor** Requisitos mínimos: • Suporte destinado à fixação em parede de televisores ou monitores dos tipos LCD, LED ou Plasma; • Compatível com aparelhos com tamanho de tela entre 10 (dez) e 55 (cinquenta e cinco) polegadas. • Modelo articulável e inclinável, permitindo ajuste de posição para melhor ângulo de visualização; • Deve possibilitar, no mínimo, 03 (três) movimentos, compreendendo: o Inclinação vertical; o Rotação lateral; o Ajuste horizontal ou afastamento da parede. • Confeccionado em aço carbono com pintura eletrostática, ou material metálico equivalente com tratamento anticorrosivo; • Estrutura resistente e adequada ao suporte do peso compatível com televisores de até 55 polegadas; • Acabamento sem rebarbas ou arestas cortantes. • Capacidade de carga compatível com o intervalo de polegadas especificado, devendo o limite máximo ser informado pelo fabricante. • Tipo de embalagem: caixa (box) ou embalagem original do fabricante.	Brasforma	153,56	1.842,72
32	10657	24	Unidade	**Antena Interna para Recepção de Sinal de TV Digital** Requisitos mínimos: • Antena destinada à recepção de sinal de televisão digital terrestre em ambiente interno; • Compatível com televisores com conversor digital integrado ou com conversor externo. • Captação de sinais nas faixas: o VHF; o UHF; o FM; • Compatível com sinal HDTV (TV digital aberta). • Cabo com comprimento mínimo de 1,5 metros; • Conector padrão tipo F macho, compatível com televisores e conversores disponíveis no mercado; • Cabo com revestimento isolante resistente. • Estrutura compacta e adequada para instalação sobre superfícies planas ou fixação leve (quando aplicável); • Cor preta.	Aquario	72,47	1.739,28

36	10661	28	Unidade	**Escorredor de louças** Requisitos mínimos: • modelo duplo, confeccionado em aço inox com acabamento cromado; • Estrutura resistente, durável e de fácil higienização; • Capacidade para acomodar até 12 (doze) pratos; • Suporte específico para, no mínimo, 05 (cinco) copos; • Design com dois níveis, proporcionando melhor organização e aproveitamento de espaço; • Pés com revestimento em silicone antiderrapante, garantindo maior estabilidade e proteção da superfície de apoio; • Produto novo, sem amassados, oxidação ou deformações; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Art	98,58	2.760,24
39	10664	27	Unidade	**Varal sanfonado retrátil de parede** Requisitos mínimos: • Varal sanfonado retrátil para fixação em parede, com comprimento de 1,00 (um) metro; • Estrutura confeccionada em alumínio; • Sistema retrátil tipo sanfonado; • Capacidade para suportar até 12 (doze) kg ou aproximadamente 7 (sete) metros de roupas úmidas; • Produto novo, sem avarias, deformações ou falhas estruturais; • Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	Mor	84,54	2.282,58
40	10665	29	Unidade	**Varal de chão reforçado retrátil** Requisitos mínimos: • Varal de chão modelo reforçado, com sistema retrátil e abas laterais; • Estrutura produzida em tubo de aço com acabamento em pintura epóxi; • Peças plásticas confeccionadas em polipropileno, incluindo sapatas nos pés para proteção do piso contra riscos e danos; • Composto por 08 (oito) varetas centrais e 02 (duas) abas laterais com 05 (cinco) varetas cada; • Capacidade aproximada para até 16,2 (dezesseis vírgula dois) metros lineares de roupas ou até 25 (vinte e cinco) kg de roupas úmidas, desde que distribuídas uniformemente; • Cor branca; • Produto novo, sem deformações, ferrugem ou falhas estruturais; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Mor	139,15	4.035,35
41	10666	47	Unidade	**Suporte de parede para vassouras e rodos** Requisitos mínimos: • Suporte organizador destinado à instalação interna em armário, para armazenamento de vassouras, rodos e demais ferramentas de limpeza; • Modelo tipo rack organizador, contendo no mínimo 5 (cinco) posições com sistema de encaixe/pressão para fixação dos cabos e 6 (seis) ganchos auxiliares para pendurar utensílios diversos; • Fabricado em material plástico resistente, de alta durabilidade, com resistência compatível ao uso contínuo; • Estrutura com boa rigidez, não podendo apresentar fragilidade, trincas ou deformações durante o uso normal; • Sistema de fixação firme, compatível com instalação em superfície interna de armário, devendo acompanhar os acessórios necessários para fixação (parafusos e buchas, quando aplicável); • Cor cinza ou branca; •Deverá apresentar acabamento uniforme, sem rebarbas, pontas cortantes ou imperfeições que comprometam a segurança no manuseio; • Produto novo, sem uso, entregue devidamente embalado; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Nobre	61,21	2.876,87
43	10668	21	Unidade	**Placa sinalizadora de piso molhado** Requisitos mínimos: • Placa sinalizadora de segurança com indicação “PISO MOLHADO”; • Sistema de abertura tipo cavalete; • Confeccionada em material plástico resistente; • Cor amarela com inscrição na cor preta; • Medidas aproximadas da placa fechada: 61 cm (altura) x 30 cm (largura) x 2,2 cm (profundidade); • Produto novo, sem trincas, rachaduras ou deformações; • Deverá atender às normas de segurança aplicáveis quanto à sinalização de áreas com risco dequeda; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Arqplast	36,36	763,56
49	10674	33	Unidade	**Sinalizador de garagem** Requisitos mínimos: • Sinalizador luminoso para garagem, com tecnologia LED, indicado para sinalização de acesso e saída de veículos; • Alimentação elétrica bivolt automático, compatível com tensões de 110V e 220V; • Circuito estabilizado com microcontrolador; • Circuito impresso confeccionado em fibra de vidro, garantindo maior resistência e durabilidade; • Vida útil estimada de até 50.000 (cinquenta mil) horas; • Baixo consumo de energia elétrica, contribuindo para redução de custos operacionais e de manutenção; • Não emite radiação ultravioleta (UV) ou infravermelha (IV), não gerando calor excessivo durante o uso; • Índice de proteção mínimo IP65, devendo ser resistente à água e à poeira, adequado para instalação em ambientes internos e externos; • Deve permitir reposição de peças avulsas, quando aplicável; • Produto novo, sem uso, entregue em perfeitas condições de funcionamento, sem avarias ou defeitos aparentes; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Iluctron	356,71	11.771,43
50	10675	22	Unidade	**Mangueira** Requisitos mínimos: • Mangueira flexível e de fácil manuseio, com comprimento aproximado de 25 (vinte e cinco) metros; • Confeccionada em PVC com reforço interno em poliéster trançado; • Acompanha 1 (um) suporte fixo para armazenamento da mangueira; • Acompanha 1 (um) esguicho com jato regulável, permitindo ajuste do fluxo de água conforme a necessidade; • Acompanha 1 (um) adaptador com engate rosqueado, compatível com torneiras padrão; • O produto deverá ser entregue novo, sem vazamentos, rachaduras, deformações ou falhas estruturais; • Deverá apresentar acabamento adequado, sem rebarbas ou imperfeições que comprometam a segurança no manuseio; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Alumasa	105,57	2.322,54
51	10676	113	Unidade	**Caixa organizadora – Pequena** Requisitos mínimos: • Fabricada em material plástico resistente, atóxico e de alta durabilidade, apropriado para uso contínuo, preferencialmente em polipropileno (PP) ou material equivalente, desde que apresente resistência compatível; • Capacidade aproximada de 20 (vinte) litros; • Dimensões aproximadas de 27 cm (altura) x 28 cm (largura) x 42 cm (comprimento); • Deve possuir estrutura reforçada, com boa rigidez, não podendo apresentar fragilidade na base, laterais ou tampa; • O produto deve apresentar espessura e resistência compatíveis com empilhamento e manuseio frequente, sem deformar ou perder o encaixe da tampa; • Corpo e tampa transparentes, permitindo visualização	Rischioto	58,00	6.554,00

				integral do conteúdo interno; • Deve possuir tampa rígida e firme, com encaixe adequado ao recipiente; • Deve possuir sistema de fechamento com, no mínimo, 4 (quatro) travas/grampos laterais, com mecanismo de encaixe tipo "click", garantindo fechamento seguro; • Deve possuir pegas/alças laterais ergonômicas, que facilitem o transporte e o manuseio; • Deve possuir pés de apoio inferiores, preferencialmente antiderrapantes, garantindo maior estabilidade e evitando deslizamentos; •Deve permitir empilhamento seguro, sem desencaixe da tampa e sem deslocamento excessivo; • O produto deve ser entregue novo, sem uso, sem avarias, trincas, rachaduras, manchas, deformações ou falhas estruturais; • Deve possuir acabamento adequado, sem rebarbas ou pontas cortantes, garantindo segurança no manuseio. • O produto deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.			
52	10677	105	Unidade	**Caixa organizadora – Média** Requisitos mínimos: • Fabricada em material plástico resistente, atóxico e de alta durabilidade, apropriado para uso contínuo, preferencialmente em polipropileno (PP) ou material equivalente, desde que apresente resistência compatível; • Capacidade aproximada de 42 (quarenta e dois) litros; • Dimensões aproximadas de 25 cm (altura) x 45 cm (largura) x 65 cm (comprimento); • Deve possuir estrutura reforçada, com boa rigidez, não podendo apresentar fragilidade na base, laterais ou tampa; • O produto deve apresentar espessura e resistência compatíveis com empilhamento e manuseio frequente, sem deformar ou perder o encaixe da tampa; • Corpo e tampa transparentes, permitindo visualização integral do conteúdo interno; • Deve possuir tampa rígida e firme, com encaixe adequado ao recipiente; • Deve possuir sistema de fechamento com, no mínimo, 4 (quatro) travas/grampos laterais, com mecanismo de encaixe tipo "click", garantindo fechamento seguro; • Deve possuir pegas/alças laterais ergonômicas, que facilitem o transporte e o manuseio; • Deve possuir pés de apoio inferiores, preferencialmente antiderrapantes, garantindo maior estabilidade e evitando deslizamentos; •Deve permitir empilhamento seguro, sem desencaixe da tampa e sem deslocamento excessivo; • O produto deve ser entregue novo, sem uso, sem avarias, trincas, rachaduras, manchas, deformações ou falhas estruturais; •Deve possuir acabamento adequado, sem rebarbas ou pontas cortantes, garantindo segurança no manuseio. • O produto deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Rischioto	102,00	10.710,00
53	10678	96	Unidade	**Caixa organizadora – Grande** Requisitos mínimos: • Fabricada em material plástico resistente, atóxico e de alta durabilidade, apropriado para uso contínuo, preferencialmente em polipropileno (PP) ou material equivalente, desde que apresente resistência compatível; • Capacidade aproximada de 60 (sessenta) litros; • Dimensões aproximadas de 30 cm (altura) x 50 cm (largura) x 70 cm (comprimento); • Deve possuir estrutura reforçada, com boa rigidez, não podendo apresentar fragilidade na base, laterais ou tampa; • O produto deve apresentar espessura e resistência compatíveis com empilhamento e manuseio frequente, sem deformar ou perder o encaixe da tampa; • Corpo e tampa transparentes, permitindo visualização integral do conteúdo interno; • Deve possuir tampa rígida e firme, com encaixe adequado ao recipiente; • Deve possuir sistema de fechamento com, no mínimo, 4 (quatro) travas/grampos laterais, com mecanismo de encaixe tipo "click", garantindo fechamento seguro; • Deve possuir pegas/alças laterais ergonômicas, que facilitem o transporte e o manuseio; • Deve possuir pés de apoio inferiores, preferencialmente antiderrapantes garantindo maior estabilidade e evitando deslizamentos; •Deve permitir empilhamento seguro, sem desencaixe da tampa e sem deslocamento excessivo; • O produto deve ser entregue novo, sem uso, sem avarias, trincas, rachaduras, manchas, deformações ou falhas estruturais; • Deve possuir acabamento adequado, sem rebarbas ou pontas cortantes, garantindo segurança no manuseio. • O produto deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Rischioto	204,00	19.584,00
56	10681	65	Unidade	**Bin Gaveta para Estante – Grande, nº 07** Requisitos mínimos: Dimensões aproximadas de 170 mm (altura) x 340 mm (largura) x 125 mm (profundidade); • confeccionada em plástico resistente (polipropileno ou material similar de alta durabilidade); • Material atóxico, lavável, resistente a impactos, deformações e variações moderadas de temperatura; • Estrutura reforçada, adequada para armazenamento e organização de peças, materiais ou insumos diversos; • Superfície lisa, sem rebarbas, rachaduras, trincas ou imperfeições; • compatível com estantes organizadoras padrão para bins; • Produto novo, sem uso, devidamente embalado; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Siplas	15,70	1.020,50
57	10682	49	Unidade	**Capacho para porta de entrada** Requisitos mínimos: • Dimensões aproximadas de 75 cm (comprimento) x 45 cm (largura); • Espessura aproximada de 13 mm; • Confeccionado em trama vinílica de alta resistência, proporcionando eficiência na remoção de resíduos dos calçados; • Base emborrachada antiderrapante, garantindo maior aderência ao piso e reduzindo riscos de deslizamento; • Estrutura resistente ao uso contínuo e ao tráfego intenso de pessoas; • Material de fácil higienização, podendo ser limpo com água e detergente neutro; • Deverá apresentar acabamento uniforme, sem falhas na trama, rasgos, deformações ou desprendimento da base; • O produto deverá ser entregue novo, sem avarias ou defeitos aparentes. • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Tok	153,45	7.519,05
58	10683	53	Unidade	**Suporte de Parede para Anilhas Convencionais – Suporte para prancha de resgate** Requisitos mínimos: • Fabricado em ferro de alta resistência, adequado para instalação de anilhas convencionais; • Dimensões específicas: comprimento de 26 cm, largura de 4 cm, altura	Leg	143,35	7.597,55

				de 25 cm e diâmetro do encaixe de 25 mm; • Acabamento em pintura eletrostática na cor preta proporcionando proteção contra corrosão e desgaste; • Estrutura de suporte projetada com 4 furos para fixação segura em parede, garantindo estabilidade e segurança durante o uso; • Capacidade de resistência de até 65 kg;			
68	10693	10	Unidade	**Garrafa térmica botijão** Requisitos mínimos: • Capacidade mínima de 05 (cinco) litros. • Corpo confeccionado em aço inoxidável ou material equivalente de alta resistência. • Sistema de parede dupla com isolamento térmico interno em espuma de poliuretano (PU) • Estrutura projetada para evitar condensação externa (formação de suor). • Tampa com sistema de vedação. • Sistema de torneira ou bico dosador com tecnologia corta-pingo, evitando vazamentos e desperdícios durante o uso. • Equipado com alça resistente para transporte, proporcionando maior praticidade e segurança no manuseio. • Adequado para armazenamento de líquidos quentes ou frios.	Soprano	385,17	3.851,70
70	10695	2	Unidade	**Carrinho de Ferramentas** Requisitos mínimos: • Estrutura confeccionada em chapa de aço carbono com espessura aproximada de 0,90 mm ou equivalente em resistência. • Acabamento superficial com pintura eletrostática a pó tipo epóxi, com propriedades anticorrosivas e alta resistência ao desgaste. • Estrutura reforçada, adequada para uso contínuo em ambientes industriais ou técnicos. • 03 (três) gavetas com sistema de abertura deslizante por corrediças telescópicas metálicas, proporcionando abertura suave e total. • Configuração das gavetas: o 02 (duas) gavetas com altura aproximada de 50 mm; o 01 (uma) gaveta com altura aproximada de 100 mm. • 02 (duas) portas frontais • Equipado com 04 (quatro) rodízios com diâmetro aproximado de 3 polegadas, sendo: o 02 (dois) rodízios fixos; o 01 (um) rodízio giratório; o 01 (um) rodízio giratório com sistema de freio. • Puxador ergonômico lateral ou frontal para facilitar o deslocamento do equipamento. • Capacidade mínima de carga total de 200 kg, distribuídos uniformemente.	Fercar	1.327,96	2.655,92
71	10696	50	Unidade	**Descanso ergonômico para os pés** Requisitos mínimos: • Cor preta • Constituído em peça única; •Com no mínimo, 3 possibilidades de regulagem de altura, variando entre 6,0 e 12,0 cm, no mínimo; • Fixado a estrutura através de 03 mancais em nylon com 04 parafusos alto atarrachante. • Dimensões mínimas para apoio dos pés: 28,0 cm de largura x 39,0 cm de comprimento; • Dimensões máximas de 31,0 cm de largura x 47,0 cm de comprimento; • Material da armação em ferro cromado ou aço; • Antiderrapante por meio de revestimento em borracha macia ou produto similar; • Acabamento sem rebarbas ou bordas cortantes; • Plataforma flexível e antiderrapante; • Base antiderrapante e ajuste natural de inclinação; • 90 (noventa) dias de garantia contra defeitos de fabricação.	Martiflex	173,99	8.699,50

VALOR TOTAL: R$ 199.751,60 (cento e noventa e nove mil e setecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Everaldo José Gonçalves

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:19B680BD

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
19	10644	42	Unidade	**BALCÃO** Requisitos mínimos: • Estrutura composta por laterais, fundo prateleira(s), duas portas e tampo inferior confeccionados em MDP com espessura mínima de 18 mm ou superior; • Tampo superior confeccionado em MDP com espessura mínima de 25 mm ou superior; • Revestimento melamínico ou equivalente, na cor ovo (bege) ou similar; • Acabamento frontal do tampo em perfil de PVC reto com espessura mínima de 2 mm; • Bordas das peças com acabamento adequado, podendo ser em ângulo de 45° ou fita de borda compatível, garantindo proteção e durabilidade; • Prateleira interna com acabamento em perfil de PVC reto de, no mínimo, 2 mm; • Possuir 2 (duas) portas de abrir; • Sistema de fechamento frontal com fechadura e fornecimento de chaves; • Puxadores metálicos ou em material de resistência equivalente, na cor compatível com o móvel; • Sapatas niveladoras de solo reguláveis; • Produto adequado para uso institucional contínuo; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra	PRÓPRIA	739,96	31.078,32

				defeitos de fabricação. Dimensões aproximadas • Altura: 900 mm • Largura: 750 mm • Profundidade: 450 mm			
62	10687	20	Unidade	**Armário Alto** Requisitos mínimos: • Medidas aproximadas: 2750x900x500mm. • Estrutura em MDP tampo de 25mm, fundo, laterais, prateleiras e portas em MDP 18mm. • Acabamento em ambas as faces, revestido em melamínico termo fundido à baixa pressão (BP) TX e laterais em fitas PVC de 2mm com raio de 2,5mm de mesma cor. Este possui um par de portas sustentado por quatro dobradiças Slideon com amortecedor, com puxadores tipo alça oval em aproximadamente 96mm em PVC. • Porta direita com fechadura travante com duas chaves e porta esquerda e automaticamente travada pela direita, por eixo de chapa metálica permitindo o fechamento do par de portas. • Estrutura de fixação tampo/estrutura por conjunto minifix e cavilhas, prateleiras fixadas por trava em plástico injetado com possibilidade de ajuste de altura a cada 50mm. • Sustentado por rodapé em tubo aço aproximado de 20X40mm com chapa 1,20mm com sapatas niveladoras de aço revestida por plástico injetado, fixadas ao rodapé por bucha metálica rebitada 1/4; • Pintura metálica em epóxi-pó, utilização da lavagem por fosfatização orgânica. • Possui 04 Dispositivos (Suporte) para pastas suspensas, confeccionados em chapa 1,5 mm com posicionamento das pastas frontais, Pintura em tinta epóxi preto liso, com corrediças telescópicas de duplo estágio com extração total do dispositivo, que suportem até 50 kg por suporte, para arquivo de pastas funcionais e caixas box.	PRÓPRIA	2.699,98	53.999,60
65	10690	20	Unidade	**Armário Alto em MDP** Requisitos mínimos: • Laterais, portas, fundo e base confeccionados em MDP com espessura mínima de 15 mm. •Tampo superior confeccionado em MDP com espessura mínima de 25 mm. • Revestimento em laminado melamínico de baixa pressão (BP), em ambas as faces, na cor bege ovo. • Bordas revestidas com fita de PVC com espessura mínima de 1 mm, coladas por sistema de alta resistência. •Tampo superior com acabamento em sistema post-forming ou bordas arredondadas, garantindo melhor acabamento e segurança contra impactos. • 03 (três) ou 04 (quatro) prateleiras internas. •Espaçamento médio aproximado de 30 cm entre prateleiras. • Prateleiras com suporte adequado para sustentação de peso compatível com uso em escritório. • 02 (duas) portas de abrir. • Dobradiças metálicas com sistema de abertura suave ou resistência compatível com uso contínuo. • Puxadores em material plástico resistente na cor bege, compatível com o padrão do móvel. • Fechadura com chave, acompanhada de no mínimo 02 (duas) chaves. •Rodapé frontal estruturado. • Sapatas niveladoras com regulagem de altura, permitindo ajuste ao piso. • Altura mínima: 160 cm • Largura mínima: 90 cm • Profundidade mínima: 45 cm • Cor bege ovo.	PRÓPRIA	994,98	19.899,60
67	10692	20	Unidade	**Gaveteiro Pedestal** Requisitos mínimos: • Estrutura (laterais, base, fundo e frente das gavetas) confeccionada em MDP com espessura mínima de 15 mm. • Revestimento em laminado melamínico de baixa pressão (BP) em ambas as faces, garantindo resistência ao desgaste e facilidade de limpeza. • Bordas revestidas com fita de PVC de espessura de 2 mm. • 04 (quatro) gavetas para armazenamento de documentos e materiais de escritório. • Estrutura das gavetas em chapa de aço de alta resistência. Sistema de deslizamento por corrediças metálicas ou trilhos metálicos com roldanas em nylon. • Sistema de fechamento frontal e simultâneo, com fechadura central que trava todas as gavetas. • Acompanhado de no mínimo 01 (uma) chave. • Tampo confeccionado em MDP com	PRÓPRIA	699,99	13.999,80

				espessura mínima de 25 mm. • Revestimento em laminado melamínico ou laminado plástico texturizado. • Bordas com fita de PVC de espessura mínima de 2 mm, com acabamento arredondado ou em ângulo de 45°. • Puxadores no formato de alça, confeccionados em metal ou plástico de alta resistência. • Base com rodapé metálico confeccionado em tubo de aço com seção aproximada de 30 x 50 mm, com pintura eletrostática na mesma cor do móvel, ou sapatas niveladoras de altura regulável. • Dimensões Mínimas Aproximadas • Largura: 40 cm • Profundidade: 50 cm • Altura: 75 cm • Cor: Bege ovo			
72	10697	10	Unidade	**Armário Colmeia** Requisitos mínimos: • Estrutura confeccionada em MDP ou MDF de alta resistência, com espessura mínima de 15 mm, ou material equivalente. • Revestimento em laminado melamínico de baixa pressão (BP) ou equivalente em ambas as faces. • Bordas com acabamento em fita de PVC, garantindo maior durabilidade e proteção contra impactos. • Estante composta por 20 (vinte) nichos, distribuídos em 05 (cinco) colunas por 04 (quatro) fileiras. • Cada nicho deverá possuir dimensões aproximadas de: o Largura: 28 cm o Altura: 33 cm o Profundidade: 36 cm Dimensões Gerais Aproximadas do Móvel • Altura: aproximadamente 1,85 m • Largura: aproximadamente 1,20 m •Profundidade: aproximadamente 32 cm • Cor bege ovo.	PRÓPRIA	1.494,96	14.949,60

VALOR TOTAL: R$ 133.926,92 (cento e trinta e três mil e novecentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Ilson Alves Dos Santos Junior

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:F8385CDF

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: DAMAZIO LICITAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
33	10658	27	Unidade	**Dispensador para Copos Descartáveis** Requisitos mínimos: • Dispensador destinado ao armazenamento e liberação individual de copos descartáveis; • Compatível com copos descartáveis com capacidade entre 150 ml e 200 ml; • Capacidade mínima de armazenamento para 100 (cem) copos descartáveis. • Confeccionado em material plástico resistente e transparente, ou material equivalente que permita visualização do nível de copos; • Estrutura resistente ao uso contínuo; • Acabamento sem rebarbas ou arestas cortantes. • Sistema que permita a retirada de 1 (um) copo por vez, evitando desperdício; • Abertura ou tampa superior para reposição dos copos; • Sistema de fixação em parede ou estrutura vertical, quando aplicável.	NOBRE	42,50	1.147,50
34	10659	145	Unidade	**Saboneteira tipo dispensador** Requisitos mínimos: •Dispensador manual para sabonete líquido e/ou álcool gel. •Sistema de válvula com acionamento manual por pressão. • Mecanismo com tecnologia antivazamento. •Sistema que evite desperdício e gotejamento após o uso. •Reservatório interno com capacidade mínima de **800 ml**. • Fabricado em plástico de alto impacto, resistente a uso contínuo. • Material lavável, resistente à umidade e de fácil higienização. • Cor branca. •Próprio para fixação em parede. • Produto novo, sem uso, em embalagem original do fabricante	NOBRE	24,10	3.494,50
35	10660	183	Unidade	**Dispenser para papel toalha** Requisitos mínimos: • Papel toalha interfolhado, modelo 2 (duas) ou 3 (três) dobras; • Cor branca; Dimensões aproximadas * Altura: 29 cm; *Largura: 27 cm; *Profundidade: 16 cm; •Produto novo, sem amassados ou deformações	NOBRE	24,10	4.410,30
42	10667	18	Unidade	**Escada de alumínio 5 degraus** Requisitos mínimos: •confeccionada em alumínio; • Modelo dobrável; • Com 05 (cinco) degraus; •Degraus com superfície antiderrapante; •Pés com sapatas antiderrapantes; • Dimensões aproximadas: 84 cm (comprimento), 44 cm (largura) e 1,41 m (altura); •Estrutura reforçada, resistente à corrosão e ao uso contínuo; •Produto novo, sem amassados, trincas ou deformações; •Garantia mínima de 12 (doze) meses contra	KALA	156,49	2.816,82

				defeitos de fabricação.			
44	10669	18	Unidade	**Carrinho de limpeza** Requisitos mínimos: •Carrinho de limpeza funcional, destinado ao suporte e transporte de materiais e insumos de higienização; • Composto por 01 (um) carro funcional com conjunto de dois baldes, com capacidade total de 50 (cinquenta) litros, sendo: *01 (um) balde azul com capacidade de 25 (vinte e cinco) litros; *01 (um) balde vermelho com capacidade de 25 (vinte e cinco) litros; • Sistema com cavalete para espremedor; • Estrutura confeccionada em polipropileno injetado; • Alça em aço tubular com pintura eletrostática; • Equipada com cesta para transporte de acessórios e produtos químicos; • Rodízios resistentes; •Produto novo, sem uso, isento de defeitos, trincas ou deformações; •Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	NOBRE	929,00	16.722,00
45	10670	19	Unidade	**Carro funcional** Requisitos mínimos: • Carro funcional destinado a atividades de limpeza, coleta e transporte de resíduos ou materiais diversos; • Estrutura confeccionada em material plástico resistente, de alta durabilidade e compatível com uso contínuo; • Acompanha bolsa em vinil com tampa, com capacidade mínima de 90 (noventa) litros ou 50 (cinquenta) quilogramas, devendo suportar a carga especificada sem rasgos ou deformações; • Bolsa removível, resistente à umidade e de fácil higienização; • Dimensões aproximadas de 97 cm (altura), 120 cm (comprimento) e 50 cm (largura); •Estrutura com boa estabilidade e mobilidade, adequada ao transporte seguro de materiais; •Deverá atender às determinações das Normas Regulamentadoras NR-32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde) e NR-17 (Ergonomia), quando aplicável; • Produto novo, sem uso, sem trincas, rachaduras, deformações ou falhas estruturais; • Acabamento adequado, sem rebarbas ou arestas que comprometam a segurança do usuário; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	NOBRE	769,00	14.611,00
46	10671	60	Unidade	**Lixeira – 100 Litros** Requisitos mínimos: •Lixeira com acionamento por pedal, com capacidade aproximada de 100 (cem) litros; •Confeccionada em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ou Polipropileno (PP), material resistente, lavável e de alta durabilidade; •Estrutura resistente, adequada para uso contínuo em ambientes internos; •Sistema de abertura por pedal com haste localizada na parte externa, evitando acúmulo de resíduos e facilitando a higienização; •Deve possuir articulação com armação interna destinada à fixação do saco de lixo, garantindo melhor acomodação e facilitando a retirada segura do saco; •Tampa com fechamento adequado, permitindo vedação eficiente e acionamento prático; • Cor branca; • Produto novo, sem uso, sem trincas, rachaduras, deformações ou falhas no mecanismo de abertura; • Acabamento uniforme, sem rebarbas ou arestas que comprometam a segurança no manuseio; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	NOBRE	254,90	15.294,00
48	10673	189	Unidade	**Lixeira – 15 Litros** Requisitos mínimos: •Lixeira com acionamento por pedal, com capacidade aproximada de 15 (quinze) litros; •Confeccionada em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ou Polipropileno (PP), material resistente, lavável e de alta durabilidade; •Estrutura resistente, adequada para uso contínuo em ambientes internos; •Sistema de abertura por pedal com haste localizada na parte externa, evitando acúmulo de resíduos e facilitando a higienização; •Deve possuir articulação com armação interna destinada à fixação do saco de lixo, garantindo melhor acomodação e facilitando a retirada segura do saco; •Tampa com fechamento adequado, permitindo vedação eficiente e acionamento prático; • Cor branca; • Produto novo, sem uso, sem trincas, rachaduras, deformações ou falhas no mecanismo de abertura; •Acabamento uniforme, sem rebarbas ou arestas que comprometam a segurança no manuseio; •Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	NOBRE	66,00	12.474,00
54	10679	114	Unidade	**Bin Gaveta para Estante – Pequena, nº 03** Requisitos mínimos: •Bin gaveta organizadora, modelo pequeno, nº 03; •Dimensões aproximadas de 75 mm (altura) x 180 mm (largura) x 105 mm (profundidade); •Confeccionada em plástico resistente (polipropileno ou material similar de alta durabilidade); •Material atóxico, lavável, resistente a impactos, deformações e variações moderadas de temperatura; •Estrutura reforçada, adequada para armazenamento e organização de peças, materiais ou insumos diversos; •Superfície lisa, sem rebarbas, rachaduras, trincas ou imperfeições; •Compatível com estantes organizadoras padrão para bins; •Produto novo, sem uso, devidamente embalado; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	KALA	4,85	552,90
55	10680	65	Unidade	**Bin Gaveta para Estante – Média, nº 05** Requisitos mínimos: •Bin gaveta organizadora, modelo médio, nº 05; •Dimensões aproximadas de 120 mm (altura) x 250 mm (largura) x 150 mm (profundidade); •Confeccionada em plástico resistente (polipropileno ou material similar de alta durabilidade); •Material atóxico, lavável, resistente a impactos, deformações e variações moderadas de temperatura; •Estrutura reforçada, adequada para armazenamento e organização de peças, materiais ou insumos diversos; •Superfície lisa, sem rebarbas, rachaduras, trincas ou imperfeições; •Compatível com estantes organizadoras padrão para bins; •Produto novo, sem uso, devidamente embalado; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	KALA	6,30	409,50
59	10684	26	Unidade	**Quadro de avisos** Requisitos mínimos: •Estrutura com moldura metálica resistente, com acabamento anticorrosivo e cantos com proteção/acabamento adequado, medindo aproximadamente 150 cm de largura x 120 cm de altura; •Superfície tipo quadro branco; •Tampo confeccionado em chapa de fibra de madeira (MDF ou similar) de 3 mm; •Acabamento da superfície em pintura UV branca brilhante; •Superfície lisa, sem ondulações, bolhas, manchas ou imperfeições; •Deve vir acompanhado dos acessórios necessários para instalação; •Produto novo, sem uso,	SOUZA	350,00	9.100,00

				devidamente embalado; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.			

VALOR TOTAL: R$ 81.032,52 (oitenta e um mil e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Eveline Miotto Damazio

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:C30575DA

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 120/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
60	10685	10	Unidade	**Ar-condicionado 12.000BTU** Requisitos mínimos: • Capacidade de refrigeração de 12.000 BTU/h; Ciclo quente e frio; • Tensão de alimentação 220 Volts; Tecnologia Inverter, com controle eletrônico de rotação do compresso; • Gás refrigerante R-32; • Classificação de eficiência energética mínima “A”, conforme regulamentação vigente; • Cor branca; • Deve acompanhar controle remoto com visor digital e funções compatíveis com o equipamento; • Deve possuir display ou indicação luminosa de funcionamento na unidade interna; • Fornecimento com todos os acessórios necessários para instalação e pleno funcionamento; • Equipamento novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	VIX / VIX / NEO INVERTER / 12CH7	1.889,00	18.890,00
61	10686	6	Unidade	**Ar-condicionado 18.000 BTU** Requisitos mínimos: • Capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/h; Ciclo quente e frio; • Tensão de alimentação 220 Volts; Tecnologia Inverter, com controle eletrônico de rotação do compresso; • Gás refrigerante R-32; • Classificação de eficiência energética mínima “A”, conforme regulamentação vigente; • Cor branca; • Deve acompanhar controle remoto com visor digital e funções compatíveis com o equipamento; • Deve possuir display ou indicação luminosa de funcionamento na unidade interna; • Fornecimento com todos os acessórios necessários para instalação e pleno funcionamento; • Equipamento novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	VIX / VIX / NEO INVERTER / 18CH7	2.705,66	16.233,96
78	10686	21	Unidade	**Ar-condicionado 18.000 BTU** Requisitos mínimos: • Capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/h; Ciclo quente e frio; • Tensão de alimentação 220 Volts; Tecnologia Inverter, com controle eletrônico de rotação do compresso; • Gás refrigerante R-32; • Classificação de eficiência energética mínima “A”, conforme regulamentação vigente; • Cor branca; • Deve acompanhar controle remoto com visor digital e funções compatíveis com o equipamento; • Deve possuir display ou indicação luminosa de funcionamento na unidadeinterna; • Fornecimento com todos os acessórios necessários para instalação e pleno funcionamento; • Equipamento novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	VIX / VIX / NEO INVERTER / 18CH7	2.705,66	56.818,86

VALOR TOTAL: R$ 91.942,82 (noventa e um mil e novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Joao Victor Mendes Sandi

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:96736775

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 121/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: HAKA COMERCIAL LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
27	10652	59	Unidade	**Cadeira Fixa Secretária** Requisitos mínimos: • Cor preta Encosto: • Estrutura injetada em polipropileno copolímero estruturado com nervuras, borda de ancoragem da cola e canal para grampos com curvatura anatômica no encosto de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral. • Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 45 a 55 Kg/m³ com 45 mm de espessura média; • Revestimento do encosto em Vinil, fixado por grampos com acabamento zincado; • Contracapa do encosto injetada em polipropileno copolímero texturizado na cor preta, montadas por encaixe, auxiliando em futuras manutenções; • Fixação do encosto na estrutura feita com parafusos máquina fenda combinada, na bitola ¼""x 20 fpp, e porcas de garra encravadas e rebitadas no plástico; Assento: • Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 13 mm de espessura média com curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea; Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 45 a 55 Kg/m³ com 50 mm de espessura média; • Revestimento do assento em Vinil, fixado por grampos com acabamento zincado; • Contracapa do assento injetada em polipropileno copolímero texturizado na cor preta, montada por grampos com acabamento zincado, auxiliando em futuras manutenções; • Fixação do assento na estrutura feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼""x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira; Estrutura • Estrutura formada por tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 22,22 mm de diâmetro e 1,06 mm de espessura da parede, curvada à frio, executado e calibrado por máquina CNC. • Travessa de união dos pés fabricado em tubo de aço 1010/1020 redondo com 19,05 mm de diâmetro e 1,06 mm de espessura da parede. • Tubo de suporte do encosto em formato “L” fabricado em tubo de aço SAE 1010/1020 oblongo 20x48 mm e 1,50 mm de espessura da parede curvada à frio. • Travessas de fixação do assento fabricadas em chapa de aço SAE 1020 com 4,76 mm de espessura. • União do tubo de suporte do encosto e das travessas na estrutura da cadeira feito por processo de solda do tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem. • Assento fixo com inclinação fixa entre -2° e -7° e furos de fixação com	PLAXMETAL	423,00	24.957,00

				distância entre centro de 160x200mm. • Sapatas e ponteiras injetadas em polipropileno copolímero na cor preta. Acabamento • Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha continua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. • A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, com camada média de 60 mícrons de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Dimensões aproximadas da cadeira • Altura Total da Cadeira: 895 mm • Profundidade Total da Cadeira: 615 mm • Largura Total da Cadeira: 470 mm • Extensão Vertical do Encosto: 370 mm • Largura do Encosto: 455 mm • Profundidade da Superfície do Assento: 435 mm • Largura do Assento: 465 mm • Altura do Assento: 480 mm Deverá ser disponibilizado antes da entrega os seguintes documentos: • Laudo Técnico emitido por Ergonomista, conforme Norma Regulamentadora NR 17 – Ergonomia – conforme redação dada pela Portaria/MTP n° 423 de 07/10/2021, em vigor a partir de 03/01/2022, indicando quais requisitos da Norma o Produto atende; com a respectiva Documentação comprobatória e assinatura do profissional responsável pela Análise Técnica e emissão do Documento supracitado; • Certificado de Conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2018 - Emitido por Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo INMETRO; • Certificado de Conformidade com as Normas ABNT NBR ISO 14020:2002 e ABNT NBR ISO 14024:2004 - Emitido por Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo INMETRO (conforme PE-165 - Rótulo Ecológico para mobiliário e cadeiras de escritório); • Termo de Garantia de 06 (seis) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos cromados, também contra defeitos de fabricação, considerando um turno de trabalho de 8 (oito) horas diárias, por pessoas com um peso até 110 kg, desde que constatadas as condições normais de Uso e Conservação do produto; • Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com envio de no mínimo 03 (três) Comprovantes de Destinação Final de Resíduos, demonstrando a responsabilidade da empresa Fabricante do produto, com o meio ambiente e a saúde humana; Laudo para o Compensado do Assento: • Certificado FSC - Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal); Laudos para Espuma: • Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8537/2022 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Densidade; • Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8619/2022 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Resiliência; • Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 9178/2022 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação das Características de Queima; Documento para Acabamento em Peças Metálicas com Pintura: • Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação da Norma NBR 17088 em chapa soldada, durante no mínimo		

				1500 horas, com resultado Ri 0; Avaliação das Normas NBR 8095 e NBR 8096 em chapa soldada, de no mínimo 400 horas, com resultado Ri 0; E avaliação em chapa sem solda, para as Normas: NBR 10443; ASTM D7091; NBR 11003; ASTM D523, ASTM D3363; NBR 10545; ASTM D3359; e ASTM D2794. • 90 (noventa) dias de garantia contra defeitos de fabricação			
64	10689	5	Unidade	**Cadeira Presidente Giratória** • Requisitos mínimos: • Cor preta • Encosto: • - Estrutura de sustentação fabricada em tubo de aço; • - Curvatura anatômica permitindo a acomodação das regiões dorsais e lombar, adaptando-se a coluna vertebral; • - Fabricação com espuma expandida de alta resistência; • - Revestimento em material resistente e impermeável. • Apoio de cabeça: • - Com enchimento em fibra siliconada; • - Regulagem de altura através de alça com velcro. • Assento: • - Com estrutura monobloco confeccionada em polipropileno copolímero injetado de alta resistência; • - Espuma injetada anatomicamente com densidade aproximada de 45 a 50 Kg/m³ e 70 mm de espessura média montada sem uso de cola; • - Deverá possuir regulagem de profundidade fabricada em chapa de aço com seis estágios de regulagem e curso de aproximadamente 50mm montado através de encaixa de carenagem do assento, acionamento por gatilho injetado a plataforma de regulagem. • Braços: • - Apoio de braço com regulagem de altura com acionamento feito por gatilho frontal. • - Corpo e estrutura em poliamida injetada e reforço de fibra de vidro, com 8 posições de regulagem • de altura, totalizando 80 mm de curso. • Mecanismo: • - Possuir três estágios de inclinação do assento e encosto e travamento em qualquer um dos estágios, possuir sistema anti-impacto (com aplicação leve pressão das costas do usuário). • Acabamento: - Componentes metálicos pintados através de banho nanocerâmicobimetálico por spray. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química. • - Revestimento em couro sintético na cor preta fixado por grampos com acabamento zincado. • DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: • Altura Total da Cadeira: 1225-1340 mm Profundidade Total da Cadeira: 700-1025 mm Largura Total da Cadeira: 700 mm • Extensão Vertical do Encosto:775 mm Largura do Encosto: 480 mm • Profundidade Superfície do Assento: 485 mm Largura do Assento: 510 mm • Altura do Assento: 485-600 mm • Deverá ser disponibilizado antes da entrega os seguintes documentos: • - Laudo Técnico emitido por Ergonomista, conforme Norma Regulamentadora NR 17 – Ergonomia – conforme redação dada pela Portaria/MTP nº 423 de 07/10/2021 • - Termo de Garantia de 06 (seis) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos cromados, também contra defeitos de fabricação, considerando um turno de trabalho de 8 (oito) horas diárias, considerando que as cadeiras serão utilizadas 24 (vinte e quatro horas por dia), termo de garantia deve ser de pelo menos 02 (dois) anos. • - Laudo para espuma do assento (injetada): • Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8537/2015 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Densidade; • Relatório de Ensaio emitido por	PLAXMETAL	4.500,00	22.500,00

				Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8619/2015 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Resiliência; • Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 9178/2015 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação das Características de Queima;			
79	10689	15	Unidade	**Cadeira Presidente Giratória** • Requisitos mínimos: • Cor preta • Encosto: • - Estrutura de sustentação fabricada em tubo de aço; • - Curvatura anatômica permitindo a acomodação das regiões dorsais e lombar, adaptando-se a coluna vertebral; • - Fabricação com espuma expandida de alta resistência; • - Revestimento em material resistente e impermeável. • Apoio de cabeça: • - Com enchimento em fibra siliconada; • - Regulagem de altura através de alça com velcro. • Assento: • - Com estrutura monobloco confeccionada em polipropileno copolímero injetado de alta resistência; • - Espuma injetada anatomicamente com densidade aproximada de 45 a 50 Kg/m³ e 70 mm de espessura média montada sem uso de cola; • - Deverá possuir regulagem de profundidade fabricada em chapa de aço com seis estágios de regulagem e curso de aproximadamente 50mm montado através de encaixa de carenagem do assento, acionamento por gatilho injetado a plataforma de regulagem. • Braços: • - Apoio de braço com regulagem de altura com acionamento feito por gatilho frontal. • - Corpo e estrutura em poliamida injetada e reforço de fibra de vidro, com 8 posições de regulagem • de altura, totalizando 80 mm de curso. • Mecanismo: • - Possuir três estágios de inclinação do assento e encosto e travamento em qualquer um dos estágios, possuir sistema anti-impacto (com aplicação leve pressão das costas do usuário). • Acabamento: • - Componentes metálicos pintados através de banho nanocerâmicobimetálico por spray. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química. • - Revestimento em couro sintético na cor preta fixado por grampos com acabamento zincado. DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: • Altura Total da Cadeira: 1225-1340 mm Profundidade Total da Cadeira: 700-1025 mm Largura Total da Cadeira: 700 mm • Extensão Vertical do Encosto:775 mm Largura do Encosto: 480 mm • Profundidade Superfície do Assento: 485 mm Largura do Assento: 510 mm • Altura do Assento: 485-600 mm • Deverá ser disponibilizado antes da entrega os seguintes documentos: • - Laudo Técnico emitido por Ergonomista, conforme Norma Regulamentadora NR 17 – Ergonomia – conforme redação dada pela Portaria/MTP nº 423 de 07/10/2021 • - Termo de Garantia de 06 (seis) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos cromados, também contra defeitos de fabricação, considerando um turno de trabalho de 8 (oito) horas diárias, considerando que as cadeiras serão utilizadas 24 (vinte e quatro horas por dia), termo de garantia deve ser de pelo menos 02 (dois) anos. • - Laudo para espuma do assento (injetada): • Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8537/2015 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Densidade; • Relatório de Ensaio emitido por	PLAXMETAL	4.500,00	67.500,00

				Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8619/2015 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Resiliência; • Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 9178/2015 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação das Características de Queima;			

VALOR TOTAL: R$ 114.957,00 (cento e quatorze mil e novecentos e cinquenta e sete reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Murilo De Oliveira Martins

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:C01667DA

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 122/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: HIGH COMÉRCIO DE ARTIGOS DESCARTÁVEIS LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
37	10662	100	Unidade	**Garrafa térmica – 1,8L** Requisitos mínimos: • Garrafa térmica com capacidade de 1,8 litros; • Parte externa revestida em aço inox fosco, resistente e com acabamento que não evidencia marcas de dedos; • Sistema de acionamento por pressão, proporcionando jato forte e estabilidade durante o bombeamento; • Sistema corta-pingos, que evita gotejamento após o uso; • Parte interna confeccionada em aço inoxidável, resistente à corrosão e de fácil higienização; • Ampola de aço inoxidável • Conservação térmica eficiente para líquidos quentes ou frios; • Produto novo, sem amassados, vazamentos ou defeitos de fabricação; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	MOR	90,00	9.000,00

VALOR TOTAL: R$ 9.000,00 (nove mil reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Fabricio Faccio

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:668EBA85

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 123/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: IRMÃOS BRAGGIO LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
26	10651	42	Unidade	**Poltrona giratória** Requisitos mínimos: • Cor preta Encosto: • Estrutura de sustentação injetada em Poliamida 6.0 com 30%de fibra de vidro. • Estrutura com curvatura anatômica de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral. • Revestimento do encosto em Tela 100% Poliéster com acabamento em resina acrílica LAL, espessura de 0,85 mm e 200g/m² de gramatura fixada na estrutura de sustentação através de encaixe por meio de perfil. Apoio lombar: • Injetado em poliamida 6.0 com regulagem de altura montado sobre suporte de regulagem do apoio lombar	Cavaletti	1.116,00	46.872,00

				injetado em poliamida 6.0 totalizando aproximadamente 40 mm de curso. Assento: • Fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 15 mm (aproximado) de espessura média. Possui curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea; • Espuma expandida/laminada AP, flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 33 a 37 Kg/m³ com 60 mm (aproximado) de espessura média; • Revestimento do assento em couro sintético, fixado por grampos com acabamento zincado; Braços: • Apoia braços em poliuretano injetado soft touch na cor preta, regulagem de altura acionado por gatilho frontal; • Oito posições de regulagem de altura e aproximadamente 80 mm de curso. Mecanismo: • Suporte do encosto com regulagem de altura automática fabricado em aço estrutural com 6,35 mm de espessura, que permite 7 posições de regulagem de altura automática através de catraca, totalizando 70 mm de curso; • Acionamento da coluna gás feita por alavanca independente injetada em Poliacetal na cor preta; • Alavanca de travamento do sistema reclinador do encosto injetada em Poliacetal na cor preta possui duas formas de acionamento. Ao ser movimentada para cima a mesma possibilita uma regulagem fina do encosto enquanto a alavanca permanecer acionada pelo usuário. Ao ser movimentada para baixo a alavanca permanece acionada sem a ação do usuário e permite que o encosto fique em movimento livre até que o usuário puxe novamente a alavanca para a posição neutra aonde ela irá frenar o mecanismo na posição desejada. Base • Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes fabricada com tubos de aço SAE 1010/1020, soldada em cone central; • Pino do rodízio fabricado de barra de aço trefilado SAE 1213 redondo com 10 mm de diâmetro soldado na extremidade da haste em furos do tipo flangeado, evitando que se soltem, coberta por polaina injetada em polipropileno copolímero na cor preta com sistema de encaixe plástico entre cone da aranha e a coluna, apoiada sobre 5 rodízios de giro duplo com 50 mm de diâmetro em nylon com capa. DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: • Altura Total da Cadeira: 990-1175mm • Largura Total da Cadeira: 660 mm • Profundidade Total da Cadeira: 660-780mm • Extensão Vertical do Encosto: 565 mm • Largura do Encosto: 470 mm • Profundidade da Superfície do Assento: 465mm • Largura do Assento: 500 mm • Altura da Superfície do Assento: 470-585mm Deverá ser disponibilizado os seguintes documentos: • Laudo Técnico emitido por Ergonomista, conforme Norma Regulamentadora NR 17 – Ergonomia – conforme redação dada pela Portaria/MTP nº 423 de 07/10/2021 • Termo de Garantia de 06 (seis) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos cromados, também contra defeitos de fabricação, considerando um turno de trabalho de 8 (oito) horas. Laudos para a Tela do Encosto: • Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro, conforme Norma ABNT NBR 13384:1995 (Resistência ao Estouro) e ABNT NBR 10591:2008 (Gramatura); Laudo para o compensado do Assento: • Certificado FSC - Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal); Laudos para Espuma do Assento (Expandida): • Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8537/2015 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Densidade;		

				• Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8619/2015 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Resiliência; • Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 9178/2015 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação das Características de Queima.			

VALOR TOTAL: R$ 48.872,00 (quarenta e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Aldir Francisco Braggio

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:55B414A2

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 124/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: JWR MÓVEIS LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
15	10640	37	Unidade	**ARMÁRIO DE AÇO PARA LAVANDERIA:** Requisito mínimos: • Estrutura (corpo) confeccionada em aço carbono, produzida em chapa nº 26 (espessura aproximada de 0,40 mm) ou superior; • Porta confeccionada em chapa de aço nº 24 (espessura aproximada de 0,60 mm) ou superior; • Possuir 1 (uma) ou 2 (duas) portas de abrir; • Pintura eletrostática a pó, com tratamento anticorrosivo/antiferrugem; • Cor cinza; • Possuir, no mínimo, 3 (três) prateleiras internas; • Possuir vão vertical destinado ao armazenamento de vassouras, rodos ou utensílios longos; • Sistema de fechamento por fechadura com chave; • Dobradiças metálicas resistentes; • Pés elevados do piso, com sapatas ou ponteiras em material emborrachado ou equivalente; • Bordas tratadas ou arredondadas para segurança do usuário; • Produto adequado para uso institucional contínuo; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões externas aproximadas • Altura: 1790 mm • Largura: 620 mm • Profundidade: 450 mm	RS Móveis/ multiuso	658,00	24.346,00
74	10627	150	Unidade	Colchão impermeável Requisitos mínimos: • Colchão confeccionado em espuma flexível de poliuretano, densidade nominal mínima D33 (33 kg/m³), ou superior, com capa. • Estrutura da espuma com suporte de carga mínima de 130 kg, distribuídos uniformemente. • Tratamento do tecido: Antiácaro, Antialérgico e Antibactéria; • Costuras, soldas ou acabamentos do revestimento devem garantir vedação adequada contra penetração de líquidos. • Dimensões aproximadas (L x C x A): 88 cm x 188 cm x 16 cm • Produto deve apresentar superfície uniforme, sem deformações, rasgos, bolhas ou falhas de fabricação. • Confeccionada em tecido técnico de alta resistência, composto por algodão/poliéster, impregnado ou revestido com PVC (Policloreto de Vinila plastificado) ou material equivalente, desde que apresente resistência compatível para uso contínuo; • Deve possuir espessura mínima de 1,0 mm, admitindo-se variação entre 0,90 mm e 1,10 mm; • A capa do colchão deve possuir gramatura mínima de 690 g/m², admitindo-se variação entre 660 g/m²	Relaflex/ 16 cm	461,00	69.150,00

				e 720 g/m²; • Deve possuir substrato interno em malha de algodão de alta resistência, garantindo maior durabilidade, resistência ao rasgo e à tração; • Deve possuir ilhós metálicos ou respiros equivalentes na capa do colchão, resistentes à corrosão, distribuídos de forma a permitir ventilação interna do colchão, sem comprometer a impermeabilidade da capa. • Cor azul royal predominante em toda a superfície externa, com tonalidade uniforme, sendo admitida variação compatível com o processo produtivo do fabricante. • Deve ser resistente ao desgaste por uso contínuo, não podendo apresentar fragilidade, descascamento, rachaduras, ressecamento ou deformações durante a utilização e higienização; • Deve permitir higienização frequente, inclusive com produtos e soluções hospitalares, mantendo suas características físicas e estruturais; • Deve possuir zíper resistente, reforçado, permitindo abertura e fechamento adequado para colocação e retirada do colchão, garantindo fechamento seguro; • 180 (cento e oitenta) dias de garantia contra defeitos de fabricação.			
75	10638	60	Unidade	**ARMÁRIO DE AÇO** Requisitos mínimos: Estrutura confeccionada em aço carbono; Fabricado em chapa de aço nº 26 (espessura aproximada de 0,40 mm) ou superior; Pintura eletrostática a pó, na cor cinza padrão, com tratamento anticorrosivo/antiferrugem; Dotado de 2 (duas) portas de abrir; Possuir, no mínimo, 4 (quatro) prateleiras internas; Prateleiras com capacidade compatível para uso administrativo; Sistema de fechamento por fechadura com chave ou preparado para cadeado; Pés elevados do piso, com sapatas ou ponteiras em material emborrachado ou equivalente; Dobradiças metálicas resistentes; Bordas tratadas ou arredondadas para segurança do usuário; Produto adequado para uso institucional contínuo. • Garantia: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões externas aproximadas • Altura: 194 cm • Largura: 90 cm • Profundidade: 40 cm	RS Móveis/ 2 portas PA90s	1.040,00	62.400,00

VALOR TOTAL: R$ 155.896,00 (cento e cinquenta e cinco mil e oitocentos e noventa e seis reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
João Wellington Dos Reis

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:1A453136

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 125/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: LI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
69	10694	1	Unidade	**Armário Corta-Fogo** Requisitos mínimos: • Estrutura do corpo e portas confeccionados em chapas de aço carbono laminadas a frio, com espessuras aproximadas de 1,50 mm e 1,20 mm, formando paredes duplas. • Espaço entre paredes preenchido com material isolante térmico seco, aumentando a resistência ao calor e reduzindo a propagação de incêndio. • Resistência térmica de até 900 °C. • Processo de soldagem do tipo MIG, garantindo maior resistência estrutural. • Acabamento superficial com pintura eletrostática a pó, na cor vermelho texturizado padrão RAL 3001 • Fechadura do tipo cremona anti-faiscante, com sistema de travamento seguro.	Tekin TK20 10213	7.695,00	7.695,00

				• Fornecimento de no mínimo 02 (duas) chaves. • Estrutura projetada para evitar a propagação do fogo em caso de incêndio. • Sistema de contenção interna para evitar derramamento de líquidos no piso ou solo. • 01 (uma) bandeja de contenção fixa na base. • 03 (três) prateleiras ajustáveis, com possibilidade de posicionamento em até 05 níveis de altura. • Cada prateleira deverá suportar: • Até 40 kg de carga concentrada, ou • Até 80 kg de carga distribuída uniformemente. • Possibilidade de instalação de até 02 bandejas adicionais. • Equipado com 04 (quatro) pés niveladores com regulagem de altura, evitando o contato direto da base com o piso e reduzindo o risco de oxidação Dimensões Aproximadas • Dimensões externas: 200 x 100 x 45 cm (Altura x Largura x Profundidade). • Dimensões internas aproximadas: 196 x 94,5 x 38 cm (Altura x Largura x Profundidade). • Medidas das prateleiras/bandejas: aproximadamente 93 x 34,5 cm (Largura x Profundidade). • Medidas úteis da base de contenção: aproximadamente 945 x 375 x 55 mm.			

VALOR TOTAL: R$ 7.695,00 (sete mil e seiscentos e noventa e cinco reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Igor Zacarkim Kael

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:F24FCC7C

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 126/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: L J MONDARDO E CIA LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
12	10637	47	Unidade	**ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO VESTIÁRIO ACADEMIA COM 06 PORTAS GRANDES** Requisitos mínimos: Estrutura confeccionada em aço carbono; Fabricado em chapa de aço nº 26 (espessura aproximada de 0,40 mm) ou superior; Pintura eletrostática a pó (epóxi), na cor cinza padrão, com tratamento anticorrosivo/antiferrugem; Com 6 (seis) portas individuais de grande dimensão; Portas com venezianas ou aberturas que permitam ventilação interna; Cada compartimento com uma divisória interna ou prateleira; Capacidade mínima de carga por compartimento: 15 kg; Sistema de fechamento individual por porta, preparado para cadeado; Pés elevados do piso, com sapatas ou ponteiras em material emborrachado ou equivalente; Bordas arredondadas ou tratadas para segurança do usuário; Produto adequado para uso institucional contínuo. • Cor: cinza padrão; • Garantia: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões externas aproximadas • Altura: entre 193 cm e 198 cm • Largura: entre 103 cm e 115 cm • Profundidade: entre 39,5 cm e 45 cm Dimensões aproximadas de cada porta • Altura: entre 86 cm e 96,5 cm • Largura: entre 37 cm e 40 cm	Big Metal/ 1445	850,00	39.950,00
13	10638	19	Unidade	**ARMÁRIO DE AÇO** Requisitos mínimos: Estrutura confeccionada em aço carbono; Fabricado em chapa de aço nº 26 (espessura aproximada de 0,40 mm) ou superior; Pintura eletrostática a pó, na cor cinza padrão, com tratamento anticorrosivo/antiferrugem; Dotado de 2 (duas) portas de abrir; Possuir, no mínimo, 4 (quatro) prateleiras internas; Prateleiras com capacidade compatível para uso administrativo; Sistema de fechamento por fechadura com chave ou preparado para cadeado;	Big Metal/ 1411	630,00	11.970,00

				Pés elevados do piso, com sapatas ou ponteiras em material emborrachado ou equivalente; Dobradiças metálicas resistentes; Bordas tratadas ou arredondadas para segurança do usuário; Produto adequado para uso institucional contínuo. • Garantia: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões externas aproximadas • Altura: 194 cm • Largura: 90 cm • Profundidade: 40 cm			
14	10639	36	Unidade	ESTANTE DE AÇO VAZADA Requisitos mínimos: • Estrutura confeccionada em aço carbono; • Prateleiras produzidas em chapa de aço nº 22 (espessura aproximada de 0,75 mm) ou superior; • Possuir, no mínimo, 6 (seis) prateleiras reguláveis em altura; • Cada prateleira deverá possuir, no mínimo, 2 (dois) reforços longitudinais inferiores; • Capacidade mínima de carga: 50 kg por prateleira, distribuídos uniformemente; • Sistema de montagem por encaixe ou parafusado, garantindo estabilidade estrutural; • Acabamento em pintura eletrostática a pó, com tratamento anticorrosivo; • Cor cinza; • Pés elevados do piso, com sapatas ou ponteiras em material emborrachado ou equivalente; • Estrutura do tipo vazada, permitindo ventilação e fácil visualização dos itens; • Produto adequado para uso institucional contínuo; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões aproximadas • Altura: 200 cm (±5%) • Largura: 92 cm (±5%) • Profundidade: 42 cm (±5%)	Big Metal/ 1121	325,00	11.700,00

VALOR TOTAL: R$ 63.620,00(sessenta e três mil e seiscentos e vinte reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Poliana Justo Schemmer

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:6CEAD954

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 127/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: MEDLAB – PRODUTOS SAUDE LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
38	10663	50	Unidade	**Suporte para bobina de pano multiuso** Requisitos mínimos: • Suporte para bobina de pano multiuso, compatível com bobinas tipo PERFEX; • Confeccionado 100% em metal, garantindo resistência, durabilidade e maior vida útil; • Compatível com bobinas com largura mínima de 22 cm e largura máxima de 33 cm; • Estrutura resistente, adequada para fixação em parede; • Acabamento sem rebarbas ou arestas cortantes, garantindo segurança no manuseio; • Produto novo, sem avarias ou deformações; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	GLOBO	68,99	3.449,50
47	10672	78	Unidade	**Lixeira – 50 Litros** Requisitos mínimos: • Lixeira com acionamento por pedal, com capacidade aproximada de 50 (cinquenta) litros; • Confeccionada em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ou Polipropileno (PP), material resistente, lavável e de alta durabilidade; • Estrutura resistente, adequada para uso contínuo em ambientes internos; • Sistema de abertura por pedal com haste localizada na parte externa, evitando acúmulo de resíduos e	NOBRE -COD 56327	136,99	10.685,22

				facilitando a higienização; • Deve possuir articulação com armação interna destinada à fixação do saco de lixo, garantindo melhor acomodação e facilitando a retirada segura do saco; • Tampa com fechamento adequado, permitindo vedação eficiente e acionamento prático; • Cor branca; • Produto novo, sem uso, sem trincas, rachaduras, deformações ou falhas no mecanismo de abertura; • Acabamento uniforme, sem rebarbas ou arestas que comprometam a segurança no manuseio; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.			

VALOR TOTAL: R$ 14.134,72 (quatorze mil e cento e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Denise Sieben

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:8FE78117

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 128/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: MICRON INFORMÁTICA LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
8	10633	13	Unidade	GELADEIRA REFRIGERADOR Requisitos mínimos: • Capacidade total líquida entre 342 litros e 375 litros; • Configuração com 1 (uma) ou 2 (duas) portas; • Sistema de refrigeração Frost Free (degelo automático); • Controle de temperatura interno ou externo; • Prateleiras internas removíveis e ajustáveis; • Compartimento para frutas e legumes (gaveta hortifruti); • Iluminação interna; • Pés niveladores ajustáveis; • Gás refrigerante ecológico (livre de CFC); • Classificação de eficiência energética mínima “A”, conforme regulamentação vigente do INMETRO/Procel ou equivalente; • Produto adequado para uso doméstico ou institucional. • Alimentação elétrica: 110 V ou bivolt automático. • Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões aproximadas: • Altura: 170 cm • Largura: 61,6 cm • Profundidade: 69,1 cm	MIDEA RT533	2.539,95	33.019,35
11	10636	13	Unidade	**FORNO DE MICRO-ONDAS** Requisitos mínimos: Capacidade interna entre 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) litros; Cor branca; Funcionamento por micro-ondas, modelo convencional (não embutido); Painel de controle com display digital; Prato giratório removível; Sistema de trava de segurança; Função relógio e temporizador; Potência mínima de 850 W ou superior; Múltiplos níveis de potência; Sinal sonoro ao término do preparo; Cavidade interna de fácil limpeza; Produto adequado para uso doméstico ou institucional contínuo. • Alimentação elétrica: 127 V (monofásico). • Garantia: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	AGRATTO AMIC	588,99	7.656,87
16	10641	18	Unidade	LAVADORA DE ROUPAS Requisitos mínimos: • Capacidade nominal de lavagem entre 8 kg e 8,5 kg; • Equipamento do tipo totalmente automático, devendo realizar de forma sequencial e automática, no mínimo, as etapas de lavagem, enxágue e centrifugação, sem necessidade de intervenção manual entre os ciclos; • Sistema de lavagem automática com	MIDEA MA512	1.659,99	29.879,82

				abertura superior; • Classificação de eficiência energética conforme regulamentação vigente do INMETRO/Procel, admitindo-se nível equivalente ou superior ao padrão atualmente classificado como "A" (ou classificação que venha a substituí-la); • Classificação de eficiência de lavagem conforme regulamentação vigente do INMETRO; • Possuir, no mínimo, 10 (dez) programas ou ciclos de lavagem; • Rotação mínima de centrifugação: 600 rpm ou superior; • Painel de controle eletromecânico ou eletrônico; • Dispenser individual para sabão líquido e em pó; • Dispenser individual para amaciante; • Sistema de controle de nível de água automático; • Consumo de água compatível com a capacidade do equipamento; • Gabinete na cor branca; • Pés niveladores ajustáveis; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. • Alimentação elétrica 127V;			
21	10646	11	Unidade	**Televisor** Requisitos mínimos: • Tamanho da tela entre 40 (quarenta) e 44 (quarenta e quatro) polegadas; • Tecnologia LED; • Formato de tela widescreen; • Resolução mínima Full HD (1920 x 1080) ou superior. • Tipo Smart TV, com acesso à internet via Wi-Fi integrado ou conexão compatível; • Sistema operacional próprio da fabricante ou compatível com aplicativos de streaming; • Menu em português (Brasil). • No mínimo 01 (uma) entrada HDMI; • No mínimo 01 (uma) entrada USB; • Cor preta; • Acompanhado de controle remoto original; • Compatível com suporte de fixação em parede. • Voltagem 110V • Produto novo, sem uso e em linha de fabricação; • Garantia mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação;	AOC 43S155	1.540,00	16.940,00

VALOR TOTAL: R$ 87.496,04 (oitenta e sete mil e quatrocentos e noventa e seis reais e quatro centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Jacson Eichstaedt

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:86EA43C0

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 129/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: PIRES & SANTOS COMÉRCIO LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
22	10647	30	Unidade	**Lavadora de alta pressão** Requisitos mínimos: • Motor do tipo indução, visando maior durabilidade e menor nível de ruído; • Pressão mínima de 1.900 PSI; • Vazão mínima de 360 (trezentos e sessenta) litros por hora; • Tensão/voltagem 110V • Frequência compatível com o padrão nacional (60 Hz). • Mangueira de alta pressão compatível com o equipamento; • Escova para auxílio na limpeza; • Produto novo, sem uso, e em linha de fabricação; • Garantia mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação;	Lavadora de Alta Pressão 1800W PLA3100 Philco 2100PSI	867,00	26.010,00

VALOR TOTAL: R$ 26.010,00 (vinte e seis mil e dez reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci

Paulo Vitor Pires Chaves

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:B0B7868D

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 130/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: PRIMAX IND. E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
20	10645	23	Unidade	MESA RETA Requisitos mínimos: Tampo confeccionado em MDP com espessura mínima de 15 mm ou superior; Revestimento melamínico ou equivalente, na cor ovo (bege) ou similar; Bordas do tampo com acabamento reto em fita de PVC resistente; Dimensões aproximadas do tampo: 1200 mm (largura) x 600 mm (profundidade) Possuir gaveteiro fixo com, no mínimo, 2 (duas) gavetas; Gavetas com corrediças metálicas de deslizamento suave; Sistema de fechamento com chave para o conjunto de gavetas; Puxadores tipo alça em metal ou material de resistência equivalente, na cor compatível com o móvel; Estrutura dos pés em tubo de aço, com pintura epóxi ou eletrostática na cor bege ovo ou similar; Base dos pés sem ponteiras plásticas simples, devendo possuir solução de apoio resistente e adequada ao uso institucional (ex.: sapatas niveladoras ou base metálica com proteção); Produto adequado para uso institucional contínuo; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	PRIMAX PMX-J1ME12002GV	486,00	11.178,00
66	10691	50	Unidade	**Cadeira universitária** Requisitos mínimos: • Assento e encosto com formato anatômico, projetados para proporcionar ergonomia e conforto ao usuário. • Confeccionados em espuma injetada de densidade adequada para uso contínuo. • Revestimento em material sintético tipo couro ecológico, courvin ou material equivalente de alta resistência. • Cor do revestimento: preta. • Estrutura fixa confeccionada em aço tubular reforçado. • Base com quatro pés tipo palito, garantindo estabilidade e resistência. • Pintura eletrostática a pó na cor preta, resistente à corrosão e ao desgaste. • Braço de apoio confeccionado em estrutura metálica (aço), com pintura epóxi ou pintura eletrostática na cor preta. • Estrutura projetada para sustentação da prancheta. • Prancheta escamoteável (basculante ou rebatível), permitindo seu recolhimento quando não estiver em uso. • Fabricada em material resistente (MDP, MDF, plástico de alta resistência ou equivalente), com acabamento adequado ao uso escolar. • Porta-livros metálico instalado na parte inferior da cadeira, confeccionado em aço ou arame de aço reforçado, destinado ao apoio de materiais escolares. • Capacidade mínima de suporte de peso: 120 kg. • Cor predominante: preta. • Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRIMAX PMX-SECUNI	420,00	21.000,00

VALOR TOTAL: R$ 31.178,00 (trinta e um mil e cento e setenta e oito reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Vinicius Do Amaral

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:017A4A7F

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 131/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: SAMUEL PADOVAM EPP
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
09	10634	18	Unidade	BEBEDOURO DE PRESSÃO EM AÇO INOX Requisitos mínimos: • Estrutura externa confeccionada em aço inoxidável, resistente à corrosão; • Tampo superior em aço inox polido, com acabamento sanitário; • Sistema de acionamento por pressão; • Equipado com duas saídas de água, sendo: 01 (uma) torneira tipo jato para consumo direto; 01 (uma) torneira para copo; • Torneiras confeccionadas em latão cromado, com regulagem do jato de água; • Ralo sifonado ou sistema equivalente que impeça retorno de odores; • Reservatório interno com isolamento térmico; • Sistema de refrigeração por	TOP LIFE	800,00	14.400,00

				compressor ou tecnologia equivalente; • Capacidade de refrigeração adequada para uso coletivo (mínimo recomendado: 2,0 L/h de água gelada); • Utilização de gás refrigerante ecológico (livre de CFC); • Pés ou base que permitam adequado nivelamento; • Produto adequado para uso institucional. • Alimentação elétrica: 127 V (monofásico). • Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões aproximadas: • Altura: 103 cm • Largura: 35 cm • Profundidade: 33 cm			

VALOR TOTAL: R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Edson Batistella Junior

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:1E6354A9

CONSAMU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 132/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: VITTALY BORDADOS E MATELADOS EIRELI
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
2	10627	50	Unidade	Colchão impermeável Requisitos mínimos: • Colchão confeccionado em espuma flexível de poliuretano, densidade nominal mínima D33 (33 kg/m³), ou superior, com capa. • Estrutura da espuma com suporte de carga mínima de 130 kg, distribuídos uniformemente. • Tratamento do tecido: Antiácaro, Antialérgico e Antibactéria; • Costuras, soldas ou acabamentos do revestimento devem garantir vedação adequada contra penetração de líquidos. • Dimensões aproximadas (L x C x A): 88 cm x 188 cm x 16 cm • Produto deve apresentar superfície uniforme, sem deformações, rasgos, bolhas ou falhas de fabricação. • Confeccionada em tecido técnico de alta resistência, composto por algodão/poliéster, impregnado ou revestido com PVC (Policloreto de Vinila plastificado) ou material equivalente, desde que apresente resistência compatível para uso contínuo; • Deve possuir espessura mínima de 1,0 mm, admitindo-se variação entre 0,90 mm e 1,10 mm; • A capa do colchão deve possuir gramatura mínima de 690 g/m², admitindo-se variação entre 660 g/m² e 720 g/m²; • Deve possuir substrato interno em malha de algodão de alta resistência, garantindo maior durabilidade, resistência ao rasgo e à tração; • Deve possuir ilhós metálicos ou respiros equivalentes na capa do colchão, resistentes à corrosão, distribuídos de forma a permitir ventilação interna do colchão, sem comprometer a impermeabilidade da capa. • Cor azul royal predominante em toda a superfície externa, com tonalidade uniforme, sendo admitida variação compatível com o processo produtivo do fabricante. • Deve ser resistente ao desgaste por uso contínuo, não podendo apresentar fragilidade, descascamento, rachaduras, ressecamento ou deformações durante a utilização e higienização; • Deve permitir higienização frequente, inclusive com produtos e soluções hospitalares, mantendo suas características físicas e estruturais; • Deve possuir zíper resistente, reforçado, permitindo abertura e	Vittaflex	350,00	17.500,00

				fechamento adequado para colocação e retirada do colchão, garantindo fechamento seguro; • 180 (cento e oitenta) dias de garantia contra defeitos de fabricação.			
3	10628	219	Unidade	Capa para colchão impermeável Requisitos mínimos: • Deve ser compatível com colchão medindo aproximadamente 1880 x 880 x 160 mm, admitindo-se variação de até ±20 mm; • Confeccionada em tecido técnico de alta resistência, composto por algodão/poliéster, impregnado ou revestido com PVC (Policloreto de Vinila plastificado) ou material equivalente, desde que apresente resistência compatível para uso contínuo; • Deve possuir espessura mínima de 1,0 mm, admitindo-se variação entre 0,90 mm e 1,10 mm; • Deve possuir gramatura mínima de 690 g/m², admitindo-se variação entre 660 g/m² e 720 g/m²; • Deve possuir substrato interno em malha de algodão de alta resistência, garantindo maior durabilidade, resistência ao rasgo e à tração; • Deve ser impermeável, resistente à penetração de líquidos e fluidos corporais; • Deve ser resistente ao desgaste por uso contínuo, não podendo apresentar fragilidade, descascamento, rachaduras, ressecamento ou deformações durante a utilização e higienização; • Deve permitir higienização frequente, inclusive com produtos e soluções hospitalares, mantendo suas características físicas e estruturais; • Deve possuir zíper resistente, reforçado, permitindo abertura e fechamento adequado para colocação e retirada do colchão, garantindo fechamento seguro; • Deve possuir furação nas laterais para ventilação, com acabamento em ilhoses metálicos cromados ou material equivalente anticorrosivo, garantindo resistência à oxidação e reforço estrutural nos orifícios; • Deve possuir acabamento adequado, com costuras reforçadas ou sistema de união equivalente, não podendo apresentar falhas, pontos frágeis ou aberturas que comprometam a impermeabilidade e durabilidade do produto; • Produto deve apresentar superfície uniforme, sem rebarbas, falhas de revestimento, irregularidades, manchas, rasgos ou defeitos de fabricação; • O fornecedor deverá assegurar garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, contados a partir da data de recebimento definitivo, responsabilizando-se pela substituição do produto em caso de falhas, deformações, rompimentos, descascamento do revestimento, defeitos no zíper ou perda de impermeabilidade durante o período de garantia; • 180 (cento e oitenta) dias de garantia contra defeitos de fabricação.	Vittaflex	127,71	27.968,49

VALOR TOTAL: R$ 45.468,49 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
João Carlos Lopes Okuyama

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:DA7CE023

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	116/2026
b) Licitação Nº:	016/2026
c) Modalidade:	Inexigibilidade – Credenciamento 005/2026
d) Data Homologação:	13/10/2026
e) Objeto Homologado:	CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO PREPARO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITAS) E REFEIÇÕES NA MODALIDADE SELF-SERVICE.

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
27001082440010202933903900000	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
25001103010012204533903900000	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
25001103010012204533903900000	1303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: 17.640.512 EVELIN MELINA ANDRÉ - CNPJ: 17.640.512/0001-15 - Valor total homologado: R$ 132.500,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Marmita tamanho P (pequeno), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	1900	15,00	28.500,00
2	1	Marmita tamanho M (médio), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	2980	20,00	59.600.00
3	1	Marmita tamanho G (grande), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	800	22,00	17.600.00
4	1	Marmita tamanho P (pequeno), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária, 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	760	15,00	11.400.00
5	1	Marmita tamanho M (médio), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	550	20,00	11.000.00
6	1	Marmita tamanho G (grande), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	200	22,00	4.400.00

Fornecedor: 48.941.993 ANGELINA DA SILVA - CNPJ: 48.941.993/0001-22 - Valor total homologado: R$ 132.500,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Marmita tamanho P (pequeno), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	1900	15,00	28.500.00
2	1	Marmita tamanho M (médio), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	2980	20,00	59.600.00
3	1	Marmita tamanho G (grande), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	800	22,00	17.600,00

4	1	Marmita tamanho P (pequeno), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária, 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	760	15,00	11.400,00
5	1	Marmita tamanho M (médio), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	550	20,00	11.000,00
6	1	Marmita tamanho G (grande), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	200	22,00	4.400,00

Fornecedor: COLOMBARI & COLOMBARI RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA - CNPJ: 97.545.216/0001-74 - Valor total homologado: R$ 135.300,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Marmita tamanho P (pequeno), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	1900	15,00	28.500,00
2	1	Marmita tamanho M (médio), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	2980	20,00	59.600,00
3	1	Marmita tamanho G (grande), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	800	22,00	17.600,00
4	1	Marmita tamanho P (pequeno), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária, 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	760	15,00	11.400,00
5	1	Marmita tamanho M (médio), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	550	20,00	11.000,00
6	1	Marmita tamanho G (grande), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	200	22,00	4.400,00
7	1	Refeição do tipo Self Service composta de no mínimo arroz, feijão, farofa, 02 (dois) tipos de carne branca ou vermelha de primeira qualidade, massas, saladas diversificadas e legumes + Suco Natural ou Refrigerante lata (350ml).		UNIDADE	100	28,00	2.800,00

Fornecedor: S. FERREIRA DOS SANTOS - RESTAURANTE - CNPJ: 26.391.335/0001-71 - Valor total homologado: R$ 135.300,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Marmita tamanho P (pequeno), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	1900	15,00	28.500,00
2	1	Marmita tamanho M (médio), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	2980	20,00	59.600,00
3	1	Marmita tamanho G (grande), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 11:00 e 11:30 da manhã para o almoço. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	800	22,00	17.600,00
4	1	Marmita tamanho P (pequeno), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária, 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	760	15,00	11.400,00
5	1	Marmita tamanho M (médio), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	550	20,00	11.000,00
6	1	Marmita tamanho G (grande), em embalagem própria para transporte de alimento, para entrega diária , 7 dias por semana com horário de entrega entre as 19:30 e 20:00 da noite para o jantar. As refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão e 1 tipo de carne, alternando a carne durante os dias entre: frango, carne bovina, carne de panela. Podendo alterar o carboidrato do macarrão com batata, mandioca, polenta e ainda podendo variar conforme cardápio do fornecedor. As refeições deverão conter, de forma balanceada e adequada, os seguintes grupos alimentares: Fonte de proteína animal ou vegetal, fonte de carboidratos, leguminosas.		UNIDADE	200	22,00	4.400,00
7	1	Refeição do tipo Self Service composta de no mínimo arroz, feijão, farofa, 02 (dois) tipos de carne branca ou vermelha de primeira qualidade, massas, saladas diversificadas e legumes + Suco Natural ou Refrigerante lata (350ml).		UNIDADE	100	28,00	2.800,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 535.600,
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 13 de outubro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:60701F0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE USO PELO SIM

Prefeitura do Município de Guaraqueçaba
Estado do Paraná

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE USO PELO SIM
A Secretaria Municipal de Agricultura, representando o Serviço de Inspeção Municipal – SIM de Guaraqueçaba, regulamentado na Lei Municipal n° nº 1.055, de 26 de agosto de 2026, torna público o que segue: documentos complementares de uso pelo SIM adotados para a elaboração, implementação e aplicação do Decreto n° 862/2026 de 24 de setembro de 2026 que Regulamenta a Lei nº 1.055 de 26 de agosto de 2026, que dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal – SIM, tais documentos tem por base as seguintes regulamentações:

ANEXO 1.
GESTÃO DE DOCUMENTOS

1.1 Objetivos
Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilita garantir a padronização dos documentos recebidos e arquivados na sede do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, definindo a metodologia a ser utilizada. Algumas rotinas devem ser adotadas no registro documental, afim de que não se perca o controle, bem como surjam problemas que facilmente poderiam ser evitados. Os arquivos possuem duas finalidades: a primeira é servir à administração da entidade que o produziu; a segunda é servir de base para o conhecimento da história desta entidade.

1.2 Aplicação
Este procedimento aplica-se a rotina de gestão documental do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, sendo que a documentação deve ficar sob responsabilidade do serviço.

1.3 Definições
“Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (Lei Federal nº 8.159, de 08/01/1991).

1.4 Usuários Principais
Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

1.5 Procedimento
A função principal dos arquivos é possibilitar o acesso às informações que estão sob sua responsabilidade de guarda, de maneira rápida e precisa. Os documentos da fase corrente possuem grande potencial de uso para a instituição produtora, e são utilizados para o cumprimento de suas atividades administrativas, como a tomada de decisões, avaliação de processos, controle das tarefas, etc. As principais atividades desempenhadas nesta fase são: protocolo, arquivamento, empréstimo, consulta e destinação.

1.5.1 Protocolo
Executa as atividades de receber os documentos, registrar em caderno de protocolo numerado com a identificação dos documentos, remetente e identificação do recebedor (nome e assinatura). Após, os documentos são numerados conforme sua ordem de chegada ao livro de protocolo e arquivados nas pastas, separado por tipo de documento.

1.5.2 Arquivamento
O arquivamento consiste na guarda dos documentos em lugar próprio, como caixas e pastas, em mobiliários específicos, como estantes e arquivos de aço. Para que os arquivos se tornem acessíveis é necessário que eles sejam corretamente armazenados de maneira a agilizar sua recuperação. Antes do arquivamento, os documentos devem ser devidamente classificados de acordo com a função ou atividade a que se referem.
Para que os documentos de arquivo estejam acessíveis é necessário que eles sejam bem ordenados e arquivados. O arquivamento é feito por meio de método de ordem numérica.

Pasta da empresa
Cada empresa registada ao SIM recebe um número (cronológico) e seus arquivos (pastas) ficam vinculadas a este número, devendo ser organizado e arquivado da seguinte forma:
a) Processo de registro de estabelecimento: Processo onde consta a documentação mínima para registro dos estabelecimentos, conforme solicitação do SIM, que está descrito em procedimento no Anexo nº 02. O processo de registro, deverá ter todas as folhas carimbadas, rubricadas e numeradas em ordem cronológica. Esse arquivo possui as seguintes subdivisões:

· Documentos atualizados: Pasta destinada a todos os documentos renováveis que constam no processo de adesão.
· Alteração de Projetos: Os projetos de alterações e/ou ampliações, juntamente com os demais documentos descritos no Anexo nº 02 devem ser arquivados em ordem cronológica. Os projetos devem ser verificados (carimbados, assinados, datados) e aprovados pelo SIM.
b) Registros de fiscalização: São utilizados para registro das atividades de fiscalização realizadas pelo serviço de inspeção no estabelecimento (Modelo 1.6.1). Quando do estabelecimento de abate, pode ser utilizado para registro de fiscalização a planilha de condenação de vísceras, indicando o horário de início e termino do abate. Todas as folhas devem ser carimbadas e assinadas. Serão arquivados em ordem cronológica.

c) Memorial de fabricação e rotulagem de POA. Processo onde constam os produtos que a empresa produz. Nesta pasta deve ser arquivado os documentos de registro dos produtos fabricados pela empresa onde os mesmos devem estar carimbados e assinados, incluindo o Certificado - parecer favorável à fabricação (Modelo 3.7.3), obedecendo ao arquivamento pela ordem de aprovação do registro do produto. Exemplo:
o Memorial descritivo de produtos Linguiça Colonial
Linguiça de Carne Suína Congelada Linguiça Toscana Resfriada
d) Coletas fiscais. Esse arquivo possui as seguintes subdivisões:
· Laudos de Análises Microbiológicas fiscais dos produtos e respectivos SOA - Solicitação Oficial de Análise: Respeitando o programa de trabalho estabelecido pelo SIM, os laudos das análises microbiológicas devem ser arquivadas em ordem cronológica, devem estar verificadas (carimbadas, assinadas e datadas).
· Laudos de Análises Físico-químicas fiscais dos produtos e respectivos SOA - Solicitação Oficial de Análise: Respeitando o programa de trabalho estabelecido pelo SIM, as análises físico-químicas devem ser arquivadas em ordem cronológica, devem estar verificadas (carimbadas, assinadas e datadas).
· Laudos de Análises fiscais de Água e respectivos SOA - Solicitação Oficial de Análise: Respeitando o programa de trabalho estabelecido pelo SIM, as análises de água devem ser arquivadas em ordem cronológica, devem estar verificadas (carimbadas, assinadas e datadas).
e) Relatórios de Supervisão: devem ser arquivados em ordem cronológica, onde os mesmos devem estar carimbados, assinados e rubricados em todas as páginas por todos os envolvidos na supervisão.
*Supervisão dos Estabelecimentos Registrados no SIM: Todos os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM devem ser supervisionados (Modelo 1.6.2).
· Plano de ação para a correção das não conformidades apontadas no relatório de supervisão deve ser arquivado juntamente com o seu respectivo relatório: Devem ser arquivados em ordem cronológica, onde os mesmos devem estar carimbados e assinados pela empresa. Para este procedimento deve ser utilizado o Plano de ação (Modelo 1.6.3). Após verificar a efetividade da ação corretiva, o fiscal deve finalizar o documento no campo de verificação através de assinatura com a data.
f) Relatório de não conformidade (RNC): devem ser arquivados em ordem cronológica, onde os mesmos devem estar carimbados e assinados pelo SIM e pelo responsável da empresa. Após verificar a efetividade da ação corretiva, o fiscal deve finalizar o documento no campo de verificação através de assinatura com a data. A numeração dos RNCs deve seguir uma sequência única por empresa.
g) Autos de Infração/Interdição/Apreensão/Suspensão: devem ser arquivados em ordem cronológica, onde os mesmos devem estar carimbados e assinados.
h) Planilhas de Inspeção/fiscalização: realizadas pelo fiscal do SIM. Estas devem ser divididas em sub processos, quando necessário e arquivadas em ordem cronológica, onde as mesmas devem estar carimbadas e assinadas. Exemplos (cujos alguns Modelos encontram-se ao final de cada Anexo):
· Planilhas de Verificação Oficial das áreas de inspeção in loco e documental
· Planilha de PPHO - Liberação de Abate
i) Verificação oficial de Formulação de Produtos: respeitando o programa de trabalho estabelecido pelo SIM, a verificação oficial de formulação de produtos devem ser efetuados pelo fiscal do SIM, arquivados em ordem cronológica, carimbados, assinados, datados e informando a RNC e/ou auto de infração/interdição/apreensão/suspensão, quando houver não conformidades).
j) Verificação oficial de Aferição de Peso/Volume: respeitando o programa de trabalho estabelecido pelo SIM, a verificação oficial de aferição de peso/volume devem ser efetuados pelo fiscal do SIM, arquivados em ordem cronológica, carimbados, assinados, datados e informando a RNC e/ou auto de infração/interdição/apreensão/suspensão, quando houver não conformidades).
k) Regime especial de Fiscalização - REF: O procedimento deve ser realizado conforme descrito no Anexo nº 05. Devem ser arquivados em ordem cronológica. Devem estar verificados (carimbados, assinados, datados).
l) Documentos gerais protocolados: Item destinado para arquivar os documentos gerais enviados pela empresa. Todos os documentos recebidos devem receber uma numeração contínua, conforme a sequência do livro de protocolo. Todos os documentos devem estar assinados pelos responsáveis da empresa. Quando for o caso, informar o número do respectivo ofício expedido pelo SIM (em resposta).

*Procedimento exclusivo para as atividades em Abatedouros:

m) Planilha de Inspeção ante-mortem e Planilha de condenações de vísceras: devem ser realizadas a cada abate pelo fiscal do SIM, em ordem cronológica. Devem estar carimbadas e assinadas.
n) Laudos de Condenações de Carcaças: devem ser realizados a cada abate pelo fiscal do SIM, em caso de condenações, em ordem cronológica. Devem estar carimbados e assinados.
o) Dados Nosográficos: Realizados e arquivados pelo fiscal do SIM, mensalmente, em ordem cronológica. Devem estar carimbados e assinados. Nos dados nosográficos, constam as estatísticas de abate, que são alimentadas pelas planilhas de inspeção ante-mortem (Modelo 1.6.4), relatório de condenações de carcaça e seus respectivos julgamentos (Modelo 1.6.5). Todas as informações contidas nas planilhas e relatórios devem ser compiladas gerando os dados nosográficos (Modelo 1.6.6) pelo responsável do SIM, sempre no começo do mês, referente ao mês anterior. Após preenchido e assinado pelo responsável do SIM, deve ser arquivado.

1.5.3 Documentos do SIM
a) Ofícios Expedidos: Pasta destinada para arquivar todos os ofícios expedidos pelo SIM, que são discriminados em um livro específico, contendo o número e ano, a data, destinatário, assunto e assinatura do responsável pelo SIM. Todos os ofícios (Modelo 1.6.7) devem seguir uma numeração contínua, por ano, conforme sequência do livro de ofícios expedidos. Devem ser arquivados em ordem cronológica, contendo data, nome e assinatura do recebedor.
b) Documentos recebidos: Pasta destinada para arquivar os documentos recebidos pelo SIM que não tenham pasta especifica, excetuando os recebidos e arquivados na pasta especifica das empresas. Todos os documentos recebidos devem receber uma numeração contínua, conforme a sequência do livro de protocolo.
c) Registro de reuniões: Pasta destinada para arquivar as memórias das reuniões realizadas pelo SIM. O registro deve apresentar convocação, lista de presença, fotos, material utilizado e ata da reunião realizada. Arquivado em ordem cronológica. Devem estar carimbados e assinados pelo SIM (Modelo 1.6.8).
d) Registro de ações de combate à clandestinidade e educação sanitária: Pasta destinada para arquivar as ações de combate à clandestinidade e educação sanitária realizadas pelo SIM. Os registros devem ser arquivados em ordem cronológica e devem estar carimbados e assinados.

e) Registro de treinamentos, capacitações e participações em eventos: Pasta destinada para arquivar os registros de convocação, lista de presença, fotos, material utilizado, programação do treinamento/capacitação e certificados de participação (Modelo 1.6.8). Arquivado em ordem cronológica.
f) Controle dos Dados estatísticos: O estabelecimento deve encaminhar ao SIM os relatórios de produção e comercialização até o décimo dia útil de cada mês subsequente. Devem estar carimbados e assinados. As informações contidas nos relatórios devem ser compiladas pelo responsável do SIM, sempre no começo do mês, referente ao mês anterior, gerando os dados estatísticos mensais. Os relatórios recebidos devem ser arquivados. O

relatório anual dos dados estatísticos deve ser assinado pelo responsável do SIM e arquivado. Esse procedimento deve ser realizado por meio informatizado.
g) Controle dos RNCs emitidos: Os RNCs devem ser registrados em planilha específica separados por empresa. Esse documento deve conter, no mínimo, o número do RNC, a data em que foi gerado, elemento de controle, a principal não conformidade, prazo para correção e a situação (data e resultado da verificação oficial – atendido ou não atendido). A critério do serviço, esse procedimento pode ser realizado por meio informatizado.
h) Controle dos Autos: Os autos devem ser registrados em planilha específica. Esse documento deve conter, no mínimo, o número do SIM, o número do Auto, a data em que foi gerado, a não conformidade que motivou o auto, a penalidade aplicada e a situação/decisão. A critério do serviço, esse procedimento pode ser realizado por meio informatizado.
i) Banco de Dados de Registro de Estabelecimentos: Deve possuir planilha específica, contendo no mínimo os seguintes dados atualizados: razão social/nome, CNPJ/CPF, nº do SIM, data de registro inicial do estabelecimento, endereço completo, telefone, e-mail, responsável legal, responsável técnico, data/protocolo do último projeto aprovado, situação (ativo, suspenso, interditado, paralisado, cancelado), classificação (de acordo com o decreto municipal), espécies abatidas e capacidade de abate (quando couber). Esse procedimento deve ser realizado por meio informatizado.
j) Banco de Dados de registro de produtos: Deve possuir planilha específica, contendo no mínimo os seguintes dados atualizados: razão social/nome, CNPJ/CPF, SIM/SUSAF, classificação, nº do registro do estabelecimento, categoria, padrão de nomenclatura, denominação de venda, marca, tipo de embalagem, apresentação (peso), data de registro do produto, nº do registro do produto, validade (dia, mês, ano), status (ativo, cancelado). Esse procedimento deve ser realizado por meio informatizado.
k) Controle das frequências de fiscalizações/inspeções. Deve possuir planilha específica, contendo no mínimo os seguintes dados atualizados: identificação do estabelecimento, mês de fiscalização/inspeção programada e data de execução, e justificativa para fiscalização/inspeção não realizada. A critério do serviço, esse procedimento pode ser realizado por meio informatizado.
l) Controle das coletas fiscais: Deve possuir planilha específica, contendo no mínimo os seguintes dados atualizados: razão social/nome, CNPJ/CPF, classificação, nº do SIM, categoria produto, denominação de venda do produto, nº de registro do produto, mês de coleta programado, data da coleta realizada, nº SOA, n° laudo, tipo de análise realizada (microbiológico / físico-químico), resultado das análises (conforme /não conforme), parâmetro(s) violado(s), ação fiscal (RNC/Auto/etc.) e justificativa para análises não realizadas. A critério do serviço, esse procedimento pode ser realizado por meio informatizado.
m) Educação sanitária e Combate às atividades clandestinas: Deve possuir planilha específica, contendo a programação de atividades de educação sanitária e combate às atividades clandestinas.
n) Controle de treinamento, capacitações, reuniões técnicas e participações em eventos: Deve possuir planilha específica, contendo a programação de treinamento e capacitações e participações em eventos.

1.5.4 Empréstimo
Quando solicitado um empréstimo ou devolução de documentos, será feito por meio de ofício expedido pelo SIM.

1.5.5 Destinação
Alguns documentos têm valor temporário e outros permanentes e jamais devem ser eliminados. O valor do documento é determinado em função de todas as suas possíveis finalidades e também do tempo de vigência dessas finalidades. Todos os documentos que possuem data de validade devem ser atualizados quando esta expirar, sendo responsabilidade das empresas seu encaminhamento ao (SIM).
Os documentos devem ficar arquivados num prazo mínimo de 5 (cinco) anos. Após este período, seu destino será analisado pelo órgão onde se encontram os documentos.

1.6 Modelos
MODELO 1.6.1 – REGISTRO DE FISCALIZAÇÃO

Dia:	Mês:	Ano:	Hora Inicial:	Hora Final:

Unidade:	**N° Registro no SIM**:

Principais atividades realizadas e/ou Assuntos abordados:
_____
_____

Principais pessoas contatadas:
_____
_____

Total de pessoas envolvidas:	

_____ Servidor SIM	_____ Representante do Estabelecimento
(Assinatura e Carimbo)	(Assinatura)

MODELO 1.6.2 – RELATÓRIO DE SUPERVISÃO EM ESTABELECIMENTO

Dia:	**Mês:**	**Ano:**
Estabelecimento:		
N° Registro no SIM:	**Classificação:**	
Médico Veterinário(a) Oficial:		
Supervisor(es)/Auditor(es):		

1. ATENDIMENTO DO ESTABELECIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DO SERVIÇO OFICIAL				
No	**Requisito**	**Conforme**	**Não conforme**	**Não aplicável**
1.1	Plano de Ação			
1.2	Cumprimento do plano de ação			

2. AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO				
No	**Requisito**	**Conforme**	**Não conforme**	**Não aplicável**
2.1	Se as mesmas estão de acordo com o projeto aprovado;			
2.2	Se forro, teto, paredes e piso, equipamentos e utensílios são de material durável, impermeável e de fácil higienização;			
2.3	Se existem sujidades, formação de condensação, neve ou gelo;			
2.4	Se a vedação das aberturas (portas, janelas, etc.), se o escoamento de água e outros fatores podem prejudicar as condições higiênico-sanitárias do processo produtivo;			
2.5	Se a disposição dos equipamentos instalado não geram contra fluxo;			
2.6	Se as condições gerais de manutenção são adequadas e se suas dimensões são compatíveis com as atividades nelas desenvolvidas;			
2.7	Se o acabamento, a natureza das soldas e os materiais constituintes dos mesmos podem alterar as matérias-primas e os produtos acabados;			
2.8	Volume da produção é compatível com as instalações;			
2.9	Inspecionar o ambiente externo e interno, de forma a identificar a existência de condições que favoreçam ao abrigo ou à reprodução de pragas;			
2.10	Se o pessoal que trabalha, direta ou indiretamente com matérias primas e produtos obedecem às práticas higiênicas;			
2.11	Se os verificadores e monitores dos autocontroles têm conhecimento sobre as funções que executam e se estão capacitados para realizá-las;			
2.12	Se durante as manipulações e processamentos existem cuidados de forma a prevenir contaminações cruzadas, evitando-se acúmulos de embalagens, de matérias-primas e produtos, evitando-se contra fluxos;			
2.13	Se todas as superfícies dos equipamentos, utensílios e instrumentos, que entram em contato com matérias-primas e produtos são mantidas em condições adequadas de limpeza e sanitização;			
2.14	Se as matérias primas recebidas de outros estabelecimentos são acompanhadas dos respectivos documentos exigidos por lei para o transporte e recepção;			
2.15	Se as matérias primas, ingredientes e produtos produzidos estão devidamente identificadas, permitindo a rastreabilidade;			
2.16	Se a empresa dá destino correto à matéria prima e de acordo com o planejado no autocontrole;			
2.17	Se as matérias primas apresentam suas embalagens íntegras;			
2.18	As temperaturas mantidas nos ambientes, equipamentos, matérias primas e produtos que fazem parte do processo industrial estão de acordo com o que é exigido pela legislação;			
2.19	Se os instrumentos de controle de processos estão identificados, calibrados e/ou aferidos;			
2.20	Se os produtos são fabricados de acordo com as formulações aprovadas pelos Serviços de Inspeção e se atendem o RTIQ;			
2.21	Avaliar de forma objetiva se a recepção, a descarga e os procedimentos de condução, insensibilização e sangria são realizados de forma adequada.			

3. AVALIAÇÃO DOS AUTOCONTROLES DA EMPRESA (AVALIAÇÃO DOCUMENTAL)				
No	**Requisito**	**Conforme**	**Não conforme**	**Não aplicável**
1.	**PAC 01 – Manutenção (incluindo iluminação, ventilação, águas residuais e calibração)***			
1.1	Programa descrito;			
1.2	Registros;			
1.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
1.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
2.	**PAC 02 - Água de abastecimento***			
2.1	Programa descrito;			
2.2	Registros;			
2.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
2.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
3.	**PAC 03 – Controle Integrado de Pragas***			
3.1	Programa descrito;			
3.2	Registros;			
3.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
3.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
4.	**PAC 04 – Higiene Industrial e Operacional***			
4.1	Programa descrito;			
4.2	Registros;			
4.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
4.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
5.	**PAC 05 – Higiene e Hábitos Higiênicos dos Funcionários***			
5.1	Programa descrito;			
5.2	Registros;			
5.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
5.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
6.	**PAC 06 – Procedimentos Sanitários Operacionais**			
6.1	Programa descrito;			
6.2	Registros;			
6.3	Efetividade na execução do Programa de			
	Autocontrole;			
6.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
7.	**PAC 07 – Controle de Matéria Prima***			
7.1	Programa descrito;			
7.2	Registros;			
7.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
7.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
8.	**PAC 8 – Controle de Temperatura***			
8.1	Programa descrito;			
8.2	Registros;			
8.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
8.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
9.	**PAC 10 – Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC**			
9.1	Programa descrito;			
9.2	Registros;			
9.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
9.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
10.	**PAC 11 – Análises Laboratoriais – Autocontrole***			
10.1	Programa descrito;			
10.2	Registros;			
10.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			

10.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
11.	**PAC 12 – Controle de Formulação de Produtos e Combate à Fraude**			
11.1	Programa descrito;			
11.2	Registros;			
11.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
11.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
12.	**PAC 13 – Rastreabilidade e Recolhimento**			
12.1	Programa descrito;			
12.2	Registros;			
12.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
12.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
13.	**PAC 14 – Bem Estar Animal**			
13.1	Programa descrito;			
13.2	Registros;			
13.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
13.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
14.	**PAC 15 – Identificação, Remoção, Segregação e Destinação do Material Especificado de Risco - MER**			
14.1	Programa descrito;			
14.2	Registros;			
14.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
14.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			

*Essenciais para o registro no SUSAF.

DESCRIÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES (NC)

Item	**Não Conformidade**

CONCLUSÃO

( ) O estabelecimento possui o controle referente aos programas que atendem os elementos de inspeção avaliados no presente relatório.
( ) e está apto a integrar/se manter no SUSAF/PR.
( ) O estabelecimento apresenta indício de perda de controle nos programas que atendem aos seguintes elementos de inspeção:
Nesse caso, a empresa tem **dias** para retomar o efetivo controle dos programas que atendem aos elementos acima listados. Caso contrário o Serviço Oficial poderá concluir que o estabelecimento não evidencia o controle do processo.
( ) **O estabelecimento não evidencia o controle do processo (autocontrole)**. AS AÇÕES FISCAIS TOMADAS DURANTE A SUPERVISÃO seguem o descrito na legislação municipal.

DESCRIÇÃO

_____
_____

Nome	**Assinatura**	**Entidade**

Todas as folhas do presente relatório devem ser rubricadas pelo (s) supervisor(es) e responsável legal da indústria. Uma via deste relatório ficará arquivada no SIM e a outra entregue ao responsável legal pela indústria.

MODELO 1.6.3 – PLANO DE AÇÃO PARA A CORREÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DE SUPERVISÃO

Estabelecimento:
N° Registro no SIM:

Item	**Não conformida de**	**Correção / Ação corretiva**	**Prazo**	**Parecer Fiscal do SIM quanto a ação corretiva e prazo**	**Verificação Oficial**	
				( ) Favorável ( ) Não favorável - refazer	Ação foi efetiva? SIM ( ) NÃO ( ) RNC:	Data: Assinatura:
				( ) Favorável ( ) Não favorável - refazer	Ação foi efetiva? SIM ( ) NÃO ( ) RNC:	Data: Assinatura:
				( ) Favorável ( ) Não favorável - refazer	Ação foi efetiva? SIM ( ) NÃO ( ) RNC:	Data: Assinatura:
Data de aprovação do plano:						
Assinatura do Representante legal do estabelecimento:						
Assinatura do Responsável Técnico:						
Assinatura do Fiscal do SIM:						

MODELO 1.6.4 – PLANILHA DE INSPEÇÃO ANTE-MORTEM

Estabelecimento:	
N° Registro no SIM:	
Data:	**Hora:**

ANIMAIS LIBERADOS PARA A MATANÇA NORMAL

Número da GTA	Número de Animais

ANIMAIS DESTINADOS À MATANÇA DE EMERGÊNCIA

Quantidade / Identificação dos Animais	Causas

ANIMAIS RETIDOS PARA EXAME NO CURRAL DE OBSERVAÇÃO

Quantidade / Identificação dos Animais	Causas

FÊMEAS REFUGADAS

Por parto recente (número) / Identificação dos Animais	Por gestação adiantada (número) / Identificação dos Animais

ANIMAIS MORTOS NOS CURRAIS

Quantidade / Identificação dos Animais	Providências tomadas

ANIMAIS MORTOS EM VIAGEM

Quantidade / Identificação dos Animais	Providências tomadas

AVALIAÇÃO DO BEM ESTAR

_____
_____

OBSERVAÇÕES

_____
_____

_____
Fiscal SIM/POA

MODELO 1.6.5a – PLANILHA DE CONDENAÇÕES DE VISCERAS EM SUÍNOS

Estabelecimento:	
N° Registro no SIM:	
Localizações / Data das condenações do abate:	
Hora do início do abate:	**Hora do término do abate:**

LESÃO GTA	**TOTAIS**
CABEÇA/NODOS LINFÁTICOS DA PAPADA	
CONTAMINAÇÃO	
RINITE ATRÓFICA	
ABSCESSO	
CISTICERCOSE	
SARCOSPORIDIOSE	
LÍNGUA	
CONTAMINAÇÃO	
ABCESSO	
GLOSSITE	
CISTICERCOSE	
SARCOSPORIDIOSE	
MELANOMA	
ÚTERO	
CONTAMINAÇÃO	
METRITE	
CORAÇÃO	
CONTAMINAÇÃO	
PERICARDITE	
ENDOCARDITE	
CISTICERCOSE	
SARCOSPORIDIOSE	
MELANOSE	
CISTO HIDATICO	
HOMORRAGIA	
PULMÃO	
CONTAMINAÇÃO	
ASPIRAÇÃO DE SANGUE	
CONGESTÃO	
PNEUMONIA	
PNEUMONIA ENZOÓTICA	
ENFISEMA	
ATLECTASIA	
FÍGADO	
CONTAMINAÇÃO	
CONGESTÃO	
MIGRAÇÃO LARVAL	
PERIHEPATITE	

HEPATITE	
CIRROSE HIPÁTICA	
BAÇO	
CONTAMINAÇÃO	
CONGESTÃO	
ESPLENITE	
INTESTINO, ESTÔMAGO, PÂNCREAS,	
BEXIGA	
CONTAMINAÇÃO	
PNEUMATOSE	
ENTERITE	
LINFADENITE	
ASCARIDIOSE	
PERITONITE	
GASTRITE	
PANCREATITE	
CISTITE	
RIM	
CONTAMINAÇÃO	
CISTO URINÁRIO	
CONGESTÃO	
ISQUEMIA	
NEFRITE	
CARCAÇA	
CONTAMINAÇÃO	
CONTUSÃO	
ABCESSO	
ADERÊNCIA	
SARNA	
MELANOMA	
MELANOSE	
INTESTINO, ESTÔMAGO, PÂNCREAS,	
BEXIGA	
CONTAMINAÇÃO	
PNEUMATOSE	
ENTERITE	
LINFADENITE	
ASCARIDIOSE	
PERITONITE	
GASTRITE	
PANCREATITE	
CISTITE	
RIM	
CONTAMINAÇÃO	
CISTO URINÁRIO	
CONGESTÃO	
ISQUEMIA	
NEFRITE	
CARCAÇA	
CONTAMINAÇÃO	
CONTUSÃO	
ABCESSO	
ADERÊNCIA	
SARNA	
MELANOMA	
MELANOSE	

DESTINO DAS VÍSCERAS CONDENADAS:_____

_____

Assinatura e carimbo do Fiscal SIM/POA

MODELO 1.6.5b – PLANILHA DE CONDENAÇÕES DE VISCERAS EM BOVINOS

Estabelecimento:	
N° Registro no SIM:	
Localizações / Data das condenações do abate:	
Hora do início do abate:	**Hora do término do abate:**

LESÃO GTA							**TOTAIS**
PATAS							
FEBRE AFTOSA							
ABCESSO							
CABEÇA							
CONTAMINAÇÃO							
ABSCESSO							
CISTICERCOSE							
SARCOSPORIDIOSE							
LÍNGUA							
CONTAMINAÇÃO							
ABCESSO							
GLOSITE							
CISTICERCOSE							
SARCOSPORIDIOSE							
ÚTERO							
CONTAMINAÇÃO							

METRITE							
CORAÇÃO							
CONTAMINAÇÃO							
PERICARDITE							
CISTICERCOSE							
SARCOSPORIDIOSE							
PULMÃO							
CONTAMINAÇÃO							
ASPIRAÇÃO DE SANGUE							
CONGESTÃO							
PNEUMONIA							
TUBERCULOSE							
FÍGADO							
CONTAMINAÇÃO							
CONGESTÃO							
MIGRAÇÃO LARVAL							
PERIHEPATITE							
HEPATITE							
CIRROSE HEPÁTICA							
TELEANGIECTASIA							
BAÇO							
CONTAMINAÇÃO							
CONGESTÃO							
ESPLENITE							
ESTÔMAGO							
CONTAMINAÇÃO							
ESTOMATITE							
BEXIGA							
CONTAMINAÇÃO							
PÂNCREAS							
PARASITAS							
INTESTINO							
CONTAMINAÇÃO							
PNEUMATOSE							
ENTERITE							
LINFADENITE							
ASCARIDIOSE							
RIM							
CONTAMINAÇÃO							
CISTO URINÁRIO							
CONGESTÃO							
ISQUEMIA							
NEFRITE							
CARCAÇA							
CONTAMINAÇÃO							
CONTUSÃO							
ABCESSO							
ADERÊNCIA							
ICTERÍCIA							
ADIPOSANTOSE							
PERITONITE							

DESTINO DAS VÍSCERAS CONDENADAS:_____

_____

Assinatura e carimbo do Fiscal SIM/POA

MODELO 1.6.5c – PLANILHA DE CONDENAÇÕES DE VISCERAS EM FRANGOS DE CORTE

Estabelecimento:	
N° Registro no SIM:	
Lotes (GTA):	
Hora do início do abate:	**Hora do término do abate:**

LESÃO GTA								
CONDENAÇÃO	**TOTAL**	**%**	**PARCIAL**	**%**	**TOTAL**	**%**	**PARCIAL**	**%**
Abcesso								
Aerossaculite								
Artrite								
Aspecto repugnante								
Caquexia								
Celulite								
Colibacilose								
Contaminação								
Contusão / fratura								
Dermatose								
Escaldagem excessiva								
Evisceração retardada								
Neoplasia (tumor)								
Salpingite								
Sangria inadequada								
Septicemia								
Síndrome ascítica								
Síndrome hemorrágica								

DESTINO DAS VÍSCERAS CONDENADAS:_____

_____
Assinatura e carimbo do Fiscal SIM/POA
MODELO 1.6.7 – LAUDO DE CONDENAÇÕES E APROVEITAMENTO CONDICIONAL DE CARCAÇAS

Estabelecimento:
N° Registro no SIM:
Espécie:
Data:

IDENTIFICAÇÃO (GTA)	JULGAMENTO	DESTINO

_____
Assinatura e carimbo do Fiscal SIM/POA

MODELO 1.6.6 – DADOS NOSOGRÁFICOS

MÊS DE REFERÊNCIA:
Estabelecimento:
N° Registro no SIM:
Espécie:

QUANTIDADE DE ANIMAIS ABATIDOS

DATA	QUANTIDADE
	TOTAL:

QUANTIDADE DE VÍSCERAS CONDENADAS

DATA	VÍSCERAS	CAUSAS	QUANTIDADE
			TOTAL:

QUANTIDADE DE CARCAÇAS CONDENADAS

DATA	CAUSAS	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	QUANTIDADE
			TOTAL:

_____
Assinatura e carimbo do Fiscal SIM/POA

MODELO 1.6.7 – MODELO DE OFÍCIO

Oficio, N° ____/20_____

_____, ___de_____ de 20_____.

Ao Senhor (a) _____, responsável pela empresa_____situado na (endereço completo) _____no município de Guaraqueçaba, Estado do Paraná.

Assunto:

Prezado Senhor (a),

Por meio deste, o Serviço de Inspeção do Município de Guaraqueçaba, vem respeitosamente perante vossa senhoria...

Atenciosamente,

_____
Fiscal SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 1.6.8 – LISTA DE PRESENÇA

Data:	Carga horária:
Responsável:	
Conteúdo / Assunto:	
Material utilizado:	

PARTICIPANTES:

Nome	CPF	Entidade	E-mail	Assinatura

ANEXO 2.
REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS E AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE PROJETOS

2.1 Objetivos
Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilite avaliar, aprovar ou alterar os projetos dos estabelecimentos registrados ou que serão registrados pelo SIM.

2.2 Definição
Consideram-se projetos, tudo aquilo que faz parte do processo de edificação dos estabelecimentos.

2.3 Aplicação
A todos os estabelecimentos registrados do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, aos que pretendem se registrar e ao responsável do SIM.

2.4 Usuários Principais
Médico Veterinário do SIM e responsáveis pelo estabelecimento.

2.5 Procedimento
Para o Registro de Estabelecimentos, junto ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM, se faz necessário cumprir uma série de normas para elaboração de um processo no qual deve constar todas as etapas de aprovação do estabelecimento.

2.5.1 Registro do Estabelecimento
A solicitação de registro deve ser efetuada pelo responsável legal do estabelecimento ao SIM, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Requerimento de solicitação de registro no SIM (Modelo 2.6.2);
b) Requerimento de aprovação prévia do terreno/estabelecimento preexistente (Modelo 2.6.3);
c) Requerimento de aprovação do projeto de construção (Modelo 2.6.4);
d) Plantas:

· situação - escala 1/500;
· baixa com lay out em escala - escala 1/100;
· planta de corte
· de fluxo de produção e de movimentação de colaboradores com setas
- escala 1/100;
· Detalhes de equipamentos - escala 1/10 ou 1/100;
· Representar na planta baixa a localização dos ralos, pontos de água quente e fria, tubulação de condução de alimento (exemplo: leite, soro, mel), assim como canalização de vapor;
e) Memorial descritivo da construção (Modelo 2.6.5);
f) Memorial Econômico-Sanitário (Modelo 2.6.6);
g) Documento de liberação do Órgão competente de Fiscalização do Meio Ambiente (Licença Prévia/Licença de Instalação/Licença de Operação/Comprovação de Conformidade Ambiental, conforme o caso);
h) ART do engenheiro responsável pelo projeto - CREA da região;
i) Contrato social e alterações ou CADPRO;
j) Inscrição no CNPJ ou CPF;
k) Termo de compromisso no qual o estabelecimento concorda em acatar as exigências estabelecidas na legislação do Serviço de Inspeção Municipal SIM, sem prejuízo de outras exigências que venham a ser determinadas (Modelo 2.6.7).

2.5.2 Aprovação do terreno
É realizada mediante o requerimento dirigido ao responsável pelo SIM, bem como informar a quem se dirigir para fazer contatos na localidade (endereço, telefone, etc). A construção dos estabelecimentos poderá ser autorizada dentro do perímetro urbano, suburbano ou rural, depois de ouvidas as autoridades públicas, Prefeitura Municipal e Órgão Controlador do Meio Ambiente.
A área do terreno deve ser compatível com o estabelecimento, prevendo-se futuras expansões. É recomendado um afastamento de 10m (dez metros) dos limites das vias públicas ou outras divisas, salvo quando se tratar de estabelecimentos já construídos, que tenham condições fáceis de entrada e saída, bem como circulação interna de veículos.
As áreas, com pátio e vias de acesso, devem ser pavimentadas e urbanizadas, evitando a formação de poeira e facilitando o escoamento das águas. As demais áreas devem receber jardinagem completa ou equivalente.
Outros aspectos de fundamental importância na elaboração do projeto devem ser observados quanto à posição da indústria:
- Facilidade na obtenção da matéria-prima;

- Localização em ponto que se oponha aos ventos dominantes que sopram para a cidade;
- Terreno seco, sem acidentes, de fácil escoamento das águas pluviais, não passíveis de inundações;
- Afastadas de fontes poluidoras de qualquer natureza;
- Facilidade de acesso;
- Facilidade de fornecimento de energia elétrica e meios de comunicação;
- Facilidade no abastecimento de água potável;
- Facilidade no tratamento e escoamento das águas residuais;
- Facilidade na delimitação da área.

Após inspecionada a área para a finalidade proposta, o fiscal do SIM efetua a aprovação através do Laudo de Inspeção de Terreno/Estabelecimento preexistente (Modelo 2.6.8).

2.5.3 Aprovação do projeto
O complexo industrial deve ser compatível com a capacidade de produção, que varia de acordo com a classificação do estabelecimento.

As plantas descritas em 6.1, item 04, devem seguir as seguintes cores:
- Estabelecimentos novos - cor preta;
- Estabelecimentos a reconstruir, reformar ou ampliar:

a) Cor preta - para partes a serem conservadas;
b) Cor vermelha - para partes a serem construídas;
c) Cor amarela - para partes a serem demolidas.

As plantas ou projetos devem conter ademais:
a) Orientação;
b) Posição da construção em relação às vias públicas e alinhamento dos terrenos;
c) Localização das partes dos prédios vizinhos, construídos sobre as divisas dos terrenos.
No processo de aprovação das plantas, o responsável pelo SIM deve avaliar o cumprimento à legislação higiênico sanitária e de inspeção de POA, bem como se atende as normas de construções vigentes e, utilizar o Modelo de Check-list de Análise de Projeto (Modelo 2.6.9) para avaliação das mesmas. Este documento serve para definir se a planta contempla as áreas mínimas de cada classificação de estabelecimento assegurando processo inócuo. Outras exigências podem ser feitas, face a localização e classificação do complexo industrial.
O projeto completo deve ser entregue na sede do Serviço de Inspeção Municipal, em que a unidade será construída, retornando para fins de conhecimento ao estabelecimento e para início das obras, se aprovado pelo órgão de fiscalização. Durante o desenvolvimento das obras, o SIM pode fazer visitas para vistoriar os trabalhos de construção. Nenhuma alteração pode ser procedida no projeto aprovado previamente, sem a devida consulta ao órgão fiscalizador.
Após o término das obras, o responsável pelo estabelecimento deve solicitar a vistoria do fiscal do SIM para constatar a compatibilidade das obras com o projeto aprovado e as condições gerais para início das atividades, emitindo Laudo Técnico Sanitário do Estabelecimento (Modelo 2.6.10), o qual também deve ser anexado ao processo de registro.
Todos os projetos aprovados pelo SIM, devem ter todas as folhas rubricadas, assinadas e carimbadas e devem ser arquivados conforme estabelecido em procedimento de gestão de documentos.
2.5.4 Alteração de projetos
Quando o responsável pelo estabelecimento desejar realizar reforma e/ou ampliação deve solicitar ao SIM a aprovação. Para isso, deve encaminhar os seguintes documentos:
a) Requerimento de aprovação do projeto de construção (Modelo 2.6.4);
b) Planta baixa em folha A4 com as alterações conforme item 2.5.3;
c) Memorial Descritivo de Construção (Modelo 2.6.5);
d) Memorial Econômico Sanitário (Modelo 2.6.6);
e) ART do engenheiro responsável pelo projeto - CREA da região;
f) Cronograma de obras.
Após aprovação prévia pelo SIM da planta baixa em A4, o responsável pelo estabelecimento deve encaminhar para confecção da planta final, seguindo o descrito anteriormente em 2.5.1 - item d) e enviar novamente para o SIM para aprovação final.

2.5.5 Conclusão do registro do estabelecimento
Para a conclusão do registro do estabelecimento junto ao SIM, devem ser entregues os seguintes documentos, conforme Planilha de Verificação de Conformidade Documental para Registro de Estabelecimento no SIM/POA - Modelo 2.6.1:
- Alvará de funcionamento;
- Laudo de análise de água (Físico Química e Microbiológica);
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/DRT;
- Programas de Autocontrole – PAC, conforme Anexo 7.

Após o estabelecimento receber o Registro do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e estar ciente das legislações que regem o SIM, o mesmo recebe o certificado de registro, com seu respectivo número (Modelo 2.6.11). O certificado é concedido por tempo indeterminado, porém pode ser cancelado a qualquer tempo a pedido da empresa. Quando houver alterações na razão social da empresa, na classificação ou em outras informações, o certificado deve ser atualizado.
O estabelecimento registrado ou alterado deve ser cadastrado no Banco de Dados de registro de estabelecimentos (Anexo 1).

2.6 Modelos

MODELO 2.6.1 – PLANILHA DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DOCUMENTAL PARA REGISTRO DE ESTABELECIMENTO NO SIM/POA

Interessado:	***Processo número:**

Documento		**Número Folha no Processo**	**Data de Entrega**	**Assinatura do Interessado**
1	Requerimento de solicitação de registro no SIM (2 vias).			
2	Requerimento de aprovação prévia do terreno/estabelecimento preexistente (2 vias).			
3	**Laudo de Inspeção Prévia de Terreno ou de estabelecimento.			
4	Documento de liberação do Órgão competente de Fiscalização do Meio Ambiente (Licença Prévia/Licença de Instalação/Licença de Operação/Comprovação de Conformidade Ambiental, conforme o caso).			
5	Requerimento de aprovação do projeto:			
6	- Plantas: situação - escala 1/500; baixa com *lay out* - escala 1/100; corte; fluxo de produção e de movimentação de colaboradores - escala 1/100; detalhes de equipamentos - escala 1/10 ou 1/100.			
7	Memorial Descritivo de Construção (2 vias).			
8	Memorial Econômico-Sanitário (2 vias).			
9	ART do engenheiro responsável pelo projeto - CREA da região.			

10	**Aprovação do projeto: CHECK-LIST PLANTA.			
11	**Laudo Técnico Sanitário do Estabelecimento.			
12	Contrato social e alterações ou CADPRO			
13	Inscrição no CNPJ ou CPF.			
14	Alvará de funcionamento.			
15	Laudo de análise de água (físico-química e microbiológica).			
16	Anotação ou Declaração de Responsabilidade Técnica (ART/DRT).			
17	Programas de Autocontroles.			
18	Termo de compromisso com o SIM.			
19	**Certificado de registro no SIM.			

*o número do processo deve ser o número de registro do SIM / ano vigente.
**Realizado pelo Médico Veterinário do SIM.

Observações: _____

_____
Assinatura e carimbo do responsável: _____
Data: _____

MODELO 2.6.2 – REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REGISTRO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Ilmo. Sr. Responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

Eu, _____ , abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n° , responsável legal da empresa_____ , inscrita no CNPJ sob o n°_____ , localizada no endereço _____, no Município de Guaraqueçaba, vem mui respeitosamente requerer a V. Sa. registro do estabelecimento no Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA).

Nestes termos. Pede deferimento.

Local e data.

_____
Assinatura do Requerente

MODELO 2.6.3 – REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO PRÉVIA DO TERRENO/ESTABELECIMENTO PREEXISTENTE

Ilmo. Sr. Responsável pelo Serviço de inspeção Municipal – SIM.

Eu, _____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n°_____ , desejando construir um(a) (classificação do estabelecimento) _____, localizado no endereço
_____, vem mui respeitosamente requerer a V. Sa. se digne vistoriar o terreno/estabelecimento preexistente e autorizar a preparação dos documentos necessários para a construção do referido estabelecimento industrial.

Nestes termos.

Pede Deferimento.

Local e data.
_____
Assinatura do Requerente

MODELO 2.6.4 – REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO

Ilmo. Sr. Responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

Eu, _____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n° _____, representante legal do estabelecimento_____, que se localizará no endereço_____, vem mui respeitosamente requerer de V. Sa. aprovação das plantas e memoriais descritivos de construção e econômico-sanitário em Anexo, visando o registro do mesmo nesse Órgão.

Para tanto, anexa plantas e demais documentos necessários. Nestes termos.
Pede Deferimento.

Local e data.

_____
Assinatura do Requerente

MODELO 2.6.5 – MEMORIAL DESCRITIVO DE CONSTRUÇÃO

1. Nome do proprietário interessado e ou razão social do estabelecimento;
2. Endereço completo;
3. Duração provável da obra (meses);
4. Classificação do estabelecimento pretendido/construído/em construção;
5. Responsável pelo projeto (CREA), número de ART;
6. Área do terreno;

7. Área a ser construída ou já construída;
8. Área útil destinada ao estabelecimento (área de circulação);
9. Tipo de delimitação utilizada no terreno da indústria para impedir o acesso de animais e pessoas estranhas ao estabelecimento;
10. Possibilidades de ampliações (se possuir, identificar e mensurar a área de ampliação);
11. Afastamento das vias públicas (informar a distância das construções da empresa em relação as vias públicas);
12. Constituição das paredes, teto e piso em todas as dependências, informando as diferenças dos materiais utilizados nas diversas áreas. Junção entre as paredes e o piso da área de produção;
13. Revestimento em geral, incluindo as paredes externa;
14. Portas e esquadrias (dimensões e material) áreas de manipulação devem possuir portas de fechamento automático, com perfeita vedação quando fechadas. Informar o sistema de proteção contra insetos nas aberturas para a área externa, informar a inclinação dos parapeitos chanfrados;
15. Descrever a altura do pé direito de cada uma das áreas construídas;
16. Informar a área de cada dependência do estabelecimento (salas, câmaras, depósitos, estruturas anexas, etc).
17. Informar as dimensões e material de construção das câmaras de refrigeração;
18. Descrever sistema de geração de energia, quando existir;
19. Plataformas de recepção de matéria prima e expedição de produtos acabados (cobertura e piso);
20. Descrever o sistema de trilhagem aérea (informar a distância entre trilhos e o teto, paredes e piso, descrever a localização dos locais com a presença de trilhos);
21. Informar o tipo de iluminação de cada área, intensidade de cada área (Lux) quando necessário, tipo de proteção contra estilhaços em caso de quebra e quedas, posição das luminárias;
22. Descrever as instalações de água (tipo de tubulação; tipo, localização e capacidade dos reservatórios);
23. Informar a declividade do piso e Modelo de escoamento das águas residuais;
24. Sistema de esgoto (tipo de canaletas e ralos utilizados, sistema de tratamento de efluentes);

25. Pavimentação externa (de toda área destinada à circulação de pessoas e veículos);
26. Área dos vestiários e dos sanitários (dimensionar de acordo com a capacidade máxima de contratação de funcionários relacionados por sexo), informar a distância da área de produção, número de chuveiros. Sanitários separados dos vestiários.
27. Observações gerais da construção.

_____, ____ de _____ de 20___

_____
Assinatura do Proprietário

_____
Assinatura do Engenheiro Responsável
CREA no: _____

MODELO 2.6.6 – MEMORIAL ECONÔMICO SANITÁRIO	
1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	
SIM do Estabelecimento:	Número do processo:
Razão social:	
CNPJ:	Propriedade: ( ) Própria ( ) Arrendada
Denominação comercial:	
2. LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Município:	UF:
Caixa Postal:	Telefone fixo:
E-mail:	Celular:

3. CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO
Denominação:

4. REPRESENTANTE LEGAL
Nome:
CPF:

5. RESPONSÁVEL TÉCNICO	
Nome:	
CPF:	
Formação:	Número no Conselho Regional:
6. CAPACIDADE APROXIMADA DO ESTABELECIMENTO	
Recebimento (Kg/L/Un/Dia):	Estocagem estática (Kg/L/Un/Dia):
7. NÚMERO ESTIMADO DE EMPREGADOS	
Masculino:	Feminino:

8. INSPEÇÃO MUNICIPAL
Possui instalações destinadas à Inspeção Municipal: SIM ( ) NÃO ( )
Descrição das Instalações do SIM (dependências, área, piso, sanitário, vestiário, etc):

9. PRODUTOS QUE PRETENDE FABRICAR / FRACIONAR	
Denominação do produto	**Unidade de Medida**
01.	
02.	
03.	
04.	
05.	
06.	
07.	
08.	
09.	

10.	
11.	
12.	

9. DESCRIÇÃO DOS FLUXOS DE PRODUÇÃO
Descrição (descrever como será o processo de fabricação, do recebimento de matérias primas à expedição, de todos os produtos que pretende produzir, incluindo os critérios se segurança de tempo e temperatura a serem utilizados como garantia de segurança dos produtos):
10. MEIOS DE TRANSPORTE (matéria prima e produtos)
Descrição:

11. PROCEDÊNCIA DA MATÉRIA PRIMA
Descrição:

12. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
Denominação	**Quantidade**	**Capacidade de Operação (hora)**
01.		
02.		
03.		
04.		
05.		
06.		
07.		

13. NATUREZA DO PISO E MATERIAL DE IMPERMEABILIZAÇÃO DAS PAREDES
Descrição:
14. NATUREZA DO TETO
Descrição:
15. NATUREZA E REVESTIMENTO DAS MESAS PARA MANIPULAÇÃO
Descrição:
16. INFORMAÇÕES SOBRE VESTIÁRIOS E SANITÁRIOS
Descrição:
17. ÁGUA DO ESTABELECIMENTO
Descrição:
18. DESTINO DADO ÀS ÁGUAS SERVIDAS
Descrição:
19. BARREIRAS SANITÁRIAS
Descrição (todos os acessos devem possuir barreira sanitária contendo lavador de botas e mãos, detergentes, sanitizantes, papel toalha ou secador de mãos eficaz):

20. ESPÉCIES QUE PRETENDE ABATER (QUANDO APLICÁVEL)*

Espécie	**Capacidade/Dia**	**Velocidade de Abate Cabeça/Hora**
*** De acordo com o licenciamento ambiental**		

AUTENTICAÇÃO

Data	Carimbo e assinatura do Responsável Legal	Carimbo e assinatura do Responsável Técnico

***Rubricar todas as páginas do Memorial**

MODELO 2.6.7 – TERMO DE COMPROMISSO
Eu, _____, abaixo assinado(a), inscrito(a) no CPF sob nº _____, proprietário do estabelecimento _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____ ME COMPROMETO a acatar todas as exigências contidas na Lei Municipal n°_____, de _____, que cria o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA) e no Decreto Municipal n°_____, de _____, que regulamenta a Lei nº ..., de ... de ... de ..., que dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, o Decreto 9.013, de 29 de março de 2017 e suas alterações, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, as legislações e os regulamentos técnicos de produção, sem prejuízo de outros que venham a ser determinados. E por ser a expressão da verdade, assino o presente, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.
Local e data.

_____
Assinatura do Proprietário

MODELO 2.6.8 – LAUDO DE INSPEÇÃO DE TERRENO/ESTABELECIMENTO PREEXISTENTE
1. Nome do proprietário do terreno
2. Localização do terreno: Endereço
3. Área total disponível
4. Área a ser utilizada na construção
5. Perfil do terreno, assinalado os acidentes e sua natureza
6. Detalhes sobre facilidades de escoamento das águas pluviais
7. Existência de prédios limítrofes, especificando sua natureza
8. Localização urbana, suburbana ou rural e distância de vias públicas
9. Existência nas proximidades, de estabelecimentos que produzam mau cheiro, indicando natureza e distância do local
10. Distância entre o futuro estabelecimento e rios perenes para escoamento das águas residuais

11. Existência de fonte produtora de água para abastecimento (nascente, rio, poços, rede da cidade); especificando abundância provável e detalhes sobre possibilidade de poluição
12. Outros detalhes de importância que forem observados
13. Conclusões
_____, ____ de _____ de 20___

_____
Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9a – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO
UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE CARNES E PRODUTOS CÁRNEOS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária (lava botas, lavatório de mãos)			
Plataforma de recebimento			
Câmara de matéria prima resfriada			
Câmara de matéria prima resfriada para aves			
Câmara de matéria prima congelada			
Câmara de matéria prima congelada para aves			
Câmara e/ou ante câmara de descongelamento			
Câmara e/ou ante câmara de descongelamento para aves			
Câmara de produtos prontos congelados			
Câmara de produtos prontos resfriados			
Câmara de salga			
Câmara de cura			
Sala de desossa			
Depósito de envoltórios			
Depósito de ossos e rejeitos			
Sala de industrialização			
Sala de carne moída			
Sala para manipulação de carne de aves			
Fumeiros (defumadores ou estufas)			
Ante sala para fumeiros			
Depósito para lenha			
Sala para depósito de produtos defumados/maturados			
Câmara de maturação (dessecação)			
Sala de cozimento			
Banharia			
Setor de cristalização de banha			
Charqueada			
Depósito de temperos/condimentos			
Depósito de embalagens primárias e etiquetas			
Área de embalagens primárias			
Depósito de embalagens secundárias			
Área de embalagens secundárias			
Plataforma de expedição			
Sala de higienização de caixas e utensílios			
Depósito de caixas e utensílios limpos			
Lavatório de mãos nas áreas de manipulação/produção			
Água quente e fria para limpeza dos setores			
Sistema de aquecimento de água (caldeira/outro _____)			
Vestiários separados para cada sexo			
Sanitários separados para cada sexo			
Sede administrativa			
Sede do SIM			
Depósito de materiais de limpeza			
Área para higienização de veículos			
Lavanderia			
Refeitório			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			
*NA: não se aplica			

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.
( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:
1.
2.

_____
Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9b – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO
ABATEDOURO FRIGORÍFICO DE AVES

Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de higienização de caixas de transporte de aves e local para armazenamento de caixas limpas			
Área para higienização de veículos			
Fábrica e silo de gelo			
Caldeira (água quente e fria no interior da indústria)			
Plataforma de recepção das aves			
Área de insensibilização			
Túnel de sangria			
Área de escaldagem e depenagem			
Área de evisceração			
Departamento de inspeção final - DIF			
Resfriamento de carcaça (pré- chiller e chiller)			
Sistema de gotejamento			
Sala de cortes (espostejamento)-climatizada			
Sala para embalagem de produtos			
Túnel de congelamento			
Câmara de resfriamento			
Câmara de estocagem de congelados			
Câmara de estocagem de resfriados			
Câmara de cura/conservação massas			
Esterilizadores de facas			
Mesas adequadas à atividade			
Depósito de resíduos (vísceras, condenações, penas)			
Sala cozimento de produtos			
Sala para lavagem de equipamentos			
Depósito para embalagens primárias e rotulagens			
Depósito para embalagens secundárias			
Depósito para condimentos			
Área para expedição			
Área de industrialização climatizada			
Sanitários e Vestiários separados por sexo			
Área de acesso de funcionários da área limpa com gabinete sanitário			
Área de acesso de funcionários da área suja com gabinete sanitário			
Escritório/ administração			
Sala do SIM			
Depósito de produtos de limpeza			
Sala para higienização de caixas e utensílios de uso interno			
Sala para depósito de caixas e utensílios de uso interno			
Refeitório			
Lavanderia			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			
*NA: não se aplica			

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.
( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo. Itens a serem corrigidos:
1.
2.

_____
Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9c – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO
ABATEDOURO FRIGORÍFICO DE BOVINOS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária para área limpa (lava botas, lavatório de mãos)			
Barreira sanitária para área suja (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de higienização de veículos			
Plataforma de recebimento de matéria prima			
Caldeira (água quente e fria no interior da indústria)			
Currais (disponibilidade de água)			
Área de banho de aspersão (corredor de abate)			
Box de insensibilização			
Canaletas de sangria: local para depósito do sangue			
Canaletas de vômito			
Depósito de couro			
Depósito de sal			
Sala de chifre e cascos			

Sala de triparia (área suja e área limpa, quando houver beneficiamento de tripas)			
Sala de bucharia com área limpa			
Área de evisceração (início da nórea)			
Mesa de inspeção das vísceras			
Departamento de inspeção final - DIF			
Câmara de sequestro do DIF			
Mesas adequadas às atividades			
Esterilizadores de faca			
Lavatórios de mãos nas áreas de manipulação			
Sala dos miúdos			
Câmara de resfriamento de carcaças (-1 a 1ºC)			
Sala de cortes/desossa climatizada			
Câmaras frigoríficas para estocagem de produtos congelados			
Câmaras frigoríficas para estocagem de produtos resfriados			
Câmara de cura/conservação massas			
Sala de higienização de caixas e utensílios			
Sala de depósito de caixas e utensílios higienizados			
Sala de salga e área de varais - charqueada			
Depósito para embalagens primárias e rotulagens			
Área para embalagem primária			
Depósito para embalagens secundárias			
Área para embalagem secundária			
Depósito para condimentos			
Plataforma para expedição			
Sanitários separados por sexo			
Vestiários separados por sexo			
Escritório/administração			
Sala do SIM			
Depósito de produtos de limpeza			
Refeitório			
Lavanderia			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			
*NA: não se aplica			

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.
( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:
1.
2.

_____
Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9d – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO
ABATEDOURO FRIGORÍFICO DE SUÍNOS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária para área limpa (lava botas, lavatório de mãos)			
Barreira sanitária para área suja (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de higienização de veículos			
Plataforma de recebimento de matéria prima			
Caldeira (água quente e fria no interior da indústria)			
Pocilgas (cobertura e disponibilidade de água)			
Corredor de abate com área de banho de aspersão			
Box de insensibilização			
Área de sangria e local para depósito do sangue			
Área de lavação de carcaças (após sangria e escaldagem)			
Área de escaldagem (necessário tanque de escaldagem)			
Área de depilagem			
Área de chamuscamento			
Área de evisceração (linhas de inspeção)			
Mesa de inspeção das vísceras			
Departamento de inspeção final - DIF			
Depósitos de resíduos do abate			
Mesas adequadas às atividades			
Esterilizadores de faca			
Lavatórios de mãos nas áreas de manipulação			
Água quente e água fria no interior da indústria			
Sala de vísceras vermelhas			
Triparia – zona suja e zona limpa (quando houver beneficiamento de tripas)			
Câmara de resfriamento de carcaças			
Câmaras frigoríficas para estocagem de produtos congelados			
Câmaras frigoríficas para estocagem de produtos resfriados			
Câmara de cura/conservação massas			
Câmara para estocagem de matéria prima congelada			

Câmara para estocagem de matéria prima resfriada			
Sala de cortes/desossa (climatização)			
Sala para cozimento de produtos			
Sala de defumação com ante-sala (fumeiros ou estufas)			
Sala de maturação/secagem			
Sala de depósito de produtos defumados/maturados			
Banharia			
Sala para higienização de caixas e utensílios			
Sala de depósito de caixas e utensílios			
Sala de salga			
Depósito para embalagens primárias e rotulagens			
Área para embalagem primária			
Depósito para embalagens secundárias			
Área para embalagem secundária			
Depósito para condimentos			
Depósito de envoltórios			
Área para expedição			
Sanitários separados por sexo			
Vestiários separados por sexo			
Escritório/administração			
Sala do SIM			
Depósito de produtos de limpeza			
Refeitório			
Lavanderia			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			
*NA: não se aplica			

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.
( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:
1.
2.

_____
Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9e – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO
GRANJA LEITEIRA, QUEIJARIA, POSTO DE REFRIGERAÇÃO E UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE LEITE E DERIVADOS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de recebimento do Leite com projeção da cobertura para abrigar os veículos			
Laboratório Físico-químico			
Área para o tanque de recepção ou silo de resfriamento do leite			
Dependência para lavação dos vasilhames/latões e sala de guarda dos vasilhames/latões higienizados			
Espaço reservado para o Conjunto de pasteurização a placas			
Sala para higienização de caixas plásticas			
Sala para guarda de caixas plásticas limpas			
Sala de industrialização (Mesas adequadas para manuseio, tanques para coagulação de queijos, dreno-prensa, conjunto de prensas, conjunto de formas para queijo, máquina para moldagem da mussarela, etc.)			
Depósito para insumos (com óculo de abastecimento)			
Câmara de salga do queijo			
Câmara de secagem do queijo			
Câmara(s) de maturação dos queijos			
Sala em conjunto para iogurte e bebida láctea			
Sala para manteiga			
Sala para doce de leite, requeijão e queijo fundido			
Sala em conjunto para ricota e queijo minas			
Sala para queijo ralado			
Sala de fatiamento dos queijos climatizada			
Sala para embalagem do produto (embalagens primárias)			
Depósito para embalagens primária e rotulagens			
Sala para embalagem secundária			
Depósito para embalagem secundária			
Câmara (s) de estocagem de produto (s) pronto (s)			
Área de expedição com projeção da cobertura para abrigar veículos			
Depósito de soro de leite			
Sistema de aquecimento de água			
(Caldeira/outro_____)			
Área de lavação e higiene de veículos transportadores de matéria-prima			
Água fria e quente abundante em todas as dependências de manipulações			
e preparo de produtos comestíveis e não comestíveis			
Sanitários e vestiários separados para cada sexo			
Escritório / administração			
Sede do SIM			

Depósito de produtos de limpeza			
Lavanderia			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Refeitório			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			
*NA: não se aplica			

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.
( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:
1.
2.

____
Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9f – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO
UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE ABELHAS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Setor de recepção de melgueiras (só os quadros das melgueiras podem ter acesso à área de manipulação)			
Laboratório para análises de rotina (matéria-prima)			
Barreira sanitária (em todos os acessos ao interior da indústria;			
preferencialmente uma única entrada)			
Sistema de aquecimento de água			
(Caldeira/outro_____)			
Setor de manipulação, equipamentos (Centrífuga, Decantador, Filtro – peneira ou Filtro sob pressão, Mesa coletora, Homogeneizador do mel (manual/mecânico), Envasador)			
Setor de descristalização			
Setor de lavação dos vasilhames e utensílios			
Setor de guarda de materiais higienizados			
Depósito para embalagens e rotulagens de uso diário			
Sala para armazenamento do produto pronto/expedição			
Área de expedição com projeção da cobertura para abrigar veículos			
Depósitos de Embalagem primária			
Depósitos de Embalagem secundária			
Sanitários separados para cada sexo			
Vestiários separados para cada sexo			
Escritório / administração			
Depósito de produtos de limpeza			
Refeitório			
Lavanderia			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			
*NA: não se aplica			

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.
( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:
1.
2.

_____
Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9g – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO
ABATEDOURO FRIGORIFICO DE PESCADO, UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO E PRODUTOS DE PESCADO, ESTAÇÃO DEPURADORA DE MOLUSCOS BIVALVES, BARCO FÁBRICA
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de recepção da matéria-prima coberta (câmara de espera, tanque de depuração, equipamento de lavagem - cilindro, esteira)			
Tanque de insensibilização			
Área para lavagem de caixas da área externa e local para armazenamento das caixas limpas			

Fábrica e/ou silo de gelo			
Sala de evisceração/filetamento			
Área para depósito de resíduos			
Sala específica para manipulação de moluscos			
Túnel de congelamento			
Depósito para ingredientes			
Sala para cozimento de produtos			
Sala para embalagem primária (ou envasamento) dos produtos			
Depósito para embalagens primárias e rotulagens			
Área para embalagem secundária			
Depósito de embalagem secundária			
Câmara de estocagem de produto pronto resfriado			
Câmara de estocagem de produto pronto congelado			
Área para expedição coberta			
Sala de higienização de equipamentos e utensílios			
Sala de guarda de equipamentos e utensílios higienizados			
Escritório / administração			
Vestiários separados para cada sexo			
Sanitários separados para cada sexo			
Depósito de produtos de limpeza			
Lavanderia			
Refeitório			
*NA: não se aplica			

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.
( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:
1.
2.

_____
Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9h – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO
GRANJA AVÍCOLA E UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE OVOS E DERIVADOS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de recepção da matéria-prima coberta			
Área de depósito da matéria-prima			
Câmara de resfriamento matéria prima			
Câmara de congelamento matéria prima			
Área e equipamento para ovoscopia (galinha)			
Área para limpeza e classificação dos ovos			
Sala específica para cozimento de produtos e descasque dos ovos			
Sala de quebra de ovos (climatizada)			
Sala de pasteurização			
Setor industrialização (ovos desidratados, ovos liofilizados/liofilização, esterilização)			
Lavatórios de mãos nas áreas de manipulação (devidamente equipados)			
Depósito para ingredientes			
Sala para embalagem primária (ou envasamento) dos produtos			
Depósito para embalagens primárias e rotulagens			
Área para embalagem secundária			
Depósito de embalagem secundária			
Depósito para produtos prontos			
Área para expedição coberta			
Sala de higienização de equipamentos e utensílios			
Sala de guarda de equipamentos e utensílios higienizados			
Câmara de resfriamento produtos prontos			
Câmara de congelamento produtos prontos			
Depósito de produtos de limpeza			
Depósito de resíduos			
Escritório / administração			
Sanitários separados para cada sexo			
Vestiários separados para cada sexo			
Lavanderia			
Refeitório			
*NA: não se aplica			

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.
( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.

Itens a serem corrigidos:
1.
2.

_____
Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.10 – LAUDO TÉCNICO SANITÁRIO DO ESTABELECIMENTO
1. IDENTIFICAÇÃO
Estabelecimento/denominação:
Endereço completo:
Número SIM:
Classificação do Estabelecimento:
Registrado? SIM ( ) NÃO ( ) Data do Registro:
Localização: Zona urbana ( ) Suburbana ( ) Rural ( )
Circulação de veículos internos: SIM ( ) NÃO ( )
Pavimentação das áreas circundantes: SIM ( ) NÃO ( )
Condição do responsável pela exploração: Proprietário ( ) Arrendatário ( )
Inspeção permanente ( ) Inspeção periódica ( )
Detalhes de construção: Ano de construção: Ano da última reforma:
Estilo da construção: Vertical ( ) Horizontal ( )
Apreciação geral da construção Boa ( ) Regular ( ) Precária ( )
Tem Responsável Técnico, à frente da direção dos trabalhos industriais: Sim ( ) Não ( )
2. CAPACIDADE DO ESTABELECIMENTO
Funciona sábados, domingos e feriados: Sim ( ) Não ( )
Capacidade máxima de recebimento em quilos ou litros:
Produção diária em quilos ou litros: Produção mensal em quilos ou litros:
Número de operários: homens mulheres
Meio de transporte da matéria prima: Rodoviário ( ) Ferroviário ( ) Tração animal ( )
Outros ( ):
3. DEPENDÊNCIAS
Plataforma de recepção de matéria prima: Sim ( ) Não ( )
Independente da expedição: Sim ( ) Não ( )
Natureza do piso: Paralelepípedo ( ) Ferro ( ) Concreto ( ) Gressit ou similar ( ) Lajotas ( )
Liga de epoxi ( ) Outros ( ):
Pé-direito conforme projeto aprovado? Sim ( ) Não ( )
Altura da plataforma conforme projeto aprovado? Sim ( ) Não ( )
Impermeabilização das paredes: Gressit ou similar ( ) azulejo ( ) cimento liso ( )
outros_____
Cobertura: Estrutura: Metálica ( ) Telhas a vista ( ) Alumínio ( ) Amianto ( ) Lage ( )
Lavagem de utensílios: Sim ( ) Não ( ); Manual ( ) Mecânica ( )
Instalações d'água para limpeza Sim ( ) Não ( )
Instalações de vapor para limpeza: Sim ( ) Não ( )
Escoamento das águas de limpeza: Suficiente ( ) Insuficiente ( ) Precário ( )
Iluminação artificial satisfaz: Sim ( ) Não ( )
Iluminação natural suficiente: Sim ( ) Não ( )
Laboratório de recepção:
Características físicas satisfatórias: Sim ( ) Não ( )
Equipamentos para análises de rotina: Completos ( ) Incompletos ( ) Ausentes ( )
Número de analistas:
4. EXPEDIÇÃO
Dimensões suficientes: Sim ( ) Não ( )
Características físicas regulamentares: Sim ( ) Não ( )
Estado geral de conservação e higiene satisfazem: Sim ( ) Não ( )
5. SISTEMA DE FRIO
Estado geral de conservação, manutenção, higiene do local e equipamentos satisfatórios:
Sim ( ) Não ( )
6. PRODUÇÃO DE VAPOR
Caldeira: Sim ( ) Não ( ); Baixa pressão ( ) Alta pressão ( )
No corpo do edifício: Sim ( ) Não ( )
Alimentação: Óleo ( ) Lenha ( )
Pressão de vapor suficiente: Sim ( ) Não ( )
7. DEPENDÊNCIAS AUXILIARES
Sede para inspeção: Sim ( ) Não ( )
Vestiários e sanitários com dimensões suficientes:
Vestiários e sanitários separados do corpo industrial: Sim ( ) Não ( )
Almoxarifado: Sim ( ) Não ( )
Escritório: Sim ( ) Não ( )
Local para refeições: Sim ( ) Não ( )
8. ÁGUA DE ABASTECIMENTO
Procedência: Rede pública ( ) Poço raso ( ) Poço profundo ( ) Superfície ( )
Tratamento: Sim ( ) Não ( )
Volume disponível suficiente: Sim ( ) Não ( )
Qualidade dentro dos padrões físico-químicos regulamentares: Sim ( ) Não ( )

Qualidade dentro dos padrões microbiológicos regulamentares: Sim ( ) Não ( )
Data de remessa da última amostra de água para exame laboratorial:
9. REDE DE ESGOTOS
Tratamento prévio: Sim ( ) Não ( )
Vazão suficiente: Sim ( ) Não ( )
Tanque de sedimentação: Sim ( ) Não ( )
10. FORÇA E LUZ
Constância: Permanente ( ) Lapsos ocasionais ( ) Falta ( )
Carga: Suficiente ( ) Insuficiente ( )
Gerador próprio: Sim ( ) Não ( )
11. MEIO DE TRANSPORTE DE MATÉRIA PRIMA
Caminhão: Isotérmico ( ) Comum ( ) Unidade frigorífica ( ) CO2 ( )
Local para lavagem de veículos: Sim ( ) Não ( ); Satisfaz ( ) Insatisfaz ( )
12. MEIO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS
Veículo: Isotérmico ( ) Comum ( )
13. DELIMITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO
Cerca: Muro ( ) Outros ( ):
14. CONCLUSÃO:
( ) Estabelecimento compatível com o projeto aprovado e possui condições gerais para início das atividades.
( ) Estabelecimento **NÃO** compatível com o projeto aprovado, deverá providenciar a correções descritas abaixo para então solicitar nova vistoria:

Local e data

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.11 – CERTIFICADO DE REGISTRO
CERTIFICADO
Certifica que a empresa_____, localizada em _____, n°_____, no Município de Guaraqueçaba, inscrita no CNPJ sob o n° _____ é um empreendimento registrado no Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA) de _____, registrado sob o n° _____, classificado como _____ .
O estabelecimento foi inspecionado, encontrando-se apto as condições higiênicas e sanitárias, a produzir e comercializar os produtos de origem animal descritos no certificado de registro de produtos emitido pelo SIM.

_____, ___de _____ de 20_____.

_____
Médico Veterinário Responsável pelo SIM
CRMV n° _____

FOTOS:
ANEXO 3.
REGISTRO DE PRODUTOS E CONTROLE DE RÓTULOS
3.1 Objetivos
Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilite garantir a padronização da rotulagem, das empresas registradas, enviada ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, definindo a metodologia a ser utilizada. Algumas rotinas devem ser adotadas no registro documental, afim de que não se perca o controle, bem como surjam problemas que facilmente poderiam ser evitados. Todos os produtos entregues ao comércio devem estar identificados através de rótulos registrados no SIM, quer quando destinados ao consumo, quer quando se destinem a outros estabelecimentos.
3.2 Aplicação
Este procedimento aplica-se a todas as empresas registradas no SIM, sendo que a documentação de registro em duas vias, deve ficar arquivada na sede do SIM e a outra na empresa.
3.3 Usuários principais
Responsável pelo estabelecimento, responsável técnico, responsável pelo SIM.
3.4 Procedimento
A função principal do registro de produtos e do controle de rótulos registrados, é esclarecer sobre o processo de fabricação do produto, bem como sua avaliação, aprovação e controle da logomarca do SIM.
3.5 Registro de produto
Entendendo-se como tal, a aprovação dos memoriais descritivos de fabricação dos produtos e seus respectivos rótulos, do que trata o Título VII, Capítulo I, do Decreto n° 9.013/2017.
a) Avaliação dos Memoriais Descritivos: todos os produtos que a empresa pretende fabricar devem ser registrados através de memoriais descritivos de fabricação e rotulagem (Modelo 3.7.1), os mesmos devem ser entregues ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM em 02 vias. O Médico Veterinário responsável deve fazer a avaliação conforme a legislação pertinente, utilizando o check-list de rotulagem (Modelo 3.7.2), mas não se restringindo a ele, e dará o parecer final quanto ao registro do produto. Após avaliados e aprovados as vias serão distribuídas na sede do SIM e a outra na empresa.
Todas as vias devem estar assinadas e rubricadas pelos representantes da empresa ao entregar no serviço. O SIM fará sua avaliação e também deverá rubricar todas as páginas, e assinar e carimbar no respetivo campo. Após aprovados, o certificado de produtos deverá ser atualizado conforme Modelo 3.7.3, sendo que o produto deve ser cadastrado ou alterado no Banco de Dados de registro de produtos (Anexo 1).
b) Avaliação de produto não regulamentado: destinado à avaliação de produtos que não possuem regulamento técnico de identidade e qualidade – RTIQ. Para a aprovação do produto não regulamentado, deve ser encaminhado o memorial descritivo de fabricação e rotulagem, juntamente com os documentos e informações previstas no artigo 429 do Decreto Federal n° 9013/2017 e atendimento das diretrizes do MAPA, quando houver. Disponível em: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sgsi/login. Após o registro do produto a empresa terá 30 dias para apresentar Laudo de análise Microbiológica o qual atesta a inocuidade, e o Laudo Físico Químico atendendo o padrão que foi descrito no memorial.
c) Avaliação da inocuidade e qualidade do produto para produção: Após a avaliação e aprovação do memorial e do rótulo, o fiscal do SIM deverá efetuar análise oficial microbiológica e físico-química conforme programa de trabalho do SIM.

d) Frequência das atualizações: O registro do produto deve ser renovado a cada 10 (dez) anos por solicitação do estabelecimento, no mínimo, 180 dias do seu vencimento. Os memoriais devem ser atualizados sempre que houver renovação ou alteração de processo de fabricação, alteração de croqui de rótulo, registro e/ou adição de rótulos.

3.6 Fiscalização de rotulagem aprovada

O Serviço de Inspeção de Municipal – SIM efetua a fiscalização dos rótulos aprovados através da verificação in loco na empresa, onde deverá coletar uma amostragem e avaliar se os rótulos em uso são idênticos aos aprovados no SIM.

A verificação dos rótulos deve ser realizada no mínimo anualmente e o SIM deve dispor de registros auditáveis para comprovação. Em caso de constatação de não conformidades, o fiscal deve lavrar RNC. Dependendo da não conformidade encontrada, outras ações podem ser tomadas a juízo do SIM.

3.7 Modelos

MODELO 3.7.1 – MEMORIAL DE FABRICAÇÃO E ROTULAGEM DE POA

Sr. Fiscal, a firma abaixo qualificada, através do seu Representante Legal e do seu Responsável Técnico, requer que seja providenciado no Serviço de Inspeção Municipal – SIM, o atendimento da solicitação especificada neste documento, comprometendo-se a cumprir a legislação em vigor que trata do assunto, atestando a veracidade de todas as informações prestadas e a compatibilidade entra as instalações e equipamentos do seu estabelecimento industrial abaixo discriminado e a proposta aqui apresentada.			
Número SIM do Estabelecimento	No Sequencial do Rótulo	Data de entrada no SIM	Data de Aprovação do SIM
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO			
Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Produtor Rural:	
Inscrição Estadual:		Classificação do Estabelecimento:	
Endereço:			
Bairro:		CEP:	
Município:		UF:	
Telefone Fixo:		Celular:	
Whatsapp:		E-mail:	

NATUREZA DA SOLICITAÇÃO		
( ) Registro		
( ) Registro de produto não regulamentado		
( ) Alteração de processo de fabricação e/ou composição do produto		
( ) Alteração de croquis do rótulo		
( ) Adição de rótulos		
IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO		
Nome:	Marca:	
Característica do Rótulo	Característica da Embalagem Primária	Característica da Embalagem Secundária
( ) Impresso na embalagem	( ) Metal	( ) Ausência de embalagem
	( ) Vidro	( ) Papelão
( ) Etiqueta adesiva	( ) Isopor	( ) Plástico
( ) Etiqueta afixada (grampeada ou amarrada	( ) Papel	( ) Outros:
( ) Etiqueta lacre	( ) Envoltório natural / artificial	
	( ) Plástico	
( ) Gravado em relevo	( ) Outros:	
( ) Litografado / gravado a quente		
( ) Outros:		
CONTEÚDO: PESO / VOLUME		
Quantidade de produto acondicionado:	Unidade de medida:	
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE		
Data de fabricação e validade:	Local e forma de indicação:	
( ) dd/mm/aa ou ( ) dd/mm/aaaa		
FORMA DE APRESENTAÇÃO DO LOTE		
( ) Data de fabricação / Lote	Informação de como é expresso / composto o lote de produção:	
( ) Número sequencial (1, 2, 3...)		

COMPOSIÇÃO DO PRODUTO (ordem decrescente)		
Matéria Prima	**Kg ou L**	**%**
Subtotal		
Ingredientes / Aditivos (função, nome e INS) Quando os aditivos estiveram em mix, a empresa deve, obrigatoriamente, descrever cada ingrediente do mix separadamente, apresentando a quantidade e a porcentagem isolada de cada um dos ingredientes do mix. Para a descrição na lista de ingredientes (ordem decrescente) os ingredientes adicionados mais de uma vez devem ser somados.	**Kg ou L**	**%**
Subtotal		
Lista de Ingredientes (mencionar conforme a lista de ingredientes no rótulo):		
Processo de Fabricação (mencionar local, tipo de equipamento, tempo e temperatura de todas as etapas da produção, de acordo com a legislação. Descrever as temperaturas dos produtos e as temperaturas dos locais aonde são manipulados. Informar a referência legal do produto (RTIQ, Decretos, etc).		
Método de Controle de Qualidade e Análises de Controle Microbiológico e Físico Químico (para produtos sem RTIQ devem ser informados os padrões microbiológicos e físico químicos comprovados por meio de laudos de análises).		
Sistema de Embalagem (Envasamento) e Rotulagem (descrever o método de embalagem primária: embalagem a vácuo, selado a quente, atmosfera modificada, embalagem termoencolhível).		
Armazenamento / Estocagem (mencionar local, temperatura do local, tempo de estocagem e forma de acondicionamento).		
Meio de Transporte do Produto para o Mercado Consumidor (descrever o tipo de veículo, forma de acondicionamento, temperatura do produto e do ambiente onde é transportado).		
AUTENTICAÇÃO (assinatura e carimbo)		
Data	Responsável Legal	Responsável Técnico
APROVAÇÃO (assinatura e carimbo)		
Data		Responsável do SIM
Parecer Técnico		
( ) Aprovado		( ) Reprovado, devido a:

MODELO 3.7.2 – CHECK LIST DE ROTULAGEM			
Razão Social: N° Registro no SIM:			
Produto: No Registro do Produto:			
Data:			
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR	**C**	**NC**	**NA**
Razão social ou nome empresarial (conforme CNPJ ou CPF)			
Endereço completo			
Classificação do estabelecimento no SIM conforme a Legislação Municipal			
CNPJ ou CPF			

Informações do importador (quando aplicável)			
Marca comercial do produto			
Autorização do uso da marca comercial de terceiros (neste caso, o documento deve estar registrado e autenticado em cartório)			
Expressão “INDÚSTRIA BRASILEIRA”			
“Fabricado por” e “Para” ou “Fracionado por”; “Embalado por” (quando aplicável)			
Número da Inscrição Estadual (IE)			
Número do telefone para contato ou SAC (conforme Decreto 6523/08)			
NOMENCLATURA OFICIAL DO PRODUTO			
Denominação de venda oficial (RTIQ, Resolução 1/2003 – MAPA ou decreto 9.013, Diretrizes);			
Informar o tipo de apresentação (resfriado, congelado) ao final da nomenclatura oficial no caso de embutidos cárneos (exemplo: LINGUIÇA MISTA CONGELADA)			
Além da denominação de venda oficial, pode ser empregada uma denominação			
consagrada, de fantasia, de fábrica ou uma marca registrada (facultativo) – exemplo: denominação de venda oficial – Linguiça de carne suína resfriada; Nome fantasia – Linguiça aperitivo/Linguiça de churrasco.			
Informar o termo “temperada” e/ou “recheada” para carnes (conforme IN nº 17/2018); seguindo o exemplo: CARNE CONGELADA TEMPERADA RECHEADA DE SUÍNO SEM OSSO – PICANHA			
Uso do nome regional entre parênteses, após nome oficial, exclusivo para cárneos (Resolução 1/2003 MAPA)			
Forma de apresentação do produto na embalagem (Fatiado, Picado, moído), não podendo constar na nomenclatura oficial quando não estiver previsto em RTIQ			
Localizado no painel principal, em destaque, uniforme em corpo e cor, sem intercalação de desenhos e outros dizeres			
Em destaque, Igual a maior fonte e no mínimo 1/3 do tamanho da marca (IN 22/2005)			
Tamanho da letra utilizada deve ser proporcional ao tamanho utilizado para a indicação da marca comercial ou logotipo, caso existam			
Conter a expressão "TIPO", quando o alimento for fabricado segundo tecnologias características de diferentes lugares geográficos, para obter alimentos com propriedades sensoriais semelhantes àquelas que são típicas de certas zonas reconhecidas, quando aplicável (RDC nº 727/2022, ANVISA)			
Utilização do nome comum e respectivos nomes científicos para as principais espécies de peixes de interesse comercial destinados ao comércio nacional (IN 53 de 01/09/2020)			
Denominação de venda: a denominação de venda do produto é Peixe Congelado, acrescido, independentemente da ordem, da forma de apresentação e nome comum da espécie em caracteres uniformes em corpo e cor (Avaliar artigo 12 e seus parágrafos da IN 21 de 31 de maio de 2017)			
LISTA DE INGREDIENTES	**C**	**NC**	**NA**
De acordo com o Regulamento Técnico e Memorial Descritivo de Rotulagem (IN nº 22/2005 ANVISA)			
Lista de ingredientes deve ser indicada no rótulo, em ordem decrescente de quantidade, sendo que os aditivos devem ser citados com função, nome e número de INS após os demais ingredientes			
Quando forem utilizados dois ou mais aditivos alimentares com a mesma função tecnológica e para os quais existem limites máximos numéricos estabelecidos, a soma das quantidades destes aditivos no produto pronto para o consumo não pode ser superior ao maior limite estabelecido para o aditivo permitido em maior quantidade (RDC 272, art. 3º.)			
A concentração de aditivos deve respeitar os limites estabelecidos (RDC nº 272, 14/03/2019 - ANVISA e RTIQ)			
De acordo com o Regulamento Técnico de Aditivos Aromatizante (RDC Nº 2, DE			
15 DE JANEIRO DE 2007 ANVISA)			
Utilização da Maltodextrina, dextrina e outros açúcares em produtos cárneos Nota técnica nº 001/2015 CGI/DIPOA, somente em casos previstos nos RTIQ			
Fichas técnicas dos aditivos anexadas ao memorial: verificar relação de ingredientes informados e suas quantidades, alergênicos, transgênicos e demais informações importantes			
Obrigatoriedade da inclusão de declaração sobre nova fórmula na rotulagem de alimentos quando da alteração de sua composição conforme IN 67 de 01 de setembro de 2020			
Quando para um ingrediente composto for estabelecido um nome em uma norma do CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS ou em um Regulamento Técnico específico, e represente menos que 25% do alimento, não será necessário declarar seus ingredientes, com exceção dos aditivos alimentares que desempenhem uma função tecnológica no produto acabado			
É informado o nome cientifico da espécie doadora do gene responsável pela modificação expressa do OGM (Organismo Geneticamente Modificado) da seguinte forma: ‘’Após o nome do ingrediente’’ no painel principal ou nos demais painéis quando do produto com ingrediente único			
CONTEÚDO (VOLUME / PESO)			
Localizado no painel principal em contraste com o fundo (fácil visualização)			
Tamanho dos caracteres de acordo com o volume/peso de produto] (Portaria nº 249, de 09 de junho de 2021, tabela II)			

Tabela II

Conteúdo Líquido (g ou mg)	**Altura mínima dos algarismos (mm)**
Menor ou igual a 50	2
Maior que 50 e menor ou igual a 200	3
Maior que 200 e menor ou igual a 1000	4
Maior que 1000	6

O uso da expressão que precede o valor indicativo de quantidade, como “PESO LÍQUIDO”, “CONTEÚDO LÍQUIDO”, etc., não é obrigatório (Portaria nº 249, de 09 de junho de 2021, item 4.1)			
A indicação quantitativa dos produtos pré-medidos deve ser expressa no Sistema Internacional de Unidades (SI), de acordo com: (Portaria nº 249, de 09 de junho de 2021, item 2.6) I - os produtos pré-medidos que se apresentam na forma sólida ou granulada ou em gel devem ser comercializados em unidades de massa; II - os produtos pré-medidos que se apresentam na forma líquida devem ser comercializados em unidades de volume.			
Queijos sem peso padronizado: “DEVE SER PESADO EM PRESENÇA DO CONSUMIDOR” e peso da embalagem; Portaria INMETRO nº 25/1986			
Produtos Cárneos: Peso líquido no ponto de venda (Venda por Peso); (Portaria INMETRO nº 19, de 07 de março 1997)			
Produtos cárneos com perda de peso por desidratação: “DEVE SER PESADO EM PRESENÇA DO CONSUMIDOR”; (Portaria INMETRO nº 19, de 07 de março 1997)			
“PESO DA EMBALAGEM”, exceto para pré-medidos (Portaria 25/1986 e 19/1997 - INMETRO)			
Carne moída para varejo conteúdo máximo 1kg. Para venda institucional poderão ser admitidas embalagens superiores a 1 Kg, sendo que a espessura deve ser igual ou menor a 15 cm não sendo permitida a venda no varejo (Portaria 664/2022, MAPA)			
Os dizeres "PROIBIDO O FRACIONAMENTO" deverão constar com caracteres destacados em corpo e cor, no painel principal do rótulo de carne moída (Portaria 664/2022, MAPA)			
Os dizeres "PROIBIDA A VENDA A VAREJO" deverão constar com caracteres destacados em corpo e cor, no painel principal do rótulo de carne moída, quando as embalagens tiverem peso superior a 1kg (um quilograma) (Portaria 664/2022, MAPA)			
Produtos com conteúdo padronizado (filé de pescado congelado, leite líquido e manteiga) (Portaria nº 153/2008 INMETRO)			
Obrigatoriedade de informar a alteração quantitativa do produto embalado. (Portaria nº 392 de 29/09/2021)			
CONSERVAÇÃO DO PRODUTO			
Informação de temperatura máxima e mínima de conservação antes e após a abertura da embalagem (IN 22/2005 MAPA)			
Prazo de validade antes e após a abertura da embalagem; RDC nº 727 da ANVISA (2022)			
Temperatura de conservação de acordo com espécie e tipo de produto (RTIQ)			
DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE			
Formato de apresentação dos caracteres;(IN 22/2005 MAPA)			
Data de fabricação (IN 22/2005 MAPA)			
Prazo de validade (uma das expressões padronizadas pela IN22/2005 MAPA)			
Lote (Exemplo: L (código), Validade/L, ou Data de Fabricação/L) RDC nº 727 da ANVISA (2022)			
IDENTIFICAÇÃO DE REGISTRO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL			
Carimbos conforme os Modelo oficiais, com dizeres e forma de acordo com padrão do SIM (Decreto Municipal)			
Tamanho do carimbo do SIM de acordo com o volume de produto acondicionado (Decreto Municipal) - Produtos de peso até 1Kg: 2,5cm de diâmetro; forma circular;			
- Produtos de peso acima 1Kg: 3,5cm de diâmetro; forma circular.			
Expressão de registro de rótulo sem abreviações e com as siglas correta “REGISTRO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL SOB Nº / ”			
Registro único: para cortes cárneos diferentes, e ou mesmo produto com pesos diferentes (exemplo: Queijo mussarela – pesos líquidos 150g, 200g, 500g			
INFORMAÇÃO NUTRICIONAL			
É declarado o valor energético e os nutrientes obrigatórios na seguinte ordem: valor energético, Carboidratos, açúcares totais, açúcares adicionados, proteínas, Gorduras totais, saturadas, trans e Fibra Alimentar em gramas(g) e Sódio e miligramas(mg) (RDC nº 360/2003 e RDC 727/2022, ANVISA)			
Uso da Tabela Nutricional Simplificada; “Não contém quantidade significativa de..... (Nutrientes obrigatórios)			

Quando for declarada a quantidade de açúcares e ou polióis e ou amido e ou outros carboidratos, presentes no alimento, esta declaração deve constar abaixo da quantidade de carboidratos, da seguinte forma (RDC nº 360, 23/12/2003) **1.** Carboidratos..... g, dos quais: A. açúcares..... g B. polióis..... g C. amido..... g D. outros carboidratos... g (devem ser identificados no rótulo). OU **2.** A quantidade de açúcares, polióis, amido e outros carboidratos pode ser indicada também como porcentagem do total de carboidratos. **3.** Quando for declarada a quantidade de gordura(s) e ou o tipo(s) de ácidos graxos e ou colesterol, esta declaração deve constar abaixo da quantidade de gorduras totais, da seguinte forma: A. Gorduras totais..... g, das quais: B. gorduras saturadas..... g C. gorduras trans..... g D. gorduras monoinsaturadas..... g E. gorduras poliisaturadas..... g F. colesterol..... mg			
As cifras e as unidades de medida (gramas (g) e miligramas (mg) deverão ser declaradas de acordo as disposições da RDC nº 360/2003, ANVISA			
Declaração de vitaminas e minerais somente se presentes em quantidades igual ou maior a 5% da ingestão diária recomendada por porção indicada (RDC nº 360/2003, ANVISA)			
Valor energético e os valores dos nutrientes condizentes com o produto pretendido, respeitando a variação máxima permitida pela RDC n° 360/2003, ANVISA. Fórmula: Valor de referência no Anexo A---------- 100% Valor declarado na tabela---------- x			
A Tabela Nutricional deverá ser apresentada de acordo com os Modelos aprovados pela RDC nº 360/2003 (vertical A ou B ou linear), sendo que o Modelo linear só poderá ser utilizado se não houver espaço suficiente na rotulagem			
A informação correspondente à rotulagem nutricional deve estar redigida no idioma oficial do país de consumo (espanhol ou português), sem prejuízo de textos em outros idiomas e deve ser colocada em lugar visível, em caracteres legíveis e deve ter cor contrastante com o fundo onde estiver impressa (RDC n° 360/2003, ANVISA)			
A informação nutricional será expressa como "zero" ou "0" ou "não contém" para valor energético e ou nutrientes quando o alimento contiver quantidades menores ou iguais as estabelecidas como "não significativas" de acordo com a tabela do item 3.4.3.2 da RDC n° 360/2003, ANVISA			
Informação de porção e medida caseira de 100g para efeito do cálculo do valor energético e nutrientes (RDC 727/2022, ANVISA)			
Informação Nutricional Complementar (INC) verificar se comparativo ou absoluto, light, magro, vitaminado, baixo em gorduras, entre outros, de acordo com a RDC Nº 54, 12/11/2012			
Declaração do valor energético e percentual de valor diário em números inteiros conforme item 3.4.3 da RDC n° 360, 23/12/2003			
Alimentos para dietas com restrição - "DIET" (Portaria n° 29, 03/01/1998); Alimentos especialmente formulados para atender necessidades de pessoas em condições metabólicas específicas, p.ex: diabéticos, gestantes, entre outros.			
INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS			
Descrição de "CONTÉM GLÚTEN" ou "NÃO CONTÉM GLÚTEN" para todos em destaque, nítido e de fácil leitura; (LEI Nº 10.674, DE 16 DE MAIO DE 2003)			
A expressão do glúten deve estar indicada após as informações de: 1. Alérgicos 2. Lactose			
Instruções de preparo, uso e conservação obrigatórias na rotulagem de produtos de carne crua suína e de aves (RDC nº 459, 21/12/2020)			
Carne moída com peso até 1kg deve conter a expressão "PROIBIDO O FRACIONAMENTO"; carne moída acima de 1Kg deve conter a expressão "PROIBIDA A VENDA NO VAREJO" (Portaria 664/2022, MAPA)			
Corantes artificiais: expressão "Colorido Artificialmente" (Decreto nº 986, 21/10/1969)			
Adição de aromas de acordo RDC nº 02/2007 (tabela orientativa a seguir)			

Finalidade do aroma no produto	**Classificação do aroma**	**Designação ou Painel Principal**	**Painel Principal**
Definir / Conferir sabor a um alimento	Natural	Sabor	Contém aromatizante
	Artificial	Sabor artificial de	Aromatizado artificialmente
	Idêntico ao natural	Sabor	Contém aromatizante sintético idêntico ao natural
Reforçar ou reconstituir sabor de um alimento	Natural	Nome do produto	Contém aromatizante
	Artificial	Nome do produto	Aromatizado artificialmente
	Idêntico ao natural	Nome do produto	Contém aromatizante sintético idêntico ao natural
Conferir sabor não específico	A indicação do uso de aroma deve constar na lista de ingredientes conforme determina a RDC 727/2022, ANVISA		

Mistura de aromas, para indicação do aroma na rotulagem do alimento deve ser seguida a orientação do item 2.4 da Resolução RDC nº. 2/2007			
Indicar no painel principal do rótulo logo abaixo do nome do produto, em caracteres uniformes em corpo e cor sem intercalação de dizeres ou desenhos, letras em caixa alta e em negrito, a expressão: CONTÉM GORDURA VEGETAL (quando aplicável) (IN22/2005)			
Leites: Avisos Importantes (Lei nº 11265, 03/01/2006)			
Dizeres Obrigatórios Bebidas Lácteas (RTIQ – IN nº 16, 23/08/2005)			
Dizeres iogurte (RTIQ – IN nº 46, 23/10/2007), entre outas informações			
Doce de Leite "exclusivo para uso industrial" (Portaria nº 354, 04/09/1997)			
Informações obrigatórias para rótulo de Ovos (RDC nº 35, 17/06/2009)			
Nomenclatura de ovos (Resolução nº 1, de 9 de Janeiro de 2003)			
Os ovos devem conter as seguintes instruções de conservação e uso (RDC 727/2022, ANVISA): I - "O consumo deste alimento cru ou mal cozido pode causar danos à saúde"; e II - "Manter os ovos preferencialmente refrigerados"			
Indicar o prazo de validade para cada temperatura, por meio das expressões "validade a - 18º C (freezer): ...", "validade a - 4º C (congelador): ...", e "validade a 4º C (refrigerador)", seguida da declaração da data de validade (RDC 727/2022, ANVISA)			
As carnes suínas cruas, incluindo miúdos, toucinho, pele, embutidos, carne moída e produtos cárneos moldados, e as carnes de aves cruas, incluindo miúdos e produtos cárneos à base de carne moída ou picada de aves, devem conter a declaração das instruções de preparo, uso e conservação (RDC 727/2022, ANVISA)			
"CONTÉM LACTOSE" com os dizeres em caixa alta, negrito, cor contrastante com o fundo do rótulo e altura mínima de 2mm, imediatamente após ou abaixo da lista de ingredientes antes ou após os alérgicos, nunca inferior a letra utilizada na lista de ingredientes. No caso de embalagens com área de painel principal igual ou inferior a 100 cm2, a altura mínima dos caracteres é de 1mm (Lei nº 13.305, de 4 de Julho de 2016; RDC n° 136 de 08/02/2017)			
Regulamento técnico referente a alimentos para fins especiais, para dispor sobre os alimentos para dietas com restrição de lactose (RDC nº 135 de 08/02/2017); Observação: quando de dietas com restrição de lactose ocorre alteração da tabela nutricional, devendo ser informada galactose, lactose, e outros carboidratos			
Os alimentos que contenham ou sejam derivados dos principais alimentos que causam alergias alimentares, conforme lista contida no Anexo III da RDC 727/2022 da ANVISA, devem conter as seguintes advertências, conforme o caso:			

I - "ALÉRGICOS: CONTÉM (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIASALIMENTARES)"; II - "ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAMALERGIAS ALIMENTARES)"; ou III - "ALÉRGICOS: CONTÉM (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIASALIMENTARES) E DERIVADOS". No caso dos crustáceos, a declaração das advertências deve incluir o nome comum das espécies, da seguinte forma, conforme o caso: I - "ALÉRGICOS: CONTÉM CRUSTÁCEOS (NOMES COMUNS DAS ESPÉCIES)"; II - "ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE CRUSTÁCEOS (NOMES COMUNS DAS ESPÉCIES)"; ou III - "ALÉRGICOS: CONTÉM CRUSTÁCEOS E DERIVADOS (NOMES COMUNS DAS ESPÉCIES)".			
Nos casos em que não for possível garantir a ausência de contaminação cruzada por alérgenos alimentares dos principais alimentos que causam alergias alimentares listados no Anexo III da RDC 727, deve ser declarada a advertência "ALÉRGICOS: PODE CONTER (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIAS ALIMENTARES)".			
Na rotulagem do mel deve constar a advertência "Este produto não deve ser consumido por crianças menores de um ano de idade" (RIISPOA, Art. 460)			
Mel de uso industrial: deve conter a expressão "proibida a venda fracionada" (RIISPOA)			
A água adicionada aos produtos cárneos deve ser declarada, em percentuais, na lista de ingredientes (RIISPOA)			
Quantidade de água adicionada for superior a 3% deve ser informado, adicionalmente, no painel principal da rotulagem (RIISPOA)			
Os produtos cárneos que contenham carne e produtos vegetais devem dispor nos rótulos a indicação das respectivas percentagens (RIISPOA)			
Expressões em destaque para alimentos que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, com presença acima do limite de um por cento do produto, o consumidor deverá ser informado da natureza transgênica desse produto, no painel principal e em conjunto com o símbolo, uma das seguintes expressões, dependendo do caso: "(nome do produto) transgênico", "contém (nome do ingrediente ou ingredientes) transgênico(s)" ou "produto produzido a partir de (nome do produto) transgênico"			
Alimentos e ingredientes produzidos a partir de animais alimentados com ração contendo ingredientes transgênicos deverão trazer no painel principal, em tamanho e destaque previstos: "(nome do animal) alimentado com ração contendo ingrediente transgênico" / "(nome do ingrediente) produzido a partir de animal alimentado com ração contendo ingrediente transgênico"			
Uso do símbolo transgênico conforme Portaria n° 2658, de 22 de dezembro de 2003;			
Produtos cárneos temperados: Condimentos em solução, deve ter o percentual de solução adicionada e sua respectiva composição declarada no painel principal do rótulo, em caracteres de mesmo realce e visibilidade, acompanhando a denominação de venda (IN nº 17/2018, Art. 12)			
DIZERES, INFORMAÇÕES E IMAGENS NÃO PERMITIDAS			
Qualquer representação que torne a informação falsa, incorreta ou insuficiente;			
(IN 22/2005 MAPA)			
Que induza ao erro, confusão ou engano sobre a procedência, qualidade, etc.;(IN 22/2005 MAPA)			
Destaque a presença ou ausência de componentes intrínsecos ao produto;(IN 22/2005 MAPA)			

Que faça alusão à Bandeira Nacional e ou símbolos oficiais (Lei nº 5.700 de 01/09/1971, art. 31)			
Informar "IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA", quando aplicável – (LEI nº 8078, 11/09/1990, art. 37)			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode conter vocábulos, sinais, denominações, símbolos, emblemas, ilustrações ou outras representações gráficas que possam tornar a informação falsa, incorreta, insuficiente, ou que possa induzir o consumidor a equívoco, erro, confusão ou engano em relação à verdadeira natureza, composição, procedência, tipo, qualidade, quantidade, validade, rendimento ou forma de uso do alimento			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode atribuir efeitos ou propriedades que não possuam ou que não possam ser demonstradas			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode destacar a presença ou a ausência de componentes que sejam intrínsecos ou próprios de alimentos de igual natureza, exceto nos casos previstos em normas específicas RDC 727/2022, ANVISA e IN 22/2005, MAPA)			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode veicular qualquer tipo de alegação relacionada à ausência de alimentos alergênicos ou alérgenos alimentares, exceto nos casos previstos em normas específicas			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode ressaltar, em certos tipos de alimentos processados, a presença de componentes que sejam adicionados como ingredientes em todos os alimentos com tecnologia de fabricação semelhante			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode ressaltar qualidades que possam induzir a engano com relação a reais ou supostas propriedades terapêuticas que alguns componentes ou ingredientes tenham ou possam ter quando consumidos em quantidades diferentes daquelas que se encontram no alimento ou quando consumidos sob forma farmacêutica			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode indicar que o alimento possui propriedades medicinais ou terapêuticas			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode aconselhar seu consumo como estimulante, para melhorar a saúde, para prevenir doenças ou com ação curativa			
Não são permitidas alegações como "sem conservantes", "sem corantes artificiais", "contém corantes naturais", entre outras semelhantes; (Informe técnico nº 70 de 19/01/2016)			
ORTOGRAFIA, UNIDADES DE MEDIDA E TAMANHO DA LETRA			
Ortografia revisada e na língua oficial do país			
Unidades de medidas oficiais (Sistema Internacional de Unidades - SI) e Unidade de medida de massa em caracteres minúsculos			
Tamanho da letra igual ou maior que 1mm conforme IN 22/2005 do MAPA e RDC 727/2022 da ANVISA			
MEMORIAL DE FABRICAÇÃO E ROTULAGEM DE POA			
Todos os campos obrigatórios preenchidos adequadamente			
A composição do produto está de acordo com o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade			
O processo descrito e informações atendem aos regulamentos oficiais específicos			
Está devidamente com as páginas rubricadas e com a assinatura dos responsáveis			
Quando não possui RTIQ cumpre os itens dos artigos			

C: conforme; NC: não conforme; NA: não aplicável

Data	Assinatura e carimbo do responsável

MODELO 3.7.3 – CERTIFICADO (PARECER FAVORÁVEL À FABRICAÇÃO)

CERTIFICADO

Certifico que os produtos da empresa_____, inscrita no CNPJ sob o n°_____, localizada no município de_____, portando o registro de inspeção nº_____foram avaliados pelo Fiscal de Inspeção_____, com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária n°_____.
A avaliação quanto à conformidade do memorial descritivo de fabricação, seguiu os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade (RTIQ), além de *Check List* de rotulagem conforme legislação especifica vigente. O Serviço de Inspeção Municipal - SIM é FAVORÁVEL a fabricação dos seguintes produtos:

DENOMINAÇÃO DE VENDA DO PRODUTO	NÚMERO DO REGISTRO DO PRODUTO	MARCA DO PRODUTO	TIPO DE EMBALAGEM	APRESENTAÇÃO (PESO)	DATA DO REGISTRO	DATA DA ALTERAÇÃO	VALIDADE DO REGISTRO

Local e data

_____
Fiscal do SIM/POA

ANEXO 4.
COLETAS FISCAIS

4.1 Objetivos
Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilite garantir a padronização das coletas oficiais e envios de amostras para análises físico químicas e microbiológicas de alimentos e água de abastecimento dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM. São descritos os procedimentos realizados para a coleta de amostras, transporte, plano de amostragem e ações a serem tomadas pelo SIM em casos de desvios.

4.2 Aplicação
Este procedimento aplica-se ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM, sendo que os laudos das análises devem ficar arquivados no SIM.

4.3 Definições
A obtenção correta das amostras, seu transporte para o laboratório e sua preparação para análise são etapas fundamentais para a obtenção de um resultado confiável. A exatidão dos resultados obtidos depende da execução correta dessas três etapas.

4.4 Usuários Principais
Fiscais do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, Responsável pelo estabelecimento e Responsável Técnico.

4.5 Procedimento

4.5.1 Coleta de amostras fiscais de alimentos
As amostras para exame microbiológico devem ser separadas daquelas destinadas ao exame físico-químico. A critério do fiscal do SIM, a mesma caixa pode conter mais de uma amostra, desde que sejam respeitados os critérios de natureza do produto (temperatura de conservação), acondicionamento e separação.
Sempre que possível às amostras devem ser enviadas em sua embalagem original, para evitar modificações em suas características originais e possíveis contaminações. Quando tal procedimento for inviável, em função do volume mínimo disponível para colheita, aceita-se o fracionamento,

sendo que o mesmo deve ser efetuado por colaborador da empresa capacitado, acompanhado pelo fiscal do SIM. Cabendo nesse caso, ao fracionador da amostra, toda responsabilidade pela modificação das características iniciais do produto.

4.5.2 Solicitação Oficial de Análise (SOA)
A Solicitação oficial de análise é o documento que acompanha as amostras para análise conforme Modelo 4.14.1. As SOAs devem seguir sequência numérica anual para todas as empresas. O fiscal deve confeccionar SOAs separados para análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos e da água de abastecimento.
Observação: o fiscal deve descrever na SOA o nome e o código da análise conforme consta no site do MAPA em Análises laboratoriais.

Materiais necessários:
- Solicitação oficial de análise (SOA) - (Modelo 4.14.1);
- Caixas Isotérmicas;
- Swabs de esfregaduras, quando aplicável;
- Gelo ou outra substância refrigerante;
- Embalagens plásticas;
- Fita adesiva;
- Papel toalha;
- Álcool;
- Lacre numerado.

4.6 Procedimento de Coleta para Análises Microbiológicas e Físico Químicas de Alimentos
A responsabilidade pela coleta é do fiscal do SIM, sendo que sempre que possível, esse procedimento deve ser realizado na presença do responsável da empresa conforme o § 1° do art. 471 do decreto 9.013/2017. O fiscal deve atentar-se ao tipo de amostra coletada e o dia da semana em que a mesma chegará ao destino, evitando assim o descarte da amostra pelo laboratório.
O responsável pela coleta dos produtos deve ter alguns cuidados de Boas Práticas durante o procedimento, tais como: lavar as mãos ao manusear os produtos, limpar com papel toalha ao redor da embalagem e também passar álcool para assepsia da embalagem. As amostras devem ser acondicionadas em recipientes limpos e íntegros, na quantidade requerida pelo laboratório. O responsável pela coleta deve preencher a Solicitação Oficial de Análise (SOA) em uma via, sendo que a 1ª (primeira parte) deve ser anexada ao produto e enviada ao laboratório e a 2ª (segunda parte) deve ficar sob posse de quem coletou (fiscal do SIM). O produto deve ser colocado em uma segunda embalagem de plástico, fechado com lacres numerados de identificação do Serviço de Inspeção e acondicionado dentro de caixa isotérmica com gelo, se necessário (observar que os produtos devem ser mantidos sob refrigeração desde a saída da indústria até a chegada no laboratório). Após esse procedimento, deve lacrar a caixa com fita adesiva e colocar a identificação do laboratório (destinatário) e da empresa (remetente) na parte superior.
A responsabilidade pelo envio é da empresa. Encaminhar para o laboratório o mais breve possível. Os custos das análises bem como o transporte são, obrigatoriamente, responsabilidade da empresa, conforme artigo do decreto municipal.
Para o procedimento de coleta de amostras de superfície de carcaça, o fiscal do SIM deve solicitar que a empresa providencie o material necessário. Alguns cuidados devem ser tomados para garantir que a amostra seja transportada entre 1°C e 8°C. É importante assegurar que não ocorra o congelamento da amostra durante o transporte ao laboratório. Para tanto, recomenda-se o uso de folha de papelão entre os pacotes de gelo-gel e a amostra, evitando o contato direto e, consequentemente, o seu congelamento.
Particularidades:
- Quanto a análise físico-química, devem ser guardadas duas amostras para contraprova do mesmo lote em caso de resultados não conformes. Estas amostras devem ser lacradas isoladamente pelo fiscal e armazenadas sob responsabilidade da empresa. Uma amostra é para a contraprova da empresa e outra do SIM. Não há contraprovas quando:
· a quantidade ou a natureza do produto não permitirem;
· o produto apresentar prazo de validade exíguo, sem que haja tempo hábil para a realização da análise de contraprova, ou seja, prazo de validade remanescente igual ou inferior a 45 dias contado da coleta;
· tratar-se de análises fiscais realizadas durante os procedimentos de rotina de inspeção oficial;
· forem destinadas à realização de análises microbiológicas, por ser considerada impertinente a análise de contraprova nestes casos.
· Se tratar de ensaios para detecção de analitos que não se mantenham estáveis ao longo do tempo.

4.7 Procedimento para coleta de amostras de carcaças e meia carcaças, com ou sem pele em abatedouros frigoríficos

A coleta de amostras para análise de carcaças e meia carcaças, com ou sem pele em abatedouros frigoríficos, pode ser realizada de duas formas: coleta através de swabs ou coleta de cortes.
§ Coleta através de swabs: será realizada por esfregadura de superfície das carcaças e/ou meia carcaças, após resfriamento, perfazendo um total de (400cm2) quatrocentos centímetros quadrados, com o uso de esponjas estéreis, hidratadas com volume conhecido de diluente e livres de biocidas.
§ Coleta através de cortes: será realizada a coleta de vários pequenos cortes das carcaças e/ou meia carcaças, após resfriamento, totalizando uma amostra de no mínimo (500g) quinhentas gramas, os quais serão colocados em sacos plásticos estéreis.
Deve ser realizada a esfregadura e/ou a coleta de cortes nos seguintes locais:
- Para carcaça de suíno abrangerá quatro pontos da carcaça, sendo pernil, barriga, lombo e região axilar;
- Para carcaça de bovino abrangerá quatro pontos da carcaça, sendo alcatra, vazio, peito e pescoço.

4.8 Procedimento de coleta de amostras de leite cru refrigerado para estabelecimentos que beneficiam lácteos
Deve ser coletada amostra de leite cru refrigerado nos estabelecimentos que recebem leite da propriedade e de terceiros ou somente recebam de terceiros e que não possuem laboratório físico químico completo.
Os parâmetros solicitados estão previstos no artigo 31 da Instrução normativa nº 77 de 26/1/2018, sendo que a frequência da coleta do leite cru refrigerado deve estar prevista no programa de trabalho do serviço de inspeção municipal, no mínimo uma vez por ano.

4.9 Padrões Microbiológicos e Físico-Químicos
As análises requeridas devem seguir os padrões de referência conforme o Decreto Nº 9.013, de 29 de março de 2017, e suas alterações; Instrução Normativa nº 161, de 1º de julho de 2022, que estabelece as lista de padrões microbiológico para alimentos; Regulamentos Técnicos de identidade e qualidade (RTIQ), Instrução Normativa n° 76 de 26 de Novembro de 2018, e suas alterações; RDC n° 272, de 14 de março de 2019 - uso de aditivos alimentares autorizados para uso em carnes e produtos cárneos; demais legislações pertinentes a padrões de análises físico-químicas e microbiológicas; site do Ministério da Agricultura, em Análises Laboratoriais, acesso em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtosanimal/analises-laboratoriais.

4.10 Frequência das Coletas
Deve ser realizada ao menos uma análise oficial microbiológica e físico química de cada produto registrado e da água de abastecimento, anualmente. Conforme o número de produtos, as coletas devem ser divididas no ano, através do cronograma descrito nos Programas de Trabalho do Serviço de Inspeção Municipal. O SIM poderá estipular outra frequência de coleta, desde que baseada em análise de risco.
Caso a empresa não disponha, em seu estoque, do produto a ser coletado, o fiscal deve registrar a justificativa da não realização da coleta. O fiscal deve ainda manter um controle atualizado das análises pendentes e efetuá-las assim que houver disponibilidade de produto em estoque.
Em casos de resultados de análises microbiológicas não conformes, as novas amostras devem ser coletadas de forma representativa onde o "n" (número de amostras) deve estar conforme parâmetros informados no site do MAPA, disponível em:http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/analiseslaboratoriais.

4.11 Ações Fiscais Mediante Resultados Não Conformes
O fiscal do SIM é o responsável pela avaliação do laudo e sempre que verificar não conformidade deve informar imediatamente a empresa através de documento por escrito.
O SIM deve avaliar se a empresa contempla no seu Programa de Autocontrole ações para desvio de análises;
O SIM pode não adotar ações fiscais quando o estabelecimento for capaz de comprovar que identificou e sanou o problema que levou ao resultado em desacordo da análise oficial, mediante registros de controles auditáveis e análises microbiológicas ou físico químicas laboratoriais (de controle da empresa de acordo com o respectivo programa de autocontrole), no período de ocorrência do desvio identificado pela análise oficial. Neste caso, o Responsável Técnico deverá apresentar relatório anexando todos os documentos que comprovem o saneamento das irregularidades, para avaliação do SIM.
Quando o estabelecimento não for capaz de comprovar, que identificou e saneou o problema que levou ao resultado em desacordo da análise oficial, o SIM deve tomar as seguintes ações:

4.11.1 Para análises Microbiológicas
a) Lavrar RNC;

b) Solicitar a suspensão da produção do produto envolvido através do Auto de Suspensão;
c) Notificar, através de oficio, o recolhimento do lote do produto envolvido conforme o descrito no programa de autocontrole da empresa;
d) Lavrar Auto de infração;
e) Após a empresa ter tomado as ações corretivas, o fiscal do SIM deve enviar amostra representativa do produto para análise oficial de um novo lote. O lote produzido deve ficar sequestrado, sob custódia da empresa, e a produção do produto deve permanecer suspensa até que o resultado da análise apresente-se conforme os padrões exigidos e o SIM faça a liberação;
f) Após a apresentação de laudo em conformidade pela empresa, o fiscal do SIM deve emitir documento de liberação da produção e retorno das atividades.

Particularidade para produtos maturados acima de 30 dias:
g) Para esses produtos deve seguir o descrito acima, porém não deve ser suspensa a produção.

4.11.2 Para Análises Físico Químicas
a) Lavrar RNC;
b) Dependendo a causa, grau do desvio, o risco a saúde pública e gere engano ao consumidor, a critério do fiscal do SIM poderão ser adotadas as ações abaixo:
c) Solicitar a suspensão da produção do produto envolvido através do Auto de Suspensão;
d) Lavrar Auto de infração dependendo a causa e grau de desvio;
e) Dependendo a causa, grau do desvio e sempre que comprometer a saúde do consumidor, o SIM deve solicitar através de ofício, o recolhimento do lote do produto, conforme o descrito no programa de autocontrole da empresa;
f) Quando aplicável, a pedido da empresa ou a critério do SIM podem ser enviadas as contraprovas para análise; nesses casos, quando a contraprova apresentar-se conforme os padrões exigidos na legislação é efetuada a liberação da produção;
g) Nos casos em que não existe contraprova ou a contraprova apresente-se não conforme, as empresas devem tomar as ações corretivas e o fiscal do SIM deve enviar amostra de novo lote do produto para análise oficial. O lote produzido deve ficar sequestrado, sob custódia da empresa, e a produção do produto deve permanecer suspensa até que o resultado da análise apresente-se conforme os padrões exigidos e o SIM faça a liberação;

h) Após verificação do laudo pelo fiscal do serviço de inspeção, deve ser emitido documento de liberação e/ou desinterdição da produção e retorno das atividades, conforme julgar necessário.

Particularidade para produtos maturados acima de 30 dias:
i) Para esses produtos deve seguir o descrito acima, porém não deve ser suspensa a produção.

4.12 Recorrência de não conformidades para resultado de analise Microbiológica e Físico Química
Após a verificação do segundo resultado insatisfatório de lotes consecutivos, do mesmo produto e para o mesmo parâmetro, deve ser instaurado o Regime Especial de Fiscalização (REF), conforme descrito no item 5.7 do ANEXO 5.

4.13 Procedimentos de Coletas para Análise Microbiológica e Físico Química de Água de abastecimento
Observação: Caso o SIM possua o mesmo entendimento que o MAPA, de que as coletas de amostras oficiais de água de abastecimento para ação de vigilância da qualidade da água são de competência dos Órgãos de Saúde Pública, no âmbito da Portaria GTM/MS n° 888, de 2021, e, por esta razão, não estão previstas no cronograma de coleta anual do SIM, deverá incluir o seguinte texto:
"Com a publicação da Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, que trata da potabilidade da água, o SIM não realizará coletas de amostras oficiais de água de abastecimento dentro do cronograma de coleta anual do SIM.

Contudo, poderá, em situações excepcionais, coletar amostras para verificar a qualidade da água em estabelecimentos sob o SIM, a fim de subsidiar a fiscalização. Logo, as orientações abaixo devem ser consideradas para as situações de excepcionalidade das coletas oficiais de água.

Além disso, caberá ao SIM realizar a verificação oficial in loco do plano de amostragem do estabelecimento que se baseia na avaliação da identificação dos pontos de coleta de consumo da água nas áreas de produção industrial de produtos comestíveis, e na mensuração direta dos parâmetros de cloro residual livre e pH em conformidade com as normativas do MAPA."

As amostras oficiais de água devem ser coletadas em pontos localizados nas áreas de produção.
Para estas análises serão utilizados equipamentos mensuradores do cloro e pH, conforme recomendação técnica do fabricante, sendo que estes devem possuir certificado de calibração válido e os reagentes devem estar dentro do prazo de validade.

4.13.1 Material Necessário
- Solicitação oficial de análise (SOA);
- Álcool 70%;
- Gaze ou algodão hidrófilo;
- Isqueiro;
- Frascos específicos para cada tipo de análise. Observação: O cloro presente na água coletada para análise microbiológica deve ser neutralizado imediatamente através da adição de tiossulfato de sódio, para impedir a continuação de seu efeito bactericida sobre a microbiota presente.

4.13.2 Procedimentos de Coleta
Cuidados necessários: na hora da coleta assegurar-se que a torneira e as mãos não toquem a parte interna do frasco e da tampa. Amostras não analisadas imediatamente devem ser estocadas sob refrigeração de 1°C a 5°C, nunca congelar as amostras.

4.13.3 Coleta da Água de Abastecimento
– Limpeza da torneira: abrir a torneira e deixar a água escoar por um período de 1 a 2 minutos antes da coleta, fechar a torneira; com auxílio de uma gaze ou algodão umedecido em solução detergente neutro diluído friccionar toda a extensão da torneira interna (bocal) e externamente retirando poeira e sujidades; enxaguar abundantemente retirando todo o residual de detergente.
– Desinfecção da torneira: embeber um algodão ou gaze em álcool 70% e friccionar toda extensão da torneira durante (1 a 2 minutos). Se a torneira for de metal ou aço inox, flambar, com auxílio de uma chama a parte interna e externa da torneira, durante 40 segundos.
– Coleta da Água: Após limpeza e desinfecção, abrir a torneira e deixar escoar a água da tubulação por um período de 1 a 2 minutos; abrir o frasco estéril e coletar rapidamente a amostra, até a altura do gargalo; fechar o frasco imediatamente.
O responsável pela coleta deve preencher a Solicitação Oficial de Análise (SOA) em uma via, sendo que a 1ª (primeira parte) deve ser anexado ao frasco e enviada ao laboratório e a 2ª (segunda parte) deve ficar sob posse de quem coletou (fiscal do SIM). O frasco deve ser colocado em uma segunda embalagem de plástico, fechado com lacres numerados de identificação do Serviço de Inspeção e acondicionado dentro de caixa isotérmica com gelo.

4.13.4 Transporte das Amostras
A empresa deve enviar ao laboratório no menor tempo possível, nunca exceder 24 horas entre coleta e chegada ao laboratório para águas tratadas.
O transporte deve ser feito no máximo a 5º C (utilizar recipiente isotérmico com gelo).

4.13.5 Cuidados Gerais
- As amostras devem ser acondicionadas em recipientes limpos e íntegros, no volume requerido pelo laboratório;
- Nunca congelar a amostra;
- Cuidar para que não vaze;
- Certificar-se que a mesma foi bem identificada;
- Não abrir os frascos até o momento da coleta;
- Evitar que a tampa entre em contato com qualquer objeto;
- Ser breve na coleta.

4.13.6 Análises Requeridas
- Para as empresas registradas no SIM com abastecimento de água pública deve-se solicitar no mínimo as análises listadas a seguir assinaladas com asterisco (*);
- Para as empresas abastecidas de água proveniente de fonte ou poço, solicitar todas as análises;
- Para os Serviços de Inspeção que possuem mensuradores de Cloro e pH de precisão (com certificado de calibração e desde que os reagentes estejam dentro do prazo de validade) é facultativa a solicitação de ambas as análises, pH e cloro residual livre, em laboratório terceirizado, devendo constar o resultado da análise realizada in loco na Solicitação Oficial de Análise no campo "Observações". Nos demais casos, é obrigatória a solicitação dessas análises juntamente com as demais aos laboratórios terceirizados.

PRODUTO	ANÁLISE	PARÂMETRO	REFERÊNCIA LEGAL
Água de abastecimento	Microbiológica	* Escherichia coli	Portaria GM/MS n° 888
		* Coliformes totais	

Físico-Química
Alumínio Amônia (como NH3)
* Cloro residual livre Cor
Dureza total Ferro Nitrato Nitrito
* pH
Sólidos dissolvidos totais
* Turbidez

4.13.7 Ações fiscais mediante resultados não conforme
Em caso de constatação de não conformidade nas análises laboratoriais de água, o servidor do SIM deve notificar imediatamente a empresa e dependendo a causa e grau do desvio, se gerar algum risco a saúde do consumidor, suspender a produção dos produtos.
- Verificar se as ações para água de abastecimento com resultado insatisfatório estão descritas no Programa de Autocontrole da empresa.
- Lavrar RNC (obrigatório)
- Auto de Infração dependendo a causa e grau de desvio.
- Após a empresa ter tomado as ações corretivas, o fiscal do SIM deve enviar outra amostra de água de abastecimento para análise oficial.

- Se o resultado da nova análise da água estiver conforme, o SIM deve emitir ofício de liberação da produção (quando aplicável).
- A critério do SIM, em conformidade com a Portaria GM/MS n° 888, de 4 de maio de 2021, caso seja observada a ocorrência de resultados não conformes com o padrão de potabilidade da água ou outros fatores de risco à saúde, é possível determinar a ampliação do número mínimo de amostras, o aumento da frequência de amostragem e a realização de análises laboratoriais de parâmetros adicionais.

4.14 Modelos

MODELO 4.14.1 – SOLICITAÇÃO OFICIAL DE ANÁLISES – SOA

LOGOTIPO DO MUNICÍPI O	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM** SOLICITAÇÃO OFICIAL DE ANÁLISE SOA			01. LABORATÓRIO ( ) MICROBIOLOGIA ( ) FÍSICO-QUÍMICA	03. No DA SOA/ANO
				02. RESPONSÁVEL PELA COLETA	04. No DO SIM
05. PRODUTO		06. REGISTRO DO PRODUTO		07. MARCA	08. CNPJ
09. ESTABELECIMENTO			10. ENDEREÇO		
11. DATA FABRICAÇÃO	12. DATA VALIDADE	13. No LOTE	14. TAMANHO DO LOTE		15. DATA E HORA DA COLETA DA AMOSTRA
No DO LACRE:			No DO LACRE DAS CONTRAPROVAS:		
16. TEMPERATURA/CONDIÇÕES DA AMOSTRA NA COLETA:					17. DATA DA REMESSA:
TEMPERATURA (oC):	( ) CONGELADO SÓLIDO	( ) CRISTAIS DE GELO	( ) RESFRIADO	( ) AMBIENTE	
18. ANÁLISE(S) REQUERIDA(S) – CÓDIGO(S)					
19. OBSERVAÇÕES					
20. ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA COLETA			21. ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SIM		
22. DATA E HORA DO RECEBIMENTO DA AMOSTRA			23. IDENTIFICAÇÃO DO LABORATÓRIO		
24. TEMPERATURA/CONDIÇÕES DA AMOSTRA NO RECEBIMENTO:					
TEMPERATURA (oC):	( ) CONGELADO SÓLIDO	( ) CRISTAIS DE GELO	( ) RESFRIADO	( ) AMBIENTE	( ) DECOMPOSIÇÃO
25. OBSERVAÇÕES					
26. ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:					
LOGOTIPO DO MUNICÍPI O	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM** SOLICITAÇÃO OFICIAL DE ANÁLISE - SOA				27. No DA SOA/ANO
28. PRODUTO			29. DATA DO ENVIO		30. No SIM
31. ANÁLISE(S) REQUERIDA(S)					
No DO LACRE:			No DO LACRE DAS CONTRAPROVAS:		
32. ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA COLETA					

ANEXO 5.
COMBATE A FRAUDES

5.1 Objetivos
Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilite ao Serviço de Inspeção combater as fraudes garantindo a qualidade dos produtos de origem animal.

5.2 Aplicação
Aplica-se a todas as atividades de fiscalização realizadas pelo Serviço de Inspeção as quais tenham envolvimento direto ou indireto com o processo de produção de produtos destinados à alimentação.

5.3 Definições
Fraude alimentar: Comete-se fraude alimentar quando um alimento é deliberadamente produzido com a intenção de se obter lucro através do engano do consumidor.
Constitui fraude em alimentos as alterações, adulterações e falsificações realizadas com a intenção de obter maiores lucros. Essas alterações podem ser feitas através de processos que visam atribuir aos produtos qualidades e requisitos que não possuem ou ocultar más condições estruturais e/ou sanitárias deles.
A Indústria é responsável pela qualidade dos processos e produtos através dos programas desenvolvidos, implantados, mantidos e monitorados pelos estabelecimentos, visando assegurar a qualidade higiênico-sanitária de seus produtos (BPF - Portaria MAPA nº. 368/1997, PPHO - Resolução nº. 10/2003 DIPOA/SDA).

5.4 Usuários Principais
Fiscais do Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

5.5 Procedimento

Para o controle e combate às fraudes nos produtos de origem animal, são utilizados métodos, como coleta de amostra de produtos para análise físico-química, verificação do controle de formulação dos produtos, verificação da aferição de peso, inspeções e fiscalizações de rotina, supervisões, ações de combate às atividades clandestinas de obtenção, comércio e desenvolvimento de atividades de educação sanitária.

5.5.1 Análises Físico Químicas
Produtos acabados são coletados e enviados aos laboratórios para a realização de análises físico-químicas, através do cronograma estabelecido no programa de trabalho do fiscal do SIM.

5.5.2 Verificação do Controle de Formulação
A verificação do controle de formulação é realizada como forma de evitar adulterações quanto aos ingredientes e matérias primas utilizadas na fabricação (Modelo 6.8.1). A verificação do controle de formulação deve ser realizada conforme o cronograma estabelecido no Programa de Trabalho anual do SIM. A formulação deve ser a mesma aprovada pelo SIM.

5.5.3 Verificação da Aferição de Peso e Volume
Somente utilizada para produtos com peso líquido (pré-medidos) ou volume líquido, pesando no mínimo 5 (cinco) amostras de um mesmo produto por verificação, buscando-se verificar se o peso declarado no rótulo condiz com o verificado in loco (Modelo 5.8.2). O controle de aferição de peso/volume deve ser realizado conforme o cronograma estabelecido no Programa de Trabalho anual do SIM.

5.5.4 Outros Métodos de Combate à Fraude
Também são avaliados os métodos de controle de rastreabilidade da empresa, conforme o PAC referente do estabelecimento.

Durante as fiscalizações de rotina ou supervisões são avaliadas a procedência e integridade da matéria prima, data de validade dos produtos e insumos, conservação dos rótulos, embalagens e etiquetas.

5.6 Ações Fiscais

5.6.1 Desvio de Análises Físico Químicas

- Procedimento descrito no Anexo 4.

5.6.2 Desvio na Formulação dos Produtos, Aferição do Peso, entre outros
- Avaliar o programa de autocontrole da empresa verificando se está prevista ação em caso de desvio;
- Apreensão do lote eou rotulagem;
- Lavrar Relatório de Não Conformidade (RNC), e nos casos em que o desvio possa lesar o consumidor deve ser lavrado auto de Infração, ou interdição ou suspensão.

5.7 Regime Especial de Fiscalização (REF)
Regime Especial de Fiscalização (REF) é o conjunto de procedimentos a que serão submetidas às empresas registradas junto ao SIM/POA, em caso de reincidência nas violações das normas de industrialização dos produtos de origem animal, os quais caracterizem fraude, falsificação, adulteração, violação dos parâmetros microbiológicos ou outras situações que julgar necessário.
Para esta finalidade é considerada reincidência a verificação de não conformidades a partir do segundo resultado seguido insatisfatório do mesmo parâmetro para o mesmo produto, comprovados através de análises oficiais microbiológicas, ou físico químicas, ou comprovação de suspeitas de alteração.

5.7.1 Implantação do REF
A implantação do REF se dará mediante comunicação do SIM a empresa e após a lavratura do auto de infração, nos casos em que não tenha sido aplicado anteriormente, seguida da aplicação de uma ou mais medidas a seguir, definidas pelo SIM:
a) Interdição parcial ou total do estabelecimento, através de auto de interdição conforme Anexo 7, Modelo 7.5.1;
b) Apreensão dos produtos, embalagens e rótulos em estoque, através do auto de apreensão conforme Anexo 7, Modelo 7.5.2;
c) Suspensão da expedição e comercialização do produto ou da produção, através de ofício;
d) Apreensão dos lotes envolvidos e solicitação de ações corretivas e recolhimento, conforme descrito no Programa de Autocontrole da empresa;
e) Lacração das instalações e/ou equipamentos;
f) Acompanhamento fiscal do(s) processo(s) de fabricação do(s) produto(s);

g) Outras medidas corretivas, a juízo do SIM de acordo com a não conformidade detectada nos termos da legislação.

5.7.2 Finalização do REF
A finalização do REF se dará mediante:
a) Apresentação de resultado satisfatório de 3 (três) lotes consecutivos compostos por 05 amostra de cada lote. A coleta das amostras deve ser realizada pelo fiscal do SIM. Os lotes produzidos devem ficar sequestrados até o recebimento dos laudos destes lotes;
b) A comercialização dos lotes produzidos com resultado satisfatório durante o REF deve ser autorizada pelo fiscal do SIM após o recebimento do laudo.
c) A finalização do REF será formalizada com a conclusão do processo pelo fiscal do SIM, através de ofício emitido pelo SIM.
A reincidência acarretará novo estado de REF, independente das demais sanções previstas na legislação vigente e a critério do SIM/POA.

5.8 Modelos
MODELO 5.8.1 – VERIFICAÇÃO DO CONTROLE DE FORMULAÇÃO DE PRODUTOS

Realizado pelo responsável pelo serviço de inspeção. O controle de todos os produtos deve ser realizado durante o ano. Quando for constatada não conformidade, um relatório de não conformidade (RNC) deve ser preenchido.		
Estabelecimento:	**Registro no SIM**:	
Produto:	**No Registro:**	
Data:	**Responsável:**	
Ingredientes	**Quantidade (kg ou L)**	**%**

Atende o RTIQ do Produto: C ( ) NC ( ) NA ( )
Conforme memorial de registro do produto: C ( ) NC ( ) NA ( )
Os mix utilizados apresentam a composição declarada no registro do produto: C ( ) NC ( ) NA ( )
C: conforme; NC: não conforme; NA: não se aplica

Observações:_____
_____
Fiscal do SIM/POA

MODELO 5.8.2 – CONTROLE DE AFERIÇÃO DE PESO

Aferição do peso líquido: pesando no mínimo 5 (cinco) amostras de um mesmo produto por verificação, buscando examinar se o peso descrito condiz com o verificado. Quando constatar não conformidade, preencher um Relatório de Não conformidade (RNC).	
Estabelecimento:	**Registro no SIM**:
Data:	**Responsável:**

Data	**Produto**	**Peso Bruto**	**Peso Líquido**	**Peso da Embalagem ou Recipiente**	**C/NC/N A**

C: conforme; NC: não conforme; NA: não se aplica

_____
Fiscal do SIM/POA

ANEXO 6.
PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE

6.1 Objetivos
Estabelecer um procedimento que possibilite aos estabelecimentos sob fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal – SIM a implantar e executar, de forma compulsória, os autocontroles como pré-requisitos para seu registro no serviço de inspeção municipal.
Estabelecer um procedimento operacional padrão de verificação oficial dos programas de autocontrole que contemplam a verificação local e documental pelo fiscal do SIM.

6.2 Definição
Os programas de autocontrole – PAC, são usados para se ter um controle do processo de produção. São procedimentos que se fundamentam na inspeção contínua e sistemática de todos os fatores que, de alguma forma, podem interferir na qualidade higiênico-sanitária dos produtos expostos ao consumo da população. São programas descritos pelo estabelecimento com o objetivo de esclarecer a forma para garantir o cumprimento das BPF, além de outros controles necessários para cada tipo de estabelecimento. Os PAC são o instrumento de gerenciamento de todo o processo de produção voltados para a sanidade e qualidade.

6.3 Usuários Principais
Responsável pelo estabelecimento, responsável técnico e fiscal do SIM.

6.4 Procedimentos Gerais
Os autocontroles determinados para os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal compreendem os principais procedimentos das Boas Práticas de Fabricação – BPF e Procedimentos Padronizados de Higiene Operacional – PPHO.
Todo processo de produção é composto de diversos subprocessos, os quais influenciam na qualidade do produto final. Segundo a Norma Interna DIPOA/SDA no 1/2017, empresas de produtos de origem animal devem implementar, executar e ser submetidos rotineiramente a verificações, avaliações e revisões dos seguintes Programas de Autocontroles:
– Manutenção (incluindo iluminação, ventilação, águas residuais e calibração);
– Água de Abastecimento
– Controle Integrado de Pragas
– Higiene Industrial e Operacional
– Higiene e Hábitos Higiênicos dos Funcionários
– Procedimentos Sanitários Operacionais
– Controle da matéria-prima (inclusive aquelas destinadas ao aproveitamento condicional), ingrediente e material de embalagem
– Controle de temperaturas
– Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
– Análises laboratoriais (Programas de autocontrole)
– Controle de formulação de produtos e combate à fraude
– Rastreabilidade e recolhimento
– Bem-estar animal
– Identificação, remoção, segregação e destinação do material especificado de risco (MER)
As agroindústrias integrantes do SIM devem desenvolver e implantar os elementos mínimos elencados em Portaria que estabelece os requisitos e critérios para adesão dos Municípios ou Consórcio de Municípios ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, com atenção especial à Agricultura Familiar e de Pequeno Porte no Estado do Paraná – SUASA-SUSAF-

PR, destacados no Anexo 1 (Modelo 1.6.2). O SIM deve definir, junto as agroindústrias, cronograma para a implementação dos demais autocontroles.
Os autocontroles devem constar em documentos que expliquem como são realizados os procedimentos de recepção até a expedição. Devem ser descritas as frequências de monitoramento e como os mesmos são feitos, quais as atitudes a serem tomadas quando ocorrerem desvios dos limites, condições e situações aceitáveis e quem são os responsáveis por tais monitoramentos. Nos autocontroles de todas as etapas dos processos industriais deve-se responder às seguintes questões: O que monitorar? Quando monitorar? Como monitorar? Quem monitorar? Ou seja, deve-se identificar a ação/atividade, qual ou quais as pessoas envolvidas e responsáveis por elas, como serão realizadas, em quais locais e em que tempo/etapa do processo produtivo/industrial. Devem ser criados formulários ou planilhas de controles para uso nas verificações e monitoramentos. Os erros feitos durante o seu preenchimento devem ser corrigidos de forma que o Serviço de Inspeção possa identificar o que foi escrito errado e a consequente correção.
Os procedimentos de autocontrole devem ser descritos em forma de documentos auditáveis e praticáveis pelas empresas, conforme estrutura de Programa de Autocontrole (Modelo 67.5.1).
Quando houver mudanças estruturais, operacionais ou de fluxograma, o PAC deve ser atualizado.

6.4.1 Implantação dos Programas de Autocontrole pelos Estabelecimentos

1	**Manutenção (incluindo iluminação, ventilação, águas residuais e calibração)**

Objetivo geral
Garantir que as instalações, equipamentos e seus utensílios estão localizados, projetados e construídos de forma a permitir a fácil manutenção e higienização, e funcionam de acordo com o uso pretendido e de forma a minimizar a contaminação cruzada, estão em condição sanitária e de operação e tecnicamente confiável.
Estabelecer procedimentos de:
– Manutenção de setores com equipamentos, instalações e utensílios incluindo forro, paredes, piso, drenos e outras estruturas eventualmente presentes;
– Iluminação natural ou artificial com intensidade suficiente, de acordo com a natureza da operação, inclusive nos pontos de inspeção ou reinspeção.

– Ventilação natural ou mecânica de forma a minimizar a contaminação por meio do ar, controlar a temperatura ambiente, a umidade e os odores que possam afetar os produtos de origem animal e impedir que o ar flua de áreas contaminadas para áreas limpas, bem como impeça a formação de condensação.
– Sistema de recolhimento de águas residuais que facilite o recolhimento e capaz de drenar o volume produzido, bem como se é capaz de prevenir eventuais refluxos de água que possam contaminar a rede de abastecimento de água potável.
– Calibração ou aferição de instrumentos ou equipamentos, que garantam seu funcionamento de acordo com o uso pretendido e se estão devidamente identificados.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
§ A natureza das instalações como, por exemplo, forro, teto, paredes, pisos, portas, janelas e outros pertinentes das áreas internas e externas;
§ A natureza dos equipamentos e utensílios;
§ Os tipos de manutenção preventiva e corretiva de instalações e equipamentos;
§ A localização, do tipo de iluminação (natural e artificial) e da constituição das luminárias, incluindo a forma de proteção em todos os setores, quando necessário;
§ A intensidade (em lux) da iluminação, frequência e modo de avaliação, quando necessário;
§ O sistema de ventilação incluindo os métodos utilizados para prevenção e controle visando evitar a formação de vapores, condensação e gelo incluindo, quando aplicável, janelas, telas, cortinas de ar, cortinas de plástico (PVC transparente) e exaustores em todos os setores;
§ A previsão da formação de vapores, condensações e gelo em áreas específicas e o controle para evitar alteração das matérias-primas e produtos;
§ O sistema de drenagem das águas residuais contemplando ralos, canaletas, declividade do piso e fluxo das águas servidas;
§ Os métodos utilizados para prevenção e controle visando evitar a formação de água residual, presença de resíduos sólidos e o refluxo de gases no piso e nos equipamentos.
§ O conceito de calibração e aferição;
§ Como ocorre a identificação de todos os instrumentos de controle utilizados, as respectivas faixas de uso, os desvios aceitáveis e a frequência de aferição e calibração;
§ O procedimento de aferição e calibração dos instrumentos.

2	**Água de Abastecimento**

Objetivo geral
Estabelecer procedimento de controle da água de abastecimento utilizada nos processos de limpeza e sanitização de instalações, equipamentos e utensílios, que, em diversas situações, suas superfícies entram em contato com as matérias-primas, produtos e embalagens, além de muitas vezes participar na diluição de ingredientes e aditivos, servindo de veículo. O controle da qualidade da água utilizada pelos estabelecimentos é fundamental para os processos fabris garantirem inocuidade.
Garantir a disponibilidade de água potável para o desenvolvimento de suas atividades, com instalações adequadas para seu armazenamento e distribuição. Observando se dispõem de água em quantidade e qualidade suficiente às suas necessidades de limpeza e sanitização, também para o preparo de soluções utilizadas nos processos produtivos e nas análises laboratoriais de controle de processos, devendo ainda, atender à legislação vigente do órgão competente.
Manter a potabilidade da água utilizada em todos os processos realizados no estabelecimento, com identificação dos pontos de coleta de água e mensuração do cloro residual livre e pH. Para garantia do processo, periodicamente, os estabelecimentos devem analisar a água coletada na rede de distribuição.
Descrever o tipo de fonte de água de abastecimento, se fonte própria (manancial de superfície e /ou subterrâneo) ou rede pública. Neste caso, deve-se conhecer a bacia de captação da água, identificando-se possíveis fontes causadoras de poluição, como outras indústrias, atividades agrícolas e o consequente uso de agrotóxicos, etc. Com base nessas informações, a empresa determina a frequência das análises de controle e seu monitoramento.
Quando a origem da água é a rede pública de abastecimento, por sofrer tratamento em estação própria à finalidade, os estabelecimentos devem dar atenção ao seu armazenamento e distribuição, procurando identificar falhas que possam levar à sua contaminação.
Quando necessário, descrever o método de cloração da água, a qual pode ser feita de forma automática, através de cloradores eletrônicos ou por pastilhas, com dispositivos de alerta sonoro e/ou visual que sejam acionados quando ocorrerem problemas de funcionamento. Descrever a frequência da realização de análises da água de abastecimento como parte de seus autocontroles. A quantidade de cloro e pH deve ser de acordo coma legislação vigente. Quando a cloração da água se fizer necessária, o monitoramento do cloro residual livre torna-se também obrigatório, com frequência mínima diária, podendo ser maior, conforme a especificidade de cada estabelecimento e produção.
Para evitar possíveis acúmulos de contaminações nos locais onde a água fica estagnada deve ser avaliado se a rede hidráulica, é projetada, construída e mantida de forma a não apresentar pontos de pressão negativa no sistema, evitando-se a entrada de contaminações por sucção quando da ruptura de tubulações. Nos casos em que isso seja impossível, devem ser instalados dispositivos eliminadores de vácuo, mantendo a pressão interna das tubulações sempre positiva.
Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
§ O sistema de captação de água de abastecimento, contemplando tipo de fonte, vazão, quantidade de reservatórios, capacidade;
§ Os métodos utilizados para o tratamento da água de abastecimento;
§ Como é realizada a identificação de todos os pontos de água do estabelecimento;
§ O procedimento de mensuração do cloro residual livre e pH;
§ O procedimento de higienização dos reservatórios de água e gelo;
§ O procedimento de coleta, da periodicidade e dos materiais necessários para envio de amostras de água de abastecimento e gelo para análise microbiológica e físico-química.

3	**Controle Integrado de Pragas**

Objetivo geral
Evitar a formação de condições que favoreçam o desenvolvimento/alojamento de insetos e roedores, além de evitar que tais pragas tenham acesso às áreas industriais.
Descrever se as áreas externas são mantidas livres de acúmulos de água, resíduos de alimentos, se não apresentam situações ou locais que possam servir de abrigos para insetos e roedores, assim como situações que propiciem a reprodução destes.
Garantir que as armadilhas luminosas para atrair insetos estão instaladas em locais que não sejam visíveis da área externa das indústrias, não sendo recomendada sua instalação nas dependências em que sejam manipulados ou armazenados matérias-primas, ingredientes, embalagens e produtos.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
§ Como é realizado o monitoramento do ambiente interno e externo visando identificar condições favoráveis ao abrigo ou proliferação de pragas;
§ As armadilhas (portas iscas, iscas luminosas, entre outros) e barreiras físicas contra o acesso de pragas instaladas no estabelecimento;

§ A identificação do mapa de iscas (porta iscas numerados com mapa de armadilhas e layout da empresa);
§ A frequência do monitoramento do controle;
§ Os produtos químicos utilizados no estabelecimento devidamente registrados em órgão competente, constando indicação de uso. Caso a empresa possua prestação de serviço terceirizado, a mesma deverá apresentar a descrição no próprio manual.

4	**Higiene Industrial e Operacional**

Objetivo Geral
Descrever os procedimentos padronizados de higiene operacional - PPHO de forma a estabelecer uma rotina de ações para evitar a contaminação direta ou cruzada e alterações indesejadas nas matérias-primas e produtos, preservando suas qualidades originais antes, durante e depois das operações industriais.
Evitar qualquer tipo de contaminação nas matérias-primas e produtos, causadas pelo contato com superfícies de equipamentos, utensílios, instrumentos e manipuladores.
Garantir que o ambiente está sob controle, diminuindo os riscos de contaminações e garantindo a inocuidade de suas matérias-primas e produtos, através de procedimentos pré-operacionais de limpeza e sanitização.
Descrever como é o controle do monitoramento dos procedimentos padronizados de higiene pré-operacional (PPHO pré-operacional) e são realizados logo após o término da limpeza, e se os monitoramentos dos procedimentos operacionais (PPHO operacional) são realizados durante a produção ou nos intervalos de almoço ou troca de turno de trabalho.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
§ O conceito de higienização pré-operacional e operacional;
§ A frequência do procedimento pré-operacional, contemplando as etapas de limpeza e desinfecção de todos os setores, equipamentos e utensílios. Os procedimentos de higienização descritos no programa devem prever a metodologia empregada e suas etapas, material utilizado, tempo de contato, tipo e concentração dos agentes saneantes;
§ A frequência do procedimento operacional, contemplando as etapas de limpeza e desinfecção dos setores, equipamentos e utensílios. Os procedimentos de higienização descritos no programa devem prever a metodologia empregada e suas etapas, material utilizado, tempo de contato, tipo e concentração dos agentes saneantes;

§ Como os produtos químicos e utensílios utilizados são armazenados e identificados e separados das áreas de manipulação de alimentos;
§ A lista atualizada de todos os produtos químicos utilizados no estabelecimento, devidamente aprovados pelos órgãos competentes para indústria de alimentos, especificando princípio ativo, finalidade, concentração, diluição e forma de uso, com apresentação da ficha técnica dos produtos químicos utilizados.

5	**Higiene e Hábitos Higiênicos dos Funcionários**

Objetivo Geral
Garantir que todas as pessoas, ao sair dos vestiários e sanitários e ao adentrarem às áreas de produção, além disso, sempre que necessário, realizem a antissepsia ou lavagem seguida de desinfecção das mãos e antebraços. Para isso, em cada local citado, devem estar instaladas torneiras e pias com sabão líquido antisséptico ou sabão líquido neutro e produto desinfetante para mãos, papel toalha não reciclado e lixeira com tampa sem acionamento manual ou secador automático, em número suficiente, devendo elas estar posicionadas estrategicamente.
Nas entradas às áreas de produção, deve-se também garantir equipamentos para a higiene de botas, quando necessário, ou áreas para a troca e guarda de calçados, quando a atividade assim permitir.
Descrever o procedimento de lavagem das mãos, prevendo-se situações em que seja necessário o uso de luvas. Quando do uso destas, além das mãos e antebraços, também elas devem ser objeto de lavagem e desinfecção. Todas as pessoas, que de uma forma ou outra, estejam envolvidas na recepção, processamento, industrialização, transformação, embalagem, armazenagem, carregamento e transporte, devem manter a higiene adequada.
Garantir que os hábitos higiênicos do pessoal sejam adequados, não podendo os manipuladores: espirrar, tossir, falar sobre matérias-primas e produtos de origem animal, nem coçar ou tocar em locais contraindicados, dessa forma, diminuindo o risco de contaminações de matérias-primas e produtos de origem animal.
Descrever se o uniforme do pessoal é de cor clara, com frequência definida de troca se houver necessidade e naqueles casos em que ocorra a contaminação do mesmo, de forma a evitar a contaminação cruzada com matérias-primas, embalagens e produtos. Nas ocasiões em que outros dispositivos precisam ser utilizados para evitar essa contaminação, como, por exemplo, o uso de aventais, deve haver essa previsão nos autocontroles.
Nos casos em que um mesmo operário, quando factível, trabalhe numa área suja e numa área limpa, como, por exemplo, recepção e produção, a troca de uniformes é imprescindível, cada vez que o mesmo entre na área de produção, assim sendo para a lavagem e desinfecção das mãos e antebraços.
Avaliar a saúde dos operários, devendo os mesmos só serem admitidos nas áreas de manipulação de matérias-primas e produtos, depois da apresentação da carteira de saúde ou atestado de saúde ocupacional, devendo constar a expressão “apto a manipular alimentos”.
Quando da presença de doenças infecciosas, feridas abertas, lesões purulentas, ou quando o operário for portador inaparente ou assintomático de doença ou agente causador de Doença Transmitida por Alimentos (DTA), ou outra fonte de contaminação, que possam causar risco à saúde, deve ele ser afastado da função até enquanto o risco persista. Os documentos de controle da saúde dos operários devem estar à disposição do SIM, devendo os estabelecimentos ter planilhas de controle, onde conste a relação dos funcionários, a data de renovação dos exames médicos e consequentemente da carteira ou atestado de saúde.
Procedimento descrito quanto aos treinamentos dos funcionários contemplando os assuntos abordados. As empresas também devem treiná-los no desempenho dos monitoramentos e das verificações dos autocontroles e de seus registros, na tomada de decisões quando da ocorrência de desvios dos programas, assim como para terem ciência de sua importância para o cumprimento das metas. Todos esses treinamentos e registros devem constar nos autocontroles.

Objetivos Específicos

O estabelecimento deve descrever:
§ As boas práticas de manipulação e fabricação pelos manipuladores, abordando correta higienização de mãos e antebraços, luvas, botas e uniformes;
§ Os uniformes, contemplando composição, cor (setor/função), frequência de troca, lavagem, uso de materiais descartáveis (luvas, avental, máscara e outros) e local de guarda;
§ O controle de saúde dos manipuladores (atestado ou carteira de saúde com a informação de apto a manipular alimentos) que trabalhem ou circulem em áreas de manipulação, contemplando a relação de todos os funcionários e o prazo de validade do exame;
§ As normas sanitárias para colaboradores e visitantes;
§ Os procedimentos de higiene e dos hábitos higiênicos dos manipuladores;
§ A frequência da capacitação sobre procedimentos de boas práticas de manipulação e fabricação, higiene e hábitos higiênicos para os colaboradores;
§ Os procedimentos e a frequência da capacitação para os monitoramentos e verificadores dos autocontroles;

§ Os procedimentos de prevenção de risco de contaminação direta ou cruzada dos alimentos quando na ocorrência de lesões, doenças, ou em casos de portadores de agentes de DTA.

6	**Procedimentos Sanitários Operacionais - PSO**

Objetivo Geral
Manter todas as superfícies de equipamentos, utensílios, instrumentos de trabalhos e outros, que entram em contato com matérias-primas e produtos, limpos e sanitizados. Manter as instalações, equipamentos, utensílios, instrumentos e outros, que não entram em contato direto com matérias-primas e produtos, mas que podem participar de alguma forma para que ocorra contaminação cruzada nestes, limpos e sanitizados na frequência necessária, de forma a mantê-los em condições higiênico-sanitárias satisfatórias.
Manter as matérias-primas e produtos de origem animal protegidos de qualquer tipo de alterações durante as recepções, os processamentos, manipulações, armazenamentos, carregamentos, transbordos e transportes, devendo esses itens constar nos autocontroles dos estabelecimentos. Descrever se na recepção das matérias-primas existem cuidados para que as mesmas não sejam contaminadas e se as matérias-primas e produtos são separados entre eles de forma correta e de acordo com sua natureza, temperatura e embalagens e se são identificados.
Estabelecer procedimento de prevenção quando durante as manipulações e processamentos ocorrerem contaminações cruzadas, evitando acúmulos de embalagens, de matérias-primas e produtos, evitando contra fluxos.
Manter os veículos transportadores de matérias-primas e produtos projetados, construídos e mantidos em condições higiênico-sanitárias e com temperatura para transporte adequada, apresentando-se com paredes lisas, de fácil limpeza, totalmente vedadas, de maneira a não permitir a entrada de pragas, poeiras e outros contaminantes e a saída de líquidos.
Manter os equipamentos de geração de frio e de controle de temperatura dos veículos transportadores de matérias primas e produtos funcionando de maneira correta.
Verificar se os produtos químicos utilizados nas limpezas, os sanitizantes, os coadjuvantes de fabricação e outros similares utilizados pelas indústrias, são preparados e armazenados de maneira que não sofram alterações nas suas condições ideais de uso, não alterem matérias-primas e produtos e não gerem situações que possam comprometer as boas condições higiênico-sanitárias das operações.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
§ Os procedimentos sanitários operacionais – PSO desde a recepção da matéria prima, produção e expedição;
§ A frequência e dos monitoramentos utilizados para controlar os procedimentos sanitários operacionais – PSO;
§ A capacitação sobre procedimentos sanitários operacionais, monitoramentos e das verificações dos autocontroles e de seus registros previsto em cronograma.

7	**Controle de Matéria Prima**

Objetivo Geral
Documentar os procedimentos de controle na recepção das matérias-primas, de forma a detalhar sua origem, as condições de armazenamento, a integridade das embalagens e recipientes, sua identificação, as temperaturas de armazenamento e as situações de risco de contaminação cruzada, sendo esses itens também aplicáveis aos ingredientes, e aos materiais das embalagens e rotulagem, quando for o caso.
Descrever os cuidados nos procedimentos de manipulação das matérias-primas durante as transferências para as diversas seções das indústrias, de forma a preservar a integridade das embalagens e recipientes, evitando a exposição do conteúdo, de forma a prevenir possíveis contaminações, verificando as condições de manutenção de estrados e prateleiras de depósito.
Controle da manutenção das embalagens, identificando situações em que elas possam sofrer contaminações físicas, químicas e/ou biológicas, devendo mantê-las em local limpo, seco, protegido de poeira, insetos, roedores, e de outras pragas, ou outras situações que possam gerar contaminações cruzadas ou alterações das matérias-primas, ingredientes e produtos. Manter as embalagens que entram em contato direto com os produtos armazenadas em local separado, de forma isolada e mantidas dentro de suas embalagens originais, protegidas de possíveis contaminações ambientais. As embalagens danificadas, perfuradas, rasgadas ou que de outra forma se apresentem inadequadas para uso, devem ser inutilizadas. As embalagens secundárias também devem ser armazenadas em local separado.
Quanto aos ingredientes, as indústrias devem armazená-los em local próprio para esse fim, isolados, devendo-os manter em suas embalagens originais e, quando houver necessidade de transferência para outras embalagens ou recipientes, devem ser retiradas quantidades suficientes apenas para seu uso no período imediato, sempre as mantendo em ambiente limpo, seco, protegido de poeiras, insetos e roedores e de outras condições que possam ocasionar contaminações e/ou alterações nas suas características originais. Os ingredientes devem ser registrados ou dispensados de registro, ainda, deve existir indicação de órgão oficial competente que respalde seu uso nas condições indicadas pelos estabelecimentos em seus autocontroles.
Os estabelecimentos que recebem leite como matéria-prima devem cumprir o que determina a Instrução Normativa no 77, de 26 de novembro de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou outras normas que venham a substituí-la. Descrever o plano de qualificação de fornecedores de leite conforme o guia orientativo do MAPA e/ou Manual de qualidade do leite, dependendo do tipo do estabelecimento, com critérios para seleção e destinação da matéria prima de acordo com a legislação vigente, entre outros itens descritos na norma e em ofícios internos.
Descrever os procedimentos de rastreabilidade dos produtos, permitindo a recuperação do histórico, da aplicação ou da localização de uma atividade, ou um processo, ou um produto, ou uma organização, por meio de informações previamente registradas. Estabelecer os procedimentos de rastreabilidade dos produtos de origem animal, bem como da matéria-prima e ingredientes que lhe deram origem, em todas as etapas da produção e distribuição. Podem ser utilizados os Modelos de planilhas de controle de recepção de matéria prima (Modelo 6.5.2), produção (Modelo 6.5.3) e expedição (Modelo 6.5.4).

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
§ Os critérios utilizados para seleção dos fornecedores e cadastro de fornecedores;
§ As características observadas durante o recebimento da matéria prima, ingredientes e embalagens, constando a origem ou registro dos produtos em órgão competente, finalidade e instruções de uso;
§ O modo de armazenamento das embalagens, dos ingredientes e matérias primas;
§ Os cuidados com as embalagens dos ingredientes ou matéria prima, cujo conteúdo foi utilizado parcialmente, devendo estes ser mantidos fechados, identificados e armazenados em local adequado, respeitando a validade após aberto;
§ Os métodos de rastreabilidade e do controle de estoque.

8	**Controle de temperatura**

Objetivo Geral

Descrever as formas de controle da manutenção das temperaturas nos ambientes, de maneira que não se alterem as temperaturas das matérias primas, ingredientes e produtos.
Manter a temperatura ambiente controlada, para que não ocorram alterações nas matérias primas, ingredientes e produtos. Nas situações em que não existam equipamentos para registro constante das temperaturas, as mesmas devem ser controladas através de verificações/inspeções frequentes e consequentes registros de seu controle.
Avaliar se as temperaturas mantidas nos ambientes, equipamentos, matérias primas e produtos que fazem parte do processo industrial estão de acordo com o que é exigido pela legislação.
Estabelecer os mecanismos de controle da variação das temperaturas e mecanismos para identificar quando os mesmos não estejam funcionando de forma correta, de maneira que possam ser tomadas medidas corretivas o mais rápido possível, evitando situações que permitam alterações nas matérias primas, ingredientes e produtos.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
- Ambientes, equipamentos, operações e produtos / matérias primas que necessitem do controle de temperatura;
- As frequências de todas as mensurações de temperaturas relacionadas ao controle do processo em todas as suas etapas.
Observação: é importante que as temperaturas obedeçam as legislações vigentes ou, na ausência destes, se são fundamentadas com base técnico-científica.

9	**Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC**

Objetivo Geral
Estabelecer um sistema de análise que identifica perigos específicos e medidas preventivas para seu controle, objetivando a segurança do alimento, e contemplando para a aplicação nas indústrias, os aspectos de garantia da qualidade e integridade econômica.
Estabelecer procedimentos de verificação dos Pontos Críticos de Controle – PCC. Baseia-se na prevenção, eliminação ou redução dos perigos em todas as etapas da cadeia produtiva.
Constitui-se de sete princípios básicos, a saber:

1. identificação do perigo e estabelecimento das medidas preventivas de controle;
2. identificação do ponto crítico de controle (PCC);
3. Estabelecimento do limite crítico; Determinação dos procedimentos de:
4. Monitoramento;
5. Ações corretivas;
6. Verificação;
7. Registros.

A empresa deve fornecer as condições para que o Sistema de APPCC seja implantado e cumprido. Os procedimentos de controle da qualidade, baseados no APPCC, devem ser específicos para cada indústria, cada produto ou categoria.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
- As etapas para elaboração e implantação do plano APPCC, conforme o Codex Alimentarius, normas ABNT ou internacionais, metodologia cientificamente reconhecida ou legislação vigente;
- As formas de controle dos Pontos de Controle e dos Pontos Críticos de Controle levantados.

10	**Análises Laboratoriais – Autocontrole**

Objetivo Geral
Descrever a programação das coletas de amostras para cada produto, matéria prima e água de abastecimento para envio a laboratórios que realizam análises microbiológicas, físico-químicas e outras.
Manter o plano de amostragem atualizado, descrevendo quais as análises que serão realizadas e as frequências de coleta para monitoramento da qualidade e da inocuidade e também quais as atitudes a serem tomadas quando da identificação de resultados não conformes nessas análises, tudo isso de acordo com a legislação em vigor. Realizar análises nos próprios estabelecimentos, como é o caso das indústrias que recebem leite em natureza, devendo existir laboratórios aparelhados o suficiente para realização das análises mínimas necessárias e pessoas treinadas para tal.

Manter o manual de bancada atualizado, nos casos em que devam ser realizadas análises de monitoramento no próprio estabelecimento, contemplando o treinamento de todos os envolvidos nesse setor e suas reciclagens, assim como os registros das análises realizadas.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
- Os produtos registrados e matérias primas e os tipos de análises a serem realizadas, estipulando a frequência e a quantidade de produtos a serem coletados conforme disposto nas legislações vigentes ou normas complementares;

- Os requisitos de análises de água de abastecimento a serem realizadas, estipulando a frequência;
- Cronograma de coleta de amostras;
- Ações a serem adotadas frente a relatórios de ensaios não conformes.

11	**Controle de Formulação de Produtos e Combate à Fraude**

Objetivo Geral
Apresentar a forma como os estabelecimentos monitoram e registram os procedimentos de controle de formulação dos produtos e suas frequências, as medidas preventivas para evitar que os mesmos sejam fabricados em desacordo com as fórmulas aprovadas e as medidas corretivas quando são verificadas essas situações.
Elaborar os produtos de acordo com os memoriais descritivos aprovados e manter os produtos fabricados de acordo com as formulações aprovadas.
Determinar o modo de controle sobre as formulações a fim de se obter produtos de acordo com a composição aprovada no memorial descritivo de rotulagem, atendendo aos padrões de identidade e qualidade, prevenindo à fraude econômica.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
- Os produtos formulados indicando lote e quantidade da matéria prima, ingredientes e aditivos que o compõe, bem como planilhas de controle de pesagem;
- Procedimento de controle das fichas técnicas utilizadas nos produtos.

12	**Rastreamento e Recolhimento**

Objetivo Geral
Manter os procedimentos de rastreabilidade dos produtos de origem animal, bem como da matéria-prima e ingredientes que lhe deram origem, em todas as etapas da produção e distribuição.
A rastreabilidade pode ser realizada a partir do produto final elaborado até sua matéria-prima ou a partir da matéria-prima utilizada até o produto elaborado.
A avaliação da rastreabilidade deve ainda compreender as etapas de segurança definidas e validadas pelo estabelecimento no sentido de resguardar seu processo/produto do uso de matérias-primas não autorizadas ou habilitadas para determinado produto ou mercado.
O estabelecimento deve dispor de programa de recolhimento e, em caso de não conformidade detectada que motive o recolhimento, deve oferecer evidências de que a produção foi devidamente recolhida e se recebeu a destinação adequada.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
- Os procedimentos que determinam os lotes dos produtos;
- O processo de expedição dos produtos que asseguram sua rastreabilidade;
- A composição da equipe de rastreamento e recolhimento;
- A metodologia de rastreamento e recolhimento;
- O destino dos produtos recolhidos;
- A frequência de testes de rastreamento.

13	**Bem-Estar Animal**

Objetivo Geral
Estabelecer condições que evitem o sofrimento desnecessário dos animais destinados ao abate.
Estabelecer os procedimentos adotados referente ao transporte, desembarque, lotação, descanso, condução, imobilização/ contenção, insensibilização, sangria, escaldagem / esfola que atendam a legislação pertinente.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:

- Os procedimentos de transporte, desembarque, lotação, jejum, descanso, condução, imobilização / contenção, insensibilização, sangria, escaldagem / esfola, de acordo com a legislação.

14	**Identificação, Remoção, Segregação e Destinação do Material Especificado de Risco (MER)**

Objetivo Geral
Estabelecer procedimentos adequados de produção para assegurar a efetiva identificação, remoção, segregação e inutilização dos produtos e partes animais especificados abaixo, contemplando medidas mitigadoras de contaminação cruzada e demais medidas corretivas e preventivas, caso constatados desvios, em conformidade com a legislação vigente: Portaria SDA n° 651/2022, Ofício Circular n° 67/2022/DAS/DAS/MAPA, e Ofício Circular n° 35/2022/CGI/DIPOA/DAS/MAPA:

ESPÉCIE	ÓRGÃOS, PARTES OU TECIDOS ANIMAIS	IDADE
Bovinos e bubalinos	Amígdalas (tonsilas palatinas e linguais) e Íleo distal (70 cm)	Qualquer
	Encéfalo, olhos e medula espinhal	Igual ou superior a 30 meses

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever os procedimentos operacionais relacionados aos MER, com registros diários auditáveis, contemplando:
- Identificação, remoção e segregação dos MER durante o abate;
- Registro da quantidade retirada por abate (correlação peso/n° de animais abatidos);
- Inutilização mediante incineração, aterramento sanitário ou outro tratamento aprovado pelo órgão competente;
- Medidas mitigadoras de contaminação cruzada e demais medidas preventivas e corretivas, caso constatados.

6.4.2 Verificação Oficial dos Autocontroles Implementados pelas Empresas

Os Serviços de Inspeção dos municípios passam a adotar, como atividade de rotina a verificação oficial da implantação e execução dos programas de autocontroles nas indústrias sob suas responsabilidades, de acordo com este anexo.

Para fiscalizar a execução dos autocontroles utilizam-se as chamadas áreas de inspeção. Através destas, inspeciona-se o processo de produção e verifica-se os registros de monitoramento dos programas de autocontrole feitos pelas empresas, devendo os fiscais do Serviço de Inspeção ter conhecimento prévio dos mesmos para a execução das tarefas.
A verificação dos registros deve focar ainda na sua autenticidade, devendo-se atentar para itens como a maneira que as informações são apresentadas, existência de rasuras, eventuais correções de informações.

6.4.2.1 As frequências da verificação oficial local, documental e os Modelos de planilhas a serem utilizados são os seguintes:

Verificação Oficial Local
A verificação oficial local no estabelecimento com inspeção periódica deverá ser feita em cem por cento das áreas, devendo-se observar a funcionalidade e a operacionalidade do estabelecimento. A frequência será mensal ou definida conforme cálculo do risco estimado associado ao estabelecimento, utilizando como referência o Manual para cálculo do risco estimado associado a estabelecimentos do MAPA que considera o volume de produção (a ser readequado para a realidade do SIM), o risco inerente ao produto e o desempenho do estabelecimento (https://wikisda.agricultura.gov.br/pt-br/Inspe%C3%A7%C3%A3o-Animal/calculo_risco_estabelecimento_poa). A frequência da verificação oficial local nos estabelecimentos com inspeção permanente será mensal. Os registros das verificações devem ser anotados na Planilha de Verificação Oficial das Áreas de Inspeção Local e Documental (Modelo 6.5.5).
A fiscalização local pode seguir o fluxo da matéria-prima, iniciando-se pela área externa e sequencialmente voltando-se para as áreas internas do estabelecimento, desde a recepção de matérias primas e ingredientes até a e expedição dos produtos, avaliando-se todas as áreas contempladas nos memoriais e plantas arquitetônicas aprovados e processos de registro dos produtos fabricados, conforme a classificação do estabelecimento.
Para abatedouros o Serviço de Inspeção deve verificar as condições gerais de higiene antes do início de cada abate, o PPHO pré-operacional, para isso deve utilizar a planilha de Procedimentos Padronizados de Higiene Pré-operacional – PPHO (Liberação de abate) (Modelo 6.5.6).

Verificação Oficial Documental

A verificação oficial documental no estabelecimento com inspeção permanente deverá ser feita com frequência mínima, trimestral, de modo que todos os elementos de controle sejam verificados pelo fiscal, no mínimo uma vez ao ano.
Para estabelecimento com inspeção periódica, os elementos de controle deverão ser verificados na mesma frequência de fiscalização, de modo que que todos os elementos de controle sejam verificados pelo fiscal, no mínimo uma vez ao ano.
Os registros das verificações devem ser anotados na Planilha de Verificação Oficial das Áreas de Inspeção Local e Documental (Modelo 6.5.5).
A verificação oficial documental consiste em ponderar se os registros da empresa refletem as situações encontradas pelo serviço de inspeção quando da fiscalização. No entanto, o fiscal de inspeção deve ter conhecimento do conteúdo do programa de autocontrole da empresa para fins de auxiliar no diagnóstico das não conformidades constatadas (por exemplo: programa de autocontrole incompleto, não conformidades de monitoramento, não conformidades de registro, não conformidades na execução de medidas corretivas e correta destinação de produtos no caso de identificação de não conformidades).
Essa fiscalização deverá ser realizada conforme programa de trabalho do SIM e os registros das mesmas devem ser feitos na Planilha de Verificação Oficial das Áreas de Inspeção In Loco e Documental (Modelo 6.5.5).

6.4.2.2 Os procedimentos adotados pelos fiscais nas verificações oficiais locais estão descritos a seguir.

Verificação Oficial da Manutenção
Na fiscalização da manutenção, que inclui instalações, equipamentos e utensílios, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
- As instalações estão de acordo com o projeto aprovado;
- Forro, teto, paredes e piso são de material durável, impermeável e de fácil higienização e se há necessidade de reparos;
- A vedação das aberturas (portas, janelas, etc.), e outros fatores podem prejudicar as condições higiênico-sanitárias do processo produtivo;
- Os locais de manipulação, de processamento, de estocagem de matérias primas e produtos comestíveis são isolados dos produtos não comestíveis;
- Os locais onde são manipulados matérias-primas e produtos acabados, nas diferentes fases da produção, são isolados uns dos outros, de forma a prevenir/reduzir contaminações de uns para outros;

- As instalações (estruturas, salas, depósitos) são mantidas em condições aceitáveis e se suas dimensões são compatíveis com as atividades nelas desenvolvidas;
- A empresa executa as manutenções preventivas e corretivas de acordo com o descrito no programa;
- Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa.
- Os equipamentos e utensílios foram projetados e construídos de maneira a facilitar sua limpeza/sanitização e se não causam alterações às matérias-primas/produtos quando do seu uso nas respectivas atividades laborais;
- Os equipamentos são fáceis de desmontar e se a empresa o faz na frequência prevista para limpeza/sanitização;
- Os equipamentos foram instalados em locais que permita ao Serviço de Inspeção avaliar as condições sanitárias;
- Os equipamentos precisam de reparos, dando atenção às superfícies que entram em contato com as matérias-primas e alimentos;
- Equipamentos/utensílios usados no armazenamento de não comestíveis são instalados/operados de maneira tal, que não exista risco de contaminação cruzada para as matérias primas e produtos em fabricação ou acabados e se os mesmos estão identificados como de uso exclusivo para não comestíveis;
- Existem desgastes nos equipamentos que comprometem a eficiência da limpeza;
- O acabamento, a natureza das soldas e os materiais constituintes dos mesmos podem alterar as matérias-primas e os produtos acabados;
- Os equipamentos ou utensílios são passíveis de transferência de resíduos e odores às matérias-primas e produtos e se os lubrificantes utilizados são apropriados à situação.

Na fiscalização da manutenção, que inclui vestiários, sanitários e barreiras sanitárias, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
- Há ausência de comunicação direta com seções de matérias-primas e produtos comestíveis;
- São em número suficiente e tem dimensões adequadas às necessidades;
- Foram projetados e construídos de forma a permitir boa manutenção das condições higiênico-sanitárias das instalações;
- As condições higiênicas são mantidas nessas instalações;

- As barreiras sanitárias estão adequadas, com os equipamentos e dispositivos necessários para a higienização dos calçados e mãos (detergente líquido neutro e sanitizante ou antisséptico, toalhas de papel descartável, não reciclado ou outro sistema seguro para a secagem das mãos), água potável de fluxo contínuo, sem torneiras com fechamento manual e se estas higienizações são realizadas na forma e na frequência adequadas;
- Os uniformes são trocados nos vestiários de forma correta e na frequência adequada e especificada pelos estabelecimentos;
- Existe separação entre as roupas civis e as de uso industrial;
- Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;
- A empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Na fiscalização da manutenção, que inclui o sistema de iluminação, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
- Existe iluminação nas diferentes áreas da indústria;
- A cor e a intensidade da luz são adequadas, se permitem boa avaliação das condições higiênico-sanitárias das instalações, equipamentos, utensílios, matérias-primas e produtos;
- As luminárias são dispostas de forma a fornecer iluminação uniforme, sem que haja formação de zonas de sombra;
- Todas as luminárias são providas de protetores contra a quebra das lâmpadas ou dotadas de lâmpadas não explosivas;
- Nas áreas obrigatórias é previsto o monitoramento dos LUX;
- Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;
- A empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Na fiscalização da manutenção, que inclui águas residuais, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
- Todo o volume de águas residuais é drenado;
- Na recolha das águas residuais, estas não entram em contato com a água de abastecimento;
- As águas residuais não contaminam equipamentos e utensílios;
- As instalações foram projetadas e construídas facilitando o recolhimento das águas utilizadas;
- Quando houver possibilidade de contaminação da água de abastecimento pelas águas residuais, existem dispositivos que previnam tal situação;
- As águas residuais se deslocam em contra fluxo em relação à produção, quando descarregadas diretamente no piso;
- Os ralos da indústria possuem sifões evitando o refluxo;
- Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;

A empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Na fiscalização da manutenção, que inclui calibração e aferição de instrumentos, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
- Os instrumentos de controle de processos estão identificados;
- Há registro da última e data prevista para a próxima aferição ou calibração;
- Há assinatura do responsável pela aferição ou calibração na etiqueta de identificação ou outra forma que a substitua;
- O cronograma de calibração e aferição está sendo cumprido, ou seja, se as calibrações e aferições são realizadas na forma e frequência descritas;
- Quando ocorrem desvios, são tomadas as devidas ações corretivas e preventivas;
- A empresa define qual o desvio aceitável dentro da faixa de uso do instrumento/equipamento;
- Quando for o caso, as calibrações são realizadas em instituições especializadas e credenciadas por órgão regulador competente e se existem documentos que comprovem tais calibrações.

Verificação Oficial da Água de Abastecimento
Na fiscalização do controle da captação, tratamento e distribuição da água de abastecimento, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
- Os reservatórios apresentam-se em condições higiênico-sanitárias adequadas;
- As redes de alimentação e distribuição de água da indústria estão de acordo com o que foi projetado e aprovado e se os pontos de coleta de água estão identificados;
- Existem eliminadores de vácuo, quando necessários e se existem fins de linhas bloqueados;
- A água tem pressão e temperatura adequadas nas diferentes áreas de manipulação, processamento de matérias-primas, produtos e demais setores da indústria;
- Quando da existência de recirculação de água, como no uso de trocadores de calor, a mesma mantém suas características originais de qualidade;
- Quando há água de reuso esta é mantida livre de patógenos e coliformes fecais;
- O volume de água tratada é suficiente para a demanda das indústrias;
- O teor de CRL e pH apresenta-se em níveis adequados;
- Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;
A empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Verificação Oficial do Controle Integrado de Pragas
Na fiscalização do controle integrado de pragas o Serviço de Inspeção deve verificar:
- O ambiente externo, de forma a identificar a existência de condições que favoreçam ao abrigo ou à reprodução de pragas;
- As áreas internas, buscando indícios da presença de pragas;
- Se, quando o controle de pragas for realizado por empresa terceirizada, verificar o licenciamento da mesma junto ao órgão competente;
- Verificar se os produtos químicos usados no controle das pragas estão autorizados para tal e se o armazenamento dessas substâncias é feito em local e forma adequada e se há controle restrito das mesmas nas indústrias;
- Verificar se a empresa terceirizada realiza as visitas nas frequências previstas;
- Se há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;
- Se a empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Verificação Oficial Higiene Industrial e Operacional
Na fiscalização do PPHO – limpeza e sanitização pré-operacional – o Serviço de Inspeção deve verificar se:
- Os estabelecimentos executam os procedimentos de limpeza e sanitização pré e operacionais previstos nos autocontroles;
- Não existam resíduos de matérias-primas e produtos e/ou equipamentos contaminados após as operações de limpeza e sanitização;
- Há previsão de monitoramentos diários nos autocontroles e de que os mesmos sejam cumpridos;
- Quando ocorrer contaminações ou outro tipo de alteração de matérias-primas e produtos, são tomadas ações corretivas de forma a restaurar as condições sanitárias ideais e que sejam adotadas também ações preventivas;
- Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;

- A empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Verificação Oficial da Higiene e Hábitos Higiênicos dos Funcionários
Na fiscalização do controle da higiene, hábitos higiênicos, treinamentos e saúde dos operários, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
- O pessoal que trabalha, direta ou indiretamente com matérias-primas e produtos, em qualquer fase do processo de produção/fabricação obedecem as práticas higiênicas para que não causem alterações em matérias-primas e produtos;
- Assiduamente, os operários exercitam lavagem e desinfecção das mãos e antebraços antes de entrarem nas áreas de manipulação e se a higiene corporal e outros aspectos relacionados a ela são praticados de forma rotineira;
- Os uniformes utilizados apresentam-se limpos e se são trocados e utilizados nas áreas e períodos previstos e restritos às respectivas atividades;
- Nos casos aceitáveis, os operários que trabalham em diversas áreas das indústrias procedem à troca de uniformes antes de adentrarem às chamadas "áreas limpas";
- Os verificadores e monitores dos autocontroles têm conhecimento sobre as funções que executam e se estão capacitados para realizá-las;
- Na descrição dos autocontroles de treinamento dos funcionários são previstos/descritos procedimentos de treinamentos que abordem assuntos relacionados a garantir a inocuidade das matérias-primas e produtos e se os mesmos são satisfatórios para tal;
- Os funcionários recebem treinamentos nas frequências previstas, se os mesmos são adequadas e se existem registros desses treinamentos;
- Todas as pessoas que trabalham direta ou indiretamente com matérias-primas e produtos de origem animal, dentro das áreas industriais, possuem atestados ou carteiras de saúde que comprovem estarem habilitados a manipular alimentos.

Verificação Oficial dos Procedimentos Sanitários Operacionais - PSO
Na fiscalização dos procedimentos sanitários das operações - PSO o Serviço de Inspeção deve verificar se:
- Na recepção das matérias-primas existem cuidados para que as mesmas não sejam contaminadas;
- Durante as manipulações e processamentos existem cuidados de forma a prevenir contaminações cruzadas, evitando-se desnecessários acúmulos de embalagens, de matérias-primas e produtos, evitando-se contra fluxos;
- As matérias-primas e produtos são separados entre eles de forma correta e de acordo com sua natureza, temperatura e embalagens e se são identificados;

- Todas as superfícies dos equipamentos, utensílios e instrumentos, que entram em contato com matérias-primas e produtos são mantidas em condições adequadas de limpeza e sanitização, de forma que não existam condições higiênico-sanitárias inadequadas que possam causar situações de risco para os mesmos;
- Os equipamentos, utensílios, instrumentos e outros afins, como por exemplo, torneiras, mangueiras, válvulas de controle de fluxo, que não entram em contato com matérias-primas, ingredientes e produtos, são mantidos em condições higiênicas;
- Os agentes de limpeza, sanitizantes e produtos químicos, assim como lubrificantes e outros, são atóxicos ou próprios para uso em situações de manipulação/elaboração de alimentos;
- Os vapores que entram em contato direto com os produtos são filtrados de forma adequada;
- Os recipientes são adequados e resistentes ao uso, se não alteram as matérias-primas e produtos, se são de fácil limpeza e higienização e se são mantidos em bom estado de conservação;
- A embalagem secundária é realizada em ambiente separado;
- Os produtos na expedição e antecâmaras ficam em períodos mínimos, suficientes apenas para conferir as condições higiênico-sanitárias;
- Os equipamentos de geração de frio e os veículos transportadores de matérias primas e produtos são projetados, construídos e mantidos em condições higiênico-sanitárias e com temperatura para transporte adequadas, se apresentam paredes lisas, de fácil limpeza, totalmente vedadas, de maneira a não permitir a entrada de pragas, poeiras e outros contaminantes e a saída de líquidos;
- Nos autocontroles os PSO descritos são suficientes e adequados.

Verificação Oficial de Matéria Prima
Na fiscalização do controle de matérias primas, ingredientes e material de embalagem, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
- As matérias primas recebidas de outros estabelecimentos são acompanhadas dos respectivos documentos exigidos por lei para o transporte e recepção;
- As matérias primas, aditivos e ingredientes estão devidamente identificadas e dentro do prazo de validade, se são de uso conhecido e aprovado pelo serviço através dos memoriais de registro de produtos (se possui ficha técnica anexada as mesmo), permitindo a rastreabilidade;
- A empresa, quando da recepção, realiza as análises mínimas necessárias para a seleção da matéria prima, através de métodos e testes amparados pela legislação, respeitando os programas da empresa e que confiram resultados confiáveis;

- Os resultados mensurados atendem à legislação, de maneira que preserve a qualidade dos produtos e a saúde dos consumidores;
- A empresa dá destino correto à matéria prima e de acordo com o planejado no autocontrole;
- As matérias primas apresentam suas embalagens íntegras;
- Matérias primas e produtos são mantidos em temperaturas adequadas à sua natureza e organizados, de forma que não dificultem os trabalhos dos Serviços de Inspeção;
- Os veículos transportadores de matérias primas e produtos apresentam-se em boas condições de conservação, com os produtos devidamente organizados em seu interior, se a temperatura do veículo é controlada e se os mesmos são vedados à entrada de pragas e sujidades, assim como à saída de líquidos;
- O uso e a manipulação dos ingredientes estão de acordo com as instruções de uso na formulação aprovada e se são mantidos no local de preparação dos produtos em quantidades suficientes à sua utilização e por períodos restritos;
- Os ingredientes são mantidos em local separado, em condições higiênicas e, quando preparados previamente, são em quantidades o suficiente apenas para um único uso;
- Na ocorrência de não conformidades, quando do uso de ingredientes, são tomadas atitudes corretivas e preventivas adequadas que evitem a recorrência;
- As embalagens originais dos ingredientes os acompanham até o local de preparação da formulação dos produtos;
- Se é avaliado o destino de ingredientes e produtos quando apresentam suas embalagens rompidas;
- As embalagens recebidas estão íntegras e se conferem efetivamente proteção aos produtos;
- As embalagens secundárias são utilizadas de forma ordenada, na quantidade estritamente necessária, com os devidos cuidados, de forma a evitar carrear contaminações e de acordo com o fluxo de produção;
- As empresas mantêm atualizados os cadastros dos produtores fornecedores de matéria prima quando necessário;
- No caso de estabelecimentos que beneficiem leite e derivados, se as empresas fornecedoras de leite cru refrigerado atendem às exigências legais no que se refere à captação de leite e se as mesmas possuem registros desses atendimentos;

- No caso de estabelecimentos que beneficiem leite e derivados, quando do recebimento de leite de produtores, se as empresas possuem programa de coleta a granel e se nele está previsto um programa de educação continuada;
- No caso de estabelecimentos que beneficiem leite e derivados, se o programa de educação continuada descreve as ações sobre os produtores que não conseguem atingir os padrões estabelecidos pela Instrução Normativa n° 77/2018 do MAPA e se o mesmo é efetivo.
- No caso de estabelecimentos que beneficiem leite e derivados, se os mesmos enviam, na frequência mínima exigida, amostras de leite dos tanques das propriedades fornecedoras para análises aos laboratórios da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite (RBQL);
- O que é verificado pelos Serviços de Inspeção durante as fiscalizações das áreas de inspeção está de acordo com os registros dos estabelecimentos.

Verificação Oficial do Controle de Temperatura
Na fiscalização do controle das temperaturas, os Serviços de Inspeção devem observar se:
- As temperaturas mantidas nos ambientes, equipamentos, matérias primas e produtos que fazem parte do processo industrial estão de acordo com o que é exigido pela legislação ou descrito nos programas de autocontroles;
- Os registros são automatizados, quando possível ou necessário;
- Quando da verificação de não conformidades os estabelecimentos adotam ações corretivas e preventivas eficientes com elas com embasamento técnico-científico e legal;
- As temperaturas aplicadas/mantidas nos ambientes garantem a inocuidade e a não alteração das matérias primas, ingredientes e produtos para seu processamento ou consumo;
- Os estabelecimentos aferem as temperaturas indispensáveis ao controle dos processos, em todas as etapas, nas frequências e no número previsto nos autocontroles;
- Os instrumentos, equipamentos e dispositivos de controle de temperatura são regularmente aferidos e calibrados e se há registros dessas operações;
- Os registros feitos pelos estabelecimentos estão de acordo, quando comparados com os registros dos Serviços de Inspeção.

Verificação Oficial do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
Na fiscalização do Sistema APPCC, os Serviços de Inspeção devem observar se:
- O programa APPCC atende as exigências de legislação e/ou científicas e metodológicas utilizadas;

- Os perigos identificados são significativos e possuem medidas preventivas de controle adequadas;
- Os pontos críticos de controle (PCC's) estão identificados;
- A empresa controla 100% os pontos críticos de controle (PCC's);
- Os pontos de controle (PC) são controlados apenas com as boas práticas de fabricação (BPF) e se estão identificados no programa;
- Os registros de monitoramento dos PCC's existem e são adequados;
- Há pertinência dos limites críticos estabelecidos;
- As ações corretivas retomam o controle do processo;
- Os monitores são capacitados para a realização dos monitoramentos e ações corretivas;
- As verificações são adequadas aos PCs e PCCs;
- Os registros feitos pelos estabelecimentos estão de acordo, quando comparados com os registros dos Serviços de Inspeção.

Verificação Oficial das Análises Laboratoriais
Na fiscalização das Análises Laboratoriais (autocontrole), os Serviços de Inspeção devem observar se:
- As análises de parâmetros físico-químicos e microbiológicos dos produtos e da água de abastecimento, incluindo água potável e gelo, são realizadas nas frequências previstas e cumprem as especificações aplicáveis aos produtos acabados conforme disposto na legislação vigente;
- As ações adotadas pela empresa frente a resultados não conformes são adequadas;
- O manual de bancada, quando da existência de laboratórios de análises, está à disposição dos analistas;
- Os procedimentos estão de acordo com o manual de bancada;
- Os analistas dominam as técnicas realizadas;
- Existe manual de bancada, se o mesmo contempla as análises mínimas exigidas por lei e se as mesmas são realizadas baseadas em metodologias científicas reconhecidas;
- Existem registros dos treinamentos dos laboratoristas;
- Os registros feitos pelos estabelecimentos estão de acordo, quando comparados com os registros dos Serviços de Inspeção.

Verificação Oficial do Controle de Formulação de Produtos e Combate à Fraude
Na fiscalização do controle de formulação de produtos e combate à fraude, os Serviços de Inspeção devem observar se:
- As empresas elaboram os produtos de acordo com os memoriais descritivos aprovados pelos Serviços de Inspeção e garantem a identidade, qualidade, segurança higiênico sanitária e tecnológica de produto de origem animal;

- Os produtos são fabricados de acordo com as formulações aprovadas pelos Serviços de Inspeção;
- Há registros que comprovem o controle do uso de matérias primas e ingredientes, com identificação dos respectivos lotes. Se os aditivos e ingredientes foram adicionados respeitando a concentração ou quantidades aprovadas. Se a matéria-prima empregada corresponde realmente a declarada seja na sua natureza ou quantidade (Exemplo: troca de espécies do pescado, uso de CMS em quantidade acima do permitido ou em produtos em que seu uso é proibido, adição de soro de leite, adição de temperos seja por injeção ou tumbleamento;
- Nos casos em que são constatadas falhas na fabricação ou erros de formulação, é dado o destino correto, de acordo com a legislação e previsto no programa de autocontrole, aos produtos adulterados;
- As empresas possuem registros de controle de entradas, saídas e uso dos ingredientes;
- Esses registros são compatíveis com os gerados nas demais etapas de fabricação;
- Os programas das empresas fazem previsão de medidas preventivas e corretivas nos casos em que são constatadas falhas na fabricação ou erros de formulação;
- Os resultados das análises laboratoriais e controles de formulação são compatíveis com os memoriais aprovados.

Verificação Oficial do Controle de Rastreabilidade e Recolhimento
Na fiscalização do controle de rastreabilidade e recolhimento, os Serviços de Inspeção devem observar se:
- Os procedimentos implantados permitem rastrear o recebimento de matéria prima, ingredientes e aditivos, além do processo de produção e expedição dos produtos;
- A empresa, em seus autocontroles, prevê destino adequado quando da observação de não conformidades nas matérias primas, ingredientes e material de embalagem;

- Durante a verificação da rastreabilidade e possível fazer os testes de rastreabilidade progressiva e regressiva.
- A unidade descreve em seu autocontrole o procedimento de recolhimento, e em casos de não conformidade detectadas que motive o recolhimento, se a produção foi devidamente recolhida e se recebeu a destinação adequada, através de registros auditáveis;
- Os registros feitos pelos estabelecimentos estão de acordo, quando comparados com os registros dos Serviços de Inspeção.

Verificação Oficial do Controle do Bem-Estar Animal

Na fiscalização do controle do bem-estar animal, os Serviços de Inspeção devem observar se:
- O atendimento de legislações específicas, como a Portaria n° 365, de 16 de julho de 2021;
- De forma objetiva se a empresa controla o manejo dos animais durante o transporte, recepção, descarga, descanso, jejum, procedimentos de condução, insensibilização e sangria;
- A implantação e manutenção do programa de autocontrole por parte das empresas de abate sob o ponto de vista humanitário.

Verificação Oficial do Controle do Material Específico de Risco
Na fiscalização do controle do MER, os Serviços de Inspeção devem observar se:
- O plano de recolha do MER está sendo cumprido em todas as etapas e está atendendo o disposto em legislação vigente (identificação, segregação e inutilização);
- O procedimento é realizado conforme descrito no Programa de Autocontrole;
- Os colaboradores dominam as técnicas de remoção;
- Recipientes e utensílios são identificados e exclusivos para essa finalidade;
- O material de risco é descartado da forma correta e separado dos demais produtos não comestíveis.

6.4.4 Atualização dos Programas de Autocontrole
Os programas de autocontrole devem ser atualizados sempre que a empresa ou o serviço verifique que o mesmo não está sendo eficiente (recorrência de não conformidades) ou quando ocorrerem modificações na estrutura, fluxo, processos, utensílios e demais casos.
Os ajustes em planilhas que não impliquem em alterações na descrição dos PAC não necessitam ser aprovados pelo SIM, nos demais casos, a empresa deve enviar ao SIM o PAC, em duas vias com as alterações para nova avaliação e aprovação.

6.4.5 Relatório de Não Conformidade – RNC
Os fiscais dos Serviços de Inspeção devem relatar aos responsáveis legais e responsáveis técnicos das empresas as não conformidades verificadas durante suas fiscalizações. O documento utilizado para a comunicação das não conformidades é o Relatório de Não Conformidade – RNC (Modelo 6.5.7).
No RNC deve constar a data da comunicação, o número sequencial do relatório seguido do ano, a hora em que a não conformidade foi verificada, para qual estabelecimento, informando seu número de registro, e a quais pessoas é destinado, seus respectivos cargos, qual a legislação descumprida e quais os itens dos programas de auto controle infringidos, devendo também citar a não conformidade verificada e a ação fiscal imediata (quando se aplicar) e ainda deve constar a assinatura e carimbo.
O RNC poderá ser lavrado em qualquer momento da fiscalização, quando identificado uma não conformidade, sendo está embasada nos autocontroles das empresas, instruções de trabalho e nas legislações pertinentes.
O(s) RNC(s), quando entregue(s) aos interessados, deverá(ão) ser acompanhado(s) de documento que registre sua entrega (Modelo 6.5.8), listando-o(s) por seus respectivos números sequenciais anuais (por exemplo: 023/2020, 024/2020) e tendo por fim a assinatura do responsável por sua recepção no estabelecimento. As empresas têm prazo de até 5 (cinco) dias úteis para responder aos RNC ou o fiscal responsável pela emissão do RNC determinará o tempo máximo para que o mesmo seja respondido, nunca podendo ser superior ao prazo estipulado anteriormente.

6.4.6 Medidas Cautelares
Quando forem registrados RNCs por um mesmo motivo, recorrente, que não seja considerado crítico, poderá ser lavrado, em duas vias, de Auto de Infração (conforme Modelo 7.5.4 do Anexo 7), ficando a critério do serviço de inspeção. Nesse caso, os RNCs devem ser citados como elementos de convicção no Auto de Infração.
Nos casos em que a não conformidade seja crítica, podendo comprometer a inocuidade e qualidade dos produtos e colocar em risco a saúde pública, deverá ser preenchido o Auto de Infração já com o primeiro RNC, sempre em duas vias.
Além do auto de infração, outras medidas cautelares poderão ser adotadas a critério do serviço de inspeção.

6.5 Modelos
MODELO 6.5.1 – PROGRAMA DE AUTOCONTROLE

Logotipo da Empresa	PROGRAMA DE AUTOCONTROLE NOME DO PAC	Revisão Data: mm/aaaa Página: 00 de 00
Cabeçalho: neste item se apresentam as informações da empresa e a identificação do autocontrole, assim como data de elaboração, número da revisão e de páginas. Está presente em todas as páginas do documento.		

PROGRAMA DE AUTOCONTROLE 00
NOME DO PAC

Elaborado por:	Revisado por:	Aprovado por:	Aprovação do SIM:

Rodapé: Neste item são identificadas as pessoas e suas funções na empresa em relação às responsabilidades assumidas no desenvolvimento dos programas. Presente em todas as páginas do documento. Deve ser assinado por todos os responsáveis.

1. Apresentação da empresa
Neste item devem ser descritos as informações do estabelecimento como Razão social, endereço, CNPJ, etc.
Quando todos os PAC são armazenados em uma única pasta, apenas uma única folha de apresentação pode ser elaborada para todo o conjunto, e os demais arquivos podem ser iniciados a partir do próximo item (objetivos).

2. Objetivos
2.1 Objetivo Geral
2.2 Objetivos específicos (facultativo)

3. Documentos de Referência
3.1 Legislação Aplicável: Legislação obrigatória e coerente com o programa que está sendo descrito
3.2 Documentos Complementares Aplicáveis: Alguma legislação para complementar o que está sendo descrito no programa, quando necessário.
4. Campo de Aplicação
Neste item deve ser descrito aonde este programa de autocontrole será aplicado, qual área, equipamento, utensilio, instalação, entre outros.

5. Definições

Neste item deve ser colocado as definições de palavras e termos técnicos que compõem o programa que está sendo descrito, cujo entendimento é indispensável para a sua devida compreensão e aplicação.

6. Descrição do Procedimento
Neste item deve ser descrito detalhadamente o procedimento que será realizado in loco, descrevendo o monitoramento real e o que de fato é conveniente ao programa em questão. A descrição deve ser de forma objetiva, clara e condizente com o que é praticado no estabelecimento, deve ser colocado neste item itens a serem controlados, bem como as condições que devem existir ou ser mantidas, para garantir a eficácia do autocontrole. Não descrever procedimentos sem nexo ou que não tenha a ver com o programa que está sendo descrito, atentar- se muito a este item, pois é um dois mais importantes na estrutura de um PAC, é nele que devem constar as informações necessárias para que todos que leem o programa possam entender como o procedimento é realizado.

7. Monitoramento
Nesse item deve ser descrito os passos para realizar um monitoramento adequado, preciso e auditável. O procedimento de monitoramento pode ser descrito nas planilhas para facilitar o trabalho do monitor, quando necessário. Deve incluir:
O que monitorar: deve se descrever o item que está sendo monitorado; seja objetivo e claro.
- Frequência: deve se descrever qual período que é realizado o monitoramento.
- Como monitorar: deve se descrever como que o item é monitorado a forma de aplicação; seja detalhista, claro e objetivo.
- Responsável por monitorar: deve se descrever qual a pessoa que realiza o controle do item monitorado, de preferência indique pessoas que sejam detalhistas, perfeccionistas e que tenham mente aberta para aprender.
- Não conformidade: deve se descrever qual o problema que foi verificado ao realizar o monitoramento, de forma clara e objetiva.

8. Ações Corretivas

As ações corretivas definem quais as medidas a serem tomadas quando existirem não conformidades. São divididas em ações imediatas (correções) e ações planejadas (ou ações corretivas propriamente ditas).
- Ações imediatas: descrever neste item qual é ação a ser tomada imediatamente diante da não conformidade detectada.
- Ações planejadas: descrever neste item a ação a ser tomada a fim de prevenir sua recorrência.

9. Avaliação da Efetividade do PAC
Neste item deve se fazer uma avaliação geral dos programas implantados buscando alternativas para eliminar as não conformidades que ocorrem frequentemente. Citar quais as ações da gerencia do estabelecimento frente aos problemas, como por exemplo, reuniões com funcionários do setor que mais tem problema, contratação de empresa consultora para melhorar os processos, etc. Deve-se fazer registro das ações e arquivar as mesmas para possível analise do fiscal.

10. Verificação
Neste item deve ser descrito como é realizada a verificação do processo e análise dos registros do monitoramento dos programas de autocontroles aplicados na empresa. É realizada pelo Responsável Técnico, e geralmente realizada mensalmente. Também pode fazer parte da verificação o programa de coleta e análise microbiológica de alimentos e superfícies da empresa.

11. Anexos
Neste item deve ser descritas quais as planilhas que estão em Anexo ao programa e que foram citadas durante o texto. É constituído basicamente pelas planilhas de monitoramento de cada autocontrole, e o que mais se fizer necessário, anexar ao programa.

12. Registros das Alterações
Neste item são indicadas as evidências da análise crítica, da aprovação, do status e da data da revisão, do procedimento documentado. São apontadas as alterações realizadas.

Cabe à empresa escolher o local de inclusão das alterações do documento.

13. Informações Adicionais
Neste item são descritas informações adicionais que a empresa julgar necessário, de forma facultativa.

MODELO 6.5.2 – RELATÓRIO DE RECEBIMENTO DE MATÉRIA PRIMA

Relatório de Recebimento de Matéria Prima					
Estabelecimento:			**Registro do SIM:**		
Data	**Nome do Fornecedor e no da nota fiscal**	**Matéria Prima**	**Quantidade**	**No do registro de Inspeção**	**Responsável**

Assinatura e carimbo do responsável pela verificação:

ANEXO 6.5.3 – RELATÓRIO DE PRODUÇÃO

Relatório de Produção					
Estabelecimento:			**Registro do SIM:**	**Mês/Ano:**	
Data	**Produto a ser produzido**	**Matéria Prima utilizada**	**Quantidade**	**Lote**	**Responsável**

Assinatura e carimbo do responsável pela verificação:

MODELO 6.5.4 – RELATÓRIO DE EXPEDIÇÃO

Relatório de Expedição					
Estabelecimento:				**Registro do SIM:**	**Mês/Ano:**
Data	**Produto expedido**	**Quantidade**	**Lote**	**Comprador (nome e endereço)**	**Responsável**

Assinatura e carimbo do responsável pela verificação:

MODELO 6.5.5 – PLANILHA DE VERIFICAÇÃO OFICIAL DAS ÁREAS DE INSPEÇÃO IN LOCO E DOCUMENTAL

LISTA DE FISCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INSPEÇÃO IN LOCO E DOCUMENTAL Manutenção de instalações, equipamentos e utensílios (incluindo iluminação, ventilação, águas residuais e calibração); Água de Abastecimento; Controle Integrado de Pragas; Higiene Industrial e Operacional; Higiene e Hábitos Higiênicos dos Funcionários; Procedimentos Sanitários Operacionais; Controle da matéria-prima (inclusive aquelas destinadas ao aproveitamento condicional), ingrediente e material de embalagem; Controle de temperaturas; Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle; Análises laboratoriais (Programas de autocontrole); Controle de formulação de produtos e combate à fraude; Rastreabilidade e recolhimento; Bem-estar animal; Identificação, remoção, segregação e destinação do material especificado de risco (MER).		
Estabelecimento:		**Registro do SIM:**
Endereço:		**Data:**
Local / Área Verificação	**Equipamentos / Utensílios / Instalações / Procedimentos**	**C / NC / NA**
Item não conforme	**Descrição da Não Conformidade**	
Item não conforme	**Ação fiscal in loco**	

MODELO 6.5.6 – PLANILHA DE PPHO– LIBERAÇÃO DE ABATE

Procedimento Padrão de Higiene Pré-Operacional – Liberação de Abate

Estabelecimento:		**Registro do SIM:**
Endereço:		**Data:**
Instruções de preenchimento: identificar a razão social do estabelecimento, seu número de registro no SIM, o Município e Estado e a data de fiscalização. Marcar na respectiva coluna a hora da verificação documental e a conformidade (C), não conforme (NC) ou não aplicável (NA). De acordo com o verificado, na coluna AI/IU'S será identificada a área de inspeção e a unidade de inspeção indicando a não conformidade no campo "descrição da não conformidade". Assinar e carimbar. Frequência: sempre que houver abate.		
Avaliar se: Os estabelecimentos executam os procedimentos de limpeza e sanitização operacionais previstos nos autocontroles; Não existam resíduos de matérias-primas e produtos e/ou equipamentos contaminados após as operações de limpeza e sanitização; Há previsão de monitoramentos diários nos autocontroles e de que os mesmos sejam cumpridos fielmente; Quando ocorram contaminações ou outro tipo de alteração de matérias-primas e produtos, são tomadas ações corretivas de forma a restaurar as condições sanitárias ideais e que sejam adotadas também ações preventivas; No caso do item anterior, seja dado o destino correto às matérias primas e produtos.		
Área de Inspeção	**Unidades de Inspeção**	**C / NC / NA**
Item não conforme	**Descrição da Não Conformidade**	
Item não conforme	**Ação fiscal in loco**	
Assinatura e Carimbo do Fiscal de Inspeção:		

MODELO 6.5.7 – RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADE

RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADE - RNC		
1. Data e hora:	2. Relatório no:	3. Estabelecimento e no do SIM:
4. Para (nome e cargo):		
5. Embasamento legal (RIISPOA, legislação municipal, PAC, outras):		
6. Descrição da não conformidade (NC):		
7. Reincidente: NÃO ( ) SIM ( ) – Quando reincidente, informar o número dos RNC anteriores que apontaram a não conformidade:		
8. Ação fiscal imediata:		

9. Assinatura do Veterinário ou Funcionário do Serviço de Inspeção:	
10. Data limite para a devolução do RNC respondido:	
11. Resposta do Gerente do Estabelecimento (ações imediatas):	
12. Resposta do Gerente do Estabelecimento (cronograma de ações planejadas):	
Este documento é uma notificação escrita da falha em atender as exigências regulamentares podem resultar em adicional ação administrativa e legal.	
13. Assinatura do Gerente do Estabelecimento:	14. Data:
15. Assinatura de verificação do Veterinário ou Funcionário do SIM: ( ) Efetivas ( ) Não Efetivas Novo RNC no:	16. Data:

MODELO 6.5.8 – MODELO DE ENTREGA DE RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADE

Ao Senhor(a)
_____

Prezado(a) Senhor(a),

Por meio deste, entrego a relação de Relatório(s) de Não Conformidade (RNC), identificado_____ , na unidade_____, localizado _____. O relatório de não conformidade em Anexo é referente ao n°_, onde a empresa deve apresentar o(s) plano(s) de ação(ões) imediata(s) e planejada(s) para os mesmos. Os relatórios devem ser respondidos e entregues ao serviço de inspeção até a data de _____.

_____, de_ de_____ 20_.

Atenciosamente,

_____
Assinatura e Carimbo do Fiscal de Inspeção

ANEXO 7.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Objetivos
Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilita regulamentar as penalidades que serão aplicadas quando da ocorrência de infrações pelos estabelecimentos.

7.2 Definição
Consideram-se infrações o ato ou efeito de infringir as regras.

7.3 Aplicação
Aplica-se a todos os estabelecimentos registrados no SIM, responsáveis do SIM e Assessores Jurídicos, Secretários de Agricultura de Prefeitos dos Munícipios conveniados.

7.4 Procedimentos para Aplicação de Sanções
Na Lei de criação do serviço de inspeção - SIM do município são previstas as sanções legais conforme o que segue:
Art. 12. O infrator que descumprir as disposições previstas nesta Lei será punido em caráter administrativo.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções ao infrator:

I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II - multa, que varia entre e , nos casos não compreendidos no inciso I;

III - apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV - suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço à ação fiscalizadora; e

V - interdição, total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 2º As multas previstas no inciso I serão agravadas até o grau máximo, nos casos de:

I - artifício;

II - ardil;

III - simulação;

IV - desacato;

V - embaraço; ou

VI - resistência à ação fiscal.

§ 3º O valor da multa será definido levando-se em conta:

I - as circunstâncias atenuantes ou agravantes; e

II - a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§ 4º A interdição de que trata o inciso V do § 1º poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.
§ 5º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro.
§ 6º Quando for o caso, o infrator será punido mediante responsabilidade civil e criminal.
§ 7º As sanções previstas no caput serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo, conforme descrito no Código de Defesa do Consumidor.

§ 8º Caso o infrator venha a transgredir outras normas existentes que versam sobre os produtos de origem animal, será punido conforme o disposto nessas normas.

7.4.1 Das Responsabilidades

Serão responsabilizadas pela infração, para efeito da aplicação das penalidades nele previstas, as pessoas físicas ou jurídicas:
I. Fornecedoras de matérias-primas ou de produtos de origem animal, desde a origem até o recebimento nos estabelecimentos registrados no SIM/POA;
II. Proprietárias, locatárias ou arrendatárias de estabelecimentos registrados no SIM/POA onde forem recebidos, manipulados, beneficiados, processados, fracionados, industrializados, conservados, acondicionados, rotulados, armazenados, distribuídos ou expedidos matérias-primas ou produtos de origem animal;
III. Que expedirem ou transportarem matérias-primas ou produtos de origem animal.
A responsabilidade a que se refere o caput abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades industriais e comerciais de produtos de origem animal ou de matérias-primas.

7.4.2 Das Medidas Cautelares
Se houver evidência ou suspeita de que um produto de origem animal represente risco à saúde pública ou tenha sido alterado, adulterado ou falsificado, o SIM/POA deverá adotar, isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas cautelares:
I - apreensão do produto, dos rótulos e embalagens;
II - suspensão provisória do processo de fabricação ou de suas etapas;
III - coleta de amostras do produto para realização de análises laboratoriais;
IV - determinar a realização pela empresa de coleta de amostras para análises laboratoriais, a serem realizadas em laboratório próprio ou credenciado.
§ 1º Sempre que necessário, será determinada a revisão dos programas de autocontrole dos estabelecimentos.
§ 2º As medidas cautelares devem ser proporcionais e tecnicamente relacionadas aos fatos que as motivaram.
§ 3º Quando a apreensão de produtos for motivada por deficiência de controle de processo de produção, as medidas cautelares poderão ser estendidas a outros lotes de produtos fabricados sob as mesmas condições.
§ 4º As medidas cautelares adotadas cujas suspeitas que levaram a sua aplicação não forem confirmadas serão levantadas.
§ 5º Após a identificação da causa da irregularidade e a adoção das medidas corretivas cabíveis, a retomada do processo de fabricação será autorizada.

§ 6º Quando for tecnicamente pertinente, a liberação de produtos apreendidos poderá ser condicionada à apresentação de laudos laboratoriais que evidenciem a inexistência da irregularidade.
§ 7º O disposto no caput não afasta as competências de outros órgãos fiscalizadores, na forma da legislação.
O SIM poderá determinar que o estabelecimento desenvolva e aplique um plano de amostragem delineado com base em critérios científicos para realização de análises laboratoriais, cujos resultados respaldarão a manutenção da retomada do processo de fabricação quando a causa que motivou a adoção da medida cautelar for relacionada às deficiências do controle de processo de produção. As amostras de que trata o caput serão coletadas pela empresa e as análises serão realizadas em laboratório próprio ou credenciado.

7.4.3 Das Infrações
Constituem infrações ao disposto no Decreto, além de outras previstas:
I - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação no SIM/POA, quando houver aumento de capacidade de produção ou alteração do fluxo de matérias primas, dos produtos ou dos funcionários;
II - não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;
III - utilizar rótulo que não atende ao disposto na legislação aplicável específica;
IV - expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;
V - ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;
VI - elaborar produtos que não possuam processos de fabricação, de formulação e de composição registrados no SIM/POA;
VII - expedir produtos sem rótulos ou cujos rótulos não tenham sido registrados no SIM/POA;
VIII - desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;
IX - desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e de produtos;
X - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

XI - receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;
XII - reutilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendem ao disposto na legislação específica;
XIII - não cumprir os prazos previstos nos documentos expedidos em resposta ao SIM/POA relativos a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;
XIV - adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal fabricados em estabelecimento não registrado em nenhum serviço de inspeção ou quando este estiver fora do seu âmbito de comercialização;
XV - fabricar, expedir ou distribuir produtos de origem animal com rotulagem falsificada;

XVI - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição registrados pelo SIM/POA;
XVII - utilizar produtos com prazo de validade vencida em desacordo com os critérios estabelecidos na legislação;
XVIII - sonegar informação que, direta ou indiretamente, interesse aos órgãos fiscalizadores e ao consumidor;
XIX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM/POA;
XX - ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;
XXI - adulterar qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;
XXII - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;
XXIII - embaraçar a ação de servidor do SIM/POA no exercício de suas funções, com vistas a dificultar, a retardar, a impedir, a restringir ou a burlar os trabalhos de fiscalização;
XXIV - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar se o servidor do SIM/POA;
XXV - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;
XXVI - utilizar matérias-primas e produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;
XXVII - utilizar matérias-primas e produtos condenados, não inspecionados ou sem procedência conhecida no preparo de produtos usados na alimentação humana;
XXVIII - fraudar documentos oficiais;

XXIX- não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;
XXX - deixar de fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM/POA nos prazos regulamentares;
XXXI - prestar ou apresentar informações incorretas ou inexatas referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ao SIM/POA;
XXXII - por aos produtos novos prazos depois de expirada a sua validade;
XXXIII - importar matérias-primas ou produtos de origem animal adulterados;
XXXIV - iniciar atividade sem atender exigências ou pendências estabelecidas por ocasião da concessão do título de registro;
XXXV - utilizar de forma irregular ou inserir informações ou documentação falsas, enganosas ou inexatas ao SIM/POA;
XXXVI - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ao SIM/POA;
XXXVII - receber, manipular, beneficiar, industrializar, fracionar, conservar, armazenar, acondicionar, embalar, rotular ou expedir produtos de origem animal sem possuir registro no órgão de fiscalização competente;
XXXVIII - descumprir determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares;
XXXIX - não realizar os tratamentos de destinação industrial ou de aproveitamento condicional estabelecidos neste Decreto ou em normas complementares ou não dar a destinação adequada aos produtos condenados.
Consideram-se impróprios para o consumo humano, na forma em que se apresentam, no todo ou em parte, as matérias-primas ou os produtos de origem animal que:
I - apresentem-se alterados;
II - apresentem-se adulterados;
III - apresentem-se danificados por umidade ou fermentação, rançosos, com características físicas ou sensoriais anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, na elaboração, na conservação ou no acondicionamento;
IV - contenham substâncias ou contaminantes que não possuam limite estabelecido em legislação, mas que possam prejudicar a saúde do consumidor;
V - contenham substâncias tóxicas ou compostos radioativos em níveis acima dos limites permitidos em legislação específica;

VI - contenham microrganismos patogênicos em níveis acima dos limites permitidos em normas complementares e em legislação específica;
VII - revelem-se inadequados aos fins a que se destinam;
VIII - sejam obtidos de animais que estejam sendo submetidos a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante;
IX - sejam obtidos de animais que receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do produto;
X - apresentem embalagens estufadas;
XI - apresentem embalagens defeituosas, com seu conteúdo exposto à contaminação e à deterioração;
XII - estejam com o prazo de validade expirado;
XIII - não possuam procedência conhecida; ou
XIV - não estejam claramente identificados como oriundos de estabelecimento sob inspeção sanitária.
Outras situações não previstas nos incisos de I a XXXIX podem tornar as matérias-primas e os produtos impróprios para consumo humano, conforme critérios definidos pelo SIM/POA.
Além dos casos acima, as carnes ou os produtos cárneos devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:
I - sejam obtidos de animais que se enquadrem nos casos de condenação previstos neste Decreto e em normas complementares;
II - estejam mofados ou bolorentos, exceto nos produtos em que a presença de mofos seja uma consequência natural de seu processamento tecnológico; ou
III - estejam infestados por parasitas ou com indícios de ação por insetos ou roedores. IV - são ainda considerados impróprios para consumo humano a carne ou os produtos cárneos obtidos de animais ou matérias-primas animais não submetidos à inspeção sanitária oficial.
Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, o pescado ou os produtos de pescado devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:
I - estejam em mau estado de conservação e com aspecto repugnante;
II - apresentem sinais de deterioração;
III - sejam portadores de lesões ou doenças;
IV - apresentem infecção muscular maciça por parasitas;

V - tenham sido tratados por antissépticos ou conservadores não autorizados pelo SIM/POA;
VI - tenham sido recolhidos já mortos, salvo quando capturados em operações de pesca;
VII - apresentem perfurações dos envoltórios dos embutidos por parasitas.
Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, os ovos e derivados devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se encontram, quando apresentem:

I - alterações da gema e da clara, com gema aderente à casca, gema rompida, presença de manchas escuras ou de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento;
II - mumificação ou estejam secos por outra causa;
III - podridão vermelha, negra ou branca;
IV - contaminação por fungos, externa ou internamente;
V - sujidades externas por materiais estercorais ou tenham tido contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos;
VI - rompimento da casca e estejam sujos; ou
VII - rompimento da casca e das membranas testáceas;
VIII - são também considerados impróprios para consumo humano os ovos que foram submetidos ao processo de incubação.
Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru, quando:
I - provenha de propriedade interditada pela autoridade de saúde animal competente;
II - na seleção da matéria-prima, apresente resíduos de produtos inibidores, de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, de conservadores, de agentes inibidores do crescimento microbiano ou de outras substâncias estranhas à sua composição;
III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância; ou
IV - revele presença de colostro.
O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento e qualquer produto que tenha sido preparado com ele ou que a ele tenha sido misturado devem ser descartados e inutilizados pelo estabelecimento. Também considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru, quando:

I - não seja aprovado nos testes de estabilidade térmica estabelecidos em normas complementares.
Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, são considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, o mel e o mel de abelhas sem ferrão que evidenciem fermentação avançada ou hidroximetilfurfural acima do estabelecido, conforme o disposto em normas complementares. Para efeito das infrações, as matérias primas e os produtos são considerados alterados ou adulterados.
São consideradas alteradas as matérias primas ou os produtos que não apresentem condições higiênico sanitárias adequadas ao fim a que se destinam e incorrem em risco a saúde pública.
São considerados adulterados as matérias primas ou os produtos de origem animal:
I – fraudados:
a) as matérias-primas e os produtos que tenham sido privados parcial ou totalmente de seus componentes característicos em razão da substituição por outros inertes ou estranhos, não atendendo ao disposto na legislação específica;
b) as matérias-primas e os produtos com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de dissimular ou de ocultar alterações, deficiências de qualidade da matéria-prima ou defeitos na elaboração;
c) as matérias-primas e os produtos elaborados com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de aumentar o volume ou o peso do produto
d) as matérias-primas e os produtos elaborados ou comercializados em desacordo com a tecnologia ou o processo de fabricação estabelecido em normas complementares ou em desacordo com o processo de fabricação registrado, mediante supressão, abreviação ou substituição de etapas essenciais para qualidade ou identidade do produto;
e) os produtos que sofram alterações na data de fabricação, na data ou no prazo de validade.
II – falsificados:
a) as matérias-primas e os produtos em que tenham sido utilizadas denominações diferentes das previstas neste Decreto, em normas complementares ou no registro de produtos junto ao SIM/POA;
b) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados, fracionados ou reembalados, expostos ou não ao consumo, com a aparência e as características gerais de outro produto registrado junto ao SIM/POA e que se denominem como este sem que o seja;
c) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados de espécie diferente da declarada no rótulo ou divergente da indicada no registro do produto
d) as matérias-primas e os produtos que não tenham sofrido o processamento especificado em seu registro, expostos ou não ao consumo, e que estejam indicados como um produto processado;
e) as matérias-primas e os produtos que sofram alterações no prazo de validade;
f) as matérias-primas e os produtos que não atendam às especificações referentes à natureza ou à origem indicadas na rotulagem.
O SIM/POA com base no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá normas complementares, os critérios de destinação de matérias-primas e de produtos julgados impróprios para o consumo humano, na forma em que se apresentem, incluídos sua inutilização, o seu aproveitamento condicional ou sua destinação industrial, quando seja tecnicamente viável.
Enquanto outras normas não forem editadas, o SIM/POA poderá:
I - autorizar que produtos julgados impróprios para o consumo, na forma que se apresentam, sejam submetidos a tratamentos específicos de aproveitamento condicional ou de destinação industrial que assegurem a eliminação das causas que os motivaram, mediante solicitação tecnicamente fundamentada;
II - determinar a condenação dos produtos a que se refere o inciso I.
O disposto acima não se aplica aos casos de aproveitamento condicional de que trata o artigo 172 e suas alterações.
Nos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, independentemente da penalidade administrativa aplicável, podem ser adotados os seguintes procedimentos:
I - nos casos de apreensão, após reinspeção completa, as matérias-primas e os produtos podem ser condenados ou pode ser autorizado o seu aproveitamento condicional para a alimentação humana, conforme disposto em normas complementares; e
II - nos casos de condenação, pode ser permitido o aproveitamento das matérias primas e dos produtos para fins não comestíveis.

7.4.4 Das Penalidades
As penalidades a serem aplicadas por autoridade competente terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.
Aos infratores dos dispositivos contidos na presente Instrução e de atos complementares que forem expedidas visando o seu cumprimento, serão aplicadas, isolada ou cumulativamente com outras penalidades:
I - advertência quando o infrator não tiver agido com dolo ou má fé;
II - multa:
1. No valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais):
a) Construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação no SIM/POA;
b) Não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;

c) Utilizar rótulo que não atende ao disposto na legislação aplicável específica;
d) Expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;
e) Ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;
f) Elaborar produtos que não possuam processos de fabricação, de formulação e de composição registrados no SIM/POA;
g) Expedir produtos sem rótulos ou produtos que não tenham sido registrados no SIM/POA;
h) Deixar de fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM/POA nos prazos regulamentares.
2. No valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais):
a) Desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;
b) Desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e de produtos;
c) Omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
d) Receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;
e) Utilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendem ao disposto na legislação específica;
f) Não cumprir os prazos previstos nos documentos expedidos em resposta ao SIM/POA relativos a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;
g) Adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal fabricados em estabelecimento não registrado em nenhum serviço de inspeção ou quando este estiver fora do seu âmbito de comercialização;
h) Fabricar, expedir ou distribuir produtos de origem animal com rotulagem falsificada;
i) Elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição registrados pelo SIM/POA;
j) Prestar ou apresentar informações incorretas ou inexatas referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ao SIM/POA;
k) Apor aos produtos novos prazos depois de expirada a sua validade.

3. No valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais):
a) Utilizar produtos com prazo de validade vencida em desacordo com os critérios estabelecidos em normas complementares;
b) Sonegar informação que, direta ou indiretamente, interesse ao SIM/POA e ao consumidor;
c) Fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM/POA;
d) Ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;
e) Adulterar matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;
f) Simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;
g) Embaraçar a ação de servidor do SIM/POA no exercício de suas funções, com vistas a dificultar, a retardar, a impedir, a restringir ou a burlar os trabalhos de fiscalização;
h) Desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar se o servidor do SIM/POA;
i) Produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;
j) Utilizar matérias-primas e produtos condenados, não inspecionados ousem procedência conhecida no preparo de produtos usados na alimentação humana;
k) Utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem apreendidos pelo SIM/POA e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
l) Fraudar documentos oficiais;
m) Não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;
n) Prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ao SIM/POA;
o) Receber, manipular, beneficiar, industrializar, fracionar, conservar, armazenar,
p) Acondicionar, embalar, rotular ou expedir produtos de origem animal sem possuir registro no órgão de fiscalização competente;
q) Descumprir determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares;
r) Não realizar os tratamentos de destinação industrial ou de aproveitamento condicional estabelecidos neste Decreto ou em normas complementares ou não dar a destinação adequada aos produtos condenados.
III - apreensão ou condenação das matérias-primas e dos produtos de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;
IV - suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;
V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou na falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;
VI - cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento.
As multas previstas serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.
A suspensão de atividades de que trata o inciso IV e a interdição de que trata o inciso V do caput serão levantadas nos termos do disposto no art. 517 e art. 517-A do decreto 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.
Se a interdição total ou parcial não for levantada, após doze meses, será cancelado o registro ou o relacionamento do estabelecimento.
As sanções de que tratam os incisos IV e V poderão ser aplicadas de forma cautelar, sem prejuízo às medidas cautelares previstas no art. 495 do decreto nº9013 de 29/03/2017 e suas alterações.
As infrações classificadas como leves, moderadas ou graves poderão receber graduação superior, nos casos em que a falta cometida implicar risco à saúde ou aos interesses dos consumidores, ou, ainda, pelas sucessivas reincidências.
Aos que cometerem outras infrações a este Decreto ou às normas complementares, será aplicada multa no valor compreendido entre dez e cem por cento do valor máximo da multa, de acordo com a gravidade da falta e seu impacto na saúde pública ou na saúde animal, observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes.
a) São consideradas circunstâncias atenuantes:
I - o infrator ser primário na mesma infração;
II - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;
III - o infrator, espontaneamente, procurar minorar ou reparar as consequências do ato lesivo que lhe for imputado;
IV - a infração cometida configurar-se como sem dolo ou sem má-fé;
V - a infração ter sido cometida acidentalmente;
VI - a infração não acarretar vantagem econômica para o infrator;
VII - a infração não afetar a qualidade do produto; (Decreto 10.468, 2020).
VIII - o infrator comprovar que corrigiu a irregularidade que motivou a infração, até o prazo de apresentação da defesa;

IX - o infrator ser estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos agropecuários que se enquadra nas definições dos incisos do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006
b) São consideradas circunstâncias agravantes:
I - o infrator ser reincidente específico;
II - o infrator ter cometido a infração com vistas à obtenção de qualquer tipo de vantagem;
III - o infrator deixar de tomar providências para evitar o ato, mesmo tendo conhecimento de sua lesividade para a saúde pública;
IV - o infrator ter coagido outrem para a execução material da infração;
V - a infração ter consequência danosa para a saúde pública ou para o consumidor;
VI - o infrator ter colocado obstáculo ou embaraço à ação da fiscalização ou à inspeção;
VII - o infrator ter agido com dolo ou com má-fé; ou
VIII - o infrator ter descumprido as obrigações de depositário relativas à guarda do produto.
As penalidades a que se refere a presente instrução serão aplicadas, sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais. As multas a que se refere a presente instrução serão dobradas na reincidência e, em caso algum, isentam o infrator da inutilização do produto, quando essa medida couber, nem tampouco o isentam de ação civil e criminal.
As multas a que se refere esta instrução não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro ou do relacionamento do estabelecimento ou da ação criminal, quando tais medidas couberem.
I - considera-se reincidência, para os fins desta instrução, o novo cometimento, pelo mesmo transgressor, de infração pela qual já tenha sido autuado, julgada, e que não haja mais cabimento de qualquer recurso administrativo.
II - a ação civil e criminal cabe não só pela natureza da infração, mas em todos os casos que se seguirem à reincidência.
III - a ação civil e criminal não exime o infrator de outras penalidades a serem aplicadas, a juízo do SIM/POA.
IV - a suspensão da atividade do estabelecimento, a interdição e o cancelamento do registro ou relacionamento são de competência do responsável do SIM/POA.
Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção, de transporte e de destruição dos produtos condenados.
Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção e de transporte dos produtos apreendidos e perdidos em favor da União que serão destinados aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei nº 7.889, de 1989.
Será aplicada a suspensão da atividade, sem prejuízo a outras sanções, os casos previstos no artigo 514 e 515 do decreto nº 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.
Será aplicada a interdição total ou parcial, sem prejuízo a outras sanções, os casos previstos 517 e 517 - A do decreto nº 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.
Será aplicada a cassação do registro, sem prejuízo a outras sanções, os casos previstos 519 do decreto nº 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.
Não pode ser aplicada multa, sem que previamente seja lavrado o auto de infração detalhando a falta cometida, o artigo infringido, a natureza do estabelecimento, a respectiva localização e a firma responsável.

7.4.5 Do Auto de Infração
O descumprimento às disposições do decreto e às normas complementares será apurado em processo administrativo devidamente instruído, iniciado com a lavratura do auto de infração.
O auto de infração deve ser lavrado pelo Médico veterinário do Serviço de Inspeção Municipal, devendo ser claro e preciso, sem rasuras nem emendas, e deve descrever a infração cometida e a base legal infringida.
O auto de infração deve ser assinado pelo servidor que constatar a infração, pelo proprietário do estabelecimento ou representantes da firma e por duas testemunhas.
*Nota: Sempre que o infrator se negar a assinar o auto de infração, será feita declaração a respeito no próprio auto, remetendo-se uma das vias ao proprietário da firma, responsável pelo estabelecimento, por correspondência registrada e mediante aviso de recebimento – AR.
No caso de infratores indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido ou na impossibilidade da cientificação, a ciência será efetuada por publicação oficial. A assinatura e a data apostas no auto de infração por parte do autuado, ao receber sua cópia, caracterizam intimação válida para todos os efeitos legais.
A autoridade que lavrar o auto de infração deve extraí-lo em 02 (duas) vias, sendo que a primeira será entregue ao infrator e a segunda ao SIM/POA.
O infrator deverá entregar a defesa por meio de cópia física e deverá observar o horário de atendimento ao público do local a ser entregue, não será aceito defesa entregue por meios virtuais.
O infrator poderá apresentar defesa ao órgão que lavrou o auto, em até 15 (quinze) dias após a lavratura do auto de infração, cuja decisão, em primeira instância, caberá ao Secretário da Agricultura do Município.
Após ciência da decisão proferida pelo Secretário da Agricultura do Município, caberá a empresa recurso em face da mesma, em única e última instância, no prazo de 15 (quinze) dias, cuja decisão final caberá ao Prefeito Municipal e/ou Vice-prefeito.
A defesa apresentada pelo infrator será, em qualquer caso, protocolada no SIM/POA, onde constará a identificação do servidor e a data de recebimento, e após, encaminhado ao Secretário da Agricultura do Município. O mesmo será feito com relação a recurso, porém este deve ser encaminhado ao Prefeito Municipal.
Não serão conhecidos a defesa ou recurso interpostos:
I - fora do prazo;
II - entregues por meios virtuais;
III - perante órgão incompetente;
IV - por pessoa não legitimada;
V - após exaurida a esfera administrativa.
Julgado em definitivo o auto de infração e aplicada multa à autuada, a decisão será encaminhada ao setor responsável que procederá a cobrança da multa.
O infrator, uma vez multado e encerrado o processo administrativo terá 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento da multa e exibir ao SIM/POA o competente comprovante de recolhimento à repartição.
O não recolhimento da multa no prazo legal implica na cobrança fiscal a ser promovida pelo respectivo Município, por meio da constituição de certidão de dívida ativa. Neste caso, poderá ser determinada a suspensão das atividades do estabelecimento.
A aplicação da multa não isenta o infrator do cumprimento das exigências que a tenham motivado, dando quando for o caso, novo prazo para o cumprimento, findo o qual poderá, de acordo com a gravidade da falta e a juízo do SIM/POA, ser novamente multado no dobro da multa anterior, ter as atividades suspensas ou cancelado o registro ou relacionamento do estabelecimento.
Os servidores do SIM/POA, quando em serviço da fiscalização têm livre entrada a qualquer dia e hora, em quaisquer estabelecimentos produtos de origem animal registrados no serviço de inspeção.

O valor das multas cobradas através de autos de infração, deverá ser destinado e vinculado ao setor do Serviço de Inspeção Municipal – SIM/POA, a ser utilizado na compra de equipamentos para uso do serviço de Inspeção.

7.4.6 Dos Documentos
Para fins de interdição total ou parcial de estabelecimento, utiliza-se o AUTO DE INTERDIÇÃO, conforme Modelo 7.5.1.
Para fins de apreensão de produtos, utiliza-se o AUTO DE APREENSSÃO, conforme Modelo 7.5.2.
Para fins de suspensão de atividade, utiliza-se o AUTO DE SUSPENSÃO, conforme Modelo 7.5.3.
Para fins de infração deve ser utilizado o AUTO DE INFRAÇÃO, conforme Modelo ANEXO 7.5.4.

7.5 Modelos

MODELO 7.5.1 – AUTO DE INTERDIÇÃO

AUTO DE INTERDIÇÃO

No ____/_____

No dia _____de _____de _____, ás _____horas, no Município de _____ no estabelecimento denominado _____, registrado no SIM nº_____, de propriedade de_____. O serviço de inspeção SIM/POA, abaixo nominado e assinado, lavra o presente auto de interdição por constar _____ interditando _____, de acordo com o disposto (embasamento legal) _____. O mesmo fica proibido de _____ por um período _____. O presente auto de interdição, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, lido e achado conforme, vai assinado pelo inspetor veterinário do SIM, pelo(a) proprietário(a) do estabelecimento ou responsável, ao qual será entregue a segunda via.

Assinatura e identificação do **Autuante**:_____
Data: _____de _____ de _____

Assinatura e identificação do **Autuado:_____**
Ciente, recebi a 2ª via em _____/_____/_____

Testemunhas:

MODELO 7.5.2 – AUTO DE APREENSÃO

AUTO DE APREENSÃO

No ____/____

Nome ou Razão Social:	
Endereço / Bairro / Cidade:	
CNPJ:	No Registro SIM:
Produto(s) Apreendido(s) e Quantidade(s)	
Total: Kg	
Do que, para constar, lavrei este Auto de Apreensão em 2 (duas) vias, dando cópia ao infrator, ficando os mesmos cientes de que a comercialização, aproveitamento ou inutilização dos produtos apreendidos fica condicionada à liberação pelo Serviço de Inspeção Municipal.	
Assinatura e identificação do Autuante: Data: ___/___/___	
Assinatura e identificação do Autuado: Ciente, recebi a 1ª via em: ___/___/___	
Testemunhas:	

MODELO 7.5.3 – AUTO DE SUSPENSÃO

AUTO DE SUSPENSÃO

No ____/____

No dia _____de _____ de_____, as _____horas, no Município de _____, no estabelecimento denominado_____, registrado no SIM nº_____, de propriedade de_____.
O serviço de inspeção SIM/POA, abaixo nominado e assinado, lavra o presente auto de suspensão por constar _____ suspendendo _____, de acordo com o disposto (embasamento legal) _____. O mesmo fica proibido de _____ por um período _____. O presente auto de suspensão, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, lido e achado conforme, vai assinado pelo inspetor veterinário do SIM, pelo(a) proprietário(a) do estabelecimento ou responsável, ao qual será entregue a segunda via.

Assinatura e identificação do
Autuante:_____
Data: _____de _____ de _____

Assinatura e identificação do **Autuado:_____**
Ciente, recebi a 2ª via em ____/____/_____

Testemunhas:

MODELO 7.5.4 – AUTO DE INFRAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO

No ___/____

Nome ou Razão Social:	
Endereço / Bairro / Cidade:	
CNPJ:	No Registro SIM:
Dispositivo Legal ou Regulamentar Infringido (Capitulação):	
Descrição da Infração:	
Elementos de Convicção:	
Do que, para constar, lavrei este Auto de Infração em 2 (duas) vias, encaminhando cópia ao infrator, ficando o mesmo ciente de que poderá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do ciente ou do recebimento deste, apresentar defesa escrita, como dispõe a portaria Nº 44 da Lei 9.784/99, sob pena do processo tramitar à revelia do autuado.	
Assinatura e identificação do Autuante: Data: __/___/___	
Assinatura e identificação do Autuado: Ciente, recebi a 1ª via em: ___ /___/___	

ANEXO 8.

EDUCAÇÃO SANITÁRIA E COMBATE ÀS ATIVIDADES CLANDESTINAS

8.1 Objetivos
Estabelecer procedimentos preventivos de saúde à população com base na educação sanitária e combate às atividades clandestinas.

8.2 Definição
Considera-se Educação Sanitária toda prática educativa com objetivo de induzir a população ou manipuladores de alimentos a adquirir hábitos que promovam a saúde e evitar doenças.
Considera-se produto de origem animal clandestino todo aquele não foi submetido à inspeção industrial ou sanitária do órgão de inspeção competente.

8.3 Aplicação
Aplica-se a todos os responsáveis do SIM e Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

8.4 Procedimentos
Para o combate as atividades clandestinas de obtenção e comércio de produtos de origem animal, devem ser realizadas atividades para conscientização da população quanto ao risco do consumo de produtos sem inspeção e/ou procedência. Para isso podem ser realizadas reuniões e palestras para os estabelecimentos que produzem e/ou comercializam produtos de origem animal, produtores e público em geral, além do desenvolvimento de ações em conjunto com órgãos de interesse.
Neste mesmo princípio, outra atividade que deve ser desenvolvida é de Educação Sanitária, através de panfletagem, reportagens em jornal, entrevistas em rádio, palestras, entre outras.
A frequência e programação das ações de combate as atividades clandestinas de obtenção e comércio de produtos de origem animal e educação sanitária será estabelecida pelo SIM.

ANEXO 9.

FISCALIZAÇÃO

9.1 Objetivos
Orientar a execução das atividades de inspeção e fiscalização de estabelecimentos de produtos de origem animal no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal assegurando a eficácia dos controles oficiais e promovendo a uniformidade dos procedimentos executados pelos servidores do SIM.

9.2 Usuários Principais
Responsável pelo estabelecimento, responsável técnico e fiscal do SIM.

9.3 Procedimentos Gerais

O SIM é o responsável pela inspeção e fiscalização nos estabelecimentos registrados junto à Secretaria Municipal de Agricultura, seguindo as determinações estabelecidas no decreto municipal que abrangem todo o processo de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte.

A inspeção e fiscalização deve abranger requisitos da inspeção tradicional e de autocontroles, sendo realizada em caráter permanente nos estabelecimentos que abatem as diferentes espécies de açougue, de caça, de anfíbios e répteis; e realizada em caráter periódico nos demais estabelecimentos registrados. Estes requisitos incluem:

a. Inspeção ante mortem e post mortem das diferentes espécies animais

b. Verificação do cumprimento da legislação no que diz respeito ao procedimento de registro dos estabelecimentos (projetos e afins) e ao registro dos produtos beneficiados (avaliação e afins);

c. Coleta de amostras para as análises fiscais e avaliação dos resultados, visando a verificação da conformidade dos produtos (identidade e qualidade) e o combate à fraude;

d. Acompanhamento e verificação dos mapas estatísticos com dados de recebimento, produção, destinação e comercialização dos produtos;

e. Acompanhamento da resolução das não conformidades (verificação oficial dos planos de ação/resposta do RNC emitido), incluindo a apuração de investigação de denúncias de consumidores;

f. Verificações Oficiais dos Programas de Autocontrole das empresas; e

g. Adoção de ações fiscais (medidas cautelares, auto de infração, interdição total ou parcial, apreensão ou condenação de produtos, entre outros).

9.4 Bases para a Fiscalização
É fundamental que o servidor competente detenha pleno conhecimento da legislação e das normas deste SIM relacionadas à área técnica específica, assim como das respectivas instruções e diretrizes estipuladas/adotadas pelo SIM.

A frequência da fiscalização nos estabelecimentos de inspeção periódica será mensal, ou definida conforme análise de risco, utilizando como referência o Manual para cálculo do risco estimado associado a estabelecimentos do MAPA (*https://wikisda.agricultura.gov.br/pt-br/home*) que considera o volume de produção (a ser readequado para a realidade do SIM), o risco inerente ao produto e o desempenho do estabelecimento.

A fiscalização e a inspeção nos estabelecimentos de inspeção permanente será realizada sempre que houver abate.

O cumprimento do cronograma de fiscalização será registrado nas planilhas de controle das frequências de fiscalizações/inspeções.

As não conformidades identificadas devem ser registradas nos documentos oficiais do SIM conforme previstos nos anexos desse decreto. A descrição de cada não conformidade constatada durante os procedimentos de fiscalização deve ser objetiva, clara e específica, de modo que todos sejam capazes de compreender objetivamente qual é a não conformidade em causa e, dessa forma, ser possível atuar sobre tal.

O estabelecimento tem o prazo de 180 dias para apresentação de plano de ações corretivas/preventivas com prazo para execução frente as não conformidades notificadas, quando não se tratar de ações que exijam respostas imediatas.

O resultado da avaliação pelo SIM das medidas corretivas/preventivas proposto pelo estabelecimento deve ser comunicado ao estabelecimento. O SIM acompanhará a sua execução.

As ações fiscais adotadas devem ser firmadas através dos documentos padronizados que constam nos anexos do decreto.

9.5 Mapas Estatísticos

Os mapas de abate, produção e comercialização devem ser avaliados. Assim como, o atendimento da obrigação do estabelecimento fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM.

A avaliação dos mapas estatísticos tem como objetivo verificar se há compatibilidade entre as espécies/matérias-primas recebidas, sua produção, estoque e comercialização.

A avaliação dos dados nos gráficos e planilhas de condenações de vísceras e laudo de condenações de aproveitamento condicional de carcaças tem como objetivo avaliar os dados da Guia de Trânsito Animal (GTA) do lote abatido, informações do abate (data, número de animais, SIM, detalhamento do sexo dos animais abatidos, peso etc.) e das destinações que ocorreram no abate.

A análise dos volumes recebidos, produzidos e comercializados podem revelar indícios de que o estabelecimento está trabalhando de forma incompatível com a capacidade declarada nos memoriais aprovados, produzindo produtos em desacordo com o autorizado e incompatíveis com a estrutura aprovada no registro do estabelecimento ou, ainda, recebendo matéria-prima de origem não permitida.

Nestes casos, o fiscal deverá adotar as ações fiscais cabíveis para restabelecimento do aprovado pelo SIM e cumprimento das normas técnicas.

9.6 Registro do Estabelecimento

O fiscal do SIM deve avaliar se o projeto do estabelecimento a ser fiscalizado se encontra devidamente aprovado e cumpriu todos os requisitos quando da sua aprovação e classificação. Esta avaliação inclui confrontar as capacidades previstas de processamento, fluxo e instalações aprovadas com o verificado in loco na fiscalização.

Além disso, deve ser verificado no processo de registro do estabelecimento se os documentos (memoriais e plantas) estão atualizados conforme sua realidade atual.

Os fiscais irão avaliar se as instalações e equipamentos estão de acordo com o declarado nos memoriais aprovados pelo SIM. Eventuais não conformidades devem ser registradas e devem ser adotadas as medidas cautelares e demais ações que forem necessárias.

Em caso de não cumprimento do estabelecido, o fiscal deverá verificar se existem prazos acordados e documentados previstos para conclusão de obras ou instalação de equipamentos. Inexistindo tais documentos que comprovem as solicitações pelo estabelecimento, deve-se adotar as ações pertinentes, observando principalmente se a situação coloca em risco a condição higiênico-sanitária dos produtos elaborados.

No caso de verificação in loco de divergências com o processo de registro do estabelecimento aprovado, que não impliquem aumento de capacidade de produção ou alteração do fluxo de matérias-primas dos produtos ou dos funcionários, o estabelecimento será notificado e deverá atualizar seu processo de registro junto ao SIM, podendo ter suas atividades suspensas caso seja identificado risco de contaminação dos produtos.

9.7 Documentos de Referência
Estão disponíveis no Portal de manuais de processos da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA (https://wikisda.agricultura.gov.br/pt-br/home), manuais de procedimento de inspeção e fiscalização em estabelecimentos sob inspeção federal que possuem o objetivo de orientar a execução das atividades de inspeção e fiscalização nas diversas áreas de atuação no âmbito do Serviço de Inspeção Federal.

AVES: Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de aves e derivados em estabelecimentos sob inspeção federal (SIF).
CARNES: Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de carnes e produtos cárneos em estabelecimentos registrados sob inspeção federal (SIF).
LEITE: Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de leite e derivados em estabelecimentos registrados sob inspeção federal (SIF).
OVOS: Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de ovos e derivados em estabelecimentos sob inspeção federal (SIF).
PESCADO: Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de pescado e derivados em estabelecimentos sob inspeção federal (SIF).

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:3A296556

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 195 SUPLEMENTAR

DECRETO 195

"Abre crédito adicional de remanejamento no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 223.856,97 (duzentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos)."

O PREFEITO DE HONóRIO SERPA, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III e 167 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964 e IN 11/2007 e 233/08-DCM TCE-PR, e na Lei Municipal nº 1081 de 11 de Dezembro de 2025:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional de remanejamento, com base em anulação parcial da dotação, no valor de R$ 223.856,97 (duzentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguintes dotaões orçamentárias:

CRÉDITO ADICIONAL DE REMANEJAMENTO		
DPTO. MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 12.005	DIVISÃO DE GERENCIAMENTO E SUPORTE AO AGRICULTOR	
Funcional Programática: 12.005.0020.0608.0003.2048	**Atividade:** O gerenciamento e suporte ao agricultor no município envolvem ações de fornecimento de serviços de horas/máquina, com o intuito de melhorar os acessos às propriedades, bem como a construção de silos, cascalhamento e terraplenagens detro do imóvel rural. O objetivo é fortalecer o produtor rural, aumentar a produtividade e escoamento, garantndo a renda, respeitando o meio ambiente e valorizando a economia local.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390340000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 45.000,00
DEPARTAMENTO MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO		
Unidade Orçamentária: 16.006	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Funcional Programática: 16.006.0012.0361.0021.2058	**Atividade:** A ação orçamentária de Manutenção do ensino Fundamental destina recursos para garantir a infraestrutura, materiais pedagógicos, transporte escolar, alimentação e salários de professores e equipe técnica nas escolas de ensino fundamental. Inclui despesas com conservação, aquisição de equipamentos, assim como materiais de apoio ao aluno e suporte técnico para melhorar o desenvolvimento da aprendizagem, capacitações e ações de apoio ao aprendizado. Essa iniciativa assegura ambientes escolares adequados, seguros e estimulantes, promovendo a continuidade e qualidade do ensino fundamental. Contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo o acesso à educação pública de qualidade e apoiando o crescimento educacional e social das crianças e adolescentes do município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390340000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	02000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Educação	R$ 15.000,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 14.001	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DE SAÚDE	
Funcional Programática: 14.001.0010.0301.0005.2034	**Atividade:** As atividades administrativas e financeiras da saúde no município envolvem o planejamento, controle e execução dos recursos destinados ao setor. Incluem a gestão de contratos, compras de medicamentos, materiais e serviços, além do controle de estoque e patrimônio das unidades de saúde. Também abrangem a elaboração de relatórios, prestação de contas, folha de pagamento e apoio à organização dos atendimentos. Essas ações garantem o funcionamento eficiente da rede municipal de saúde, assegurando o uso adequado dos recursos públicos e o suporte necessário para oferecer serviços de qualidade à população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390930000 - Indenizações e restituições	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 8.250,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 14.001	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DE SAÚDE	
Funcional Programática: 14.001.0010.0301.0005.2034	**Atividade:** As atividades administrativas e financeiras da saúde no município envolvem o planejamento, controle e execução dos recursos destinados ao setor. Incluem a gestão de contratos, compras de medicamentos, materiais e serviços, além do controle de estoque e patrimônio das unidades de saúde. Também abrangem a elaboração de relatórios, prestação de contas, folha de pagamento e apoio à organização dos atendimentos. Essas ações garantem o funcionamento eficiente da rede municipal de saúde, assegurando o uso adequado dos recursos públicos e o suporte necessário para oferecer serviços de qualidade à população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 80.000,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 14.001	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DE SAÚDE	
Funcional Programática: 14.001.0010.0301.0005.2034	**Atividade:** As atividades administrativas e financeiras da saúde no município envolvem o planejamento, controle e execução dos recursos destinados ao setor. Incluem a gestão de contratos, compras de medicamentos, materiais e serviços, além do controle de estoque e patrimônio das unidades de saúde. Também abrangem a elaboração de relatórios, prestação de contas, folha de	

	pagamento e apoio à organização dos atendimentos. Essas ações garantem o funcionamento eficiente da rede municipal de saúde, assegurando o uso adequado dos recursos públicos e o suporte necessário para oferecer serviços de qualidade à população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 75.606,97
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$223.856,97**

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito, indicado no artigo anterior, serão anuladas as seguintes dotações especificadas:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS DO DISTRITO		
Unidade Orçamentária: 19.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS DO DISTRITO	
Funcional Programática: 19.001.0015.0452.0033.2085	**Atividade:** A ação de Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Rurais do Distrito tem como objetivo garantir o funcionamento eficiente dos equipamentos, instalações e veículos utilizados nas atividades rurais. Inclui reparos, conservação, aquisição de materiais, manutenção preventiva e corretiva, além de suporte técnico às equipes de obras e serviços rurais. Essa iniciativa assegura a continuidade das ações de infraestrutura, promovendo a melhoria das condições de trabalho, a segurança dos profissionais e a eficiência na execução de obras e serviços essenciais para o desenvolvimento rural sustentável.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390340000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 60.000,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 14.002	DIVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE	
Funcional Programática: 14.002.0010.0302.0007.2046	**Atividade:** Os consórcios na área de saúde de um município são parcerias entre cidades para compartilhar serviços e recursos, ampliando o acesso da população a atendimentos especializados, exames, cirurgias e medicamentos. Por meio do consórcio, os municípios conseguem reduzir custos, otimizar a gestão e garantir serviços que, isoladamente, não poderiam oferecer. Essa cooperação fortalece a regionalização da saúde, melhora a eficiência do sistema e promove maior resolutividade no atendimento. Os consórcios são fundamentais para ampliar a cobertura e a qualidade dos serviços de saúde, especialmente em municípios de menor porte.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3371700000 - Rateio pela participação em consórcio público	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 155.606,97
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 14.001	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DE SAÚDE	
Funcional Programática: 14.001.0010.0301.0005.2034	**Atividade:** As atividades administrativas e financeiras da saúde no município envolvem o planejamento, controle e execução dos recursos destinados ao setor. Incluem a gestão de contratos, compras de medicamentos, materiais e serviços, além do controle de estoque e patrimônio das unidades de saúde. Também abrangem a elaboração de relatórios, prestação de contas, folha de pagamento e apoio à organização dos atendimentos. Essas ações garantem o funcionamento eficiente da rede municipal de saúde, assegurando o uso adequado dos recursos públicos e o suporte necessário para oferecer serviços de qualidade à população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 8.250,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$223.856,97**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 13 de outubro de 2026.

JOAO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:21DE305F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 204/2026

DECRETO Nº 204/2026

Súmula: Regulamenta, no âmbito do Município de Iguaraçu, a atuação municipal no Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, organiza a Rede Municipal de Proteção, institui o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, institui e disciplina a escuta especializada e o Núcleo de Escuta Especializada, aprova o Protocolo Municipal de Atendimento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, **CLAUDIO APARECIDO BERNIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que assegura à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, bem como a proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e dispõe sobre mecanismos de prevenção e enfrentamento da violência;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.344, de 24 de maio de 2022, que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 06, de 26 de março de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, no âmbito das competências municipais, a atuação articulada dos órgãos, serviços, programas e equipamentos que integram a Rede de Proteção;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer fluxos integrados de atendimento, evitando a sobreposição de atribuições, a fragmentação dos serviços e a revitimização de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar e aperfeiçoar a regulamentação municipal atualmente dispersa nos Decretos nº 122/2015, nº 358/2025 e nº 359/2025;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município de Iguaraçu, a atuação municipal na promoção, proteção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, estabelece a organização da Rede Municipal de Proteção, institui o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, institui e disciplina a escuta especializada e o Núcleo de Escuta Especializada, assim como aprova o Protocolo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, nos termos da legislação aplicável.

Art. 2º A atuação municipal de que trata este Decreto observará a Constituição Federal, especialmente o disposto no art. 227, a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, a Lei Federal nº 14.344, de 24 de maio de 2022, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e demais normas aplicáveis à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º O atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência será orientado, especialmente, pelos seguintes princípios:
I – proteção integral e prioridade absoluta;
II – reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento;
III – prevalência do interesse superior da criança e do adolescente;
IV – dignidade, respeito à intimidade, à privacidade, à imagem e à integridade física, psíquica e moral;
V – não discriminação;
VI – intervenção precoce, mínima e urgente, conforme a natureza e a gravidade da situação;
VII – atendimento humanizado e qualificado;
VIII – prevenção da revitimização e da violência institucional;
IX – limitação das intervenções ao estritamente necessário;
X – atuação integrada e intersetorial dos órgãos e serviços que compõem a rede municipal de proteção;
XI – confidencialidade e proteção das informações relativas à criança e ao adolescente;
XII – participação da criança e do adolescente, respeitados sua condição peculiar de desenvolvimento, seu grau de compreensão e o direito de serem ouvidos e de permanecerem em silêncio.
XIII – garantia de acessibilidade, inclusive mediante a adoção das medidas necessárias para eliminação de barreiras e realização de adaptações razoáveis, quando cabíveis;

Art. 4º As ações de proteção e atendimento serão desenvolvidas de forma articulada, coordenada e integrada entre os órgãos, serviços, programas e equipamentos municipais, observadas as competências legais e institucionais de cada integrante do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede Municipal de Proteção.

§1º A atuação integrada deverá assegurar a continuidade do atendimento, a adequada articulação entre os serviços, o estabelecimento de mecanismos de referência, contrarreferência e acompanhamento, bem como a adoção das medidas necessárias à proteção da criança ou do adolescente.

§2º A atuação dos órgãos e serviços municipais deverá evitar a sobreposição de atribuições, a repetição desnecessária de procedimentos e a realização de intervenções que possam causar ou agravar situações de revitimização.

§3º A articulação prevista neste artigo não implica transferência, delegação ou substituição das competências legalmente atribuídas a cada órgão ou instituição, devendo ser preservada a autonomia e as atribuições próprias dos órgãos e instituições que não integram a estrutura administrativa municipal.

Art. 5º As disposições deste Decreto aplicam-se aos órgãos, serviços, programas e equipamentos da Administração Pública Municipal que, no âmbito de suas respectivas competências, atuem na promoção, proteção, atendimento ou defesa dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, sem prejuízo das competências dos demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

CAPÍTULO II
DA ATUAÇÃO MUNICIPAL NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS E DA REDE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO

Seção I
Do Sistema de Garantia de Direitos

Art. 6º O Município de Iguaraçu atuará, no âmbito de suas competências, na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de forma articulada com os órgãos, serviços, programas e equipamentos que integram o Sistema de Garantia de Direitos, nos termos da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e do Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018.

§ 1º Integram o Sistema de Garantia de Direitos, nos termos da legislação federal, os órgãos, programas, serviços e equipamentos das políticas setoriais que atuam nos eixos de promoção, controle e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A atuação dos órgãos e serviços municipais no Sistema de Garantia de Direitos observará suas respectivas competências legais e institucionais, sem prejuízo da autonomia e das atribuições próprias dos demais órgãos e instituições que dele participem.

Art. 7º No âmbito de suas competências, o Município promoverá a articulação das políticas públicas de assistência social, saúde, educação e demais áreas relacionadas à proteção de crianças e adolescentes, de modo a assegurar atendimento integral, coordenado e adequado às necessidades da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Parágrafo único. A atuação municipal deverá observar os mecanismos de informação, referência, contrarreferência, acompanhamento, monitoramento e compartilhamento de informações necessários à continuidade e à integralidade do atendimento, preservado o sigilo das informações e a proteção dos dados pessoais.

Seção II
Da Rede Municipal de Proteção

Art. 8º A Rede Municipal de Proteção constitui espaço permanente de articulação e atuação intersetorial dos órgãos, serviços, programas e equipamentos municipais envolvidos na promoção, proteção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

§ 1º A Rede Municipal de Proteção não constitui órgão, unidade administrativa ou pessoa jurídica autônoma, nem implica alteração da estrutura ou das competências legais dos órgãos e serviços que a integram.

§ 2º A atuação da Rede Municipal de Proteção será orientada pela cooperação, complementaridade, integração dos serviços, prevenção da revitimização e continuidade do atendimento, evitando-se a sobreposição de atribuições e a repetição desnecessária de procedimentos.

Art. 9º Integram a Rede Municipal de Proteção, no âmbito de suas respectivas competências:
I – a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
II – o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
III – o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
IV – a Secretaria Municipal de Saúde e seus serviços;
V – a Secretaria Municipal de Educação e suas unidades e serviços;
VI – o Núcleo de Escuta Especializada, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
VII – o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, no exercício de suas atribuições legais; e
VIII – outros órgãos, serviços, programas e equipamentos municipais que, conforme suas competências, participem da promoção, proteção, atendimento ou defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º A participação dos órgãos e serviços na Rede Municipal de Proteção não afasta nem modifica as competências legalmente atribuídas a cada um, devendo os atendimentos ser realizados de forma articulada e coordenada.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA manterá sua atuação nos termos de suas competências legais, especialmente quanto à formulação, deliberação e controle das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, articulando-se com a Rede Municipal de Proteção e com o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Art. 10. A Rede Municipal de Proteção observará os fluxos e procedimentos estabelecidos no Protocolo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, aprovado na forma deste Decreto, sem prejuízo da adoção das providências previstas na legislação quando a situação concreta exigir medidas não contempladas no fluxo ordinário.

Art. 11. Os órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção deverão:
I – atuar de forma articulada e cooperativa, observadas suas respectivas competências;
II – adotar os procedimentos necessários ao acolhimento, atendimento, proteção e encaminhamento da criança ou do adolescente;
III – observar os mecanismos de referência, contrarreferência e acompanhamento estabelecidos no Protocolo;
IV – compartilhar, de forma integrada, as informações necessárias à continuidade e à efetividade da proteção e do atendimento, observados o sigilo, a finalidade do compartilhamento e a legislação aplicável à proteção de dados pessoais;
V – evitar a repetição desnecessária de relatos, entrevistas ou procedimentos que possam ocasionar revitimização;
VI – comunicar aos órgãos competentes as situações de violência ou suspeita de violência, na forma da legislação aplicável; e
VII – participar das ações de capacitação e aperfeiçoamento da Rede Municipal de Proteção.

Art. 12. A Rede Municipal de Proteção deverá manter mecanismos de articulação que permitam o acompanhamento dos casos e a continuidade do atendimento, respeitados o melhor interesse da criança ou do adolescente, a necessidade de intervenção mínima e as atribuições legais de cada órgão.

Art. 12-A. No âmbito da Rede Municipal de Proteção poderão ser constituídos grupos intersetoriais locais, de acordo com a necessidade identificada, para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, observadas as competências legais de cada órgão e o sigilo das informações.

§ 1º Os grupos intersetoriais locais terão caráter técnico e não exercerão atribuições de investigação, produção de prova ou julgamento.

§ 2º A composição, o funcionamento e os procedimentos dos grupos intersetoriais locais observarão as necessidades do caso e os fluxos estabelecidos no Protocolo Municipal.

CAPÍTULO III

DO COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

Seção I
Da Instituição e Finalidade

Art. 13. Fica instituído, no âmbito do Município de Iguaraçu, o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, órgão colegiado de caráter permanente, técnico e intersetorial, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, destinado à articulação, mobilização, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Proteção, bem como à colaboração na definição, implementação e aprimoramento dos fluxos de atendimento, doravante denominado Comitê.

§ 1º O Comitê exercerá, no âmbito municipal, a função de articulação e gestão colegiada da Rede Municipal de Proteção, competindo-lhe promover a integração das políticas, serviços e ações relacionados à proteção e ao atendimento da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

§ 2º A atuação do Comitê observará as competências legais dos órgãos e instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos, não implicando subordinação administrativa, transferência de competência ou ingerência sobre as atribuições próprias de seus integrantes.

Art. 14. São objetivos do Comitê:
I – promover a articulação permanente entre os órgãos, serviços, programas e equipamentos que integram a Rede Municipal de Proteção;
II – fortalecer a atuação integrada e intersetorial das políticas públicas destinadas à proteção e ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;
III – acompanhar a implementação e o funcionamento dos fluxos de atendimento estabelecidos no Protocolo Municipal;
IV – identificar dificuldades, lacunas e sobreposições na atuação da Rede Municipal de Proteção e propor medidas para seu aperfeiçoamento;
V – promover a prevenção da revitimização e o aprimoramento das práticas de atendimento;
VI – acompanhar a implementação das disposições da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e de sua regulamentação, no âmbito das competências municipais; e
VII – contribuir para o fortalecimento e a qualificação permanente da Rede Municipal de Proteção.

Seção II
Da Composição

Art. 15. O Comitê será composto por representantes dos seguintes órgãos e serviços:
I – 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
II – 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
III – 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
IV – 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Saúde;
V – 2 (dois) representantes titulares e 2 (dois) suplentes da Secretaria Municipal de Educação;
VI – 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Conselho Tutelar.

§ 1º Os representantes dos órgãos e serviços municipais previstos nos incisos I a V serão indicados pelos responsáveis pelas respectivas unidades administrativas e designados por ato do Chefe do Poder Executivo, preferencialmente entre profissionais com atuação ou conhecimento relacionado à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

§ 2º O representante titular e o suplente do Conselho Tutelar serão indicados pelo próprio Conselho Tutelar, na forma de seu regimento interno, e formalmente comunicados ao Município.

§ 3º A substituição dos representantes poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante comunicação formal do órgão ou instituição representada, observada a forma de designação prevista nos §§ 1º e 2º.

§ 4º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

§ 5º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê, sem direito a voto, representantes de outros órgãos ou instituições públicas ou privadas, entidades da sociedade civil, profissionais ou especialistas cuja participação seja considerada pertinente à matéria em discussão.

Seção III
Da Coordenação e da Secretaria-Executiva

Art. 16. A coordenação do Comitê caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a quem compete promover a articulação institucional necessária ao funcionamento do colegiado.

Art. 17. A Secretaria-Executiva do Comitê será exercida pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no âmbito da Proteção Social Especial, competindo-lhe prestar o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do colegiado, sob a orientação da Coordenação.

Parágrafo único. Compete à Secretaria-Executiva:
I – organizar e encaminhar as convocações das reuniões;
II – elaborar e encaminhar as pautas e os documentos necessários à apreciação das matérias;
III – registrar e organizar as atas e demais documentos produzidos pelo Comitê;
IV – acompanhar o cumprimento das deliberações e encaminhamentos do Comitê;
V – manter organizados os documentos e registros relativos às atividades do colegiado;

VI – prestar o suporte necessário à articulação entre os integrantes da Rede Municipal de Proteção;
VII – exercer outras atividades de apoio técnico e administrativo necessárias ao funcionamento do Comitê, desde que compatíveis com sua finalidade e com as atribuições estabelecidas neste Decreto.

Seção IV
Das Competências

Art. 18. Compete ao Comitê:
I – articular e mobilizar os órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção;
II – planejar, acompanhar e avaliar as ações intersetoriais de proteção e atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência;
III – acompanhar a implementação e a efetividade dos fluxos de atendimento previstos no Protocolo Municipal;
IV – colaborar na definição, revisão e aperfeiçoamento dos fluxos de atendimento, observadas as competências legais de cada órgão;
V – identificar lacunas, dificuldades e sobreposições na atuação dos serviços e propor medidas de aperfeiçoamento;
VI – promover a integração entre as políticas públicas envolvidas no atendimento;
VII – propor e apoiar ações de capacitação continuada dos profissionais da Rede Municipal de Proteção;
VIII – promover medidas destinadas à prevenção da revitimização e ao aprimoramento da qualidade do atendimento;
IX – acompanhar a aplicação do Protocolo Municipal e propor sua atualização quando identificadas necessidades de natureza técnica, normativa ou operacional;
X – promover o compartilhamento, entre os integrantes da Rede, de informações necessárias ao planejamento e aperfeiçoamento das ações, observados o sigilo, a proteção de dados pessoais e as restrições legais aplicáveis;
XI – acompanhar, sempre que possível, informações e indicadores agregados relacionados ao atendimento, sem acesso ou divulgação indevida de dados pessoais ou informações que permitam a identificação das vítimas;
XII – elaborar ou apoiar diagnósticos e levantamentos destinados ao aprimoramento da política municipal de proteção e atendimento;
XIII – encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA informações, diagnósticos, propostas e recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da política municipal, respeitadas as competências do colegiado;
XIV – promover a articulação com outros órgãos e instituições que possam contribuir para o fortalecimento da proteção de crianças e adolescentes; e
XV – exercer outras atribuições compatíveis com sua finalidade e com as competências estabelecidas neste Decreto.
Parágrafo único. É vedado ao Comitê exercer atribuições de investigação criminal, produção de prova, julgamento, aplicação de medidas de competência de outros órgãos ou qualquer outra atividade que extrapole sua finalidade de articulação, gestão colegiada e acompanhamento da Rede Municipal de Proteção, observado o disposto no § 2º do art. 13 deste Decreto.

Seção V
Do Funcionamento

Art. 19. O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de sua Coordenação ou por solicitação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.
§ 1º As reuniões poderão ser realizadas presencialmente ou por meio eletrônico que assegure a participação e a manifestação dos integrantes.
§ 2º A convocação deverá indicar a data, o horário, o local ou meio de realização e a pauta da reunião, sendo encaminhada aos membros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, cujo prazo será computado excluindo-se o dia do envio e incluindo-se o dia do vencimento, salvo situação de urgência devidamente justificada.

Art. 20. O Comitê instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação, após o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.
§ 1º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes com direito a voto, desde que instalada a reunião na forma do caput.

§ 2º Em caso de empate nas deliberações, caberá à pessoa que estiver exercendo a Coordenação do Comitê o voto de qualidade.

§ 3º As deliberações do Comitê terão caráter técnico, administrativo e propositivo no âmbito de suas competências e não poderão substituir atos, decisões ou providências de competência legal de outros órgãos ou autoridades.

Art. 21. As reuniões do Comitê serão registradas em ata, contendo, no mínimo:
I – a data, o horário e a forma de realização;
II – a relação dos membros presentes e ausentes;
III – as matérias apreciadas;
IV – as deliberações e os respectivos encaminhamentos;
V – os responsáveis pela execução dos encaminhamentos e, quando estabelecido, o respectivo prazo.
Parágrafo único. As atas ficarão sob responsabilidade da Secretaria-Executiva, que deverá mantê-las organizadas e arquivadas, em meio físico ou eletrônico, assegurada a observância das disposições legais relativas ao sigilo e à proteção de dados pessoais.

Art. 22. O membro titular será substituído pelo respectivo suplente em suas ausências e impedimentos.

§ 1º A substituição definitiva de representante deverá ser formalmente comunicada à Secretaria-Executiva, observadas as regras de indicação e designação previstas no art. 15.

§ 2º A ausência reiterada de representante deverá ser comunicada pela Secretaria-Executiva ao órgão ou instituição responsável por sua indicação, para avaliação quanto à necessidade de substituição.

Art. 23. O Comitê poderá elaborar e aprovar seu regimento interno, destinado à organização e ao funcionamento de seus trabalhos, desde que compatível com este Decreto e com a legislação aplicável, vedada a criação ou alteração de competências, obrigações ou estruturas administrativas.

CAPÍTULO IV
DA INTEGRAÇÃO E DOS FLUXOS DE ATENDIMENTO

Seção I
Da Atuação Integrada

Art. 24. O atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência será realizado de forma articulada entre os órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção, observadas as competências legais e institucionais de cada integrante e as disposições deste Decreto e do Protocolo Municipal de Atendimento.

Art. 25. A atuação integrada da Rede Municipal de Proteção deverá assegurar:
I – acolhimento e atendimento humanizado, adequado à condição peculiar de desenvolvimento da criança e do adolescente;
II – adoção das medidas de proteção necessárias à preservação da integridade física e psicológica da criança ou do adolescente;
III – articulação entre os serviços e órgãos responsáveis pelo atendimento, evitando-se a fragmentação da assistência;
IV – definição clara das responsabilidades e dos encaminhamentos de cada órgão ou serviço, conforme suas competências;
V – continuidade do atendimento, mediante mecanismos de referência, contrarreferência e acompanhamento;
VI – compartilhamento das informações estritamente necessárias à proteção e ao atendimento, observados o sigilo, a privacidade e a legislação aplicável;
VII – prevenção da revitimização e da violência institucional; e
VIII – observância dos fluxos e procedimentos estabelecidos no Protocolo Municipal de Atendimento.

Art. 26. Os órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção deverão adotar as providências cabíveis diante de situações de violência ou suspeita de violência contra criança ou adolescente, observadas as atribuições legais de cada órgão e os fluxos estabelecidos no Protocolo Municipal de Atendimento.

§ 1º A identificação ou suspeita de violência deverá ensejar a adoção das providências de proteção e dos encaminhamentos necessários, sem prejuízo das comunicações legalmente exigidas aos órgãos competentes.

§ 2º O profissional que receber a revelação espontânea de situação de violência deverá acolher a criança ou o adolescente, evitar questionamentos desnecessários ou de natureza investigativa e adotar as providências previstas no Protocolo Municipal e na legislação aplicável.

Art. 27. O atendimento deverá observar a necessidade de intervenção precoce, mínima e urgente, conforme a natureza e a gravidade da situação, sem prejuízo da adoção das medidas necessárias à proteção integral da criança ou do adolescente.

Parágrafo único. A atuação dos órgãos e serviços deverá limitar-se ao estritamente necessário ao cumprimento de suas respectivas atribuições, evitando-se a repetição desnecessária de relatos, entrevistas ou procedimentos que possam contribuir para a revitimização da criança ou do adolescente.

Seção II
Dos Fluxos de Atendimento

Art. 28. Os fluxos de atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência serão estabelecidos no Protocolo Municipal de Atendimento, que definirá, de acordo com a natureza da situação, os procedimentos, encaminhamentos e os mecanismos de referência e contrarreferência aplicáveis.

§ 1º Os fluxos deverão considerar, quando aplicável, a natureza e a gravidade da violência, a existência de risco à integridade da criança ou do adolescente, a necessidade de atendimento imediato e as demais circunstâncias relevantes para a proteção.

§ 2º Os fluxos previstos no Protocolo não afastam a obrigação de adoção das medidas legalmente exigidas diante de situações que demandem providências imediatas ou específicas.

Art. 29. O órgão ou serviço que identificar situação de violência ou receber comunicação acerca de sua ocorrência deverá adotar, dentro de sua competência, as providências de proteção e os encaminhamentos necessários, sem condicionar a continuidade do atendimento à atuação prévia de outro órgão da Rede.

Art. 30. O encaminhamento da criança ou do adolescente entre os serviços da Rede Municipal de Proteção deverá ser realizado de forma articulada, com o fornecimento das informações estritamente necessárias à continuidade do atendimento, observados o sigilo, a proteção de dados pessoais e o melhor interesse da criança ou do adolescente.

§ 1º O serviço que realizar o encaminhamento deverá, sempre que cabível, assegurar a adequada orientação quanto ao serviço de destino e registrar o encaminhamento realizado.

§ 2º O serviço que receber o encaminhamento deverá adotar as providências de sua competência e, quando previsto no fluxo correspondente, realizar a contrarreferência ao serviço de origem.

Art. 31. Nas situações que envolvam risco atual ou iminente à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, os órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção deverão priorizar a adoção das medidas de proteção e dos encaminhamentos necessários, conforme suas competências legais e o fluxo específico estabelecido no Protocolo Municipal.

Art. 32. Nas situações de violência sexual, deverão ser observados os procedimentos específicos previstos no Protocolo Municipal, assegurando-se a adoção das medidas de proteção e, quando necessárias, o atendimento de saúde em caráter imediato e conforme a urgência do caso, sem prejuízo das comunicações e demais providências previstas na legislação aplicável.

CAPÍTULO V
DA ESCUTA ESPECIALIZADA E DO DEPOIMENTO ESPECIAL

Seção I
Da Escuta Especializada

Art. 33. Fica instituída, no âmbito do Município de Iguaraçu, a escuta especializada, como procedimento de entrevista realizado por profissional capacitado, integrante da Rede Municipal de Proteção, no âmbito do Núcleo de Escuta Especializada, com a criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência, observado o disposto na Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, no Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, e no Protocolo Municipal de Atendimento.

§ 1º A escuta especializada deverá limitar-se ao estritamente necessário para o cumprimento de sua finalidade protetiva e para a adequada prestação do atendimento.

§ 2º A escuta especializada não tem finalidade de produzir prova para investigação ou processo judicial ou policial, não devendo ser conduzida como interrogatório ou inquirição.

Art. 34. Na realização da escuta especializada deverão ser observados:
I – o respeito à dignidade, à intimidade, à privacidade e à condição peculiar de desenvolvimento da criança e do adolescente;
II – a utilização de linguagem adequada à idade, ao desenvolvimento e às características da criança ou do adolescente;
III – a garantia de ambiente adequado, seguro e acolhedor;
IV – a prevenção da revitimização;
V – o respeito ao direito da criança ou do adolescente de ser ouvido e de expressar seus desejos e opiniões, assim como de permanecer em silêncio, quando cabível;
VI – a observância dos limites de atuação do serviço e das competências legais do profissional responsável;
VII – o registro das informações estritamente necessárias à continuidade do atendimento e à adoção das medidas de proteção cabíveis.

Art. 35. O profissional responsável pela escuta especializada deverá evitar perguntas ou procedimentos destinados à apuração da autoria, à reconstrução minuciosa dos fatos ou à produção de elementos probatórios, devendo encaminhar às autoridades competentes as informações e situações que demandem providências de natureza policial, judicial ou de outra competência legal.

Parágrafo único. A necessidade de comunicação ou encaminhamento a outro órgão não autoriza a repetição desnecessária da entrevista da criança ou do adolescente pela Rede Municipal de Proteção, devendo ser observados os mecanismos de articulação e os fluxos estabelecidos no Protocolo Municipal.

Art. 36. A realização da escuta especializada observará os procedimentos estabelecidos no Protocolo Municipal, as competências institucionais de cada órgão e a legislação vigente.

Parágrafo único. A organização dos serviços responsáveis pela realização da escuta especializada poderá ser disciplinada por ato administrativo complementar, desde que compatível com este Decreto, com o Protocolo Municipal e com a legislação vigente.

Seção II
Do Núcleo de Escuta Especializada

Art. 37. Fica instituído, no âmbito do Município de Iguaraçu, o Núcleo de Escuta Especializada, como estrutura técnica, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, responsável pela organização e realização da escuta especializada, nos termos deste Decreto, do Protocolo Municipal de Atendimento e da legislação aplicável.

§ 1º O Núcleo atuará de forma articulada com os órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção, respeitadas as competências legais e institucionais de cada integrante.

Art. 38. O Núcleo será composto por profissionais capacitados para a realização da escuta especializada, designados por ato do Poder Executivo, observadas as atribuições dos respectivos cargos, empregos ou funções e a organização administrativa municipal.

§ 1º A designação dos profissionais deverá considerar a formação, a capacitação e a experiência compatíveis com as atividades a serem desempenhadas.

§ 2º A composição e a organização do Núcleo poderão ser detalhadas por ato administrativo complementar, respeitadas as disposições deste Decreto e da legislação vigente.

Art. 39. Compete ao Núcleo de Escuta Especializada:
I – realizar a escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, observados os requisitos legais e os procedimentos previstos no Protocolo Municipal;
II – acolher a criança ou o adolescente e prestar as informações necessárias sobre o procedimento, em linguagem compatível com sua idade e seu desenvolvimento;
III – articular-se com os órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção para assegurar os encaminhamentos e a continuidade do atendimento;
IV – registrar as informações estritamente necessárias à finalidade protetiva e ao atendimento, observadas as regras de sigilo e proteção de dados;
V – evitar a repetição desnecessária do relato da criança ou do adolescente;
VI – observar os limites de atuação da escuta especializada, sem realizar investigação ou procedimentos destinados à produção de prova.

Art. 40. O funcionamento do Núcleo, os procedimentos de encaminhamento, o agendamento, a realização e o registro da escuta especializada serão disciplinados pelo Protocolo Municipal de Atendimento e, quando necessário, por ato administrativo complementar.

Parágrafo único. Os atos complementares não poderão criar atribuições incompatíveis com este Decreto, transferir competências legais de outros órgãos ou afastar as garantias previstas na legislação aplicável.

Seção III
Do Depoimento Especial

Art. 41. O depoimento especial é o procedimento de oitiva da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária, destinado à produção de prova, observado o disposto na Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e na legislação aplicável.

Art. 42. A realização do depoimento especial não integra as atribuições dos órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção, cabendo-lhes, quando necessário, realizar os encaminhamentos aos órgãos competentes, nos termos da legislação aplicável.

Art. 43. A escuta especializada e o depoimento especial são procedimentos distintos quanto à finalidade, à competência e ao contexto de realização, não podendo um ser utilizado como substituto do outro.

Art. 44. Os órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção não realizarão entrevistas ou procedimentos destinados à produção de prova como substituição ao depoimento especial, devendo observar os encaminhamentos e fluxos estabelecidos no Protocolo Municipal de Atendimento.

CAPÍTULO VI
DO PROTOCOLO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA

Art. 45. Fica aprovado e instituído, no âmbito do Município de Iguaraçu, o Protocolo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, na forma do Anexo Único deste Decreto, que dele constitui parte integrante.

Art. 46. O Protocolo Municipal constitui instrumento técnico-operacional destinado a orientar e padronizar a atuação dos órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção no atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência, observadas as competências legais e institucionais de cada integrante.

Art. 47. Os órgãos, serviços, programas e equipamentos municipais abrangidos pelo Protocolo deverão observar os fluxos, procedimentos, responsabilidades, mecanismos de encaminhamento e demais orientações nele estabelecidos, sem prejuízo da adoção das providências previstas na legislação aplicável diante das particularidades de cada situação.

§ 1º A observância do Protocolo não implica alteração ou transferência das competências legais e institucionais dos órgãos e serviços que integram a Rede Municipal de Proteção.

§ 2º Os procedimentos previstos no Protocolo deverão ser interpretados e aplicados em conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, a Lei Federal nº 14.344, de 24 de maio de 2022, e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 48. O Protocolo deverá ser utilizado como referência para a atuação articulada dos serviços da Rede Municipal de Proteção, especialmente quanto:
I – à identificação e ao acolhimento das situações de violência;
II – à adoção das medidas de proteção cabíveis;
III – aos encaminhamentos entre os serviços;
IV – aos mecanismos de referência e contrarreferência;
V – à prevenção da revitimização;
VI – à realização da escuta especializada, quando cabível, e à atuação do Núcleo de Escuta Especializada;
VII – às situações que demandem atendimento de urgência ou emergência;
VIII – aos demais procedimentos necessários à continuidade e à integralidade do atendimento.

Art. 49. A implementação, o acompanhamento e a avaliação do Protocolo serão realizados de forma articulada pela Rede Municipal de Proteção, sob acompanhamento do Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, observadas as competências dos órgãos e serviços envolvidos.

§ 1º Identificada a necessidade de alteração, atualização ou aperfeiçoamento do Protocolo, o Comitê poderá propor as modificações necessárias, mediante justificativa técnica e observância da legislação vigente.

§ 2º As alterações que impliquem modificação do conteúdo normativo ou das obrigações estabelecidas neste Decreto dependerão da edição do ato normativo correspondente.

Art. 50. A versão atualizada do Protocolo deverá permanecer disponível aos órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção e ser divulgada de forma a assegurar o conhecimento de seu conteúdo pelos profissionais responsáveis pelo atendimento.

CAPÍTULO VII
DA CAPACITAÇÃO, DO MONITORAMENTO E DO APERFEIÇOAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO

Art. 51. Os profissionais dos órgãos, serviços, programas e equipamentos municipais que atuem na promoção, proteção, atendimento ou defesa dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência deverão participar de ações de capacitação e aperfeiçoamento relacionadas às atribuições que desempenham.

§ 1º As ações de capacitação deverão considerar, conforme a atuação dos profissionais, conteúdos relacionados à identificação das situações de violência, acolhimento, prevenção da revitimização, fluxos de atendimento, escuta especializada, encaminhamentos, atuação intersetorial e demais aspectos necessários ao adequado exercício de suas funções.

§ 2º Sempre que possível, as ações de capacitação serão realizadas de forma intersetorial, de modo a favorecer o conhecimento e a integração entre os diferentes órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção.

§ 3º A realização das ações previstas neste artigo observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e poderá ocorrer mediante articulação com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades especializadas e demais parceiros, observada a legislação aplicável.

Art. 52. Compete ao Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência acompanhar as necessidades de capacitação dos profissionais da Rede Municipal de Proteção e propor ações formativas compatíveis com as demandas identificadas.

Parágrafo único. O Comitê poderá propor planejamento integrado de capacitação, considerando as competências dos diferentes órgãos e serviços e as necessidades identificadas na implementação do Protocolo Municipal.

Art. 53. O acompanhamento da implementação da política municipal de proteção e atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência será realizado de forma articulada pelos órgãos integrantes da Rede Municipal de Proteção, sob acompanhamento do Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

§ 1º O monitoramento deverá considerar, sempre que disponíveis e pertinentes, informações agregadas sobre:
I – o funcionamento dos fluxos de atendimento;
II – as dificuldades identificadas na articulação entre os serviços;
III – as necessidades de aprimoramento dos procedimentos;
IV – as ações de capacitação realizadas; e
V – outras informações necessárias à avaliação da atuação integrada da Rede.

§ 2º O monitoramento não poderá resultar na exposição ou identificação indevida de crianças e adolescentes ou na divulgação de informações protegidas por sigilo.

Art. 54. O Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência poderá propor medidas de aperfeiçoamento da Rede Municipal de Proteção e dos fluxos de atendimento, sempre que o acompanhamento de sua implementação indicar necessidade de adequação.

Parágrafo único. As propostas de aperfeiçoamento deverão observar as competências legais de cada órgão e, quando implicarem alteração do conteúdo deste Decreto, dependerão da adoção do correspondente ato normativo.

CAPÍTULO VIII
DA PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES, DO SIGILO E DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Art. 55. As informações relativas à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência serão tratadas com confidencialidade e utilizadas para finalidades relacionadas à proteção, ao atendimento, ao acompanhamento e à garantia de seus direitos, observadas as disposições legais aplicáveis e as hipóteses legais de comunicação e compartilhamento.

Art. 56. O compartilhamento de informações entre os órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção deverá ocorrer somente quando necessário ao cumprimento de suas atribuições legais e à continuidade ou efetividade da proteção e do atendimento da criança ou do adolescente.

§ 1º O compartilhamento de informações deverá observar os princípios da finalidade, necessidade, adequação, segurança e proteção da privacidade, bem como as demais disposições da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

§ 2º Sempre que possível e adequado à finalidade do atendimento, deverão ser compartilhadas apenas as informações estritamente necessárias à atuação do órgão ou serviço destinatário.

§ 3º O compartilhamento não poderá resultar na divulgação indevida da identidade, da imagem, do endereço ou de outras informações que permitam a identificação da criança ou do adolescente, de seus familiares ou de outras pessoas envolvidas.

Art. 57. Os registros produzidos pelos órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção deverão conter as informações necessárias ao atendimento e ao acompanhamento da criança ou do adolescente, observados a finalidade do registro, o sigilo e a proteção dos dados pessoais.
Parágrafo único. Nos casos em que houver compartilhamento de informações entre serviços da Rede, deverão ser observados, no mínimo, os registros necessários à identificação da criança ou do adolescente, à descrição do atendimento realizado, aos elementos necessários à proteção e aos encaminhamentos efetuados, conforme os instrumentos previstos no Protocolo Municipal.

Art. 58. O acesso às informações e aos registros relativos às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência será restrito aos profissionais que necessitem dessas informações para o exercício de suas atribuições, observadas as competências institucionais e as normas de segurança e proteção de dados aplicáveis.

§ 1º Os profissionais que tenham acesso às informações em razão de suas funções deverão preservar o sigilo e utilizar os dados exclusivamente para as finalidades relacionadas ao atendimento e à proteção da criança ou do adolescente.

§ 2º A obrigação de sigilo permanece após o encerramento da atuação profissional ou do vínculo funcional, sem prejuízo das hipóteses legais de comunicação, compartilhamento ou acesso por autoridade competente.

Art. 59. O compartilhamento de informações não afasta o dever de comunicação aos órgãos competentes nas hipóteses previstas em lei, nem impede a adoção das medidas necessárias à proteção da criança ou do adolescente.

Art. 60. O Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência poderá utilizar informações agregadas e não identificáveis para fins de planejamento, monitoramento e avaliação das ações da Rede Municipal de Proteção, vedada a utilização dessas informações para exposição ou identificação indevida das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 61. Os procedimentos relativos ao registro, armazenamento, acesso, compartilhamento e proteção das informações no âmbito da Rede Municipal de Proteção observarão as disposições deste Decreto, da legislação aplicável e do Protocolo Municipal de Atendimento.

CAPÍTULO IX
DA ARTICULAÇÃO COM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 62. O Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência atuará de forma articulada com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, respeitadas as competências legais e regimentais de cada órgão.

Art. 63. Compete ao Comitê encaminhar ao CMDCA, sempre que pertinente, informações, diagnósticos, avaliações, propostas e recomendações relacionadas à implementação e ao aperfeiçoamento das ações de proteção e atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência.

Art. 64. O CMDCA exercerá, no âmbito de suas competências legais, as atribuições de formulação, deliberação, acompanhamento e controle das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, observada a legislação aplicável.

§ 1º A atuação do Comitê não substitui nem limita as competências próprias do CMDCA.

§ 2º As propostas de alteração ou aperfeiçoamento da política municipal encaminhadas pelo Comitê ao CMDCA serão apreciadas pelo Conselho quando a matéria estiver inserida em suas competências legais.

Art. 65. O Comitê poderá encaminhar ao CMDCA as matérias relacionadas à política de proteção e atendimento à criança e ao adolescente, bem como participar de discussões, reuniões e ações promovidas pelo Conselho quando houver pertinência temática.

Art. 66. O CMDCA poderá solicitar ao Comitê informações, diagnósticos ou subsídios técnicos relacionados à execução e ao acompanhamento da política municipal de proteção e atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência, observadas as disposições relativas ao sigilo e à proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. Os órgãos e serviços municipais integrantes da Rede Municipal de Proteção deverão observar as disposições deste Decreto e do Protocolo Municipal de Atendimento, sem prejuízo do cumprimento das demais normas legais e regulamentares aplicáveis às suas respectivas áreas de atuação.

Art. 68. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sem prejuízo das competências do Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e dos demais órgãos integrantes da Rede Municipal de Proteção, poderá expedir orientações e atos administrativos complementares necessários à execução deste Decreto e à organização dos serviços sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. Os atos complementares de que trata o caput não poderão criar ou alterar competências, obrigações ou estruturas administrativas não previstas neste Decreto ou na legislação vigente.

Art. 69. A implementação das disposições deste Decreto será realizada pelos órgãos e serviços municipais no âmbito de suas respectivas competências, utilizando-se, prioritariamente, da estrutura administrativa, dos recursos humanos, materiais e orçamentários disponíveis, observada a legislação orçamentária e financeira.

Art. 70. A participação dos agentes públicos nas atividades do Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência será considerada serviço público relevante e não ensejará remuneração adicional, sem prejuízo das atribuições próprias dos cargos, empregos ou funções que ocupem.

Art. 71. As disposições deste Decreto serão interpretadas e aplicadas em conformidade com a legislação federal e municipal vigente, especialmente com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, e a Lei Federal nº 14.344, de 24 de maio de 2022.

Art. 72. Ficam expressamente revogados:
I – o Decreto Municipal nº 122/2015, para fins de consolidação e segurança jurídica;
II – o Decreto Municipal nº 358/2025;
III – o Decreto Municipal nº 359/2025.
IV – Revogam-se também todas as demais disposições em contrário.

Art. 73. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARAÇU/PR, em 02 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

PROTOCOLO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA

MUNICÍPIO DE IGUARAÇU – PARANÁ

SUMÁRIO
1. APRESENTAÇÃO
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
3. OBJETIVOS
4. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
5. FORMAS DE VIOLÊNCIA E SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS
6. DISTINÇÃO FUNDAMENTAL: ESCUTA ESPECIALIZADA × DEPOIMENTO ESPECIAL
7. REDE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO
8. FLUXOS DE ATENDIMENTO
9. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS
10. ATRIBUIÇÕES POR SETOR
11. PRAZOS E RESPONSABILIDADES
12. REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA
13. INSTRUMENTOS PADRONIZADOS
14. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. APRESENTAÇÃO
Este Protocolo estabelece os procedimentos de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no âmbito do Município de Iguaraçu, Paraná. Destina-se aos profissionais dos órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção, especialmente das áreas de Assistência Social, Saúde, Educação e Conselho Tutelar, bem como aos demais órgãos e serviços que, no âmbito de suas competências legais, participem do atendimento e da proteção de crianças e adolescentes.

Sua elaboração fundamenta-se na Lei Federal nº 13.431/2017, no Decreto Federal nº 9.603/2018, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), na Lei nº 12.845/2013, nas normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), na Lei Federal nº 13.709/2018, e nas demais normas e orientações aplicáveis às políticas de Assistência Social, Saúde e Educação.

Elaboração:
• Equipe Técnica do CREAS de Iguaraçu;
• Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Norma	Disposição
Constituição Federal, art. 227	Dever da família, sociedade e Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão
Lei nº 8.069/1990 (ECA)	Estabelece a proteção integral e a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, dispondo sobre medidas de proteção, comunicação de suspeita ou confirmação de violência e deveres dos órgãos e serviços que atuam na garantia de direitos.
Lei nº 13.431/2017	Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, define as formas de violência e disciplina a escuta especializada (art. 7º) e o depoimento especial (art. 8º).
Decreto nº 9.603/2018	Regulamenta a Lei nº 13.431/2017
Lei nº 14.344/2022	Estabelece mecanismos de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente e dispõe sobre medidas de assistência e proteção.
Lei nº 12.845/2013	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral às vítimas de violência sexual no SUS ("Lei do Minuto Seguinte")
Lei nº 13.709/2018 (LGPD)	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive dados pessoais sensíveis, estabelecendo regras aplicáveis à proteção da privacidade e à segurança das informações relativas às crianças e aos adolescentes.
Portaria de consolidação MS nº 04/2017	Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública e estabelece a notificação compulsória, inclusive de casos suspeitos ou confirmados de violência
Decreto Municipal nº 204/2026	Regulamenta, no âmbito do Município de Iguaraçu, a atuação municipal no Sistema de Garantia de Direitos da criança e doadolescente vítima ou testemunha de violência; organiza a Rede Municipal de Proteção; institui o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência; institui e disciplina a escuta especializada e o Núcleo de Escuta Especializada; e aprova o Protocolo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral
• Fortalecer a Rede Municipal de Proteção por meio da padronização de fluxos, procedimentos e diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, promovendo uma atuação integrada, humanizada e qualificada, com foco na proteção integral, na prevenção da revitimização e na garantia dos direitos previstos na legislação vigente.

3.2 Objetivos Específicos
• Orientar os profissionais da Rede Municipal de Proteção quanto à identificação, ao acolhimento, aos encaminhamentos e ao acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.
• Padronizar os fluxos de atendimento, comunicação e encaminhamento entre os órgãos que compõem a Rede Municipal de Proteção.
• Fortalecer a atuação articulada e intersetorial dos serviços que integram o Sistema de Garantia de Direitos.
• Definir as atribuições e responsabilidades dos órgãos envolvidos no atendimento, respeitando suas competências legais.
• Contribuir para a prevenção da revitimização, assegurando um atendimento ético, humanizado e centrado na proteção integral da criança e do adolescente.
• Promover a qualificação contínua das práticas profissionais, em conformidade com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Federal nº 13.431/2017, o Decreto Federal nº 9.603/2018 e demais normativas aplicáveis.

4. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

4.1. Princípios (art. 2º, Lei nº 13.431/2017)
1. Proteção integral e prioridade absoluta — a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, devendo ser-lhes asseguradas, por lei ou por qualquer outro meio, todas as oportunidades e facilidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com prioridade na adoção das medidas de proteção necessárias ao atendimento de suas necessidades.
2. Melhor interesse da criança e do adolescente — a atuação dos órgãos e serviços deverá considerar, em cada situação, as necessidades específicas e a proteção integral da criança ou do adolescente.
3. Prevenção da revitimização — vedada qualquer conduta que submeta a criança ou adolescente a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos;
4. Sigilo e confidencialidade — as informações deverão ser tratadas e compartilhadas nos limites necessários ao atendimento e à proteção da criança ou do adolescente, observadas as hipóteses legais de comunicação, o sigilo profissional e a legislação de proteção de dados pessoais.
5. Intervenção precoce — identificada situação de violência ou risco, deverão ser adotadas, com a brevidade necessária, as providências de proteção cabíveis, conforme a natureza e a gravidade da situação e as competências de cada órgão.
6. Intersetorialidade e corresponsabilidade — atuação articulada entre os órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção, respeitadas as competências legais e institucionais de cada integrante.
7. Não discriminação — assegurar atendimento sem discriminação de qualquer natureza, respeitadas as características individuais, sociais, culturais, étnicas, raciais, religiosas, de gênero, de deficiência e demais condições da criança ou do adolescente.
8. Acolhimento familiar e comunitário — promover, sempre que compatível com a proteção integral e o melhor interesse da criança ou do adolescente, a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
9. Capacitação contínua da Rede — formação permanente dos profissionais envolvidos no atendimento, com o objetivo de qualificar as práticas e alinhar os procedimentos à legislação vigente.

4.2. Diretrizes Operacionais
• Atendimento humanizado, empático e livre de julgamentos;
• Escuta qualificada como instrumento de acolhimento e proteção, sem finalidade investigativa;
• Atuação centrada na proteção, não na apuração dos fatos, vedada a realização de investigação ou produção de prova pelos órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção.
• Comunicação imediata ao Conselho Tutelar em qualquer hipótese de suspeita ou confirmação;
• Respeito às competências institucionais de cada órgão e serviço;
• Registro formal dos atendimentos, providências e encaminhamentos realizados, na forma prevista neste Protocolo;
• Acompanhamento longitudinal da vítima e de sua família, quando necessário e conforme as necessidades identificadas e as competências de cada serviço.

5. FORMAS DE VIOLÊNCIA E SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS
Conforme art. 4º da Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018. (As situações previstas nos itens 5.6 e 5.7 também demandam atuação da Rede Municipal de Proteção, nos termos da legislação aplicável)

5.1. Violência Física
Entendida como a ação infligida à criança ou adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

5.2. Violência Psicológica
a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;
b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;
c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

5.3. Violência Sexual
Entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:
a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;
b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;
c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

5.4. Violência Institucional
É aquela praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização da criança ou do adolescente.

5.5. Violência Patrimonial
Entendida, nos termos da legislação aplicável, como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional

5.6. Negligência
Caracteriza-se pela omissão injustificada no atendimento das necessidades fundamentais da criança ou do adolescente, consideradas as circunstâncias concretas da situação, podendo envolver cuidados relacionados à saúde, alimentação, higiene, educação, segurança e proteção. A situação de pobreza ou vulnerabilidade socioeconômica, isoladamente, não caracteriza negligência, devendo ser avaliadas as condições concretas da família e, quando necessário, adotadas medidas de proteção e de acesso às políticas públicas.

5.7. Violência Autoprovocada

Compreende comportamentos ou atos intencionais de autolesão ou de tentativa de suicídio praticados pela própria criança ou adolescente, independentemente da finalidade atribuída ao ato, devendo a situação ser avaliada quanto à existência de risco à vida ou à integridade física e psicológica.

6. DISTINÇÃO FUNDAMENTAL: ESCUTA ESPECIALIZADA E DEPOIMENTO ESPECIAL

	ESCUTA ESPECIALIZADA	DEPOIMENTO ESPECIAL
Fundamento	Art. 7º, Lei nº 13.431/2017	Art. 8º, Lei nº 13.431/2017
Natureza	PROTETIVA / NÃO INVESTIGATIVA	VOLTADA À PRODUÇÃO DE PROVA
Onde ocorre	No espaço físico do CREAS, por profissional capacitado integrante do Núcleo de Escuta Especializada, estrutura técnica vinculada administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em articulação com os órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção.	Perante autoridade policial ou judiciária, conforme a legislação aplicável
Quem realiza	Profissional capacitado integrante do Núcleo de Escuta Especializada, designado na forma do Decreto e do ato administrativo correspondente.	Profissional capacitado e designado para a realização do procedimento, conforme a autoridade competente e legislação aplicável.
Finalidade	Subsidiar a adoção de medidas de assistência, proteção e cuidado.	Produzir prova para fins de investigação e responsabilização no âmbito policial ou judicial, conforme a legislação aplicável
Solicitação	Conselho Tutelar, Ministério Público ou conforme a necessidade de atendimento identificada pelos órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção, observadas as competências institucionais e os procedimentos estabelecidos neste Protocolo.	Determinada pela autoridade policial ou judiciária competente, nos termos da legislação aplicável
Registro	Relatório de Escuta Especializada, conforme instrumento padronizado neste Protocolo.	Preferencialmente realizado por meio de gravação audiovisual, observado o disposto na legislação aplicável
Consentimento ou Autorização	Não deve ser tratado como requisito geral para a adoção de medidas de proteção, devendo ser observadas as circunstâncias do caso, a legislação aplicável e os direitos da criança ou do adolescente.	Observados os procedimentos e requisitos previstos na legislação e determinados pela autoridade competente

7. REDE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS EM IGUARAÇU

Integram a Rede Municipal de Proteção, nos termos do Art. 9º do Decreto nº 204/2026: os órgãos, serviços, programas e equipamentos municipais que atuam na promoção, proteção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, incluindo a Assistência Social, a Saúde, a Educação, o Conselho Tutelar e o Núcleo de Escuta Especializada, sem prejuízo da articulação com os demais órgãos e instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos, no âmbito de suas respectivas competências.

7.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Equipamento	Natureza	Função Principal
CREAS	Proteção Social Especial — Média Complexidade	Atendimento especializado a famílias em situação de violação de direitos. Oferta o PAEFI e disponibiliza espaço para a realização da Escuta Especializada pelo profissional capacitado integrante do Núcleo de Escuta Especializada, conforme os procedimentos estabelecidos neste Protocolo.
CRAS	Proteção Social Básica	Atua na prevenção de situações de risco social. Oferta o PAIF e o SCFV. Identifica situações de vulnerabilidade, adota as providências e realiza os encaminhamentos necessários, conforme as necessidades identificadas, as competências dos serviços e o fluxo estabelecido neste Protocolo. Encaminha também ao CREAS e ao Conselho Tutelar quando cabíveis, conforme as necessidades identificadas e as competências de cada serviço.
SCFV	Proteção Social Básica	Prevenir situações de risco social e fortalecer vínculos familiares e comunitários.
Núcleo de Escuta Especializada	Estrutura técnica vinculada administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Organizar e realizar a escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, por profissionais capacitados, articulando-se com os órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção e observando a finalidade exclusivamente protetiva do procedimento.

7.2. Saúde

Equipamento	Função Principal
UBS 24 Horas	Porta de entrada para atendimento de urgência/emergência. Unidade de atendimento de saúde responsável pelo acolhimento e atendimento inicial das situações que demandem atenção imediata, conforme a organização da Rede Municipal de Saúde, com adoção das medidas assistenciais cabíveis e encaminhamento aos serviços de referência quando necessário.
Unidade Básica de Saúde UBSF Copacabana	Porta de entrada preferencial da Rede de Atenção à Saúde. Acolhimento, identificação, notificação compulsória (SINAN) e acompanhamento longitudinal.
Saúde Mental	Acompanhamento psicológico de crianças e adolescentes com sofrimento psíquico decorrente de violência. Suporte às famílias.

7.3. Educação

Equipamento	Função Principal
Escolas, CMEIs e creches	Identificação de sinais ou situações de violência, acolhimento inicial, adoção das providências previstas na legislação e neste Protocolo, comunicação aos órgãos competentes quando cabível, acompanhamento educacional e desenvolvimento de ações de prevenção e proteção.

7.4. Conselho Tutelar

Órgão	Função Principal
Conselho Tutelar	Órgão permanente e autônomo, não jurisdicional. Encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, competindo-lhe exercer as atribuições previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990.

7.5. Sistema de Justiça e Segurança

Os órgãos do Sistema de Justiça e Segurança Pública atuam de forma articulada com a Rede Municipal de Proteção e integram o Sistema de Garantia de Direitos, no âmbito de suas respectivas competências legais e institucionais.

Órgão	Função Principal
Polícia Civil	Registro de ocorrências, instauração de inquérito policial, investigação criminal, requisição de perícias.
Polícia Militar	Atendimento de situações emergenciais, preservação da integridade física e segurança das pessoas envolvidas e adoção das providências de polícia ostensiva cabíveis, inclusive acionamento dos órgãos competentes quando necessário.
Ministério Público	Atua na defesa dos direitos e interesses de crianças e adolescentes, exercendo as atribuições previstas na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação aplicável, inclusive quanto à adoção de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.
Poder Judiciário (Vara da Infância e Juventude)	Exerce a função jurisdicional e aprecia as medidas judiciais de sua competência relacionadas à proteção da criança e do adolescente, observada a organização judiciária e a legislação aplicável. O depoimento especial será realizado perante a autoridade policial ou judiciária competente, conforme a legislação aplicável.

8. FLUXOS DE ATENDIMENTO

(Ressalta-se a inviabilidade de anexação de imagens ao presente documento, sendo as respectivas mídias disponibilizadas publicamente no portal oficial de publicações da Prefeitura Municipal de Iguaraçu.)

9. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

9.1. Revelação Espontânea (art. 4º, §3º, Lei nº 13.431/2017)

Regra: Quando a criança ou o adolescente revelar espontaneamente situação de violência, o profissional deverá acolher a manifestação, sem realizar perguntas desnecessárias ou de caráter investigativo, registrar as informações necessárias (Ficha de Revelação Espontânea) e adotar as providências de proteção e os encaminhamentos cabíveis, observados os fluxos estabelecidos neste Protocolo.

Conduta do profissional:
• Acolher a criança ou o adolescente de forma respeitosa e segura;
• Ouvir sem interromper ou induzir respostas;
• Não realizar questionamentos destinados a confirmar ou investigar os fatos;
• Registrar as informações necessárias à compreensão da situação e à adoção das providências cabíveis;
• Comunicar imediatamente o Conselho Tutelar, observadas as competências legais;
• Adotar as demais providências de sua competência e comunicações legalmente exigidas;
Registro mínimo obrigatório:
• Data, hora e local da revelação;
• Circunstâncias em que ocorreu a revelação;
• Registro fiel e objetivo das informações espontaneamente apresentadas pela criança ou pelo adolescente (informações necessárias à compreensão da situação e à adoção das providências cabíveis);
• Identificação do profissional que acolheu;
• Providências e encaminhamentos realizados;

9.2. Escuta Especializada (art. 7º, Lei nº 13.431/2017)
• Definição: procedimento de entrevista realizado por profissional capacitado, integrante do Núcleo de Escuta Especializada, no âmbito da Rede Municipal de Proteção, com finalidade exclusivamente protetiva, limitado ao estritamente necessário para subsidiar as medidas de proteção.
• Quem solicita: Conselho Tutelar, Ministério Público ou conforme a necessidade de atendimento identificada pelos órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção, observadas as competências institucionais e os procedimentos estabelecidos neste Protocolo.
• Quem realiza: profissional capacitado integrante do Núcleo de Escuta Especializada, designado na forma do Decreto e do ato administrativo correspondente, no espaço do CREAS, conforme os procedimentos estabelecidos neste Protocolo.

Características:
• Possui finalidade exclusivamente protetiva;
• Deverá limitar-se às informações necessárias ao cumprimento de sua finalidade;
• Deverá ser realizada no espaço do CREAS, em ambiente adequado e acolhedor, preservada a privacidade da criança ou do adolescente;
• Deverá ser registrada em instrumento próprio, denominado Relatório de Escuta Especializada, contendo somente as informações necessárias à finalidade protetiva do procedimento;
• Não deverá ser utilizada para investigação, produção de prova ou apuração de responsabilidade;
• O Relatório de Escuta Especializada não substitui o depoimento especial, procedimento próprio destinado à produção de prova, realizado perante autoridade policial ou judiciária competente, nos termos da legislação aplicável.

9.3. Notificação Compulsória
A notificação compulsória consiste na comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada pelos profissionais ou responsáveis pelos serviços de saúde.

Nos casos de violência contra crianças e adolescentes, a Rede Municipal de Proteção, por meio do Conselho Tutelar, realizará os encaminhamentos necessários aos serviços competentes, inclusive à área da saúde, quando a situação demandar avaliação ou atendimento em saúde, cabendo ao serviço de saúde, quando configurada hipótese de notificação compulsória, realizar o preenchimento do instrumento próprio e o respectivo registro no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, observados os procedimentos técnicos e os fluxos da Vigilância em Saúde.

Quando a situação for encaminhada ao serviço de saúde, deverão ser fornecidas as informações estritamente necessárias à avaliação e adoção das providências cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade própria do serviço de saúde.
A notificação compulsória não substitui as demais comunicações, encaminhamentos e medidas de proteção previstos neste Protocolo, devendo os órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção atuar de forma articulada, respeitadas as competências institucionais de cada um.

9.4. Comunicação ao Conselho Tutelar
Os casos de suspeita ou confirmação de violência contra criança ou adolescente deverão, obrigatoriamente, ser comunicados ao Conselho Tutelar, sem prejuízo das demais providências legais.
I – Acionamento imediato: assim que identificada a situação de suspeita ou confirmação de violência, o profissional ou serviço deverá acionar imediatamente o Conselho Tutelar, por meio de ligação telefônica e/ou WhatsApp institucional, para ciência da situação e adoção das providências de sua competência.
II – Comunicação formal: após o acionamento imediato, a situação deverá ser formalizada por escrito no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, mediante instrumento próprio (Ofício), com o encaminhamento das informações estritamente necessárias à avaliação e adoção das medidas de proteção cabíveis. Quando houver revelação espontânea, a Ficha de Revelação Espontânea (Anexo I) deverá acompanhar a comunicação formal, observados os procedimentos previstos neste Protocolo.

Conteúdo mínimo da comunicação:
• Identificação da criança ou do adolescente, com os dados necessários à sua localização e proteção;
• Identificação dos responsáveis legais, quando conhecidos;
• Descrição objetiva dos fatos, sinais ou circunstâncias que motivaram a comunicação;
• Identificação do profissional e do serviço comunicante, com nome, cargo ou função e contato institucional;
• Data da comunicação;
• Assinatura ou identificação do responsável pelo encaminhamento.

10. ATRIBUIÇÕES POR SETOR

10.1. Conselho Tutelar
• Receber denúncias e comunicações de situações de violência ou violação de direitos e adotar as providências de sua competência;
• Aplicar as medidas de proteção previstas no art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando cabíveis;
• Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e demais políticas públicas necessárias ao atendimento;

• Avaliar as situações comunicadas, acionar e articular os órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção necessários ao atendimento da criança ou do adolescente, inclusive para realização de escuta especializada, quando cabível, observadas as competências e os fluxos estabelecidos neste Protocolo;
• Comunicar ao Ministério Público e aos demais órgãos competentes as situações que demandem providências de sua atribuição, nos termos da legislação aplicável;
• Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, observadas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente;
• Fiscalizar as entidades de atendimento, nos termos de suas atribuições legais;
• Manter registro atualizado das medidas e dos encaminhamentos realizados no âmbito de sua atuação, observado o sigilo das informações.

10.2. CREAS
• Ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos;
• Disponibilizar espaço para a realização da Escuta Especializada pelo profissional capacitado integrante do Núcleo de Escuta Especializada, conforme os procedimentos estabelecidos neste Protocolo;
• Elaborar relatórios técnicos, no âmbito de suas atribuições, para subsidiar a atuação da Rede Municipal de Proteção;
• Articular-se com os demais órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção;
• Realizar o acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente e de sua família, no âmbito de suas atribuições;
• Participar das reuniões e ações de articulação da Rede Municipal de Proteção.

10.3. CRAS
• Identificar situações de vulnerabilidade e risco social no âmbito dos atendimentos realizados;
• Realizar busca ativa e visitas domiciliares, quando cabíveis, no âmbito de suas atribuições;
• Adotar as providências e realizar os encaminhamentos aos órgãos e serviços competentes diante das situações identificadas, inclusive ao Conselho Tutelar, quando configurada situação que demande sua atuação, ou ao CREAS, quando cabível, observadas as competências e os fluxos estabelecidos neste Protocolo;
• Ofertar acompanhamento familiar por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, quando compatível com as necessidades identificadas e com as atribuições da Proteção Social Básica;
• Promover, quando pertinente, a inserção da criança, do adolescente ou de sua família em serviços da Proteção Social Básica, inclusive no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;
• Participar das reuniões e ações de articulação da Rede Municipal de Proteção.

10.4. Saúde (UBS Copacabana e UBS 24h)
• Acolher a criança ou o adolescente de forma humanizada, garantindo ambiente seguro e adequado ao atendimento;
• Identificar indicadores clínicos, comportamentais e contextos que gerem suspeita ou confirmação de violência contra a criança ou adolescente durante o atendimento;
• Realizar a notificação compulsória das situações de violência, quando configurada hipótese legal, mediante preenchimento do instrumento próprio e registro no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, observados os procedimentos e prazos estabelecidos pelas normas sanitárias vigentes;
• Realizar o atendimento clínico necessário, incluindo avaliação, conduta terapêutica, exames e demais procedimentos indicados, conforme a situação e os protocolos vigentes;
• Encaminhar (quando necessário) a criança ou o adolescente para os serviços de referência competentes, observados os fluxos assistenciais e periciais vigentes;
• Comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar as situações que demandem providências de proteção, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo das demais comunicações legalmente exigidas;
• Articular-se com os demais órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção e realizar os encaminhamentos necessários, conforme as necessidades identificadas e as competências de cada serviço;
• Assegurar o acompanhamento longitudinal da criança ou do adolescente no âmbito da Atenção Primária à Saúde, quando cabível;
• Encaminhar aos serviços de Saúde Mental quando identificada necessidade de acompanhamento em razão de sofrimento psíquico ou outras demandas relacionadas à saúde mental.

10.5. Educação
• Identificar sinais ou indícios de possível situação de violência, considerando, entre outros elementos, alterações de comportamento, marcas físicas, faltas recorrentes, mudanças no desempenho ou outras alterações relevantes;
• Acolher a criança ou o adolescente, garantindo ambiente seguro, respeitoso e adequado;
• Comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar as situações que demandem providências de proteção, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo das demais comunicações legalmente exigidas;
• Evitar a realização de questionamentos desnecessários, repetitivos ou de caráter investigativo, observados os procedimentos de revelação espontânea e os limites da atuação educacional;
• Assegurar o acompanhamento pedagógico e a continuidade da trajetória escolar da criança ou do adolescente, promovendo sua permanência, inclusão e proteção no ambiente educacional;
• Participar das reuniões e ações de articulação da Rede Municipal de Proteção;
• Promover ações de prevenção à violência, de promoção dos direitos humanos e de proteção integral de crianças e adolescentes.

10.6. Segurança Pública
Polícia Militar - Acionamento para:
• Atender ocorrências de emergência, flagrante delito ou situações que envolvam risco atual ou iminente à integridade da criança ou do adolescente, adotando as providências necessárias à sua proteção;
• Adotar as medidas cabíveis em relação ao possível autor da violência, inclusive sua condução à autoridade policial, quando presentes os requisitos legais;
• Encaminhar a criança ou o adolescente para atendimento de saúde, quando necessário e observadas as condições da ocorrência;
• Comunicar/acionar o Conselho Tutelar quando a situação demandar providências de proteção, nos termos da legislação aplicável.
Polícia Civil – encaminhamento para:
• Registrar o Boletim de Ocorrência e formalizar a notícia do fato, conforme as circunstâncias do caso;
• Adotar as providências necessárias à apuração da ocorrência, inclusive instaurar procedimento policial quando presentes os requisitos legais;

• Realizar diligências investigativas e demais atos de polícia judiciária necessários à apuração dos fatos;
• Requisitar os exames e as perícias necessários à apuração da ocorrência, conforme a natureza do caso;
• Adotar ou encaminhar as providências cabíveis para requerimento de medidas protetivas de urgência, quando presentes os requisitos legais;
• Comunicar ou encaminhar as informações aos órgãos competentes, inclusive ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público, quando cabível, nas hipóteses previstas na legislação.

11. PRAZOS E RESPONSABILIDADES

Ação	Prazo Máximo	Responsável
Acionamento do Conselho Tutelar	Imediatamente após a identificação da situação	Órgão ou profissional que identificar ou receber a situação, conforme suas atribuições
Comunicação formal ao Conselho Tutelar	Até 24 horas após o acionamento imediato	Órgão ou profissional que identificar ou receber a situação, conforme suas atribuições
Atendimento em saúde - situações de urgência ou risco	Imediatamente após a identificação da situação	Serviço de saúde de referência (UBS 24 Horas)
Atendimento em saúde — violência sexual	Imediatamente, observadas as necessidades clínicas e as janelas de oportunidade para as intervenções indicadas	Serviço de saúde de referência (UBS 24 Horas), com encaminhamento especializado quando necessário - (encaminhamento para H.U.M ou IML - conforme referência do caso)
Profilaxia IST + Exames Laboratoriais e Coleta de Vestígios	Conforme avaliação clínica, protocolos assistenciais e tempo decorrido desde o fato (Até 72 horas do ocorrido)	Serviço de saúde de referência, com encaminhamento aos serviços especializados, quando necessário. (encaminhamento para H.U.M ou IML - conforme referência do caso)
Notificação SINAN	Até 24 horas (quando configurada hipótese de notificação compulsória)	Profissional/ serviço de saúde
Comunicação à Polícia Civil	Conforme as circunstâncias do caso.	Conselho Tutelar (conforme as circunstâncias do caso)
Realização da Escuta Especializada	05 dias úteis, da data da solicitação.	Profissional capacitado integrante do Núcleo de Escuta Especializada
Encaminhamento do relatório de escuta ao Conselho Tutelar	Em até 48 horas após realização	Profissional capacitado integrante do Núcleo de Escuta Especializada
Aplicação de medidas de proteção	Imediatamente após o conhecimento da situação, (quando cabível)	Conselho Tutelar

12. REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA
A integralidade do cuidado depende da comunicação formal entre os serviços. Estabelecem-se os seguintes mecanismos:

12.1. Referência
A referência consiste no encaminhamento da criança ou do adolescente e, quando necessário, de sua família, a outro serviço da Rede Municipal de Proteção, conforme as necessidades identificadas e as competências institucionais.
• O encaminhamento deverá indicar o serviço de destino, a finalidade e as informações estritamente necessárias à continuidade do atendimento.
• Sempre que possível, o serviço de origem deverá informar previamente o serviço de destino, observados os fluxos estabelecidos neste Protocolo.
• Nas situações que demandem proteção imediata, o encaminhamento deverá ocorrer com prioridade e celeridade, sem prejuízo das notificações e comunicações legalmente obrigatórias.

12.2. Contrarreferência
A contrarreferência consiste na comunicação do serviço que recebeu o encaminhamento ao serviço de origem, informando, de maneira objetiva, o recebimento e as providências adotadas, quando pertinente à continuidade do cuidado.
• O serviço de destino deverá comunicar o recebimento do encaminhamento e as providências necessárias à articulação da Rede, respeitando suas atribuições.
• A comunicação deverá conter apenas os dados necessários à continuidade do atendimento e à proteção da criança ou do adolescente.
• A contrarreferência deverá observar o sigilo profissional e a proteção de dados pessoais, não incluindo informações que não sejam pertinentes à finalidade da comunicação.

12.3. Instrumentos de Comunicação
• Ficha de Revelação Espontânea (Anexo I) — registro das informações espontaneamente apresentadas e instrumento de apoio à comunicação ao Conselho Tutelar, quando cabível.
• Ofício de Encaminhamento (Anexo II) — comunicação formal entre serviços, conforme a necessidade e os procedimentos estabelecidos neste Protocolo.
• Relatório de Escuta Especializada (Anexo III) — registro técnico do procedimento realizado pelo profissional capacitado integrante do Núcleo de Escuta Especializada.
• SINAN — sistema utilizado pelos serviços de saúde para registro das notificações compulsórias, quando configurada hipótese prevista nas normas sanitárias vigentes.

Os instrumentos deverão ser utilizados de acordo com sua finalidade, não substituindo as comunicações e notificações legalmente obrigatórias.

12.4. Procedimento
I – Serviço que realiza a referência:
a) identificar o serviço de destino conforme a necessidade de atendimento e os fluxos estabelecidos neste Protocolo;
b) elaborar o encaminhamento com as informações estritamente necessárias, utilizando o instrumento pertinente;
c) estabelecer contato prévio com o serviço de destino, sempre que possível e necessário, especialmente nas situações que demandem continuidade ou prioridade no atendimento;
d) registrar o encaminhamento e as providências adotadas.

II – Serviço que recebe a referência:
a) acolher a demanda e avaliar as providências pertinentes à sua competência;
b) comunicar ao serviço de origem o recebimento do encaminhamento e, quando necessário, as providências adotadas para a continuidade do atendimento;
c) informar eventual necessidade de articulação com outros serviços, observados os limites de sigilo e proteção de dados;
d) registrar o atendimento e as comunicações realizadas.

12.5 Reuniões da Rede Municipal de Proteção e Grupos Intersetoriais Locais

A articulação entre os órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção será promovida por meio de reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias, sempre que necessário, realizadas no âmbito do Comitê Municipal de Gestão Colegiada, conforme as disposições do Decreto Municipal.

As reuniões terão por finalidade alinhar os fluxos de atendimento, avaliar a atuação intersetorial, identificar dificuldades e planejar ações de aprimoramento e capacitação continuada, podendo contar com a participação de representantes dos órgãos e serviços da Rede, conforme a pauta e a pertinência temática.

Quando necessário, poderão ser constituídos grupos intersetoriais locais para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, observadas as necessidades de cada caso, as competências legais dos órgãos envolvidos, o sigilo das informações e os fluxos estabelecidos neste Protocolo.

A composição dos grupos será definida conforme os serviços necessários ao atendimento de cada caso. Seu funcionamento deverá limitar-se à articulação técnica, ao acompanhamento e aos encaminhamentos pertinentes, vedadas atribuições de investigação, produção de prova ou julgamento.
A discussão de casos específicos deverá observar o melhor interesse da criança ou do adolescente, a intervenção mínima e o compartilhamento apenas das informações necessárias à proteção e à continuidade do atendimento.

13. INSTRUMENTOS PADRONIZADOS
Integram este Protocolo os seguintes instrumentos padronizados, destinados a orientar os registros, as comunicações e os encaminhamentos realizados pelos órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção.

ANEXO I — FICHA DE REVELAÇÃO ESPONTÂNEA AO CONSELHO TUTELAR
Modelo padronizado, contendo minimamente:
• Identificação da criança ou do adolescente, com os dados necessários à sua localização e proteção;
• Identificação dos responsáveis, quando conhecida;
• Registro fiel e objetivo das informações espontaneamente apresentadas, sem interpretação ou perguntas investigativas;
• Sinais ou circunstâncias observados pelo profissional;
• Data, horário e local da revelação;
• Identificação do profissional comunicante, serviço de origem e contato institucional;
• Providências adotadas e encaminhamentos realizados;
• Campo destinado ao registro do recebimento pelo Conselho Tutelar.

ANEXO II — OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO INTERSETORIAL
Modelo padronizado para comunicação formal e encaminhamento entre os órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção, contendo as informações estritamente necessárias à finalidade do encaminhamento e à continuidade do atendimento.

ANEXO III — RELATÓRIO DE ESCUTA ESPECIALIZADA
Instrumento de registro técnico do procedimento de escuta especializada, elaborado pelo profissional capacitado integrante do Núcleo de Escuta Especializada, observados os parâmetros legais, o caráter exclusivamente protetivo do procedimento, a intervenção mínima e o sigilo das informações.
(Conforme parâmetros do art. 7º, Lei nº 13.431/2017 e arts. 25 a 28 do Decreto nº 9.603/2018)

ANEXO IV — FLUXOGRAMAS
Integram este Protocolo os fluxogramas de atendimento previstos na Seção 8, em formato A3, destinados à afixação e à consulta pelos profissionais dos órgãos e serviços da Rede Municipal de Proteção.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Capacitação Continuada
Os profissionais dos órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção deverão participar de ações de capacitação e aperfeiçoamento relacionadas às atribuições que desempenham, devendo ser realizadas, no mínimo, 2 (duas) capacitações por ano, preferencialmente de forma intersetorial e com abordagem de conteúdos sobre:
• Identificação de situações de violência e acolhimento;
• Fluxos de atendimento e encaminhamentos;
• Escuta especializada;
• Notificação compulsória e demais comunicações obrigatórias;
• Prevenção da revitimização;
• Atuação intersetorial e proteção de dados.
O Comitê Municipal de Gestão Colegiada acompanhará as necessidades de capacitação da Rede e poderá propor planejamento integrado das ações formativas, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

14.2. Monitoramento e Avaliação
O acompanhamento da implementação deste Protocolo será realizado de forma articulada pelos órgãos e serviços integrantes da Rede Municipal de Proteção, sob acompanhamento do Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.
O monitoramento deverá considerar, sempre que disponíveis e pertinentes, informações agregadas sobre:
• Funcionamento dos fluxos de atendimento;
• Dificuldades identificadas na articulação entre os serviços;
• Necessidades de aprimoramento dos procedimentos;
• Ações de capacitação realizadas;
• Outros aspectos necessários à avaliação da atuação integrada da Rede.
A avaliação será realizada semestralmente, como periodicidade de acompanhamento prevista neste Protocolo, observados o sigilo e a proteção de dados pessoais, vedada a exposição ou identificação indevida de crianças e adolescentes.

14.3. Revisão
Este Protocolo deverá ser revisado a cada 2 (dois) anos ou sempre que houver alteração legislativa relevante, mudança nos fluxos de atendimento ou identificação de necessidade técnica ou operacional que justifique sua atualização.

As propostas de alteração deverão ser articuladas no âmbito da Rede Municipal de Proteção e submetidas às providências administrativas e normativas cabíveis.

14.4. Proteção de Dados (LGPD)
O tratamento de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis de crianças e adolescentes deverá observar a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), especialmente:
• Base legal: cumprimento de obrigação legal ou regulatória, quando aplicável, nos termos dos arts. 7º, II, e 11, II, "a", da LGPD, sem prejuízo de outras bases legais pertinentes;
• Finalidade: proteção integral, atendimento e garantia dos direitos da criança e do adolescente;
• Compartilhamento: limitado às hipóteses legais e às informações estritamente necessárias à finalidade de proteção, atendimento e garantia de direitos, observadas as competências dos órgãos e serviços envolvidos;
• Sigilo: preservação da confidencialidade das informações, vedada sua divulgação indevida ou utilização para finalidade incompatível com o atendimento.
O tratamento deverá observar, em todas as etapas, o melhor interesse da criança e do adolescente e as medidas de segurança e controle de acesso aplicáveis.

14.5. Responsabilização por Omissão
A omissão no cumprimento dos deveres legais de comunicação de suspeita ou confirmação de violência contra criança ou adolescente poderá ensejar responsabilização administrativa, civil ou penal, conforme a natureza do dever descumprido, a condição do agente e a legislação aplicável, observados, entre outros, os arts. 13 e 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando incidentes.

14.6. Vigência
Este Protocolo, aprovado como Anexo Único do Decreto Municipal que o institui, entrará em vigor na data de publicação do referido Decreto.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 30 de setembro de 2026;

ROZANGELA DENIPOTTI BERNIN
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

ANEXO I - FICHA DE REVELAÇÃO ESPONTÂNEA

1. IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE
• Nome completo:
• Data de nascimento:
• Idade:
• Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Outro
• Nome do responsável legal:
• Endereço:
• Telefone:
• Escola/Instituição (se houver):

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE RECEBEU O RELATO
• Nome/código:
• Cargo/Função:
• Órgão/Serviço/código:
• Data do atendimento:
• Local do atendimento/código:

3. FORMA DA REVELAÇÃO
( ) Espontânea
( ) Durante atendimento técnico
( ) Relatada a terceiro (especificar): _____

A revelação ocorreu na presença de responsável? ( ) Sim( ) Não

4. REGISTRO FIEL DO RELATO:
Registrar de forma objetiva, sem indução, sem perguntas sugestivas e sem interpretação pessoal. Utilizar, sempre que possível, as palavras da criança/adolescente. _____
5. INFORMAÇÕES ESSENCIAIS DO RELATO(quando presentes)
• Tipo de violência mencionada:
( ) Física
( ) Psicológica
( ) Sexual
( ) Negligência
( ) Trabalho infantil
( ) Outra: _____
• Autor citado:
• Local do fato:
• Data/período aproximado:
• A criança/adolescente relatou risco atual?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não informado

6. SINAIS OBSERVADOS (sem interpretação)
Sinais físicos aparentes:
• Comportamento observado:_____ ____
• Estado emocional aparente:_____ _____

7. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

☑ Preenchimento da Ficha SINAN
Data:

☑ Comunicação obrigatória realizada para:

( ) Conselho Tutelar – Data:
( ) Vigilância Epidemiológica – Data:
( ) Ministério Público – Data: ____/___/_____
( ) Delegacia – Data:
( )CREAS – Data:

☑ Encaminhamento para:
( ) Rede Intersetorial
( ) Escuta Especializada
( ) Atendimento de saúde
( ) Outro: _____

8. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Destaca-se que, conforme o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005) e o Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993), as informações aqui descritas se limitam ao necessário para subsidiar a atuação da rede de proteção, preservando o sigilo profissional e a intimidade da criança/adolescente.

Este documento **não poderá** ser utilizado para diferentes fins no qual pontuado inicialmente, o mesmo envolve informações de caráter confidencial e cabe a quem o receber preservar seu sigilo. “Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional”. (Código de Ética do/a Assistente Social, Art. 15).

9.ASSINATURA / IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL
Código do Profissional: _____
Código Institucional: _____
Carimbo do Serviço/Instituição:

ANEXO II

[OBSERVAÇÃO: INSERIR O TIMBRE OFICIAL DA SECRETARIA OU DO ÓRGÃO EMITENTE DO OFÍCIO, CONFORME A UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO].

OFÍCIO Nº ____/2026
Iguaraçu/PR, ____ de _____ de 2026.

À
[NOME DO ÓRGÃO/SERVIÇO DESTINATÁRIO]
A/C: [setor ou responsável, se per nente]

Assunto: Encaminhamento Intersetorial

Prezados(as),

Por meio deste, encaminhamos, para conhecimento e adoção das providências pertinentes no âmbito das atribuições desse órgão/serviço, a Ficha de Revelação Espontânea, [caso se trate de outro documento, identificar o documento encaminhado] referente a situação envolvendo criança/adolescente, conforme informações registradas no documento anexo.
O encaminhamento é realizado no âmbito do Fluxo Municipal de Atendimento às Situações de Violência contra Crianças e Adolescentes, visando à continuidade das providências pela rede de proteção, observadas as atribuições específicas de cada órgão e serviço.
Ressaltamos que as informações constantes na documentação encaminhada possuem caráter sigiloso, devendo ser utilizadas exclusivamente para as finalidades de proteção e garantia de direitos da criança/adolescente, com observância do sigilo profissional, da proteção de dados pessoais e dos demais dispositivos legais aplicáveis.
Solicitamos, ainda, que o recebimento deste documento seja registrado e que sejam adotadas as providências cabíveis, conforme competência desse órgão/serviço, mantendo-se a articulação necessária com os demais integrantes da rede de proteção.

Atenciosamente,

_____
Nome Do(A) Profissional

Cargo/Função
[Órgão/Serviço]
Município de Iguaraçu-PR

ANEXO: Ficha de Revelação Espontânea – ____ folha(s). [caso se trate de outro documento, anexar o documento encaminhado]

ANEXO III - RELATÓRIO DE ESCUTA ESPECIALIZADA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Profissional Responsável
• Nome:
• Profissão:
• Registro Profissional:

1.2 Local da Escuta
• Unidade/Serviço:
• Endereço:
• Município/UF:

1.3 Data e Horário da Escuta
• Data:
• Horário:

1.4 Dados da Criança/Adolescente
• Nome:
• Sexo:
• Identidade de Gênero (se declarado):
• Data de Nascimento:
• Idade:
• Mãe:
• Pai:
• Endereço:
• Bairro:
• Município:
• Telefone(s):

2. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E LEGAIS

3. DESCRIÇÃO DA DEMANDA

4. PROCEDIMENTO

5. RELATO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

6. OBSERVAÇÕES SOBRE O PROCEDIMENTO DE ESCUTA

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Este documento possui caráter **CONFIDENCIAL, estando seu portador responsável por manter seu SIGILO**, em conformidade com os trâmites legais.

Iguaraçu/PR,_____de_____ de 2026.

_____
Nome Completo do Profissional:
Cargo / Função:
Registro Profissional:

RESOLUÇÃO Nº 05/ 2026

Súmula: Ratifica a aprovação e consolida a versão final do Protocolo Municipal do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, do Fluxo Municipal de Atendimento e dos respectivos instrumentos de registro do Município de Iguaraçu – Paraná.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Iguaraçu**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e pela Lei Municipal nº 006, de 26 de março de 2015,

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer e organizar a Rede de Proteção do Município de Iguaraçu – Paraná, promovendo a atuação articulada e integrada dos órgãos, serviços e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;

CONSIDERANDO a aprovação do Protocolo Municipal do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, do Fluxo Municipal de Atendimento e dos respectivos instrumentos de registro, anteriormente deliberada pelo CMDCA;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de ajustes formais, redacionais e de organização documental na versão anteriormente aprovada, sem alteração dos fundamentos, diretrizes e procedimentos essenciais estabelecidos;

CONSIDERANDO a apresentação da versão final consolidada dos documentos, contemplando os ajustes realizados para fins de padronização, adequação formal e publicação;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 02 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **ratificada a aprovação** do Protocolo Municipal do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Iguaraçu – Paraná, anteriormente deliberada pelo CMDCA, passando a vigorar em sua **versão final consolidada**, com os ajustes formais e redacionais realizados.

Art. 2º Fica igualmente **ratificada a aprovação** do Fluxo Municipal de Atendimento e dos respectivos instrumentos de registro, que passam a integrar a versão final consolidada dos documentos orientadores da Rede de Proteção.

Art. 3º A versão final consolidada do Protocolo, do Fluxo Municipal de Atendimento e dos respectivos instrumentos de registro deverá ser publicada e disponibilizada para conhecimento dos órgãos, serviços e instituições integrantes da Rede de Proteção.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Iguaraçu, 02 de outubro de 2026.

SARAH CRISTINA GODOY FERREIRA DA FONSECA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:6D7AFA16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
HOMOLOGAÇÃO – ITENS DESERTOS E FRACASSADOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
O PREFEITO MUNICIPAL DE IGUARAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando a Ata de Adjudicação, **RESOLVE HOMOLOGAR** o resultado do Pregão Eletrônico nº 028/2026 quanto aos itens a seguir relacionados, declarando-os **DESERTOS**, por ausência de propostas, e **FRACASSADOS**, por desclassificação ou inabilitação de todos os licitantes, conforme quadros abaixo:

ITENS DESERTOS				
Item	**Código BR**	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**
1	428705	CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,5MG + DUTASTERIDA 0,4MG	CAPSULA	500
4	268572	ACETATO DE DESMOPRESSINA 0,2MG	COMP	1.000
5	269872	ACETATO DE HIDROCORTISONA 0,5% + LIDOCAÍNA 2,0% + SUBGALATO DE BISMUTO 2,0% + ÓXIDO DE ZINCO 10,0% POMADA	TUBO	50
14	343877	ACIDO ACETILSALICILICO 200MG TAMPONADO	COMP.	1.000
33	278348	ANASTROZOL 1MG	COMP	960
36	472780	ARIPIPRAZOL 1MG/ML - SUSPENSÃO ORAL 150ML	FRASCO	50
46	447888	BETACAROTENO 5000UI + ÁCIDO ASCÓRBICO 60MG + VITAMINA E 30UI + COBRE 0,5MG + SELÊNIO 40MCG + ZINCO 15MG	COMP.	1.000
49	380419	BIMATOPROSTA 0,3MG/ML + MALEATO DE TIMOLOL 5MG/ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO 5ML	FRASCO	50
65	468947	CARBONATO DE LITIO 450MG- COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	2.000
94	621014	CLORIDRATO DE ATOMOXETINA 10MG	COMP	1.000
95	627539	CLORIDRATO DE ATOMOXETINA 18MG	COMP	2.000
96	619660	CLORIDRATO DE ATOMOXETINA 25MG	COMP	1.000
97	621040	CLORIDRATO DE ATOMOXETINA 40MG	COMP	1.000
98	619726	CLORIDRATO DE ATOMOXETINA 60MG	COMP	1.000
109	267635	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG	COMP	1.500
115	401323	CLORIDRATO DE EPINASTINA 0,5MG/ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	30
117	604709	CLORIDRATO DE HIDROXOCOBALAMINA (VITAMINA B12) 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	600
128	305488	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 20MG	CAPSULA	1.000
136	296303	CLORIDRATO DE PAROXETINA 12,5MG	COMP	600
138	466489	CLORIDRATO DE PAROXETINA 25MG	COMP	1.000
144	396853	CLORIDRATO DE TETRACAINA 10MG/ML + CLORIDRATO DE FENILEFRINA 1MG/ML - SOLUÇÃO OFTALMICA 10ML	FRASCO	20
147	401890	CLORIDRATO DE TIAMINA100MG/ML + CLORIDRATO DE PIROXIDINA100MG/ML + CIANOCOBALAMINA 5000MCG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000
157	272381	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 37,5MG	CÁPSULA	1.000
158	340207	CLORPROMAZINA 40MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	25
159	268069	CLORPROMAZINA 5MG/ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML	AMPOLAS	50
174	392423	DEXPANTENOL 50MG/G - 10G GEL OFTALMICO ESTERIL	TUBO	15
185	272334	DIMENIDRINATO 50 MG/ML + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML USO: IM	AMPOLAS	7.400
187	432741	DIMETILPOLISILOXANE- SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	30
188	273395	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG - COMPRIMIDO SUBLINGUAL	COMP.	500
195	267907	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 400MCG/ML - SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO	FLACONETE	500
208	442834	EXTRATO SECO DE SENNA ALEXANDRINA 14,634MG + CASSIA FISTULA 11,7MG	COMP	1.440
214	300725	FENOBARBITAL 100MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML EV/IM	AMPOLAS	100
218	272784	FOSFATO DE CODEÍNA 3MG/ML - SOLUÇÃO ORAL (MÍNIMO 120ML)	FRASCO	50
220	270457	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 1MG/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,5MG/ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	30
225	309094	FUMARATO DE FORMOTEROL 12MCG + BUDESONIDA 400MCG + INALADOR	FRASCO	50

228	390005	FUMARATO DE QUETIAPINA 50MG	COMP	1.200
235	395620	GLYCINE MAX (ISOFLAVONA DE SOJA) 150 MG	CÁPSULA	300
241	396029	HIALURONIDASE 50UTR/G + VALERATO DE BETAMETASONA 2,5MG/G POMADA	POMADA	50
274	268128	MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 25MG	COMP	1.000
276	638266	MELATONINA 0,21MG	COMP	1.000
318	300988	PERICIAZINA 10MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	20
319	300989	PERICIAZINA 40MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	20
321	367725	POLICRESULENO 50MG/G + CINCHOCAÍNA 10MG/G - POMADA	POMADA	30
328	319128	PRIMIDONA 100MG	COMP	800
342	477128	ROSUVASTATINA 20MG + EZETIMIBA 10MG	COMP	1.000
370	392403	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,1% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	20
373	267416	TEOFILINA 200MG	CAPSULA	1.000
384	395910	VALSARTANA 320MG +HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG	COMP.	600
385	395162	VALSARTANA 320MG +HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMP.	600
386	279269	VARFARINA SÓDICA 5MG	COMP	1.000
387	369106	VIMPOCETINA 5MG	COMP.	2.000
388	286846	VITAMINA A 250MCG + VITAMINA B1 0,60MG + VITAMINA B6 0,60MG + VITAMINA B12 1,2MCG + VITAMINA C 30MG + VITAMINA D 5,0MCG	COMP	500

ITENS FRACASSADOS

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.
10	355786	ACETILCISTEINA 40MG/ML - XAROPE	FRASCO	600
107	272044	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,150MG	COMP	1.500
118	267292	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG	COMP	3.000
119	268130	CLORIDRATO DE LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	30
182	393885	DIMENIDRINATO 2,5MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	300
242	268115	HIDRALAZINA 20MG/ML USO: EV/IM	AMPOLAS	1.400
288	392836	MONTELUCASTE SÓDICO 4MG GRANULADO	SACHE	300

Iguaraçu/PR, 09 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1E3FAAFC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos hospitalares, medicamentos da Farmácia Básica e demais produtos farmacêuticos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGUARAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando a Ata de Adjudicação, **RESOLVE HOMOLOGAR** o resultado do Pregão Eletrônico nº 028/2026, cujo objeto foi adjudicado às empresas a seguir relacionadas, pelos valores registrados na plataforma, conforme segue:

EMPRESA: MEDINGA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 57.742.953/0001-42
Endereço: Av. Herval, 3326, Jd. Imperial II, Maringá/PR, CEP 87023-055
Representante legal: Mariana Peron Buosi (sócia administradora), CPF 082.406.819-05
Valor total da ata: R$ 50.892,60 (cinquenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e sessenta centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
2	452624	LURASIDONA 20MG	COMP.	1.200	APSEN	R$ 5,88	R$ 7.056,00
6	448591	ACETATO DE PREDNISOLONA 10MG/ML - SUSPENSÃO OFTÁLMICA	FRASCO	50	GEOLAB	R$ 17,85	R$ 892,50
38	476830	ARIPIPRAZOL 20MG/ML - SUSPENSÃO ORAL GOTAS 30ML	FRASCO	50	E.M.S	R$ 383,88	R$ 19.194,00
47	268222	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % - 10 ML	FR/AMP	7.400	SAMTEC.	R$ 0,84	R$ 6.216,00
133	354633	CLORIDRATO DE OLOPATADINA 2MG/ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	30	RANBAXY	R$ 45,22	R$ 1.356,60
163	267642	COLCHICINA 0,5MG	COMP.	1.000	GEOLAB	R$ 0,39	R$ 390,00
206	270116	ETOMIDATO 2MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	AMPOLAS	50	CRISTALIA	R$ 12,29	R$ 614,50
212	267107	FENITOÍNA SÓDICA 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML	AMPOLAS	100	HIPOLABOR	R$ 3,51	R$ 351,00
233	267540	GLICOSE 25% INJ. - 10ML	AMPOLAS	7.400	SAMTEC.	R$ 0,46	R$ 3.404,00
234	267541	GLICOSE 50% INJ. - 10ML	AMPOLAS	7.400	SAMTEC.	R$ 0,50	R$ 3.700,00
270	450166	LURASIDONA 40MG	COMP	1.000	APSEN	R$ 5,81	R$ 5.810,00
282	268481	MIDAZOLAM 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML	AMPOLAS	50	HIPOLABOR	R$ 2,94	R$ 147,00
291	267729	NIFEDIPINO 20MG	COMP.	600	NEOQUIMICA/BRAINFARMA	R$ 0,10	R$ 60,00
314	267777	PARACETAMOL 200MG/ML - SOLUÇÃO ORAL (MÍNIMO 15ML)	FRASCO	200	FARMACE	R$ 1,25	R$ 250,00
330	485304	PROBIÓTICO SACCHAROMYCES BOULARDII 200MG/G - PÓ ORAL	SACHE	200	NEO QUIMICA	R$ 4,33	R$ 866,00
332	273135	PROPATILNITRATO 10MG	COMP.	600	FARMOQUIMICA	R$ 0,60	R$ 360,00
381	306145	VALSARTANA 160MG	COMP.	300	TEUTO	R$ 0,75	R$ 225,00
VALOR TOTAL							**R$ 50.892,60**

EMPRESA: OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 48.368.182/0001-84
Endereço: Rua Peru, 454, Centro, Ouro Verde do Oeste/PR, CEP 85933-408
Representante legal: João Paulo Lenhardt (sócio administrador), CPF 066.158.319-88
Valor total da ata: R$ 43.468,86 (quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
3	270813	TIAMINA 100MG + PIRIDOXINA 100MG + CIANOCOBALAMINA 5000MCG	COMP.	2.000	HERTZ (NEOPLEXUS)	R$ 2,0099	R$ 4.019,80
12	267502	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	COMP	3.000	BRASTERÁPICA	R$ 0,0389	R$ 116,70
31	271091	AMOXICILINA 50MG/ML - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	250	PRATI	R$ 4,6943	R$ 1.173,58

50	362721	BISOPROLOL FUMARATO 10MG	COMP.	500	EUROFARMA	R$ 0,7899	R$ 394,95
80	308738	CIPROFIBRATO 100MG	COMP.	500	ACHE	R$ 0,3167	R$ 158,35
83	271950	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	AMPOLAS	100	HIPOLABOR	R$ 4,10	R$ 410,00
85	272901	CLOBAZAM 10MG	COMP	1.000	MOKSHA8 (URBANIL)	R$ 0,90	R$ 900,00
86	272902	CLOBAZAM 20MG	COMP	1.000	MOKSHA8 (URBANIL)	R$ 1,69	R$ 1.690,00
103	272572	CLORIDRATO DE BUSPIRONA 5MG	COMP	500	SUPERA (TAGUE)	R$ 1,54	R$ 770,00
125	410294	CLORIDRATO DE METFORMINA 1000MG + SITAGLIPTINA 50MG	COMP.	500	BRACE (SITGLU MET)	R$ 1,69	R$ 845,00
131	273706	CLORIDRATO DE NARATRIPTANA 2,5MG	COMP	500	NOVA QUIMICA / MULTILAB	R$ 2,48	R$ 1.240,00
149	292380	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/ML- SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10ML	FRASCO	50	EUROFARMA	R$ 34,84	R$ 1.742,00
160	274808	CLORTALIDONA 12,5MG	COMP.	300	EMS	R$ 0,27	R$ 81,00
166	430434	COLECALCIFEROL 5000UI	CÁPSULA	2.000	ALTHAIA	R$ 0,58	R$ 1.160,00
173	287529	DESLORATADINA 5MG	COMP.	300	GLOBO	R$ 2,0899	R$ 626,97
176	267194	DIAZEPAM 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	AMPOLAS	100	SANTISA	R$ 0,9499	R$ 94,99
180	272478	DICLORIDRATO DE FLUNARIZINA 10MG	COMP.	1.000	VITAMEDIC (VERTIZAN)	R$ 0,2099	R$ 209,90
191	410023	DIPIRONA SÓDICA 1G	COMP.	300	VITAMEDIC	R$ 0,39	R$ 117,00
196	449186	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 0,5MG/G + CETOCONAZOL 20MG/G + NEOMICINA 15MG/G - POMADA 30g	TUBO	50	BELFAR	R$ 10,00	R$ 500,00
203	274187	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO 40MG	CÁPSULA	300	RANBAXY	R$ 2,36	R$ 708,00
207	324415	ETORICOXIBE 90MG	COMP	1.000	GEOLAB	R$ 3,50	R$ 3.500,00
210	285688	EZETIMIBA 10MG + SINVASTATINA 20MG	COMP.	500	BIOLAB	R$ 1,70	R$ 850,00
240	432741	HIALURONATO DE SODIO 0,15% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	30	GEOLAB (HILUROPT)	R$ 41,1540	R$ 1.234,62
248	267395	IBUPROFENO 400MG	CÁPSULA	300	ALTHAIA	R$ 1,11	R$ 333,00
254	435539	LACOSAMIDA 50MG	COMP	1.000	ACHE	R$ 2,67	R$ 2.670,00
308	291772	OXALATO DE ESCITALOPRAM 15MG	COMP	1.000	PHARLAB	R$ 0,61	R$ 610,00
329	449023	PROBIÓTICO SACCHAROMYCES BOULARDII 200MG- CÁPSULA	CAPSULA	500	LEGRAND (REPOFLOR)	R$ 4,87	R$ 2.435,00
331	273952	PROGESTERONA NATURAL MICRONIZADA 200MG	CÁPSULA	1.200	EXELTIS (GYNPRO)	R$ 4,39	R$ 5.268,00
334	271140	RIFAMICINA SV SÓDICA 10MG/ML -SOLUÇÃO TÓPICA	SPRAY	30	NATULAB (RIFOTRAT)	R$ 6,50	R$ 195,00
343	282881	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10MG	COMP.	1.000	UNICHEM	R$ 0,17	R$ 170,00
348	445431	SACUBITRIL 24MG + VALSARTANA 26MG	COMP.	300	BIOLAB (NEPARVIS)	R$ 5,54	R$ 1.662,00
349	445430	SACUBITRIL 49MG + VALSARTANA 51MG	COMP.	300	BIOLAB (NEPARVIS)	R$ 5,54	R$ 1.662,00
350	445432	SACUBITRIL 97MG + VALSARTANA 103MG	COMP.	300	BIOLAB (NEPARVIS)	R$ 5,54	R$ 1.662,00
353	412965	SIMETICONA 75MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1.000	AIRELA (LUFTY 10ML)	R$ 1,56	R$ 1.560,00
368	463220	SULFATO DE ZINCO 4MG/ML - XAROPE	FRASCO	150	NATUBRAS (REPOZINCO)	R$ 7,00	R$ 1.050,00
377	272849	TOPIRAMATO 25MG	COMP	600	GERMED	R$ 0,34	R$ 204,00
379	268005	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	50	GEOLAB	R$ 28,90	R$ 1.445,00
VALOR TOTAL							**R$ 43.468,86**

EMPRESA: SANTINI MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 58.676.108/0001-89

Endereço: Rua Amazonas, 44, Pinheirão, Francisco Beltrão/PR, CEP 85603-190

Representante legal: Paulo Sérgio Santini (sócio administrador), CPF 641.418.889-15

Valor total da ata: R$ 48.144,00 (quarenta e oito mil, cento e quarenta e quatro reais).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
8	278283	ACETAZOLAMIDA 250MG	COMP.	100	UNIAO QUIMICA	R$ 0,69	R$ 69,00
32	448841	AMOXICILINA 50MG/ML + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 12,5MG/ML - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	250	UNIAO QUIMICA	R$ 12,50	R$ 3.125,00
63	396076	CARBONATO DE CÁLCIO 1500MG + VITAMINA D 400UI	COMP	3.000	BEDALM	R$ 0,10	R$ 300,00
102	460987	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 300MG - COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	4.000	RANBAXY	R$ 2,54	R$ 10.160,00
153	362260	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150MG - COMPRIMIDO DE LIBERAÇAO PROLONGADA	COMP	2.000	MEDLEY	R$ 2,00	R$ 4.000,00
156	272380	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG - CÁPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPSULA	5.000	TORRENT	R$ 1,20	R$ 6.000,00
189	273818	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	COMP.	25.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,47	R$ 11.750,00
190	428425	DIOSMINA 900MG + HESPERIDINA 100MG	COMP.	10.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,85	R$ 8.500,00
213	267660	FENOBARBITAL 100MG	COMP	2.000	CRISTALIA	R$ 0,19	R$ 380,00
243	268111	HIDRALAZINA 25MG	COMP.	500	UNIAO QUIMICA	R$ 0,39	R$ 195,00
244	268112	HIDRALAZINA 50MG	COMP.	500	UNIAO QUIMICA	R$ 0,53	R$ 265,00
310	273257	OXCARBAZEPINA 300MG	COMP	500	UNIAO QUIMICA	R$ 0,80	R$ 400,00
357	405899	SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA 100MG	COMP	3.000	TEUTO	R$ 1,00	R$ 3.000,00
VALOR TOTAL							**R$ 48.144,00**

EMPRESA: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA - CNPJ: 24.586.988/0001-80

Endereço: Rua Pavão, 540, Jd. Bandeirantes, Arapongas/PR, CEP 86703-250

Representante legal: Lara Cardoso Machado (sócia administradora), CPF 131.466.189-23

Valor total da ata: R$ 68.928,86 (sessenta e oito mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
9	270558	ACETILCISTEINA 20MG/ML - XAROPE	FRASCO	600	NTS	R$ 5,00	R$ 3.000,00
13	270965	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG TAMPONADO	COMP.	2.000	E.M.S	R$ 0,48	R$ 960,00
21	276839	ÁGUA DESTILADA - 10 ML ESTERIL	AMPOLAS	6.200	SAMTEC	R$ 0,2599	R$ 1.611,38
24	271357	ALPRAZOLAM 0,5MG	COMP	2.500	E.M.S	R$ 0,1099	R$ 274,75
27	284465	ALPRAZOLAM 2MG	COMP	2.000	E.M.S	R$ 0,1452	R$ 290,40
37	364781	ARIPIPRAZOL 20MG	COMP	1.200	UNICHEM	R$ 1,3110	R$ 1.573,20
45	424170	BESILATO DE LEVANLODIPINO 2,5MG	COMP	500	ALTHAIA	R$ 0,4658	R$ 232,90
48	271848	BIMATOPROSTA 0,3MG/ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	20	GEOLAB	R$ 19,10	R$ 382,00
53	268521	BROMETO DE ROCURÔNIO 10MG/ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	50	CRISTALIA	R$ 14,76	R$ 738,00
66	305428	CARMELOSE SÓDICA 5MG/ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	50	GEOLAB	R$ 10,25	R$ 512,50
67	267564	CARVEDILOL 12,5MG	COMP	3.000	E.M.S	R$ 0,1198	R$ 359,40
68	267565	CARVEDILOL 6,25MG	COMP	3.000	E.M.S	R$ 0,0839	R$ 251,70
82	271950	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	AMPOLA	100	UNIAO QUIMICA	R$ 3,83	R$ 383,00
90	448699	CLORETO DE SÓDIO 0,9% - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLAS	7.400	SAMTEC	R$ 0,39	R$ 2.886,00

		10ML					
91	290168	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 500MG - PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLAS	400	UNIAO QUIMICA	R$ 20,00	R$ 8.000,00
100	267936	CLORIDRATO DE BETAÍSTINA 16MG	COMP	1.000	GEOLAB	R$ 0,27	R$ 270,00
108	267638	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG	COMP	1.500	UNIAO QUIMICA	R$ 0,58	R$ 870,00
111	272580	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	20	UNIAO QUIMICA	R$ 42,00	R$ 840,00
112	272579	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	20	UNIAO QUIMICA	R$ 48,8596	R$ 977,19
124	269845	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SPRAY 10% - 50ML (Cota Reservada ME/EPP)	FR/SPRAY	350	HIPOLABOR	R$ 42,75	R$ 14.962,50
146	272341	CLORIDRATO DE TIAMINA 300MG	COMP	1.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,2687	R$ 268,70
151	292382	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	AMPOLAS	2.000	CRISTALIA	R$ 1,0762	R$ 2.152,40
164	442729	COLECALCIFEROL 2000UI	CÁPSULA	2.000	BIOLAB	R$ 0,1699	R$ 339,80
171	292194	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	AMPOLAS	100	UNIAO QUIMICA	R$ 8,5782	R$ 857,82
179	343573	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 24MG	COMP.	2.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,3899	R$ 779,80
183	272335	DIMENIDRINATO 25MG/ML + PIRIDOXINA 5MG/ML - SOLUÇÃO ORAL GOTAS	FRASCO	800	VITAMEDIC	R$ 3,48	R$ 2.784,00
200	459805	EDOXABANA 60MG	COMP.	300	ALTHAIA	R$ 2,07	R$ 621,00
204	267654	ESPIRONOLACTONA 100MG	COMP.	500	HIPOLABOR	R$ 0,84	R$ 420,00
217	268510	FLUMAZENIL 0,1MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML EV	AMPOLAS	50	HIPOLABOR	R$ 6,19	R$ 309,50
229	272832	FUMARATO DE QUETIAPINA100MG	COMP	1.000	BIOLAB	R$ 0,42	R$ 420,00
231	267663	FUROSEMIDA 40MG	COMP	5.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,0659	R$ 329,50
239	272796	HEPARINA SODICA 5000UI/ML - AMPOLA 0,25ML	AMPOLAS	200	HIPOLABOR	R$ 8,0496	R$ 1.609,92
279	267689	METILDOPA 250MG	COMP	1.000	HIPOLABOR	R$ 0,66	R$ 660,00
280	276657	METOPROLOL SUCCINATO 50MG - COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	1.000	BIOLAB	R$ 0,46	R$ 460,00
284	353813	MIRTAZAPINA 15MG	COMP	1.000	AUROBINDO	R$ 0,50	R$ 500,00
286	294537	MIRTAZAPINA 45MG	COMP	1.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,8950	R$ 895,00
292	279297	NISTATINA 100.000UI/G + OXIDO DE ZINCO 200MG/G	CREME	500	PRATI DONADUZZI	R$ 9,34	R$ 4.670,00
311	296120	OXIBUPROCAÍNA 4MG/ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	200	CRISTALIA	R$ 25,74	R$ 5.148,00
313	439093	PANTOPRAZOL SÓDICO SESQUI-HIDRATADO 20MG	COMP	2.000	BALDACCI	R$ 0,29	R$ 580,00
344	282882	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20MG	COMP.	1.500	UNICHEM	R$ 0,20	R$ 300,00
345	282882	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20MG	COMP	2.000	UNICHEM	R$ 0,20	R$ 400,00
346	388392	ROSUVASTATINA CÁLCICA 40MG	COMP.	500	ALTHAIA	R$ 1,45	R$ 725,00
361	272089	SULFADIAZINA DE PRATA 1% - CREME 30G	TUBO	600	UNIAO QUIMICA	R$ 4,41	R$ 2.646,00
365	268076	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% -10ML	AMPOLAS	800	SAMTEC	R$ 1,01	R$ 808,00
366	304871	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	AMPOLAS	250	UNIAO QUIMICA	R$ 1,94	R$ 485,00
375	271581	TOBRAMICINA 0,3% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	50	GEOLAB	R$ 7,69	R$ 384,50
VALOR TOTAL							**R$ 68.928,86**

EMPRESA: OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA - CNPJ: 61.828.536/0001-94

Endereço: Rua Padre Henrique Perbeche, 323, Sala 01, Vila Becker, Toledo/PR, CEP 85902-511

Representante legal: Erasmo Rodrigues Ferreira (sócio administrador), CPF 955.138.179-34

Valor total da ata: R$ 297.353,78 (duzentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
11	274806	ACETILCISTEINA 600MG - GRANULADO	SACHE	300	GEOLAB	R$ 0,8970	R$ 269,10
15	271687	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML USO:EV/IM	AMPOLAS	7.400	HYPOFARMA	R$ 0,8573	R$ 6.344,02
17	327566	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML USO: EV	AMPOLAS	1.400	BLAU	R$ 4,05	R$ 5.670,00
20	268255	ADRENALINA/ EPINEFRINA 1 MG/ ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML USO: EV/IM/SC	AMPOLAS	3.800	HYPOFARMA	R$ 1,04	R$ 3.952,00
29	271089	AMOXICILINA 500MG	CÁPSULA	3.000	UNICHEM	R$ 0,2023	R$ 606,90
41	268949	AZITROMICINA 40MG/ML - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	250	PHARLAB	R$ 6,9990	R$ 1.749,75
42	267140	AZITROMICINA 500MG	COMP	3.000	PHARLAB	R$ 0,7290	R$ 2.187,00
56	269958	BROMOPRIDA 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML USO: EV/IM	AMPOLAS	7.400	HIPOLABOR	R$ 1,0392	R$ 7.690,08
59	267282	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	AMPOLAS	7.400	HYPOFARMA	R$ 0,8990	R$ 6.652,60
61	270621	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 4 MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLAS	7.400	HYPOFARMA	R$ 1,3997	R$ 10.357,78
64	267621	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	COMP	3.000	HIPOLABOR	R$ 0,2499	R$ 749,70
72	450890	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G - PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL (Cota Reservada ME/EPP)	FR/AMP	2.150	BLAU	R$ 3,9480	R$ 8.488,20
75	448845	CETOPROFENO 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML USO: IM	AMPOLAS	7.400	HIPOLABOR	R$ 0,9650	R$ 7.141,00
78	340167	CIMETIDINA 150MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	AMPOLAS	7.400	HYPOFARMA	R$ 0,9430	R$ 6.978,20
84	268439	CLARITROMICINA 500MG	COMP.	500	PHARLAB	R$ 1,8010	R$ 900,50
92	271710	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML USO:EV	AMPOLAS	800	HIPOLABOR	R$ 2,21	R$ 1.768,00
121	269846	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/G - GEL 30G	TUBO	600	PHARLAB	R$ 4,34	R$ 2.604,00
122	269843	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLAS	1.100	HYPOFARMA	R$ 3,97	R$ 4.367,00
126	267691	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG	COMP	5.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,1460	R$ 730,00
127	272320	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	COMP	25.000	ALTHAIA	R$ 0,2798	R$ 6.995,00
129	267310	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML USO: IM/EV	AMPOLAS	7.400	FARMACE	R$ 0,63	R$ 4.662,00
130	272326	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	AMPOLA	100	CRISTALIA	R$ 8,36	R$ 836,00
134	268504	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML	AMPOLAS	7.400	HYPOFARMA	R$ 1,07	R$ 7.918,00
139	267769	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLAS	7.400	CRISTALIA	R$ 2,8933	R$ 21.410,42
143	272365	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG	COMP	10.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,1199	R$ 1.199,00
145	272343	CLORIDRATO DE TIAMINA 100MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	720	HIPOLABOR	R$ 4,9262	R$ 3.546,86
148	272366	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 50MG	COMP	500	UNIAO QUIMICA	R$ 0,9183	R$ 459,15

161	272782	CODEÍNA 30MG	COMP	600	CRISTALIA	R$ 0,64	R$ 384,00
178	271003	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML USO: IM	AMPOLAS	7.400	HYPOFARMA	R$ 0,77	R$ 5.698,00
192	267203	DIPIRONA SÓDICA 500MG	COMP	8.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,1250	R$ 1.000,00
193	268252	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML - USO: EV/IM	AMPOLAS	7.400	HYPOFARMA	R$ 0,6380	R$ 4.721,20
197	270590	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG/ML + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 2MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	400	CRISTALIA	R$ 4,18	R$ 1.672,00
198	268446	DOBUTAMINA CLORIDRATO 12,5MG/ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL 20ML	AMPOLAS	2.600	HYPOFARMA	R$ 6,63	R$ 17.238,00
216	292399	FITOMENADIONA 10 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML - USO: IM	AMPOLAS	1.400	HYPOFARMA	R$ 1,69	R$ 2.366,00
219	267328	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO 16% + FOSFATO DE SODIO DIBASICO 6% - ENEMA 130ML	FRASCO	1.400	CRISTALIA	R$ 6,85	R$ 9.590,00
222	292427	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2,5ML USO: EV/IM (Cota Reservada ME/EPP)	AMPOLAS	1.850	HYPOFARMA	R$ 0,75	R$ 1.387,50
223	448595	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	250	HIPOLABOR	R$ 4,5588	R$ 1.139,70
230	267666	FUROSEMIDA 20MG/2ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML USO: EV/IM	AMPOLAS	7.400	HYPOFARMA	R$ 0,6198	R$ 4.586,52
264	407327	LISDEXANFETAMINA 50MG	CÁPSULA	2.000	PHARLAB	R$ 4,01	R$ 8.020,00
265	407326	LISDEXANFETAMINA 70MG	CÁPSULA	2.000	PHARLAB	R$ 3,52	R$ 7.040,00
273	268129	MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 100MG	COMP	3.000	HIPOLABOR	R$ 0,6691	R$ 2.007,30
275	268264	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,2MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML - USO: SC/IM/EV	AMPOLAS	200	UNIAO QUIMICA	R$ 2,34	R$ 468,00
278	273554	MELOXICAM 15MG	COMP.	500	PHARLAB	R$ 0,1080	R$ 54,00
301	267712	OMEPRAZOL 20MG	CÁPSULA	5.000	GLOBO	R$ 0,07	R$ 350,00
303	268160	OMEPRAZOL 40MG - PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL (Cota Reservada ME/EPP)	AMPOLAS	1.850	BLAU	R$ 7,31	R$ 13.523,50
333	305935	PROPOFOL 10MG/ML - EMULSÃO INJETÁVEL AMPOLA 20ML	AMPOLA	100	MIDFARMA	R$ 7,2880	R$ 728,80
336	284106	RISPERIDONA 1MG/ML- SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	500	CRISTALIA	R$ 12,4420	R$ 6.221,00
341	412091	RIVAROXABANA 20MG	COMP.	3.000	PHARLAB	R$ 0,28	R$ 840,00
347	448616	SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO 20MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	300	BLAU	R$ 10,31	R$ 3.093,00
355	267745	SINVASTATINA 40MG	COMP	2.000	PHARLAB	R$ 0,13	R$ 260,00
359	270220	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 100MG - PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLAS	7.400	BLAU	R$ 2,78	R$ 20.572,00
360	342134	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500 MG - PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLAS	7.400	BLAU	R$ 4,56	R$ 33.744,00
362	308884	SULFAMETOXAZOL 40MG/ML + TRIMETROPTIMA 8MG/ML- SUSPENSÃO ORAL 100ML	FRASCO	500	VITAMEDIC	R$ 3,55	R$ 1.775,00
363	268214	SULFATO DE ATROPINA 0,25MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML USO: EV/IM/SC	AMPOLAS	800	FARMACE	R$ 0,73	R$ 584,00
364	268256	SULFATO DE GENTAMICINA 40 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML USO: EV/IM	AMPOLAS	7.400	HYPOFARMA	R$ 0,95	R$ 7.030,00
367	269818	SULFATO DE TERBUTALINA 0,5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML USO: EV/SC	AMPOLAS	800	UNIAO QUIMICA	R$ 1,21	R$ 968,00
372	268533	TENOXICAM 40MG - PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL (Cota Reservada ME/EPP)	AMPOLAS	1.850	CRISTALIA	R$ 7,60	R$ 14.060,00
VALOR TOTAL							**R$ 297.353,78**

EMPRESA: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 42.092.374/0001-24

Endereço: Rua Pernambuco, 1647, Bairro Linho, Erechim/RS, CEP 99704-480

Representante legal: Camila Liotto (sócia administradora), CPF 036.556.450-82

Valor total da ata: R$ 3.398,35 (três mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
16	278338	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG	COMP	1.000	EMS	R$ 1,90	R$ 1.900,00
25	271358	ALPRAZOLAM 0,25MG	COMP	1.000	EMS	R$ 0,20	R$ 200,00
51	362720	BISOPROLOL FUMARATO 2,5MG	COMP.	500	EMS	R$ 0,5597	R$ 279,85
236	292196	HALOPERIDOL 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	AMPOLAS	150	UNIAO QUIMICA	R$ 1,63	R$ 244,50
258	305270	LEVOFLOXACINO 500MG	COMP	600	CIMED	R$ 0,99	R$ 594,00
271	267651	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG	COMP	3.000	CIMED	R$ 0,06	R$ 180,00
VALOR TOTAL							**R$ 3.398,35**

EMPRESA: BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 21.438.123/0001-89

Endereço: Rua Severino Augusto Pretto, 574, Sala 102, Bairro Santo Antão, Encantado/RS, CEP 95960-000

Representante legal: Rafaela Casagrande Galiotto (sócia única), CPF 024.691.570-64

Valor total da ata: R$ 5.958,00 (cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
18	328529	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	COMP	3.000	ABBOTT	R$ 0,36	R$ 1.080,00
89	272045	CLOPIDOGREL 75MG	COMP.	300	SANDOZ	R$ 0,32	R$ 96,00
162	270495	COLAGENASE 0,6UI/G + CLORANFENICOL 0,01G/G - POMADA 30G	TUBO	200	ABBOTT	R$ 15,51	R$ 3.102,00
260	268124	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG	COMP	3.000	ABBOTT	R$ 0,27	R$ 810,00
261	268123	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG	COMP	3.000	ABBOTT	R$ 0,29	R$ 870,00
VALOR TOTAL							**R$ 5.958,00**

EMPRESA: MHL MEDICAL LTDA - CNPJ: 66.392.375/0001-52

Endereço: Rodovia PR 317, 6752, Barracão B, Sala 01, Parque Industrial 200, Maringá/PR, CEP 87035-510

Representante legal: Marcelino Lahoud (sócio administrador), CPF 359.226.139-87

Valor total da ata: R$ 85.797,04 (oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e sete reais e quatro centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
19	278281	ADENOSINA FOSFATO 3MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML USO: EV	AMPOLAS	1.400	HIPOLABOR	R$ 10,2499	R$ 14.349,86
28	292402	AMINOFILINA 24MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML USO: EV	AMPOLAS	1.400	FARMACE	R$ 2,0399	R$ 2.855,86
60	270622	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67MG/ML +DIPIRONA 333,4MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 20ML	FRASCO	200	HIPOLABOR	R$ 5,7099	R$ 1.141,98
74	448844	CETOPROFENO 100 MG USO: EV	AMPOLAS	7.400	UNIAO QUIMICA	R$ 3,0899	R$ 22.865,26
150	268534	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG	CAPSULA	5.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,2353	R$ 1.176,50

172	276283	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML USO: EV/IM	AMPOLAS	2.000	UNIAO QUIMICA	R$ 2,2199	R$ 4.439,80
289	273167	NEOMICINA 5MG/G + BACITRACINA 250UI/G - POMADA 10G	TUBO	800	PRATI DONADUZZI	R$ 2,6699	R$ 2.135,92
290	273167	NEOMICINA 5MG/G + BACITRACINA 250UI/G - POMADA 15G	TUBO	400	PRATI DONADUZZI	R$ 2,97	R$ 1.188,00
294	442584	NORADRENALINA/NOREPINEFRINA 2MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML	AMPOLAS	1.400	UNIAO QUIMICA	R$ 1,6599	R$ 2.323,86
356	371273	SORO FISIOLÓGICO 0,9% ESTÉRIL- SOLUÇÃO 250ML	FRASCO	9.800	JP	R$ 3,40	R$ 33.320,00
VALOR TOTAL							**R$ 85.797,04**

EMPRESA: L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - CNPJ: 35.250.918/0001-73

Endereço: Rua Antonio Marcello, 207, Sala 01, Bairro Luther King, Francisco Beltrão/PR, CEP 85605-440

Representante legal: Lucas Ferreira da Costa (empresário individual), CPF 033.272.849-89

Valor total da ata: R$ 40.931,82 (quarenta mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
22	269462	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	COMP	300	EMS	R$ 0,7999	R$ 239,97
26	271356	ALPRAZOLAM 1MG	COMP	2.000	EMS	R$ 0,1097	R$ 219,40
30	271217	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG	COMP	3.000	EMS	R$ 0,9399	R$ 2.819,70
44	272434	BESILATO DE ANLODIPINO 5MG	COMP	5.000	GEOLAB	R$ 0,0332	R$ 166,00
52	362718	BISOPROLOL FUMARATO 5MG	COMP.	300	EMS	R$ 0,6999	R$ 209,97
57	270620	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA SODICA 250MG	COMP.	300	NEO QUIMICA	R$ 0,3479	R$ 104,37
62	267618	CARBAMAZEPINA 200MG	COMP	2.000	HIPOLABOR	R$ 0,1722	R$ 344,40
70	331555	CEFALEXINA 50MG/ML - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	250	TEUTO	R$ 7,19	R$ 1.797,50
73	271103	CETOCONAZOL 20MG/ML- SHAMPOO	FRASCO	50	NATIVITA	R$ 5,3410	R$ 267,05
76	276378	CILOSTAZOL 100MG	COMP.	2.500	EUROFARMA	R$ 0,4999	R$ 1.249,75
77	276377	CILOSTAZOL 50MG	COMP.	500	EUROFARMA	R$ 0,2499	R$ 124,95
87	270120	CLONAZEPAM 2,5MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	200	HIPOLABOR	R$ 2,15	R$ 430,00
101	460986	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG - COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	15.000	EMS	R$ 0,38	R$ 5.700,00
106	267522	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG	COMP	3.000	EMS	R$ 1,48	R$ 4.440,00
116	273009	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG	COMP	8.000	HIPOLABOR	R$ 0,0690	R$ 552,00
135	268505	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8MG	COMP.	600	BIOLAB	R$ 0,30	R$ 180,00
137	273940	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG	COMP	8.000	ZYDUS	R$ 0,2353	R$ 1.882,40
140	267772	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG	COMP	1.000	OSORIO	R$ 0,0689	R$ 68,90
142	272364	CLORIDRATO DE SERTRALINA 25MG	COMP	3.000	ACHE	R$ 1,1799	R$ 3.539,70
154	276948	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	COMP	5.000	ZYDUS	R$ 0,2360	R$ 1.180,00
168	432908	DAPAGLIFLOZINA 10MG	COMP.	200	MEDQUIMICA	R$ 1,3860	R$ 277,20
194	267205	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML- SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	500	NATULAB	R$ 1,2627	R$ 631,35
199	268493	DOXAZOSINA 2MG	COMP	2.000	EMS	R$ 0,0959	R$ 191,80
205	267653	ESPIRONOLACTONA 25MG	COMP	3.000	EMS	R$ 0,2031	R$ 609,30
211	267657	FENITOÍNA SÓDICA 100MG	COMP	2.000	HIPOLABOR	R$ 0,1580	R$ 316,00
238	425580	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 5MG	COMP	1.000	ZYDUS	R$ 0,79	R$ 790,00
245	267674	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMP	5.000	CIMED	R$ 0,0389	R$ 194,50
247	267677	IBUPROFENO 300MG	COMP.	300	VITAMEDIC	R$ 0,1217	R$ 36,51
250	267676	IBUPROFENO 600MG	CÁPSULA	2.000	VITAMEDIC	R$ 0,1482	R$ 296,40
252	273400	ISOSSORBIDA 20MG	COMP	1.000	ZYDUS	R$ 0,2420	R$ 242,00
253	376767	IVERMECTINA 6 MG	COMP	1.000	VITAMEDIC	R$ 0,3239	R$ 323,90
257	433280	LEVODOPA 100MG + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 25MG	COMP	1.000	ROCHE	R$ 1,39	R$ 1.390,00
269	268856	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	COMP	8.000	NEO QUIMICA	R$ 0,0589	R$ 471,20
277	633844	MELATONINA 0,21MG - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	20	CATARINENSE	R$ 19,50	R$ 390,00
281	394650	METOPROLOL TARTARATO 100MG	COMP.	500	ACHE	R$ 0,41	R$ 205,00
315	285015	PARACETAMOL 325MG + CLORIDRATO DE TRAMADOL 37,5MG	COMP	600	ZYDUS	R$ 0,79	R$ 474,00
317	270907	PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEINA 30MG	COMP	500	UNIAO QUIMICA	R$ 0,62	R$ 310,00
322	380865	POLIMIXINA B 10.000UI/ML + NEOMICINA 3,5MG/ML + FLUOCINOLONA 0,25MG/ML + LIDOCAÍNA 20MG/ML- SOLUÇÃO OTOLÓGICA	FRASCO	50	GEOLAB	R$ 4,3020	R$ 215,10
323	267743	PREDNISONA 20MG	COMP	2.000	HIPOLABOR	R$ 0,15	R$ 300,00
324	267741	PREDNISONA 5MG	COMP	2.000	HIPOLABOR	R$ 0,07	R$ 140,00
325	392111	PREGABALINA 150MG	CAPSULA	3.000	GLOBO	R$ 0,3220	R$ 966,00
327	388712	PREGABALINA 75MG	CAPSULA	20.000	GLOBO	R$ 0,20	R$ 4.000,00
352	294887	SALBUTAMOL 100MCG/DOSE- AEROSSOL ORAL	AEROSSOL	50	TEUTO	R$ 11,79	R$ 589,50
354	267747	SINVASTATINA 20MG	COMP	5.000	SANDOZ	R$ 0,0732	R$ 366,00
369	396211	TANSULOSINA 0,4MG	COMP.	1.000	EMS	R$ 1,05	R$ 1.050,00
380	385153	TROMETAMOL CETOROLACO 10MG	COMP	1.000	EMS	R$ 0,64	R$ 640,00
VALOR TOTAL							**R$ 40.931,82**

EMPRESA: LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 48.097.911/0001-05

Endereço: Rua Paraguaçu, 1020, Lote 01/A, Quadra 0002, Jd. das Palmeiras, Paranavaí/PR, CEP 87706-435

Representante legal: Juliano Lamberti Dias (sócio administrador), CPF 042.869.479-98

Valor total da ata: R$ 61.372,50 (sessenta e um mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
23	436169	ALOGLIPTINA 25MG	COMP.	2.000	ALTHAIA	R$ 1,80	R$ 3.600,00
34	429846	APIXABANA 5 MG	COMP.	2.000	NATCOFARMA	R$ 0,85	R$ 1.700,00
35	364780	ARIPIPRAZOL 10MG	COMP	6.000	ZYDUS	R$ 0,4602	R$ 2.761,20
40	268082	ATORVASTATINA CÁLCICA 40MG	COMP.	1.000	CIMED	R$ 0,40	R$ 400,00
114	302443	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG	CAPSULA	4.000	EMS	R$ 1,43	R$ 5.720,00
177	448612	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 11,6MG/G - GEL 30G	TUBO	500	CIMED	R$ 4,35	R$ 2.175,00
209	285686	EZETIMIBA 10MG	COMP	1.000	ALTHAIA	R$ 0,4723	R$ 472,30
215	267081	FENOFIBRATO 200MG	CAPSULA	500	EMS	R$ 2,30	R$ 1.150,00
232	442754	GLICLAZIDA 30MG	COMP	5.000	EMS	R$ 0,1540	R$ 770,00
237	278316	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	COMP	2.000	EMS	R$ 0,1530	R$ 306,00
268	273466	LORATADINA 10 MG	COMP	3.000	CIMED	R$ 0,0710	R$ 213,00
296	271620	OLANZAPINA 5MG	COMP.	400	EMS	R$ 0,35	R$ 140,00
306	306947	OSELTAMIVIR 75MG	CÁPSULA	3.000	NATCOFARMA	R$ 12,33	R$ 36.990,00

307	291770	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	COMP	10.000	CIMED	R$ 0,13	R$ 1.300,00
309	291771	OXALATO DE ESCITALOPRAM 20MG	COMP	6.000	CIMED	R$ 0,25	R$ 1.500,00
326	388713	PREGABALINA 50MG	CÁPSULA	500	MEDLEY	R$ 1,17	R$ 585,00
376	272851	TOPIRAMATO 100MG	COMP	600	EMS	R$ 0,50	R$ 300,00
378	272850	TOPIRAMATO 50MG	COMP	3.000	ZYDUS	R$ 0,43	R$ 1.290,00
VALOR TOTAL							**R$ 61.372,50**

EMPRESA: J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - CNPJ: 32.282.308/0001-63

Endereço: Rua Vereador Joaquim Pereira de Castro, 287, Sala 03, Vila Santo Antônio, Maringá/PR, CEP 87030-170

Representante legal: Tanclear Adrieli Santos Brito (sócia administradora), CPF 074.257.239-05

Valor total da ata: R$ 4.983,50 (quatro mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
39	615875	ARNICA + BISABOLOL + ESCINA + VITAMINA E - CREME 200G	TUBO	50	NEOQUIMICA	R$ 99,67	R$ 4.983,50
VALOR TOTAL							**R$ 4.983,50**

EMPRESA: CIRÚRGICA PARANAVAÍ LTDA - CNPJ: 30.766.874/0001-15

Endereço: Av. Presidente Tancredo Neves, 198, Vila São Vicente, Paranavaí/PR, CEP 87709-180

Representante legal: Alex Dias Daminelli (sócio administrador), CPF 069.543.129-32

Valor total da ata: R$ 114.531,70 (cento e quatorze mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
43	270612	BENZILPENICILINA 1.200.000 UI - PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL USO: IM	FR/AMP	7.400	TEUTO (BEPEBEN)	R$ 5,6980	R$ 42.165,20
54	269954	BROMOPRIDA 10MG	COMP.	1.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,1580	R$ 158,00
55	269956	BROMOPRIDA 4MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	600	AIRELA	R$ 2,3120	R$ 1.387,20
69	267625	CEFALEXINA 500MG	COMP	3.000	TEUTO	R$ 0,4970	R$ 1.491,00
81	272903	CITALOPRAM 20MG	COMP	1.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,1350	R$ 135,00
88	270119	CLONAZEPAM 2MG	COMP	500	GEOLAB (ZILEPAM)	R$ 0,1430	R$ 71,50
104	282313	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 10MG	COMP.	1.500	CIMED	R$ 0,0840	R$ 126,00
132	396702	CLORIDRATO DE NEBIVOLOL 5MG	COMP.	500	PHARLAB	R$ 0,9710	R$ 485,50
141	272363	CLORIDRATO DE SERTRALINA 100MG	COMP	6.000	GLOBO	R$ 0,3290	R$ 1.974,00
152	362259	CLORIDRATO DE TRAZODONA 100MG	COMP	3.000	GLOBO	R$ 0,4410	R$ 1.323,00
155	272379	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG - CÁPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPSULA	6.000	GLOBO	R$ 0,4190	R$ 2.514,00
169	437837	DAPAGLIFOZINA 10MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 1000MG	COMP.	500	EUROFARMA	R$ 4,35	R$ 2.175,00
175	267195	DIAZEPAM 5MG	COMP.	5.000	SANTISA (SANTIAZEPAM)	R$ 0,0450	R$ 225,00
181	382197	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA 35MG	COMP	1.000	ALTHAIA	R$ 0,69	R$ 690,00
201	272644	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLAS	50	VIATRIS (CUTENOX)	R$ 11,99	R$ 599,50
202	272645	ENOXAPARINA SODICA 40MG - SOLUÇÃO INJETÁVEL	SERINGA	50	VIATRIS (CUTENOX)	R$ 12,84	R$ 642,00
224	449187	FOSFOMICINA TROMETAMOL 3G	SACHE	300	PHARMASCIENCE	R$ 29,80	R$ 8.940,00
227	272831	FUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	COMP	2.000	BIOLAB	R$ 0,1630	R$ 326,00
246	267270	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5MG/ML - SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	100	AIRELA (HIDROXIDO DE ALUMINIO 6%)	R$ 2,75	R$ 275,00
251	399010	INSULINA GLARGINA 100UI/ML - UNIDADE COM SISTEMA DE APLICAÇÃO	CANETA	100	BIOMM (GLARGILIN)	R$ 54,89	R$ 5.489,00
255	383750	LACTULOSE 667MG/ML - XAROPE	FRASCO	150	MAYBEN (LACTBEN)	R$ 5,98	R$ 897,00
256	352933	LEVETIRACETAM 100MG/ML - SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 150ML	FRASCO	30	EUROFARMA	R$ 68,56	R$ 2.056,80
259	268125	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	COMP	3.000	MERCK	R$ 0,2530	R$ 759,00
263	622368	LISDEXANFETAMINA 40MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	50	EMS (LYBERDIA)	R$ 445,02	R$ 22.251,00
272	341850	MALEATO DE FLUVOXAMINA 50MG	COMP	1.000	BIOLAB	R$ 1,6960	R$ 1.696,00
283	397280	MIKANIA GLOMERATA SPRENG. - XAROPE (MINÍMO 120ML)	FRASCO	300	NATULAB (XAROPE DE GUACO)	R$ 2,49	R$ 747,00
285	294536	MIRTAZAPINA 30MG	COMP	1.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,67	R$ 670,00
287	276271	MONTELUCASTE SÓDICO 10MG	COMP.	300	BIOLAB	R$ 0,54	R$ 162,00
293	268273	NITROFURANTOÍNA 100MG	CÁPSULA	1.000	TEUTO (NITROFEN)	R$ 0,3380	R$ 338,00
295	271621	OLANZAPINA 10MG	COMP.	400	PRATI DONADUZZI	R$ 0,48	R$ 192,00
300	388401	OLMESARTANA 40MG + ANLODIPINO 5MG	COMP	1.000	EMS	R$ 1,14	R$ 1.140,00
335	272839	RISPERIDONA 1MG	COMP	2.000	GLOBO	R$ 0,10	R$ 200,00
337	268149	RISPERIDONA 2MG	COMP	3.000	GLOBO	R$ 0,1260	R$ 378,00
338	284105	RISPERIDONA 3MG	COMP	1.000	GLOBO	R$ 0,1760	R$ 176,00
339	394103	RIVAROXABANA 10MG	COMP.	1.000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,2410	R$ 241,00
340	412092	RIVAROXABANA 15MG	COMP.	500	PRATI DONADUZZI	R$ 0,2760	R$ 138,00
351	446105	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL	SACHÊ	500	MAYBEN (AQUALEV)	R$ 0,80	R$ 400,00
358	276657	SUCCINATO DE SOLIFENACINA 5MG	COMP	5.000	BIOLAB	R$ 1,79	R$ 8.950,00
382	292791	VALSARTANA 160MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG	COMP	1.000	ACHE	R$ 1,18	R$ 1.180,00
383	370525	VALSARTANA 160MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMP.	600	ACHE	R$ 1,28	R$ 768,00
VALOR TOTAL							**R$ 114.531,70**

EMPRESA: PRO-SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 07.344.756/0001-05

Endereço: Av. Brasil, 5653, Zona 05, Maringá/PR, CEP 87015-280

Representante legal: Paulo Henrique Honda Perejon Haro (sócio administrador), CPF 118.552.439-89

Valor total da ata: R$ 11.440,00 (onze mil, quatrocentos e quarenta reais).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
58	267281	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	500	HIPOLABOR	R$ 6,39	R$ 3.195,00
79	267629	CINARIZINA 75MG	COMP.	1.000	RANBAXY	R$ 0,51	R$ 510,00
120	269843	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000	HIPOLABOR	R$ 6,00	R$ 6.000,00
297	233632	ÓLEO MINERAL	FRASCO	100	FARMACE	R$ 3,80	R$ 380,00
298	296742	OLMESARTANA 40MG	COMP.	1.000	ALTHAIA	R$ 0,67	R$ 670,00
299	388402	OLMESARTANA 40MG + ANLODIPINO 10MG	COMP	500	GERMED	R$ 1,07	R$ 535,00
316	267778	PARACETAMOL 500MG	COMP	5.000	PRATI	R$ 0,03	R$ 150,00
VALOR TOTAL							**R$ 11.440,00**

EMPRESA: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 02.816.696/0001-54

Endereço: Rua Padre Arnaldo Janssen, 1452, Cará-Cará, Ponta Grossa/PR, CEP 84032-300

Representante legal: Fernando Parucker da Silva (sócio administrador), CPF 248.710.109-10

Valor total da ata: R$ 61.581,86 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
71	450890	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G - PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL (Item para Ampla Concorrência)	FR/AMP	6.450	TEUTO	R$ 3,8599	R$ 24.896,36
302	268160	OMEPRAZOL 40MG - PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL (Item para Ampla Concorrência)	AMPOLAS	5.550	BLAU	R$ 6,61	R$ 36.685,50
VALOR TOTAL							**R$ 61.581,86**

EMPRESA: SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 28.643.008/0001-95

Endereço: Av. Adão Welker, 104, Centro, Barão de Cotegipe/RS, CEP 99740-000

Representante legal: Vânia Szymanski (titular administradora), CPF 958.464.330-49

Valor total da ata: R$ 71.700,00 (setenta e um mil e setecentos reais).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
7	399414	ACETATO DE RETINOL 50.000UI/ML+ COLECALCIFEROL 10.000UI/ML - SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20ML	FRASCO	200	COSMED	R$ 14,17	R$ 2.834,00
93	267512	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG	COMP	5.000	BRAINFARMA	R$ 0,04	R$ 200,00
105	267632	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG	COMP	2.000	BRAINFARMA	R$ 0,21	R$ 420,00
165	431098	COLECALCIFEROL 50.000UI	CAPSULA	300	BRAINFARMA	R$ 0,85	R$ 255,00
167	431097	COLECALCIFEROL 7000UI	CAPSULA	1.500	BRAINFARMA	R$ 0,22	R$ 330,00
170	452438	DAPAGLIFOZINA 5MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 1000MG	COMP.	500	EUROFARMA	R$ 3,09	R$ 1.545,00
184	272336	DIMENIDRINATO 30MG + PIRIDOXINA 50MG + GLICOSE 1.000 MG + FRUTOSE 1G - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLAS	7.400	COSMED	R$ 8,79	R$ 65.046,00
186	272333	DIMENIDRINATO 50MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 10MG	COMP.	1.000	COSMED	R$ 0,65	R$ 650,00
249	294643	IBUPROFENO 50MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	200	BRAINFARMA	R$ 2,10	R$ 420,00
VALOR TOTAL							**R$ 71.700,00**

EMPRESA: G2 COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 47.647.493/0001-10

Endereço: Rua Giocondo Felippi, 682, Barracão 02, Bairro Presidente Kennedy, Francisco Beltrão/PR, CEP 85605-330

Representante legal: Daniel Vitor Bertolini de Castro (sócio administrador), CPF 114.591.429-26

Valor total da ata: R$ 22.920,00 (vinte e dois mil, novecentos e vinte reais).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
99	624530	CLORIDRATO DE ATOMOXETINA 80MG	COMP	1.000	APSEN	R$ 6,96	R$ 6.960,00
113	302442	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG	CAPSULA	10.000	EMS	R$ 0,84	R$ 8.400,00
262	407328	LISDEXANFETAMINA 30MG	CÁPSULA	2.000	PHARLAB	R$ 3,78	R$ 7.560,00
VALOR TOTAL							**R$ 22.920,00**

EMPRESA: MAX MED – PRODUTOS CIRURGICOS LTDA - CNPJ: 06.114.172/0001-72

Endereço: Av. Governador Parigot de Souza, 491, Sala 02, Zona 01, Maringá/PR, CEP 87013-300

Representante legal: Jorge Cordeiro Garcia (sócio administrador), CPF 843.637.389-87

Valor total da ata: R$ 23.822,00 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e dois reais).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
110	268960	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML USO: EV	AMPOLAS	2.600	TEUTO	R$ 2,75	R$ 7.150,00
226	309095	FUMARATO DE FORMOTEROL 6MCG + BUDESONIDA 200MCG + INALADOR	FRASCO	50	ACHE	R$ 94,04	R$ 4.702,00
266	281657	LOÇÃO OLEOSA À BASE DE AGE + VITAMINA A + VITAMINA E - 100ML (Item para Ampla Concorrência)	TUBO	2.850	TROL	R$ 3,15	R$ 8.977,50
267	281657	LOÇÃO OLEOSA À BASE DE AGE + VITAMINA A + VITAMINA E - 100ML (Cota Reservada ME/EPP)	TUBO	950	TROL	R$ 3,15	R$ 2.992,50
VALOR TOTAL							**R$ 23.822,00**

EMPRESA: SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 00.656.468/0001-39

Endereço: Rua Anita Ribas, 410, Bacacheri, Curitiba/PR, CEP 82520-610

Representante legal: Luiz Renato Garofani (procurador - gerente geral), CPF 874.165.659-87

Valor total da ata: R$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil e setecentos reais).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
123	269845	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SPRAY 10% - 50ML (Item para Ampla Concorrência)	FR/SPRAY	1.050	HIPOLABOR	R$ 38,66	R$ 40.593,00
221	292427	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2,5ML USO: EV/IM (Item para Ampla Concorrência)	AMPOLAS	5.550	HYPOFARMA	R$ 0,74	R$ 4.107,00
VALOR TOTAL							**R$ 44.700,00**

EMPRESA: VIGMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 63.190.163/0001-02

Endereço: Rua dos Pioneiros, 678, Sala 03, Vila Pioneiro, Toledo/PR, CEP 85910-080

Representante legal: Djully Gonçalves da Silva (sócia administradora), CPF 052.456.419-17

Valor total da ata: R$ 6.145,00 (seis mil, cento e quarenta e cinco reais).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
304	379902	OSELTAMIVIR 30 MG	CÁPSULA	500	NATCOFARMA	R$ 4,92	R$ 2.460,00
305	379962	OSELTAMIVIR 45 MG	CÁPSULA	500	NATCOFARMA	R$ 7,37	R$ 3.685,00
VALOR TOTAL							**R$ 6.145,00**

EMPRESA: FARMÁCIA IRMÃOS NOGUEIRA LTDA - CNPJ: 07.071.740/0001-68

Endereço: Praça Mário Del Giudice, 38, Loja 2, Centro, Viçosa/MG, CEP 36570-049

Representante legal: Walace de Oliveira Veloso (sócio administrador), CPF 096.487.487-30

Valor total da ata: R$ 4.146,00 (quatro mil, cento e quarenta e seis reais).

Item	Código BR	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
312	353337	OXIDO DE MAGNÉSIO 500MG/5ML AROMA DE MORANGO- SOLUÇÃO ORAL MANIPULADO	FRASCO	60	PRÓPRIA (MANIPULADO)	R$ 57,02	R$ 3.421,20
320	443422	PIRIDOXINA 50MG/ML AROMA DE MORANGO - SOLUÇÃO ORAL MANIPULADO	FRASCO	60	PRÓPRIA (MANIPULADO)	R$ 12,08	R$ 724,80
VALOR TOTAL							**R$ 4.146,00**

EMPRESA: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 12.418.191/0001-95

Endereço: Rodovia BR-101, km 131, nº 131, Várzea do Ranchinho, Camboriú/SC, CEP 88349-175

Representante legal: Adriano Rodrigues da Silva (sócio administrador), CPF 143.179.058-33							
Valor total da ata: R$ 41.625,00 (quarenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais).							
Item	**Código BR**	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
371	268533	TENOXICAM 40MG - PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL (Item para Ampla Concorrência)	AMPOLAS	5.550	UNIAO QUIMICA (TEFLAN)	R$ 7,50	R$ 41.625,00
VALOR TOTAL							**R$ 41.625,00**

EMPRESA: MAMED COMERCIAL LTDA - EPP - CNPJ: 21.608.296/0001-06							
Endereço: Rua Antártica, 850, Jardim Vitória, Marília/SP, CEP 17520-130							
Representante legal: Aluisio da Silva Lamin (sócio administrador), CPF 221.038.748-54							
Valor total da ata: R$ 15.966,00 (quinze mil, novecentos e sessenta e seis reais).							
Item	**Código BR**	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
374	632289	TIRZEPATIDA 5MG/ML	SERINGA	20	ELI LILLY (MOUNJARO)	R$ 450,00	R$ 9.000,00
389	272091	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1, B2, B3, B5, B6) - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML USO: EV/IM	AMPOLAS	8.600	SANTISA (SANTIPLEX B)	R$ 0,81	R$ 6.966,00
VALOR TOTAL							**R$ 15.966,00**

Iguaraçu/PR, 09 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:BD660DAF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2026-PMI

CONTRATO Nº. 122/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **BETANIAMED COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº. 09.560.267/0001-08.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para as UBS do Município de Ivatuba, conforme adesão do Recurso Financeiro Resolução SESA N° 515/2024.**
FISCAL DESIGNADO: **Amanda Camila Mansano, Adriana Aparecida Pinto Zulato e Priscila Oliveira Martins Gomes, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde.**

Item	**Undd**	**Qtdd**	**Descrição / Especificação**	**Valor Unt. R$**	**Valor Total R$**
02	UNDD	01	**Cadeira Odontológica Completa:** destinada à realização de procedimentos clínicos odontológicos, composta por cadeira, equipo, refletor, unidade auxiliar (sugador/cuspideira) e mocho odontológico. **Especificações Técnicas:** Estrutura resistente e de alta durabilidade; assento com estofamento em couro ou PVC de alta qualidade, de fácil higienização; comandos de posição automáticos, incluindo função "volta à zero" e posições programáveis de trabalho; cabeceira articulada e ajustável; sistema de acionamento por pedais progressivos, permitindo o controle da movimentação da cadeira e acionamento das peças de mão. **Refletor:** Sistema de iluminação multifocal; ajuste de intensidade luminosa; foco adequado ao campo operatório; estrutura com movimentação suave e ajuste preciso. **Equipo (Unidade do Dentista):** braço articulado com movimentação horizontal e vertical; painel de comando integrado; seringa tríplice (ar/água/spray); terminal para caneta de alta rotação e terminal para caneta de baixa rotação, acompanhados das respectivas canetas, compatíveis com o equipamento odontológico. **Unidade Auxiliar (Sugadora/Cuspideira):** sistema de sucção para saliva e sangue; cuspideira para enxágue; seringa tríplice (ar/água/spray); estrutura de fácil higienização e manutenção. **Mocho Odontológico:** Assento ergonômico; ajuste de altura; base com rodízios resistentes; revestimento em material lavável e de fácil higienização.**Requisitos Gerais:** Equipamento novo, sem uso anterior; garantia mínima de 12 (doze) meses; manual de instruções em língua portuguesa; assistência técnica autorizada; instalação e treinamento operacionais inclusos.	15.645,00	15.645,00

VALOR: **R$ 15.645,00 (quinze mil seiscentos e quarenta e cinco reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **13 de outubro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **13 de outubro de 2027**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 13 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:A5DC6198

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 037/2026-PMI

CONTRATO Nº. 125/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **WP DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº. 04.483.808/0001-28.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de tintas, toners e recargas de toners, em atendimento as demandas das Secretarias do Município de Ivatuba.**
FISCAL DESIGNADO: **Elivelton Silva dos Santos, Lotado no Serviços de Transporte Rodoviários.**

Item	**Undd**	**Qtdd**	**Especificação**	**R$ Unitário**	**R$ Total**

1	Undd	25	Recarga de toner modelo 26a cf226a hd contendo 180gr preto (para impressora hp laserjet m426).	59,00	1.475,00
2	Undd	50	Recarga de toner modelo 230x – cor preto 2300 - impressora hp color laserjet pro mfp 4303fdw).Contendo 80gr	120,00	6.000,00
3	Undd	40	Recarga de toner modelo 230x – cor amarela 2302 - impressora hp color laserjet pro mfp 4303fdw).Contendo 80gr.	120,00	4.800,00
4	Undd	40	Recarga de toner modelo 230x – cor magenta 2303 - impressora hp color laserjet pro mfp 4303fdw).Contendo 80gr.	120,00	4.800,00
5	Undd	40	Recarga de toner modelo 230x – cor ciano 2301 - impressora hp color laserjet pro mfp 4303f fdw).Contendo 80gr.	120,00	4.800,00
6	Undd	25	Toner modelo w1330 – cor preto - impressora hp laser mfp 432fdn). Especificação: produto original do fabricante da impressora.	108,00	2.700,00
7	Undd	20	Recarga de toner modelo 17a cf217a hd contendo 120gr preto (para impressora hp laserjet m102w).	80,00	1.600,00
8	Undd	10	Recarga de toner para impressora laser modelo hp número 12a "q2612a" preto - 150grs. (para impressora hp m1319).	78,00	780,00
9	Undd	100	Recarga de toner para impressora laser modelo hp número 85a "ce285a" preto - 130 grs. (para impressora hp p1102).	70,00	7.000,00
10	Undd	2	Recarga de toner para impressora laser modelo hp número 310a "ce310a" preto - 50 grs.	72,95	145,90
11	Undd	2	Recarga de toner para impressora laser modelo hp número 311a "ce311a" ciano - 50 grs.	250,00	500,00
12	Undd	2	Recarga de toner para impressora laser modelo hp número 312a "ce312a" amarelo - 50 grs.	67,00	134,00
13	Undd	2	Recarga de toner para impressora laser modelo hp número 313a "ce313a" magenta - 50 grs.	70,00	140,00
14	Undd	35	Recarga de toner modelo 83a cf283a hd contendo 130gr preto (para impressora hp laserjet m127).	80,48	2.816,80
15	Undd	25	Recarga de toner modelo 58x cf258x hd contendo 380gr preto (para impressora hp laserjet m428) c/chip.	92,25	2.306,25
16	Undd	12	Recarga de toner modelo 278, contendo 130gr (para impressora p1606).	69,80	837,60
17	Undd	50	Toner modelo tn-2340 - Especificação: produto original do fabricante da impressora.	226,28	11.314,00
18	Undd	10	Cartucho de toner elgin pb-211ev - para impressora p2500w m6550nw m6600n - original do fabricante da impressora.	114,50	1.145,00
19	Undd	50	Refil de tinta epson t544120 (t544) preto - para recarga de tinta em impressoras bulk epson - 65 ml - original do fabricante da impressora.	58,00	2.900,00
20	Undd	30	Refil de tinta epson t544220 (t544) ciano - para recarga de tinta em impressoras bulk epson - 65 ml - original do fabricante da impressora.	58,00	1.740,00
21	Undd	30	Refil de tinta epson t544320 (t544) magenta - para recarga de tinta em impressoras bulk epson - 65 ml - original do fabricante da impressora.	58,00	1.740,00
22	Undd	30	Refil de tinta epson t544420 (t544) amarelo - para recarga de tinta em impressoras bulk epson - 65 ml - original do fabricante da impressora.	58,00	1.740,00
23	Undd	2	Cartucho de cilindro lexmark 50f0z00 – mx310/611/410/511, original do fabricante da impressora – 60 k.	373,00	746,00
24	Undd	6	Recarga de toner para impressora multifuncional Samsung Scx-6555nx – Com rendimento médio de 25.000 cópias com 5% de cobertura no papel A4.Contendo 600gr.	238,88	1.433,28
25	Undd	10	Recarga de toner para impressora Hp Laser Jet Pro mfp 4103 fdw – Com rendimento médio de 9.700 cópias com 5% de cobertura no papel A4. Contendo 300gr.	106,75	1.067,50
26	Undd	30	RECARGA DE TONER - IMPRESSORA BROTHER - HL - 1202 - TN1060 - produto com capacidade para 1.000 páginas com 5% de cobertura no papel A4 - Cor preta	69,00	2.070,00
27	Undd	40	RECARGA DE TONER TN3472 com casco original da Impressora DEP L5652DN com 330 gr de pó.	100,67	4.026,80
28	Undd	10	TONER TN3612X original do Fabricante da Impressora Brother DCP5662DN.	382,61	3.826,10
29	Undd	4	Cilindro de imagem dr 219-a	156,38	625,52
30	Undd	25	Cilindro de imagem dr 2340	117,67	2.941,75
31	Undd	15	CILINDRO DE IMAGEM DCP-L5652DN DR3440 Unidade de imagem com rendimento médio de 30.000 páginas considerando 5% de cobertura do papel A4. Especificação produto original do fabricante da impressora.	419,50	6.292,50
32	Undd	6	CILINDRO DE IMAGEM DCP-L5662DN DR3602 Unidade de imagem com rendimento médio de 30.000 páginas considerando 5% de cobertura do papel A4. Especificação produto original do fabricante da impressora.	542,95	3.257,70
33	Undd	3	CILINDRO DE IMAGEM Impressora Multifuncional Samsung SCX-6555-nx Unidade de imagem com rendimento médio de até 80.000 cópias considerando 5% de cobertura do papel A4. Especificação produto original do fabricante da impressora.	498,00	1.494,00
				TOTAL	**89.195,70**

VALOR: **R$ 89.195,70 (oitenta e nove mil centos e noventa e cinco reais e setenta centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **13 de outubro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **13 de outubro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 13 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:13336B5E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
RGF - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º SEMESTRE 2026 REPUBLICAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA		
PODER LEGISLATIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 1º SEMESTRE DE 2.026		
LRF, Art. 48 - Anexo VI		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	105.018.955,28	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.096.762,53	2,00
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <6,00%>	6.301.137,32	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	5.986.080,45	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	5.671.023,59	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-615.565,51	-0,57
Limite definido por Resolução do Senado Federal	128.689.187,14	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00

Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.593.017,64	22.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	17.158.558,28	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	7.506.869,25	7,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA, emitido em 13/out/2026 as 11h e 31m.		
JUVALDI FERREIRA TOMAZ	***EDIVALDO PEREIRA***	
Presidente	Controlador Interno	
FERNANDO BIGOTTO RIBEIRO		
Contador CRC PR-069434/O-9		

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:54A1C1B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 56 2026

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
TERMO DE DISPENSAD E LICITAÇÃO 56 / 2026

DATA: 13/10/2026	**PROTOCOLO:** 105 / 2026	**PROCESSO:** 105

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
CONTRATADO(A)
Fornecedor: ARAMAS TURISMO LTDA

CNPJ: 73.379.372/0001-44	**Insc. Estadual:** ISENTO
Endereço: AVENIDA MARINGÁ, 541	
Bairro: JARDIM EUROPA **Cidade:** Sarandi - PR	**CEP:** 87.111-000

Telefone:
OBJETO
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, incluindo o fornecimento de pacotes turísticos para os municípios de Curitiba e Morretes PR, compreendendo transporte adequado e demais serviços necessários à execução dos roteiros turísticos, com finalidade de atender às ações desenvolvidas no âmbito da política Municipal de Assistência Social, especialmente aquelas vinculadas ao Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos(SCFV), ofertado pelo (CRAS).
JUSTIFICATIVA
AUTORIZAR a contratação da empresa ARAMAS TURISMO LTDA - ME para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, incluindo o fornecimento de pacotes turísticos para os municípios de Curitiba e Morretes PR, compreendendo transporte adequado e demais serviços necessários à execução dos roteiros turísticos, com finalidade de atender às ações desenvolvidas no âmbito da política Municipal de Assistência Social, especialmente aquelas vinculadas ao Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos(SCFV), ofertado pelo (CRAS), pelo valor de R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) por DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade com o disposto no art. 75 inciso II, da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.
DESPESA

Programática	Fonte	Descrição
07002082410705119333390390000	30934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07008082450702119233390390000	31934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

ITEM(S)

Lot	Orde	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	32249	Prestação de serviços de agenciamento de viagens, incluindo o fornecimento de pacotes turísticos para os municípios de Curitiba e Morretes PR, compreendendo transporte adequado e demais serviços necessários à execução dos roteiros turísticos, com finalidade de atender as ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Assistência Social	UN	1.00	52.500,00	52.500,00

Total: 52,500.00
EMBASAMENTO LEGAL
Nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:7D16F60B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIA Nº427/2026

DADOS DO SERVIDOR

Nome: CLEONICE PINHEIRO DOS SANTOS DARDAQUE				Matrícula: 10113
Cargo: ASSESSORIA TÉCNICA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA			CPF: 042.167969-74	RG: 8.208247-6
Setor/Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			Conta Corrente: 000596404088-4	Banco/ NºAgência: CAIXA ECONÔMICA AG: 0393

INFORMAÇÕES DA VIAGEM

Destino(Dist. Aprox.): PIRAQUARA/PR –87,6KM			Período: 22 de outubro de 2026		
Hora de Saída: 06h00m			Hora de Retorno: 18h00		
Transporte Veículo Oficial:	(x)	Ônibus: ( )	Aéreo: ( ) Outros		

Valor Diária(s) R$ 108,66 (cento e oito reais e sessenta e seis centavos)	Total a Receber R$108,66 (cento e oito reais e sessenta e seis centavos)
Justificativa:Despesa com alimentação de funcionário da Secretaria Municipal de Saúde, referente à participação no evento "Rede Prepara Mulher Segura".	
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO	
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. **08 / 10 / 2026** Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. **08 / 10 / 2026** Data Secretário(a) Municipal	
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL	
08/10/2026 ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal	

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:AD1CD9F6

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIANº428/2026

DADOS DO SERVIDOR					
Nome: PRISCILLA ZALESKI					Matrícula: 9459
Cargo: DIREÇÃO TÉCNICA GERAL EM SAÚDE			CPF: 056.545779-99		RG: 9.938.632-0
Setor/Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			Conta Corrente: 988-1		Banco/ NºAgência: BRADESCO AG:954
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Destino(Dist. Aprox.): PIRAQUARA/PR –87,6 KM			Período: 22 de outubro de 2026		
Hora de Saída: 06h00m			Hora de Retorno: 18h00		
Transporte Veículo Oficial:	(x)	Ônibus: ( )	Aéreo: ( ) Outros		
Valor Diária(s) R$ 108,66 (cento e oito reais e sessenta e seis centavos)			Total a Receber R$ 108,66 (cento e oito reais e sessenta e seis centavos)		
Justificativa:Despesa com alimentação de funcionário da Secretaria Municipal de Saúde, referente à particiáção no evento "Rede Prepara Mulher Segura".					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. **08 / 10 / 2026** Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. **08 / 10 / 2026** Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
08/10/2026 ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A8F22D7F

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIA Nº429/2026

DADOS DO SERVIDOR					
Nome: CLEONICE PINHEIRO DOS SANTOS DARDAQUE					Matrícula: 10113
Cargo: ASSESSORIA TÉCNICA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA			CPF: 042.167969-74		RG: 8.208247-6
Setor/Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			Conta Corrente: 000596404088-4		Banco/ NºAgência: CAIXA ECONÔMICA AG: 0393
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Destino(Dist. Aprox.): CAMPO LARGO/PR –52KM			Período: 25 de novembro de 2026		
Hora de Saída: 06h00m			Hora de Retorno: 18h00		
Transporte Veículo Oficial:	(x)	Ônibus: ( )	Aéreo: ( ) Outros		
Valor Diária(s) R$ 108,66 (cento e oito reais e sessenta e seis centavos)			Total a Receber R$108,66 (cento e oito reais e sessenta e seis centavos)		
Justificativa:Despesa com alimentação de funcionário da Secretaria Municipal de Saúde, referente à participação no evento "Rede Prepara Mulher Segura".					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. **08 / 10 / 2026** Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. **08 / 10 / 2026** Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
08/10/2026 ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7BCB14BB

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIANº430/2026

DADOS DO SERVIDOR		
Nome: PRISCILLA ZALESKI		Matrícula: 9459
Cargo: DIREÇÃO TÉCNICA GERAL EM SAÚDE	CPF: 056.545779-99	RG: 9.938.632-0
Setor/Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Conta Corrente: 988-1	Banco/ NºAgência:

					BRADESCO AG:954
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Destino(Dist. Aprox.): CAMPO LARGO/PR –52KM			Período: 25 de novembro de 2026		
Hora de Saída: 06h00m			Hora de Retorno: 18h00		
Transporte Veículo Oficial:	(x)	Ônibus: ( )	Aéreo: ( ) Outros		
Valor Diária(s) R$ 108,66 (cento e oito reais e sessenta e seis centavos)			Total a Receber R$ 108,66 (cento e oito reais e sessenta e seis centavos)		
Justificativa:Despesa com alimentação de funcionário da Secretaria Municipal de Saúde, referente à particiáção no evento “Rede Prepara Mulher Segura”.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. **08 / 10 / 2026** Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. **08 / 10 / 2026** Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
08/10/2026 ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2B344E15

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 394/2026 - DIÁRIAS SERVIDORES SETEMBRO

PORTARIA 394/2026

SÚMULA: Dá publicidade a Diárias concedidas a servidores municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e, com base nas **Leis Municipais n. º 22 e 23 de 2024 - Resolve:**
Art. 1º – Dar publicidade as Diárias concedidas a servidores municipais com referência ao mês de **SETEMBRO de 2026,** relacionadas abaixo:

Número do Requerimento	**1**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Elisandra Patricia da Rocha Silva	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	03/09/2026
Destino	Foz do Iguaçu	
Objetivo	Segundo Seminário Educa Juntos.	
Número Diárias/Valor	3	1.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	20:00
Veículo/Placa	NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**2**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Ana Paula de Meira	Pedagoga
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	03/09/2026
Destino	Foz do Iguaçu	
Objetivo	Segundo Seminário Educa Juntos.	
Número Diárias/Valor	3	1.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	20:00
Veículo/Placa	NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**3**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Mari Claudia de Oliveira	Pedagoga
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	03/09/2026
Destino	Foz do Iguaçu	
Objetivo	Segundo Seminário Educa Juntos.	
Número Diárias/Valor	3	1.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	20:00

Veículo/Placa	NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**4**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Diretor de Transportes
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	03/09/2026
Destino	Foz do Iguaçu	
Objetivo	Segundo Seminário Educa Juntos.	
Número Diárias/Valor	3	1.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	20:00
Veículo/Placa	NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**5**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Campo Mourão	
Objetivo	Levar pessoa para pericia medica INSS.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	15:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**6**	

Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	14:00
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**7**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes Câncer Center.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:40
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**8**	
Secretaria Responsável	Saúde	

Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar pacientes (R.P.M) para consulta no Hospital CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	17:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**9**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital Waldemar Monastier de Campo Largo (D.L).	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:30	17:30
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**10**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (E.D.S) para consulta no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	23:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**11**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (M.L; Z e R) para consulta e exames Hospital de Olhos, Diagmax e Mendes Cirurgia em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	12:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**12**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	

Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	19:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**13**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente em Pitanga Hospital São Vicente fazer raio-x (A.G.V).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	17:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**14**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar os pacientes para consulta no Hospital CIS Centro Oeste de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	15:30
Veículo/Placa	VAN	BDG-3G99
Número do Requerimento	**15**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/09/2026	02/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar alunos colégio para ir para Curitiba concurso Robótica.	

Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	08:30
Veículo/Placa	C3 AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**16**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/09/2026	02/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00

Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:22
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**17**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/09/2026	02/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.J.G e C.F) para consulta no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	18:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**18**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/09/2026	02/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**19**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista da Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/09/2026	02/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente no Santa Tereza (J.M).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	12:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**20**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/09/2026	02/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes Câncer Center.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	15:00

Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**21**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	01/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.M.C) para consulta Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**22**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/09/2026	02/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente TFD para consulta CIS Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	17:00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	UBU-6H51
Número do Requerimento	**23**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/09/2026	03/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (L.F) para consulta Hospital das Clinicas (M.L) Hospital Pequeno Principe.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	03:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**24**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/09/2026	02/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar pacientes (Z.A e J.S) para cirurgia e retorno pós cirurgia Hospital CEONC em Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	17:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64

Número do Requerimento	**25**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/09/2026	02/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar alta no Hospital Santa Tereza paciente (V).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:30	20:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**26**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/09/2026	03/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente no Santa Tereza (E.E.R) para consulta.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	15:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**27**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/09/2026	03/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (E.F) para consulta Hospital de Clinicas Curitiba PR.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	21:40
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**28**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/09/2026	03/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.L) para raio-x e consulta no HSVP Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**29**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/09/2026	03/09/2026

Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**30**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/09/2026	03/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar pacientes para consulta no Hospital CEONC de Cascavel (A.A).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	13:10
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**31**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/09/2026	03/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (I.B) no HSVP para radioterapia.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**32**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Thomas Caldas da Luz	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/09/2026	03/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Serviços do DETRAN.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:30
Veículo/Placa	VW NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**33**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/09/2026	03/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	

Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	20:54
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**34**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Boa Ventura São Roque	

Objetivo	Levar os produtores rurais leiteria.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	17:00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	VOLARE V8 LEO
Número do Requerimento	**35**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Buscar alunos do curso robótica.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	10:15
Veículo/Placa	CITROEN	UBG-0E72
Número do Requerimento	**36**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Raquel de Andrade Dutra	Farmacêutica
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Prestação de contas do recurso IOAF na Farmácia da 5ª Regional em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	16:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**37**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta em Guarapuava Hospital Santa Tereza (E.M.R)	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:40

Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**38**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar farmacêutica para reunião em Guarapuava e trazer medicamentos (R.D).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	16:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**39**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta CIS Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	12:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E90
Número do Requerimento	**40**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**41**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar o paciente (M) para consulta na Clinica Dr Cassoli.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	12:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66

Número do Requerimento	**42**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Luiz Fernando Nunes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes para consulta no Hospital e no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:55
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**43**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Arapongas-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.G) para consulta Hospital Norte Paranaense ENM Arapongas.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:00	18:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**44**	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/09/2026	04/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Buscar paciente (E.M) no CEONC de alta.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	16:00
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**45**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/09/2026	05/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (M.L.R) para HSVP.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	18:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**46**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	05/09/2026	05/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar alta Santa Tereza Guarapuava paciente (J.T).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	15:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**47**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/09/2026	05/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (S.C) para consulta no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	18:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**48**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/09/2026	06/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (A) para internar Hospital Santa Tereza em Guarapuava	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:30	20:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**49**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/09/2026	07/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (M) para raio-x e consulta Hospital São Vicente em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	16:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**50**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Diretor Setor Transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Participar de reunião para tratar de demandas e assuntos de interesse do setor de transporte do município.	

Número Diárias/Valor	1	360,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	21:00
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY-6C69
Número do Requerimento	**51**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Jandaia do Sul	
Objetivo	Levar pessoa para visitar paciente Hospital Regional Jandaia do Sul.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	19:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**52**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Campina da Lagoa	
Objetivo	Devolução de roupas do desfile de 7 de setembro.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:30	12:00
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**53**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	

Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:14
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**54**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.G) para consulta Hospital Santa Casa de Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	23:55

Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**55**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital dos Olhos Paraná Campo Largo e Hospital do Rocio (D.P e S.C).	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	02:00	21:50
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**56**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente (E.M) no HSVP para quimioterapia.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	13:30
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**57**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/09/2026	08/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta (T.A.A e C.L).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	15:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**58**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.E.S) para consulta Hospital São Vicente Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	16:20
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**59**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (S.B) para consulta e exame, ficou internada Hospital São Vicente em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	20:30
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**60**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:50
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	UBU-6H51
Número do Requerimento	**61**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta (V.N) Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	14:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**62**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	09/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**63**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	08/09/2026	08/09/2026

Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:37
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**64**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Marineusa Charnei	
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/09/2026	08/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Cuidar de criança em acolhimento institucional no período de internação hospitalar no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	8	1.040,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**65**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/09/2026	08/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar alta no Hospital Santa Tereza paciente (I).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	19:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**66**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/09/2026	08/09/2026
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente (A.G) para consulta retorno Hospital Rocio em Campo Largo.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	17:30
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**67**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/09/2026	08/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.M.C) para consulta Hospital Santa Tereza Guarapuava PR.	

Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**68**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/09/2026	08/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (A.G) para consulta no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	21:10
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**69**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/09/2026	08/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	14:50
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**70**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/09/2026	08/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta CIS Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:30
Veículo/Placa	ÔNIBUS	UBU-6H51
Número do Requerimento	**71**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/09/2026	08/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:00

Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**72**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Roncador	
Objetivo	Retirar documento em cartório para o BPC.	

Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	10:00
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**73**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Thomas Caldas da Luz	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Serviços do DETRAN.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:30
Veículo/Placa	VW NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**74**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Elisandra Patricia da Rocha Silva	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Seminário Gestão Educacional para resultados CIEDEPAR.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:00
Veículo/Placa	CITROEN	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**75**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Jovane Mendes Araujo	Pedagoga
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Seminário Gestão Educacional para resultados.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**76**	

Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Ana Paula de Meira	Pedagoga
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Seminário Gestão Educacional para resultados.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**77**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Mari Claudia de Oliveira	Pedagoga
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Seminário Gestão Educacional para resultados.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**78**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta (P.M) no Hospital Pequeno Principe em Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	18:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**79**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar a paciente (R) para consulta no CEONC de Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:00	14:40
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**80**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	10/09/2026

Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar gestante (V.M.L) em trabalho de parto junto de acompanhante ao Hospital São Vicente de Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	22:00	03:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**81**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente TFD para consulta CIS Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:20
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**82**	
Secretaria Responsável	Saúde	

Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/09/2026	10/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar gestante (V.L) para avaliação e consulta no HSVP Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	22:00	03:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**83**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta em Pitanga Hospital São Vicente (R.A).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:30	23:10
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**84**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pacientes Hospital Santa Tereza.	

Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:15
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**85**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes para consulta no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:30
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**86**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/09/2026	10/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**87**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Leandro França	Diretor
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Deslocamento ao Núcleo Regional de Cultura, Edital PNAB Ciclo 2/2026.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	20:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**88**	
Secretaria Responsável	Cultura e Turismo	
Nome Servidor/Função	João Vitor do Nascimento	Diretor de Cultura e Turismo
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Deslocamento ao Núcleo Regional de Cultura para tratar e finalizar os procedimentos referentes ao Edital PNAB Ciclo 2/2026.	
Número Diárias/Valor	1	130,00

Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**89**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/09/2026	11/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:30	12:45
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**90**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/09/2026	11/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar a paciente (N) para consulta no CEONC de Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	14:50
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**91**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/09/2026	11/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00

Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:10
Veículo/Placa	MICRO-ÔNIBUS	UBU-6H51
Número do Requerimento	**92**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/09/2026	11/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (I.B; I.L e J.F) para consulta retorno e exames Hospital Regional, Hospital Câncer Center e Clinica Genesis em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	12:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72

Número do Requerimento	**93**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/09/2026	11/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar doadores de sangue em Guarapuava (S; D; A; B).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	15:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**94**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/09/2026	11/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (O.B e J.B) no Câncer Center e Consultório Dra. Amélia Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	18:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**95**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/09/2026	11/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	18:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**96**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/09/2026	11/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.C) para consulta no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**97**	
Secretaria Responsável	Saúde	

Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/09/2026	11/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.G.M) no HSVP para consulta no ortopedista.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	18:30
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**98**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Técnica Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/09/2026	11/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (M e C) para Pitanga Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**99**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/09/2026	12/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente IOG Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	13:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**100**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/09/2026	12/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar alta (P.H.G) Hospital	Santa Tereza.
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBH-5E70
Número do Requerimento	**101**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira

Data Deslocamento – Início/ Fim	12/09/2026	12/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente menor de alta (P.H.S.G) junto de acompanhante Hospital Novo Santa Tereza com necessidade de ambulância.	

Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBH-5E70
Número do Requerimento	**102**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/09/2026	13/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar o paciente (R) para consulta no Hospital São Vicente Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:30	18:40
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**103**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Santa Maria	
Objetivo	Retirar documento em cartório.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	16:10
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**104**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pacientes para consulta.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	18:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**105**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoa para pericia medica INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**106**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Giovana de Alcantara Sereia	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar gestante (M.G) 39+5 para avaliação obstétrica e paciente (B.L.F) para raio-x e avaliação medica.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	14:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**107**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (A.L) para consulta Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:00	09:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**108**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar paciente emergência de acidente (A.L.G).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	02:00	08:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**109**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes (M e B) gestante para avaliação e consulta, raio-x e consulta Hospital São Vicente em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	14:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89

Número do Requerimento	**110**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta (E.M) no Hospital CEONC Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	11:00

Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**111**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Socorrer acidente em rodovia (I.M.V) atendido e acompanhado o paciente (T.L) até atendimento de referência regulado via SAMU.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	02:00	08:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**112**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**113**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta CIS Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:30
Veículo/Placa	ÔNIBUS	UBU-6H51
Número do Requerimento	**114**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	15:40
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	UBU-6H51
Número do Requerimento	**115**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (L.L) para consulta Hospital de Clinicas Curitiba PR.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:30	16:20
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**116**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marilda Slitalski Machado	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (A.L) de Laranjal até HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:00	09:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**117**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no CIS, AME e Hospital do Câncer Guarapuava (J.C e E.M).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	19:50
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**118**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (R.R) para Pitanga Hospital São Vicente.	

Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	18:42
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**119**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar paciente em Guarapuava Hospital Santa Tereza para consulta(V.A.V).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:50
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**120**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/09/2026	14/09/2026
Destino	Pitanga-PR	

Objetivo	Levar paciente (R.R) no HSVP para internamento.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	18:42
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**121**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Campo Mourão	
Objetivo	Levar pessoa para pericia medica INSS.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**122**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:30

Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**123**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Buscar paciente de alta (C.L.P).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:30	16:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**124**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (E) para consulta no Hospital de Clinicas Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:30	20:25
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**125**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Formação do Planifica SUS Paraná – tema: Gestão de Cuidados em Saúde Mental (tutora).	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**126**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:30
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54

Número do Requerimento	**127**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (E e J.M) para consulta retorno Hospital Santa Tereza em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	13:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**128**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta (V.R) no Hospital UOPECCAN Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	14:30
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**129**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	15:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**130**	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.C.C.G) para consulta Hospital São Vicente Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	20:14
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**131**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	16/09/2026	16/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoa para pericia INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	19:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**132**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/09/2026	16/09/2026
Destino	Ivaiporã	
Objetivo	Levar pessoas no INSS de Pitanga e Ivaiporã.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	16:10
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**133**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/09/2026	16/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:02
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**134**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/09/2026	16/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**135**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/09/2026	16/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (S.B) para raio-x e avaliação no HSVP Pitanga PR.	

Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:30
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**136**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/09/2026	16/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar pacientes (M.C; R e L) que receberam alta Hospital São Vicente em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:30	19:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**137**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/09/2026	16/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:00
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	UBU-6H51
Número do Requerimento	**138**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/09/2026	16/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital CEONC de Cascavel e Hospital UOPECCAN (M.V e J.T).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	17:40
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**139**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/09/2026	16/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.C.M e P.P) para consulta Hospital Angelina Caron (A.P) Hospital do Rocio.	

Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	22:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**140**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Thomas Caldas da Luz	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Serviços do DETRAN.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:30
Veículo/Placa	VW NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**141**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS para pericia.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	09:30
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**142**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoa para consulta e exames médicos.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	13:45
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY-6C69
Número do Requerimento	**143**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar carro para fazer manutenção na Trans Vieira e voltando de carona com VAN UBL-1E92.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	16:10
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11

Número do Requerimento	**144**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**145**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (E.E.R) para retorno Hospital Santa Tereza (E.M) para consulta Hospital Câncer Center Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**146**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes (Z.S) no HSVP e (S.G) para consulta no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	18:30
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**147**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Buscar paciente de alta em Guarapuava Hospital Santa Tereza (P.A.L).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	22:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**148**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar os pacientes para consulta no CIS Centro Oeste de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**149**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta (M.C e E.L) no Hospital CEONC de Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	20:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**150**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Formação do Planifica SUS Paraná – tema: Gestão de cuidado em saúde mental (tutora).	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:30
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**151**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/09/2026	17/09/2026
Destino	Ivaiporã	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	
Veículo/Placa	POLO	
Número do Requerimento	**152**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Luiz Fernando Nunes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/09/2026	15/09/2026
Destino	Guarapuava	

Objetivo	Levar paciente para exames na Clinica Sectra.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:30	19:00
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Número do Requerimento	**153**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim		19/09/2026
Destino	Cascavel	
Objetivo	Buscar uma bomba de água emergencial para Creche Dona Bela.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	14:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**154**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Laranjeiras do Sul	
Objetivo	Levar pessoa no INSS para entrada no BPC.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:45
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**155**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar paciente no CIS para consulta.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:30
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**156**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar alta no HSVP (E.G).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	12:42

Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**157**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (A.S e I.B.C) para consulta Câncer Center.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	14:30
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**158**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Buscar alta no Hospital CEONC de Cascavel (E.M).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	16:30

Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**159**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente (R.G) para consulta no CEONC Cascavel PR.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:50
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**160**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Pitanga/Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (N.M) para consulta no HSVP Pitanga PR e paciente (A.G) para internamento no Hospital Regional de Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**161**	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Colombo-PR	
Objetivo	Levar paciente (A) para consulta Hospital de Olhos em Colombo.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	20:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**162**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.M.P) para consulta no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	20:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	TAI-4D31
Número do Requerimento	**163**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento (T.C) Hospital São Vicente de Paulo Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	19:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**164**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente do TFD para consulta CIS de Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	16:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**165**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026

Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**166**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar os pacientes para consulta no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	15:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**167**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/09/2026	18/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:40
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	UBU-6H51
Número do Requerimento	**168**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/09/2026	19/09/2026

Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Buscar paciente (R.A.P) de alta no CEONC Cascavel PR.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	20:30
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**169**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/06/2026	19/06/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no CIS de Pitanga.	

Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	17:05
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92

Número do Requerimento	**170**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/09/2026	20/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente (A.N.P) de alta no Hospital Regional de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	00:50
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54

Número do Requerimento	**171**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/09/2026	20/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (H.M.O) para consulta Hospital de Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	20:00	02:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33

Número do Requerimento	**172**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/09/2026	20/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente internamento no Hospital Virmond de Guarapuava (K.R).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	19:40
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95

Número do Requerimento	**173**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marilda Slitalski Machado	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/09/2026	20/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (N.A.M) de Laranjal até HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	19:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90

Número do Requerimento	**174**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/09/2026	21/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (R.H.F.S) para consulta Hospital Santa Tereza Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	19:00	02:20
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66

Número do Requerimento	**175**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/09/2026	20/09/2026
Destino	Cafelândia	
Objetivo	Levar paciente para iniciar tratamento.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	12:00
Veículo/Placa	GOL	BCU-9B01

Número do Requerimento	**176**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/09/2026	20/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consultar em Pitanga Hospital São Vicente (N.M.A).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	19:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90

Número do Requerimento	**177**	
Secretaria Responsável	Identificação	
Nome Servidor/Função	Juliana Silveira	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	25/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Capacitação de curso de identificação.	
Número Diárias/Valor	4	910,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	20:00
Veículo/Placa		

Número do Requerimento	**178**	
Secretaria Responsável	Obras	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique Rodrigues Medeiros	Engenheiro Civil
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	23/09/2026
Destino	Foz do Iguaçu-PR	
Objetivo	Capacitação sobre nova norma relativa a transferências Resolução n° 140/2026 moderniza a fiscalização do Tribunal a respeito das transferências voluntárias.	
Número Diárias/Valor	3	1.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	21:00
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY-6C69

Número do Requerimento	**179**	
Secretaria Responsável	Finanças	
Nome Servidor/Função	Adriana Collito	Contadora
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	23/09/2026
Destino	Foz do Iguaçu-PR	
Objetivo	Curso TCE/PR – Transferências Voluntárias/SIT Resolução 140/26 – Novos parâmetros das Transferências Voluntárias no Paraná.	
Número Diárias/Valor	3	1.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	20:00
Veículo/Placa	VW VIRTUS	UAY-6C69

Número do Requerimento	**180**	
Secretaria Responsável	Finanças	
Nome Servidor/Função	Mateus Alves Palhano	Diretor Contabilidade
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	23/09/2026
Destino	Foz do Iguaçu-PR	
Objetivo	Curso TCE/PR – Transferências Voluntárias/SIT Resolução 140/26 – Novos parâmetros das Transferências Voluntárias no Paraná.	
Número Diárias/Valor	3	1.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	20:00
Veículo/Placa	VW VIRTUS	UAY-6C69

Número do Requerimento	**181**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Laranjeiras do Sul	
Objetivo	Levar para retirar documentos em cartório.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:00
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04

Número do Requerimento	**182**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Londrina-PR	
Objetivo	Levar pessoa para internar Hospital Nova Vida Londrina.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	22:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35

Número do Requerimento	**183**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar paciente para fazer exame no Instituto (L.P.S).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:30
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88

Número do Requerimento	**184**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Flaviana Lacheski de Barros	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Reunião capacitação 5ª Regional de Saúde.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	17:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88

Número do Requerimento	**185**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026

Destino	Londrina-PR	
Objetivo	Levar o paciente (A) para internamento no Hospital Nova Vida Londrina.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	21:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90

Número do Requerimento	**186**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.C.Z) no Hospital CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	21:50
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66

Número do Requerimento	**187**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Consulta de paciente.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	CITROEN	TAZ-3B51

Número do Requerimento	**188**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.G) para consulta Hospital Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	17:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90

Número do Requerimento	**189**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (P.R) para consulta no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:30	23:50
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63

Número do Requerimento	**190**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	18:50
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	UBU-6H51

Número do Requerimento	**191**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente no CEONC (E.B).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	12:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33

Número do Requerimento	**192**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.M.C) para consulta Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	12:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95

Número do Requerimento	**193**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente internamento no Hospital São Vicente de Pitanga (Z.V).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	17:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63

Número do Requerimento	**194**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (F.F) para retorno pós cirurgia Hospital Câncer Center e acompanhar ônibus.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:30
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64

Número do Requerimento	**195**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Aline Prates Guerega	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar paciente (K.R) para avaliação no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	19:40
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95

Número do Requerimento	**196**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento (C.P) em Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	13:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72

Número do Requerimento	**197**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Londrina-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (A.H.S) para Hospital Nova Vida Londrina.	
Número Diárias/Valor	1	250,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	21:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90

Número do Requerimento	**198**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar gestante (M.G) para Pitanga Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	17:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90

Número do Requerimento	**199**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Salatier de Souza Trindade	
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/09/2026	21/09/2026
Destino	Ubiratã	
Objetivo	Levar pessoas para regularizar documentos.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	L200 OUTDOOR	NDW-8I71

Número do Requerimento	**200**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Salatier de Souza Trindade	
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Mamborê	
Objetivo	Levar pessoas para regularizar documentos.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	TRITON	AXR-8E24

Número do Requerimento	**201**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	13:30
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04

Número do Requerimento	**202**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026

Destino	Guarapuava	
Objetivo		
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	16:30
Veículo/Placa	POLO SENSE	UAV-6F35

Número do Requerimento	**203**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Raquel de Andrade Dutra	Farmacêutica
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Retirada dos medicamentos do CEAF e insulinas na Farmácia da 5ª Regional em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	18:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88

Número do Requerimento	**204**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.C.S.C e A.B.I) para consulta Hospital Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	18:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92

Número do Requerimento	**205**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar o paciente (M) para consulta no Hospital de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	18:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90

Número do Requerimento	**206**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (F.S) para HSVP.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	18:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90

Número do Requerimento	**207**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Curitiba/Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital Waldemar Monastier em Campo Largo e buscar alta na pensão de Curitiba (A.D e M.D).	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	15:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72

Número do Requerimento	**208**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta CIS Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66

Número do Requerimento	**209**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes no CIS, AME.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:45
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63

Número do Requerimento	**210**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (I.F.L) para consulta no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	15:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90

Número do Requerimento	**211**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar (F e R) para reunião e buscar medicamentos Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	18:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88

Número do Requerimento	**212**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente no CEONC (D.S).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	19:50
+Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**213**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**214**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoa INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	11:15
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**215**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar paciente para fazer exame HB (E.T).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:40
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**216**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento no Hospital São Vicente de Guarapuava (V).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:30	14:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**217**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar gestante (V) para Guarapuava Hospital São Vicente da Lagoa.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:30	14:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**218**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (A.S.P) para consulta Hospital de Olhos (P.M) para consulta Hospital Regional Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	18:15
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**219**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para CIS (T.V; S.M e V.M).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	15:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**220**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026

Destino	Cascavel-PR

Objetivo	Levar para consulta paciente (R.A.P) Hospital CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	18:30
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**221**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente CIS Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:30
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**222**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (C.A) para internamento no Hospital Regional de Guarapuava-PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**223**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta em Pitanga Hospital São Vicente (M.G).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:50
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**224**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/09/2026	23/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00

Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**225**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Thomas Caldas da Luz	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Serviços do DETRAN.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:30
Veículo/Placa	VW NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**226**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar pacientes (J.M e M.A.A) para Pitanga Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	20:23
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**227**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Transferência da gestante (G.N) do Hospital Santa Tereza para Hospital do Rocio.	
Número Diárias/Valor	1	250,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	23:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**228**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (J) para consulta retorno Hospital Santa Tereza Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	10:30

Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**229**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente no HST (P.D.L e E.R.V).	
Número Diárias/Valor	1	70,00

Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	15:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**230**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente Ótica Rainha Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:30
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**231**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento no Hospital São Vicente de Pitanga (R.S).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	17:40
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**232**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente (G.S) para transferência Hospital do Rocio da Lagoa Campo Largo.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	23:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90

Número do Requerimento	**233**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.A.A e J.M) para consulta Hospital Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	20:23
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**234**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consultar em Pitanga Hospital São Vicente (A.M.D).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	23:50
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**235**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**236**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar o paciente (J) para consulta no Hospital das Clinicas Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	21:40
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**237**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Leandro França	Diretor

Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Buscar servidora curso Identificação Policia Civil.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	20:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**238**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Cascavel	
Objetivo		
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:30
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**239**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Rosilene Marcia dos Santos	Assistente Social

Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	25/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Acompanhar idoso devido o mesmo não ter familiar disponível no momento devido caso grave de desnutrição precisava ser internado urgente.	
Número Diárias/Valor	1	260,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	15:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	
Número do Requerimento	**240**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar o paciente (J) para consulta no Hospital Câncer Center Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	15:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**241**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Pitanga/Campo Largo-PR	

Objetivo	Fazer transferência do Hospital São Vicente de Pitanga para Hospital do Rocio Campo Largo (M.A e J.M).	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	23:50
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**242**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Transferência de dois pacientes (M.A.A e J.M.L) do HSVP para Hospital do Rocio.	
Número Diárias/Valor	1	250,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	23:50
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**243**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (S.M.S.J) para consulta Hospital das Clinicas (J.V) Hospital do Rocio.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	20:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**244**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente Ótica Rainha Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	15:40
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	UBU-6H51
Número do Requerimento	**245**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	

Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**246**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente no CIS (N.A.S e M.A.R).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**247**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Buscar paciente (E.B) que recebeu alta Hospital CEONC em Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	11:40
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**248**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/09/2026	26/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (J.C.M) para Guarapuava Hospital Novo Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:30

Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**249**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/09/2026	26/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar gestante (S.M) para HSVP.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:00

Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**250**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/09/2026	26/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.C.M) para consulta no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**251**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/09/2026	26/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar alta paciente (A.M.A.D) Hospital São Vicente de Paulo Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	14:30
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**252**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/09/2026	26/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente gestante (S.A.P) para avaliação no HSVP Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**253**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/09/2026	26/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no HSVP (M.T) para raio-x.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	18:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**254**	
Secretaria Responsável	Saúde	

Nome Servidor/Função	Marilda Slitalski Machado	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/09/2026	27/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (L.G) de Laranjal até HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	14:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**255**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/09/2026	27/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar alta paciente (M.A.A)	Hospital do Rocio da Lagoa.
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	23:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**256**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/09/2026	27/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (L.G) para HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	14:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**257**	
Secretaria Responsável	Obras	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique Rodrigues Medeiros	Engenheiro Civil
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/09/2026	29/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Curso do Tribunal de Contas do Paraná sobre obras públicas de pavimentação/fiscalização/mercado de asfalto e auditoria.	
Número Diárias/Valor	2	720,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	08:00
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Número do Requerimento	**258**	
Secretaria Responsável	Planejamento e Politicas Publicas	
Nome Servidor/Função	Danilo Neves	Secretário
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/09/2026	29/09/2026

Destino	Curitiba	
Objetivo	Curso do Tribunal de Contas do Paraná sobre obras públicas de pavimentação/fiscalização/mercado de asfalto e auditoria do TCE.	
Número Diárias/Valor	2	1.440,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	08:00
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Número do Requerimento	**259**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/09/2026	25/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	16:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	PBY-6B47
Número do Requerimento	**260**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Luiz Fernando Nunes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/09/2026	22/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas para consultar no Hospital do Olho HOG.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:30
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Número do Requerimento	**261**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/09/2026	28/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoa para pericia INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**262**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/09/2026	28/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar a paciente (C) para consulta no Hospital São Vicente Pitanga.	

Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	20:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**263**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/09/2026	28/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar sangue no SAE e no Laboratório Municipal de Guarapuava e trazer paciente (N).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:40
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**264**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/09/2026	28/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes CIS Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	17:00
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	UBU-6H51
Número do Requerimento	**265**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/09/2026	28/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Internamento paciente (S.F.M) Hospital São Vicente de Paulo Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	18:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**266**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/09/2026	28/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (T.M) para internamento no Hospital Regional de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00

Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:10
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**267**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/09/2026	28/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00

Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Número do Requerimento	**268**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/09/2026	28/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes para internar no Hospital Santa Tereza Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	15:40
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**269**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/09/2026	28/09/2026
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente (D.K) para consulta Hospital Rocio Campo Largo PR.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	22:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**270**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/09/2026	28/09/2026
Destino	Ivaiporã-PR	
Objetivo	Levar paciente (S) para consulta e exame Uroclinica em Ivaiporã.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:00

Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**271**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:16
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**272**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas no INSS para pericia.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	13:00
Veículo/Placa	POLO SENSE	UAV-6F35
Número do Requerimento	**273**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Aline Prates Guerega	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Pitanga/Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar transferência paciente (J.P.A) do HSVP para o Hospital Novo Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:45	15:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**274**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no CIS de Pitanga (I.F).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	12:10
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**275**	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Número do Requerimento	**276**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Pitanga/Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferência do paciente (D.P.A) e trazer alta de (C.R.A) do Regional e alta de (S) no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:45	15:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**277**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026

Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no CIS Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**278**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (P.H) para consulta Hospital Pequeno Principe em Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	18:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBH-5E70
Número do Requerimento	**279**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente Câncer Center.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:15
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**280**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar alta paciente (T.N) no Hospital Regional de Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:50
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**281**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (G.T.S) para consulta Hospital São Vicente Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:30	19:10
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**282**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Campo Mourão	
Objetivo	Levar pessoa para pericia medica INSS.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	16:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**283**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	14:34
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**284**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar pessoa para internamento paciente (P.M) Clinica Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:10	12:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**285**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Aline Prates Guerega	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Levar paciente (P.H.S.G) para consulta no Hospital Pequeno Principe.	
Número Diárias/Valor	1	250,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	18:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBH-5E70
Número do Requerimento	**286**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	30/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente (J.C.M) que estava de alta no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	22:00	03:10
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**287**	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Luiz Fernando Nunes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pessoas para consultar no Hospital Regional e Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	19:40

Veículo/Placa	CITROEN	TAW-4E63
Número do Requerimento	**288**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Raquel de Andrade Dutra	Farmacêutica
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	01/10/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Capacitação em Curitiba: Oficina de apoio a implantação do sistema e- SUS da Assistência Farmacêutica do Paraná.	
Número Diárias/Valor	2	1.080,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	23:30
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**289**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/09/2026	24/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta na Clinica Cassolli em Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	20:50
Veículo/Placa	HONDA	EPE-0H98
Número do Requerimento	**290**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Lediane de Lima Paes	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Reunião na 5ª Regional indicadores de saúde.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H66
Número do Requerimento	**291**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/09/2026	29/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar a paciente (M) para consulta no AME, CIS Centro Oeste Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	17:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89

Número do Requerimento	**292**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Lucimara da Silva	Diretora Administrativo da Saúde
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Reunião sobre os indicadores na 5ª Regional de Saúde.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:30
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**293**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Número do Requerimento	**294**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Reunião com a Regional para diagnóstico situacional das estratégias e programas da APS municipal e análise e discussão dos indicadores federais da APS municipal.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	19:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**295**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	20:10
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**296**	
Secretaria Responsável	Saúde	

Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026

Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente (J.M) que recebeu alta Hospital Santa Tereza em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	14:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBH-5E70
Número do Requerimento	**297**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no AME Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	12:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**298**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar os pacientes para consulta no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**299**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pessoas no INSS para pericia.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	11:00
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**300**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/09/2026	30/09/2026
Destino	Arapongas-PR	

Objetivo	Levar paciente consultar no Hospital Honpar 1 Norte Paraná em Arapongas PR.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	22:10
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54

ART 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal-PR, 30 de setembro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Alves Palhano
Código Identificador:01E29217

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SETOR DE CONTABILIDADE
DECRETO N.47/2026

DECRETO Nº 47/2026

SÚMULA – Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal nº 29, de 30 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar no valor de R$ 3.589.701,03 (Três Milhões, Quinhentos e Oitenta e Nove Mil, Setecentos e Um Reais e Três Centavos) como se segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	SETOR DE PESSOAL	
04.122.0003.2004	Administração do Setor de Pessoal	
3.1.90.03.00.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	
150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
03.002	SETOR DE SERVIÇOS GERAIS	
04.122.0003.2005	Administração Geral da Prefeitura	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	105.000,00

4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
440	00501-Receitas de Alienações de Ativos	5.000,00
	SUBTOTAL	116.000,00
05	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS	
05.001	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	
15.451.0012.2111	CINDEPAR - Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná	
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
1250	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	5.000,00
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
1280	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	5.000,00
04.122.0005.2014	Manutenção da Secretaria de Obras Públicas	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1010	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	60.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
1070	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	20.000,00
	SUBTOTAL	125.000,00
06	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
06.001	SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS	
15.452.0011.2061	Manutenção do Setor de Serviços Públicos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1470	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	30.000,00
1491	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
1530	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	26.461,54
1540	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	30.000,00
	SUBTOTAL	137.461,54
07	SECRETARIA DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	
26.784.0011.1018	Construção de Balsa e Rebocador no Porto Anis Abbudi	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1741	00501-Receitas de Alienações de Ativos	194.256,00
1740	01509-SEIL - Construção de Balsa e Rebocador no Posto Anis Abbudi	1.690.852,00
	SUBTOTAL	1.885.108,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.302.0008.2042	Participação Financeira do Consórcio de Saúde - CISMEPAR	
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2322	01544-E.P.I. 202618670010 HAULY - INC. TEMPL CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	30.000,00
10.304.0008.2041	Manutenção dos Serviços de Saúde - Vigilancia Sanitária	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2740	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	8.000,00
10.301.0008.2040	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1970	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	69.000,00
1990	01064-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	32.412,80
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
2010	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
10.304.0008.2041	Manutenção dos Serviços de Saúde - Vigilancia Sanitária	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2780	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	2.000,00
10.302.0008.2151	Participação Financeira do SAMU	
3.3.41.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
2651	01543-E.P.I. 202640560007 - LUPION - INC., TEMP. CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	13.406,88
2652	01544-E.P.I. 202618670010 HAULY - INC. TEMPL CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	13.406,88
10.302.0008.2042	Participação Financeira do Consórcio de Saúde - CISMEPAR	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2332	01544-E.P.I. 202618670010 HAULY - INC. TEMPL CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	10.000,00
10.302.0008.2158	Participação Financeira do Consórcio de Saúde CISVAP	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2661	01544-E.P.I. 202618670010 HAULY - INC. TEMPL CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	200.000,00
10.303.0008.2044	Manutenção do Consórcio Intergestores Paraná Saúde	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2681	01544-E.P.I. 202618670010 HAULY - INC. TEMPL CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	20.000,00
10.302.0008.2043	Assistência Hospitalar e Ambulatorial/Média e Alta Complexidade	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2443	01543-E.P.I. 202640560007 - LUPION - INC., TEMP. CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	3.900,17
2444	01544-E.P.I. 202618670010 HAULY - INC. TEMPL CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	160.000,00
10.122.0008.2126	Manutenção da Casa de Apoio em Londrina	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1821	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	15.000,00
10.302.0008.2043	Assistência Hospitalar e Ambulatorial/Média e Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2480	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
10.306.0008.2128	Alimentação e Nutrição	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
3071	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
10.301.0008.2040	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2221	07494-Emenda Parlamentar Individual Saúde - Hauly - 2025	698,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	773.824,73
09	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0007.2030	Manutenção do Programa IGD Bolsa Familia e Cadastro Único	

3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3350	00940-Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	3.000,00
08.244.0007.2143	Programa de Assistência ao Trabalhador	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	140.000,00
08.244.0007.2104	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3610	00934-Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	20.000,00
08.244.0007.2023	Manutenção das Políticas de Assistencia Social (CRAS)	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3287	01498-Programa Viaja Mais 60 - Fase 2	3.325,43
3283	01546-Programa Cuida Mais Paraná - Promoçao do Envelhecimento Ativo	5.805,35
3284	01547-Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase III	867,45
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3313	01527-CEDIPI - Programa Estadual " Cuida Mais 60 "- Investimentos	30.000,00
09.003	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0007.2027	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3892	01520-Incentivo Estadual Voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	20.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3924	01520-Incentivo Estadual Voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	2.000,00
	SUBTOTAL	225.098,23
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
10.002	SETOR DE EDUCAÇÃO	
12.361.0009.2054	Manutenção do Ensino Fundamental'	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4640	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.872,25
12.365.0009.2057	Manutenção da Educação Infantil - MDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5180	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	37.000,00
12.361.0009.2054	Manutenção do Ensino Fundamental'	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4670	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
12.367.0007.2025	Subvenção a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE.	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
5384	01535-EMENDA IND. 202643140004-TRANSF ESP. FIN. DEFIN.- APAE- - DEP.BETO RICHA	100.000,00
12.306.0009.2046	Manutenção da Merenda Escolar - Creche	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
12.361.0009.2059	Encargos do Salário Educação	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5050	00107-Salário-Educação	37.734,45
12.361.0009.2054	Manutenção do Ensino Fundamental'	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4721	00137-FNDE - Escola em Tempo Integral	1,83
12.361.0009.2059	Encargos do Salário Educação	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5060	00107-Salário-Educação	17.200,00
	SUBTOTAL	254.808,53
11	SECRETARIA DE ESPORTE TURISMO E LAZER	
11.001	SECRETARIA DE ESPORTE TURISMO E LAZER	
27.812.0017.2077	Manutenção da Secretaria de Esportes, Turismo e Lazeer	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
5510	00000-Recursos Ordinários (Livres)	400,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	2.400,00
12	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
12.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
20.608.0013.2068	Distribuição de Sementes e Insumos	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
5780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
	SUBTOTAL	70.000,00
	TOTAL	3.589.701,03

Artigo 2º - Para cobertura dos créditos abertos, são indicados como recursos, o que se segue:

I - Anulação das dotações abaixo:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	SETOR DE SERVIÇOS GERAIS	
04.122.0003.2005	Administração Geral da Prefeitura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
430	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	10.000,00
	SUBTOTAL	11.500,00
04	SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001	SETOR DE CONTABILIDADE	
04.123.0004.2009	Manutenção do Setor de Contabilidade	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
590	00000-Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
	SUBTOTAL	35.000,00

05	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS	
05.001	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	
15.451.0012.2111	CINDEPAR - Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
1270	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	30.000,00
1280	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	1.000,00
04.122.0005.2014	Manutenção da Secretaria de Obras Públicas	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	140.000,00
15.451.0012.1065	Pavimentação Urbana	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	221.000,00
06	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
06.001	SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS	
15.452.0011.2061	Manutenção do Setor de Serviços Públicos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1470	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
07	SECRETARIA DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	
26.782.0016.2076	Manutenção da Secretaria de Transportes	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	196.000,00
26.784.0011.1018	Construção de Balsa e Rebocador no Porto Anis Abbudi	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1741	00501-Receitas de Alienações de Ativos	5.000,00
	SUBTOTAL	201.000,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.302.0008.2042	Participação Financeira do Consórcio de Saúde - CISMEPAR	
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2321	01543-E.P.I. 202640560007 - LUPION - INC., TEMP. CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	3.900,17
10.302.0008.2043	Assistência Hospitalar e Ambulatorial/Média e Alta Complexidade	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2443	01543-E.P.I. 202640560007 - LUPION - INC., TEMP. CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	13.406,88
10.301.0008.2040	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2080	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	25.000,00
2094	01544-E.P.I. 202618670010 HAULY - INC. TEMPL CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	20.000,00
10.302.0008.2043	Assistência Hospitalar e Ambulatorial/Média e Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2480	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	40.000,00
10.304.0008.2041	Manutenção dos Serviços de Saúde - Vigilancia Sanitária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2820	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	23.000,00
10.305.0008.2127	Manutenção dos Serviços de Saúde - Vigilancia Epidemiológica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3000	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.000,00
10.301.0008.2040	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2200	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	165.000,00
2210	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	16.000,00
2225	01544-E.P.I. 202618670010 HAULY - INC. TEMPL CUSTEIO AT. PRIMÁRIA	13.406,88
	SUBTOTAL	324.713,93
09	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0007.2023	Manutenção das Políticas de Assistencia Social (CRAS)	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3220	00934-Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	20.000,00
3223	01546-Programa Cuida Mais Paraná - Promoçao do Envelhecimento Ativo	5.805,35
08.243.0006.2092	Programa de Apoio à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista - TEA	
08.244.0007.2030	Manutenção do Programa IGD Bolsa Familia e Cadastro Único	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3380	00940-Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	3.000,00
09.004	FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA	
08.241.0007.2123	Programa de Assistência a Pessoa Idosa	
	SUBTOTAL	28.805,35
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
10.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
12.361.0009.2051	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4240	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.900,00
10.002	SETOR DE EDUCAÇÃO	
12.361.0009.2055	Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4890	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
12.361.0009.2054	Manutenção do Ensino Fundamental'	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
4690	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00n
4720	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	37.000,00
12.361.0009.2055	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4940	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0009.2039	Aquisição de Equipamentos de Informática para Escolas Municipais	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4490	00137-FNDE - Escola em Tempo Integral	1,83

	SUBTOTAL	82.901,83
11	SECRETARIA DE ESPORTE TURISMO E LAZER	
11.001	SECRETARIA DE ESPORTE TURISMO E LAZER	
27.812.0017.2078	Promoção e participação em competições esportivas oficiais	
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	
5590	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	2.000,00
	TOTAL	956.921,11

II - superávit financeiro do exercício anterior na seguinte fonte de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	16.972,25
00107	Salário-Educação	54.934,45
00501	Receitas de Alienações de Ativos	127.614,70
01064	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	23.412,80
01498	Programa Viaja Mais 60 - Fase 2	3.103,42
01520	Incentivo Estadual Voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	22.000,00
01527	CEDIPI - Programa Estadual " Cuida Mais 60 "- Investimentos	30.000,00
07494	Emenda Parlamentar Individual Saúde - Hauly - 2025	698,00
	TOTAL	278.735,62

III - Excesso de arrecadação da fonte e receita abaixo:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	16.461,54
1.3.2.1.01.1.1.08.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS - OUTROS RECURSOS VINCULADOS	1.089,46
2.2.1.3.01.0.1.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	66.641,30
1.7.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	30.000,00
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	30.000,00
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	10.000,00
1.7.1.3.99.0.1.01.00.00.00.00	REC; FNS COMPLEMENTAÇÃO PAGTO PISO DE ENFERMAGEM - FONTE 1064 - C/C 13784-7	9.000,00
2.4.2.9.99.0.1.10.00.00.00.00	REC. SEIL - CONSTRUÇÃO DE BALSA E REBOCADOR NO PORTO ANIS ABBUDI - FONTE 1509	1.690.852,00
1.7.1.9.57.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	500.000,00
	TOTAL	2.354.044,30

Artigo 3º- Este decreto vigora a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lupionópolis, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yone Zanon Augusto
Código Identificador:1B2ADD3F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 217/2026 - : CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 217/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, a servidora pública municipal abaixo elencado, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante do respectivo cargo, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
96274 ANGELA RENATA TRINTINALHA	07/03/2019	ENFERMEIRO 40 HORAS	07/03/2019	À	06/03/2024	13/10/2026	À	11/11/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (13/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:91119C80

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 387/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2025
PROCESSO Nº 202/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR, e a **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **MAYARA PINAS DA SILVA FELHANER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.743.915/0001-89, com endereço na AV. ANIBAL PEDRO SOARES, 182, CENTRO, CEP: 86760-000, na cidade de MUNHOZ DE MELLO/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **MAYARA PINAS DA SILVA FELHANER**, inscrito no CPF sob o nº 096.639.209-47, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos do Pregão 81/2025, bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preços n° 387/2025 referente ao Pregão n° 81/2025, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 21 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente a prorrogação, conforme solicitação da secretaria (em anexo), será de acordo com tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	1	Serviços de Recuperação /Proteção de Nascentes (fontes) com mão de obra técnica especializada.	Própria	40	889,69	35.587,60

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Ata de Registro de Preços Original, datado de 21 de outubro de 2025.

Mandaguari (PR), 18 de setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:24144D11

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RETIFICAÇÃO AO 41º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M – 2026

RETIFICAÇÃO AO 41º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M – 2026
RETIFICAÇÃO: Contratação de empresa para realização de oficinas socioeducativas para os participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV da Criança e Adolescente.
A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, neste ato representado por seu Secretário (a) Ana Teresa do Amaral Palu CPF: 001.***.***-52, no uso de suas atribuições e considerando as disposições legais previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como, o Decreto Municipal n.º 1.216/2023 – Regulamenta a Lei 14133/2021, vem RETIFICAR a INCLUSÃO de demanda não prevista no Plano de Contratações Anual – 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 30/07/2025, edição 3330, conforme especificações abaixo

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Contratação de empresa para realização de oficinas socioeducativas para os participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV da Criança e Adolescente.

Justificativa da Retificação: Solicita-se a retificação da unidade de medida constante na solicitação de inclusão de demanda referente à contratação de empresa para realização de oficinas socioeducativas destinadas aos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV da Criança e Adolescente. Onde consta a unidade de medida **"** SERVIÇO**"**, deverá constar **"**HORA**"**, considerando que a contratação será mensurada e executada com base na quantidade de horas de oficinas efetivamente contratadas. A presente retificação tem por finalidade adequar a unidade de medida à forma de execução e medição do objeto, sem alteração do objeto da contratação.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculaçã o com outro item
01	3.3.90.39.00	Oficina de Capoeira	HORA	120	R$ 49,90	R$ 5.988,00	Médio	30/11/2026	Não
02	3.3.90.39.00	Oficina de Muay Thai	HORA	120	49,90	R$ 5.988,00	Médio	30/11/2026	Não
03	3.3.90.39.00	Oficina de Dança	HORA	120	45,50	R$ 5.460,00	Médio	30/11/2026	Não
04	3.3.90.39.00	Oficina de Percussão	HORA	96	85,00	R$ 8.160,00	Médio	30/11/2026	Não
05	3.3.90.39.00	Oficina de violão	HORA	96	85,00	8.160,00	Médio	30/11/2026	Não
					Valor total:	R$33.756,00			

13 de outubro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mayara Thaine Moro
Código Identificador:213CC913

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 31-2026

TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão - Eletrônico N° 31/2026

O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 4380/2026 resolve:
ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Pregão - Eletrônico n° 31/2026 referente à **Contratação de empresa provedora de internet fibra ótica e via rádio para disponibilizar links de acesso incluindo equipamentos e assistência técnica para atendimento das diversas Secretarias e Departamentos da Administração Municipal**, em favor das empresas conforme abaixo;

GILSON GONCALVES DOS SANTOS						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Link dedicado com IP fixo, via fibra óptica com velocidade mínima de 100 MB na Prefeitura Municipal incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	911,06	10.932,72
1	2	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 200 MB no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	76,29	915,48
1	3	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 200 MB na Secretaria de Assistência Social incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	76,29	915,48
1	4	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 200 MB no Conselho Tutelar incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	76,29	915,48
1	5	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 200 MB no Ginásio Municipal de Esportes incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	76,29	915,48
1	6	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 380 MB na Escola Municipal Eça de Queiros incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	90,00	1.080,00
1	7	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 380 MB na Biblioteca Municipal incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	90,00	1.080,00
1	8	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 200 MB no Centro de Educação Infantil - CMEI incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	76,29	915,48
1	9	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 380 MB no Creche Municipal, incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	86,83	1.041,96
1	10	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 600 MB na Secretaria Municipal de Saúde incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	136,38	1.636,56
1	11	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 200 MB na Secretaria Municipal de Agricultura, incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	92,78	1.113,36
1	12	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 200 MB na sala anexa à Câmara Municipal de Vereadores utilizada pela ADAPAR, incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	79,74	956,88
1	13	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 100 MB na Delegacia da Polícia Militar, incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	120,45	1.445,40
1	14	Link de acesso à internet via Fibra óptica com velocidade mínima de 100 MB no Pátio do Urbanismo, incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	94,64	1.135,68
2	1	Link de acesso à internet via Rádio 01 ponto de acesso com velocidade mínima de 10 MB com IP Válido no Posto de Saúde da Linha Santa Terezinha incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	272,00	3.264,00
2	2	Link de acesso à internet via Rádio com velocidade mínima de 10 MB IP Válido no Pátio de Maquinas incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	272,00	3.264,00
2	3	Link de acesso à internet via Rádio com velocidade mínima de 10 MB com IP Válido no Posto de Saúde do Distrito de São Sebastião da Bela Vista (Barra Grande), incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	272,00	3.264,00
2	4	Link de acesso à internet via Rádio com velocidade mínima de 10 MB com IP Válido no Posto de Saúde da Linha Santa Luzia incluso serviços de instalação e equipamentos em comodato	MÊS	12,00	272,00	3.264,00
TOTAL						38.055,96

Estando em conformidade com a ata de seção de Pregão - Eletrônico 31/2026 datada de 01/10/2026. A execução dos serviços objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação, assinatura do contrato e emissão de ordem de serviços.

Manfrinópolis, 13/10/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:421EE547

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0315/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0315/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0315/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	EDER RAIMUNDO		**MATR.**	**1012202**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT ARGO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	UCA-9B06

MOTIVO DA VIAGEM

SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
01/10/2026	01/10/2026	PATO BRANCO	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	

PACIENTE PATO BRANCO/PR ;

PAULO STACHAK (DIA 01/10/2026) .

Manfrinópolis – PR, 08 de outubro de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:B5C23A49

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0317//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0317//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº0317/2026
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	PAULO ROGÉRIO PEREIRA		MATR.	1201
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		FIAT ARGO
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA UCA-9B12
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
07/10/2026	07/10/2026	CURITIBA	PR	PARA ; TRANSPORTE DE PACIENTE PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	
PACIENTES CURITIBA/PR ;			
ADÃO RIVORAL RAMOS (DIA 07/10/2026) .			

Manfrinópolis – PR, 08 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:5263F72D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3003 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 3003 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Aprova o Plano de Ação e Cronograma de Execução da Força-Tarefa Especial instituída pela Portaria nº 9.136, de 06 de agosto de 2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a Portaria nº 9.136, de 06 de agosto de 2026, que instituiu a Força-Tarefa Especial para implementação das ações saneadoras decorrentes dos Achados Preliminares do Tribunal de Contas do Estado do Paraná relativos às Disponibilidades Financeiras, Conciliações Bancárias e Registros Contábeis;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer metodologia, etapas, instrumentos de acompanhamento e cronograma para execução dos trabalhos da Força-Tarefa;

CONSIDERANDO a necessidade de documentar as providências adotadas, as regularizações efetuadas e as pendências remanescentes, assegurando a adequada formalização e acompanhamento dos trabalhos;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação e Cronograma de Execução da Força-Tarefa Especial, instituída pela Portaria nº 9.136, de 06 de agosto de 2026, na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º O Plano de Ação de que trata o art. 1º estabelecerá a metodologia de execução dos trabalhos, as etapas, as responsabilidades, os instrumentos de acompanhamento, as metas e o cronograma, observado o prazo fixado na Portaria nº 9.136/2026.

Art. 3º Integra o Plano de Ação, na forma de Apêndice Único do Anexo I, o Modelo da Planilha de Controle das Contas e Divergências, destinado ao acompanhamento e registro dos trabalhos realizados pela Força-Tarefa.
§ 1º A planilha será atualizada durante a execução dos trabalhos, de acordo com as contas bancárias analisadas, as divergências identificadas, as providências adotadas e a situação das respectivas análises.
§ 2º A planilha preenchida e atualizada, bem como os documentos e evidências que fundamentarem os trabalhos realizados, integrarão o processo administrativo da Força-Tarefa.

Art. 4º A execução dos trabalhos observará as competências e responsabilidades estabelecidas na Portaria nº 9.136/2026 e no Plano de Ação aprovado por este Decreto.

Art. 5º As situações não saneadas durante o período de execução da Força-Tarefa deverão permanecer devidamente registradas, acompanhadas das providências realizadas e, quando cabível, das medidas recomendadas para continuidade da análise ou encaminhamento aos setores competentes.

Art. 6º Ao término dos trabalhos será elaborado Relatório Final, na forma prevista no Plano de Ação, consolidando as atividades realizadas, as contas analisadas, as regularizações efetuadas, as pendências remanescentes e as medidas de controle implantadas ou recomendadas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 13 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO I

PLANO DE AÇÃO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
Força-Tarefa Especial – Portaria nº 9.136, de 06 de agosto de 2026

1. FINALIDADE
O presente Plano de Ação estabelece as etapas, metodologia de trabalho, responsabilidades, instrumentos de acompanhamento e cronograma para execução dos trabalhos da Força-Tarefa Especial instituída pela Portaria nº 9.136/2026, destinada à implementação das ações saneadoras decorrentes dos Achados Preliminares do Tribunal de Contas do Estado do Paraná relativos às disponibilidades financeiras, conciliações bancárias e registros contábeis.
A Portaria estabelece prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos e determina sua formalização em processo administrativo específico, juntamente com o Plano de Ação, cronograma, conciliações, relatórios, pareceres e demais evidências produzidas.
Integra o presente Plano, como Apêndice Único do Anexo I, o Modelo da Planilha de Controle das Contas e Divergências, destinado ao acompanhamento e registro dos trabalhos realizados pela Força-Tarefa.

2. OBJETIVO
Identificar, analisar e regularizar, por conta bancária, as divergências relacionadas às disponibilidades financeiras, conciliações bancárias e registros contábeis do Município, promovendo o saneamento das inconsistências passíveis de regularização e estabelecendo procedimentos destinados a evitar a formação de novas pendências.
Considerando a existência de pendências acumuladas ao longo de diversos exercícios e a capacidade operacional da equipe, os trabalhos serão desenvolvidos de forma progressiva, mediante análise individualizada de cada conta bancária, buscando solucionar as pendências possíveis da conta analisada antes do início da conta subsequente.

3. DIRETRIZES E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO
Os trabalhos serão organizados por conta bancária, sendo as contas distribuídas entre os integrantes da Força-Tarefa, de acordo com a capacidade operacional da equipe.
Cada integrante ficará responsável pela análise das contas que lhe forem atribuídas, devendo, em relação a cada conta:
I – conferir os saldos bancários e contábeis e revisar as conciliações existentes;
II – identificar as divergências do exercício corrente e de exercícios anteriores;
III – analisar, na medida do possível, a origem e a natureza das pendências identificadas;
IV – verificar a documentação disponível e realizar ou propor os ajustes cabíveis quando houver elementos suficientes para a regularização;
V – registrar as pendências que não puderem ser saneadas, indicando as providências realizadas e, quando necessário, as medidas recomendadas para continuidade da análise; e
VI – manter no processo administrativo as evidências e documentos que fundamentem os trabalhos realizados.
A análise deverá buscar o saneamento das pendências passíveis de regularização da conta, evitando, sempre que possível, a fragmentação dos trabalhos entre diferentes integrantes da equipe.

Concluída a análise de uma conta, ou realizadas todas as providências possíveis no âmbito da Força-Tarefa, o responsável passará à análise da conta subsequente que lhe for atribuída.
Independentemente da análise das pendências anteriores, deverão ser mantidas as conciliações do exercício corrente, de modo a evitar a formação de novas divergências.

4. PLANO DE AÇÃO

Etapa	Ação	Produto/Evidência	Prazo
1 – Levantamento e distribuição das contas	Identificar as contas bancárias abrangidas pelos trabalhos e distribuí-las entre os integrantes da Força-Tarefa.	Planilha de Controle das Contas e Divergências – **Apêndice Único do Anexo I**	Até 30 dias
2 – Análise das contas	Analisar individualmente cada conta atribuída, confrontando registros contábeis, extratos, conciliações e demais informações disponíveis.	Planilha de Controle das Contas e Divergências – **Apêndice Único do Anexo I** e documentos da análise	Durante a execução
3 – Saneamento das divergências	Identificar as divergências encontradas em cada conta e promover os ajustes cabíveis quando houver elementos suficientes.	Registros dos ajustes	Até 150 dias
4 – Pendências não saneadas	Registrar as divergências que não puderem ser regularizadas, indicando as providências realizadas e as medidas eventualmente necessárias.	Registro na Planilha de Controle das Contas e Divergências – **Apêndice Único do Anexo I** e documentação pertinente	Até 150 dias
5 – Consolidação e encerramento	Consolidar as contas analisadas, regularizações efetuadas, pendências remanescentes e medidas de controle adotadas ou recomendadas.	Relatório Final	Até 180 dias

5. TRATAMENTO DAS PENDÊNCIAS HISTÓRICAS
As pendências de exercícios anteriores serão analisadas no contexto da conta bancária em que estiverem registradas, juntamente com as demais divergências identificadas naquela conta.
Não serão realizados ajustes ou baixas exclusivamente em razão da antiguidade da pendência.
Quando houver elementos suficientes, serão promovidos os ajustes cabíveis, devidamente fundamentados.
Quando não houver elementos suficientes para sua regularização, deverão ser registrados, de forma sucinta, na **Planilha de Controle das Contas e Divergências, cujo modelo consta do Apêndice Único deste Anexo I**, o exercício ou origem conhecida, o valor, quando identificável, a divergência encontrada, as providências realizadas e sua situação.
A impossibilidade de saneamento de determinada pendência histórica durante os trabalhos **não implicará sua baixa ou encerramento automático**, devendo permanecer registrada para eventual continuidade das providências cabíveis.
Quando forem identificados elementos que indiquem possível dano ao erário ou necessidade de apuração específica de responsabilidade, a situação deverá ser encaminhada ao Controle Interno e à Procuradoria Municipal para análise das providências cabíveis.

6. META DO PLANO DE AÇÃO
Fica estabelecida como meta analisar, de forma individualizada e progressiva, as contas bancárias abrangidas pelos trabalhos, promovendo, em cada conta analisada, a identificação e regularização das divergências passíveis de saneamento, mantendo registradas as pendências que não puderem ser solucionadas e as providências adotadas, **sem prejuízo da manutenção das conciliações do exercício corrente**.

7. MONITORAMENTO
Para acompanhamento da execução dos trabalhos será utilizada a **Planilha de Controle das Contas e Divergências, cujo modelo consta do Apêndice Único deste Anexo I**, contendo, de forma simplificada, os seguintes campos:
Conta bancária | Responsável | Exercício/Origem | Valor | Divergência | Providência | Situação.
A planilha será atualizada durante a execução dos trabalhos, registrando as divergências identificadas, as providências adotadas e a situação da respectiva análise.
Quando houver mais de uma divergência na mesma conta bancária, será utilizada uma linha para cada ocorrência. Caso a conta analisada não apresente divergências, poderá ser efetuado registro único indicando a conclusão da análise.
Concluída a análise de determinada conta bancária, essa condição será registrada na própria planilha, passando o responsável à análise da conta subsequente que lhe for atribuída.
A Coordenação Técnica acompanhará periodicamente a evolução dos trabalhos com base nos registros constantes da planilha.
O Controle Interno acompanhará a implementação das ações, podendo emitir recomendações e avaliar a efetividade das medidas adotadas, preservada sua independência funcional e sem participação na execução dos atos de gestão.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Período	Atividades
Agosto a setembro/2026	Levantamento e organização das contas bancárias e distribuição entre os integrantes da Força-Tarefa.
Setembro a dezembro/2026	Análise individualizada das contas, identificação das divergências e realização das regularizações possíveis.
Outubro/2026 a janeiro/2027	Continuidade da análise das contas, inclusive das pendências históricas, e registro das situações não saneadas.
Janeiro/2027	Consolidação dos trabalhos, das pendências remanescentes e das medidas permanentes de controle.
Até o término dos 180 dias	Consolidação das evidências e elaboração do Relatório Final.

O cronograma considera como marco inicial dos trabalhos da Força-Tarefa a publicação da Portaria nº 9.136/2026, contemplando as atividades iniciadas anteriormente à aprovação formal deste Plano de Ação por meio de Decreto Municipal.
As conciliações do exercício corrente serão acompanhadas durante todo o período de execução do Plano.

9. RELATÓRIO FINAL
Ao término dos trabalhos será elaborado Relatório Final, com base nos trabalhos realizados, nas evidências constantes do processo administrativo e nos registros da Planilha de Controle das Contas e Divergências, cujo modelo consta do Apêndice Único deste Anexo I, contendo, de forma consolidada:
I – atividades desenvolvidas;
II – contas bancárias analisadas;
III – divergências identificadas e regularizadas;
IV – ajustes realizados;
V – pendências remanescentes e respectivas justificativas;
VI – contas cuja análise ou providências eventualmente necessitem de continuidade;
VII – situações encaminhadas aos setores competentes para apuração específica; e
VIII – medidas implantadas ou recomendadas para aperfeiçoamento das conciliações bancárias e dos controles internos.

APÊNDICE ÚNICO DO ANEXO I
MODELO DA PLANILHA DE CONTROLE DAS CONTAS E DIVERGÊNCIAS

Força-Tarefa Especial – Portaria nº 9.136/2026

A Planilha de Controle das Contas e Divergências constitui instrumento de acompanhamento da execução do Plano de Ação e deverá ser atualizada durante o desenvolvimento dos trabalhos da Força-Tarefa.

CONTROLE DAS CONTAS E DIVERGÊNCIAS
Força-Tarefa Especial – Portaria nº 9.136/2026 | Município de Morretes – PR

Conta bancária	Responsável	Exercício/Origem	Valor	Divergência	Providência	Situação

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B45B020F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 89/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 35/2025

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 89/2025
Pregão Eletrônico n.º 35/2025

OBJETO: Trata-se de aquisição de kits de lanches, contendo alimentos e bebidas, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pela Senhora Adriana Assumpção**,** Secretária Municipal de Educação e pela Senhora Maria Cristina Moraes Da Costa Pinto**,** Secretária Municipal de Assistência Social

CONTRATADA:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 137/2026 – ID 307/2026
DIOGO ZACHARIAS LTDA.
CNPJ n.º11.600.457/0001-53.
Lote 1, 2 e 3.
Valor total de R$ 400.487,50 (quatrocentos mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
Assinatura: Diogo Zacharias, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 01 (um) ano contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes do Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

Item	Produto/ Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	KIT 01 - 02 pacotes de biscoito doce tipo amanteigado embalagem mínima de 11 gramas produzido a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa, parasitas, detritos animais e vegetais e em perfeito estado de conservação. Aparência: massa bem assada, sem recheio, sem cobertura. Não serão aceitos produtos murchos, mal assados ou queimados. Validade Mínimas de 03 meses. 01 Suco sem corantes, fonte de vitaminas e nutrientes, acondicionado em embalagem longa vida-diversos sabores (laranja, morango, uva e maracujá), embalagem contendo no mínimo 200ML. Validade mínima 03 meses. 01 Pacote de biscoito salgado (não de polvilho), embalagem mínima de 140 gramas, produzido a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa, parasitas, detritos animais e vegetais e em perfeito estado de conservação. Aparência: massa bem assada, sem recheio, sem cobertura. Não serão aceitos produtos murchos, mal assados ou queimados. Validade Mínimas de 03 meses. Barra nutricional: composição básica de flocos de cereais, acrescida de frutas secas. Peso mínimo de 20 gramas. Água Mineral: Água mineral natural sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrafa PET de 500ml, com tampa de rosca e lacre. A embalagem deve ter o rótulo do fabricante e indicar o prazo de validade. Sacola personalizada: sacola biodegradável ou reciclável, de alta densidade e resistente, contendo o logo ou brasão da Prefeitura Municipal de Morretes, impresso ou em adesivo	Unidade	3725	R$ 28,50	R$ 106.162,50
2	**KIT 02** - Pão Francês: 1 (uma) unidade de pão francês, contendo 1 (uma) fatia de peito de peru e 1 (uma) fatia de queijo muçarela. O pão deve estar embalado. individualmente, em saco de papel ou plástico filme transparente, com etiqueta informando a data de fabricação e validade. O produto deve apresentar maciez e textura características, garantindo condições adequadas ao consumo. 01 Suco sem corantes, fonte de vitaminas e nutrientes, acondicionado em embalagem longa vida-diversos sabores (laranja, morango, uva e maracujá), embalagem contendo no mínimo 200ML. Validade mínima 03 meses. 01 Pacote de biscoito salgado (não de polvilho), embalagem mínima de 140 gramas, produzido a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa, parasitas, detritos animais e vegetais e em perfeito estado de conservação. Aparência: massa bem assada, sem recheio, sem cobertura. Não serão aceitos produtos murchos, mal assados ou queimados. Validade Mínimas de 03 meses. Barra nutricional: composição básica de flocos de cereais, acrescida de frutas secas. Peso mínimo de 20 gramas. Água Mineral: Água mineral natural sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrafa PET de 500ml, com tampa de rosca e lacre. A embalagem deve ter o rótulo do fabricante e indicar o prazo de validade. Sacola personalizada: sacola biodegradável ou reciclável, de alta densidade e resistente, contendo o logo ou brasão da Prefeitura Municipal de Morretes, impresso ou em adesivo.	Unidade	5.050	R$ 29,50	R$ 148.975,00
3	**KIT 03 CELÍACO** - 02 Pães de queijo sem glúten de 30 gramas. O pão de queijo deve estar embalado, em saco de papel ou plástico filme transparente, com etiqueta informando a data de fabricação e validade. O produto deve apresentar maciez e textura características, garantindo condições adequadas ao consumo. 01 Suco sem corantes, sem glúten, fonte de vitaminas e nutrientes, acondicionado em embalagem longa vida-diversos sabores (laranja, morango, uva e maracujá), embalagem contendo no mínimo 200ML. Validade mínima 03 meses. 01 Pacote de biscoito salgado, sem glúten, embalagem de 80 gramas, produzido a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa, parasitas, detritos animais e vegetais e em perfeito estado de conservação. Validade Mínimas de 03 meses. Água Mineral: Água mineral natural sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrafa PET de 500ml, com tampa de rosca e lacre. A embalagem deve ter o rótulo do fabricante e indicar o prazo de validade. Sacola personalizada: sacola biodegradável ou reciclável, de alta densidade e resistente, contendo o logo ou brasão da Prefeitura Municipal de Morretes, impresso ou em adesivo.	Unidade	5100	R$ 28,50	R$ 145.350,00

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:05FDA234

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO N° 002/2026 – PRORROGAÇÃO
CONTRATO Nº 228/2025
INEXIGIBILIDADE N°. 028/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 116/2025
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para fornecimento do Sistema SIM de Ensino, compreendendo materiais didáticos para educação infantil e ensino fundamental anos iniciais, plataforma digital educacional, consultoria pedagógica especializada, formação continuada de professores e sistema de avaliação diagnóstica, destinados ao atendimento dos alunos matriculados na rede pública municipal de educação de Nova Prata do Iguaçu - PR, para enriquecimento do ambiente educacional e desenvolvimento integral das crianças em conformidade com a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, conforme termo de referência, nos termos do artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO MOTIVAÇÃO – Efetua-se o referido termo aditivo de Prorrogação, tendo em vista a necessidade dos serviços essenciais prestados **onde a empresa vem desempenhando suas obrigações contratuais de forma satisfatoria,** com base nos preceitos do artigo nº 124 da Lei nº 14.133/21, que autoriza o aditivo de prazo de mais 12 (doze) meses, para os itens mensais com reajuste pelo IPCA – Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo em hipótese devidamente justificadas desde que respeite os limites e o interesse público considerando a viabilidade e vantajosidade da contratação.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO - Conforme cláusula nona do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses a contar do vencimento, ou seja, até **14/10/2027.**
CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE – Fica reajustado todos os itens conforme previsão na cláusula quinta do contrato, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 4,576120%, conforme itens abaixo:

Lote 01						
Segmento	Ano/Idade	Descrição	Un.	Qtd	Valor reajustado	Valor total
Educação Infantil	4 anos	Sistema SIM Educação Infantil - 4 anos - Materiais completos + consultoria + plataforma digital	Kit aluno	175	460,13	80.522,75
Educação Infantil	5 anos	Sistema SIM Educação Infantil - 5 anos - Materiais completos + consultoria + plataforma digital	Kit aluno	190	460,13	87.424,70
Ensino fundamental	1° ano	Sistema SIM Ensino Fundamental - 1º ano - Materiais completos + consultoria + plataforma digital	Kit aluno	200	598,18	119.636,00
Ensino fundamental	2° ano	Sistema SIM Ensino Fundamental - 2º ano - Materiais completos + consultoria + plataforma digital	Kit aluno	200	598,18	119.636,00
Ensino fundamental	3° ano	Sistema SIM Ensino Fundamental - 3º ano - Materiais completos + consultoria + plataforma digital	Kit aluno	210	598,18	125.617,80
Ensino fundamental	4° ano	Sistema SIM Ensino Fundamental - 4º ano - Materiais completos + consultoria + plataforma digital	Kit aluno	200	598,18	119.636,00
Ensino fundamental	5° ano	Sistema SIM Ensino Fundamental - 5º ano - Materiais completos + consultoria + plataforma digital	Kit aluno	200	598,18	119.636,00

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR – Fica acrescido ao contrato original após o reajuste o valor de R$ 33.789,25 (trinta e três mil setecentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) totalizando **R$ 772.109,25 (setecentos e setenta e dois mil cento e nove reais e vinte e cinco centavos).**
CLÁUSULA SEXTA- DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 13 de outubro de 2026

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:07019891

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0098/2026
(Lei nº 14.133/2021)

O MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, através da Prefeita Municipal Elizete Cavazin, tendo em vista o Documento de Formalização de Demanda e demais documentos que compõem o processo de contratação direta via Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00013/2024, referente ao Pregão Eletrônico 005/2024 e Processo Administrativo n° 009/2024 do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (CINDESP), incidindo-se no caso epígrafe o disposto na Lei 14.133 de 2021, **art. 74,** ***Caput:*** **"***inexigível a licitação quando inviável a competição".*

OBJETO
1.1 Aquisição de uniformes escolares destinados aos alunos regularmente matriculados nas escolas municipais, nos Centros Municipais de Educação Infantil e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, bem como para os professores e servidores da rede municipal de ensino, visando à padronização e à identificação dos profissionais da educação, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.729/2022 com alteração no inciso I da alínea 'a', do artigo 3º através da Lei nº 1.935/2025, do município de Nova Prata do Iguaçu, PR.

LOTE 01

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNIT. (R$)	V. TOTAL (R$)
01	01	BERMUDA ESCOLAR FEMININA	UN	1.544	31,95	49.330,80
01	02	BERMUDA ESCOLAR MASCULINA	UN	1.456	31,95	46.519,20
01	03	CALÇA ESCOLAR	UN	1.500	43,20	64.800,00
01	04	CAMISETA ESCOLAR MANGA CURTA	UN	3.580	23,75	85.025,00
01	05	CAMISETA ESCOLAR MANGA LONGA	UN	3.000	24,00	72.000,00
01	06	JAQUETA ESCOLAR	UN	1.500	64,90	97.350,00
01	07	MEIA ESCOLAR	PAR	3.000	7,97	23.910,00
LOTE 02						
02	01	TENIS ESCOLAR	PAR	1.790	87,50	156.625,00
TOTAL GERAL DA CONTRATAÇÃO						**R$ 595.560,00**

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, tem por objetivo a aquisição de uniformes escolares para aproximadamente **1.500 alunos e 290 profissionais da educação** da rede municipal de ensino de Nova Prata do Iguaçu, incluindo estudantes da APAE, escolas e CMEIs, além da entrega de kits para professores e demais servidores da educação.

A iniciativa está fundamentada na Constituição Federal, no ECA, na LDB e em legislações municipais (Leis nº 1.729/2022 e 1.935/2025), que estabelecem a responsabilidade do poder público em garantir acesso igualitário à educação e promover a inclusão social.

O uso de uniformes escolares contribui para:

Redução de desigualdades entre alunos e prevenção de discriminação;

Maior segurança e facilidade de identificação no ambiente escolar;

Sentimento de pertencimento, identidade institucional e disciplina;

Diminuição do absenteísmo, especialmente em períodos de frio;

Preparação dos estudantes para o convívio em ambientes formais.

VALOR DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor total da contratação é de **R$ 595.560,00 (quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e CULTURA
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO
0012.0361.008.2012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3339032000000000000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

EMPRESA CONTRATADA: ECOPLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – CNPJ N° 19.867.870/0001-90

FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a data de recebimento do objeto desta licitação acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

7 PRAZO DE ENTTREGA

7.1. O equipamento deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da Ordem de Compra.

8 VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura, pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado a critério e interesse da Administração Municipal com anuência da contratada e observância da Lei 14.133 de 2021.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 13 de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal0

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:2C5F9994

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 42-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	99 /2026
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	13/10/2026
d) Objeto Homologado :	Aquisição de sacos plásticos para acondicionamento de materiais recicláveis para atender às necessidades da Secretaria de Meio Ambiente.
e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:	
Fornecedor	
ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	SACO PLÁSTICO NA COR VERDE CLARO COM CAPACIDADE	POLLYANA	PCT	2.000,000	24,3700	48.740,00
				Total:		48.740,00

Paiçandu, 13/10/2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:A1730114

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 48

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	110/2026
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	09/10/2026
d) Objeto Homologado :	Aquisição de materiais de expediente e materiais pedagógicos, incluindo jogos educativos, livros e demais itens correlatos.

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor

TANGO LTDA - ME

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
8	APONTADOR PLÁSTICO TIPO ESCOLAR, FORMATO RETANGULAR	Masterprint	CX	20,000	1,8800	37,60
15	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR	PARANA	CX	20,000	7,0000	140,00
17	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR ROXO	PARANA	CX	20,000	7,0000	140,00
30	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR	PARANA	CX	20,000	11,7400	234,80
31	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES NAS CORES	PARANA	CX	20,000	10,0000	200,00
32	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES NAS CORES	PARANA	CX	20,000	10,8000	216,00
33	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES NAS CORES	PARANA	CX	20,000	10,0000	200,00
34	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES NAS CORES	PARANA	CX	20,000	10,8000	216,00
35	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES NAS CORES	PARANA	CX	20,000	10,0000	200,00
36	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES NAS CORES	PARANA	CX	20,000	10,8000	216,00
37	BALÃO (BEXIGA) PALITO EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES NAS CORES	PARANA	CX	20,000	10,8000	216,00
67	COLA BRANCA 90GPARA UTILIZAR EM TRABALHOS ESCOLARES	LEONORA	CX	30,000	16,5000	495,00
81	ENVELOPE TIPO SACO, MATERIAL PAPEL COR PARDO,	FORONI	CX	10,000	56,7600	567,60
104	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE MADEIRA T53, TAMANHO	MTX	CX	2,000	13,5600	27,12
134	LÂMINA DE AÇO; MODELO DESCARTÁVEL, DIMENSÕES: 18 X 100	MASTERPRI	CX	5,000	9,7300	48,65
39	BLOCO DE RECADOS AUTOADESIVOS REMOVÍVEIS, MÍNIMO 100	MASTERPRI	Pc	130,000	2,1600	280,80
154	PAPEL ALMAÇO PAUTADO (PACOTE 100 FOLHAS).	PANAMERI	Pc	10,000	44,6500	446,50
49	CAIXINHA DE PERGUNTAS ANTI-BULLYING: 50 PERGUNTAS	MATRIX	Ud	4,000	57,4800	229,92
50	CAIXINHA ANTIMEDO: 50 PERGUNTAS PARA APRENDER A	MATRIX	Ud	4,000	115,0000	460,00
51	CAIXINHA ANTIANSIEDADE: 100 QUESTÕES PARA PENSAR SEU	MATRIX	Ud	4,000	175,0000	700,00
52	CAIXINHA VULNERABILIDADE EMOCIONAL: 100 PERGUNTAS	MATRIX	Ud	4,000	175,0000	700,00
74	CORRETIVO (FITA), FITA POSSUINDO 5MM DE ESPESSURA,	MASTERPRI	Ud	50,000	2,7000	135,00
103	GRAMPEADOR DE MADEIRA, GRAMPEADOR DE TAPECEIRO (OU	BRW	Ud	2,000	83,1500	166,30
118	JOGO DE CARTAS UNO- CONTÉM 114 UNIDADES DE CARTAS NO	MATTEL	Ud	20,000	20,4100	408,20
125	JOGO IMAGEM E AÇÃO COMPOSIÇÃO PAPEL, PAPEL-CARTÃO,	GROW	Ud	10,000	79,8800	798,80
150	MULTIUSO (MOLHA DEDO, ESPETO PARA PAPEL E PORTA CLIPS).	CAVIA	Ud	30,000	32,4000	972,00
171	PASTA DE CARTOLINA PLASTIFICADA, (TIPO PAPELÃO), COM	FRAMA	Ud	50,000	1,5000	75,00
194	PLACA DE ISOPOR 100X50CM - 2CM DE ESPESSURA. ISOPOR,	TEKBOND	Ud	30,000	14,1000	423,00
195	PLACA DE ISOPOR 100X50CM - 4CM DE ESPESSURA. ISOPOR,	TEKBOND	Ud	30,000	17,5800	527,40
196	PORTA DUREX, TAMANHO GRANDE. UTILIZAÇÃO EM FITAS DE 12	LEONORA	Ud	20,000	12,0000	240,00
202	QUADRO MAGICO - CONTEM 1 LOUSA + CANETA MEDIDAS	ART BRINK	Ud	10,000	44,0000	440,00
207	SAQUINHOS LAMINADOS COLORIDOS PARA PRESENTE 10X15CM	GALA SACO	Ud	500,000	0,7000	350,00
208	SAQUINHOS LAMINADOS COLORIDOS PARA PRESENTE 50X70 CM	GALA SACO	Ud	500,000	2,1400	1.070,00
210	SACO PARA PRESENTE 25CMX37CM ESTAMPAS DIVERSAS, FEITO	GALA SACO	Ud	200,000	0,8000	160,00
215	SACOLA KRAFT PARA LEMBRANCINHAS: 15CMX8CMX21CM.	CROMUS	Ud	300,000	1,0600	318,00
216	SUPORTE P/ FITA ADESIVA LARGA: SUPORTE DE MESA PARA	MAXCRIL	Ud	10,000	25,0000	250,00
130	KIT BINGO JOGO DE BINGO GLOBO Á MANIVELA 48 CARTELAS 90	TEKBOND	KIT	5,000	28,6300	143,15
132	KIT DE LIVROS INFANTIS- CLÁSSICOS DESCRIÇÃO KIT DE	TODO	KIT	2,000	85,0000	170,00
146	MASSA AREIA MAGICA PEDAGOGICA; AREIA MÁGICA,	ACRILEX	KIT	2,000	35,6300	71,26
				Total:		12.690,10

Fornecedor

ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
12	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR	PARANA	CX	20,000	10,4100	208,20
78	ENVELOPE PARA CARTA; ENVELOPE CARTA BRANCO PARA	SCRITY	CX	3,000	76,9500	230,85
102	GIZ DE CERA TAMANHO MÉDIO NÃO TOXICO CAIXA COM 24 UND.	ACRILEX	CX	60,000	14,9500	897,00
213	SACO POLI INCOLOR 20X30CM SERVE PARA COLOCAR DOCES,	CROMUS	Pc	50,000	21,6300	1.081,50
76	EMBALAGEM SACO PRÓPRIO PARA CESTA BÁSICA (KIT COMPRA	COEX COEX	Ud	8.000,000	1,0300	8.240,00
83	ESTOJO ESCOLAR EM TECIDO, FECHAMENTO EM ZÍPER	REFLEX	Ud	30,000	12,9100	387,30
126	JOGO QUEBRA CABEÇA INFANTIL 100 PEÇAS QUEBRA-CABEÇA	CGB CGB	Ud	20,000	17,1600	343,20
127	JOGO QUEBRA CABEÇA INFANTIL 24PEÇAS DIMENSÕES	TOY TOY	Ud	20,000	12,3200	246,40
182	PAINEL DE CORTIÇA: TAMANHO 90CM X 60CM	CORTIART	Ud	15,000	89,9300	1.348,95
203	QUEBRA CABEÇAS 500 PEÇAS UM PRODUTO QUE TRAZ ALEGRIA	PAIS E	Ud	20,000	32,9300	658,60
214	SACOLÃO MONTE E BRINQUE LEGO CONFECCIONADO EM	SONHO DE	Ud	10,000	639,9200	6.399,20
71	COLETÂNEAS DE LIVROS INFANTIS CARTONADO CONTOS DE	CULTURAM	KIT	10,000	49,9400	499,40

				Total:		20.540,60
Fornecedor						
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
166	PAPEL SULFITE, EM CELULOSE VEGETAL 75G/M2, COR ULTRA	TEKBOND	CX	120,000	202,0000	24.240,00
				Total:		24.240,00

Fornecedor						
M3. BUSINESS GROUP LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
62	CLIPS GALVANIZADO Nº 2/0, CAIXA COM 500G. O PRODUTO	JUSSARA /	CX	20,000	10,4500	209,00
63	CLIPS GALVANIZADO Nº 3/0, CAIXA COM 500G. O PRODUTO	JUSSARA /	CX	20,000	9,6900	193,80
65	CLIPS GALVANIZADO Nº 8/0, CAIXA COM 500G. O PRODUTO	JUSSARA /	CX	20,000	9,8600	197,20
221	TINTA GUACHE 15 ML CORES PRIMARIAS CAIXA C/ 12 UNIDADE	GATTE	CX	20,000	7,5000	150,00
198	PRANCHETA EM ACRÍLICO A4, TRANSPARENTE,PRENDEDOR	NOVACRIL	Ud	80,000	9,9900	799,20
206	RÉGUA ESCRITÓRIO, MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE,	MAXCRIL	Ud	120,000	2,7300	327,60
218	TESOURA ESCOLAR INOX 4 POLEGADAS SEM PONTA,	GATTE	Ud	100,000	3,0800	308,00
				Total:		2.184,80
Fornecedor						
65.397.327 REGIANI LEMOS SCALVIN						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
66	COLA BASTÃO 40GR NÃO RESSECA NO TUBO, É LAVÁVEL E NÃO	KAZ COLA	CX	3,000	17,3999	52,20
73	CORRETIVO LÍQUIDO, A BASE DE ÁGUA 18ML. SEM ODOR. O	KAZ	CX	3,000	14,8999	44,70
142	MARCA TEXTO AMARELO C/12 UNIDADES CARACTERÍSTICAS:	MASTERPRI	CX	10,000	5,6399	56,40
143	MARCA TEXTO AZUL C/12 UNIDADES CARACTERÍSTICAS: PONTA	MASTERPRI	CX	10,000	5,6399	56,40
144	MARCA TEXTO ROSA C/12 UNIDADES CARACTERÍSTICAS: PONTA	MASTERPRI	CX	10,000	5,6399	56,40
145	MARCA TEXTO VERDE C/12 UNIDADES CARACTERÍSTICAS:	MASTERPRI	CX	10,000	5,6399	56,40
183	PERFURADOR PARA 2 FUROS, DE AÇO PINTADO COM	KAZ	Ud	20,000	12,4999	250,00
				Total:		572,49
Fornecedor						
MELIM COMERCIAL LTDA ME						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
131	KIT COLEÇÃO CONTOS CLÁSSICOS INFANTIS EM LIBRAS LIBRAS	TEKBOND	KIT	10,000	420,0000	4.200,00
				Total:		4.200,00
Fornecedor						
CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
45	CADERNO DE DESENHO 96 FOLHAS CAPA DURA MILIMETRADO	JANDAIA	Ud	100,000	12,3500	1.235,00
				Total:		1.235,00
Fornecedor						
MARTIVA COMERCIAL LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
117	JOGO DA VIDA COMPOSTO POR: 1 TABULEIRO, 6 CARTÕES, 8	TEKBOND	Ud	10,000	123,3000	1.233,00
120	JOGO DE TABULEIRO - BANCO IMOBILIÁRIO DIMENSÕES DO	TEKBOND	Ud	10,000	129,0000	1.290,00
123	JOGO DETETIVE IDADE RECOMENDADA: A PARTIR DE 5 ANOS.	TEKBOND	Ud	10,000	83,5000	835,00
124	JOGO EU SOU ...? CONFECCIONADO EM PAPEL CARTÃO,	GGB	Ud	10,000	53,2000	532,00
128	JOGO - PERFIL JUNIOR DESENVOLVE O RACIOCÍNIO LÓGICO E	TEKBOND	Ud	10,000	93,0000	930,00

				Total:		4.820,00
Fornecedor						
SIMONE KACIANO DE ARAÚJO ME						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
192	PISCA PISCA DE NATAL COM 100 LÂMPADAS DE LED	RIO	Ud	10,000	58,9800	589,80
				Total:		589,80
Fornecedor						
KAZY DISTRIBUIDORA LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
158	PAPEL CONTACT AUTOADESIVO, MATERIAL PLÁSTICO, COR	POLIFIX	RL	10,000	57,3300	573,30
1	ADESIVO COLA INSTANTÂNEO MULTIUSO- BICO ANTE	futuro futuro	CX	5,000	64,1100	320,55
4	ALFINETE COLORIDO ALFINETES PARA MAPA E MURAL	futuro futuro	CX	50,000	6,6800	334,00
9	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR	FOLIA	CX	20,000	6,1600	123,20
10	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR AZUL	FOLIA	CX	20,000	6,1500	123,00
11	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR	FOLIA	CX	20,000	6,1600	123,20
13	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR	FOLIA	CX	20,000	6,1600	123,20
14	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR LILAS	FOLIA	CX	20,000	6,1600	123,20
16	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR PRETO	FOLIA	CX	20,000	6,1600	123,20
18	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR VERDE	FOLIA	CX	20,000	6,1600	123,20
19	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 07 NA COR	FOLIA	CX	20,000	6,1600	123,20
20	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR	FOLIA	CX	20,000	9,1400	182,80
21	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR AZUL	FOLIA	CX	20,000	9,2800	185,60
22	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR	FOLIA	CX	20,000	9,1400	182,80
23	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR	FOLIA	CX	20,000	11,7200	234,40
24	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR	FOLIA	CX	20,000	9,1400	182,80
25	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR LILAS	FOLIA	CX	20,000	9,1400	182,80
26	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR	FOLIA	CX	20,000	9,2800	185,60
27	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR PRETO	FOLIA	CX	20,000	9,1400	182,80
28	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR ROXO	FOLIA	CX	20,000	9,1400	182,80
29	BALÃO (BEXIGA) EM LÁTEX C/ 50 UNIDADES Nº 08 NA COR VERDE	FOLIA	CX	20,000	9,1400	182,80
41	BORRACHA BRANCA ESCOLAR. BORRACHA MACIA E SUAVE,	LYKE LYKE	CX	12,000	10,2100	122,52
47	CAIXA DE LÁPIS DE COR SEXTAVADO - COM PIGMENTO COM	futuro futuro	CX	160,000	2,4300	388,80
48	CAIXA DE LÁPIS DE COR SEXTAVADO - COM PIGMENTO COM	futuro futuro	CX	45,000	6,1100	274,95
54	CANETA CORRETIVO, A BASE DE SOLVENTE, COM 7ML, POSSUI	MAKE	CX	3,000	18,9800	56,94
55	CANETA ESFEROGRÁFICA/ TINTA AZUL, CORPO TRANSPARENTE	BIC BIC	CX	35,000	22,5000	787,50
56	CANETA ESFEROGRÁFICA/ TINTA PRETA, CORPO	BIC BIC	CX	35,000	25,5200	893,20
57	CANETA ESFEROGRÁFICA/ TINTA VERMELHA, CORPO	BIC BIC	CX	35,000	25,5200	893,20
58	CANETA HIDROGRÁFICA-HIDROCOR DE CORPO ROBUSTO E	ONDA	CX	30,000	11,8000	354,00
59	CANETINHA HIDROGRÁFICA 12 CORES, FORMULAÇÃO COM	LYKE	CX	40,000	2,8200	112,80

64	CLIPS GALVANIZADO Nº 4/0, CAIXA COM 500G. O PRODUTO	top top	CX	20,000	9,2100	184,20
68	COLA COLORIDA 23GR COM GLITTER 6 CORES CAIXA COM 06	MAKE	CX	25,000	6,5800	164,50
75	ELÁSTICO AMARELO N.18 C/ 120 UNIDADES, PRODUZIDO	PREMIER	CX	10,000	6,9800	69,80
82	ESTILETE RETRÁTIL PEQUENO COM LÂMINA DE 9MM, CORPO	master	CX	5,000	7,9600	39,80
85	EXTRATOR DE GRAMPO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO	CARBRINK	CX	20,000	15,6100	312,20
109	GRAMPO GALVANIZADO 23/8 CX 1000 UN COM PERFURAÇÃO 80	BRW BRW	CX	10,000	19,2200	192,20
111	GRAMPO PARA PAPEL 26/6 (CAIXA COM 5.000 UND)	NINE NINE	CX	60,000	2,5900	155,40
135	LÁPIS GRAFITE 6B CAIXA C/ 12 UNIDADES LÁPIS PRETO	futuro futuro	CX	3,000	13,3600	40,08
136	LÁPIS, CORPO EM MADEIRA, GRAFITE PRETO Nº 2, DIÂMETRO	futuro futuro	CX	20,000	41,4800	829,60
147	MASSA PARA MODELAR: CAIXA COM 12 CORES SORTIDAS	COROLES	CX	30,000	2,7800	83,40
181	PASTA SUSPENSA CARTÃO MARMORIZADOPLASTIFICADO, 350G/	PAGINA	CX	50,000	148,9800	7.449,00
187	PINCEL ATÔMICO, MARCADORES, 1100 P TINTAPERMANENTE,	LYKE LYKE	CX	15,000	17,5600	263,40
188	PINCEL MARCADOR PERMANENTE 1,0MM CORES VARIADAS,	LYKE LYKE	CX	20,000	30,1400	602,80
189	PINCEL QUADRO BRANCO, 2,0MM IDEAL PARAQUADRO BRANCO	LYKE LYKE	CX	10,000	11,9800	119,80
190	PINCEL QUADRO BRANCO, 2,0MM IDEAL PARA QUADRO	LYKE LYKE	CX	10,000	11,9800	119,80
191	PINCEL QUADRO BRANCO, 2,0MM IDEAL PARA QUADRO	LYKE LYKE	CX	10,000	11,9800	119,80
222	TINTA GUACHE 250 ML - A TEMPERA GUACHE É INDICADA PARA	PIRA PIRA	CX	20,000	5,6900	113,80
223	TINTA PARA CARIMBO E PARA CARIMBOS AUTO ENTINTADOS NA	FIX FIX	CX	4,000	53,6100	214,44
43	CADERNO CAPA DURA TIPO BROCHURA 48 FOLHAS PEQUENO.	CREDEAL	Pc	20,000	38,4800	769,60
87	FITA ADESIVA TIPO (FITA LARGA), MATERIAL PLÁSTICO	FLAX FLAX	Pc	10,000	44,9800	449,80
88	FITA ADESIVA TIPO DUREX, MATERIAL PLÁSTICO	MAKE	Pc	10,000	18,9800	189,80
108	GRAMPO TRILHO EM PLASTICO PARA 600 FLS PCT C/ 50	FIX FIX	Pc	10,000	17,1100	171,10
152	PACOTE DE PAPEL ESCOLAR, SÃO 8 CORES VIVAS, PARA A	master	Pc	20,000	13,6900	273,80
153	PALITO DE MADEIRA REDONDO PARA SORVETE - MEDIDAS:11,50	WBS WBS	Pc	8,000	5,5400	44,32
159	PAPEL COUCHÊ 170G BRANCO PACOTE C/ 50 FLS FORMATO: 210	SENINHA	Pc	5,000	33,2800	166,40
161	PAPEL FOTOGRÁFICO A4 180G, PACOTE 50 FL	master	Pc	10,000	12,6400	126,40
165	PAPEL SULFITE A4 CORES VARIADAS- (VERMELHO, AZUL,	SENINHA	Pc	40,000	7,8700	314,80
167	PAPEL VERGÉ, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, COR BRANCO,	master	Pc	50,000	13,6100	680,50
185	PILHA MEDIA AA PCT C/ 04 UNIDADES	MAX MAX	Pc	50,000	3,6800	184,00
186	PILHA PEQUENA AAA PCT C/ 04 UNIDADES	MAX MAX	Pc	30,000	2,8800	86,40
2	AGENDA: CARACTERÍSTICAS BÁSICAS: DADOS PESSOAIS;	PAUTA	Ud	80,000	22,3200	1.785,60
5	ALMOFADA CARIMBO, COR PRETA, MATERIAL CAIXA PLÁSTICO,	FIX FIX	Ud	30,000	8,1800	245,40
6	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO - BASE DE PLÁSTICO AZUL.	master	Ud	10,000	2,8500	28,50
40	BOBINA DE PAPEL PARA PRESENTE 60 CM ESTAMPAS VARIADAS	SJ SJ	Ud	5,000	93,6100	468,05
42	BORRACHA DE VINIL, COM CINTA PLÁSTICA, PARA LÁPIS	master	Ud	50,000	0,5400	27,00
44	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATÉRIAS CAPA DURA VERNIZ	CREDEAL	Ud	70,000	16,9500	1.186,50
46	CADERNO UNIVERSITÁRIO C/ ESPIRAL CAPA DURA 1 MATERIA	PAUTA	Ud	100,000	9,3800	938,00
53	CALCULADORA, DIGITAL PORTÁTIL, CAPACIDADE 12 (DOZE)	DOTAD	Ud	30,000	11,7500	352,50
60	CARTOLINA AMERICANA, GRAMATURA 200 G/M², DIMENSÕES 48X	BIG BIG	Ud	100,000	1,3400	134,00

61	CARTOLINA, MATERIAL COMUM, GRAMATURA 180 G/M²,	BIG. BIG.	Ud	200,000	1,5000	300,00
69	COLA DE SILICONE LÍQUIDA 100 ML A COLA DE SILICONE É	futuro futuro	Ud	35,000	4,5900	160,65
70	COLA, COMPOSIÇÃO RESINA -PVA, COR BRANCA, APLICAÇÃO	PIRA PIRA	Ud	20,000	9,2400	184,80
79	ENVELOPE PARA OFÍCIO, FORMATO 229MMX114MM - 75G COR	FORONI	Ud	1.000,000	0,1200	120,00
80	ENVELOPE PARDO, FORMATO 240 X 340 MM - 80G.	reipel reipel	Ud	1.000,000	0,2900	290,00
89	FITA ADESIVA, COLORIDA, MATERIAL PLÁSTICO	BRW BRW	Ud	20,000	2,9500	59,00
90	FITA ADESIVA, MATERIAL PLÁSTICO ADESIVO/CELOFANE/OU	FLAX FLAX	Ud	20,000	3,4900	69,80
93	FITA DE CETIM, 15MM, 10M, CORES DIVERSAS.	BZ BZ	Ud	30,000	5,6100	168,30
96	FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE 18MM X 30 METROS	MAKE	Ud	30,000	6,7000	201,00
97	FOLHAS EM E.V.A. LISTRADO TAMANHO 40CMX48CM.	HAITI HAITI	Ud	100,000	5,8600	586,00
98	FOLHAS EM E.V.A. EM CORES DIVERSAS COM GLITER TAMANHO	DUB DUB	Ud	350,000	4,5300	1.585,50
99	FOLHAS EM E.V.A. EM CORES DIVERSAS LISAS, TAMANHO	ONDA	Ud	350,000	2,1400	749,00
100	FOLHAS EM E.V.A. EM CORES DIVERSAS, E ESTAMPADAS	HAITI HAITI	Ud	150,000	5,1700	775,50
105	GRAMPEADOR EXTRAGRANDE DE MESA METÁLICO,	master	Ud	20,000	41,3100	826,20
106	GRAMPEADOR GRANDE DE MESA METÁLICO, CAPACIDADE 25	LYKE LYKE	Ud	25,000	9,4700	236,75
107	GRAMPEADOR MÉDIO DE MESA METÁLICO, CAPACIDADE 25	LYKE LYKE	Ud	25,000	9,1200	228,00
112	GRAMPO TRILHO EM PLASTICO 800 MM P/ 200 FLS PCT C/ 50	FIX FIX	Ud	20,000	14,5000	290,00
137	LIVRO ATA, EM PAPEL SULFITE, COM 100 FOLHAS PAUTADAS	PAGINA	Ud	70,000	18,9600	1.327,20
139	LIVRO DE PONTO, MODELO OFICIAL 1001 CONTENDO 100	BAG. BAG.	Ud	20,000	23,2100	464,20
140	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA, CAPA DURA	PAGINA	Ud	50,000	11,6800	584,00
148	MASSA PARA MODELAR SOFT GLITER 150G CORES SORTIDAS	MAKE	Ud	30,000	7,1300	213,90
149	MINI PISTOLA 6W: BIVOLT PARA COLA QUENTE WESTERN	RISOVIT	Ud	20,000	13,0000	260,00
155	PAPEL CAMURÇA, FORMATO: 40X 60CM, CORES VARIADAS, ESTE	ART ART	Ud	200,000	1,8000	360,00
156	PAPEL CARTÃO, TAM. 50X66 CM OU SUPERIOR, 280G/M2, CORES	reipel reipel	Ud	100,000	2,2800	228,00
160	PAPEL CREPOM FORMATO: 48CM X 2M. CORES VARIADAS	ART ART	Ud	250,000	2,6900	672,50
162	PAPEL KRAFT PURO, BOBINA COM 150M X 80CM (08KG).	SJ SJ	Ud	4,000	102,5000	410,00
163	PAPEL LAMINADO IMPRESSO COM CORES VIVAS E COM BRILHO	reipel reipel	Ud	100,000	6,8600	686,00
168	PASTA ARQUIVO MORTO PAPELÃO RECICLADO (350X135X240)	BRAGNOLO	Ud	1.000,000	3,6200	3.620,00
172	PASTA DE COR PRETA SELETIVA, TAMANHO MÍNIMO OFÍCIO,	acp acp	Ud	50,000	18,7300	936,50
173	PASTA PLÁSTICA EM L PP 0,15 MM PRODUTO EM	CHIES	Ud	50,000	0,9200	46,00
174	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 2CM MATERIAL PLÁSTICO	POLI POLI	Ud	50,000	5,0300	251,50
175	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 20MM MATERIAL PLÁSTICO	POLI POLI	Ud	50,000	4,6300	231,50
176	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 35MM MATERIAL	POLI POLI	Ud	50,000	5,5800	279,00
177	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 40CM MATERIAL PLÁSTICO	POLI POLI	Ud	50,000	5,2000	260,00
178	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 55MM MATERIAL	POLI POLI	Ud	50,000	7,0000	350,00
179	PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO, 4CM MATERIAL PLÁSTICO	POLI POLI	Ud	50,000	6,9200	346,00
180	PASTA SANFONADA PLASTICA: A4 COM 12 DIVISÓRIAS CRISTAL	acp acp	Ud	30,000	18,3600	550,80
193	PISTOLA ELÉTRICA DE COLA QUENTE GRANDE PONTA COM	LK LK	Ud	20,000	26,7300	534,60
197	PORTA OBJETO CONJUGADO, MATERIAL ACRÍLICO, CO	NOVA NOVA	Ud	50,000	11,9800	599,00

199	PRENDEDOR DE PAPEL. CARACTERÍSTICAS: METAL, TIPO MOLA,	futuro futuro	Ud	20,000	1,8400	36,80
204	REFIL BASTÃO COLA QUENTE FINA COMPRIMENTO DO	KZ KZ	Ud	200,000	0,4300	86,00
205	REFIL BASTÃO COLA QUENTE GROSSA: TERMOPLÁSTICO PARA	RISOVIT	Ud	390,000	0,8900	347,10
212	SACO PLÁSTICO PP OFÍCIO 4 FUROS 0,10MM, O SACO PLÁSTICO	acp acp	Ud	500,000	0,2500	125,00
217	TESOURA DE PICOTAR IDEAL PARA USOPROFISSIONAL,	RISOVIT	Ud	10,000	22,1900	221,90
219	TESOURA GRANDE DE ESCRITÓRIO, TESOURA USO GERAL INOX	LYKE LYKE	Ud	50,000	5,0500	252,50
209	SACO DE CELOFANE INCOLOR 11X20CM COM 100 UNID.	CROMUS	PCT	3,000	38,9800	116,94
				Total:		48.906,29

Fornecedor						
B2G IMPORTS LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
95	FITA DECORATIVA DE NATAL. IDEAL PARA LAÇOS E	GLOBAL	Ud	30,000	27,0000	810,00
				Total:		810,00
Fornecedor						
IND. DE BRINQUEDOS JUNGES LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
114	JOGO SOLETRANDO ESSE JOGO É IDEAL PARA A CRIANÇA QUE	MARCA	Ud	10,000	35,0000	350,00
116	JOGO DA MEMÓRIA TAMANHO APROXIMADO DA CAIXA:	MARCA	Ud	25,000	15,0000	375,00
119	JOGO DE DOMINÓ EM MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, MEDIDA	MARCA	Ud	30,000	12,2500	367,50
121	JOGO DE TABULEIRO 2 EM 1 DAMA E TRILHA: MADEIRA DE ALTA	MARCA	Ud	10,000	26,2000	262,00
122	JOGO DE XADREZ: DESCRIÇÃO DO PRODUTO: USO: ESTE JOGO	MARCA	Ud	15,000	27,5000	412,50
129	JOGO QUEBRA CABEÇA INFANTIL 12 PEÇAS. ESPECIFICAÇÕES	MARCA	Ud	20,000	13,6600	273,20
201	QUADRO BRANCO- 120X90 COM MOLDURA EM ALUMÍNIO COM	MARCA	Ud	10,000	98,7000	987,00
				Total:		3.027,20

Paiçandu, 09/10/2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:FAFDFFAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 103/2025 – MOISES AMERICO BARBOSA NETO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 228/2025
PROCESSO DIGITAL Nº. 10155/2026

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para credenciamento de empresas para fornecimento sob demanda de e ferramentas, tintas e acessórios, materiais elétricos, materiais hidráulicos e materiais de construção em geral. O critério de julgamento adotado será maior percentual de desconto sobre a tabela SINAPI por lote, conforme Credenciamento n°. 04/2025.

Fundamentação: inciso IV, art. 74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
343	09001133920021106333390300000	21000	MATERIAL DE CONSUMO
201	08001041220014603933390300000	1001	MATERIAL DE CONSUMO
448	11001278120026608233390300000	1001	MATERIAL DE CONSUMO
263	08002082450016604733390300000	1001	MATERIAL DE CONSUMO
243	08002082440015604533390300000	2940	MATERIAL DE CONSUMO
249	08002082440015604544905200000	2940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
26	02004061820003200733390300000	1001	MATERIAL DE CONSUMO
486	13001185420031209044905200000	1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
505	13002185420033209244905200000	1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
439	11001278110026208033903900000	21000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
31	02005061820003200833903000000	559	MATERIAL DE CONSUMO
	07001206050021106333903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	07001206050021106233903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	11005185410040112333903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	02001041220002200433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	05002154510007202433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	05002154510007202533903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	05002154510007202633903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	05003154520008203133903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	05004226610010203433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	06001041220012203933903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	06006041230016204733903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	06001041220019205533903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	07001206050021205933903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	07001206060021206133903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	07002206060022206544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
	07002206060022206533903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	07002206060022206733903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	07002267820022206833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	08001121220023207033903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	08002278110026207833903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
	08002278110026207833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO

	10002082440033209933390300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	11001133920038211433390300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	11005185420040212133390300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	09001103010028608733390300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	09001103010028608744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
	10001041220032609433390300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	10002082440035614433390300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	07001206060012103233390300000	1001	
	07002206060013103744905200000	1001	
	14001154510036109833390300000	1001	
	17001131280049112533390300000	1001	
	17001133920049112633390300000	1001	
	06001041220008202333390300000	1001	
	06001041220008202344905200000	1001	
	06005041220011202833390300000	1001	
	07001206060012203033390300000	1001	
	07002206060013203433390300000	1001	
	07002206060013203533390300000	1001	
	08002081220014204133390300000	1001	
	08002082440015204333390300000	1001	
	09001133920021206133390300000	1001	
	10001123640023207133390300000	1001	
	10001121220023207733390300000	1001	
	11001278110026208033390300000	1001	
	12001226610028208533390300000	1001	
	12001226610028208633390300000	1001	
	12002236910029208733390300000	1001	
	12003236910030208833390300000	1001	
	13001185420031209033390300000	1001	
	13002185420033209233390300000	1001	
	13001185420032209333390300000	1001	
	13002185410033209433390300000	1001	
	13003185420034209533390300000	1001	
	14001154510035209733390300000	1001	
	14002206060037210144905200000	1001	
	14002206060037210233390300000	1001	
	14002267820038210333390300000	1001	
	14003154520039210433390300000	1001	
	17001133920049212433390300000	1001	
	08002082450017605033390300000	1001	
	10001123650023607033390300000	1001	
	15001103010040610533390300000	1001	
	15002103010042610933390300000	1001	
	15002103010044611233390300000	1001	
	15003103010045611333390300000	1001	
	08001121220023207033390300000	1024	MATERIAL DE CONSUMO
	08001121220023207033390300000	1026	MATERIAL DE CONSUMO
	10001121220023207733390300000	1026	
	08001121220023207033390300000	1028	MATERIAL DE CONSUMO
	10001121220023207733390300000	1028	
	08001121220023207033390300000	1034	MATERIAL DE CONSUMO
	10001121220023207733390300000	1034	
	15001103010040610544905200000	1039	
	09001103010028608733390300000	1039	MATERIAL DE CONSUMO
	15001103010040610533390300000	1039	
	15002103010042610933390300000	1039	
	15002103050043611133390300000	1039	
	15002103050043611133390390000	1039	
	15002103010044611233390300000	1039	
	15003103010045611333390300000	1039	
	08001123650023607333390300000	143	MATERIAL DE CONSUMO
	14001154510036210044905200000	1507	
	05002154510007202633390300000	1510	MATERIAL DE CONSUMO
	05002154510007202633390300000	1512	MATERIAL DE CONSUMO
	06006061220016112933390300000	1515	MATERIAL DE CONSUMO
	09001103010028608733390300000	20494	MATERIAL DE CONSUMO
	02001041220002200433390300000	21000	MATERIAL DE CONSUMO
	05002154510007202633390300000	21000	MATERIAL DE CONSUMO
	07002267820022206833390300000	21000	MATERIAL DE CONSUMO
	14002206060037210144905200000	21000	
	08001123650023607333390300000	2143	MATERIAL DE CONSUMO
	10001121220023207733390300000	2899	
	05002061220006201833390300000	2515	
	06006061220016112933390300000	2515	MATERIAL DE CONSUMO
	02002061820005214333390390000	2559	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
	02002061820005214333390320000	2559	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
	08001121220023207033390300000	2899	MATERIAL DE CONSUMO
	10003082430036610733390300000	2948	MATERIAL DE CONSUMO
	15001103010040610533390300000	484	
	15002103010042610933390300000	484	
	15002103050043611133390390000	484	
	15002103050043611133390300000	484	
	15001103010040610533390300000	494	
	15002103010042610933390300000	494	
	15002103010044611233390300000	494	
	15003103010045611333390300000	494	

	02002061820005214333903900000	**520**	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**
	11001278110026208033903000000	**556**	
	02005061820003200833903200000	**559**	
	02002061820005214333903000000	**559**	**MATERIAL DE CONSUMO**
	02002061820005214333903200000	**559**	**MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**
	07002206060022206733903000000	**8**	**MATERIAL DE CONSUMO**
	10001121220023207733903000000	**899**	
	10002082440035614433903000000	**983**	**MATERIAL DE CONSUMO**
	10002082450035616233903000000	**983**	**MATERIAL DE CONSUMO**

Contratada: MOISES AMERICO BARBOSA NETO, empresa inscrita no CNPJ nº. **15.524.603/0001-60**, credenciada para todos os lotes.

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

13 de outubro de 2026

GERALDO VASCO
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:DA2E97D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 35/2026

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

VENCEDOR: MWA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO ESPORTIVA LTDA – EPP-CNPJ-44.457.514/0001-46						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	40094	PISO MODULAR INDOOR 250X250MM COM NO MINIMO 8 ENCAIXES, FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE PISO MODULAR INDOOR 250 X250 X12MM SOBRE O PISO ATUAL NA ÁREA DE 652,68 M² ABSORÇÃO DE QUEDA ATÉ 0,70CM DE ALTURA, PROTEÇÃO UV E ANTIOXIDAÇÃO, FITA DE DEMARCAÇÃO ESPORTIVA EM ALTA ADERENCIA PARA VÔLEI E FUTSAL COM LINHAS DE 5 CM DE LARGURA, INCLUSO MANTA LAMINADA PEBD DE 3MM ESTENDIDA SOBRE TODA A ÁREA MEMORIAL DESCRITIVO DO PISO INDOOR MATERIAL: PP - POLIPROPILENO COPOLÍMERO CP442 DE ALTO IMPACTO E ALTA RESISTÊNCIA. MASSA: 3,52 KG/M² DIMENSÕES: 250MM X 250MM X 12MM (ATENDENDO À EXIGÊNCIA MÍNIMA DE 11MM DE ALTURA) GARANTIA: 10 ANOS (MATERIAL) E 5 ANOS PELA SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA E MATERIAIS. ADITIVOS DE PROTEÇÃO: UV ATÓXICO E ANTI-OXIDAÇÃO PARA MANTER A COR ORIGINAL SISTEMA DE TRAVA ANTIFURTO: COM ENCAIXES TIPO MACHO/FÊMEA, GARANTINDO MÍNIMA EXISTÊNCIA DE VÃO E ESTABILIDADE INDEPENDENTE DE VARIAÇÕES DE TEMPERATURA ACABAMENTO: FOSCO (COM CONFORME PROJETO) RESISTÊNCIA À UMIDADE: 100% ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA. ALTA ABSORÇÃO DE IMPACTO. BAIXO ABSORÇÃO DE CALOR. BAIXA AMPLITUDE DIMENSIONAL. RESISTENTE A UMIDADE, NÃO FORMA LIMO. ADITIVO ANTIESTÁTICA, NÃO CAUSA CHOQUE POR ACÚMULO DE ENERGIA ESTÁTICA;	652,68	MT²	99,50	**64.941,66**
TOTAL						**64.941,66**

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 96/2026**, elaborado pela Modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 35/2026,** pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO MENOR PREÇO"**, conforme especificado no Edital e, com Base na Ata de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **HOMOLOGO E ADJUDICO** os objetos aos licitantes:

As empresas acima descritas apresentaram as propostas condizentes e válidas ao objeto deste procedimento licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório, onde cotaram as menores propostas e mais vantajosas ao município, e os valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório.
Dê-se a publicação devida, confeccione-se o contrato na forma da lei.
Palmital/PR, 09 de Outubro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:EC7E4766

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2026

VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

PROCESSO Nº 37.804/2026
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

O Município de Paranaguá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.017.458/0001-15, com sede à Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, nesta cidade – Estado do Paraná, torna pública a Ata de Registro de Preços firmada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, correspondente ao Pregão Eletrônico nº 047/2026, que originou a Ata de Registro de Preços nº 037/2026, com vistas à futura e eventual AQUISIÇÃO DE CINTO DE GUARNIÇÃO E MATERIAIS DE SEGURANÇA, DESTINADOS À GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, **conforme Termo de Referência (Anexo I)**, assinada aos 02 (dois) dias do mês de outubro de 2026, com validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua publicação.

Empresa detentora da Ata: Comercial São José – Comércio Distribuição e Prestação de Serviços Ltda
CNPJ: 24.540.648/0001-19
Valor total registrado: R$ 3.198,00

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	Bastão tipo Tonfa	CSJ	100	R$ 31,98	R$ 3.198,00
VALOR TOTAL				**R$ 3.198,00**	

Empresa detentora da Ata: FRS Comércio Importação e Exportação Ltda
CNPJ: 39.583.284/0001-21
Valor total registrado: R$ 53.800,00

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	Porta Tonfa	Bélica	Porta Tonfa	100	R$ 30,00	R$ 3.000,00
5	Algemas	Invictus	Algema	100	R$ 116,00	R$ 11.600,00
8	Porta Funcional	FRS	Porta Funcional	400	R$ 98,00	R$ 39.200,00
VALOR TOTAL					**R$ 53.800,00**	

Empresa detentora da Ata: General MTM Mercado Tático Maynardes Ltda
CNPJ: 48.727.347/0001-67
Valor total registrado: R$ 20.300,00

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Coldre para Pistola Taurus PT 59S	Maynard's	Não informado	100	R$ 170,00	R$ 17.000,00
7	Adaptador 938 e PT59 S	Maynard's	Não informado	220	R$ 15,00	R$ 3.300,00
	VALOR TOTAL					**R$ 20.300,00**

Empresa detentora da Ata: Kalesi Comércio de Equipamentos Ltda - EPP
CNPJ: 21.690.964/0001-89
Valor total registrado: R$ 12.270,00

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	Porta Algema	Maynard's	MPA01	100	R$ 53,80	R$ 5.380,00
4	Porta Carregador	Maynard's	MPC02	100	R$ 68,90	R$ 6.890,00
	VALOR TOTAL					**R$ 12.270,00**

Valor global: R$ 89.568,00

Paranaguá, 02 de outubro de 2026

•
ASSINATURAS:

FRANCISCO LEUDOMAR N. DOS SANTOS
Secretário Municipal de Segurança – SEMSEG

COMERCIAL SÃO JOSÉ – COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
Helder Majella Nogueira

FRS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Fábio Roberto da Silva

GENERAL MTM MERCADO TÁTICO MAYNARDES LTDA
Wilson Mainardes de Oliveira

KALESI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
Carlos Alberto Hey

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:AE1B3E20

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
FRS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•
PROCESSO Nº 37.804/2026

•
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2026

•
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

Aos dois dias de outubro do ano de 2026, a **Prefeitura do Município de Paranaguá/PR**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, situada na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Segurança, Senhor **Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da Licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026**, cujo objetivo fora a formalização de **AQUISIÇÃO DE CINTO DE GUARNIÇÃO E MATERIAIS DE SEGURANÇA, DESTINADOS À GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE PARANAGUÁ,** conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, pelo período de 12 (doze) meses, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decretos Municipais nº 683/2018 e 4.319/2023, demais legislações aplicáveis, que se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA: FRS Comércio Importação e Exportação Ltda	
CNPJ: 39.583.284/0001-21	FONE/FAX: (41) 99600-6293
ENDEREÇO: Rua Anhaia, nº 843 – Bom Retiro, São Paulo/SP CEP: 01130-000	
REPRESENTANTE LEGAL: Fábio Roberto da Silva	
CPF Nº: 124.429.218-47	RG Nº: 18.148.800 SSP/SP
E-MAIL: licitacaofrs@gmail.com / consultoria@efetivalicitacoes.com	

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	Porta Tonfa	Bélica	Porta Tonfa	100	R$ 30,00	R$ 3.000,00
5	Algemas	Invictus	Algema	100	R$ 116,00	R$ 11.600,00
8	Porta Funcional	FRS	Porta Funcional	400	R$ 98,00	R$ 39.200,00
VALOR TOTAL					**R$ 53.800,00**	

1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da ata de registro de preços, podendo ser prorrogada nos moldes do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. As especificações técnicas, Revisão dos Preços Registrados, do Cancelamento do Registro de Preços e demais exigências constantes no Edital e anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026** integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.
1.1. Os quantitativos fixados da Ata de Registro de Preços poderão ser renovados na forma da Lei.
2. A Comissão Permanente de Contratação/Agente de Contratação, ente integrante da Administração Direta do Município, será o gerenciador da Ata de Registro de Preços.
3. A fiscalização do objeto adquirido ficará a cargo dos servidores designados pelo órgão gestor participante.
4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, ficando o licitante obrigado ao fornecimento nos limites do quantitativo por ele ofertado.
4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.2.1. Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.4. O registro a que se refere o item 4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.5. Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 4.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e
4.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.
4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
4.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.
4.10. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no §5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no art. 301 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.
4.11. Demais condições constam nas disposições editalícias.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pela autoridade competente e pelo particular fornecedor.

•***FRANCISCO LEUDOMAR NÓBREGA DOS SANTOS***
Secretário Municipal de Segurança

FRS Comércio Importação E Exportação LTDA
FÁBIO ROBERTO DA SILVA

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:65B77542

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
GENERAL MTM MERCADO TÁTICO MAYNARDES LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•
PROCESSO Nº 37.804/2026

•
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2026

•
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

Aos dois dias de outubro do ano de 2026, a **Prefeitura do Município de Paranaguá/PR**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, situada na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Segurança, Senhor **Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da Licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026**, cujo objetivo fora a formalização de **AQUISIÇÃO DE CINTO DE GUARNIÇÃO E MATERIAIS DE SEGURANÇA, DESTINADOS À GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE PARANAGUÁ,** conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, pelo período de 12 (doze) meses, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decretos Municipais nº 683/2018 e 4.319/2023, demais legislações aplicáveis, que se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA: General MTM Mercado Tático Maynardes Ltda	
CNPJ: 48.727.347/0001-67	FONE/FAX: (41) 99853-5029
ENDEREÇO: Rua Engenheiros Rebouças, nº 1891, Barracão – Rebouças, Curitiba/PR CEP: 80230-040	
REPRESENTANTE LEGAL: Wilson Mainardes de Oliveira	
CPF Nº: 151.708.451-20	
E-MAIL: licitacao@maynards.com.br	

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Coldre para Pistola Taurus PT 59S	Maynard's	Não informado	100	R$ 170,00	R$ 17.000,00
7	Adaptador 938 e PT59 S	Maynard's	Não informado	220	R$ 15,00	R$ 3.300,00
	VALOR TOTAL					**R$ 20.300,00**

1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da ata de registro de preços, podendo ser prorrogada nos moldes do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. As especificações técnicas, Revisão dos Preços Registrados, do Cancelamento do Registro de Preços e demais exigências constantes no Edital e anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026** integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.
1.1. Os quantitativos fixados da Ata de Registro de Preços poderão ser renovados na forma da Lei.
2. A Comissão Permanente de Contratação/Agente de Contratação, ente integrante da Administração Direta do Município, será o gerenciador da Ata de Registro de Preços.
3. A fiscalização do objeto adquirido ficará a cargo dos servidores designados pelo órgão gestor participante.
4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, ficando o licitante obrigado ao fornecimento nos limites do quantitativo por ele ofertado.
4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.2.1. Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.4. O registro a que se refere o item 4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.5. Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 4.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e
4.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.
4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
4.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.
4.10. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no §5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no art. 301 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.
4.11. Demais condições constam nas disposições editalícias.
Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pela autoridade competente e pelo particular fornecedor.

•***FRANCISCO LEUDOMAR NÓBREGA DOS SANTOS***
Secretário Municipal de Segurança

General Mtm Mercado Tático Maynardes LTDA
WILSON MAINARDES DE OLIVEIRA

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:1DA65A2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
KALESI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•
PROCESSO Nº 37.804/2026

•
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2026

•
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

Aos dois dias de outubro do ano de 2026, a **Prefeitura do Município de Paranaguá/PR**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, situada na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Segurança, Senhor **Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da Licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026**, cujo objetivo fora a formalização de **AQUISIÇÃO DE CINTO DE GUARNIÇÃO E MATERIAIS DE SEGURANÇA, DESTINADOS À GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE PARANAGUÁ,** conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, pelo período de 12 (doze) meses, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decretos Municipais nº 683/2018 e 4.319/2023, demais legislações aplicáveis, que se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA: Kalesi Comércio de Equipamentos Ltda - EPP	
CNPJ: 21.690.964/0001-89	FONE/FAX: (41) 3155-6080
ENDEREÇO: Rua Deputado Joaquim José Pedrosa, nº 468 – Cabral, Curitiba/PR CEP: 80035-120	
REPRESENTANTE LEGAL: Carlos Alberto Hey	
CPF Nº: 829.080.109-25	
E-MAIL: kalesiequipamentos@gmail.com	

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	Porta Algema	Maynard's	MPA01	100	R$ 53,80	R$ 5.380,00
4	Porta Carregador	Maynard's	MPC02	100	R$ 68,90	R$ 6.890,00
	VALOR TOTAL					**R$ 12.270,00**

1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da ata de registro de preços, podendo ser prorrogada nos moldes do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. As especificações técnicas, Revisão dos Preços Registrados, do Cancelamento do Registro de Preços e demais exigências constantes no Edital e anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026** integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.
1.1. Os quantitativos fixados da Ata de Registro de Preços poderão ser renovados na forma da Lei.
2. A Comissão Permanente de Contratação/Agente de Contratação, ente integrante da Administração Direta do Município, será o gerenciador da Ata de Registro de Preços.
3. A fiscalização do objeto adquirido ficará a cargo dos servidores designados pelo órgão gestor participante.
4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, ficando o licitante obrigado ao fornecimento nos limites do quantitativo por ele ofertado.
4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.2.1. Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.4. O registro a que se refere o item 4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.5. Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 4.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e
4.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.
4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
4.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.
4.10. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no §5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no art. 301 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.
4.11. Demais condições constam nas disposições editalícias.
Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pela autoridade competente e pelo particular fornecedor.

•***FRANCISCO LEUDOMAR NÓBREGA DOS SANTOS***
Secretário Municipal de Segurança

Kalesi Comércio De Equipamentos LTDA - EPP
CARLOS ALBERTO HEY

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:5E0FDC66

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO CP 01/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Compras e Contratos
Termo Homologação - Credenciamento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Inexigibilidade Nº 1/2026
Processo Administrativo: 1/2026

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 210/2025.

Homologa

Nesta data a referida decisão constante do julgamento aplicada a credenciada para o objeto da Inexigibilidade nº. 1/2026, como segue:

Vencedores dos Itens						
1576 - INSTITUTO NOVA MENTE PSICOPEDAGOGICO E DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA. - PD 4793/2026						
Lote: 1 - ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS NOS MUNICÍPIOS						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	ATENDIMENTOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS (CONSULTAS/PROCEDIMENTOS/TERAPIAS) NAS ESTRUTURAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	SERVIÇO		1	R$2.471.902,20	R$2.471.902,20
Total do Fornecedor:						R$2.471.902,20

Dos recursos orçamentários:
35 - 00.000.0000.33390395030000000000.00000000 - Serviços e procedimentos em saúde de média e alta complexidade

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:6A6CB9A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 62/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais LUCAS DE OLIVEIRA ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA,** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços para aquisição de lixeiras, containers, coletores de medicamentos e gaveteiros plásticos, por meio das Secretarias Municipais de Educação, Infraestrutura e Serviços Públicos, Saúde, Desenvolvimento Econômico, Assistência Social, Administração, Proteção à Vida e Patrimônio Público, Meio Ambiente, Esporte e Lazer e a Fundação Cultural de Paranavaí.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453%** referente à variação do IPCA no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 307/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de **R$ 4.587,42 (quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos).**

Fornecedor: JC FERRAGENS LTDA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
4	- Gaveteiro plástico, tipo Bin, em polipropileno de alta densidade, na cor preta, empilhável, número 7, medidas aproximadas 22 cm (largura) x 34,5 cm (comprimento) x 17 cm(altura).	Unid.	202	R$ 12,51	R$ 2.527,02
5	Gaveteiro plástico, tipo Bin, em polipropileno de alta densidade, na cor preta, empilhável, número 6, medidas aproximadas 15cm (largura) x 18,5cm (comprimento) x 29 cm(altura)	Unid	255	R$ 8,08	R$ 2.060,40
Total Fornecedor: R$ 4.587,42 (quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2025), datada de 28 de novembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Fornecedor:
Empresa:
JC FERRAGENS LTDA
CNPJ: 10.367.732/0001-78
Endereço: AVENIDA PARANA, 626 - CENTRO, Paranavaí - PR,
E-mail: falcaoind@uol.com.br
Telefone: (44) 3424-2133, (44) 99974-0841

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:B146656B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 7/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ALEX ROMERSA, RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO, RAFAEL LUCAS TORRENTE, LUCAS DE OLIVEIRA, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CELIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS, TARCISIO BARBOSA DE SOUZA, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, ADILSON FRANCISCO, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto é **Registro de Preços Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, através das Secretarias Municipais de: Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Fazenda, Fundação Cultural, Gabinete, Infraestrutura, Esporte e Lazer, Procuradoria Geral, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano, Assistência Social, Administração. Educação e Proteção a Vida patrimônio Público e Trânsito**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453 %** referente à variação do IPCA no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 46/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de **R$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais).**

Fornecedor: **JOCEAN INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
16	Serviço Gráfico - Policromia.Código CATSER 17353.Observações Complementares:Cartilha Material: papel reciclado.Gramatura 90 G/M2. Comprimento 14,80 cm. Largura21 cm. Cor 4/4. Quantidade depáginas: Máximo de 32.Características adicionais:impressão offset. Acabamento canoa, grampeado. Formatoaberto 21 cm X 30aproximadamente. O modelo e aarte serão disponibilizados pelaSecretaria solicitante. Pedido mínimo: 8000 unidades pormodelo.	Unid.	18.000	R$ 1,05	R$ 18.900,00
Total Fornecedor: R$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2025), datada de 25 de março de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Jocean Industria Grafica LTDA ME
CNPJ: 46.565.602/0001-97
Endereço: Rua Lacedemônia, 687 - JARDIM BRASIL, São Paulo - SP, 04.363-000
Nome do Representante**:**
JORGE ELIAS BASSI KURY
CPF: 641.327.498-00

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:6D4320D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 7/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ALEX ROMERSA, RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO, RAFAEL LUCAS TORRENTE, LUCAS DE OLIVEIRA, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CELIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS, TARCISIO BARBOSA DE SOUZA, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, ADILSON FRANCISCO, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, através das Secretarias Municipais de: Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Fazenda, Fundação Cultural, Gabinete, Infraestrutura, Esporte e Lazer, Procuradoria Geral, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano, Assistência Social, Administração. Educação e Proteção a Vida patrimônio Público e Trânsito**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453 %** referente à variação do IPCA no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 50/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de **R$81.384,03 (oitenta e um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e três centavos).**

Fornecedor:**ATAIR MACHADO**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	Encadernação/Desencadernação - tipo livro/revista (folhas soltas). Código CATSER 12866. Observações Complementares: Encadernação em espiral de plástico preto,formato A4, de até 200 folhas,com capa cristal e contra capa com cor a definir pela Secretaria solicitante.	Unid.	3.699	R$ 5,37	R$ 19.863,63
27	- Reprodução / Encadernação. Código CATSER 20567. Observações Complementares: Serviço de Impressão e Encadernação Capa Dura de Livro Histórico, Tamanho: A4, Capa Dura: Percalux, Costurado, com Letras Douradas na capa e lombada do livro, com miolo impresso em papel couchê fosco, gramatura: 170g, de até 200 folhas, na capa deverá conter identificação. Identificação e Escrita, a definir pela Secretaria Solicitante.	Unid.	1.656	37,15	R$ 61.520,40
Total Fornecedor: R$81.384,03 (oitenta e um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e três centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2025), datada de 28 de março de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Atair Machado
CNPJ: 78.337.896/0001-96
Endereço: AVENIDA PARANA, Nº 617 - CENTRO, Paranavaí - PR, 87.702-000
Nome do Representante:
ATAIR MACHADO
CPF: 330.439.819-87

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:A34EECE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54834/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2025
(Reajuste de Valores)
(Processo Digital nº 54834/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2025
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Materiais Odontológicos para suprir as demandas das Equipes Odontológicas do Município de Paranavaí.
CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 276/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.
Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 276/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3 - Acessórios - Uso Odontológico Material: Aço E Plástico , Tipo: Escova Para Limpeza De Brocas. Código CATMAT 438159.	UN	IMPLA IMPLA	250	R$ 7,56	R$ 1.890,00
6 - Acessórios - Uso Odontológico Tipo: Placa P/ Espatulação , Material: Vidro , Formato: Retangular , Espessura: Espessura Cerca De 10 Mm. Código CATMAT 436847. Observações complementares: placa de vidro de espatulação retangular média polida. Registro na ANVISA.	UN	IMPLA IMPLA	50	R$ 11,25	R$ 562,50
7 - Acessórios - Uso Odontológico Tipo: Fita P/ Isolamento Dental , Material: Poliéster , Tipo Uso: Descartável , Apresentação: Cerca De 120 X 10 X 0,05 Mm. Código CATMAT 462784. Registro na ANVISA.	UN	IMPLA IMPLA	50	R$ 1,03	R$ 51,50
8 - Adesivo Dental Componentes: Adesivo + Primer , Tipo: Fotopolimerizável. Código CATMAT 391133. Observações complementares: sistema adesivo tipo universal, unidade com no mínimo 3ml. Registro na ANVISA	UN	BiodinÃ¢mica	300	R$ 12,36	R$ 3.708,00
20 - Aplicador Odontológico Material: Plástico, Tipo Ponta: Fina, Características Adicionais: Pontas Fibras Não Absorventes, Tipo Uso: Descartável, Tipo Haste: Dobrável. Código CATMAT 410557. Observação complementar: pacote com 100 unidades. Registro na ANVISA.	PACOTE	microdont	300	R$ 8,38	R$ 2.514,00

25 - Broca Alta Rotação Referência: Ref. 151 , Tipo Corte: Zekrya , Material: Carbide , Característica Adicional: Topo Arredondado , Tipo Haste: Haste Longa , Formato: Cônica Longa. Código CATMAT 403873. Registro na ANVISA.	UN	IMPLA IMPLA	300	R$ 11,65	R$ 3.495,00
26 - Broca Alta Rotação Tipo Corte: Cirúrgica , Material: Aço Inoxidável Diamantada , Numeração Americana: 1012 , Tipo Haste: Haste Longa , Formato: Esférica. Código CATMAT 403372. Registro na ANVISA.	UN	microdont	300	R$ 2,03	R$ 609,00
27 - Broca Alta Rotação Tipo Corte: Cirúrgica , Material: Aço Inoxidável Diamantada , Numeração Americana: 1014 , Tipo Haste: Haste Longa , Formato: Esférica. Código CATMAT 403373. Registro na ANVISA.	UN	microdont	300	R$ 2,12	R$ 636,00
28 - Broca Alta Rotação Tipo Corte: Cirúrgica , Material: Aço Inoxidável Diamantada , Numeração Americana: 1016 , Tipo Haste: Haste Longa , Formato: Esférica. Código CATMAT 403374. Registro na ANVISA.	UN	microdont	300	R$ 2,07	R$ 621,00
29 - Broca Alta Rotação Tipo Corte: Corte Fino , Material: Aço Inoxidável Diamantada , Característica Adicional: Topo Em Chama, Numeração Americana 1: Ref. 3195F, Tipo Haste: Haste Regular, Formato: Cônica. Código CATMAT 403154. Registro na ANVISA.	UN	microdont	300	R$ 2,12	R$ 636,00
30 - Broca Alta Rotação Tipo Corte: Corte Fino , Material: Aço Inoxidável Diamantada , Numeração Americana 1: Ref. 3118F, Tipo Haste: Haste Curta , Formato: Chama. Código CATMAT 403150. Registro na ANVISA.	UN	microdont	300	R$ 2,04	R$ 612,00
31 - Broca Alta Rotação Tipo Corte: Corte Médio , Material: Aço Inoxidável Diamantada , Característica Adicional: Topo Inativo , Numeração Americana: 3083 , Tipo Haste: Haste Regular, Formato: Tronco Cônica. Código CATMAT 402989. Registro na ANVISA.	UN	microdont	300	R$ 2,03	R$ 609,00
32 - Broca Alta Rotação Tipo Corte: Corte Médio , Material: Aço Inoxidável Diamantada , Numeração Americana: 1012 , Tipo Haste: Haste Regular , Formato: Esférica. Código CATMAT 402945. Registro na ANVISA.	UN	microdont	300	R$ 2,12	R$ 636,00
33 - Broca Alta Rotação Tipo Corte: Corte Médio , Material: Aço Inoxidável Diamantada , Numeração Americana: 1014 , Tipo Haste: Haste Regular , Formato: Esférica. Código CATMAT 402947. Registro na ANVISA.	UN	microdont	300	R$ 2,08	R$ 624,00
34 - Broca Alta Rotação Tipo Corte: Corte Médio , Material: Aço Inoxidável Diamantada , Numeração Americana: 1016 , Tipo Haste: Haste Regular , Formato: Esférica. Código CATMAT 402949. Registro na ANVISA.	UN	microdont	300	R$ 2,07	R$ 621,00
Total do Lote:					R$ 17.825,00
Total do Fornecedor:					R$ 17.825,00

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 276/2025), datada de 06 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

Fornecedor:
Empresa: Mega Dental Importacao, Exportacao E Comercio De Produtos Odontologicos LTDA
CNPJ: 25.341.162/0001-14
Endereço: RUA JOHN FITZGERALD KENNEDY, 299 - RECREIO, Londrina - PR,
Nome do Representante:
CAROLINE DE FATIMA THERESA LADEIRA
CPF: 038.549.009-70

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:88DCB906

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 302/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 55015/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 302/2025
(Reajuste de Valores)
(Processo Digital nº 55015/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Registro de Preços para aquisição de pães, leite e margarina por meio das Secretarias Municipais de Saúde, de Assistência Social, Mulher e Família e de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 302/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 302/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3 - Leite de vaca, tipo integral, UHT (ultra high temperature), longa vida, esterilizado, em embalagem cartonada asséptica (Tetra Pak) de 1 litro.	LITRO	Líder	6.738	R$ 3,65	R$ 24.593,70
Total do Lote:					R$ 24.593,70
Total do Fornecedor:					R$ 24.593,70

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 302/2025), datada de 26 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

Fornecedor:
Empresa: D.CAMP ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 60.496.699/0001-54
Endereço: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO N 900, 308 - JARDIM DONA MARCELINA II, Paiçandu - PR, 87.140-000

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:5CFCEE11

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO - TERRENO E/OU PASSEIO COM MATO

Assim sendo, infringiu o disposto no artigo 26° - ***Ficam os proprietários obrigados a manter roçados e limpos os terrenos vazios, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do município –*** conforme Código de Posturas do Município de Paranavaí (Lei Complementar n° 095/2025). Razão porque, na forma da Lei, lavrei o presente Auto de Infração e Notificação, intimando-o a proceder à limpeza e/ou roça do (a) **TERRENO E/OU PASSEIO COM MATO,** no prazo de **10 (Dez) DIAS** a partir do recebimento desta ao qual decorrido o prazo legal, sem que os infratores dêem o cumprimento à notificação, ficarão sujeitos à aplicação de multa no valor de **R$923,03 (Novecentos e vinte e três reais e três centavos)** e ao ressarcimento dos custos da execução dos serviços de limpeza conforme Lei Complementar nº 095/2025. Ressaltando-se que a multa será elevada ao dobro para cada reincidência.

A execução do solicitado por parte do autuado, dentro do prazo estabelecido acarretará, após vistoria, no cancelamento deste Auto de Infração e Notificação.

NOT.	PROPRIETÁRIO	QD	LT	BAIRRO
3122	JOSIANE DE LIMA SILVA	125	13	JARDIM SÃO JORGE
3123	ANTONIO PAULO ROTH DE LACERDA	119	02	JARDIM OURO BRANCO
3124	EDELAINE GONCALVES	119	03	JARDIM OURO BRANCO
3125	RAFAEL PILLONETTO	119	04	JARDIM OURO BRANCO
3126	(ESPÓLIO) ALCYONE JORGE ROTH	119	05	JARDIM OURO BRANCO
3127	TIAGO EFRAIM SALVADOR	119	06	JARDIM OURO BRANCO
3128	IRENE DE JESUS GONCALVES	03	09	CONJUNTO HABITACIONAL DONA JOSEFA
3129	ADRIANO MAGALHAES VIEIRA	CHAC.	139/01-B	CHACARA DIVERSAS
3129	ADRIANO MAGALHAES VIEIRA	CHAC.	139/01-B	CHACARA DIVERSAS
3130	ADRIANO MAGALHAES VIEIRA	CHAC.	139/01-A	CHACARA DIVERSAS
3130	ADRIANO MAGALHAES VIEIRA	CHAC.	139/01-A	CHACARA DIVERSAS
3131	ANDRE LUIZ DOS SANTOS	50	07	JARDIM SANTOS DUMONT
3132	MARCOS ISSAMU TANAKA	41	05	JARDIM SANTOS DUMONT
3133	JOAO BATISTA DA SILVA	41	07	JARDIM SANTOS DUMONT
3134	VITANILDO FERREIRA SAMPAIO	02	010A	CENTRO
3135	MAURO LUCIO RODRIGUES	02	17P	CENTRO
3136	MARIA APARECIDA ESSUANE JARRUS (ESPÓLIO)	62	06	CENTRO
3137	HATIRO HATO	62	5	CENTRO
3137	HIROMY TAMADA HATO	62	5	CENTRO
3138	(ESPÓLIO) VALMIRAL FRANCISCO DE SOUZA	05	21	JARDIM ALVORADA SUL II
3139	CARLOS ALBERTO ALVES	21	03	JARDIM FAZENDA SIMONE III
3139	CARLOS ALBERTO ALVES	21	03	JARDIM FAZENDA SIMONE III
3140	(ESPÓLIO) JOAQUIM TOMAZ FERREIRA	04	19	JARDIM CANADA
3141	ESPÓLIO DE PAULO PEREIRA DE SOUZA (ESPÓLIO)	80	9B	JD. SÃO JORGE
3141	ALAIR PEREIRA DE SOUZA	80	9B	JD. SÃO JORGE
3142	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	11	09	PQ. DOS IPES
3142	RAPHAEL EDSON DIAS	11	09	PQ. DOS IPES
3143	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	11	10	PQ. DOS IPES
3143	EDSON DIAS	11	10	PQ. DOS IPES
3144	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	11	11	PQ. DOS IPES
3145	LEONILDO PEREIRA GUEDES (ESPÓLIO)	23	04	PQ MORUMBI
3146	ISMAEL FERMIANO DA SILVA	65	17	JD. DAS NAÇOES I
3147	ANA CARLA STIVAL BITTENCOURT	65	19	JD. DAS NAÇOES I
3147	LUIZ FERNANDO BITTENCOURT	65	19	JD. DAS NAÇOES I
3148	BENJAMIN BITENCOURT	65	20	JD. DAS NAÇOES I
3149	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	64	11	JD. DAS NAÇOES I
3149	ANTONIO CARLOS NEGRÃO LOURENÇO	64	11	JD. DAS NAÇOES I
3150	SHEILA CRISTINA MASCHIO MARTINS	64	12	JD. DAS NAÇOES I
3150	AUGUSTO JOSE SERRA MATINS	64	12	JD. DAS NAÇOES I
3151	E S S COMERCIO E REPRESENTAÇOES LTDA	38	09	JD. DAS NAÇOES I
3152	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	76	05	JD. DAS NAÇOES I
3153	LEANDRO PORTO CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA	20	01	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3154	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	10	11	RESIDENCIAL CAMPESTRE

3154	RAFAEL DE LARA LOPES	10	11	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3155	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	10	10	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3155	JOSE CARLOS DE LARA LOPES	10	10	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3156	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	10	09	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3156	RAFAEL RODRIGUES DOS SANTOS MEDEIROS	10	09	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3157	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	22	04	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3158	ROSA DA PENHA ANDRADE	22	02	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3159	LUIZ CLAUDIO DE FREITAS	22	03	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3160	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	22	05	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3161	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	22	07	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3162	ERNESTINA TERRA VIOTO	02	11	JD. PRUDENTE
3162	ERNESTINA TERRA VIOTO	02	11	JD. PRUDENTE
3163	AKIO HAMAMURA	147	11	JD. OURO BRANCO
3164	ESPÓLIO ADAO ROTH	147	12B	JD. OURO BRANCO
3164	JOSE PEREIRA DOS SANTOS (ESPÓLIO)	147	12B	JD. OURO BRANCO
3165	NEIL EMIDIO JUNIOR (ESPÓLIO)	151	2/3D	JD. OURO BRANCO
3166	OI S.A.	03	18	JD. SANTOS DUMONT
3167	LUIZ CIRIACO DA SILVA (ESPÓLIO)	22	2	JD. SANTOS DUMONT
3168	TS10 INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	01	1	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3169	ROSANGELA MARIA FERREIRA VASSI	01	5	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3169	ROSANGELA MARIA FERREIRA VASSI	01	5	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3169	DANIEL CONCEICAO DA CRUZ	01	5	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3170	MARIA SONIA PELLEGATI CACELLI	01	7	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3171	ALEXANDRE MOREIRA MARTILIANO	02	1	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3172	ERIKA SAYURI YANAI	02	5	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3172	ERIKA SAYURI YANAI	02	5	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3173	ANTONIO SERGIO BOLSOI PANTAROTO	02	6	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3173	ANTONIO SERGIO BOLSOI PANTAROTO	02	6	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3173	CHANDERLEI JUNIOR URIU	02	6	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3174	ALINE ORTEGA DA SILVA	02	8	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3174	VINICIUS MINELLI LUCIANO	02	8	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3174	VINICIUS MINELLI LUCIANO	02	8	RESIDENCIAL PORTO SEGURO
3175	APARECIDA IDALINA BORSATTO	CHAC.	89A2	CHAC. DIVERSAS
3175	MARLI KUHNEN WARMLING	CHAC.	89A2	CHAC. DIVERSAS
3176	SOLECI ANHAIA	4A	2	JD. ANDRÉ LUIZ
3176	SOLECI ANHAIA	4A	2	JD. ANDRÉ LUIZ

Paranavaí, 13 de outubro de 2026.

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE

MARCELO TORO ALÉCIO

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA

SAMARA ZANQUETTA MORALES

Fiscais de Obras

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE

MARCELO TORO ALÉCIO

(Férias)

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA

SAMARA ZANQUETTA MORALES

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:D2837C2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
RANSFERENCIA DE RECURSOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
^Rua Getúlio Vargas, 900 - Centro Fone 44 3421-2323 - Cep 87.702-000 www.paranavai.com.br
EM ATENDIMENTO AOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.452, DE 20/03/1997, RELACIONAMOS ABAIXO OS RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO E ESTADO PARA CONHECIMENTO DO LEGISLATIVO, PARTIDOS POLITICOS, SINDICATOS DE TRABALHADORES E ENTIDADES EMPRESARIAIS DO MUNICÍPIO.

ITEM	jul/26	ago/26
Atenção Primaria - Agente Comunitario de Saúde - 1051	R$ 473.332,00	R$ 473.332,00
Atenção Primaria - Incentivo Financeiro para Atenção à Saúde Bucal - 494	R$ 154.772,94	R$ 154.772,94
Atenção Primaria - Equipes de Saúde da Familia/ ESF e Equipes de Atenção Prim	R$ 549.826,00	R$ 549.826,00
Atenção Primaria - Incentivo Financeiro da APS Demais Prog. Serviços e Equipes	R$ -	R$ 10.695,00
Atenção Primaria - Componente Per Capita de Base Populacional	R$ 47.703,63	R$ 47.703,63
Atenção Primaria - Incentivo Financeiro da APS - Equipes Multiprofissional	R$ 57.000,00	R$ 57.000,00
Atenção Primaria - Incentivo Financ.da APS - Atenção a Saúde de Pessoas Conflito	R$ 35.500,00	R$ 35.500,00
Atenção Primaria - Incentivo Financeiro - Promoção a Saúde	R$ 20.000,00	R$ 10.000,00
Atenção Primaria - Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	R$ -	R$ 19.879,77
Transf. Recursos do SUS -Atenção de Média e Alta Complex.Ambul e Hospitalar	R$ 408.891,17	R$ 408.891,17

Transf. Recursos do SUS -Atenção de Média e Alta Complex.Ambul e Hosp. SAMU	R$ 119.676,70	R$ 119.676,70
VS - Incentivo Financeiro de Ações de Vig.Prev.e Cont.das DST/AIDS e Hepatite	R$ 14.911,56	R$ -
VS - Incentivo Financeiro para Vigilância em Saúde Despesas Diversas	R$ 27.018,69	R$ 27.018,69
Assist.Financeira da União destinada Piso salariais da Enfermagem	R$ 44.982,49	R$ 45.404,51
Bloco de Manut.Vigilancia em Saúde - Agente de Combate as Endemias	R$ 152.374,00	R$ 152.374,00
Salario Educação	R$ 410.519,97	R$ 426.099,38
Transf.Referente ao programa Nacional de apoio ao Transporte Escolar - PNATE	R$ -	R$ 20.475,95
Transf. Referente ao Prog.Nac.Alimentação Escolar PNAE	R$ 275.302,25	R$ 141.350,50
Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	R$ 134.975,19	R$ 134.975,19
Transferências de Recusos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	R$ 575.997,51	R$ 614.397,24
Transferencias de Recursos do FUNDEB destinado a Criação de Matriculas em ETI	R$ 279.636,51	R$ 275.961,54
Custeio Estado - Atenção Primária - PROAPS PARANÁ - Fixo	R$ -	R$ 43.065,00
Custeio Estado - Atenção Primária - PROAPS PARANÁ - Variavel	R$ -	R$ 15.800,00
Custeio Estado - Vigilancia em Saúde - PROVIGIA/2025 - Resolução 741/2026	R$ 38.016,02	R$ -
Piso Basico Fixo	R$ 27.914,37	R$ 54.157,68
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo	R$ 18.217,02	R$ 35.352,94
Piso de Média Complexidade (SUAS) 941	R$ 17.640,12	R$ 35.276,28
Piso de Alta Complexidade (SUAS)	R$ 6.357,54	R$ 12.713,65
Componente para Gestão Progama Bolsa Família e Cadastro Único	R$ 21.168,79	R$ 19.814,57
Aepeti	R$ -	R$ 24.000,00
Emenda Comissão nº 202650490001 Estruturação da Rede de Serviços do SUAS	R$ 100.000,00	R$ -
Emenda Comissão nº 202650490001 Estruturação da Rede de Serviços do SUAS	R$ 100.000,00	R$ -
Emenda Comissão nº 202650490001 Estruturação da Rede de Serviços do SUAS	R$ 400.000,00	R$ -
Transf. Obrigatória da Lei Complementar 176/2020	R$ 26.465,44	R$ 26.465,44
Piso Único de Assistencia Social - PAS - Deliberação CEAS 59/2023	R$ 40.000,00	R$ -
Contribuições /Doações - FMDI - 900	R$ 473.241,78	R$ -
Contribuições/Doações - ECA/FMDCA - 880	R$ 538.135,56	R$ -
Operação de Credito - Programa FINISA V	R$ 5.000.000,00	R$ -
Investimento Estado - Incentivo Financeiro Programa PROVIGIAS - Resolução 739/2026	R$ 107.549,76	R$ -
Convênio Nº 1252/2025- SECID Iluminação Pública (Substituição de Luminárias) ILUMINA PARANÁ	R$ 1.493.171,35	R$ -
Termo de Conv. nº 564/2025 - SECID Aquisição de Veiculo SEDAN Paraná mais cidade	R$ 93.480,00	R$ -
Incentivo ao Fortelecimento das Politicas Públicas de Garantia da Defesa dos Direitos	R$ 62.053,23	R$ -
TOTAL	R$ 12.345.831,59	R$ 3.991.979,77
RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO		***VANUSA AP. C. ARRIBARD***
Sec. de Fazenda Pública		Contadora

Publicado por:
Ivanir Toro Alecio Dos Santos
Código Identificador:4FDA1502

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 348/2025

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 064/2025

1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA GALPÃO RESTAURANTE E CHOPERIA LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, em conjunto com a Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico Sra. Graziele Grosskopf, Decreto 149/2026 e o DETENTOR DA ATA **GALPÃO RESTAURANTE E CHOPERIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 33.949.101/0001-62, estabelecida na Rod. PR 281, nº 279, Bairro Fernandes, em Piên/PR, Cep: 83860-000, Fone (41) 98752-3012, neste ato representado pelo, Sr. Jackson Ancelmo Gevenka, inscrito no CPF sob nº. 085.xxx.559-xx**,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 348/2025, nos termos do Art. 84 Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 4130/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado por mais 12 meses a ata a partir de 21/10/2026.

Cláusula Segunda: O item fica reajustado conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UN	INPC (set/25 a agos/26)	NOVO VALOR UN
1	Refeição tipo buffet, almoço ou jantar completo	UN	1400	R$ 40,28	3,98 %	R$ 41,88

Cláusula Terceira: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 07 de outubro de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:A0E412FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 068/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº068/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **MYR COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**, CNPJ n° 46.449.285/0001-43, estabelecida à Rua Santo Antônio da Patrulha, n°409, bloco B, Apto 23, Bairro Floresta, Dois Irmãos, estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.950-000, representada por **EDISON LUIS MAYRER**, inscrito no CPF XXX.464.530-XX, portador da cédula de identidade Civil RG XXX.438.020-X SSP/RS, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Total	Valor Unitário	Total
1	**Bola de voleibol** em microfibra, com tecnologia termotec (tecnologia de termofusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola), neotec (amortecimento elástico de alta performance), 6D (composta por 6 discos posicionados simetricamente), termofixo (tratamento térmico com borracha natural, que estabiliza os fios unificando a estrutura, garantindo resistência, uniformidade e estabilidade), bola testada pela Federação Internacional de Voleibol, miolo lubrificado e substituível, Peso: 260-280g, Circunferência: 65-67cm, Gomos: 18. (igual ou similar Bola Penalty 8000) MARCA PENALTY	UND	**89**	R$ 328,98	R$ 29.279,22
6	**Bola de Futsal para categoria sub 17**, PU PRÓ (Alta resistência à abrasão), com tecnologia termotec (tecnologia de termofusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola), 6D (composta por 6 discos posicionados simetricamente), Termofixo (câmara é enrolada com fios sintéticos, em um sistema de forro Multiaxial), Dupla Colagem (Termotec e Ultra Fusion, dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, aumentando a vida útil do produto), Cápsula SIS (miolo lubrificado e substituível), neotec (amortecimento elástico de alta performance), Peso: 410-430g, Circunferência: 62,5-63,5cm, Gomos: 11. (Bola Penalty MAX 1000) MARCA PENALTY	UND	**57**	R$ 267,50	R$ 15.247,50
27	· **Super banco imobiliário** · Idade: A partir de 12 anos. · Contém: 01 tabuleiro, 28 títulos de posse, 32 cartelas notícias, 6 cartões, 80 casas plásticas, 2 dados, 6 peões plásticos, 1 máquina de cartão e cartão. · Medida: 40cm x 27 x 9cm. (AxP). MARCA ESTRELA	UND	**17**	165,00	2.805,00
37	**Bola de basquete tamanho N° 7**, 8 gomos, confeccionada em laminado microfibra, material macio e aderente. Produzida com construção matrizada. Possui câmara 6D em borracha butílica, composta por 6 discos posicionados simetricamente. Com sistema de forro multiaxial, acabamento antideslizante, com miolo Cápsula SIS, lubrificado, removível e substituível. Calibragem 7 a 9 libras. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA PENALTY	UND	**31**	261,80	8.115,80
46	· **Placa modular de tatame** confeccionada em E.V.A. de alta densidade, com dimensões de 1,00 m x 1,00 m e espessura de 30 mm. Sistema de encaixe tipo "puzzle" (dentes) que garanta a fixação firme entre as peças e estabilidade da área montada. Superfície com textura antiderrapante, impermeável e de fácil higienização. Material com propriedades de absorção de impacto, isolamento térmico e acústico, indicado para artes marciais (Judô, Jiu-Jitsu, Karatê), ginástica e recreação infantil. Produto novo, de primeira qualidade, atóxico e com bordas de acabamento inclusas. MARCA BIATEX	UND	**166**	85,00	14.110,00
TOTAL					R$ 69.557,52

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 69.557,52 (sessenta e nove mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*MYR COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:3D5031B0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 069/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº069/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS EIRELI - ME**, CNPJ n° 22.382.705/0001-53, estabelecida à Avenida Rio Branco, n°762, sala 1A, Zona 5, Maringá/PR, CEP 87030-010, representada por **JESSICA KOJO SISTI**, inscrita no CPF XXX.899.159-XX, portadora da cédula de identidade Civil RG XX.733.57XX, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant	Valor Unitário	Total
2	**Bolas de tênis,** com 3 unidades por embalagem, fabricadas em borracha de alta resistência com revestimento em feltro durável. Diâmetro aproximado de 6,35 cm, seguindo especificações, cor amarela fluorescente de alta visibilidade com faixa branca. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA YINS	KIT	**24**	R$ 29,56	R$ 709,44
38	**Raquete Tênis de Mesa (par)**, Composição: Madeira e borracha, Dimensões aproximadas: 7 x 15 x 25,5 cm Folha: 6 mm Borracha: 1,5 mm Esponja: 2,0 mm. A superfície deve ser obrigatoriamente do tipo antiderrapante. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA PPE	PAR	**29**	R$ 18,35	R$ 532,15
40	· **Rede de tênis de Mesa com Poste**, conjunto composto por rede e suportes (postes) de fixação rápida. Confeccionado em Nylon e Ferro de alta resistência. Dimensões aproximadas de 182 x 14 x 0,2 cm e peso aproximado de 342 g. Compatível com dimensões oficiais e adaptável a diversos modelos de mesa. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA PPE	UND	**17**	R$ 42,23	R$ 717,91
47	**Raquete de Chute** Confeccionado em couro sintético de alta durabilidade com sistema de costuras duplas reforçadas. Enchimento interno composto por camada de borracha de E.V.A. e espuma de alta densidade, projetado para máxima absorção de impacto e proteção do usuário. Possui cabo reforçado e alça de segurança (pulso) para evitar quedas e garantir estabilidade durante o uso. Dimensões aproximadas de 40 x 22 x 4 cm e peso aproximado de 200 g. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA FERA	UND	**20**	R$ 72,23	R$ 1.444,60
52	**CANELEIRA PARA ARTES MARCIAIS (PAR),** Confeccionada em poliéster de alta resistência com design anatômico. Possui extensão acolchoada para proteção integral do peito do pé e material interno reforçado para alta absorção de impactos. Sistema de fechamento em velcro de alta aderência, garantindo ajuste seguro e firme. Peso aproximado de 400 g o par. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA FERA	PAR	**16**	R$ 77,00	R$ 1.232,00
53	**Luva para artes marciais de 12oz**. Confeccionada em couro sintético (PU) de alta resistência com tecnologia de preenchimento em gel multicamadas, espuma injetada e esponja. Design ergonômico. Fechamento de alta segurança para estabilidade do punho. Peso Aprox. 679g. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA FERA	UND	**10**	R$ 143,00	R$ 1.430,00
63	KIT DE COLETES PARA TREINAMENTO Conjunto composto por 24 unidades de coletes esportivos, personalizados com logo da **assistência social** e do projeto **acelera Esportes** e cor (a ser definida) para identificação de equipes. Confeccionados em tecido poliéster liso (helanca/helanquinha), possui acabamento em viés e sistema de fechamento lateral com elástico, permitindo a expansão do tamanho e melhor ajuste ao corpo, tamanho **P**. Material de alta durabilidade e conforto, indicado para treinos e jogos em diversas modalidades esportivas. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA TRBESP	KIT	**2**	R$ 482,00	R$ 964,00
64	KIT DE COLETES PARA TREINAMENTO Conjunto composto por 24 unidades de coletes esportivos Personalizados com logo da **assistência social** e do projeto **acelera Esportes** e cor (a ser definida) para identificação de equipes. Confeccionados em tecido poliéster liso (helanca/helanquinha), possui acabamento em viés e sistema de fechamento lateral com elástico, permitindo a expansão do tamanho e melhor ajuste ao corpo, tamanho **M**. Material de alta durabilidade e conforto, indicado para treinos e jogos em diversas modalidades esportivas. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA TRBESP	KIT	**2**	R$ 483,00	R$ 966,00
VALOR TOTAL R$ 7.996,10					

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 7.996,10 (sete mil e novecentos e noventa e seis reais e dez centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS EIRELI - ME*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:D42562E4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 070/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº070/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **MEINERZ DO BRASIL LTDA**, CNPJ n° 49.128.590/0001-21, estabelecida à Avenida Presidente Kennedy , n°1213, sala A, Por do Sol, Palotina, estado do Paraná, CEP 85.950-050, representada por **ANA CAROLINA MEINERZ**, inscrita no CPF XXX.675.959-XX, portadora da cédula de identidade Civil RG XX.761.40XX SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	QUANT.	Valor Unitário	Total
3	**Bola de Futsal para categoria sub 9**, laminado PU, Construção Ultra Fusion, tecnologia Cápsula SIS (miolo lubrificado e substituível), 6D (composta por 6 discos posicionados simetricamente), Sistema de Forro: Termofixo, Camada Interna: Evacel, Dupla Colagem, Peso: 300–330 g, Circunferência: 52–55 cm, Gomos: 6. (Bola Penalty 100) MARCA PENALTY	UND	**86**	80,26	6.902,36
4	**Bola de Futsal para categoria sub 11**, laminado PU, Construção: Ultra Fusion, tecnologia cápsula SIS (miolo lubrificado e substituível), 6D (composta por 6 discos posicionados simetricamente), Sistema de Forro: Termofixo, Camada Interna: Evacel, Dupla Colagem, Peso: 350-380g, Circunferência: 55-58cm, Gomos: 6. (Bola Penalty 200) MARCA PENALTY	UND	**83**	80,26	6.661,58
VALOR **R$ 13.563,94**					

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)

- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 13.563,94 (treze mil e quinhentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***MEINERZ DO BRASIL LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:E83BAE26

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 072/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº072/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**, CNPJ n° 19.444.651/0001-07, estabelecida à Rua Bolívia, n°255, Bairro Cidade Nova, Ivoti, estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.900-000, representada por **KARIN CRISTIANI STAUDT**, inscrita no CPF XXX.893.930-XX, portadora da cédula de identidade Civil RG XXX.637.88XX SSP/RS, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Total
7	**Kit de baliza (slalon) para treinamento desportivo** contendo 5 estacas com as bases de peso + 01 bolsa transporte, sem necessidade de perfurar o solo ou piso. Feita em polietileno resistente. Dimensões da estaca: 160x3,5cm (Altura x Diâmetro). As bases podem ser preenchidas com água ou areia e medem 10x20 (Altura x Diâmetro). Cor: vermelha e bolsa preta. MARCA PRÓPRIA	UND	**12**	R$ 279,00	R$ 3.348,00
8	**Kit obstáculo de barreira para treinamento de salto** composto por 05 obstáculos com variações de altura, produzidos em material plástico ABS de boa durabilidade e na cor verde neon para fácil identificação. As barreiras possuem 5 alturas de obstáculos diferentes, sendo eles de 18 cm, 23 cm, 30 cm, 38 cm, e 45 cm. MARCA PRÓPRIA	UND	**14**	R$ 135,00	R$ 1.890,00
14	**Cesto Guarda Bolas.** Estrutura em tubos de alumínio, porta-objetos em material sintético de alta resistência, rodas para transporte, produto dobrável. Peso: 4,60kg, cordão do cesto: preto, tamanho: 1,00m x 0,60m x 0,60m, capacidade média de armazenamento de bolas: de 30 a 40 bolas. MARCA PRÓPRIA	UND	**10**	R$ 536,50	R$ 5.365,00
15	**BOLSA PARA TRANSPORTE DE BOLAS (MODELO CILÍNDRICO – 06 UNIDADES)** Confeccionada em nylon de alta resistência, com formato cilíndrico e capacidade para até 06 bolas com diâmetro de até 24 cm cada. Possui sistema de fechamento reforçado em zíper e duas alças para transporte manual ou tiracolo. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA PRÓPRIA	UND	**12**	R$ 72,00	R$ 864,00
VALOR **R$ 11.467,00**					

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 11.467,00 (onze mil e quatrocentos e sessenta e sete reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:4DEC1548

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 073/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº073/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **VANINHA UTILIDADES LTDA**, CNPJ n° 58.421.861/0001-23, estabelecida à Rodovia RS 452, n°133, Bairro Centro, Feliz, estado do Rio Grande do Sul, CEP 95.770-000, representada por **VANINHA ARCANJO DA SILVA**, inscrita no CPF XXX.597.137-XX, portadora da cédula de identidade Civil RG XX.489.85XX SECC/RJ, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
9	**Colchonete tradicional de academia** Cor: Preto, Material: espuma glomerada D80, Revestimento impermeável de courvin de alta qualidade. Material De Reforço: náilon, Dimensões Do Produto: Altura: 3cm; Comprimento: 100cm; Largura: 50cm. MARCA NEDEL	UND	**97**	R$ 45,50	R$ 4.413,50
10	**Rede de Voleibol de Quadra Profissional** em polipropileno (seda) com 4 faixas em algodão com 1m de altura (± 3 cm) por 9,5 a 10 metros de comprimento (com 25 a 50 centímetros adicionais além das faixas). Será constituída de malhas quadradas pretas com 10 centímetros de lado. Na parte superior há uma faixa horizontal de 7 centímetros de largura, que consiste em uma faixa de algodão dobrada ao meio, costurada ao longo de toda a extensão da rede. Em cada extremidade final da faixa há uma abertura através da qual passará uma corda a fim de amarrá-la aos postes no intuito de manter a parte superior tensionada. Dentro desta faixa um cabo flexível estica a rede nos postes e mantém sua parte superior tensionada. Na parte inferior da rede há outra faixa horizontal com 5cm, similar à faixa superior. Por	UND	**7**	R$ 170,00	R$ 1.190,00

	dentro desta faixa passará uma corda, que amarra a rede aos postes e mantém a parte inferior tensionada. Duas faixas brancas são tensionadas verticalmente à rede e colocadas no prolongamento acima de cada linha lateral. Cada uma possui 5 centímetros de largura e 1 metro de altura e são consideradas parte integrante da rede. MARCA NEDEL				
11	**Rede de voleibol de areia oficial**, medidas: 8,50m de comprimento por 1,00m de altura; fio: 2mm de polietileno, 100% virgem, com tratamento anti-uv (contra as ações do tempo); malha (distância entre nós): 5cm; faixas: 4 faixas sintéticas impermeáveis, cor da rede: branca. MARCA NEDEL	UND	**05**	R$ 127,60	R$ 638,00
13	**Saco para armazenamento e transporte de bolas esportivas** (futebol, vôlei, basquete, entre outros). Confeccionado em material de alta resistência e durabilidade, com capacidade para acondicionar de 20 a 25 unidades. Dimensões aproximadas de base 45 x 45 cm e altura de 110 cm. Possui fechamento ajustável e sistema que permite a ventilação dos equipamentos. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA NEDEL	UND	**28**	R$ 35,00	R$ 980,00
22	· **Cone grande para treino** Cone rígido para demarcação, sinalização e treinamento esportivo. Confeccionado em polietileno ou polipropileno de alta resistência a impactos e intempéries. Dimensões de 75 cm de altura com base quadrada de aproximadamente 36 cm x 36 cm. Acabamento em cores de alta visibilidade (laranja e branco), permitindo fácil visualização em ambientes internos e externos. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA NEDEL	UND	**58**	R$ 37,70	R$ 2.186,60
31	· **Jogo cai não cai** · Idade: A partir de 5 anos. · Contém: 1 tubo plástico, 1 base plástica com quatro divisões numeradas, 1 saquinho com 20 bolinhas, 32 varetas. MARCA ARK	UND	**17**	R$ 60,00	R$ 1.020,00
32	· **Jogo da mimica** · Idade: A partir de 12 anos. · Contém: 250 cartas e uma ampulheta. MARCA PEF	UND	**13**	R$ 62,50	R$ 812,50
34	· **Jogo quebra-cabeça 500 peças. (Divertidamente**). · Idade: A partir de 10 anos. · Dimensão montada: 47,8 x 34,8 cm. · Embalagem: 25,5 x 19,4 x 4,4cm. MARCA TOYSTER	UND	**19**	R$ 70,00	R$ 1.330,00
39	· **Bola de tênis de mesa** (ping pong), cor laranja, diâmetro de **40 mm**. Fabricada em polímero **ABS** de alta resistência. Embalagem com **100 unidades**. Produto novo, indicado para treinamento. Marca: Import	CNT	**7**	R$ 120,00	R$ 840,00
43	· **Relógio temporizador** digital para jogos de tabuleiro com 05 modos de operação: Básico, Atraso (Delay), Bônus (Incremento/Fischer), Byo-Yomi e Contagem Progressiva. Funções integradas de contagem regressiva, adição de tempo, alarme sonoro (opcional), contador de movimentos e armazenamento de memória. Capacidade de contagem de até 10 horas. Equipado com visor digital de alta visibilidade e fácil leitura. Estrutura em material termoplástico resistente, design compacto e portátil. Alimentação por 01 pilha AA. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA IMP	UND	**13**	R$ 232,00	R$ 3.016,00
49	**Aparador chute Grande.** Fabricado em lona de alta resistência e vulcanizado através de alta temperatura. Alças em fita de cinto de segurança, garantindo alta resistência. Espuma de alta densidade D40. Ideal para absorver chutes nas modalidades MuayThai, Sanda, Kickboxing, Karatê, Taekwondo, entre outras artes marciais. Tamanho 40x50x20cm.MARCA FHERAS ·	UND	**05**	R$ 365,00	R$ 1.825,00
58	**Medalhas honra ao mérito.** Material e tamanho: aço ou acrílico, com tamanhos variados, frequentemente entre 29mm e 55mm de diâmetro cores e Acabamento: Disponíveis em dourado (ouro), prateado (prata) e envelhecido (bronze), representando classificação em pódios ou diferentes níveis de mérito. Acompanha fita de cetim. MARCA VITÓRIA	UND	**60**	R$ 4,35	R$ 261,00
60	**Uniformização de profissionais / Equipe Cae.** **(A definir no empenho)** **·Calça:** Confeccionada em MALHA GAÚCHA composição de 35%de algodão, 65% poliéster, gramatura 2,78m/kg, na cor azul escuro, com galões (listras laterais) na cor azul clara. **Bolsos:** Nas laterais da calça deverão ser costurados dois bolsos tipo faca, com o mesmo tecido e pespontados com a máquina reta de uma agulha; **Costuras externas e de Acabamento:** Com fios 100% poliéster, nº120, na cor do tecido; **Etiqueta interna**: Deve ser de tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével na parte interna de cada peça, no centro do gancho traseiro. Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho, ano de fabricação e país de fabricação; **·Jaqueta aberta com zíper:** Confeccionada em MALHA GAÚCHA composição de 35% de algodão, 65% poliéster, gramatura 2,78m/kg, na cor azul escuro com detalhes em azul claro como na imagem ilustrativa, om estampa em processo de serigrafia do Brasão do CAE; **Barra e Punhos:** Confeccionados em malha ribana 2x1, composição 49% algodão, 49% poliéster, 2% elastano com gramatura de 260g/m² na cor azul escuro; Punhos deverão ter largura de 6 cm, costuradas por overloque; **Galões:** Dois galões, em malha P.V. 67% poliéster, 33 % viscose com gramatura de 160g/m² sobre posto nos braços, com largura de 1cm (cada galão) na cor azul clara. **Bolsos:** Nas laterais da jaqueta deverão ser costurados dois bolsos tipo faca com o mesmo tecido do corpo e pespontados com a máquina reta de uma agulha; **Aviamentos:** Zíper em 100% poliéster destacável na cor azul escuro o mais próximo possível da cor do tecido do corpo, aplicado em máquina reta 2 linhas e pespontado com 0,5 cm de largura, sendo pregado 01(um) cm até o final da gola. Linha Poliéster nº120; **Costuras externas e de Acabamento:** Com fios 100% poliéster, nº120, na cor do tecido; **Costuras internas:** em overloque, feitas com fios de 100% poliéster, nº120, na cor do tecido; **Golas;** Na mesma helanca da jaqueta com largura de 8 cm; **Etiqueta interna:** Deve ser de tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével na parte interna de cada peça, no centro do gancho traseiro. Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho, ano de fabricação e país de fabricação **·Camiseta:** Camiseta em meia malha PV 67% poliéster, 33% viscose, gramatura 160 gr/m², manga curta, camiseta na cor azul escura, com as especificações a seguir: **Gola:** Redonda em ribana, composição 66%poliester, 32% viscose e 2% elastano, gramatura 220 gr/m² na cor azul claro e com detalhe na manga azul clara. **Frente:** Com estampa em processo de serigrafia do Brasão do CAE centro de adolescentes esperança (nas cores Oficiais), conforme layout acima, lado esquerdo de quem veste, medindo 8 cm de largura com altura proporcional, aproximadamente. **A barra do corpo e das mangas**: Deve ser rebatida com a largura de 2 cm, e costurada em máquina galoneira de 02 agulhas; **Etiqueta interna:** Deve ser de tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével na parte interna de cada peça, no centro do gancho traseiro. Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho, ano de fabricação e país de fabricação. **·Bermuda:** Confeccionada em MALHA GAÚCHA composição de 35% de algodão, 65% poliéster, gramatura 2,78m/kg, na cor azul escura, com galões (listras laterais) de 1cm na cor azul clara. Bolsos: Nas laterais da bermuda deverão ser costurados dois bolsos tipo faca, com o mesmo tecido e pespontados com a máquina reta de uma agulha; Costuras externas e de acabamento: Com fios 100% poliéster, nº120, na cor do tecido. MARCA NEDEL	UND	**12**	R$ 300,00	R$ 3.600,00
VALOR **R$ 22.112,60**					

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará emat630 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 22.112,60 (vinte e dois mil e cento e doze reais e sessenta centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***VANINHA UTILIDADES LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:668B7C4B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 077/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº077/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **GLEIEDSON SANTOS DE SOUSA**, CNPJ n° 28.538.392/0001-66, estabelecida à Avenida Manoel Rogue Rodrigues, n°745, Centro, Serrolândia, estado da Bahia, CEP 44710-000, representada por **GLEIEDSON SANTOS DE SOUSA**, inscrito no CPF XXX.968.095-XX portador da cédula de identidade Civil RG XX.063.260-XX SSP/BA, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
19	**Bola de vôlei de areia pró.** Com laminado em Microfibra, superfície matrizada, circunferência: 66 a 68 cm, Tamanho Número 5, adulto. Peso: 260g a 280g. 12 gomos colados em tecnologia termotec. Camada interna airbility em Neogel, miolo cápsula sis, válvula especial com fácil manuseio. Modelo resistente as variações de temperaturas e água do mar. Marca: Penalty	UND	**31**	**R$ 180,00**	**R$ 5.580,00**
28	· **Jogo domínio e equilíbrio**. · Idade: A partir de 7 anos. · Contém: 1 base plástica, 1 suporte para a base, 2 grampos, 48 peças, 1 manual de instrução e 1 conjunto de etiqueta. Medida: 6x30x40cm. Marca: Scalibu	UND	**16**	**R$ 72,00**	**R$ 1.152,00**
33	· **Jogo Quebra- cabeça 5.000 peças**. · Idade: A parir de 14 anos. · Medida: 137,0 cm x 97,0cm. Marca: Scalibu	UND	**11**	**R$ 150,00**	**R$ 1.650,00**
36	· **Bola de basquete tamanho N° 5**, 8 gomos, confeccionada em laminado microfibra, material macio e aderente. Produzida com construção matrizada. Possui câmara 6D em borracha butílica, composta por 6 discos posicionados simetricamente. Com sistema de forro multiaxial, acabamento antideslizante, com miolo Cápsula SIS, lubrificado, removível e substituível. Calibragem 7 a 9 libras. Produto novo, de primeira qualidade. Marca: Pemalty	UND	**27**	**R$ 120,00**	**R$ 3.240,00**
VALOR R$ 11.622,00					

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:

- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 11.622,00 (onze mil seiscentos e vinte e dois reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 14/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***GLEIEDSON SANTOS DE SOUSA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:AFDBAA84

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 078/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº078/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **DEA CALÇADOS LTDA**, CNPJ n° 52.331.094/0001-85, estabelecida à rua Coronel João Rincon, n°2, Centro, Pires do Rio, estado de Goiás, CEP 75200-000, representada por **DANILO ESTEVAO AMARAL**, inscrito no CPF XXX.528.061-XX portador da cédula de identidade Civil RG XX667XX SSP/GO, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
20	· **Bola de futevôlei**. Construção Soft Built Nylon Wound, · 32 painéis, Tamanho 5 – oficial. · Composição: Material sintético de alta densidade · Circunferência: 68-70 cm · Peso: 410-450 g Igual ou similar MIKASA FT 5. MARCA PRO	UND	**30**	**R$ 75,00**	**R$ 2.250,00**
44	· **Par de postes para vôlei oficial**, confeccionados em tubo de aço de 3 polegadas (aprox. 25 cm de circunferência) com parede de 1,5 mm. Dimensões de 2,55 m de altura livre acrescidos de 0,40 m para fixação em solo (buchas). Equipado com sistema de catraca reforçada e roldana para estiramento e ajuste preciso da altura da rede, permitindo regulagem para as categorias Masculino (2,43 m), Feminino Adulto (2,24 m), Sub-14/16 e Futevôlei (2,20 m). Acabamento em pintura epóxi de alta resistência. Peso aproximado de 27 kg. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA SPINTER	PAR	**3**	**R$ 1.200,00**	**R$ 3.600,00**
48	**Aparador chute Médio.** Fabricado em lona de alta resistência e vulcanizado através de alta temperatura. Alças em fita de cinto de segurança, garantindo alta resistência. Espuma de alta densidade D40. Ideal para absorver chutes nas modalidades MuayThai, Sanda, Kickboxing, Karatê, Taekwondo, entre outras artes marciais. Tamanho 30x40x20cm.MARCA PUNCH	UND	**10**	**R$ 120,00**	**R$ 1.200,00**
51	**Luva para artes marciais de 10oz**. Confeccionada em couro sintético (PU) de alta resistência com tecnologia de preenchimento em gel multicamadas, espuma injetada e esponja. Design ergonômico. Fechamento de alta segurança para estabilidade do punho. Peso Aprox. 587g. Produto novo, de primeira qualidade. MARCA PUNCH	UND	**20**	**R$ 120,00**	**R$ 2.400,00**
54	**Bola de handebol indicada para categoria infantil,** com peso entre 290-330 g e circunferência de 50-52 cm. Construção via tecnologia de termofusão (Ultra Fusion) com dupla colagem, garantindo menor absorção de água e maior durabilidade em quadras internas e externas. Laminado em PU com camada interna de amortecimento. Equipada com câmara de	UND	**55**	**R$ 42,00**	**R$ 2.310,00**

	borracha butílica (6D) para retenção de ar e miolo removível e lubrificado. Produto novo, de primeira qualidade, atendendo aos padrões oficiais de peso e medidas. MARCA MAGUSSY				
56	**Bola de Queimada** comumente de borracha e vulcanizada, é projetada para alta durabilidade e aderência em atividades recreativas. Com tecnologia de "cápsula 6" que protege a câmara, oferecendo uma textura macia, toque confortável e resistência à abrasão em diversas superfícies; Peso: 240-260g Circunferência: 56-58cm Laminado: Borracha Construção: Vulcanizada MARCA CONVOY	UND	**39**	**R$ 19,00**	**R$ 741,00**
57	**Coletes esportivos juvenil** composição tecido helanquinha, 100% poliéster; elástico / poliéster 63%, elastodieno 37%; Formato: tamanho único, 33cm X 56,5cm expande e se ajusta devido aos elásticos nas laterais. Não Personalizado. MARCA TRB	UND	**62**	**R$ 10,00**	**R$ 620,00**
61	**Uniformização para crianças e adolescentes em jogos.** **(A definir no empenho)** **Calção e Camiseta feminino:** composição em malha dry fit 100% poliéster, gramatura do tecido 130 g/m², modelagem tradicional, gola com pesponto de agulha dupla, bainhas de agulha dupla, na cava, mangas e bainha inferior, tecnologia UV50+ oferece proteção solar, bloquea 98% a entrada de raios UVA e UVB. Com números nas costas: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11 e 12, escrito em branco como mostra na imagem. Cor: 1 camiseta apenas na cor azul escuro com detalhes em lilás e as demais camiseta na cor lilás com detalhes no azul escuro. MARCA TRB	UND	**12**	**R$ 90,00**	**R$ 1.080,00**
62	**Uniformização para crianças e adolescentes em jogos.** **(A definir no empenho)** **Calção e Camiseta:** composição em malha dry fit 100% poliéster, gramatura do tecido 130 g/m², modelagem tradicional, gola com pesponto de agulha dupla, bainhas de agulha dupla, na cava, mangas e bainha inferior, tecnologia UV50+ oferece proteção solar, bloquea 98% a entrada de raios UVA e UVB. Com números nas costas: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11 e 12, escrito em branco como mostra na imagem. Cor: 1 camiseta apenas na cor azul clara e as demais camisetas na cor azul escura. MARCA TRB	UND	**12**	**R$ 90,00**	**R$ 1.080,00**
VALOR R$ 15.281,00					

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 15.281,00 (quinze mil e duzentos e oitenta e um reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***DEA CALÇADOS LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:97590981

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 083/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº083/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **ODÉ FERRAGENS E SOLUÇÕES LTDA**, CNPJ n° 58.154.727/0001-03, estabelecida à rua José Pereira Araújo, n°368, Apto 201, bloco BL 09, Capão Raso, Curitiba, estado do Paraná, CEP 81.130-190, representada por **MURILLO HENRIQUE CARVALHEIRO DE ARAÚJO**, inscrito no CPF XXX.251.549-XX, portador da cédula de identidade Civil RG XX63.71XX SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	QUANT.	Valor Unitário	Valor Total
59	**Mesa de ping pong** tampo da mesa em MDF 18mm - proporciona maior durabilidade; - Cor azul; - Tamanho oficial/ **Medidas da Mesa:**C x L x A = 2,74 x 1,52 x 0,76m - Pés em madeira maciça dobráveis; - Equipada com rodízios/rodas, permitindo fácil movimentação para diferentes áreas; - Possui configuração "Paredão" para treino solo. - Inclui kit de suporte e rede KLOPF. Marca KLOPF	UND	**05**	**R$ 1.179,50**	**R$ 5.897,50**

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 5.897,50 (cinco mil e oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*ODÉ FERRAGENS E SOLUÇÕES LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:DABF93E3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PE N°029/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº1286/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº029/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI,
COTA PRINCIPAL E RESERVA DE COTA PARA ME, EPP E MEI

MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR LOTE

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para registro de preços para futura aquisição, sob MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%) sobre a tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), de materiais hidráulicos, elétricos, pintura, materiais estruturais, artefatos de cimento, acabamento interno e externo, ferramental, madeiras em geral, metalúrgica e funilaria, ferragem e cobertura, para fornecimento de forma eventual e parcelada conforme a necessidade da administração, pelo período de 12 (doze) meses.

RESOLVE:

ADJUDICAR as licitantes listadas abaixo para os itens que compõem o objeto do Pregão Eletrônico n°029/2026:

GRÃO PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 43.081.035/0001-05 com os lotes: 1, 3, 4, 6, 7, 9 e 12 no valor total de R$ 151.956,08 (cento e cinquenta e um mil e novecentos e cinquenta e seis reais e oito centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL DO LOTE	Percentual de desconto	Valor Total com desconto
01	**ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO**: argamassas, azulejos, cantoneiras moldura para forro pvc, pisos cerâmicos, porcelanatos, mármores, parquet, bacia sanitária, divisórias, granito, rodapé, rejunte, separador, vidros temperados, porta externa/interna, forro de pvc e afins.	R$ 51.113,58	**50,00 %**	R$ 25.556,79
03	**COBERTURA:** cumeeiras, telhas, e afins.	R$ 34.549,95	**25,50 %**	R$ 25.739,71
04	**ELÉTRICO E TELEFONIA:** barras de conduite, buchas para fixação, caixas de tomada, calhas, chuveiros, chaves de ligação, disjuntores bipolar e tripolar, disjuntores, fitas isolantes, interruptores, plafon, plug, quadro de distribuição, soquete, spot, tomada	R$ 34.549,95	**50,00 %**	R$ 17.274,97
06	**FERRAMENTAL:** cones para sinalização, cordas de polipropileno, escadas, escovas, fita zebrada, lona preta, trenas, vassouras, alicates, arco de serra, baldes, brocas, buchas, cabos, cadeados, carrinhos de mão, catracas, chave, cavadeira, colher de pedreiro, dobradiça, enxada, facão, fechadura, foice, folha de serra, lápis, lima, machado, marreta, martelo, nível, PA, parafusos,picareta, prumo, rastelo, regador, serrote, tesoura, e afins.	R$ 9.182,48	**29,00 %**	R$ 6.519,56
07	**HIDRAÚLICO:** abraçadeiras para canos de PVC, adaptadores de flange, adaptadores para mangueiras, adesivos plásticos, anéis de borracha, borrachas de vedação para caixa de descarga, boias para caixas d'água, caixas d'água em fibra, cano condutor, curva, joelhos, luvas, parafusos para fixação, ralos, registros de: esfera, gaveta e pressão, tampão em PVC, tee, torneiras, tubos, válvulas, buchas vedantes e afins.	R$ 34.549,95	**36,01 %**	R$ 22.108,51
09	**METALURGIA, SERRALHERIA E FUNELARIA:** Janela, porta ferro e afins.	R$ 43.187,44	**18,00 %**	R$ 35.413,70
12	**PINTURA:** aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchasverniz e afins.	R$ 34.546,95	**44,01 %**	R$ 19.342,84
			TOTAL:	**R$ 151.956,08**

IRMÃOS MABA LTDA CNPJ: 06.997.323/0001-88 com os lotes: 2, 5, 8, 10 e 11 no valor total de R$ 218.061,99 (duzentos e dezoito mil e sessenta e um reais e noventa e nove centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL DO LOTE	Percentual de desconto	VALOR TOTAL COM DESCONTO
02	**ARTEFATOS DE CIMENTO**: blocos de concreto vibro prensado e lajotas (45cmx45cm).	R$ 25.912,46	14,00 %	R$ 22.284,71
05	**FERRAGEM**: arames, cantoneiras, colunas de aço, colunas treliças, vergalhão, grampos, hastes, telas alambrados, telas malhas, telas soldadas aço ca- 25, aço ca 50, barras de ferro retangular, perfil laminado, rufos tubo aço, vigas u, tubos redondos e afins.	R$ 30.000,00	29,00 %	R$ 21.300,00
08	**MADEIRAS**: assoalhos, barrotes, caibros, caixas para porta, portas, palanques, tábuas, terças, pranchas, toras, varas, estacas, chapas compensado e afins.	R$ 34.549,95	15,00 %	R$ 29.367,45
10	**MATERIAL ESTRUTURAL (COTA PRINCIPAL)**: arame recozido, vergalhão de aço, aditivos impermeabilizante, cal, fixador, chapas de compensado, compensados plastificados, lonas plásticas, pregos, cimento, areia, tijolo e afins.	R$ 129.562,36	16,00 %	R$ 108.832,38
11	**MATERIAL ESTRUTURAL (COTA RESERVA)**: arames Recozido, vergalhão de aço, aditivos impermeabilizante, cal, fixador, chapas de compensado, compensados plastificados, lonas plásticas, pregos, cimento, areia, tijolo e afins.	R$ 43.187,44	16,00 %	R$ 36.277,45
			TOTAL:	**R$ 218.061,99**

Porto Amazonas, 13 de outubro de 2026.

MICHELE DE OLIVEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:88C3DE7A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
4 TA CONTRATO 16.2025

4º TERMO ADITIVO
CONTRATO N°. 16/2025
DISPENSA 03/2025
Vencimento 25/08/2026

De um lado, o MUNICÍPIO DE QUERENCIA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 76.973.692/0001-16 com sede à Rua Waldemar dos Santos 1197, nesta cidade, neste ato representada pelo prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE.
E, de outro lado a empresa ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES QUERÊNCIA MAIS LIMPA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.508.928/0001-24, sediada na Estrada Municipal Querência a Porto Brasilio, sn, zona rural, CEP 87.930-000, em Querência do Norte PR, neste ato representada por seu Presidente LUCAS PEREIRA JAQUES , portador do RG nº 12.***.347-* e inscrito no CPF nº 091.***.789-**, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 03 (três) meses, até 25 de Agosto de 2026

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor total para o período será de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), conforme abaixo:

item	descrição	unid.	Quant.	Valor máximo Unitário R$	Valor máximo total R$
1	SERVIÇOS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO CENTRO DE TRIAGEM CORNÉLIO GEMINIANO NERY. -Realizar de forma contínua e eficiente a triagem dos materiais recicláveis, em conformidade com as normas ambientais vigentes e as condições estabelecida; -Manter equipe qualificada e em número suficiente para realização dos serviços; -O deslocamento até o local dos serviços será de responsabilidade exclusiva da contratada, incluindo os custos com transportes e logística para a equipe e os EPI's necessários à execução dos serviços.	Serv	03	18.000,00	54.000,00
			Total	18.000,00	54.000,00

CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Querência do Norte - PR, 25 de maio de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES	***LUCAS PEREIRA JAQUES***
Prefeito	Presidente Da Associação

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:86B7A47F

LICITAÇÃO
ADITIVO 212/2020

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N°. 006/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 34/2020
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 212/2020

10 TERMO ADITIVO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ,** com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, centro, CEP. 87.930-000 – Querência do Norte, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.973.692/001-16, neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.560.979-08 e Cédula de Identidade RG 10.236.514-3 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, pessoa jurídica de direito público, com sede à doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado DANIEL MUNHOZ PETTENUCI CLINICA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Avenida Desembargador Munhoz de Melo, 1090, centro, CEP: 87.900-000, Loanda PR, inscrita no CNPJ/MF nº. 26.90.064/0001-01, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por DANIEL MUNHOZ PETTENUCI, brasileiro, portador do R.G. nº. 8.***.233-* e CPF nº. 055.***.519-**, residente e domiciliado em Loanda PR, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos da Lei 8.666/93, suas alterações, demais legislações pertinentes, assim como pelas condições da Inexigibilidade 34/2020 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, celebram o presente Termo Aditivo **AUMENTO DE PRAZO e AUMENTO DE META**, com base no art. 57, 65 da Lei n º 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Aumento de meta conforme solicitação da Secretaria de Saúde

Item	Código	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	36263	USG DE ABDOME TOTAL	180	R$ 116,10
2	36264	USG DE ABDOME SUPERIOR	08	**R$ 116.10**
3	36265	USG DE ABDOME INFERIOR	08	**R$ 116,10**
4	36266	USG DE MAMA	15	**R$ 116,10**

5	36267	USG OBSTETRICA	20	**R$ 116,10**
6	36268	USG PÉLVICA	08	**R$ 116,10**
7	36269	USG PROSTATA	05	**R$ 116,10**
8	36270	USG TRANSVAGINAL	20	**R$ 116,10**
9	36271	USG VIA URINARIAS E RINS	16	**R$ 116,10**
10	36272	ENDOSCOPIA	08	**R$ 232,21**
11	36273	RAIO-X	500	R$ 58,05
				TOTAL: R$ 63.390,68

CLÁUSULA SEGUNDA –
A vigência deste termo aditivo será até 31 de Dezembro de 2026, contados a partir de 30 de junho de 2026.

CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte - PR, 13 de Outubro de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
Contratante

DANIEL MUNHOZ PETTENUCI CLÍNICA - ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
RG:

_____
R.G:

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:674DED38

LICITAÇÃO
EXTRATO 225/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026
CONTRATO Nº 225/2026
VENCIMENTO: 07/10/2027
O **Município de Querência do Norte, centro, nesta cidade, com sede administrativa na Rua Waldemar dos Santos, 1197, inscrito no CNPJ nº 76.973.692/0001-16**, neste ato representado pelo Prefeito, Alex Sandro Fernandes, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade , doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **PONTAL COMERCIO DE VEICULOS E PEÇAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 78.909.389/0001-80, AV. DEP. HEITOR ALENCAR FURTADO, 6420 - CEP: 87706000 - bairro: JD SANTOS DUMONT, Paranavaí/PR, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) THOMAZ MASSAYUKI KATO, brasileiro, portador da RG nº 6.***.886-* SSPRP e CPF 900.***.388-** , tendo em vista o que consta no Processo nº 29/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1.º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO MULTIPROPÓSITO/MONOVOLUME, NOVO ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2027 OU SUPERIOR, COM CAPACIDADE 07 OCUPANTES, programa “O ESPORTE QUE QUEREMOS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	60045	Veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo multipropósito/monovolume, ano/modelo 2026/2027 ou superior, com capacidade para 07 (sete) ocupantes, incluindo o motorista, distribuídos em três fileiras de assentos, carroceria fechada, 04 (quatro) portas laterais para acesso aos ocupantes e 01 (uma) porta traseira para acesso ao compartimento de bagagens. Motor dianteiro, bicombustível (etanol/gasolina), com 04 (quatro) cilindros, cilindrada mínima de 1.700 cm³, potência mínima de 105 cv, sistema de injeção eletrônica e atendimento às normas ambientais e de emissões vigentes; transmissão automática com, no mínimo, 06 (seis) velocidades à frente, além da marcha à ré; tração dianteira; direção com assistência elétrica ou hidráulica/eletro-hidráulica. Capacidade efetiva para 07 (sete) ocupantes, com bancos distribuídos em três fileiras; segunda fileira com banco bipartido e rebatível e sistema que possibilite acesso adequado à terceira fileira; terceira fileira rebatível, permitindo ampliação do compartimento para transporte de bagagens, materiais e equipamentos esportivos. Compartimento de bagagens com capacidade mínima de 160 litros com os sete lugares em posição de uso e de 550 litros com a terceira fileira rebatida, considerando medição até a altura superior dos encostos dos bancos, conforme metodologia declarada pelo fabricante, admitidas capacidades superiores. Bancos revestidos em tecido, material sintético ou combinação de materiais, resistentes, duráveis e de fácil limpeza e higienização; banco do motorista com regulagem de altura; encostos de cabeça e cintos de segurança conforme a configuração e legislação aplicável. Ar-condicionado digital ou automático, com sistema de distribuição de ar para os ocupantes das fileiras traseiras; vidros elétricos nas portas; travas elétricas; retrovisores externos com regulagem elétrica; volante multifuncional; coluna de direção com regulagem de altura; computador de bordo; controlador eletrônico de velocidade de cruzeiro; limpador, lavador e desembaçador do vidro traseiro; tomadas e/ou portas USB. Mínimo de 06 (seis) airbags; sistema de freios ABS; controle eletrônico de estabilidade; controle eletrônico de tração; assistente de partida em aclive; câmera de ré; sensores de estacionamento traseiros; sistema de fixação de cadeiras infantis ISOFIX e Top Tether; alarme ou sistema antifurto; cintos de segurança e encostos de cabeça para os ocupantes, conforme exigências regulamentares, além dos demais equipamentos de segurança obrigatórios previstos na legislação vigente. Central multimídia integrada ao painel, com tela colorida sensível ao toque de, no mínimo, 8 polegadas, conectividade Bluetooth, entrada(s) USB e compatibilidade com Android Auto e Apple CarPlay, admitida solução tecnológica equivalente ou superior que assegure as mesmas funcionalidades.	UN	1	R$ 152.200,00	R$ 152.200,00	CHEVROLET/SPIN LTZ

		Faróis dianteiros em LED ou tecnologia superior, luzes de condução diurna e demais dispositivos de iluminação e sinalização exigidos pela legislação vigente. Rodas de liga leve ou alumínio, aro mínimo 16 polegadas, equipadas com pneus novos, sem uso, nas dimensões homologadas pelo fabricante para o veículo ofertado; estepe ou solução substitutiva homologada para o modelo, quando aplicável, além dos demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. Capacidade do tanque de combustível de, no mínimo, 50 litros. Garantia de fábrica mínima de 03 (três) anos ou 100.000 km, prevalecendo o que ocorrer primeiro, ou condição superior regularmente oferecida pelo fabricante, com assistência técnica por sua rede autorizada. Não será admitida garantia exclusivamente fornecida pelo revendedor em substituição à garantia original do fabricante. Veículo entregue em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de todos os equipamentos e acessórios integrantes da configuração ofertada, manuais do proprietário e de garantia, chaves e documentação necessária à sua regular utilização, devidamente registrado, emplacado e licenc					
					TOTAL:	152.200,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do *artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021*.
CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
3.2. Os objetos (produtos) desta licitação, deverão ser entregues mediante Autorização de Fornecimento ou Requisição de Compra e Nota de Autorização de Despesa (NAD) e/ou Empenho, **em uma única parcela, para cada requisição, conforme demanda do órgão solicitante**, e entregues e executados no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico no município de QUERÊNCIA DO NORTE – PR, de segunda-feira a sexta-feira dentre os horários de 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS conforme o bem adquirido e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, sendo que a licitante deverá arcar com todas as despesas oriundas.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Loanda, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 07 de outubro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

THOMAZ MASSAYUKI KATO
Contratada

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:7045D5F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 013/2026

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026
EDITAL Nº 013/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DEQUITANDINHA, ESTADO DO PARANÁ, **JOSÉ RIBEIRO DE MOURA,** no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Edital nº 001/2026 de Abertura do Concurso Público do Município de Quitandinha – PR, publicado em 29 de julho de 2026;
Considerando o Edital nº 012/2026 com a convocação para prova prática, publicado em 02 de outubro de 2026;

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - O resultado preliminar da prova prática, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público de Quitandinha – PR, para os candidatos de acordo com anexo único deste Edital.
Art. 2º - É considerado aprovado o candidato que obtiver no **mínimo 50,00 (cinquenta) pontos**, sendo os demais candidatos eliminados do Concurso Público, independente da nota obtida na Prova Objetiva.
Art. 3º - O candidato que desejar ter acesso ao espelho de sua avaliação deverá enviar a solicitação até as 17h do dia 15/10/2026, por meio do e-mail cogeps@unioeste.br, informando seu nome completo e CPF.
Art. 4º - Ao candidato que discordar de sua nota, deve entrar com recurso, desde que fundamentado e encaminhado **até dia 15/10/2026** pelo Link disponível na página do Concurso: https://concursos.unioeste.br/concursos/publicacoes/PREFEITURA+MUNICIPAL+DE+QUITANDINHA/161
Art. 5º -A divulgação das respostas aos recursos na "área do candidato" e a publicação do resultado da Prova Prática se dará no dia 20/10/2026.
Art. 6º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Quitandinha, Estado do Paraná,13de outubrode 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito do Município de Quitandinha - PR

ANEXO ÚNICO – RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA – POR CARGO

ELETRICISTA		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**

4.113	ALAN ADRIANO DA SILVA SCHMIDT	47
2.985	DIAN MARCEL ROCHA	100
2.607	ELIAS AYRES DA PAIXÃO	58
2.262	GABRIEL CARDOSO PEREIRA	46
4.166	JONAS CLAUDINEI ROIK	17
3.263	JORGE LUIZ ALVES	92
3.461	LEONARDO FERREIRA DA CUNHA	57
2.839	LUCAS RAVEL FERREIRA DOS SANTOS	100
3.719	MAYKON JEAN KRYÇA	100
1.216	ODILSON MIRANDA DA ROCHA JUNIOR	30
756	ROBSON DE AMORIM OLIVEIRA	43
858	SERGIO PRADO DOS SANTOS	72
543	SOLANGE BARBOSA PINAS	38
2.984	VITOR BARBOSA VALENTIM	Ausente
4.427	WAGNER MAGNUS ALVES DA HORA	56
4.061	WESLEY PICCININI	Ausente

MECÂNICO		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
1.992	ADRIANO RODRIGO GUIMARAES	93
4.088	AGUINALDO TAVARES	91
3.909	ALISSON VINÍCIUS KARAS	30
1.902	ANDRÉ BILEK BARA	88
2.613	CELSO MOREIRA DE ANDRADE	93
1.678	ELOELSON DIAS DA SILVA	Ausente
687	ELVIS VIEIRA	98
4.262	FERNANDO COUTO	97
4.179	GILSON MARTINS DE ANHAIA	89
4.483	JOÃO GABRIEL ALVES DA CRUZ FERREIRA	92
2.823	JOSÉ ELISEU OGRODOVICZ	88
2.827	JOSOEL TABORDA	93
1.523	LUCAS SANTANA MARINHO DOS SANTOS	93
2.811	MICHAEL RAFAEL ACHEMBRENNER	94
3.152	PAULO CEZAR HAUS	100
3.351	PAULO RICARDO HAUS JÚNIOR	90
2.943	RAFAEL HENRIQUE SILVA	99
4.097	RONILDO DE JESUS LIMA	Ausente
4.205	SIDNEY SANTOS GONÇALVES	Ausente
2.703	VÍTOR MANOEL DOS SANTOS SANTIAGO	90

MOTORISTA		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
1.404	ACIR FRANÇA JUNIOR	100
551	ADEMAR ROGALSKI	0
684	ADENILTON JHONATAN DA CRUZ RIBEIRO	100
1.337	ALAN KUSDRA	100
2.037	ALEX JOSÉ ASSIS DE OLIVEIRA	75
1.117	ALEXANDRE PAVLIK	100
1.948	ALEXANDRO DA SILVA	85
961	ALEXSSANDER SIMÃO DE OLIVEIRA	20
518	ANDERSON KACHAKI KVIATKOVSKI	Ausente
4.489	ARAI PEREIRA DA ROSA	Ausente
1.656	AUREO ARANHA ANTUNES	85
41	BRUNO ALVES DE MOURA PEREIRA	100
2.009	CAIO MURILO DA LUZ ANUNCIAÇÃO	85
1.550	CARLOS EDUARDO DE MELO FERNANDES	100
3.073	CARLOS RODRIGUES DE LIMA	30
3.586	CHAUAN BUFFALO PAULINO TONI	100
1.170	CÍCERO JOSÉ CORDEIRO DA SILVA	15
3.195	CLAUDEMIRO VANTO MOURA DO VALE	Ausente
4.167	DANIELE DOS ANJOS DE DEUS	100
1.384	DOUGLAS FLORES DE GOES	100
1.968	EDENILSON TABORDA	50
3.418	EDENILTON DE JESUS DOS SANTOS BUCHNER	100
261	EDERSON FRANÇA MOREIRA DOS SANTOS	100
3.012	EDILSON CARVALHO DA SILVA	Ausente
3.960	EDSON FERREIRA DE AZEVEDO	100
3.256	ELIEL ALVES MACHADO	85
394	ERIVELTON KOSINSKI DOS SANTOS	100
1.785	EZIQUIEL CORDEIRO DE CASTRO	100
3.322	FÁBIO AUGUSTO DEMOCHOSKI	100
3.348	FABIO LUIZ CORDEIRO	85
4.086	FABIO SERAFIM KUHN	Ausente
561	FELIPE TSCHOEKE	100
3.823	FRANCISCO DE ANDRADE	25
2.191	FRANKLIN DE LIMA NETO	80
840	GENILSON DE SÁ	100
1.084	GEOVANE RYBA	100
568	GILBERTO FILLA	100
4.487	GILMAR SOUZA COSTA	100
1.513	GILSON GONÇALVES DA SILVA	100
2.544	GILSON ROBERTO ALVES DOS SANTOS	100
297	HELIO EDSON WOJCIKI	100
579	HELOYZE KINAGE AGUIAR	100
3.859	HENRIQUE KARAS	85
268	HORÁCIO RIBEIRO LEMOS NETO	100
702	INEZ DE OLIVEIRA ROSA	100
3.833	IVAN LUIZ DE MIRANDA	100

4.332	JACKSON FRANCISCO CABRINI	100
4.576	JACKSON KUSDRA	Ausente
2.903	JAIR DOS SANTOS	85
3.692	JAKSON LUIZ DE OLIVEIRA ALVES	85
978	JEAN PHELIPE FERREIRA KNAPIK	100
3.326	JOEL DO ROCIO ANDRADE KARAS	100
737	JOEMIR CESAR DOS SANTOS	100
1.095	JOHN LENNON SVIERDOSKI	100
792	JOSÉ DANILO RUTCHINSKI	50
3.318	JOSE FRANCO DE OLIVEIRA	100
4.231	JOSE XAVIER PEREIRA JUNIOR	100
1.918	JUAREZ ANGELO KAIS DUBIELA	100
4.291	JULIANO DA CRUZ ALVES DA SILVA	0
2.237	KAITON PROCOPIO DA SILVA	100
2.385	KEUBI JEAN DA COSTA	85
3.022	LAÉRCIO MIGUEL FIGURA TAICK	100
3.189	LEONARDO MARQUES CUBAS	100
3.773	LOURIVAL MOREIRA DOS SANTOS	100
584	LUCAS ALLAN DE MOURA COLAÇO	100
3.367	LUCAS ANAEL FERREIRA PINTO	100
416	LUCAS FELIPE CIUS BONIFACIO	100
1.188	LUCAS RODRIGO DE LIMA	100
4.507	LUCIANO SILVEIRA DOS SANTOS	100
2.938	LUIZ CARLOS KWIATKOSKI	100
1.920	LUIZ EDUARDO AMARAL DE DEUS	Ausente
3.933	LUIZ GUILHERME MENDES NASCIMENTO	100
893	MARCOS JOSE PALHANO PRESTES	100
558	MARIA IZABEL CRUZ KOSINSKI	100
1.182	MARIELI DE LIMA MACHADO	85
3.545	MARISETE DO ROCIO CAMARGO	0
1.452	MAURI PAULINHO MUSIAL	100
3.843	MAURICIO TULIO SEBASTIÃO	100
2.887	MAXIMINO SANTOS SINHORELLI	Ausente
638	MEDITERRAN ROCHA DOS SANTOS	100
322	MICHEL RYBA	100
1.105	MIGUEL DIONISIO OBZUT	100
4.235	MILTON CESAR MAYER	Ausente
347	NERI JOSÉ DE SIQUEIRA	85
431	OSLEI DE SIQUEIRA ANDRADE	100
476	OSMAR DE ANDRADE	65
1.375	PABLO GAMALIEL DE BASTOS DOS SANTOS	100
940	PAULO HENRIQUE CHIQUITTI	85
118	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	100
3.633	PEDRO MARIA DO SACRAMENTO	Ausente
2.693	RAFAEL LELES	100
671	RAFAEL RIBEIRO DOS SANTOS	65
3.030	RICARDO DA SILVA ROSA	100
1.964	RICARDO DAS NEVES	100
3.028	RODRIGO GRANDE DOS SANTOS	Ausente
3.076	RODRIGO JOSE IANTSCH BARON	100
3.618	ROGÉRIO BRONOSKI STEPNIAK	100
4.323	RUBEN JULIANO SAUERESSIG	Ausente
3.130	SAMUEL ALVES	100
378	SERGIO RICARDO ZEPECHOUKA	100
841	TANCREDO DA SOLEDADE BARBOSA DE OLIVEIRA	100
3.910	THAFFAREL THASSYTO TOKARSKI	100
1.775	THIAGO DA SILVA RIBEIRO	Ausente
411	TIAGO AUGUSTO SCHROEDER	100
2.227	VALTAIR DE JESUS STORQUE	Ausente
2.829	VILMAR CUNHA HASS	100
1.014	VILMAR TABORDA FERREIRA	100
1.388	VINICIUS SMOKOUVER DE LIMA	100
2.746	VIVIANE ANDRADE SIQUEIRA	80

OPERADOR DE MÁQUINAS		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
3.102	ADEMAR SOUZA NIZER	100
4.468	ADENILSON MIRANDA	Ausente
3.684	ALAN HENRIQUE FRAGOSO	75
2.588	ALESSANDRO DRANKA	60
1.125	ALFREDO FRANCISCO DA SILVEIRA LEAL	60
2.687	AMILTON FELTRIN	100
4.441	ANTONI MATEUS DE LIMA SCHULLI	60
685	ARCIANO ALTAIR FRANCO	60
1.699	CARLOS MARCIANO CALIXTRO DE ABREU	100
4.386	CRISTIAN AGUIAR	60
3.952	DIEGO BARBOSA VIAN	60
1.777	DJAYSON VINICIUS DE ABREU PEREIRA	Ausente
1.413	DOUGLAS DOS SANTOS SIQUEIRA	100
4.529	ÉDER OLIVEIRA DOS SANTOS	25
393	ELCIO EDINEI KAIS	100
67	ELIEL VALE DO CARMO	Ausente
3.422	ELIO LINCON CARDOSO DOS SANTOS	60
2.705	ELOI PADILHA DOS SANTOS	60
3.336	ELTON SUREK	75
78	ERIC RAFAEL FIGURA	100
3.401	ERIK CABRERA POWROSNEK	25
3.832	ERIK IVAN CORDEIRO DOS SANTOS	Ausente

4.254	GELSSI DA SILVA DIAS	25
2.233	GUILHERME LUIZ BAURA	25
3.337	GUILHERME VIEIRA	70
2.402	GUSTAVO STIGAR	70
1.792	HOMERO WOSNIAK	100
700	IRINEO JUARES KARPINSKI	100
2.087	JACKSON FERREIRA PIMENTEL	Ausente
3.284	JACKSON JEAN SENN	Ausente
3.774	JEFERSON AUGUSTO MODROW BORDUM	25
3.408	JEFFERSON GABRIEL PINTO	Ausente
3.236	JHONYFER JEAN DE CARVALHO	100
1.500	JONATAS ABÍLIO DA ROCHA	100
2.097	JULIO ALMIR BARBOSA COLAÇO	70
1.020	LEANDRO RIBEIRO DOS SANTOS	25
3.617	LEONARDO VASCONCELOS	25
1.224	MAIKO BELNIACKI	25
2.513	MARCIANO RAKSA	Ausente
397	MARCOS LIMA SILVA	60
192	MATHEUS HENRIQUE DE OLIVEIRA	25
1.812	PATRICIO LUIZ KRZIZANOVOSKI	75
1.492	PATRICK RAFAEL ROSA	100
612	RAFAEL CARDOSO DOS SANTOS	Ausente
4.378	RAFAEL VIANA MACIEL	100
3.630	SANDRO JOSÉ DOS SANTOS CAMARGO	100
4.286	SEBASTIAO SIMOES DE OLIVEIRA	100
3.331	VALMIR LEAL DOS SANTOS	100
1.935	WELLINGTON GABRIEL PINTO DA SILVA	60
636	WESLEN COLAÇO	60

TRATORISTA		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
425	ACASSIO ROCHA DOS SANTOS	100
1.227	ALEXANDRE RIBEIRO GALLINA	0
2.143	DAVID LERION MARTINS COSTA PASSOS	0
410	DIEGO JOLANDEK DE LIMA	Ausente
388	ELISON DOS SANTOS DUARTE	Ausente
620	HELITON ALMEIDA DO VALE NASCIMENTO	Ausente
2.164	PAULO RICARDO MARTINS	100
1.437	SEBASTIÃO BARBOSA DOS SANTOS	100
3.114	SEDINEI WOSNIAKI	0
3.052	SILVESTRE BASSO RIBAS	100

PEDREIRO		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
891	ADÃO ADMAR DE LIMA	68
2.564	ADEMIR SEBASTIÃO DOS ANJOS	68
3.364	ALTAIR JOSE RIBEIRO	76
938	CRISTIANO MESSIAS DE JESUS SILVA	71
3.919	ELTON DIEGO LEAL NEGRELLI	74
168	ESMAEL DE RAMOS	73
317	GERSON DA SILVEIRA MARTINS	71
3.251	JOAO GUILHERME MAGALHAES MIKOSZ	71
3.442	MAICON DIONATHAN CARDOSO	71
783	MARCIO KFIATKOVSKI	69
1.583	MATEUS FELIPE DE MOURA	60
4.376	MESSIAS FRANCISCO DA SILVA	74
3.146	NORLEI ROGERIO LACERDA	66
3.637	PAULO CESAR PEREIRA	72
2.243	ROMÁRIO CARRÃO	Ausente
314	RONILSON VIEIRA DA MOTA	71
1.241	VITOR KRUL	70

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:15613C26

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 014/2026

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026
EDITAL Nº 014/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DEQUITANDINHA, ESTADO DO PARANÁ, **JOSÉ RIBEIRO DE MOURA,** no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Edital nº 001/2026 de Abertura do Concurso Público do Município de Quitandinha – PR, publicado em 29 de julho de 2026;
Considerando o Edital nº 011/2026 com o resultado da prova objetiva, publicado em 30 de setembro de 2026;

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - O resultado preliminar da avaliação de títulos, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público de Quitandinha – PR, para os candidatos de acordo com anexo único deste Edital.
Art. 2º - A Avaliação de Títulos tem caráter classificatório para todos os candidatos dos **cargos de Nível Superior,**desde que aprovados nas etapas anteriores.
Art. 3º - Não é permitida a anexação dos Títulos no sistema após encerrado o período indicado para essa atividade.

§ Único - Não são analisados os Títulos do candidato que não for aprovado nas fases anteriores ou que não apresentar comprovante que atenda aos requisitos exigidos.
Art. 4º - Os candidatos recebem a pontuação de acordo com o quadro a seguir:

Itens	Máximo de títulos	Peso Individual	Pontuação Máxima
Titulação de Doutorado	1	100,00	**100,00**
Titulação de Mestrado	1	70,00	**70,00**
Titulação de Pós-Graduação ou Especialização, com no mínimo 360 horas	2	25,00	**50,00**
TOTAL = 100 pontos			

Art. 5º -O diploma de Graduação será considerado pré-requisito para investidura do cargo e não pontua.
Art. 6º - Ao candidato que não apresentar nenhum comprovante que atenda aos requisitos exigidos na Avaliação de Títulos é atribuída nota zero, o que não implica em sua desclassificação do Concurso Público.
Art. 7º - Ao candidato que discordar de sua nota, deve entrar com recurso, desde que fundamentado e encaminhado **até o dia 15/10/2026** pelo Link disponível na página do Concurso:https://concursos.unioeste.br/concursos/publicacoes/PREFEITURA+MUNICIPAL+DE+QUITANDINHA/161
Art. 8º - As respostas aos pedidos de reconsideração e o edital final de resultado da avaliação de títulos se dará no dia **17/10/2026**.
Art. 9º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Quitandinha, Estado do Paraná,13de outubrode 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito do Município de Quitandinha - PR

ANEXO ÚNICO – RESULTADO PRELIMINAR DAAVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Advogado		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
1794	ALESSANDRA GADONSKI CECHINATTO	50
1731	ANA CLECIA MENEZES ANDRADE	25
2932	ANDRIELLY DE LIMA KAMINSKI	0
0510	ANGLA SOARES CASTRO	50
4060	CARLOS EDUARDO ALÉRICO	95
0349	CARMEN LUCIA DOS SANTOS PEREIRA TURRA SANTOS	50
0608	EDINA CLAUDIA CLEMENTE	25
1900	EMYLLY DE FÁTIMA FAGUNDES CAMARGO	25
3316	ENZO CARON IMBERTI BARBOSA	0
2117	ERICK CAMARGO DE ALMEIDA	0
1540	FABRICIA MOREIRA SILVA	50
3307	GABRIEL FERREIRA DA SILVA	25
0765	GABRIELA LIRA BORGES	100
0509	IGOR CASAGRANDE	25
4312	JÉSSICA CRISTINA PONIJALESKI MORAES	0
0641	JULIANA PINHEIRO NUNES	0
3179	JULIANE MENDES DE OLIVEIRA	0
4175	JULIANE TURRA FIRMAN SILVA	0
0535	KAREN HALINE ALIPIO	0
0119	KAYLANY APARECIDA RIBEIRO	0
0354	LARA HELENA LUIZA ZAMBÃO	95
3435	LISANDRO JOSE LORENA PINTO	50
1380	LORENA NEGRELLI CRUZ	25
3801	LUIZ FELIPE WASILEWSKI DANTAS	0
0674	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA	25
4566	MARIA LUISA DE CASTRO ALMICO VIEITAS	50
3861	MATHEUS MAI SANTOS	0
0381	MAURÍCIO DIVENSI ROLIM	0
0335	MELISSA ZAMPRONIO	50
2297	MILLENA GABRIELA FABIENSKI	50
4326	PEDRO HENRIQUE MAIA BRAGA	95
3371	RICARDO TRAMONTINI TUNES	0
1667	ROSA DOMANSKI	0
3550	RUSLAN LUIS TORRICO SCHWAB	50
0864	SAMIRA DOS SANTOS IEGER	0
0503	SCHEILA JESSICA LEAL DE LIMA DA SILVA	25
0350	SERGIO ROBERTO MARCON	50
3095	SIMONE ANGÉLICA VITORINO GONDRO	0
0977	THAYSE RIBEIRO GUERRA MATZENBACHER	50
3961	THIAGO RUFINO DA SILVA	50
4548	VICTÓRIA MARTINS PIMENTEL	0
2662	WILLIAN DAVID ROCHA SILVA	0
2568	YASMIN APARECIDA VERGENSKI	0
Arquiteto		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
2347	ALEXANDRE BOIANO LIPINSKI	0
3168	ANNA CAROLINA SIQUEIRA SOARES	0
1398	BEATRIZ APARECIDA HONORIO DE LIMA GROSSL	0
1673	BEATRIZ HELENA PINTO DE JESUS	0
1284	BHEATRIZ VITÓRIA DE OLIVEIRA GUIMARÃES	50
0715	BRUNA DUARTE VIEIRA	0
0983	BRUNO SCHMITZ SILVESTRI	25
1875	CAMILA TAYDE MODELSKI DE SOUZA	0
1263	CAROLINE SURKAMP NEVES	25
4037	CIBELE DE OLIVEIRA CASTANHO	0
3045	DALINE GIOVANA RISKALLA GUARISE	25
1582	EDUARDO DE SOUZA RANSOLIM	50

4277	ELOA FERREIRA O CARMO	0
3215	GABRIEL JOSLIN RIBEIRO	0
0749	GABRIELA MACIEL DE SOUZA	0
4112	GABRIELA SATIE SACURAI	0
3436	GABRIELLA DA ROSA WOZHIAK	50
2558	GIULIANO CUNHA COUTINHO	100
4572	HENRIQUE JUNIOR SALES	25
2019	ISABELA FIRMO DRUMOND	0
2652	JOÃO GUILHERME DA SILVA PISCKE	0
4498	JOÃO PAULO RIGATTI DOS SANTOS	25
4092	JOSIAS RIBEIRO VILAS BOAS NETTO	25
3120	JULIANO DE SOUZA	70
4586	LARISSA OLIVEIRA LACERDA DOS SANTOS	0
3925	LEILANE TASCHECK	25
4274	LEONARDO PEREIRA	0
2643	LETÍCIA DIAS HIAR	0
3778	LUCA SHINOBE MASSIGNAN	0
0127	LUÍS GUSTAVO ROCHA PEREIRA	50
1751	MARIA CYNTHIA DE ARAUJO URBANO	95
1791	MAYRA CAROLINA LECH ZORNITA	25
2533	MIKAELLE MAYUMI OHASHI	0
3366	MILENA MOTTIN CAVASSO	25
3265	NADINE DRANKA MORO	0
4164	NÍCOLAS MARQUES DE OLIVEIRA	0
0284	NICOLE ALINE BUSATO	0
0706	NICOLE KOZOWISKI	0
3121	NICOLE VIEIRA DE MORAES	0
0440	RAFAEL MAI SANTOS	50
1266	REGNIER VICTOR SANTOS	0
1779	RENATA CAROLINE NUNES	50
2230	TAIS RIBEIRO DOS SANTOS	0
0401	TIAGO HENRIQUE MINGORAZI OLIVEIRA	50
0867	VANESSA BOIKO	0
4318	VANESSA KARLA BUSARELLO	0
3689	VIVIAM DAMACENO DA SILVA	0
2659	WEVERTON JUNES MARTINS	0
1072	WILLIAN VARELA	0
4314	XOSÉ ALONSO VARGAS FISCHER	0
Assistente Social		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
1378	ALINE PEREIRA DE CRISTO	50
4154	CAROLINE KABUCHI FIGUEIREDO	50
3593	FABIANA BEATRIZ DE SOUZA	50
2085	GIGELI REGINA DA COSTA	0
2023	GISLAINE MUNHOZ MARTINS	50
2055	JEIZE DIAS COSTA	50
2162	JOSELAINE APARECIDA STEFF DALKE	50
3077	JOSIANE FERREIRA CALDAS FURQUIM	0
0754	LUCIENE LOURENÇO DA SILVA	50
3649	MAGNA PEREIRA DOS SANTOS	0
3103	MARCIO LEITE BARBO	0
1030	MARLEI DIAS DA SILVA	50
4394	MIRIANE WOJCIKIEVICZ	0
1692	NOLETE PADILHA DIAS	0
3526	SAYRA NONATO LEITE SOARES	50
0707	SHEILA LUCIA DA SILVA	0
0473	THAIS DE OLIVEIRA ANTUNES	0
0628	VIVIAN LEMBERG DOS SANTOS	25
Biólogo		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
4006	ALESSANDRO MAX	0
0024	ANDREWS JOSIEL ZAPECHOUKA	100
1996	CEFAS AUGUSTO DE MEDEIROS PAIVA	0
3678	EDUARDO SANTANA	0
0290	GERSON LUIZ CLASS DOS SANTOS	50
3376	JOÃO PAULO DE SOUZA FIGUEIRÓ	50
1801	JOÃO STUPKA JUNIOR	25
0294	JULIANA TOLEDO FARIA	70
1994	LINKON DOUGLAS SCLIPE	0
3893	LIRIANE ROGOVSKI MENDES	50
1864	LORENA METZ ANTONIO	70
2124	NATHALIA CASTANHO VIEIRA	0
0477	PATRICIA PADILHA RIBEIRO	70
Contador I		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
0056	ALINE STHEFANI DE MELO	50
2464	ANA PAULA DE REZENDE	50
2626	BRENDOW MATHEUS WILLIAN GEMIN	0
4107	BRUNO LEAL	0
0695	BRUNO TSCHOKE MARTINS	0
4038	CRISLAINE GONSALVES FERNANDES	50
4269	ELIEZER FORBECK	0
2335	ELOIR ANTONIO ARAUJO AGUIRRE	0
3235	GIZELE DE FATIMA SANTOS CASAGRANDE	50
1460	HENRY JULIANO RUVINSKI	0
2284	INES MARIA WERNER	0
2624	IVAN CASAGRANDE	50
0990	JOSIANE DO ROCIO MACHADO	0
3410	JULIANO CESAR JAROS	0

2606	LEANDRA SELHORST	0
3780	LUAN ALESY FERRARI	0
2058	LUANA RODRIGUES DE MOURA	0
2738	LUÍS GUILHERME RODRIGUES	0
3825	OLAVO DA SILVA CABRAL	0
4617	TAINA POPPER BURGER	0
3889	THAISE KRAUSE	0
Enfermeiro		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
2974	ADRIANA APARECIDA TRINDADE	50
1200	ADRIELE APARECIDA HUKAN GUIMARÃES	0
1017	ALESANDRA MELNIK BRAGA	25
0900	ANNE NICOLE MACEDO ROSA	0
2993	AUWANY SANTOS FRANÇA	0
0327	CAMILA EMANUELE SILVA BRITO	50
0911	DAIANE CRISTINA PEREIRA DE SOUZA	0
0539	DANIEL DA SILVA FARIAS	0
3353	DANIVEA BOAVENTURA	0
0252	DEBORA ALVES	0
3797	EDINÉIA BATISTA DE VASCONCELOS	0
3596	EDUARDA YASMIN FELIPE	0
4023	EVELYN GEOVANA NOGUEIRA	0
1568	EVERLI RIBAS PINTO	50
0504	FERNANDA ISABELLI CABRINI	0
4117	FERNANDO GABRIEL SEIXAS SIMON	0
1851	HELOISA SIQUEIRA KOCIOLEK	0
4402	JAILICE GOMES DOS SANTOS	0
2317	JULIA ESTHEFANI NASCIMENTO DA LUZ GODOI	25
1670	JÚLIA SALES PAIXÃO	0
2086	LEONARDO BRUNQUEL CAMARGO	50
3959	LEONARDO PASTOR DOS SANTOS	0
1488	LEONICE DE MATOS TAVARES	50
4109	LETICIA SILVA CARVALHO	25
2650	LETICIA TAYNARA TOMPOROWSKI	0
1886	LILIAN LOTTE RAMINELLI	0
4424	LUCAS GABRIEL BAUMGARTNR	0
3761	LUCIANA NEGRINI	0
0960	LUCIANE MARIA MARTINS	0
4545	LYARA ALINE DE SOUZA	0
4083	MARIA EDUARDA SPERLING DA SILVA CARDOSO	0
0563	MARIA KAROLINE CUNHA	50
3643	MILENE SCHELBAUER	25
3899	NÁTALLI CACHOROSKI DA SILVEIRA	25
0016	NOCIANA ARAÚJO DA SILVA BUENO	0
1489	PATRICK PADILHA	0
3424	RHAYANE GABRIELLE DOS SANTOS SIMAS	0
1890	RODEMARA SANTOS LIMA	50
2332	ROSILENE SOARES AGUIAR CURUCA	0
1571	SABRINA DE LIMA MIRANDA	0
4068	THAIS FERNANDA FERREIRA SANTOS	0
0392	VALDECI DE BRITO	0
3870	VALDIRENE DO NASCIMENTO SANTOS	25
0396	WANESSA APARECIDA DA COSTA	50
Engenheiro Agrimensor		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
3623	ADRIANI DOS SANTOS	0
3493	DYEISON CESAR MLENEK	95
0457	FRANCISCO DA SILVA TIBURCIO	0
1422	RODOLFO GABRIEL PEREIRA	25
2267	RODRIGO HADDAD DE SOUZA DE CARVALHO	50
0418	SHEILA DIAS DOS SANTOS	0
2526	TAYNARA CAROLYNA MENDES CORA	0
Engenheiro Agrônomo		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
3806	ARTHUR NEGRELLI ZENATO	0
0861	BIANCA APARECIDA SEMES	0
3824	CAMILA FERNANDA GOULIN	0
3976	CAROLINE CRUZ DE MELLO	100
1467	CLEISON PATRIK BIEL	25
1774	EDU MAURICIO ZENATTO	0
4343	EDUARDA DE SANTANA MIRANDA	0
1998	EDUARDO PORTELA DO ROSARIO	0
0368	ELIELSON DE SOUSA DEMARQUE	0
0810	EVELYN JOSLIN MENDES	70
2908	FABIO ORESTES FELIPETTO FERREIRA	0
1186	GABRIEL DIAS MARTINS	0
4218	GEOVANA CETNAROWSKI	0
4203	IVAN CARLOS BASTOS	0
0560	JAIME CZARNIK	0
3902	JAIR FERNANDO KOGERATSKI	0
2991	JULIANA DE OLIVEIRA MORO	50
2145	JULIANO JOSUE RIBEIRO DA SILVA JUNIOR	0
3132	KAUAN EDUARDO KUSDRA	0
3912	LAISA BERLESI DE FREITAS	0
1491	LUANA DOS SANTOS GRAZIOTTO	0
2034	LUANA LUGARINI	50
4320	LUIS SÉRGIO MEINERT	0
3986	LUZIA ELISA WOICIEKOVSKI	0
2466	MARCELO CECCON MERCON VIEIRA	50

2862	MARINA UKAN HALAMA	0
3439	MAYNE FABIANSKI DA SILVEIRA	0
2563	ROGERIO ANTONIO PINTO DA SILVA FILHO	0
3997	SARAH ELOISA LETKI	0
2102	SUZANA LOPES RIBAS	25
4460	WILSON VITORINO DE ASSUNCAO NETO	100
Engenheiro Civil		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
2343	ADRIANO BASTOS CORRÊA	0
4225	ADRIANO OLIVEIRA TAIONATTO	0
1516	ALISON FELIPE GROSSL	50
0155	ANA CLARA SOUZA RIBEIRO	0
2277	ANA CLÁUDIA MOLON HOLSTEN	0
3346	ANDERSON TIAGO BATISTA	0
0475	ANGÉLICA GOMES LOPES	0
2619	BRUNA RIBEIRO DOS SANTOS	0
0156	CARLA STEFHANY DE OLIVEIRA	0
2696	CARLOS RHUAN RAMOS DA SILVA	0
4383	CINTHIA CAROLINA DA COSTA SEIDLER	0
0212	CLEVERSON IVONEL FIATKOSKI	25
2649	DIEGO DOMINGUES DE FREITAS ANDRADE	50
0515	DIEGO PEREIRA DOS SANTOS	0
4127	EDUARDO HENRIQUES	0
1039	ELIVELTON MAZUR	25
0677	FABRICIO WOICIEKOVSKI	50
3467	FAGNER BARRIONUEVO	50
2475	GABRIEL PIRES TOLOMEOTTI	0
4499	HARYEL DIEGO OLSZEVSKI	0
0530	HENRIQUE UKAN	0
3757	IGOR MLENEK	25
3811	JAIR JUBANSKI	50
1955	JHONY BONFIM DE LIMA	0
4089	JOÃO MARCELO KACHEL STOLTE	0
1379	JOSE TARIK CUNHA FONTELE	25
0370	KAYNÃ DA SILVA MELLO	0
0773	KELVIN ROBERTO COLAÇO	0
4101	KELVIN WESLEY LUTES DOS ANJOS	0
2514	LUCIANO BIANCHINI	50
0522	MARCELO DE MELO	50
3847	MARCIA CRISTINA KRUPA	0
4152	MÁRCIO NOSSOL	0
1916	MARCOS CANUTO DO NASCIMENTO	0
1635	MARCOS ZESUTKO	0
1103	MATHEUS SILVA CAMPOS	0
1369	PAULO VICENTE SOEK E SILVA	0
1045	RAFAEL AMORIM DE SOUSA	25
2580	RAFAEL JULINHAQUE BERALDO	0
3863	RODRIGO AVILA DA SILVA	0
4280	SERGIO HEVERTON DOS SANTOS	50
4365	SERGIO LUIZ ESTICA	0
3503	TARSO DE LEON WU KUSSABA	0
0338	THAIANE DAUDT KLEIN	50
2764	WELLERSON DA SILVA DE LIMA	0
2283	WILDENER TADU JUSTINO	25
1759	YASMIM SCHERMACH	0
Farmacêutico		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
4413	AMANDA MORENO ABREU COELHO	25
3561	JOÃO WILLIAN CHASTE	0
2286	JULIA CRISTINA KRUL	0
4342	LAKSHMI ANANDA HECKE DE ALMEIDA	0
2307	MIQUEIAS NATANAEL PAIN	0
1372	SOLANGE PEREIRA CORDEIRO	70
Fisioterapeuta		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
1739	ALINE BIROLLI GONCALVES	50
0570	ALINE FERREIRA DE SOUZA	0
3737	ALINE SCHUSTER PAES	50
1913	ALINE STEFFEN ALBANSKI	0
4562	ANA LUIZA ROSSA	0
2099	ANGELICA CRISTINA DA SILVA	50
0238	ANNE CRISTINA BRAUN	0
4047	BRENDA KARINE DE MOURA TRAVASSOS	0
3536	BRUNA XAYANE GREBOSZ	0
1475	CIBELLE CAROLINE BREDOW KAIS	50
0267	CLAUDINE JANDIRA RAMOS DA SILVA	50
3529	DEIVID JONE DE SOUZA CORREA	25
3166	EDUARDO HENRIQUE POLTRONIÉRI	0
4110	EMILY DAIANE FRAGOSO LANDES	0
0188	EMILY KAROLINE CAMARGO TEIXEIRA	0
4311	EVALICE SANTANA PINTO	0
2867	FABIANA KARLA DE DEUS FLORENTINO	25
3048	FELIPE ALVES DA SILVA	50
2576	FLÁVIA MIKA JEZ	50
1931	GABRIELE CARDOSO	0
2787	INGRED ATAINE PINTO	0
4610	JAMERSON CABRAL DA SILVA	50
2529	JESSICA MAYER PADILHA	25
3217	JULIO CEZAR ANDRADE RIBAS	0

0951	KATIA REGINA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE LACERDA	25
2331	KELLY APARECIDA SURECK KAIS	0
3554	LEANDRO DAMASCENO SCHRAMMEL	25
3691	LIDYANE RIBAS MARTINS	0
4513	LILIANE RAFAELE BOÇON	25
3497	LUCAS PINHEIRO DA SILVA	50
4030	MANUELA LAHORGUE BARTH	0
1344	MARIA LUIZA RIBAS LEMOS	50
2942	MARIA ODIÉLLY MAIOR DO ROSÁRIO	0
4536	MARILZA ROSALINA DOS SANTOS	0
2884	MAURICIO MATUICHUK	50
1788	MAYARA DA ROSA	0
4067	RAFAEL EDUARDO MACHADO	50
1797	RAISSA VITORIA RADULSKI	0
0296	ROSIMERY CUNHA CARNEIRO	0
2968	SAMARA SUELEN SANTOS TRAMONTINA CUNHA	0
4096	SAVIANA ALVES DA SILVA	0
1459	SELDA BURDELLA BONFIM	0
4337	SUZAMARA SENE	50
0313	VITÓRIA RAMOS CRUZ	0

Médico III

Inscrição	Candidato	Total
2395	ALEX NASCIMENTO MOREIRA DA SILVA	0
1894	ALF RODRIGUES NOGUEIRA	50
1729	ALLVARO MELO MENDONCA	50
1381	AMANDA DA LUZ LESKI	0
3951	ANA PAULA CORREIA FERNANDES	50
2730	BEATRIZ CLIMECK DE SOUZA	0
2369	BEATRIZ DAVID LOPES	0
3394	BIANCA GBUR MARTINS	0
1988	BRUNO DOS SANTOS OLIVEIRA	0
3501	CARLOS AUGUSTO SPINA STUGINSKI	0
0217	CAROLINE MARY MATSUMOTO	0
2417	DARCIEL ESPINDOLA LIMA	0
3080	EDUARDA MICHELLE WADAS DE MATOS	0
2394	EMILY DE SOUZA TORQUATO	0
2392	GUSTAVO ALEIXO DERENIEVICZ	0
2255	GUSTAVO ALEX ASSUNÇÃO DOS SANTOS	0
4554	HENRIQUE BATISTA ARAUJO SANTOS	0
3711	HENRIQUE VILAR DOS SANTOS	0
4252	IGOR MIGUEL PINKOSKI	100
3064	JOAO VICTOR BRUNETI SEVERINO	70
0601	JULIANE SOLDI MALGARIN	70
1411	LARISSA QUEGE WENSKI	0
3357	LIVIA MARIA FERREIRA PIANOWSKI	0
4526	LORRANI LOPES DUFFECK	0
3275	LUIZ CARLOS DE FRANÇA JÚNIOR	100
1730	MARIAH JOANNA KOCH GOMES	0
1131	MAYARA COSTA CARNEIRO RAMOS	70
2341	MILLENA KAYANE SOCEK	0
2356	NAYARA ALYNE SAKAMOTO	0
0552	OMAR GONZALEZ LAGO	0
2151	PATRICIA APARECIDA SOUZA GRANATO	0
0920	RAFAELA CLÍMACO JULIÃO	0
1211	RAFAELA SCHIESSL	0
3957	REBECCA CICILIA CANEDO DA COSTA	0
1978	VINÍCIUS NICOLELLI PESSOA	0
1302	VITÓRIA DE PAULA SANTOS	0
2405	WEBERT ALEX DOS SANTOS BENETTI	0
3741	WILLIAN ANTONIO CABRAL DA SILVA	50

Médico Veterinário

Inscrição	Candidato	Total
4471	ALINE DIOCONDE	0
3939	ANDRÉ SCHNEIDER	25
0126	CAMILA CAVASSIN	50
2101	CESAR LUIZ ILHO	0
3880	CHARLES CHUEIRI FILHO	0
0029	DANIEL LUIS DOS ANJOS	0
3495	DARIANE CRISTINA CATAPAN BELEM	100
1333	ELLEN ELAINE WOJCIK	0
0989	EMANUEL DA SILVA GOMES	0
3202	ERIKA CHRISTY SCHULZ	0
1441	FELIPE BOAVENTURA	70
3842	FERNANDA CARINE NOVAKOWSKI	25
1473	GABRIELLE CRISTINA ROZENDO SCHREDERHOF	50
1238	GUSTAVO ZIGOVSKI DE PAULA	70
4310	INARA LETICIA GOMES DE MACEDO KUSDRA	0
4408	JULIANE ANDRESSA FERREIRA DOS SANTOS	70
2429	KAYLLANNY DOS SANTOS MENDES	0
3626	LILIAN TOFFANETTO	0
1294	LUCAS BURATTO DOS SANTOS	0
2017	LUDIMYLA PASSOS SILVA	50
3965	LUIZ HENRIQUE FILLA DA SILVA	0
3735	MARCELLE FIGUEIREDO VILACA	0
0843	MARIANE IVAZ DE SOUZA	0
3901	MATHEUS FELIPE WOLSKI	0
1446	REGIANE APARECIDA DE LIMA	0
3125	RENAN DE OLIVEIRA ZALUTZSKI	0
2477	TATIANE NASCIMENTO PETTERLE	0

0984	VANESSA DO ROCIO MARQUETE	0
Nutricionista		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
1904	ALEXIA ARIANE ZIMERMAN	0
3844	ALINE CECILIA HLENKA	50
3966	ANDRÉA GASPARINI	0
0461	CAROLINE DO NASCIMENTO FERREIRA	0
4603	DANIELE MARIA WERGENSKI	0
3433	EDSON LUIZ MANTOVANI	50
3974	EMILY DE CARVALHO DA SILVA	0
2414	GABRIEL SAID VOJCIECHOWSKI	0
4385	GRACIELE DOS SANTOS IEGER	0
1171	ISABELLA VICTORIA LISBOA	0
3308	KAROLINE XAVIER	0
2168	KÉVELLIN WOSNIAK PUROSKI	0
2321	MARIANA SUREK GONÇALVES DA SILVA	0
2365	MAYELE THAISSA TEOFILO	0
2488	NICOLYE EMANUELLY SALESBRAN PINTO	0
3819	VIVIANE CORREA DE QUEIROS	0
Odontólogo II		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
3540	ADAIANY CELESTINO DE ALMEIDA	0
0562	ALESSANDRA VERGENSKI	0
3200	ALICE GRAZIELLE KUIAVSKI BRAZ	0
3448	ALINE APARECIDA BILL ROSA	0
2480	AMANDA BORDES FERREIRA	25
0686	AMANDA COLAÇO DOS SANTOS	0
1950	ANA PAULA AVELAR GALLIERI	25
3037	ANA PAULA SERRANO	0
0085	ANDREA REIS WENDT	100
1065	ARIETH CRISTINA SACOMANI	95
4552	BEATRIZ TAMI KUNIHIRO KASHIWAQUI	0
3877	CARLOS EDUARDO CARNEIRO	0
3358	CECÍLIA EDUARDA SODRÉ CAMPOS	0
1373	DANIELE DUTRA DE ALMEIDA	50
4486	EDIANE MARIA RODRIGUES DE LIMA	0
0263	ELISAMA VALENTIM NASCIMENTO	0
1798	ELIVELTON DA CRUZ DE LIMA	0
3745	EMANUELLE ALVES SANTOS	0
3518	GABRIEL AUGUSTO DE LARA FRANÇA	0
0771	GABRIELA SALEH OLIARI	25
4014	GABRIELLE LIMA OLIVEIRA PINHEIRO	0
1430	GELISON DANILO PONTAROLLO	50
1293	GILSON BETTEGA	50
2825	GUILHERME LINCOLN SILVA RIBEIRO	0
1600	HENRIQUE ZONKOWSKI RIBAS	0
4556	ISABELLE ALISSA KUNIHIRO KASHIWAQUI	0
3434	JACQUELINE DE SOUZA STRADA	0
1086	JANAINA GOMES GHELEN	0
0610	JAYANNE SABRINA REBOUÇAS MORAES DE MORAES	50
0209	KAMILLE GUERREIRO SCHUEDA	0
1102	KAUANE APARECIDA PIANOVSKI	0
0158	LAILA DOMINGUES	50
4034	LARA EMANUELE PINTO	0
4033	LARISSA JANAÍNA PINTO	0
4138	LAURO HENRIQUE OLIVEIRA DE CAMPOS	25
0877	LETÍCIA MARA DE OLIVEIRA HORWAT	0
1082	LETICIA RIBEIRO KOMARCHEUSKI	0
3657	LUAN RANGEL COSTA DOS ANJOS	25
2418	LUANE MENEZES TEIXEIRA	0
2952	LUÍSA BERNARDI FUCHS	0
2272	MANOELA FLORES PRADE	0
3176	MARCELA BOSCHIN POPENDA	50
3237	MARCO ANTONIO BOCUTTI	0
3462	MARIA EDUARDA TABORDA RIBAS	0
1424	MARLON GASQUES RODRIGUES	0
2298	MICHELE BAIL	100
1883	MILAINE KONNO SZMAINSKI SARMENTO	0
3175	NATALIA FIGUEIRA VIDAL	25
3828	NÁTALIN EMANUELLY DOS SANTOS	0
2891	NATHAN KRAUSE ZANCHI	0
4248	NICOLE ALEXANDRA LIEBL	50
3459	PAOLA STEPHANY MIKA	0
3069	PRISCILA FERREIRA PADILHA	0
4575	PRISCILA NAZARÉ DA SILVA NEVES	50
1646	RAFAEL AUGUSTO CARDOSO	0
4539	RAFAEL GUMURSKI DA ROCHA	0
3973	RAQUEL DE LIMA PINHEIRO	0
1595	RAQUEL FREITAS ISRAEL RODRIGUES	0
2864	RUANI IANKA PEREIRA	0
1564	STHEFANI INACIO SCHOEL	50
2328	SUELEN ROSA DOS SANTOS	0
1584	SUZANE APARECIDA DOS SANTOS	50
0141	THAYNARA CAMILA DE PAULA	25
2682	ULLYANNA BEATRIZ CORDEIRO PEREIRA	0
3372	VINÍCIUS CALOMENO VIDAL	0
0901	YASMIN DANIELLA DE OLIVEIRA	0
Professor		
Inscrição	**Candidato**	**Total**

2641	ADÃO KUSDRA JUNIOR	25
2634	ADRIELE APARECIDA SIMON	50
1223	AIANDA STEFF	50
2316	ALANA DE FATIMA LESNOVSKI RIBAS	50
0373	ALANA ROCHA COBRE	0
3676	ALESSANDRA DE JESUS DOS SANTOS	25
3409	ALESSANDRA MARIA JAROS	0
2906	ALICE MARIA DE ALMEIDA SERZOSKI	0
3105	ALINE CRISLAINE PEDRON	50
2930	ALINE GABRIELE PEDROZO	0
2912	AMANDA ALVES PEREIRA ROCHA	50
0427	AMANDA LEAL DOS SANTOS	0
1512	ANA PAULA MARQUES	0
2147	ANDRÉA DE MELO DIAS SERAFINI	25
3532	ANGELA MARIA TELMA	0
1133	ARIADNE ADRIANA PIRES BARBOSA	50
1081	ARIANE MACHADO DE FRANÇA	50
3137	ARIANE RENATA DA SILVEIRA	50
2866	BRENDON HENRIQUE FRANCO VELOSO	0
1474	BRUNA ELEN DA CRUZ SEMBARSKI	50
1589	BRUNA NATALI DE CAMARGO	50
1911	BRUNA RAFAELA DOS SANTOS	50
2608	BRUNA TABORDA SIQUEIRA	25
4346	CAMILA DA CRUZ GONÇALVES DOS SANTOS	0
0309	CAMILA ROGOSKI FIGURA SIMON	50
1843	CARLA ANIBELE PINHEIRO	50
1949	CARLA RAIANE BUHRER	50
4308	CARLOS EDUARDO PITUCO SOBRINHO	0
1502	CARLOS MICAEL MENDES STABACH	50
1079	CAROLINE ZEPECHOUKA DOS REIS	50
0131	CASSANDRA DE FRANÇA FOGGIATO	50
0298	CÁSSIA BEIL	0
1767	CAUÊ ALVES DE ANDRADE	0
0693	CELIA REGINA DE LIMA	50
3634	CÉLIA REGINA PIRAHOSKI	0
0661	CÉLIA WOLSKI	0
1010	CINTIA JES MARTINS	25
3816	CLARICE ISABEL KOVALSKI	0
0134	CLARICE MARIANO	50
1721	CLEUZA MACHADO	25
4116	CRISLAINE BOÇON PRZYBYLOK	0
1414	CRISTIELE APARECIDA BATISTA	0
2031	DANIELE APARECIDA DE OLIVEIRA	50
1077	DARA JULIA ANDRETTA	0
4313	DAYANECRISTIANE DA FONSECA DOS SANTOS	0
4435	DÉBORA CRISTIANE SENN	50
1504	DÉBORA CRISTINE KÜHL ALVES	50
3715	DÉBORA LETÍCIA TRIBIKA	0
2165	DEISE KIARA ROCHA DOS SANTOS	50
1508	DESIRE APARECIDA DE SOUZA	50
0830	DIANA MATOZO	50
2205	DULCINEIA ALVES DE FREITAS GADONSKI	0
1825	EDERLA GABRIELE DE ASSIS	0
0710	EDINEA DA SILVEIRA WAMES DOS SANTOS	0
1669	EDINEIA DA SILVA LIMA DOS ANJOS	50
1747	ELAINE CRISTINA KOSINSKI	50
1276	ELAINE DE FATIMA CAMPOS DA ROCHA	25
2159	ELISETE DE FATIMA PIRES DA SILVA	50
2847	EMARIANE GARCIA NOVAES	0
0389	ENICE FIGURA	50
2498	ERICA RUVINSKI	0
4307	EVELIN DOS SANTOS	0
2512	FABIANA DO ROCIO BISCAIA COLAÇO	25
1542	FABIELE APARECIDA DOS SANTOS DEDA BUCHNER	50
2549	FABIULA FERNANDA MACHADO	50
1085	FERNANDA RAMOS DE OLIVEIRA NEVES	50
3589	FLAVIA DE OLIVEIRA BRAZ REISER	0
0405	FRANCIELE CIUS RIBEIRO	25
1808	FRANCIELI RYBA	50
2953	GESIELE BATISTA DA SILVA WIELEVSKI	0
2158	GISELLY FIGURA	25
4565	GRASIELA PESCHISKI SKRABA	50
4260	ILZA APARECIDA DE ALMEIDA PEICHO	0
3053	ITAMARA CRISTIANE DOS SANTOS	50
1549	JACIELI APARECIDA DOS SANTOS	50
2767	JANETE DE JESUS MACHADO DO AMARAL.	0
2346	JAQUELINE AFONSO MACIEL	0
2815	JARINA MUNIZ NASCIMENTO	50
3244	JEANE TOSTES DE MIRANDA MESSIAS	50
4009	JEFERSON ANTONIO SERZOSKI	50
1218	JENIFFER MATOZO	50
3319	JESSICA MODROW BORDUM	25
2465	JHENIFER GOULART DOS SANTOS	0
2204	JOELIZE APARECIDA DA SILVA	50
2535	JOELMA TOPOROVSKI MACHADO	50
3234	JOSE ROGERIO MOLETA	0
2596	JOSIANE ASSIS RODRIGUES	25
1288	JOSIANE DA SILVA	50
2678	JOSIANE PAZ DO VALE	50

3242	JUCELIA APARECIDA DA SILVA LUZ	0
2254	JUCELIA PIRES DA SILVA	0
1702	JUCILEI APARECIDA ANJOS RIBA	50
3980	JULIANA KATIELLY SCHLOCOBIER	0
2047	JULIANE GONÇALVES PADILHA DE OLIVEIRA	50
4525	JULIANO DA SILVA	50
4275	JUSCIANO RENATO MALACOSKI	50
3947	KAREN SILVANA GARCIA MORAES	0
1051	KATHLEEN ANAISE OLIVEIRA FLORÊNCIO	50
0904	KELLY CLEODANI FERREIRA GOMES	50
3502	LARISSA GALVÃO DE OLIVEIRA	0
1129	LEILAINE APARECIDA LIMA SANTOS ZATORSKI SOUZA	50
2380	LETÍCIA APARECIDA BOSA DRANKA	0
4080	LILIAN DE FÁTIMA DOS SANTOS	0
1193	LILIANA SANTANA GOMEZ	25
1810	LISIANE LASKOWSKI DE MOURA	50
1242	LUANA CAROLINE DE FREITAS SALDANHA	50
3380	LUANA KAIS ANDRADE	50
1191	LUCIANE DEMETRIO DE OLIVEIRA	25
2720	LUCIANE FREITAS MENINO	25
3485	LUIS FELIPE FIGURA	50
2350	MAIARA LARISSA MATOS IEGER	0
3302	MARCIA TEREZINHASOARES PISCKE	50
2112	MARIA CLEUZA FIERDZOSKI RIBAS	50
1146	MARIA INES PRSYBYCIE	50
4295	MARIA ROSALINE GDULA	0
3021	MARIA SILVANIR DE MOURA DALUZ	50
2075	MARIANA VIEIRA BASTOS	0
3091	MARILI LACERDA DOS ANJOS	50
1521	MARISE FRAGOSO	50
2651	MARISTELA MACHADO	50
2239	MAYNARA RIBAS	0
1189	MELODY ALVES DA SILVA	25
0380	MICHELI FATIMA DE OLIVEIRA CHEDELISKI	50
0220	MICHELLE SIQUEIRA DA FONSECA	50
3429	MIDIANE VIEIRA BATISTA	0
3663	MIKAELLY DE CHAVES	0
1060	MILLENE APARECIDA DE ALMEIDA	50
1878	NELSON LUIZ CARDOSO	0
0615	NILVA CLAUDIANE BERNARDO	0
0959	ODENI FERNANDES DOS SANTOS	25
2922	PÂMELA MAGALHÃES	50
3024	PATRICIA GADONSKI TAICK	50
2736	PATRICIA SILVEIRA DOS SANTOS	50
2220	RAFAEL DA ROCHA LECZ	0
0616	RAFAELA MOREIRA DIOLINDO	50
2735	RAFAELA SANTANA DOS ANJOS SIQUEIRA	25
3205	REGINA MENDES MULLER NARCISO	0
1680	RENATA CIBELI PINHEIRO	0
3661	ROSANGELA DOS SANTOS ANTONIACOMI	0
0883	ROSEMAR FERREIRA DA SILVA RODRIGUES	50
1507	ROSEMEIRE SOUZA GOMES RAMOS	50
1295	RUTE RODRIGUES DA SILVA FORATO	50
1447	SAMARA IASMIN CHAVES LOPES	0
3562	SANDRA CRISTINA BARBOSA	0
3221	SANDRO RIBEIRO DA LUZ	0
1047	SIGIANE DE BASTOS DA CRUZ	50
1951	SILVANA ROCHA DOS SANTOS	50
1617	SILVIA MARIA PERPÉTUO RIBEIRO	0
1857	STELA MARIS RIBEIRO DA LUZ DA SILVA	0
0407	STHEFANY ROBERTA BRUNETTI	50
3758	SUZANA DE LIMA	50
1328	TAINA DE FATIMA DOS SANTOS	0
3157	TAIS APARECIDA BILL PRZYBYLOK	50
2681	TAÍSE CARLIN PADILHA	0
2271	TATIANE BARBOSA	50
0293	TEISY JAMILLE ONESKIW FALARZ	50
2822	THAIS GADONSKI	50
2253	THAIS KARPINSKI DA SILVA	50
3001	THAIS MARIA BARBOSA	50
3571	THALIA MONTEIRO	0
3309	THAYS LUANA DE PAULA	50
3635	VALDINEIA DE SOUZA CAMPOS	0
1367	VALDIR JOSE DOMINGUES JUNIOR	25
4296	VALDIRENE APARECIDA BATISTA ZALESKI	0
2217	VANESSA APARECIDA LECHINOSKI	25
4230	VANESSA LIMA DE SOUZA	0
0871	VANUSA MARIA WENGRZYNSKI	50
2667	VENILSA DE FATIMA ARMIM MUCHAU	0
2541	VERA LUZIA SIEDELISKI MACHADO	50
2855	VIVIANE DE FÁTIMA DRANKA	0
0869	WALQUIRIA DO ROSARIO WENGRZYNSKI	50
2339	ZENILDA ZEPECHOUKA WOJCIKIEVICZ	50

Professor Educação Infantil

Inscrição	**Candidato**	**Total**
2088	ACIELE PINTO MORO	50
3391	ADNI PAULA DUARTE	0
4073	ALESSANDRA PEREIRA DA SILVA	0
2424	ALESSANY GONÇALVES STAROSKY PROENÇA	0

2527	ALEXANDRO THOMAZ CARVALHO	0
3579	AMANDA JANAINA SANTOS	0
3243	AMANDA MONSERRAT NOBERINI SANT'ANNA	0
3698	AMANDA VITORIA PIRAN	0
0673	AMEL BUENO BATISTA	0
3729	ANA CAROLINE BISCAIA	0
3984	ANA CAROLINE DIAS DA SILVA	25
2635	ANA CAROLINE SILVA DE SOUZA	0
0618	ANA CLAUDIA NUNES DE LIMA WOLSKI	50
0884	ANA JULIA DIOGO TWORECK	0
2808	ANA KARINA DOMINGUES MARTEMEV	25
1755	ANDREA CARLA FERREIRA DE ABREU	0
4321	ANDRESA MAI WEBER	50
0453	ANDRESSA MARIA UHLIK	0
0997	ANGELA MARIA VELOSO	50
4227	ANNA PRISCILLA PLAUTZ	0
4189	ANTONIA SOBREIRA PINHEIRO TAVARES	25
1519	ARIANA MERLEN MACHADO MENDES	50
2655	ARIELE APARECIDA PINHEIRO	50
2873	ASHLEY CAMILLE BAPTISTA DA CRUS	0
1394	BÁRBARA SORAYA ARAÚJO BELIZARIO	0
4535	BELISA SERPA DANIEL	0
3876	BRUNA ALBANO VALENTE	0
4145	BRUNA CRISTINA RIBAS DO CARMO	25
0318	BRUNA ELAINE HANSEN	0
0834	BRUNA NICOLY LECHINOSKI	0
3667	BRUNA POLYANA DE MOURA	25
3817	CAMILA APARECIDA KOTECHOSKI	0
1097	CAMILA CRISTIANE PEREIRA RODRIGUES FERREIRA	0
0428	CAMILA DE LIMA RIBEIRO	0
1727	CAMILLE CRISTHYNE DOS SANTOS	0
3879	CARMEM JUCILA DA CRUZ EICH	50
3849	CAROLINE THOMAZ KOBSCZINSKI	25
3600	CELIA REGINA DE MACEDO	0
0152	CHAYANE BOLLINELLI	50
1035	CINTHYA ARRAES DE MELO MENEZES	50
1761	CLARICE STANKEVIS MARTINS	25
2111	CLAUDINÉIA APARECIDA DE OLIVEIRA	0
3882	CLEIDI MARIA DE CHAVES DOS SANTOS	0
4417	CRISTIANE DE OLIVEIRA BERTOTTI	0
0033	DAIANE GOMES DE ANDRADE FREIRE	50
3898	DAIANE MIRANDA SANTOS UKAN	0
3864	DAMARIS SANTOS DA SILVA BATTU	0
1620	DANIELE APARECIDA MIRANDA SANTOS DE ABREU	0
3407	DAYANE ROCHA SOARES	0
4619	DENISE APARECIDA DOS SANTOS	25
2409	DIANA HOFFMANN BIANCHINI	0
2732	DIENIFER CRISTINA LADERUTZKI DA CRUZ	50
2788	DIONE ROCHA DOS SANTOS	25
2049	DORILAINE APARECIDA DOS SANTOS	50
3427	ELIANE KARAS WOLARZ STEFF	0
2423	ELIANE MORO MACHADO	50
1161	ELINEIDE LÚCIA DA SILVA OLIVEIRA	0
1831	ELIZABETE MARTINS MAIA	50
4078	ELLOA LIANDRA DA ROCHA OLIVEIRA	0
0302	ELMA MACHADO DA SILVA PAPE	50
2367	EMENENN EDUARDA DA SILVA BUDEK	0
3387	EMILAINE DE ALMEIDA	50
1401	ERICA EUKO KARPINSKI	25
2454	ERONI TERESINHA MICALUZ DE LIMA	50
3712	EVELIN CRISTIANE DE SOUZA CAMARGO	0
0360	EVELYN DE FÁTIMA OWEIDA GALVÃO	50
3370	EVELYN FERREIRA RIBEIRO	0
1686	FABIANA MENDES RODRIGUES	25
1957	FÁTIMA CORREA DE SOUZA	0
1786	FERNANDA PEREIRA DE SOUZA	0
3920	FRANCIANE APARECIDA DA SILVA	0
3084	FRANCIELE APARECIDA CARNEIRO	50
1353	FRANCIELE DA LUZ DE OLIVEIRA FIGURA	0
4414	GEOVANA ASSIS FERREIRA	0
3025	GESLYN ALVES VALERIO	0
3092	GIOVANA DA SILVA DE SOUZA	0
0247	GIZELE APARECIDA DE OLIVEIRA PEDROSO	0
4473	GRACIELI COLAÇO CAMARGO	50
4170	GRAZIELE EDILAINE DA SILVA	0
4163	HELOIZE APARECIDA FERREIRA	0
0187	HILLARY SOUSA DE AZEVEDO	0
0301	IDIRLAINE DOS SANTOS HUMENHUK	0
3671	ISABELI TOZO DALLAZUANA	0
1945	ISABELLE VITÓRIA CORRÊA BARBOSA	0
2033	JACIRA FRAGOSO DA SILVA	25
3032	JANETE MARIA SKRABA	50
3230	JAQUELINE BLOSFELD	0
3963	JENIFER CAROLINE RODRIGUES PEREIRA	0
4099	JENIFER LUANA MAIA DA SILVA	0
1929	JESSICA DO VALE	0
1490	JHENIFFER LAIANNY	0
1269	JOCIELLE DANDARA RAMOS BATISTA	0
1469	JOSE DIONE BONFIM	0

3883	JOSIANE APARECIDA PINHEIRO	0
2066	JOSIANE CORDEIRO DE AMORIM	0
2769	JOSIANE DE FATIMA DA SILVA	25
2653	JOSIANE EDUARDA FILLA	0
1410	JOSLAINE DE MELLO RAMOS FRAGOSO	50
1137	JUCIMARA MOURA FERREIRA	50
1426	JULIA JENEWER DOS SANTOS BUCHNER DA SILVA	0
0936	JULIANA TAISA TEIXEIRA	0
1046	JULIANA TEREZINHA RODRIGUES	0
4253	KAMYLLE ROSANA MARTINS	0
0169	KAREN POLIANA DE ALMEIDA	50
2614	KARINA ADRIANE MACHADO	50
0946	KARLA CRISTINA BARBOZA BODY	0
1555	KARLA YASMINE MIRANDA	50
0925	KERENN KARINA SANTOS LIMA	50
4288	LARISSA FERNANDA BUHRER	50
1728	LEDA SEBASTIANADE OLIVEIRA	25
0915	LETICIA APARECIDA RIBEIRO	0
4241	LETÍCIA GUEDES DE FRANÇA	0
3860	LUCIANA ADRIANE FREITAS NENEMAN	0
0790	LUCINEIA TRAVIZAN	50
0195	MAIARA CONTERNO DE ALMEIDA	50
1121	MAINARA MARIA DA CRUZ	0
2692	MARCELA YAROS	0
1066	MARIA ALICE KEPPE DOS SANTOS	0
3398	MARIA ALINE DA CRUZ DE ANDRADE	50
1594	MARIA DIONETE ANDRADE LEMOS	50
2074	MARIA EDILEUZA DE LIMA	50
2123	MARIA ELIZABETH HERZER DOMI	25
0795	MARIA FERNANDA DE BASTOS FRAGOSO	0
0540	MARIA LUCIANA PEDROSO DE ALMEIDA	0
3463	MARIA LUIZA COLACO SANTOS	50
0719	MAYARA FERNANDA GRYBOS DE ALMEIDA	0
4446	MAYRA PLASSE BEUREN	0
2517	MEIRIELE DE PAULA	0
0074	MERIAN NATALY SCHEIDT DE SOUZA DOS SANTOS	0
3813	MIGUEL ALBERTO VITURINO MACHADO	0
3908	MONIQUE DOS ANJOS KANTELE	0
1205	NATHAN RODRIGUES DOURADO DE OLIVEIRA	0
3739	NOELI CIUS	50
3709	PAOLA DE CÁSSIA BENTO	50
1688	PATRÍCIA APARECIDA SOARES CARDOSO	0
4257	PATRÍCIA DE LIMA	0
2375	PATRÍCIA MAIA CORREA	0
3062	RAFAELA APARECIDA HONÓRIO SENN	25
0866	RAYSSA FERREIRA RIBEIRO	0
3079	REGIANE TSCHOKE	50
1637	REGINA KAIS	50
3108	RENATA BALESTRA LIMA	0
3734	ROSENILDA DA LUZ FERREIRA SAMPAIO	0
2929	ROSIANE VIEIRA	50
2852	SABRINA SEMPTICOVSKI CARVALHO	25
1650	SANTA LUZIA KUKA	0
2870	SARA MONTEIRO RODRIGUES VICENTE	0
0824	SCHEILA SIQUEIRA MAGALHÃES	50
1726	SHEILA CRISTINA DE SOUZA	0
1522	SILVIA APARECIDA CRUZ PEREIRA SAIDOK	0
2838	SIMONE DE BARROS	50
1995	SIRLEI KUZERATSKI	0
3014	SONIA REGINA NOGUEIRA DA COSTA	0
1092	STEFANY RAFAELY DE PAULA DA LUZ	0
3872	STEPHANY YONA DE FREITAS	0
4426	SUELLEN GUIMARAES SAMPAIO	0
0811	TATIANA SANTOS SKOVRONSKI	0
2676	VALQUÍRIA RODRIGUES DE MEIRA	0
3119	VANDERCI DE JESUS FERREIRA BETIM	0
2782	VANESSA DOS SANTOS OLIVEIRA	50
4071	VANESSA JARECK	50
1194	VANESSA LARISSA GUEL	50
2115	VICTORIA KAIS	0
4002	VITÓRIA DO CARMO SOCEK	0
0955	WALESKA CRISTINA FERREIRA DA ROCHA	25

Psicólogo

Inscrição	**Candidato**	**Total**
0299	ANA ELIZA LONIEN	0
4396	ANDRIELLY BONBACHINI DE MORAES	25
3854	DANIEL NAZAR KENGERSKI	50
3447	DURVAL DE SOUZA FILHO	50
1466	ELISA PLASSE	50
4438	EVELYN TAÍSSA MELO DA LUZ	0
2391	JAQUELINE DA CRUZ FONSECA	0
0644	KELLY JARDIM DOS SANTOS	0
2883	KENNEDY PADILHA DOS SANTOS	0
2083	MARIANE LUIZA PEREIRA DA SILVEIRA	50
4208	MARISA DIAS DA SILVA	50
4299	MATHEUS SOLESINSKI SPERKOSKI	0
4387	MILTON FABIO SERAFIM QUINTEIRO	0
0918	RÔMULO CEZAR KULKA	0
2734	RUBIAN RIBEIRO MACHADO	0

3478	RUBIANE BRESSAN DOS SANTOS	25
1772	SUELI DE ALMEIDA ANTUNES	25
Terapeuta Ocupacional		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
3004	AMANDA DE ABREU QUEIROZ	0
0763	CAROLINE MIKA	0
4322	NATASHA VITORIA DA CRUZ LEAL	0
4114	TEREZA GREBOSZ SERZOSKI	50

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:4723B453

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 11/2026

Edital 11/2026
MUNICIPIO DE RACHO ALEGRE D'OESTE – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL
EDITAL DE CONCURSO PUBLICO Nº 001/2026

O Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO, Prefeito Municipal de Racho Alegre D'Oeste – Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Edital 001/2026, **RESOLVE** publicar o **Edital dos Gabaritos Preliminares** das **Provas Objetivas**, conforme segue:

01 **– Agente Comunitário de Saúde**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
D	A	C	B	C	A	B	D	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
D	A	B	D	C	C	B	A	D	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	A	C	D	A	D	C	A	B	C

02 **– Agente de Endemias**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
D	A	C	B	C	A	B	D	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
D	A	B	D	C	C	A	B	D	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	D	B	A	D	C	B	A	D	C

04 **– Arquiteto**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	C	A	B	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	A	D	C	B	A	D	C	C	A

05 **– Assistente Social**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	C	B	C	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	B	A	D	A	A	C	D	A	D

06 **– Auxiliar Administrativo**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
D	A	C	B	C	A	B	D	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
D	A	B	D	C	B	D	A	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	D	C	A	B	D	C	A	B	D

07 **– Auxiliar Cirurgião Dentista**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
D	A	C	B	C	A	B	D	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
D	A	B	D	C	B	C	A	D	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	C	D	B	A	C	D	A	B	C

08 **– Auxiliar de Enfermagem**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
D	A	C	B	C	A	B	D	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
D	A	B	D	C	B	C	A	D	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	A	D	C	A	B	C	A	D	B

09 – **Cirurgião Dentista**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	C	B	D	B	A	D	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	B	D	D	C	D	B	A	A	C
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
B	A	D	C	C	B	A	D	B	C

10 – **Coletor de Lixo**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
C	A	D	B	D	A	C	B	D	A
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	A	C	A	C	B	D	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
B	C	A	D	B	C	D	A	B	C

11 – **Contador**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	A	C	D	A	C
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
B	C	B	D	A	B	C	C	A	D

12– **Controlador Interno**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	B	B	B	A	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	C	A	A	D	A	C	C	D	B

13 – **Coveiro**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
C	A	D	B	D	A	C	B	D	A
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	A	C	B	D	A	C	D
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**

14 – **Cozinheiro**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
C	A	D	B	D	A	C	B	D	A
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	A	C	B	A	D	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	B	D	A	C	D	C	A	D	B

15 – **Enfermeiro**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	C	B	D	B	A	D	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	B	D	D	C	B	C	A	B	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	D	C	C	D	C	A	A	D	B

16 – **Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	B	C	B	B	D
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	D	B	C	A	C	D	A	A	D

17 – **Engenheiro Civil**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	C	A	D	B	C
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	B	C	A	A	B	D	A	C	D

18 – **Escriturário**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
D	A	C	B	C	A	B	D	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
D	A	B	D	C	D	B	A	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	C	A	D	C	B	A	C	B	A

19 – **Farmacêutico**									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	C	B	D	B	A	D	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	B	D	D	C	C	B	D	A	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	D	A	C	D	A	D	A	B

20 – Fiscal de Tributos									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	B	C	A	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	A	B	C	C	D	B	B	D	A

21 – Fiscal Municipal									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
D	A	C	B	C	A	B	D	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
D	A	B	D	C	B	D	A	C	D
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
B	A	C	B	D	A	C	B	D	A

22 – Fisioterapeuta									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	A	C	B	C	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	A	B	C	C	D	A	C	A	D

23 – Fonoaudiólogo									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	C	A	B	D	D
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	B	C	A	A	B	D	B	A	B

24 – Médico Clínico Geral									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	A	C	A	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	D	B	A	D	C	B	D	A	D

26 – Médico para Atuação no Programa Saúde da Família									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	B	A	D	A	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	D	D	C	B	D	A	A	C	D

27 – Médico Pediatra									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	B	C	D	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	C	C	C	D	C	D	A	B	B

28 – Motorista I									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
C	A	D	B	D	A	C	B	D	A
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	A	C	A	D	B	C	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
B	D	A	C	B	D	A	B	C	D

29 – Motorista II									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
C	A	D	B	D	A	C	B	D	A
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	A	C	A	D	B	C	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
B	D	A	C	B	D	A	B	C	D

30 – Nutricionista									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	D	C	A	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
B	D	B	C	B	A	C	D	A	A

31 – Operador de Máquinas

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	D	B	D	A	C	B	D	A
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	A	C	C	A	D	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	B	C	D	A	B	A	D	C	B

32 **– Procurador Municipal**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	D	B	D	A	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	B	B	A	C	A	D	A	A	C

33 **– Professor**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	C	D	C	A	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	A	C	B	D	A	A	C	C	D

34 **– Professor de Língua Inglesa**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	C	A	A	C	D
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	B	C	A	C	A	D	C	A	D

35 **– Psicólogo**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	A	B	D	A	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	C	C	B	B	A	C	B	B	C

36 **– Psicopedagogo**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	C	A	B	C	C
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	B	C	D	C	D	B	D	C	A

37 **– Telefonista**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	A	C	B	C	A	B	D	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
D	A	B	D	C	D	A	B	C	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	B	C	A	D	B	C	A	D	B

38 **– Terapeuta Ocupacional**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	A	B	C	A	C	D	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	D	A	C	D	B	C	D	B	C
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	D	A	B	B	A	A	B	D	A

39 **– Vigia**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	D	B	D	A	C	B	D	A
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	A	C	C	B	D	A	C
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	A	B	D	C	A	B	D	C	A

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 13 de outubro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal
Rancho Alegre D'Oeste - PR

Publicado por:
Thiago de Souza Mourão
Código Identificador:CA6DE08F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL Nº 02/2026 — CULTURA ITINERANTE RESULTADO PRELIMINAR DA AVALIAÇÃO TÉCNICA

A Secretaria Municipal de Cultura de Rio Branco do Sul divulga, para fins de transparência e exercício do direito de recurso, as pontuações e classificações preliminares das propostas avaliadas, em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 02/2026.

CAPÍTULO — FUNDAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Os critérios de avaliação e suas fundamentações observam as disposições do Edital de Chamamento Público nº 02/2026, consideradas as especificidades de cada categoria e a apreciação técnica das propostas.

Critério	Categoria I — Shows Musicais	Categoria II — Ações Formativas	Máximo
A	Mérito artístico: qualidade musical, criatividade, repertório, identidade e adequação ao Cultura Itinerante.	Qualidade metodológica: clareza, organização, participação e coerência.	10
B	Relevância cultural para RBS, cultura local, diversidade musical e democratização do acesso.	Potencial educativo e artístico, transmissão de conhecimentos e processos criativos.	10
C	Qualidade técnica da apresentação, formação, equipe e capacidade de execução.	Interatividade e participação comunitária, faixas etárias e participação espontânea.	10
D	Experiência e trajetória artística, currículo, portfólio, eventos e reconhecimento.	Viabilidade técnica: materiais, logística, segurança, duração e estrutura municipal.	10
E	Viabilidade: cronograma, tempo, estrutura necessária e logística.	Acessibilidade e impacto social, PcD e públicos vulnerabilizados.	10
F	Impacto social e interação: formação de público, acessibilidade e participação comunitária.	Experiência em formação cultural, portfólio, oficinas e atuação como arte-educador/oficineiro.	10
G – análise especializada	Afinação, repertório, arranjos, domínio, performance, palco e compatibilidade.	Metodologia, inovação pedagógica, potencial transformador, materiais e adequação.	15

Escala de pontuação e análise especializada
Nos termos dos critérios de avaliação do Edital nº 02/2026, os critérios A a F consideram os níveis de atendimento previstos no instrumento convocatório, com referência às pontuações 10, 6, 2 e 0. As pontuações intermediárias decorrem da apreciação técnica. O critério G possui pontuação máxima de 15 pontos.

Bonificações previstas no Edital nº 02/2026

Pessoa física	Pontuação	Pessoa jurídica / MEI / coletivo / grupo	Pontuação
Mulher: 5	5	Maioria negra/indígena: 5	5
Negra ou indígena: 5	5	Maioria feminina: 5	5
PcD: 5	5	Sede rural: 5	5
Residente rural: 5	5	Atuação com vulneráveis: 10	10
LGBTQIAPN+: 5	5	Máximo: 25	25

Metodologia de apuração e referências
Nota mínima: Nota final igual ou superior a 40. (Referência: Cap. 11.5 e 12.5).
Comissão: Três pareceristas externos credenciados no Edital 01/2026. (Referência: Cap. 10.2).
Cálculo: Média das avaliações, acrescida da análise técnica especializada e do bônus. (Referência: Cap. 10.6, 11.4 e 12.4).
Eliminação: Zero gera eliminação ou revisão conforme interpretação registrada na linha 47. (Referência: Cap. 11.5 e Anexo III).
Vagas – Shows: 7 vagas de ampla + reservas mínimas: 3 negras, 1 indígena e 1 PcD. (Referência: Cap. 8 e 12.2).
Vagas – Formativas: 3 vagas de ampla + reservas mínimas: 2 negras, 1 indígena e 0 PcD pelo arredondamento do edital. (Referência: Cap. 8 e 12.2).
Precisão: Médias A–G mantêm precisão. Total é arredondado a duas casas após soma das médias e bônus. (Referência: Item 12.4).
Em caso de empate na pontuação final, aplicam-se sucessivamente as médias dos critérios A, B, C, D, E e F; o tempo comprovado de atuação cultural no município; a idade ou o tempo de constituição; e, se necessário, sorteio público documentado, observadas as disposições do Edital nº 02/2026.
Fundamentação normativa: Edital de Chamamento Público nº 02/2026, especialmente os capítulos 8, 10, 11 e 12 e o Anexo III.

Critérios de cálculo e desempate
As notas dos critérios A a G de cada parecerista são apresentadas separadamente. Para cada critério, calcula-se a média aritmética das três avaliações; a nota final corresponde à soma dessas médias, acrescida da bonificação aplicável, nos termos do Edital nº 02/2026. A ordem de classificação observa os critérios de desempate estabelecidos no instrumento convocatório.

Distribuição das vagas e reversão à ampla concorrência
O edital prevê vagas reservadas a públicos cotistas. Quando não há inscrições elegíveis em número suficiente para preencher determinada reserva, as vagas não ocupadas retornam à ampla concorrência, observada a ordem de classificação e as disposições do edital. Por esse motivo, as tabelas apresentam as propostas contempladas sob a denominação “Ampla Concorrência”, inclusive quando a vaga era originalmente reservada e não foi preenchida por cotistas. Essa identificação não altera a origem da vaga nem dispensa a conferência administrativa das reservas e de sua reversão.
Os quadros a seguir apresentam as pontuações e a classificação preliminar das propostas por categoria, nos termos do Edital nº 02/2026, sujeitas à fase recursal e à homologação.

CATEGORIA I — SHOWS MUSICAIS

1º lugar — Inscrição 5 — Regiane de Jesus Santos
Proposta: MÚSICA BRASILEIRA PELO INTERIOR – VOZ & PIANO
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	10,00	10,00	10,00	6,00	10,00	10,00	62,00
Parecerista 2	9,00	8,00	8,00	10,00	10,00	10,00	9,00	64,00
Parecerista 3	10,00	10,00	10,00	10,00	6,00	10,00	13,00	69,00
Média	8,33	9,33	9,33	10,00	7,33	10,00	10,67	65,00

Bônus: 5,00 | Nota final: 70,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 8,33 · B: 9,33 · C: 9,33 · D: 10,00 · E: 7,33 · F: 10,00

2º lugar — Inscrição 19 — Ademir José da Silva
Proposta: Raizes que Cantam de Pai pra Filho
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	6,00	10,00	10,00	6,00	6,00	10,00	54,00
Parecerista 2	9,00	9,00	9,00	10,00	8,00	10,00	15,00	70,00
Parecerista 3	10,00	6,00	10,00	10,00	6,00	6,00	15,00	63,00
Média	8,33	7,00	9,67	10,00	6,67	7,33	13,33	62,33

Bônus: 5,00 | Nota final: 67,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 8,33 · B: 7,00 · C: 9,67 · D: 10,00 · E: 6,67 · F: 7,33

3º lugar — Inscrição 30 — Guilherme Fabrício Ribas
Proposta: Frequências que Conectam

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	6,00	12,00	68,00
Parecerista 2	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	6,00	12,00	63,00
Parecerista 3	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	2,00	15,00	67,00
Média	9,67	9,67	9,67	9,67	9,67	4,67	13,00	66,00

Bônus: 0,00 | Nota final: 66,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 9,67 · B: 9,67 · C: 9,67 · D: 9,67 · E: 9,67 · F: 4,67

4º lugar — Inscrição 9 — Ana Vitória Alberti

Proposta: De Volta ao Passado- Clássicos que Marcaram Época

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	6,00	6,00	10,00	6,00	6,00	12,00	56,00
Parecerista 2	10,00	10,00	9,00	9,00	8,00	10,00	15,00	71,00
Parecerista 3	10,00	6,00	6,00	10,00	6,00	2,00	13,00	53,00
Média	10,00	7,33	7,00	9,67	6,67	6,00	13,33	60,00

Bônus: 5,00 | Nota final: 65,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 10,00 · B: 7,33 · C: 7,00 · D: 9,67 · E: 6,67 · F: 6,00

5º lugar — Inscrição 8 — Camila Caetano

Proposta: Nostalgia Sertaneja -Camila Caetano

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	6,00	6,00	6,00	10,00	6,00	10,00	50,00
Parecerista 2	9,00	5,00	7,00	8,00	6,00	9,00	9,00	53,00
Parecerista 3	10,00	6,00	6,00	6,00	10,00	6,00	15,00	59,00
Média	8,33	5,67	6,33	6,67	8,67	7,00	11,33	54,00

Bônus: 10,00 | Nota final: 64,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 8,33 · B: 5,67 · C: 6,33 · D: 6,67 · E: 8,67 · F: 7,00

6º lugar — Inscrição 4 — Brian Guilherme Chimanski

Proposta: Folk Doug: Do Autoral aos Clássicos

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	6,00	10,00	6,00	10,00	6,00	15,00	63,00
Parecerista 2	10,00	10,00	9,00	10,00	8,00	10,00	15,00	72,00
Parecerista 3	10,00	6,00	10,00	6,00	6,00	2,00	14,00	54,00
Média	10,00	7,33	9,67	7,33	8,00	6,00	14,67	63,00

Bônus: 0,00 | Nota final: 63,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 10,00 · B: 7,33 · C: 9,67 · D: 7,33 · E: 8,00 · F: 6,00

7º lugar — Inscrição 18 — Leonardo Cambará de Moraes

Proposta: Do Rio Branco para o Paraná: uma viagem pela música sertaneja paranaense.

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	6,00	10,00	6,00	10,00	12,00	64,00
Parecerista 2	9,00	9,00	9,00	9,00	10,00	10,00	15,00	71,00
Parecerista 3	10,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	14,00	54,00
Média	9,67	8,33	7,00	8,33	7,33	8,67	13,67	63,00

Bônus: 0,00 | Nota final: 63,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 9,67 · B: 8,33 · C: 7,00 · D: 8,33 · E: 7,33 · F: 8,67

8º lugar — Inscrição 15 — Vinícius Pedroso de Moraes

Proposta: Duo Varandas

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	10,00	10,00	6,00	10,00	6,00	12,00	60,00
Parecerista 2	9,00	9,00	9,00	9,00	8,00	10,00	15,00	69,00
Parecerista 3	10,00	6,00	6,00	6,00	10,00	6,00	14,00	58,00
Média	8,33	8,33	8,33	7,00	9,33	7,33	13,67	62,33

Bônus: 0,00 | Nota final: 62,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 8,33 · B: 8,33 · C: 8,33 · D: 7,00 · E: 9,33 · F: 7,33

9º lugar — Inscrição 16 — Derson Luan de Cristo Faria

Proposta: Foozer: Novos Caminhos para o Rock Autoral

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	10,00	10,00	6,00	6,00	12,00	64,00
Parecerista 2	9,00	9,00	9,00	8,00	7,00	10,00	15,00	67,00
Parecerista 3	10,00	6,00	10,00	6,00	6,00	2,00	12,00	52,00
Média	9,67	8,33	9,67	8,00	6,33	6,00	13,00	61,00

Bônus: 0,00 | Nota final: 61,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 9,67 · B: 8,33 · C: 9,67 · D: 8,00 · E: 6,33 · F: 6,00

10º lugar — Inscrição 28 — Eurides Correa dos Santos Junior

Proposta: Entre Caminhos — por Júnior Corrêa

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	6,00	10,00	10,00	6,00	12,00	64,00
Parecerista 2	8,00	7,00	8,00	10,00	9,00	6,00	12,00	60,00
Parecerista 3	10,00	10,00	6,00	10,00	6,00	2,00	14,00	58,00
Média	9,33	9,00	6,67	10,00	8,33	4,67	12,67	60,67

Bônus: 0,00 | Nota final: 60,67 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 9,33 · B: 9,00 · C: 6,67 · D: 10,00 · E: 8,33 · F: 4,67

11º lugar — Inscrição 6 — Michael Felipe de Souza Bueno

Proposta: DJ Mayke – Música que Conecta

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	6,00	10,00	10,00	6,00	6,00	10,00	54,00
Parecerista 2	8,00	6,00	8,00	10,00	9,00	9,00	9,00	59,00
Parecerista 3	10,00	10,00	10,00	6,00	6,00	2,00	14,00	58,00
Média	8,00	7,33	9,33	8,67	7,00	5,67	11,00	57,00

Bônus: 0,00 | Nota final: 57,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 8,00 · B: 7,33 · C: 9,33 · D: 8,67 · E: 7,00 · F: 5,67

12º lugar — Inscrição 20 — Marlon Rogerio Brandt

Proposta: Marlon Camarão ao vivo
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	8,00	8,00	6,00	10,00	10,00	6,00	10,00	58,00
Parecerista 2	8,00	8,00	8,00	9,00	6,00	10,00	15,00	64,00
Parecerista 3	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	2,00	10,00	42,00
Média	7,33	7,33	6,67	8,33	7,33	6,00	11,67	54,67

Bônus: 0,00 | Nota final: 54,67 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 7,33 · B: 7,33 · C: 6,67 · D: 8,33 · E: 7,33 · F: 6,00

13º lugar — Inscrição 26 — João Gabriel da Silva
Proposta: Até Transbordar: Gabriel Silva ao Vivo
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	6,00	10,00	10,00	6,00	12,00	64,00
Parecerista 2	9,00	9,00	7,00	4,00	6,00	4,00	12,00	51,00
Parecerista 3	10,00	10,00	6,00	2,00	6,00	2,00	12,00	48,00
Média	9,67	9,67	6,33	5,33	7,33	4,00	12,00	54,33

Bônus: 0,00 | Nota final: 54,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 9,67 · B: 9,67 · C: 6,33 · D: 5,33 · E: 7,33 · F: 4,00

14º lugar — Inscrição 1 — Lucas Marcelo Gomes da Silva
Proposta: S'monkeys – Funk Rock em Movimento
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	6,00	6,00	6,00	10,00	6,00	10,00	50,00
Parecerista 2	6,00	6,00	9,00	9,00	9,00	6,00	9,00	54,00
Parecerista 3	10,00	6,00	6,00	6,00	6,00	2,00	12,00	48,00
Média	7,33	6,00	7,00	7,00	8,33	4,67	10,33	50,67

Bônus: 0,00 | Nota final: 50,67 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 7,33 · B: 6,00 · C: 7,00 · D: 7,00 · E: 8,33 · F: 4,67

15º lugar — Inscrição 21 — Daiane jaciara de Oliveira
Proposta: Anderson e Daiane & Banda (show musical)
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	6,00	6,00	2,00	6,00	6,00	8,00	40,00
Parecerista 2	7,00	7,00	7,00	9,00	2,00	6,00	3,00	41,00
Parecerista 3	6,00	10,00	2,00	2,00	6,00	2,00	10,00	38,00
Média	6,33	7,67	5,00	4,33	4,67	4,67	7,00	39,67

Bônus: 5,00 | Nota final: 44,67 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 6,33 · B: 7,67 · C: 5,00 · D: 4,33 · E: 4,67 · F: 4,67

16º lugar — Inscrição 23 — Maicon Fernando de Lima Faria
Proposta: Musica boa Cristã
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	10,00	46,00
Parecerista 2	6,00	6,00	6,00	6,00	4,00	6,00	10,00	44,00
Parecerista 3	6,00	6,00	6,00	6,00	2,00	2,00	12,00	40,00
Média	6,00	6,00	6,00	6,00	4,00	4,67	10,67	43,33

Bônus: 0,00 | Nota final: 43,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 6,00 · B: 6,00 · C: 6,00 · D: 6,00 · E: 4,00 · F: 4,67

CATEGORIA II — AÇÕES FORMATIVAS INTERATIVAS

1º lugar — Inscrição 25 — Fernanda Steici Ferreira Cardoso
Proposta: Brincando de Teatro: Jogos, Imaginação e Improviso
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	10,00	10,00	6,00	10,00	15,00	71,00
Parecerista 2	8,00	8,00	8,00	9,00	8,00	6,00	11,00	58,00
Parecerista 3	10,00	10,00	10,00	10,00	6,00	6,00	15,00	67,00
Média	9,33	9,33	9,33	9,67	6,67	7,33	13,67	65,33

Bônus: 5,00 | Nota final: 70,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 9,33 · B: 9,33 · C: 9,33 · D: 9,67 · E: 6,67 · F: 7,33

2º lugar — Inscrição 24 — Erisson Lucas Cardoso
Proposta: Jogo Cênico – Experiência de Teatro e Improviso
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	10,00	10,00	6,00	10,00	12,00	68,00
Parecerista 2	8,00	9,00	9,00	10,00	9,00	9,00	15,00	69,00
Parecerista 3	10,00	10,00	10,00	10,00	6,00	10,00	15,00	71,00
Média	9,33	9,67	9,67	10,00	7,00	9,67	14,00	69,33

Bônus: 0,00 | Nota final: 69,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 9,33 · B: 9,67 · C: 9,67 · D: 10,00 · E: 7,00 · F: 9,67

3º lugar — Inscrição 14 — Bruna Geffer Lobo
Proposta: Oficina de Pintura - Raízes de Rio Branco
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	10,00	6,00	6,00	2,00	12,00	56,00
Parecerista 2	9,00	10,00	10,00	9,00	9,00	10,00	15,00	72,00
Parecerista 3	10,00	10,00	10,00	6,00	6,00	2,00	12,00	56,00
Média	9,67	10,00	10,00	7,00	7,00	4,67	13,00	61,33

Bônus: 5,00 | Nota final: 66,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 9,67 · B: 10,00 · C: 10,00 · D: 7,00 · E: 7,00 · F: 4,67

4º lugar — Inscrição 22 — Simone Maria Nunes
Proposta: Oficina de Topiaria Artesanal
Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	10,00	6,00	6,00	6,00	12,00	60,00
Parecerista 2	9,00	10,00	9,00	8,00	7,00	10,00	12,00	65,00
Parecerista 3	10,00	10,00	10,00	6,00	2,00	2,00	6,00	46,00
Média	9,67	10,00	9,67	6,67	5,00	6,00	10,00	57,00

Bônus: 5,00 | Nota final: 62,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 9,67 · B: 10,00 · C: 9,67 · D: 6,67 · E: 5,00 · F: 6,00

5º lugar — Inscrição 27 — Jhenifer Gabriele dos Santos

Proposta: O Mistério da Caixa de Brincadeiras

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	6,00	10,00	6,00	6,00	12,00	60,00
Parecerista 2	7,00	7,00	8,00	7,00	6,00	6,00	9,00	50,00
Parecerista 3	6,00	6,00	6,00	10,00	6,00	6,00	9,00	49,00
Média	7,67	7,67	6,67	9,00	6,00	6,00	10,00	53,00

Bônus: 5,00 | Nota final: 58,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 7,67 · B: 7,67 · C: 6,67 · D: 9,00 · E: 6,00 · F: 6,00

6º lugar — Inscrição 13 — Rafael Bonfim Lopes

Proposta: Oficina de Pintura - Nossa Cidade Entre Cores

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Contemplada

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	10,00	10,00	6,00	6,00	2,00	10,00	54,00
Parecerista 2	9,00	10,00	10,00	10,00	9,00	10,00	15,00	73,00
Parecerista 3	6,00	6,00	10,00	6,00	6,00	2,00	9,00	45,00
Média	8,33	8,67	10,00	7,33	7,00	4,67	11,33	57,33

Bônus: 0,00 | Nota final: 57,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 8,33 · B: 8,67 · C: 10,00 · D: 7,33 · E: 7,00 · F: 4,67

7º lugar — Inscrição 17 — Taynã do Araguaia Coelho Mendes de Almeida

Proposta: Do Cimento á arte e Velas

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	10,00	6,00	2,00	2,00	2,00	8,00	36,00
Parecerista 2	8,00	9,00	9,00	4,00	6,00	6,00	12,00	54,00
Parecerista 3	6,00	10,00	6,00	2,00	2,00	2,00	6,00	34,00
Média	6,67	9,67	7,00	2,67	3,33	3,33	8,67	41,33

Bônus: 10,00 | Nota final: 51,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 6,67 · B: 9,67 · C: 7,00 · D: 2,67 · E: 3,33 · F: 3,33

8º lugar — Inscrição 11 — Gabriel Henrique Pedroso de Moraes

Proposta: Musica Eletrônica para todos

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	10,00	6,00	6,00	6,00	2,00	2,00	10,00	42,00
Parecerista 2	8,00	8,00	9,00	10,00	2,00	8,00	9,00	54,00
Parecerista 3	10,00	6,00	6,00	10,00	2,00	2,00	9,00	45,00
Média	9,33	6,67	7,00	8,67	2,00	4,00	9,33	47,00

Bônus: 0,00 | Nota final: 47,00 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 9,33 · B: 6,67 · C: 7,00 · D: 8,67 · E: 2,00 · F: 4,00

9º lugar — Inscrição 7 — Talita Regina Rodrigues Costa

Proposta: Oficina de fuxico

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	10,00	6,00	6,00	2,00	2,00	10,00	42,00
Parecerista 2	7,00	8,00	8,00	10,00	3,00	7,00	9,00	52,00
Parecerista 3	6,00	6,00	6,00	2,00	2,00	2,00	6,00	30,00
Média	6,33	8,00	6,67	6,00	2,33	3,67	8,33	41,33

Bônus: 5,00 | Nota final: 46,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 6,33 · B: 8,00 · C: 6,67 · D: 6,00 · E: 2,33 · F: 3,67

10º lugar — Inscrição 3 — Hortencia Cavalli Bueno

Proposta: Onde o Olhar Mora

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	2,00	10,00	42,00
Parecerista 2	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	9,00	45,00
Parecerista 3	6,00	6,00	2,00	10,00	2,00	2,00	6,00	34,00
Média	6,00	6,00	4,67	7,33	4,67	3,33	8,33	40,33

Bônus: 5,00 | Nota final: 45,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 6,00 · B: 6,00 · C: 4,67 · D: 7,33 · E: 4,67 · F: 3,33

11º lugar — Inscrição 29 — Daniele Sander Vanzin Cardoso

Proposta: Aula de Confecção de porta cartões

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	6,00	6,00	2,00	6,00	2,00	8,00	36,00
Parecerista 2	7,00	9,00	6,00	4,00	4,00	4,00	8,00	42,00
Parecerista 3	6,00	10,00	6,00	2,00	2,00	2,00	6,00	34,00
Média	6,33	8,33	6,00	2,67	4,00	2,67	7,33	37,33

Bônus: 5,00 | Nota final: 42,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 6,33 · B: 8,33 · C: 6,00 · D: 2,67 · E: 4,00 · F: 2,67

12º lugar — Inscrição 2 — Luana Keli Vaz dos Santos

Proposta: Oficina itinerante de tricô

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	6,00	6,00	2,00	6,00	2,00	8,00	36,00
Parecerista 2	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	2,00	9,00	41,00
Parecerista 3	6,00	6,00	6,00	2,00	2,00	2,00	6,00	30,00
Média	6,00	6,00	6,00	3,33	4,67	2,00	7,67	35,67

Bônus: 5,00 | Nota final: 40,67 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 6,00 · B: 6,00 · C: 6,00 · D: 3,33 · E: 4,67 · F: 2,00

13º lugar — Inscrição 12 — Divonete Aparecida Costa Pereira

Proposta: Histórias que Viajam

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	6,00	6,00	6,00	6,00	2,00	2,00	6,00	34,00
Parecerista 2	6,00	8,00	8,00	8,00	6,00	4,00	10,00	50,00
Parecerista 3	2,00	6,00	2,00	2,00	2,00	2,00	6,00	22,00

Média	4,67	6,67	5,33	5,33	3,33	2,67	7,33	35,33

Bônus: 5,00 | Nota final: 40,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 4,67 · B: 6,67 · C: 5,33 · D: 5,33 · E: 3,33 · F: 2,67

14º lugar — Inscrição 10 — Dieverson Francisco Costa Rosa

Proposta: Palhaçaria e encontro

Modalidade: Ampla Concorrência | Situação: Suplente

Avaliação	A	B	C	D	E	F	G	Total
Parecerista 1	2,00	6,00	2,00	6,00	6,00	10,00	6,00	38,00
Parecerista 2	8,00	8,00	9,00	9,00	8,00	10,00	12,00	64,00
Parecerista 3	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	6,00	3,00	19,00
Média	4,00	5,33	4,33	5,67	5,33	8,67	7,00	40,33

Bônus: 0,00 | Nota final: 40,33 | Critérios de desempate (médias A–F): A: 4,00 · B: 5,33 · C: 4,33 · D: 5,67 · E: 5,33 · F: 8,67

Os pedidos de esclarecimento e os recursos deverão observar os canais, os requisitos e os prazos previstos no Edital nº 02/2026, respeitada a legislação de proteção de dados pessoais.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:6ECE8A58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 008/2026 CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1307/2002 que dá nova redação à Lei nº 648/90 de 20 de dezembro de 1990, que trata da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências e suas alterações, com o objetivo de definir o procedimento para registro de entidades governamentais e não governamentais, em cumprimento ao parágrafo único do artigo 90 e artigo 91 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente – ECA) e inciso I e II do artigo 9º da Lei Municipal nº 1307, de 25 de outubro de 2002 e alterações, em reunião extraordinária realizada nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, no dia 09 de julho de 2026, sob Ata numero 169/2026.

RESOLVE:

Art. 1º – As entidades governamentais e não governamentais que desenvolvam programas e projetos de atendimento à criança e ao adolescente que tenham por objetivo a assistência e a educação profissional deverão se registrar no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, a fim de reconhecimento e habilitações diversas.
§ 1º – O registro será negado às entidades que não se enquadrem no estabelecido nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do parágrafo único do art. 91, da Lei Federal nº 8.069/1990, assim como o inciso I incluído pela Lei nº 12.010/2009.
§ 2º – As inscrições dos programas e projetos de atendimento serão procedidas desde que estejam de acordo com o estabelecido no artigo 90, incisos I a VII e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, e do artigo 430 da CLT e legislações correlatas. Assim como o que dispõe o artigo 92 incluído pela Lei nº 12.010,
§ 3º – Todas as entidades em funcionamento no Município deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta resolução, regularizar seus registros no CMDCA. Após decorrido o prazo estabelecido, sem que a entidade o tenha providenciado a regularização do registro, serão automaticamente revogados eventuais registros e inscrições anteriores, comunicando o CMDCA às autoridades competentes a relação das entidades em funcionamento sem o devido registro em desacordo com o estabelecido no ECA.

Art. 2º – Para pleitear o registro no CMDCA, deverão as entidades não governamentais apresentar os seguintes documentos:
Requerimento;
Estatuto registrado em Cartório;
Ata da eleição de sua atual Diretoria;
Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
Projeto político-pedagógico e programas em desenvolvimento no exercício vigente;
Relatório das ações realizadas no ano anterior, quando a entidade estiver funcionando há mais de 01 (um) ano;
Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
Alvará do Corpo de Bombeiros;
Alvará Sanitário;
Alvará de localização e funcionamento;
Relação de funcionários e pessoas inscritas ou envolvidas nos programas, inclusive voluntárias com respectivos documentos de classe e Certidão de Antecedentes Criminais.
As Fundações devem apresentar também cópia autenticada da escritura pública da instituição, registrada em cartório competente e, comprovante da aprovação do estatuto, bem como de suas respectivas alterações pelo Ministério Público.
§ 1º - O prazo de validade do registro concedido será de 01 (um) ano, devendo ser renovado após o término da validade.
§ 2º - No exame do pedido, além de comprovar a veracidade do teor dos documentos autuados em processo próprio, a comissão, responsável pela avaliação destes processos deverá:
- Verificar se foram efetivamente atendidas todas as exigências relacionadas no artigo 2º e 3º desta Deliberação;
- Pronunciar-se conclusivamente sobre o funcionamento da instituição, baseado em parecer de visita do CMDCA.
§ 3º - As entidades não governamentais, programas, projetos ou serviços governamentais a fim de manterem seus registros, deverão apresentar até o mês de abril de cada exercício, o Relatório de Ações do exercício anterior, e todos os documentos constantes dos incisos acima passíveis de renovação.

Art. 3º – Programas Projetos e ou Serviços governamentais deverão apresentar os seguintes documentos:
Requerimento;
Projeto político-pedagógico;
Alvará Sanitário;
Alvará do Corpo de Bombeiro;

Alvará de localização e funcionamento;
Programas em desenvolvimento no ano vigente; através de relatório apresentado até abril do ano subsequente;
Relação de funcionários e pessoas inscritas ou envolvidas nos programas, inclusive voluntárias com respectivos documentos de classe e certidão de antecedentes criminais.

Art. 4º – O Programa, projeto e ou Serviços deverão respeitar e promover os direitos das crianças e adolescentes, conforme preconiza o ECA, considerando os aspectos de desenvolvimento de acordo com as faixas etárias, preponderando a função socioeducativa, convivência familiar e comunitária. Assim como manter em seus arquivos as fichas de identificação e registro de saúde das crianças e adolescentes com seus dados pessoais, devidamente atualizados.

Art. 5º – De acordo com o artigo 90 do ECA, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes em regime de:
Orientação e apoio sociofamiliar;
Apoio socioeducativo em meio aberto;
Colocação familiar;
Acolhimento institucional;
Liberdade assistida;
Prestação de Serviços à Comunidade;

Art. 6º – O planejamento de atividades da entidade deverá ser de conhecimento dos usuários e/ou familiares, bem como usar de meios que favoreçam a circulação de informações relacionadas aos critérios de participação em seus programas e projetos.

Art. 7º – O número de crianças e adolescentes atendidos deverá ser dimensionado de acordo com o tamanho e estrutura física da entidade e visando adequar a razão adulto/criança.

Art. 8º – A entidade agirá conforme os limites de sua responsabilidade e atuará com os órgãos competentes, estando obrigada a comunicar situações que exijam ações que extrapolam os seus limites de atuação.

Art. 9º – Os espaços deverão ser projetados de acordo com a proposta pedagógica da instituição, conforme atende crianças e/ou adolescentes, a fim de favorecer o desenvolvimento dos mesmos, respeitando suas individualidades, necessidades e capacidades;

Art. 10 – Para melhorar a qualidade do atendimento prestado, a entidade deverá empenhar-se no planejamento e/ou execução de obras necessárias.

Art. 11 – Todo imóvel destinado ao atendimento de crianças e adolescentes deverá ser vistoriado periodicamente pelo órgão competente.
Art. 12 – O imóvel deverá apresentar condições adequadas de localização, considerando facilitar o acesso ao seu público, garantindo a segurança, salubridade, saneamento e higiene.

Art. 13 – Os espaços internos e externos utilizados pelas entidades e pelos programas de atendimento deverão apresentar condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e acessibilidade, compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas, a faixa etária e o número de crianças e adolescentes atendidos simultaneamente.
§ 1º. Os ambientes internos deverão apresentar iluminação e ventilação adequadas, instalações sanitárias, água potável, mobiliário e equipamentos seguros, bem como condições de privacidade quando a natureza do atendimento assim exigir.
§ 2º. Os espaços externos, quando existentes ou utilizados nas atividades, deverão ser conservados e higienizados, apresentar condições seguras de acesso e circulação e contar com medidas de proteção compatíveis com os riscos do local e do público atendido.
§ 3º. As áreas de recreação e os equipamentos de uso externo, quando disponíveis, deverão ser adequados à faixa etária dos usuários, mantidos em condições seguras e utilizados com supervisão compatível com a atividade.
§ 4º. A avaliação dos espaços observará as normas sanitárias, de acessibilidade, de prevenção contra incêndio e demais exigências aplicáveis à modalidade de atendimento.

Art. 14 – A entidade armazenará com segurança, produtos de limpeza, remédios ou qualquer outro considerado tóxico.

Art. 15 – O lixo deverá ser devidamente embalado, bem como os demais resíduos de
acordo com a categoria e efetuado a separação do material reciclável.

Art. 18 – A coordenação e supervisão dos programas e projetos da entidade serão exercidas por pessoas idôneas e com formação específica na área.
Parágrafo único - As entidades deverão envidar esforços para manter apoio de outros profissionais, necessários para viabilização dos programas e projetos desenvolvidos.

Art. 21 – As entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional e desenvolvam programas de aprendizagens para adolescentes e jovens, devem inscrever o respectivo programa de aprendizagem no CMDCA.

Art. 22 – As entidades, que executam programas de aprendizagem de Município diverso deverão obter seu registro no CMDCA de Rio Negro, inscrevendo seus programas não sendo necessária a exigência de sede local.

Art. 23 – As entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e educação profissional e desenvolvam programas na modalidade Educação à Distância EaD devem inscrever o respectivo programa de aprendizagem no CMDCA do município onde tem sede e nos CMDCAs dos municípios nos quais serão realizadas as atividades práticas, observadas as legislações correlatas.

Art. 24 – Após acolhimento do registro da entidade, o CMDCA comunicará a Autoridade Judiciária, Ministério Público e o Conselho Tutelar.

Art. 25 – O CMDCA não concede registro para funcionamento de entidades ou inscrição de programas aqueles que desenvolvam apenas atendimento em modalidades educacionais, formais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, nos termos da Resolução nº 71/2001 do CONANDA.

Art. 26 – Está resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se os procedimentos anteriores referente às inscrições e registros, bem como todas as disposições em contrário.

Art. 27 – Revoga-se a Resolução 009/2017 CMDCA.

Art. 28 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLA MARIA KIATKOSKI
Presidente CMDCA

ANEXO I

CHECK LIST PARA ANÁLISE DE EMISSÃO/RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CMDCA ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Entidade: _____

Data Análise: _____/____/____

Documentação correta ( ) Sim ( ) Não

Documentos entregues:
( ) Requerimento;
( ) Estatuto registrado em Cartório;
( ) Ata da eleição de sua atual Diretoria;
( ) Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
( ) Projeto político-pedagógico e programas em desenvolvimento no exercício vigente;
( ) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
( ) Declaração de isenção de imposto de renda;
( ) Alvará Sanitário;
( ) Alvará Bombeiros;
( ) Alvará de localização e funcionamento;
( ) Relatório das ações realizadas no ano anterior, quando a entidade estiver funcionando há mais de 01 (um) ano Relação de funcionários e pessoas inscritas ou envolvidas nos programas, inclusive voluntárias;
( ) Certidão Negativa de débito junto ao INSS e Caixa Econômica Federal.

Observações
_____

ANEXO II

CHECK LIST PARA ANÁLISE DE EMISSÃO/ RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CMDCA PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS

Programa, Projeto ou Serviço: _____

Data Análise: ____/____/____

Documentação correta ( ) Sim ( ) Não

Documentos Programas, Projetos e Serviços Governamentais
Requerimento;
Projeto político-pedagógico;
Alvará Sanitário;
Alvará de localização e funcionamento;
Programas em desenvolvimento no ano vigente;
Relação de funcionários e pessoas inscritas ou envolvidas nos programas, inclusive voluntárias.

Observações
_____

Requerimento a ser apresentado pela entidade em papel timbrado
À
Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Rio Negro – Paraná
A entidade social denominada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na qualidade de representante legal da instituição, inscrito (a) no CPF sob nº XXXXXXXXXXXXXXX, vem, respeitosamente, requerer sua inscrição/registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
Para tanto, apresenta a documentação necessária para análise, declarando estar ciente de que a concessão e a consequente expedição do Certificado de Registro estarão condicionadas à análise da documentação apresentada, à realização de visita técnica e à elaboração de parecer técnico, nos termos da legislação vigente.
Declara, ainda, estar ciente de que a inscrição será concedida mediante a comprovação de que a entidade atende aos princípios, diretrizes e demais requisitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) e pelas normativas aplicáveis à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Nestes termos, pede deferimento.
Rio Negro, ____ de _____ de 20____.

----------_____
Nome do(a) Representante Legal da Entidade

_____
CPF do Representante legal da Entidade

FICHA DE CADASTRO E INSCRIÇÃO DE ENTIDADE CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
RIO NEGRO – PARANÁ

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Nome da Entidade
_____

1.2 Nome Fantasia

1.3 CNPJ
_____
1.4 Data de Fundação: ____/____/____.
1.5 Data de início das atividades no Município: ____/____/____.
1.6 Natureza Jurídica:
( ) Associação privada
( ) Fundação privada
( ) Organização religiosa
( ) Outra: _____

1.7 Endereço da sede: _____
Número: _____ Bairro: _____
Município: _____ CEP: _____
1.8 Telefone: _____
1.9 E-mail institucional: _____
1.10 Site/Redes sociais, se houver: _____

1.11 Caracterização do imóvel

Tipo de imóvel utilizado pela entidade:
( ) Próprio
( ) Alugado
( ) Cedido
( ) Comodato
( ) Outro: _____
Localização:
( ) Urbana
( ) Rural
Área total do imóvel: _____ m².
Área utilizada para atendimento de crianças e adolescentes: _____ m².

2 IDENTIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL
2.1 Nome completo:
_____
2.2 Cargo/Função: _____
2.3 Período de mandato: ____/____/____ a **____/____/____.**
2.4 Data de nascimento: --____/____/____.
2.5 CPF: _____
2.6 RG: _____ **Órgão expedidor:** _____
2.7 Endereço residencial: _____
Número: _____ Bairro: _____
Município/UF: _____ CEP: _____
2.8 Telefone: _____
2.9 E-mail: _____
2.10 Escolaridade: _____
2.11 Profissão: _____

3 – COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO DO MANDATO	CPF	TELEFONE	EMAIL

4 REGULARIDADE E DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL
4.1 A entidade possui Estatuto Social registrado? ( ) Sim ( ) Não
4.2 Data do registro do Estatuto: ____/____/____.
4.3 Cartório de Registro: _____
4.4 A entidade possui Certificado de Inscrição/Registro em outro Conselho ou órgão público?
( ) Sim. Especificar
( ) Não

CONSELHO/ÓRGÃO	MUNICÍPIO/ESTADO	NÚMERO DO REGISTRO	DATA

4.5 Possui título ou declaração de utilidade pública?
( ) Sim
( ) Não

ESFERA	LEI/DECRETO	NÚMERO	DATA	OBSERVAÇÃO
FEDERAL				
ESTADUAL				
MUNICIPAL				

5 FINALIDADES ESTATUTÁRIAS
5.1 Finalidade estatutária da entidade
Descrever, de forma resumida, as finalidades previstas no Estatuto Social relacionadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente:

_____
5.2 Principais ações desenvolvidas pela entidade:

_____

6 INSCRIÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS
6.1 A entidade desenvolve programa, projeto ou serviço destinado a crianças e/ou adolescentes?
( ) Sim
( ) Não
6.2 Modalidade de atendimento desenvolvida:
Marcar todas as opções correspondentes:
( ) Orientação, apoio e acompanhamento sociofamiliar
( ) Apoio socioeducativo em meio aberto
( ) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
( ) Atendimento e/ou acompanhamento psicológico
( ) Atendimento e/ou acompanhamento social
( ) Educação, esporte, cultura e/ou lazer
( ) Aprendizagem e/ou qualificação profissional
( ) Atendimento a crianças e adolescentes com deficiência
( ) Acolhimento institucional
( ) Acolhimento familiar
( ) Programa de atendimento socioeducativo em meio aberto
( ) Liberdade Assistida – LA
( ) Prestação de Serviços à Comunidade – PSC
( ) Prevenção e enfrentamento das violências e violações de direitos
( ) Defesa e garantia de direitos
( ) Outro: _____

6.3 Nome do programa/projeto/serviço principal

_____

6.4 Objetivo geral

_____
6.5 Objetivos específicos:

_____
6.6 Público atendido:
( ) Crianças
( ) Adolescentes
( ) Crianças e adolescentes
( ) Crianças e adolescentes e suas famílias
( ) Jovens, quando previsto na finalidade do programa

Faixa etária atendida

( ) 0 a 3 anos
( ) 4 a 6 anos
( ) 7 a 11 anos
( ) 12 a 14 anos
( ) 15 a 17 anos
( ) Outra:_____

Sexo/gênero do público atendido:
( ) Feminino
( ) Masculino
( ) Público misto

6.7 Capacidade máxima de atendimento: _____ crianças/adolescentes por mês.
6.8 Número atual de crianças/adolescentes atendidos: ___ crianças/adolescentes.
6.9 Forma de acesso ao serviço/programa:
( ) Demanda espontânea
( ) Encaminhamento da Assistência Social
( ) Encaminhamento do Conselho Tutelar
( ) Encaminhamento da Saúde
( ) Encaminhamento da Educação
( ) Encaminhamento do Sistema de Justiça
( ) Outros: _____
6.10 Território de abrangência do atendimento:
( ) Município de Rio Negro
( ) Área urbana
( ) Área rural
( ) Outros municípios:_____

7 CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO
7.1 A entidade realiza atendimento individual? ( ) Sim ( ) Não
7.2 Realiza atendimento em grupo? ( ) Sim ( ) Não
7.3 Realiza atividades com as famílias? ( ) Sim ( ) Não
7.4 Realiza atividades comunitárias? ( ) Sim ( ) Não
7.5 Realiza acompanhamento sistemático dos usuários? ( ) Sim ( ) Não
7.6 Possui registros/prontuários dos atendimentos realizados? ( ) Sim ( ) Não
7.7 Possui metodologia de atendimento definida? ( ) Sim ( ) Não

Descrever brevemente a metodologia utilizada:
_____

8 RECURSOS HUMANOS

8.1 Equipe técnica

NOME	CARGO/FUNÇÃO	FORMAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA	TIPO DE VÍNCULO

8.2 Equipe de apoio

NOME	CARGO/FUNÇÃO	FORMAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA	TIPO DE VÍNCULO

8.3 Voluntários
A entidade possui voluntários?
( ) Sim
( ) Não
Número aproximado de voluntários: _____
Principais atividades desenvolvidas pelos voluntários:
_____

9 Recursos financeiros recebidos no exercício anterior

FONTE DO RECURSO	VALOR ANUAL (R$)
Recursos Próprios	
Recursos Públicos Federais	
Recursos Públicos Estaduais	
Recursos Públicos Municipais	
Doações Pessoas Físicas	
Doações de Empresas	
Convênios/termos de parceria	

Campanhas e eventos	
Outras Fontes	
Total	**R$**

9.1 A entidade recebe recursos públicos? ( ) Sim ( ) Não
9.2 Especificar os órgãos públicos financiadores e a finalidade dos recursos:
_____

9.3 Custo médio mensal por criança/adolescente atendido, quando aplicável:
R$ _____

10 INSTALAÇÕES FÍSICAS
Área total da unidade: _____ m²
Tipo de construção:
( ) Alvenaria
( ) Madeira
( ) Mista
( ) Outro: _____

10.1 Dependências disponíveis

DEPENDÊNCIA	QUANTIDADE	ÁREA APROXIMADA	ADEQUADA AS NORMAS
Sala de atendimento individual			( ) Sim ( ) Não
Sala de atendimento em grupo			( ) Sim ( ) Não
Sala administrativa			( ) Sim ( ) Não
Sala para atividades			( ) Sim ( ) Não
Cozinha			( ) Sim ( ) Não
Refeitório			( ) Sim ( ) Não
Banheiro			( ) Sim ( ) Não
Área Externa/lazer			( ) Sim ( ) Não
Dormitório			( ) Sim ( ) Não
Outros			( ) Sim ( ) Não

10.2 A unidade possui acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não

Descrever as condições de acessibilidade existentes:
_____

11 PROJETO/PLANO DE ATENDIMENTO
Para cada programa, projeto ou serviço destinado a crianças e adolescentes, apresentar as informações abaixo:
11.1 Nome do programa/projeto/serviço
_____
11.2 Período de execução:
Início: ____/____/____
Término: ____/____/____
( ) Ação contínua
11.3 Identificação do objeto
_____

11.4 Justificativa
_____
11.5 Objetivo geral:
_____

11.6 Objetivos específicos
_____

11.7 Público-alvo
_____

11.8 Metas de atendimento
_____
11.9 Principais atividades previstas
_____

11.10 Metodologia de execução:
_____

11.11 Resultados esperados
_____

11.12 Cronograma de execução

ATIVIDADE	PERÍODO DE EXECUÇÃO	PÚBLICO ATENDIDO	RESPONSÁVEL

12 ARTICULAÇÃO COM A REDE DE PROTEÇÃO
12.1 A entidade realiza articulação com a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente? ( ) Sim ( ) Não
12.2 Com quais órgãos/serviços possui articulação?
( ) Conselho Tutelar
( ) CRAS
( ) CREAS
( ) Secretaria Municipal de Educação
( ) Secretaria Municipal de Saúde
( ) Ministério Público
( ) Poder Judiciário
( ) Polícia Civil
( ) Polícia Militar
( ) CMDCA
( ) Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
( ) Outras entidades da sociedade civil
( ) Outros: _____

12.3 Descreva como ocorre a articulação com a rede
_____

13 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
13.1 A entidade realiza acompanhamento dos resultados das ações desenvolvidas? ( ) Sim ( ) Não

13.2 Quais instrumentos utiliza para monitoramento e avaliação?
( ) Lista de presença
( ) Relatórios de atendimento
( ) Registros individuais
( ) Avaliação dos usuários/famílias
( ) Indicadores de atendimento
( ) Relatórios periódicos
( ) Outros: _____

13.3 Principais resultados alcançados no último exercício
_____

14 DECLARAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que as informações prestadas nesta Ficha de Cadastro e Inscrição são verdadeiras, completas e correspondem à realidade da entidade, responsabilizando-me, na qualidade de representante legal, pela exatidão e veracidade dos dados e documentos apresentados.
Declaro, ainda, estar ciente de que o processo de inscrição/registro da entidade e de seus respectivos programas, projetos e serviços junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Rio Negro/PR estará sujeito à análise da documentação apresentada, à verificação do cumprimento dos requisitos legais e normativos, à realização de visita técnica, quando necessária, bem como às demais diligências e providências que o Conselho entender pertinentes.
Comprometo-me, igualmente, a comunicar ao CMDCA quaisquer alterações nas informações prestadas, especialmente aquelas relacionadas à representação legal, endereço, funcionamento, programas, projetos, serviços e público atendido.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.
Rio Negro/PR, _____ de _____ de 20____.

_____
Nome do(a) Representante Legal:
CPF: _____
Cargo/Função: _____
Assinatura: _____
Observação: A documentação apresentada será analisada pelo CMDCA, podendo ser solicitados documentos complementares, esclarecimentos ou adequações. A inscrição/registro da entidade e/ou de seus programas ficará condicionada ao atendimento dos requisitos estabelecidos na legislação vigente e nas normas do CMDCA.

Local de entrega da documentação: Secretaria Municipal de Assistência Social
Rio Negro – Paraná
A/C Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA, PROJETO OU SERVIÇO GOVERNAMENTAL

O Programa/Projeto/Serviço denominado **XXXXXXXXX**, de execução direta do Município de Rio Negro/PR, por meio da Secretaria/Departamento de **XXXXXXXXXX**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXX**, na qualidade de Coordenador(a) do Programa/Projeto/Serviço, inscrito(a) no CPF sob nº **XXXXXXXXXX,** vem, respeitosamente, requerer sua inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Rio Negro/PR**.**

Para tanto, apresenta a documentação necessária à análise do pedido e declara estar ciente de que a inscrição do Programa/Projeto/Serviço estará condicionada à análise da documentação apresentada, à verificação de suas condições de funcionamento e execução, à realização de visita técnica, quando necessária, bem como à elaboração de parecer técnico pelo CMDCA.
Declara, ainda, estar ciente de que o Programa/Projeto/Serviço deverá observar os princípios, diretrizes e demais disposições estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), pela legislação vigente e pelas normativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, especialmente no que se refere à promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.
Por fim, compromete-se a comunicar ao CMDCA quaisquer alterações relevantes relacionadas ao funcionamento, objetivos, público atendido, metodologia, equipe responsável ou demais características do Programa/Projeto/Serviço.
Nestes termos,
Pede deferimento.
Rio Negro/PR, _____ de _____ de 20____.
Nome do(a) Coordenador(a): _____
CPF: _____
Cargo/Função: _____
Secretaria/Departamento: _____
Assinatura: _____

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU SERVIÇO

1.1 Nome do Programa, Projeto ou Serviço: _____

1.2 Endereço: _____
Número: _____ **Bairro:** _____
Município: _____ **CEP:** _____
1.3 Telefone: _____
1.4 E-mail institucional: _____
1.5 Site/Redes sociais, se houver: _____
1.6 Data de Fundação: ____/____/____.
1.7 Caracterização do imóvel
Tipo de imóvel utilizado pela entidade:
( ) Próprio
( ) Alugado
( ) Cedido
( ) Outro: _____
Localização:
( ) Urbana
( ) Rural
2 INSTALAÇÕES FÍSICAS
Porte da Unidade m²

Tipo de construção:
( ) Alvenaria
( ) Madeira
( ) Mista

2.1 Instalações Físicas

DEPENDÊNCIA	QUANTIDADE	ÁREA APROXIMADA	ADEQUADA AS NORMAS
Sala de atendimento individual			( ) Sim ( ) Não
Sala de atendimento em grupo			( ) Sim ( ) Não
Sala administrativa			( ) Sim ( ) Não
Sala para atividades			( ) Sim ( ) Não
Cozinha			( ) Sim ( ) Não
Refeitório			( ) Sim ( ) Não
Banheiro			( ) Sim ( ) Não
Área Externa/lazer			( ) Sim ( ) Não
Dormitório			( ) Sim ( ) Não
Outros			( ) Sim ( ) Não

3 RECURSOS HUMANOS
3.1 Equipe técnica

NOME	CARGO/FUNÇÃO	FORMAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA	TIPO DE VÍNCULO

4 Característica do Atendimento
4.1 Público-alvo
_____

Faixa etária do público atendido
( ) 0 a 3 anos
( ) 4 a 6 anos

( ) 7 a 11 anos
( ) 12 a 17 anos
( ) Outra faixa etária: _____

4.3 Modalidade/ Tipo de Atendimento
Assinalar a modalidade que corresponde às ações desenvolvidas pelo programa, projeto ou serviço:
( ) Orientação e apoio sociofamiliar;
( ) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
( ) Apoio socioeducativo em meio aberto;
( ) Atendimento e acompanhamento individual e/ou familiar;
( ) Atendimento em grupo;
( ) Ações de prevenção e enfrentamento às violações de direitos;
( ) Atividades educativas, culturais, esportivas e/ou de lazer;
( ) Atendimento ou acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;
( ) Ações de fortalecimento da convivência familiar e comunitária;
( ) Colocação Familiar;
( ) Abrigo Institucional;
( ) Outros: _____

Forma de Atendimento
O atendimento é realizado de forma:
( ) Individual
( ) Familiar
( ) Coletiva
( ) Domiciliar
( ) Outra:_____

4 .4 Local de execução das atividades
_____

4.5 Periodicidade do atendimento/atividades
_____

4.6 Número estimado de crianças e/ou adolescentes atendidos
_____

4.7 Descrição resumida das principais atividades desenvolvidas
_____

5 PROJETO, PROGRAMA E SERVIÇO
Para cada programa, projeto ou serviço destinado a crianças e adolescentes, apresentar as informações abaixo:
5.1 Nome do programa/projeto/serviço
_____

5.2 Período de execução:
Início: ____/____/____
Término: ____/____/____
( ) Ação contínua
5.3 Identificação do objeto
_____

5.4 Justificativa
_____

5.12 Cronograma de execução

ATIVIDADE	PERÍODO DE EXECUÇÃO	PÚBLICO ATENDIDO	RESPONSÁVEL

ANEXO V

Ficha de Visita

Nome Projeto / Programa e Serviço: _____

Nome Responsável: _____
Responsável pelas informações: _____

Cargo: _____ RG: _____

Natureza
( ) Governamental
( ) Não Governamental

Tipo de Atendimento Prestado
( ) Orientação e apoio sociofamiliar
( ) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
( ) Apoio sociofamiliar – educativo em meio aberto
( )Colocaçãofamiliar
( ) Abrigo Instituccional
( ) Liberdade Assistida
( ) Prestação de Serviço a Comunidade
( ) Semiliberdade
( ) Outros _____

Instalações Físicas e estado de Conservação
( ) Adequada
( ) Inadequada
Quadro Funcional
( ) Adequado
( ) Inadequado
( ) Regular
Observação
_____

A entidade desenvolve programas de acolhimento?
( ) Sim
( ) Não

*** PARA ENTIDADES QUE DESENVOLVEM PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO, PREENCHER O ANEXO DESTA FICHA, PARA QUE O PARECER TENHA VALIDADE.**

Parecer Conclusivo pelo CMDCA:
_____

Assinatura do responsável pelas informações: _____

Data da Visita ____/____/____.

ANEXO VI

AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO
Aplicável aos Programas, Projetos ou Serviços que desenvolvam acolhimento de crianças e/ou adolescentes.
1 PRESERVAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES
1.1 São desenvolvidas ações destinadas à preservação e ao fortalecimento dos vínculos familiares da criança e/ou do adolescente acolhido? **( ) Sim ( ) Não**
Descrever as ações e estratégias adotadas:
_____
1.2 INSERÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA
São desenvolvidas ações visando à inserção da criança e/ou do adolescente em família substituta, quando indicada pelas autoridades competentes?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não se aplica
Descrever as ações, procedimentos e estratégias adotados:
_____

1.3 ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO E EM PEQUENOS GRUPOS
É realizado atendimento personalizado e/ou em pequenos grupos, considerando as necessidades, características e particularidades de cada criança e/ou adolescente acolhido? ( ) Sim ( ) Não
Frequência do atendimento: _____
Descrever a metodologia e as atividades desenvolvidas:
_____
PRESERVAÇÃO DO GRUPO DE IRMÃOS
São adotadas medidas para evitar o desmembramento de grupos de irmãos, preservando, sempre que possível, a convivência e a manutenção dos vínculos fraternos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não se aplica
Descrever as medidas adotadas:
_____

1.5 INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE

São desenvolvidas ações que favoreçam a integração das crianças e/ou adolescentes acolhidos à comunidade local, evitando seu isolamento social?
( ) Sim
( ) Não

Descrever as ações, atividades e estratégias adotadas:
_____

1.6 GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES
Considerando os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente aqueles previstos no art. 94, como estão sendo garantidos, no cotidiano do serviço de acolhimento, os seguintes direitos?
( ) Vestuário adequado às necessidades individuais;
( ) Alimentação adequada;
( ) Cuidados de saúde e atendimento médico, odontológico e demais cuidados necessários;
( ) Acesso e permanência na educação;
( ) Acesso à profissionalização, quando aplicável;
( ) Participação em atividades culturais, esportivas e de lazer;
( ) Acesso à assistência religiosa, para aqueles que desejarem, respeitando suas crenças e convicções;
( ) Convivência familiar e comunitária;
( ) Outros direitos previstos na legislação vigente.

1.7 REGISTROS E DOCUMENTAÇÃO PESSOAL
A unidade mantém registros individualizados de cada criança e/ou adolescente acolhido, mantendo informações que possibilitem sua identificação, acompanhamento e individualização do atendimento?
( ) Sim
( ) Não
( ) Parcialmente

Os registros contemplam:

( ) Dados cadastrais e documentos de identificação;
( ) Data e circunstâncias do acolhimento;
( ) Informações relevantes sobre a história de vida;
( ) Registros dos atendimentos e acompanhamentos realizados;
( ) Informações sobre saúde e acompanhamento médico;
( ) Informações sobre escolarização;
( ) Relação dos pertences pessoais;
( ) Registros de visitas e contatos familiares;
( ) Informações referentes ao Plano Individual de Atendimento – PIA;

( ) Outras informações relevantes para a individualização do atendimento

Descrever as ações, procedimentos e estratégias adotados para assegurar esses direitos
_____

Registrar outras informações relevantes verificadas durante a visita, especialmente quanto à organização, funcionamento, estrutura, recursos humanos, metodologia de atendimento e garantia dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos.
_____

1.8 PREPARAÇÃO PARA O DESLIGAMENTO
É realizado o trabalho de preparação da criança e/ou do adolescente para o desligamento do serviço de acolhimento? ( ) Sim ( ) Não
Descrever as estratégias adotadas, considerando a perspectiva de reintegração familiar, colocação em família substituta ou preparação para a vida autônoma, conforme a situação e as determinações judiciais:
_____

1.9 CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE
Os profissionais que compõem a equipe de trabalho participam de capacitações, treinamentos ou ações de formação continuada relacionadas ao atendimento de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento? ( ) Sim ( ) Não
Frequência das capacitações: _____
Descrever os temas abordados, a metodologia utilizada e a forma de realização das capacitações:
_____

1.10 OBSERVAÇÕES DA VISITA TÉCNICA
Registrar outras informações relevantes relacionadas à organização, funcionamento, metodologia de atendimento e garantia dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos.
_____

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES
Nome: _____
Cargo/Função: _____
Assinatura: _____
Data da visita: ____/____/____.

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:55A434B5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 274/2026 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 51/2026

OBJETO: Aquisição de óculos de grau completos (armação e lentes) para atendimento de beneficiários do Programa de Assistência Municipal a Saúde- PAMS.

Lote	Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
	1	15,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES CR 39 VISÃO SIMPLES ESFÉRICA (0,00 A 2,00)	189,00	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA
	2	15,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES CR 39 VISÃO SIMPLES ESFÉRICA (2,25 A 4,00)	208,00	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA
	3	6,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES CR 39 VISÃO SIMPLES ESFÉRICA (4,25 A 6,00)	253,00	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA
	4	25,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES CR 39 VISÃO SIMPLES ESF/CIL (0,00 A 4,00) CIL ATÉ 2,00	203,50	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA
	5	5,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES CR 39 VISÃO SIMPLES SURFAÇADA (+7,75 A -6,00)	329,00	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA
	6	3,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES CR 39 VISÃO SIMPLES SURFAÇADA (+8,00 A + 12,00)	390,00	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA
	7	5,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES BIFOCAIS ULTEX ACABADAS ESFÉRICAS CR-39 (0,00 A 2,00)	370,00	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA
	8	5,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES BIFOCAIS ULTEX SURFAÇADAS ESF/CIL CR-39	370,00	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA
	9	5,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES BIFOCAIS FLA-TOP SURFAÇADAS ESF/CIL CR-39	350,00	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA
	10	65,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES MULTIFOCAIS CR 39 (ALT 15MM)	350,00	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA
	11	30,00	UN	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS METAL, TIPO FIO DE NYLON COM PAR DE LENTES MULTIFOCAIS CR 39 (ALT 18MM)	389,00	PARIS PRODUTOS OPTICOS LTDA

Rio Negro, 08 de outubro de 2026 –

KARINA SAIBOTH –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:CEF40992

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 283/2026 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 55/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços funerários

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1.000,00	KM	TRANSLADO PERÍMETRO URBANO TRANSLADO: VEÍCULO ESPECIAL ADAPTADO PARA SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PERÍMETRO DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO.	2,50	FUNERÁRIA SÃO GABRIEL
2	7.000,00	KM	TRANSLADO FORA DO PERÍMETRO URBANO TRANSLADO: VEÍCULO ESPECIAL ADAPTADO PARA SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PERÍMETRO FORA DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO.	2,70	FUNERÁRIA SÃO GABRIEL
3	8,00	SRV	SERVIÇOS FUNERÁRIOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE ADOLESCENTES A PARTIR DE 13 A 18 ANOS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE:- 01 URNA MORTUÁRIA ADULTO SIMPLES COM VISOR, ENVERNIZADA. ;(CONFORME O TAMANHO DO CORPO) INVÓLUCRO ABSORVENTE, PREPARAÇÃO DO CORPO, ORNAMENTAÇÃO, VELAS, VÉU, TAMPONAMENTO, RECONSTITUIÇÃO	1.590,00	FUNERÁRIA SÃO GABRIEL
4	8,00	SRV	SERVIÇOS FUNERÁRIOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS INFANTIS DE 0 A 12 ANOS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE:- 01 URNA MORTUÁRIA SIMPLES, COM VISOR, ENVERNIZADA. (CONFORME O TAMANHO DO CORPO) INVÓLUCRO ABSORVENTE, PREPARAÇÃO DO CORPO, ORNAMENTAÇÃO, VELAS, VÉU, TAMPONAMENTO, RECONSTITUIÇÃO	1.190,00	FUNERÁRIA SÃO GABRIEL
5	25,00	SRV	SERVIÇOS FUNERÁRIOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS ADULTOS A PARTIR DE 18 ANOS COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE:- 01 URNA MORTUÁRIA SIMPLES, COM VISOR, ENVERNIZADA. (CONFORME O TAMANHO DO CORPO) INVÓLUCRO ABSORVENTE, PREPARAÇÃO DO CORPO, ORNAMENTAÇÃO, VELAS, VÉU, TAMPONAMENTO, RECONSTITUIÇÃO	1.650,00	FUNERÁRIA SÃO GABRIEL
6	8,00	UN	CONJUNTO ROUPA FUNERAL CONJUNTO DE ROUPA FUNERAL TAMANHO INFANTILCAMISA SOCIAL PP, CALÇA INFANTIL, CUECA, E MEIA.E MENINA: VESTIDO, MEIA E CALCINHA	115,00	FUNERÁRIA SÃO GABRIEL
7	8,00	UN	CONJUNTO ROUPA FUNERAL CONJUNTO DE ROUPA FUNERAL INFANTO-JUVENIL. MENINO CALÇA, BLAZER, GRAVATA, CAMISA, MEIA E CUECA/ MENINA: VESTIDO, MEIA E CALCINHA	120,00	FUNERÁRIA SÃO GABRIEL
8	25,00	UN	CONJUNTO ROUPA FUNERAL CONJUNTO DE ROUPA FUNERAL ADULTO: CONTENDO PARA HOMEM: CALÇAS,	210,00	FUNERÁRIA SÃO GABRIEL

			MEIA, GRAVATA (CORES AZUL/PRETO) E CAMISA DE MANGA LONGA BRANCA. PARA MULHERES VESTIDO LONGO E MEIA (BRANCA),		
9	30,00	SRV	TANATOPRAXIA TANATOPRAXIA ESTE SERVIÇO SERÁ PRESTADO NOS CASOS EXCEPCIONAIS QUE CABEM A TANATOPRAXIA, DEVENDO SER COMUNICADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOBRE O PROCEDIMENTO E JUSTIFICADO ATRAVÉS DE UMA DECLARAÇÃO DA PRÓPRIA FUNERÁRIA QUE SERÁ ANEXADA A NOTA FISCAL. INDICADO NOS CASOS DE: CADÁVERES QUANDO O PERÍODO DO ÓBITO ESTIVER COMPREENDIDO POR MAIS DE 24 HORAS; TRANSLADO REGIONAIS PROLONGADOS; MORTE EM QUE O CORPO APRESENTA ASPECTO NATURAL ALTERADO POR DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS, ACIDENTES, TRAUMAS E CIANOSE ACENTUADA, ALÉM DE SINAIS DE DECOMPOSIÇÃO, TAIS COMO MUDANÇA DA COR NATURAL, INCHAÇOS, VAZAMENTO E MAU CHEIRO.	790,00	FUNERÁRIA SÃO GABRIEL
10	41,00	UN	LANCHES KIT ALIMENTAÇÃO PARA AUXÍLIO EM FUNERAL CAFÉ 3 (CONTENDO: 2 CX CAFÉ EM PÓ, AÇUCAR 2KG, LEITE EM PÓ 3 PCT, MORTADELA 3KG, MARGARINA 2 POTE, PÃO 60 UNIDADES), PARA 20 PESSOAS.	190,00	FUNERÁRIA SÃO GABRIEL

Rio Negro, 09 de outubro de 2026 –

KARINA SAIBOTH –
Agente De Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:D2EA79D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2026

Ref. Pregão nº 094/2026 – Testes Rápidos – PA – 12.799/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa ITB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 57.150.785/0001-04 com sede à Rua João Thomaz Pinto, nº 1570, Galpão 03, Sala 99, Bairro Canhanduba, CEP nº 88.313-045, fone nº(47)9882-4929, e-mail: comercial@itbcomercio.com.br, na cidade de Itajaí - SC, representada pela Senhora DULCE MÉRI BUKOWITZ, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de testes rápidos para detecção de SARS-COV-2 (COVID-19), Influenza A e Influenza B, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 094/2026, devidamente homologado pelo Município em 06/10/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	TES	20.000,00	72839	Teste rápido para diagnóstico in vitro, por método imunocromatográfico de fluxo lateral, destinado à detecção qualitativa e simultânea de antígenos de SARS-CoV-2 (COVID-19), Influenza A e Influenza B em amostras de secreção respiratória obtidas por swab nasal ou nasofaríngeo. O teste deverá permitir a diferenciação dos vírus pesquisados em dispositivo único, apresentando resultado individual para cada agente viral analisado.	5,94	118.800,00	ACROBIOTECH

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na Nota de Empenho, observando rigorosamente as especificações técnicas constantes no edital.
Fornecer produtos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de utilização, devidamente acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento e transporte, contendo identificação do fabricante, marca, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente.
Substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos entregues em desacordo com as especificações técnicas, que apresentarem defeitos, vícios, avarias, irregularidades ou qualquer desconformidade com o objeto contratado, sem qualquer ônus para o Município.
Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, inclusive transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.
Responder integralmente pelos danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Efetuar o transporte dos produtos em veículos adequados, observando as condições de conservação, temperatura, higiene, segurança e demais exigências do fabricante e da legislação aplicável, garantindo a integridade dos materiais até o local da entrega.
Substituir imediatamente, sem qualquer ônus para o Município, os produtos extraviados, danificados ou deteriorados durante o transporte, carga, descarga ou armazenamento sob sua responsabilidade.
Cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), abstendo-se de praticar atos lesivos à Administração Pública, bem como adotar condutas éticas durante toda a execução contratual.
Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.
Responsabilizar-se pela garantia legal e, quando aplicável, pela garantia contratual dos produtos fornecidos, promovendo a substituição dos materiais que apresentarem defeitos dentro do prazo de garantia.
Manter os preços registrados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as hipóteses de revisão, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante comprovação e autorização da Administração.
Poderá ser exigida anteriormente à entrega a apresentação de catálogo, ficha técnica, manual ou documento equivalente, quando necessário para comprovação do atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência.
Os produtos ofertados deverão possuir prazo de validade, acondicionamento, rotulagem e identificação em conformidade com as normas da ANVISA e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
O fornecimento dos produtos será realizado mediante emissão de Nota de Empenho e/ou requisição expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e neste Termo de Referência.
Os produtos deverão ser entregues no local indicado na Nota de Empenho ou requisição, em dias úteis, no horário de expediente da Administração Municipal, devidamente acompanhados da respectiva Nota Fiscal.
Os produtos entregues serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa pelo servidor responsável pelo recebimento. Constatada qualquer irregularidade, desconformidade ou divergência em relação às especificações técnicas constantes no Edital, na proposta ou neste Termo de Referência, os produtos serão recusados, total ou parcialmente, devendo a contratada promover sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
Havendo rejeição parcial dos produtos, a contratada deverá emitir nova Nota Fiscal contendo apenas os itens efetivamente aceitos pela Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.
Independentemente do recebimento provisório ou definitivo, a contratada responderá pela qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo de garantia legal e, quando aplicável, da garantia do fabricante, obrigando-se a substituir, reparar ou ressarcir qualquer produto que apresente defeito, vício, irregularidade ou desconformidade, sem qualquer custo para o Município.
As aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão realizadas conforme a necessidade da Administração Pública, mediante emissão de Nota de Empenho ou outro instrumento hábil de contratação, não obrigando o Município de Rolândia à aquisição da totalidade dos quantitativos registrados, ficando assegurado ao fornecedor registrado o direito de preferência em igualdade de condições, na forma da legislação vigente.
Caso sejam entregues produtos que não atendam às especificações técnicas, às exigências da ANVISA, às normas da ABNT, do INMETRO, aos prazos mínimos de validade, às condições de acondicionamento, rotulagem, embalagem ou demais requisitos previstos neste Termo de Referência e no Edital, a contratada deverá substituí-los integralmente no prazo estabelecido pela Administração, sem qualquer ônus para o Município.
O recebimento definitivo dos produtos não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, garantia e conformidade dos materiais fornecidos, permanecendo responsável por eventuais vícios ocultos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da legislação civil aplicável.
Todos os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras, lacradas e em perfeitas condições de conservação, transporte e armazenamento, respeitando as exigências do fabricante e da legislação sanitária vigente.
Os produtos deverão possuir prazo de validade compatível com sua utilização pela Administração Pública, observando-se, quando aplicável, o prazo mínimo de validade exigido nas especificações técnicas de cada item do Termo de Referência.
CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e oitocentos reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;

• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.

Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
Para assegurar a continuidade do fornecimento decorrente do Sistema de Registro de Preços, quando a Ata estiver próxima do término de sua vigência ou do esgotamento dos quantitativos nela registrados, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório para o mesmo objeto. Concluído

o novo certame e formalizada a respectiva Ata de Registro de Preços, a presente Ata poderá ser cancelada mediante decisão motivada da Administração, observados os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 09 – Saúde.
Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 06 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***ITB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	ÉRIKA FERNANDA DOS SANTOS BEZERRA LUDWIG
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:8DEA7ADF

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2026

Ref. Pregão nº 080/2026 – Cursos Assistência – PA – 9.643/2026

O **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO**, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa **INSTITUTO HAWARD – ESCOLA DE LÍNGUAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 09.110.828/0001-77, com sede à Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1095, Centro, na cidade de Londrina – PR, CEP 86.020-000, Fone (43) 3379-9900, (43) 3379-2900, (43) 98443-5301, e-mail felipeslompopires@gmail.com, representada pelo Senhor **FELIPE SLOMPO PIRES RICARDO** mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cursos destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 080/2026, devidamente homologado pelo Município em 23/09/2026. Ressalta-se que a presente Ata de Registro formaliza a inclusão dos itens decorrentes da desclassificação da licitante detentora da primeira colocação.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total
2	und	1,00	72583	CURSO DE ALONGAMENTO DE UNHA FIBRA DE VIDRO - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO O Curso deverá desenvolver atividades práticas e teóricas na área de Alongamento de Unha Fibra de Vidro, tais como: Aplicação Completa de Unha em Fibra de Vidro; Ordem dos Produtos e como são utilizados; Preparação do leito; Desidratação; Regularizar ph da unha; Capa base; Aplicação correta da fibra; Ponto de tensão; Acabamento fino e com o motor; finalização top colt e cutícula; Construção e acabamento motor; Manutenção de unha de Fibra; Remoção unha de fibra completa; Formatos(bailarina	1.900,00	1.900,00

				almond- estileto); Decoração (encapsulado esmaltação gel); Banho em gel;		
15	und	5,00	72596	CURSO DE MANICURE E PEDICURE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO O Curso deverá desenvolver atividades práticas e teóricas na área de Manicure e Pedicure, tais como: Conhecendo produtos Bio segurança Esterilização materiais Lixamento da unha Cutilagem Esmaltação Preparação dos pés Remoção calosidade Esfoliação Hidratação Esmaltação e francesinha Higienização; Unhas decoradas Spas de mãos e pés. Descrição de acordo com o Anexo I - Termo de Referência.	1.940,00	9.700,00

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Executar os serviços de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência, Edital e demais documentos que integram a contratação.
Disponibilizar profissionais devidamente qualificados para ministrar os cursos, oficinas e atividades previstas no objeto.
Fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços, quando exigidos.
Cumprir integralmente a carga horária, o conteúdo programático e o cronograma previamente definidos.
Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros e demais obrigações legais.
Manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
Comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.
Corrigir, sem ônus para a Administração, eventuais falhas, irregularidades ou inadequações identificadas na execução do objeto.
Emitir certificados de participação ou conclusão aos alunos que cumprirem os requisitos estabelecidos para cada curso, quando aplicável.
Todos os materiais, equipamentos, insumos e recursos necessários para a realização dos cursos serão de inteira responsabilidade da contratada, incluindo seu fornecimento, transporte, disponibilização e reposição, quando necessário.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
Os cursos deverão ser realizados em local indicado pela Prefeitura Municipal de Rolândia, conforme cronograma e necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo ocorrer em espaços próprios da Administração ou em outros locais previamente autorizados.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, insumos, apostilas, certificados e demais recursos necessários à execução dos cursos, os quais deverão estar integralmente incluídos no valor da proposta, sendo vedada a cobrança de qualquer valor adicional da CONTRATANTE durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

- **Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;**
- **Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;**
- **Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;**
- **Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;**
- **Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;**
- **Apresentar declaração ou documentação falsa;**
- **Fraudar a licitação ou a execução do registro;**
- **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**
- **Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;**
- **Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.**

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

- **Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;**
- **Deixar de entregar documentação exigida para o certame;**
- **Apresentar documentação falsa;**
- **Ensejar o retardamento da execução do registro;**
- **Não manter a proposta;**
- **Falhar ou fraudar na execução do registro;**
- **Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.**

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O início da execução dos serviços ocorrerá de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante emissão da Ordem de Serviço ou Autorização de Execução pela CONTRATANTE, observando-se o cronograma e as datas previamente definidas pela Secretaria.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação. Dessa forma, a vigência da presente Ata de Registro de Preços estender-se-á até 22/09/2027, podendo ser prorrogada por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

10 – Assistência Social

Classificação Orçamentária:
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA;

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 08 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***INSTITUTO HAWARD – ESCOLA DE LÍNGUAS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	MICHELE DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:DD6778F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 147/2026

PORTARIA N° 147, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede e Interrompe Férias Regulares aos Servidores Municipais abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Restabelece 06 (seis) dias de Férias Regular ao Servidor Municipal abaixo especificado:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Nº Portaria
01	Adair Nazareno Banck	Técnico Agrícola	01/03/1996	2025//2026	13/10/2026 a 18/10/2026	083/2026

Art. 2º - Concede 15 (trinta) dias de Férias Regular ao Servidor Municipal abaixo especificado:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Adair Nazareno Banck	Técnico Agrícola	01/03/1996	2025//2026	19/10/2026 a 02/11/2026

Art. 3º - Concede 15 (quinze) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificados, restando 15 (quinze) dias para usufruírem oportunamente:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Cirlei Aparecida Fraga Souza	Assistente de Administração	01/07/2002	2025/2026	13/10/2026 a 27/10/2026
02	David Edson Dallabarba	Motorista	01/10/2025	2025/2026	15/10/2026 a 29/10/2026
03	Willian Pereira Augusto	Recepcionista	02/07/2024	2024/2025	19/10/2026 a 02/11/2026

Art. 4º - Interrompe a partir de 13 de outubro de 2026 as Férias Regular do servidor municipal **VALDEMAR BORSATTI**, brasileiro, portador da Matrícula 3093/1, admitido em 01/07/2002, período aquisitivo 2025/2026, ocupante do Cargo de Motorista do quadro de pessoal efetivo, restando 10 (dez) dias para serem usufruídos oportunamente.

Art. 5º - Interrompe a partir de 13 de outubro de 2026 as Férias Regular do servidor municipal **RODRIGO BASE**, brasileiro, portador da Matrícula 2666/2 admitido em 01/08/2003, período aquisitivo 2018/2019, ocupante do Cargo de Contador do quadro de pessoal efetivo, restando 18 (dezoito) dias para serem usufruídos oportunamente.

Art. 6º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 13 de outubro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:9AB2D4F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 680/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de administração

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Objetivo	Valor	Data	Veiculo
A	Sidnei Pereira	Motorista de veiculos pesados	Jacarezinho – PR	Transportar Universitarios	R$ 90,00	15 e 16 Outubro de 2026	UBR0H20

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 13 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:C102AA60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRÔNICO 27/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 27/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 27/2026

Validade da ata: de 13/10/2026 até 13/10/2027

ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS

61.254.896 BRIAN DE AQUINO BRUNO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Und. medida**	**Quantidade**	**Valor unitário**	**Valor limite**
1	Computador completo 16GB Ram	2Eletro - Cd2e-0123To	UND	6,0000	R$ 1.249,99	R$ 7.499,94
Valor total						**R$ 7.499,94**
DIGITALPAR INFORMATICA LTDA						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Und. medida**	**Quantidade**	**Valor unitário**	**Valor limite**
1	Impressora multifuncional laser colorida	Lexmark - Cx431	UND	2,0000	R$ 2.799,99	R$ 5.599,98
Valor total						**R$ 5.599,98**
DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Und. medida**	**Quantidade**	**Valor unitário**	**Valor limite**
1	Tela para projetor tripe 120 polegadas portátil	Mse - Tela Pára Projetor 120P	UND	2,0000	R$ 513,89	R$ 1.027,78
Valor total						**R$ 1.027,78**
E ANTONINI COMERCIO E SERVICOS LTDA						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Und. medida**	**Quantidade**	**Valor unitário**	**Valor limite**
1	Cama elástica 3,66 Lona Preta Com 72 Molas	Papi Brink	UND	2,0000	R$ 2.240,00	R$ 4.480,00
Valor total						**R$ 4.480,00**
FEMANN COMERCIO E SERVICOS LTDA						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Und. medida**	**Quantidade**	**Valor unitário**	**Valor limite**
1	Bandeja de plástico para servir alimento de 12,5 l	Giplas - Giplas	UND	8,0000	R$ 30,94	R$ 247,52

2	Colher de alumínio infantil com pontas arredondada	Gp Inox - Gp Inox	UND	180,0000	R$ 4,90	R$ 882,00
3	Panela de alumínio com alça e tampa Nº50	Max Aluminio - Max Aluminio	UND	4,0000	R$ 430,00	R$ 1.720,00
4	Prato de alumínio polido fundo	Gp Inox - Gp Inox	UND	200,0000	R$ 10,00	R$ 2.000,00
Valor total						**R$ 4.849,52**

GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Sabonete líquido embalagem de 5 litros	Super Vale - Sabonete Líquido Flor De Mariá - Erva Doce 5L	UND	10,0000	R$ 50,29	R$ 502,90
Valor total						**R$ 502,90**

LICITAINFO LTDA

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Smart Tv 50 polegadas 4k Qled	Hq - Qled50sm	UND	5,0000	R$ 1.900,00	R$ 9.500,00
Valor total						**R$ 9.500,00**

M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Assadeira de alumínio lisa 58x70x4 cm	Industrial Alumínio - Industrial Alumínio	UND	4,0000	R$ 134,00	R$ 536,00
Valor total						**R$ 536,00**

N A FERREIRA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Kit com 4 garrafa de tinta pra impressora original	Zhuai Mingjia/Macrojet - Kit Refil De Tinta	UND	4,0000	R$ 204,00	R$ 816,00
Valor total						**R$ 816,00**

S. C. COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Instrumentos de Percussão, Instrumentos Musicais Bandinha Rítmica, conjunto 24 peças com Mochila Transparente	Jg - Bandinha	UND	4,0000	R$ 550,00	R$ 2.200,00
Valor total						**R$ 2.200,00**

YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Bola de Iniciação Para Escolas Educação Infantil Tamanho 12	Magussy Evolution - Bola De Iniciação P	UND	10,0000	R$ 42,40	R$ 424,00
2	Lenço umedecido pacote com 88 unidades	Baby Free - Lenço Umedecido P	UND	20,0000	R$ 11,49	R$ 229,80
3	Termômetro digital.	Gtech - Termômetro Digital.	UND	4,0000	R$ 42,40	R$ 169,60
Valor total						**R$ 823,40**

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:3C258673

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - 13/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO					
PROCESSO ADMINISTRATIVO					
Modalidade:	Inexigibilidade				
Número/Ano:	13/2026	**Data de abertura:**		09/10/2026	
Data adjudicação:	09/10/2026	**Data homologação:**		09/10/2026	
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**		Menor preço	
Modo de disputa:		**Condição de pagamento:**		Único	
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Não
Objeto da licitação:	Veículo automotor 0 km, modelo Sedan, por meio de adesão ao Pregão do CIRAU PE nº 23/2025, ARP nº 19/2025.				

Nos termos do Art. 74, caput, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA	59.104.422/0103-84	R$ 157.000,00
Total:		**R$ 157.000,00**

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
19034	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, TIPO SEDAN. COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: ZERO QUILÔMETRO, NA COR BRANCA OU PRATA, ANO/MODELO DE FABRICAÇÃO 2025/2026 OU SUPERIOR, MOTOR COM NO MÍNIMO 150 CV, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA OU ETANOL), DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, 04 (QUATRO) PORTAS, AR CONDICIONADO, TRAVAS EVIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, PROTEÇÃO DECÁRTER, TANQUE DE COMBUSTÍVEL DENOMÍNIMO 47 LITROS, CENTRAL MULTIMÍDIA COM TELA DE TOQUE COM SINTONIZADOR E ANTENA DERÁDIO, CONEXÃO USB E BLUETOOTH, COMPUTADOR DE BORDO, AIRBAGS FRONTAIS, LIMPADOR, LAVADOR E DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO, PORTA MALAS COM CAPACIDA DE DE NOMÍNIMO 400 LITROS, SENSOR TRASEIRO DE ESTACIONAMENTO, FARÓIS DE NEBLINA, CÂMBIO AUTOMÁTICO, PNEUS E RODAS DE ACORDO COM OMODELO OFERTADO, TAPETES E DEMAIS ITENS DE SÉRIE PARA OMODELO, EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELOS ORGÃOS DE TRÂNSITO PARA O MODELO.	UND	1,0000	R$ 157.000,0000	R$ 157.000,00
Valor Total: R$ 157.000,00					

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 9 de outubro de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:4049661C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 27/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO					
PROCESSO ADMINISTRATIVO					
Modalidade:		Pregão Eletrônico			
	Número/Ano:	27/2026	**Data de abertura:**	11/09/2026	
	Data adjudicação:	06/10/2026	**Data homologação:**	13/10/2026	
	Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**	Menor preço	
	Modo de disputa:	Proposta - Lance	**Condição de pagamento:**	Parcelada	
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Sim
Objeto da licitação:					
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EDUCAÇÃO ETI					

Nos termos do Art. 28, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
61.254.896 BRIAN DE AQUINO BRUNO	61.254.896/0001-20	R$ 7.499,94
DIGITALPAR INFORMATICA LTDA	18.861.730/0001-42	R$ 5.599,98
DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA	58.892.523/0001-70	R$ 1.027,78
E ANTONINI COMERCIO E SERVICOS LTDA	58.545.693/0001-88	R$ 4.480,00
FEMANN COMERCIO E SERVICOS LTDA	50.704.028/0001-88	R$ 4.849,52
GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	R$ 502,90
LICITAINFO LTDA	52.277.278/0001-04	R$ 9.500,00
M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA	24.912.303/0001-49	R$ 536,00
N A FERREIRA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA	20.915.722/0001-83	R$ 816,00
S. C. COMERCIAL LTDA	20.758.465/0001-13	R$ 2.200,00
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	51.740.794/0001-60	R$ 823,40
Total:		**R$ 37.835,52**

61.254.896 BRIAN DE AQUINO BRUNO - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18567	Computador completo 16GB Ram	UND	6,0000	R$ 1.249,9900	R$ 7.499,94
Valor Total: R$ 7.499,94					
DIGITALPAR INFORMATICA LTDA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18566	Impressora multifuncional laser colorida	UND	2,0000	R$ 2.799,9900	R$ 5.599,98
Valor Total: R$ 5.599,98					
DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18564	Tela para projetor tripe 120 polegadas portátil	UND	2,0000	R$ 513,8900	R$ 1.027,78
Valor Total: R$ 1.027,78					
E ANTONINI COMERCIO E SERVICOS LTDA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18568	Cama elástica 3,66 Lona Preta Com 72 Molas	UND	2,0000	R$ 2.240,0000	R$ 4.480,00
Valor Total: R$ 4.480,00					
FEMANN COMERCIO E SERVICOS LTDA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18552	Prato de alumínio polido fundo	UND	200,0000	R$ 10,0000	R$ 2.000,00
18553	Colher de alumínio infantil com pontas arredondada	UND	180,0000	R$ 4,9000	R$ 882,00
18554	Bandeja de plástico para servir alimento de 12,5 l	UND	8,0000	R$ 30,9400	R$ 247,52
18555	Panela de alumínio com alça e tampa Nº50	UND	4,0000	R$ 430,0000	R$ 1.720,00
Valor Total: R$ 4.849,52					
GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18547	Sabonete líquido embalagem de 5 litros	UND	10,0000	R$ 50,2900	R$ 502,90
Valor Total: R$ 502,90					
LICITAINFO LTDA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18562	Smart Tv 50 polegadas 4k Qled	UND	5,0000	R$ 1.900,0000	R$ 9.500,00
Valor Total: R$ 9.500,00					
M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18556	Assadeira de alumínio lisa 58x70x4 cm	UND	4,0000	R$ 134,0000	R$ 536,00
Valor Total: R$ 536,00					
N A FERREIRA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18544	Kit com 4 garrafa de tinta pra impressora original	UND	4,0000	R$ 204,0000	R$ 816,00
Valor Total: R$ 816,00					
S. C. COMERCIAL LTDA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18565	Instrumentos de Percussão, Instrumentos Musicais Bandinha Rítmica, conjunto 24 peças com Mochila Transparente	UND	4,0000	R$ 550,0000	R$ 2.200,00
Valor Total: R$ 2.200,00					
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18546	Lenço umedecido pacote com 88 unidades	UND	20,0000	R$ 11,4900	R$ 229,80
18559	Bola de Iniciação Para Escolas Educação Infantil Tamanho 12	UND	10,0000	R$ 42,4000	R$ 424,00

18560	Termômetro digital.	UND	4,0000	R$ 42,4000	R$ 169,60
Valor Total: R$ 823,40					

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 13 de outubro de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:C8C20B47

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

LEGISLATIVO MUNICIPAL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 179/2026.
DATA DA REALIZAÇÃO: 23/09/2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, entidade pública estabelecido na Avenida do Rosário, nº 230, Centro Santa Lúcia - Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob nº **01.491.938/0001-14**, **DISPENSA** a Licitação, conforme o inciso II do Artigo 75, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, a favor das empresas **AJATONET SISTEMA MULTIMIDIA LTDA** sito à AV CURIITBA, 494, 0 - CEP: 86930000 - BAIRRO: CENTRO
CIDADE/UF: São João do Ivaí/PR, inscrita no CNPJ sob nº 15.465.267/0001-21**, ALFASEGLINS ALARMES E MONITORAMENTO 24 HORAS LTDA** sito à Rua PEDRO DE TOLEDO, 0 - CEP: 16400106 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Lins/SP**,** inscrita no CNPJ sob nº 44.586.008/0001-57, **ALL EMPREENDIMENTOS** sito à RUA JATAI,
0 - CEP: 77760000 - BAIRRO: SETOR SUL CIDADE/UF: Colinas do Tocantins/TO**,** inscrita no CNPJ sob nº 50.192.873/0001-11, **D.A.C MÓVEIS-LTDA** sito à Rua IRMÃOS VILAS BOAS, N° 1350, 0 - CEP: 87570000 -
BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Francisco Alves/PR**,** inscrita no CNPJ sob nº 56.101.450/0001-25, **LOGMAX SOLUÇÕES EM SUPRIMENTOS LTDA** sito à RUA JOSÉ VERSOLATO, 0 BLOCO B, SALA 3102 - CEP:
09750730 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: São Bernardo do Campo/SP, inscrita no CNPJ sob nº 58.989.903/0001-27, para **AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES NOVOS, COMPREENDENDO TABLETS, TELEVISORES, MONITOR LED, MESA DE ESCRITÓRIO E APARELHO DE AR-CONDICIONADO**, no valor de ***R$ 32.110,02***
(Trinta e Dois Mil, Cento e Dez Reais e Dois Centavos), por um período de **90 Dias**, conforme abaixo descrito:

AJATONET SISTEMA MULTIMIDIA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid ade	Quantidad e	Preço	Preço total
1	1	AR CONDICIONA DO TIPO SPLIT 9.000 BTUS Ciclo quente e frio, alimentação 220V, tecnologia inverter, classificação energética mínima A, com controle remoto sem fio, utilizando gás refrigerante ecológico, com garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da	ELGIN		UN	1,00	2.500,00	2.500,00
		data da entrega. O fornecimento deverá incluir instalação completa do equipamento, contemplando mão de obra especializada, suportes metálicos para fixação da unidade externa, tubulação de cobre isolada de até 3 metros, cabos elétricos necessários à interligação do equipamento até o ponto de energia, mangueira de dreno, fixação das unidades interna e externa, realização de testes de funcionamento e todos os materiais necessários para o perfeito funcionamento do sistema.						
TOTAL								2.500,00
ALFASEGLINS ALARMES E MONITORAMENTO 24 HORAS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid ade	Quantidad e	Preço	Preço total
4	1	TABLET COM PROCESSADO R OCTA-CORE Frequência mínima de até 2,2 GHZ. tela de no mínimo 11 polegadas,	Xiaomi Redmi Pad 2 4G		UN	10,00	1.892,00	18.920,00
		resolução mínima 1920 x 1200 (wuxga), tecnologia TFT ou superior, com profundidade de cor mínima de 16 milhões de cores e microfone integrado. memória ram mínima de 8GB e armazenamento interno mínimo de 256GB, com suporte a expansão por cartão micro sd até 1 tb. Sistema operacional Android ou IOS em versão compatível com aplicativos atuais. Conectividade mínima: rede móvel com suporte a cartão nano sim, wi-fi 802.11 a/b/g/n/ac (2.4 ghz e 5 ghz), bluetooth 5.1 ou superior, porta usb 2.0 ou superior, entrada para fone de ouvido 3,5 mm (p2). Bateria interna não removível, com capacidade mínima aproximada de 7.040 MAH. Deverá possuir certificado						
		Anatel impresso, gravado ou colado de forma indelével no próprio produto ou na embalagem e interface em Português/Br. Acessórios mínimos: carregador, manual em Português/Br, cabos de dados e extrator de bandeja para cartão micro sd.						
TOTAL								18.920,00

ALL EMPREENDIMENTOS

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid ade	Quantidad e	Preço	Preço total
5	1	MONITOR DE LED DE 23,8 POL Monitor de vídeo LED, widescreen 16:9, tela de no mínimo 23,8 polegadas, painel IPS ou tecnologia equivalente, resolução nativa mínima de 1920 x 1080 (Full HD), brilho mínimo de 250 cd/m², contraste mínimo de 1000:1, tempo de resposta máximo de 5 ms, taxa de atualização mínima de 100 Hz, tela com	Duex 24 POL		UN	1,00	584,00	584,00
		tratamento antirreflexo, ângulo de visão mínimo de 178° na horizontal e vertical, com no mínimo 1 entrada HDMI e 1 entrada VGA ou DisplayPort, ajuste de inclinação (tilt), furação padrão VESA (75x75mm ou 100x100mm), alimentação bivolt automático (110V/220V - 50/60Hz). Acompanha cabo de força padrão NBR 14136, cabo de vídeo compatível, base original de fábrica e manual em português. Deverá possuir certificado Anatel impresso, gravado ou colado de forma indelével no próprio produto ou na embalagem e interface em Português/Br.						
TOTAL								584,00

D.A.C MÓVEIS-LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid ade	Quantidad e	Preço	Preço total
2	1	MESA DE ESCRITÓRIO	PRÓPRIA PRÓPRIO		UN	1,00	600,00	600,00
		EM MDF 1,40 M Mesa de escritório em MDF, com tampo retangular, medindo aproximadament e 140 cm de comprimento, 65 cm de profundidade e 85 cm de altura, admitida tolerância de até 5%. Tampo com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com material melamínico ou equivalente, resistente à abrasão e de fácil limpeza. Estrutura em MDF com espessura mínima de 18 mm, devidamente acabada e estável. Deverá possuir no mínimo 3 gavetas, com corrediças metálicas ou sistema equivalente, puxadores com funcionamento adequado. As bordas deverão possuir acabamento em fita de PVC ou equivalente, sem						
		rebarbas ou arestas cortantes. O móvel deverá ser novo, de primeiro uso, entregue montado e em perfeitas condições de utilização, sem defeitos, empenamentos ou avarias. Produto deverá ser na cor Palha						
TOTAL								600,00

LOGMAX SOLUÇÕES EM SUPRIMENTOS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid ade	Quantidad e	Preço	Preço total
3	1	TELEVISÃO 70 POLEGADAS Tela led mínima de 70 polegadas , resolução 4k uhd (3840 x 2160), tecnologia HDR10+, sistema operacional Smart (Android tv, Tizen ou Webos), conectividade wifi e bluetooth, mínimo 3 entradas HDMI e 2 entradas USB, 01 entrada para rede local cabeada padrão rj-45 (porta ethernet/lan), voltagem: bivolt (110/220v). Deverá possuir	SAMSUNG 70		UN	2,00	4.753,01	9.506,02
		certificado Anatel impresso, gravado ou colado de forma indelével no próprio produto ou na embalagem e interface em Português/Br. Itens inclusos : controle remoto, manual em Português/Br, cabo de energia, pés.						
TOTAL								9.506,02

As razões que levaram á escolha do contratado, nos termos do art. 72, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 37/2025 são: seleção mediante processo de disputa, nos termos do art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021 e arts. 12 e 14 do Decreto Municipal nº 37/2025.
Publique-se.

Gabinete da Presidência treze dias de outubro de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

Publicado por:
Ana Flavia Lorenzetti
Código Identificador:A30E4554

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 08 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE

MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR

CONSOLIDADO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	5.546.544,82	3.380.251,72
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	559.794,58	456.475,85
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.204.977,62	451.239,20
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.813.118,58	1.359.100,83
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.968.654,04	1.113.435,84
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.703.803,99	30.796.806,26
2.1 - Cota-Parte FPM	23.645.597,50	19.665.019,66
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.000.000,00	18.492.688,58
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas 'd', 'e' e 'f'	2.645.597,50	1.172.331,08
2.2 - Cota-Parte ICMS	14.200.000,00	9.869.948,27
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	209.284,69	156.624,73
2.4 - Cota-Parte ITR	1.500.000,00	175.825,44
2.5 - Cota-Parte IPVA	1.148.921,80	929.388,16
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**46.250.348,81**	**34.177.057,98**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**7.611.641,30**	**5.924.895,04**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	**3.950.945,90**	**2.619.369,46**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	7.357.280,32	4.659.094,72
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.257.646,65	4.633.269,14
6.1.1 - Principal	7.203.877,49	4.602.236,00
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	53.769,16	31.033,14
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	25.825,58
6.2.1 - Principal	0,00	25.825,58
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	99.633,67	0,00
6.4.1 - Principal	99.633,67	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	-407.763,81	-1.322.659,04
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	308.229,12	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	308.229,12	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**4.967.323,84**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	7.658.987,55	4.794.739,14	4.794.739,14	4.794.739,14
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.559.353,88	4.794.739,14	4.794.739,14	4.794.739,14
10.1.1 - Educação Infantil	1.502.291,59	952.947,53	952.947,53	952.947,53
10.1.2 - Ensino Fundamental	6.057.062,29	3.841.791,61	3.841.791,61	3.841.791,61
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	99.633,67	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	99.633,67	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)				R$ 1,00
INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	4.493.031,91	4.493.031,91	4.493.031,91	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.493.031,91	4.493.031,91	4.493.031,91	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00

12 - OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES				
12.1 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	4.493.031,91	4.493.031,91	4.493.031,91	
12.2 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	0,00	0,00	0,00	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - INDICADORES FUNDEB (70% E 4%)				
15.1 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.261.366,30	4.493.031,91	4.493.031,91	96,44
15.2 - MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB NA CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	186.363,79	0,00	0,00	0,00
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)		VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	465.909,47	166.062,81	166.062,81		0,00	3,56
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	708.707,05	308.229,12	301.707,23	0,00	6.521,89	6.521,89

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	7.618.245,06	3.962.404,47	3.654.925,55	3.584.842,13
20.1 - Educação Infantil	367.424,89	239.015,35	189.015,35	189.015,35
20.2 - Ensino Fundamental	4.970.932,58	2.846.267,85	2.688.408,29	2.656.509,85
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	36.750,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	264.166,80	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	1.074.505,68	615.706,21	599.306,82	594.767,70
20.6 - Transporte (Escolar)	708.067,41	261.415,06	178.195,09	144.549,23
20.7 - Outras	196.397,70	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	12.997.345,02	7.578.315,11	7.370.455,55	7.338.557,11
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.869.716,48	1.191.962,88	1.141.962,88	1.141.962,88
21.1.1 - Creche	--	--	--	--
21.1.2 - Pré-escola	--	--	--	--
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	11.127.628,54	6.386.352,23	6.228.492,67	6.196.594,23

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)					3.654.925,55
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					5.924.895,04
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)					0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					6.521,89
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af)) 4 e 7					0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27))					9.573.298,70
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			8.544.264,50	9.573.298,70	28,01
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.608.932,58	4.415.331,91
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	738.851,31	645.747,89
31.1.1 - Salário-Educação	471.523,25	403.766,34
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	132.967,52	110.767,00
31.1.4 - PNATE	134.360,54	128.869,51
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	2.345,04
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.750.000,00	2.596.165,65

31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00		0,00	
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00		0,00	
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00		0,00	
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.120.081,27		1.173.418,37	
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	3.638.592,12	3.323.752,12	2.476.731,08	2.362.300,29
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	672.050,00	659.960,00	398.673,89	357.189,36
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	786.662,15	826.211,70	708.998,73	656.723,31
32.3 - ENSINO MÉDIO	1.365.504,00	1.362.839,78	1.075.802,24	1.075.802,24
32.4 - ENSINO SUPERIOR	5.500,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	5.250,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	803.625,97	474.740,64	293.256,22	272.585,38
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**18.915.824,73**	**12.942.742,97**	**11.739.776,53**	**11.521.370,82**
33.1 - Despesas Correntes	16.928.819,49	11.309.812,08	10.535.706,19	10.438.438,96
33.1.1 - Pessoal Ativo	12.251.520,67	8.117.788,24	8.117.788,24	8.115.240,39
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	264.166,80	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	4.413.132,02	3.192.023,84	2.417.917,95	2.323.198,57
33.2 - Despesas de Capital	1.987.005,24	1.632.930,89	1.204.070,34	1.082.931,86
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.987.005,24	1.632.930,89	1.204.070,34	1.082.931,86
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	-8.246.881,75		28.517,02	
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.659.094,72		403.766,34	
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	4.794.739,14		199.850,10	
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-8.382.526,17		232.433,26	
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00		0,00	
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	220.214,98		0,00	
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	-8.602.741,15		232.433,26	

RREO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 274/2016, art. 11, II, b)				
DESPESA COM EDUCAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
DESPESAS COM EDUCAÇÃO EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)
EDUCAÇÃO INFANTIL (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas com MDE Custeadas com Recursos do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com outros Recursos destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL (II)	**42.659,90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas com MDE Custeadas com Recursos do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos	21.329,95	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com outros Recursos destinados à Educação	21.329,95	0,00	0,00	0,00
ENSINO MÉDIO (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas com MDE Custeadas com Recursos do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com outros Recursos destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
ENSINO SUPERIOR (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com outros Recursos destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com MDE Custeadas com outros Recursos destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO VII = (I + II + III + IV + V)	**42.659,90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA. Emissão: 08/10/2026, às 15:12:13.				
[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.				
[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.				
[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de				
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.				
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.				
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.				
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.				
Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.				
Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).				
Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.				
Nota(s) Explicativa(s):				

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:F58F2E1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 54/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e M. MARTINS VIAGENS LTDA–ME, CNPJ/MF nº 18.590.524/0001-45

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviço integrado de passeio turístico, para pessoas idosas e equipe técnica

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2026 DE 07/10/2026.
OBJETO: passeio turístico
08.001.08.241.0026.2.072. - MANUTENÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO A PESSOA IDOSA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid	Valor
01	Passeio a Salto Bandeirantes, município de Santa Fé-PR, no dia 11 de novembro de 2026. Horário de saída às 5h (manhã). Retorno 17h30 (tarde) - 75 participantes. Incluso: - ônibus DD ano 2025 com 64 lugares leito, Turismo; - Van ano 2024 com 19 lugares; - Entrada do parque; - Café da manhã; - Almoço (água, suco e refrigerante); - Piscina; - Passeio de charrete; - Pedalinho; - Bingo; - Forrozinho; - Lanche da tarde; - Guia cadastur a bordo.	Serv	25.000,00

Valor global: **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 09 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:87F76F3B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 222, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Ementa**:** Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$646.000,00 (seiscentos e quarenta e seis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.030		DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL BASICA - FUNDO DE ASSITENCIA SOCIAL	
06.030.08.244.0009.2.049		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL BASICA E ESPECIAL	
139 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	130.000,00
06.040		DIVISAO DE FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
06.040.08.243.0010.6.053		MANUTENCAO DA CASA LAR	
172 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
07		DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS	
07.060		DIVISAO DE TRANSITO E TRANSPORTE	
07.060.15.451.0012.1.118		URBANIZACAO DA AVENIDA DR. VACYR G. PEREIRA	
231 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	500.000,00
10		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
10.010		DIVISAO DE GESTAO ADMINISTRATIVA	
10.010.04.122.0002.2.073		MANUTENCAO DO TERMO DE COLABORACAO MUNICIPIO E SECRETARIA	

		ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA	
325 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00
326 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.000,00
Total Suplementação:			646.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
06		DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.050		DIVISAO DE PADARIA E LACTARIO MUNICIPAL	
06.050.08.244.0009.2.182		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE PADARIA E LACTARIO MUNICIPAL	
182 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	40.000,00
07		DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS	
07.030		DIVISAO DE INFRAESTRUTURA	
07.030.15.451.0021.6.229		CONSTRUCAO CASAS POPULARES	
210 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	500.000,00
08		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA E MEIO-AMBIENTE	
08.050		DIVISAO DE BEM ESTAR ANIMAL	
08.050.18.304.0014.2.183		DIVISAO DE BEM ESTAR ANIMAL	
272 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100.000,00
10		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
10.010		DIVISAO DE GESTAO ADMINISTRATIVA	
10.010.04.122.0002.2.072		MANUTENCAO DA JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR E POSTO DE IDENTIFICACAO.	
322 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.000,00
10.010.04.122.0002.2.075		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SUPERVISAO E COORDENACAO DO DEPARTAMENTO.	
335 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00
	646.000,00		

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 13 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:017E201F

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
9° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 168/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

9° Termo Aditivo ao Contrato nº. 168/2022, decorrente de Pregão n°54/2022 de Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar para o Município de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **VICENTE MONTEIRO DOS SANTOS-TRANSPORTES**, inscrita no CNPJ sob nº. 00.714.357/0001-31, com sede no endereço R RIO DE JANEIRO, nº 601, CENTRO, PORECATU-PR neste ato representada por **Vicente Monteiro dos Santos,** portador do CPF sob n° 55922333968, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência com término em 04 de outubro de 2027 e Reajuste de Valores na importância de R$ 1.034.693,10 (um milhão trinta e quatro mil seiscentos e noventa e três reais e dez centavos), em decorrência da prorrogação contratual com o reestabelecimento do quantitativo inicial com finalidade de atender ao pedido do Departamento de Educação que justificou a necessidade e a vantajosidade, com fundamento art. 105 e 106 da Lei nº. 14.133/21

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Custo Fixo decorrente de transporte de alunos da rede de ensino municipal	12,00 Meses	R$ 46.678,80	R$ 560.145,60
1	2	Custo Variável Quilômetros rodados por ÔNIBUS, dentro do município de Sertanópolis decorrente de transporte de alunos da rede de ensino municipal	137.550,00 Quilômetros	R$ 3,45	R$ 474.547,50

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 02 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*VICENTE MONTEIRO DOS SANTOS-TRANSPORTES*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:5E35678E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 062/2026 13/10/2026

DECRETO Nº 062/2026
13/10/2026

SUMULA Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Sulina para o Exercício Financeiro de 2.026.

O Prefeito do Município de Sulina, Estado do Paraná, Senhor **GILBERTO JOÃO ROSSI,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1230/2025, de 17 de outubro de 2025.
DECRETA

Artigo 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Município de Sulina, para o exercício financeiro de 2026, de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, no valor de **R$ 591.000,00 (quinhentos e noventa e um mil reais),** destinado a dar cobertura as despesas a serem realizadas conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0200	**GOVERNO MUNICIPAL**		
0202	Assessoramento Superior		
04.122.0003.2.003000	Assessoramento Superior		
3.1.90.11.00.00 (11)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	30.000,00
0400	**SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES**		
0401	Departamento de Educação		
12.361.0007.2.010000	Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.52.00.00 (86)	Equipamentos e Material Permanente	103	30.000,00
0402	Departamento de Cultura		
13.392.0009.2.015000	Manutenção das Atividades Culturais		
4.4.90.52.00.00 (132)	Equipamentos e Material Permanente	000	7.000,00
0403	Departamento de Esportes		
27.813.0010.2.016000	Manutenção das Atividades de Desporto e Lazer		
3.3.90.30.00.00 (138)	Material de Consumo	000	15.000,00
0500	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL**		
0501	Departamento do FMAS		
08.245.0016.2023000	Fundo Municipal de Assistência Social		
3.1.90.04.00.00 (176)	Contratação por Tempo Determinado	000	15.000,00
3.1.90.11.00.00 (177)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	100.000,00
3.1.90.13.00.00 (178)	Contribuições Patronais	000	50.000,00
0502	Departamento do FMDCA		
08.243.0013.6.001000	Conselho Tutelar		
3.3.90.39.00.00 (209)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	5.000,00
08.243.0013.6.003000	Menor Aprendiz		
3.1.90.11.00.00 (220)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	25.000,00
0700	**SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBL**		
0701	Departamento de Viação e Serviços Rodoviários		
26.782.0021.2.039000	Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais		
3.3.90.30.00.00 (293)	Material de Consumo	000	179.000,00
3.3.9.0.46.00.00 (303)	Auxílio Alimentação	000	50.000,00
15.452.0022.2.040000	Manutenção dos Serviços Urbanos		
3.3.90.30.00.00 (319)	Material de Consumo	000	35.000,00
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
0801	Departamento de Agricultura		
20.608.0023.2.041000	Manutenção das Atividades da Produção Agropecuária		
3.3.90.30.00.00 (338)	Material de Consumo	000	50.000,00
TOTAL.....			**591.000,00**

Artigo 2º - Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão a conta dos recursos abaixo especificados:
I - Por Anulação Total e/ou Parcial de Dotações Fixadas na Lei Orçamentária Anual, de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64.

0200	**GOVERNO MUNICIPAL**		
0201	Gabinete do Prefeito		
04.122.0002.2.002000	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.11.00.00 (1)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	30.000,00
3.1.90.13.00.00 (2)	Contribuições Patronais	000	12.000,00
3.3.90.39.00.00 (7)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	40.000,00
0202	Assessoramento Superior		
04.122.0003.2.003000	Assessoramento Superior		
3.3.90.14.00.00 (13)	Diárias Pessoal Civil	000	2.000,00
4.4.90.52.00.00 (19)	Equipamentos e Material Permanente	000	10.000,00
04.124.0003.2.004000	Manutenção do Controle Interno		
3.3.90.14.00.00 (22)	Diárias Pessoal Civil	000	2.000,00
3.3.90.36.00.00 (24)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	000	2.000,00
3.3.90.40.00.00 (26)	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	000	10.000,00
4.4.90.52.00.00 (28)	Equipamentos e Material Permanente	000	9.000,00
0300	**SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**		
0301	Departamento de Administração Geral		
04.122.0004.2.005000	Manutenção das Atividades da Administração		
3.1.90.16.00.00 (32)	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	000	5.000,00
3.3.90.31.00.00 (37)	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	000	10.000,00

3.3.90.32.00.00 (38)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	000	10.000,00
28.846.0005.0.001000	Encargos Especiais		
3.3.90.47.00.00 (51)	Obrigações Tributárias e Contributivas	000	20.000,00
0400	**SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES**		
0401	Departamento de Educação		
12.361.0007.2.010000	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.04.00.00 (59)	Contratação por Tempo Determinado	103	30.000,00
0402	Departamento de Cultura		
13.392.0009.2.015000	Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.90.31.00.00 (125)	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	000	10.000,00
3.3.90.32.00.00 (126)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	000	7.000,00
4.4.90.51.00.00 (131)	Obras e Instalações	000	5.000,00
4.4.90.93.00.00 (133)	Indenizações e Restituições	000	2.000,00
0500	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL**		
0501	Departamento do FMAS		
08.244.0016.2.019000	Desenvolvimento das Atividades Assistenciais		
3.1.90.11.00.00 (163)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	40.000,00
3.1.90.13.00.00 (164)	Contribuições Patronais	000	5.000,00
3.3.90.32.00.00 (167)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	000	5.000,00
3.3.90.40.00.00 (171)	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	000	5.000,00
08.245.0016.2.023000	Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.14.00.00 (179)	Diárias Pessoal Civil	000	5.000,00
3.3.90.32.00.00 (187)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	000	8.000,00
3.3.90.33.00.00 (190)	Passagens e Despesas com Locomoção	000	8.000,00
3.3.90.36.00.00 (191)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	000	5.000,00
3.3.90.93.00.00 (196)	Indenizações e Restituições	000	4.000,00
08.245.0028.2.055000	Auxílio a Estudantes		
3.3.90.18.00.00 (203)	Auxílio Financeiro a Estudantes	000	10.000,00
0502	Departamento do FMDCA		
08.243.0013.6.001000	Conselho Tutelar		
3.1.90.11.00.00 (204)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	15.000,00
4.4.90.52.00.00 (212)	Equipamentos e Material Permanente	000	10.000,00
08.243.0013.6.002000	Fundo Municipal da Criança e Adolescente		
3.3.90.48.00.00 (216)	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	000	4.000,00
4.4.90.52.00.00 (217)	Obras e Instalações	000	4.000,00
08.243.0013.6.004000	Programa Primeira Infância		
4.4.90.51.00.00 (225)	Obras e Instalações	000	10.000,00
0503	Departamento do FMDPI		
08.241.0014.2.021000	Atenção à Pessoa Idosa		
3.1.90.11.00.00 (227)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	10.000,00
3.1.90.13.00.00 (228)	Contribuições Patronais	000	2.000,00
4.4.90.52.00.00 (236)	Equipamentos e Material Permanente	000	15.000,00
0700	**SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBL**		
0702	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
15.452.0022.1.002000	Pavimentação Urbana		
4.4.90.51.00.00 (310)	Obras e Instalações	000	20.000,00
15.452.0022.2.040000	Manutenção dos Serviços Urbanos		
3.1.90.16.00.00 (318)	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	000	15.000,00
4.4.90.52.00.00 (330)	Equipamentos e Material Permanente	000	5.000,00
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
0801	Departamento de Agricultura		
20.608.0023.2.041000	Manutenção das Atividades da Produção Agropecuária		
3.1.90.16.00.00 (336)	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	000	10.000,00
3.3.90.32.00.00 (340)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição	000	40.000,00
3.3.90.40.00.00 (343)	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	000	15.000,00
0900	**SECRETARIA MUNICIPAL INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO**		
0902	Departamento de Industria e Comércio		
23.691.0025.2.044000	Desenvolvimento Comercial		
3.3.90.30.00.00 (372)	Material de Consumo	000	20.000,00
3.3.90.39.00.00 (374)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	30.000,00
1100	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**		
1101	Departamento de Orçamento		
04.121.0004.2.008000	Manutenção das Atividades do Departamento de Orçamento		
3.1.90.11.00.00 (381)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	15.000,00
3.3.90.39.00.00 (384)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	20.000,00
3.3.90.40.00.00 (385)	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	000	20.000,00
	TOTAL.....		**591.000,00**

Artigo 3º - Determina ainda alterações nas metas físicas e financeiras da Lei nº 1210, de 01 de julho de 2025 – Plano Plurianual (PPA) e Lei nº 1213, de 25 de agosto de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, nas ações correspondentes deste Decreto, conforme Lei nº 1230/2025, art. 8º.
Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 13 de outubro de 2026, 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e publique-se
Em 13 de outubro de 2026.
PUBLICADO EM 14/10/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINAS _____, DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
PUBLICADO EM 14/10/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINAS _____, DO JORNAL DE BELTRÃO

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:22D99B83

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 455/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 90/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 90/2026 de 25/08/2026(vinte e cinco dias de agosto de 2026) que tem por objeto a **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos diversos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Terra Rica – PR, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência...**

Art. 2º. – Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

COMERCIAL TRES ACORDES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	CAIXA ACÚSTICA ATIVA PROFISSIONAL 12 POLEGADAS Caixa acústica ativa destinada à sonorização de apresentações, eventos e atividades institucionais, com amplificação incorporada e as seguintes características mínimas: Sistema de duas vias, composto por alto-falante de baixas frequências de 12 polegadas e transdutor dedicado às altas frequências; Nível máximo de pressão sonora de, no mínimo, 127 dB SPL, referido à distância de 1 metro, com identificação do critério de medição ou cálculo utilizado pelo fabricante; Faixa de frequência, considerada a -10 dB, com limite inferior igual ou menor que 60 Hz e limite superior igual ou maior que 18 kHz; Pelo menos duas entradas de áudio, em conectores XLR ou combinados XLR/P10, permitindo a conexão de microfone e sinal de linha; Controles de nível dos sinais de entrada; Pelo menos uma saída de áudio para interligação com outra caixa acústica ou equipamento compatível; Recursos de equalização e limitação de sinal; Proteções eletrônicas contra sobrecarga e superaquecimento; Gabinete resistente, com grade frontal de proteção e alça para transporte; Encaixe para pedestal de 35 mm; Alimentação elétrica compatível com a tensão do local de utilização, a ser expressamente indicada pela Administração no Termo de Referência. O catálogo ou ficha técnica deverá informar a potência do amplificador, distinguindo potência contínua, dinâmica ou de pico, bem como a cobertura acústica nominal. Deverá acompanhar cabo de alimentação e manual em português. Produto novo, sem uso ou recondicionamento, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Unidade de fornecimento: unidade.	ARKOÃ • UDIO	ARES 12.2K	UNID	2,00	3.750,00	7.500,00
4	1	SISTEMA DE MICROFONE SEM FIO DUPLO UHF Descrição: Sistema de microfone sem fio duplo, destinado à utilização profissional em teatros, auditórios, eventos culturais, palestras, cerimônias, apresentações musicais, reuniões e demais eventos, composto por receptor e dois microfones de mão. Deverá possuir, no mínimo, as seguintes características: •Sistema de transmissão por radiofrequência em tecnologia UHF; •Conjunto composto por: o01 receptor; o02 microfones de mão sem fio; oFonte de alimentação bivolt; oCabo de áudio; oCase ou maleta para transporte; •Microfones com cápsula dinâmica; •Padrão polar cardioide; •Faixa de frequência de operação em UHF homologada pela ANATEL; •Mínimo de 30 canais independentes por microfone, permitindo operação simultânea e troca de frequência para evitar interferências; •Alcance operacional mínimo de 50 metros, em condições normais de operação, sendo desejável alcance de até 100 metros em ambiente aberto; •Resposta de frequência de áudio mínima de 50 Hz a 15 kHz; •Potência de transmissão de RF compatível com a legislação vigente; •Relação sinal/ruído mínima de 90 dB; •Distorção harmônica total (THD) máxima de 0,5%; •Display digital nos microfones contendo, no mínimo: oindicação do canal; onível de bateria; ointensidade do sinal de RF; •Botão para seleção/troca de canal nos transmissores; •Chave liga/desliga individual nos microfones; •Alimentação dos transmissores por pilhas AA ou baterias recarregáveis equivalentes; •Autonomia mínima de 8 horas de funcionamento contínuo; •Receptor com ajuste independente de volume para cada canal; •Saídas de áudio balanceadas XLR e saída P10 (6,35 mm); •Proteção contra alimentação Phantom Power; •Sincronização rápida entre receptor e transmissores; •Indicadores luminosos de RF e AF no receptor; •Gabinete metálico ou material de alta resistência; •Cor predominante preta. Garantia mínima: 12 (doze) meses.	HARMONICS	HSF-200 DUPLO	UNID	1,00	811,33	811,33
TOTAL								8.311,33

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos treze dias de outubro de 2026. (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:398C4531

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 456/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 97/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 97/2026 de 16/09/2026(dezesseis dias de setembro de 2026) que tem por objeto a **Contratação de empresa para erradicação total de árvores de grande porte localizadas no Cemitério Municipal...**

Art. 2º. – Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

MANUELA PARRA RIBEIRO MAIOR 08118839907								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ERRADICAÇÃO DE ÁRVORE DE GRANDE PORTE - CEMITÉRIO MUNICIPAL Descrição do serviço: Erradicação de árvores de grande porte com altura entre 05 metros e 10 metros localizadas no Cemitério Municipal de Terra Rica-pr. Com limpeza total do local a ser realizado o serviço, o transporte e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos.	PROPRIA	NÃ£O INFORMADO	SER	16,00	1.127,77	18.044,32
TOTAL								18.044,32

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos treze dias de outubro de 2026. (13/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:9102DC96

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE 22/2026

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação

Modalidade: Inexigibilidade

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados para acompanhamento, formação e orientação na elaboração do novo Plano Municipal de Educação - PME

Contratada: 65.081.933 MARCIA APARECIDA BALDINI, ***devidamente registrado no*** *CNPJ. sob n° 65.081.933/0001-04,* com sede a RUA NILO PECANHA, 404,Cascavel - PR

Relação de itens e valor total da contratação:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	63228	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Contratação de serviços técnicos especializados para acompanhamento, formação e orientação na elaboração do novo Plano Municipal de Educação – PME do Município de Terra Rica/PR, compreendendo diagnóstico educacional, orientação e acompanhamento da Comissão/Equipe Técnica, organização do processo participativo, construção e revisão de diretrizes, metas e estratégias, realização de consultas e audiências públicas, sistematização das contribuições, elaboração do documento final e apoio técnico na elaboração da minuta do Projeto de Lei. Os serviços serão executados com início em outubro de 2026 e conclusão prevista para agosto de 2027, compreendendo as seguintes atividades: - Alinhamento inicial dos trabalhos: reunião e formação para definição da metodologia e organização do cronograma de elaboração do novo Plano Municipal de Educação – PME. Formato: presencial. Período: outubro/2026. Carga horária: 4 horas. - Organização da Comissão/Equipe Técnica: formação e orientação técnica para organização da Comissão/Equipe Técnica e apoio à elaboração da	1,00	SERV	38.002,00	38.002,00

		portaria de sua instituição. Formato: remoto. Período: outubro/2026. Carga horária: 4 horas. - Formação da Comissão/Equipe Técnica: formação e orientação sobre suas atribuições e as etapas de elaboração do novo PME. Formato: presencial. Período: novembro/2026. Carga horária: 4 horas. - Diagnóstico educacional: formação, orientação e acompanhamento da elaboração do diagnóstico, com levantamento e análise de dados, indicadores educacionais e contexto do Município. Formato: remoto. Período: novembro/2026 a fevereiro/2027. Carga horária: 12 horas. - Construção participativa do PME: formação e acompanhamento da construção de diretrizes, metas e estratégias, envolvendo gestores, profissionais da educação e comunidade escolar, com organização das consultas e sistematização das contribuições recebidas. Formato: remoto. Período: dezembro/2026 a junho/2027. Carga horária: 24 horas. - Elaboração e revisão de diretrizes, metas e estratégias: formação e orientação técnica para elaboração e revisão das diretrizes, metas e estratégias do novo PME. Formato: presencial. Período: novembro/2026 a maio/2027. Carga horária: 4 horas. - Audiência pública ou conferência de educação: apoio técnico à organização e realização de audiência pública ou conferência para apresentação, discussão e validação da proposta do novo PME, com participação da comunidade, dos conselhos e das instâncias representativas. Formato: presencial. Período: junho/2027. Carga horária: 4 horas. - Consolidação do documento final: sistematização das contribuições das consultas e da audiência pública ou conferência, revisão técnica e consolidação do documento final do novo PME. Formato: remoto. Período: julho/2027. Carga horária: 12 horas. - Apoio à elaboração da minuta do Projeto de Lei: apoio técnico à elaboração da minuta do Projeto de Lei e da respectiva justificativa, para encaminhamento pelo Poder Executivo à Câmara Municipal. Formato: remoto. Período: agosto/2027. Carga horária: 9 horas. Carga horária total: 77 horas.				
TOTAL						38.002,00

Fundamento Legal: *art. 74,* inciso III, C. *da Lei 14.133/21.*

Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	790	04.001.12.122.0008.2058	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Julgamento: *Setor de Licitações, em 08/10/2026 .*

Ratificação: *Prefeito Municipal, em 08/10/2026 .*

Terra Rica, 02/10/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:40B41D23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7319-2026 E ANEXO

DECRETO Nº 7319 de 9 de outubro de 2026.

Declara Situação de Emergência nas áreas do município afetadas por Tempestade Local /Convectiva - Vendaval (13215). O(A) Senhor(a) Gerso Francisco Gusso, Prefeito(a) do município de Três Barras do Paraná, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO: Que ocorreu no dia 04 de outubro de 2026, às 00h30min, no município de Três Barras do Paraná, ocorreu um evento de Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (COBRADE 13215), conforme dados meteorológicos fornecidos pelo Simepar e INMET. Além disso, foi registrada uma ocorrência concomitante de Tempestade Local/Convectiva - Granizo, classificada como COBRADE secundário (13213). A situação exigiu resposta da Coordenadoria Municipal de Proteção e afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto; Como consequência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto; Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)**.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a: Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação; Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano; **Parágrafo único:** Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 9 de outubro de 2026.

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL - CEDEC		
Histórico da ocorrência 777/2026		
Município de Três Barras do Paraná		
PDF gerado pelo sistema informatizado de Defesa Civil (SISDC) em 13/10/2026 11:09		
Registro de Ocorrência Operacional:		
Pessoas que continuam:		Data/hora: 13/10/2026 10:24
Afetadas:	640	Autor da atualização: Marcio Adriano da Silva
Desabrigadas:	0	Atualização: HOMOLOGAÇÃO ESTADUAL
Desalojadas:	0	
Desaparecidas:	0	TRÊS BARRAS DO PARANÁ - Tempestade Local/Convectiva - Vendaval: Processo encaminhado para o governo estadual, para homologação.
Feridos:	0	Protocolo: 26.726.744-8
Óbitos:	0	Situação atual: Acompanhamento
Registro de Ocorrência Operacional:		
Pessoas que continuam:		Data/hora: 10/10/2026 19:26
Afetadas:	640	Autor da atualização: Marcio Adriano da Silva
Desabrigadas:	0	Atualização: HOMOLOGAÇÃO ESTADUAL
Desalojadas:	0	
Desaparecidas:	0	TRÊS BARRAS DO PARANÁ - Tempestade Local/Convectiva - Vendaval: Processo encaminhado para assinatura Chefia CEGERD e Coordenador Estadual
Feridos:	0	Protocolo: 26.726.744-8
Óbitos:	0	Situação atual: Acompanhamento
Evento de Histórico:		
Data/hora: 10/10/2026 19:15		
Usuário responsável: Marcio Adriano da Silva		
Evento:**HOMOLOGAÇÃO em andamento por parte da CEPDEC**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 09/10/2026 20:29		
Usuário responsável: ELITON SIMÃO NUNES		
Evento:**HOMOLOGAÇÃO com documentação enviada e aguardando avaliação da CEPDEC**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 09/10/2026 11:07		
Usuário responsável: ELITON SIMÃO NUNES		
Evento:**Solicitação de ajuda humanitária inclusa na ocorrência**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 09/10/2026 10:55		
Usuário responsável: ELITON SIMÃO NUNES		
Evento:**Solicitação de ajuda humanitária inclusa na ocorrência**		
Registro de Ocorrência Operacional:		
Pessoas que continuam:		Data/hora: 09/10/2026 09:03
Afetadas:	640	Autor da atualização: Marcio Adriano da Silva
Desabrigadas:	0	Atualização: AH – TRÊS BARRAS DO PARANÁ– LIBERAÇÃO DE FERRAMENTA
Desalojadas:	0	

Desaparecidas:	0	Liberada a ferramenta para que o município faça a solicitação formal de AH, sendo:
Feridos:	0	- Cestas básicas;
Óbitos:	0	- Kit higiene;
		- Kit Limpeza;
		- Colchões.
		Aguarda inserção de Ofício por parte da COMPDEC.
		Atenciosamente,
		Cabo RR Márcio Adriano da Silva - Analista Estadual/CEGERD/CEDEC
		Situação atual: Acompanhamento
Registro de Ocorrência Operacional:		
Pessoas que continuam:		Data/hora: 09/10/2026 09:02
Afetadas:	160	Autor da atualização: Marcio Adriano da Silva
Desabrigadas:	0	Atualização: AH – TRÊS BARRAS DO PARANÁ– LIBERAÇÃO DE FERRAMENTA
Desalojadas:	0	
Desaparecidas:	0	Liberada a ferramenta para que o município faça a solicitação formal de AH, sendo:
Feridos:	0	- Cestas básicas;
Óbitos:	0	- Kit higiene;
		- Kit Limpeza;
		- Colchões.
		Aguarda inserção de Ofício por parte da COMPDEC.
		Atenciosamente,
		Cabo RR Márcio Adriano da Silva - Analista Estadual/CEGERD/CEDEC
		Situação atual: Acompanhamento
Evento de Histórico:		
Data/hora: 09/10/2026 08:57		
Usuário responsável: Marcio Adriano da Silva		
Evento:**Solicitação de ajuda humanitária liberada para a ocorrência**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 09/10/2026 08:42		
Usuário responsável: Marcio Adriano da Silva		
Evento:**HOMOLOGAÇÃO aguardando os documentos por parte da COMPDEC**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 09/10/2026 08:42		
Usuário responsável: Marcio Adriano da Silva		
Evento:**DECRETO reconhecido e aguardando o preenchimento do PROCESSO por parte da COMPDEC**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 09/10/2026 08:20		
Usuário responsável: ELITON SIMÃO NUNES		
Evento:**DECRETO preenchido e aguardando avaliação por parte da CEPDEC**		
Registro de Ocorrência Operacional:		
Pessoas que continuam:		Data/hora: 08/10/2026 20:42
Afetadas:	160	Autor da atualização: Marcio Adriano da Silva
Desabrigadas:	0	Atualização: DMATE: Aprovada.
Desalojadas:	0	
Desaparecidas:	0	DECRETO: Liberado para preenchimento.
Feridos:	0	Situação atual: Acompanhamento
Óbitos:	0	
Evento de Histórico:		
Data/hora: 08/10/2026 20:39		
Usuário responsável: Marcio Adriano da Silva		
Evento:**Aguardando o preenchimento do DECRETO por parte da COMPDEC**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 08/10/2026 20:39		
Usuário responsável: Marcio Adriano da Silva		
Evento:**DMATE reconhecido**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 08/10/2026 20:02		
Usuário responsável: ELITON SIMÃO NUNES		
Evento:**DMATE preenchido e aguardando avaliação por parte da CEPDEC**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 08/10/2026 16:28		
Usuário responsável: Marcio Adriano da Silva		
Evento:**Aguardando o preenchimento do DMATE por parte da COMPDEC**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 08/10/2026 16:28		
Usuário responsável: Marcio Adriano da Silva		
Evento:**FIDE reconhecido e aguardando a decretação por parte da COMPDEC**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 08/10/2026 12:23		
Usuário responsável: ELITON SIMÃO NUNES		
Evento:**FIDE aguardando avaliação por parte da CEPDEC**		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 07/10/2026 20:38		
Usuário responsável: Marcio Adriano da Silva		
Evento:**FIDE aguardando retificação por parte da COMPDEC**		
Observação:		
apresentar os lqudos que comprovem os danos e prejuiso		
Evento de Histórico:		
Data/hora: 07/10/2026 16:26		
Usuário responsável: ELITON SIMÃO NUNES		
Evento:**FIDE aguardando avaliação por parte da CEPDEC**		
Registro de Ocorrência Operacional:		
Pessoas que continuam:		Data/hora: 07/10/2026 14:22
Afetadas:	160	Autor da atualização: PLANTÃO - COORD. ESTADUAL - Cleverson Lopes da Silva
Desabrigadas:	0	Atualização: Informações do Sr Eliton, foram afetados 160 residências afetadas.
Desalojadas:	0	Sem desalojados ou desabrigados.
Desaparecidas:	0	Pretendem Decretar situação emergência
Feridos:	0	Situação atual: Acompanhamento
Óbitos:	0	

Registro de Ocorrência Operacional:		
Pessoas que continuam:		Data/hora: 07/10/2026 13:45
Afetadas:	0	Autor da atualização: ELITON SIMÃO NUNES
Desabrigadas:	0	Atualização: Atendimento inicial
Desalojadas:	0	Situação atual: Ocorrência notificada
Desaparecidas:	0	
Feridos:	0	
Óbitos:	0	
Evento de Histórico:		
Data/hora: 07/10/2026 13:45		
Usuário responsável: ELITON SIMÃO NUNES		
Evento:**Ocorrência notificada e aguardando o preenchimento do FIDE por parte da COMPDEC**		

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:8B7C109F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO

PARTES: Município de Três Barras do Paraná e a empresa: Associação de Catadores Ambientalistas de Três Barras do Paraná – ACAT.
OBJETO. Constitui objeto do presente Termo a Permissão de Uso, a título gratuito de:

NÚMERO DA PLACA	DESCRIÇÃO DO ITEM
11662	APARELHO DE AR CONDICIONADO, MARCA ELGIN, Q/F, BRANCO, 9000 BTUS
11663	APARELHO DE AR CONDICIONADO, MARCA ELGIN, Q/F, BRANCO, 9000 BTUS
7409	ARQUIVO EM AÇO COM 4 GAVETAS AQL22065 LUNASA
7402	ASPIRADOR DE PÓ 1200W 40L WONDER
11653	BALANÇA ELETRÔNICA COM CAPACIDADE ATÉ 100KG, DIVISÕES 200G, PLATAFORMA 1000 X 1000MM, COM RAMPA, ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, CHAVE SELETORA DE TENSÃO 100/220V.
7405	BALCÃO EM MDF COM TAMPO PARA COZINHA BV MAGAZINE
7733	BARRACÃO DA UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS, OU UVR, COMUMENTE CHAMADA DE "BARRACÃO" É O ESPAÇO FÍSICO ONDE OS COLETIVOS DE CATADORES RECEBEM E REALIZAM A TRIAGEM E ENFARDAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS PARA POSTERIOR COMERCIALIZAÇÃO. A ESTRUTURA EXISTENTE LOCALIZA-SE NA RUA DAS MARGARIDAS, ÁREA INDUSTRIAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, COM 550 M² ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA, 443 M² ÁREA OPERACIONAL E 107 M² ADMINISTRATIVA.
7403	BEBEDOURO ELETRICO INOX 2 TORNEIRAS PURIPRESS IBBL
7408	CADEIRA COM RODAS PARA ESCRITÓRIO, TIPO DIRETOR, E701, REALME
7407	CADEIRA COM RODAS PARA ESCRITÓRIO, TIPO DIRETOR, E701, REALME
11655	CARRINHO TRANSPORTADOR DE BIG-BAG, CONSTRUÍDO C/ TUBOS E CHAPAS DE AÇO CARBONO, CORTADAS E DOBRADAS, GANCHOS PARA FIXAÇÃO DAS ALÇAS DO BIG-BAG, COM CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 750KG, DESLOCAMENTO COM RODAS GIRATÓRIAS.
11654	CARRINHO TRANSPORTADOR DE FARDOS, CAPAC. ATÉ 600KG, REFORÇADO C/ ESTRUTURA E TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS, C/ RODAS.
10993	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10979	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10980	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10981	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10982	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10983	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10984	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10985	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10986	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10987	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10988	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10989	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10990	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10991	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE

	CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10992	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
11661	CISTERNA DE PROPILENO, 20 MIL LITROS, EQUIPADA COM BOMBA CENTRÍFUGA E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA REAPROVEITAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, DOADO PELA ITAIPU.
10975	CONJUNTO DE 100 UNIDADES DE CONTENDEDOR FLEXIVEL DE RAFIA COM ALÇAS RESISTENTES - BIG BAG C/ PORTA ETIQUETAS
11651	EMPILHADEIRA ELÉTRICA PARA MOVIMENTAÇÃO VERTICAL DE FARDOS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COM ESTRUTURA FORMADA POR VIGAS DE AÇO CARBONO, C/ MOTOR ELÉTRICO,, RODAS PARA LOCOMOÇÃO.
11656	ESTEIRA DE ELEVAÇÃO DE REJEITOS.
11650	ESTEIRA PARA RECEPÇÃO DE LIXO COM LONA, COMPRIMENTO 12,00M, LARGURA 1,00 M E ALTURA 1,00M, C/ ABAS LATERAIS, ESTRUTURA EM PERFIL DE CHPA DOBRADA, AÇO CARBONO, C/ MOTOR ELÉTRICO, ACIONADA COM REDUÇÃO E C/ PROTEÇÃO, C/ VARIAÇÃO DE VELOCIDADES E ACIONADO POR CONJUNTO DE ENGRENAGENS E CORRENTES, ROLETES DE APOIO, ROLO MOTRIZ EM MANCAIS. PINTURA FUNDO EM PRIMER ÓXIDO DE FERRO E ACABAMENTO ESMALTE SINTÉTICO.
7399	FOGÃO 4 BOCAS MONACO ATLAS
7401	MICROONDAS 30 LITROS PMS31 PHILCO
10994	FRAGMENTADORA DE PAPEL: ABERTURA DE INSERÇÃO DE 410 MM, NUMERO MAX DE FOLHAS (70G/M³): LIMITADOR 50 FOLHAS, TIPO DE FRAGMENTAÇÃO: TIRAS DE 10MM. NIVEL DE SEGURANÇA 1, VELOCIDADE DE FRAGMENTAÇÃO DE 90M/MIN. CAPACIDADE: 1200 KG/H. ACIONAMENTO MANUAL, TENSÃO 220 V, POTÊNCIA 745W = 10 CV, TEMPO DE FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, 750 X 1200 X 1500 MM. CD, DVD, CARTÃO.
7404	LAVADOURA DE ALTA PRESSÃO EW530 ELECTROLUX
7406	MESA PARA ESCRITÓRIO COM GAVETAS 5002/5032 REALME
7410	MESA PARA REFEITORIO EM MADEIRA COM 2 BANCOS FPB IND
11652	PRENSA VERTICAL COM CAPACIDADE ATÉ 25 TON. PARA ENFARDAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, COM ESTRUTURA FORMADA POR LATERAIS EM CHAPAS DE AÇO LAMINADO, GUIAS PARA AMARRAÇÃO DE FARDOS. TANQUE DE ARMAZENAMENTO DE ÓLEO HIDRÁULICO, MOTOR TRIFÁSICO, PORTA FRONTAL COM FECHAMENTO E TRAVAMENTO INTEIRO DO CONJUNTO, MESA COMPACTADORA, CILINDRO COM MANÔMETRO. ACIONAMENTO POR BOMBA E COMANDO HIDRAULICO COM MANÔMETRO. BOTÃO DE EMERGÊNCIA, COM CHAVE NO PAINEL ELÉTRICO.
7400	REFRIGERADOR FROST FREE 300L CRB36A CONSUL
7411	ROUPEIRO EM AÇO 12 PORTAS RL20004 LUNASA
7412	ROUPEIRO EM AÇO 12 PORTAS RL20004 LUNASA
11664	LOTE URBANO, MEDINDO 30 X 70 METROS, ÁREA 2.100,00M², COM EDIFICAÇÃO DE UM BARRACÃO EM ALVENARIA COM ÁREA TOTAL DE 550 M2, DESTINADO A UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEL, PROVENIENTE DO LOTE 10-A-1-B GLEBA 01 IMOVEL ANDRADA, MATRÍCULA 11824, RUA DAS MARGARIDAS, S/N (CÓPIA EM ANEXO).

LEGALIDADE: Lei Municipal nº 3195/2026 de 13/10/2026.
VALOR: Sem valor algum

Três Barras do Paraná 13 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:6C13CBE9

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3195/2026

Data 13/10/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder bens móveis e imóveis em Regime de Permissão de Uso.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Três Barras do Paraná autorizado a ceder, em regime de Permissão de Uso, para a Associação de Catadores Ambientalistas de Três Barras do Paraná – ACAT, inscrita no CNPJ sob o nº 30.745.474/0001-23, com sede na Rua das Margaridas, 98, município de Três Barras do Paraná, os seguintes bens móveis e imóveis:

NÚMERO DA PLACA	DESCRIÇÃO DO ITEM
11662	APARELHO DE AR CONDICIONADO, MARCA ELGIN, Q/F, BRANCO, 9000 BTUS
11663	APARELHO DE AR CONDICIONADO, MARCA ELGIN, Q/F, BRANCO, 9000 BTUS
7409	ARQUIVO EM AÇO COM 4 GAVETAS AQL22065 LUNASA
7402	ASPIRADOR DE PÓ 1200W 40L WONDER
11653	BALANÇA ELETRÔNICA COM CAPACIDADE ATÉ 100KG, DIVISÕES 200G, PLATAFORMA 1000 X 1000MM, COM RAMPA, ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, CHAVE SELETORA DE TENSÃO 100/220V.
7405	BALCÃO EM MDF COM TAMPO PARA COZINHA BV MAGAZINE
7733	BARRACÃO DA UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS, OU UVR, COMUMENTE CHAMADA DE "BARRACÃO" É O ESPAÇO FÍSICO ONDE OS COLETIVOS DE CATADORES RECEBEM E REALIZAM A TRIAGEM E ENFARDAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS PARA POSTERIOR COMERCIALIZAÇÃO. A ESTRUTURA EXISTENTE LOCALIZA-SE NA RUA DAS MARGARIDAS, ÁREA INDUSTRIAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, COM 550 M² ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA, 443 M² ÁREA OPERACIONAL E 107 M² ADMINISTRATIVA.
7403	BEBEDOURO ELETRICO INOX 2 TORNEIRAS PURIPRESS IBBL
7408	CADEIRA COM RODAS PARA ESCRITÓRIO, TIPO DIRETOR, E701, REALME
7407	CADEIRA COM RODAS PARA ESCRITÓRIO, TIPO DIRETOR, E701, REALME
11655	CARRINHO TRANSPORTADOR DE BIG-BAG, CONSTRUÍDO C/ TUBOS E CHAPAS DE AÇO CARBONO, CORTADAS E DOBRADAS, GANCHOS PARA FIXAÇÃO DAS ALÇAS DO BIG-BAG, COM CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 750KG, DESLOCAMENTO COM RODAS GIRATÓRIAS.
11654	CARRINHO TRANSPORTADOR DE FARDOS, CAPAC. ATÉ 600KG, REFORÇADO C/ ESTRUTURA E TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS, C/ RODAS.
10993	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10979	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.

10980	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10981	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10982	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10983	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10984	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10985	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10986	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10987	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10988	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10989	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10990	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10991	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
10992	CARRO PARA MOVIMENTAÇÃO DE BIG BAG. CARRO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COM BIG BAG´S EMPILHÁVEL, CAPACIDADE DE CARGA 500 KG, CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E CHAPAS DE AÇO CORTADAS E DOBRADAS, UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE VOLUME DO BIG BAG DE 500 LITROS. POSSUI QUATRO RODAS GIRATÓRIAS INDUSTRIAIS EM NYLON E ROLAMENTO COM LUBRIFICAÇÃO.
11661	CISTERNA DE PROPILENO, 20 MIL LITROS, EQUIPADA COM BOMBA CENTRÍFUGA E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA REAPROVEITAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, DOADO PELA ITAIPU.
10975	CONJUNTO DE 100 UNIDADES DE CONTENDEDOR FLEXIVEL DE RAFIA COM ALÇAS RESISTENTES - BIG BAG C/ PORTA ETIQUETAS
11651	EMPILHADEIRA ELÉTRICA PARA MOVIMENTAÇÃO VERTICAL DE FARDOS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COM ESTRUTURA FORMADA POR VIGAS DE AÇO CARBONO, C/ MOTOR ELÉTRICO,, RODAS PARA LOCOMOÇÃO.
11656	ESTEIRA DE ELEVAÇÃO DE REJEITOS.
11650	ESTEIRA PARA RECEPÇÃO DE LIXO COM LONA, COMPRIMENTO 12,00M, LARGURA 1,00 M E ALTURA 1,00M, C/ ABAS LATERAIS, ESTRUTURA EM PERFIL DE CHPA DOBRADA, AÇO CARBONO, C/ MOTOR ELÉTRICO, ACIONADA COM REDUÇÃO E C/ PROTEÇÃO, C/ VARIAÇÃO DE VELOCIDADES E ACIONADO POR CONJUNTO DE ENGRENAGENS E CORRENTES, ROLETES DE APOIO, ROLO MOTRIZ EM MANCAIS. PINTURA FUNDO EM PRIMER ÓXIDO DE FERRO E ACABAMENTO ESMALTE SINTÉTICO.
7399	FOGÃO 4 BOCAS MONACO ATLAS
7401	MICROONDAS 30 LITROS PMS31 PHILCO
10994	FRAGMENTADORA DE PAPEL: ABERTURA DE INSERÇÃO DE 410 MM, NUMERO MAX DE FOLHAS (70G/M³): LIMITADOR 50 FOLHAS, TIPO DE FRAGMENTAÇÃO: TIRAS DE 10MM. NIVEL DE SEGURANÇA 1, VELOCIDADE DE FRAGMENTAÇÃO DE 90M/MIN. CAPACIDADE: 1200 KG/H. ACIONAMENTO MANUAL, TENSÃO 220 V, POTÊNCIA 745W = 10 CV, TEMPO DE FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, 750 X 1200 X 1500 MM. CD, DVD, CARTÃO.
7404	LAVADOURA DE ALTA PRESSÃO EW530 ELECTROLUX
7406	MESA PARA ESCRITÓRIO COM GAVETAS 5002/5032 REALME
7410	MESA PARA REFEITORIO EM MADEIRA COM 2 BANCOS FPB IND
11652	PRENSA VERTICAL COM CAPACIDADE ATÉ 25 TON. PARA ENFARDAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, COM ESTRUTURA FORMADA POR LATERAIS EM CHAPAS DE AÇO LAMINADO, GUIAS PARA AMARRAÇÃO DE FARDOS. TANQUE DE ARMAZENAMENTO DE ÓLEO HIDRÁULICO, MOTOR TRIFÁSICO, PORTA FRONTAL COM FECHAMENTO E TRAVAMENTO INTEIRO DO CONJUNTO, MESA COMPACTADORA, CILINDRO COM MANÔMETRO. ACIONAMENTO POR BOMBA E COMANDO HIDRAULICO COM MANÔMETRO. BOTÃO DE EMERGÊNCIA, COM CHAVE NO PAINEL ELÉTRICO.
7400	REFRIGERADOR FROST FREE 300L CRB36A CONSUL
7411	ROUPEIRO EM AÇO 12 PORTAS RL20004 LUNASA
7412	ROUPEIRO EM AÇO 12 PORTAS RL20004 LUNASA
11664	LOTE URBANO, MEDINDO 30 X 70 METROS, ÁREA 2.100,00M², COM EDIFICAÇÃO DE UM BARRACÃO EM ALVENARIA COM ÁREA TOTAL DE 550 M2, DESTINADO A UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEL, PROVENIENTE DO LOTE 10-A-1-B GLEBA 01 IMOVEL ANDRADA, MATRÍCULA 11824, RUA DAS MARGARIDAS, S/N (CÓPIA EM ANEXO).

Art. 2º A PERMISSIONÁRIA se compromete a cumprir as seguintes obrigações, sob pena de rescisão e devolução ao **MUNICÍPIO** dos bens móveis e imóvel descrito no art. 1º desta Lei:

I – uso exclusivo para a PERMISSIONÁRIA nos moldes a ser definido com a celebração de Termo de Permissão de Uso, devendo ser com a finalidade da coleta de lixo;

II – zelar pela manutenção e conservação dos bens;

III – administrar e cuidar para que não ocorram danos materiais nos bens ora cedidos;

IV – administrar o uso dos bens;

V – conservar limpos e higienizados os bens;

VI – permitir ao MUNICÍPIO toda e qualquer vistoria;

VII – custear as despesas operacionais, inclusive os gastos referentes a manutenção.

Art. 3º Fica como obrigação do Município:

I – entregar os bens no estado em que se encontram;

II – orientar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a presente cessão.

Art. 4º Fica vedado à PERMISSIONÁRIA transferir os bens ora cedidos.
Art. 5º O prazo da Permissão de Uso será de 10 (dez) anos, podendo ser renovado por igual período, desde que a PERMISSIONÁRIA manifeste expressamente seu interesse, no prazo prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias do término de vigência, e no caso de o MUNICÍPIO considerar plenamente cumpridas as normas estabelecidas.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Três Barras do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:184A2B75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20261008_191141.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 27/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AQS3H25	279370T000018827	21/09/2026	55412
AXE5J65	279370T000018905	22/09/2026	55412
BZL1I88	279370T000018824	21/09/2026	55412
GIS0J77	279370T000018830	21/09/2026	55412
HAT6I31	279370T000018908	22/09/2026	55412
HSX3078	279370T000018900	22/09/2026	55412
MCF8055	116100T002441787	29/09/2026	54522
MDA1287	279370T000018904	22/09/2026	55412
MEX5F12	279370T000018832	21/09/2026	55412
MKV0I75	279370T000018899	22/09/2026	55412
OOK5H34	279370T000018910	22/09/2026	55412
QDJ1E38	279370NIC0008909	18/09/2026	50020
RHB8H41	279370T000018828	21/09/2026	55412
RLG7I24	116100T002781223	30/09/2026	55417
SXC3C35	279370T000018829	21/09/2026	55412
SXD0I13	279370T000018903	22/09/2026	55412
SXD3C56	279370T000018901	22/09/2026	55412
TBM0C49	279370NIC0008908	18/09/2026	50020

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:998457E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20261006_190978.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABJ4D67	279370T000018008	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ANO8A68	279370T000018052	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AYF1578	279370T000018016	14/07/2026	55412	R$ 195,23
BBM2H39	279370T000017936	30/07/2026	76332	R$ 293,47
JQN8G43	279370T000017947	15/07/2026	55412	R$ 195,23
JQX2318	279370T000018011	14/07/2026	55412	R$ 195,23
LCU4824	279370T000017938	30/07/2026	76332	R$ 293,47
MBW5601	279370T000018013	14/07/2026	55412	R$ 195,23
MFY9E15	279370T000018055	31/07/2026	51851	R$ 195,23
MGV3E34	279370T000017948	15/07/2026	55412	R$ 195,23
MLP4730	279370T000017946	15/07/2026	55412	R$ 195,23
OOK5H34	279370T000017949	15/07/2026	55412	R$ 195,23
OYE4A52	279370T000018057	31/07/2026	51851	R$ 195,23
PVX8F12	279370T000017950	15/07/2026	55412	R$ 195,23
QHA6A50	279370T000018007	14/07/2026	55412	R$ 195,23
TPP7J76	279370T000017939	15/07/2026	55412	R$ 195,23
UBE2D59	279370T000017945	15/07/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:F936959E

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20261007_191098.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 27/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração

AHJ0843	279370NIC0008808	14/07/2026	50020	R$ 390,46
AKI9918	279370T000018059	17/07/2026	55412	R$ 195,23
ARK6F03	279370T000018067	17/07/2026	55412	R$ 195,23
ARK9E43	279370T000018065	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AST8615	116100T003677806	26/07/2026	55411	R$ 195,23
ASW3484	279370T000018063	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AVH7C86	279370T000018026	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AVU8F80	116100T003871926	25/07/2026	54100	R$ 130,16
AYT4853	279370T000018061	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AZB5290	279370T000018068	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BDL6D19	279370NIC0008805	14/07/2026	50020	R$ 390,46
CPO1222	279370T000018032	16/07/2026	55412	R$ 195,23
FAC8H96	279370T000018070	17/07/2026	55412	R$ 195,23
HCA5B63	279370T000018033	16/07/2026	55412	R$ 195,23
IPY5699	279370T000018034	16/07/2026	55412	R$ 195,23
IXR3A65	279370NIC0008800	14/07/2026	50020	R$ 390,46
MAA9C83	279370NIC0008809	14/07/2026	50020	R$ 260,32
MBZ5F75	279370T000018027	16/07/2026	55412	R$ 195,23
MDF9D13	116100T003871925	25/07/2026	54523	R$ 195,23
MDV2854	279370T000018069	17/07/2026	55412	R$ 195,23
MLU1F01	279370T000018072	17/07/2026	55412	R$ 195,23
PVX8F12	279370NIC0008797	14/07/2026	50020	R$ 390,46
QHK7J36	279370T000018022	16/07/2026	55412	R$ 195,23
RHW7J18	116100T003883273	26/07/2026	53800	R$ 130,16
RHW7J20	116100T003377175	26/07/2026	53800	R$ 130,16
RMN6H84	279370NIC0008803	14/07/2026	50020	R$ 390,46
SEC5G58	279370NIC0008806	14/07/2026	50020	R$ 390,46
SEI7E42	279370NIC0008802	14/07/2026	50020	R$ 390,46
SFJ2B20	279370NIC0008807	14/07/2026	50020	R$ 260,32
TAS3B83	279370T000018071	17/07/2026	55412	R$ 195,23
TBO0C46	279370NIC0008804	14/07/2026	50020	R$ 390,46
UBU1I63	279370NIC0008801	14/07/2026	50020	R$ 390,46

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:CA13D218



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 191/2026 - ALTERA LC 102/2019 - SISTEMA VIÁRIO

LEI COMPLEMENTAR Nº 191, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

ALTERA O ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 102/2019, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 012/2026, de autoria do Executivo, e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º O art. 9º da Lei Complementar nº 102/2019, de 25 de setembro de 2019, passa a vigorar com a alteração do § 2º e o acréscimo do § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 9º.....
[...]

§ 2º No Anexo II (A, B, C e D), parte integrante desta Lei Complementar, estão os esquemas em corte com as medidas mínimas conforme a classificação da via.

§ 3º Nos loteamentos de Interesse Social, as vias locais poderão ser reduzidas para 12 metros, de acordo com o Anexo II, Letra D, desta Lei Complementar."

Art. 2º O Anexo II, Letra D, passa a ser parte integrante da Lei Complementar nº 102/2019, de 25 de setembro de 2019.

Art. 3º Os demais artigos da Lei Complementar nº 102/2019, de 25 de setembro de 2019, permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR,13 DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

ANEXO II-D
ESQUEMA EM CORTE COM AS MEDIDAS MÍNIMAS DE VIAS LOCAIS

MUNICÍPIO DE
CHOPINZINHO



Obs.: Sem Escala

ANEXO II-D

ESQUEMA EM CORTE COM AS MEDIDAS MÍNIMAS DE VIAS LOCAIS

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:7A94FBCF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
RGF - DEMOSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 1º SEMESTRE 2026 REPUBLICAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA														
PODER LEGISLATIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 A JUNHO/2026														
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LÍQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	7 / 2.025	**8 / 2.025**	**9 / 2.025**	**10 / 2.025**	**11 / 2.025**	**12 / 2.025**	**1 / 2.026**	**2 / 2.026**	**3 / 2.026**	**4 / 2.026**	**5 / 2.026**	**6 / 2.026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	152.245,99	147.538,57	147.538,57	157.246,97	148.442,66	294.105,66	160.472,51	157.833,69	195.672,41	184.374,48	179.524,59	171.766,43	2.096.762,53	0,00
Pessoal Ativo	152.245,99	147.538,57	147.538,57	157.246,97	148.442,66	294.105,66	160.472,51	157.833,69	195.672,41	184.374,48	179.524,59	171.766,43	2.096.762,53	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	135.149,09	130.565,11	130.565,11	139.870,29	131.365,19	260.270,52	137.694,63	135.169,93	168.252,71	158.383,63	153.611,26	146.308,72	1.827.206,19	0,00
Obrigações Patronais	17.096,90	16.973,46	16.973,46	17.376,68	17.077,47	33.835,14	22.777,88	22.663,76	27.419,70	25.990,85	25.913,33	25.457,71	269.556,34	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	152.245,99	147.538,57	147.538,57	157.246,97	148.442,66	294.105,66	160.472,51	157.833,69	195.672,41	184.374,48	179.524,59	171.766,43	2.096.762,53	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	108.705.989,28	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	1.465.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	750.000,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	1.472.034,00	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	105.018.955,28	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**2.096.762,53**	**2,00**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.301.137,32	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.986.080,45	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	5.671.023,59	5,40
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 13/out/2026 as 11h e 30m.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

JUVALDI FERREIRA TOMAZ	*EDIVALDO PEREIRA*	*FERNANDO BIGOTTO RIBEIRO*
Presidente	Controlador Interno	Contador CRC PR-069434/O-9

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:AA0BD105

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - SEDUC

O Município de Paranavaí, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público este Edital de Chamamento Público para selecionar propostas de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), com o objetivo de celebrar um Termo de Fomento. O financiamento será integralmente realizado com recursos provenientes de emenda parlamentar, conforme o plano de ação nº 09032024-071515/2024.
O procedimento de seleção seguirá a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o Decreto Municipal nº 22.889, de 01 de outubro de 2021, e demais normas aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
Poderá ser selecionada mais de uma proposta, respeitando a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do Termo de Fomento.
O valor global disponível para este edital é de R$ 122.373,39 (cento e vinte e dois mil, trezentos e setenta e três reais e trinta e nove centavos).

1. PROPÓSITO DO EDITAL
O presente Edital de Chamamento Público, conduzido pela Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí, visa selecionar Organizações da Sociedade Civil (OSCs), previamente credenciadas, para a celebração de parceria destinada ao fortalecimento e desenvolvimento da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O procedimento de seleção será regido pelas seguintes normas:
• Constituição da República Federativa do Brasil;
• Lei Federal nº 4.320/1964;
• Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
• Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

• Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil);
• Lei Federal nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância);
• Lei Federal nº 14.880/2024;
• Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
• Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
• Instrução Normativa nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
•Decreto Municipal nº 22.889/2021;
•Lei Municipal nº 4.396/2015.

3. OBJETO

3.1. Objeto do Edital

Este Edital tem como objeto a seleção de propostas de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), previamente credenciadas junto à Rede Municipal de Educação, para a celebração de Termo de Fomento. A parceria visa assegurar o pleno e equitativo desenvolvimento da educação infantil no âmbito municipal.

3.2. Objeto do Termo de Fomento

O Termo de Fomento a ser celebrado terá por objeto o repasse de recursos financeiros para a aquisição e instalação de aparelhos de climatização, como ar-condicionado ou sistemas equivalentes, bem como para as adequações de infraestrutura elétrica necessárias à sua plena operacionalização.

Os recursos destinam-se a garantir conforto térmico e condições ambientais adequadas nas unidades educacionais credenciadas que atendem a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, em conformidade com o Plano de Trabalho a ser apresentado e aprovado.

O prazo de execução da parceria será de até 12 (doze) meses.

4. OBJETIVOS

4.1. Promoção e Efetivação da Plena Equidade na Educação Infantil

O objetivo principal é promover a equidade no atendimento educacional a todos os estudantes da Rede Municipal de Ensino, garantindo igualdade de condições para acesso, permanência e aprendizagem.

Considerando as estratégias da Secretaria Municipal de Educação para assegurar ambientes com conforto térmico nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), este Termo de Fomento busca estender a iniciativa aos Centros de Educação Infantil (CEIs) mantidos por OSCs. A medida visa garantir o direito fundamental à educação de qualidade, proporcionando um ambiente escolar adequado ao bem-estar e ao desenvolvimento integral das crianças.

A Administração Pública busca, com esta parceria, assegurar que os estudantes matriculados nos CEIs de OSCs credenciadas tenham a mesma qualidade de infraestrutura e conforto térmico disponíveis nas unidades municipais, promovendo a isonomia no atendimento.

4.2. Objetivos Específicos

• Assegurar condições adequadas de infraestrutura nos Centros de Educação Infantil mantidos por OSCs, por meio da melhoria dos padrões elétricos e da instalação de sistemas de climatização.
• Promover a equidade no atendimento educacional entre as unidades próprias do Município e as mantidas por OSCs, garantindo a mesma qualidade de ambiente e conforto térmico.
• Contribuir para o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, proporcionando ambientes seguros, confortáveis e adequados.
• Adequar os espaços físicos escolares às condições climáticas locais, minimizando os impactos de altas temperaturas e proporcionando bem-estar.

O Plano de Trabalho deverá detalhar o projeto, descrevendo minuciosamente as ações, metas, cronograma e justificativas que demonstrem a relevância e a compatibilidade da proposta com as finalidades deste edital.

5. JUSTIFICATIVA

Esta ação é de elevada relevância social e educacional, pois fortalece as OSCs que atuam no atendimento à primeira infância, uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano. Um ambiente escolar com infraestrutura adequada potencializa o aprendizado e garante o bem-estar das crianças.

A destinação de recursos por meio deste Termo de Fomento é um instrumento estratégico para a redução de desigualdades e a efetivação da equidade no acesso à educação de qualidade. Ao viabilizar a climatização dos ambientes, a iniciativa garante condições sustentáveis para as atividades pedagógicas e assegura que os CEIs mantidos por OSCs alcancem o mesmo padrão das unidades municipais.

6. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”,“b” ou “c”, da Lei nº 13.019/2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu Patrimônio, mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para colaboração, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.
c) As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

7. REQUISITOS/CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) que desejarem participar do presente chamamento público deverão:
I- Declarar, conforme modelo constante no ANEXO III – Declaração de Aceitação dos Termos do Edital, que está ciente e concorda com as disposições previstas neste Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;
II- Possuir sede no Município de Paranavaí, onde será executado o objeto deste edital;
III- Possuir objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
IV- Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal n° 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, da Lei n° 13.019, de 2014);
V- Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);
VI- Possuir:
a) no mínimo, 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante (art. 33, inciso V, alínea "b", da Lei federal n° 13.019, de 2014);
c) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea "c" e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

8. DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

Ficam impedidas de participar do presente chamamento público as OSCs que:
I – Não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional (inciso I, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014);
II – Estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (inciso II, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014);
III – Tenham, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (inciso III, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014 e no inciso I, alínea "b", do artigo 39, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);
IV – Tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se (inciso IV, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014):
a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.
V – Tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade (inciso V, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014):
a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei Federal n° 13.019/2014;
d) a prevista no inciso III do art. 73 da Lei Federal n° 13.019/2014
VI – Tenham tido contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (inciso VI, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014);
VII – Tenham entre seus dirigentes, pessoa (inciso VII, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014):
a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal n° 8.429, de 2 de junho de 1992.
Fica vedada, nos termos da Lei Federal 13.019, de 2014, a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução (§ 1º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).
Em qualquer das hipóteses previstas no item 9, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente (§ 2º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).
Para os fins do disposto na alínea "a" do inciso IV e no item 7.9, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

A vedação prevista no inciso III, do item 4.1, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no Termo de Fomento simultaneamente como dirigente e administrador público (§ 5º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).
Não são considerados membros de Poder os integrantes de Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas (§ 6º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).

9. COMISSÃO DE SELEÇÃO

A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, constituída pela Portaria Municipal nº 1858/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paranavaí no dia 26/09/2025. Edição 3372.
Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 25, § 7º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não impede a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 25, § 1, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado (art. 25, § 1º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões.
Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

10. DA FASE DE SELEÇÃO

A apresentação das propostas relacionadas ao presente edital observará o seguinte cronograma, devendo ser protocoladas, destinadas a COMISSÃO DE SELEÇÃO, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, na recepção da Secretaria Municipal de Educação, situada a Rua Marechal Cândido Rondon, 1.596, Centro, Paranavaí, conforme segue:

TABELA 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público (mínimo de 30 dias corridos, nos termos da Lei nº 13.019/2014)	15/10/2026
2	Impugnação ao Edital (prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua publicação)	Até 22/10/2026
3	Análise e resposta aos pedidos de esclarecimento e impugnação deste Edital	Até 26/10/2026
4	Apresentação das Propostas pelas OSCs (Entrega dos envelopes contendo a proposta da OSC- Envelope 1).	De 15/10/2026 a 17/11/2026
5	Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção*	18/11/2026 a 30/11/2026
6	Divulgação do resultado de seleção (resultado preliminar)	Até 04/12/2026
7	Prazo para interposição de recurso do resultado preliminar	Até 09/12/2026
8	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	Até 11/12/2026
9	Publicação das decisões recursais e resultado final da etapa de seleção das propostas (etapa competitiva), após análise dos recursos pela Comissão de Seleção (art. 31, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)	Até 22/12/2026
10	Convocação para entrega dos envelopes contendo Plano de Trabalho os documentos de habilitação pela(s) OSC(s) vencedoras – 15 (quinze) dias úteis a contar da convocação (art. 36 do Decreto Municipal nº 22.889/2021)	Até 15/01/2027
11	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.	Até 22/01/2027
12	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário as OSC terão 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da convocação.	22/01/2027 a 06/02/2027
13	Publicação do resultado do processo de habilitação	Até 15/02/2027
14	Prazo para interposição de recurso do resultado da etapa de habilitação	Até 17/02/2027
15	Publicação das decisões recursais e resultado final da etapa de habilitação.	Até 19/02/2027
16	Homologação e publicação do resultado final (art. 27, § 4º, da Lei nº 13.019/2014 e art. 30, do Decreto Municipal nº 22.889/2021), pela Secretária Municipal de Educação)	Até 26/02/2027

A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34, da Lei nº 13.019/2014) e da não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39, da Lei nº 13.019/14), nos termos previstos nos itens 8 e 9 deste Edital, será feita posteriormente à etapa de seleção de julgamento dos projetos, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) melhores classificadas, nos termos do artigo 28, da Lei nº 13.019/2014.

Etapa 1: PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O presente Edital de Chamamento Público será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos para a apresentação das propostas, contados a partir da data de publicação do Edital, conforme item 1, da Tabela 1.

Etapa 2: ANÁLISE E RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DESTE EDITAL

O prazo para impugnação deste Edital é de até 5 (cinco) dias úteis contados de sua publicação.
Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, por petição dirigida à Comissão de Seleção e protocolada na Secretaria Municipal de Educação, devendo ser apresentadas de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, na recepção da Secretaria Municipal De Educação;
Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação serão respondidos pela Comissão de Seleção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de encerramento do período solicitação de esclarecimentos e ou/ impugnação deste Edital.

Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada a todos os interessados por meio de publicação no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí (www.paranavai.pr.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
Caso haja qualquer necessidade de modificação deste Edital, a Comissão de Seleção fará a devida avaliação e fundamentação e, havendo prejuízo para a elaboração da proposta, reabrirá o prazo inicialmente estabelecido.
Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original. Os atos ordinatórios, comunicados, erratas e quaisquer outros, que não impliquem modificação das regras do presente Edital, serão divulgados no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí (www.paranavai.pr.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Paraná, por ato da Comissão de Seleção.

Etapa 3: APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS PELAS OSCS (ENTREGA DO ENVELOPE Nº 01, CONTENDO A PROPOSTA)
As Organizações da Sociedade Civil deverão protocolar as PROPOSTAS em envelope fechado, com identificação da instituição proponente, sendo que fora do envelope, deve apresentar o COMPROVANTE DE ENTREGA DO ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA (ANEXO I), junto à Secretaria Municipal de Educação, no período estabelecido no item 4, da Tabela 1 deste edital, da seguinte forma:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA
À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE SELEÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026.
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: CNPJ:
E-MAIL:_____ TEL: (_____)

A PROPOSTA será apresentada em uma única via impressa, em papel timbrado da entidade e deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.
Envelopes que forem entregues em local e/ou horários diferentes não serão objeto de análise, não sendo permitida a participação de interessados retardatários e em desacordo com o Edital.
Somente serão admitidas propostas relacionadas aos objetivos especificados neste edital.
Cada OSC poderá apresentar apenas 01 (uma) proposta para cada objeto de parceria. Caso venha a apresentar mais de uma proposta para o mesmo objeto, dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.
No ENVELOPE Nº 1, deverá constar:
a) Declaração de Aceitação dos Termos do Edital, assinada pelo representante legal (ANEXO III);
b) Comprovante de Credenciamento junto a Secretaria Municipal de Educação;
c) Proposta (ANEXO II);
d) Currículo do Coordenador Técnico do projeto, (ANEXO IV);
As propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto, compatíveis com os objetivos apresentados nos itens 4 e 5.
b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
d) o valor global.

Etapa 4: ETAPA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO
Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.
A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 (etapa 5) para a conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado da etapa de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até 5 (cinco) dias úteis.
As propostas deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo.
A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

TABELA 2

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR ITEM
• Informações sobre: • ações a serem executadas; • metas a serem atingidas;	• Grau pleno de atendimento (20 pontos); • Grau satisfatório de atendimento (10 pontos); • O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto).	20

• Indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	**OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	
(B) Adequação da proposta em conformidade com os objetivos e justificativas do presente Edital.	• Grau pleno de adequação (10 pontos); • Grau pleno de adequação (10 pontos); • Grau satisfatório de adequação (5 pontos); • O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta	10
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	• Grau pleno da descrição (10 pontos); • Grau satisfatório da descrição (5 pontos); O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**:A atribuição de nota "zero" neste critério implica na eliminação da proposta.	10
(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	• O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (10 pontos); • O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (5 pontos); • O valor global proposto é superior ao valor de referência (0 ponto). **OBS.:** A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de fomento/colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.	10
(E) Capacidade técnico operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada em realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	• Grau pleno de capacidade técnico-operacional (20 pontos); • Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (10 pontos); • O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0 pontos). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, **caput**, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	20
(F) Indicação na Proposta de existência de parcerias e articulações do proponente de modo a contribuir para manutenção e/ou continuidade da oferta do atendimento institucional.	• Indica parcerias que garantem a manutenção e/ou continuidade do atendimento (10 pontos); • Indica algumas parcerias, mas não expressam garantia da manutenção e/ou continuidade do atendimento (5 pontos); - Não indica existência de parcerias (0 ponto).	10
(G) Apresentação na Proposta de diagnóstico da realidade do público atendido pela Organização da Sociedade Civil	• Apresenta o diagnóstico de maneira detalhada e compreensível (10 pontos); • Apresenta levantamento/diagnóstico razoável/mediano (5 pontos); • Não apresenta nenhum levantamento/diagnóstico (0 ponto).	10
(H) Apresentação na Proposta do impacto social esperado através das metas/ações/objetivos propostos que correspondam aos indicadores sociais passíveis de avaliação.	• Apresenta impacto social esperado passíveis de avaliação de maneira detalhada e compreensível (10 pontos); • Apresenta impacto social esperado passíveis de avaliação razoável/mediano (5 pontos); • Não apresenta impacto social esperado passíveis de avaliação (0 ponto). •	10
Pontuação Máxima Global		**100**

A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (E), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências ocorrerá nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

Serão eliminadas aquelas propostas:
a) cuja pontuação total for inferior a 40 (quarenta) pontos;
b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E);
c) que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;
d) Que forem apresentadas fora dos modelos de referência nos anexos neste edital, modelos de uso obrigatório. Quais sejam: modelo de proposta técnica e modelo de plano de trabalho, quando da ocasião de uso de cada um dos anexos.
e) que estejam em desacordo com o Edital;
f) cujo valor esteja acima do teto previsto neste Edital para a execução do objeto.
g) que contenham previsão de execução de suas atividades fora do âmbito do Município de Paranavaí.
h) Que não estiverem assinadas pelo profissional técnico da OSC responsável pela elaboração/execução do Serviço/Projeto;
Os projetos aprovados serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.
No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A).
Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a Organização da Sociedade Civil (OSC) com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.
Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

Etapa 4: PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DE SELEÇÃO (RESULTADO PRELIMINAR) – ENVELOPE Nº 01
O resultado da etapa de seleção (ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA) será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, iniciando-se o prazo para recurso.

Etapa 5: INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA ETAPA COMPETITIVA – ENVELOPE Nº 01
Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.
Os participantes que desejarem recorrer do resultado da etapa de seleção (ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA) deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado da etapa de seleção, à Comissão de Seleção, que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.
Os recursos deverão ser encaminhados à Comissão de Seleção e devem ser entregues na recepção da Secretaria Municipal de Educação, devendo ser apresentadas de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, nos prazos estabelecidos. Devendo estar descrito que se trata de "Interposição de recursos contra o resultado preliminar do Edital de Chamamento público nº 007/2026", contendo a identificação da instituição proponente.
É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

Etapa 7: ANÁLISE DOS RECURSOS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO
A Comissão de Seleção terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar os recursos, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente ao término do prazo de manifestação das interessadas classificadas, podendo solicitar pareceres a Procuradoria do Município, caso em que este prazo deverá ser estendido, devendo a Comissão publicar a decisão motivada em seu site oficial (www.paranavai.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

Etapa 8. HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA FASE, COM DIVULGAÇÃO DAS DECISÕES RECURSAIS PROFERIDAS (SE HOUVER).
Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, haverá a homologação e divulgação no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br, das decisões recursais proferidas e o resultado definitivo da etapa de seleção.
A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, § 6º, da Lei nº 13.019, de 2014).
Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo ao menos uma única entidade com proposta classificada, e desde que atendidas as exigências deste Edital, a Secretaria Municipal de Educação poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

11. DA FASE DE CELEBRAÇÃO
A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:
TABELA 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da OSC selecionada para a apresentação do plano de trabalho e dos documentos que devem acompanhá-lo, no ENVELOPE Nº 2.
2	Análise do plano de trabalho e Documentos da OSC.

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário (art. 36, §§ 2º e 3º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)
4	Parecer de órgão técnico
5	Informação da Controladoria Geral, Secretaria Municipal de Fazenda e Unidade Gestora (Secretaria Municipal) acerca da verificação de ocorrência impeditiva à celebração da parceria
6	Parecer da assessoria jurídica
7	Assinatura do Termo de Fomento
8	Publicação do extrato do termo de Fomento no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná

Etapa 1: CONVOCAÇÃO DA OSC SELECIONADA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 2.
Encerrada a etapa de seleção, as propostas serão classificadas, sendo a(s) OSC(s) melhor classificada(s) convocada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho e os documentos que o acompanharão (art. 36, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
O Plano de Trabalho e os documentos deverão ser entregues em envelope fechado, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, na recepção da Secretaria Municipal de Educação,
ENVELOPE 02 - PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAVAÍ COMISSÃO DE SELEÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2026
INSTITUIÇÃO PROPONENTE:
CNPJ:_____
E-MAIL:_____ TEL: (_____)
ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO_____

Por meio do PLANO DE TRABALHO, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os detalhes exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019/2014, observado o ANEXO V – Modelo do Plano de Trabalho e de Aplicação).
A OSC selecionada deverá apresentar no ENVELOPE Nº 2:
a) Plano de Trabalho e de Aplicação, de acordo com o ANEXO V deste Edital;
b) Documentos de Habilitação.
O PLANO DE TRABALHO deverá especificar e conter a Natureza do Recurso (Capital).
O PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos (art. 36, do Decreto Municipal nº 22.889/2021 e art. 22 da Lei n°13.019/2014)):
a) A descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
b) plano de aplicação dos recursos, contendo a descrição dos bens a serem adquiridos e dos serviços a serem realizados, de acordo com o orçamento de referência ou o projeto básico;
c) a descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
d) a forma de execução das ações e de cumprimento das metas a eles atrelados;
e) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
f) a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
g) previsão de receitas a serem auferidas na execução do objeto, inclusive as provenientes de ingressos, patrocínios e outros recursos públicos ou privados que financiarão o objeto;
h) cronograma financeiro compatível com as despesas do cronograma de execução, contendo os valores a serem repassados pela Administração Pública;
i) descrição dos bens e/ou serviços previstos a título de contrapartida, quando houver, e seus valores estimados;
j) local ou região de execução do objeto e indicação do público alvo;
k) no caso de prever doação de bens, a identificação dos beneficiários previamente selecionados, o procedimento e os critérios de seleção; e
l) a previsão de duração de execução do objeto e sua vigência.
A previsão de despesas e receitas deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sites, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02
Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias úteis, deverá apresentar os seguintes documentos:
a) Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -CNPJ, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove Cadastro ativo no mínimo de 02 (dois) anos de existência. Acesso em: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp;
b) Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e à dívida ativa da União. Acesso em:http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1;
c) Certidão Negativa de Débitos Tributários Estadual. Acesso em: http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica;
d) Certidão Negativa de Débitos Tributários Municipal. Acesso em: https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-063/contribuinte/rel_cndcontribuinte.faces
e) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Acesso em: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf;
f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Acesso em: http://www.tst.jus.br/certidao;
g) Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas de Estado do Paraná. Acesso em: http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/consultar-certidao-liberatoria/235540;
h) Certidão de Regularidade de Prestação de Contas expedida pelo Município de Paranavaí;

i) Cópia da Ata de Eleição do quadro dirigente atual;
j) Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço (com comprovante de residência), telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles, acompanhada das respectivas cópias (ANEXO VI);
k) Comprovante de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo de energia elétrica, água e/ou telefone ou contrato de locação;
l) Cópia do Estatuto Social devidamente atualizado;
m) Registro da Organização da Sociedade Civil que comprove o devido credenciamento junto a Secretaria Municipal de Educação;
n) Declaração de que a Organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;
o) Declaração da Organização da Sociedade Civil de que não emprega menor, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assinada pelo Presidente da Organização da Sociedade Civil (Anexo VII);
p) Declaração do Presidente da Organização da Sociedade Civil informando que a Organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer vedações previstas no artigo 39, da Lei Federal nº 13.019/2014, às quais deverão estar descritas no documento (Anexo VIII);
q) Declaração de Não Parentesco, assinado pelo Presidente da Organização da Sociedade Civil (Anexo IX);
r) Declaração de não enquadramento na Lei Municipal nº 4.288/2014(Anexo X);
s) Formulário para Comprovação de Capacidade Técnica (Anexo XI);
t) Formulário para Comprovação de Capacidade de Equipamentos (Anexo XII);
u) Formulário para Comprovação de Capacidade de Estrutura Física (Anexo XIII);
v) Dados bancários (número da conta corrente, agência e banco).
x) Comprovantes de experiência prévia e de capacidade técnica e operacional na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros (art. 38, inciso XIX, § 1º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021), pelo menos um dos seguintes itens:

• Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil, acompanhados, quando for o caso, de documento de comprovação da aprovação das respectivas contas;

• Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

• Notícias, publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

• Currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

• Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

• Prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;

y) Declaração contendo a relação detalhada dos bens disponíveis para a execução do objeto, tais como equipamentos, veículos e instalações físicas;
Em hipótese alguma os documentos encaminhados, a proposta, seus anexos serão devolvidos, qualquer que seja o resultado do chamamento público.

Etapa 2: ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTOS

Esta etapa consiste na análise do Plano de Trabalho e documentos da Organização da Sociedade Civil, que o acompanham.
Será examinado o plano de trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente melhor classificada que tenha sido convocada.
Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta aprovada, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos.
As OSCs ficarão dispensadas de reapresentar as certidões que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.
Nos termos do § 1º, do art. 28, da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.
Em conformidade com o § 2º do art. 28, da Lei nº 13.019/2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

Etapa 3: AJUSTES NO PLANO DE TRABALHO E REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO, SE NECESSÁRIO (art. 36,§§ 2º e 3º e art. 40, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 22.889/2021)

Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e notificada para regularizar sua situação, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria (art. 40 do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a Comissão de Seleção solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada, conforme determina o art. 36, §§ 2º e 3º do Decreto Municipal nº 22.889/2021.

Aprovado o Plano de Trabalho e verificada a regularidade da Organização da Sociedade Civil proponente, a SEDUC/PARANAVAÍ, considerando-a apta à celebração da parceria, publicará o resultado do processo de habilitação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial da Prefeitura de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br.
Publicado o resultado do Processo de Chamamento Público, a Secretaria Municipal de Educação procederá às práticas administrativas necessárias à celebração da parceria, por meio do Termo de Fomento.
Etapa 4: PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO (art. 35, V, da Lei nº 13.019/2014 e art. 42, V, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)
A celebração do instrumento de parceria dependerá da análise do plano de trabalho e da emissão do parecer técnico pelo Órgão Técnico, o qual deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:
– Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
– Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização da parceria, em regime de mútua cooperação;
– Da viabilidade da execução da proposta de trabalho, inclusive quanto à compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;
– Da compatibilidade dos valores dos bens e serviços com os preços praticados no mercado;
– Da verificação do cronograma de desembolso e se este é adequado e permite a sua efetiva fiscalização;
– Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e dos objetivos;
– Da designação do gestor da parceria; e
– Da designação dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria;
– Da prévia dotação orçamentária para execução da parceria.
O Órgão Técnico, antes da emissão do parecer previsto no item 12.5.1, poderá solicitar as readequações cabíveis, respeitado os termos e as condições previstos no edital e os elementos avaliados para classificação do projeto.
A aprovação do plano de trabalho pelo Órgão Técnico não gerará direito à celebração da parceria.
Etapa 5: INFORMAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E UNIDADE GESTORA (SECRETARIA MUNICIPAL) ACERCA DA VERIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA IMPEDITIVA À CELEBRAÇÃO DA PARCERIA (art. 41 do Decreto Municipal 22.889/2021)
A Comissão de Seleção deverá colher tais informações.
Etapa 6: PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA (art. 35, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 42, inciso VI, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)
A Assessoria Jurídica da Administração Pública emitirá parecer jurídico acerca da possibilidade de celebração da parceria.
A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico dos documentos do processo e conveniência e oportunidade.
Etapa 7: ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO
Cada instrumento de parceria será celebrado com apenas uma organização da sociedade civil.
No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.
Após a conclusão dos procedimentos e persistindo o interesse da Administração Pública, proceder-se-á a assinatura do Termo de Fomento.
A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.
O instrumento da parceria e eventuais aditivos deverão ser firmados pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, pelo Controlador Geral do Município e pela Organização da Sociedade Civil parceira.
Etapa 9: PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO
O Termo de Fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do seu extrato no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (art. 38, da Lei nº 13.019/2014 e art. 24, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).

12. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO
O objeto do presente Edital será custeado com recursos previstos na rubrica orçamentária: 3445042000000000000

13. DOS RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO
As despesas decorrentes do objeto da presente Chamada Pública correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	Funcional	Vínculo
02	0012.0365.0005	1128

O valor total de recursos a serem repassados por meio do presente Edital será de **até valor global disponível: R$ 122.373,39 (cento e vinte e dois mil, trezentos e setenta e três reais e trinta e nove centavos).**
A OSC deverá apresentar no projeto o número de vagas de educação infantil que serão contempladas;
Se, ao final da parceria, a entidade não atender ao número de crianças previstos no PROJETO DESCRITIVO, será feita a apuração de contas e a OSC será notificada e terá que devolver a integralidade dos recursos recebidos por descumprimento da parceria.
Os recursos serão repassados às OSCs em parcela única.
Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para a satisfação de seu objeto, sendo em capital como segue:
I- Capital:

a) Aquisição de equipamentos, que aumentem o patrimônio da entidade;
b) Obras estruturais;
c) Outros que estejam diretamente vinculados a execução do objeto da transferência.
Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº13.019, de 2014)
Não são admitidos o uso de recursos com gastos que evidenciem desvio da finalidade do objeto pactuado.
É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município (art. 45, da Lei nº 13.019/2014).
Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.
Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52, da Lei nº 13.019, de 2014.
O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.
As OSCs selecionadas para celebração dos Termos de Fomento nos termos deste Edital, deverão informar conta corrente em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), destinada especificamente para recebimento dos recursos oriundos da parceria.
Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação aplicável, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos incisos XV e XVI, do art. 32, do Decreto Municipal nº 22.889/2021. A OSC e seus dirigentes não poderão alegar desconhecimento das normas para se eximir de cumpri-las ou de sofrer as sanções cabíveis.
A parceria deverá ser executada com estrita observância ao plano de trabalho, às cláusulas e finalidades pactuadas, observadas as vedações previstas no art. 45 da Lei n. 13.019/2014.
A seleção de projetos não obriga a Secretaria Municipal de Educação a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.
Para a liberação do recurso financeiro, a Organização da Sociedade Civil - OSC deverá comprovar a sua situação de regularidade fiscal, com a apresentação das certidões negativas exigidas e as devidas prestações de contas.
Na aplicação dos recursos públicos serão sempre observados os princípios de moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.

14. CONTRAPARTIDA
Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, nos termos do § 1º do item VI do Art. 35 da Lei nº. 13.019/2014.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA PARCERIA COM A RELAÇÃO A LEI FEDERAL 13.709/2018
Cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), no que for cabível em face do objeto deste Termo, em especial:
a) guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto desta parceria;
b) tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da parceria, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
c) garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
d) não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da parceria;
e) fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução dos objetos;
f) adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado
g) em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Órgão Gestor, no prazo de 48 horas:

- a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- as informações sobre os titulares envolvidos;
- a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- os riscos relacionados ao incidente;
- os motivos da demora, no caso de comunicação não ter sido imediata;

•
as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

h) Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção dos dados;
i) Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais e o tratamento não autorizado;
j) Armazenar os dados somente pelo período necessário para o cumprir as obrigações contratuais legais;
k) Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo município ou, não sendo possível, justificar com a base legal a retenção dos dados;
l) Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo município, ou, não sendo possível justificar com base legal;
m) Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência da parceria;
n) reparar danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a esse termo de fomento, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo.
Aquele que de qualquer forma participar deste chamamento público consente de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência do procedimento (editais, termo de fomento e outros documentos relacionados), estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins específicos.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
O presente Edital será divulgado em página do no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos para a apresentação dos PROJETOS DESCRITIVOS, contado da data de publicação do Edital.
Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias úteis) dias úteis da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail s.educacao@paranavai.pr.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.
As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.
A COMISSÃO DE SELEÇÃO do Chamamento Público e a Secretaria Municipal de Educação resolverão os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais, à luz da Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 22.889/2021, e os princípios que regem a administração pública.
A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.
O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá resultar na rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 52, da Lei nº 13.019, de 2014.
Não será cobrada das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.
Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das OSCs concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Secretaria Municipal de Educação nem do Município de Paranavaí.
Os Termos de Fomento que vierem a ser assinados serão publicados, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial da Prefeitura de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br.
Será designado um gestor das parcerias que será o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada por meio de Termo de Fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização, cujas obrigações são as seguintes:
a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
b) informar ao(a) Secretário(a) Municipal de Educação a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;
d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 22.889/2021.

17. DOS ANEXOS
Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Comprovante de Entrega de Envelopes – elaborar um para cada entrega de envelope: ENVELOPE Nº 01, com o PROJETO DESCRITIVO e ENVELOPE Nº 02, com o Plano de Trabalho e Documentos da OSC;
Anexo II - Minuta da Proposta do Projeto Descritivo
Anexo III - Declaração de Aceitação dos Termos do Edital;
Anexo IV – Modelo de Currículo do Coordenador Técnico do Projeto.

Anexo V - Plano de Trabalho e Aplicação.
Anexo VI - Relação Nominal dos Dirigentes da OSC.
Anexo VII - Declaração – Art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.
Anexo VIII – Declaração – Art. 39 Lei Federal nº 13.019/2014.
Anexo IX – Declaração de Não Parentesco;
Anexo X – Declaração de Não Enquadramento na Lei Municipal nº 4.288/14;
Anexo XI – Formulário de Capacidade Técnica;
Anexo XII – Formulário de Capacidade de Equipamentos;
Anexo XIII – Formulário de Capacidade de Estrutura Física;
Anexo XIV – Minuta do Termo de Fomento.
Paranavaí, 01 de outubro de 2026.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO I
COMPROVANTE DE ENTREGA DO ENVELOPE Nº ____ – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____

I – IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:	
TELEFONE (DDD/Nº):	
E-MAIL:	

II – IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

NOME:	
QUALIFICAÇÃO:	
CPF:	
RG:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE (DDD/Nº):	
E-MAIL:	

III – RECEBIMENTO DO ENVELOPE Nº ____ PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____ DE PARANAVAÍ
Declaro haver recebido o ENVELOPE da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.
Paranavaí, __ de _____ de ____.
Entregue por:
Nome Legível: _____
Recebido por:
Nome Legível: _____
CPF: _____

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)
ANEXO II
MINUTA DA PROPOSTA
(Preferencialmente em Papel Timbrado da OSC)

1 . DADOS CADASTRAIS
Proponente
Informar a razão social da organização

CNPJ		Data de abertura do CNPJ	
Informar o número do CNPJ da organização		Informar a data de abertura do CNPJ (formato dd/mm/ aaaa)	
Endereço			
Informar o endereço em que a instituição está sediada			
Bairro:	Cidade		CEP
Informar o Bairro	Informar a cidade		Informar o CEP
Telefone	E-mail		
Informar um telefone fixo	Informar o e- mail da instituição		
Nome do representante legal:			
Informar o nome completo do representante legal da instituição			
Endereço Residencial do representantelegal			
Informar o endereço residencial do representante legal (Rua, nº - bairro – cidade – UF)			
CPF	R.G.	Telefone(s)	
Informar o CPF do representantelegal	Informar o nº . do RG do representante legal	Informar o telefone do representante legal, com DDD	
Período de Mandato da Diretoria			
De / / a / /.			
Município:			
Município de Paranavaí/ Secretaria Municipal De Educação			

2 . NOME DO PROJETO/ ATIVIDADE

Informar o título ou nome do projeto/atividade.

3 . APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DE ATUAÇÃO

Descrever o objeto e objetivo da OSC, as principais atividades executadas, um breve histórico de ações realizadas (preferencialmente aquelas que possuem relação com o objeto da proposta apresentada), público atendido, região de atuação, dentre outras informações. (Limite de 2 laudas).

4 . JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Justificar a pertinência e necessidade do serviço/projeto, apresentando dados estatísticos e sociais que apontem a necessidade da intervenção proposta e indicar qual prioridade está contemplada na proposta.

5 . DESCRIÇÃO DA REALIDADE

Indicação do local de desenvolvimento das atividades, (incidência do perfil da área de abrangência territorial e indicadores socioeconômicos), identificando qual o impacto social, as ações executadas em prol de seus usuários e/ou comunidade e quais os resultados esperados a curto, médio e longo prazo e quais os benefícios trarão para o público alvo.

6 . OBJETO DA PROPOSTA

Descrever de forma clara o OBJETO da proposta apresentada. Em geral, se apresenta através de verbos no infinitivo (realizar, executar, promover, capacitar, etc).

7 . DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

Descrever a proposta demonstrando as ações previstas, o público estimado, a área de abrangência, os resultados esperados e a forma como se pretende alcançar os objetivos.

8 . FORMA DE EXECUÇÃO 1				
Metas Macro ações resultados parciais a serem realizadas. Devem ser quantificáveis, verificáveis e com prazo definido.	Ações Operações concretas a serem realizadas para o atingimento da meta. Uma mesma meta pode exigir a realização de mais de mais de uma ação.	Indicadores Unidade de medida do alcance de uma meta. E a forma de aferição do cumprimento ou não da meta. Deve ser passível d verificação.	Documentos para verificação Documentos que contém os elementos para verificação dos indicadores. É o instrumental no qual o indicador pode ser analisado. Ex. Fotografias, lista de presença, planilha, banco de dados, certificados, etc.	Período de verificação Prazo em que a meta deverá ser atingida.

9 . PRAZO DE EXECUÇÃO		
Estabelecer o prazo de execução das ações a serem realizadas no âmbito da proposta (menor ou coincidente com o prazo de vigência da parceria – que também acoberta atos de preparaç encerramento das ações realizadas).		
10. PREVISÃO DE RECEITAS EDESPESAS		
10 .1 Previsão de Receitas		
Origem	**Valor**	
Repasse	Valor repassado pelo Município	
Contrapartida	Valor da mensuração dos bens e serviços postos à disposição pela OSC. Apenas se houver	
Valor Total da Proposta	Valor somatório do repasse e contrapartida	
10.2 Previsão de Despesas		
Natureza da Despesa	Origem do Recurso Repasse ou Contrapartida	Valor estimado

Coluna 1 – Natureza da Despesa
Informar as naturezas de despesas previstas para a execução da proposta (despesas com pessoal e encargos, aquisição de materiais, transporte, mobiliário, serviços de terceiros, contratações, transporte, etc.);

Coluna 2 – Origem do Recurso
Informar se o recurso referente àquela natureza de despesa terá origem no repasse de recursos do Município ou em contrapartida da organização;

Coluna 3 – Valor estimado
Informar o valor estimado da despesa, bem ou serviço necessário à execução do objeto. A organização deve apresentar valores de acordo com aqueles praticados no mercado, sugere-se, se possível, a apresentação de uma referência de preço. Esta referência possibilita à Comissão de Seleção maior facilidade para analisar a exequibilidade financeira da proposta.

11. CONTRA PARTIDA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (SE HOUVER):
Descrever os bens, serviços e despesas complementares a serem aportados na execução da parceria, com a respectiva forma de mensuração.
12. ASSINATURA DAOSC

Paranavaí, de de 20

Nome/ Assinatura da Organização da Sociedade Civil
13. APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO
Paranavaí, de de20

Nome/ Assinatura do Técnico Responsável

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL Nº 007/2026

Pela presente, declaramos, para todos os fins de direito, que verificamos atentamente e compreendemos todas as condições e disposições contidas no Edital de Chamamento Público nº ____ e seus Anexos, da Secretaria Municipal de Educação, razão pela qual manifestamos nossa total e irrestrita concordância com as mesmas.
Estamos cientes que a apresentação de nosso projeto implica na aceitação de todos os Termos do Edital de Chamamento Público nº ____ da Secretaria Municipal de Educação e seus Anexos.

Por ser verdade, assinamos a presente Declaração.

Paranavaí, __ de _____, de 20__ .

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO IV
MODELO DE CURRÍCULO DO COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO

MODELO DE CURRÍCULO DO COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO

Nome Completo: Nascimento: / / RG: CPF:
Celular:() e-mail: End.Residencial:

Experiência acadêmica:
() Nível Médio ou () Graduação em Pós-graduação () não () sim: Outros:

Experiência profissional:
1. Local:
Período: de até
Ações e projetos desenvolvidos na área da Educação:

2. Local:
Período: de até
Ações e projetos desenvolvidos na Educação:

Participação de Projetos:
1. Nome do Projeto: Local: Período: de até
Breve descrição do projeto:

Obs: ANEXAR OBRIGATORIAMENTE OS COMPROVANTES DE EXPERIÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADOS PELOS RESPONSÁVEIS. LOGO DA INSTITUIÇÃO

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)
ANEXO V
PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO
I. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

Instituição proponente:	
CNPJ:	
Endereço:	
Cidade	Telefone/fax
Banco (nome e número)	Agência
Nome responsável pela Instituição	
RG/Órgão expedidor	CPF
Endereço completo	CEP
Ordenador de despesas (tesoureiro)	
RG/Órgão expedidor	CPF
Endereço completo	CEP
Responsável para contato com a entidade	Função
Responsável técnico pelo projeto	Formação

II. NOME DO PROJETO:

III. APRESENTAÇÃO (apresentar rapidamente a Instituição e o projeto a ser desenvolvido)

IV. JUSTIFICATIVA (Deve expor os argumentos e as considerações sobre as necessidades que justificam a realização das ações/atividades propostas, inclusive com diagnóstico da realidade, indicando como irá contribuir para a mudança da situação problema apresentada, utilizar dados quantitativos e qualitativos do problema que se pretende abordar, informando a fonte. É a justificativa que fundamenta a proposta)

V. DO OBJETO (Breve descrição, clara e objetiva, da situação problema que se deseja melhorar/minimizar)

VI. OBJETIVOS:
a) GERAL (a partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que pretende alcançar, relacionar com a situação problema que se deseja enfrentar com a execução do objeto)
b) ESPECÍFICOS (preencher o quadro a seguir, acrescentando mais linhas se necessário)

Objetivo Específico	**Ações** (descrever as ações necessárias para alcançar o objetivo)	**Resultados Esperados**
1 -		
2 -		

3 -		
4 -		

VII. PERFIL DOS DISCENTES ATENDIDOS (informar a área de abrangência do projeto, escolaridade média do público atendido, faixa etária, número de pessoas, meta a ser atingida...)

VIII. QUANTIDADE DE ALUNOS A SEREM ATENDIDOS (Descrever a quantidade de usuários que serão atendidos no período)

IX. PERÍODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO PROPOSTO: Início: __/__/____ Término: __/__/____

X. METODOLOGIA (quais as atividades que serão desenvolvidas? Incluir as estratégias e os procedimentos detalhados para a sua execução. Onde ocorrerá o projeto? Como serão desenvolvidas as ações? E a maneira pela qual os objetivos serão alcançados)

XI. CRONOGRAMA DE AÇÕES (completar o quadro abaixo ampliando ou reduzindo o número de colunas/mês e de ações, conforme o período de execução do projeto)

Ações (necessárias para alcançar o objetivo)	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

XII. EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO (complete o quadro abaixo descrevendo os profissionais envolvidos na execução deste projeto)

Função no projeto	Formação profissional	Natureza do vínculo (CLT, contrato, voluntariado)	Número de horas semanais trabalhadas

XIII. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS (preencher o quadro abaixo)

Objetivos	Indicadores quantitativo/qualitativo de resultados:	Meios de verificação
1-		
2-		
3-		

XIV. ORÇAMENTO

Total do projeto: R$ _____

Plano de Aplicação Detalhado

(Poderão ser acrescentados ou removidos itens de despesas em cada grupo, de acordo com a necessidade e particularidade de cada OSC, desde que esteja relacionado com o objeto pactuado no TERMO DE REFERÊNCIA e que não esteja em desacordo com as normas legais, principalmente em relação ao Art. 46 da Lei nº. 13.019/2014)

Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1		R$
2		R$
3		R$
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		R$

Cronograma de desembolso

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
-	-	-	-

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**
Maio	**Junho**	**Julho**	**Agosto**
-	-	-	-
Setembro	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**
-	-	-	-

XV. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Instituição proponente, declaro, para os devidos fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Paranavaí, que as informações que constam neste Plano de Trabalho e Aplicação são verdadeiras, e para os efeitos e sob as penas do art. 299 do Código Penal, que inexiste mora ou débito junto a qualquer órgão ou instituição da Administração Pública direta ou indireta que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município, na forma deste plano de trabalho. Se houver algo em contrário ou inverídico, me responsabilizo na forma legal.	
Paranavaí, / / .	Nome do Presidente Nome da Entidade
Na qualidade de ordenador da despesa da entidade proponente e de fiscalizador dos atos praticados por esta, declaro para os devidos fins, que concordo com o objeto do projeto e APROVO o plano de trabalho apresentado, por atender os requisitos exigidos pelo Decreto Municipal nº. 13.025/2011 e Resolução nº. 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Declaro também que a entidade apresentou todos os documentos em conformidade com o Decreto Municipal nº. 22.889/2021. Assim, cumpridos todos os requisitos legais para a formalização do convênio solicitado, a Secretaria Municipal de Educação concorda com elaboração do respectivo Termo de Fomento.	
Paranavaí, / /.	Local e data, _____ _____ Assinatura do responsável técnico _____ Nome do responsável técnico _____ Assinatura do represenatnte legal da instituição _____ Nome do represenatnte legal da instituição

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO VI
RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
(art. 34, VI da Lei n° 13.019/2014)

Nome	**N° CPF**	**Cargo**
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo
Função	Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)	
Bairro	Cidade	CEP
Telefone	Telefone	E-mail
Cargo		

Nome	**N° CPF**
N° RG	Órgão Expedidor
Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)	Bairro
Cidade	CEP
Telefone	Telefone
E-mail	Cargo

Nome	**N° CPF**
N° RG	Órgão Expedidor
Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)	Bairro
Cidade	CEP
Telefone	Telefone
E-mail	Cargo

Paranavaí, __ de _____ de 20__.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____ CPF: _____

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)
ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

[identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ sob o nº ……, com sede à [endereço completo], em cumprimento ao Edital de Chamamento Público nº ……, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal.
Paranavaí, __ de _____ de 20__ .

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____ CPF: _____

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)
ANEXO VIII
DECLARAÇÃO – ART. 39 LEI FEDERAL Nº 13.019/2014

Declaramos que nossa Organização da Sociedade Civil _____, CNPJ: _____, bem como nossos dirigentes, não se enquadram nos motivos de impedimento do Art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Art. 39. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:
I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.
§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.
§ 3º (Revogado).
§ 4º Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.
§ 5º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.
§ 6º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.
Paranavaí, __ de _____ de 20__ .

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____ CPF _____

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)
ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

A Entidade _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na Rua _____, nº. _____, CEP _____, DECLARA, para os fins do disposto na Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Acórdão nº 2.745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, prejulgado nº 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que:

NÃO POSSUI como dirigentes ou controladores:
a) membros do Poder executivo da concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;
b) servidor Público vinculado ao Poder Executivo da concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau.

Ainda, está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

	Parente em linha reta	**Parente colateral**	**Parente por afinidade (familiares do cônjuge).**
1º grau	Pai, mãe e filho(a).		Padrasto, madrasta, enteado(a), sogro(a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto(a).	Irmãos.	Cunhado(a), avô e avó do cônjuge.
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto(a).	Tio(a) e sobrinho(a).	Concunhado(a).

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.
Paranavaí, __ de _____ de 20__ .

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____ CPF _____
(LOGO DA INSTITUIÇÃO)
ANEXO X
DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NA LEI MUNICIPAL Nº 4.288/2014
EU, _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, ocupante do cargo de Presidente da OSC _____, DECLARO, para os devidos fins, e sob as penas do art. 299, do Código Penal, que não me enquadro em nenhuma das vedações previstas no artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.288/2014.

Paranavaí, __ de _____ de 20__.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____ CPF: _____

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)
ANEXO XI
FORMULÁRIO PARA COMPROVAR CAPACIDADE TÉCNICA
RECURSOS HUMANOS COM ATUAÇÃO EXCLUSIVA NA PROPOSTA DO OBJETO

Função	Escolaridade	Carga horária	Quantidade

Paranavaí, __ de _____ de 20__.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____ CPF: _____

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)
ANEXO XII
FORMULÁRIO PARA COMPROVAR CAPACIDADE DE EQUIPAMENTOS
(descrever equipamentos permanentes, inclusive veículos)

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	SITUAÇÃO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO

Paranavaí, __ de _____ de 20__.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____ CPF: _____

(LOGO DA INSTITUIÇÃO)
ANEXO XIII
FORMULÁRIO - COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ESTRUTURA FÍSICA

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	METRAGEM

Paranavaí, __ de _____ de 20__.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____ CPF: _____

ANEXO XIV

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento que celebram entre si o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC, denominada _____.

De de um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município CARLOS ALBERTO VIEIRA, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.266/2025 residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, e a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representada pela Secretária Municipal de EDUCAÇÃO Sra. WANESSA DURANTE, portadora da Cédula de Identidade RG nº ..... e inscrita no CPF sob nº ....., a seguir denominada MUNICÍPIO, e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº ....., com sede na Cidade de ....., no endereço ....., CEP _____, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) _____, conforme documento que fica arquivado no setor competente, a seguir denominada simplesmente OSC PARCEIRA, celebram este Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 007/2026 - Seduc e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado (fls. nº __), todos parte integrante deste Termo de Fomento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos financeiros para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de aquisição e instalação de aparelhos de climatização, como ar-condicionado ou sistemas equivalentes, bem como para as adequações de infraestrutura elétrica necessárias à sua plena operacionalização.

Os recursos destinam-se a garantir conforto térmico e condições ambientais adequadas nas unidades educacionais credenciadas que atendem a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado, parte indissociável deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 12 (doze) meses, a partir do dia xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx , não sendo prorrogáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Caso não haja modificação do objeto da parceria, o Termo de Fomento e respectivo Plano de Trabalho poderão ser alterados, por solicitação fundamentada e justificada pela OSC PARCEIRA ou pela ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA.

Essas alterações deverão ser precedidas de manifestação por escrito, fundamentada e devidamente justificada, do:

a) Gestor da parceria, autorizando total ou parcialmente o pedido de alteração solicitado pela OSC PARCEIRA, com respectiva aprovação pelo Secretário responsável pela parceria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da solicitação; ou da

b) OSC PARCEIRA, anuindo ao pedido de alteração proposto pelo Gestor da parceria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da solicitação.

As alterações do Termo de Fomento e/ou do Plano de Trabalho aprovado deverão ser formalizadas mediante Termo Aditivo.

Os Termos Aditivos serão precedidos de parecer da Procuradoria Geral do Município, órgão consultivo e autorização do Controlador Geral do Município.

Quando as alterações implicarem em ampliação ou redução do valor global da parceria, o parecer jurídico deverá ser precedido de análise e manifestação do Órgão de Controle Interno.

Extratos de Termos Aditivos deverão ser publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

Cópia da publicação das referidas alterações deverá ser anexada ao processo administrativo de acompanhamento da execução da parceria e remetido ao representante legal da OSC PARCEIRA.

A presente parceria poderá ser alterada de ofício quando a ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA der causa no atraso da liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso justificado.

Para a prorrogação do prazo de vigência, é necessário parecer do Gestor atestando que a parceria foi executada a contento ou, em caso contrário, justificando o motivo do atraso na execução das metas. A prorrogação depende ainda de aprovação do Secretário da pasta responsável pela parceria, autorização do Controlador Geral do Município e, por fim, parecer da Procuradoria Geral do Município.

Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelas partes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

Havendo prorrogação do Termo de Fomento, a OSC deverá apresentar plano de trabalho da parceria para execução no ano seguinte.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RESPONSÁVEIS PELA PARCERIA

4.1. da ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: GESTOR DA PARCERIA

O(A) servidor(a) público(a) nomeado(a) como Gestor(a) deste Termo de Fomento, Sr(a) _____ representará a Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí, na interlocução com a OSC PARCEIRA, tendo como obrigações:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Fomento e respectivo Plano de Trabalho aprovado;

b) informar ao Secretário responsável pela parceria:

b.1) quando houver inexecução da parceria,

b.2) quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

b.3) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das ações e metas pactuadas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da OSC PARCEIRA com relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento;
b.4) quando a OSC PARCEIRA deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelo Órgão de Controle Interno ou Externo, os quais impedem a aprovação para a liberação das parcelas dos recursos;
c) comunicar à OSC PARCEIRA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal;
c.1) notificar a OSC PARCEIRA, no caso de verificadas irregularidades impeditivas de aprovação, para sanar ou cumprir obrigação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período, a contar do recebimento da notificação;
d) sugerir ao Secretário responsável pela parceria a retenção das parcelas dos recursos financeiros, na hipótese de não atendimento à notificação;
e) formalizar ao Secretário responsável pela parceria a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
f) emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela OSC PARCEIRA;
g) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas parcial e final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, submetendo-o à manifestação conclusiva do Secretário da pasta sobre a aprovação ou não das contas;
h) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de Monitoramento e avaliação, quando couber.
Aplicam-se ao Gestor os impedimentos constantes no § 5º, do art. 42, do Decreto Municipal nº 22.889/2021.

4.2. da OSC PARCEIRA:

O(A) Sr.(Sra.) ....., [incluir qualificação, telefone fixo e celular, cargo ocupado na OSC], é o responsável na interlocução com a ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. da ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL:

a) publicar o extrato deste Termo de Fomento no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;
b) manter no sítio oficial por meio do Portal de Transparência, o nome da OSC PARCEIRA na relação das parcerias celebradas com OSC's, por prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de apresentação da prestação de contas final (art. 10, da Lei Federal nº 13.019/2014);
c) instruir o processo administrativo específico que trata da celebração deste Termo de Fomento, com atos atinentes à alteração, liberação de recursos, monitoramento e avaliação da execução, bem como, prestação de contas;
d) custodiar o processo administrativo que originou o chamamento público;
e) fornecer manuais específicos, informando à OSC PARCEIRA eventuais alterações no seu conteúdo;
f) informar à OSC PARCEIRA os atos normativos e orientações que interessam à execução e à prestação de contas do presente Termo de Fomento;
g) prestar o apoio necessário e indispensável à OSC PARCEIRA, para que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;
h) transferir à OSC PARCEIRA os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Município e obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas e ações de execução do objeto deste Termo de Fomento;
i) realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos;
j) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referente a esta parceria;
k) monitorar e avaliar o cumprimento do objeto e dos objetivos deste Termo de Fomento, por meio de análises das informações e documentos constantes no processo administrativo, bem como, realizações de diligências e fiscalização, visitas in loco, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, zelando pelo cumprimento do objeto, alcance das metas e dos resultados previstos e correta aplicação dos recursos repassados.

5.2. da OSC PARCEIRA:

a) executar fielmente o objeto da parceria, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, com as cláusulas pactuadas e legislação pertinente, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento.
a.1) zelar pela boa qualidade e eficiência das ações, atividades e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e qualidade em suas atividades;
a.2) executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
a.3) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
a.4) manter durante a execução da parceria a regularidade das certidões previstas no art. 38 do Decreto Municipal nº 22.889/2021, as previstas na legislação específica e no edital de chamamento público;
b) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, em instituição financeira pública, inclusive os eventuais resultados de aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho, e exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas (alíneas "a", "b" e "c", do inciso III, do art. 39, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);
c) não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014;
d) apresentar o relatório de execução do objeto e o relatório de execução financeira, acompanhados de relação quantitativa e comprovação documental do número de beneficiados atendidos, ou seja, documentos comprobatórios das pessoas atendidas pela entidade mensalmente, e prestar contas à ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL;

e) responsabilizar-se pela contratação e pagamento dos salários, verbas de convenção ou dissídio coletivo, verbas rescisórias, do pessoal que vier a ser necessário à execução do objeto da parceria, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho de seus empregados, no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, que incidam sobre o instrumento (art. 36, inciso IV, art. 49 e art. 54, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);
f) permitir o livre acesso do Gestor da parceria, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de agentes públicos da secretaria responsável pelo presente Termo de Fomento, dos servidores do Órgão de Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a todos os documentos relativos à execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como aos locais de execução da atividade, permitindo o acompanhamento in loco e prestando todas e quaisquer informações solicitadas (inciso XIII, do art. 32, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);
g) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento em conformidade com o objeto pactuado;
h) por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública Municipal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável (art. 52, da Lei Federal nº 13.019/2014);
i) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com recursos da parceria;
i.1) manter registros, arquivos, controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento e documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final;
j) observar nas compras e contratações realizadas, os procedimentos estabelecidos nos artigos 49 e 50 do Decreto Municipal nº 22.889/2021;
k) comunicar à ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL suas alterações estatutárias, devidamente registrada em cartório;
l) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, informações referentes a esta parceria, conforme art. 94, do Decreto Municipal nº 22.889/2021;
m) submeter previamente à ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
n) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que se refere às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
o) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, civis e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, a inadimplência da OSC PARCEIRA em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
p) responsabilizar-se pela integridade dos materiais e/ou equipamentos disponibilizados pela ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL que estiverem sobre os seus cuidados;
q) quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelos órgãos competentes, nos termos da legislação aplicável;
r) comunicar à ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, por escrito, a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução da atividade;
s) manter os recursos aplicados nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 46, do Decreto Municipal nº 22.889/2021, enquanto não utilizados;
t) não realizar qualquer pagamento antecipado com recursos da parceria.
u) cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), no que for cabível em face do objeto deste Termo, em especial:
u.1) guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto desta parceria;
u.2) tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da parceria, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
u.3) garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
u.4) não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da parceria;
u.5) fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução dos objetos;
u.6) adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
u.7) em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Órgão Gestor, no prazo de 48 horas:
i. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
ii. as informações sobre os titulares envolvidos;
iii. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
iv. os riscos relacionados ao incidente;
v. os motivos da demora, no caso de comunicação não ter sido imediata;
vi. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
u.8) Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção dos dados;
u.9) Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais e o tratamento não autorizado;
u.10) Armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais legais;
u.11) Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo município ou, não sendo possível, justificar com a base legal a retenção dos dados;
u.12) Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo município, ou, não sendo possível justificar com base legal;
u.13) Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência da parceria;
u.14) reparar danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a esse termo de fomento, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O monitoramento e a avaliação serão efetuados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação composta pelos(as) servidores(as) nomeados(as) mediante a Portaria nº Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia .../.../20.... Edição....
O relatório técnico a que se refere o art. 59, da Lei Federal nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV- Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;
V - Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

•
Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

•
assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento do recurso, a OSC PARCEIRA está obrigada a prestar as contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, no prazo de até 30 (trinta) dias do encerramento do bimestre.
A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
– Extrato da conta bancária específica;

•
Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

•
comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

•
Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

•
Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.
A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de fomento.
A OSC PARCEIRA deverá registrar na plataforma eletrônica indicada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná para a prestação de contas, os dados referentes às despesas executadas durante a vigência da parceria, sendo obrigatória a inserção dos orçamentos, notas e comprovantes fiscais, inclusive nas prestações de contas bimestrais.
A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

•

Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

•
Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

A ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

•
Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

•
Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas devidas, ou não sendo aprovada, sob pena de responsabilidade solidária a Secretaria responsável pela parceria determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará a OSC PARCEIRA em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente, e não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado à Controladoria Geral do Município para as devidas providências.
A Controladoria Geral do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
Rejeitada a prestação de contas e não efetuada a devolução dos recursos públicos, será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.
Instaurada a Tomada de Contas Especial, a Controladoria Geral do Município informará o fato ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Se no transcurso das providências, a OSC PARCEIRA devolver os recursos ou sanar as contas, a Controladoria Geral do Município certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.
Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, a OSC PARCEIRA envolvida ficará impedida de receber recurso público municipal, ou ainda, recursos públicos oriundos de fontes do Governo do Estado e do Governo Federal.
Será permitido o livre acesso dos servidores da Unidade Gestora, da Controladoria Geral do Município e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por Decreto, bem como aos locais de execução do objeto.
A OSC PARCEIRA deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos.
Havendo prorrogação do Termo de Fomento, será obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto, nos termos dos arts. 49 e 67, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/14.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR TOTAL DE REPASSE, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Para a execução das ações e atividades previstas neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos no valor de ....., conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho aprovado.
As despesas com a execução deste Termo de Fomento correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentárias:
Órgão 06 – Secretaria Municipal de Educação Fonte: 0000
Havendo redução no número de vagas/atendimentos, os recursos disponibilizados serão reduzidos proporcionalmente ao valor unitário de vaga/atendimentos.

CLÁUSULA NONA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A liberação das parcelas dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, valores e datas, após o ateste do gestor da parceria, exceto nos casos estabelecidos nos incisos I a III, do art. 48, da Lei Federal nº 13.019/2014.
O número deste Termo de Fomento deverá constar nos documentos fiscais comprobatórios das despesas.
As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, sendo vedado:
a) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria, ainda que em caráter de emergência;
b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
c) pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido antes ou depois da vigência do instrumento da parceria;
d) pagar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
e) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros;
f) realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
g) repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
Os recursos financeiros repassados deverão ser mantidos e movimentados em conta bancária específica para execução do referido Termo de Fomento.
Toda movimentação de recursos deverá ser feita mediante transferência eletrônica. Os pagamentos deverão ser feitos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.
É vedada a utilização dos recursos repassados pelo Termo de Fomento para cobrir quaisquer despesas bancárias resultantes da execução do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ASSUNÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE
Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC PARCEIRA, a Administração Pública Municipal poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:
a) retomar os bens públicos em poder da OSC PARCEIRA, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC PARCEIRA até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;
c) no caso de transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, a Administração Pública Municipal, deverá convocar a OSC PARCEIRA participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior.
Na impossibilidade justificada da convocação de que trata a letra “c” ou na ausência de interesse das OSCs convocadas, a Administração Pública Municipal assumirá diretamente a execução do objeto, podendo realizar novo chamamento público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES
Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a OSC PARCEIRA formalizar promessa de transferência da propriedade à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.
Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.
Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 22.889/2021, e da legislação específica, a Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria da Pasta, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
•
Advertência;

•
Suspensão temporária;

•
declaração de inidoneidade.

É facultada a defesa do interessado no prazo de dez dias, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.
A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC PARCEIRA no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.
A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública Municipal.
A sanção de suspensão temporária impede a Organização da Sociedade Civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal por prazo não superior a dois anos.
A sanção de declaração de inidoneidade impede a Organização da Sociedade Civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.
A aplicação das sanções estabelecidas nos incisos I a III do art. 86 do Decreto 22.889/2011, é de competência exclusiva do Secretário responsável pela parceria ou Presidente da Fundação Cultural e Controlador Geral do Município, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
Prescrevem no prazo de cinco anos as ações punitivas da Administração Pública Municipal destinadas a aplicar as sanções previstas neste Decreto, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de noventa dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.
A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração e com a emissão de Certidão Liberatória Municipal.
A responsabilidade da OSC PARCEIRA será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
Este Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindindo a qualquer tempo, nos termos do artigo 42, inciso XVI, da Lei Federal nº 13.019/2014, no caso de infração ou descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições aqui estipuladas, bem como para o caso de descumprimento das regras previstas na Lei 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 22.889/2021, Resolução nº 28/2011, Instrução Normativa n° 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, desde que previamente notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE
A eficácia do presente Termo de Fomento e dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública Municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Em caso da dissolução da OSC PARCEIRA, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.
Caso haja a falta ou redução da prestação de serviços estabelecidos neste Termo de Fomento, o valor fixado na Cláusula Oitava será reduzido proporcionalmente à redução da execução.
Os recursos percebidos e não utilizados deverão permanecer aplicados em instituição financeira oficial sendo que, concluído o Termo de Fomento, eventuais sobras deverão ser restituídas à Administração Pública Municipal, bem como os respectivos acréscimos decorrentes da aplicação financeira.
A OSC PARCEIRA estará ainda sujeita à restituição dos valores percebidos através de tomada de contas a ser instaurada contra o Presidente e demais diretores da PARCEIRA:
a) Quando não for executado o objeto do ato de transferência voluntária;
b) Quando não apresentada no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
c) Quando os recursos forem utilizados para finalidade diversa da estabelecida no ato de transferência voluntária, formalizado mediante Termo de Fomento ou instrumento congênere.
Configurando qualquer das hipóteses previstas nesta cláusula, não sendo satisfeita a restituição ao erário, o Presidente, Diretores e a pessoa jurídica serão inscritos em dívida ativa e após, executados na forma da legislação vigente
Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Fomento, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, prorrogando-se este para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.
As omissões do presente Termo de Fomento serão supridas mediante a aplicação das regras da Lei 13.019/2014, Decreto Municipal nº 22.889/2021, Resolução nº. 28/2011, Instrução Normativa n°. 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO
Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Paranavaí – Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
E, por estarem de acordo, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Paranavaí, __ de _____ de 2.026.

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação de Paranavaí

_____
Presidente da OSC Parceira

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:026D0C1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DIARIAS SETEMBRO

Estado do Paraná															
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN															
RELAÇÃO DE EMPENHO (COM HISTÓRICO)								Período: 01/09/2026 até 30/09/2026							
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN															
4412	O	0/0	01/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 31/08/2026.															
protocolo fly: 1203/2026.															
4413	O	0/0	01/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 31/08/2026.															
protocolo fly: 1204/2026.															
4414	O	0/0	01/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 31/08/2026.															
protocolo fly: 1205/2026.															
4415	O	0/0	01/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	JOÃO ELIAS PECH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 31/08/2026.															
protocolo fly: 1206/2026.															
4416	O	0/0	01/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	JOÃO ELIAS PECH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 01/09/2026.															
protocolo fly: 1207/2026.															
4417	O	0/0	01/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 31/08/2026.															
protocolo fly: 1208/2026.															
4418	O	0/0	01/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 31/08/2026.															
protocolo fly: 1209/2026.															
Total do Dia:				495,00	0,00	495,00	495,00	0,00							
4419	O	0/0	02/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA SÃO MATEUS DO SUL-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 01/09/2026.															

protocolo fly: 1211/2026.															
4420	O	0/0	02/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA IRATI-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 01/09/2026.															
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
protocolo fly: 1212/2026.															
4421	O	0/0	02/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 01/09/2026.															
protocolo fly: 1213/2026.															
4422	O	0/0	02/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 01/09/2026.															
protocolo fly: 1214/2026.															
4423	O	0/0	02/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 01/09/2026.															
protocolo fly: 1215/2026.															
4424	O	0/0	02/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 01/09/2026.															
protocolo fly: 1216/2026.															
4425	O	0/0	02/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	JOÃO ELIAS PECH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 02/09/2026.															
protocolo fly: 1217/2026.															
4426	O	0/0	02/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 02/09/2026.															
protocolo fly: 1218/2026.															
4427	O	0/0	02/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 02/09/2026.															
protocolo fly: 1219/2026.															
4428	O	0/0	02/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GUARAPUAVA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 02/09/2026.															
protocolo fly: 1220/2026.															
Total do Dia:				585,00	0,00	585,00	585,00	0,00							
4431	O	0/0	03/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	IVONE SILVERA ZIONKO CHEPERNATE
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO:ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE. DATA: 02/09/2026.															
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
protocolo fly: 1221/2026.															
4432	O	0/0	03/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 03/09/2026.															
protocolo fly: 1223/2026.															
4433	O	0/0	03/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	JOÃO ELIAS PECH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 03/09/2026.															
protocolo fly: 1224/2026.															
4434	O	0/0	03/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 02/09/2026.															
protocolo fly: 1225/2026.															
Total do Dia:				270,00	0,00	270,00	270,00	0,00							
4436	O	0/0	04/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 03/09/2026.															
protocolo fly: 1228/2026.															
4437	O	0/0	04/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GUARAPUAVA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 04/09/2026.															
protocolo fly: 1229/2026.															
4438	O	0/0	04/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 03/09/2026.															
protocolo fly: 1230/2026.															
4439	O	0/0	04/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GUARAPUAVA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 03/09/2026.															
protocolo fly: 1231/2026.															

4440	O	0/0	04/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	JOÃO ELIAS PECH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 04/09/2026.															
protocolo fly: 1232/2026.															
Total do Dia:				360,00	0,00	360,00	360,00	0,00							
4449	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 07/09/2026.															
protocolo fly: 1239/2026.															
4450	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 04/09/2026.															
protocolo fly: 1240/2026.															
4451	O	0/0	08/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 05/09/2026.															
protocolo fly: 1241/2026.															
4452	O	0/0	08/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 04/09/2026.															
protocolo fly: 1242/2026.															
4453	O	0/0	08/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE. DATA: 07/09/2026.															
protocolo fly: 1243/2026.															
4454	O	0/0	08/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 07/09/2026.															
protocolo fly: 1244/2026.															
4455	O	0/0	08/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GUARAPUAVA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 06/09/2026.															
protocolo fly: 1245/2026.															
4456	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 05/09/2026.															
protocolo fly: 1246/2026.															
4457	O	0/0	08/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 05/09/2026.															
protocolo fly: 1247/2026.															
4458	O	0/0	08/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-6	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MARIA LUCIANE CARDOZO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE. DATA: 07/09/2026.															
protocolo fly: 1248/2026.															
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
4459	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	JANISE EMILIA OSTROWSKI
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: SEMPRE- SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS. DATA: 10/09/2026.															
4460	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-9	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	CRISTIANA APARECIDA BORA MARAFON
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: SEMPRE- SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS. DATA: 10/09/2026.															
4461	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	DIUCELIA MARIELY BUENO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: SEMPRE- SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS. DATA: 10/09/2026.															
4462	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	CLARICE LUZ
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: SEMPRE- SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS. DATA: 10/09/2026.															
4463	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	VANESSA MARIA CAMILO ANDRÉ
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: SEMPRE- SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS. DATA: 10/09/2026.															
4464	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-5	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	SABRINA KONKEL
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: SEMPRE- SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS. DATA: 10/09/2026.															
4465	O	0/0	08/09	45,00	45,00	0,00	0,00	0,00	-8	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	PATRICIA SIERPINSKI
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: SEMPRE- SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS. DATA: 10/09/2026.															
4466	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	KARINA VIÉS NIEDZWIECKI

Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: SEMPRE- SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS. DATA: 10/09/2026.															
4467	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-8	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	BRUNA GISELE RODRIGUES KRUL
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: SEMPRE- SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS. DATA: 10/09/2026.															
4468	O	0/0	08/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-6	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	CRISTINA FRATES CARLOTTO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: SEMPRE- SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS. DATA: 10/09/2026.															
Total do Dia:				1.215,00	45,00	1.170,00	1.170,00	0,00							
4474	O	0/0	09/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	8. 244 11	00000/00000.	2020	92	3.3.90.14.14.01.	NEURI JOSE HENKES
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA PONTA GROSSA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PESSOAS. DATA: 09/09/2026.															
protocolo fly: 1266/2026.															
4479	O	0/0	09/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 08/09/2026.															
protocolo fly: 1254/2026.															
4480	O	0/0	09/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 08/09/2026.															
protocolo fly: 1255/2026.															
4481	O	0/0	09/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 08/09/2026.															
protocolo fly: 1256/2026.															
4482	O	0/0	09/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	JOÃO ELIAS PECH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 08/09/2026.															
protocolo fly: 1257/2026.															
4483	O	0/0	09/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 08/09/2026.															
protocolo fly: 1258/2026.															
4484	O	0/0	09/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 09/09/2026.															
protocolo fly: 1259/2026.															
4485	O	0/0	09/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	JOÃO ELIAS PECH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 09/09/2026.															
protocolo fly: 1260/2026.															
4486	O	0/0	09/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	SIMONE ESTACIO DE PAULA NIEROTKA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: REUNIÃO COM COORDENADORES DA APS E 6ªRS. DATA: 10/09/2026.															
protocolo fly: 1263/2026.															
4487	O	0/0	09/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DILCELIA ZIOMKO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: REUNIÃO COM COORDENADORES DA APS E 6ªRS. DATA: 10/09/2026.															
protocolo fly: 1264/2026.															
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Total do Dia:				585,00	0,00	585,00	585,00	0,00							
4488	O	0/0	10/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	8. 244 11	00000/00000.	2020	92	3.3.90.14.14.01.	NEURI JOSE HENKES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PROFESSORES. DATA: 10/09/2026.															
protocolo fly: 1270/2026.															
4489	O	0/0	10/09	45,00	45,00	0,00	0,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	LORENA APARECIDA SOARES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: REUNIÃO DO CRESEMS E CUR- 6ª REGIÃO DE SAÚDE. DATA: 11/09/2026.															
protocolo fly: 1267/2026.															
4490	O	0/0	10/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 09/09/2026.															
protocolo fly: 1268/2026.															
4491	O	0/0	10/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	JOÃO ELIAS PECH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 10/09/2026.															
protocolo fly: 1269/2026.															
Total do Dia:				225,00	45,00	180,00	180,00	0,00							
4499	O	0/0	11/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 10/09/2026.															
protocolo fly: 1273/2026.															

4500	O	0/0	11/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA SÃO MATEUS DO SUL-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 10/09/2026.															
protocolo fly: 1274/2026.															
4501	O	0/0	11/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 10/09/2026.															
protocolo fly: 1275/2026.															
4502	O	0/0	11/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-2	4. 123 3	00000/00000.	2009	36	3.3.90.14.14.01.	RODRIGO CARLOS DOROCINSKI
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: CURSO- CADASTRO: ORGANIZANDO DADOS PARA FORTALECER O MUNÍCIPIO DATA: 16/09/2026.															
protocolo fly: 1277/2026.															
Total do Dia:				270,00	0,00	270,00	270,00	0,00							
4524	O	0/0	14/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	JOÃO ELIAS PECH
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES DATA: 11/09/2026.															
protocolo fly: 1280/2026.															
4525	O	0/0	14/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES DATA: 11/09/2026.															
protocolo fly: 1281/2026.															
4526	O	0/0	14/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES DATA: 11/09/2026.															
protocolo fly: 1282/2026.															
4527	O	0/0	14/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES DATA: 11/09/2026.															
protocolo fly: 1283/2026.															
4528	O	0/0	14/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MARIA ANDRÉIA D HENKES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE. DATA: 14/09/2026.															
protocolo fly: 1284/2026.															
4529	O	0/0	14/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 13/09/2026.															
protocolo fly: 1285/2026.															
4530	O	0/0	14/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 11/09/2026.															
protocolo fly: 1286/2026.															
4531	O	0/0	14/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 12/09/2026.															
protocolo fly: 1287/2026.															
4532	O	0/0	14/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 13/09/2026.															
protocolo fly: 1288/2026.															
Total do Dia:				630,00	0,00	630,00	630,00	0,00							
4535	O	0/0	15/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 14/09/2026.															
protocolo fly: 1290/2026.															
4536	O	0/0	15/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 14/09/2026.															
protocolo fly: 1291/2026.															
4537	O	0/0	15/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 14/09/2026.															
protocolo fly: 1292/2026.															
4538	O	0/0	15/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 14/09/2026.															
protocolo fly: 1293/2026.															
4539	O	0/0	15/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 12/09/2026.															
protocolo fly: 1294/2026.															

Total do Dia:				270,00	0,00	270,00	270,00	0,00							
4551	O	0/0	16/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GUARAPUAVA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 12/09/2026.															
protocolo fly: 1297/2026.															
4552	O	0/0	16/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GUARAPUAVA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 15/09/2026.															
protocolo fly: 1298/2026.															
4553	O	0/0	16/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA IRATI-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 15/09/2026.															
protocolo fly: 1299/2026.															
4554	O	0/0	16/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 15/09/2026.															
protocolo fly: 1301/2026.															
4555	O	0/0	16/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 15/09/2026.															
protocolo fly: 1302/2026.															
4556	O	0/0	16/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 15/09/2026.															
protocolo fly: 1303/2026.															
4557	O	0/0	16/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 15/09/2026.															
protocolo fly: 1304/2026.															
4558	O	0/0	16/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 14/09/2026.															
protocolo fly: 1300/2026.															
Total do Dia:				585,00	0,00	585,00	585,00	0,00							
4565	O	0/0	17/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 16/09/2026.															
protocolo fly: 1307/2026.															
4566	O	0/0	17/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 16/09/2026.															
protocolo fly: 1308/2026.															
4567	O	0/0	17/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 16/09/2026.															
protocolo fly: 1309/2026.															
4568	O	0/0	17/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GUARAPUAVA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 16/09/2026.															
protocolo fly: 1310/2026.															
4569	O	0/0	17/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 16/09/2026.															
protocolo fly: 1311/2026.															
Total do Dia:				360,00	0,00	360,00	360,00	0,00							
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
4574	O	0/0	18/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GUARAPUAVA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 17/09/2026.															
protocolo fly: 1313/2026.															
4575	O	0/0	18/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 17/09/2026.															
protocolo fly: 1314/2026.															
4576	O	0/0	18/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 17/09/2026.															
protocolo fly: 1315/2026.															
4577	O	0/0	18/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS

															RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 17/09/2026.															
protocolo fly: 1316/2026.															
4578	O	0/0	18/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTEs. DATA: 17/09/2026.															
protocolo fly: 1317/2026.															
4579	O	0/0	18/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 17/09/2026.															
protocolo fly: 1318/2026.															
4580	O	0/0	18/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 18/09/2026.															
protocolo fly: 1319/2026.															
4581	O	0/0	18/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 18/09/2026.															
protocolo fly: 1321/2026.															
4582	O	0/0	18/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GUARAPUAVA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 18/09/2026.															
protocolo fly: 1320/2026.															
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
4583	O	0/0	18/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	8. 244 11	00000/00000.	2020	92	3.3.90.14.14.01.	NEURI JOSE HENKES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GENERAL CARNEIRO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PESSOAS. DATA: 18/09/2026.															
protocolo fly: 1322/2026.															
Total do Dia:				585,00	0,00	585,00	585,00	0,00							
4584	O	0/0	21/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 18/09/2026.															
protocolo fly: 1326/2026.															
4585	O	0/0	21/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 19/09/2026.															
protocolo fly: 1327/2026.															
4586	O	0/0	21/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 19/09/2026.															
protocolo fly: 1328/2026.															
4587	O	0/0	21/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 21/09/2026.															
protocolo fly: 1329/2026.															
Total do Dia:				225,00	0,00	225,00	225,00	0,00							
4597	O	0/0	22/09	440,00	0,00	440,00	440,00	0,00	-4	8. 244 11	00000/00000.	2020	92	3.3.90.14.14.01.	MARCELO BACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA COM PERNOITE E 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA PONTA GROSSA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. DATA: 22/09/2026 A 23/09/2026.															
protocolo fly: 1331/2026.															
4598	O	0/0	22/09	180,00	0,00	180,00	180,00	0,00	-	12. 361 12	00000/00000.	2012	48	3.3.90.14.14.01.	BIANCA APARECIDA KOVALSKI
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 02 DIÁRIAS SEM PERNOITE PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFERECIDO PELO SICREDI- SUMMIT EDUCAÇÃO CENTRAL 2026. DATA: 23/09/2026 A 24/09/2026.															
4608	O	0/0	22/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 21/09/2026.															
protocolo fly: 1369/2026.															
4609	O	0/0	22/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 21/09/2026.															
protocolo fly: 1370/2026.															
4610	O	0/0	22/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE. DATA: 21/09/2026.															
protocolo fly: 1371/2026.															
Total do Dia:				845,00	0,00	845,00	845,00	0,00							
4611	O	0/0	23/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA IRATI-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 22/09/2026.															
protocolo fly: 1372/2026.															

4612	O	0/0	23/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 23/09/2026.															
protocolo fly: 1373/2026.															
4613	O	0/0	23/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 22/09/2026.															
protocolo fly: 1374/2026.															
4614	O	0/0	23/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 22/09/2026.															
protocolo fly: 1375/2026.															
4615	O	0/0	23/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 22/09/2026.															
protocolo fly: 1376/2026.															
4616	O	0/0	23/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 22/09/2026.															
protocolo fly: 1377/2026.															
4617	O	0/0	23/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 22/09/2026.															
protocolo fly: 1378/2026.															
4618	O	0/0	23/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 23/09/2026.															
protocolo fly: 1379/2026.															
4619	O	0/0	23/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 23/09/2026.															
protocolo fly: 1380/2026.															
Total do Dia:				495,00	0,00	495,00	495,00	0,00							
4628	O	0/0	24/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 23/09/2026.															
protocolo fly: 1383/2026.															
4629	O	0/0	24/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 23/09/2026.															
protocolo fly: 1384/2026.															
4630	O	0/0	24/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 24/09/2026.															
protocolo fly: 1385/2026.															
4631	O	0/0	24/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA GUARAPUAVA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTEs. DATA: 24/09/2026.															
protocolo fly: 1386/2026.															
Total do Dia:				315,00	0,00	315,00	315,00	0,00							
4632	O	0/0	25/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 24/09/2026.															
protocolo fly: 1399/2026.															
4633	O	0/0	25/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CAMPO LARGO-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 24/09/2026.															
protocolo fly: 1400/2026.															
4634	O	0/0	25/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 24/09/2026.															
protocolo fly: 1401/2026.															
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
4635	O	0/0	25/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 24/09/2026.															
protocolo fly: 1402/2026.															
4636	O	0/0	25/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 25/09/2026.															
protocolo fly: 1403/2026.															

4637	O	0/0	25/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 24/09/2026.															
protocolo fly: 1404/2026.															
4638	O	0/0	25/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 25/09/2026.															
protocolo fly: 1405/2026.															
Total do Dia:				405,00	0,00	405,00	405,00	0,00							
4640	O	0/0	28/09	180,00	0,00	180,00	180,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL WELTER
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 04 DIÁRIAS SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: CAPACITAÇÃO- CONTROLE E VIGILÂNCIA DE ARBOVIROSES URBANAS. DATA: 28/09/2026, 30/09/2026, 01/10/2026 E 02/10/2026.															
protocolo fly: 1389/2026.															
4641	O	0/0	28/09	225,00	0,00	225,00	225,00	0,00	-x	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MILENA NATHALI KCHEVE
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 05 DIÁRIAS SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: CAPACITAÇÃO- CONTROLE E VIGILÂNCIA DE ARBOVIROSES URBANAS. DATA: 28/09/2026 A 02/10/2026.															
protocolo fly: 1390/2026.															
4642	O	0/0	28/09	180,00	0,00	180,00	180,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ARTHUR FABIANO KOLODZIEJ
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 04 DIÁRIAS SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: CAPACITAÇÃO- CONTROLE E VIGILÂNCIA DE ARBOVIROSES URBANAS. DATA: 28/09/2026, 30/09/2026, 01/10/2026 E 02/10/2026.															
protocolo fly: 1391/2026.															
4643	O	0/0	28/09	180,00	0,00	180,00	180,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DILCELIA ZIOMKO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 04 DIÁRIAS SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: CAPACITAÇÃO- CONTROLE E VIGILÂNCIA DE ARBOVIROSES URBANAS. DATA: 28/09/2026, 29/09/2026, 30/09/2026 E 01/10/2026.															
protocolo fly: 1392/2026.															
4644	O	0/0	28/09	180,00	0,00	180,00	180,00	0,00	-2	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MARLENE PROCHERA
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 04 DIÁRIAS SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: CAPACITAÇÃO- CONTROLE E VIGILÂNCIA DE ARBOVIROSES URBANAS. DATA: 28/09/2026, 29/09/2026, 30/09/2026 E 01/10/2026.															
protocolo fly: 1393/2026.															
4645	O	0/0	28/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-2	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MARLENE PROCHERA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: CAPACITAÇÃO EM SAÚDE DO TRABALHADOR. DATA: 02/10/2026.															
protocolo fly: 1394/2026.															
4646	O	0/0	28/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	KARINE RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: CAPACITAÇÃO- CONTROLE E VIGILÂNCIA DE ARBOVIROSES URBANAS. DATA: 28/09/2026.															
protocolo fly: 1396/2026.															
4647	O	0/0	28/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	KARINE RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 02 DIÁRIAS SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: CAPACITAÇÃO- CONTROLE E VIGILÂNCIA DE ARBOVIROSES URBANAS. DATA: 30/09/2026 E 01/10/2026.															
protocolo fly: 1396/2026.															
4648	O	0/0	28/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 25/09/2026.															
protocolo fly: 1428/2026.															
4649	O	0/0	28/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 25/09/2026.															
protocolo fly: 1429/2026.															
4650	O	0/0	28/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA PONTA GROSSA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE. DATA: 27/09/2026.															
protocolo fly: 1431/2026.															
4651	O	0/0	28/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 28/09/2026.															
protocolo fly: 1432/2026.															
4652	O	0/0	28/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 28/09/2026.															
protocolo fly: 1433/2026.															
4653	O	0/0	28/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 28/09/2026.															
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
protocolo fly: 1434/2026.															
4654	O	0/0	28/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-6	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MARIA LUCIANE CARDOZO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE. DATA: 25/09/2026.															
protocolo fly: 1435/2026.															
4655	O	0/0	28/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS

															RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 25/09/2026.															
protocolo fly: 1436/2026.															
4656	O	0/0	28/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-7	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDVINO SZWED
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 25/09/2026.															
protocolo fly: 1437/2026.															
4657	O	0/0	28/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 28/09/2026.															
protocolo fly: 1438/2026.															
4658	O	0/0	28/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA SÃO MATEUS DO SUL-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 25/09/2026.															
protocolo fly: 1427/2026.															
Total do Dia:				1.935,00	0,00	1.935,00	1.935,00	0,00							
4681	O	0/0	29/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 26/09/2026.															
protocolo fly: 1430/2026.															
4682	O	0/0	29/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 28/09/2026.															
protocolo fly: 1450/2026.															
4683	O	0/0	29/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-9	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	MATEUS HENRIQUE SANTANA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 29/09/2026.															
protocolo fly: 1451/2026.															
4684	O	0/0	29/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-4	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 29/09/2026.															
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
protocolo fly: 1452/2026.															
4685	O	0/0	29/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 28/09/2026.															
protocolo fly: 1454/2026.															
Total do Dia:				270,00	0,00	270,00	270,00	0,00							
4840	O	0/0	30/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	VALDECIR RIBEIRO
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTEs. DATA: 29/09/2026.															
protocolo fly: 1456/2026.															
4841	O	0/0	30/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-1	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	EDSON IVAN STELMACH
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 29/09/2026.															
protocolo fly: 1457/2026.															
4842	O	0/0	30/09	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	-0	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	DANIEL GOMES
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA CURITIBA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTES. DATA: 29/09/2026.															
protocolo fly: 1458/2026.															
4843	O	0/0	30/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-X	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ADILSON DE OLIVEIRA
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA UNIÃO DA VITÓRIA-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE. DATA: 29/09/2026.															
protocolo fly: 1459/2026.															
4844	O	0/0	30/09	45,00	0,00	45,00	45,00	0,00	-3	10. 301 17	00000/00000.	2026	109	3.3.90.14.14.01.	ISMAR VINICIUS LESZAK
Especificação: REFERENTE AO PAGAMENTO DE 01 DIÁRIA SEM PERNOITE PRA IRATI-PR. MOTIVO DO DESLOCAMENTO: TRANSPORTE DE PACIENTE. DATA: 29/09/2026.															
protocolo fly: 1460/2026.															
Total do Dia:				315,00	0,00	315,00	315,00	0,00							
Total da Entidade:				11.240,00	90,00	11.150,00	11.150,00	0,00							
Empenho	Tipo	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor / Contrato de Dívida
Total do Período:				11.240,00	90,00	11.150,00	11.150,00	0,00							

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:68168D7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 01 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR							
CONSOLIDADO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	57.770.864,71	57.770.864,71	14.714.690,97	25,47	55.180.064,83	95,52	2.590.799,88
RECEITAS CORRENTES	57.770.864,71	57.770.864,71	11.328.007,88	19,61	44.707.257,41	77,39	13.063.607,30
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.411.892,29	6.411.892,29	1.293.648,73	20,18	3.965.991,98	61,85	2.445.900,31
Impostos	5.584.103,54	5.584.103,54	1.040.642,57	18,64	3.380.251,72	60,53	2.203.851,82
Taxas	827.788,75	827.788,75	253.006,16	30,56	585.740,26	70,76	242.048,49
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	639.408,17	639.408,17	388.866,40	60,82	719.715,10	112,56	-80.306,93
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	639.408,17	639.408,17	388.866,40	60,82	719.715,10	112,56	-80.306,93
RECEITA PATRIMONIAL	2.112.370,63	2.112.370,63	390.468,55	18,48	1.418.390,59	67,15	693.980,04
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	456.053,91	456.053,91	0,00	0,00	0,00	0,00	456.053,91
Valores Mobiliários	1.656.316,72	1.656.316,72	390.468,55	23,57	1.418.390,59	85,64	237.926,13
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.738.000,00	2.738.000,00	444.874,59	16,25	1.953.168,75	71,34	784.831,25
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.698.000,00	2.698.000,00	438.443,37	16,25	1.925.661,24	71,37	772.338,76
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	40.000,00	40.000,00	6.431,22	16,08	27.507,51	68,77	12.492,49
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.869.193,62	45.869.193,62	8.770.307,54	19,12	36.441.628,54	79,45	9.427.565,08
Transferências da União e de suas Entidades	24.326.965,06	24.326.965,06	5.287.810,56	21,74	21.241.865,43	87,32	3.085.099,63
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	14.338.351,07	14.338.351,07	2.401.632,64	16,75	10.597.527,11	73,91	3.740.823,96
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	7.203.877,49	7.203.877,49	1.080.864,34	15,00	4.602.236,00	63,89	2.601.641,49
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	39.842,07	0,00	208.362,45	0,00	-208.362,45
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	41.770,35	0,00	-41.770,35
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	39.842,07	0,00	166.592,10	0,00	-166.592,10
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	3.386.683,09	0,00	10.472.807,42	0,00	-10.472.807,42

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	64.592,01	0,00	610.691,01	0,00	-610.691,01
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	64.592,01	0,00	610.691,01	0,00	-610.691,01
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	3.322.091,08	0,00	9.862.116,41	0,00	-9.862.116,41
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	334.078,84	0,00	1.076.987,02	0,00	-1.076.987,02
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	2.988.012,24	0,00	8.785.129,39	0,00	-8.785.129,39
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	57.770.864,71	57.770.864,71	14.714.690,97	25,47	55.180.064,83	95,52	2.590.799,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	57.770.864,71	57.770.864,71	14.714.690,97	25,47	55.180.064,83	95,52	2.590.799,88
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	0,00	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	57.770.864,71	57.770.864,71	14.714.690,97	25,47	55.180.064,83	95,52	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.893.560,83	----	----	6.893.560,83	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	6.893.560,83	----	----	6.893.560,83	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	56.015.927,75	83.581.666,84	17.156.476,31	65.485.661,36	18.096.005,48	17.222.930,76	51.047.552,22	32.534.114,62	48.355.927,28
DESPESAS CORRENTES	49.115.422,62	58.686.000,29	13.476.229,91	44.536.791,05	14.149.209,24	13.011.838,61	40.845.085,98	17.840.914,31	40.076.431,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.936.280,57	28.744.925,40	6.397.201,53	21.311.678,08	7.433.247,32	6.397.201,53	21.311.678,08	7.433.247,32	21.290.369,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.550,00	11.550,00	0,00	0,00	11.550,00	0,00	0,00	11.550,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.167.592,05	29.929.524,89	7.079.028,38	23.225.112,97	6.704.411,92	6.614.637,08	19.533.407,90	10.396.116,99	18.786.061,93
DESPESAS DE CAPITAL	6.558.005,13	24.553.166,55	3.680.246,40	20.948.870,31	3.604.296,24	4.211.092,15	10.202.466,24	14.350.700,31	8.279.496,15
INVESTIMENTOS	6.127.505,13	24.122.666,55	3.608.978,59	20.669.166,89	3.453.499,66	4.139.824,34	9.922.762,82	14.199.903,73	7.999.792,73
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	430.500,00	430.500,00	71.267,81	279.703,42	150.796,58	71.267,81	279.703,42	150.796,58	279.703,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	342.500,00	342.500,00	----	----	342.500,00	----	----	342.500,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	103.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	56.119.877,75	83.581.666,84	17.156.476,31	65.485.661,36	18.096.005,48	17.222.930,76	51.047.552,22	32.534.114,62	48.355.927,28
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	56.119.877,75	83.581.666,84	17.156.476,31	65.485.661,36	18.096.005,48	17.222.930,76	51.047.552,22	32.534.114,62	48.355.927,28

SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	4.132.512,61	----	6.824.137,55
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	56.119.877,75	83.581.666,84	17.156.476,31	65.485.661,36	----	17.222.930,76	55.180.064,83	----	55.180.064,83
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	103.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	103.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	103.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA. Emissão: 08/10/2026, às 15:07:50.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:DA311357

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 02 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUB FUNÇÃO

MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR											
CONSOLIDADO											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										Exercício de 2026	
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")											R$ 1,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	57.666.914,71	85.132.653,80	17.156.476,31	65.485.661,36	100,00	19.646.992,44	17.222.930,76	51.047.552,22	100,00	34.085.101,58	
LEGISLATIVA	2.635.500,00	2.635.500,00	398.638,31	1.818.917,40	2,78	816.582,60	408.225,35	1.593.347,20	3,12	1.042.152,80	
AÇÃO LEGISLATIVA	2.635.500,00	2.635.500,00	398.638,31	1.818.917,40	2,78	816.582,60	408.225,35	1.593.347,20	3,12	1.042.152,80	
ADMINISTRAÇÃO	7.438.636,96	7.506.822,97	1.088.453,23	4.096.928,16	6,26	3.409.894,81	1.171.130,58	3.846.750,42	7,54	3.660.072,55	
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	400.050,00	460.202,73	74.252,45	238.518,72	0,36	221.684,01	74.252,45	238.518,72	0,47	221.684,01	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	871.500,00	1.408.951,48	347.413,67	846.043,74	1,29	562.907,74	347.413,67	846.043,74	1,66	562.907,74	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.424.736,96	5.000.968,76	557.698,56	2.602.809,35	3,97	2.398.159,41	644.370,91	2.357.425,61	4,62	2.643.543,15	
CONTROLE INTERNO	114.450,00	114.450,00	23.165,63	70.100,18	0,11	44.349,82	23.165,63	70.100,18	0,14	44.349,82	
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	212.100,00	212.100,00	33.413,59	119.582,93	0,18	92.517,07	29.418,59	114.788,93	0,22	97.311,07	
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	71.400,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00	
DEMAIS SUBFUNÇÕES	344.400,00	307.000,00	52.509,33	219.873,24	0,34	87.126,76	52.509,33	219.873,24	0,43	87.126,76	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.452.950,27	6.130.035,89	735.743,90	4.184.513,88	6,39	1.945.522,01	1.063.761,72	2.443.089,17	4,79	3.686.946,72	
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	215.193,95	1.552.944,84	42.431,69	1.371.221,93	2,09	181.722,91	233.525,80	310.161,37	0,61	1.242.783,47	
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	0,00	99.157,99	19.702,26	37.624,76	0,06	61.533,23	13.488,40	20.657,40	0,04	78.500,59	
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	26.250,00	125.032,05	30.398,38	82.146,47	0,13	42.885,58	37.277,65	81.076,65	0,16	43.955,40	
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.211.506,32	2.473.332,01	643.211,57	1.787.687,72	2,73	685.644,29	580.419,71	1.638.752,89	3,21	834.579,12	
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	0,00	1.879.569,00	0,00	905.833,00	1,38	973.736,00	199.050,16	392.440,86	0,77	1.487.128,14	
SAÚDE	12.452.180,71	17.228.051,08	3.856.890,33	14.454.187,68	22,07	2.773.863,40	3.454.403,78	13.281.241,50	26,02	3.946.809,58	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	570.150,00	1.083.336,89	269.522,03	977.856,41	1,49	105.480,48	258.919,09	963.261,69	1,89	120.075,20	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.748.521,25	3.446.597,64	910.802,29	3.037.388,20	4,64	409.209,44	764.082,24	2.680.411,25	5,25	766.186,39	
ATENÇÃO BÁSICA	7.976.202,13	10.994.182,67	2.205.289,38	9.101.672,08	13,90	1.892.510,59	2.116.461,69	8.457.783,44	16,57	2.536.399,23	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	193.465,00	128.465,00	0,00	64.308,00	0,10	64.157,00	0,00	64.308,00	0,13	64.157,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	456.750,00	831.968,65	232.835,07	812.476,05	1,24	19.492,60	232.835,07	812.476,05	1,59	19.492,60	

VIGILÂNCIA SANITÁRIA	507.092,33	743.500,23	238.441,56	460.486,94	0,70	283.013,29	82.105,69	303.001,07	0,59	440.499,16
TRABALHO	609.000,00	659.000,00	116.105,61	454.263,77	0,69	204.736,23	116.105,61	454.263,77	0,89	204.736,23
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	609.000,00	659.000,00	116.105,61	454.263,77	0,69	204.736,23	116.105,61	454.263,77	0,89	204.736,23
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
EDUCAÇÃO	16.310.405,40	18.915.824,73	3.350.467,33	13.471.771,88	20,57	5.444.052,85	3.545.893,99	12.142.287,91	23,79	6.773.536,82
ADMINISTRAÇÃO GERAL	260.400,00	1.074.505,68	274.008,98	983.682,61	1,50	90.823,07	331.940,52	966.833,22	1,89	107.672,46
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	52.500,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	218.400,00	264.166,80	0,00	237.750,12	0,36	26.416,68	52.833,36	211.333,44	0,41	52.833,36
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.922.337,53	2.541.766,48	292.934,86	1.851.922,88	2,83	689.843,60	413.048,15	1.540.636,77	3,02	1.001.129,71
ENSINO FUNDAMENTAL	10.584.044,57	11.914.290,69	2.070.682,12	8.048.082,95	12,29	3.866.207,74	2.250.658,03	7.666.445,17	15,02	4.247.845,52
ENSINO MÉDIO	1.113.504,00	1.365.504,00	305.181,73	1.362.839,78	2,08	2.664,22	324.275,35	1.075.802,24	2,11	289.701,76
ENSINO SUPERIOR	10.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
DEMAIS SUBFUNÇÕES	2.148.719,30	1.708.091,08	407.659,64	987.493,54	1,51	720.597,54	173.138,58	681.237,07	1,33	1.026.854,01
CULTURA	1.517.250,00	2.051.541,00	1.817.953,29	1.864.799,90	2,85	186.741,10	1.418.972,31	1.465.818,92	2,87	585.722,08
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.488.900,00	1.919.241,00	1.798.756,98	1.798.756,98	2,75	120.484,02	1.399.776,00	1.399.776,00	2,74	519.465,00
DIFUSÃO CULTURAL	28.350,00	132.300,00	19.196,31	66.042,92	0,10	66.257,08	19.196,31	66.042,92	0,13	66.257,08
URBANISMO	4.736.099,26	6.132.915,39	572.678,53	4.231.977,25	6,46	1.900.938,14	862.432,40	2.397.133,95	4,70	3.735.781,44
ADMINISTRAÇÃO GERAL	73.500,00	259.974,36	62.219,11	242.001,40	0,37	17.972,96	62.219,11	242.001,40	0,47	17.972,96
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.740.900,00	2.402.850,08	0,00	1.483.198,17	2,26	919.651,91	168.638,56	186.633,86	0,37	2.216.216,22
SERVIÇOS URBANOS	2.921.699,26	3.470.090,95	510.459,42	2.506.777,68	3,83	963.313,27	631.574,73	1.968.498,69	3,86	1.501.592,26
HABITAÇÃO	0,00	350.000,00	300.000,00	300.000,00	0,46	50.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
HABITAÇÃO URBANA	0,00	350.000,00	300.000,00	300.000,00	0,46	50.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
SANEAMENTO	2.742.500,00	3.461.292,02	433.820,53	2.443.510,88	3,73	1.017.781,14	541.236,98	1.888.806,65	3,70	1.572.485,37
ADMINISTRAÇÃO GERAL	996.270,00	996.510,00	133.344,28	650.589,71	0,99	345.920,29	148.115,86	617.163,76	1,21	379.346,24
SANEAMENTO BÁSICO RURAL	10.000,00	475.000,00	0,00	465.000,00	0,71	10.000,00	0,00	0,00	0,00	475.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.736.230,00	1.989.782,02	300.476,25	1.327.921,17	2,03	661.860,85	393.121,12	1.271.642,89	2,49	718.139,13
GESTÃO AMBIENTAL	445.200,00	638.958,33	73.001,58	463.644,56	0,71	175.313,77	155.713,47	404.304,12	0,79	234.654,21
ADMINISTRAÇÃO GERAL	311.850,00	384.430,00	73.001,58	342.200,63	0,52	42.229,37	130.481,98	342.111,03	0,67	42.318,97
CONTROLE AMBIENTAL	88.200,00	80.200,00	0,00	0,00	0,00	80.200,00	0,00	0,00	0,00	80.200,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	34.650,00	163.828,33	0,00	120.267,93	0,18	43.560,40	25.231,49	61.161,09	0,12	102.667,24
DEMAIS SUBFUNÇÕES	10.500,00	10.500,00	0,00	1.176,00	0,00	9.324,00	0,00	1.032,00	0,00	9.468,00
AGRICULTURA	451.119,38	503.324,07	54.166,12	217.468,82	0,33	285.855,25	54.166,12	216.918,04	0,42	286.406,03
ADMINISTRAÇÃO GERAL	72.450,00	141.154,69	32.635,85	118.611,26	0,18	22.543,43	32.635,85	118.611,26	0,23	22.543,43
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	378.669,38	362.169,38	21.530,27	98.857,56	0,15	263.311,82	21.530,27	98.306,78	0,19	263.862,60
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
TRANSPORTE	3.613.897,73	16.259.163,02	4.045.551,56	15.770.129,27	24,08	489.033,75	4.117.882,46	9.428.348,28	18,47	6.830.814,74
ADMINISTRAÇÃO GERAL	120.750,00	68.250,00	10.664,85	17.444,45	0,03	50.805,55	790,84	2.885,84	0,01	65.364,16
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.493.147,73	16.185.913,02	4.034.886,71	15.752.684,82	24,06	433.228,20	4.117.091,62	9.425.462,44	18,46	6.760.450,58
DEMAIS SUBFUNÇÕES	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPORTO E LAZER	463.325,00	861.375,30	35.969,50	607.811,97	0,93	253.563,33	35.969,50	379.506,35	0,74	481.868,95
ADMINISTRAÇÃO GERAL	356.225,00	409.566,61	35.969,50	234.103,28	0,36	175.463,33	35.969,50	230.661,38	0,45	178.905,23
DESPORTO COMUNITÁRIO	107.100,00	451.808,69	0,00	373.708,69	0,57	78.100,00	0,00	148.844,97	0,29	302.963,72
ENCARGOS ESPECIAIS	1.456.350,00	1.456.350,00	277.036,49	1.105.735,94	1,69	350.614,06	277.036,49	1.105.735,94	2,17	350.614,06
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.435.350,00	1.435.350,00	277.036,49	1.105.735,94	1,69	329.614,06	277.036,49	1.105.735,94	2,17	329.614,06
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	342.500,00	342.500,00	0,00	0,00	0,00	342.500,00	0,00	0,00	0,00	342.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	342.500,00	342.500,00	0,00	0,00	0,00	342.500,00	0,00	0,00	0,00	342.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	103.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	103.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIFUSÃO CULTURAL	103.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**57.770.864,71**	**85.132.653,80**	**17.156.476,31**	**65.485.661,36**	**100,00**	**19.646.992,44**	**17.222.930,76**	**51.047.552,22**	**100,00**	**34.085.101,58**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA. Emissão: 08/10/2026, às 15:09:09.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:D008D434

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 12 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR	
CONSOLIDADO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO	
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)	R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**5.546.544,82**	**5.546.544,82**	**3.380.251,72**	**60,94**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	559.794,58	559.794,58	456.475,85	81,54
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.204.977,62	1.204.977,62	451.239,20	37,45
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.813.118,58	1.813.118,58	1.359.100,83	74,96
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.968.654,04	1.968.654,04	1.113.435,84	56,56
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**38.058.206,49**	**38.058.206,49**	**29.624.475,18**	**77,84**
Cota-Parte FPM	21.000.000,00	21.000.000,00	18.492.688,58	88,06
Cota-Parte ITR	1.500.000,00	1.500.000,00	175.825,44	11,72
Cota-Parte IPVA	1.148.921,80	1.148.921,80	929.388,16	80,89
Cota-Parte ICMS	14.200.000,00	14.200.000,00	9.869.948,27	69,51
Cota-Parte IPI-Exportação	209.284,69	209.284,69	156.624,73	74,84
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**43.604.751,31**	**43.604.751,31**	**33.004.726,90**	**75,69**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.602.429,93	3.863.429,25	3.557.266,34	92,08	3.363.939,97	87,07	3.339.264,97	86,43
Despesas Correntes	3.323.960,58	3.844.635,94	3.557.266,34	92,53	3.363.939,97	87,50	3.339.264,97	86,86
Despesas de Capital	278.469,35	18.793,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.293.361,60	2.796.117,99	2.739.581,12	97,98	2.386.874,41	85,36	2.369.234,41	84,73
Despesas Correntes	2.293.361,60	2.796.117,99	2.739.581,12	97,98	2.386.874,41	85,36	2.369.234,41	84,73
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	516.358,50	871.566,31	846.852,52	97,16	832.257,80	95,49	831.316,33	95,38
Despesas Correntes	516.358,50	871.566,31	846.852,52	97,16	832.257,80	95,49	831.316,33	95,38
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**6.412.150,03**	**7.531.113,55**	**7.143.699,98**	**94,86**	**6.583.072,18**	**87,41**	**6.539.815,71**	**86,84**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	7.143.699,98	6.583.072,18	6.539.815,71
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**7.143.699,98**	**6.583.072,18**	**6.539.815,71**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			4.950.709,04
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	2.192.990,95	1.632.363,15	1.589.106,68

Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**21,64**	**19,95**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos do exercício de referência 2026	4.950.709,04	6.583.072,18	1.632.363,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.632.363,15
Empenhos do exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	6.830.359,25	10.457.718,15	3.627.358,90	167.579,16	0,00	0,00	0,00	167.579,16	0,00	3.627.358,90
Empenhos de 2023	5.895.531,03	9.367.352,98	3.471.821,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.471.821,95
Empenhos de 2022 e anteriores	5.413.954,16	8.474.864,28	3.060.910,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.060.910,12
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.547.978,97	3.547.978,97	4.573.784,04	128,91
Proveniente da União	3.092.669,64	3.092.669,64	4.211.051,42	136,16
Proveniente dos Estados	455.309,33	455.309,33	362.732,62	79,67
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	219,01	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**3.547.978,97**	**3.547.978,97**	**4.574.003,05**	**128,92**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.373.772,20	7.130.753,42	5.544.405,74	77,75	5.093.843,47	71,43	4.944.864,22	69,35
Despesas Correntes	3.922.365,55	5.648.824,34	4.221.897,55	74,74	4.011.416,64	71,01	3.919.959,20	69,39
Despesas de Capital	451.406,65	1.481.929,08	1.322.508,19	89,24	1.082.426,83	73,04	1.024.905,02	69,16
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	455.159,65	650.479,65	297.807,08	45,78	293.536,84	45,13	293.536,84	45,13
Despesas Correntes	455.159,65	650.479,65	297.807,08	45,78	293.536,84	45,13	293.536,84	45,13
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	193.465,00	128.465,00	64.308,00	50,06	64.308,00	50,06	64.308,00	50,06
Despesas Correntes	193.465,00	128.465,00	64.308,00	50,06	64.308,00	50,06	64.308,00	50,06
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	507.092,33	743.500,23	460.486,94	61,94	303.001,07	40,75	301.191,07	40,51
Despesas Correntes	216.465,50	311.680,89	248.230,89	79,64	248.230,89	79,64	247.820,89	79,51
Despesas de Capital	290.626,83	431.819,34	212.256,05	49,15	54.770,18	12,68	53.370,18	12,36
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	456.750,00	831.968,65	812.476,05	97,66	812.476,05	97,66	812.476,05	97,66
Despesas Correntes	456.750,00	831.968,65	812.476,05	97,66	812.476,05	97,66	812.476,05	97,66
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	53.791,50	211.770,58	131.003,89	61,86	131.003,89	61,86	131.003,89	61,86
Despesas Correntes	53.791,50	147.468,78	131.003,89	88,83	131.003,89	88,83	131.003,89	88,83
Despesas de Capital	0,00	64.301,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**6.040.030,68**	**9.696.937,53**	**7.310.487,70**	**75,39**	**6.698.169,32**	**69,08**	**6.547.380,07**	**67,52**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.976.202,13	10.994.182,67	9.101.672,08	82,79	8.457.783,44	76,93	8.284.129,19	75,35
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.748.521,25	3.446.597,64	3.037.388,20	88,13	2.680.411,25	77,77	2.662.771,25	77,26
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	193.465,00	128.465,00	64.308,00	50,06	64.308,00	50,06	64.308,00	50,06
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	507.092,33	743.500,23	460.486,94	61,94	303.001,07	40,75	301.191,07	40,51
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	456.750,00	831.968,65	812.476,05	97,66	812.476,05	97,66	812.476,05	97,66
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	570.150,00	1.083.336,89	977.856,41	90,26	963.261,69	88,92	962.320,22	88,83
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**12.452.180,71**	**17.228.051,08**	**14.454.187,68**	**83,90**	**13.281.241,50**	**77,09**	**13.087.195,78**	**75,96**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSORCIO CISNOP DA SAUDE	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
		Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100	Até o Bimestre (d)	% (d/a) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (I)	936.026,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	936.026,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	936.026,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)	0,00	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS PAGAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CONSORCIO INTERGESTORES PARANA SAUDE	DE RATEIO (a)	EMPENHADAS		LIQUIDADAS			
		Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100	Até o Bimestre (d)	% (d/a) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (I)	205.870,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	205.870,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	205.870,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)	0,00	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA. Emissão: 08/10/2026, às 15:09:15.			
Notas:			
[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.			
[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:B2EC9D60